00100.154999/2022-00

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVII SUP. A AO Nº 199, SEXTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2022

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)
2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)
1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)
2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)
2º - Senador Luiz Carlos do Carmo (PSC-GO)
3ª - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)
4º - Senador Zequinha Marinho (PL-PA)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÃO DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2022 5

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de julho de 2022 37

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de agosto de 2022 82

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2022 127

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2022 156

1.1.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2022 169

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2022 199

1.2 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2022 241

1.3 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de outubro de 2022 273

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de outubro de 2022 276

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de outubro de 2022 288

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de outubro de 2022 386

1.4 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2022 389

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2022 553

1.5 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2022 585

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2022 607

1.6 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de outubro de 2022 685

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2022 703

1.7 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de setembro de 2022 722

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2022 760

1.8 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Ata da 5ª Reunião, realizada em 7 de julho de 2022 764

Ata da 6ª Reunião, realizada em 9 de novembro de 2022 767

1.9 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de agosto de 2022 774

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de setembro de 2022 782

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de setembro de 2022 811

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de novembro de 2022 835

1.10 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2022 845

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e vinte e sete minutos do dia cinco de julho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Maria do Carmo Alves, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Dra. Eudócia, Lucas Barreto, Alexandre Silveira, Mecias de Jesus, Otto Alencar, Fabio Garcia, Zenaide Maia, Paulo Paim, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Leila Barros e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Nilda Gondim, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Giordano, Eduardo Velloso e Carlos Portinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4223, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre as ações e serviços de telessaúde." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1998, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para autorizar e disciplinar a prática da telessaúde em todo o território nacional; e revoga a Lei nº 13.989, de 15 de abril de 2020." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei nº 1998, de 2020, nos termos de emenda substitutiva que apresenta (com acatamento da Emenda nº 5 e acatamento parcial das Emendas nº 1, 2, 3 e 6), contrário à Emenda nº 4, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4223, de 2021. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei nº 1998, de 2020, nos termos da Emenda nº 7-CAS (Substitutivo) e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4223, de 2021. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1731, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.856, de 1º de março de 1994, para estabelecer o piso salarial nacional dos Profissionais Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta, e contrário à Emenda nº 2. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 3-CAS, e contrário à Emenda nº 2. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5094, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações, para minimizar situações de perdas de oportunidade de vacinação." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). **Observação:** Dispensado o turno suplementar, nos termos do art. 14 do Ato da Comissão Diretora n° 8, de 2021. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 213, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para assegurar a participação de especialista indicado pela Associação Médica Brasileira na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 2-CAS, e rejeitada a Emenda nº 1. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 186, de 2017 - Terminativo -** que: "Revoga o § 5º do art. 43 da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3253, de 2019 - Terminativo -** que: "Regulamenta a profissão de agente de coleta de resíduos, de limpeza e de conservação de áreas públicas." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Lucas Barreto. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de seis emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CAS a 6-CAS. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 454, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 9.615, de 24 de março de 1998,que institui normas gerais sobre desporto, para dar nova definição ao desporto de formação, regular os casos de dispensa motivada do atleta, aumentar o percentual a ser pago à entidade formadora do atleta em caso de transferência, determinar a contratação de seguro para o responsável técnico das entidades de prática desportiva, instituir regime especial de tributação para as Sociedades Empresárias Desportivas e conceder incentivos a clubes de futebol, e a Lei n° 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor, para restringir os casos de proibição de alteração no regulamento das competições e permitir a venda de ingressos pela internet." **Autoria:** CPI do Futebol - 2015. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora, para reexame. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 43, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a temática “Reforma Tributária para garantir maior justiça social”, para discutir como a complexidade do sistema atual permite que pessoas ou grupos econômicos acabem se beneficiando da legislação, enquanto outros são fortemente prejudicados." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 47, de 2022** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Cidadania, Ronaldo Vieira Bento, informações sobre as razões que levaram o Ministério da Cidadania a reduzir drasticamente os valores pagos ao Programa Alimenta Brasil, substituto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fazendo com que até maio de 2022 o gasto seja de apenas R$ 89 mil reais, praticamente extinguindo esse importante programa de aquisição de alimentos e combate à fome." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 55, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 38/2022 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 5983/2019, que “regulamenta o exercício profissional de acupuntura” sejam incluídos como convidados o Prof. Waldecir Paula Lima Coordenador do Fórum dos Conselhos de atividades Fim da Saúde do Estado de SP (FCAFS-SP) e o Dr. Jean Luis Degrande de Souza, Presidente da Sociedade Brasileira de Acupuntura e Pics/SBA." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 56, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, com o objetivo de debater “O direito a saúde e segurança no trabalho e as normas regulamentadoras - NR's.”" **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 57, de 2022** que: "Requer, a inclusão do seguinte convidado por ocasião da realização de audiência pública sobre "o exercício da Medicina, para dispor sobre o dever de informação antecedente à realização de procedimentos invasivos", nos termos do REQ 37/2022, com o objetivo de instruir o PL 26/2020: Professor Doutor Jean Luis Degrande de Souza Presidente da Sociedade Brasileira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Acupuntura - SBA." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/07/05

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos projetos, relatórios e requerimentos apresentados a esta Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo digital nas deliberações nominais, como também nas terminativas.

Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente, e a Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

Informo que foi retirado da pauta o item nº 7, Projeto de Lei do Senado nº 454, de 2016, a pedido da Relatora, Senadora Leila Barros, para reexame do relatório.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 454, DE 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei n° 9.615, de 24 de março de 1998,que institui normas gerais sobre desporto, para dar nova definição ao desporto de formação, regular os casos de dispensa motivada do atleta, aumentar o percentual a ser pago à entidade formadora do atleta em caso de transferência, determinar a contratação de seguro para o responsável técnico das entidades de prática desportiva, instituir regime especial de tributação para as Sociedades Empresárias Desportivas e conceder incentivos a clubes de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

futebol, e a Lei n° 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor, para restringir os casos de proibição de alteração no regulamento das competições e permitir a venda de ingressos pela internet.

Autoria: CPI do Futebol - 2015

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto.

Observações: *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.*) (*Pausa.*)

Queríamos já aproveitar a oportunidade e registrar aqui a presença do nosso querido Senador Marcelo Castro. Muito obrigado pela presença. Ele está presencialmente.

Temos quantos Senadores? A Senadora Zenaide eu estou vendo aqui... Quem mais? O Senador Paim, o Senador Flávio Arns, o Senador Veneziano, o Senador Mecias de Jesus. Temos aí a presença de 11 Senadores.

Queria também fazer um registro especial: está presente aqui na nossa Comissão hoje o nosso querido Senador Wilder Morais, Senador lá do Estado de Goiás, que passou aqui por esta Casa – e tenho fé em Deus de que em breve ele vai voltar –, foi um grande parceiro nosso e nos dá a honra da sua presença hoje aqui no plenário da nossa Comissão de Assuntos Sociais. Seja bem-vindo, Senador Wilder.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 4223, DE 2021

- Não terminativo -

Dispõe sobre as ações e serviços de telessaúde.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei nº 1998, de 2020, nos termos de emenda substitutiva que apresenta (com acatamento da Emenda nº 5 e acatamento parcial das Emendas nº 1, 2, 3 e 6), contrário à Emenda nº 4, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4223, de 2021.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1- A matéria consta da pauta desde a Reunião de 22/06/2022.

2- Em 28/06/2022, o Senador Veneziano Vital do Rêgo apresentou relatório reformulado.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Só um pouquinho, meu querido Senador.

Tramita em conjunto o Projeto de Lei 1.998, de 2020, não terminativo, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para autorizar e disciplinar a prática da telessaúde em todo o território nacional; e revoga a Lei nº 13.989, de 15 de abril de 2020.

A autoria é da Câmara dos Deputados.

Aqui, na Casa, o Relator é o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O relatório dele é favorável ao Projeto de Lei nº 1.998, de 2020, nos termos de emenda substitutiva que apresenta (com acatamento da Emenda nº 5 e acatamento parcial das Emendas nºs 1, 2, 3 e 6), contrário à Emenda nº 4, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4.223, de 2021.

Observações:

1- A matéria consta da pauta desde a reunião de 22/06/2022.

2- Em 28/06/2022, o Senador Veneziano Vital do Rêgo apresentou relatório reformulado.

Com a palavra o Senador Marcelo.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o meu item é o item 2, e, como eu tenho sessão do Congresso agora, ou seja, reunião de Líderes, eu iria pedir a V. Exa. para fazer a inversão da pauta...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Eu já li...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Como V. Exa. já anunciou... Acho que o Senador Veneziano é o Relator. A gente espera. Deixe-o relatar. Depois, a gente relata o nosso em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – O.k.

Concedo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente Sérgio Petecão. Minhas saudações e meus cumprimentos a V. Exa. e aos demais companheiros integrantes do Colegiado, aos demais outros Senadores que conosco integram esta Comissão.

Eu tentarei, sem perdas à qualidade que nós pretendemos, modestamente, dar ao texto, dar uma dinâmica na leitura, até porque nós sabedores somos de que os demais outros companheiros, como nós próprios, temos a cumprir outras tarefas, como o próprio Senador Marcelo Castro.

Esta matéria, como V. Exa. bem salientou e dispôs, está há alguns dias pautada. Nós apresentamos a sugestão do relatório. Houve, por conveniência, entendimento de todos da necessidade de que fizéssemos outras reuniões, entre essas, principalmente a da semana próxima passada no Ministério da Saúde, quando chegamos, penso eu, evidentemente, na expectativa de que assim seja expresso pelos companheiros e pelas companheiras, ao texto definitivo, evidentemente resguardadas as sugestões por meio de emendas que não puderam, pedindo as devidas vênias aos companheiros, ser acolhidas.

Eu pergunto a V. Exa., Senador Sérgio Petecão, se V. Exa. concorda com que eu possa fazer a leitura da fase de análise do nosso relatório, para dar brevidade a este momento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Com certeza, Senador Veneziano! Com certeza! Fique à vontade.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente.

Os Projetos de Lei nºs 1.998, de 2020, e 4.223, de 2021, serão apreciados nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, que nós bem conhecemos.

No que se refere à regimentalidade, compete a esta Comissão opinar sobre essas proposições.

Em relação aos demais aspectos formais, não observamos quaisquer vícios de inconstitucionalidade, tampouco falhas relacionadas à sua juridicidade.

Quanto ao mérito, observa-se que, regulamentados por normas infralegais, os serviços de telessaúde já existem há algum tempo no Brasil.

São dois projetos, um proveniente da Câmara dos Deputados, sob a autoria da Deputada Adriana Ventura, e o Projeto 4.223, do nosso querido e sempre muito presente, através de suas ideias diferenciadas, Senador Esperidião Amin.

No âmbito do SUS, o Ministério da Saúde criou o Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes, que disponibiliza serviços como teleconsultoria, telediagnóstico, segunda opinião formativa e tele-educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais recentemente, foi publicada a Portaria do Gabinete do Ministério da Saúde (GM/MS) nº 1.348, de 2 de junho de 2022, que dispõe sobre as ações e serviços de telessaúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), editada com o objetivo de regulamentar e operacionalizar o emprego das tecnologias de informação e comunicação na assistência remota, educação, pesquisa, prevenção de doenças e lesões, gestão e promoção de saúde.

O Conselho Federal de Medicina (CFM), por sua vez, também vem tratando do tema no seu âmbito de atuação. A primeira iniciativa foi a edição da Resolução nº 1.643, de 26 de agosto de 2002, que define e disciplina a prestação de serviços através da Telemedicina. Essa norma conceitua a Telemedicina como o exercício da Medicina mediante a utilização de metodologias interativas de comunicação audiovisual e de dados.

Posteriormente, Presidente Petecão, a referida autarquia publicou a Resolução nº 2.227, de 6 de fevereiro de 2019, que define e disciplina a Telemedicina como forma de prestação de serviços médicos mediados por tecnologias, que foi alvo de críticas pela classe médica, por não ter sido suficientemente debatida. Essa reação acabou motivando a publicação da Resolução CFM nº 2.228, de 6 de março de 2019, que a revogou.

Com a eclosão da pandemia de covid-19, o CFM, por meio do Ofício nº 1.756, de 19 de março de 2020, de sua Coordenação Jurídica (Cojur), endereçado ao Ministro de Estado da Saúde, reconheceu, em caráter de excepcionalidade e apenas durante a atual pandemia, a possibilidade e a eticidade da utilização da Telemedicina.

Depois das controvérsias em relação à normatização anterior, o CFM publicou recentemente a Resolução nº 2.314, de 20 de abril de 2022, que define e regulamenta a Telemedicina, como forma de serviços médicos mediados por tecnologias de comunicação, e prevê modalidades de serviços remotos tais como teleconsulta, teleinterconsulta, telediagnóstico, telecirurgia, televigilância, teletriagem. A norma estabeleceu como requisitos a autonomia para a escolha do atendimento remoto; o seguimento de pacientes com doenças crônicas mediante consulta presencial em intervalos não superiores a 180 dias; critérios de segurança para a guarda de dados e imagens, o que é fundamental; e condições para a atuação de pessoas jurídicas, que deverão ter sede em território nacional e inscrição no CRM do estado onde estão estabelecidas.

Fora do campo infralegal, o tema foi tratado pela Lei 13.989, de 15 de abril de 2020, que dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise sanitária causada pela covid, cuja tramitação rápida buscou dar resposta ao aumento da demanda pela assistência à saúde durante a pandemia, momento em que vigoravam medidas de isolamento, quarentena e distanciamento social.

Todavia, senhores e senhoras, a publicação da portaria de 22 de abril, que declara o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da infecção humana pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novo coronavírus e revoga a Portaria 188, de fevereiro de 2020, encerrou a vigência da Lei 13.989, de 2020, cujos arts. 1º e 2º autorizavam a prática da telemedicina.

Assim, a busca atual por regulamentação da telessaúde justifica-se pelo vazio criado com a decretação do fim da pandemia e pelo fato de haver temores de que novas normas naturalmente infralegais sobre o tema possam impor maiores restrições a essa prática no Brasil. Também causam preocupação a restrição de acesso por parte das operadoras de planos de saúde, além de recentes posicionamentos do próprio conselho, como, por exemplo, a exigência de consultas presenciais em determinadas circunstâncias previstas pela Resolução 2.314, de 2022, e a necessidade de inscrição secundária do médico no CRM onde residem os pacientes atendidos remotamente. Isso faz com que nós apreciemos, deliberemos e avancemos sobre o tema para que não fiquemos com um vácuo legislativo, Presidente Sérgio Petecão.

Nesse sentido, os projetos sob análise contemplam requisitos gerais que devem nortear o uso dessa modalidade de assistência à saúde no setor público, na saúde suplementar e na prática liberal. Entre outros, destacamos aspectos tais como a definição de telessaúde; a fixação de princípios de conduta, a garantia da autonomia de profissionais e de pacientes na decisão sobre adotá-la, ou não, desde a primeira consulta; a livre decisão dos pacientes, consignada na assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido; a equiparação da telessaúde, especialmente da teleconsulta, ao atendimento presencial; a suficiência da inscrição apenas no conselho profissional de origem para a prática da telessaúde em todo o território nacional; a observância dos mesmos padrões éticos e de qualidade do atendimento presencial; a garantia de oferta no âmbito da saúde suplementar; e a definição de regras de atuação para as empresas. Esses foram alguns e principais pontos abordados pelas duas propostas legislativas e com que nós aqui nos deparamos para que fizéssemos o nosso relatório.

Depreende-se que as duas proposições têm caráter genérico e não invadem o campo dos aspectos técnicos a serem detalhados por norma infralegal, ou seja, cumprem com o requisito de generalidade que toda lei deve ter. O PL 1.998, de 2020, contudo, é mais assertivo em relação aos princípios que devem ser obedecidos na prática da telessaúde. Além disso, contém dispositivo voltado especificamente para evitar restrições injustificadas ao atendimento remoto, pois estabelece que os atos normativos que o restrinjam deverão demonstrar a imprescindibilidade da medida, ou seja, da restrição.

Desse modo, consideramos o PL nº 1.998, de 2020, sendo mais abrangente e, portanto, somos favoráveis à sua aprovação. Registre-se que será necessário fazer a correção de algumas inconformidades, inclusive de técnica legislativa, conforme apontada anteriormente neste relatório.

Por conseguinte, consideramos prejudicado o Projeto de Lei nº 4.233, de 2021, nos termos do nosso Regimento, no inciso I. No entanto, julgamos que as regras impostas ao setor suplementar nele previstas são complementares ao PL proveniente da Câmara dos Deputados, de nº 1.998, e, portanto, as aproveitaremos na forma do substitutivo aqui apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero sempre fazer as menções congratulatórias, a compreensão, sempre a moderação, o alcance do espírito público demonstrados, esses sentimentos e essas posições e posturas, pelo Senador Esperidião Amin, autor do Projeto 4.223.

No que tange às Emendas nºs 1 e 5, dos Senadores Mecias de Jesus e Izalci Lucas, nossos companheiros, elas autorizam a utilização da telessaúde no âmbito dos serviços de saúde do trabalhador. Já estou partindo para o desfecho. Concordamos com a iniciativa, em que pese a Resolução CFM 2.297, de 2021, que dispõe de normas específicas para médicos que atendem o trabalhador vedar a realização de exame médico ocupacional com recursos de telemedicina. Isso pode ter impactos sobre a qualidade dos exames admissionais e demissionais, bem como sobre a veracidade de atestados e documentos periciais, podendo acarretar repercussões de natureza judicial. E é exatamente por isso que nós acolhemos a Emenda nº 5 e parcialmente a nº 1, prevendo esse atendimento remoto. E assim o fizemos, na forma do substitutivo aqui apresentado.

Por sua vez, as Emendas nºs 2 e 3, da nossa Comissão, respectivamente dos Srs. Senadores Izalci Lucas e Rogério Carvalho, pretendem vedar que as atividades de responsabilidade técnica de farmácias sejam executadas mediante telessaúde. A esse respeito, concordamos com a justificação dos autores, que destacam a impossibilidade de realização de "atos de farmácia" sem a presença física do profissional, por exemplo no que se refere à dispensação de medicamentos sujeitos a controle farmacêutico, sem supervisão. Por conseguinte, acatamos parcialmente as referidas emendas.

A Emenda nº 4 – são os dois últimos parágrafos, Presidente Sérgio Petecão – do querido líder, Senador Eduardo Gomes, determina que farmácias poderão disponibilizar ou intermediar serviços de telessaúde em local privativo, sendo vedada a prescrição condicionada à comercialização de produtos onde o serviço foi realizado. Em que pese de fato a reconhecida intenção do Senador Eduardo Gomes, julgamos que a iniciativa trata de assunto específico que foge ao escopo do projeto. Isso também foi debatido no Ministério da Saúde. Ademais, note-se que, embora se pretenda vedar a vinculação da comercialização de medicamentos aos pacientes atendidos na farmácia, na prática, será exatamente isso que acontecerá, haja vista a grande dificuldade de fiscalizar os inúmeros estabelecimentos farmacêuticos em nosso país. Isso fatalmente gerará um incontornável conflito de interesses, em que o principal prejudicado será o paciente.

Diante da complexidade desse tema, acreditamos que ele pode ser, sim, assunto de uma proposição legislativa específica. Assim, será possível debatê-lo aprofundadamente, inclusive mediante a realização de outras audiências públicas. Por isso, a emenda não foi acolhida.

Por fim, a Emenda nº 6-CAS, do Senador Izalci Lucas, altera o Projeto de Lei nº 4.223, de 2020, para determinar que ato normativo que pretenda restringir a prestação de serviço de telessaúde deverá demonstrar a imprescindibilidade da medida. A esse respeito, cumpre lembrar que esse comando já consta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Projeto de Lei nº 1.998, de 2019, mas a lembrança merece o nosso aplauso – lembrança feita pelo Senador Izalci.

Voto.

Sr. Presidente Sérgio Petecão, senhoras e senhores companheiros da CAE, em vista do que nós expusemos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.998, de 2020, com o acatamento da Emenda nº 5-CAS, com o acatamento parcial das Emendas nºs 1, 2, 3 e 6-CAS, na forma do substitutivo apresentado a seguir, pela rejeição da Emenda nº 4-CAS, e pela prejudicialidade, por já estar contido na proposta originária, do Projeto de Lei nº 4.223, de 2021.

Eis o nosso voto, Presidente Sérgio Petecão.

Para que nós não precisemos fazer a leitura do substitutivo, encontrando-se ao conhecimento das senhoras e dos senhores, e pelo apelo que o tema assim propõe, eu peço o acompanhamento do Colegiado para que nós aprovemos esta proposta.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Colocamos a matéria em discussão.

Com a palavra o nobre Senador Esperidião Amin, que já está aqui presencialmente e está inscrito.

Eu queria fazer o registro muito especial da presença da Deputada Angela Amin, aqui, em nossa Comissão.

Seja bem-vinda, Deputada!

Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Meu querido amigo, prezado Presidente Sérgio Petecão, sempre ativo, solícito e zeloso pelo bom andamento dos trabalhos da Casa e da Comissão, em especial.

Eu quero fazer três registros.

Primeiro, quero dizer que mais importante do que esperar que este projeto de lei seja perfeito é aprovar um texto legal que disponha sobre telessaúde, especialmente porque a pandemia, Senador Marcelo Castro, colocou a telessaúde na nossa vida definitivamente, e, com a velocidade com que essa estratégia, com que essa tática de tratamento vai evoluir, a tecnologia vai disparar uma série de novas demandas de aperfeiçoamento da lei. Foi isso que produziu a primeira controvérsia: deve a lei da telessaúde... E vejam que a Câmara já evoluiu: chamavam de telemedicina e, no dia da votação, praticamente na apreciação do relatório do Deputado Hiran Gonçalves, se a memória não me falha,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mudaram para telessaúde, que era o texto que nós tínhamos apresentado aqui no Senado. Ou seja, nós teremos uma série de convergências e divergências. Uma delas, que tenha sido talvez a mais crucial, foi a seguinte: deve a telessaúde fazer parte da lei geral da saúde no Brasil, a Lei 8.080, ou não? Sobre isso se estabeleceu uma controvérsia que está absolutamente esclarecida pela Nota Informativa 3.565, de 2022, de autoria do Consultor Legislativo Flávio Palhano de Jesus Vasconcelos, que é uma peça fundamental e que deve fazer parte deste processo. Por isso, eu quero, em primeiro lugar, pedir para incorporar à minha fala o inteiro teor desta Nota Informativa nº 3.565.

E vou destacar, por exemplo, o que nós temos no Brasil de textos de leis que convivem com a Lei 8.080 sem integrá-la. Senador Marcelo Castro, a lei da vigilância epidemiológica é anterior a 8.080 e está preservada; a lei da vigilância sanitária, igualmente, é anterior a de 1976 e continua em vigor; a lei da saúde suplementar, 9.656; a Lei 10.205, que dispõe sobre sangue e derivados, não integra a lei geral da saúde, digamos.

Mais interessante ainda é observar como a telessaúde está sendo regulada mundo afora. E eu não vou ler todo o texto, mas como é que é na China, na Austrália, no Japão, na Rússia, nos Estados Unidos, no Canadá, onde a telessaúde é definida e regulamentada separadamente por cada província; nos Estados Unidos, onde há diferentes requisitos por estado; na Argentina, no Chile, na Colômbia, no Reino Unido, na França, onde é regulamentada pelo código de saúde pública francês, portanto, há várias formas de abordá-la; na Itália, onde nenhuma lei nacional regula especificamente a telessaúde – as leis e regulamentos italianos gerais aplicam-se à telemedicina e à telessaúde também –; na Espanha, em Portugal e na África do Sul? Portanto, são considerações muito úteis não para a apreciação apenas deste projeto, mas para a corrida vertiginosa, na minha opinião, que a telessaúde desenvolverá nos próximos anos.

Quero lembrar que, durante a pandemia, Senador Petecão, eu não consegui marcar uma consulta presencial com um médico, primeiro, porque graças a Deus, durante o período mais agudo – 2020, 2021 –, eu não fui afetado diretamente; minha esposa foi. Só fui afetado em janeiro, já numa forma mais branda, e aí a consulta remota satisfez plenamente. Então eu, que já acredito no ensino à distância desde 1999, vejo que a telessaúde é uma consagração e é um desafio para o futuro.

Segundo registro: quero cumprimentar a Deputada Adriana Ventura não apenas pela autoria do projeto que nós estamos aceitando, mas também pelo vigor do debate que ela insertou tanto na Câmara quanto aqui no Senado, se me permitem, como uma guerreira e tendo a acolitá-la vários Deputados e Deputadas. Dentre estes eu tenho que destacar, primeiro, a simpatia que pelo projeto sempre teve a Deputada Angela Amin, que está aqui – eu suponho que por acaso, mas eu não posso deixar registrar, não é, Marcelo Castro? O senhor sempre me ensinou que a prudência prolonga a nossa vida, inclusive a vida conjugal –, e a Deputada Carmen Zanotto, que é uma valorosa catarinense, dedicada ao setor de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há projeto relacionado à saúde que não conte com a Carmem Zanotto vibrando, lutando, com a experiência de enfermeira, de Secretária de Saúde do Estado de Santa Catarina que ela foi.

Portanto, quero homenagear a todos, na Câmara dos Deputados – Deputado Hiran Gonçalves, as Deputadas Adriana Ventura e Carmen Zanotto, além da Angela Amin –, pela aprovação do seu texto e, finalmente, como dizem os britânicos, *last but not least*, cumprimentar o meu querido amigo, o exemplar Senador Veneziano Vital do Rêgo, pelo esforço, pelo trabalho de confecção do seu relatório e, acima de tudo, pelo trabalho de conciliação política que faz com este texto que ele apresenta. Dirão, muitos dos que estão aqui presentes pessoalmente: "Ah, precisa melhorar o texto". Nós precisamos ter o texto. Mais importante do que buscar a perfeição do texto da lei, é preciso consertar um texto politicamente para que ele evolua. Vai ser muito difícil alguma coisa na legislação brasileira evoluir com tanta celeridade quanto a telessaúde, porque ferramentas, estratégias... Tanto no campo da medicina quanto no campo da prevenção, da medicina curativa e da prevenção, nós conseguimos, tanto nos debates da Câmara quanto nos debates no Senado, incorporar várias especialidades, não apenas o médico, não apenas o ato médico, que foi a primeira discussão. A primeira discussão: a primeira consulta tem que ser presencial ou não? Não! Isso perdeu a importância, na medida em que se percebeu que outros operadores da saúde, pública e privada, passaram a participar deste concurso de ideias e de experiências.

Então, ter um texto aprovado é o mais sensato neste momento. Por isso, eu, de minha parte, que nunca procurei ser autor de lei, muito menos nesta pretenderia. Eu sou um admirador da telessaúde. Acho que as próximas gerações e muito especialmente os idosos e as crianças, muito especialmente aqueles, Senador Petecão, distantes dos grandes centros urbanos – estados e municípios – serão os grandes beneficiados com a telessaúde. Não será o grande centro nervoso que desenvolve a saúde o grande beneficiário; o benefício será muito mais socializado pela telessaúde. Com o aprimoramento que nós estamos tendo, por exemplo, vai passar a ter internet nas escolas, porque nós estamos convergindo. Então, essa ampliação, essa difusão, essa democratização da internet vai favorecer a democratização do acesso à saúde.

Então, a minha palavra é para dizer o seguinte: eu não vou pedir vista. Eu me congratulo com o Senador Veneziano Vital do Rêgo por nos oferecer um texto a que eu votarei a favor não porque acho que ele vai resolver o problema; ele vai resolver o passivo. Como diria Odorico Paraguaçu, ele vai resolver o "pratrasmente"; o "prafrentemente" vai ser avassalador. Então, é para que nós tenhamos um marco zero.

Eu preferia que fosse em uma lei separada da Lei 8.080, mas isso é matéria vencida. Seja assim! O mais importante será a corrida que vai socializar o conhecimento de ponta da medicina para atender aqueles que estão mais distantes e que, não fosse a aprovação desta lei, continuariam relegados ao segundo plano. A partir de agora, creio que se aprovada esta lei, nós vamos lutar para conferir se o mais distante, o mais remoto, o mais carente será alcançado pelo benefício da telessaúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, com muita ênfase, parabéns a todos, repito, Adriana Ventura, Deputada Angela Amin, Deputada Carmen Zanotto, Senador Marcelo Castro, que certamente vai enobrecer esse debate com a sua intervenção, e os que vão participar remotamente.

Quero cumprimentá-lo, Senador Petecão, o senhor, que é um dos estados que mais pode se beneficiar pela telessaúde – a Amazônia como um todo e os estados que a integram –, por presidir esta sessão, que é, a meu ver, histórica. O acordo político que permitirá a aprovação deste projeto de lei, a ciência e a política vão disponibilizar os benefícios aos mais distantes rincões e aos hoje mais desassistidos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Senador Marcelo, pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já nos dando uma consulta presencial, que é uma coisa rara, não é? (*Risos.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esse projeto de lei veio da Câmara dos Deputados, disseram que lá foi discutido exaustivamente, e agora tem o parecer brilhante do nosso Senador Veneziano Vital do Rêgo – aqui aproveito para parabenizá-lo.

Mas quero dizer, Senador Esperidião Amin, que essa é a marcha irrefreável da ciência. Quem ficar contra a telemedicina, o ensino à distância, a robotização vai ficar para trás. Não há como, vai ser atropelado, porque é o avanço científico e tecnológico que move a humanidade. E nós humanidade estamos hoje aqui, depois de mais de dez mil anos de civilização, graças à ciência e à tecnologia, que foram sendo incorporadas ao longo dos anos, da pedra lascada para a flecha, para o arco, para a pólvora, até a gente chegar aonde chegou, aqui, com o telescópio, o microscópio e tudo mais. E agora nós estamos no 5G, na tecnologia avançada, e precisamos abraçá-la urgentemente, sem nenhum preconceito.

Eu li um artigo recentemente que falava sobre tecnologia no futuro. E chegava o autor à extravagância de dizer que no futuro todos nós vamos andar com um médico no bolso. O médico vai ser o *smartphone*, que vai trazer uma capacidade de diagnosticar inúmeras doenças, de prescrever remédios, de fazer exames. São a ciência e a tecnologia a serviço da saúde da humanidade.

Mas o que mais me atrai na teleconsulta, na telessaúde, na telemedicina, no tele-ensino, Senador Esperidião Amin, é que elas podem ser uma tecnologia que pode ser apropriada pela imensa maioria da população. Pode ser uma tecnologia que pode ser disponível para toda a população. Vai baratear

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enormemente os atos médicos. Vai dar acesso àqueles que tem dificuldade. Imagine o médico, com seu tempo, ter que guardar aquele tempo ali para atender a pessoa, para consultar, quando ele pode fazer isso à distância!

E essa dificuldade que nós passamos no mundo inteiro e aqui no Brasil da covid veio exatamente promover a prática disso. Hoje todos nós estamos cientes e certos de que a telessaúde e a telemedicina são uma realidade e que não voltará mais...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Senador Marcelo...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – V. Exa. é da área. Aqui, ouvindo atentamente o Senador Amin, passou um filme aqui nesta minha cabecinha. Lá no meu estado, nós temos municípios totalmente isolados. Agora, no verão, não está chovendo, e o rio seca. O cara só chega lá de avião. Veja se o senhor concorda comigo. Nós estamos dando a oportunidade àquele cidadão que mora em Santa Rosa do Purus e em Jordão de poder acessar um médico de qualidade em Rio Branco ou em São Paulo. É isso, não é?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com certeza!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – É isso. Lá o médico que tem certa condição não vai a um município desse, de forma alguma. Jamais iria, porque são cidades isoladas, com pistas horríveis para pousar. Você não tem segurança nenhuma. E esse cidadão lá, que sempre viveu isolado e vai viver por muitos anos, vai ter, pelo menos na área da saúde, a oportunidade de fazer um tratamento com dignidade. É isso.

Não é isso, Esperidião?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sem dúvida. E no caso de exames, em que já é utilizado *con larga mano*, você faz exame num país e o que dá o laudo mora em outro país ou em outro estado. É dado o lado em outro estado tranquilamente, sem nenhum problema. É evidente que isso...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – E a velocidade com que isso pode acontecer...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – É claro!

Então, Senador Esperidião, em homenagem a todos os que contribuíram para isso aí e a V. Exa., que foi brilhante na sua análise, no seu posicionamento, nós vamos nos posicionar favoravelmente a essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matéria tão relevante, tão significativa para a saúde dos brasileiros e da humanidade de uma maneira geral.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – O.k.!

Senador Marcelo, foi muito boa a sua participação, até porque o senhor conhece, é da área, é médico.

Eu queria fazer o registro, lembrado pela nossa assessoria, da presença do Senador Adelmir Santana, que foi Senador aqui do Distrito Federal. Obrigado pela sua presença.

E quero fazer um registro aqui muito especial para mim, que é a presença do Dr. Tota Filho, que é filho do nosso saudoso Deputado Federal João Tota. João Tota, não sei se alguns colegas aqui...

Amin, você foi Deputado junto com o Deputado João Tota? Lembra-se dele? É o João Tota, lá do Acre.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Aquele jovem advogado ali, renomado no nosso estado, que é pré-candidato a vice da minha chapa, é filho do João Tota. Esse aí é o Tota Filho. Você se lembra dele, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Foi meu grande amigo. Participamos de várias reuniões memoráveis do nosso partido.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Ah, ele era do PP. É do PP, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É do nosso partido. Só que ele branqueou o cabelo muito cedo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Pois é, deixou muita saudade, foi uma pessoa que deu uma contribuição grande, principalmente na região do Juruá. Foi Prefeito de Cruzeiro do Sul por dez anos, teve três mandatos de Deputado Federal. A esposa dele, D. Maria das Vitórias, vai assumir aqui a nossa cadeira no Senado. Nós vamos nos afastar por quatro meses.

Obrigado, Dr. Tota Filho, pela sua presença.

Nós temos inscrita aqui a Senadora Zenaide.

Senadora Zenaide, acabo de receber um presente seu aqui, viu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Zenaide me presenteou aqui com um dos produtos de que eu mais gosto, castanha-de-caju.

Ela está inscrita? (*Pausa.*)

Quem mais? Quem mais está escrito? Vamos lá! (*Pausa.*)

Não tem mais ninguém? Então, vamos...

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 4.223, de 2021, nos termos da Emenda nº 7-CAS (Substitutivo) e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 1.998, de 2020.

A matéria vai a Plenário.

Item 2, que altera a Lei nº 8.856, de 1º de março de 1994, para estabelecer o piso salarial nacional dos profissionais fisioterapeutas...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, e o item 1?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Hã?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E o item 1, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – O item 1 já foi aprovado. Esse é o item 2.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Esse é que é o seu, que o senhor pediu. Isso?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – É o Item 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 1.731, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.856, de 1º de março de 1994, para estabelecer o piso salarial nacional dos Profissionais Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional.

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA)

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta, e contrário à Emenda nº 2.

Observações:

1 - Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

2 - Em 05/07/2022, o Senador Marcelo Castro apresentou Relatório reformulado.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Castro para a leitura do relatório.

Eu só pediria aos nossos ilustres convidados que nos dão o prazer da presença aqui nesta Comissão...

O nosso Relator vai fazer uso da palavra.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 1.731, de 2021, do Senador Angelo Coronel, altera a Lei nº 8.856, de 1º de março de 1994, para estabelecer o piso salarial nacional dos profissionais fisioterapeuta e terapeuta ocupacional.

Se V. Exa. permite, eu vou diretamente à análise.

A Comissão de Assuntos Sociais possui competência para apreciação de proposições referentes ao Direito do Trabalho, nos termos do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Não se verifica vício de iniciativa ou outra inconstitucionalidade formal a obstar o seu processamento, a teor do art. 22, I, em concorrência com o *caput* do art. 61 da Constituição Federal. Não vislumbramos antijuridicidade ou contrariedade ao Regimento Interno do Senado Federal ou aos princípios de técnica legislativa adotados.

No mérito, opinamos pela sua aprovação, com as ponderações que ora apresentamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A fixação de piso salarial nacional é um anseio já antigo das duas categorias objetos da presente proposição. Trata-se, em nossa opinião, de um anseio legítimo, uma vez que fundamentado em alguns pressupostos de relevância premente e inafastável.

Inicialmente, ressalto a importância e o elevado grau de responsabilidade atribuído a esses profissionais, essenciais dentro do quadro geral de manutenção e restabelecimento do bem-estar físico e mental de seus pacientes.

Além disso, o advento da epidemia de covid-19, que colocou esses profissionais em grande risco pessoal – dada a característica estritamente interpessoal de sua prática profissional –, amplificou ainda mais a sua importância, pois os efeitos físicos e psicológicos da doença vão aumentar dramaticamente a demanda por seus serviços nos próximos anos.

A inexistência de um piso salarial nacional, assim, termina por representar uma grande dificuldade para nosso país, por afastar da atividade tanto potenciais estudantes quanto profissionais já habilitados, que podem se sentir desestimulados a permanecer na profissão.

Além disso, a inexistência de um piso salarial nacional favorece, de forma excessiva, a concentração geográfica dos trabalhadores, dado que as melhores condições remuneratórias tendem a se concentrar em áreas que já possuem grande concentração de profissionais.

O Congresso Nacional não está se furtando à sua responsabilidade e vem reafirmando a importância do reconhecimento das profissões de saúde neste momento de importância crucial. A presente proposta representa um passo essencial nesse sentido e, destarte, merece ser aprovada.

Sugerimos, entretanto, suprimir o art. 1º, que não possui função legislativa, consistindo em mera repetição do que já é explicitado na ementa.

Quanto à Emenda nº 2, nós nos orientamos por sua rejeição, dado que o valor apontado pelo seu autor – tendo por base o PL 2.564, de 2020, foi remetido à Câmara dos Deputados e lá aprovado –, tendo por referência o valor de R$4.750 aos enfermeiros de nível superior, consentâneo com o valor de R$4.800 fixados na proposição ora em exame.

Voto.

Do exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 1.731, de 2021, com a seguinte emenda, rejeitada a Emenda nº 2:

EMENDA Nº - CAS

Suprima-se o art. 1º do PL nº 1.731, de 2022, renumerando-se os [...][seguintes].

Sala das Comissões...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É esse o parecer, Sr. Presidente. É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 3, da CAE.

A matéria vai à CAE.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, os itens 3, 4 e 6 já foram lidos e não têm necessidade de complementação de relatório. O item 5 tem uma necessidade de complementação de relatório. Então, se nós tivermos quórum, eu queria pedir a V. Exa. que os colocasse em votação, porque eles são terminativos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Segundo nossa assessoria aqui, nós temos que encerrar a discussão dos itens 3, 4 e 5.

Mas podemos fazer isso, não é? (*Pausa.*)

O Senador Paim está presente. Eu o estou vendo.

Vamos para o item 3, pois o Senador Paim está presente. Temos que fazer a discussão.

Senador Paim, está firme aí para a discussão, não é?

Então, vamos lá!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Com certeza absoluta, estou pronto para votar. É um projeto, Presidente, que eu posso resumir, porque eu já fiz o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Só um instantinho, Paim!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 5.094, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações, para minimizar situações de perdas de oportunidade de vacinação.

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1 - Se aprovado o Substitutivo, será dispensado o turno suplementar, nos termos do art. 14 do Ato da Comissão Diretora n° 8, de 2021.

2 - A matéria recebeu parecer favorável na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em 04/12/2019.

3 - Em 17/05/2022, foi lido o relatório, e adiada a discussão e votação.

A votação vai ser nominal. A votação é nominal.

Lembrando que o relatório já foi lido, coloco a matéria em discussão.

Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente, só para simplificar – eu já o li, já o comentei e já até coloquei em discussão a minha parte –, só para atualizar todos, o projeto é de autoria do Senador Romário e já está há um longo período em debate. O objetivo é realizar a atualização vacinal da população, inclusive durante a internação hospitalar. O projeto ressalva que a atualização vacinal não será realizada no caso de contraindicação médica. Caso a unidade de saúde não possua serviço de vacinação, ela deverá ser realizada por serviço externo de vacinação, conforme regulamentação.

Só quero explicar que tive a contribuição, inclusive, do Ministério da Saúde. Não a acatei na íntegra, mas, em parte, eu a acatei para fazer uma redação, digamos, mais adequada ao projeto, respeitando o princípio de autoria do Senador Romário, que só vai nos ajudar numa campanha que todos nós defendemos, que é a vacinação da população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Lembrando que o relatório já foi lido, coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo, nos termos do relatório apresentado. (*Pausa.*)

Depois, fazemos a votação, não é?

Vamos votar em bloco, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Vamos votar em bloco, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Vamos aqui ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 213, DE 2022

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para assegurar a participação de especialista indicado pela Associação Médica Brasileira na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1.

Observações:

1 - Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para a emenda nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

2 - Em 17/05/2022, o Senador Lasier Martins apresentou a Emenda nº 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3 - Em 17/05/2022, foi lido o relatório, e adiada a discussão e votação.

A relatoria é do Senador Randolfe, mas, como ele não está presente, se o nobre Senador Paim aceitar, eu queria nomeá-lo como Relator *ad hoc.*

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Como já foi lido, Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Já foi lido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Já foi lido. Eu até participei desse dia.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Mas, para que nós possamos chamar a discussão, nós precisamos ter um Relator, e V. Exa. está sendo nomeado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.! O.k.!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Já foi feito...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Eu faço um comentário rápido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – O relatório é pela aprovação do projeto e de uma emenda que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1.

Observação nº 1: será realizada uma única votação nominal para o projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Observação nº 2: em 17/05/2022, o Senador Lasier Martins apresentou a Emenda nº 1.

Observação nº 3: em 17/05/2022, foi lido o relatório, e foi adiada a discussão e votação.

Lembrando que o relatório já foi lido, coloco a matéria em discussão.

Senador Paim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sou totalmente favorável, Sr. Presidente, à aprovação da bela iniciativa de autoria do Senador Rogério Carvalho e da relatoria do Senador Randolfe Rodrigues.

O projeto propõe alterar a Lei 8.080, de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para assegurar a participação de especialista indicado pela Associação Médica Brasileira (AMB) na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias.

É um belo projeto – aqui eu discorro sobre os artigos –, que vai melhorar muito a saúde do nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o projeto e as emendas, nos termos do relatório apresentado.

Vamos fazer a votação em bloco.

A votação vai ser nominal.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3.253, DE 2019

- Terminativo -

Regulamenta a profissão de agente de coleta de resíduos, de limpeza e de conservação de áreas públicas.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Lucas Barreto

Relatório: pela aprovação do Projeto e de seis emendas que apresenta.

Observações:

1 - Será realizada uma única votação para o Projeto e as emendas, nos termos do Relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

2 - Em 28/06/2022, foi encerrada a discussão e adiada a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembrando que a discussão já foi encerrada, coloco em votação o projeto e as emendas, nos termos do relatório apresentado.

A votação será nominal.

Chamo a atenção dos colegas: nos itens 3, 4 e 6, vai ser uma votação em bloco.

É isso, não é? (*Pausa.*)

Estamos em votação.

A votação é nominal.

Chamo a atenção dos colegas: está aberta a votação.

Estamos votando em bloco os itens 3, 4 e 6.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - AL. Pela ordem.) – Presidente, enquanto a gente aguarda o resultado das votações, eu queria ressaltar a importância da aprovação do Projeto 4.223, de 2021, de relatoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo e de autoria do Senador Esperidião Amin. Na Câmara dos Deputados, o projeto foi relatado pelo Deputado Pedro Vilela, e quero parabenizá-lo por essa relatoria.

É um projeto de suma importância, uma vez que a telessaúde dá oportunidade àqueles que não podem ir presencialmente às consultas médicas de terem o tratamento adequado, além de levar também a saúde às regiões mais remotas do nosso país e dos nossos estados.

Eu queria fazer essa ressalva.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Senador Paim, V. Exa. pediu a palavra?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu só queria enaltecer o relatório do Senador Lucas Barreto, se me permitir, rapidamente, enquanto estamos votando.

O projeto regulamenta a profissão do agente de coleta de resíduos, de limpeza e conservação das áreas públicas; fixa carga horária e piso salarial; e regulamenta a questão da insalubridade. É um projeto que atende tanto o gari, que é o homem, como a margarida, que é a mulher – assim chamado esse pessoal que nos ajuda muito no combate inclusive às pandemias. Então, repito: são popularmente conhecidos como garis, para os homens, e margaridas, para as mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 1º determina que os agentes da coleta são de independente designação e todos que trabalham na limpeza e conservação da área pública, exercendo, como eu disse, a coleta de resíduos domiciliares e industriais, resíduos sólidos e de saúde.

Por isso tudo, eu quero cumprimentar o Relator nessa regulamentação de profissão em que ele, inclusive, atualizou o piso salarial, que estava defasado porque o projeto já tem algum tempo de vida – vem desde 2019. Com a atualização, o piso, então, foi para R$1.850. É pouco, mas daqui para frente ele terá correção.

Estou feliz de ver o Senador Lucas Barreto na tela, porque eu sei do esforço dele e da equipe dele para atualizar um projeto que eu apresentei lá em 2019. Como o projeto atende ao interesse de toda a categoria...

Senador Lucas Barreto, eu recebi um telefonema, inclusive, da categoria, me dizendo: "Paim, você botou ali 'até o 5º ano primário' [eu sou do tempo do primário]. E daí como é que fica? Tem gente nossa que tem no máximo o 4º ano". Daí o Senador Lucas Barreto adaptou corretamente dizendo que é até o 4º ano. E ainda abre espaço, conforme está no projeto, no conjunto da obra, para que aqueles que não tenham o curso façam o curso internamente e, consequentemente, não percam o emprego.

Então, parabéns, Senador Lucas Barreto! É uma luta antiga dessa categoria para regulamentar a profissão do pessoal que nos ajuda na limpeza do dia a dia – eu diria – das nossas casas, porque a nossa casa é o planeta, e tudo aquilo que nós botamos na rua eles recolhem para manter a higiene, a saúde e a segurança do nosso povo.

Obrigado ao Presidente Petecão por ter colocado em votação a matéria; ao Rogério Carvalho, que nos ajudou muito aqui no Plenário; e a todos os Senadores e Senadoras, mas principalmente ao Relator, Senador Lucas Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Para que nós possamos fazer aqui uma breve correção, a nossa assessoria informa que no item 1 – item 1 –, o relatório é favorável ao Projeto de Lei nº 1.998, de 2020, nos termos de emenda substitutiva que apresenta, com acatamento da Emenda nº 5 e acatamento parcial das Emendas nºs 1, 2, 3 e 6; contrário à Emenda nº 4; e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4.223, de 2021.

Fica registrado.

Meu amigo, meu irmão Lucas Barreto, saudades de você!

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente, meu querido amigo, solicitei a palavra para parabenizar o Senador Esperidião Amin, que, há pouco, falou e tão bem defendeu o outro projeto que está sendo votado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero cumprimentar aqui o Senador Paulo Paim pela sensibilidade que ele tem com o social. Não é só com a categoria, é com as pessoas de todas as classes sociais. O Senador Paim é uma pessoal muito, muito especial! Fico feliz, Senador Paim, de ter tido a oportunidade de relatar esse projeto.

Quero aqui fazer um agradecimento às nossas assessorias. Eles discutiam conosco, com o senhor e comigo, mas eles conseguiram ajustar esse projeto, que eu tenho certeza de que deve ir para a pauta amanhã, porque ele é de suma importância.

Eu penso que eles vão ter esse piso garantido, a insalubridade garantida, o que vai ser automaticamente corrigido. Nossos garis e nossas margaridas, tanto quanto o senhor falou dos enfermeiros, são muito importantes para a sociedade. E detalhe: a maioria trabalha à noite, às vezes. No horário em que as pessoas estão dormindo, eles estão de madrugada, como é aqui na minha casa, coletando lixo.

Agora, eu com o senhor já estamos discutindo – e isto a gente precisa falar – para que a gente consiga, no Brasil todo, através de um projeto de lei que estamos fazendo em conjunto com o Senador Paim, garantir a obrigatoriedade para que o cidadão brasileiro tenha consciência de que o lixo é uma coisa e de que material reciclável é outra, para que a gente consiga criar essa consciência nos municípios, que são onde as pessoas vivem, para que a gente possa fazer a coleta seletiva.

Aqui, no meu estado, eu acabo de alocar recursos para fazer um centro de reciclagem para a Prefeitura de Macapá, onde os... Aqui, a gente os chama de carapirás, as pessoas que estão lá na lixeira. Nós vamos tirar essas pessoas da lixeira municipal, onde ficam catando, e vamos colocá-los em um centro de triagem, onde eles terão oportunidade de coletar o material reciclável. Ganha a prefeitura, que economiza... Por que economiza? Porque ela não vai levar material reciclável ao lixão, ela vai levar o lixo ao aterro sanitário. E o material reciclável, que tem valor, a que se agrega valor, vai se transformar em salário, em renda para essas pessoas que são humildes, mas são pessoas. É gente, é gente que faz a nossa sociedade.

Assim como o senhor, eu falo... Eu e o senhor estamos trabalhando para uma coisa simples: dar dignidade às pessoas, porque elas precisam. Não é porque elas trabalham na coleta de lixo que... Não, elas precisam de dignidade! E a dignidade é de salário e de condições de trabalho.

Parabéns, Senador Paim!

Um abraço grande ao nosso Presidente Sérgio Petecão, que prometeu trazer os peixes do Acre, mas até hoje não trouxe para a gente degustar!

Um abraço a todos!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Quando o camarão do Amapá chegar aqui, os peixes já irão no rumo daí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recebi uma castanha. Faça como a Senadora Zenaide, acabou de mandar cinco quilos de castanha de caju. Com certeza, a castanha do Acre, a castanha do Brasil, vai chegar lá no Rio Grande do Norte.

Eu queria aqui, com pesar, fazer um registro. Lógico que eu nem gostaria de fazer esse registro aqui, mas como nós estamos esperando um voto...

Dá tempo de fazer esse registro? (*Pausa.*)

Aconteceu um episódio lá no meu estado, no Estado do Acre. E, como nesta Comissão, na CAS, Comissão de Assuntos Sociais, nós tratamos de tudo que é problema de saúde, os debates são feitos aqui nesta Comissão, eu estou recebendo vários telefonemas. Acabei de receber vários telefonemas, lá do meu estado, pedindo que nós possamos fazer um apelo. Morreram mais de dez crianças lá no Acre, bebês morreram no Pronto-Socorro de Rio Branco. E as mães, com toda a razão, estão desesperadas, pedindo que se apure a morte dessas crianças. Estiveram com a Secretária... Elas querem pelo menos ser recebidas pela Secretária de Saúde do nosso Estado.

Ontem tivemos cenas muito tristes, aquelas mães desesperadas, pedindo que tomem providências. Deram um prazo de dez dias para abrir uma sindicância, mas não dizem quando vai ser a conclusão dos trabalhos que irão apurar.

Apesar disso, não vai fazer voltar a vida dessas crianças, mas alguém tem que ser responsabilizado. É muita criança: foram mais de dez crianças. Então, fica aqui... No meu telefone tenho o pedido de uma pessoa, pedindo em nome de Joelma, que perdeu um filho de dez meses, e ontem ela estava muito exaltada, nervosa...

Eu não vejo nada demais. A Secretária Paula, não é? A pessoa diz aqui que a Secretária Paula precisa receber esse grupo de mães, para dizer, para dar um prazo de quando vai se encerrar essa sindicância. É preciso fazer alguma coisa, é preciso que essas pessoas sejam, no mínimo, respeitadas.

A gente viu alguns assessores do Governo chegarem ao ponto de fazer chacota com essas mães. Isso é muito triste, é lamentável. E eu não poderia, de forma alguma, deixar de fazer esse registro aqui. Que fique registrado aqui na nossa Comissão. É lamentável. Eu não gostaria nunca de estar fazendo isso, mas isso tem mexido muito com a sensibilidade do nosso povo.

Vamos encerrar a votação e abrir o painel.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Onze votos, não é? Onze Parlamentares? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dez votos SIM.

Não é isso? (*Pausa.*)

Item 3, resultado... É o Projeto de Lei nº 5.094, de 2019. Resultado: aprovado o projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CAS, substitutivo.

Fica dispensado o turno suplementar, nos termos do art. 14 do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 4. Projeto de Lei nº 213, de 2022. Resultado: aprovado com a Emenda nº 2, da CAS, e rejeitada a Emenda nº 1.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 6. Projeto de Lei nº 3.253, de 2019. Resultado: aprovado o projeto e as Emendas nºs 1 a 6, da CAS.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 56, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, com o objetivo de debater "O direito a saúde e segurança no trabalho e as normas regulamentadoras - NR's".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Presidente, requeiro, nos termos do art. 58 da nossa Constituição e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, com o objetivo de debater "O direito a saúde e segurança no trabalho e as normas regulamentadoras".

A intenção, Presidente, na verdade, é fazer um amplo debate sobre esse tema, porque se fala muito em revisão das normas. Então, nesse ciclo de debate, nós convidaríamos representante da sociedade civil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e também do Governo, do setor dos empresários e dos trabalhadores para debatermos sobre as normas regulamentadoras.

Esse é o objetivo do requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Algum colega gostaria de fazer uso da palavra?

Vamos encerrar.

Antes de encerrar, eu queria fazer aqui...

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Pediu para mim que eu subscrevesse, porque ela teve que se retirar, da Senadora Zenaide Maia. É um requerimento só para colocar mais um convidado numa audiência pública já aprovada. Ela está pedindo que se inclua o Prof. Dr. Jean Luis Degrande de Souza, Presidente da Sociedade Brasileira de Acupuntura, para uma audiência pública, já aprovada por nós nesta Comissão, que vai tratar desse tema.

Esse é o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) –

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 57, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, a inclusão do seguinte convidado por ocasião da realização de audiência pública sobre "o exercício da Medicina, para dispor sobre o dever de informação antecedente à realização de procedimentos invasivos", nos termos do REQ 37/2022, com o objetivo de instruir o PL 26/2020: Professor Doutor Jean Luis Degrande de Souza Presidente da Sociedade Brasileira de Acupuntura - SBA.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN) e outros

Passo a palavra à Senadora Zenaide Maia para a leitura do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Eu já fiz a defesa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – O.k.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Amigos, Senadoras e Senadores – vejo aqui o Paim presente, o Lucas estava presente –, eu quero aqui fazer uma breve despedida. Estarei me afastando amanhã, pelo período de quatro meses, por conta da disputa eleitoral no Estado; sou pré-candidato ao Governo.

Estou tendo o prazer de receber aqui o Dr. Tota Filho, que é o meu pré-candidato a Vice-Governador, e nós iremos nos afastar. Quem assumirá a nossa vaga é a nossa querida Deputada e que vai ser Senadora Maria das Vitórias. Maria das Vitórias é esposa do nosso saudoso João Tota, que foi Deputado Federal por três mandatos. Ela é a minha primeira suplente e vai nos dar o prazer... É uma mulher muito competente, muito preparada. Com certeza irá nos ajudar aqui nesta Casa, tanto lá no nosso Plenário como aqui também na Comissão. Ela é muito ligada a essa área do social. Faz um trabalho maravilhoso no estado todo, em especial na cidade de Cruzeiro do Sul. Todo o Juruá é a sua paixão. Essa mulher tem um trabalho social muito importante e com certeza aqui na Comissão...

Então, aqui eu me despeço.

Valeu, Paim. Estou vendo que você está ligado. É uma breve despedida. Daqui a quatro meses nos encontraremos por aqui de novo, está bom?

Muito obrigado por tudo. Esta Comissão... Sou muito grato a todos os membros. A nossa produção aqui, com todo o respeito às outras Comissões, eu acho que foi a de maior produção, principalmente nesse período de muitas dificuldades. A Comissão de Assuntos Sociais foi a Comissão que mais produziu. Mas isso é fruto desse grupo de Senadores e Senadoras que nós temos aqui, maravilhosos.

Então, é isso.

Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – É para cumprimentá-lo, Presidente Sérgio Petecão. Desejo-lhe felicidades lá no seu estado na disputa que vai ter. Democracia é isso. Tenho certeza de que seu estado é que vai ganhar. Nós podemos até perder, porque perderemos a sua presença aqui. V. Exa. tem sido um Parlamentar que eu diria que é um símbolo da democracia nesta Comissão. V. Exa. não quer saber de quem é o projeto, quer saber se o projeto está pautado, tem fundamento, quem é o Relator, quem é o autor, vamos ao voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sentimos a sua falta num período em que V. Exa. não esteve, e a Comissão não votava. V. Exa. voltou hoje, já deu quórum, já votamos e atendeu a todos.

Quero cumprimentar V. Exa. V. Exa. é um Parlamentar exemplar. Eu tenho muita alegria de poder dizer que eu sou amigo do Senador Sérgio Petecão.

Felicidades! Que Deus ilumine esse novo momento que o senhor vai passar como candidato a Governador do seu estado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Fico lisonjeado por essas palavras virem de um dos melhores Senadores que nós temos nesta Casa, um velho amigo, um velho guerreiro, Senador Paulo Paim, patrimônio moral do Rio Grande do Sul.

Senadora Zenaide assume, não é isso?

Senadora Zenaide, com certeza a senhora vai dar aqui uma grande contribuição. É uma Senadora muito preparada. Ajudou-me muito nesse debate. Hoje ela acabou de dar mais uma ajuda. Trouxe 1kg de castanha. Adoro castanha. (*Risos.*)

Hoje ela deu mais uma ajuda. Trouxe 1kg de castanha de caju. Ela sabe que eu gosto. Não sei se ela estava sabendo que eu ia me afastar.

Mas, valeu, Zenaide! Assuma aí. Qualquer coisa estou à sua disposição.

Quero agradecer aos meninos aqui. Nós temos uma equipe aqui, uma assessoria aqui nesta Comissão altamente competente. Sem eles com certeza nada disso seria possível.

Obrigado, meninos!

Obrigado a todos!

Em breve vamos nos encontrar.

Convoco para o dia 12 de julho, terça-feira, às 10h30, reunião remota desta Comissão em forma de audiência pública, destinada a debater o INSS e a proteção previdenciária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado, amigos.

(*Iniciada às 11 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REMOTA.

Às dez horas e hum minuto do dia doze de julho de dois mil e vinte e dois, remotamente, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais. Deixam de comparecer os Senadores Luiz Pastore, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Nilda Gondim, Luis Carlos Heinze, Maria do Carmo Alves, Izalci Lucas, Flávio Arns, Eduardo Girão, Mara Gabrilli, Giordano, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Alexandre Silveira, Fabio Garcia, Eduardo Velloso, Carlos Portinho, Zenaide Maia, Alessandro Vieira e Leila Barros. A reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 39/2022 - CAS, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS), REQ 41/2022 - CAS, de autoria Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), REQ 46/2022 - CAS, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS), e REQ 53/2022 - CAS, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater o INSS e a proteção previdenciária. **Participantes:** Floriano Martins de Sá Neto, Representante do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal – Sindifisco Nacional; Vilma Ramos, Secretária-Geral do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social no Estado de São Paulo; Alba Cristina Nogueira Lopes, Representante do Consórcio de Sindicatos do Seguro e Seguridade Social da CUT; Vilson Antonio Romero, Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; Patrícia Souza Oliveira Ramos, Assessora Técnica Especializada da Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência; Emerson Jorge da Cruz Pires, Coordenador-Geral de Relacionamento com o Cidadão da Diretoria de Benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; Verônica Monteiro, Representante da Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social – Anasps; Viviane Aparecida Pereira Peres, Diretora de Políticas Sociais da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – FENASPS; e Silvia Helena de Alencar Felismino, Secretária-Geral da Pública Central do Servidor. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/07/12

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 39, 41, 46 e 53, de 2022, da CAS, de minha autoria e de autoria da Senadora Zenaide Maia, para a realização de audiência pública destinada a debater o INSS e também a proteção previdenciária.

Informo que a audiência terá a cobertura pela TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado e da Rádio Senado e contará com o serviço de interatividade com o cidadão, pela Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, ou pelo e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá, ao vivo, a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Esclarecemos a todos que esta nossa audiência pública terá dois momentos. O primeiro momento tem tudo a ver com a seguridade e é destinado ao lançamento do livro *Análise de Seguridade Social 2021*. No segundo momento, haverá o debate sobre o INSS e a proteção previdenciária.

Vamos, então, ao primeiro momento.

Falarei rapidamente – porque temos pouco tempo – sobre a questão do lançamento deste importante livro. Depois, passo para os convidados.

A apresentação da publicação deste livro será pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

Vamos ao livro.

O livro traz dados completos sobre a seguridade social, demonstrando, detalhadamente, os números da saúde, da previdência social e da assistência social. A publicação serve de base de informação para estudiosos e colabora para a promoção de políticas públicas, além de trazer a evolução da seguridade social ao longo dos anos. É um excelente guia para todos os que desejam aprofundar os conhecimentos nesta área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é uma rápida introdução. O importante é ouvir os senhores e as senhoras.

De imediato, passo a palavra ao Presidente da Anfip. Com a palavra – nosso tempo está limitado aqui –, por cinco minutos, Vilson Antonio Romero, Presidente da Anfip. Depois, falará também, por cinco minutos, pela relação que tenho, Vanderley José Maçaneiro, Coordenador de Análise da Anfip; e também, por cinco minutos, Margarida Araújo, da Fundação Anfip.

É isso? O.k.? (*Pausa.*)

Então, Vilson Antonio Romero, Presidente da Anfip, para falar dessa importante obra que aqui vocês estarão agora apresentando.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos que nos assistem tanto pela TV Senado quanto pela TV Anfip, que agora transmite direto também para todo o Brasil. Queremos saudar os nossos participantes da audiência pública sobre o INSS. É extremamente importante este momento do debate sobre a previdência social, um dos ramos da seguridade, o nosso guarda-chuva maior do Estado de bem-estar social. A Anfip, há 22 anos, acompanha a execução orçamentária desse grande orçamento que protege o cidadão brasileiro e que compreende o conjunto de políticas públicas de saúde, assistência e previdência.

Nós trazemos aqui esta 22ª edição, que estará logo em seguida disponível no *site* da Anfip, no menu de publicações, e também a versão impressa. Quem quiser dispor ou receber essa última edição poderá solicitar por *e-mail* que estaremos colocando também na notícia do lançamento; para os nossos associados, gratuitamente.

A equipe técnica, que eu saúdo, que realizou essa última edição, que fez o projeto de pesquisa, coleta de dados, é coordenada pelo nosso colega Auditor Fiscal Vanderley José Maçaneiro e é integrada também pela Ana Lúcia Guimarães Silva, Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social; pelo Vice-Presidente de Assuntos Fiscais da Anfip, Crésio Pereira Freitas; pela Vice-Presidente-Executiva, Eucélia Maria Mergár; pelo Consultor Legislativo Flávio Tonelli Vaz; e pela Presidente e alguns outros diretores da nossa Fundação Anfip de Estudos Tributários e da Seguridade Social, liderados pela Margarida Lopes de Araújo.

Com isso, Senador, eu já, desde logo, para não tomar o tempo em demasia, porque nós temos um grande debate a seguir, passo para o Coordenador da equipe técnica, o colega Auditor Fiscal Vanderley José Maçaneiro, para que traga alguns detalhes desse nosso último livro, que também depois será objeto de uma *live* exclusiva da TV Anfip.

Por favor, Vanderley.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, esse foi o Vilson Antonio Romero, Presidente da Anfip, que fez a introdução do lançamento desse importante livro. Não esqueça que eu preciso de uma cópia. Você sabe que eu sou um aluno fiel da orientação da Anfip. Então, eu quero receber uma cópia do livro.

E, de imediato, então, conforme você mesmo já indicou, eu passo a palavra para o Sr. Vanderley José Maçaneiro, Coordenador de Análise da Anfip.

O SR. VANDERLEY JOSÉ MAÇANEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos!

Bom dia, Senador!

Bom dia a todos que nos assistem!

É um grande prazer poder participar deste evento tão importante para todo o povo brasileiro.

Eu iniciaria fazendo um pequeno histórico desta nossa publicação. Já passamos de duas décadas. É uma apresentação que traz análises e dados da execução orçamentária da seguridade sob o mesmo critério. Isto é que é importante: esse dado histórico sob o mesmo critério. Mas confesso aos senhores e às senhoritas que não tem sido fácil manter esse mesmo critério, tendo em vista que, principalmente nos últimos anos, temos encontrado muita dificuldade em acessar os dados do Governo. Houve uma grande deterioração da qualidade das informações. Houve a interrupção de séries históricas e até mesmo dificuldade de localização das informações, ou seja, *links* que não levam a lugar nenhum, páginas inexistentes e assim por diante.

Eu gostaria de agradecer a nossa persistente e exitosa parceria com o Senado Federal, onde, por meio do Siga Brasil, nós temos tido não a única informação dessa publicação, mas sim uma importante fonte de informação para a publicação da análise da seguridade social.

A publicação de 2021, tal qual a de 2020, teve certa particularidade: foi o segundo ano da pandemia, com efeitos mais agudos, mais mortes, mais casos e sem todas as facilidades fiscais do orçamento de guerra de 2020. Então, o texto apresenta dados e pesquisas sobre o excesso de mortalidade no país em relação à covid, especialmente em razão do comportamento governamental no enfrentamento da pandemia. Que o diga o atraso na vacina, a negação à vacina e assim por diante, mas não é o momento de discutirmos isso. Em relação a essas mortes em excesso, as edições seguintes, as próximas publicações devem conseguir acompanhar o efeito dessas mortes no padrão de financiamento das famílias mais pobres. Muitas delas dependem de aposentadorias, de pensões e do benefício de prestação continuada.

Esse abrupto aumento da pobreza, que nós temos visto, certamente, respondeu por pelo menos três causas elencadas na nossa publicação. A causa um é a precarização do mercado de trabalho, inclusive em relação à renda. Nós vemos, mesmo hoje, com uma pequena recuperação do emprego, que a renda insiste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em não acompanhar sequer o índice inflacionário, ou seja, temos uma perda real na renda do trabalhador brasileiro. A segunda causa apontada na publicação é a diminuição dos benefícios emergenciais em relação a 2021. Houve trimestres em que essa diminuição foi de aproximadamente R$100 bilhões. E, se compararmos ano a ano, em 2021, nós tivemos uma redução de R$250 bilhões. Esses dados são muito bem demonstrados na tabela 2 da nossa publicação. E a causa três é a morte de segurados... A causa três do aumento abrupto da pobreza é a morte de segurados que recebiam benefícios do Regime Geral de Previdência Social e o benefício de prestação continuada. Lembremos que a morte de pensionistas do RGPS e de beneficiários do BPC (benefício de prestação continuada) não deixa sucessores, e as novas regras, a partir da emenda de 2019, reduzem muito o valor dos novos benefícios quando os novos benefícios e a aposentadoria são convertidos em pensão. Lembremos também que a pandemia não poupou ninguém, mas ela foi particularmente mais letal, mais danosa com as pessoas idosas, e essas pessoas, em muitos casos, eram o arrimo da família, a única fonte de renda certa e segura.

A publicação desse ano também identifica alguns desafios muito importantes. Entre eles, nós podemos destacar a persistente redução da renda real do trabalho que se iniciou em 2020 e se materializou ao longo de 2021. Precisamos compreender... Eu vou precisar de um pouquinho mais de tempo para que haja um pouco de compreensão. Precisamos compreender o que ocorre no mundo do trabalho para que sejam adotadas medidas para a reversão desse quadro, precisamos entender a causa da insistente redução da renda média dos trabalhadores, pois, mesmo com essa melhora na geração de empregos vista nos últimos meses, a renda insiste em apresentar perdas reais, precisamos entender os efeitos da reforma da previdência sobre a cobertura e o direito previdenciário e ver algumas das consequências da redução do número de benefícios concedidos e no valor desses benefícios. Esses efeitos estão apenas no começo, ou seja, é a população brasileira começando a sentir na própria carne os efeitos propostos pela reforma de 2019. Essa situação não é por acaso, ela foi prevista. E precisamos somar forças para reverter o acelerado processo de construção do modelo de Estado mínimo para o povo. Esse pacto do Estado mínimo tem minimizado a necessidade de políticas sociais, relativizado o princípio da universidade... da universalidade da cobertura – me perdoem – e precarizado os serviços públicos. Então, simplesmente se privatiza e endeusa a eficácia do mercado para suprir todas as demandas criadas pelo enxugamento estatal. Infelizmente, políticas têm sido alteradas e direitos têm sido simplesmente suprimidos ou deixaram de ser garantidos.

Mas há algumas informações importantes que eu gostaria de destacar, me dê só mais alguns minutinhos.

Nas tabelas 3, 4 e 5, bem no começo da publicação, está um enfoque especial às renúncias, aos gastos tributários, que importaram em 360 bilhões em 2021. Eu lembro que, no apagar das luzes de 2021, dia 31 de dezembro, foi editada uma medida provisória que deixou de tornar obrigatória a compensação do Tesouro para o orçamento da seguridade das perdas com a desoneração da folha de pagamentos. Ou seja, simplesmente foi esquecido botar no orçamento, e aí deixou de ser obrigatória. E também há a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desconsideração do Simples Nacional como renúncia. O Simples Nacional é uma renúncia, sempre foi uma renúncia, e agora, para melhorar o quadro das renúncias, simplesmente foi dito que o Simples não é mais renúncia. É o mesmo que eu pegar essa garrafa d'água aqui e, no caso de consumo excessivo de água, dizer que não, a partir de agora isso aqui não é mais água, é um composto químico qualquer, inominado. Mas, mesmo assim, em 2021 a gente conseguiu ainda os dados do Simples, eles estão lá expressos.

Tem grandes números. Tabelas 6 e 7. Nós temos grandes números de receitas e despesas, ou seja, tudo o que se arrecada para o financiamento da seguridade e tudo o que se gasta nas ações, nas aposentadorias, pensões, serviços de assistência, ações e programas da saúde.

Também na tabela 1, nós separamos os gastos extraordinários em decorrência da covid. Também temos uma grande análise do mercado de trabalho, comparando antes e depois da pandemia, e assim por diante.

A tabela 26 dessa análise do mercado de trabalho permite ver a ampliação das contratações por tempo parcial. Contratações inferiores a 15 horas semanais. Não é nem o trabalho intermitente. E contratações por remuneração inferior a um salário mínimo. Ou seja, isso conta como geração de emprego, mas na verdade é uma grande precarização do mercado de trabalho.

A tabela 32 e seguintes permitem observar a reforma da previdência do ponto de vista dos seus efeitos, ou seja, uma redução brutal da quantidade de benefícios concedidos e da diminuição dos valores desses benefícios. Como nos diria o Sr. Ministro Paulo Guedes, o estoque de pobres está aumentando.

Muito obrigado. (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – ... Coordenador de Análise da Anfip, que fez um belo pronunciamento. Meus cumprimentos.

Vou passar de imediato para a Sra. Margarida Araújo, que falará pela Fundação Anfip. O tempo é seu.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO (*Por videoconferência*.) – Senador, a Margarida acho que teve problemas de conectividade. Então, eu já quero desde logo, em nome da Anfip, em nome dos nossos associados...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Mas, se o Floriano, que está na tela aí, quiser usar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO (*Por videoconferência*.) – Ah, sim! O Floriano é nosso ex-Presidente, que também, durante algum tempo, promoveu esse debate, essa difusão. Por favor, Floriano. Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Passo a palavra para Floriano Martins de Sá, ex-Presidente da Anfip, que deve estar na outra audiência em seguida, não é? Mas é para dar uma saudação e depois o Romero encerra. Estamos dentro do nosso tempo ainda.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador dos brasileiros, não só do Rio Grande do Sul. Satisfação de voltar a falar aqui na Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Parabenizo todos os integrantes que vão para essa importante audiência que nós vamos discutir na sequência, do INSS. Parabenizo a Anfip na pessoa do Presidente; a Fundação Anfip na pessoa da Margarida; e, em especial, o colega Vanderley, que tem se dedicado ao longo de todos esses anos coordenando a equipe que traz essa excepcional publicação, que traz... Temos que registrar isso, Senador. É a primeira publicação que já traz as questões oriundas ou decorrentes da pandemia. Então, vai ser muito importante. Eu acho que nós deveremos, logo depois das eleições, acredito, dar sequência ao debate das questões do trabalho, das questões da previdência social, para que possamos aprofundar, saber a real situação da previdência e sobre aquilo que poderemos propor, para na sequência a gente conversar.

É a saudação. E eu agradeço profundamente a oportunidade de falar como ex-Presidente da Anfip e cumprimentar muito a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Sempre é bom te ouvir, Floriano. Obrigado.

Romero, suas saudações finais nessa primeira parte da nossa audiência sobre o livro.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, só nos resta agradecer essa parceria da Anfip com o Parlamento brasileiro e agradecer a V. Exa. pelo requerimento que nos permitiu esse lançamento.

Essa publicação não é da Anfip, é da sociedade brasileira, que depende e continua sendo muito dependente de toda a estrutura de proteção social, que é o nosso Estado do bem-estar social, que é a seguridade social trazida pela Carta Magna de 1988. Então, nós a colocamos à disposição da sociedade, dos companheiros todos. Quem quiser efetivamente adquirir ou obter na sua residência um exemplar poderá verificar, no nosso *site*, anfip.org.br, qual o caminho para solicitar o exemplar.

Desde logo, agradecemos ao Senado Federal, à Comissão de Assuntos Sociais e, muito especialmente, como disse o Floriano, ao Senador de todos os brasileiros, Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito, muito obrigado, Vilson Antonio Romero, Presidente da Anfip; muito obrigado, Vanderley José Maçaneiro, Coordenador de Análise da Anfip; muito obrigado, Floriano Martins de Sá Neto, ex-Presidente da Anfip; e muito obrigado, embora não pôde estar presente por motivo de força maior, justificado junto à minha acessória, também à Dra. Margarida de Araújo, da Fundação Anfip.

Teremos outros momentos. Oxalá essa pandemia passe rapidamente e a gente possa fazer o lançamento, lá no Senado, num espaço a combinar, desse livro que eu considero de suma importância!

Estou há quase 40 anos no Congresso. Eu iniciei lá na Constituinte e vou terminar com 40 anos de mandato, e a Anfip sempre esteve do nosso lado, orientando, apresentando um livro como esse que subsidia um bom debate em defesa da seguridade social.

Encerrada esta parte da nossa audiência pública.

Obrigado a todos.

Vamos para o segundo momento.

De imediato, eu vou fazer uma fala na abertura deste segundo momento, que vai tratar também de um tema fundamental, vai falar sobre... A audiência de hoje é sobre o INSS e a proteção previdenciária. Este é o tema: o INSS e a proteção previdenciária.

Pediram-me – e eu já farei neste momento, enquanto os convidados deste segundo momento estão entrando – que eu fizesse um alerta aqui. Eu o farei e vai servir de guia para os convidados que vão entrar a partir das 10h30 e para aqueles que já estão na tela. O documento que me chegou é o seguinte:

> Senador Paim, por favor, faça este alerta que tem tudo a ver com o tema de hoje.
> [...] alerta.
> Milhares de denúncias têm sido realizadas sobre os mais variados tipos de golpes de crédito consignado.
> No ano passado, apenas no Estado de São Paulo, as reclamações de consignados não contratados mais que triplicou.
> Passou de 1.667 reclamações em 2020 [olhe bem, estamos ainda analisando] para 5.405 em 2021 [mais do que triplicou de um ano para o outro].
> Este ano a sanha dos fraudadores continua, já foram registradas 2.695 reclamações naquele estado, mas o fato se repete em todo o país.
> As vítimas mais comuns são aposentados e pensionistas do INSS, por serem alvos [mais] fáceis e [infelizmente, mais] vulneráveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Apesar de o INSS adotar medidas para dificultar a ação dos criminosos, as fraudes e o assédio parecem não ter fim.
> Medidas de proteção e cuidado precisam ser adotadas por todos os órgãos e pelos beneficiários para minimizar os riscos.

Ontem mesmo, uma senhora idosa, que se aposentou há pouco tempo, disse que recebeu mais de 50 telefonemas num dia, para convencê-la a fazer o empréstimo consignado.

Então, é uma denúncia que a gente faz para que todos fiquem alertas, para que os criminosos, os que estão fazendo fraude, inclusive com a sua conta, não possam cometer esse tipo de crime.

Nós vamos agora, a partir deste momento, entrar na segunda etapa desta audiência pública. E os convidados outros – já vejo alguns na tela, como o Floriano, por exemplo, e outros tantos – vão ser chamados à medida que eu verificar que já estão na tela com a gente.

Olha, eu já estou vendo aí: já está o Floriano, o Emerson, o Vanderley, a Viviane, a Margarida, a Alba... Já estamos com diversos convidados.

Então, vamos iniciar. Eu faço uma introdução de cinco minutos a todos aqueles que estão nos assistindo pela Rádio Senado, Agência Senado, TV Senado e outras parcerias que fizemos para a divulgação desse evento tão importante para todos nós.

Vejo ali a Vilma também, já está conosco.

Bem, vamos lá! Dando início à nossa audiência pública, informo que a proposta deste debate é identificar as dificuldades enfrentadas pelos segurados e pelos servidores do INSS, apontar medidas necessárias para assegurar, de forma eficaz, a proteção previdenciária à população.

Sabemos que os benefícios previdenciários cumprem um papel relevante – eu diria fundamental – de proteção social, protegendo o segurado com o benefício por idade avançada, invalidez, morte, doença, maternidade e por aí vai. Ocorre que a inadequada gestão do órgão tem provocado insegurança e incerteza aos segurados e aos servidores. Periodicamente, recebemos relatos de demora excessiva nas análises dos benefícios e no agendamento das perícias médicas – isso aqui não é de um período e outro; quase que diariamente nós recebemos, na Comissão de Direitos Humanos e nos nossos gabinetes, esse pedido de socorro –, da precariedade das plataformas digitais da autarquia e de uma extensa pauta de reivindicações dos servidores.

A busca por reagendamento de perícias médicas é desesperadora. Os atendimentos estão sendo remarcados para 2023. Segundo informações divulgadas pela mídia, a fila de trabalhadores doentes chega a mais de 1 milhão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São inúmeras reclamações de segurados, que têm enfrentado dificuldades de atendimento para obtenção dos benefícios a que têm direito.

Da mesma forma, os servidores da autarquia também têm demonstrado insatisfação com as condições de trabalho. Defendem a reestruturação do órgão, o fim do fechamento das agências de atendimento, a defesa do direito ao atendimento presencial ao cidadão nas unidades do órgão, a realização de concurso público, melhores condições de trabalho e recomposição salarial.

Tudo isso vocês vão aprofundar no debate; eu só estou dando uma passada geral.

Nesse sentido, entendemos relevante ouvir os nossos convidados para debater esses assuntos, que são da mais alta relevância, e tantos outros, especialmente porque a situação clama por mudanças profundas e urgentes. A situação do povo brasileiro é desesperadora – só como um dado, todos sabem, são 34 milhões de pessoas passando fome.

Bom, tenho dedicado a minha vida parlamentar aos trabalhadores, aposentados, movimentos sociais, combatendo todo tipo de injustiça e preconceito. Sempre defendi a previdência social e os direitos trabalhistas, todos sabem. Por fim, entendo que o INSS é instrumento fundamental de distribuição de renda e exerce papel relevante e imprescindível para o equilíbrio social e econômico do país.

Esperamos que, ao final, possamos indicar caminhos – ao final deste debate e de outros que tenhamos que fazer, com certeza – capazes de superar as dificuldades apontadas e promover as mudanças necessárias ao fortalecimento do nosso INSS.

De imediato, eu vou passar a palavra aos nossos convidados. Cada um terá o tempo de cinco minutos, e, claro, terei uma tolerância necessária.

Passamos a palavra, de imediato, à Verônica Monteiro, representante da Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social (Anasps).

Dra. Verônica, o tempo é seu por cinco minutos, mais um minuto de tolerância.

A SRA. VERÔNICA MONTEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Em primeiro lugar, eu gostaria de falar que estou aqui representando o Presidente da Anasps, o Dr. Alexandre Barreto Lisboa, e é com muita satisfação que eu me encontro diante do senhor, que eu considero um Parlamentar respeitado, muito respeitado e coerente com todas as suas posições a favor dos servidores públicos e do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

A SRA. VERÔNICA MONTEIRO (*Por videoconferência*.) – Diante disso, eu vou começar a minha apresentação, cumprimentando a todos, com uma coisa fundamental: em março de 2022, o INSS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teve uma nova estrutura organizacional. Essa nova estrutura organizacional inclui, além dos benefícios do RGPS, do serviço de benefícios do RGPS, os benefícios assistenciais que são, há muito, considerados atividades exclusivas de Estado – na verdade, nunca deram a força e o fortalecimento necessários ao INSS como carreiras fixas de Estado.

Essa atividade o Mare definiu, em 1995, como atividade exclusiva de Estado. E as carreiras do seguro social e o INSS ficaram à deriva de qualquer fortalecimento.

Eu queria dizer o seguinte: que uma característica relevante ou transformadora dessa nova estrutura é a inclusão do Regime Próprio de Previdência Social a cargo do INSS. Então, hoje, em caráter provisório, o Regime Próprio de Previdência Social está dentro do INSS. E quero esclarecer que a perícia médica, que hoje não é mais do INSS, está lotada numa secretaria do Ministério do Trabalho e Previdência. Então, na verdade, o INSS, embora dê suporte à perícia médica, não tem mais poder nem gestão sobre a atividade da perícia médica. Ele apenas dá o suporte operacional a essas atividades com os seus servidores; quer dizer, ao mesmo tempo em que a gente vê que houve uma revolução digital, que diminuiu – a gente sabe – a necessidade de pessoal... Não podemos negar essa realidade, é uma realidade mundial. Mas, quando eu diminuo essa necessidade, quando eu possibilito, com a revolução digital, a redução de pessoal, ao mesmo tempo, eu aumento a carga de trabalho dos servidores com o RPPS e com o suporte e apoio à perícia médica, o que faz com que a nossa imagem seja negativa perante a sociedade, porque é agora um apêndice nosso: nós executamos, fazemos agenda, tudo... Então, a perícia médica não é mais do INSS. Então, temos que deixar clara a V. Exa. essa situação, porque como é que nós recebemos uma carga negativa, e eles estão à mercê do Governo, cortando benefícios, fazendo questão de que essa imagem negativa caia em cima de uma instituição chamada originalmente Previdência Social, de uma agência da Previdência Social, que não é mais proteção previdenciária? Cada vez mais, ela se torna assistência social.

E o ônus do caráter contributivo do pagamento da previdência social cabe ao trabalhador. Mas, cada vez mais, se aumentam despesas com benefícios assistenciais, e agora ainda usam os nossos servidores para o regime próprio. Não sou contra a inclusão do regime próprio.

Eu quero dizer que isso requer realmente três situações fundamentais. Uma delas, concurso público – não adianta porque não vai haver tecnologia no mundo que faça diminuir a necessidade de pessoal quando se aumenta a carga de trabalho com outras atividades. Carreira típica de estado – se nós não tivermos carreira típica de estado, nós seremos destruídos e altamente desmoralizados perante a população brasileira, então, é essencial, é proteção, é garantir não a proteção previdenciária, mas a proteção previdenciária com a proteção da instituição que presta serviços da previdência social e da assistência social e que trata do regime próprio de previdência desde que se deem as condições de trabalho, que é para onde está caminhando se nós seremos responsáveis pela previdência social do servidor público e pelo regime geral do trabalhador e, ao mesmo tempo, dos benefícios sociais. Agora, temos que dizer que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se precisa também alterar a estrutura, porque essa estrutura que foi aprovada, Excelência, simplesmente coloca o RPPS como provisório, usa a nossa força de trabalho e, ao mesmo tempo, não cria uma diretoria para realmente estruturar o RPPS. Isso parece uma brincadeira. Então, é outra situação que tem que ser vista: a reestruturação organizacional do INSS.

Gostaria de concluir dizendo que existem em tramitação do Congresso Nacional três propostas de mudança organizacional. Uma é a PEC 189, de 2021, que é proposta do Governo. Ela não defende atividade exclusiva de estado e transforma o INSS em entidade gestora única do RPPS, mas não dá detalhes. A gente não sabe o que tem detrás dessa caixa. É bom a gente ter o RPPS? É. Fortalece? Fortalece. Mas não numa caixa-preta, sem vantagens. Tem também a Medida Provisória 1.113, que foi agora, em 22/04/2022, apresentada pelo Deputado Federal Camilo Capiberibe. Ele define o INSS como responsável por benefícios sociais contributivos e benefício não contributivos. Eu não sei como essa mudança será dada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

A SRA. VERÔNICA MONTEIRO (*Por videoconferência*.) – E a última é a PEC 32, cujo Relator, Arthur Oliveira Maia, incluiu também a administração de benefícios contributivos e não contributivos e a gestão dos regimes públicos de previdência a cargo do INSS.

Então, a gente tem que analisar. É importante serem analisadas essas propostas para ver a que é mais viável, porque sempre aumenta a questão da assistência social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

A SRA. VERÔNICA MONTEIRO (*Por videoconferência*.) – As demais questões relacionadas à operacionalização do acordo de greve é competência exclusiva da Fenasps e do CNTSS. Então, eu não posso dizer como é que está. Eu sei que, já de antemão, apenas mil servidores serão contratados por concurso público dos 7 mil necessários.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Dra. Verônica Monteiro, representante da Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social. Eu não vou fazer comentários para dar mais tempo para vocês. E a senhora já foi muito feliz, deixou, com muita clareza, aqui a sua mensagem e as suas preocupações com a nossa previdência. Parabéns pela exposição!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De imediato, então, eu passo a palavra agora para a Viviane Aparecida Pereira Peres, Diretora de Políticas Sociais da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social.

Por favor, Dra. Viviane, com a palavra.

A SRA. VIVIANE APARECIDA PEREIRA PERES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Paulo Paim! Bom dia a todos e todas que dividem esta mesa, este debate, este importante e fundamental debate! Bom dia a todos que nos assistem pela TV Senado e pela divulgação Anfip!

Inicio a minha fala parabenizando a Anfip por esse livro e todos os livros na história da Anfip, que vem produzindo informações importantes sobre os caminhos da seguridade social no Brasil. Também sou pesquisadora da previdência e acompanho a Anfip. Vou aproveitar aqui e já pedir o meu exemplar também. (*Risos.*)

São fundamentais as publicações. Quero parabenizar a Anfip.

Bom, a gente vivenciou no processo, desde a Constituição Federal, várias contrarreformas da previdência. Essa última, que é a Emenda à Constituição 103, foi a mais agressiva, porque altera o regime próprio e o regime geral de previdência. Então, foi um ataque imenso ao conjunto da classe trabalhadora junto com uma contrarreforma trabalhista. E os impactos acredito que já estão em vários dados trazidos pela Anfip.

É importante dizer que a contrarreforma da previdência ainda está em curso com a aprovação da desconstitucionalização de regras básicas da previdência, estamos vivenciando ainda. Ela está em curso, essa contrarreforma que pode ter alterações a partir dessa desconstitucionalização de leis ordinárias, decretos, enfim, o Governo está com a possibilidade de alterar ainda mais a previdência social.

Além disso, é de conhecimento, acredito, de toda a sociedade que o INSS vive problemas estruturais, desde com a estrutura física até a falta de recursos humanos – perdemos cerca de 50% do quadro funcional –, agências sucateadas. O INSS construiu, transformou, fez uma transformação digital, mas os servidores não têm internet para que possam atender a população com qualidade.

Esse processo de transformação digital se inicia em 2017. Aqui, ninguém é contrário à digitalização, à transformação digital, ao uso de plataformas, mas a realidade da população que busca o INSS é de cerca de 70% de pessoas que recebem de um a dois salários mínimos. São famílias e pessoas que não têm acesso a essas plataformas digitais.

Então, assim, a forma como foi implementado isso no INSS tem restringido o acesso ao direito e também tem transformado os processos de trabalho dos servidores, a partir da imposição de metas de produtividade. Eu sempre repito – e não é a primeira vez que eu estou em uma audiência com o Paim –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que no INSS existe um assédio moral organizacional e institucionalizado, a partir de imposição de normativas e de metas abusivas de produtividade.

A Fenasps está com uma pesquisa com relação à saúde dos servidores, estamos no momento de levantamento das informações e de preenchimento de formulários. Pelos dados preliminares, nós já temos um alto índice de adoecimento mental da categoria. Esses dados preliminares já demonstram 10% da categoria com ideação suicida, para gente ver a gravidade do assédio moral institucionalizado no âmbito da autarquia.

E isso, todo esse conjunto da contrarreforma trabalhista, com a contrarreforma da previdência, alteração nos processos de trabalho, restrição de acesso da população através de meios digitais, tem impactado muito mais na restrição, na diminuição dos benefícios.

É importante uma informação, Senador: além da redução – a Anfip trouxe os dados de óbitos –, a gente teve pessoas que faleceram na fila do INSS e nem conseguiram ter acesso a esse direito. E essa fila se dá por não investimento na estrutura, por não realização de concurso público. Não resolveremos os problemas estruturais do INSS fazendo transformação digital.

Eu gostaria de aproveitar este momento... Eu disse aqui no início da minha fala que as contrarreformas da previdência estão em curso, e a gente tem aí uma medida provisória – estávamos aí, na semana passada, no Congresso –, essa Medida Provisória 1.113, que traz no texto inicial a alteração dos benefícios por incapacidade. A gente já teve contrarreformas com medida provisória, que foram os processos de revisão, o tal pente-fino do INSS; neste momento, ela ataca, vou dar um exemplo, o auxílio-acidente, que é um benefício indenizatório e que também passará por processo de revisão. Na minha pesquisa de mestrado, eu trouxe um dado com relação ao auxílio-acidente. A gente teve a maior parte de concessões – 220% das concessões – dos auxílios-acidentes através da judicialização, e são esses benefícios que serão atacados. Nós tivemos 43 emendas apresentadas, e já existe o relatório preliminar do Relator, que é o Deputado Silas Câmara. Dessas emendas, ele acatou uma emenda que terceiriza as avaliações sociais para os Centros de Referências de Assistência Social.

E aí eu vou falar da realidade aqui do DF. Estou acompanhando aqui os jornais do Distrito Federal. Aqui em Brasília, todos os dias aparece no jornal que as famílias estão dormindo dois dias na frente dos Cras para ter uma atualização de cadastro único. Imagine como vai ser – a gente já tem problemas em toda seguridade social – levar mais essa demanda para os Centros de Referência de Assistência Social. E tudo está muito bem organizado, porque teremos aí a implementação... Anuncia-se para este ano o instrumento único de avaliação da deficiência, que o Senador também tem acompanhado; há mais essa demanda vindo para o INSS, ou seja, há o ataque às pessoas com deficiência. É isso que está colocado, a terceirização desse atendimento, e até que isso pode ser passado para a iniciativa privada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é extremamente grave. Isso, mais uma vez, ataca inclusive o serviço social na previdência. Há um processo de extinção desse serviço, já que não é a primeira vez que enfrentamos isso.

Então, essa medida provisória precisa ser derrubada. Tem outras emendas, a 8 e a 11, que não foram aceitas, mas tem grupos divulgando para o conjunto dos servidores, em que está colocada a carreira típica de estado. Junto com isso, está a unidade gestora única, junção de regime próprio com regime geral, que já está acontecendo, e mais: que o INSS operacionalize vários benefícios da política de assistência – eu estou falando de auxílio gás, auxílio da União –, ou seja, essas emendas destroem a previdência e a assistência social de uma só vez. Então, é muito grave.

A federação defende o conjunto da classe trabalhadora, todos os trabalhadores. Temos um acordo de greve. É projeto de lei o instrumento ideal para a gente conseguir a carreira típica de estado, que foi uma pauta da greve. Entramos em greve por conta desse caos estrutural tanto para a população quanto para o INSS. Então, estamos aí neste momento, a federação, defendendo as pautas e os compromissos assumidos por este Governo com relação às pautas. Agora, neste momento, a gente luta para que o acordo de greve seja cumprido, dentre eles a valorização da carreira, a questão do vencimento básico. Os servidores do INSS fazem parte de uma das categorias que têm o vencimento básico inferior a um salário mínimo. Essa é a realidade da valorização que o Governo diz dessa importante política pública no país. Então, estamos, neste momento, lutando para que o acordo de greve seja cumprido, mas que seja cumprido também defendendo a existência da previdência social pública, que está em risco com todas essas medidas tanto de gestão quanto a contrarreforma. A junção de vários benefícios com uma unidade gestora única é destruir a previdência social pública, é descaracterizar a política pública de previdência. Então, ressalto aí a defesa da seguridade social como importante para o conjunto da classe trabalhadora e a valorização de todos os serviços públicos. Vamos continuar nessa luta.

Agradeço imensamente o espaço e parabenizo mais uma vez o Senador Paulo Paim, que é um defensor histórico da política de previdência. Parabenizo também a Anfip, que traz subsídios importantes para a gente discutir a realidade da seguridade social, da previdência e das demais políticas públicas.

Obrigada.

E bom dia a todos!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Dra. Viviane Aparecida Pereira Peres, Diretora de Políticas Sociais da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), que faz uma série de denúncias e deixa também uma série de propostas.

Eu quero dizer que todo o resultado desta reunião a assessoria vai compilar para ver os encaminhamentos e vai discutir com vocês qual é a melhor forma de nós ajudarmos em tudo aquilo que vocês estão falando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como nós estamos correndo contra o tempo, de imediato, eu passo a palavra para o ex-Presidente da Anfip, Floriano Martins de Sá Neto, representante do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional), que já participou na sessão anterior do lançamento do livro da Anfip.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Cumprimento a todos e a todas que estão aqui na mesa, que estão no virtual, que estão nos assistindo pela TV Senado.

Muita falta que fez este espaço, faz este espaço de interlocução, Senador Paulo Paim, principalmente para falar de previdência social, que é um assunto inesgotável, é um assunto da nossa vida. Eu poderia ficar falando aqui 30 minutos, vou tentar ser o mais conciso possível, mesmo porque do que a Verônica e a Viviane falaram eu assino embaixo, porque elas estão vivenciando o dia a dia do INSS. Eu fui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Se der tempo...

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO (*Por videoconferência*.) – Oi?

Eu estive...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Estavam me chamando para a outra sessão lá no Plenário. Eu digo: eu só vou para lá quando terminar aqui. Faz-se bem feito uma coisa, porque duas coisas ninguém faz bem feito no mesmo minuto, no mesmo espaço.

O.k., é contigo! Vamos lá, Floriano!

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO (*Por videoconferência*.) – É só para dizer, Senador, que a gente não fica abismado, porque as notícias são públicas, não é? Mas, quando você vê o relato da situação por que passa o INSS e dos retrocessos que nós tivemos agora, finalizando com a Emenda Constitucional 103... E agora vem, na sequência, a regulamentação dela. Eu tenho a dizer que a Previdência comemorará, no dia 24 de janeiro do ano que vem, cem anos. Aí eu tive a curiosidade, ontem, para tentar me preparar para esta fala de hoje, de verificar o plano de benefícios, a história da lei, o que a antecedeu, sempre com a luta dos trabalhadores, unidos, lutando pela primeira... Os mais organizados, na época, eram os trabalhadores das ferrovias. Vem toda essa história, e chegamos a 1988, quando achávamos que tínhamos um modelo ideal. E temos um modelo ideal!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Floriano, agora eu vou interrompê-lo mesmo! Mas não se preocupe, não é porque o seu tempo terminou.

Eu quero só que fique registrado... Eu achei interessante que serão cem anos da Previdência. É para a gente organizar, na primeira semana de fevereiro, uma sessão temática no Plenário do Senado – eu já vou orientar a assessoria para fazer o requerimento – com esses convidados – e podemos ampliar –, para discutirmos a previdência no Brasil. Então, baseado na sua fala, eu já me prontifico a fazer o encaminhamento dos cem anos da Previdência, com tudo que ela representa.

O.k., o tempo é seu de novo!

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO (*Por videoconferência*.) – O.k.!

Terminamos rapidamente.

Então, a gente lembrou a Lei Eloy Chaves. E não tem como não falar da Lei 11.457, que criou a Super-Receita, quando eu saí do INSS ou "fui saído" do INSS. A fiscalização da Previdência foi unida à Receita Federal. E lá também nós temos, hoje, a situação de servidores do INSS que estão na Receita ainda em caráter precário. Não se resolveu isso, e isso é necessário.

Tenho a dizer que os auditores fiscais, igualmente... A Receita Federal passa por um processo de sucateamento. Para o senhor ter uma ideia, Senador, nós estamos com um corte orçamentário, neste ano, de 50% do custeio. Então, os sistemas estão parados, o desenvolvimento, afora esse fechamento das unidades físicas em função de acessos tecnológicos. Só que a imensa população brasileira fica apartada, não é?

Eu estive também olhando as notícias agora sobre a greve que foi feita pelos funcionários do INSS há dois meses. Nós tivemos aí a notícia de 1,7 milhão de pedidos de benefícios na fila. Senador, o senhor lembra que, no passado, a fila era pública, não é? Aí a televisão olhava. Hoje a fila está dentro dos computadores. Então, as pessoas estão sofrendo da mesma forma, só que agora... Então, cabe à gente aqui, nesta audiência, cabe aos Senadores, cabe aos Parlamentares externalizar e lutar para que o INSS tenha condições de atender dignamente quem trabalhou a sua vida inteira e que, agora, no momento... Imagine o que houve na pandemia! Imagine essas alterações na legislação trabalhista que excluíram – isto foi muito bem falado aqui pelo Vanderley Maçaneiro – as pessoas do direito que vai completar cem anos. Agora nós estamos... Ao invés de irmos para a universalização da previdência para todos os trabalhadores, para todos os brasileiros, nós estamos neste caminho da retirada dessa possibilidade.

Estamos aí a condenar, por essas emendas, por esses acontecimentos recentes, as pessoas a trabalharem até morrer ou morrer trabalhando sem se aposentar. Isso é muito triste, mas ao mesmo tempo nos dá força para lutar. Nós somos um sindicato de auditores fiscais, que estão agora também sofrendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa questão desse Pext, agora os nossos aposentados sendo transferidos para esse departamento, agora dentro do INSS, e o INSS não tem competência, com servidores inclusive de fora, impedindo, transformando isso numa autêntica caixa de depósito de aposentados. Isso não é humano. Isso não traz dignidade. Isso não é progresso. Isso é contra até a própria Emenda 103, que previa a regulamentação, e eu tenho até medo de que isso venha a acontecer nesse atual estágio que nós estamos.

Então, Senador, é só me juntar aos companheiros do INSS, dizendo que, na Receita Federal, os auditores continuem em mobilização, basicamente por recomposição do orçamento do órgão – ou seja, o órgão tem o orçamento de custeio cortado em 50%, como é que ele vai prestar serviço na sociedade? –, recomposição do quadro de servidores, de auditores, que está no nível mais baixo que nós tivemos em toda a história recente. E, mais ainda, uma luta por um acordo salarial que faz cinco anos e não é regulamentado. Por isso os auditores estão em mobilização. E mais: hoje aqui nós somos solidários a todos os trabalhadores do INSS. Eu estive no INSS da sua fundação até 2007, mas o sangue que corre aqui é o previdenciário. Estaremos juntos debatendo, aperfeiçoando e, se Deus quiser, fazendo reformas em sentido contrário às que foram aprovadas nos últimos anos. Contem com o Sindifisco Nacional para isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Floriano Martins de Sá Neto, representante do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional).

Só para lhe dar uma notícia boa, Floriano: eu consegui aprovar, antes de entrar aqui, lá na Comissão de Economia, uma audiência pública lá para discutir a situação da Receita Federal do Brasil. Era um pedido de vocês que nós conseguimos aprovar hoje pela manhã.

O Vilson Antonio Romero, nosso querido Presidente da Anfip, está com outro compromisso, então eu vou passar a palavra a ele neste momento.

Antes, Romero, permita: eu queria agradecer muito, como eu sempre faço, porque eu não sou o Presidente desta Comissão – eu estava na de Refugiados e vou passar hoje para um Presidente que vem da Câmara dos Deputados –, eu queria agradecer muito ao Presidente desta Comissão, Sérgio Petecão, e à Vice, Zenaide Maia. Eu entrei com o requerimento, e eles me deram oportunidade, a honra de presidir o Colegiado de pessoas ilustres como vocês. Está sendo para mim, sempre, um aprendizado.

A palavra é do Vilson Antonio Romero, Presidente da Anfip.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia novamente a todos e todas. Saúdo todos os companheiros que estão participando deste debate de um tema que é fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem olha o Boletim Estatístico da Previdência Social de maio vê que a Previdência paga religiosamente, mensalmente – e pagou no mês de maio –, 36 milhões de benefícios. Se nós somarmos a média de sustento de dependência de mais uma e meia a duas pessoas, nós temos 100 milhões de brasileiros dependendo da previdência social. E, acima de tudo, a economia de quase 70% dos municípios pequenos e médios também espera pelo retorno dos recursos que são carreados mensalmente pela previdência social.

E a precariedade dessa estrutura nós vemos – que já foi relatada pelos que me antecederam – que depende, como nós sabemos, de melhorar toda estrutura de logística, realocar para termos quadros adequados, e de fato termos aquele atendimento presencial que apesar dos problemas da pandemia... Nós sabemos da falta de inclusão digital da maioria dos trabalhadores brasileiros, e o INSS joga tudo para um aplicativo na internet que infelizmente não é acessível e nem acessado.

Nós temos que ter essa preocupação, principalmente como bem mencionou o Senador, porque já estão agendando perícias médicas para 2023. Hoje, o jornal *A Tribuna*, do Espírito Santo, revela que foram pagas aposentadorias a 8.500 pessoas falecidas. Então, há uma enormidade de descontrole que nós, durante muito tempo, debatemos na CPI da Previdência, quando dizíamos que tínhamos de cobrar mais agilmente a dívida ativa previdenciária. E isso continua sem se efetivar, nós continuamos com cerca de R$700 bilhões a R$800 bilhões de dívida previdenciária, sendo recuperada em 1,5% ao ano, quando essa dívida previdenciária tem um crescimento estimado de 15% a 20%.

Essa agilidade na cobrança, para termos recursos, é para dirimir efetivamente a desoneração ou esses gastos tributários todos que impactam definitivamente as contas da previdência, mas é lógico que a recessão econômica, o desemprego, toda essa situação de precarização do contrato de trabalho é efetivamente enxugador desses recursos.

Então, nós temos que, com muito carinho, com muita tranquilidade, no vislumbre de um novo governo, repensar essa estrutura da Previdência Social, porque, como vimos, como declaramos, ela hoje está totalmente precarizada, com prédios caindo aos pedaços, sem condições de atendimento, com um atendimento digital que não é acessível para a grande maioria dos trabalhadores, e, acima de tudo, com um quadro de pessoal envelhecido e muito reduzido. Portanto, temos que tratar dessas questões todas.

Há poucos dias, um ex-dirigente da Previdência há muito tempo, fez uma manchete, no *Correio Braziliense*, dizendo que é possível reduzir a fila em poucos meses. Mas esse mesmo dirigente esteve lá durante 2 ou 3 anos, neste Governo, e não contribuiu para que isso acontecesse. Então, nós todos temos essa responsabilidade.

A Anfip é parceira na busca de soluções, como o Senador e os companheiros sempre souberam. O Senador sabe que desde o tempo da CPI, nós buscamos e apresentamos alternativas, e esse relatório está lá disponível para quem quiser, nos *Anais* do Senado, e até agora não avançaram as proposições concretas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre melhoria das condições de atendimento, de efetivamente ter uma proteção social, nessa grande rede de distribuição, quiçá o maior instrumento de redistribuição de renda no mundo ocidental.

Senador, essa é a palavra da Anfip. E a Anfip continua, a exemplo do que falou o companheiro e auditor Floriano, também muito preocupada com a desestruturação daquele órgão da administração tributária que busca os recursos para manter o INSS. Nós nos ombreamos nesse grande debate, que é fundamental para todos, para a sociedade.

Eu saúdo também a presença da Silvia Helena, do Sindireceita, que sabe dessa preocupação dos analistas tributários também sobre o desmantelamento da estrutura que arrecada recursos para a previdência social.

Um grande abraço a todos e muito obrigado pelo espaço, Senador.

Que continuemos nesse debate e que, acima de tudo, no vislumbre de um novo governo, remontemos, façamos a reconstrução do seguro social brasileiro!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Floriano Martins de Sá Neto, representante do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional).

Eu estava aqui confundido, viu, Floriano? O Floriano fica todo dia falando comigo.

Romero, primeiro quero dizer que a sua fala foi brilhante. Você lembrou a CPI da Previdência. O papel da Anfip, Romero, que vocês tiveram lá, foi fundamental. É um documento que não é aproveitado. Ali mostra os caminhos de tudo que vocês hoje estão aqui denunciando e, claro, complementando ainda.

Então, Vilson Antonio Romero, Presidente da Anfip, fica aqui o nosso carinho, o nosso respeito. Você é gaúcho dos quatro costados, viu? É lá da fronteira do Rio Grande e tem feito sempre um trabalho belíssimo também na defesa da previdência pública.

Obrigado por tudo, Romero. Bom te ver.

Passo a palavra agora à Silvia Helena de Alencar Felismino, Secretária-Geral da Pública Central dos Servidores.

A SRA. SILVIA HELENA DE ALENCAR FELISMINO (*Por videoconferência*.) – Oi. Estão me ouvindo? Alô.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Estamos ouvindo bem, perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SILVIA HELENA DE ALENCAR FELISMINO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Ah, tá. Obrigada.

Bom dia a todos e a todas.

Mais uma vez na luta em defesa do serviço público, em defesa da previdência pública, em defesa do cidadão brasileiro, Senador Paim, na sua figura, eu agradeço a todos os presentes e agradeço mais uma vez a atuação presente e permanente do Senador.

Os que me antecederam já falaram tudo. Obrigada, Romero, por citar o Sindireceita, por citar o analista tributário, mas hoje aqui eu falo em nome da Pública Central do Servidor, embora a Pública também acompanhe esse sucateamento de todos os órgãos, em especial da Previdência e da Receita Federal, que é o órgão que arrecada para o Estado e está sendo sucateado.

A intenção clara deste Governo no sucateamento do serviço público e da Previdência é obviamente dizer que os serviços públicos não funcionam, os servidores públicos não sabem fazer e aí vamos passar para iniciativa privada. O discurso é sempre o mesmo: de que nós não temos compromisso, não temos qualificação, temos estabilidade, quando, na verdade, o que não temos é estrutura. Do resto temos tudo: competência, compromisso, capacidade e envolvimento.

Nossa luta é constante contra o desmonte do Estado, da Previdência Social e do serviço público. Temos que entender a previdência social como um todo e separar o recurso da previdência do recurso da assistência social. O que este Governo faz? Ele mistura os orçamentos... Ele mistura as despesas, não os orçamentos, e, com isso, ele aponta um déficit inimaginável e incurável na previdência. Porque ele mistura. São questões distintas: assistência social é uma função necessária e exclusiva do Estado; a previdência social também, mas a previdência social tem a contrapartida do trabalhador, que deveria ter a do Estado, e não tem.

Então, eu me somo a tudo que já foi dito. Preocupa-me muito essa postura do Governo de tentar empurrar todos para a previdência privada, através de bancos, porque o que é dito é que os bancos resolvem tudo, assim como a reforma trabalhista iria resolver todos os problemas dos trabalhadores. Não aconteceu.

Quantas reformas da previdência nós tivemos? Essa última, que foi a... Eu não consigo chamar nem de reforma, nem de "deforma", porque foi uma coisa bruta, cruel. Ela foi cruel com o trabalhador brasileiro. E, aí, essa reforma iria resolver tudo. Mas já se fala em uma nova reforma no próximo governo, caso seja mantido o Governo que aí está, que eu espero que não.

Então, essa PEC 103 foi a PEC da crueldade, porque ela tratou o trabalhador brasileiro como um nada, ela desrespeitou todos os direitos adquiridos e ela não levou em conta o sacrifício, o trabalho, a contribuição do servidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Estado atual caminha para o não Estado e para a privatização.

As pessoas costumam dizer que o neoliberalismo quer o Estado mínimo. Quanto a esse neoliberalismo implantado no nosso país, eu discordo: ele não quer o Estado mínimo. Ele não quer Estado para o trabalhador e ele quer o Estado máximo para o capital. Então, é uma visão de não Estado para quem precisa se utilizar do Estado e uma visão totalmente paternalista e totalmente entreguista diante do mercado, mercado esse que não investe no capital produtivo, que é o que gera emprego, que é o que gera crescimento, que é o que é possível financiar as políticas públicas do país. Mas hoje nós não temos políticas públicas; para que pensar nisso, não é?

Eu tenho muito orgulho de ser analista tributária, eu tenho muito orgulho de ser servidores pública e é com um orgulho maior ainda que estou na Pública, na luta da defesa do serviço público, da previdência pública, na luta contra o sucateamento do Estado, na luta contra essa reforma administrativa, que vinha para desestruturar o pouco que sobrou dentro do serviço público pós-reforma da previdência.

E quero dizer que, na Receita, nós também estamos sofrendo um sucateamento imenso. Não sei se na mesma medida do INSS, porque o INSS já sofre há mais tempo, e as pessoas que se utilizam do INSS são bem mais necessitadas, porque elas vão num momento pior da sua vida, um momento de doença, um momento de fragilidade.

Então, eu queria só dizer que a Pública está presente em todas as lutas, agradecer a todos os que aqui estiveram junto conosco, nesta audiência pública.

Mais uma vez, Senador Paim, muito obrigada. Obrigada, Senadora Zenaide, que também sempre esteve ao lado do Senador Paim nas lutas.

É isso. Nós continuamos na luta eterna e, dentro da Receita, nós continuamos na luta pela recomposição, pelo cumprimento do nosso acordo, assinado em 2016. A Pública continua na luta pela recomposição das perdas salariais do serviço público, que está... Não só do serviço público, mas do trabalhador brasileiro.

Precisamos rever isso, dar dinheiro a quem precisa, dar emprego a quem precisa, e não a quem já tem demais e está sugando o nosso país.

Muito obrigada e um grande abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem! Muito obrigado, líder Silvia Helena de Alencar Felismino, Secretária-Geral da Pública Central do Servidor, pela sua exposição, cobrando do Governo posições adequadas, correspondentes à luta do servidor. Aí vai emprego, salário, concurso – vai de tudo um pouco – e a qualidade de vida da nossa gente. Com certeza, o atendimento à previdência poderia melhorar e muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, de imediato, Emerson Jorge da Cruz Pires, Coordenador-Geral de Relacionamento com o Cidadão da Diretoria de Benefícios do INSS. (*Pausa.*)

Parece-me que ele não está na tela. Vamos em frente.

Chamamos agora Patrícia Souza Oliveira Ramos, assessora técnica especializada da Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência. (*Pausa.*)

Também não está na tela.

Vamos agora para Alba Cristina Nogueira Lopes, representante do Consórcio...

A SRA. PATRÍCIA SOUZA OLIVEIRA RAMOS (*Por videoconferência.*) – Bom dia! (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Não estamos te ouvindo.

Alba Cristina Nogueira Lopes, representante do Consórcio de Sindicatos do Seguro e Seguridade Social da CUT.

A SRA. ALBA CRISTINA NOGUEIRA LOPES (*Por videoconferência.*) – Bom dia! Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Agora melhorou.

A SRA. ALBA CRISTINA NOGUEIRA LOPES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Paulo Paim, em sua pessoa e da Senadora Zenaide, eu cumprimento a todos os participantes, todos que contribuíram e estão contribuindo para a realização desta tão importante, mais uma importante audiência pública com esse tema tão caro para o povo brasileiro.

É importante a gente ressaltar a riqueza que cada audiência dessa nos traz de dados, de olhares diferentes, de elementos que nos mostram e também nos apontam as saídas, como a gente romper com essa situação de calamidade pública que assola essa política tão importante.

Eu quero trazer um elemento. Assim: o que está acontecendo com a previdência no Brasil não é uma coisa fortuita, não é uma crônica de uma morte anunciada, em que não houvesse possibilidade de ter interferências que pudessem redirecionar esse quadro caótico que hoje a previdência social vive no Brasil. Há uma intencionalidade, Senador Paulo Paim, por parte deste Governo. Alguns companheiros que me antecederam já falaram das características deste Governo, mas, como se materializa isso dentro do INSS para além dos recursos, para além das estruturas apresentadas? Faz parte de uma gestão, de um modelo de gestão altamente centralizadora. E a centralização dessa gestão busca o controle absoluto sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa política. Como essa centralização se materializa? Havia um número de instâncias antigamente que enraizava a análise e o olhar da Previdência sobre os seus diversos rincões no Brasil, esse país continental. O que a gente percebe com essa centralização é evidenciado principalmente com a ruptura de instâncias de poder anteriormente existentes – como superintendências, como as próprias gerências – e do poder que cada agência tinha na definição da sua rotina de trabalho, na análise dos seus benefícios e na alocação de recursos para suprir as suas dificuldades. Então, havia um companheirismo, uma solidariedade entre agências, que permitia o deslocamento de servidores mais capacitados em determinadas situações de precariedade daquela agência, e a gente ia conduzindo com muito mais harmonia esse gigante previdenciário em nosso país.

Então, com essa gestão centralizada, há um número reduzido de pessoas envolvidas nos diversos processos e no processo geral da Previdência. Com esse número reduzido de pessoas, há também, como consequência, uma diminuição de pessoas no atendimento. Então, anteriormente, nós tínhamos 100% de atendimento presencial: cada benefício tinha o seu momento em que havia a relação pessoal *tête-à-tête* do servidor com o segurado requerente. Hoje, nós temos 100% de atendimento *online*, estigmatizado, como várias pessoas já colocaram, quando um número muito pequeno de segurados do INSS sequer tem acesso à internet.

E isso vem agravado por uma coisa absurda, Senador Paulo Paim, que é a utilização da inteligência artificial para a análise de benefícios. Então, hoje nós temos na Previdência Social robôs analisando os processos concessórios. Essa análise feita pelo robô traz um prejuízo muito grave, porque a digitalização... O processo tecnológico é um avanço na nossa própria sociedade atual, é um fenômeno do mundo contemporâneo, que permite uma abrangência, uma profundidade, uma velocidade de processamento; no entanto, ele não pode ser absoluto. A gente tem que levar em consideração a qualidade da digitalização desses documentos, a qualidade dos documentos que são apresentados pelos segurados que têm imperfeições causadas pelo próprio tempo. E esse robô simplesmente nega o benefício sem um pedido de exigência.

Então, o processo previdenciário é um processo construído a várias mãos, com várias análises. Os sindicatos têm um papel fundamental em fazer essa mediação – a educação previdenciária também fazia isso. E, nessa construção, nessa verdadeira tessitura social, nós temos um resultado mais digno da particularidade da história de vida de cada um.

Em contraposição a isso, nós tínhamos uma gestão, nos governos democráticos populares, de descentralização, que permite uma expansão desse poder, com um maior número de pessoas envolvidas no processo, aliada à inteligência artificial com a sensibilidade humana na análise dos benefícios, que traz um atendimento às especificidades de cada trabalhador, de cada trabalhadora, e uma inclusão social maior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa gestão centralizada traz um fechamento de agências da previdência; populações vindo de municípios distantes, dormindo em terminais rodoviários, nas portas das agências, para cumprir algumas exigências, como perícias médicas, do processo de requerimento; e um crescimento muito grande de indeferimentos, inclusive mortes de segurados ainda na fila, sem ter o direito de usufruir essa proteção social. Então, cresce também o número de atravessadores, que tentam facilitar esse requerimento, negando, trazendo um alto custo para os cidadãos, que deveriam ser sujeitos de direitos.

Então, eu compreendo, Senador, que, de tudo que é colocado aqui em cada audiência dessa, nós temos que nos constituir como uma grande frente de recuperação da seguridade social do nosso país, trazendo todos esses elementos que estão colocados, para que a gente possa combater e trabalhar mesmo nessa reconstrução.

Ao lado disso, nós temos também – e aqui ninguém vai inventar a roda – instrumentos legais já definidos no nosso país. Nós temos um relatório da CGU, de 2020, que aponta os desastres nessas rotinas de trabalho colocadas. E a gente pode se basear nesse relatório para cobrar as providências cabíveis. Existe também um recurso extraordinário que foi selado pelo STF a partir de uma demanda do Ministério Público – acho que de Santa Catarina –, o Recurso Extraordinário 1171152, que trata do prazo de análise de benefícios. E – para concluir – ele cria, nesse recurso, uma central unificada de cumprimento emergencial de prazos. E essa comissão, essa central é composta pelo próprio ministério, pela CGU, pelo INSS e outros órgãos e estabelece que, se o INSS não cumprir aqueles prazos de 30, 90 dias, esta central tem autonomia para conceder os benefícios em até dez dias. Então, cobrar também o andamento das conquistas legais que nós fizemos também faz parte disso.

E, para concluir, nós temos recentemente a decisão judicial que obriga o INSS, que determina que o INSS contrate, em caráter emergencial, pelo caráter emergencial que nós estamos vivendo, os remanescentes do último concurso, que foi realizado em 2015 e em 2016, em função de o próprio INSS ter terceirizado com militares, o que não deu resultado, e agora estar querendo terceirizar em outra frente.

Então, há essa decisão judicial, e o INSS tem 30 dias para cumprir o chamamento dessas pessoas que foram aprovadas, que se submeteram a todo o rigor de um concurso público e que estão aptas e preparadas para tomarem seus postos na construção dessa política e em defesa da dignidade humana, que o nosso INSS presta.

Então, parabéns a todos! Aqui existem braços e abraços de luta pela dignidade do povo brasileiro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Alba Cristina Nogueira Lopes, representante do Consórcio de Sindicatos do Seguro e Seguridade Social da CUT, que deixa aqui uma série de contribuições, inclusive de encaminhamentos, para melhorar a nossa previdência pública. Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu havia chamado antes, mas não estava na tela; percebo que se encontra agora, mas ele estava antes também e agradeço pela presença. Passo a palavra para o Sr. Emerson Jorge da Cruz Pires, Coordenador-Geral de Relacionamento com o Cidadão da Diretoria de Benefícios do INSS. E, em sequência, vai falar com a Sra. Patrícia Souza Oliveira Ramos, Assessora Técnica Especializada da Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência.

Por favor, Dr. Emerson, a palavra é sua.

O SR. EMERSON JORGE DA CRUZ PIRES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, bom dia a todos! É um prazer estar aqui, viu, Senador Paulo Paim? É um prazer estar com todas as outras pessoas aqui que estão preocupadas com a proteção da previdência social em todo o país.

Eu gostaria de destacar a importância, em primeiro lugar, do INSS na contribuição de estabelecer para o cidadão brasileiro o reconhecimento do direito dele no momento em que mais precisa. Como foi falado em falas anteriores, hoje o INSS paga cerca de 36 milhões de benefícios ao cidadão brasileiro, ele é fundamental na economia de muitos municípios do nosso país. E, como uma das maiores autarquias do país, o INSS também passa por grandes desafios. O principal deles é, como foi falado também, a diminuição do nosso quadro de servidores – isso é uma constatação, é um fato. Hoje, o INSS se encontra com cerca de 19 mil servidores dentro do seu quadro funcional e lida também com uma demanda bem grande.

Hoje, o INSS passa por diversos processos no sentido de melhorar o atendimento à população brasileira, e uma das frentes da gestão atual para esse ano é trabalhar em quatro frentes. A primeira delas está relacionada com a questão da reabertura das unidades, de todas as unidades de atendimento do INSS. Por conta da pandemia, por conta da diminuição do nosso quadro de servidores, existem ainda algumas unidades do INSS no nosso país que se encontram fechadas por conta da falta de servidores para ocupar esses postos de trabalho. Dentro disso, hoje, a gente possui já cerca de 90% das nossas unidades de atendimento – das 1.586, 94% das nossas unidades de atendimento – reabertas após a pandemia, e a gente está num processo de reabrir todas, 100% das unidades até o final do ano.

A outra frente que a gente tem trabalhado muito dentro do INSS está relacionada à capacitação dos nossos servidores. Aqui pela direção central, foram programadas 19 capacitações relacionadas diretamente ao reconhecimento de direitos de benefícios para o cidadão.

Outras duas frentes que nós temos atacado diretamente dizem respeito à automatização do nosso reconhecimento, da nossa análise de benefícios – hoje cerca de 20% dos benefícios que são decididos pelo INSS passam por meio de um processo de automatização nessa análise; e é importante ressaltar que o INSS tem seguido o fluxo do mundo no sentido de tentar trazer a tecnologia como uma ferramenta a mais para poder auxiliar na análise dos próprios reconhecimentos, do próprio benefício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outra frente é a redução do nosso estoque: o INSS chegou a ter um estoque, que dependia exclusivamente da análise de servidores do INSS, de 1,9 milhão no ano passado; a gente chegou no início deste ano com basicamente 1,7 milhão, conseguimos baixar bem; e agora, em junho, a gente bateu um estoque de 1.526.461 requerimentos pendentes de análise administrativa pelo servidor do INSS. Então, em meio à redução do quadro de servidores, em meio ao aumento na nossa demanda, o INSS também conseguiu trabalhar de maneira que pudesse ter uma redução no estoque de requerimentos que se encontram em atraso hoje dentro da instituição.

Dentro da linha, que é tão importante, da proteção social, o INSS tem trabalhado no sentido de aumentar a sua capacidade de atendimento. Dentro dessa questão, o INSS tem feito algumas iniciativas importantes. A primeira delas está relacionada com a formalização de acordo de cooperação técnica junto a entidades representativas, como colônia de pescadores, como entidades representativas de várias categorias de trabalhadores, bem como vinculado a prefeituras que podem, em parceria com o INSS, oferecer um espaço onde o cidadão possa, através de capacitação pela equipe do INSS, ser atendido nessas entidades ou em entidades públicas, oferecendo serviços de requerimento e de informação ao cidadão.

Para combater diretamente a questão do estoque, a gente tem trabalhado junto ao programa especial que é decorrente da Medida Provisória 1.113, de 2022, que faz com que os servidores venham a trabalhar em horário além da sua jornada, mas recebendo uma bonificação especial por conta disso, para que possam atender e reduzir também o estoque do INSS. É importante destacar que essa medida provisória está para ser votada e que essa medida provisória é fundamental para o INSS, para que mantenha o ritmo de análises de benefícios dentro da casa, tendo em vista a escassez dos servidores que nós temos vivido no momento.

Outro ponto importante que a gente tem trabalhado de acessibilidade tem sido na possibilidade agora do acompanhamento de intérprete e tradutor da língua de sinais, libras, durante o horário de atendimento das nossas agências, favorecendo as pessoas que precisam desse serviço.

Outro dado importante é a acessibilidade por meio da nossa central 135, onde, a partir de setembro, a gente vai oferecer serviço de gratuidade a partir de ligações de celular. Boa parte da população não tem acesso a telefone fixo, mas, tendo acesso ali ao celular, ele pode obter ali o requerimento dos nossos serviços, orientações também, bem como a certificação das pessoas com deficiência no sentido de facilitar, por meio dessa certificação, quando ela já passou pela análise dos benefícios assistenciais dentro do INSS, a obtenção de outros benefícios do Governo que dependam dessa análise para reconhecimento do seu estado de pessoa com deficiência.

Bom, são esses os dados que eu venho trazendo, ressaltando que a principal missão do INSS é de fato garantir proteção social ao cidadão por meio do reconhecimento de direitos. A gente busca, por meio de todas as formas, por meio dos nossos servidores, trazer aí uma linha de trabalho para que o nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

servidor seja valorizado dentro do serviço que emprega, fazendo atividades que são de fato extremamente importantes para o cidadão, para que a gente possa alcançar esse estado de excelência no relacionamento com o cidadão em si.

Agradeço. É a minha fala, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Sr. Emerson Jorge da Cruz Pires, Coordenador-Geral de Relacionamento com o Cidadão da Diretoria de Benefícios do INSS. A gente agradece pelas informações.

De imediato, vamos então para a Sra. Patrícia Souza Oliveira Ramos, que eu havia chamado antes, pois eu vi que ela estava na tela. Não sei se ela se encontra.

A SRA. PATRÍCIA SOUZA OLIVEIRA RAMOS (*Por videoconferência*.) – Senador, eu estou com problemas seriíssimos na... (*Falha no áudio.*)

Bom dia, vocês me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Estamos te ouvindo bem, Patrícia. Pode falar.

A SRA. PATRÍCIA SOUZA OLIVEIRA RAMOS (*Por videoconferência*.) – Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Estamos te ouvindo bem. Pode falar.

A SRA. PATRÍCIA SOUZA OLIVEIRA RAMOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, quero cumprimentá-lo pela audiência e cumprimentar também a todos que estão à mesa.

Gente, eu vou ficar aqui sem o vídeo, porque a internet está muito ruim. Eu fiz várias tentativas, mas é melhor que eu fique sem o vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – O.k.

A SRA. PATRÍCIA SOUZA OLIVEIRA RAMOS (*Por videoconferência*.) – Bom, Senador, eu tenho deficiência visual, sou assistente social no INSS, servidora pública, e, atualmente, há poucos dias, estou assessorando tecnicamente a Secretaria Nacional de Previdência. Então, o meu papel aqui é apreender toda a discussão, porque é muito rica toda essa discussão trazida inclusive pela Anfip – eu gostaria de ter também acesso a esse material – e por todos aqueles que falaram antes de mim. O meu papel aqui é levar, ser a interlocução junto à Secretaria Nacional de Previdência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tudo o que foi colocado realmente precisa de um esforço da sociedade brasileira, sobretudo entender que todas as conquistas que nós temos de direito vêm da classe trabalhadora. Nós temos uma seguridade social que traz proteção, mas a gente ainda precisa avançar e fazer com que realmente a população brasileira tenha acesso a esse atendimento.

Então, como o meu colega do INSS colocou, o Emerson, algumas ações estão sendo desenvolvidas, outras estão por vir. A gente sabe que esse universo é muito grande.

Então, o meu papel aqui é esse, Senador. E também quero parabenizá-lo pela atuação constante na defesa dos direitos da pessoa com deficiência. Então, obrigada.

Eu farei todas as observações junto à secretaria, para que a gente possa pensar numa política que, de fato, atenda toda a concepção de seguridade social que a sociedade brasileira conquistou e vem construindo a partir dos instrumentos de participação, para que a gente, realmente, tenha essa função enquanto ministério de proposição de políticas públicas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Patrícia Souza Oliveira Ramos, Assessora Técnica Especializada da Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência!

Patrícia, eu desejo que você pegue logo todo o conteúdo e nos ajude nessa longa caminhada.

Quero dizer que eu tenho o maior carinho pelas pessoas com deficiência. Minha irmã... Eu só tive duas irmãs. Uma faleceu há algum período, mas foi uma lutadora e era cega. E o meu chefe de gabinete no Rio Grande do Sul, Santos Fagundes, é cego. É chefe do meu gabinete há quase 30 anos e faz um trabalho excelente. E o Luciano Ambrosio, aqui no gabinete de Brasília, que é cego também, faz um belíssimo trabalho.

Então, eu quero cumprimentá-la pela luta e por você ter chegado a este posto de assessora técnica especializada.

Competência vocês têm! Vocês só precisam de oportunidade. Essa é a mensagem a todas as pessoas com deficiência.

E, agora, vamos em frente, então!

Passamos a palavra para Vilma Ramos, Secretária-Geral do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social no Estado de São Paulo.

A SRA. VILMA RAMOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia, Senador Paulo Paim! Parabéns pela iniciativa!

Eu queria também parabenizar a Senadora Zenaide Maia, que proporcionou que nós estivéssemos também aqui, nesta discussão.

Eu não sei se eu sou a última, mas vou tentar fazer uma síntese. Há vários colegas aqui. Eu sou a última.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – É a última. É a última! Depois, haverá uma rodada de despedida, e cada um falará por dois a três minutos.

A SRA. VILMA RAMOS (*Por videoconferência*.) – Beleza!

Então, o que eu queria dizer... Vou tentar fazer até uma síntese sobre essa questão da previdência.

Já foi falado aqui, mas, na verdade, o INSS é um reflexo do tripé de destruição da Rede de Proteção Social que aconteceu de 2016 para cá. Hoje, o que nós temos no INSS é reflexo da reforma trabalhista, que precarizou... Aqui já foi falado pelos companheiros da Anfip sobre a diminuição da renda, sobre a diminuição da carteira assinada. A reforma da previdência é outro item que contribuiu muito para essa destruição da Rede de Proteção Social, da Seguridade Social, que está na nossa Constituição brasileira e que está totalmente desfigurada, porque retirou direitos de trabalhadores, retirou o direito à aposentadoria. Na verdade, nós entendemos – e é o que nós temos na prática – que o trabalhador brasileiro vai pagar a previdência e não vai se aposentar – esta é a realidade –, com o empobrecimento do país. E a pá de cal é a PEC 32, que é a privatização do Estado, é a entrega dos serviços do Estado brasileiro para a iniciativa privada, criando apenas um núcleo duro, que hoje já existe no serviço público, para aí você poder colocar empresas privadas dentro do serviço público.

Do ponto de vista do INSS, quero dizer que um órgão que tem 1,5 milhão de benefícios de reconhecimento inicial de direito represados, 1,5 milhão de pessoas, de famílias que não têm informação, mais 1 milhão de perícias médicas que não estão sendo atendidas e a população brasileira tem que estar agendando até 2023, e mais do que isso, 1,2 milhão de benefícios em recurso, porque é negado ao cidadão brasileiro, ao trabalhador brasileiro, não só o acesso, mas a ele é negado automaticamente... Por isso é que a nossa companheira Alba falou hoje que é a inteligência artificial não para o benefício do cidadão, do trabalhador, para essa empresa, para essa autarquia que faz distribuição de renda, não. A automação digital no INSS, nesse Governo, vem para cercear direitos e para indeferir automaticamente os benefícios. Então, quando a gente diz isso, nós temos que começar a discutir... Eu acho que o diagnóstico do INSS é reflexo, ele é um modelo hoje de Paulo Guedes, que o criou para capitalização da previdência social brasileira, então, o INSS, como outros órgãos, como o Incra, como a Funai, que a gente vê aí... Só que o INSS atinge milhões e milhões de trabalhadores e vai diretamente para a casa desse cidadão, que não consegue obter o benefício, um benefício assistencial, sua aposentadoria, sua pensão, porque o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modelo de 2016 para cá, 2017, iniciando com o golpe, com reforma trabalhista de Temer, culminando com a reforma da previdência de Jair Bolsonaro, de Paulo Guedes, e agora com a PEC 32, cerceia o direito.

E eu queria dar um exemplo muito simples do que era antes e do que era depois, meus companheiros que estão aqui e Senador Paulo Paim. Hoje eu peguei um caso de uma segurada que pediu um auxílio-maternidade no INSS. O auxílio-maternidade é o benefício mais simples que tem no INSS, em 15 minutos você conseguia no balcão, antes da implantação do Meu INSS digital, antes do fim do atendimento à população. Você chegava lá com a certidão do seu guri, com a sua papelada, era reconhecido que você é um segurado da previdência, o funcionário da previdência ia lá e conseguia em 15 minutos. Hoje, por conta da restrição do atendimento, está há cinco meses um benefício de auxílio-maternidade na fila, e sabe por que, Senador? Sabem por que, meus companheiros? Porque existe um erro cadastral na base de dados dessa segurada e ninguém consegue, numa pilha de 1,5 milhão, puxar a tarefa para conceder aquele benefício que, há mais de seis anos, era concedido em 15 minutos.

Então, o que nós estamos dizendo é que este modelo nós temos que repensar. Esse modelo não é um modelo da rede de proteção social. Esse modelo é um modelo de previdência privada. Dizer aqui que está investindo na tecnologia é muito bom. Vou dar outro exemplo. Outro dia, uma advogada – porque hoje os advogados têm acesso ao sistema – deu entrada numa aposentadoria... Numa aposentadoria não, numa pensão, e em duas horas o benefício estava indeferido. E por que estava indeferido? Estava indeferido porque o sistema faz uma leitura da vida daquele trabalhador ou daquele segurado, e o que acontece? Não tem uma intervenção humana, um robô vai ler o que está no sistema e indefere automaticamente.

Então, o INSS hoje tem um modelo assim: 1) fim do atendimento ao segurado da Previdência Social, o que é um crime, porque ele poderia resolver o problema diretamente no balcão e, inclusive, ter a concessão ali se estivesse com os documentos todos em mãos, como era feito, em 30 minutos; 2) o não investimento em relação à mão de obra, concurso público. Veja, não tem. E isso em qualquer órgão.

Dizer aqui que nós vamos tirar um milhão de benefícios, 1,2 milhão de reconhecimento inicial de direito, um milhão de perícias médicas, mais 1,2 milhão nos recursos da previdência, porque são gerados em virtude de intervenientes mal feitos, de análises e de questões que não são culpa do funcionário, dizer, como disse o nosso companheiro da Anfip, que teve um dirigente que já foi dirigente do INSS ou, se não me engano, da previdência, em três meses, isso é iludir a população. Não é verdade. Nós trabalhadores da previdência não temos condições – não temos condições humanas, tecnológicas, técnicas, de capacitação – para dar vazão a um acúmulo de anos de desgoverno.

Eu queria fazer um pouco essa análise, porque nós temos que passar desse diagnóstico para ir para a solução, para onde nós queremos chegar. Se no ano que vem – este ano nós temos eleições presidenciais – se perpetuar esse modelo, será a pá de cal nos direitos sociais de todos os trabalhadores. Estou falando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui no âmbito só do INSS, só no âmbito da previdência. Há uma necessidade de rever a questão da reforma da previdência e, mais do que isso, há uma necessidade de os trabalhadores discutirem qual é o modelo da autarquia da qual os trabalhadores são proprietários. Foram os trabalhadores – é tripartite – que construíram esse modelo de autarquia há mais de 70 anos, para reconhecerem os seus direitos.

Eu poderia aqui falar várias coisas, mas nós precisamos discutir o modelo de atendimento, a inteligência artificial que, na verdade, é utilizada... Eu queria dar um dado. Recentemente, durante a nossa greve, nós tivemos uma audiência com o atual Presidente da Petrobras, agora... Antes era o Caio Paes de Andrade que era o secretário de gestão do governo digital, que trata dos assuntos do serviço público e da gestão. Numa discussão, nós colocamos essa questão do indeferimento automático, da utilização da inteligência artificial, desse modelo do INSS em que o cidadão não tem acesso à internet; ele sabe mexer com WhatsApp, ele sabe mexer com Facebook, mas ele não sabe fazer um *upload*, ele não sabe fazer um *download*, ele não sabe anexar documentos. E qual foi a resposta que nos foi dada e que nos assustou? Esse modelo já está incorporado na burocracia. Isso nos assustou? Muito! Por quê? Porque o Governo está refém da sua burocracia. E se nós criamos uma burocracia de Estado na qual o modelo é a tecnologia acima dos direitos do cidadão, nós estamos com problema para fazer a reversão desse quadro nefasto que está colocado.

Então, nossa tarefa, enquanto trabalhadores, enquanto Parlamentares, enquanto dirigentes sindicais, enquanto população, é saber, primeiro, o diagnóstico. Eu acho que nós temos bem claro, os trabalhadores do INSS, os Parlamentares, os segurados da previdência, as pessoas que procuram o INSS têm muito claro... Não tem um trabalhador, não tem uma pessoa neste país que saiba mais, por dentro, a agrura dos segurados da previdência social do que os servidores do INSS. Eles veem todo dia ali... Eles veem o seu sistema não funcionando e deixando o cidadão sem o seu benefício porque o sistema não está preparado para fazer uma determinada execução.

Então, nós temos que discutir qual é o INSS que nós queremos, qual é o modelo de atendimento que nós queremos. Nós não concordamos com a terceirização do atendimento do INSS. Nós entendemos que a terceirização do atendimento... O atendimento é a lapidação do produto, do serviço que entra para uma concessão. Um produto bem feito, uma documentação bem entregue, uma orientação bem dada resultam necessariamente numa concessão mais rápida. E o que nós estamos vendo hoje não é isso.

O modelo que nós tínhamos antes de 2003... E vamos lembrar que, em 2003, o INSS tinha a venda de senha, os banquinhos e fila de 5 mil. Foi quando foi criado o Juizado Especial Federal, está certo? Até 2015 e 2016, nós equacionamos os servidores da casa e a gestão; nós equacionamos a questão das filas, dos banquinhos; teve investimento em tecnologia; teve investimento em gestão de pessoas; foram feitos vários acordos no período de greve. E isso foi interrompido.

Nós temos que ter claro, a população tem que ter claro o que está acontecendo. Houve uma interrupção nesse modelo de bem-estar social. Ele foi destruído. Então, nós temos uma tarefa muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande, uma tarefa, primeiro, de mudar o que está aí. Tem que sair o que está aí, porque senão nós vamos estar todos perdidos. Eu acredito que o Brasil e a população brasileira não merecem o que nós estamos vivendo. A população tem o direito de entrar numa agência do INSS, ir ao balcão do INSS, falar com o funcionário e receber a orientação de que precisa. Isso é um direito constitucional. O INSS inverteu a lógica. Essa questão do indeferimento automático merece até uma averiguação. Nós precisamos verificar o que está acontecendo.

Então, eu queria fazer um pouco desse apanhado e, por fim, queria falar um pouco sobre a greve dos trabalhadores do INSS, que foi feita durante 70 dias. Nós fizemos uma greve... Na verdade, nós do nosso sindicato – inclusive, a companheira Alba é do Consórcio de Sindicatos, do qual a gente faz parte, que é filiado à CUT – temos muito claro que, apesar dos esforços e da luta dos trabalhadores do INSS, a greve teve duas finalidades. É óbvio que nós queremos reajuste de salários, descongelamento, nós queremos a carreira típica de Estado, nós queremos tudo isso, está certo? Mas a greve teve o grande objetivo de denunciar as mazelas não só para o Parlamento, mas para a sociedade, as agruras que estão acontecendo, e isso está confirmado pelo represamento dos benefícios.

E entendemos mais do que isso. O Governo Bolsonaro não abriu negociação com os trabalhadores do INSS. O Ministério da Economia nunca sentou com os dirigentes sindicais para discutir a nossa pauta de greve. Nós estamos aí, correndo no Congresso. Pela primeira vez na vida, você tem que correr no Congresso Nacional para fazer valer um pseudoacordo, uma carta de intenções assinada pelo Ministro da Previdência, que não tem atribuição nem caneta para dar reajuste salarial – ajuda na construção e na profissionalização da carreira, mas não tem atribuição para isso.

Então, eu queria deixar aqui esse recado, para concluir, Senador, agradecendo.

E nós precisamos verificar qual o nosso modelo de atendimento... Nós vamos transformar o INSS numa autarquia especial? É preciso blindar o INSS de novos governos que venham destruí-lo?

Nós precisamos fazer toda essa discussão, a discussão da digitalização, a realidade do INSS para a população e o resgate do papel fundamental do INSS para a população brasileira.

Eu queria aqui agradecer. Não sei se eu passei do meu tempo, não recebi nenhum aviso, mas, acho, deixo aqui o meu recado e o meu agradecimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, muito bem, Vilma Ramos. A gente entende, e você falou inclusive da situação dos trabalhadores em greve, os objetivos, fez uma reflexão sobre todo o tema e apontou caminhos, não é? E nós, depois, naturalmente, a assessoria vai reunir todas as propostas, para ver qual é o encaminhamento a ser dado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, muito obrigado, Vilma Ramos, Secretária-Geral do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social no Estado de São Paulo.

Agora nós vamos ter aqui, por ordem do ofício... Eu lerei algumas perguntas que nos chegaram aqui. E, depois, vocês terão, cada um, de dois a três minutos para as considerações finais e responder a uma ou outra pergunta, porque não vão poder responder a todas, porque é impossível, não é?

Então vamos lá.

Marcelo Paintinger, do Rio Grande do Sul: "Por ser uma instituição pública, o INSS não deveria prestar mais assistência direta ao povo?".

Tudo é do e-Cidadania. Não sou eu que fiz pergunta. São perguntas de pessoas que estão assistindo. Está tudo aqui, ó. São duas páginas, podem ver aqui...

Outra.

Luíza Solano, do Rio de Janeiro: "Quais os requisitos para se obter a condição de segurado na previdência social?".

Claro, muitas são técnicas e da burocracia interna. Vocês respondam, dentro do possível, qual o caminho.

Ubirajara Guimarães, do DF (Distrito Federal): "Como a CAS [esta Comissão] se posiciona diante das críticas que consideram que a reforma da previdência contraria princípios constitucionais?". A isso a gente responde em meu nome, como membro aqui da CAS.

Aí depois...

Larissa Linhares, do Rio Grande do Sul: "A proteção previdenciária vai além das questões econômicas, envolvendo também as necessidades sociais dos indivíduos". Ela faz uma afirmação.

Luan Felipe, do Rio de Janeiro: "[A previdência social é algo] [...] de extrema importância para o povo brasileiro [e deveria ser reconhecida] [...] ainda nas escolas".

Aí vem Marcelo, do Rio Grande do Sul: "Qual a proteção esperada do INSS [para] [...] o povo brasileiro?".

Iuran Mello, Distrito Federal: "Há intenção de proteção previdenciária para benefício de prestação continuada da assistência social [...]?".

Otiniel Pinheiro, do Pará: "O que justifica a indiferença com a qual os contribuintes são tratados nas agências? Essa discussão precisa ir além das questões técnicas".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cléa Machado, do Rio de Janeiro: "Quais as principais diferenças entre a previdência social brasileira e a chilena? E por que é falado da adoção do modelo chileno no Brasil?". Pergunta: "Quais seriam as consequências da adoção do modelo chileno de previdência social no Brasil?".

Samara Passos, de Minas Gerais: "O que será feito quanto aos municípios que não se adaptaram à reforma da previdência?".

Brasília, Roberto: "Que medidas são necessárias para o adequado funcionamento da autarquia e para que sejam cumpridos os prazos legais para a avaliação dos benefícios requeridos?" – está falando sobre a demora, não é? "Que medidas podem ser adotadas para aumentar a inclusão previdenciária da população e, consequentemente, a proteção social daqueles que estão na informalidade?"

Essas são as perguntas. Eu sei que são muitas perguntas; mereciam quase toda uma tarde para vocês aprofundarem questão por questão. Não estou exigindo de vocês isso. Vocês terão de dois a três minutos, devido ao nosso tempo – já é meio-dia – para as considerações finais. Se quiserem falar de algumas das perguntas, falem; se não, façam as suas considerações finais.

Eu vou iniciar no inverso do que eu comecei. Então, primeiro Vilma Ramos, Secretária-Geral do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social no Estado de São Paulo. Seus dois minutinhos.

A SRA. VILMA RAMOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Primeiro, queria agradecer. Já vou agradecendo aqui, Senador Paulo Paim, nosso companheiro, aos nossos colegas aqui, que são companheiros de luta, aos servidores do INSS, que compareceram, e queria dizer, basicamente tentar responder mais um pouco, fazer uma consideração.

Nós temos um grande problema que temos que resolver, que é essa questão da recomposição, da reconstrução da rede de proteção social. Cabe a nós, aos trabalhadores, aos Parlamentares, às entidades sindicais, à sociedade civil começarmos a discutir qual a previdência que queremos – nós sabemos qual queremos – e, quanto ao órgão que executa essa política, o que esperamos dele.

Para dar esse tratamento merecido, o INSS vai ter que começar do zero. Isso e tão somente se mudar este Governo que está aí, que destruiu a previdência social brasileira e praticamente destruiu o Brasil.

Alguém fez uma pergunta sobre a questão do modelo chileno e eu quero ser bem rapidinha, bem didática. Para quem perguntou, nós éramos – não sei se ainda somos – considerados o país com a melhor previdência do mundo em matéria de cobertura antes da Emenda Constitucional 103. A Previdência oferece vários serviços, reconhece direitos, paga benefícios em dia para esse número de pessoas... A previdência chilena é privatizada. O que é privatizado? Trabalhador que quiser ter previdência (*Falha no áudio.*) ... a um banco e pagar. Simples. Se ele não pagou no resto da vida dele – estou sendo bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

simplória aqui –, ele vai entrar no instituto, que vai dar um benefício assistencial para ele no final da vida. Basicamente, é isso. Então, você cria uma legião de idosos necessitados que vão depender do Governo no final da vida, que não fazem a sua progressão, o seu planejamento previdenciário e não têm a previdência pública. Só para tentar ser bem didática.

Eu queria aqui me colocar à disposição do Senador Paulo Paim, de todos os Parlamentares, dos meus colegas do INSS com quem a gente tem discutido lá, para que a gente possa, apesar de avaliações diferentes na gestão – nós temos contato com a gestão e temos avaliações diferentes; é óbvio, eles estão na gestão deste Governo (*Falha no áudio.*) ... a reconstrução dessa Previdência e para a reconstrução do nosso INSS, que é do trabalhador brasileiro, que é da população brasileira.

Então, eu gostaria aqui de deixar os meus agradecimentos a todos os meus colegas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Vilma Ramos, meus cumprimentos!

Com certeza, na sessão temática que marcaremos para os cem anos da Previdência, eu vou convidar todos vocês e outros que quiserem também debater o tema. Será uma sessão temática que pode se estender – aí sim – do meio-dia, ou das duas às seis da tarde.

Obrigado, viu, Vilma?

Eu passo a palavra agora à Alba Cristina Nogueira Lopes, representante do Consórcio de Sindicatos do Seguro e Seguridade Social da CUT.

A SRA. ALBA CRISTINA NOGUEIRA LOPES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, em primeiro lugar, novamente, quero agradecer e parabenizar por mais essa iniciativa desta Comissão.

Realmente, as perguntas são muito extensas, mas uma pergunta, particularmente, me tocou que é em relação à proteção esperada. Qual é a proteção que o cidadão brasileiro pode esperar da competência do INSS? A seguridade social tem um princípio que é o da universalidade. Então, companheiros e povo brasileiro, a Previdência Social, na sua constituição, tem o propósito de atender universalmente, e isso significa: todos os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil que contribuírem para os seus benefícios.

A seguridade social é uma conquista histórica do povo brasileiro na Constituição Cidadã de 1988 e tem um equilíbrio perfeito no campo da proteção social, um equilíbrio entre a previdência para quem trabalha e contribui e a assistência social para quem dela necessita. Então, aquele trabalhador ou aquela trabalhadora que não pôde, por suas diversas condições de vida, alcançar as exigências do INSS para cada benefício, necessariamente deve ser atendido pela assistência social. A universalidade para quem trabalha e para quem contribui: esse é o grande desafio e é o grande papel que o INSS, que a Previdência vinha cumprindo, como a Vilma colocou, com muita autonomia e muito respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A saúde, que é o outro tripé da seguridade social, também tem seu critério de universalidade.

Eu queria saber... Eu falei na gestão do INSS e, assim, tenho o maior respeito pelos meus colegas que estão representando a gestão aqui, mas eu penso que cada dia fica mais difícil defender o indefensável. Então, como é que o INSS aponta para redução de estoque – olhe como é tratado o povo brasileiro: como um mero estoque –, uma medida que já foi condenada pela CGU, que é a uberização do trabalhador, quando propõe que o trabalhador do INSS, que já está com carga de trabalho, com metas extorsivas para trabalhar, ainda trabalhe além disso, recebendo uma gratificação? No relatório... E eu queria até, Senador, que o senhor pudesse me responder que descalabro é esse numa gestão que desobedece às instituições judiciais superiores. A CGU é o órgão de controle. O Supremo Tribunal Federal faz um acordo e estabelece, a pedido do INSS, esse acordo para não ser criminalizado lá atrás; e eles não cumprem. Então, isso é mais um absurdo que é colocado assim, como se não fosse nada.

Quero dizer que esses processos judicializados que foram citados têm um custo para o Estado brasileiro três a quatro vezes mais alto do que se o benefício fosse concedido administrativamente. E aí tem mais uma irresponsabilidade dessa gestão, que tem como diretriz empurrar com a barriga – orienta, deve orientar a Procuradoria, não sei, mas é o que a gente percebe – todas as demandas judiciais. E hoje nós temos – e a gente viu na audiência anterior quando o companheiro Aristides da Contag trouxe aquele dado – que 70% a 80% dos benefícios na Justiça Federal hoje correm contra o INSS. E isso vai ser pago com um custo três a quatro vezes maior.

E quero ressaltar a denúncia da informatização abusiva que está sendo feita, que não considera, por exemplo, a situação de vida das pessoas. Uma mulher é solteira, tem um NIT, tem um CPF, muda de nome, e esse robô na inteligência artificial não considera isso. Não considera vários vínculos que a pessoa possa ter – da iniciativa privada, da iniciativa como empregado, como autônomo e como servidor público, tudo isso.

Então, esses números estão sendo reduzidos a custo da miséria, da falta de respeito ao povo brasileiro. Esse estoque reduzido é profundamente desumano e desleal com o nosso povo.

E, para mudar essa situação caótica, só há uma resposta: gente, humanização do atendimento e um governo – nós vamos ter alternativa em outubro – que tenha sensibilidade social.

O que o povo brasileiro está passando hoje deve ser rechaçado. Toda essa denúncia que a gente traz o povo sente no lombo, muito antes das nossas vozes aqui. A gente sentia e sente, sentia dentro das agências e agora sente no meio da rua, porque, quanto a mim, como servidora aposentada, Senador, não há um dia, um dia sequer na minha vida em que duas ou três pessoas seguradas do INSS me procurem para pedir informação que a gente não pode mais nem dar, porque é tudo centralizado, nem os nossos colegas que estão na ativa podem ter acesso a esse sistema. Com essa centralização – como falei na outra audiência –, há a desterritorialização da análise do processo. Você pega um processo aqui do interior do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ceará e vai analisar na capital de São Paulo, um processo rural. Então, descaracteriza-se, é um desrespeito à história de vida de cada pessoa.

A nossa greve externou para a população um pedido de socorro dessa política pública, um pedido de socorro do INSS, tanto, Senador, que a população apoiou a nossa greve em todos os locais, apesar de toda miséria que esse povo está vivendo, que nós estamos vivendo. A fila, como já foi dito, não é mais na frente das agências; está nos computadores, e são vergonhosas, desumanas. Nós precisamos dar um basta nisso.

Aqui, como disse anteriormente, nós temos muitos indícios. Formar essa frente de defesa da cidadania e da reconstrução da seguridade social no nosso país é um pedido, é uma necessidade de primeira ordem. Então, é essa a mensagem que o Consórcio de Sindicatos da CUT deixa para a população brasileira e para quem puder fazer alguma coisa, fazer cumprir a lei. A CGU está aí, o Supremo Tribunal Federal está aí, e essa gestão não está, infelizmente, respeitando.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Alba Cristina Nogueira Lopes, representante do Consórcio de Sindicatos do Seguro e Seguridade Social da CUT, que deixou aqui também, de forma brilhante, suas contribuições.

Agora, a palavra vai para a Assessora Técnica Especializada da Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência.

Por favor, Dra. Patrícia Souza Oliveira Ramos, são dois minutos para as considerações finais. (*Pausa.*)

Por favor, Patrícia Ramos.

A SRA. PATRÍCIA SOUZA OLIVEIRA RAMOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu quero dizer que respeito e concordo com todas as colocações. Farei todos esses apontamentos, inclusive, Senador, farei contato com a assessoria para a gente pegar isso, com todos os elementos discutidos, para levar à Secretaria Nacional de Previdência.

Quero dizer que a automatização não pode vir para cercear direito; muito pelo contrário, a tecnologia é uma conquista da sociedade, mas precisa ser sempre utilizada para que, de fato, as pessoas consigam interagir, seja em qual for a circunstância.

Eu quero adentrar aqui em uma pergunta que foi colocada. A pessoa traz o seguinte: a forma do atendimento. Eu acho que todo o reflexo desses desafios colocados pelos colegas, sobretudo por essa baixa capacidade de pessoas, de servidores do INSS, também traz algumas nuanças que acabam refletindo no atendimento. Mas a gente, enquanto servidor de uma política pública, sabe a importância da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humanização, a gente sabe da importância da tecnologia e a gente espera muito que, de todos esses apontamentos, dentro de um cenário de proposição de política pública, a gente consiga demonstrar toda essa discussão trazida, sobretudo pela representação dos trabalhadores aqui.

Obrigada. Eu estou à disposição e farei o contato para eu pegar todos esses elementos para não deixar de registrar nada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Patrícia Souza de Oliveira Ramos, Assessora Técnica Especializada da Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência. Obrigado pelas suas contribuições.

Vamos avançando.

Agora passo a palavra para o Sr. Emerson Jorge da Cruz Pires, Coordenador-Geral de Relacionamento com o Cidadão da Diretoria de Benefícios do INSS.

O SR. EMERSON JORGE DA CRUZ PIRES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu gostaria de falar que o INSS tem buscado um atendimento mais humanizado dentro de todos os seus canais de atendimento, principalmente na questão da reabertura das unidades de atendimento. Temos feito, desde o mês de julho, um mutirão em todas as nossas unidades, em todas as regiões do país, para que possa proporcionar e fazer realmente as pazes com a sociedade. É importante, depois de tanto tempo com as unidades fechadas, a gente mostrar para sociedade que o INSS está aberto, pronto para abraçar nos momentos mais necessários em que a sociedade precisa, em que o cidadão precisa. E a gente tem feito isso com o objetivo de antecipar os atendimentos relacionados à perícia médica, a questões de avaliação social para reconhecimento do benefício de prestação continuada, bem como para prestar toda a informação necessária ao cidadão, para que ele possa ter acesso aos seus benefícios de que tanto precisa.

Então, dentro disso, nós temos trabalhado fortemente para a redução do tempo de análise dos benefícios e é por conta disso que a gente vem apresentando uma quantidade cada vez menor de requerimentos pendentes de análise pelo servidor do INSS. Então, todo o esforço que o INSS tem feito ao longo deste ano é para proporcionar ao cidadão uma melhor qualidade do atendimento e um melhor alcance também do cidadão aos nossos serviços por meio de todos os nossos cadastros de atendimento, sejam eles por meio das agências da Previdência Social, pela central 135 ou pelo aplicativo Meu INSS, bem como pelos acordos de cooperação técnica que a gente faz com todas as entidades e prefeituras do nosso país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Sr. Emerson Jorge da Cruz Pires, Coordenador-Geral de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relacionamento com o Cidadão da Diretoria de Benefícios do INSS. As informações que você deu serão também, naturalmente, aproveitadas para a boa informação dos daqueles que dependem do nosso INSS.

Por favor, a líder Silvia Helena de Alencar Felismino, Secretária-Geral da Pública Central do Servidor; em seguida, o Floriano Martins de Sá Neto. (*Pausa.*)

Floriano Martins de Sá Neto, dois minutos para os comentários finais.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador. Não entendi que era eu.

Vamos lá. Uma pergunta de um telespectador falou sobre a previdência brasileira e a previdência chilena. Eu não vou me alongar muito, mas a gente poderia falar que houve a tentativa, tanto na PEC 186 quanto na PEC 6, de fazer o modelo chileno puro aqui no Brasil. E olha que nos últimos anos os chilenos já voltaram atrás, mas, como o Brasil está sempre atrasado, tentou-se, nessas duas PECs, a implementação pura e simples do modelo chileno. A última emenda constitucional, a 103, não avançou nesse ponto, mas ela tem instrumentos – eu falo basicamente na questão do servidor público, agora com a reabertura da Funpresp – que colocam essa questão como prioritária. Nós precisamos discutir o regime próprio, porque a tendência é o regime próprio ir se enfraquecendo. Isso vai dentro de uma lógica de desmanche das estruturas públicas. O INSS... Aqui a gente ouviu hoje, é claro, claríssimo o processo avançado que existe no INSS; a Receita Federal também passa por esse caminho com o desfinanciamento. Então, a gente precisaria aprofundar nessa questão estrutural agora, durante a próxima campanha, para termos dos candidatos um compromisso com a reestruturação, a refundação do serviço público, das carreiras, dos cargos, porque a imensa maioria da população brasileira, até por conta do modelo econômico que está vivenciado, que está aprofundado, não tem a menor condição de ter acesso. Nós mesmos às vezes nos confundimos com as dezenas, centenas... Imaginemos, então, uma pessoa que está totalmente à margem. Não é justo que a pessoa trabalhe a vida inteira e não consiga se aposentar porque um robô assim determinou. Isso não é viável, não é possível. Precisamos corrigir.

Esta audiência de hoje levantou muitas questões que têm que ser aprofundadas – e isso cabe à Casa do povo, a Câmara, e cabe ao Senado, que acaba sendo também a Casa do povo, através de seus ilustres representantes.

Quero saudar, por final, as mulheres, que são a maioria na nossa audiência. Eu não falei da Vilma, não falei da Patrícia, não falei da Alba, da Silvia, também do Emerson, para citar todos os que estiveram aqui.

Muito obrigado. Parabéns pela audiência. Acho que ela serviu aos propósitos que levaram a estarmos aqui no dia de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Floriano Martins de Sá Neto, representante do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal, pela sua fala mais uma vez! Eu lembro aqui que vou entrar com um requerimento para realizar uma sessão temática de debates sobre esse tema no Plenário do Senado. Há muito a aprofundar. Parabéns!

Agora passo a palavra para Viviane Aparecida Pereira Peres, Diretora de Políticas Sociais da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps).

A SRA. VIVIANE APARECIDA PEREIRA PERES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu acho que nós temos um grande desafio, que é derrubar a Emenda Constitucional 103, um dos primeiros e grandes desafios, considerando o que ela significa de restrição de direitos da população e considerando a importância da previdência enquanto política pública para a distribuição de renda.

Concordo com o Floriano que a capitalização não passou nessa última Emenda Constitucional 103, mas ela está sendo construída com outros instrumentos. Nós temos o Decreto nº (*Falha no áudio.*) ... que fala do regime próprio (*Falha no áudio.*) ... juntando a ficha de assistência (*Falha no áudio.*)

... a destruição da previdência enquanto uma política pública. É fundamental essa política pública para este país.

Estamos no processo de discutir o processo de trabalho no INSS através de comitês.

É importante, é notório que o reconhecimento do direito não pode ser tratado como uma linha de produção, como o INSS está fazendo. Isso fragiliza a qualidade do atendimento, a qualidade das análises desses benefícios. E o resultado já está aí: a ampliação de (*Falha no áudio.*) ... e o aumento da judicialização. Essa é a realidade.

É preciso investir na estrutura. Tivemos 50% de retirada do orçamento da previdência. Num cenário em que ela já está sendo totalmente destruída, com agências sucateadas, não podemos ceder a essa retirada de orçamento no âmbito da política pública de previdência.

E, por fim, quero deixar um encaminhamento aqui, Senador, sobre a questão da Medida Provisória (*Falha no áudio.*)

... e precisamos do apoio dos Deputados. Ela pode entrar em pauta nos próximos dias ou após o recesso. É uma proposta deste Governo que busca... Ali, inicialmente, no texto inicial, já restringe direitos, já faz revisão. (*Falha no áudio.*)

... contra a reforma da previdência. E suas emendas visam terceirizar o atendimento. Temos o anúncio de mil vagas para concurso público, mas (*Falha no áudio.*) ... terceirizados. Então, a lógica é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocar os trabalhadores cada vez mais nessas metas abusivas de produtividade e terceirizar o atendimento. É importante lembrar que o atendimento da previdência é complexo. Até em uma orientação que você faz, um agente da previdência é fundamental para esse trabalhador e essa trabalhadora terem acesso ao direito. Então, precisamos acabar com essa lógica gerencialista de metas de produtividade, que precariza o trabalho e adoece os servidores.

Precisamos de concurso público, e não de terceirização, na defesa do serviço social. O INSS, mais uma vez, está sendo atacado com essa lógica de terceirizar, de precarizar o atendimento de pessoas com deficiência. E, com o anúncio da vinda do instrumento único, essa vai ser mais uma forma de restringir o acesso ao direito de pessoas com deficiência.

Então, essa medida provisória tem que ser derrubada. É uma proposta de governo, deste Governo! E a gente sabe o que esse Governo tem feito com a classe trabalhadora em diversas políticas públicas. E essa é mais uma medida que visa restringir o acesso, retirar direitos e fazer a contrarreforma.

Continuaremos na defesa da valorização da carreira sim, mas uma valorização da carreira que também garanta a existência da previdência social pública, porque, sem a existência da previdência social pública, não teremos nem carreira, não teremos serviço público. É bastante grave a forma com que o Governo faz e apresenta diversas emendas no sentido de destruir a previdência social pública. Então, nós temos uma luta grande pela frente, trabalhadores e trabalhadoras, junto com os Deputados e Senadores e as entidades que representam a categoria e de fato defendem a classe trabalhadora.

Obrigada pelo espaço e parabéns, Senador, mais uma vez, por essa importante e fundamental audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Eu que agradeço, Viviane Aparecida Pereira Peres, Diretora de Políticas Sociais da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social, que deu também uma bela contribuição. Vamos nos preparar para o debate temático no Plenário do Senado.

Passo a palavra agora, encerrando, à Sra. Verônica Monteiro. Essa líder representa a Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social (Anasps).

A SRA. VERÔNICA MONTEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Concluindo, e eu fico muito feliz de poder concluir, eu vou passar a uma questão que eu acho que ficou sem tomarmos a devida proporção.

Quando a previdência social, no modelo atual, foi criada, em 1988, nós tínhamos uma Constituição e um modelo de Estado pautados no bem-estar social. Esse modelo de Estado não é o modelo de Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que está sendo utilizado hoje na maioria dos países do mundo, em função, inclusive, da revolução digital e tecnológica. Sabemos disso.

Por outro lado, nós estamos pulando para um extremo, o Estado mínimo, que é um Estado que, com a PEC 32, inviabiliza, vamos dizer, qualquer ação social. O foco dele é privatização, o foco dele é terceirização e parcerias, e infelizmente a previdência social pública está ameaçada dentro desse modelo, como as demais funções sociais básicas. Existe um modelo de Estado que a gente tem que discutir e reforçar, que é o Estado moderno, que é um Estado modesto, enxuto, mas as funções sociais básicas da sociedade são preservadas, como a educação, a seguridade social, a saúde, a previdência social e a assistência social e a própria segurança pública.

A gente tem que começar a pensar que modelo de Estado nós queremos. A sociedade precisa de quê? Porque, numa sociedade desigual, com tanta pobreza como o Brasil, é desumano e inviável um modelo de Estado mínimo.

Então, eu quero dizer que nós precisamos fazer um projeto de reconstrução social do INSS, um projeto de reconstrução social voltado para processo, pessoas, estrutura, logística, toda uma visão integrada do modelo organizacional necessário, para quê? Para que a gente possa realmente avançar na qualidade de atendimento humanizado.

Eu vou dar um exemplo simples para o senhor, Excelência. No 135 eu descobri que só quem tem celular consegue falar. Então, a ligação não pode ser feita... Para poder... Quem não tem celular não pode ter acesso, só através do telefone direto. Como é que um pobre, coitado, está fazendo? Ele tem aquele celularzinho, ele não tem um 0800 para entrar em contato. Ele precisa ir para um orelhão, gastar o dinheirinho dele para poder falar com o 135 da Previdência. Então, começa por aí. Por que humanizar? Por que atender? Como ter um modelo que consiga atender as desigualdades, os bolsões de pobreza e o analfabetismo do nosso país? Qual o modelo? Qual é o INSS que nós queremos? Qual é o modelo de estado adequado? É assim que eu quero concluir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Dra. Verônica Monteiro, representante da Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social (Anasps).

Eu queria agradecer muito a todos. Foi um belíssimo debate, qualificado, de alto nível, é o que exige esse momento das pessoas públicas, independentemente se são dirigentes de uma associação, de uma entidade, se representam num debate como esse o Governo ou a dita oposição.

Eu falo isso e vou pedir licença para vocês, para que nesse encerramento já fique acertado que eu vou entrar com uma sessão temática, para a gente fazer um bom debate no Plenário do Senado. Mas, como, desde os últimos dias, eu não pude nem falar no Plenário do Senado, porque me envolvi em diversas Comissões... Como agora, às 2h30, vou dar posse para o novo Presidente da Comissão dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Refugiados, que eu assumi no lugar da Bruna Furlan, porque ela teve bebê, agora tenho que passar para a Câmara dos Deputados.

Vocês vão me perdoar se eu usei o momento inadequado, mas eu não poderia deixar de falar, no encerramento de uma audiência pública como esta, que vai para todo o Brasil, de algo que está me preocupando muito, que é a violência na política. Não farei nenhuma acusação, porque não sou juiz de ninguém, mas farei pequenas ponderações, no máximo, em três minutos.

Então, deixo aqui meus sentimentos aos familiares de Marcelo Arruda, assassinado em Foz do Iguaçu. Ele era tesoureiro do PT no Paraná. Nosso veemente repúdio a todos os fatos de violência que vêm acontecendo no Brasil. São gravíssimos. Esse não foi o primeiro.

Temos que ter cuidado, redobrar o alerta. A paixão política não pode se sobrepor à razão, pois aí o que poderemos ter pela frente é a barbárie. O país não suporta mais intolerância política, discursos de ódio, ameaças, chamamentos à violência. Isso não condiz com a democracia, a liberdade, a justiça, os direitos humanos, a civilização e tudo o que nós falamos aqui nesta audiência pública.

Se algum espaço houver na prática de uma política que se queira maiúscula, em qualquer sociedade avançada, é preciso compreender que a intolerância legalmente albergada e aceita não é compatível com a democracia. A democracia não tem como tolerar a própria intolerância. Os Poderes constituídos, as instituições, a sociedade, o Estado brasileiro, nós agentes públicos temos a obrigação de pregar a paz, a paz e a paz. Essa é a relação entre pessoas que não estão em conflito, essa é uma relação civilizatória.

As pessoas podem ser adversárias, mas não podem e não devem ser inimigas. Uma cultura de paz que chegue a todos, nas escolas, nas igrejas, nas comunidades, nos estádios, nos clubes, na vizinhança, no campo e na cidade, uma cultura de paz que esteja no nosso dia a dia. Os veículos de comunicação podem ajudar – rádio, jornal, televisão, redes sociais –, mas a responsabilidade é de todos nós. É preciso falar mais em amor e não falar em ódio. É preciso unidade nesse sentido e sabedoria, principalmente dos partidos políticos, dos líderes e da militância.

É nessa visão que eu deixo aqui esse apelo à harmonia, à paz, ao bom debate. Aqui, por exemplo, foi um bom debate. Vocês discordaram aqui, mas ninguém agrediu ninguém. É isso que nós esperamos. É disso que nós precisamos.

Eu termino só dizendo isto: eu não estava agora lá no Plenário do Senado. Qualquer instrumento que usem para legalizar o orçamento secreto é um ataque à democracia, é um desrespeito às políticas sociais. O Congresso Nacional não pode se submeter a tal situação, a essa tal de RP 9 e a todos os instrumentos que acharem para burlar a sociedade. O tal do orçamento secreto tem que ser condenado por todos nós e não aceito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu termino. Foi mais um apelo à harmonia e à paz, para deixar que o povo decida nas urnas, porque assim é a democracia. Toda vez que aconteceu, tenho certeza de que nós todos que estamos aqui respeitamos, ficamos do lado certo da história, perdendo ou ganhando. Que as eleições, daqui a, no máximo, três meses, se deem num alto nível, com um debate qualificado daqueles que disputam a Presidência! E que ganhe o que tiver mais votos! Assim é a vida! Assim é a democracia! Com a democracia, tudo! Sem a democracia, nada! Sem a democracia é a barbárie! E a barbárie não interessa a ninguém!

Obrigado. Obrigado a todos vocês.

Muito bom estar aqui ao lado de vocês neste momento.

Um abraço. Obrigado a todos.

Está encerrada a nossa audiência pública, porque ela atingiu todos os objetivos.

E me deram até a oportunidade de fazer uma fala aqui que eu gostaria de ter feito no Plenário.

Um abraço.

Audiência encerrada.

(*Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE AGOSTO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e sete minutos do dia dois de agosto de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Luiz Pastore, Izalci Lucas, Flávio Arns, Lucas Barreto, Zenaide Maia e Paulo Paim, e ainda do Senador não membro Jean Paul Prates. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Nilda Gondim, Luis Carlos Heinze, Maria do Carmo Alves, Eduardo Girão, Mara Gabrilli, Giordano, Sérgio Petecão, Alexandre Silveira, Eduardo Velloso, Carlos Portinho, Alessandro Vieira e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 49/2022 - CAS, de autoria Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater sobre os impactos do assédio institucional no serviço público brasileiro. **Participantes:** Pedro Pontual, Presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental; José Celso Cardoso Júnior, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do IPEA; Thaisse Craveiro, Vice-Presidente Nacional da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil; Priscilla Colodetti, Diretora-Executiva da Indigenistas Associados; e Rudinei Marques, Presidente do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/08/02

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e a todas!

Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 49, de 2022, da CAS, de minha autoria e de autoria do Senador Paulo Paim, para realização de audiência pública destinada a debater sobre os impactos do assédio institucional no serviço público brasileiro.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão: Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e no Portal e-Cidadania, por meio do endereço www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas aos expositores via internet. (*Pausa.*)

Quero também aqui deixar meu agradecimento especial a todos os servidores terceirizados, a quem eu tenho muito amor, consideração e carinho; aos servidores efetivos e comissionados deste Senado, o que faço aqui na pessoa do Secretário Willy. Muito obrigado, Willy, obrigado aos colegas, obrigado à operadora pelo sistema de TV e a todos que estão aqui presentes.

Os convidados de hoje serão as seguintes pessoas: Pedro Pontual, Presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental; Thaisse Craveiro, Vice-Presidente Nacional da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil; José Celso Cardoso Junior, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea; Priscilla Colodetti, Diretora-Executiva da Indigenistas Associados; Rudinei Marques, Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado. (*Pausa.*)

Eu convido a Sra. Priscilla Colodetti e a Sra. Thaisse Craveiro para tomarem assento aqui à mesa e, posteriormente, haverá o revezamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria aqui fazer uma fala inicial e pediria a atenção dos colegas. Quero deixar claro para vocês que quem me conhece vai entender o que eu vou falar um pouco. Eu nunca fui político. Esse é o meu primeiro mandato. Eu amo ser servidor público. Sou delegado de polícia concursado há 27 anos, no meu querido Estado do Espírito Santo, e sou Professor de Direito Penal e de Processo Penal. Eu estou como Senador. Então, ao promover esta audiência pública para falar de um assunto que para mim é tão delicado, eu quero sempre que todos os servidores públicos, sejam municipais, sejam estaduais, sejam federais, contem sempre comigo de forma incondicional, porque nós estaríamos aqui cumprindo uma determinação que está no art. 37 da Constituição Federal. Estão lá os princípios que regem a administração pública: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. E, quando nós presenciamos ataques a servidores públicos, estão vilipendiando nada mais do que a Constituição Federal.

Então, quando eu trabalhava na delegacia – e aqui eu quero dar um depoimento meu –, eu sempre pedia aos policiais... Por exemplo, eu era responsável por liberação de vítimas fatais em acidente de trânsito dentro do Departamento Médico Legal. E era difícil você educar até mesmo o servidor para que tratassem aquelas pessoas que ali estão com humanidade, tendo a sensibilidade, a empatia de se colocar na dor do outro. Então, o múnus público vai além dessa fronteira. São servidores que estão lá na ponta, nos rincões do país. São mais de 6 milhões de servidores municipais, que ganham, às vezes, a grande maioria, um salário mínimo; servidores estaduais são mais de 3 milhões; e 938 mil servidores federais.

Eu fico triste quando eu vejo as pessoas vendendo um discurso para a população criminalizando o servidor público, como se fossem marajás. Coloque-se no lugar desses servidores que estão lá. São funcionários do Correios, são guardas municipais, são policiais militares, são policiais civis, são agentes de saúde, são enfermeiros, são técnicos de enfermagem. São pessoas que estão lidando com vida diuturnamente. São pessoas que estão lidando com o principal bem jurídico, que é a vida humana, é o respeito à integridade física e à saúde. São pessoas que estão lidando com a educação. São pessoas que estão lidando com a nossa segurança e de nossas famílias. Então, vamos parar com esse comportamento de criminalizar o servidor público.

Eu quero que o servidor público seja cada vez mais fortalecido, tendo dignidade. E a dignidade passa por dignidade salarial e carga horária; a dignidade passa por condições de trabalhos efetivas. É preciso dizer isso diuturnamente. A sabedoria às vezes está na repetição. A gente tem que estar repetindo isso sistematicamente, porque vender um discurso fácil e populista para inverter aquilo que é sagrado...

Isso me é muito caro. Eu volto a falar para vocês – e me perdoem o desabafo: eu estou como Senador, mas eu amo ser servidor público, porque servir público é algo que transcende. Quando eu falo em servidor público, isso faz meus olhos brilhar, faz o meu coração bater mais forte, porque é aquela família que está lá que precisa do Estado. É o *longa manus* do Estado. É o Estado ali abraçando. É o Estado acolhendo. É o Estado falando: "Olha eu estou aqui". É o Estado dando efetividade a todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direitos fundamentais, sejam esses direitos individuais, sejam direitos coletivos, sejam direitos difusos, mas que estão estabelecidos principalmente no art. 6º da Constituição Federal. Mas isso tem que ser feito com responsabilidade, com isenção.

Então, quando um servidor público é demitido, por exemplo, porque ele divulga dados com base na cientificidade, está se violando o princípio da impessoalidade, porque o servidor público está ali não é para servir ao Presidente A, B ou C ou ao Governo A, B ou C ou ao Prefeito A, B ou C ou àquele chefe que está ali momentaneamente, porque o Estado é permanente; as pessoas passam. Então, o servidor público tem que ter autonomia, tem que ter isenção, tem que ter responsabilidade. Ele tem que trabalhar observando esses princípios da imparcialidade e da impessoalidade. E, para isso, ele tem que ter garantia de que ele vai poder estar trabalhando num ambiente saudável. Quantos desses funcionários são vítimas de assédio moral e sofrem com abalo na sua saúde, na sua saúde física, mas também na sua saúde mental? Isso vai repercutir na sua família.

É preciso dizer isso, minha gente. É preciso fazer este discurso e falar: "Olha, você sabia que você falar em Estado mínimo, que você falar em comportamento neoliberal, que você falar em criminalizar a conduta de servidor público, quem você está prejudicando é a própria população – a própria população que está aí?". Há 80 milhões de brasileiros em situação de pobreza extrema e pobreza; 25 milhões de desempregados subutilizados, uberização na relação trabalhista, precarização da relação trabalhista. Vilipendiaram a CLT em 2017 com o discurso de que ia alavancar a economia, e não foi isso que aconteceu. Veio a reforma da previdência – mais uma vez quem paga a conta é o servidor público, é o trabalhador –, agora vem a reforma administrativa, sempre tentando criminalizar a conduta do servidor público. Então, podem efetivamente... Isso não é palavra de um político. Não! Eu não sou; eu estou como Senador. Eu amo ser servidor público e amo ser professor – essas são as minhas missões. São servidores que todos os dias prestam serviços essenciais à população: serviço em saúde, educação, segurança, infraestrutura, a judiciária, entre outros que precisam existir para que sejam efetivados os direitos fundamentais previstos na nossa Constituição Federal.

O assédio, além de provocar a perda de produtividade institucional, também causa danos em nível pessoal para os funcionários afetados direta ou indiretamente: desmobilização, desânimo, queda na autoestima, depressão e até mesmo doenças psicossomáticas. É justamente por ser a maior prejudicada que a sociedade tem o direito de reagir a esse tipo de abuso. Em vez de assistirem calados, os servidores e cidadãos, de modo geral, devem usar todos os meios e canais disponíveis para denunciar os casos de assédio institucional moral. Por sua vez, este Congresso Nacional não pode se furtar de fazer o máximo que estiver ao seu alcance para aprimorar a legislação de combate ao assédio moral institucional. Temos uma área de combate ao assédio moral no serviço público dentro da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, da qual eu faço parte e eu coordeno. Estamos sempre buscando formas de combater esse problema grave que corrói as bases civilizatórias que tanto prezamos. Merece destaque a famigerada Proposta de Emenda à Constituição 32, a PEC da reforma administrativa, que tem o objetivo de destruir a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capacidade organizativa dos servidores e impelir a própria capacidade da administração de construir políticas públicas para a população.

Por outro lado, temos três importantes propostas em tramitação no Senado que pode nos ajudar a dar um passo importante no combate ao assédio em todas as suas formas: o PL 1.521, de 2019, que está sob minha relatoria, que tipifica como crime de assédio moral a conduta de ofender reiteradamente a dignidade de alguém causando-lhe dano, sofrimento físico ou mental, no exercício de emprego, cargo ou função, e comina pena de detenção de um a dois anos e multa, além da pena correspondente à violência; a PEC 13, de 2022, que define como instituições permanentes de Estado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e já conta com a massiva aprovação popular na página de consulta pública no Portal do Senado Federal; e também temos a PEC 27, de 2021, que define como instituições permanentes de Estado as entidades responsáveis pela produção das estatísticas nacionais, das avaliações nacionais de qualidade da educação e das avaliações das políticas públicas, e define ritos para indicação dos seus dirigentes. São três propostas da maior importância para evitar que mais assédio institucional seja cometido contra instituições importantíssimas para a manutenção do bom funcionamento da nossa República. Estamos trabalhando pela aprovação dessas proposições.

Esta audiência é a primeira, mas é a primeira de várias ações no sentido de fortalecer o serviço público, os servidores públicos, para que o assédio seja combatido e extirpado das relações de trabalho.

Muito obrigado.

Agradeço o comparecimento de todos e todas. (*Pausa.*)

Eu pediria a compreensão dos convidados, mas eu não poderia deixar de passar a palavra à minha querida, aguerrida e competente Senadora do Rio Grande do Norte que é Presidente desta Comissão, a Senadora com quem eu tenho muito orgulho de estar nesta legislatura... Eu não canso de falar isto, Senadora Zenaide: eu me espelho em V. Exa., pois a senhora dignifica muito não só o Senado, mas toda a classe das mulheres brasileiras. A senhora é uma mulher nordestina, uma médica que acredita na ciência, que valoriza o serviço público; a senhora tem uma experiência de vida; e, além disso, a senhora tem um olhar humanizador – é humanizar a dor, a empatia de se colocar na dor do outro. Eu tenho muito orgulho de estar nesta legislatura com V. Exa.

Eu quero registrar também aqui a presença do meu querido amigo e defensor dos servidores públicos que é o Deputado Federal Professor Israel Batista. O Israel, que é um amigo, um querido, sabe de minha admiração, meu respeito e meu carinho. V. Exa. também tem desempenhado um brilhante papel na Câmara dos Deputados, em todos os segmentos, porque, quando eu vejo V. Exa. como professor e Parlamentar – e eu também sou professor e estou como Senador –, acho que a gente tem esse exercício diuturno de exercer a empatia, se colocando na dor do outro e falando: "O que você queria que fizesse?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ouso aqui falar daquele imperativo categórico de Immanuel Kant, quando ele fala em agir de tal maneira que o seu comportamento se torne uma lei universal. Eu acho que é esse imperativo categórico que eu quero direcionar para a minha vida. Eu pergunto em tudo que eu tenho feito: o que eu vou fazer vai ser útil para alguém, eu vou conseguir diminuir o abismo existente entre milhões de pobres e a concentração de riqueza na mão de tão poucos, eu vou dar efetividade para que a população tenha assegurado, de forma efetiva e não só deitado eternamente em berço esplêndido, aqueles direitos sociais que estão no art. 6º, direito à educação, à saúde, à habitação, à moradia, ao lazer, à segurança pública? É isso que diuturnamente me inquieta, como se arranhasse minha alma, para que, cada vez, eu pudesse jamais buscar a perfeição, mas me aperfeiçoar enquanto ser humano.

Quando eu vejo um Parlamentar da envergadura de V. Exa., Deputado Professor Israel, e da qualidade humana e técnica da minha querida Senadora Zenaide Maia, eu acredito que nós podemos não só sonhar, mas concretizar o sonho de um Brasil mais justo, mais fraterno, mais igualitário, mais inclusivo e mais plural.

Concedo a palavra à minha Presidente, à minha Presidente do coração, à minha Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

Obrigada pelos elogios, Contarato. Eu diria que você é que é uma inspiração para todos nós, com esse olhar humano.

Eu começaria dizendo o seguinte: eu, como médica do serviço público... Nunca fiz parte de um serviço privado, não tenho nada contra a saúde privada, mas sempre optei pelo serviço público, porque o Estado brasileiro é que é responsável por proteger seus cidadãos e cidadãs. De repente, a gente vê aqui o Estado querendo dizer que não é responsável pela saúde, pela educação, pela segurança pública e pela assistência social do seu povo.

Então, como o Contarato falou, esta audiência é de uma importância fundamental.

Contarato e todos os expositores que a gente vai ver aqui, como o Deputado Israel Batista, o pessoal fica dizendo que os servidores públicos são os que levam o país à falência e que a gente tem que ter um Estado mínimo. Por isso, a gente tem que estar aqui para mostrar o que é o Estado mínimo. Ah se a gente tivesse um Estado mínimo de segurança pública! Por exemplo, qual estado brasileiro que tem policiais civis e militares suficientes para dar segurança ao seu povo? Qual estado brasileiro que tem profissionais da saúde pública para atender seus cidadãos, para não os ver morrerem de morte evitável? Se tivesse recursos para saúde e para educação, isso não haveria. Qual estado brasileiro que está acolhendo todas as suas crianças e seus jovens com educação pública de qualidade em tempo integral?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esta história de dar a entender que não precisa de serviço público é porque não querem que as pessoas sejam atendidas.

Eu queria citar aqui essa história de assédio. Esse assédio institucional, o assédio moral no serviço público já faz algum tempo que a gente tem, mas, nesses últimos três anos, isso tem se acentuado. Eu digo que se tem perseguido os servidores públicos. Tudo é para tirar do serviço público. Eu queria aqui chamar a atenção do povo brasileiro, de pais e mães de família. Como falou o Contarato aí, a gente já tirou aqui todos os direitos dos trabalhadores deste país com a famigerada reforma trabalhista, que transformou os seres humanos, os trabalhadores... Homens e mulheres deste país são contratados como se fossem tratores e retroescavadeiras por hora de trabalho, perdendo seu repouso no final de semana, perdendo suas férias e seu décimo terceiro, podendo receber menos que o salário mínimo no final do mês. A gente está falando de serviço público, mas termina fazendo isso.

Eu queria lembrar aqui a crueldade com que este Governo vem tratando os servidores públicos, levando a consequências nefastas, criminosas e dolorosas, em que não dá para acreditar, com as pessoas com deficiência, Contarato.

Lembra-se da Medida Provisória 871, de junho de 2019, a famosa Operação Pente-Fino, que resolveu fazer uma revisão em todos os benefícios por incapacidade daqueles que fizeram mais de seis meses que não foram vistos pelos médicos ou pela perícia? E dos mais de 2,5 milhões de pessoas que tinham o benefício de prestação continuada exigiram que fossem fazer uma avaliação pericial? Mas ninguém se preocupou, no Governo, em saber que precisaria de mais médicos, de mais peritos na Previdência. Qual era a proposta? Saía mais barato terceirizar, pagando por perícia.

Então, quero dizer o seguinte: servidor público é a solução. O Estado é quem tem que cuidar do seu povo, oferecendo saúde pública, educação, segurança pública de qualidade. Não é para jogar no colo dos servidores e a gente aceitar.

Vamos aqui para o orçamento, que diz que é o serviço público. Mais de 40% do orçamento brasileiro é para bancos, serviços e juros de uma dívida que nunca foi nem auditada. Agora pergunte quanto tem para a saúde deste país. A saúde pública tem 4%. Quanto tem para a educação pública deste país? Tem 4%. E, pasmem, sabe quanto tem para a segurança pública deste país? Menos de 0,5%, Contarato. Então, vem dizer que é o serviço público, que são os servidores públicos que estão onerando este país? Isso é uma mentira, e essas audiências públicas vêm dar visibilidade ao povo brasileiro da importância que têm os serviços públicos.

E a gente sabe que existe o assédio moral, inclusive contra os cientistas. Os cientistas da Embrapa que resolveram investigar os efeitos danosos à saúde da população brasileira pelo uso excessivo de agrotóxicos estão sendo perseguidos. Então, os servidores públicos... Eu digo o seguinte: os servidores públicos são a solução – professores, médicos, enfermeiros –, e não somos nós que estamos detonando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa economia; é o Estado brasileiro que resolveu que o serviço público é o vilão e, então, vai perseguir servidores públicos, vai desrespeitá-los.

E digo mais: essa PEC 32 é um absurdo. Você estuda para passar num concurso e, de repente, o Prefeito, o Governador, o Presidente da República te demite porque você não concorda politicamente com isso. É voltar à época do coronel, de quem indica, e afastar tudo que existe de correto.

E digo o seguinte: estamos aqui e podem contar comigo. O serviço público nunca foi o problema. Não foi, não é e nunca será. O serviço público ampliado que dê um olhar diferenciado e que agregue, abrace e inclua o seu povo é e sempre será a solução.

Mas, como médica, eu queria dizer, Contarato, que não existe uma doença mais grave neste país do que a desigualdade social. É uma vergonha para um país tão rico ter este povo todo com fome: 40 milhões de brasileiros. E mais, servidores públicos da segurança pública, um país com 40 milhões de famintos dificilmente vai conseguir segurar a violência. Ofereçam uma educação pública de qualidade em tempo integral, com alimentação, porque pelo menos as crianças e adolescentes não estariam com fome todos os dias.

Servidor público... Eu também sou servidora pública, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e sinto um orgulho muito grande de ser servidora pública e de, nesse meu trabalho, salvar vidas. E todos os servidores públicos com certeza salvam vidas, seja trabalhando na ciência, na saúde, na educação, na assistência social e na segurança pública.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, querida Senadora Zenaide Maia.

Quero fazer o registro aqui de que a Senadora Leila do Vôlei justificou sua ausência, tendo em vista uma demanda recente, mas eu sou testemunha do empenho que ela tem também na defesa, proteção e valorização do serviço público, porque, mais uma vez, quando você protege o serviço público, você está protegendo o destinatário do serviço público, que é a população, a população que mais sofre, a população que mais precisa.

Quero também fazer um registro aqui de que hoje pela manhã eu liguei para o Ministro da Casa Civil, o Senador Ciro Nogueira, e ele me assegurou que a intenção do Presidente da República é sancionar o PL 2.564, de minha autoria, que institui o piso salarial para enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiros. É inadmissível que quem está lá na linha de frente, pagando com a própria vida, às vezes tenha que se submeter a dois, três vínculos empregatícios para ganhar um salário mínimo, dois salários mínimos, renunciando à família, renunciando ao fim de semana, em péssimas condições de trabalho, sem EPI, sem absolutamente nada. Esses profissionais não querem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser chamados de heróis, eles querem valorização. Porque, quando você valoriza um técnico de enfermagem, um auxiliar de enfermagem, quando você valoriza um enfermeiro, você está valorizando aquilo que é o mais importante de todos os bens jurídicos, que é a vida humana, o respeito à integridade física e à saúde de todos, por uma razão muito lógica. É por isso que o Código Penal, no abre-alas, começa com os crimes contra a vida, porque o principal bem jurídico é a vida humana. Então, ao se tratarem esses servidores com dignidade não se está cumprindo nada mais do que o que está expresso no art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal, que diz que todo servidor tem direito a um piso salarial de acordo com a extensão e a complexidade. É a reparação de uma injustiça de mais de 20 anos, de décadas em que eles vêm lutando.

E eu espero, efetivamente – o prazo vence agora nesta quinta-feira –, que esse sonho se transforme em realidade, porque o que esses profissionais precisam é de dignidade, porque muitos deles, volto a frisar, sou testemunha disso... Eu já peguei editais para contratar enfermeiros, que fazem uma graduação de cinco anos, para ganharem um salário mínimo; técnicos de enfermagem que têm dois, três vínculos para ganhar um, dois salários mínimos. Como ele vai lidar... Qual é a prestação de serviço que ele vai dar... Você quer ver como um governante cuida do seu povo? Olhe como ele valoriza a saúde, olhe como ele valoriza a educação, olhe como ele valoriza a segurança pública, olhe como ele valoriza o serviço público.

Então, quero fazer esse registro, porque hoje eu fiquei feliz com esse telefonema. Liguei para o Ministro da Casa Civil, e ele falou que a determinação, o encaminhamento é no sentido de que seja sancionado o PL 2.564, que institui o piso salarial para enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiros.

Desculpas por ter me alongado.

Concedo neste momento a palavra à minha conterrânea – ela é do meu Estado, Espírito Santo, falou-me agora há pouco –, Priscilla Colodetti, que é Diretora-Executiva da Indigenistas Associados, a quem eu, mais uma vez, gostaria de registrar aqui a minha gratidão pelo seu comparecimento, principalmente pelo fato de ser minha conterrânea. Eu estou sendo aqui bairrista, vamos dizer assim, no sentido de puxar a sardinha para o meu estado, mas é porque o Espírito Santo é um estado de que eu tenho muito orgulho, com uma população carinhosa, com pontos turísticos fantásticos. E eu agradeço muito à população por ter me confiado este mandato aqui.

Eu queria pedir permissão para conceder a palavra ao Deputado Israel, porque ele tem um compromisso e me pediu a palavra.

E, mais uma vez, Professor Israel, muito obrigado por ter confiado em mim para fazer parte dessa Comissão Mista Parlamentar em Defesa do Serviço Público, do qual eu tenho muito orgulho e espero corresponder às expectativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao meu querido Deputado Professor Israel Batista.

O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (Bloco/PSB - DF. Para expor.) – Meu amigo, Senador Fabiano Contarato, eu que tenho orgulho de estar ao seu lado. Eu acho que o que importa mais do que a própria guerra é saber quem está do nosso lado nesse campo de batalha, e estar ao seu lado para mim é uma grande honra.

Eu quero cumprimentar a Senadora Zenaide Maia, que é a Presidente desta Comissão. Eu quero cumprimentar aqui todas as entidades que fazem parte do Conselho Curador da Servir Brasil, que é a nossa Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, na pessoa do Presidente do Conselho Curador, José Celso, meu grande amigo, e também na pessoa do Rudinei Marques, Presidente do Fonacate, que representa diversas entidades que atuam especialmente nas áreas que são fundamentais ao Estado e ao funcionamento do nosso país.

Senador Fabiano Contarato, primeiro eu quero lhe agradecer por ter aceitado o convite para coordenar a Comissão de Assédio Institucional da frente parlamentar.

A nossa frente parlamentar, a Servir Brasil, teve uma luta hercúlea contra a PEC 32, e nós conseguimos por ora mantê-la enterrada. Nós percebemos que a PEC 32, a chamada reforma administrativa, traria uma série de problemas para o serviço público brasileiro, ameaçaria o ingresso do servidor por meio de concurso público, questionaria a estabilidade do servidor, sem a qual é impossível que ele aja de acordo com a lei e não de acordo com os caprichos políticos momentâneos. Se a PEC 32 tivesse sido aprovada, talvez esta audiência não estivesse acontecendo, porque muitos que estão aqui e que são servidores, neste momento, estariam completamente amordaçados, porque o enfraquecimento que a reforma administrativa faria nas garantias do serviço público seria tamanho que muito provavelmente o Estado brasileiro não resistiria a essa epidemia de assédio institucional que nós estamos vivendo.

Nós já conhecíamos o velho e famigerado assédio moral. O assédio moral se dava entre indivíduos. Era um chefe que perseguia um subalterno, era um colega que abria processos injustos contra outro. O assédio moral precisa continuar a ser combatido, mas nós chegamos a uma nova fase. Desde 2019, o Brasil vive uma epidemia de assédio institucional. E o assédio institucional é muito mais nocivo ao país que o próprio assédio moral, porque, se o primeiro se dá entre indivíduos, Senador, o segundo é uma ação articulada de destruição das instituições do Estado brasileiro. Se o primeiro pode ser resolvido numa intermediação com uma transferência ou medidas mais simples, esse outro exige que os democratas brasileiros se levantem e se coloquem com muito vigor contra o assédio institucional.

Estamos falando de destruição do Estado. O assédio institucional se mostra de diversas maneiras. Ele se mostra primeiro com a perseguição a grupos de servidores: aqueles que se destacam. Geralmente o servidor perseguido não é aquele tipo de exceção, um servidor que não se dedica de maneira adequada ao trabalho. Não. Justamente os melhores servidores, os que são capazes de proporcionar ao seu órgão a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entrega do serviço público à população, é que são perseguidos. Então, é uma tentativa de desconstrução da política pública, do órgão público. É uma destruição de tudo que nós estamos construindo desde 1988.

Outra forma de perseguição é o silenciamento, a lei da mordaça, a ameaça. Todo servidor que ousa falar sofre processos injustos, que muitas vezes não darão em nada, mas que, enquanto não são julgados, causam perturbação a esse servidor, gastos com advogados, constrangimentos. Nós temos aqui a ANTC divulgando essa carta, Senador Fabiano, Carta aos Congressistas, sobre a perseguição à Diretora Jurídica da associação, Kasla Garcia. É um absurdo! Ela está sofrendo PADs porque representa os trabalhadores.

Esse assédio também se dá pela difamação dos órgãos. Quando um ministro de Estado diz que as universidades só servem para produzir drogas e chama a minha adorada Universidade de Brasília de "maconhal", ele está difamando os órgãos. Quando um Presidente da República diz que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais é comunista, que seu diretor é comunista e está mentindo (mentindo com as fotos de um satélite? Um satélite mentiroso, não é?), isso é difamação do órgão. Quando o Governo permite que 37 servidores peçam exoneração ao mesmo tempo do Inep, que faz o Enem, que faz a Provinha Brasil, que faz o Saeb, isso é difamação do órgão público, isso é assédio institucional. Esse assédio visa erodir as bases das instituições. Quando Governo ataca o Poder Judiciário, isso está no mesmo patamar, embora seja algo ainda mais profundo, porque é uma tentativa de destruição de outro Poder, difamação de outro Poder, com finalidade autoritária explícita. É isso que nós estamos vivendo no Brasil.

Todo esse processo de assédio institucional faz parte de uma estratégia política de erosão das estruturas democráticas. Toda essa ação orquestrada visa o exercício de um poder sem constrangimentos, sem pudores, o exercício de um poder autocrático. E por isso essa reunião, Senador Fabiano Contarato, não poderia estar em melhores mãos, nas mãos de um homem que é um seguidor da lei, que sempre lutou pela aplicação da lei, que entende a Constituição brasileira e que soma esforços com todos os Parlamentares da Servir Brasil, com os Parlamentares que têm responsabilidade neste Congresso Nacional e que entendem que democracia sem instituições não é democracia: é simples tirania da maioria. As instituições medeiam a democracia; por isso nós temos que defendê-las. O não reconhecimento da representação dos trabalhadores agrava esse problema. Os trabalhadores, os servidores precisam ter representantes, porque esses representantes servem de porta-vozes das suas demandas, permitem uma relação cordial e civilizada com o Estado, evitam as explosões de revolta que acontecem nas ditaduras.

Portanto, Senador Contarato, eu queria também pedir o seu apoio para a coordenação da Deputada Lídice da Mata, que é a coordenação para que a gente resolva o problema do mandato classista. O Estado brasileiro precisa reconhecer que a representação é boa para o trabalhador, mas principalmente para o Estado, porque o Estado ganha amortecedores nessa relação, ganha negociadores, sabe estabelecer, então, contatos com lideranças. O que nós estamos vivendo é uma dissolução das lideranças que vai levar a uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anarquia geral. Não se enganem! Sem representação de trabalhadores, daqui a pouco teremos situações no serviço público parecidas com a situação dos caminhoneiros, que se organizam por WhatsApp, que agem sob revolta, e não é possível estabelecer contato com liderança nenhuma. Então, o Estado se beneficia da construção das representações trabalhistas.

Também, Senador, a vilanização dos servidores, que ganhou curso em 2019, que se aprofundou, que nós combatemos com muita informação, muita discussão na mídia, foi muito importante. Combater essa vilanização dos servidores é fundamental. Sempre que se tem uma conta a pagar, deixa-se essa conta para os servidores. Nós nunca nos lembramos que, durante a pandemia, 42 novos bilionários surgiram no Brasil, ao custo da fome de 33 milhões de pessoas, ao custo da rejeição por parte do Governo das tentativas de criação de um piso salarial para a enfermagem, ao custo do não reajuste salarial dos servidores conforme crescimento inflacionário. É preciso desmistificar essa tese de que os servidores públicos são responsáveis pelo caos financeiro no Governo. Na verdade, o que a gente precisa é fazer escolhas. E eu acho que a escolha por manter livres de impostos esses bilionários, que poderiam contribuir mais nesse momento de crise mundial, é uma grande injustiça.

E, por último, para encerrar, agradecendo por ter me liberado a palavra, porque eu vou ter que sair correndo daqui, já estou atrasado... Senador Fabiano, nós relatamos pela Servir Brasil outro grave problema – aliás, pela Frente de Educação, desculpem –, que é a autocensura dos pesquisadores e professores nas universidades brasileiras. Nós tivemos uma pesquisadora no Rio Grande do Sul que teve a bolsa para pesquisa cortada porque identificou uma relação entre a ivermectina e problemas cardíacos. Nós temos pesquisadores que, para não perderem os recursos da pesquisa, se autocensuram. Nós temos professores, em todos os níveis educacionais, que hoje temem o que hoje era considerado um gesto de carinho dos alunos. Quando o meu aluno pegava o celular para me filmar, eu mandava um abraço para a mãe e para o pai dele, eu mandava beijo para a família dele, porque eu me sentia prestigiado. E este Governo, que dissolve as instituições, também está atacando com assédio institucional as escolas e a sagrada relação pedagógica entre o mestre e o aluno, de modo que, hoje, quando um aluno saca um celular, o professor se constrange, perde o brilho, perde o encanto e deixa de exercer sua profissão com a paixão que a docência exige.

Então, Senador Fabiano, assim eu encerro a minha fala, agradecendo, mais uma vez, pelo senhor estar liderando esta audiência pública e trazendo aqui este debate tão importante, com o depoimento de pessoas corajosas, que pagaram o preço por fazerem o seu trabalho bem feito e por combaterem o autoritarismo que deseja se instalar no Brasil. Fabiano querido, um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, Deputado Professor Israel.

Eu pediria aos convidados, tendo em vista o número de pessoas que estão aqui, além daqueles que vão participar de forma remota, que a gente tentasse cumprir o tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já vou inverter um pouco. Há umas perguntas que foram formuladas no Portal e-Cidadania; eu já vou deixá-las para que os convidados, à medida que tiverem oportunidade, se sintam à vontade para responder.

O Eduardo Felipe, do Mato Grosso, pergunta: "No modelo atual, essas denúncias [...] [de] assédio institucional [...] podem ocorrer de forma anônima?".

Arthur Félix, do Rio de Janeiro, pergunta: "O [...] assédio institucional contribui para a desconstrução do Estado? Significa que estamos avançando rumo ao autoritarismo? Quais a medidas estão sendo adotadas para combater o assédio institucional no âmbito legal? Como a sociedade civil pode contribuir?".

Eu vou pedir à Secretaria que passe essas perguntas à mão de cada um dos presentes, para que sejam disponibilizadas e, assim, vocês se sintam à vontade para responder.

O José Augusto, do Rio de Janeiro, também pergunta: "[...] como os órgãos públicos [...] [podem combater] de forma efetiva esse tipo de assédio? Como os órgãos públicos podem dar segurança ao servidor afligido por esse tipo de assédio sem comprometer seu ambiente de trabalho?".

Kayoma Naoyzy, de Santa Catarina, pergunta: "Os impactos estão diretamente ligados à punição; enquanto não houver punições mais severas [...] [e discussão sobre] os impactos nada [...] [mudará]".

Patrícia Raquel, do Rio Grande do Norte: "Deveriam articular melhor as informações deixando [...] claros os [...] [direitos] de um assediado antes mesmo de acontecer, assim como a punição".

Bom, agora, sim, passo a palavra à querida convidada, minha conterrânea, Priscilla Colodetti, Diretora-Executiva da Indigenistas Associados.

A SRA. PRISCILLA COLODETTI (Para expor.) – Obrigada, Senador Contarato.

Boa tarde a todas e todos.

Quero cumprimentar a Senadora Zenaide, que nos assiste, e cumprimentar também, presencialmente aqui, o Senador Contarato, com quem eu divido, com quem eu compartilho a naturalidade capixaba e também o orgulho de ser servidora pública – agradeço pela excelente fala.

Quero cumprimentar também a nossa colega Thaisse, aqui da mesa, os demais membros da mesa, o público que nos assiste e, em especial, as associadas e os associados da Indigenistas Associados.

Bom, meu nome é Priscilla Colodetti, eu sou servidora concursada da Fundação Nacional do Índio (Funai) desde 2010 e aqui eu estou representando a Indigenistas Associados, que é essa associação de servidoras e servidores da Funai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ideia principal aqui da audiência pública é falar sobre os efeitos do assédio institucional no serviço público.

Em relação à Funai, ao que tem acontecido, aos efeitos desse assédio institucional na Funai, recentemente a Indigenistas Associados (INA) lançou, em parceria com o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), um dossiê, que foi amplamente divulgado na mídia e nas redes, intitulado dossiê *Fundação Anti-indígena: um retrato da Funai sob o governo Bolsonaro*. E essa publicação dialoga diretamente com o livro que foi lançado recentemente também pela Afipea – foi um mês antes da publicação do nosso dossiê, e eu acredito que o meu colega José Celso deva falar um pouco mais – que traz o assédio institucional e tem um capítulo específico sobre a Funai, que fala sobre a *Etnografia do Assédio Institucional da Funa*i, de autoria do pesquisador Frederico Barbosa e da pesquisadora Isabella Lunelli.

Enfim, esse capítulo e esse dossiê falam a mesma coisa. O dossiê materializa tudo o que esses pesquisadores também já vinham indicando no capítulo. E aí, utilizando uma expressão certeira desses dois pesquisadores, que é a "Constituição contra a Constituição", fica muito óbvio para a gente de que forma a política pública indigenista, cuja regra constitucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas, vem sendo destruída por dentro, sobretudo desde que o delegado da Polícia Federal, o Marcelo Xavier, assumiu a Presidência da Funai.

Bom, infelizmente o lançamento desse dossiê aconteceu num momento de grande revolta, de grande tristeza nossa, que foi a tragédia causada ao nosso colega indigenista Bruno Pereira e ao jornalista Dom Phillips. Acabou sendo lançado... A gente já previa lançar esse dossiê mais ou menos ali no final de maio. Ainda precisava ajustar mais algumas coisas, mas, quando vieram à tona os desaparecimentos do Bruno e do Dom e posteriormente a notícia dos assassinatos, a gente entendeu que essa tragédia anunciada é o resultado dessa deliberada destruição da política pública indigenista, que acontece, entre tantas maneiras, pela perseguição e criminalização das servidoras e dos servidores da Funai.

E para ficar no tema da audiência e pelo tempo também, para não ultrapassar o tempo de dez minutos, eu vou apresentar resumidamente algumas informações, alguns dados, algumas notícias que nós trazemos no dossiê.

Tem acontecido na Funai a preferência pela nomeação de militares nos cargos de chefias – tanto na Funai sede quanto nas unidades regionais. Entre esses militares, nós temos militares do Exército, policiais militares e policiais de corporações estaduais.

Aqui é importante fazer uma observação: o trabalho da polícia, o trabalho também das Forças Armadas são trabalhos nobres, são trabalhos legítimos. O problema está em você pegar servidores que são da área da segurança pública e trazer para dentro da estrutura de um órgão cuja competência é a política indigenista. Isso já está misturando duas áreas que não... incompatíveis, exato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, inclusive sobre essa predileção por militares, saiu na semana passada uma matéria na agência *Pública* em que se mostrava uma planilha de Excel produzida dentro da Diretoria de Administração da Funai, e ali se viam os nomes da vários servidores e servidoras, inclusive concursados, que ocupavam cargos de coordenação, de coordenadora ou coordenador regional, que são essas unidades descentralizadas da Funai, e alguns nomes estavam destacados em azul, e dizia que o azul era "faz campanha a favor do Governo dentro de terra indígena"; outros, em vermelho, e o vermelho dizia "retirar com urgência da CR", que é a sigla para coordenação regional, e na coluna ao lado ainda tinha umas sugestões, por exemplo, de colocar um militar. E aí a gente pode ver atualmente que eles conseguiram realizar a contento esse desejo deles.

Essa presença grande de militares dentro da Funai tem trazido um clima policialesco dentro do órgão: como forma de constrangimento, de desrespeito e de punição, servidoras e servidores com posicionamento técnico divergente da orientação anti-indígena da Funai têm suas competências retiradas, deixam de ter acesso a processos nos quais estavam envolvidos, passam por deslocamento de funções e lotações à revelia e ainda ameaças de remoção.

Outra coisa que vem sendo feita dentro da Funai que é característica desse assédio institucional é, como eu tinha citado um pouco antes, a própria criminalização de servidoras e servidores pelo Marcelo Xavier, que inclusive entrou com denúncia contra servidoras e servidores na Polícia Federal. Teve um caso envolvendo a área de licenciamento da Funai que foi amplamente divulgado e depois foi arquivado por falta de materialidade, e agora, no final de semana, a *Folha de S.Paulo* publicou que é o MPF que está denunciando o Marcelo Xavier por denunciação caluniosa, e aqui eu faço votos de que esse processo dê certo.

Outra coisa também que tem acontecido é a substituição de servidoras e servidores, antropólogos, antropólogas da própria Funai e de outras áreas também, que foram substituídos por antropólogos de confiança nos grupos técnicos de identificação e delimitação das terras indígenas. Um desses casos foi objeto também de atuação do Ministério Público Federal, e aí, enfim, esse absurdo foi parando de acontecer e substituído por um outro absurdo, que é uma lista de servidoras e servidores sem óbice, antropólogos ou servidores da área mais ambiental, ou também sociólogos, pessoas das áreas envolvidas com esse trabalho de delimitação, identificação e delimitação de terra indígena, então, só podem participar desses GTs os servidores sem óbice. Agora, por óbvio, a gente sabe que esses grupos técnicos não têm ido a campo porque a regra, desde a campanha do atual Presidente do país, o Bolsonaro, é não demarcar nenhum centímetro de terra indígena.

Uma outra ação, um outro efeito que vem acontecendo dentro da Funai é uma predileção também da atual gestão da Funai em cumprir uma meta de resolução de processos administrativos disciplinares. E o que é que eles têm feito? Existe, claro, o passivo de processos administrativos disciplinares, inclusive alguns muito antigos, que é característica inclusive do déficit de pessoal da Funai. Mas aí, então, eles... O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Xavier resolveu que essa é uma meta da gestão dele, tirar, resolver esses processos. Então, a Corregedoria da Funai tem destacado técnicos das áreas finalísticas, tanto da sede quanto da regional, para atuarem nessas comissões, e muitos de nós não temos formação ou capacitação para isso, além de a gente já ficar ainda mais sobrecarregado com outros processos administrativos que a gente tem a responder, e, sobretudo nas unidades regionais, fazendo isso, você diminui também a disponibilidade de essas servidoras e de esses servidores irem a campo, fazerem o trabalho que, além de ser uma obrigação nossa, é um dos trabalhos mais prazerosos, que é ir até a terra indígena, que é estar lá, com o povo, conversando, estar ali com os grupos indígenas. Isso é uma delícia de se fazer, mas essa gestão impede de todo modo.

Inclusive, também uma outra barreira que eles têm feito para esse trabalho de campo é que, antes, a competência para autorizar esses deslocamentos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRISCILLA COLODETTI – Um minuto, não é? Estou acabando já.

Uma autorização para esses deslocamentos em terra indígena era feita pelos coordenadores regionais. Então, essa atual gestão avocou essa competência, jogou para as diretorias e, principalmente, para o Presidente, porque agora quem tem que autorizar, quem tem que emitir o documento autorizando essa ida a campo é o próprio Presidente da Funai. Então, se você tem uma situação ali de conflito territorial ou mesmo outro trabalho que aparece que antes não estava planejado e de repente surgiu, você tem uma dificuldade, porque até você conseguir – porque eles pedem 15 dias de prazo... Então, isso também está bem complicado.

E tem também – por último – um boicote à capacitação das servidoras e dos servidores, um boicote mesmo para licença de pós-graduação, tanto mestrado quanto doutorado. Mesmo que a área administrativa da Funai tenha dito que pode, o próprio Presidente da Funai, usando aquele argumento de oportunidade e conveniência, tem vetado.

Bom, em linhas gerais, esses são alguns desses efeitos da política assediadora da nova Funai.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, querida colega Priscilla Colodetti, por suas considerações.

Neste momento, concedo a palavra à Thaisse Craveiro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Thaisse, da ANTC, para a sua manifestação, em até dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor.

A SRA. THAISSE CRAVEIRO (Para expor.) – Boa tarde.

Obrigada, Senador Contarato, pela oportunidade de estar aqui.

Ouvi atentamente a todas as falas até agora e percebo que a situação realmente é muito grave, generalizada e precisa desse tipo de iniciativa, para a gente enfrentar, sob pena de a gente não conseguir mais reverter um quadro de defesa do serviço público. Então, cumprimento o senhor, agradecendo a oportunidade, a Priscilla pela bonita fala e sensível, os demais participantes aqui e os que nos acompanham em casa.

A situação não é muito diferente no âmbito do controle. Eu aqui estou falando pela ANTC (Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil). Este ano a gente completa dez anos de fundação, mas, infelizmente, o nosso sentimento não é de celebração, e sim de luto, em decorrência desses últimos acontecimentos. A nosso sentir, parece que esse assédio institucional, essa verdadeira cruzada contra o serviço público tem despertado naquelas pessoas que até então tinham isso mais enrustido ações que pareciam estar mais escondidas embaixo do tapete. Então, a partir do momento em que a gente começou a divulgar esta audiência pública, eu recebi inúmeras manifestações de inúmeros colegas, o que mostra que as pessoas se identificaram e estão sentindo na pele realmente esses acontecimentos.

Eu falo aqui em nome da ANTC; não falo em nome dos tribunais de contas. Alguns acontecimentos se referem a alguns tribunais de contas, e não a todos. Esse é um esclarecimento que eu acho importante fazer.

Sobre essas ações orquestradas relacionadas ao assédio institucional, eu queria falar delas sob três perspectivas principais. Uma é que a gente percebe que ela se manifesta muito claramente por meio de avaliações de desempenho sem critérios e procedidas por agentes muitas vezes nomeados *ad nutum*, sem critérios pré-definidos, sem legitimidade; não é feita por pares. E hoje, de acordo com a nossa Constituição, a avaliação de desempenho é uma das causas de demissão do serviço público.

Outro ponto em que eu gostaria de focar é sobre a instauração de processos disciplinares. Existe hoje uma verdadeira subversão da via disciplinar para perseguir agentes públicos. Cada vez mais a gente duvida da imparcialidade desses processos. O que a gente vê é que a via administrativa, subvertida por meio de PADs, sindicâncias e qualquer coisa que o valha, tem inviabilizado atuações finalísticas, impedido muitas vezes a independência, a imparcialidade do agente público no exercício da sua função. E hoje a ANTC está vivendo isso. A gente está vendo isso no âmbito da carreira dos auditores de controle externo não só nas nossas atuações finalísticas, mas na nossa atuação também representativa. E aí o *modus operandi* parece que se assemelha bastante: exoneração de cargos em comissão, remoção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imotivada, sindicâncias, PADs também imotivados que se arrastam por anos para manter o servidor público ali – no nosso caso, o auditor de controle externo.

De uns tempos para cá, o que a gente vivenciou... Falando bem já no âmbito dos tribunais de contas e abrindo um parêntese, um ponto que eu acho que vale muito a pena esclarecer é que os tribunais de contas, Priscilla, concentram a função de investigação e acusação, que é a função de auditoria e de controle externo, a função de *custos legis* e o julgamento. É tudo dentro de uma estrutura só. O que no processo penal acontece lá na Polícia Federal e no Ministério Público, no tribunal de contas acontece dentro de uma mesma estrutura. Por si só, isso já acarreta riscos maiores de essa vinculação administrativa inviabilizar essa atuação funcional, finalística e independente.

E aí, a partir de março, Senador, a gente, no caso dos tribunais de contas, alguns atuam em bases extremamente disfuncionais, nunca conseguiram alcançar o texto constitucional, e a ANTC ajuizou uma ADI no Supremo, que foi julgada no último dia 6 de maio, relacionada à atuação de servidores comissionados ou sem competência legal nas unidades finalísticas de um determinado tribunal. E a partir do julgamento dessa ADI, que foi por unanimidade pelo Supremo Tribunal Federal – é a ADI 6.655, para quem quiser pesquisar –, que impede a atuação dessas pessoas... E repito aqui: não é contra pessoas, mas contra estruturas. Estamos falando de estruturas mais ou menos suscetíveis a violações. A partir da decisão do Supremo que impediu a atuação dessas pessoas nas unidades finalísticas de controle externo, o Presidente da ANTC passou a sofrer sucessivas medidas persecutórias no âmbito do seu tribunal. Foi exonerado de um cargo em comissão que ocupava sem a solicitação de quem indica. É um cargo de gabinete; enfim, quem indica seria o julgador, e ele foi exonerado. Foi instaurada sindicância em face de atuações representativas... Eu até ia comentar aqui com o Professor Israel: uma das atuações pela qual ele está respondendo sindicância foi um seminário que a gente realizou aqui na Câmara dos Deputados em parceria com a Servir Brasil e com o Deputado Israel, e o Ministério Público arquivou sumariamente a denúncia, mas o Tribunal de Contas vem mantendo essa sindicância aberta para impedir a atuação do nosso Presidente na representação de 8,5 mil auditores de controle externo. A gente impetrou o mandato de segurança e, em sede liminar, já foi reconhecido o caráter persecutório. E, antes mesmo de a gente dar conta dessa situação, ontem fomos surpreendidos por um novo processo administrativo, dessa vez em outro Tribunal de Contas, em face da nossa Diretora Jurídica Kasla Garcia. E, pasmem, a portaria de instituição da sindicância, aliás, o processo administrativo já menciona lá, no primeiro considerando, o art. 41, que é o caso de exoneração, ou seja, existe uma investigação ou já se tomou a decisão no caso dela, já há um prejulgamento? E ela, assim, teria muito a falar, mas, como o tempo é exíguo, eles mantêm um processo administrativo dela, uma investigação que já dura mais de três anos. E hoje nós estamos nesta situação da ANTC: sendo impedidos de atuar em razão desses instrumentos subvertidos na seara disciplinar, que têm violado a nossa liberdade associativa dos auditores de controle externo.

E aí o que eu tenho para falar é que não é contra eles, não é contra os indigenistas, não é contra as carreiras, não foi contra o Bruno Pereira; é contra todo o serviço público e é contra a sociedade. Não é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Kasla ou o Presidente da ANTC ou o Bruno ou qualquer indivíduo em si que está sendo violado; a situação transcende a seara individual e passa um recado muito claro e muito triste: você tem que obedecer à ordem de alguém sob pena de você sofrer consequências antirrepublicanas e antidemocráticas. E isso inviabiliza... Quando eu falo que transcende a seara individual é porque isso não adoece só a pessoa que está sofrendo; isso passa um recado muito claro para toda a carreira e para os demais servidores públicos de que: "Ah, você não quer sofrer isso, não? Então reze aqui na minha cartilha. Siga aqui uma ordem". E a democracia não pode ser uma coisa incompatível entre fala e ação. O ordenamento jurídico não é um cardápio em que a gente pode ali escolher o que a gente segue e o que a gente não segue. A gente precisa compatibilizar a fala com a ação sob pena de a nossa omissão causar efeitos nefastos ao servidor público e, no caso aqui, nossa preocupação específica, como o próprio Professor Israel falou, à atuação representativa de uma entidade legítima, como é o caso da ANTC, em que está sendo hoje inviabilizada a nossa atuação. Então, não adianta falar que defende a democracia, que são instituições democráticas, se a atuação não é compatível com o que se fala.

E aí, para finalizar... Além disso, eu ia até comentar que aqui tem uns recadinhos de assédio institucional – "evite fofoca", "cumpra o seu trabalho", "não se desvie"... Tem uns cartazes bem... Mas isso aqui é coisa menor.

E aí, com relação a soluções – e me encaminhando para o final –, o que se observa hoje é que o agente público que quer fazer verdadeiramente uma defesa do interesse público pode ter essa estrutura do Estado se voltando contra ele. É até aqui uma pergunta: o que o órgão público pode fazer? Infelizmente, às vezes o órgão público é tomado, e é a própria estrutura que se volta contra o agente público. Então, é um ônus desproporcional imposto ao servidor público, que quer defender o interesse público e resistir a determinadas pressões. E, nesse sentido, a gente precisa equilibrar esse jogo, porque o servidor público não tem como enfrentar de peito aberto esse tipo de situação sozinho.

E aí o PL 15, de 2021, vem nesse contexto, mas talvez a gente precise avançar mais...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. THAISSE CRAVEIRO – ... com medidas concretas relacionadas – eu anotei – à perda do cargo público daqueles que exercem atividade exclusiva de Estado, como prevê o art. 247, a gente precisa regulamentar; às avaliações de desempenho que precisam ter critérios, precisam ser definidos os critérios e todos os procedimentos, bem assim as próprias avaliações pelos próprios pares, e previamente definir se isso garante um pouco mais de higidez e imparcialidade, assim como medidas que possam viabilizar a imparcialidade, a redução do arbítrio no processo disciplinar. Hoje eu reputo que uma das situações mais gritantes é a subversão, repito, da via disciplinar para inviabilizar a atuação finalística do agente público ou do órgão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho certeza de que nenhum de nós queria estar hoje, em pleno ano de 2022, discutindo isso – a gente é *persona non grata* nas nossas respectivas instituições –, mas este é um debate necessário e a gente precisa avançar de repente para uma lei Bruno Pereira, para garantir um certo equilíbrio para os servidores públicos, como existe a Lei Maria da Penha, que equilibrou a realidade de gênero. Eu sei que é muito fácil você cumprir ordens, você rezar numa cartilha – você ganha um cargo, você tem espaços, e o contrário não acontece –, mas isso não faria de nós servidores públicos na acepção do que isso significa: defender as nossas instituições. Governos são passageiros. E aqui não falo – repito – contra pessoas, falo contra estruturas. O Estado precisa ter condição de atuar e o Estado atua por seus agentes públicos. O Estado é feito de pessoas, e essas pessoas precisam de anteparos para conseguir viabilizar as suas funções.

Dez anos da ANTC, estamos de luto, mas estamos juntos. Sei que a gente vai continuar este debate, e este debate vai render boas medidas em prol não de nós somente, mas do serviço público. Muito obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, Thaisse.

Eu fico muito... Eu sei que o momento é delicado, mas, ao mesmo tempo, eu fico orgulhoso de ser servidor público, porque nós estamos aqui defendendo a democracia. Você defender ditadura em plena democracia é fácil, difícil é você defender democracia estando numa ditadura. Você quer ver como que você mata uma democracia? Você fragiliza as instituições, você precariza as instituições, você criminaliza o serviço público. Isso não sou eu que estou falando, não. Se você pegar Alexis de Tocqueville, ele já falava isso. Dois grandes alertas dentro de uma democracia: quando você, dentro dessa democracia, fragiliza as instituições; e o segundo é quando a população renuncia, ela vota, mas não quer mais saber, não quer mais participar, não quer mais cobrar, aí o Estado se agiganta e daqui um pouco ele está decidindo tudo, inclusive seus direitos fundamentais.

Então, é necessário que nós tenhamos a coragem de estar aqui, porque, quando a colega fala que a diretora jurídica agora foi surpreendida com uma nova instauração, o dano que isso ocasiona não é só a ela. Claro que ela, de uma forma imediata, está ali sendo alvo, mas, quando coloca, primeiro, considerando uma penalidade de demissão ali, isso é muito grave, porque ele está mandando um recado muito forte para todos os servidores. E isso que nós temos que estar aqui falando.

Eu espero que esta Comissão – e aí eu faço um alerta a toda a equipe que está aqui – tenha resolutividade. A gente tem que dar uma prestação. A gente tem que terminar uma audiência pública não simplesmente jogando luz no assunto, mas, sim, buscando a responsabilização de quem deve estar atuando, principalmente aqui, como fiscal da lei, como titular de uma eventual ação penal, seja ela uma ação penal pública condicionada à representação, seja ela uma ação penal pública incondicionada, para responsabilizar nos aspectos civil, penal e administrativo, porque, aí, sim, nós estaremos defendendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquilo que é primordial dentro de um Estado democrático de direito que se chama a Constituição da República Federativa do Brasil.

Agora, eu queria agradecer o comparecimento das duas e pedir a substituição por dois novos, o Pedro Pontual e o José Celso Cardoso Junior, se possível, para tomarem assento aqui e fazerem suas falas daqui da mesa. Eu lhes agradeço mais uma vez. Parabéns! Contem sempre comigo de forma incondicional!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – De nada, minha conterrânea.

Muito obrigado a todos e todas que estão aqui.

Neste momento, eu vou transferir a fala para o convidado Pedro Pontual, que é Presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, para, em até dez minutos, fazer as suas considerações. Muito obrigado pelo comparecimento. Concedo a palavra ao Pedro Pontual.

O SR. PEDRO PONTUAL (Para expor.) – Eu queria agradecer muitíssimo ao Senador Contarato por nos receber aqui e dar atenção a este tema. Acho que este tema, infelizmente, não começou no ano de 2022, ele começou já há algum tempo, mas ele se torna imperativo de ser discutido este ano, porque, este ano, a gente teve o caso emblemático que é o do Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, cujas mortes chamaram a atenção para esse grau de sucateamento do Estado.

Eu queria fazer uma primeira colocação e a nossa abordagem aqui, só para dizer quem nós somos. A nossa carreira é responsável por formar especialistas tanto na forma como a política pública é desenhada, implementada e avaliada como também em como aprimorar a gestão governamental. Então, a nossa carreira é uma carreira pequena, é uma carreira em que hoje tem menos de mil pessoas, embora haja 1,7 mil vagas – tem concurso aí para quem quiser ajudar a fazer pressão para um novo concurso na nossa carreira, que está fechando. A lógica da nossa carreira é justamente prover esse tipo de aconselhamento, de consultoria em como se organizar o Estado e em como se organizar a entrega dos serviços à população.

Agora, o que é muito interessante é que, nos fatos recentes e terrivelmente trágicos que a gente viu, um dos pontos para que a gente gostaria de chamar atenção é para essa testemunha de 45 anos que recebeu o nome fictício de Jussara, entrevistada pela imprensa quando do episódio envolvendo o Presidente da Caixa. Ela disse que ouviu, numa reunião, que era para os empregados da Caixa pararem de fazer denúncias. Por quê? O pré-requisito é obedecer cegamente. Ouso dizer, Senador, que isso daqui é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ordem hoje em toda a Esplanada. E é isto que se espera dos servidores e das pessoas que estão em cargos de gestão: obedecer cegamente, jamais discordar, jamais divergir.

Eu acho que isso, do ponto de vista da gestão pública, tem um sério impacto, porque é a diversidade de pontos de vista, é a forma diferente de se considerarem pontos e temas que melhora a decisão do gestor. O que qualifica a decisão é precisamente a diversidade, a divergência, a discordância, porque isso faz com que todo mundo trabalhe mais para chegar a uma convergência e para conseguir ter a melhor decisão possível.

E vamos colocar aqui: aqui a melhor decisão possível não significa um ganho de 10% a mais na margem de dividendos pagos a acionistas, não; aqui significa mais educação, aqui significa melhor atendimento de saúde. A melhor decisão aqui, neste caso da gestão pública, significa uma melhor qualidade de vida para o cidadão brasileiro. Portanto, ela deveria ser diretriz primordial. Para que a gente possa discutir políticas públicas, é preciso que haja espaços para divergências, jamais uma ordem desse tipo em que se estabelece que o pré-requisito para trabalhar com os interesses públicos, tanto na administração pública federal direta e indireta como também nas empresas públicas, seja obedecer cegamente, porque obedecer cegamente é fugir aos interesses públicos. Essa regra, embora não escrita, é, por si só, inconstitucional.

E vale dizer que a gente está hoje num grau em que o dano chega a esse ponto. Então, se diz que... Hoje a gente ouve dizer, para fazer referência aqui à fala da colega Priscilla, Presidenta da INA, que a demarcação de terras indígenas é uma ameaça à integridade do território nacional. E isto aqui? E esses grupos criminosos estrangeiros operando no nosso território?

Quando houve os casos de morte, o que a gente ouviu falar é: "Eles sabiam que era perigoso", colocando a culpa da morte nas vítimas, quando, na verdade, nesse caso em que eles estavam atuando, eles estavam levantando informações para ajudar nesse tipo de operação. Por que a defesa do território nacional não é questionada desse ponto de vista? Isto aqui era, em si, assunto para uma CPI ou para uma CPMI, só isto aqui.

Quais são as ameaças que existem hoje no território nacional, quando a gente começa a colocar as forças de segurança pública e as forças militares responsáveis pela defesa nacional cuidando de temas civis? Há formação específica para isso, há carreira específica para isso. Para que fazer esse tipo de distribuição? Qual é a lógica que existe quando a gente faz esse tipo de recrutamento? O recrutamento de pessoas hoje nos cargos de gestão está absolutamente incorreto. Deixou de ser a boa gestão o critério, que voltou de novo a ser "obedecer cegamente". Aí é claro que a lógica militar faz sentido, porque é isso que existe lá.

Mas, aqui, para esse tipo de coisa, para a educação, para a saúde, que são temas neste ano, que é um ano eleitoral, para isso é que a gente deveria garantir que houvesse o pleno uso das forças civis que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente tem hoje. São pessoas especialistas muito bem formadas, que compõem os 600 mil servidores públicos ativos da União hoje, sendo que, desses 600 mil, 300 mil estão debaixo do guarda-chuva do MEC. Metade do serviço público federal hoje está prestando um serviço direto à população de educação superior ou nos institutos técnicos. Isso significa que... A gente tem uma crítica que vem de alguns lugares pelo custo dos nossos salários, mas jamais se discute qual é o impacto e o que acontece quando você começa a comprometer essa estrutura, como já foi mencionado aqui, dos tribunais de contas dos estados e municípios.

A gente ouviu falar aqui dessa perseguição. Essa perseguição é a antítese da luta contra a corrupção; ela é, em si, a antítese. Então, hoje a gente está vivendo o antiestado, a gente está vivendo as diretrizes do antiestado. Assim como foi mencionado, os critérios hoje para se recusarem bons currículos para a gestão são critérios de oportunidade e conveniência, ou seja, há hoje servidores – dos quais eu me orgulho de fazer parte – que são inoportunos e inconvenientes para essa gestão.

Eu queria aproveitar e dizer ainda, Senador, porque eu tenho que fazer essa identificação aqui, não pela minha carreira, num parêntese altamente individual, que, dentro da diversidade que existe hoje, eu também demorei para sair do armário dentro do meu espaço de trabalho, mas, a partir de 2019, eu comecei a temer que isso se voltasse contra mim. E eu pude ver, trabalhando no órgão que deveria defender essa pauta especificamente, como essa era uma pauta indesejada. Então, a gente tem hoje não só uma rejeição às visões divergentes, como uma criminalização e perseguição do diferente, do que não é o majoritário.

E aí a gente vê agora que o setor privado resolveu conceder argumentos para essa oitiva de hoje, para essa audiência de hoje. Então, saiu esse dano que um banco está tendo que pagar... Essa instituição – de fato são parasitas da sociedade –, esses sanguessugas estão praticamente submetendo as pessoas a um terror comparável talvez à tortura, definitivamente a maus-tratos. E olha o tamanho do prejuízo que essa instituição terá. Agora essa instituição... Isso é o pior dela.

Agora tem gente que acha que o Estado é também um banco e discute o Estado a partir de custos também. Mesmo essas pessoas deveriam ser contrárias ao assédio institucional, à institucionalização do assédio moral, do assédio sexual, da perseguição dos servidores. Ela, em si, tem um potencial de prejuízo aqui. E por que isso, então, não é uma diretriz mesmo para os fiscalistas? Porque imagine quando isso começar a acontecer.

A gente tem aqui... Eu estou vendo o Bob – cadê o Bob? –, que é o Presidente da entidade que defende os inspetores do trabalho. Também na categoria dele houve mortes por inspecionar o trabalho escravo, as piores formas de trabalho que a gente tem hoje. E hoje a gente vê só uma deterioração das leis de proteção ao trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro presente que a gente recebeu foi do *Financial Times*, agora desse fim de semana, recomendando: "Gente, tratar bem o empregado dá lucro. Olhe só, vejam vocês, vocês deveriam se preocupar com isso".

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO PONTUAL – E essa matéria diz exatamente isso.

Aí a gente tem também essa matéria recente, de ontem, dizendo, veja bem... O jornal *O Globo*, em editorial, avisa: "Gente, tratar mal o empregado é um risco. Vocês vão ter que pagar caro. Vocês precisam estabelecer um ambiente de confiança para que não haja espaço para assédio".

Quer dizer, esse Governo, ao discutir a gestão pública como se privada fosse, está importando as piores práticas de gestão que a gente tem no setor privado. Tenta-se hoje eliminar as proteções para que isso não aconteça, e isso está sendo trazido para cá, para a gestão pública, e requer uma resposta clara das nossas representações e das nossas instituições. Por isso, eu queria aproveitar a ideia da Lei Bruno Pereira, que a Thaisse trouxe, para que ela possa implementar algumas sugestões.

E, aproveitando a sua provocação, Senador – eu vou precisar de um tempinho a mais para fechar só as sugestões, se o senhor me permitir –, que se estabeleça que, claro, nas discussões sobre Estado, o Estado não tem finalidade de dar lucro. A gente precisa de um... E, para responder várias das perguntas que foram apresentadas pelo sistema e-Cidadania do Senado, a gente precisa de um canal de denúncia que seja sujeito a um controle externo e não à autoridade máxima do órgão, porque isso é um dos fatores que impedem a verificação de denúncias, como nós vimos na Caixa Econômica Federal recentemente. Que haja um código de proteção ao denunciante. Nas boas práticas internacionais, isso se chama *whistleblower protection*, e é justamente para que a pessoa possa se sentir confiante não só para denunciar assédio, mas casos de corrupção, casos de desvirtuamento institucional. Isso aqui poderia ser o teor de uma Lei Bruno Pereira.

E a gente entende que a estabilidade precisa parar de ser questionada. É inconteste hoje que a gente tenha ainda esse tipo de discussão. E vale dizer que a gente viu aqui – o senhor assistiu em primeira mão –, na CPI da Pandemia, como a denúncia de um servidor foi importante, não só pela estabilidade, mas ele ainda contava com a proteção de ter um irmão Deputado Federal. Aqueles de nós que não o temos talvez não consigamos fazer o que ele fez meramente pela estabilidade no cargo, porque nós sabemos que esse é um contexto em que há outros tipos de ameaças, como a de morte. E a gente sabe que elas acontecem; já não há mais dúvida nenhuma.

Por fim, então, a sugestão é que toda e qualquer discussão sobre o Estado, seja para reformá-lo, alterá-lo, tenha sempre como foco o cidadão e a sociedade, jamais o Tesouro! O Tesouro é meio. É óbvio que ele é importante, é uma variável relevante, mas, se ele for a única variável relevante, fecha-se tudo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se o único critério seu é gasto, então para de gastar! Se não te interessa o que faz o Estado, não tem para que mantê-lo.

Então, a gente não pode viver sob a sombra de uma ameaça fiscalista. Está provado agora que o dinheiro que se disse que não tinha tem! Agora apareceu o dinheiro para poder financiar programas sociais urgentes – agora apareceu; sempre houve. Então, a discussão fiscalista é em si contra a pátria, é de lesa-pátria.

E, por fim, a gente precisa que, dentro do setor público, sejam desenvolvidas novas regras que levem a sério a gestão de recursos humanos; que possam trabalhar de forma preventiva, porque a prevenção sempre é menos custosa do que a punição, do que a correção depois. Então, a gente precisa de regras para prevenir o assédio. Então, que haja órgãos que verdadeiramente estejam capacitados e estruturados para que possam perceber o que está havendo e atuar imediatamente para impedir que haja continuidade.

Muito obrigado, Senador. Peço perdão pelo excesso do tempo e agradeço a sua compreensão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado. Excelente colocação.

Quero deixar registrado aqui que a equipe vai tomar anotação de todas as sugestões, tanto daquelas que foram encaminhadas pelo Portal e-Cidadania como daquelas feitas pelos expositores, e nós vamos dar desdobramento em todas as audiências públicas que nós vamos aqui presidir.

Concedo a palavra ao Sr. José Celso Cardoso Júnior para sua manifestação por até dez minutos.

O SR. JOSÉ CELSO CARDOSO JÚNIOR (Para expor.) – Muito bem.

Boa tarde a todos e todas.

Queria agradecer ao Senador Contarato a oportunidade e a abertura desta Comissão para esse tema tão importante na conjuntura política brasileira atual; cumprimentar os colegas presentes, em especial o colega Rudinei Marques, Presidente do Fonacate, e em sua pessoa todos os colegas das entidades que estão aqui representadas; e cumprimentar efusivamente as falas que me precederam, do Pedro, da Priscilla, da Thaisse e do próprio Deputado Israel, que já se ausentou, mas também fez uma fala bastante contundente e precisa sobre o tema do assédio institucional.

Bom, eu acho que o fundamental já foi dito nas falas anteriores. Eu quero fazer uma colocação em três níveis apenas: uma rápida conceituação de como chegamos a essa expressão, a esse conceito do assédio institucional, quais as implicações desse conceito no âmbito do setor público e para além dele, e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por fim, o que fazer, que é a grande questão que está colocada pelas perguntas dos internautas que acompanham a sessão.

Então, vejam, ainda durante o Governo Temer, quando houve o golpe – hoje podemos dizer isso claramente, não é?; já ninguém mais contesta o fato histórico de que a Presidenta Dilma sofreu um golpe parlamentar judicial midiático, e por que não dizer militar? –, desde aquele momento em que se instaurou o Governo Temer, já estava clara uma mudança de clima organizacional profunda dentro da maior parte das organizações públicas no âmbito federal – sobretudo no âmbito federal, mas não exclusivamente no âmbito federal. Essa mudança de clima se traduziu, nesse primeiro momento, em uma série de fatos relacionados ao assédio moral tradicional, que, como bem disse o Deputado Israel e o próprio Senador Contarato, trata-se de uma relação entre indivíduos que em geral se conhecem no ambiente de trabalho, que em geral desfrutam de relações de hierarquia, poder, comando entre elas, e por uma série de razões essa relação se deteriora sob a forma de ameaças, constrangimentos, etc., não é?

Pois bem, o assédio moral tradicional – é bom que se diga – sempre existiu tanto no setor público como no setor privado, de onde ele provém, aliás, não é? Então não é uma exclusividade do período recente no Brasil. Porém, o que nós começamos a identificar ainda no Governo Temer e, obviamente, com muito mais profusão de casos no Governo Bolsonaro, desde o começo de 2019 para cá, foi um aumento estrondoso de casos. Então a primeira característica importante que nos levou a definir o conceito do assédio institucional é o fato de que a motivação para o assédio, ainda que se traduzisse em diversas formas de assédio moral e sexual tradicionais, não era mais uma relação pretérita individual entre as pessoas envolvidas. Era uma motivação mediada ou pela organização na qual o servidor atuava ou pelo processo institucional, pela política pública que ele deveria mobilizar ou em relação à qual ele deveria atuar; ou seja, a motivação ia além do fato ou da relação interpessoal pretérita, ainda que, repito, a maior parte desses casos, dessas situações se manifestassem, se manifestem sob a forma de constrangimentos pessoais, ameaças, etc.

Então, essa primeira característica que é a mediação institucional dada pelo assediador e o assediado nos chamou atenção pelo fato de que ela constituía – e essa é a segunda característica importante – uma forma de o governo implementar os seus objetivos políticos, institucionais ou ideológicos; ou seja, isso veio a se constituir naquilo que a gente chama, nesse livro, de assédio institucional como método de Governo; ou seja, esse assédio se converteu numa forma, num instrumento ou numa tecnologia de poder baseada numa violência institucional aplicada entre superiores e subordinados, entre órgãos de diversos níveis hierárquicos e os respectivos servidores.

Então, quando o Ministro Guedes, para exemplificar, chama os servidores de parasitas, o que ele está fazendo, é óbvio, é um assédio moral, mas não é porque ele conhece um ou outro servidor em particular, é porque ele considera toda classe de servidores como parasita. Logo, é um ataque institucional ao coletivo de servidores e não a alguém em particular. Quando o próprio Presidente da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desqualifica organizações como o Inpe, o IBGE, o Inep e outras tantas, as universidades públicas, o CNPq, a Capes, a Anvisa – a gente pode citar aqui dezenas delas, praticamente todas –, o que ele está fazendo não é um ataque impensado ou inconsequente a uma ou a outra organização, ele está convertendo o seu discurso num método de fragilização institucional dessas organizações, está certo?

Então, essa segunda característica de entender o assédio como um método de governo, ou seja, como uma forma institucional por meio da qual o Governo busca implementar os seus objetivos políticos, institucionais e ideológicos, é a grande diferença desse fenômeno atual para o assédio moral tradicional.

Em terceiro lugar, a terceira característica fundamental que diferencia, portanto, o assédio institucional das formas pretéritas de assédio é o fato de que ele tem, no atual contexto, três características: é abrangente, é profundo e é veloz. O que significa isso? Não são casos isolados, aqui e ali, contra um ou outro servidor, uma ou outra organização, isso é um fenômeno que se manifesta por praticamente toda a Esplanada, por praticamente toda a administração pública federal, o que denota uma escala ampla, e denota, por outro lado, uma intencionalidade que tem a ver com a profundidade, ou seja, não são ataques destinados apenas a constranger supostamente as organizações, as políticas e os servidores, mas são ataques destinados a desconstruir as institucionalidades, a fragilizar a ponto de paralisar a capacidade de ação dessas organizações e das respectivas políticas públicas que deveriam ser desempenhadas em nome delas. É o caso da Funai, é o caso do Ibama.

Há casos paradigmáticos nesse sentido, em que organizações inteiras foram tomadas de assalto por esse pensamento liberal autoritário, vamos dizer assim, cujo objetivo é ou impedir ou desvirtuar institucionalmente a própria razão de ser dessas organizações. Portanto, os servidores são a principal vítima desse fenômeno, na medida em que são eles os atores que, ao fim e ao cabo, executam as políticas públicas. São eles que sofrem na pele as consequências dessas características do assédio institucional, portanto.

E é um processo muito veloz. Veja que de 2019 até agora, 2022, nós que criamos, na Associação dos Funcionários do Ipea, um instrumento para contabilizar esses casos, Senador, chamado assediômetro, já contabilizamos mais de 1,3 mil notícias, de diversas fontes de informação, sobre casos de assédio institucional dos mais variados tipos, o que dá amostras não só da abrangência, mas da profundidade e da velocidade com que esse fenômeno se instaurou como um método do atual Governo.

Dito isso, quais são as implicações desse fenômeno não só para o setor público, mas para a sociedade de um modo geral? Veja, não é um fenômeno cujas consequências deletérias digam respeito apenas ao setor público, apenas à má gestão das organizações, apenas ao constrangimento e adoecimento dos servidores, apenas à culpabilização dos servidores...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CELSO CARDOSO JÚNIOR – ... e coisas tais. Não é? É algo que vai muito além disso. O que está em curso, a bem da verdade, como está dito no subtítulo do livro, é o avanço do autoritarismo para dentro das organizações públicas e a própria desconstrução do Estado como uma meta do atual Governo para implantar o seu projeto de poder, que é um projeto de índole liberal-autoritária – liberal do ponto de vista econômico, do ponto de vista da relação do Estado com o mercado e com a sociedade, e autoritário para poder implementar esse modelo liberal minimalista do Estado. Por que minimalista? Porque ele pretende tirar o Estado da relação com a sociedade e com o mercado, fazendo com que todo o campo da proteção social, todo o campo da cultura, da proteção ambiental etc. e da própria soberania nacional sejam submetidos apenas à lógica de mercado, não é?

No entanto, para implementar um projeto liberal desse tipo, ele precisa ser autoritário, ele precisa fortalecer justamente o núcleo ou o pedaço do Estado que cumpre o papel policial militar, repressivo. Não é à toa que esses segmentos militares, policiais etc., muito pelo contrário de terem sofrido qualquer tipo de assédio moral ou institucional nesse período recente – claro, guardadas as exceções que nós conhecemos, não é? –, eles se privilegiaram ainda mais nesse período recente, o que coloca para o Brasil e para a sua sociedade, para a sua classe política um desafio imenso para a frente.

Não se trata apenas de vencer as próximas eleições para botar uma estanca nesse processo; trata-se de criar as condições objetivas para reverter, impedir e superar esse problema que afeta hoje o desempenho do Estado, sobretudo na prestação de serviços à sociedade, que é quem, ao fim e ao cabo, mais sofre com esse problema, embora não perceba.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, querido José Celso.

Eu só queria aqui fazer um registro quando se fala das forças de segurança, porque eu sou delegado de polícia, e nós também temos que ter um certo olhar para os policiais antifascistas, porque esses, sim, estão sofrendo; esses, sim, estão sendo perseguidos, por também estarem aí lutando para defender aquilo que é inerente a todos nós: democracia, fortalecimento das instituições, preservação do princípio da impessoalidade, da legalidade, da moralidade, da eficiência, e que por vezes, infelizmente, estão aí. Eu falo isso porque muitas vezes eu sou também questionado com o meu comportamento, por defender a democracia, por defender as instituições e por ser delegado.

Outro dia eu dei uma entrevista – não sei a qual o canal aí – e eu falei assim: "Olha, com todo respeito, o policial tem que ser o primeiro garantidor de direitos. Ele não pode ser violador de direitos. Então, não me confunda com qualquer outro desvio de conduta, porque isso eu não faço. Eu tenho que cumprir aquilo que está na Constituição Federal, no Código de Processo Penal, aquilo que está lá.".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos que fazer uma reserva, uma ressalva aí: existem servidores da segurança pública que também estão sofrendo, e sofrendo por estarem tentando defender aquilo, a sua função legalmente estabelecida tanto na Constituição Federal, lá no art. 144, quando fala que a segurança pública é direito de todos e dever do Estado, e aí estabelece quais são as competências dos órgãos da segurança pública, e também por estarem lutando para o fortalecimento da democracia, com o fortalecimento das instituições.

Só queria fazer esse registro aqui para não sermos injustos com esses policiais que estão aí sofrendo, e sofrendo muito. É por isso que a gente tem que estar aqui, dando vez e voz – e, volto a falar –, observando sempre a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, para a preservação das instituições. As pessoas passam, mas as instituições são permanentes. Então, o que nós estamos pedindo aqui é simplesmente que sejam respeitadas, preservadas as instituições, e, consequentemente, fortalecendo as instituições, nós estamos fortalecendo a democracia. Eu vou morrer defendendo a democracia, porque a democracia é o melhor terreno para você plantar e colher direitos. É só através da democracia; não há outro regime.

Eu quero aqui fazer o registro... (*Palmas.*)

Quero pedir aqui ao Sr. Rudinei Marques, que é Presidente do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado, para tomar assento, por gentileza, e fazer sua fala por até dez minutos. Eu também vou conceder a palavra posteriormente ao Sr. Ricardo Galvão, ex-Diretor do Inpe; ao Sr. Alexandre André dos Santos, do Inep; e ao Sr. Augusto Morelli, que estão fora do requerimento. Então, eu pediria a compreensão com relação à exiguidade do tempo que, infelizmente, nós temos aí – temos que cumprir outras agendas também.

Então, neste momento, eu concedo a palavra ao Sr. Rudinei Marques. Muito obrigado pelo comparecimento, e, mais uma vez, contem sempre com o nosso mandato na defesa intransigente do serviço público.

O SR. RUDINEI MARQUES (Para expor.) – Boa tarde, Senador Fabiano Contarato. É uma honra estar aqui, ao seu lado. O senhor tem sido um grande defensor da democracia, do serviço público, das instituições. Então, parabéns pelo trabalho! Agradeço imensamente o convite.

Quero saudar os companheiros de mesa, que me antecederam, a Thaisse da ANTC; a Priscilla, o José Celso e o Pedro Pontual, na sua defesa apaixonada das instituições, do serviço público, da administração.

Quero dizer que falo aqui em nome do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado. O Fonacate é composto por 36 associações e sindicatos, que representam em torno de 200 mil servidores, e tem sido um defensor do serviço público nesse período que talvez tenha sido o período mais deletério para as instituições nos últimos mais de 30 anos. Desde a nossa redemocratização, não me ocorre um tempo mais nefasto para as instituições, para as carreiras, para os órgãos públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando ocorreu aquele duplo assassinato do Bruno Pereira e do Dom Phillips, nós emitimos uma nota pública, como temos feito em todos os momentos. O fórum não tem se furtado a registrar sua posição. Muitas vezes, nas representações – como a Comissão de Ética Pública da Presidência da República, de que a Thaisse falava há pouco –, essas instituições têm que ser ocupadas por servidores de carreira, senão elas deixam de ser efetivas. Mas nós sempre fazemos questão de registrar o nosso posicionamento, exigir que as instituições cumpram o seu papel.

Nós, então, temos feito essas denúncias, e, quando saiu, então, essa nota denunciando esse duplo assassinato, nós chamávamos a atenção para isto que o José Celso falou há pouco: que não foram casos isolados – são mais de 1.300 casos documentados de assédio moral e institucional no serviço público. Então isso está num contexto que está documentado, não é? Ninguém pode dizer, no futuro, quando nós passarmos a limpo esse período trevoso da nossa história nacional, que não aconteceu. São 850 páginas registrando tudo isso, mais essa documentação de caso a caso que o Zé Celso competentemente tem feito por conta da sua presidência na Afipea sindical – tudo documentado. E este país só vai ser grande se nós passarmos esse período a limpo, não é? E temos uma grande chance... Eu venho aqui muito esperançoso, porque nós estamos a dois meses de virarmos essa página nefasta da vida nacional.

Senador, quando saiu também aquele ataque – o último ataque vergonhoso, na verdade, não é? – às urnas eletrônicas, ao nosso processo eleitoral, nós também registramos a nossa indignação com o que estava ocorrendo. Por quê? Porque é um ataque. Esse contexto... Eu quero trazer aqui um pouco dessa questão de contexto, não é? Os casos já estão documentados – 1,3 mil casos –, o livro registra o *modus operandi* do ataque às instituições, às carreiras, aos órgãos públicos, mas o contexto que emoldura tudo isso é que eu queria destacar aqui.

O ataque às urnas também é um ataque ao serviço público, porque é o serviço público que garante a fidedignidade, a lisura, a higidez do sistema eleitoral; são as instituições, é a Justiça Eleitoral, é a Polícia Federal, que emitiu uma nota própria, não é? As três entidades que compõem o fórum dos delegados da Polícia Federal e dos peritos criminais federais expediram uma nota própria também. Os oficiais da inteligência expediram uma nota própria, dizendo que eles são responsáveis pela criptografia de todo o processo. O TCU fez uma auditoria baseada em metodologia internacional, para mostrar que havia segurança no processo eleitoral. E aí o Presidente vem e ataca o sistema eleitoral, as urnas eletrônicas, mas o ataque de fundo é ao serviço público. Eles nunca se cansaram de atacá-lo nesses três anos e sete meses de governo. Foram reiterados, sistemáticos e baixos os ataques ao serviço público. Praticamente toda a onda reformista, desde a previdência até a PEC 32, teve como pano de fundo a vilanização do serviço público, o que entra um pouco naquilo que Zé Celso falava agora, daquela malfadada fala do Ministro Paulo Guedes chamando servidores de parasitas. Mas isso não foi um caso isolado, não é? Ele reiteradas vezes ofendeu, se dirigiu aos servidores de forma desastrada, não é? Isso, então, tem sido a tônica de todos os ataques.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria trazer aqui um dado: para enfrentar toda essa situação, nós publicamos, desde a reforma da previdência, mais de 10 mil páginas de produção técnica das entidades que compõem o Fonacate, para que nós tenhamos firmeza para defender os nossos argumentos aqui no Parlamento, junto à sociedade, junto ao próprio mercado, com o qual nós interagimos. Um desses aspectos que mostram o ataque ao serviço público, à administração pública é isto que Priscilla falou há pouco, do autoritarismo, da militarização da administração pública. Nós saímos, em 2005, de 996 militares ocupando cargos civis para, em 2020, 6.157. Nós vamos ter que passar isso a limpo, não é? Em janeiro a gente vai ter que ver o que se faz com esse pessoal. Como foi falado aqui, eles são bons, mas são necessários, são importantes nas Forças Armadas, não na administração pública; então, terá que haver uma desmilitarização da administração pública. Isso é obrigatório, uma das primeiras medidas que o novo governo tem que tomar, uma desmilitarização da administração pública, porque, junto com a militarização, veio o autoritarismo, veio toda essa onda de pressões aos servidores, que estão ali exercendo estritamente as suas atribuições.

O que emoldurou, por exemplo, a PEC 32 foi um discurso de vilanização que tinha três pilares: a máquina está inchada, custa caro e é ineficiente. E tudo isso nós mostramos que não parava em pé, e a pandemia veio mostrar justamente a importância, o caráter fundamental do serviço público para o país. A máquina está inchada? Bom, nós mostramos que, em 1991, Senador, nós tínhamos 650 mil servidores civis em ativa, na atividade, e hoje temos 570 mil. Como é que nós podemos dizer que a máquina está inchada se ela perdeu 80 mil servidores em 40 anos, um período em que a população aumentou mais de 40%? Por mais que a digitalização, os processos tecnológicos tenham aperfeiçoado a prestação de serviços, tem que ter gente, porque a maioria do contingente inclusive está na área que exige gente lá na ponta, como a saúde, assistência social, segurança pública, educação.

Também se dizia que a máquina custava caro. Bom, nessa campanha salarial nós vimos o que está acontecendo com a remuneração do serviço público: 40% de defasagem desde o último grande reajuste, em janeiro de 2017. E, além de não ter havido nenhum aumento real, houve redução nominal dos salários em decorrência do aumento das alíquotas da previdência, que foram de 11% para 22%.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUDINEI MARQUES – Isso tudo caracteriza um contexto em que os ataques – não só ameaças, mas ataques diretos, não é? – e as ofensas foram reiterados, foram sistemáticos, foram corriqueiros. Todo dia a gente tem notícia de algum ataque a órgão, a instituição, a carreira ou a servidor público. E é tudo isso que nós esperamos poder vencer agora com o próximo governo. Temos que virar realmente essa página desastrosa da vida nacional. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, Sr. Rudinei.

Eu consulto se, no sistema remoto, o Sr. Ricardo Galvão está conectado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente da República, em 2019, exonerou o Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Dr. Ricardo Galvão, por não concordar com os dados sobre o desmatamento na Amazônia. Eu me lembro perfeitamente desse momento porque eu era Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal. Alguns meses depois, Dr. Galvão, que é físico renomado e detentor de um currículo invejável, foi eleito um dos dez cientistas do ano pela importante revista científica *Nature*.

Muito obrigado, Sr. Ricardo Galvão. Eu não tenho procuração dos meus colegas Parlamentares, mas eu, na pessoa do senhor, queria pedir perdão pelos ataques que vêm sendo perpetrados não só aos funcionários, mas às instituições. Então, eu quero registrar aqui o meu pedido de perdão, o que faço em nome dos meus colegas, mesmo sem procuração deles, mas por entender que era por um ato de... Eu costumo falar que uma das principais virtudes no ser humano é a humildade e acho que um dos piores pecados, a vaidade. Eu acho que reconhecer esses ataques às instituições e ao serviço público, que tanto vêm mantendo de pé o nosso Brasil, que é tão rico, tão grande e com tanta desigualdade... Eu não poderia deixar passar este momento para fazer este registro aqui e falar para o senhor, Dr. Ricardo Galvão, que, naquela ocasião, eu tive e tenho feito o que eu posso aqui para manter, para preservar a pauta ambiental, porque defender o meio ambiente é defender toda e qualquer forma de vida que há por vir, para defender os povos indígenas, as comunidades quilombolas...

É um momento muito difícil. Perdoe-me o desabafo, mas nós estamos num momento em que, se você defender a ciência, você é criticado; se você defender a educação, é criticado... Nós temos visto aí nomeação de reitores em universidades públicas que não obedecem lista tríplice, reitores biônicos... Nós temos aí vilipêndio à Secretaria de Saúde, nós temos aí vilipêndio ao Ministério da Educação, nós temos aí ataques sistematizados às instituições e aos órgãos... Então, esse é um momento muito delicado, e é necessário que nós tenhamos a coragem e a sobriedade emocional e o equilíbrio para a gente manter a nossa convicção em defesa daquilo que eu acho fundamental, que é a democracia e o fortalecimento das instituições.

Obrigado, meu querido Ricardo Galvão, se assim me permitir chamar. E mais uma vez eu quero fazer esse registro do meu pedido de perdão e, em sua pessoa, eu quero estender a todos os servidores públicos que têm sido diuturnamente atacados, vilipendiados.

E volto a frisar: isso não está atingindo somente esses servidores nem só as instituições; está atingindo a população brasileira, está atingindo a democracia brasileira.

Com a palavra o Sr. Ricardo Galvão...

Antes, porém, eu queria aqui conceder a palavra rapidamente à minha querida Senadora Zenaide Maia, que é Presidente...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Não, não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Não, não. Perdão, perdão. Só registrar...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Pode deixar. Pode deixar o Ricardo Galvão.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Está bom. Obrigado.

Com a palavra, meu querido Ricardo Galvão.

O SR. RICARDO MAGNUS OSÓRIO GALVÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, muito obrigado por suas palavras, que me emocionaram, porque, por uma dessas coisas do destino que nós às vezes não prevemos, hoje completaram-se três anos que eu fui demitido pelo Ministro Marcos Pontes pela minha ação. Desculpe a emoção. Eu não esperava suas palavras, que me emocionaram muito. (*Pausa.*)

O Inpe foi um exemplo claro desse assédio institucional. Por quê? Porque o Inpe era a pedra, sempre foi a pedra no sapato de um governo que considerava o meio ambiente oposto ao desenvolvimento econômico do país, prejudicando o país.

Quando o Presidente Bolsonaro primeiro demitiu o nosso grande amigo José Augusto Morelli por ter multado, fiscal do Ibama, eu pensei que ele iria agir em uma situação de vingança pessoal, mas depois ficou muito claro, como foi mostrado durante o que aconteceu com o Inpe e com outras instituições e como já foi dito muito bem aqui, que essa era uma estratégia de destruição dos órgãos públicos, em particular do Inpe, uma instituição altamente respeitada internacionalmente e cujos resultados não poderiam ser contestados pelo Governo. Então, o assédio começou já em janeiro, quando o Governo tomou posse.

E foi um assédio contundente que nem todos viram. Vou dar um exemplo para vocês. Foi mencionada aqui a questão do uso maléfico do PAD, não é?

Mas antes eu gostaria de fazer outra menção ao senhor, Senador. O senhor me tocou também profundamente, porque este ano eu completei 51 anos de serviço público. Aposentei-me depois de 51 anos de serviço público, com muito orgulho. Desculpe a emoção.

Mas vou voltar ao Inpe, voltarei ao Inpe. Foi mencionada a questão de como o Governo agiu maliciosamente. Eu já contei essa história até chegar ao meu embate polêmico com ele, não é? Na verdade, tem coisas que ocorreram e que as pessoas não sabem. Eu vou me referir diretamente ao PAD. Sabe uma forma que o Governo atuava sobre o Inpe para prejudicar as ações do Inpe e seus funcionários? O Inpe naturalmente tem muitas viagens de seus pesquisadores ao exterior. Vamos dar um exemplo típico que é orgulho para o país: a Vice-Presidente do IPCC, Painel Intergovernamental sobre Mudanças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Climáticas, é brasileira, a Dra. Thelma Krug. Toda vez que ela pedia afastamento para cumprir as funções do Governo brasileiro, para ir às reuniões do painel internacional, do IPCC, ela fazia o pedido de afastamento dentro do prazo de 30 dias, ele segurava até o último dia e não permitia. Depois, em face do compromisso internacional do Governo, ela saía e era acusada de sair sem autorização; obrigou-a a pedir aposentadoria para cumprir suas obrigações no painel internacional.

O meu grande amigo que talvez algum de vocês conheça e que era meu Vice-Diretor, o Dr. Antonio Divino Moura, foi Presidente do Inmet durante 13 anos. Em junho de 2019, ele ganhou o prêmio da Organização Meteorológica Mundial, que é o equivalente, em meteorologia, ao que seria o Prêmio Nobel de meteorologia. Qualquer governo decente de qualquer ideologia política teria imediatamente cumprimentado esse grande representante da ciência brasileira. O que fez o Governo? Quando ele fez o pedido de afastamento para ir receber o prêmio na Suíça, o Ministério da Ciência e Tecnologia segurou até o último dia e não deu a permissão. Ele, para receber o prêmio dessa organização, teve que viajar; eu autorizei pessoalmente em função da importância para o país. O que fez o Governo? Imediatamente, ao ele sair, depois que eu fui demitido, fez um PAD sobre ele. Gastou bastante dinheiro com advogados.

Quanto aos satélites que o Brasil desenvolveu com a China, o satélite CBERS e também o satélite Amazonia 1, a equipe que tinha que viajar para fazer o lançamento de satélite tanto na China como na Índia também pediu afastamento com prazo de 60 dias, e o Governo não deu. Para cumprir uma obrigação do Governo, eles saíram – eu autorizei – e todos eles tiveram o PAD atuando em cima deles.

Eu pessoalmente, já em junho de 2019, fui convidado pelo Embaixador da Itália, o Embaixador Patriota, para fazer uma apresentação sobre o Programa Espacial Brasileiro de interesse da Itália e do Brasil, para a colaboração Brasil-Itália. Olha, um convite da embaixada brasileira na Itália. Também seguraram a autorização até o último momento para cumprir uma obrigação do Governo. Eu fui à viagem, recebi um PAD e também tive que gastar muito dinheiro em advocacia.

Então, vocês vejam que esse realmente – foi muito bem falado aqui – é um plano, uma estratégia intencional do Governo de destruir as instituições públicas.

E, finalmente, para terminar, eu gostei muito das esperanças que foram faladas no futuro, mas eu gostaria de defender um ponto importante que foi mencionado – eu acho que pelo Professor Israel: a importância dos sindicatos. Quando eu fui atacado pelo Presidente Bolsonaro, o primeiro órgão que me socorreu foi o SindCT, o sindicato dos funcionários de pesquisa na área espacial, em São José dos Campos. Eles que me socorreram, eles que socorreram o Inpe. E, agora, quando a urna eletrônica foi atacada, eles publicaram um livro, que eu recomendo a todos: *Tudo o que você sempre quis saber sobre a urna eletrônica brasileira*, publicado pela jornalista Fernanda Andrade. Fez um sucesso na última SBPC aí em Brasília. Então, quando atacam os sindicatos, eles estão errados, porque os sindicatos, todos eles e esse em particular, só defendem os interesses da nação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos mudar, sim, Senador, no próximo ano e vamos colocar as instituições públicas brasileiras na posição que elas merecem, para que nós tenhamos um desenvolvimento sustentável e socialmente justo do país.

Muito obrigado e desculpe os momentos em que eu me emocionei. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, querido Ricardo Galvão.

Quero aqui mais uma vez, de forma remota, transmitir a minha admiração, o meu respeito pelo senhor. Espero, em breve, poder marcar um café para lhe dar um abraço pessoalmente, para olhar nos olhos do senhor e falar: "Obrigado pelos 51 anos de serviço prestado ao Estado brasileiro". Eu acho que quem deveria estar fazendo isso era o Presidente, mas infelizmente "cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é", já dizia aí o poeta. E eu espero fazer isso pessoalmente, abraçando o senhor pessoalmente, olhando nos seus olhos e pedindo desculpas e, na sua pessoa, mais uma vez, que seja transmitida a todos os servidores públicos, seja ele municipal, estadual, federal, de todas as instituições que compõem o Estado brasileiro.

Muito obrigado por tudo que o senhor tem feito e fez, faz e fará ao país e ao mundo, porque, quando o senhor recebe esse prêmio internacional, quando a gente tem uma resposta a dar, é um exemplo que está sendo dado do país de forma mundial. Eu tenho muito orgulho e, mais uma vez, quero ter a oportunidade de promover esse encontro pessoalmente, de dar um abraço pessoalmente e falar o quanto o senhor é importante. São pessoas iguais ao senhor que me fazem crer que nós podemos, sim, não só sonhar, mas concretizar esse sonho – eu repito – de uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais igualitária, mais inclusiva, mais plural, que extirpe, de uma vez por todas, toda e qualquer forma de discriminação, de preconceito. Infelizmente, nós vivemos num Brasil que ainda é sexista, é racista, é homofóbico, é xenofóbico, é misógino. Nós temos que fazer esse trabalho diuturnamente – como diria Platão, a sabedoria está na repetição –, repetindo isso para que nós possamos dar efetividade e construir um Brasil melhor nessa e nas futuras gerações.

Obrigado, mais uma vez, querido Ricardo Galvão.

Neste momento, eu transfiro a palavra ao querido – e também quero fazer o meu agradecimento especial – Sr. Augusto Morelli, que é funcionário do Ibama.

Se puder fazer a gentileza de fazer o revezamento aqui na mesa, eu agradeço.

Obrigado, Sr. Augusto Morelli, por estar aqui.

Nós estamos quebrando o protocolo para conceder essa palavra fora do requerimento que foi deferido. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao senhor para a sua manifestação.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MORELLI (Para expor.) – Boa tarde a todos! Boa tarde, ilustre Senador Fabiano Contarato!

Agradeço imensamente esta oportunidade de estar aqui entre tão ilustres e conhecedores colegas que me precederam aqui nesta mesa.

Antes de mais nada, quero fazer aqui uma ressalva de que eu não estou falando em nome de nenhuma entidade ligada ao Ibama. Eu vim aqui fazer, na verdade, um pequeno relato ou um pronunciamento de caráter pessoal, assim como também gostaria de ressaltar ou fazer uma observação que, em nome da disciplina e do tempo e considerando que esse tema às vezes nos faz perder a noção das horas – eu poderia ficar falando com vocês aqui até amanhã sobre essa questão –, eu me permiti trazer um texto para ser lido, de forma que eu possa respeitar o tempo que me foi concedido.

Pois bem, coube-me aqui, nesta sessão histórica, fazer um breve pronunciamento que acrescenta a experiência pessoal de um servidor público neste debate mais do que inadiável. Se minhas ideias pouco acrescentarem a este diálogo que aqui quase se finda, já me sentirei honrado pelo que elas têm de simbólico na luta dos servidores públicos pelo seu reconhecimento perante a sociedade.

Que estamos vivendo tempos sombrios não há dúvidas, assim como me parece cristalino que os avanços civilizatórios decorrentes da Constituição de 1988 estão mais ameaçados do que nunca. Por seu turno, a sociedade organizada e a porção democrática deste Parlamento têm resistido como podem ao avanço avassalador de ideias que nos remetem a um passado não menos sombrio, que não deve ser esquecido sob pena de lançarmos as gerações presentes ao torvelinho torturante do autoritarismo.

O assédio, em todas as suas variantes, é a versão moderna da opressão daquele que pode mais sobre aquele que pode menos; avilta a dignidade de quem quer que o sofra. A subversão ou supressão dos valores consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos é prática insidiosa e recorrente em todas as sociedades contemporâneas em maior ou menor grau, a depender da maturidade e da consistência da democracia nessas sociedades.

O assédio moral, sexual, psicológico e suas formas mais sutis estão estampados semanalmente em todas as manchetes das principais mídias do mundo. E não é exagero dizer, infelizmente, que ele está incorporado ao nosso cotidiano. Nas grandes corporações, nas instituições públicas, nas forças de segurança e na vida cotidiana do cidadão, não há alguém que não conheça um caso de assédio que ocorreu sob os seus olhos.

Eu convivo com assédio moral e institucional desde meus primeiros anos de servidor público federal, sendo vítima desse assédio em pelo menos três ocasiões bem distintas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pouco me importa a motivação do assédio, me importam antes suas consequências nefastas e, não raro, fatais que elas impõem ao assediado, lembrando aqui o Reitor Luiz Carlos Cancellier, da Universidade Federal de Santa Catarina, que tirou sua própria vida no ano de 2017, após uma operação desastrosa e mal explicada da Polícia Federal.

No meu caso, em 2013, fui obrigado a me licenciar sem remuneração para me ver livre de um assédio que comprometeu minha saúde e minhas relações sociais e familiares. Novamente, em 2019, seis anos depois, me vi exonerado de um cargo de chefia para atender a vaidade e o ressentimento de um Presidente que, outrora, havia sido flagrado cometendo um ilícito ambiental. Esse assédio persiste até os dias de hoje.

Eu quero aqui fazer um parêntese para dizer que, até uns 20 dias atrás, antes de eu me licenciar no Ibama, a minha função – eu, um servidor de 20 anos, razoavelmente qualificado, não vou dizer altamente qualificado, porque fui precedido pelo Prof. Galvão nas falas, e seria até uma ofensa – ou as minhas últimas tarefas no Ibama, recentemente, eram consultar o *Diário Oficial da União* para saber quais servidores haviam se aposentado ou quais haviam falecido para que eu fizesse um relato interno para que esses servidores fossem excluídos dos serviços eletrônicos do Ibama. Portanto, isso avilta, isso causa tamanha indignação que eu antecipei a minha licença para que eu não tivesse que me expor diariamente àquela situação de completa humilhação.

Retornando, gente, na esfera do serviço público, demonizado desde sempre pelo liberalismo inconsequente, o assédio moral não é coisa recente, foi utilizado, ao longo da nossa história, em diferentes governos e em diferentes circunstâncias, como meio ilegítimo e cruel de se imporem visões de mundo ou ideologias políticas àqueles que, imbuídos de espírito público, ousaram contestar os mandatários de plantão.

Mas, aqui, nesta quadra da nossa história, é forçoso e imperativo reconhecer essa nova roupagem do assédio institucional, pela obra espetacular organizada pelo colega José Celso Cardoso Junior e por seus colegas. Através do aparelhamento do Estado e do sequestro das instituições e de seus valores, o assédio institucional é, como bem lembrou a Ministra Cármen Lúcia, do STF, a "cupinização" do Estado, corroendo por dentro os pilares da democracia e da civilização. Uma vez instalado o aparelhamento e consolidado o sequestro das instituições, vem a fase de censura, seguida da desqualificação dos valores daquela instituição, da guerra ideológica e da imposição do medo como instrumento de cerceamento da livre circulação de ideias e da manifestação do pensamento. Daí para a paralisia, a disfuncionalidade e o declínio da produtividade e o consequente ônus para o cidadão que demanda os serviços públicos é um passo. Desmantelam-se políticas públicas construídas ao longo de anos, apropriam-se do Erário para o atendimento de demandas casuístas e irrelevantes para a sociedade, colocando-se as instituições de joelhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os prejuízos econômicos, sociais, ambientais e políticos acumulados durante esse processo de "cupinização" do Estado no atual Governo demandarão anos para serem recompostos, impondo, mais uma vez, o ônus sobre os brasileiros mais desassistidos e os servidores públicos de carreira, que terão a tarefa de reconstruir o que foi destruído.

Entretanto, é um alento e uma esperança que tantas pessoas se debrucem sobre esse tema na tarde de hoje. Os servidores públicos nunca estiveram tão desamparados como estão hoje. Mas tenho certeza, Senador Contarato e todos que aqui estão, que estarão a postos assim que forem convocados a reerguerem o Estado brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, querido Augusto Morelli, que, com sua fala, nos toca e nos emociona sempre. Muito obrigado.

Eu consulto se o Sr. Alexandre André dos Santos, do Inep, encontra-se no sistema remoto. Caso positivo, concedo-lhe a palavra para a sua manifestação. E, mais uma vez, obrigado por ter comparecido.

O SR. ALEXANDRE ANDRÉ DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde.

Todos me ouvem? (*Pausa.*)

Obrigado, Senador, pelo convite. Eu gostaria de agradecer essa oportunidade de poder falar um pouco. Também falo apenas em meu nome, não falo em nome dos servidores e pesquisadores do Inep, mas falo como um servidor público chamado a falar sobre o que está acontecendo no nosso instituto. Não vejo outra forma de poder contribuir com o debate do que falar um pouco sobre o que tem acontecido no Inep e como isso repercute diretamente sobre o conjunto das ações que a gente vem desenvolvendo no instituto.

Como neste momento, Senador, esta iniciativa que o Congresso Nacional desenvolve e que o Senado apresenta ao levantar esse debate, com esta audiência pública e com uma série de outras iniciativas, vem atuando de maneira a fortalecer a nós servidores públicos, que estamos literalmente lá na trincheira e na ponta de lança desse processo de tensionamento que o atual Governo vem fazendo no sentido de desmontar um conjunto de garantias que foi criado e desenvolvido há muitos anos, que está expresso hoje na nossa Constituição Federal e que faz de nós servidores públicos garantidores desse conjunto de direitos que estão expressos na Constituição e que necessitam de um aparelho estatal para poderem ser desenvolvidos, o que significa para nós, no Inep, defender o processo de produção de estatísticas educacionais, produção de estudos e pesquisas educacionais que ajudam a iluminar o debate sobre a educação que a gente tem e a educação de que o Brasil precisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o que a gente tem visto é que infelizmente promover essa reflexão... Como eu tive essa ousadia de tentar produzir uma reflexão estruturada sobre uma política pública que foi desenvolvida no Governo Dilma, uma política pública robusta, uma política pública que utilizou bilhões de reais, quase R$2 bilhões, cerca de R$2 bilhões para enfrentar o desafio de garantir o direito de aprender das nossas crianças, que foi o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, quando eu tive, junto com outro colega pesquisador que não era do instituto, essa iniciativa de pesquisar, com base nos dados produzidos pelo Inep, pela então Avaliação Nacional de Alfabetização, e nos dados produzidos pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, produzir informações que pudessem iluminar o debate sobre, afinal, o tanto que essa política, o tanto que esse pacto realizado para garantir o direito à alfabetização, o tanto que isso, afinal, produziu de impacto.

Quando fizemos esse exercício e sistematizamos um estudo e colocamos esse estudo para ser publicizado num periódico interno do instituto, com textos para discussão, sendo que a própria natureza desse título é promover reflexões para poder auxiliar no debate, fomos surpreendidos com uma decisão, após cumprido todo um conjunto de ritos, uma análise interna no âmbito da diretoria, depois uma análise externa no âmbito de outra diretoria que era responsável pela realização dessa editoração, fomos surpreendidos e vimos que esse estudo não ia ser tornado público. Tomamos, então, a iniciativa de fazer um requerimento ao Presidente do Inep, que acabava de chegar, para que ou se tornasse público o estudo ou se retirasse esse estudo para que eu pudesse apresentá-lo em outro periódico, para poder ser avaliado por pares e poder ser tornado público e, dessa forma, fazer com que o recurso público que é investido no pesquisador do Inep, para poder fazer esse tipo de reflexão, pudesse cumprir seu objetivo. E eu me vi diante de uma sequência infindável de iniciativas por parte da então presidência do Inep, que acabava de chegar e que não tinha o menor preparo técnico para estar nesse lugar, não tinha conhecimento técnico para poder fazer uma reflexão e tomar uma decisão acerca dos importantes desafios que o instituo tem, que foram delegados pela sociedade brasileira, entre os quais eu posso citar o Enem, o Saeb, o Ideb, os censos da educação básica e da educação superior. Enfim, eu me vi numa situação de constrangimento seguida de intimidação.

E não foi apenas a retirada desse estudo, a infinita dificuldade de tornar esse estudo público que me trouxe hoje aqui, mas foi a partir daí um conjunto de ações organizadas por essa alta gestão. E, para não me alongar, vou citar apenas duas. Quer dizer, além disso, o Presidente do Inep quis impedir que eu, como pesquisador, no momento em que fazia parte da equipe pedagógica do Enem, pudesse, lá naquele começo de ano em que nós estávamos começando a organizar o Enem e em que havíamos pedido uma autorização excepcional para poder receber doses de vacina, porque no ano anterior nós havíamos feito a preparação do Enem com ida à gráfica sem vacina, nos arriscando, porque isso era um compromisso que os servidores do Inep tinham para poder garantir a realização do Enem mesmo em período de pandemia – solicitávamos que pudéssemos receber a vacina para poder fazer o nosso trabalho –, o Presidente do Inep pede para sacar o meu nome da lista de servidores que iriam receber a vacina e, na sequência, pede para me retirar da equipe pedagógica que realizava a atividade de realização do Enem. E, a partir daí, houve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma sequência de outros fatos. Eu vou citar mais um, além desse: quando o Presidente do Inep, por meio de portaria, simplesmente revoga a portaria que havia me designado para compor a Comissão de Ética do Inep.

Então, se isso não é assédio moral institucional, se isso não representa constrangimento e intimidação, que se deu não apenas diante de mim, mas de um conjunto gigante de vários outros servidores, que se viram constrangidos e intimidados a realizar a sua atividade, se diante disso tudo eu não pudesse vir aqui para poder compartilhar tudo isso, para poder jogar luz diante de casos de assédio... A gente sabe que a luz e a divulgação são os melhores desinfetantes. Não era uma opção para mim, Sr. Senador, Srs. Parlamentares, vir aqui e apresentar isso que eu estou fazendo diante de vocês, porque é isso que vai fazer com que o Congresso Nacional, que as forças vivas da sociedade também atuem como garantidores desse processo para que a gente possa garantir o direito do servidor, do pesquisador de produzir estudos sem constrangimento, de estudar os grandes desafios da educação brasileira sem ser intimidado, porque, se a gente for ver na raiz do que a gente está vivendo hoje, a gente tem lá na raiz disso uma grande falta: a falta de garantia de uma educação de qualidade, que faz com que a gente tenha uma parcela expressiva da população brasileira que infelizmente não tem acesso à educação e, por conta disso, tem dificuldade de entender inclusive o momento que a gente está vivendo.

Então, Presidente, eu queria aqui reiterar o meu agradecimento ao Congresso Nacional. Eu queria agradecer a todos os colegas servidores que vieram antes de mim, que fizeram uma brilhante apresentação, e me colocar à disposição para poder exercer esse papel de iluminar esse debate do que vem acontecendo no âmbito do Inep.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, Sr. Alexandre André dos Santos, do Inep.

Eu quero aqui registrar mais algumas contribuições que foram feitas pelo Portal e-Cidadania.

Mateus Veiga, de Minas Gerais: "A quem interessa implodir a estrutura de fiscalização do Ibama? Por que estas ações predatórias encontram respaldo no Governo Federal?".

Glória Maria, do Distrito Federal: "De que forma a falta de padronização do quadro técnico dos tribunais de contas favorece o assédio institucional?".

Alexsandro Rocha, do Maranhão: "Que impactos pode trazer no funcionalismo público?".

E um comentário do Alexsandro Rocha, do Maranhão: "Sugiro uma lei de plano de carreira do setor público. Muito importante para esse debate que o atinge".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, devido ao adiantado da hora, eu quero agradecer mais uma vez a participação de todos os convidados. Quero reafirmar o meu comprometimento e o comprometimento desta Comissão – tenho certeza de que falo pela Senadora Zenaide Maia. Quero agradecer a participação dos meus colegas Senadores e Senadoras, que deferiram esse pedido de audiência pública também; a todos os colegas que estão aqui, quero mais uma vez agradecer o apoio, e o faço aqui na pessoa do Willy, que é o Secretário desta Comissão, na pessoa de quem eu saúdo todos os servidores aqui, efetivos e comissionados; a transmissão; aos fotógrafos que aqui estão. Mas quero mandar um beijo carinhoso para por quem eu sou muito apaixonado, que são os funcionários terceirizados. Eu não canso de falar isto aqui: esta Casa criminaliza o mais pobre.

Eu, na primeira semana em que tomei posse como Senador, oficiei ao Presidente do Senado e à Mesa Diretora, porque servidores efetivos e comissionados não passam pelo sistema de detector de metais, mas o terceirizado passa. Esta Casa criminaliza o mais pobre.

Esta Casa é a casa do povo. Eu fui eleito com 1.217.035 votos, no Estado do Espírito Santo. Todo poder emana do povo. Se as pessoas vêm até o Senado, não podem entrar no mesmo elevador que eu entro. Todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Infelizmente, ainda está longe de isso ser uma realidade no Brasil. Vira e mexe, eu falo, aqui no Senado Federal, que mais uma vez estamos nós aqui: brancos, homens, na grande maioria ricos e engravatados, decidindo a vida de milhões de pobres.

Eu sonho um dia... Assim como Martin Luther King teve aquele sonho, eu também sonho. E sonho com um dia em que esta Casa tenha uma representatividade maior dos pobres; uma representatividade maior das mulheres, dos negros, dos índios, dos quilombolas, das pessoas com deficiência, das pessoas que vivem com HIV. Infelizmente, falar que todos somos iguais perante a lei está longe de ser uma realidade. Falar que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações só está na Constituição Federal. Vocês sabem disso, porque até mesmo no concurso público elas entram em igualdade, mas os cargos de direção não são ocupados por elas. Dos três Poderes, o único que nunca foi presidido por uma mulher foi justamente o Legislativo.

Eu estive na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Não canso... Isso marcou e vai marcar a minha vida e eu vou passar isso para os meus filhos. Na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, entre os 24 Deputados não havia nenhuma mulher. Isso tem que me inquietar, isso tem que me dizer alguma coisa, porque 52% da população brasileira são mulheres.

Eu estive em Salvador, antes da pandemia, e 85% da população de Salvador é composta de pretos e pardos. Salvador nunca elegeu um Prefeito preto ou pardo. Isso tem que me inquietar, tem que inquietar todos nós. A gente tem que fazer esse exercício diuturno, porque ser cidadão, minha gente, não é apenas viver em sociedade, mas é transformar essa sociedade. E o que eu, o que você, o que as pessoas que estão nos acompanhando estão fazendo para transformar essa sociedade? Esta é uma pergunta que eu me faço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os dias, e tento buscar uma resposta para tentar, de alguma forma, mitigar esses danos, porque, para essa vida, a pandemia já deu uma resposta.

Às vezes, aqui é uma casa de vaidades, o Senado é uma casa de vaidades. As pessoas ficam preocupadas com cargos, *status*. Isso tudo é muito efêmero, tudo é muito passageiro. Mas eu sempre me pergunto: qual vai ser a digital que eu vou deixar aqui? Qual vai ser a imagem que eu vou passar para os meus filhos? Para Gabriel, de oito anos, e para Mariana, de três, que são a razão da minha vida, qual é a mensagem que eu vou dar, deixar para eles? Acho que isto a gente tem que fazer, esse exercício, porque isso é exercício de cidadania, isso é empatia, isso é se colocar na dor do outro.

Então, eu quero aqui agradecer – agradecer à minha equipe. A minha equipe: aqui eu tenho a minha Chefe de Gabinete, a Lisandra; tem a Regina, que está aqui. A todos eles, ao meu colaborador que me transporta; ao pessoal que faz cafezinho para mim com tanto amor: podem ter certeza, funcionários terceirizados, que eu tenho um amor incondicional por vocês, porque, se é uma coisa que me inquieta, é essa injustiça. Eu já fiz até denúncia no Ministério Público do Trabalho denunciando isso, porque não acho razoável. Ou todo mundo passa pelo sistema detector de metais ou ninguém passa! Ou todo mundo entra no elevador ou ninguém entra! (*Palmas.*)

É simples assim, minha gente.

Mas eu quero conclamar vocês a se contagiarem com uma corrente do bem, a lutar por isso. Vamos ser apaixonados por seres humanos, não é? Eu amo ser humano. Eu tenho orgulho disso.

Eu volto a falar: eu tenho duas missões na minha vida, que são ser servidor público e ser professor. Eu estou como Senador e eu não me apego a isto aqui, não. Isso não é palavra de político, não. Quem me conhece sabe o que eu estou falando. É extremamente do fundo do meu coração.

Desculpem o desabafo.

Nada mais havendo... Ah, não, desculpa. Eu quero, antes de terminar, convidar o meu querido Senador de um estado que eu gosto demais, que é o Rio Grande do Norte, Senador Jean Paul Prates, meu colega de partido, um Senador competente, qualificado, aguerrido, comprometido. Não é por nada, não... Quando você vê assim os Senadores que estão defendendo direitos humanos, você vai lá, quem é que está defendendo? Quem é que está na pauta ambiental? Quem está lutando pelos pobres, pretos, índios, quilombolas, mulheres, pessoas com deficiência, pobres? Porque, Parlamentar para defender banqueiro e empresário, já tem muitos. Eu prefiro estar do outro lado, desses hipossuficientes, dessa minoria que eu não chamo de minoria: eu chamo de maiorias minorizadas – de maiorias minorizadas.

Então, eu quero passar a palavra e convidar o Senador Jean Paul Prates, caso queira fazer uso da palavra. Acho que hoje eu estou, Jean Paul, um pouco contaminado talvez pela emoção, porque eu queria que os meus colegas, meus amigos Senadores e Senadoras, também fizessem esse exercício, porque é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito triste quando a gente vê isso dentro desta Casa, uma Casa que nega direitos, que fecha portas. É difícil você falar que todo poder emana do povo e traçar um perfil sociológico da representatividade do Congresso Nacional – não é uma representatividade inclusiva; ela é exclusiva. Ela é exclusiva!

Então, eu quero aqui mais uma vez reafirmar o meu comprometimento com a democracia, com o fortalecimento das instituições, com o fortalecimento do serviço público, porque eu sei que fazendo isso nós estamos fortalecendo e efetivando o principal destinatário, que é a população brasileira, de brasileiros e brasileiras aguerridas. E nós temos muito orgulho de sermos brasileiros.

Quero mais uma vez agradecer a todos, mas, antes de finalizar, eu vou conceder a palavra ao meu querido Senador Jean Paul Prates, do Rio Grande do Norte.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente Fabiano Contarato.

Eu quis entrar aqui... Nem sou membro da Comissão, mas me permito aqui fazer um elogio e uma saudação a todos e todas que participaram desta audiência. Chamou-me muito a atenção o tema. Eu entrei, então, comecei a assistir, fiquei até agora, até o fim. Quero te parabenizar, meu amigo Contarato, por esta iniciativa. A Senadora Zenaide também esteve aqui, se pronunciando e assistindo, e todos os demais Senadores que estão aqui, deram presença e, certamente, ouviram os depoimentos de vocês: Priscilla, Thaisse, Pedro, José Celso, Rudinei, evidentemente, o depoimento emocionado do nosso querido Prof. Ricardo Galvão, do Alexandre e dos demais que, eventualmente, eu não mencionei.

Quero deixar claro – vocês já falaram várias vezes – que essa destruição do Estado brasileiro como política, como estratégia deliberada, que fica muito clara, tem a ver também, Contarato, com a ideologia mesmo. A gente agora tem se acostumado a ver pessoas querendo tirar a ideologia dos debates. Nós chegamos à mesa para discutir política, e dizem: "Vamos deixar a ideologia de lado". Mas a ideologia tem lado, e a política tem ideologia; uma coisa não caminha sem a outra. Talvez, deixando a ideologia de lado, a gente tenha se acostumado com a ideia, ou, pelo menos, a opinião pública tenha sido um pouco contaminada com essa ideia de que o Estado não deve ser discutido ou que deve ser minimizado, ou até uma expressão de que eu gostei muito, que foi usada aqui, o "antiestado" quer dizer, o estado mínimo tende ao antiestado, e os três estágios conhecidos, para se chegar ao estado mínimo, onde estaria o antiestado, são, justamente, primeiro a criminalização da política, ela mesma, e isso faz parte desse capítulo, a desqualificação dos órgãos publicamente, pelos próprios eleitos, Presidentes, às vezes Parlamentares e outros, que desqualificam os órgãos em si; depois o sufocamento financeiro – e essa cartilha vocês vão reconhecer toda neste Governo. O sufocamento financeiro visa à imposição do estado mínimo por falta de estrutura, por falta de estrutura, por sucateamento, como já se mencionou aqui, e leva à discussão de projetos como o que está aí agora, indo para o Plenário, do autocontrole na questão agrícola, agrária, de produtos agrários e pecuários, em que se reconhece simplesmente o seguinte: o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado não consegue acompanhar; então, vamos passar isso para a iniciativa privada – fiscalização, controle sanitário.

Então, tudo tem uma razão de ser. Todas essas ideologias mais superficiais e chamadas de pragmáticas têm um objetivo econômico, e o terceiro capítulo disso é o constrangimento, que é isso que nós estamos discutindo hoje, o constrangimento claro, para não dizer mesmo assédio institucional e administrativo, das garantias de desempenho das carreiras públicas.

Então, isso começa no desrespeito, na própria nomeação, os perfis de cargos nomeados para chefiar, às vezes, de origem política, essas entidades, colocar pessoas que são anti aquilo que elas deveriam estar protegendo. Isso já dá um sinal de: "Olha, pessoal, cheguei aqui para mudar tudo, fazer o inverso do que vocês acham que é a função de vocês fazer". Isso propõe uma situação completamente absurda, para que o Estado e o próprio servidor convivam.

Então, queria realmente agradecer. Eu sempre agradeço a quem vem trabalhar conosco, meu querido Presidente Contarato, porque essas pessoas estão tirando o seu tempo. Claro, elas estão aí também para mobilizar, para fazer defesas e tudo, mas elas estão nos ajudando.

Eu quero dizer que me somo a V. Exa. e aos demais Senadores no sentido de querermos eventualmente elaborar uma Lei Bruno Pereira, não é? Uma lei que venha a compor parte de uma reforma administrativa, mas uma reforma administrativa a favor do Estado brasileiro, não contra ele, ou isoladamente alguma coisa que combata especificamente a prática do assédio institucional e demais atividades ou tipificações que nós acabamos aqui verificando e para o que já existem, inclusive, punições, que já estão de alguma forma tratadas na legislação, mas que talvez agora, depois dessa onda de ataques ao Estado brasileiro, precisem de um reforço, de uma renovação, de uma requalificação, para que fique bem claro que o Brasil precisa do Estado constituído – e aí digo das três dimensões: municipal, estadual e federal – e que ele tem defensores. Aqui está um deles e aí, na Presidência, também outro. E veremos que há muitos mais, que eventualmente podem estar um pouco constrangidos ultimamente, que certamente se somarão a nós.

Parabéns, Presidente Contarato. Parabéns e obrigado a todos que nos ajudaram aqui a compor esse cenário.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, querido Senador Jean Paul Prates.

Agora sim, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado, mais uma vez, pelo comparecimento de todas e todos. Contem sempre comigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um beijo carinhoso em todas e todos.

(*Iniciada às 14 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às doze horas e vinte e três minutos do dia oito de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Sérgio Petecão e Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Nilda Gondim, Veneziano Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Izalci Lucas, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Rodrigo Cunha, Mecias de Jesus, Jayme Campos, Romário, Paulo Paim, Paulo Rocha, Alessandro Vieira, Leila Barros, Fabiano Contarato e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Maria do Carmo Alves, Eduardo Girão, Giordano, Lucas Barreto, Daniella Ribeiro e Carlos Portinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA 2023)**. **Finalidade:** Discussão e votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 32/2022-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023". Relatoria: Senadora Nilda Gondim. Neste momento, o Senhor Presidente passa a palavra à Relatora, Senadora Nilda Gondim, para proferir seu Relatório. Prosseguindo, a Comissão aprova a apresentação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização de quatro emendas de apropriação e de uma emenda de remanejamento à LOA/2023. São as seguintes as emendas de apropriação: Emenda nº 1 - R$ 3.500.000.000 bilhões para a ação 219G – Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - Nacional - Nacional - na unidade orçamentária 55901 – Fundo Nacional de Assistência Social. Emenda nº 2 – R$ 2.000.000.000 bilhões para a ação 8535 – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde – Nacional – Nacional – na unidade orçamentária 36901 – Fundo Nacional de Saúde. Emenda nº 3 – R$ 200.000.000 milhões para a ação 8581 – Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde – Nacional – Nacional - na unidade orçamentária 36901 – Fundo Nacional de Saúde. Emenda nº 4 – R$ 3.500.000.000 bilhões para a ação 2E89 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas – Nacional – Nacional - na unidade orçamentária 36901 – Fundo Nacional de Saúde. É a seguinte a emenda de remanejamento: Emenda nº 5 – R$ 15.000.000 milhões para a ação 21BF – Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde - Nacional – Nacional - na unidade orçamentária 36201 - Fundação Oswaldo Cruz. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3523, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.930, de 22 de abril de 2009, para facilitar a localização de doadores cadastrados no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS (de redação). **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5654, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade de exigência do Cartão da Criança ou da Caderneta de Saúde da Criança no ato da matrícula dos alunos da educação infantil e da primeira etapa do ensino fundamental." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (substitutivo). **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4193, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para prever a implementação e a manutenção, pelos cursos de arquitetura e engenharia das instituições públicas de ensino superior, de escritórios sociais, para atendimento gratuito à população de baixa renda, na elaboração de projetos e no acompanhamento técnico da construção de habitações de interesse social." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 449, de 2018 - Terminativo -** que: "Acrescenta § 3º ao art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder prioridade, na ocupação das vagas concedidas aos menores aprendizes, aos adolescentes que residam em espaços de acolhimento institucional e abrigos, e acrescenta § 16 ao art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para reduzir a contribuição previdenciária do empregador, nas contratações de aprendizes, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 746, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta inciso VII ao art. 15 e art. 120-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a manutenção da qualidade de segurado das vítimas, diretas ou indiretas, de desastres ambientais e catástrofes naturais e o ressarcimento dos benefícios concedidos e das contribuições inviabilizadas em decorrência dos eventos citados e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2895, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a fim estabelecer a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos alimentos, reduzir seu desperdício e aumentar o aporte de alimentos a organizações e entidades de assistência social." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 43, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a temática “Reforma Tributária para garantir maior justiça social”, para discutir como a complexidade do sistema atual permite que pessoas ou grupos econômicos acabem se beneficiando da legislação, enquanto outros são fortemente prejudicados." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 47, de 2022** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Cidadania, Ronaldo Vieira Bento, informações sobre as razões que levaram o Ministério da Cidadania a reduzir drasticamente os valores pagos ao Programa Alimenta Brasil, substituto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fazendo com que até maio de 2022 o gasto seja de apenas R$ 89 mil reais, praticamente extinguindo esse importante programa de aquisição de alimentos e combate à fome." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 55, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 38/2022 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 5983/2019, que "regulamenta o exercício profissional de acupuntura" sejam incluídos como convidados o Prof. Waldecir Paula Lima Coordenador do Fórum dos Conselhos de atividades Fim da Saúde do Estado de SP (FCAFS-SP) e o Dr. Jean Luis Degrande de Souza, Presidente da Sociedade Brasileira de Acupuntura e Pics/SBA." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 59, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "A Insegurança Alimentar"." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 60, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Erik Alencar de Figueiredo, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o processo de publicização de dados pelo IPEA e sobre o conteúdo da Nota Pública da Presidência do IPEA nº 12, que trata da expansão do programa Auxílio Brasil e seus impactos à segurança alimentar dos brasileiros." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 61, de 2022** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Plano de Trabalho aprovado pela Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência (CASSTPCD), em reunião realizada na data de 03/08/2022 às 14h, com vistas a incluir, na Audiência Pública nº 1 (Situação e contexto da Avaliação Biopsicossocial), prevista no referido plano, representantes do Ministério Público e do Ministério da Economia, bem como incluir, na Audiência Pública nº 9 (Avaliação, diagnóstico e atendimento às pessoas com Espectro Autista), representante do Centro de Orientação Médico-psicopedagógica (COMPP), bem como as convidadas Andréa Werner, do Instituto Lagarta Vira Pupa e Renata Tibyriça, da Defensoria Pública de São Paulo." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 62, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 17/2002, com o objetivo de instruir o PLS 149/2018, que "dispõe sobre as diretivas antecipadas de vontade sobre tratamentos de saúde" seja incluído o seguinte convidado: Doutor Natan Monsores de Sá, Doutor em Bioética, professor e chefe do Departamento de Saúde Coletiva e Coordenador do Observatório de Doenças Raras, da Universidade de Brasília (UnB)." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Resultado:** Aprovado. Em seguida, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e um minutos. A presente Ata, assinada pelo senhor Presidente, será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/08

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Srs. Senadores, antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. e Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes: cópia de ofícios e moções das assembleias legislativas, câmaras municipais e entidades contendo considerações sobre as questões trabalhistas, previdência social, assistência social, tema relacionado à saúde. Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para a manifestação dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo colegiado, caso não haja manifestação. Os documentos serão arquivados no final do prazo.

A presente reunião tem duas partes. A primeira parte destina-se à discussão e à votação das emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 32/2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023. A segunda parte destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados a esta Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, tanto nas deliberações nominais como nas matérias terminativas. Aqueles que não conseguirem registrar o seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

Dando início à primeira parte da nossa reunião, passo a palavra à nossa querida Senadora Nilda Gondim para proferir o relatório das emendas à LOA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Fora do microfone*.) – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Pode, Senadora.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relatora.) – Primeiro, eu quero agradecer ao Senador Sérgio Petecão, nosso Presidente, e a todas as Senadoras e Senadores. Agradeço sensibilizada a nossa Comissão de Assuntos Sociais, ao Senador Sérgio e a todos os doutos Senadores pela indicação do nosso nome para ser Relatora dessas emendas dessa relevante Comissão, que vem se destacando e cumprindo sua nobre missão. Agradeço o companheirismo dos honrados colegas que compõem a CAS, uma Comissão plural, que se credenciou em defender temas direcionados para as camadas sociais que mais necessitam, buscando, através de projetos, fortalecer as reivindicações de uma sociedade que se esforça para ser mais justa e igualitária para todos. Agradeço aos companheiros servidores, que nos ajudam tanto e formam uma equipe competente e prestativa, sempre solícita a nos ajudar. É com o máximo de motivação e de empenho que cumpro tão nobre missão de relatar as emendas da Comissão de Assuntos Sociais. Muitíssimo obrigada, meu Presidente Petecão.

Vamos ao relatório!

Relatório e análise.

A Comissão de Assuntos Sociais recebeu, no prazo estabelecido na convocação, 200 propostas de emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2023. Dentre as propostas apresentadas, 181 referem-se a emendas de apropriação, 12 a emendas de remanejamento, 6 a emendas de texto e 1 a emenda de reestimativa de receita.

Cabe ressaltar que esta Comissão de Assuntos Sociais pode apresentar até quatro emendas de apropriação e até quatro emendas de remanejamento ao projeto de lei orçamentária anual. Quanto às emendas de texto e à receita, não há limitações quantitativas para a apresentação. Em todos os casos, as emendas apresentadas devem guardar pertinência temática com as matérias regimentalmente atribuídas à Comissão.

Com relação às propostas de emendas de apropriação, percebe-se um sério descompasso entre o número de sugestões e a quantidade máxima de emendas que esta Comissão poderá apresentar. O mérito das indicações apenas acentua o impasse e agrava a dificuldade da escolha.

Dentro dessa circunstância, com o objetivo de atender o maior número possível de sugestões, todas de inegável mérito, nosso estudo contemplou a semelhança verificada entre as que propunham aplicações dentro da mesma ação orçamentária, de forma a proceder à aglutinação das propostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Verificamos, assim, quais ações foram mais demandadas pelos integrantes do Colegiado. A seleção das quatro emendas de apropriação a serem apresentadas por esta Comissão materializa, portanto, as ações que obtiveram maior número de indicações entre as propostas apresentadas.

Para o valor da emenda, adotamos o maior valor sugerido dentre as propostas.

Dessa forma, as emendas de apropriação que acolhemos encontram-se discriminadas na tabela a seguir:

1. Fundo Nacional de Assistência Social; Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); R$3,5 bilhões; 21 o número de Parlamentares.

2. Fundo Nacional de Saúde; Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde; R$2 bilhões; 14 Parlamentares.

3. Fundo Nacional de Saúde; Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde; R$200 milhões; 11 Parlamentares.

4. Fundo Nacional de Saúde; Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas; R$3,5 bilhões; 8 Parlamentares.

Com relação às propostas de emenda de remanejamento, verificamos que as de nºs 136 e 165 não poderão ser admitidas, pois propõem cancelamento em reserva de contingência, em contrariedade com o art. 38 da Resolução nº 1/2006-CN.

De forma análoga, apresentam problemas de admissibilidade as sugestões de nºs 9, 29, 43, 131 e 184. Além de proporem cancelamento em reserva de contingência, tais propostas sugerem acréscimo em despesa primária obrigatória, em afronta ao art. 76 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023, e não possuem pertinência temática com a atuação da CAS, conforme exige o art. 43 da Resolução nº 1/2006-CN.

Também possuem vícios quanto à admissibilidade as propostas de nºs 133 e 200. A primeira propõe remanejamento entre programações de grupos de natureza de despesas distintos e não possui caráter nacional, em contrariedade com o art. 45 da Resolução nº 1/2006-CN. Já a segunda sugere remanejamento em favor de despesa primária obrigatória, o que é vedado pelo já citado art. 76 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023.

Entre as propostas de emendas passíveis de admissão, a de nº 161 sugere o remanejamento de dotações em favor de programação do Fundo Nacional de Saúde destinada à estruturação de unidades de atenção especializada em saúde, no valor de R$135 milhões. A proposta de nº 162 também sugere o remanejamento de dotações em favor de programação do Fundo Nacional de Saúde, desta vez destinados à estruturação de unidades de atenção primária em saúde, no valor de R$80 milhões. A despeito do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mérito das propostas, essas programações já estão sendo contempladas nas emendas de apropriação acima mencionadas, em montante superior ao que se pretende remanejar. Por essa razão, e para não prejudicar as programações canceladas nos referidos remanejamentos, optamos por não apresentar essas duas emendas.

Por fim, a Emenda nº 156 propõe remanejar dotações em favor da Fundação Oswaldo Cruz, no valor de R$20 milhões. Desse montante, R$15 milhões são destinados para investimentos; e R$5 milhões, para custeio em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação em saúde. Os recursos remanejados são oriundos de programações de investimento da Fundação Nacional de Saúde, destinadas a esgotamento sanitário e melhorias sanitárias domiciliares para controle de doenças.

Tendo em vista que esta Comissão pode apresentar até quatro emendas de remanejamento, entendemos que esta última proposta pode ser acolhida pelo Colegiado. Contudo, considerando que o art. 45 da Resolução nº 1/2006-CN determina que o remanejamento deve ser realizado entre despesas de mesmo grupo de natureza de despesa, proponho que a emenda seja apresentada apenas quanto ao acréscimo sugerido para investimentos, no valor de R$15 milhões, com cancelamento de R$10 milhões na programação destinada a esgotamento sanitário e R$5 milhões na destinada a melhorias sanitárias domiciliares.

Passando às sugestões de emendas de texto, todas elas sugerem alterar o Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária com vistas a viabilizar o pagamento de parcela remuneratória de servidores públicos. Muito embora sejam meritórias as intenções, elas não se enquadram no campo de atuação da Comissão de Assuntos Sociais, conforme exige o art. 43 da Resolução nº 1, de 2006.

Da mesma forma, também carece de pertinência temática com a atuação desta Comissão a reestimativa de receita proposta na sugestão de Emenda nº 85. A proposta almeja reestimar a previsão de arrecadação da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), receita afeta ao Fundo Nacional da Cultura e que compõe o Fundo Setorial do Audiovisual.

II – Voto.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Assuntos Sociais delibere pela apresentação de uma emenda de remanejamento e das quatro emendas de apropriação supracitadas, atribuindo-se à Secretaria desta Comissão a incumbência de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala das Comissões, 8 de novembro de 2022.

Senador Sérgio Petecão, Presidente. Senadora Nilda Gondim, Relatora.

Eis aí, Sr. Presidente, o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Coloco em discussão o relatório que acaba de ser lido. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação as emendas.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As emendas foram aprovadas. (*Pausa.*)

Com a palavra a nobre Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é um prazer tê-lo de volta, Senador Sérgio Petecão.

Parabenizo a colega Nilda pela relatoria.

Como a gente falou aqui, eu vi que essa estruturação da saúde básica ou primária, como às vezes se chama, é de uma importância fundamental. Sabe, Senador Flávio Arns, quem faz a prevenção é a saúde primária. É quem vacina, é quem faz o pré-natal, é quem tem o Hiperdia, que é justamente esse programa de hipertensão e diabetes. A gente sabe que é de prevenção. Se a gente tiver a saúde primária funcionando... Muitas vezes a gente vê... Claro que a gente precisa da saúde terciária, secundária, mas a primária é que dá o tom.

E, como a gente está falando de vacinação, eu queria fazer aqui um apelo aos pais, mães, avós e responsáveis pelas suas crianças e seus adolescentes: vacinem os seus filhos. Eu queria dizer aqui que mais de 90% do nosso calendário de vacinas são vacinas que têm como princípio vírus inativados. Essa vacina mais moderna de RNA é a que a gente está vendo com a covid.

O que eu queria dizer aqui, Petecão, para as mães e responsáveis por suas crianças? Mais de 95% dessas vacinas são vacinas que a gente conhece. Então, mães, como é feito isso? Pega-se o vírus, inativa-o e inocula no seu filho, no seu adolescente ou no seu idoso. Apesar de o vírus estar morto, o organismo da gente, o corpo humano diz: "Epa, esse aqui eu não conheço!". Então, joga suas células, os anticorpos, para afastá-los. E qual é a função da vacina? Os senhores que têm o seu bebê imaginem que ele possa ter sarampo, poliomelite, catapora, pneumonia. Nós chegamos a um estágio, gente, em que as crianças ficaram só com as alergias. Então, quando chega, se ele tem uma febrícula ou dor no corpo que incomoda, as senhoras mães e os pais deste país lembrem-se de que, se o organismo tem essa reação com o vírus inativado, imaginem o vírus que vier com toda virulência para cima. Então, essa criança...

Eu acho – e aqui é o Senado, Flávio – que a gente tem que dar visibilidade, Petecão. Acho que, por mais que a gente seja responsável por nossos filhos e netos, nós não temos o direito de não vacinar, permitindo que eles tenham doenças graves, cuja maioria, graças às vacinas, já foi erradicada, que possam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

levar à morte ou deixar sequelas permanentes. Com certeza, pais, mães e responsáveis por essas crianças não têm esse direito. E eu estava olhando o art. 14 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que já diz isso.

Então, por favor, um apelo aqui: não acredite nos que dizem que a vacina vai matar seu filho. Nunca matou durante esse tempo todo. Se seu filho morre porque foi vacinado com o vírus morto, imagine se uma população de vírus... Eu sou médica infectologista de formação e digo o seguinte: você adquire a doença dependendo da carga viral que você recebeu e da sua defesa do organismo.

Então, Senador Petecão, Nilda, Flávio Arns e todos que estão nos assistindo: protejam nossas crianças e nossos adolescentes, porque eles não respondem por eles mesmos. Acreditem: a maioria dos vírus são mortos. Se o seu filho adoece um pouquinho – eu sei, como médica, que às vezes dizem: "Eu dei a vacina e o menino está com febre" –, imagine se ele recebe uma carga viral de vírus com toda a potência.

Era para isso que eu queria chamar atenção.

Eu quero parabenizar esta Comissão por ter esse olhar diferenciado para a saúde primária, a saúde básica. Em qualquer país no mundo se mede a eficiência da saúde pública quando menos de 5% chegam às saúdes secundária e terciária.

E digo mais: pode-se fazer uma UPA em cada esquina, é essencial, mas na UPA, quando você vem com hipertensão, baixam a sua pressão e o mandam procurar o seu médico. Se não tiver a unidade básica de saúde funcionando para ter médico para prescrever, esse paciente vai viver na UPA.

Era isso.

Eu acho que nós, Senadores, temos a obrigação de dar visibilidade a isso, Petecão. É a defesa de nossas crianças e de nossos adolescentes.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Eu quero ratificar tudo o que a Senadora médica infectologista falou, a Zenaide Maia – é uma autoridade nesse assunto –, sobre a atenção primária de saúde, a que acontece na base, no início da caminhada, para evitar, inclusive, que a pessoa chegue ao nível seguinte.

Eu quero só dizer isto para as pessoas, acrescentando ao argumento, porque eu trabalho também muito na área da pessoa com deficiência: uma criança que eventualmente tenha poliomielite, paralisia infantil, vai morrer. Qual é o pai que quer que o filho ou a filha morra? Se não morrer, pode ter uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dificuldade para o resto da vida, nas pernas, nos braços, no corpo inteiro. Qual é o pai que quer que o filho ou filha tenha uma necessidade, uma deficiência?

Antigamente isso acontecia; hoje não acontece mais porque se tem uma vacina. A gente ouve, pai e mãe, que 35 milhões de brasileiros estão passando fome – 35 milhões estão passando fome. Isso significa o quê? Se você não tomar a vacina contra o sarampo, por exemplo, você vai ter 400 vezes mais chances de ter um filho com deficiência, se não morrer. Pode morrer, mas pode ter um filho com deficiência. E nós temos a vacina, então nós temos que vacinar. Inclusive, para os programas sociais, Bolsa Família, Auxílio Brasil, tem que demonstrar que o filho está sendo vacinado. Não pode dar Auxílio Brasil sem comprovação de que o filho ou a filha está sendo vacinado. Isso é obrigatório, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas, principalmente, tem que dizer para o pai e para a mãe: "Olha, você quer que seu filho fique doente, que ele morra, que ele fique com deficiência intelectual, cegueira, surdez, deficiência física?". O pai vai dizer: "É claro que não". Então está aí a vacina. Tem que vacinar.

Só que a vacina tem que vir também com exemplo dos que estão em cima. Presidente tem que se vacinar, Governador, Senadores, Deputados... O exemplo tem que vir de cima, mas tem que vir da base também – Pastoral da Criança, minha tia, também pediatra, sanitarista, 40 anos atrás. E tudo melhorou no Brasil nesse período. Morriam 120 crianças a cada mil nascidas vivas no Município de Florestópolis, onde começou a Pastoral da Criança – 120. O cemitério lá era um cemitério de cruzes, de túmulos pequenininhos. Por quê? Porque a criançada morria. Faltava atenção primária, isso que a Zenaide falou, de ter também higiene, aspectos sanitários, vacina... Tudo foi melhorando.

Ultimamente está tudo piorando porque o pessoal achou que não pode tomar vacina. Quer que o filho fique surdo? Cego? Quer que fique com deficiência mental e você ter que cuidar do filho pelo resto da vida? É claro que não. Então é questão, entre outras coisas – entre outras coisas – de vacinar. Tem que vacinar. E esta Comissão, CAS, é saúde, é assistência, trabalho, previdência. Assistência é promover também saúde, é recuperar, mas a gente tem que investir bastante no primário para a pessoa não precisar ir para o hospital. Vai quando for necessário, e precisa cuidar também, se precisar ir, e ter acesso.

Então, gente, vamos botar isso na cabeça. Eu tenho um filho com deficiência, por problemas genéticos, e outras pessoas também têm. E os pais que têm filhos com deficiência sabem o esforço que isso exige. Então, é você ter cem bolinhas numa caixa e três delas são azuis. No nascimento, você tira uma bolinha, qualquer um pode tirar uma bolinha azul, mas, se você não tomar vacina, não comer direito, não isso, não aquilo, não fizer os exames, o pré-natal, as bolinhas azuis vão ser 20, 30, 40, 50. Você vai ter muito mais chances de ter um filho com deficiência, porque você é relaxado, não é? Tem que dar vacina, tem que olhar, tem que se cuidar, e não ficar acreditando em mentiras que são colocadas pelo Brasil afora.

Então, vamos em frente, Zenaide, Nilda, Petecão e toda a nossa Comissão também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Com a palavra a Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/PDT - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Petecão, Senador Flávio Arns, Zenaide, nossa Relatora, nossa querida Senadora Nilda Godim. Quero parabenizá-la pelo relatório e agradecer pela aprovação de emendas que nós apresentamos à Comissão, três emendas, inclusive essa com relação à atenção primária. Claro, ratifico, como o Senador Flávio Arns falou, as falas de ambos os Senadores, Senador Flávio e Senadora Zenaide, sobre a importância e a sensibilidade da nossa Comissão com relação ao investimento principalmente na atenção primária.

E reforço um pouco da fala de ambos os Senadores a respeito da vacinação não só das nossas crianças, mas dando um exemplo aqui do Distrito Federal: a taxa de contaminação da covid aumentou nessas últimas semanas – ela vem numa crescente. Isso quer dizer que muitos brasilienses e com certeza muitos brasileiros deixaram de tomar a dose de reforço. E estão aí os números novamente crescendo na cidade, na capital do país e também, com certeza, no país, o que nos traz um alerta dos retrocessos que nós tivemos nesses últimos anos com relação a essas falsas teorias da vacinação, não é? Nós estamos vendo aí, estamos pagando o preço: doenças que antes não apareciam mais no Brasil, como a pólio, como a Senadora Zenaide falou; está aí já aparecendo novamente o sarampo; e agora a covid no Distrito Federal, com o número de contaminações crescendo por causa, com certeza, de pessoas, cidadãos que não tomaram a dose de reforço.

E nós aqui, enquanto os Parlamentares, Senadores da República, temos que aproveitar esses momentos nossos para falar, para fazer um apelo aos pais para que vacinem os seus filhos, que façam esse acompanhamento do calendário de vacinação e também de todo esse calendário que acompanha a infância, a criança, e também com relação à questão da dose de reforço – por favor, população! – para essa terrível doença que é a covid-19.

É isso, Sr. Presidente. Agradeço a oportunidade de fala e, mais uma vez, parabenizo o trabalho da Senadora Nilda Gondim.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Item 3.

2ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 4193, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para prever a implementação e a manutenção, pelos cursos de arquitetura e engenharia das instituições públicas de ensino superior, de escritórios sociais, para atendimento gratuito à população de baixa renda, na elaboração de projetos e no acompanhamento técnico da construção de habitações de interesse social.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações: *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.*

Relatoria do nosso querido amigo Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Como Relator.) – Esse é um projeto, como já foi dito, muito importante, de autoria do Senador Jorge Kajuru, que pode contribuir significativamente para um direito humano fundamental que é a moradia, ou seja, assegurar às famílias de baixa renda assistência técnica e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social.

Passo diretamente à análise.

O projeto atende às questões do Regimento Interno e da legislação específica. É não terminativo, vai ainda para a Comissão de Educação. Houve uma solicitação de realização de audiência pública relacionada ao projeto, mas, discutindo-se, chegou-se à conclusão de que a audiência pública poderia ser feita na Comissão de Educação.

O mérito da proposição é indiscutível. Na verdade, o déficit habitacional que assola o país desde sempre, por si só, dispensaria a necessidade de o Parlamento discutir uma proposição desse teor. Na verdade, se as instituições de educação superior tivessem maior compromisso com a melhoria da realidade de seu entorno, não precisaríamos de uma lei para determinar esse tipo de medida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do potencial de prática profissional, a exemplo do que acontece com os escritórios modelos nos cursos de Direito, propiciada ao alunado por ações assemelhadas à aventada, as instituições de ensino poderiam, ao amparo de sua responsabilidade social, agir proativamente, adotando tais medidas de apoio aos mais carentes por iniciativa por própria. Nessas situações, as instituições estariam indicando à sociedade uma das razões de justificativa para a sua criação e continuidade.

Em todo caso, diante da não constatação desse despertar, o projeto se mostra oportuno. Todavia, um questionamento que se faz é quanto à eventual interface com a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das instituições de educação superior, assegurada pelo art. 207 da Constituição Federal, uma vez que parcela expressiva dos cursos envolvidos, para os quais se direciona a medida, é dizer, cursos públicos, são oferecidos por entidades de ensino constituídas como universidades.

No entanto, a temática da autonomia pode ser examinada de maneira mais judiciosa no âmbito da Comissão de Educação. Por ora, cumpre-nos lembrar do esforço do Governo Federal de buscar o alinhamento das universidades criadas nas duas últimas décadas com a melhoria do entorno das regiões onde têm sido inseridas essas entidades. Dessa forma, a proposição se harmoniza com essa perspectiva de intervenção e transformação social.

No que concerne à limitação do alcance da iniciativa às instituições públicas, ao que nos parece movida pela cautela em não se imiscuir nas atividades das instituições privadas, é forçoso lembrar que o ensino no Brasil constitui dever do Estado e quando esse serviço é oferecido pela iniciativa privada é por meio de autorização ou delegação do poder público. Desse modo, a atividade sujeita-se tanto à fiscalização, quanto à aferição das condições de oferta exigidas pelo Estado. Nesse sentido, até para que se fortaleça o requisito de generalidade da norma, e nessa esteira, amplie-se a oportunidade de aprendizado dos alunos dos cursos envolvidos e a medida proposta adquira maior expressão social, a determinação objeto do projeto pode ser direcionada também aos cursos privados, de sorte a compor os respectivos projetos pedagógicos, para o que apresentamos a pertinente emenda de mérito, visando à sua inclusão na lei. De igual modo, para reduzir qualquer noção de entendimento de alteração ou interferência em estrutura administrativa do Poder Executivo, é possível modificar a redação do projeto de sorte a se evidenciar ou enfatizar a prestação do serviço, sem a menção explícita à figura do escritório social, que pode denotar uma estrutura ou unidade de custo.

Em relação à adequação à técnica legislativa, não se pode deixar de registrar que é o art. 5º da Lei nº 11.888, de 2008, o dispositivo normativo que o legislador ordinário elegeu como *locus* de tratamento da capacitação dos profissionais enredados com a elaboração dos projetos técnicos que emprestam causa à própria lei. Nesse sentido, oferecemos emenda sobre o art. 4º, conforme o entendimento do autor, o nobre Senador Jorge Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, cabe registrar que a apresentação de emenda pode abarcar simultaneamente tanto as questões de mérito aventadas quanto a adequação de técnica legislativa, sem maior impacto no projeto. De resto, feitas essas modificações, e não havendo quaisquer outros vícios ou falhas que possam obstar a sua tramitação, a matéria encontra-se pronta para a acolhida deste colegiado.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.193, de 2019, com as seguintes emendas:

> Emenda nº - CAS
> Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 4.193, de 2019, a seguinte redação:
> Altera a Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para prever a implementação e a manutenção, pelos cursos de arquitetura e engenharia civil das instituições de ensino superior, de prestação de serviços gratuitos de elaboração de projetos e acompanhamento técnico da construção de habitações de interesse social, destinados à população de baixa renda.
> Emenda nº -CAS
> Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 4.193, de 2019, a seguinte redação:
> "Art. 1º O art. 5º da Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, passa a vigorar acrescido do seguinte §2º, renumerando-se o seu parágrafo único como §1º:
> "Art. 5º.
> .....
> .....
> §2º Os cursos de arquitetura e engenharia civil das instituições de ensino superior são responsáveis, nos termos do regulamento, por serviços gratuitos de elaboração de projetos e acompanhamento técnico de construção de habitações de interesse social, destinados à população de baixa renda." (NR)

Eu só quero dizer, Sra. Presidente Zenaide Maia, na Presidência também, que, como foi dito antes, nem haveria a necessidade do projeto de lei, porque todos os cursos de ensino superior têm o aspecto do ensino, da pesquisa e da extensão. E a extensão significa trabalhar no entorno da instituição para melhorar a qualidade de vida, para trazer bem-estar, direitos sociais e humanos. Então, nem precisaria disso, mas é uma iniciativa das mais importantes, porque isso não vem acontecendo. Então, é um chamamento, na verdade, que fazemos para as instituições que ofertam Engenharia Civil, Arquitetura e, eventualmente, outros cursos também para que se insiram no contexto em que atuam e ajudem a transformar a realidade para melhor.

Mas quero parabenizar o Senador Jorge Kajuru pela iniciativa. Há alguma discussão que tem que ser feita, mas se acertou que isso poderia ser realizado na Comissão de Educação, para onde o projeto também será enviado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS.

A matéria vai à Comissão de Educação.

Eu queria aqui também parabenizar o Kajuru. É importante que a academia se aproxime da população. A gente já vê isso na saúde. Por exemplo, os hospitais universitários e os ambulatórios já se aproximam da população, até porque é um campo de prática para os alunos, para os estudantes. A gente vê isso também, Alessandro, nos cursos de Direitos, não é? As universidades já oferecem isso. Isto aqui é uma aproximação grande. É necessário que a academia chegue à ponta. Isso é uma coisa muito boa. E, como ele falou, se a gente for ainda ver alguns detalhes... Parabenizo aqui o Kajuru.

Agora é o item 1.

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3.523, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.930, de 22 de abril de 2009, para facilitar a localização de doadores cadastrados no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observação: *a matéria recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em 15/12/2021.*

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira, para a leitura do relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Projeto de Lei de autoria do saudoso Major Olimpio, à época Deputado, cujo objetivo é facilitar a localização de doadores cadastrados no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea.

Peço licença para ir diretamente à etapa de análise.

Compete à CAS, na forma do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, dispor sobre o mérito de proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde.

O PL nº 3.523, de 2019, será apreciado nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021.

Em consonância com a competência regimental desta Comissão, e tendo em vista que a matéria já foi analisada e aprovada pela CCJ, a presente análise restringir-se-á aos aspectos relativos ao mérito da proposição.

Assim, no que tange à proteção da saúde, parece-nos evidente que o projeto é meritório e atende ao interesse público, uma vez que busca instituir medidas que propiciem a localização tempestiva de doadores de medula óssea. É inaceitável que a doação de medula óssea seja inviabilizada pela mera falta de possibilidade de contato com o eventual doador.

O Redome é, hoje, o terceiro maior banco de dados de doadores de medula óssea do mundo, com mais de 5 milhões de potenciais doadores cadastrados. Apesar de sua magnitude, é preciso reconhecer a necessidade de aperfeiçoamentos que evitem a perda de oportunidade de uma doação, o que pode custar a vida de pessoas que necessitam de transplante e que não contam com um doador compatível em sua família.

Ao longo dos anos, muitos doadores cadastrados, ao mudarem de endereço ou de telefone, não relatam a alteração de seus dados cadastrais. Essa situação foi bem destacada pela gerência de relacionamento do Redome em informações repassadas à imprensa.

Naquela oportunidade, no início do ano de 2017, havia sido destacado que cerca de 20% das tentativas de contato efetuadas pelo Redome eram infrutíferas por falta de atualização de dados básicos que possibilitem esse contato.

Mais recentemente, no período compreendido entre janeiro de 2021 a março de 2022, foram realizadas, conforme a área de relações públicas do Redome, 18.174 solicitações de contato sendo que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse total, 7.576 doadores não foram localizados. Assim, nesse período, nada menos que 42% das tentativas de contato foram infrutíferas.

Ainda que esse dado não signifique que 7.576 pacientes deixaram de ser atendidos – pois mais de um doador pode apresentar um grau de compatibilidade que permita a realização do transplante –, o número é indicativo da necessidade premente de aprimorar o processo de contato junto aos doadores cadastrados.

Do ponto de vista da saúde pública, consideramos positivo conceder, aos gestores do Redome e aos hemocentros, a prerrogativa de requerer dados cadastrais que sejam necessários à localização dos potenciais doadores, bem como, em casos específicos em que exista essa necessidade, de seus cônjuges e outros familiares próximos.

Ademais, consideramos adequado que essa requisição possa ser direcionada a órgãos e a entidades da administração direta e indireta das três esferas de governo, bem como a outras entidades especificadas na proposição – como prestadoras de serviços públicos, empresas fiscalizadas pela administração pública e gestores de bancos de dados de proteção ao crédito –, de forma a viabilizar a localização de doadores. Também concordamos que a multa proposta pode contribuir para que a entrega dos dados ocorra em tempo mais célere, como convém para os casos em que há risco à vida.

Adicionalmente, consideramos relevante conferir aos gestores do Redome e aos hemocentros a prerrogativa de buscarem a inclusão de irmãos ou irmãs de potencial doador ao paciente, quando esse doador já tenha falecido. Essa possibilidade é prevista porque os irmãos de doadores compatíveis têm probabilidade significativamente maior de também apresentarem medula compatível com a do paciente que necessita de transplante.

No tocante ao mérito, portanto, as medidas propostas são oportunas e adequadas e estão em consonância com a dignidade da pessoa humana, com o direito à saúde e com a construção de uma sociedade solidária, conforme preconiza a nossa Constituição.

Por fim, cremos que a proposição pode ser aperfeiçoada na técnica legislativa, para que fique condizente com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. A nosso ver, as disposições sobre requisição de dados dos doadores constantes do §1º do art. 2º-A devem ser inseridas em artigo específico, como o art. 2º-B, que trata do mesmo assunto.

Para tanto, apresentamos emenda de redação para aglutinar no art. 2º-B todos os dispositivos relativos à requisição de dados por parte dos hemocentros e dos gestores do Redome. Ademais, é transparente que todas as requisições de informações de que trata a proposição devem ser atendidas no prazo de três dias úteis, uma vez que, inclusive, serão efetuadas na forma de que trata o referido art. 2º-B, ao qual esse prazo se aplica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, o §2º do art. 2º-A é despiciendo, uma vez que a autorização conferida aos gestores do Redome e aos hemocentros para requisitar os dados dos doadores de medula óssea já abrange todos os indivíduos cadastrados no Redome, inclusive aqueles que tenham se cadastrado antes da publicação da nova lei, originada do projeto.

Pelo exposto, Srª Presidente, no mérito, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.523, de 2019, com a emenda de redação apresentada.

É como voto, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS, de redação.

A matéria vai ao Plenário,

Quero aqui parabenizar o Relator, o colega Alessandro – saudades, né, Alessandro? A gente quase não se encontrou durante esse período.

E quero dizer o seguinte: eu fui Deputada com o saudoso Major Olimpio, que era um cara de segurança pública, mas tinha uma sensibilidade muito grande. Inclusive, o Major Olimpio, na época, falando de segurança pública, fez um esforço e criou o Susp (Sistema Único de Segurança Pública), que ele queria. Ele via que tinha o SUS e tinha também o Sistema Único de Assistência Social e que a segurança pública teria que ter isso aí também.

E a gente sabe que, como vivem as pessoas, a atualização dos cadastros é de uma importância fundamental.

Parabéns para o autor e para o nosso Relator.

2ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5654, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Estabelece a obrigatoriedade de exigência do Cartão da Criança ou da Caderneta de Saúde da Criança no ato da matrícula dos alunos da educação infantil e da primeira etapa do ensino fundamental.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira, para leitura do relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE. Como Relator.) – Sra. Presidente, é um projeto que se conecta plenamente com o que falamos ao longo desta sessão. Peço licença para já passar diretamente à parte de análise.

A apreciação do PL nº 5.654, de 2019, pela CAS tem base no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, que confere a este Colegiado competência para opinar sobre matérias que versem sobre proteção e defesa da saúde. Nesse sentido, os aspectos ligados à educação e às instituições educativas serão analisados quando de sua tramitação na CE, nos termos do inciso I do art. 102 do Risf. A apreciação do projeto obedecerá ao rito determinado pelo Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021.

Do ponto de vista sanitário, não poderia haver momento mais propício para deliberar sobre o PL nº 5.654, de 2019. Após uma onda de *fake news* a respeito das vacinas, inclusive vacina contra a covid-19 – com repercussões catastróficas em termos de mortalidade pela doença –, o país enfrenta também níveis baixíssimos de cobertura vacinal por todos os imunizantes indicados para a população infantil no âmbito do Programa Nacional de Imunizações.

A situação mais crítica é em relação à vacina BCG, que protege das formas graves da tuberculose. Em 2018, a cobertura vacinal no público-alvo era de 100%, mas caiu para meros 68% em 2021. Em seguida, nós temos a vacina contra a pólio, que caiu de 100% de cobertura em 2013, para apenas 69% em 2021. Situação parecida é observada com as vacinas tríplice viral (contra sarampo, caxumba e rubéola) e também as contra o rotavírus. É inacreditável que o país esteja perdendo a marca, conquistada a duras penas ao longo de mais de quatro décadas de atividades do PNI, de manter níveis elevados de cobertura vacinal na população infantil para os principais imunizantes.

Os especialistas apontam diversas causas que contribuem para esse resultado desastroso. O próprio sucesso do PNI fez praticamente desaparecer as doenças por ele cobertas, de modo que a população, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certa forma, "perdeu o medo" de enfermidades como paralisia infantil e coqueluche. A falta de campanhas educativas nos meios de comunicação também é apontada como causa da baixa procura por vacinas nas unidades básicas de saúde. De acordo com informações da Agência Senado, entre 2017 e 2021, o valor investido pelo Governo Federal na publicidade da vacinação sofreu um corte de 66% em valores nominais, passando de R$97 milhões para R$33 milhões.

A pandemia de covid-19 também explica em parte a queda nos índices de vacinação, uma vez que houve muito receio por parte dos pais em levar suas crianças para receberem as vacinas rotineiras em um ambiente potencialmente propício à disseminação do coronavírus.

Por fim, esta Casa Legislativa, que instalou e conduziu de maneira firme os trabalhos da CPI da Pandemia no ano passado, não poderia deixar de dar o devido destaque ao protagonismo do Presidente da República e de seus apoiadores na disseminação de desinformação perniciosa a respeito das vacinas em geral e dos imunizantes contra a covid-19 em particular. O estrago causado ao PNI por essas atitudes irresponsáveis – criminosas até – certamente deixará sequelas pelos próximos anos, talvez décadas. Recuperar a confiança da população nas vacinas não será tarefa trivial para os próximos governos.

Nesse sentido, o caráter mais educativo do que punitivo do PL nº 5.654, de 2019, tem o condão de contribuir para a elevação dos índices de cobertura vacinal na população em idade escolar, sem gerar antipatia ou desconfiança nos pais ou responsáveis porventura influenciados pelo movimento antivacina. O mero alerta vindo da instituição de ensino será estímulo suficiente para que o aluno seja levado ao posto de vacinação na grande maioria dos casos.

É preciso, contudo, corrigir alguns equívocos redacionais e de técnica legislativa nos incisos do parágrafo único, no sentido de uniformizar a terminologia empregada no texto legal, em atendimento ao disposto na alínea "b" do inciso II do art. 11 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Nesse sentido, propomos a substituição do termo "criança" por "aluno", para adotar o mesmo termo utilizado no *caput*. Também propomos a troca da expressão "família do aluno", no inciso II, por "responsáveis", por ser termo mais preciso e já ter sido adotado no *caput*, além da fusão dos incisos I e II, por tratarem ambos de fornecer informações aos responsáveis. Por fim, propomos a substituição da expressão "posto de saúde", no inciso III, pela expressão "unidade básica de saúde", que é mais abrangente.

Em relação à topografia da norma legal a ser criada, em atendimento ao disposto no inciso IV do art. 7º da já aludida Lei Complementar nº 95, julgamos mais apropriado promover a inserção dos comandos legais propostos na Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de vigilância epidemiológica. Com efeito, seu art. 5º dispõe sobre a apresentação de comprovantes de vacinação, matéria conexa com a do PL nº 5.654.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.654, de 2019, na forma do substitutivo que apresentamos.

É como voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS, Substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Educação.

É importante, Flávio e todos os que estão assistindo. Esse projeto de lei vem justamente pedir que seja cobrado, na hora de matricular os seus filhos, o cartão de vacina.

E eles mostraram bem aqui, a Agência Senado, como houve essa queda substancial. Então, tivemos a pandemia, mas, na pandemia, a vacina foi um exemplo, porque mostrou que, quando se começou a vacinar, as pessoas pararam de morrer. E mostraram ainda a publicidade, gente! Informação é poder. Se você não informa... A gente vê que campanhas publicitárias são feitas no mundo todo. O exemplo de autoridades tem uma repercussão para um povo. Presidente, Governadores, como foi falado aqui, precisam, sim... A gente tem que investir em publicidade, que é para perder esse medo que os pais, os responsáveis têm de *fake news*, entendeu?

Então, parabéns, Alessandro, pelo relatório!

Vamos todos nós aqui já... Há falta de publicidade, dada pelo Governo Federal. Vamos ver se nós, como Senado Federal, aproveitamos nossas falas para dar visibilidade com projeto de lei e também falar sobre isso, porque, quer queira quer não, nós somos formadores de opinião. Então, a informação é poder, gente. Você só empodera as pessoas através de conhecimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu só quero concordar com o relatório do Senador Alessandro Vieira e cumprimentá-lo também por toda caminhada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Penso, inclusive, que deva ser ampliado, mas, como vai para a Comissão de Educação, a gente pode tentar fazer isso lá. Mas o debate que a gente também ter que fazer é: até que ponto o pai e mãe têm o direito de não darem a vacina para uma criança de um ano, dois anos, três anos se isso pode ocasionar a morte da criança ou uma deficiência para o resto da vida? Eles têm esse direito ou não têm esse direito? Esse é um debate que a gente tem que fazer, porque as pessoas acham que agora podem não tomar a vacina, pelos exemplos que vêm de cima, inclusive, sabendo o que isso pode ocasionar.

"Eu sei que pode ocasionar a morte do meu filho, mas eu prefiro não dar a vacina". O pai tem esse direito?

A criança vai ficar com deficiência intelectual para o resto da vida. Essa criança espera que o pai tenha essa atitude, quando a atitude o pai e da mãe tem que ser de proteção, de amparo, de amor, de carinho, de promoção? Acho que é um debate que a gente tem que fazer nesse sentido, porque a gente fala "recomendar"... Eu acho que... Quer dizer, como obrigar também é outro debate que se faz. Mas, de qualquer forma, eu penso que esse assunto deve ser discutido pela sociedade.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Lembrando aos pais, que a gente vê pais, mães ou responsáveis que dizem muito que pedem a Deus, se apegam aos santos, já que são fervorosos dos santos, que nunca se esqueçam de que, pelo que a gente conhece desse Deus que é de todas as religiões, ele diz: "Faça a tua parte que eu te ajudarei". Então, pais e responsáveis, a parte é justamente vacinar seus filhos.

Item 7.

2ª PARTE

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 43, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a temática "Reforma Tributária para garantir maior justiça social", para discutir como a complexidade do sistema atual permite que pessoas ou grupos econômicos acabem se beneficiando da legislação, enquanto outros são fortemente prejudicados.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)

Passo a palavra ao Senador Alessandro Vieira para leitura do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE. Para encaminhar.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a temática "Reforma Tributária para garantir maior justiça social", para discutir como a complexidade do sistema atual permite que pessoas ou grupos econômicos acabem se beneficiando da legislação, enquanto outros são fortemente prejudicados.

Proponho para audiência a presença dos seguintes convidados:

• Sr. Toomas Hendrik Ilves, ex-Presidente da República da Estônia;

• a Dra. Melina Rocha, Diretora de Cursos da York University e Doutora pela Universidade de Sorbonne;

• o Sr. Miguel Abuhab, fundador da Destrava Brasil e idealizador do modelo tecnológico de cobrança de impostos;

• o Sr. Luiz Carlos Hauly, economista e fundador da Destrava Brasil;

• o Sr. Rodrigo Spada, Presidente da Febrafite (Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais);

• o Sr. Paulo Guedes, Ministro da Economia.

Nós temos uma discussão significativa, Sra. Presidente, com relação a formas de financiamento do orçamento que precisamos ter para enfrentar os desafios do Brasil.

Não há como tratar disso sem falar de reforma tributária. Então, reputo como bastante significativa a realização dessa audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu quero aqui parabenizá-lo. É hora de a população ter conhecimento de como funciona o Orçamento, de quem são cobrados os tributos nessa fórmula que a gente tem no Brasil.

Eu não sei se a Estônia é o único país que não cobra tributo de lucros e dividendos – se eu não me engano, é um desses aí.

Então, a reforma tributária é essencial.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 61, DE 2022

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Plano de Trabalho aprovado pela Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência (CASSTPCD), em reunião realizada na data de 03/08/2022 às 14h, com vistas a incluir, na Audiência Pública nº 1 (Situação e contexto da Avaliação Biopsicossocial), prevista no referido plano, representantes do Ministério Público e do Ministério da Economia, bem como incluir, na Audiência Pública nº 9 (Avaliação, diagnóstico e atendimento às pessoas com Espectro Autista), representante do Centro de Orientação Médico-psicopedagógica (COMPP), bem como as convidadas Andréa Werner, do Instituto Lagarta Vira Pupa e Renata Tibyriça, da Defensoria Pública de São Paulo.

Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR)

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do seu requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – É o requerimento da Senadora Mara, não? (*Pausa.*)

Ah, desculpe. Só um minutinho.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – É o 12.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para encaminhar.) – É o item...? Desculpe-me, Sra. Presidente.

Item 12, não é? (*Pausa.*)

Ótimo!

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento – já foi aprovado o requerimento – ao Plano de Trabalho aprovado pela Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, em reunião realizada na data de 03 de agosto de 2022, às 14h, com vistas a incluir, na Audiência Pública nº 1 (Situação e contexto da Avaliação Biopsicossocial), prevista no referido plano, representantes do Ministério Público e do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Economia, bem como incluir, na Audiência Pública nº 9 (Avaliação, diagnóstico e atendimento às pessoas com Espectro Autista), representante do Centro de Orientação Médico-Psicopedagógica, bem como as convidadas Andréa Werner, do Instituto Lagarta Vira Pupa e Renata Tibyriçá, da Defensoria Pública de São Paulo.

São aditamentos.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Fora do microfone*.) – As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quer falar?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Sra. Presidente, só peço a inclusão de requerimento extrapauta da Senadora Mara Gabrilli, que não pôde estar presente nesta reunião. Eu subscreveria o requerimento junto com ela.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 62, de 2022, da CAS, apresentado pela Senadora Mara Gabrilli e subscrito pelo Senador Flávio Arns. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do requerimento.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 62, DE 2022

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 17/2002, com o objetivo de instruir o PLS 149/2018, que "dispõe sobre as diretivas antecipadas de vontade sobre tratamentos de saúde" seja incluído o seguinte convidado: Doutor Natan Monsores de Sá, Doutor em Bioética, professor e chefe do Departamento de Saúde Coletiva e Coordenador do Observatório de Doenças Raras, da Universidade de Brasília (UnB).

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para encaminhar.) – A Senadora Mara Gabrilli requer:

> [...] nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 17/2002, com o objetivo de instruir o PLS 149/2018, que "dispõe sobre as diretivas antecipadas de vontade sobre tratamentos de saúde" seja incluído o seguinte convidado:
> • o Doutor Natan Monsores de Sá, Doutor em Bioética, professor e chefe do Departamento de Saúde Coletiva e Coordenador do Observatório de Doenças Raras, da Universidade de Brasília (UnB).

Um aditamento, também, de nome.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu quero aqui passar a palavra para o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Senadora Zenaide Maia, que está presidindo essa importante sessão, eu só quero que a gente vote o item 10. Peço a V. Exa. votarmos o item 10, que é de nossa autoria. Se V. Exa. permitir, eu faria a leitura desse requerimento, pedindo a aprovação.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Pois não, Paulo Paim.

2ª PARTE

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 59, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "A Insegurança Alimentar".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS).

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a insegurança alimentar.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

• representante do Ministério da Cidadania;

• representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) no Brasil;

• representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

• representante da Coalizão Negra por Direitos;

• representante do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Sul (Consea-RS);

• representante da Oxfam Brasil;

• representante da Fetraf-RS, a Sra. Cleonice Back, que representa, no caso, a Executiva dessa importante federação.

Sra. Presidenta, dados recentemente divulgados sobre a insegurança alimentar no Brasil são alarmantes e assustadores. Mais de 33 milhões de pessoas integram o grupo de cidadãos que passam fome.

A fome no Brasil tem cor e gênero. As mulheres chefes de família foram as mais impactadas pelo desemprego, consequentemente, as crianças foram atingidas pela fome e a desnutrição, sinais que serão carregados pelo resto de suas vidas, com impactos físicos e psicológicos irreversíveis.

A situação é ainda mais crítica para as mulheres negras: os dados do desemprego e da informalidade foram ainda mais impactantes em relação às que não são negras. O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado em dezembro de 2020 pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede Penssan), aponta que a fome atingiu 10,7% das casas de pessoas negras e 7,5% de residências de pessoas brancas.

Diversos cenários têm provocado o crescimento da fome, porém a presente situação de grave insegurança alimentar precisa ser resolvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro giro, a falta de incentivo aos pequenos produtores e as dificuldades climáticas têm encarecido os alimentos.

Terminando, os produtores de leite do Rio Grande do Sul, por exemplo, têm encontrado inúmeras dificuldades, com altos custos de produção e a falta de políticas publicas para o setor.

Para tal, propomos um debate com especialistas no assunto em busca de caminhos que apontem para soluções urgentes e necessárias.

Em face do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

É isso, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu queria fazer uma observação. Esse requerimento de Paulo Paim é muito importante, Flávio. Há mais ou menos 30 anos, 60% dos leitos infantis dos serviços de saúde pública deste país eram ocupados por crianças com desnutrição grave. O marasmo, que é aquele caquético que não come praticamente nada, que você vê, dá o diagnóstico pelo olhar, mas tinha o *kwashiorkor*, que é uma forma de criança que aparentemente está bem, mas que, na verdade, está é inchada, porque ela não come a proteína animal. É aquela criança para quem a mãe bota água, uma colher de leite e o resto de farinha.

Então, este termo que a gente usa, "insegurança alimentar", eu gosto muito de dizer à população que na verdade é fome. Insegurança alimentar é como se fosse um eufemismo da fome. Então, desses 35 milhões com fome, mais de dez são crianças. E a gente sabe que poderia estar evitando a fome pelo menos dessas crianças e adolescentes. Se estivéssemos investindo numa educação pública de qualidade em tempo integral, pelo menos esses não estariam com fome. E, se não corrigirmos essa fome, vamos ter milhares de crianças neste país internadas com dois tipos de desnutrição gravíssima. Como foi falado aqui pelo colega Flávio Arns, numa criança desnutrida, um vírus, qualquer tipo de vírus ou bactéria, é fatal.

Vou passar para Paulo Paim a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Não sei se seria pedir demais, mas, já que o Relator do item 5, projeto de nossa autoria, que é terminativo, é o Senador Alessandro Vieira, se ele poderia, quem sabe até de forma resumida, fazer a leitura do relatório. Aí seria votado no momento em que tivéssemos efetivamente quórum para votar os terminativos. Mas seria um passo à frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um projeto simples e que, no meu entendimento, agrada a todos. Eu não tenho nenhuma contestação a fazer, a não ser cumprimentar antecipadamente o Senador Alessandro Vieira pelo brilhante trabalho que fez no relatório, ajustando-o, inclusive, com três emendas.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Senador Paulo Paim, o Senador Alessandro saiu. Ele leu, fez as relatorias e não fez a leitura. A gente não tinha problema nenhum com a leitura, mas o Relator não está presente.

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, com as seguintes palavras: mães, pais e responsáveis por suas crianças – é um apelo aqui do Senado Federal –, vacinem os seus filhos. Protejam os seus filhos. A gente sabe que uma parte imensa de doenças não têm prevenção, então vamos nos prevenir daquelas que têm prevenção. A ciência estudou muitos anos para isso.

Obrigada.

(*Iniciada às 12 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Ivete da Silveira, Nilda Gondim, Luis Carlos Heinze, Maria do Carmo Alves, Veneziano Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Izalci Lucas, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Lasier Martins, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Mecias de Jesus, Jayme Campos, Carlos Portinho, Romário, Zenaide Maia, Paulo Paim, Leila Barros, Fabiano Contarato, Soraya Thronicke e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Girão, Giordano, Daniella Ribeiro e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 97, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a suplementação medicamentosa de ácido fólico para a prevenção da má-formação fetal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Nilda Gondim (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3521, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece a inclusão de disciplina referente a procedimentos básicos de primeiros socorros no conteúdo programático da grade curricular dos cursos de formação de soldados das polícias militares." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Nilda Gondim (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4915, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Determina a desconsideração de valores recebidos em decorrência do rompimento de barragem de rejeitos de mineração no Município de Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019, para cálculo da renda familiar mensal usada como critério para fins de elegibilidade ao Programa Bolsa Família, ao Benefício de Prestação Continuada e à Renda Mensal Vitalícia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 746, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta inciso VII ao art. 15 e art. 120-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a manutenção da qualidade de segurado das vítimas, diretas ou indiretas, de desastres ambientais e catástrofes naturais e o ressarcimento dos benefícios concedidos e das contribuições inviabilizadas em decorrência dos eventos citados e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2965, de 2021 - Terminativo -** que: "Acrescenta § 2º ao art. 16 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para equiparar a filho do consumidor titular de plano privado de assistência à saúde seu enteado, bem como a criança ou o adolescente que seja por ele tutelado ou que, por determinação judicial, esteja sob sua guarda; e altera o § 2º do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para promover equiparação análoga em relação a filho do segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) ." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2895, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 11.346, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a fim estabelecer a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos alimentos, reduzir seu desperdício e aumentar o aporte de alimentos a organizações e entidades de assistência social." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 642, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências." **Autoria:** Senador José Serra (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 47, de 2022** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Cidadania, Ronaldo Vieira Bento, informações sobre as razões que levaram o Ministério da Cidadania a reduzir drasticamente os valores pagos ao Programa Alimenta Brasil, substituto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fazendo com que até maio de 2022 o gasto seja de apenas R$ 89 mil reais, praticamente extinguindo esse importante programa de aquisição de alimentos e combate à fome." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 55, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 38/2022 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 5983/2019, que "regulamenta o exercício profissional de acupuntura" sejam incluídos como convidados o Prof. Waldecir Paula Lima Coordenador do Fórum dos Conselhos de atividades Fim da Saúde do Estado de SP (FCAFS-SP) e o Dr. Jean Luis Degrande de Souza, Presidente da Sociedade Brasileira de Acupuntura e Pics/SBA." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 60, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Erik Alencar de Figueiredo, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o processo de publicização de dados pelo IPEA e sobre o conteúdo da Nota Pública da Presidência do IPEA nº 12, que trata da expansão do programa Auxílio Brasil e seus impactos à segurança alimentar dos brasileiros." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/22

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Comunico aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras o recebimento dos seguintes expedientes: cópias de ofícios e moções de assembleias legislativas, câmaras municipais e entidades, contendo considerações sobre a questão trabalhista, previdência social, assistência social e temas relacionados à saúde.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para a manifestação dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, bem como nas matérias terminativas.

Aqueles que não conseguirem registrar seus votos no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente à Secretaria e a Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

Conforme o pronunciamento do Presidente do Senado Federal, orientamos aos Senadores que estiverem *online* que registrem a presença na reunião pelo aplicativo Senado Digital. (*Pausa.*)

O Senador Flávio Arns já está *online.* (*Pausa.*)

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4915, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Determina a desconsideração de valores recebidos em decorrência do rompimento de barragem de rejeitos de mineração no Município de Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019, para cálculo da renda familiar mensal usada como critério para fins de elegibilidade ao Programa Bolsa Família, ao Benefício de Prestação Continuada e à Renda Mensal Vitalícia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para leitura do relatório.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente. Quero cumprimentá-lo, em primeiro lugar, assim como os Senadores e Senadoras da CAS (Comissão de Assuntos Sociais).

Se V. Exa. me permite, eu já vou direto para a análise do projeto de lei.

À Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 97 do Regimento Interno do Senado Federal, "compete estudar e emitir parecer sobre os assuntos ao seu exame", como o Projeto de Lei nº 4.915, de 2019.

De início, julgamos que a proposição está adequada aos ditames constitucionais. Também consideramos bem lavrado com relação às regras que ditam a boa técnica legislativa e redação.

Em relação ao mérito, é indiscutível que seja louvável toda iniciativa legislativa que vise a minimizar as dificuldades das famílias de Brumadinho, Minas Gerais. Nunca é demais relembrar que o rompimento da Barragem 1, da Mina Córrego do Feijão, no dia 25 de janeiro de 2019, causou a morte de 259 pessoas e deixou 11 desaparecidos. Ademais, causou grave prejuízo econômico e ambiental a Brumadinho. Por isso, foi editada a Medida Provisória (MPV) nº 875, de 2019, com o intuito de beneficiar as famílias mais vulneráveis com um auxílio emergencial pecuniário. Os trabalhos da Comissão Mista instalada para analisar a medida provisória concluíram pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2019, que previa o mesmo que o apresentado nesta proposição. No entanto, a vigência da medida provisória encerrou-se sem o fim de sua tramitação no Congresso Nacional. Lembramos que a medida provisória auxiliou 2.280 pessoas, sendo 1.506 atendidas pelo Bolsa Família e 774 beneficiários do BPC ou da RMV (renda mensal vitalícia), num total de recursos de R$1,368 milhão.

É de extrema importância legal e jurídica que fique claro que o auxílio recebido nos termos dessa medida provisória ou outros valores recebidos devido à tragédia de Brumadinho não contem como renda familiar para outros benefícios – isso me parece extremamente claro. Em resumo, não podemos deixar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brechas legais que venham a restringir direitos no futuro. Por exemplo, o BPC, que é o benefício de prestação continuada para a pessoa com deficiência e para o idoso, conta para a renda familiar; esse auxílio em função da tragédia de Brumadinho não contaria para o cálculo da renda familiar, é um auxílio em função de uma tragédia, não é uma renda familiar.

No entanto, quanto à juridicidade, não cabe somente tratar da Bolsa Família, que foi substituída pelo Auxílio Brasil. Por isso, apresentamos emenda acrescentando as referências ao dispositivo legal atual.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.915, de 2019, com a seguinte emenda:

> Altere-se a redação do art. 1º do Projeto de Lei nº 4.915, de 2019:
> "Art. 1º Para fins de cálculo da renda familiar mensal de que tratam o inciso II do *caput* do art. 3º da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, o §8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e o art. 1º da Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, não serão considerados os valores pagos com fundamento na Medida Provisória nº 875, de 12 de março de 2019, bem como quaisquer outros valores pagos como compensação por danos sofridos em decorrência do rompimento de barragem de rejeitos de mineração no Município de Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019, ou os valores referentes ao extinto Programa Bolsa Família.

Esse é o parecer.

Eu voto, então, pela aprovação, Sr. Presidente, com a emenda que acabei de ler.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Em discussão a matéria que acaba de ser lida. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS.

A matéria vai ao Plenário. (*Pausa.*)

Senador Mecias de Jesus, está *online* aí? Manifeste-se, Senador Mecias. Senador Mecias de Jesus... Aí, chegou o homem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência*.) – Presidente Petecão?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – O.k. Grato, meu querido Senador. Nós estamos só vendo aqui porque...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência*.) – Posso iniciar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Não, só um pouquinho, Mecias. É porque esse projeto, nós temos que fazer uma votação nominal. E a nossa preocupação é que nós não temos o quórum suficiente.

Nós temos duas opções: o senhor faz a leitura do relatório, e nós votamos em outra oportunidade, já com o relatório lido; ou, então, tentamos votar, mas nós não temos o quórum suficiente.

Vamos fazer a leitura do relatório. É isso? Concorda, Mecias?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, caro amigo Sérgio Petecão, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, relatório:

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Espere só um pouquinho, Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência*.) – ... o Projeto de Lei nº...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Mecias, só um pouquinho.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência*.) – ... 642, de 2020...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência*.) – ... que permite o prolongamento excepcional do período máximo do seguro-desemprego para grupos de segurados atingidos por situações epidemiológicas de emergência, de acordo com critérios definidos pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposta possui dois artigos. O primeiro altera o §5º do art. 4º da Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para determinar que o período máximo para concessão de seguro-desemprego poderá ser excepcionalmente prolongado de acordo com os critérios definidos pelo Codefat, nas seguintes hipóteses: I – por até dois meses, para grupos específicos de segurados, desde que o gasto adicional representado por esse prolongamento não ultrapasse, em cada semestre, 10% do montante da reserva mínima de liquidez de que trata o §2º do art. 9º da Lei 8.019, de 11 de abril de 1990; e II – para grupos de segurados atingidos por situações epidemiológicas de emergência.

O art. 2º, que estabelece a cláusula de vigência, determina que a lei entrará em vigor na data de sua publicação oficial.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto em análise.

Na justificação, o autor argumenta que "o projeto de lei tem como objetivo autorizar o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador a prolongar o prazo máximo de recebimento das parcelas do seguro-desemprego no caso em que segurados sejam atingidos por situações epidemiológicas de emergência, como por exemplo o coronavírus".

Da análise, Sr. Presidente, caros colegas Senadores e Senadoras.

Nos termos do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito às relações de trabalho.

De início, ressaltamos que não se vislumbram óbices de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa à proposição em análise. Conforme dispõe o art. 22, inciso I, da Constituição Federal, é competência privativa da União legislar sobre direito do trabalho.

Quanto ao mérito, elogiamos o propósito do eminente Senador José Serra, autor do Projeto de Lei 642/2020, de assegurar o prolongamento do pagamento do seguro-desemprego nos casos de emergências epidemiológicas, como é o caso do coronavírus, que deixou milhões de brasileiros desempregados e sem perspectiva de um novo emprego. Uma revisão feita pelo IBGE mostra que o número de desempregados ultrapassou os 15,2 milhões no primeiro trimestre de 2021.

Sem emprego e renda, a subsistência fica comprometida e atenta contra a dignidade da pessoa humana, que é inviolável. Respeitá-la e protegê-la é obrigação de todos os poderes estatais. A dignidade da pessoa humana reclama condições mínimas de existência, conforme os ditames da justiça social como fim da ordem econômica.

O eminente constitucionalista José Afonso da Silva lembra que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Constitui um desrespeito à dignidade da pessoa humana um sistema de profundas desigualdades, uma ordem econômica em que inumeráveis homens e mulheres são torturados pela fome. Não é concebível uma vida com dignidade entre a fome e a miséria.
> A liberdade humana com frequência se debilita quando o homem cai na extrema necessidade, pois a igualdade e dignidade da pessoa exigem que se chegue a uma situação social mais humana e mais justa. [Da mesma obra de José Afonso da Silva].

A proposição ora em análise, Sr. Presidente, caminha nesse sentido ao propor o prolongamento do seguro-desemprego em virtude de situações epidemiológicas de emergência, contribuindo para garantir o sustento na mesa de milhões de brasileiros.

O nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 642, de 2020.

Muito obrigado, Presidente Petecão, caros colegas Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Senador Mecias de Jesus, por conta do retorno – porque V. Exa. não conseguiu – não conseguimos nos comunicar.

É o item 7 da nossa pauta, Projeto de Lei nº 642, de 2020, terminativo. Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o abono salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dá outras providências.

Coloco em discussão o projeto que acaba de ser lido. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – O Senador Paulo Paim... Já agradeço ao Senador Paulo Paim por sua presença no Plenário da nossa Comissão.

Senador Paim com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, é uma alegria retornar à Casa sob a sua Presidência, neste momento em que o Brasil todo nos chama para esse esforço concentrado e para aprovarmos medidas de emergência que o momento exige devido à situação do nosso povo.

Quero também, em nome da Liderança do nosso partido, cumprimentar tanto o autor, que é o Senador José Serra, quanto o Senador Mecias de Jesus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto em exame busca prolongar o prazo máximo de recebimento das parcelas do seguro-desemprego em que os segurados sejam atingidos por situações epidemiológicas de emergência como a do coronavírus. Todos nós sabemos o sofrimento do povo brasileiro e eu diria da humanidade, em todo o planeta. A medida está alinhada com as recomendações do Fundo Monetário, que recomendou, recentemente, a todos os países atingidos pelo vírus a adoção de políticas públicas como essa. Devido a isso, eu não tenho nenhuma dúvida.

Cumprimento o autor, o Relator e V. Exa., Senador Sérgio Petecão, e o nosso voto é "sim", acompanhando, naturalmente, V. Exa., o Relator e o autor.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Só comunico aos Srs. Parlamentares que a votação será nominal, então, é importante que os Senadores que estão presencialmente possam votar. A votação é nominal. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Comunico aos colegas Senadores, para que possamos avançar aqui na nossa pauta, a presença da nossa querida Senadora.

O Senador Nelsinho Trad vai fazer a leitura do item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2895, DE 2019

- Terminativo -

Altera as Leis nos 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a fim de estabelecer a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos alimentos, reduzir seu desperdício e aumentar o aporte de alimentos a organizações e entidades de assistência social.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1- A matéria consta da pauta desde a reunião de 08/11/2022.

2- Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

O projeto já foi lido. Concedo a palavra, enquanto votamos, ao Senador Nelsinho Trad para a leitura do relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente Sérgio Petecão, nossa colega Senadora Nilda, peço licença a V. Exa. para ir direto ao mérito da questão, uma vez que a proposição não merece reparo no que tange à juridicidade e à regimentalidade.

No que tange ao mérito, cabe-nos, primeiramente, ressaltar que o Senado tem envidado esforços no sentido de aprimorar a legislação com o propósito de reduzir o desperdício de alimentos.

Em 2016, foi aprovado nesta Casa o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 672, de 2015, do Senador Ataídes Oliveira, que tramitou em conjunto com os PLS nºs 675 e 738, ambos também de 2015, e que institui a Política Nacional de Combate ao Desperdício e à Perda de Alimentos.

Durante a tramitação desses projetos, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realizou audiências públicas com uma série de entidades e autoridades envolvidas na produção e na distribuição de alimentos e que puderam opinar sobre o tema. Ao final, o substitutivo ao PLS nº 672, de 2015, pôde condensar ideias presentes nos demais projetos, bem como sugestões de aprimoramento apresentadas nas referidas audiências públicas, e encontra-se, atualmente, aguardando análise da Câmara dos Deputados.

Mais recentemente, foi aprovado na nossa Casa o Projeto de Lei nº 1.194, de 2020, do Senador Fernando Collor, convertido na Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020, que dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano, trazendo medidas de relevante impacto no que diz respeito à responsabilidade civil e administrativa do doador de alimentos.

Nesse contexto, o PL nº 2.895, de 2019, tem o mérito de buscar o aumento no aporte de doações de alimentos a organizações e entidades de assistência social e inova, em relação às matérias precedentes citadas acima, ao abordar a questão do desperdício de alimentos sob a ótica da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos alimentos no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos, buscando o envolvimento do Sisan nesse processo.

Não é admissível que, enquanto milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade social enfrentam os efeitos da insegurança alimentar e nutricional, alimentos em condições de consumo sejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descartados no meio ambiente. Diante disso, o PL acerta ao proibir o descarte de alimentos em condições de consumo, buscando, ao mesmo tempo, instituir os mecanismos necessários à viabilização da distribuição desses alimentos às pessoas que deles necessitem.

Apresentamos apenas uma emenda de redação para renumerar o inciso VII do art. 4º da Lei nº 11.346, de 2006, a ser incluído na forma do art. 2º, uma vez que, posteriormente à apresentação do PL nº 2.895, de 2019, foi aprovada a Lei nº 13.839, de 4 de junho de 2019, que acrescentou um inciso ao mesmo dispositivo.

Voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei 2.895, de 2019, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CAS
> Renumere-se como VIII o inciso VII a ser acrescido ao *caput* do art. 4º da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 2.895, de 2019.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Comunico aos Srs. Senadores que nós vamos voltar ao item 7.

A nossa assessoria aqui nos comunica que já temos quórum.

Obrigado aos Senadores, 12 votos.

Vamos encerrar a votação.

Aprovado o projeto, a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Agora vamos abrir a...

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Foram 11 votos SIM e o voto do Presidente, 12 votos.

Já vamos abrir a votação, porque nós temos dois colegas aqui e já votam.

Vou colocar a matéria em discussão, acabamos de ter a leitura do parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerra-se a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o projeto e a emenda, nos termos do relatório apresentado.

A votação é nominal.

Srs. Senadores que estão *online*, por favor, abrimos o processo de votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Está aberto o processo de votação. (*Pausa.*)

Senadora Zenaide, com a palavra a nossa ilustre Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu quero aqui registrar o meu voto "sim", porque eu não estou conseguindo entrar aqui para fazer a votação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Senador, por favor, tome o voto da nossa querida Senadora.

Obrigado, Senadora Zenaide.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

Vamos encerrar a votação.

Já temos um quórum de votação de 12 Parlamentares.

Quero agradecer a todos os Parlamentares. É importante esta votação.

Encerro a votação.

Resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – O projeto foi aprovado com 11 votos SIM.

Aprovados o projeto e a Emenda nº 1 da CAS.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião, agradecendo a participação de todos os Parlamentares.

Está encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e dois minutos do dia nove de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência com a presença dos Senadores Romário e Eduardo Braga. Deixam de comparecer as Senadoras Mara Gabrilli, Nilda Gondim e Zenaide Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater o tema "Educação Bilíngue: Diretrizes, organização e oferta da Educação Bilíngue conforme o disposto na Lei nº 14.191/2021". **Participantes:** Rodrigo Rosso Marques, Diretor de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação do Ministério da Educação; Suely Melo de Castro Menezes, Vice-Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; Flaviane Reis, Diretora de Políticas Educacionais e Linguísticas da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos; Marlon Alves da Silva, Estudante da Escola Bilíngue de Taguatinga-DF; e Patrícia Luiza Ferreira Rezende, Professora associada do Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES. **Resultado:** Realizada. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/09

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende ao plano de trabalho da Subcomissão e tem como finalidade a realização de audiência pública destinada a debater o tema "Educação Bilíngue: Diretrizes, organização e oferta da Educação Bilíngue conforme o disposto na Lei nº 14.191/2021".

Como todos e todas se lembram, essa lei foi aprovada nesta data, e a grande discussão neste momento – e boa discussão, profícua, necessária, com a participação de toda sociedade – é buscarmos, em conjunto, os caminhos para a concretização da lei – como ela vai acontecer, as diretrizes, a organização, a oferta, a normatização –, para que isso beneficie a cidadania da população que necessita dessa educação bilíngue.

Informo também que a audiência pública tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com serviços de interatividade com o cidadão, pela Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e também pelo e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Quero lembrar que, para esta audiência pública, foram convidadas as seguintes pessoas: Rodrigo Rosso Marques, Diretor de Políticas de Educação Bilíngue dos Surdos, da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação do Ministério da Educação; Suely Melo de Castro Menezes, Vice-Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; Flaviane Reis, Diretora de Políticas Educacionais e Linguísticas da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis); Marlon Alves da Silva, estudante da Escola Bilíngue de Taguatinga, Distrito Federal; Marisa Lima, Professora da Universidade de Uberlândia; e Patrícia Luiza Ferreira Rezende, Professora associada do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também quero destacar que nos dedicaremos, como Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e também como Subcomissão, de maneira intensa ao debate sobre diretrizes, organização e oferta de educação bilíngue. A lei foi aprovada – lei importante, necessária, fruto de um grande debate com a sociedade dentro do Congresso Nacional –, e a gente agradece então a presença dos expositores e das expositoras.

Quero dizer que cada um terá o tempo de 15 minutos para a sua exposição. A gente pede que o tempo seja respeitado para que nós tenhamos, já que são seis convidados, uma hora e meia no máximo para a realização da audiência pública – eventualmente, também, se houver algum comentário e alguma pergunta, para que a gente possa prolongar.

Então, o agradecimento do Senado Federal aos expositores e às expositoras.

Nós vamos começar com a apresentação da Suely Melo de Castro Menezes, que é do Conselho Nacional de Educação. A gente agradece, inclusive, Suely, a sua participação e presença, porque a gente sabe que a demanda também no Conselho Nacional de Educação é bastante intensa, mas o trabalho de vocês, a orientação, o diálogo com a comunidade surda é essencial. Portanto, a sua presença a gente agradece e é muito importante.

Então, com a palavra a Suely Melo de Castro Menezes, Vice-Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

Com a palavra, Suely.

A SRA. SUELY MELO DE CASTRO MENEZES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos. Eu sou Suely, Vice-Presidente da Câmara de Educação Básica, no momento exercendo a Presidência.

Quero saudar o Flávio, a Mara, a Nilda, a Zenaide, o Romário, esta Comissão do Senado, que exercita sistematicamente soluções para a inclusão das pessoas com deficiência do nosso país.

É uma honra, é um privilégio ter sido convidada e aceita com interesse para discutir o tema de diretrizes de atendimento das pessoas da educação bilíngue de surdos, discutindo a organização e a oferta de acordo com a nova Lei 14.191, de 2021.

Quero dizer que nós do Conselho Nacional de Educação compartilhamos com as preocupações desta Comissão, principalmente no que tange à valorização da pessoa surda, à regulamentação dos seus direitos e aos programas de acessibilidade.

Eu quero saudar os outros participantes desta mesa na pessoa do Rodrigo Rosso, nosso Diretor da Dipebs, na Semesp, que é parceira de trabalho na construção dessas diretrizes nacionais da educação bilíngue de surdos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Conselho Nacional de Educação, no cumprimento das suas atribuições, das quais, entre outras, hoje nós destacamos a elaboração de diretrizes nacionais tanto curriculares, quanto operacionais que orientem a aplicação das leis e a outorga dos direitos dos estudantes brasileiros, desenvolve – e está em discussão no momento – as diretrizes da educação bilíngue de surdos.

Esse trabalho se iniciou na verdade no CNE em 2018, com a composição de uma comissão bicameral, que quer dizer tanto da educação básica quanto do ensino superior, portanto percorrendo todo o processo da educação, com estas diretrizes: educação bilíngue de surdos em libras e português escrito. Essa comissão no início estava presidida pelo ex-Conselheiro Ivan Siqueira, que era Presidente – eu ainda continuo como relatora dela –, e tem como membros o nosso Conselheiro Fernando Capovilla, Amábile Pacios, Tiago Tondinelli – o ex-Conselheiro Joaquim José Soares Neto, que deu uma grande contribuição, encerrou também o seu mandato.

Esse trabalho foi desenvolvido ainda na perspectiva da educação bilíngue de surdos como parte do público atendido pela modalidade de ensino da educação especial. Ele foi iniciado, portanto, bem antes da nova lei.

E, em articulação com o sistema educacional e a sociedade nacional e considerando o ineditismo e a grande expectativa das comunidades surdas para a construção dessas diretrizes, a comissão organizou um GT, um grupo de trabalho composto por especialistas, com a participação de profissionais alinhados com a Semesp e a Dipebs, que botou toda a equipe dela, o Ines, a Feneis, especialistas surdos e ouvintes das diversas universidades, sempre escolhendo aqueles que estavam com atividade de ensino e pesquisa ou de gestão voltada para a educação de surdos. Esse GT reuniu mais de 30 participantes, com a maioria de especialistas surdos.

No período de 2018 a 2020, essa comissão desenvolveu um documento preliminar com subsídios para as diretrizes, estabelecendo conceitos, princípios, diretrizes orientadoras e norteadoras para a estruturação da oferta da educação bilíngue de estudos e ainda como parte da educação especial.

A comissão já estava com um documento preliminar em fase de conclusão e suspendeu os trabalhos, considerando fatores externos como a pandemia, que desviou a nossa atenção para uma série de outras demandas, e também a judicialização da Política Nacional de Educação Especial, que terminou gerando alguns desconfortos no trabalho com as diretrizes.

Esses movimentos afetaram diretamente a dinâmica dos trabalhos, que se desenvolviam numa proposta de implementação de normas articuladas e coerentes com o protagonismo dos surdos, suas línguas e culturas.

O grupo de trabalho e a comissão do Conselho Nacional acompanharam com interesse...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Profa. Suely, a senhora só me desculpe um minuto...

A SRA. SUELY MELO DE CASTRO MENEZES (*Por videoconferência*.) – Claro, claro...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – ... a gente atrapalha até a sua apresentação, interrompendo, mas nós estamos tendo uma dificuldade aqui com a transmissão de libras. Então, só questão de um minuto, um minuto só, e a gente já recomeça. Desculpe-me por ter interrompido, mas é importante, porque tem muita gente...

A SRA. SUELY MELO DE CASTRO MENEZES (*Por videoconferência*.) – Você quer que eu recomece desde o início, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Se você puder recomeçar, talvez seja bom, porque todo mundo participaria, escutaria desde o início, porque essa questão toda do grupo de trabalho, da participação, acho que é importante.

Então, só um minutinho, Profa. Suely, já resolvemos...

A SRA. SUELY MELO DE CASTRO MENEZES (*Por videoconferência*.) – O.k. O.k. Fique à vontade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Peço desculpas também aos que estão nos acompanhando, mas já recomeçamos.

Porque a sua participação, Suely, representando o Conselho Nacional de Educação, é muito importante para deixar, assim, as portas abertas para que, além do que já foi feito, a gente continue buscando, em conjunto com todos que possam se beneficiar da educação bilíngue, o acesso a essa educação, a essa modalidade agora. Como a Profa...

A SRA. SUELY MELO DE CASTRO MENEZES (*Por videoconferência*.) – Modalidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – ... Suely já colocou antes, a educação de surdos fazia parte da educação especial, educação bilíngue. Agora, educação bilíngue como modalidade educacional.

Eu só quero lembrar, porque às vezes a comunidade se esquece de que é um campo... Quando estiver pronta a infraestrutura, só me avise.

Só lembro a todos que todas as áreas de deficiência são bastante variadas. Na área da surdez, por exemplo, você tem uma perda auditiva leve, moderada, severa, profunda, e, para cada uma dessas perdas, você tem que ter uma solução específica. Muitas vezes é a prótese auditiva; outras vezes, o implante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coclear, outras vezes é inclusive a oralização, eventualmente, para pessoas... Então, tudo isso continua acontecendo. Não é que...

Mas também o caminho da educação bilíngue é um caminho que se aponta como necessário, inclusive na discussão toda com a comunidade surda. Então... Isso é em todas as áreas. Se a gente for para a área visual, você tem a cegueira, a cegueira associada com outra necessidade, uma perda visual, visão subnormal, maior ou menor, então a gente tem que ter uma série de alternativas para que o acesso à educação de todos e todas seja feito e seja realizado com qualidade – e também na educação bilíngue de surdos, não é?

Foram audiências muito importantes que tivemos quando da apresentação do projeto de lei e da aprovação, com uma participação intensa e muito qualificada das pessoas que orientaram, discutiram. Isso, inclusive, atende o preceito da área, que é: nada sobre nós sem nós. Nada sobre nós sem nós. Aliás, esse preceito deveria se aplicar para todos os aspectos da sociedade. Quer dizer, vamos discutir educação bilíngue de surdos? Nada sobre nós sem nós. Então a participação tem que ser intensa.

Eu digo isso para todos os setores da sociedade. Se estivéssemos debatendo, por exemplo, agricultura familiar, seria também nada sobre nós sem nós, os agricultores familiares deveriam participar do processo. Empresários, a mesma coisa; professores, a educação... Nada como ter o envolvimento da sociedade para achar os caminhos mais adequados para que as políticas públicas aconteçam de maneira mais efetiva. Então, hoje estamos aqui discutindo como é que isso pode acontecer.

Pergunto aqui para a Secretaria da Comissão se está tudo em ordem. Tudo bem? (*Pausa.*)

Desculpe-me de novo, Profa. Suely, que eu sei que inclusive tem uma agenda...

A SRA. SUELY MELO DE CASTRO MENEZES (*Por videoconferência.*) – Fique tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Permite-me chamá-la de você?

A SRA. SUELY MELO DE CASTRO MENEZES (*Por videoconferência.*) – Sim, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Você tem uma agenda grande, mas me desculpe, foi uma intercorrência. Obrigado.

Com a palavra, então, Profa. Suely.

A SRA. SUELY MELO DE CASTRO MENEZES (*Por videoconferência.*) – Já temos intérprete?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Sim. Nós tínhamos antes, mas havia um problema também com o trabalho. Agora parece que está tudo em ordem.

A SRA. SUELY MELO DE CASTRO MENEZES (*Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Vou recomeçar para ter uma fala na íntegra.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Pode recomeçar, Profa. Suely. Com a palavra.

A SRA. SUELY MELO DE CASTRO MENEZES (Para expor. *Por videoconferência*.) – O.k. Muito obrigada.

Um bom dia a todos. Sou a Profa. Suely Menezes, Conselheira do Conselho Nacional de Educação, Vice-Presidente da Câmara de Educação Básica, no exercício da Presidência no momento.

É com muita atenção, com muito carinho que eu acolho esse convite para esta audiência pública tratando deste tema tão importante: diretrizes de atendimento para a educação bilíngue de surdos, principalmente discutindo a organização e a oferta, de acordo com a nova lei, a Lei 14.191, de 2021.

Minha saudação especial ao nosso Senador Flávio Arns, que coordena essa Comissão da Mara, Nilda, Zenaide, Romário, uma Comissão que exercita permanentemente soluções para a inclusão das pessoas com deficiência na educação brasileira.

Quero reforçar que nós, do Conselho Nacional, compartilhamos das preocupações da Comissão expostas no plano de trabalho, principalmente no que tange à valorização da pessoa surda, à regulamentação dos direitos – não só a lei, mas a forma como essa lei tem que se exercitar no chão da escola –, e aos programas de acessibilidade.

Neste momento, eu quero saudar os outros participantes desta mesa de debate, em nome do Rodrigo Rosso, nosso Diretor da Dipebs da Semesp/MEC, que é parceiro de trabalho na construção dessas diretrizes nessa segunda fase.

O Conselho Nacional, no cumprimento das suas atribuições, das quais, entre outras, nós destacamos a elaboração de diretrizes tanto curriculares quanto operacionais – no caso da educação bilíngue de surdos, são tanto curriculares quanto operacionais – que orientam a aplicação das leis e a outorga dos direitos dos estudantes brasileiros, desenvolvendo discussões. No momento, nossa atenção hoje é para as discussões sobre a diretriz da educação bilíngue de surdos.

Esse trabalho no Conselho Nacional se iniciou em 2018, com a composição de uma comissão bicameral. O que é a composição bicameral? Reuniu tanto profissionais, conselheiros da educação básica quanto do ensino superior, considerando que esse é um tema que perpassa todos os níveis e etapas da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação brasileira. E essa comissão foi criada especialmente para discutir as diretrizes nacionais da educação bilíngue de surdos em português, em libras e português escrito. Essa comissão, na época, era presidida pelo ex-Conselheiro Ivan Siqueira. Eu sou a Relatora ainda hoje. E os membros são o Conselheiro Fernando Capovilla, Amábile Pacios, Tiago Tondinelli – perdemos também a participação do Conselheiro Joaquim José Soares Neto.

Esse trabalho foi um trabalho desenvolvido ainda na perspectiva da educação bilíngue de surdos como parte do público atendido na modalidade de educação especial. Em ampla articulação entre o sistema educacional e a sociedade nacional e considerando que era um estudo muito inédito e de grande expectativa das comunidades surdas, para a construção dessas diretrizes, nós da comissão organizamos um GT, um grupo de trabalho composto por especialistas.

É preciso ver que, por exemplo, o Conselho Nacional não tem assessores diretos em cada assunto. Então, ele tem que contar com o apoio da sociedade para poder discutir com especialistas as questões. E aí foram alinhados, na época, mais de 30 especialistas, somando a turma da Semesp, da Dipebs, do Ines, da Feneis, especialistas surdos e ouvintes especialistas também das universidades tanto federais e estaduais quanto privadas, na verdade, priorizando aquelas pessoas que estavam atuando em pesquisa, em ensino ou em gestão. Mais de 30 profissionais: era a maior comissão de educação especial dentro do Conselho Nacional. As outras tinham 12, 15 membros. A educação bilíngue de surdos chegou a mais de 30 participantes.

No período de 2018 a 2020, essa comissão desenvolveu um documento preliminar que estava praticamente pronto, com subsídios para essas diretrizes orientadoras e norteadoras para a estruturação da oferta da educação bilíngue de surdos, ainda como parte da educação especial.

A comissão já estava com o documento preliminar em fase de conclusão e suspendeu os trabalhos, considerando dois fatores externos. Primeiro, a pandemia, que terminou, vamos dizer assim, criando muitas demandas para o conselho e para a educação brasileira, distraiu dessa questão; e principalmente a judicialização da Política Nacional de Educação Especial, que terminou impedindo que nós trabalhássemos qualquer diretriz, não apenas essa.

Esses movimentos afetaram diretamente a dinâmica dos trabalhos do conselho que desenvolviam na proposta, neste caso, de implementação de normas articuladas e coerentes, como o protagonismo dos surdos, suas línguas e cultura.

O grupo de trabalho, quer dizer, o GP de especialistas e a comissão, acompanhamos todos, com interesse, a promulgação da Lei 14.191, em agosto de 2021, que alterou a dinâmica e o lugar de atendimento educacional do aluno surdo, introduzindo na LDB a educação bilíngue de surdos como modalidade de ensino, como modalidade de educação bilíngue de surdos. Lembrando que, na legislação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileira, nós já tínhamos sete modalidades. Então, essa modalidade se tornou a oitava modalidade de ensino para a educação brasileira.

A partir desse novo *status* para o atendimento dos estudantes surdos, surdos-cegos, com deficiência auditiva e sinalizantes, além daqueles que apresentam outras deficiências ou altas habilidades, o Conselho Nacional e o MEC estão organizando os trabalhos do GP e da comissão, partindo daquele documento elaborado anteriormente, que já assegurava muitos direitos da educação bilíngue de surdos. Iniciamos então um outro amplo trabalho de releitura desses direitos a serem assegurados pelas diretrizes que agora serão desenhados a partir da política de atendimento como modalidade de ensino, realçando principalmente o modo diferenciado de estruturas, de ações pedagógicas, que valoriza a comunicação em libras de português escrito.

Assim, com o apoio e, eu diria, a articulação orgânica entre MEC, CNE e sociedade civil, considerando o tempo que usamos para reorganizar a Semesp após pandemia, as alterações na política de gestão – saindo a Profa. Crisiane, que fez um excelente trabalho anterior e entrando o Prof. Rosso –, começamos então a discutir as alterações nessa política. O GP de coordenação está articulado pelo conselho com engajamento importante da nova Secretária Karine e do Diretor Rodrigo Rosso, que está presente hoje na nossa audiência, retomando os trabalhos de elaboração dessas diretrizes com o propósito de assegurar os direitos outorgados agora às comunidades surdas pela nova lei.

A política educacional e linguística estabelecida para a construção dessas diretrizes em libras e português leva em consideração os marcos legais que refletem um longo e brilhante percurso histórico-evolutivo apoiado por documentos jurídicos e normativos gerais da educação brasileira, com orientações específicas, algumas delas para a educação dos surdos. Assim, as diretrizes nacionais de educação bilíngue de estudo em construção estão respaldadas por dispositivos que garantem os direitos por ordenamento jurídico já consagrados como: Constituição; Declaração Universal de Direitos Humanos; Declaração Mundial sobre Educação para Todos; Estatuto da Criança e do Adolescente; Declaração de Salamanca; LDB; Lei de Libras; Decreto 5.626, de 2005; Decreto 7.611; Lei Brasileira de Inclusão, 13.146; a nova Lei 14.191, e outras.

Estamos felizes por participar, enquanto CNE, desta audiência que nos integra ao grupo maior de pessoas e entidades que apoia a educação bilíngue de surdos, entidades que esperamos possam se engajar, a partir de agora, ao trabalho de construção dessas diretrizes.

Para a construção das diretrizes, o CNE vem dialogando com dirigentes, professores, pesquisadores, surdos ou não, que apontam – são eles que apontam; não dá para fazer nada sem eles – as especificidades e as necessidades dos coletivos surdos dos brasileiros, que precisam estar ancorados, claro – aí é o papel do conselho –, nas políticas linguísticas e culturais próprias da educação de surdos, articuladas com os princípios da educação geral e as leis e normas gerais da educação brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa nossa comissão é subsidiada pelo GP de especialistas e parte da necessidade de reposicionar a pessoa surda para além do público da educação específica, propondo normativas mais eficientes, inclusivas e democráticas.

O intuito da nossa comissão e do GP é a construção de diretrizes que representem um documento plural, contemporâneo, fruto de esforço participativo, garantidor desses direitos das pessoas surdas. A proposta pactuada é a construção de um texto que valorize o arcabouço legal do país, garantindo equidade, valorização da pessoa surda e o direito linguístico dos estudantes surdos de aprendizagem ao longo da vida.

Finalizando, considerando os muitos fatores que prejudicaram o fluxo natural de elaboração dessas diretrizes, pretendemos, no CNE, concluir os acordos e a escrita do documento no primeiro trimestre de 2023. O segundo trimestre fica reservado para consultas públicas e audiências públicas em cima do documento produzido por todos. E, no segundo semestre de 2023, nós já queremos aprovar e compartilhar com os sistemas educacionais do país a implementação dessas diretrizes.

Então, para que possamos desenvolver junto com os sistemas políticas de reestruturação das práticas pedagógicas, revisando os mecanismos administrativos, mecanismos informacionais, comunicacionais, arquitetônicos, transporte, mobilidade, enfim, todas as políticas que fazem parte de uma diretriz e que são garantidoras da melhoria da qualidade de ensino dos estudantes surdos, surdos-cegos e os demais apoiados, a Câmara de Educação Básica e o Conselho Pleno do Conselho Nacional – porque essa não é uma diretriz da Câmara: ela é conduzida pela Câmara, mas ela é bicameral, ela é do pleno – acolherão, com alegria, parceiros que desejem participar dessa produção normativa, orientada pelos coletivos surdos e abraçada pelos conselheiros da educação do nosso Conselho Nacional.

Agradecemos, Senador Flávio, nosso grande inspirador na área legislativa, a oportunidade de participação nesta audiência. E vou pedir perdão pela necessidade de me ausentar mais tarde, porque a coordenação dos trabalhos da nossa câmara está comigo. Nós estamos sem nove conselheiros, que foram nomeados, mas não foram empossados. E, se nós não estivermos todos presentes, nós não teremos quórum para as deliberações da reunião desta semana. Por isso, peço perdão a todos e agradeço, com muito carinho, a atenção e a paciência de todos em me ouvir.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – A gente é que agradece a você, Suely Melo de Castro Menezes, pelo encaminhamento deste debate, em que a participação do Conselho Nacional de Educação é essencial. Inclusive, as audiências públicas e a consulta pública previstas para o ano que vem são muito importantes, para todas as pessoas que nos acompanham saberem que isso estará acontecendo. Muito obrigado. Transmita um grande abraço a todos os membros do Conselho Nacional de Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em seguida, vamos ouvir Patrícia Luiza Ferreira Rezende, que é Professora associada do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines).

Com a palavra, então, Patrícia. Também seja muito bem-vinda à audiência pública! (*Pausa.*)

Novamente, Patrícia, só lhe peço um minuto, para que o Senado Federal agora inverta o processo. Há um pouco de dificuldade tecnológica, mas vamos dar conta disso. (*Pausa.*)

Podemos... Pronto? O.k.!

Então, com a palavra Patrícia Luiza Ferreira Rezende, do Ines (Instituto Nacional de Educação de Surdos). (*Pausa.*)

A SRA. PATRÍCIA LUIZA FERREIRA REZENDE (*Por videoconferência. Tradução em Libras*.) – Estou aguardando colocarem na tela a minha tela.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Pode falar, que a gente está vendo você tranquilamente aqui, na Comissão. Nós a estamos ouvindo e vendo.

Pode traduzir, oralizar a fala da Patrícia. Estamos enxergando você aqui e ouvindo você. Qual o seu nome? Desculpe! (*Pausa.*)

Tiago? (*Pausa.*)

Hiago!

Hiago, está nos escutando?

O SR. HIAGO FERNANDO (*Por videoconferência*.) – Sim.

A Patrícia está solicitando que uma intérprete que a conhece melhor dê voz a ela.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – É a Andréa.

A Andréa está presente.

O.k., Andréa?

Então, Andréa... Só fale, Andréa, para vermos se o seu som está saindo aqui na Comissão. (*Pausa.*)

Estamos vendo você. Porém, não a estamos escutando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HIAGO FERNANDO (*Por videoconferência*.) – Estou aguardando minha tela.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – O som seu está fechado aí, talvez, Andréa. Dê uma olhada aí. (*Pausa.*)

Não estamos escutando você, Andréa. (*Pausa.*)

Continue falando. Ainda não... A imagem está boa. Porém, o som... Está se conectando ao áudio. O seu microfone... Está nos escutando, Andréa? Você nos escuta? Só faça um sinal positivo ou negativo. (*Pausa.*)

Andréa, fale de novo. Retire o fone de ouvido. Quero ver. Fale. (*Pausa.*)

Não. É algum problema no seu som aí, Andréa.

A SRA. ANDRÉA BEATRIZ (*Por videoconferência*.) – Bom dia. Estão me ouvindo agora?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Agora está perfeito! Está bom! Ótimo! Estamos vendo e escutando. É diferente de ouvir: escutar é prestar atenção junto. Então, nós estamos escutando, está bom?

Vamos em frente.

A SRA. PATRÍCIA LUIZA FERREIRA REZENDE (*Por videoconferência. Tradução em Libras*.) – A Patrícia está pedindo o material dela, o PowerPoint, a apresentação dela, que ela está aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Aqui a Secretaria nos informa que entraram em contato com a Patrícia anteriormente, que o sistema aqui não permite apresentação do PowerPoint porque isso impede a participação do interprete de libras.

Então, a gente pediria, se fosse possível, a gentileza da Patrícia, que havia sido orientada a não utilizar, mas depois nós poderemos deixar o material do PowerPoint à disposição de todas as pessoas, publicado na internet inclusive.

A SRA. PATRÍCIA LUIZA FERREIRA REZENDE (*Por videoconferência. Tradução em Libras*.) – É porque, na verdade, ela precisaria apresentar dados do Inep. Por isso que ela já havia mandado para a Secretaria a apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – É que quando você abre, pelo que estão me explicando, o PowerPoint, ele fica sozinho na tela, e isso impede, assim, outras imagens concomitantes, pelo menos por enquanto. Eu já orientei aqui a Comissão para a gente tentar achar caminhos que permitam que isso aconteça, para ocasiões futuras, mas para hoje infelizmente não vai ser possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA LUIZA FERREIRA REZENDE (*Por videoconferência. Tradução em Libras*.) – A Patrícia está colocando que ela aguarda a organização para que isso aconteça, porque ela necessita mostrar dados do Inep, e aí precisaria ter isso visualmente. Então, ela está pedindo para ir para o final e pedindo que a Flaviane a substitua.

A SRA. PRESIDENTE (Andréa Beatriz) – Quem a substitua? A Flaviane?

A SRA. PATRÍCIA LUIZA FERREIRA REZENDE (*Por videoconferência. Tradução em Libras*.) – Flaviane Reis.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Está bem. Eu peço desculpas pelo que está acontecendo, que eu também não entendo dessa parte técnica, mas, só repetindo, pela explicação que nos dão, aparecendo a tela, a imagem, tanto do intérprete como da oralização, para que as pessoas acompanhem, desapareceriam da tela. Então, nós vamos solicitar à Comissão. Eu peço desculpas à Patrícia por esse ocorrido, mas já solicitando à Comissão que, tecnicamente, se estude se há alguma alternativa para que... (*Pausa.*)

Vamos fazer o seguinte... É que a Patrícia também tinha um problema de horário, né? O pessoal aqui está vendo como fazer. Se vocês concordarem, eu passo a palavra para a Flaviane e, se no meio tempo acharem uma solução, eu volto para você, Patrícia. Poderia ser assim?

A SRA. PATRÍCIA LUIZA FERREIRA REZENDE (*Por videoconferência. Tradução em Libras*.) – Sim. Ela está agradecendo. Se for possível, que seja dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – O.k. Obrigado, viu, Patrícia? Desculpe também, de novo, pelo problema.

Então, eu passo a palavra, enquanto isso, à Flaviane Reis, que é Diretora de Políticas Educacionais e Linguísticas da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos.

Flaviane Reis com a palavra, então. É prazer tê-la. Muito obrigado pela presença também. Com a palavra.

A SRA. FLAVIANE REIS (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução em Libras*.) – Bom dia. Bom dia a todos.

Saúdo o Senador Flávio Arns, A Feneis sempre tem uma imensa gratidão pela aceitação do projeto de lei que fez com que a educação bilíngue de surdos passasse a constar na LDB. Eu sou sua fã, o senhor sabe disso, e eu agradeço o seu reconhecimento à Feneis. Como representante, o senhor sempre nos convidou para participar, e esse trabalho conjunto com a Feneis é de suma importância.

Eu também quero agradecer ao Diretor da Dipebs, Rodrigo Rosso, e também à Suely, que representa o CNE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste momento, eu vou explicar o que a Feneis trabalhou nesse processo, enquanto observadora da comunidade surda, em parceria com o MEC e com a Dipebs nessa articulação, porque a Feneis, representante da comunidade surda, é uma instituição de fora do Governo e que buscou, junto à comunidade surda, as questões relacionadas a políticas que se relacionavam à Dipebs.

Então, neste momento, a Feneis tem uma preocupação muito grande em relação às questões da proposta nesses quatro anos de governo, possibilitando à educação bilíngue de surdos uma melhoria e também articulações que pudessem, junto ao CNE... O CNE organizou as diretrizes, esse documento. E, dentro das diretrizes, nós temos a educação bilíngue, a sua organização, a oferta e o acompanhamento da Lei 14.191, que é de suma importância. Então, as diretrizes já estão prontas. E futuramente nós ofertaremos isso para a sociedade.

É necessário explicar qual o papel do MEC. O papel do MEC seria o de orientação aos estados e municípios com relação à educação bilíngue de surdos, porque eles precisam seguir o que o MEC aconselha. Mas é necessário que esse trabalho aconteça junto com a comunidade surda, com o que ela deseja para a educação de surdos. É preciso, junto com os estados e municípios, ofertar essa educação bilíngue de surdos.

E qual seria o papel das universidades em todo esse processo? É claro que a Feneis, junto com as universidades, já buscou sempre esse processo de ofertar a educação bilíngue de surdos em parceria com os conselhos nacionais, ofertando estágios na formação para a educação bilíngue de surdos, parceria no curso de pedagogia bilíngue, orientação de estágios de formandos bilíngues nas diferentes escolas bilíngues da rede de ensino. Esses estágios propiciariam que o estudante universitário pudesse verificar de fato o que acontece dentro da escola bilíngue de surdos, fomentando essa formação.

Então, a proposta de trabalho, o papel dos municípios... Existe uma preocupação muito grande de como funcionaria a estrutura dessas escolas nos Municípios. Então, o papel seria o de criar propostas nas secretarias de educação municipais e estaduais; criar centros, diretorias ou departamentos específicos para orientar a educação bilíngue de surdos. E os estados poderiam controlar, orientar essa educação aos municípios, facilitando assim a articulação mais específica desses centros educacionais bilíngues, interagindo e articulando em todo o Brasil, oferecendo essa proposta.

E qual seria o papel do CNE em todo esse processo? A Feneis tem trabalhado, articulando junto ao CNE, interagindo, mas no seu papel, seria de suma importância o CNE ouvir as propostas das diretrizes apresentadas pelas lideranças surdas, assegurando o texto já preparado pelo grupo de trabalho de convidados do CNE. Então, é necessário que o CNE ouça esse grupo de trabalho, essas lideranças, nós doutores surdos representantes da comunidade surda brasileira, porque já tem um amplo trabalho de dois anos dessas diretrizes que foram realizadas. Então, eu peço que o CNE acompanhe, ouça as lideranças surdas, nos ouça, porque nós doutores surdos já temos pesquisas científicas na educação superior que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

embasaram essas diretrizes. A diretriz tem 70 páginas. A Fineis já entregou isso ao CNE, já está pronto, isso já aconteceu. Nós aguardamos agora as próximas ações.

Então, eu estou aqui cobrando, mais uma vez, do Conselho Nacional de Educação que publique essas diretrizes. Nós, enquanto comunidade surda, nos preocupamos porque precisamos iniciar efetivamente o trabalho. E o CNE tem demorado em relação à essa apresentação. Nós da Feneis apresentamos já ao Senador Flávio Arns essas diretrizes, e a gente quer que elas sejam publicadas. Estamos aguardando.

Eu também, enquanto Feneis, peço à Dipebs que se pronuncie quanto ao Programa Nacional de Escolas Bilíngues de Surdos, que é o Pnebs, a política nacional de educação bilíngue de surdos. É de suma importância que se publique esse decreto, porque também está pronto esse documento. Foi feito na gestão passada da Dipebs, com a Diretora Crisiane, esse documento, essa política nacional de educação bilíngue de surdos. Então, novamente, eu faço a cobrança aqui, enquanto Feneis, no sentido de que se publique esse decreto da Pnebs.

Senador Flávio Arns, eu quero agradecer imensamente a educação bilíngue de surdos na LDB, que alavancou a educação de surdos, e as diretrizes publicadas irão modificar, transformar de fato essa educação com a questão dos materiais didáticos que orientarão toda a educação de surdos do Brasil, um trabalho feito junto com o Senado.

Eu quero agradecer a todos que estão aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Muito bem.

Agradeço a participação da Flaviane Reis, que é Diretora de Políticas Educacionais e Linguísticas da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos e dizer que estava me informando sobre o recebimento do documento, que parece que chegou também.

Eu peço só que a Feneis mande um ofício encaminhando o documento porque, com base nesse ofício e com base na audiência pública, nós remeteremos o material e acompanharemos, junto ao Conselho Nacional de Educação.

E quero dizer que as eventuais dificuldades que estão acontecendo, no transcorrer desta audiência pública, em termos de logística, de infraestrutura, eu até considero muito bom que aconteçam, porque isso vai permitir que o Senado Federal aprimore a infraestrutura, para que a população toda possa, na verdade, então, acompanhar de maneira adequada.

Eu vou passar, então, de novo à Dra. Patrícia. Desculpe-me, novamente, mas foi resolvido o problema. Patrícia Luiza Ferreira Rezende, Professora associada do Instituto Nacional de Educação dos Surdos (Ines).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, então, Profa. Patrícia.

A SRA. PATRÍCIA LUIZA FERREIRA REZENDE (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução em Libras*.) – Eu gostaria de agradecer por terem me convidado e agradecer por terem colocado a minha apresentação, porque eu preciso apresentar alguns dados aqui.

Primeiro, eu queria agradecer pelo convite, Senador Flávio Arns. É um tema de muita importância o que nós temos para discutir aqui: a organização da educação bilíngue para os surdos, que nós já temos discutido durante muitos anos.

Nós, surdos, sempre estivemos dentro do sistema educacional e nós precisamos, agora, ter nossos dados, colher os dados e apresentá-los, porque nós temos resolução do Inep... (*Pausa.*)

Desculpa, eu preferiria que a Andréa fizesse a minha voz. Eu não estou vendo a Andréa. (*Pausa.*)

Eu já tenho muita intimidade com ela. Eu já pratiquei muito com ela.

A Andréa vai interpretar. (*Pausa.*)

Eu peço imensamente desculpas, porque eu já havia combinado com a intérprete Andréa para fazer a minha voz. Ela já conhece todo o processo. Por isso é que eu estou pedindo essa mudança. Está bom? Muito obrigada.

Então, eu vou recomeçar. Eu gostaria, primeiramente, de agradecer ao Senador Flávio Arns, também, por esta audiência sobre educação bilíngue de surdos, diretrizes, oferta, de acordo com a Lei 14.191, que é um marco muito importante na LDB. A educação bilíngue de surdos enquanto modalidade significa que a educação de surdos não faz mais parte da educação especial. É como se houvesse um divórcio aí, como se tivesse acontecido um divórcio. E agora nós temos a educação especial e a educação bilíngue de surdos separadas. Então, é importante saber sobre essa separação e como vai se organizar daqui para frente.

Então, eu gostaria de falar sobre o meu lugar de fala, enquanto ativista, enquanto pesquisadora, enquanto uma pessoa surda, professora... Então, isso já está intrínseco em mim. Então, esse é o meu lugar de fala, da educação bilíngue de surdos. Então, todos nós precisamos respeitar isso – me respeitar.

Como esse desenvolvimento da educação de surdos vai acontecer?

A Flaviane está pedindo... "A Patrícia não está aparecendo. Só está aparecendo o PowerPoint". "Não está aparecendo a Patrícia sinalizando".

Então, acho que não vai conseguir colocar o PowerPoint, a apresentação junto comigo, Patrícia... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Só um minuto, que nós estamos... (*Pausa.*)

A SRA. FRANCIS LOBO BOTELHO VILAS MONZO – Nós estávamos com um problema aqui agora, no YouTube, na apresentação do YouTube, mas agora nós já mudamos a forma de apresentação, e, aí, a Patrícia vai aparecer no YouTube. (*Pausa.*)

Eu vou explicar em português primeiro, depois em libras. Por questões técnicas, as pessoas não vão ver no YouTube a imagem da Patrícia, mas vão ouvir o áudio da Andréa, que está interpretando, e vão ver a intérprete de libras da TV Senado, que vai fazer a interpretação do que a Andréa está falando. Então, não vai ser a imagem direta da Patrícia, vai ser a interpretação – isso por conta de problemas técnicos para exibir a imagem da apresentação. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Nós temos a manifestação da Profa. Patrícia, dizendo que não concorda com esse tipo de encaminhamento. Eu acho que tem todo o direito de não concordar, só que a gente tem que pensar como ultrapassar esse problema, mas parece que hoje não vai ser possível ainda. (*Pausa.*)

Se a Patrícia, de novo, concordar – eu peço a compreensão também –, para o pessoal ficar discutindo um pouco mais aqui o que fazer e se há alguma coisa que possa ser feita, se você concordar, e pedindo desculpas, eu passaria a palavra para outras pessoas que participariam, Dra. Marisa, Marlon, o estudante, e também o Rodrigo.

Pode ser assim, Patrícia? Não sei nem o que dizer. Tudo isso a gente poderia ter visto antes da audiência pública. (*Pausa.*)

A SRA. PATRÍCIA LUIZA FERREIRA REZENDE (*Por videoconferência. Tradução em Libras.*) – Precisaria mostrar os dados do Inep e comprovar isso. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Se concordar com o modelo, pode mostrar os dados, só que a única coisa é que você não aparece.

Os dados aparecem, e a pessoa que está traduzindo a apresentação da Dra. Patrícia nós estaremos ouvindo também. Nós estaremos vendo os dados todos, só que não estaremos vendo a imagem da Profa. Patrícia. Eu acho que... Quer dizer, os dados aparecerão, estarão disponíveis para todos que acompanham a audiência pública. O que você acha, Profa. Patrícia? Os dados aparecem, a tradução em libras aparece também, a voz para os ouvintes aparece também; só não aparece a sua imagem, Profa. Patrícia. O resto está tudo normal. Pode ser assim? Quer dizer, nós estaremos vendo os dados, o PowerPoint, quer dizer, as imagens que você preparou, que são importantes, aparecerá a tradução em libras e nós escutaremos tudo que você está falando. Só o único problema é que a sua imagem não aparece ao mesmo tempo. Eu acho que não há prejuízo assim, não é? O que você acha?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA LUIZA FERREIRA REZENDE (*Por videoconferência. Tradução em Libras*.) – Sim. O.k. Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Pode ser? Eu não sei...

Pode ser...

A SRA. PATRÍCIA LUIZA FERREIRA REZENDE (*Por videoconferência. Tradução em Libras*.) – Na verdade, a comunidade surda deseja me ver, enquanto pessoa surda, sinalizando. Por isso que a pessoa, o intérprete ali falando não é a mesma coisa que eu estar falando.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Ela não concorda, então? Só para saber...

A Profa. Patrícia concorda?

A SRA. PATRÍCIA LUIZA FERREIRA REZENDE (*Por videoconferência. Tradução em Libras*.) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – O.k.?

A SRA. PATRÍCIA LUIZA FERREIRA REZENDE (*Por videoconferência. Tradução em Libras*.) – Tudo bem. Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Aí a gente recomeça o tempo também para não haver prejuízo na apresentação, o.k.?

Muito bem. Então, com a palavra a Profa. Patrícia Luiza Ferreira Rezende, que não aparecerá no vídeo.

Há o argumento importante, eu acho, de que a comunidade surda gostaria de vê-la apresentando os dados. Isso é importante, só que há um problema técnico aqui em que a gente vai ver a intérprete de libras, vamos escutar a interpretação para a parte oral...

Ah, está resolvido. Agora estamos vendo a Profa. Patrícia também. Que bom! Pelo menos chegamos a uma conclusão positiva.

Estamos vendo você, Profa. Patrícia, também. E, além de vê-la, estamos vendo também a projeção. Está bom? Então, acho que agora está tudo em ordem. Está bem?

Então, com a palavra a Profa. Patrícia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA LUIZA FERREIRA REZENDE (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução em Libras*.) – Bom dia! Agradeço novamente ao Flávio Arns pela paciência na organização desta apresentação, junto da minha imagem.

Então, retomando a minha fala, nesse momento, é de suma importância nós começarmos a organizar a estrutura da educação bilíngue de surdos, porque nós surdos brasileiros já tivemos muito prejuízo em relação à nossa educação. Os dados do Inep mostram isso. Por isso que eu fiz tanta valia nessa questão de trazer esses dados.

Então, enquanto surda, ativista, professora, pesquisadora, vou trazer, para esclarecer, mostrar essa luta, as ações que são necessárias para o futuro das crianças surdas. Eu já fui também uma criança surda. Vivenciei os vários aspectos dessa educação. Por isso eu gostaria de mostrar também a minha pesquisa de pós-doc e esse levantamento que eu fiz junto ao Inep.

Próximo eslaide, por favor.

O próximo, por favor.

A educação bilíngue de surdos está engatinhando no Brasil. Nós tivemos momentos, períodos devastadores de oralismo, o epistemicídio surdo, o audismo epistêmico. Então, ao longo de mais de um século de políticas educacionais, embora muitas vezes nós, com boas intenções, ainda não tenhamos adquirido ainda essa questão linguística, a nossa língua, por isso a importância de toda essa política, é necessário que nós reflitamos sobre isso. A educação bilíngue de surdos precisa ser verificada novamente para que futuramente as falhas, que sempre acontecem, sejam mudadas para uma educação melhor.

Próximo eslaide, por favor.

Nós podemos ver através desse eslaide os dados levantados dos estudantes surdos. Esse gráfico... É muito sério o que é apresentado aí nesse eslaide. Nós temos aí a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, o ensino profissionalizante e a EJA (Educação de Jovens e Adultos). Podemos ter atenção em relação à EJA. E o que esse gráfico mostra? O mais grave, em relação à cor azul, é a educação infantil, que está lá embaixo; o ensino fundamental, a educação fundamental está alta; a educação infantil, a gente pode ver, embaixo; o ensino fundamental mais lá acima; o ensino médio também embaixo.

Isso significa que 80% dos surdos do ensino fundamental não conseguem fazer o ensino médio, não conseguem concluir; 80% não conseguem fazer o ensino fundamental. Como assim? Como isso pode acontecer? Na educação infantil, ali nesse tópico, muito lá embaixo, eles não adquirem a língua de sinais – sete, oito, nove anos, eles não adquiriram a língua de sinais e não conseguem escrever o português também. Então, sem a base linguística, isso não acontece, mas, se eles tiverem uma base linguística desenvolvida, eles vão alcançar. Então, como isso pode acontecer? Então, isso é muito grave!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O mais grave é a questão da EJA, que é na cor roxa – desculpa, na cor verde. A gente pode verificar que a média dos estudantes surdos da EJA é de 18 anos. Então, como isso pode acontecer? Vou mostrar nos próximos eslaides.

Por favor, o próximo.

Então, verifiquem a idade de quando começa a educação infantil: a idade de quatro anos; a EJA começa aos 18 anos – podemos verificar isso nessa tabela –; o ensino fundamental começa aos 12 anos de idade – o certo é começar aos sete anos de idade, seis anos, na verdade, mas eles começam com 12 anos de idade, tardiamente –; o ensino médio, 19 anos de idade; o ensino superior, 31 anos de idade. Vejam como cada um vai desencadeando uma idade tardia, não respeita as etapas, sempre de forma tardia? A EJA dos estudantes surdos começa aos 18. E os estudantes ouvintes começam com que idade? Eles começam com 30 anos a EJA.

O próximo eslaide, por favor.

Comparem a EJA de surdos e a EJA de ouvintes. Verifiquem que os surdos, os estudantes surdos da EJA, são 40% e os estudantes ouvintes, na EJA, começam com mais de 30 anos, a partir de 30 anos, e são 6%.

Então, a EJA de surdos é de 40%. Vamos comparar isso. Os ouvintes, às vezes, param porque são pessoas de baixa renda, precisam trabalhar e cuidar da família. E os surdos começam a EJA com 18 anos porque não têm base linguística, pela questão da base linguística. Eles abandonam os estudos na idade certa, na educação, no ensino fundamental. E aí, com 18 anos, quando já podem se deslocar sozinhos e são mais autônomos, procuram a Educação de Jovens e Adultos.

São 40%; os ouvintes, 6%. Que diferença é essa? Os estudantes surdos iniciam com 18 anos, não é? Iniciam na EJA. Que política educacional... A política educacional inclusiva de 2008 até hoje... Doze anos se passaram! O que isso desencadeou? Que políticas foram feitas em 2008, para hoje nós termos 40% na EJA de estudantes surdos? Isso é muito sério!

A cor vermelha aí está demonstrando... A cor roxa é a dos ouvintes. Então, está mostrando essa disparidade. Há uma diferença muito grande entre a educação de surdos e a de ouvintes.

Passe o próximo eslaide, por favor. (*Pausa.*)

O próximo, por favor!

Então, essa tabela, esse gráfico mostra os recursos que são ofertados para a educação bilíngue de surdos. Nós temos... São seis, não é? Mostra o que é a leitura labial. Outro recurso é para transcrição, libras, materiais em português como segunda língua, provas e materiais. Nenhum recurso... E há os videolibras, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, no vermelho, vocês verificam que são os recursos em libras. Isso significa que há a presença do intérprete de libras aí nesse caso. Agora, no verde não tem nenhum recurso, está praticamente idêntico. A gente pode verificar que eles estão no mesmo linear. Em vermelho, há libras. Em laranja, que são os de videoprovas e videolibras, os recursos para videolibras, a gente verifica que está lá embaixo. Então, o vermelho, que está lá em cima, são os recursos em libras, e os de videolibras estão lá embaixo. Uai! Por que há essa disparidade? Bem, quem utiliza recurso em libras utiliza videolibras. É necessário que seja utilizado este tipo de recurso: prova em libras, videolibras. Por que ele está lá embaixo? Por que essa distância grande entre o vermelho e a cor de abóbora?

Então, isso diagnostica que muitos intérpretes não fazem os exercícios, as atividades, as provas em videolibras. Eles só são utilizados nas salas de aula. Então, isso é muito estranho.

Então, no próximo eslaide, vai mostrar essa formação.

Por favor, o próximo eslaide. O próximo, por favor. Aí.

Verifiquem a formação do tradutor e intérprete de libras.

Por exemplo, nós temos 7,5 mil intérpretes, tradutores e intérpretes de libras, mas só 49 têm formação em Letras-Libras, bacharelado. Uai, como 7,5 mil, e apenas 49 têm formação? O azul está alto lá, mas o vermelho está lá embaixo. Só 1%, menos de 1% têm formação específica na área. Então, isso é muito preocupante.

No Brasil, nós temos intérpretes, tradutores e intérpretes apenas na educação básica. Então, qualquer profissional tradutor e intérprete está executando essa função. Como isso acontece no Brasil todo?

Para nós, surdos, é muito melhor nós termos o professor que trabalhe o ensino, a instrução diretamente na língua brasileira de sinais. O resultado aí está sendo mostrado, o resultado não é bom.

A EJA, muito alta; as várias falhas, as dificuldades – o Inep já mostra isso com esses dados levantados. Por isso é importante, é uma responsabilidade muito grande que a gente precisa realizar agora, daqui para a frente, com ações.

Então, as diretrizes, é necessário que elas aconteçam e, como a Feneis colocou, a Flaviane colocou, nós estamos aguardando essas diretrizes. O trabalho precisa acontecer daqui para a frente. Nós já mostramos, provamos, através desses dados, a educação difícil que aconteceu.

Por favor, próximo eslaide, para finalizar.

Então, eu acredito, sim, em dias melhores para a política pública em educação de surdos.

Muito obrigada. Qualquer dúvida, podem fazer perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tchau.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Eu agradeço novamente a você, Profa. Patrícia Luiza Ferreira Rezende, Professora Associada do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), parabenizo-a pela sua apresentação muito importante, necessária. Peço desculpas novamente pelos transtornos na apresentação, em termos de logística, de infraestrutura disponível para você, mas é importante, como eu disse, para que todos nós nos aprimoremos nesse sentido.

Então, agradeço muito.

Nós vamos ouvir agora um estudante da Escola Bilíngue de Taguatinga, Distrito Federal, e, na sequência, o Diretor de Políticas de Educação Bilíngue do MEC.

Por enquanto, o estudante, que é o Marlon Alves da Silva, como eu disse, da Escola Bilíngue de Taguatinga, Distrito Federal.

Está aí, Marlon? (*Pausa.*)

Com a palavra.

O SR. MARLON ALVES DA SILVA (*Por videoconferência*. *Tradução em Libras*.) – Olá, vocês estão me vendo? Estão vendo a minha sinalização?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Só um minutinho. Já vamos ver...

Estamos vendo e estamos ouvindo você também.

O SR. MARLON ALVES DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução em Libras*.) – O.k. Alguém vai fazer a minha voz? (*Pausa.*)

Eu quero... Agora vai ter um intérprete para mim? (*Pausa.*)

O.k., vai ser a Francis, não vai ser a Andréa. O.k., tudo bem. Eu só queria saber quem era o meu intérprete.

Estão conseguindo me ver?

Bom, agora eu vou começar de verdade então.

Bom dia, Senador Flávio Arns; bom dia, Senadores.

Eu gostaria de agradecer o convite para estar aqui nesta audiência participando para discutir sobre a nossa vida aqui, sobre a escola bilíngue. Eu já estou aqui na escola bilíngue... Eu era um aluno que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudava em uma escola inclusiva. Estudei ali vários anos junto com pessoas ouvintes, mas parecia que eu não tinha muito contato com surdos, tinha pouco desenvolvimento mesmo na minha educação. E eu mudei para cá, para a Escola Bilíngue de Taguatinga, no ano de 2014, e foi o momento em que mudou realmente a minha vida. Eu tive uma experiência totalmente diferente de educação, eu conseguia me comunicar com todos na escola, de maneira muito fácil, por meio da língua de sinais, e com isso eu fui me apropriando da minha identidade surda. Eu não precisava mais me comunicar por meio de português. Eu podia agora aqui ter libras como primeira língua e o português escrito. Então, isso foi maravilhoso para mim! Foi muito bom, foi uma coisa muito boa na minha vida.

Nós temos um grupo de surdos aqui, na escola bilíngue, e eu posso me comunicar com eles de forma muito simples, na minha língua. Não preciso ter nenhum estresse por conta disso. E aqui, na escola bilíngue, na educação bilíngue, tenho professores muito bons, e nós estamos aprendendo. Tem muitos professores aqui que continuam fazendo pesquisa, continuam estudando, continuam se aprofundando nos temas. E eu entendi aqui o quanto é importante a educação bilíngue. Então, eu queria falar isso aqui para vocês, na audiência pública.

A minha trajetória aqui, dentro da escola bilíngue, foi muito importante. Eu já tive que lutar muito pela minha educação enquanto eu estava em uma escola inclusiva, mas, quando eu mudei para cá, isso já mudou. Eu encontrei pessoas com uma identidade igual à minha, então isso foi muito importante. E também temos o apoio de intérpretes, temos vários movimentos também lutando pela educação bilíngue. E eu queria agradecer a todos, porque foram muito importantes – foram muito importantes.

Eu gostaria de agradecer a todos que têm lutado pela educação bilíngue. Eu fico muito feliz por essa audiência. E eu gostaria muito de agradecer ao Senador Flávio Arns pelo convite.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Muito bem, Marlon Alves da Silva, que é estudante da Escola Bilíngue de Taguatinga, Distrito Federal.

A gente fica muito feliz com o seu depoimento de realização, de independência, de bem-estar, porque é isto que a educação deve oferecer para as pessoas: um ambiente tranquilo, seguro, onde a pessoa se realize, onde as necessidades sejam atendidas. E você explicou muito bem que isso vem acontecendo na escola que você frequenta.

Mas eu quero dizer uma coisa a mais para você, Marlon: que você é uma pessoa maravilhosa, você transmite uma mensagem muito positiva pelo seu jeito de ser, pela sua expressão visual, pelos seus olhos, pela sua animação, e é disso que a gente precisa também. Você, sem dúvida, é uma grande liderança, uma pessoa que pode oferecer muito para a área. Continue estudando, trabalhando. Você, sem dúvida, é uma pessoa maravilhosa – pelo que falou, pelas palavras, pela libras, pela língua, mas principalmente pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

linguagem física, gestual, visual, que eu achei assim impressionante. E é disto que o Brasil precisa inclusive: de animação e de busca de caminhos para plena realização de todas as pessoas.

Parabéns, Marlon.

Muito bem, nós vamos para a última fala, a última exposição. E quero agradecer de novo a presença de todos e todas que participaram.

Agora, nós teremos a fala do Dr. Rodrigo Rosso Marques, que é Diretor de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação do Ministério da Educação.

Muito bem-vindo, Dr. Rodrigo. A palavra é sua.

O SR. RODRIGO ROSSO MARQUES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia! Bom dia a todos os presentes, especialmente ao Senador Flávio, o qual está presidindo esse momento de debate com toda a atenção a esse tema que se refere à educação bilíngue de surdos.

Eu compreendo perfeitamente, de forma muito sucinta, até porque os meus colegas que me antecederam expuseram de maneira muito clara, a necessidade.

Então, em resumo, a minha fala... Inclusive, com a fala inicial da nossa Presidente do CNE, que estava aqui, a Profa. Suely, eu entendi especificamente o quanto ela tem sido favorável e aliada às nossas causas. Também a nossa representante da comunidade surda brasileira Flaviane Reis, pela Feneis, expondo a necessidade das diretrizes. Compreendemos toda a argumentação da Profa. Dra. Patrícia Rezende, no sentido de o quanto é importante a gente compreender a necessidade das diretrizes e, na construção delas, a participação efetiva da comunidade surda e das universidades, da representação e do protagonismo do surdo no seu lugar de fala, nessas questões acadêmicas; e também quanto ao Ministério da Educação. A nossa Diretoria de Políticas Linguísticas, em relação a Dipebs, tem feito uma participação maciça com a representação da comunidade civil, da sociedade civil, no caso da comunidade surda.

O nosso documento das diretrizes todo detalhado, juntamente com a legislação que dá todo o suporte sobre direitos humanos; todos os marcos legais trazendo as nossas diretrizes, como a educação de qualidade, o direito à igualdade de todos, o direito linguístico, o direito de educação para todos, como essa base de apoio na legislação dos nossos marcos legais, reforçam o que se tem ensinado e o que se pretende ensinar na modalidade de educação bilíngue de surdos.

Hoje também compreendemos que no Brasil totalizam, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mais de 11 milhões de surdos, dentre eles os deficientes auditivos – todos estão incluídos nessa área.

Na área da educação, como a Profa. Patrícia Rezende expôs nos seus dados e tabulações estatísticas, especificamente hoje o que nós temos dentro da educação de surdos? A perspectiva da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

política inclusiva. Então, quando a gente tem esse número ínfimo de matrículas e inscritos e mais de 6.880 surdos que estão em escolas especializadas, apenas se comparado aos 69 mil dos que estão na escola inclusiva, em que a gente tem outro número de 17 mil surdos e 396 deficientes auditivos – deficientes auditivos sinalizantes, surdos, cegos, todos na educação inclusiva...

Dentro dessas escolas especializadas dos surdos, nós temos apenas 4.460 surdos, um pouco mais de 2 mil surdos deficientes auditivos e alguns surdos com múltiplas deficiências. Esse quantitativo faz com que a gente possa pensar que na educação... Hoje os dados simplesmente mostram como está a educação no Brasil quando a gente fala da educação bilíngue de surdos, o quanto a educação tem falhado e o quanto ela não tem conseguido funcionar para o nosso público que é a comunidade surda. Por isso, essa nossa grande necessidade de respeitar a nossa LDB em sua nova alteração de 2021, criando nova modalidade de educação. E essa nova modalidade permitirá à comunidade surda ser profissional e atuar com valor de forma equitativa na educação de surdos.

Dito isso, nós da Diretoria da Dipebs temos trabalhado com investimentos para a construção de escolas desde a data de sua fundação juntamente com as diretrizes para que isso seja aplicado dentro das escolas. Também através desses investimentos, criamos outros fomentos para que possamos, cada vez mais, estimular os alunos.

As escolas bilíngues hoje têm três principais pilares. Uma das principais bases, que já foi explicada pelos nossos colegas que nos antecederam, é libras como língua de instrução, isso é obrigatoriedade, e o português sendo ministrado como modalidade em segunda língua. Também o segundo ponto da nossa base da escola bilíngue é uma questão cultural já validada do surdo em nível nacional, e isso justifica-se e é justo. E também, por terceiro, a gente tem a participação efetiva de profissionais que conhecem os caminhos da educação bilíngue de surdo. Tendo esses três pilares, essas três bases alicerçadas às nossas diretrizes educacionais, a gente vai conseguir efetivar um trabalho de educação bilíngue de surdos no Brasil.

As escolas bilíngues seguem também a BNCC, a base nacional da educação – em momento algum, a gente lançou mão de outro fator para estar pensando nas nossas educações –, sempre pensando na língua de sinais como a língua de instrução para as nossas crianças surdas, e não só o uso da língua de sinais, mas o conhecimento de fato efetivo para uma formação de um cidadão crítico numa educação equânime e de qualidade, tal qual a do cidadão ouvinte.

Então, em síntese, nós entendemos que as diretrizes têm todos os argumentos da comunidade surda, da sociedade da educação, com o suporte legal de todos os marcos que foram trazidos, de todas as representações que estão sendo feitas como comunidade surda na nossa realidade. A gente espera que, nesta audiência pública, a gente consiga responder cada vez mais a esses anseios, para poder de fato efetivar as nossas diretrizes da educação bilíngue de surdos no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a oportunidade e encerro a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Muito bem. Agradeço, sobremaneira também, a participação do Dr. Rodrigo Rosso Marques.

Essa interlocução do Ministério da Educação com o Conselho Nacional de Educação e com a comunidade surda é muito importante. Eu até conversava aqui sobre a apresentação do Marlon, que é estudante da Escola Bilíngue de Taguatinga. As pessoas comentaram que o Marlon está feliz. Por que ele está feliz? Porque as suas necessidades estão sendo adequadamente atendidas no processo educacional, e isso vai abrir oportunidades pessoais na vida dele de independência, de alegria, de realização, para o mundo do trabalho. E é isto que a gente tem que buscar: o esforço coletivo do Executivo, sem dúvida alguma, do Conselho Nacional de Educação, dos Conselhos Estaduais de Educação. Foi mencionada a necessidade do sistema também, o Sistema Nacional de Educação, que é uma das prioridades. Inclusive, já foi aprovado o projeto de lei no Senado, foi remetido à Câmara dos Deputados, para que haja essa pactuação, essa negociação na Comissão tripartite, sobre o que é que significa diretrizes, oferta, concretização da educação bilíngue, numa mesa de negociações federal, estaduais e municipais, e lá na negociação bipartite, que é dos estados com os municípios. Então, no momento em que tivermos essa articulação de um sistema nacional de educação, haverá, naturalmente, a pactuação aqui em Brasília, mas com a participação de estados e municípios, porque é tripartite, e depois também levando essas possibilidades para o contexto estadual e municipal. Então, tudo é importante nesse sentido, não é?

Agora, o mais importante de tudo, sempre, é a frase "nada sobre nós sem nós", para que todas as pessoas com deficiência, na sua diversidade – porque são muitas áreas de deficiência e cada uma delas com peculiaridades, com necessidades bastante específicas –, sejam ouvidas, escutadas e participantes de toda política pública que seja direcionada para elas.

Então, eu quero novamente agradecer a participação de todos: Profa. Patrícia Luiza Ferreira Rezende, Professora associada do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), todas as apresentações muito boas; Marlon Alves da Silva, estudante de escola bilíngue de Taguatinga, Distrito Federal; Flaviane Reis, prazer revê-la também, tão participante e tão ativa em todos os debates da área, Diretora de Políticas Educacionais e Linguísticas da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos; Profa. Suely Melo de Castro Menezes, Vice-Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação...

Inclusive, Flaviane, como dissemos antes, aguardamos o envio de um documento da Feneis (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos) para remetermos as diretrizes e o que você ponderou para o Conselho Nacional de Educação.

E agradeço também a participação do Rodrigo Rosso Marques, Diretor de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação do Ministério da Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou, aqui ao meu lado, com a Francis, que é também uma servidora do Senado, fazendo a tradução da interpretação em libras, a Francis, que faz um belo trabalho aqui dentro do Senado...

E também estou, aqui à minha esquerda, com a Mariana Siqueira, que pertence também à Feneis, que é a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, aqui do Distrito Federal, regional, e ela pediu a palavra em nome da Feneis. Então, eu passo a palavra para a Mariana Siqueira.

Quando eu digo que passo a palavra, significa a palavra em libras ou a palavra na língua portuguesa, porque é o que nós estamos discutindo aqui.

Lembro ao público ouvinte que, na verdade, quando nós falamos educação bilíngue é porque a primeira língua é a libras e a segunda é a língua portuguesa.

Então, eu passo a palavra para a Flaviane, que vai falar. A Flaviane é que vai falar – então me desculpem aqui. A Flaviane Reis é Diretora de Política Educacionais e Linguísticas da Feneis.

Mas depois a Mariana também pode falar alguma coisa.

A SRA. FLAVIANE REIS (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução em Libras*.) – Senador Flávio Arns, novamente eu gostaria de falar que mais de 2 milhões de surdos sinalizantes no Brasil aguardam ansiosamente as diretrizes, e que nós, enquanto Feneis, iremos enviar o ofício para o senhor.

Eu também gostaria de agradecer ao Senador por assumir o compromisso pelo trabalho da educação bilíngue de surdos junto com a Feneis, junto com a comunidade surda, junto com a Dipebs, o Rodrigo Rosso, a Profa. Patrícia Rezende, todos nós nesse trabalho das diretrizes.

Eu lembro que, no ano passado, eu participei e verifiquei a aprovação da educação bilíngue enquanto modalidade, e nós fizemos um agradecimento para o senhor, mas o senhor não estava presente no momento da assinatura. Então, hoje nós queremos homenagear o senhor, entregando uma placa. A comunidade surda brasileira, que eu represento, saúda o senhor! O senhor merece muito esta homenagem, porque o senhor foi o responsável por um momento especial da comunidade surda.

Podemos verificar, através do estudante Marlon, o quanto as crianças surdas do Brasil todo podem se desenvolver – no Ines, nas outras escolas bilíngues. Então, é a melhoria, a educação, a qualidade da educação de surdos por meio da interação, comunicação, ensino e instrução da libras.

(Procede-se à entrega de homenagem ao Senador Flávio Arns.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – A Flaviane está pedindo para a gente mostrar a placa.

Então, eu agradeço, Flaviane, Feneis, Patrícia, todos as pessoas, e digo que, como Senado Federal, estamos juntos nessa caminhada a favor de políticas públicas que beneficiem a comunidade surda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando o projeto de lei foi aprovado, houve uma participação intensa de vocês, o que favoreceu a aprovação do projeto. Vocês foram maravilhosos, competentes, argumentaram muito bem. E é isto que deve acontecer com a sociedade, de uma maneira geral, quando desejamos a aprovação de uma determinada matéria: nos mobilizarmos. E essa mobilização aconteceu tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados.

Então, parabéns para vocês, continuem firmes, animados, unidos, competentes nessa caminhada.

Para nós foi uma honra, porque vocês são muito competentes; muitas pessoas muito qualificadas na Feneis e pelo Brasil todo, nas universidades e na comunidade de uma maneira geral: pessoas com mestrado, com doutorado, com pós-doutorado e que fazem o debate em qualquer situação.

O Conselho Nacional de Educação falou que tem que chamar os especialistas, e vocês são especialistas nessa área. Então, nada melhor do que os ouvir e respeitar e favorecer essa caminhada conjunta com a comunidade surda.

Estamos sempre à disposição, como Comissão de Assuntos Sociais aqui do Senado Federal também; Comissão de Educação, Cultura e Esporte; Comissão de Direitos Humanos, todas as Comissões, afinal, a necessidade da área perpassa um conjunto de Comissões necessárias.

É um direito humano a questão de educação, de cultura, de saúde, de direitos sociais, então, vamos juntos em frente.

Eu agradeço muito a homenagem pessoal, mas eu quero dividir essa homenagem com tanta gente aqui que ajudou a fazer esse processo. Então, a vocês da Comissão: estamos juntos aqui.

Eu acho que eu não vim no dia da sanção, talvez por causa de algum problema realmente de saúde na família, pelo que eu me desculpo também, mas acompanhei, muito de perto, toda a tramitação até a sanção, que foi uma festa muito bonita.

Agradeço. Deixo um abração para vocês também, está bom? Estamos juntos, sempre juntos.

Obrigado.

Eu quero novamente agradecer a participação e a fala de todos os expositores e expositoras, dizer que avançamos muito hoje em termos de tecnologia também, de alternativas para possibilitar uma interação adequada. O importante é avançarmos. Quero agradecer a vocês todos por tudo que aconteceu, fazendo um agradecimento especial à Comissão de Assuntos Sociais, a toda a infraestrutura nesse sentido, ao pessoal do gabinete e aos meios de comunicação do Senado, que, como eu mencionei no início, todos estão transmitindo esta audiência pública, que ficará disponível para a comunidade na sequência. Então, está todo mundo colaborando, todas as pessoas estão colaborando para que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resultados sejam efetivos a favor da implantação das diretrizes, de tudo que é necessário em termos da educação bilíngue da pessoa surda.

Antes de encerrarmos esta reunião...

O SR. AIRES PEREIRA DAS NEVES JUNIOR – Senador, o senhor me dá licença? Sou eu. Eu vou falar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Ah! O Aires.

Muito bem!

O Aires também pediu a palavra.

Eu concedo a palavra ao Aires, servidor do Senado e chefe de gabinete nosso.

O SR. AIRES PEREIRA DAS NEVES JUNIOR (Para expor.) – Isso.

Senador, eu sou chefe do seu gabinete com muito orgulho. Eu também sou uma pessoa com deficiência. Tive paralisia infantil e estou aqui trilhando o meu caminho ao seu lado, como estão os surdos, os cegos e tantos outros.

Essa placa é uma merecida homenagem ao senhor especialmente no dia de hoje, dia do seu aniversário.

O senhor poderia estar lá em Curitiba, no seio da sua família, mas o senhor está aqui com a sua família universal, com as pessoas com deficiência, cumprindo a sua missão.

Eu gostaria muito de lhe agradecer por sua dedicação e pela oportunidade que nós pessoas com deficiência temos tido de ter os nossos direitos conquistados e respeitados.

Agora a nossa amiga ali vai puxar o Parabéns pra você, em libras, para o Senador.

(*Procede-se à interpretação da música Parabéns pra você, em libras.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – A Mariana colocou sucesso, luta e que nossa caminhada seja sempre abençoada para todos nós do Brasil inteiro.

Obrigado, Flaviane, Mariana e todas as pessoas. Foi uma homenagem que eu, de fato, não estava esperando, mas foi linda, maravilhosa. Muito obrigado. Emocionou-me bastante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Está bom.

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Agradecendo novamente e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 09 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e hum minuto do dia vinte e três de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência com a presença dos Senadores Soraya Thronicke, Marcos do Val, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Eduardo Braga, Nelsinho Trad, Jean Paul Prates e Jayme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Mara Gabrilli, Nilda Gondim, Romário e Zenaide Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater o tema "Avaliação, diagnóstico e atendimento às pessoas com Espectro Autista". **Participantes:** Nídia Regina Limeira de Sá, Diretora de Educação Especial da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação do Ministério da Educação; Angelo Roberto Gonçalves, Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde; Lilian dos Anjos Lordelo, Representante do Centro de Orientação Médico-Psicopedagógico; Jéssica Borges, Diretora do Instituto Lagarta Vira Pupa; Renata Flores Tibyriçá, Defensora Pública do Estado de São Paulo; e Laryssa Smith, Coordenadora do Projeto Pró-Autismo Floripa da Associação de Pais e Amigos de Autistas – Ama Florianópolis. **Resultado:** Realizada. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior e da ata desta reunião, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e cinco minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/23

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende ao plano de trabalho da Subcomissão e tem como finalidade a realização de audiência pública destinada a debater o tema de avaliação, diagnóstico e atendimento às pessoas com espectro autista.

Quero só explicar, nesta primeira parte, que nós temos, no Senado, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que trata dos temas pertinentes à saúde, à previdência, a trabalho e à assistência social. E, dentro dessa Comissão, a CAS, são três Subcomissões, por enquanto – no ano que vem, podem ser acrescentadas outras, tiradas, modificadas. Uma delas é sobre o atendimento à política pública voltada para a pessoa idosa, coordenada pelo Senador Eduardo Gomes. A outra Subcomissão se relaciona a pessoas com doenças raras, presidida pela Senadora Mara Gabrilli. E a terceira Subcomissão é a relacionada à pessoa com deficiência, que eu tenho a honra de presidir e a Mara Gabrilli de vice-presidir. Eu vice-presido também a Subcomissão que trata de doenças raras. Então, nesse sentido, esta reunião é uma reunião da Subcomissão.

E quero, já de início, dizer para todos os expositores e expositoras que, como Subcomissão, como Comissão e como Senado Federal, estamos totalmente à disposição. Queremos colaborar, discutir e nos entrosar com os movimentos que trabalham com a pessoa com espectro autista, para nos articularmos, de todas as maneiras possíveis, para que essa área tenha também a política pública necessária, adequada, suficiente para o diagnóstico, como foi dito, a avaliação e o atendimento, porque eu sei que o desafio é muito grande no Brasil. Eu próprio tenho acompanhado muitas situações, e, de fato, precisamos reforçar todas as políticas públicas relacionadas a essa parcela da população. Então, é só para dizer que se sintam em casa, estejam tranquilos, seguros, tranquilas na apresentação, pois o Senado estará junto nessa caminhada. Isso eu posso assegurar, para que a gente, já de antemão, saiba o que pode acontecer. É muito importante que vocês, como pais, profissionais, pessoas com autismo, digam para os órgãos públicos, apresentem para os órgãos públicos os desafios que vocês enfrentam e para o Congresso Nacional também. Então, essa articulação com a sociedade é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo também que esta audiência pública tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado. E esses serviços poderão sempre estar também à disposição para debatermos isso na Rádio Senado, no *Jornal do Senado*, na TV Senado. Os órgãos de comunicação estão juntos hoje, mas à disposição na sequência, para fazermos todo o debate necessário. Então, contem com todos nós também nesse sentido.

E também, na audiência de hoje, teremos os serviços de interatividade com o cidadão: Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Nós daremos para os expositores – pois são alguns expositores, e sempre a gente tem que ter aquele aspecto de "quero mais", e "quero mais" significa a gente não se alongar demais no assunto e ser extremamente objetivo – dez minutos para cada convidado, para fazer a exposição inicial. Eu quero dizer que, quando estiver falando o expositor, quinze segundos antes do término dos dez minutos, haverá um anúncio de "quinze segundos"; depois, vocês terão mais dois minutos, se forem necessários, para concluir o pensamento e concluir a frase ou a ideia. É claro que a gente não vai cortar, mas são dez minutos com mais dois. A gente pede que o tempo seja observado, porque é um tempo suficiente. No final, nós voltaremos aos expositores e expositoras para cada um ou para cada uma ter mais cinco minutos para as considerações finais, para alguma pergunta, algum comentário que tenha sido feito. Então, são dez minutos mais dois.

Também será concedida a palavra no meio tempo, se for necessário, aos Srs. Senadores e Senadoras, dependendo da necessidade.

Participam desta reunião, por meio de videoconferência: a Sra. Renata Tibyriçá, representante da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – seja muito bem-vinda, Dra. Renata –; a Sra. Nídia Regina Limeira de Sá, Diretora de Educação Especial da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação do Ministério da Educação – também, da mesma forma, Profa. Nídia, bem-vinda –; o Sr. Angelo Roberto Gonçalves, Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde – todos são bem-vindos e bem-vindas –; a Sra. Juliana Larissa Machado, Gerente do Centro de Orientação Médico-Psicopedagógica; a Sra. Lilian dos Anjos Lordelo, representante do Centro de Orientação Médico-Psicopedagógica também; a Sra. Jéssica Borges, Diretora do Instituto Lagarta Vira Pupa; e a Sra. Laryssa Smith, Coordenadora do projeto Pró Autismo Floripa da Associação de Pais e Amigos de Autistas (AMA) Florianópolis. Então, nesse sentido, a gente dá as boas-vindas aos expositores e expositoras.

Se o Dr. Angelo e a Profa. Nídia concordarem – eu pergunto –, eu os deixaria para depois, por uma questão de poderem se posicionar, já que vocês – e me permitam chamá-los de vocês – representam os ministérios e, assim, teriam a oportunidade de escutar o que as pessoas ponderam para que, no final, tanto o Ministério da Educação quanto o Ministério da Saúde se posicionem. Estaria bem? O Dr. Angelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concordaria? A Profa. Nídia também? Está bem. Então, faremos assim: colocamos o Dr. Angelo e a Profa. Nídia como os dois últimos expositores, porque, assim, escutarão o que a Defensoria tem a dizer... O nosso objetivo é nos entrosarmos, nos articularmos e construirmos caminhos, porque os desafios são gigantescos, não é verdade?

Em primeiro lugar, eu passo a palavra para a Sra. Renata Tibyriçá, que é representante da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Com a palavra, Dra. Renata.

A SRA. RENATA FLORES TIBYRIÇÁ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Um bom dia a todos e todas.

Eu quero agradecer o convite do Senador Flávio Arns para participar desta audiência pública.

Quero começar fazendo, rapidamente, a minha descrição, caso a gente tenha pessoas cegas assistindo: eu sou uma mulher branca, de olhos e cabelos castanhos; eu estou vestindo uma blusa preta; e, atrás de mim, eu tenho uma estante de livros.

Como todo mundo sabe, neste ano, agora, no final do ano, em dezembro, a Lei 12.764, de 2012, conhecida também como Lei Berenice Piana, completa dez anos de vigência. E a gente percebe que, nesse tempo, a gente teve, sim, avanços. O autismo hoje é muito mais conhecido do que anteriormente. Então, a gente percebe que temos muito mais informações sobre o autismo circulando nas redes, em relação também à própria sociedade. Nós temos também profissionais mais capacitados. Hoje em dia, a gente tem vários cursos para que esses profissionais possam se capacitar. A gente também teve uma conquista importante no sentido de que as pessoas com autismo deixaram de ser consideradas apenas do ponto de vista da saúde mental, sendo consideradas como pessoas com um transtorno de desenvolvimento de origem genética que afeta várias áreas da vida delas. E, com isso, a gente precisa garantir a inclusão em todas essas áreas.

Infelizmente, a gente ainda não tem uma avaliação biopsicossocial no nosso país, a gente não tem instrumentos para realizar essa avaliação biopsicossocial. E isso prejudica, não só para as pessoas com o transtorno do espectro do autismo, mas também para as pessoas com deficiência, o acesso às políticas públicas, porque a gente precisa considerar quais são os impedimentos, quais são as barreiras, o quanto isso afeta a participação delas, para poder verificar o quanto isso vai impactar nessa participação, nessas dificuldades de inclusão da pessoa com autismo e das pessoas com deficiência na sociedade.

Apesar de tudo isso, a gente ainda tem enormes desafios. As políticas públicas não estão implementadas de forma efetiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos a garantia, na convenção, na Lei Brasileira de Inclusão ou na Lei nº 12.764, de 2012, do diagnóstico e da intervenção precoces, mas, infelizmente, isso ainda no Brasil não é uma realidade seja para o autismo, seja para as demais deficiências. E isso tem um impacto muito grande no sentido de que o acesso à intervenção acaba acontecendo de forma tardia. Esse reconhecimento das necessidades e das adaptações e mesmo de uma eliminação de barreiras acaba acontecendo de forma absolutamente tardia. Isso acaba por prejudicar, inclusive, a autonomia e a independência das pessoas com deficiência e também das pessoas com autismo para o futuro.

As famílias vêm à Defensoria e reclamam da falta de neuropediatras, da falta de psiquiatras e de avaliação neuropsicológica, que é uma avaliação muito bem considerada para o autismo, porque o autismo tem repercussões e precisaria ter uma avaliação neuropsicológica de forma mais aprofundada, até para poderem verificar as necessidades que essa pessoa vai ter. A gente praticamente não tem isso no SUS, a gente não tem isso no sistema de saúde, o que acaba prejudicando. E, quando a gente tem, a gente demora muito tempo para poder conseguir que isso, de fato, seja feito.

Aqui, em São Paulo, a gente tem, por exemplo, um centro de referência só, e esse centro de referência, para realizar uma avaliação, demora – às vezes, demora até ano para poder começar essa avaliação.

Isso acaba impactando o futuro dessa criança, que acaba não tendo acesso às políticas públicas de que necessita e ao atendimento adequado.

Além disso, o atendimento tem que ser multiprofissional, e isso é um desafio na nossa rede. O autismo, de acordo com a Lei nº 12.764, tem essa garantia do acesso à saúde, ao atendimento multiprofissional, só que o decreto que a regulamentou acabou estipulando duas redes de atendimento, e isso acaba prejudicando, porque uma rede acaba jogando para a outra o atendimento. Então, acaba não havendo atendimento em nenhum local. Quando há, esse atendimento é insuficiente.

As famílias relatam que o atendimento é feito em poucas horas, poucas vezes por semana. A gente não tem centros especializados de reabilitação instalados em vários espaços. Fora isso, a regulamentação do próprio centro especializado de reabilitação não prevê o autismo especificamente, exigindo que tenha duas deficiências associadas. Assim, fica muito difícil se ter um centro especializado de reabilitação que atenda especificamente o autismo e todas as suas necessidades. Quando acontece o atendimento no centro especializado de reabilitação, não é raro também a gente ouvir que a pessoa, depois de "x" sessões, teve alta, quando o autismo é uma condição permanente e necessita de um atendimento contínuo.

Em relação à escola, a gente tem a garantia, pela convenção e pela Lei Brasileira de Inclusão, de que não haja recusa de matrícula. A gente continua ouvindo essas dificuldades de acesso à educação, principalmente em escolas privadas. Nas escolas públicas, é mais difícil acontecer uma recusa, mas, nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolas privadas, não é raro a gente ouvir famílias relatando que passaram por sete escolas e que os filhos não conseguem ter um atendimento adequado nessas escolas.

E faltam também os apoios necessários, e os apoios abrangem a necessidade de a gente ter também um plano educacional individualizado (PEI), que nós não temos regulamentado por lei. O principal apoio, hoje, na educação é o atendimento educacional especializado a partir das salas de recursos multifuncionais, que acontece fora da sala de aula. E as famílias relatam que, dentro da sala de aula, essa criança fica jogada, fica sem atendimento adequado, não recebe absolutamente nada. E, aí, acaba que existe um desestímulo para a família e existe um desestímulo para a criança, fora quando ela não sobre *bullying* dentro da escola, que é algo que também é muito grave e que acaba, às vezes, acontecendo, por incompreensão, seja da própria comunidade escolar, seja dos próprios coleguinhas, das características de neurodiversidade das pessoas com autismo.

Não é raro também a gente ter uma judicialização intensa. Ao contrário, a gente tem uma judicialização que vem aumentando para solicitar profissional de apoio. Só que o profissional de apoio não é o único profissional que pode garantir esse atendimento adequado na escola. A gente precisa de uma escola que seja uma escola de qualidade. Quando a gente pensa em educação inclusiva, a gente tem que melhorar também a escola como um todo para todas as pessoas. Então, não adianta só a gente garantir, de repente, o atendimento ali para o aluno, mas a gente precisa garantir materiais adaptados; a gente precisa garantir esse respeito também dos outros alunos; a gente precisa garantir profissionais capacitados, mas não só capacitados em deficiência. O aluno não pode ser aquele aluno da inclusão, ele tem que ser o aluno da escola, e isso é uma dificuldade que a gente percebe que existe, porque existe ainda essa diferenciação que não deveria acontecer. Então, precisa haver um plano educacional individualizado para definir esses apoios que são necessários e que podem envolver um profissional de apoio, mas podem envolver outras tantas questões relacionadas à escola e que são importantes para as pessoas com autismo.

Em relação à assistência social – e eu estou falando só dos três direitos que eu acho mais básicos, os direitos sociais mais básicos: saúde, educação e assistência social –, a gente não tem centro de convivência, não tem Centro-dia. Recentemente, a gente entrou pela Defensoria com uma ação para Centro-dia, para poder garantir o atendimento das pessoas com autismo adultas – falta um olhar também para as pessoas com autismo adultas. E precisamos também de residências inclusivas para aqueles que perderem o respaldo da família, quando se tornarem adultos e continuarem independentes, porque tem muitas pessoas que foram vítimas de uma exclusão toda de um passado.

Só finalizando, faltam esses serviços, falta esse atendimento especializado na área de saúde, na área de educação, e a gente precisa implementar. E a judicialização pode ser uma parte importante, mas não é a solução para essas questões. A gente precisa trabalhar na implementação, de fato, das políticas públicas para todas as pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E são muito importantes audiências públicas como esta – e eu parabenizo o Senador pela realização desta audiência – para que a gente possa colocar luz em todas essas questões e contribuir para a mudança dessa realidade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço a você, Dra. Renata Tibyriçá, representante da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Eu só quero manifestar a minha opinião em relação à sua exposição, que eu considerei muito adequada, muito boa, um apanhado excelente dos desafios, dos problemas, das dificuldades e dos caminhos que têm que ser construídos. Foi uma análise que eu diria perfeita também de muitos pontos de vista. Eu até pediria, se a senhora tiver, que enviasse para a Comissão de Assuntos Sociais algum texto. E a gente pode transcrever o que você falou também. Eu, inclusive, peço para a Comissão providenciar a transcrição. Que se faça assim: a gente transcreve, manda para você, e você muda, altera e vê alguma coisa a mais no texto também.

Muito obrigado. Eu agradeço e desejo que a gente possa, no decorrer dos anos, também, no decorrer dos meses do ano que vem, manter contato permanente. Obrigado. E sucesso no trabalho em São Paulo. Continue firme aí, pois acreditamos muito na Defensoria Pública.

Passo em seguida a palavra à Sra. Juliana Larissa Machado, que é Gerente do Centro de Orientação Médico-Psicopedagógica.

Com a palavra, então, a Sra. Juliana. (*Pausa.*)

Está presente? Houve algum problema? Juliana Larissa Machado. (*Pausa.*)

Bom, a Sra. Lilian dos Anjos Lordelo está presente? (*Pausa.*)

Estão me escutando também na Comissão, CAS? (*Pausa.*)

A Profa. Ivanilde está aí na Casa. É só orientarem... (*Pausa.*)

Ah, estão me escutando. O Dr. Angelo está escutando.

Não está presente a Juliana, ou houve algum problema de conexão, talvez.

A Sra. Jéssica está presente? Jéssica Borges? (*Pausa.*)

A Diretora do Instituto Lagarta Vira Pupa está presente? Dra. Jéssica?

A SRA. LILIAN DOS ANJOS LORDELO (*Por videoconferência*.) – Lilian!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Lilian. Desculpe, sim. A Lilian é do Centro de Orientação... Lilian Lordelo, exatamente. Você trabalha junto... Então, eu passo a palavra a você, Lilian dos Anjos Lordelo, que é representante do Centro de Orientação Médico-Psicopedagógica.

Com a palavra, então, por dez minutos.

A SRA. LILIAN DOS ANJOS LORDELO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Tudo bem.

Muito obrigada.

Bom dia a todos.

Eu vou começar agradecendo a oportunidade de poder falar para vocês sobre o serviço.

Agradeço também à gerência de serviço, à Secretaria de Saúde do Distrito Federal, por ter a oportunidade de representá-la, porque falar do Compp, que hoje é um ambulatório de saúde mental infantil, também é falar da rede como um todo, pois essa é uma das nossas questões hoje em dia. Para o Compp trabalhar bem, atender bem crianças com questões de saúde mental infantil moderadas, a gente depende necessariamente que os nossos serviços parceiros funcionem bem também. Essa é uma das nossas questões em relação à questão da avaliação, do diagnóstico e dos primeiros tratamentos.

A gente entende hoje que o nosso principal parceiro, que é a atenção primária, tem precisado de investimentos de recursos maciços. Tem um instrumento muito bom em voga que é a Caderneta da Criança, pela qual a gente pode monitorar a questão do desenvolvimento infantil, se tem atraso ou não, e fazer as devidas orientações anteriormente a qualquer diagnóstico, a qualquer suspeita. A gente pode saber que tem alguma coisa já acontecendo com aquela criança, com aquela família, e oferecer o que a gente chama na literatura de tecnologias leves.

A realidade do nosso serviço é que muitos pais ainda precisam de ensinamento, por exemplo, de que precisam conversar com as crianças. Muitos pais ainda não sabem nem brincar, porque na verdade nem brincaram na infância. E são questões cotidianas, do dia a dia, que não são necessariamente um tratamento, que por si só já potencializam o desenvolvimento infantil. E é para a gente também poder valorizar nos pais, no discursos dos pais e dos demais serviços de saúde da atenção primária a importância dessa questão do cotidiano, porque, às vezes, a fixação, a ideia de um encaminhamento para um serviço especializado se sobrepõe a essa questão do dia da dia, dos direitos básicos que na verdade que não têm sido às vezes providos. Então, tem a questão dos atendimentos especializados que precisam ser fortalecidos e ao mesmo tempo também tem uma questão anterior a essa, que é a dos primeiros atendimentos a que as famílias e os usuários têm acesso.

A rede de atenção à saúde mental infantil aqui no DF também precisa de muita ampliação e de muita capacitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma das coisas que a gente pensa no serviço, com os servidores com que a gente conversa, é de que forma a gente pode também estabelecer algum tipo de política pública para estimular a formação de pessoas profissionais que tenham interesse na área, porque é um estudo muito árduo que depende também muito de experiência – depende da parte teórica, mas depende também da questão de ter profissionais de mais tempo atuando no serviço. E devemos fortalecer isso. Por exemplo, se tiver profissionais dentro da rede que seja da área da infância, que eles tenham uma priorização para que eles atuem na área da infância, porque é tão difícil formar esses profissionais, que eles sejam priorizados nessa área para tentarem suprir esse déficit. E que outra forma de política pública para manter isso também seja importante.

Nós também pensamos lá no serviço, no Compp, a importância de criar também um plano de cultura de não predomínio talvez desse discurso biomédico como orientador das políticas públicas, não trazendo uma proposta já bem definida e formada, mas uma ideia, uma necessidade de a gente pensar sobre isso juntos, porque a legislação que a gente vê hoje e que tem toda uma intenção de permitir mais acesso, e um acesso precoce, a gente tem percebido que na prática funciona como uma barreira para acesso. Preocupa-nos muito, por exemplo, o caso de autistas leves, porque eles tendem a não serem encaminhados como autistas, nem como suspeitos de autistas. Muitas vezes, são crianças com problemas de comportamento. Na melhor das hipóteses, talvez suspeitem de um TDAH ou de alguma outra coisa assim. São crianças que estão muito vulneráveis, muito suscetíveis a mais problemas, porque elas não vão ser necessariamente identificadas como autistas. Então, às vezes, preocupa-me quando se pensa no centro especializado, porque essa margem de população também sofre muito, pois elas têm os problemas, as dificuldades do autismo, mas são demandadas como pessoas neurotípicas e tendem a sofrimentos que são muito difíceis de identificar. Então, como é que a gente pode pensar que isso possa acontecer na nossa prática, na nossa legislação e tudo mais?

Muitos pais falam para a gente, por exemplo, também que os primeiros atendimentos na atenção primária são invalidadores das observações deles de que tem algo acontecendo com a criança. E a gente entende que tem uma repercussão dessa questão do discurso biomédico como um orientador da prática, porque, se você tem uma criança em uma família que está passando por uma dificuldade e você não consegue já de cara identificar um diagnóstico específico, você tende a dizer que não está acontecendo nada. Por que precisa de um diagnóstico para estar precisando de algo? Então, como a gente também pode fortalecer a ideia de que saúde tem mais do que a ver com isso, com a suspeita de que tem alguma coisa acontecendo no sentido biológico? Se tem uma família, uma mãe que não está conseguindo manejar a criança, é uma questão de saúde mental, de promoção de saúde, de prevenção.

Outra questão em que a gente também pensa, e é uma das propostas do serviço no momento, é investir mais em pesquisa, porque a gente tem impressões da nossa experiência clínica que a gente realmente precisa se responsabilizar por transformar em dados. A gente tem recebido já crianças com cerca de dez, nove e até doze anos de idade no serviço que tiveram acesso a diagnóstico e a tratamento e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que já trazem efeitos psíquicos sobre esse diagnóstico. Então, não basta só dar o diagnóstico e o acesso às estimulações, como a gente vem pensando, em desenvolvimento de fala, linguagem, habilidades. Para elas, ainda tem tido uma repercussão receber esse diagnóstico como um outro dado de sofrimento. Então, é um novo problema que começa a surgir. É diferente das pessoas lá da década de 80 e 90 que hoje são adultas, que não tiveram acesso a diagnóstico e que tiveram que crescer, viver e ser demandadas como neurotípicas sendo autistas; essas tendem a relatar que têm um alívio ao receber o diagnóstico, porque se compreendem melhor. E as crianças que a gente tem recebido – algumas, claro, não são todas – e que são verbais nos falam sobre o que é esta questão de ser subjetivada e crescer com esse critério de identidade de autista. Isso ainda não está também muito bom. É uma coisa nova que aparece e que a gente já tem... Ao mesmo tempo em que não conseguiu acabar de trocar a roda, já tem que pensar em como trocar por uma roda um pouquinho melhor do que a que a gente estava pensando.

Enfim, a maneira como a gente tem trabalhado também no serviço é mais do que biopsicossocial, porque, com o bio, o psicológico e o social, fala do método, fala de uma teoria que nos embasa na nossa prática, mas não fala ainda da pessoa. Ainda tem um foco centrado na pessoa que trabalha, e a gente entende que é muito importante que a gente comece a pensar em como fazer para focar nas pessoas, no sujeito, porque qualquer diagnóstico que a gente faça tem repercussão em como a pessoa se desenvolve, sendo autismo ou sendo qualquer outra condição.

Era isso que eu tinha para falar para vocês.

Obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço também a você, Lilian dos Anjos Lordelo, que é a representante do Centro de Orientação Médico-Psicopedagógica de Brasília.

Eu acho que são uma referência também o trabalho que você já tem, a experiência que vocês têm e os desafios que são enfrentados para outros locais, outros municípios, cidades que queiram também organizar os centros de orientação do ponto de vista médico, psicopedagógico, familiar e social. Uma experiência bem interessante. Essa aproximação dos centros é muito importante e necessária. Obrigado.

Ao final, eu lhe passo novamente a palavra também, Lilian. Qual é a sua formação, desculpe-me?

A SRA. LILIAN DOS ANJOS LORDELO (*Por videoconferência*.) – Acho que eu não me apresentei, eu sou psiquiatra.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Ah, psiquiatra.

A SRA. LILIAN DOS ANJOS LORDELO (*Por videoconferência*.) – Sou médica psiquiatra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Está bem, prazer.

A SRA. LILIAN DOS ANJOS LORDELO (*Por videoconferência*.) – É um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Muito importante.

Jéssica Borges, Diretora do Instituto Lagarta Vira Pupa.

Com a palavra, então, Jéssica.

A Jéssica está presente? Jéssica?

A SRA. JÉSSICA BORGES (*Por videoconferência*.) – Sim, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Está bem, muito bem.

Com a palavra, então.

A SRA. JÉSSICA BORGES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Obrigada pelo convite.

Vou me audiodescrever rapidinho: eu sou uma mulher parda, de descendência indígena; estou com um óculos de armação preta, uma camiseta preta; o meu cabelo é castanho escuro, liso; estou usando fones de ouvido de cor branca; e, atrás de mim, há uma parede verde.

Eu queria agradecer o convite e a abertura de estar aqui neste momento.

Eu sou educadora inclusiva, sou palestrante e ativista pelos direitos das pessoas com deficiência. Sou Diretora do Instituto Lagarta Vira Pupa e membra da Abraça (Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas). Eu sou uma mulher autista, diagnosticada tardiamente, mãe de um garotinho autista também.

É uma honra estar aqui hoje com vocês.

É fato afirmar os impactos desproporcionais que a atual gestão trouxe e tem gerado na vida das pessoas com deficiência, sobretudo das pessoas autistas, impactos esses que ampliaram ainda mais o nível de exclusão na educação e na saúde por diversas questões.

As escolas passaram a atender remotamente no período da pandemia sem que houvesse a possibilidade de um atendimento educacional especializado, que presencialmente fazem, quando bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendem, a adequação da rotina pedagógica às necessidades dos alunos autistas e com necessidades específicas.

Esses mecanismos de proteção como Ministério Público, Defensoria e conselhos tutelares funcionaram de maneira contingencial, justamente quando o isolamento e a segregação se ampliaram. O meu filho foi uma dessas vítimas de segregação.

E isso foi uma situação propícia para o aumento de violência da pessoa com deficiência, de pessoas autistas, que estão mais vulneráveis a esse tipo de situação dentro de casa. Eu acho que a gente precisa falar isso e sobre os impactos trazidos pela péssima gestão durante a pandemia em todos os setores.

Se a escola não oferece os apoios, se os Caps não atendem, se as unidades básicas de saúde se recusam a acolher e dão alta sem mais nem menos, se eu não consigo transitar pelas cidades, se o preconceito me atinge e atinge os nossos filhos e a gente não tem a quem recorrer, os nossos direitos continuarão sendo negados à custa de um alto impacto social e pessoal.

E percebam que isso não tem a ver com a gravidade do autismo, mas, sim, com como a sociedade se organiza para ser mais ou menos acessível com a gente.

Ser uma pessoa autista ou familiar de uma pessoa autista numa sociedade como a nossa implica viver sob uma ótica opressora, que estrutura nossa sociedade, que retira nossa dignidade inerente e retira também a nossa possibilidade de nos expressarmos como nós somos e de sermos levados em conta.

O autismo ainda tem a hegemonia do discurso médico normalizador, vindo de profissionais da área da saúde e de pais que são facilmente cooptados pelo modelo médico que busca a cura dos nossos corpos. Ainda são poucos os espaços onde é garantido o protagonismo das próprias pessoas autistas, para que falem da sua pauta, inclusive para falarem do que acham das intervenções propostas pelos tais especialistas, muitas vezes intervenções tidas como invasivas, segregadoras e violentas.

Se você for uma pessoa autista preta, periférica, indígena, LGBTQIAP+ ou cigano, porque essas pessoas existem, elas podem também não se ver tratadas nas campanhas feitas pela maioria das entidades, que teimam em associar o autismo a uma agenda essencialmente de classe média, tanto na estética quanto na pauta. Há a questão da cor azul para falar da suposta prevalência maior em meninos, o que tem sido desmentido pelas pesquisas e pelo ativismo consistente de mulheres autistas, e cá estou aqui falando com vocês, sobretudo os autistas pretos, indígenas, ciganos, periféricos, quilombolas, que penam para conseguir um diagnóstico e que seguem à margem do autista de classe média, dessa imagem do autista de classe média, sem acesso à saúde de qualidade, devido à indisponibilidade de serviço nas periferias e regiões mais vulneráveis.

O caso é que muitas pessoas autistas, sobretudo os autistas não brancos, acabam tendo outros diagnósticos, são encaminhados para instituições de longa permanência ou até para sistemas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

socioeducativos ou penitenciários, dada essa interface entre racismo e capacitismo, que foi o que ocorreu ao longo da vida com diversos colegas e comigo também, porque a gente foge da norma do modelo médico, que dita como um corpo autista deve ser. Isso me fez colecionar subdiagnósticos durante 28 anos da minha vida e também ser negligenciada pela falta de diagnóstico por todos esses anos.

Um debate como este de hoje é para fazer com que os governos, as pessoas com deficiência, no geral, as famílias e a sociedade como um todo discutam a situação das pessoas autistas no Brasil, bem como formas de promover políticas de inclusão social efetiva do nosso grupo, com base na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

A falta de protagonismo também é algo que é historicamente negado às pessoas autistas, sempre com familiares e médicos falando por nós, mas é preciso garantir a oportunidade de também compartilhar os espaços públicos e políticos e ter nossa voz considerada. E, por isso, eu estou honrada de estar aqui hoje. É preciso assegurar os apoios e adaptações para que isso aconteça em igualdade de condições, porque só assim nós podemos mostrar ao mundo o nosso potencial. Nós precisamos construir uma sociedade que enxergue as pessoas autistas em sua diversidade, em seus múltiplos contextos, essencialmente como seres humanos plenos, mas, para isso, a gente precisa garantir uma prática de luta anticapacitista.

É bom a gente aproveitar este espaço para falar também que a atual gestão segue em curso e foi uma gestão que possibilitou que mais pessoas autistas seguissem sem emprego, sem escolas, sem espaços de apoio, sem espaços de intervenção e reabilitação, principalmente nas famílias de pessoas autistas que enfrentam um grau maior de empobrecimento e vulnerabilidade social.

Agora falando de números, eu gostaria de trazer aqui rapidamente as últimas pesquisas do CDC, que é o centro de doenças e pesquisas dos Estados Unidos, que informaram que pessoas autistas de nível 1 de suporte, como eu, estamos nove vezes mais propensos à depressão. E isso se dá por falta de políticas públicas na área de saúde mental. Nós também estamos quatro vezes mais propensos a cometer suicídio.

No Brasil, nós temos um registro defasado feito pela Unicamp, que quantificou que só temos 2 mil autistas nas universidades, e isso quando a gente consegue finalizar o ensino fundamental e médio e chegar ao ambiente acadêmico de forma respeitosa, pois não é o que a gente tem vivenciado nos dias de hoje.

Além disso, nós somos 50 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. É um quarto da população brasileira que se declara com algum tipo de deficiência. E apenas 0,7% está empregada no mercado de trabalho formal. Para autistas, a gente não tem nem dados. E possivelmente a gente não vai ter tão cedo, porque o Censo não tem a abrangência que deveria ter para fazer um levantamento de fato de quantos nós somos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para a saúde, nós precisamos saber por que a ausência de terapias na assistência da saúde, tanto na rede pública quanto na rede particular, porque, mesmo com a decisão do STF, os convênios ainda não regularam a cobertura de terapias tão necessárias aos pacientes com algum tipo de deficiência.

E precisamos do mapeamento de pessoas autistas indígenas, quilombolas, pretos, LGBTQIAP+ e ciganos, que estão ficando sempre à margem no que diz respeito aos direitos da saúde básica e educação de qualidade.

Precisamos da ampliação de Caps e Capsi, de que a gente precisa nas regiões administrativas periféricas, com a mesma qualidade de atendimento que está no centro da cidade.

A gente precisa também de transparência da espera de altas e encaminhamentos, para saber a quantidade de pessoas autistas nas filas de atendimento de saúde mental infantil e juvenil, a quantidade de crianças e adolescentes que foram também desvinculados do atendimento, qual a motivação da quantidade de crianças que terão "alta" – entre aspas – nos próximos meses, com plano de atendimento para essas crianças e vinculação do serviço para garantir a continuidade do atendimento.

A gente também precisa analisar e construir espaços de acolhimento e assistência para autistas em situação de crise, lugares respeitosos e com atendimento adequado, não aos moldes manicomiais, que é o que a gente tem hoje.

Precisamos fortalecer também o programa de desenvolvimento precoce para pessoas autistas.

E precisamos de laudos. É importante analisar a resistência dos Capsi e dos Caps para emitir laudos, que são os documentos que permitem o acesso a direitos garantidos a pessoas diagnosticadas no espectro autista. A Lei 12.764, de 2012, cita esse direito previsto. E, falando em laudos, a gente precisa de um projeto que seja sancionado em caráter de urgência que acabe com a validade dos laudos, porque autismo é uma deficiência e deficiência permanente. Eu não vou me curar da minha deficiência. Então, a gente precisa disso para ontem.

Agora, partindo para o ponto educacional, ao final de 2020, a gente foi surpreendido com o Decreto 10.502, que tem como principal objetivo o interesse econômico e que não leva em consideração os direitos humanos, uma proposta completamente desfavorável à Constituição Federal, à Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, à Lei Brasileira de Inclusão. Esse decreto foi um flagrante retrocesso às conquistas obtidas em relação aos direitos humanos, especificamente educação inclusiva. Eu sei que, no atual cenário do nosso país, a escola regular não está completamente preparada para receber todos os alunos com deficiência, mas a escola especial não é e não pode ser a única solução.

E eu acho que essa discussão, sobretudo, é de política pública, destinação de recursos, modelo de sociedade e não de escolha individual das famílias, porque 84% dos estudantes brasileiros estão nas escolas públicas, cujas famílias, em sua maioria, são excluídas social e economicamente e não estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguindo nem tomar para si a possibilidade de alimentar os seus filhos. E há muitos outros aspectos que demandam discussão, mas não há como a gente criar um cenário inclusivo sem que esses pontos sejam debatidos.

E inclusão é uma ação. Eu quero reiterar aqui que inclusão não é fazer *hashtag* na rede social, videomanifesto em suposto apoio à inclusão, depois de ter apoiado um Governo que trabalhou incansavelmente na promoção da exclusão de todas as ordens contra as pessoas com deficiência e achar que isso vai salvar a educação do país. A inclusão é, sobretudo, política. E defendê-la verdadeiramente, sem *performance* para ficar bonito na internet, é um ato de resistência e valor que poucos estão dispostos a fazer.

E eu falo de deficiência, porque autismo é uma deficiência, ainda que alguns insistam em colocar essa condição como algo à parte.

Dito tudo isso, só para finalizar, eu reafirmo que meu apoio e luta enquanto educadora inclusiva, mulher autista e mãe de autista é pela inclusão de fato. Inclusão não é caridade, inclusão não é favor, inclusão não é negociável, inclusão é um direito. E a gente precisa reivindicá-la, como a gente tem feito, e apontar a necessidade de um caminho de reparação diante de uma história de cerceamento e de violência em relação às pessoas autistas. Então, inclusão é principalmente sobre a responsabilidade daqueles que acham que esse tema não lhes diz respeito, porque estão tão bem estabelecidos no alto dos seus privilégios que seguem reproduzindo barreiras que nos impedem de viver na sociedade, de viver com dignidade e de viver em comunidade.

Eu tenho outros documentos para compartilhar posteriormente, mas agradeço.

E é isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço também a você, Jéssica Borges, que é Diretora do Instituto Lagarta Vira Pupa.

Eu peço que o documento possa ser compartilhado, depois enviado à Comissão de Assuntos Sociais, porque todo o material ficará disponível no *site* da CAS (Comissão de Assuntos Sociais) para que o público em geral possa também ter acesso a ele, assim como a sua fala também, se tiver algum texto para isso. Senão, nós transcreveremos depois e enviaremos a você, para termos uma cópia definitiva, também com a sua autorização. Está bem? Obrigado.

Daqui a pouco, já passo a palavra de novo a vocês, pois, ouvindo as falas todas, isso pode nortear também depois as outras considerações que devam ser feitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, em seguida, a palavra à Sra. Laryssa Smith, que é Coordenadora do projeto Pró Autismo Floripa da Associação de Pais e Amigos de Autistas (AMA) Florianópolis. Já nos conhecemos. Quero, já de antemão, dar os parabéns de novo por todo o trabalho que vocês desenvolvem. Seja muito bem-vinda.

A SRA. LARYSSA SMITH (*Por videoconferência.*) – Muito obrigada.

Bom dia a todos.

Meu microfone está aberto? Será? Já? Acho que sim, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Já. Está tudo em ordem.

A SRA. LARYSSA SMITH (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Agradeço a oportunidade de estar aqui hoje numa audiência pública do Senado. Senador Flávio, obrigada pela oportunidade.

Eu sou Laryssa Smith, sou de Florianópolis, Santa Catarina, sou mãe do Pedro, que é autista.

Em respeito às pessoas com deficiência visual, vou fazer a minha autodescrição rapidinha: eu tenho 34 anos; sou uma mulher branca; tenho olhos castanhos e cabelos loiros na altura dos ombros, que hoje estão lisos, soltos; eu uso uma blusa preta; atrás de mim, tem um painel marrom e, à minha direita, uma janela.

Na minha cidade, Florianópolis, eu idealizei um projeto social chamado Pró Autismo Floripa, porque... E ainda bem que a minha fala veio após a Jéssica, do Instituto Lagarta Vira Pupa, porque, sim, eu sei de todas essas ausências de políticas públicas, de todas essas barreiras, pois, como mãe, tenho um filho na fila do SUS aguardando anos e anos por uma terapia pública. Não tenho muitos privilégios. Hoje, consegui ter um plano de saúde, mas ainda é aquela questão: "Ah, para o meu filho fazer mais fono, eu preciso tirar a psicóloga". Então, a gente está sempre dosando para que ele tenha um suporte necessário, mas ainda não é o ideal. Então, sim, conheço toda essa realidade que a Jéssica citou, como mãe.

Fui buscar, na minha cidade, o que eu poderia fazer, ao menos aqui, para o meu filho e para tantas crianças que estão na mesma realidade que a minha. Então, aqui na minha cidade, em parceria com uma associação, que é a AMA Florianópolis (Associação de Pais e Amigos dos Autistas), buscamos a Prefeitura de Florianópolis, através da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer, e criamos o Pró Autismo Floripa. Então, essa parceria idealizou um projeto social que ainda está em construção, não é um projeto ideal, não oferece tudo o que deveria oferecer, mas está caminhando para ser algo importante na vida de muitas famílias.

Ele ainda não tem uma estrutura adequada nem todos os profissionais necessários, mas, em pouco mais de um ano, hoje, nós estamos atendendo mil crianças. "Ah, Laryssa, mas como é que você atende

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mil crianças em um espaço físico?" É porque nós oferecemos terapias em grupo de estimulação social e esportiva com profissionais especializados, todos especializados em autismo, psicólogos, fonoaudiólogos, educadores físicos, psicomotricistas, psicopedagogos, fisioterapeutas. Esses atendimentos acontecem em grupo, equiparando as idades dessas crianças autistas de todos os níveis de suporte. A gente não: "Ah, só vamos aceitar níveis de suporte 1, já que em grupo a gente não vai conseguir atender". Não! A criança que está lá na sua vez na lista de espera entra no projeto, é atendida e é incluída nesse grupo. Só que é um para um. Então, se eu tenho seis crianças em sala, eu tenho seis profissionais. Então, apesar de a gente ter esse atendimento em grupo, a criança é atendida e assistida de forma individualizada, sendo um para um. Então, se eu tenho seis profissionais, eu tenho seis crianças sendo estimuladas a trabalhar as suas individualidades, mas também a socialização, que é uma das dificuldades do autismo.

Isso tem trazido muita visibilidade. O próprio MEC veio nos avaliar aqui no local, para ser um polo de estágio das faculdades de Florianópolis. Fomos aprovados com uma nota boa e já somos um polo de estágio das faculdades aqui da grande Florianópolis. Agora, começamos a receber vários estagiários.

Quando eu digo que estamos em construção, é porque, realmente, estamos nos adequando a várias formas de trabalhar o autismo. A própria Fundação Catarinense também já veio acompanhar essa forma de trabalhar em grupo que começamos a formalizar dentro do Pró Autismo. E, dessa forma, otimizamos tempo e espaço, porque o nosso espaço físico é pequeno, e aí, em vez de atender uma criança a cada 50 minutos, nós atendemos seis, sete, dependendo do tamanho das salas, mas ainda somos carentes de vários profissionais que são essenciais para o tratamento do autismo, indispensáveis, como assistentes sociais, neurologistas, psiquiatras, terapeutas ocupacionais, de que ainda somos carentes dentro do nosso projeto Pró Autismo.

Hoje, aqui em Santa Catarina, em Florianópolis, uma família ou uma criança autista espera cerca de três a quatro anos no SUS para receber a sua primeira consulta para um laudo inicial de autismo, para daí começar um tratamento precoce, que daí já não existe. Então, como falar de tratamento precoce com uma criança que aguarda quatro anos na fila do SUS?! Não existe esse tratamento! E, depois que recebe esse diagnóstico, não existe um tratamento, porque o meu filho está numa fila do SUS esperando esse tratamento depois do diagnóstico há quatro anos. Então, imaginem: se, após o diagnóstico, a criança espera por mais quatro anos, vamos falar aí de, pelo menos, a criança com oito, nove anos para começar um tratamento no SUS. Então, não existe tratamento precoce ainda.

O Pró Autismo atende crianças a partir de 18 meses. Então, são bem bebês. Essa socialização em grupo já acontece desde muito pequenos. A gente aceita esses bebês já com o diagnóstico fechado e também com investigação. Então, o próprio Neim – aqui a gente chama de Neim as creches – os envia para a gente com esses pré-laudos de investigação ou de algum profissional especializado da área, pois a própria família levou a um psicólogo que encaminhou como investigação. A gente já aceita com essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigação para que, justamente, essas famílias também tenham a oportunidade de começar um tratamento.

E atendemos até 18 anos. Então, estamos falando de jovens adultos. Hoje, no nosso projeto, inclusive, temos profissionais autistas que foram diagnosticados tardiamente também, como a Jéssica comentou. Em muitas famílias, pais relatam também que se identificam com as características de autismo. Infelizmente, também não temos essa estrutura de assistência social dentro do projeto para fazer um acompanhamento dessas famílias e encaminhar para algum especialista para avaliar esses pais. É muito comum mesmo dentro dessas famílias, dessa estrutura familiar que o pai ou a mãe se identifique como autista.

Ainda, como meta para o próximo ano, queremos, sim, incluir no projeto o tratamento para autistas adultos, para encaminhamento para o mercado de trabalho, mas não só para encaminhar para o mercado de trabalho, pois eu quero que o Pró Autismo seja um suporte. O que a gente vê hoje é que "Ah, encaminhou para o mercado de trabalho..." ou que aquele autista adulto não consegue se fixar, se estabilizar no trabalho, porque não tem um suporte fora da empresa. E, aí, aquela empresa, por falta de conhecimento, na primeira barreira, dispensa aquele profissional com autismo por ignorância, por falta de uma adaptação. Assim como na escola, o autista adulto também precisa de uma adaptação no trabalho, e é isso mesmo que eu quero fazer no próximo ano, esse suporte no mercado de trabalho. Não só encaminhar, não só ajudar esse adulto, que a gente encaminhe e o coloque para trabalhar, mas que também ele tenha o suporte de um psicólogo, lá dentro do Pró-Autismo, para esses atritos dentro do trabalho, para que ele não seja dispensado no primeiro momento, mas para que ele consiga se estabilizar no seu trabalho.

Em Florianópolis... Florianópolis é uma cidade bastante inclusiva. Não vou dizer que é um modelo nem nada disso, porque estamos em construção também na cidade, mas é uma cidade bastante inclusiva. O Prefeito Topázio, aqui, é uma pessoa bastante acessível, tem vários projetos aqui, não só o Pró-Autismo, mas ONG Autonomia, Onda Azul, Autismo no Norte da Ilha... Então, são vários projetos aqui dentro de Florianópolis.

Tem uma piscina pública aquecida, aqui em Florianópolis, onde se oferece terapia aquática para o meu projeto Pró-Autismo, mas também para várias deficiências. Então, é uma estrutura que é de se pensar para, essa, sim, ser um modelo para outras cidades. Essa piscina pública atende várias demandas de pessoas com deficiência, idosos, a comunidade no geral; então, é uma estrutura onde o ex-Secretário Ed Pereira viabilizou os recursos para cobrir, aquecer... Então, é uma estrutura bem importante para a cidade.

Em Lajes, eu ajudei a implantar o projeto, através do Vereador Ozair Polaco, com o Prefeito Ceron, e lá, sim, é um modelo mais estruturado, mais robusto, que oferece terapias individualizadas. Lá, a gente conseguiu colocar médico neurologista, assistente social. Lá, sim, a gente consegue dar mais suporte para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as famílias do que aqui em Floripa. Mas estamos caminhando também para estruturar em ambas as cidades.

Tanto em Lages quanto em Florianópolis, oferecemos a terapia familiar, onde a gente dá o acolhimento para essas famílias. Normalmente, a mãe que acompanha essa criança está desamparada, sem rede de apoio, e ela encontra no Pró-Autismo a assistência mínima necessária através dos psicólogos.

Dentro do Pró-Autismo, também criamos um projeto chamado Criança Inclusiva – aí mais para a área da educação –, onde crianças sem deficiência participam das terapias; elas participam de cinco sessões. Temos uma lista imensa. Quando criamos esse projeto, nem imaginei que teria tanta criança inscrita. Mas essas crianças sem deficiência participam das sessões e, ao final de cinco encontros, elas recebem o certificado de criança inclusiva para levar para a sua escola e ensinar para os seus colegas o que aprenderam com os nossos terapeutas, o que aprenderam com as crianças autistas – é na prática – sobre neurodiversidade, sobre autismo. Então, é a inclusão reversa: ensinar a própria criança ao invés de ensinar o professor, que, muitas vezes, não vai dar conta de ensinar lá para os seus 40 alunos o que é a inclusão escolar. Então, esse projeto Criança Inclusiva é ensinar a própria criança; é algo que tem dado muito certo. Os próprios diretores elogiam a gente por esse projeto. As crianças se sentem muito motivadas a ensinar o que aprendem com a gente.

Enfim, esse é o Pró-Autismo. Eu vim aqui, hoje, para falar o que é o Pró-Autismo. Eu me sinto muito honrada. É um projeto que está nascendo, que não é o ideal, mas que pode, sim, dar muito certo, que pode, sim, se expandir para outras cidades.

E eu sou a Laryssa, mãe do Pedro, que tinha muita vontade de construir alguma coisa. Comecei com um projeto social. Não digo que é uma referência ou que isso vai mudar alguma coisa, mas eu estou mudando alguma coisa na minha cidade. Ao menos aqui, estou oferecendo tratamento digno para as famílias, para as crianças... E digo para as famílias porque cuidar de quem cuida também é essencial. Sempre quis que cuidassem de mim. Tenho, sim, rede de apoio. Sou uma pessoa muito privilegiada. Tenho avós, tios, pessoas que cuidam de mim, do meu filho. Então, que bom que eu posso oferecer isso para mil crianças, mil famílias que fazem parte projeto social que é o Pró-Autismo Floripa.

Então, muito obrigada pela oportunidade de falar aqui hoje, de mostrar o Pró-Autismo. Para quem ainda não conhece e quiser acompanhar nas redes sociais, é Pró-Autismo Floripa.

Muito obrigada, Senador Flávio.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço a você, Laryssa, que é Coordenadora do Projeto Pró-Autismo Floripa, da Associação de Pais e Amigos de Autistas – Ama Florianópolis. Até depois, no final, nos cinco minutos, você poderia abordar também a cartilha que foi elaborada pelo Ministério Público, em conjunto com vocês também sobre o autismo e que eu acho pode ser pensada em termos de Brasil também. Está bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas obrigado e sempre parabéns! Admiramos você, a diretoria, a equipe, a ideia, o trabalho, tudo. Que bom!

Antes de passar para o MEC e para a saúde, eu só vou ler algumas perguntas que vieram pelo e-Cidadania – essa audiência é interativa. Eu vou ler aqui bem rapidinho.

Adriana Marques, do Paraná: "As pessoas com espectro autista e a família recebem apoio de algum programa do Governo Federal?".

Laiza Anselme, do Rio de Janeiro: "Como as pessoas de baixa renda terão recursos para educação da criança autista com a possível diminuição do benefício dos R$600?", sempre lembrando que o Auxílio Brasil é para melhorar, ter comida, ter outras condições e temos que ter programas para o atendimento.

Josiane Campelo, do Mato Grosso: "Qual é o direito da mãe universitária em relação ao acompanhamento das terapias de seus filhos autistas e a questão da falta nas aulas?".

Gilderlan Gabriel, do Piauí: "Quais são os principais instrumentos de diagnóstico para avaliação do espectro autista? A aplicação nos casos concretos tem sido efetiva?".

Giovanna Figueira, de São Paulo: "Sobre a terapia ABA, é comprovado cientificamente para tratamento?".

Carolina Paula, do Rio de Janeiro: "O que a saúde pública oferece para as crianças autistas? Qual auxílio e orientação é dado para os pais dessas crianças?". Já foi bastante abordado o problema, mas isso é recomendado.

"Como está sendo planejada a introdução de profissionais nas redes de ensinos públicas para o atendimento de crianças autistas?".

Marcelo Paintinger, do Rio Grande do Sul: "Como será abordado esse tema nas escolas?". A Laryssa, inclusive, sugeriu uma metodologia.

Guilherme Marques, de São Paulo: "Como ficaria a questão dos medicamentos para a área, visto que vivem em falta, são importados e caros?".

Hermes Correa, do Pará: "O uso do tratamento medicamentoso ainda é a principal ferramenta de controle dos sintomas ou não?".

Giovana Campos, de São Paulo: "É possível estabilizar os sintomas do espectro autista?".

Deyse Rafaeli, do Paraná: "Qual o dever dos municípios na capacitação técnica de profissionais para atender essa demanda? O que deve ser feito se não há apoio?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cristiane Soares, de São Paulo: "Como preencher um relatório escolar rico em informações que possam ajudar os especialistas na realização do diagnóstico. Quais exigências?".

Raul Seixas, de Goiás: "Como melhorar o ensino para as pessoas com autismo nas escolas públicas?".

Anna Gabriela, do Rio de Janeiro: "Já existe regulamentação de testes para diagnóstico de autistas adultos e uma lei que garanta maior validade dos laudos para eles?".

Dani Luna, de Santa Catarina, da sua terra também, Laryssa: "Há alguma forma de possibilitar que o laudo que temos de autismo não necessite de renovação, já que é uma condição permanente?".

São perguntas, muitas delas, muito importantes.

Nesse sentido, passo em seguida a palavra para a educação, para a Profª Nídia Regina Limeira de Sá, que é Diretora de Educação Especial. Não é, Nídia? É um prazer em revê-la também. Seja muito bem-vinda! Da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação do Ministério da Educação.

Com a palavra, então, Profª Nídia, e seja muito bem-vinda!

A SRA. NÍDIA REGINA LIMEIRA DE SÁ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos!

É um prazer estar aqui. Tenho ao meu lado a minha colega Linair Moura Barros...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Para mim, pelo menos, está um pouquinho baixinha a voz, não sei se para os outros também. Vocês estão escutando bem?

A SRA. NÍDIA REGINA LIMEIRA DE SÁ (*Por videoconferência*.) – Senador, vou procurar falar o mais alto possível, porque aqui nós já demos a carga completa no som.

Melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Agora melhorou. É que eu também preciso colocar uma prótese auditiva um dia, para melhorar a audição. (*Risos.*)

A SRA. NÍDIA REGINA LIMEIRA DE SÁ (*Por videoconferência*.) – O.k.

Bom dia colegas que estão aí participando dessa mesa. É um prazer estar aqui. Vou procurar ser bem rápida no que temos a falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realmente, nós estamos precisando começar por atualizar a LDB, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que trata de transtornos globais do desenvolvimento e não acompanha a atualização dessa nomenclatura para Transtorno do Espectro Autista. Mas aqui no MEC nós já encaminhamos documento nesse sentido para o Congresso, de modo que nós já pedimos a atualização dessa nomenclatura. Agora está na mão do Congresso.

Esqueci de fazer minha autodescrição. Como sempre esquecendo. Mas eu sou uma mulher branca, 63 anos, tenho o cabelo louro, pintado e estou usando óculos. É um prazer estar aqui falando com vocês.

Sim, com relação ao documento que já foi enviado ao Congresso, acho que isso é uma coisa que interessa, porque alguém já está, já deu esse *start*, e lá no Congresso já estão discutindo isso. Com certeza, dentro de pouco tempo, teremos a atualização da nomenclatura.

Gostaria de dizer que nós estamos falando de milhares de alunos quando nós tratamos dos alunos com Transtorno do Espectro Autista. Só na educação básica, nós tínhamos, em 2021, que é o último censo que nós temos, quase 300 mil alunos identificados como alunos com autismo, 1,35 milhão do público da educação especial, 1.350.921, para ser mais exata, 300 mil são alunos com Transtorno do Espectro Autista. Agora, isso aí todo mundo sabe. O dado que, às vezes, as pessoas não comentam é que, de 2008 para 2021, teve um aumento da quantidade de estudantes com Transtorno do Espectro Autista da ordem de quase 400%. Então, é um número muito significativo. O gráfico é assim muito pronunciado mesmo.

Então, nós agora conversamos muito sobre a questão da avaliação. Inclusive, é um dos assuntos para essa audiência pública. A questão da avaliação dos alunos para a identificação dos alunos com Transtorno do Espectro Autista é realmente um assunto importantíssimo em que nós ainda estamos carecendo de muita ação, muita decisão, muita orientação, muito estudo de como fazer de maneira eficiente. É lógico que uma avaliação biopsicossocial é algo que a escola sempre fez, porque a escola sempre trabalhou com esse ser geral, com esse ser integral, com esse ser completo. Agora, a avaliação da deficiência, segundo as legislações mais atuais, tem esse adendo e esse alerta, que as avaliações devem ser consideradas a partir de critérios amplos, não critérios que envolvam apenas especificidades físicas, sensoriais, cognitivas, de forma isolada, mas, não, que a avaliação seja feita com base em fatores biopsicossociais.

Agora, na escola, nós estamos evitando um pouco usar essa expressão avaliação biopsicossocial para não confundir com a avaliação biopsicossocial que é feita no âmbito da saúde, tendo em vista o Benefício de Prestação Continuada. Nós estamos procurando evitar essa nomenclatura e usando a nomenclatura de avaliação multiprofissional e multidisciplinar no contexto da escola. Então, nós estamos falando dessa avaliação. É essa avaliação que nos interessa aqui nessa discussão, inclusive. E, quanto até a essa avaliação que a escola sempre fez, continua fazendo, mas precisamos cada vez mais ter *expertise* de como fazer melhor – não é? –, essa avaliação é feita por uma equipe. É isso que dizem os marcos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legais, os atos normativos na área da educação. Então, a escola deveria ter uma equipe multiprofissional, uma equipe multidisciplinar. Às vezes, a escola não tem, mas a Secretaria de Educação tem que ter; não tem como não ter. Não é?

Então, quem participa dessa equipe? Professor com formação em educação especial. Esse é o primeiro que tem que estar ali, porque, afinal de contas, é a pessoa que se dedicou a se especializar na educação especial, ou seja, no atendimento educacional especializado que esse estudante demanda. Então, essa equipe deve ser formada com um professor da educação especial, com os demais profissionais da área técnica, pedagógica, com o psicólogo e um assistente social... É bom que se fale nesses dois profissionais porque existe agora uma lei que diz que a escola pode contratar com recurso do Fundeb o psicólogo e o assistente social. Então, são dois profissionais que estão, vamos dizer assim, com lugar garantido nessa equipe. Agora, é claro que não precisa ser só esses. Todos os outros profissionais que atendem o estudante – o médico, o fonoaudiólogo, o terapeuta ocupacional –, todos esses devem ser convidados a compor uma equipe de avaliação de um estudante com Transtorno do Espectro Autista muito especialmente. Às vezes, tem estudante cuja avaliação é mais simples. Um estudante como a minha filha, surda congênita. É profunda. É mais fácil uma avaliação para ela, mas, para uma pessoa com Transtorno do Espectro Autista, com certeza, vai demandar muito mais conversas, entendimentos.

Agora, essa avaliação tem que se basear na interlocução entre as áreas, mas não no paradigma clínico. Que fique muito claro que o paradigma clínico é para a área da saúde, mas, na área da educação, o paradigma que conta é o paradigma educacional. O professor é um especialista em desenvolvimento humano, mas ele trabalha com as práticas pedagógicas. Então, o foco não é o paradigma clínico. Todos esses profissionais trabalham juntos na visão da intersetorialidade, mas não na visão do privilégio da área médica, que é uma coisa que a gente observa muito nas escolas ainda, e nós temos trabalhado para dizer que, no âmbito pedagógico, o que conta é a perspectiva educacional.

Então, essa equipe multiprofissional deve considerar as contribuições, sim, tanto das políticas públicas intersetoriais como dos profissionais da área da saúde, da assistência social e tudo, mas não privilegiando. Que isto fique muito claro! E aí, quando essa equipe se reúne para fazer, então, uma avaliação de um estudante com Transtorno do Espectro Autista ou com suspeita disso, o que essa equipe vai produzir? Só mais um pouquinho. A equipe vai produzir o quê? Uma avaliação multiprofissional, não um diagnóstico. Então, a equipe escolar não produz diagnóstico, não produz laudos; ela produz um relatório de uma avaliação multiprofissional educacional, e essa avaliação não tem que ter foco nas limitações das pessoas, nem nas características que levem para o lado dos impedimentos, das defasagens.

Ela tem que ter foco nas possibilidades, nas potencialidades da pessoa e nos impedimentos sociais, porque essa equipe vai apontar como procurar convencer as barreiras sociais e para isso é muito importante que esse relatório esteja atrelado à construção de um plano de desenvolvimento individual e escolar. Esse plano pode colocar como anexo o laudo da área médica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um laudo da área médica é importante? Da área clínica? É importantíssimo, mas não é imprescindível. Então, a escola jamais pode justificar a recusa de matrícula, o que é crime, e também não pode recusar, de maneira nenhuma, o atendimento educacional especializado, a que essas pessoas têm direito constitucional. Não é isso?

Então, às vezes a Secretaria de Educação compõe uma equipe dessa para atender de modo itinerante as demandas, as necessidades, ou, então, se a secretaria é de um município bem pequeno e tal pode constituir equipes *ad hoc*, ou seja, constitui uma equipe para atender um caso, dois casos, três casos, depois aquela equipe se desfaz, depois se recompõe de outra forma, mas equipes para o estudo de caso, porque todo caso de pessoa que precisa de uma avaliação multiprofissional precisa ser feito por uma equipe, não é por uma pessoa só, não é apenas pelo professor de sala de aula.

Então, terminando, eu gostaria de dizer assim, que nós estamos labutando, trabalhando para avançar qualitativamente nessa questão. Nós estamos finalizando uma nota técnica que vai ajudar a fazer a síntese das últimas discussões sobre essa questão da avaliação na escola e nós estamos também compondo um GT para a criação da rede de formação continuada, no âmbito da Renafor, que é a Rede Nacional de Formação de Profissionais da Educação. Então, várias universidades trouxeram essa possibilidade de se fazer uma rede, para trabalhar em rede com a formação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. NÍDIA REGINA LIMEIRA DE SÁ (*Por videoconferência.*) – Sim, ela está lembrando bem, essa rede nacional de formação continuada para a formação de profissionais que atuarão com o Transtorno do Espectro Autista. Então, dentro da Renafor, um GT que vai discutir a construção dessa rede, várias universidades e institutos federais trabalhando juntamente para a formação continuada dos profissionais que estão trabalhando nas redes de ensino com alunos com Transtorno do Espectro Autista.

Já finalizando, queria dizer também que nós, em vez de fazermos muitos documentos... Porque nós até gostamos muito de vários documentos que têm, que são maravilhosos, como, por exemplo, a coleção saberes e fazeres, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. NÍDIA REGINA LIMEIRA DE SÁ (*Por videoconferência.*) – *Saberes e Práticas*. É uma coleção muito interessante, que fala muito dessa questão do autismo.

Nós resolvemos focar na elaboração de cursos. Então, para quem não sabe, nós estamos com 15 cursos autoinstrucionais no Avamec com vagas ilimitadas. Nós já temos hoje 120 mil pessoas fazendo esses cursos de 90 horas, e um deles é para atendimento educacional especializado para pessoa com TEA. Nós estamos inclusive em parceria com a Universidade Federal do Piauí para que, a partir do aproveitamento de estudos desses cursos no Avamec, a Universidade Federal do Piauí possa certificar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas, que vão fazer um complemento de uma especialização em atendimento educacional especializado, e para isso são 13 mil vagas. A porta de entrada são esses cursos do Avamec. Nós conseguimos, em três anos, fazer um aporte de 500 milhões para potencializar ou criar 20 mil salas de recursos, porque a gente acredita que a sala de recurso é um espaço privilegiado e toda escola inclusiva deve ter uma sala de recursos. Fazia muito tempo que não havia destinação financeira para essas salas, mas nós conseguimos, mesmo com a pandemia, nós conseguimos 20 mil salas de recursos, por meio desses 500 milhões.

Então, estamos aí trabalhando ainda para que nós possamos criar as diretrizes operacionais para o atendimento aos estudantes autistas, junto com o Conselho Nacional de Educação, estamos trabalhando bem. Já começamos a consulta pública de uma diretriz, que é de altas habilidades, a próxima será para o Transtorno do Espectro Autista, e, assim, nós estamos correndo muito para que esse público, que é um público alvo importantíssimo da educação especial, possa ter o atendimento que merece.

Agradeço a atenção de vocês. A gente fala meio atrapalhado por conta da pressa em relação ao tempo, mas estamos aqui no Ministério da Educação dispostos a receber vocês ou receber sugestões. Vocês todos que falaram aí são muito bem-vindos. E obrigada ao Senador Flávio Arns, que é uma pessoa com quem a gente conta muito e que nos ajuda demais. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Nós é que agradecemos, Nídia Regina Limeira de Sá, que é Diretora de Educação Especial da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação do Ministério da Educação, e equipe.

Eu só quero lembrar que muitos dos alunos na área do espectro autista, como já foi falado inclusive, podem estar na creche, na pré-escola, nas séries iniciais do ensino fundamental, nas séries finais, no ensino médio, na educação profissional de jovens e adultos, e adultos, inclusive, como já foi abordado, e o que foi aprovado no Senado Federal foi a criação do Sistema Nacional de Educação. Então, isso vai permitir que haja uma instância em que haverá a participação de cinco representantes do MEC, cinco representantes das secretarias municipais de educação, uma pessoa por região do Brasil, e cinco pessoas das secretarias estaduais de educação, uma por região do país.

Então, o tema atendimento da pessoa com espectro autista do ponto de vista da educação poderá ser uma pauta em que haverá a negociação e a pactuação: o que o Governo Federal vai fazer, o que os estados têm que fazer e o que os municípios têm que fazer e isso constar como decisão.

Ao mesmo tempo, tem a Câmara de Apoio Normativo, porque a gente tem Conselho Nacional de Educação, estaduais e municipais. A mesma coisa, cinco pessoas do nacional, cinco dos municipais, cinco dos estaduais para como isso poderá ser normatizado e os conselhos municipais inclusive serem orientados nesse sentido. Então, é um Sistema Nacional de Educação, que agora está sendo debatido na Câmara dos Deputados, mas esperamos que, até o ano que vem, isso esteja aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Nídia. Daqui a pouco, a gente passa a palavra para as considerações finais. Está bem?

O Sr. Angelo Roberto Gonçalves, seja muito bem-vindo também, Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde. Essa articulação com a saúde é muito importante.

Com a palavra, Dr. Angelo.

O SR. ANGELO ROBERTO GONÇALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador! Bom dia aos demais colegas, aos demais expositores, à colega Nídia, do Ministério da Educação!

Eu sou um homem branco, cabelo castanho, uso óculos, estou com uma camisa branca e um terno cinza. Senador, eu fiz uma apresentação. Eu vou disponibilizá-la. (*Pausa.*)

Vocês enxergam?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Enxergamos.

O SR. ANGELO ROBERTO GONÇALVES (*Por videoconferência*.) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Só que eu acho... Eu não sei se não está aí na tela cheia. Pode colocar na tela cheia?

O SR. ANGELO ROBERTO GONÇALVES (*Por videoconferência*.) – Para mim ela está na tela cheia.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Ah, está na tela cheia. Está bom.

O SR. ANGELO ROBERTO GONÇALVES (*Por videoconferência*.) – É o sistema do Zoom. Aparece meio cortado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – É, mas está bem.

O SR. ANGELO ROBERTO GONÇALVES (*Por videoconferência*.) – O.k.

Bom, é importante falar, depois de todas as colocações dos colegas que me antecederam, que a nossa coordenação é a Coordenação-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência aqui do Ministério da Saúde. Ela está dentro da Atenção Especializada em Temática e dentro da Secretaria de Atenção Especializada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando nós falamos sobre a temática do espectro autista, ele está também em outras coordenações. Ele está na Coordenação de Saúde Mental, e ele está também na Coordenação da Criança, dos Ciclos de Vida, que fica na atenção primária. Eu estou aqui representando a Secretaria da Atenção Especializada. Então, não constam no nosso escopo, por exemplo, os CAPS, que ficam dentro da saúde mental. É bom esclarecer para que não tenham dúvidas do que vocês possam questionar.

Fica como sugestão também, dentro das colocações, das dúvidas também que foram apresentadas de, numa próxima, reunião convidar a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; o Ministério da Cidadania, onde fica o BPC. E por que não o da economia, onde fica o pessoal que dá os laudos? Eu acho que seria pertinente também a participação deles.

A nossa rede de cuidado da pessoa com deficiência, o Centro Especializado em Reabilitação vem aqui buscando uma atenção integral às pessoas com deficiência, dentro de um projeto terapêutico singular, e não um atendimento que era um atendimento único e um atendimento que visava a um cuidado somente. Então, ele vem trazer o diagnóstico, o tratamento, a concessão, a adaptação, a manutenção, a tecnologia assistida. A visão do CER é trabalhar dentro de uma equipe multidisciplinar, com uma ambiência, visando aqui à reabilitação, à autonomia e à independência do paciente. Esses são os focos do nosso serviço. Eles podem ter a reabilitação intelectual, física, auditiva e visual.

Ainda temos as oficinas ortopédicas, onde nós fazemos a dispensação da confecção e adaptação de órteses e próteses, e os serviços de única modalidade. O que são os serviços de única modalidade? São aqueles serviços que lá no passado, quando foi implementado o CER, tiveram a oportunidade, mas preferiram continuar com aquela modalidade única, que pode ser física, pode ser intelectual, pode ser visual ou auditiva. Nós estimulamos, inclusive até hoje, que esses serviços virem o CER. É de interesse do Ministério da Saúde isso, mas ainda temos algumas entidades que procuram fazer como modalidade única. Então, eles ainda pertencem à nossa rede.

Então, é importante, diante de várias colocações, eu li aí um pouco do *chat* também, como se entra no Centro Especializado em Reabilitação? A demanda sempre começa na atenção primária, nas unidades básica de saúde, na unidade da família, na academia de saúde, para que ele possa vir aqui para a nossa atenção especializada, onde fica o CER, onde ficam também os ambulatórios de especialidades, onde ficam os CEOs, as nossas oficinas. Também faz parte da atenção especializada a atenção hospitalar de emergência, nos centros odontológicos, nos hospitais de curta permanência. E o programa Melhor em Casa. É importante colocarmos aqui para vocês. E a ideia é que o paciente faça um ciclo aqui, não é? Então, não necessariamente ele precisa continuar no CER; ele pode vir de alta, voltar para um hospital de curta permanência, se for o caso, ele for reabilitado lá, o Melhor em Casa, ou até mesmo na unidade básica de saúde, que direcionará esse paciente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse aqui é o cenário que nós temos hoje, não é? Nós temos, espalhados pelo nosso país, 274 CERs, 47 oficinas ortopédicas e 237 modalidades únicas, totalizando 511 serviços no nosso país. E é também do interesse do Ministério da Saúde que isso se amplie. Eu acho isso extremamente importante e pertinente colocar. Só que o SUS é tripartite, não é? Então, da mesma forma que eu falo para vocês que é de interesse do ministério, também é interesse lá do município, de o município conversar com o estado, e o estado fazer o pleito ao ministério.

Ainda temos 7.013 serviços que são credenciados pelo SUS. O que são esses serviços? São aqueles serviços únicos, municipais, alguns estaduais, e alguns que podem ser aqui entidades privadas, entidades filantrópicas, que têm uma pactuação com prefeituras locais. E os Centros Especializados Odontológicos, nós temos 1.186 em nosso país, sendo que 615 são aderidos à nossa rede. Isso fica em outra coordenação, e nós articulamos para que tenha essa ampliação.

Aqui eu... Só voltar aqui, só um minutinho. Não, é esse mesmo.

Eu tenho aqui, é importante falar quais são as competências e colocar para vocês que o SUS, desde a sua concepção, é tripartite. Então, existe aqui o financiamento do Governo Federal, que vem com uma parte, existe o financiamento do Governo municipal, que vem com outra parte, e vem o Governo estadual. Isso se completa com o todo. E cabe aos estados e municípios a implementação e a coordenação de um grupo condutor, contratualização com os pontos da atenção saúde sobre a sua gestão, incluindo o respectivo financiamento – porque eles também dão esse aporte –, o monitoramento e a avaliação da rede.

Então, caso o serviço da Laryssa, lá de Florianópolis, diga: "Poxa, eu me interesso em ser um CER. Poderia virar um CER, um CER II ou alguma coisa assim?". Então, do que ela precisa? Ela vai pactuar, por esse grupo condutor, primeiro com o município, para o município conversar com o grupo condutor do estado. Ali existem os critérios para ele ser habilitado. Se entrar nesses critérios, vai para uma aprovação. Se ele veio para o Governo Federal, nós avaliamos e fazemos essa habilitação. Se estiver tudo em ordem, sim. Esse é o caminho. Volto a dizer que é interesse do Ministério da Saúde que tenhamos muitos mais serviços do que o que nós temos.

E a competência, aqui, da União, é coordenar a política, avaliar a implementação, o financiamento, o monitoramento da nossa rede em todo o território nacional.

Aqui, mais ou menos, só para vocês terem uma ideia, é o que precisa para ser ter uma habilitação de um CER e uma habilitação de uma oficina ortopédica. Dentro do plano de ação do Estado, eles fazem um diagnóstico situacional onde levam em conta estatísticas, levam em conta se tem serviços ou não.

O desenho regional da rede, incluindo ações e componentes da atenção básica e especializada hospitalar. Foi o que eu falei para vocês, ele tem que conversar, não pode ser diferente disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A contratualização dos pontos da atenção da rede privada à pessoa com deficiência pelo responsável, observando a responsabilidade da rede para a implantação e acompanhamento desse grupo condutor, que é estadual.

A partir disso, existe o Ofício Circular nº 4, do Ministério da Saúde – pode pesquisar lá. É o Ofício Circular nº 4, do Ministério da Saúde. Ali estão os critérios de habilitação dos serviços. Um exemplo que nós podemos citar: existem 700 mil habitantes, se isso foi aprovado na CIT, que é a Comissão Integestores Tripartite, de 700 mil habitantes, num raio de 700 mil habitantes. O instrutivo de reabilitação, também está disponível no *site* do Ministério da Saúde. Se já se tem o serviço, eles precisam algumas adaptações e a análise do Grupo Condutor Estadual aprovado na comissão bipartite. A partir daí, ele vem para o Ministério da Saúde para ser avaliado.

Aqui no Ministério, também, nós fizemos um trabalho, junto com outra Secretaria, a Sctie (Secretaria de Ciência e Tecnologia e Insumos). A *expertise* dela é fazer novos medicamentos, protocolos clínicos etc. Em acordo com eles, foram desenvolvidos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas para o PCDT de comportamento agressivo do TEA. Ele visa a fazer o norteamento, sugerir, sobretudo aos profissionais, tratamento medicamentoso, complementar. Ele também está disponível aqui no *site* do Ministério da Saúde.

Vamos correr aqui um pouquinho por conta do tempo.

Fizemos, também, junto com a Coordenação de Saúde Mental, junto com a Coordenação da Criança, a linha de cuidado do Transtorno do Espectro Autista.

Ela se encontra nesse endereço linhasdecuidado.saúde.gov.br. Ela foi elaborada não só pelo ministério, mas nós trouxemos a sociedade civil, nós trouxemos aqui especialistas, médicos, psicólogos e toda a equipe multidisciplinar. Tivemos a contribuição do William também, o Willian Chimura, que é uma pessoa autista, Presidente da associação dos autistas pela inclusão; o Nicolas Brito, que é outra pessoa com TEA, que é um escritor, fotógrafo premiado, e o objetivo dele foi esclarecer ao serviço a forma de centrar o cuidado ao paciente e às suas necessidades, mostrando aqui um percurso assistencial. Essas dúvidas, como foi colocado aqui, nos trouxeram muita preocupação, Laryssa, por conta de não chegar isso a você. Isso está disponível. Então, também é um erro nosso não publicizar isso. Nós vamos passar para a nossa rede, passar para o grupo condutor de todos os estados e pedir para que mostrem essa linha de cuidado, porque essa dúvida do segmento não pode acontecer.

No âmbito da pandemia, nós fizemos o teleatendimento e o telemonitoramento da reabilitação intelectual. Isso aqui foi de extrema importância por conta de as pessoas estarem em casa, por conta de precisarem de algum tipo de atendimento. Então, nós fizemos esse procedimento. Ele está incluso na tabela SUS, e nós queremos que ele continue, nós trabalhamos para isso, e visa o constante acompanhamento, atendimento e monitoramento das orientações realizadas à distância, por meio do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teleatendimento. Isso aqui não tem como voltar, foi um avanço muito grande. Com as pessoas que, naturalmente, conseguem fazer esse tipo de teleatendimento, isso, junto com os nossos serviços, tem dado bastante resultados.

Fizemos também, e acho que foi um avanço muito grande – lançamos isso, Senador, em março deste ano –, um programa dentro da tabela SUS que é o atendimento e acompanhamento do paciente em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor. O que ele é? Vou ler a descrição para vocês. Ele destina-se a acompanhamento, avaliação, estimulação, orientação, relacionados ao neurodesenvolvimento, por meio da utilização de recursos físicos, comportamentais, práticas integrativas, entre outras, visando a aquisição de habilidades e o desenvolvimento de funções motoras, sensoriais e executivas para a inclusão social do paciente.

Então, uma queixa constante que vinha para nós era: "Olha, onde o meu filho faz tratamento, ele faz tratamento com uma técnica específica e ela não consta na tabela SUS". Essa técnica não consta, mas consta esse tipo de atendimento. Então, ele é um guarda-chuva que pode englobar inúmeras técnicas que se utilizam, seja o próprio modelo ABA, entre outros; ele pode lançar isso daqui. Só quero lembrar que esse componente da tabela é um componente federal e ele deve ter o aporte do município e dos estados.

Fizemos também, em 2014, as diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com o Transtorno do Espectro Autista. Sobre esse guia de 2014, por conta aí de "n" situações e vários estudos, no ano passado, fizemos uma reunião com grupos de especialistas e nós estamos atualizando essas diretrizes. Tem sociedade civil, tem aquela equipe de especialistas, como eu já havia falado anteriormente e, então, em breve, ele estará atualizado.

Fizemos também cursos de capacitação profissional, o que se questionou um pouco onde se poderia encontrar.

E nós fizemos esses cursos de qualificação para a pessoa do cuidado à pessoa com deficiência no âmbito da reabilitação. Ele fica na plataforma unasus.gov.br/cursos. É um ambiente virtual, ele tem suporte de Libras. Nós ofertamos 90 mil cursos. São 5 mil vagas, com cursos de 30, 40 horas, todos eles ofertando certificado. E, entre eles, nós temos esse curso aqui, que é o Curso de Atenção à Reabilitação da Pessoa com TEA, que é autoinstrucional em um ambiente virtual, e capacitando aqui os profissionais. Ele tem como foco a habilitação e a reabilitação, considerando a especificidade dos indivíduos e o acolhimento à família.

Esse curso, dentro da plataforma Unasus, é o curso mais acessado. Nós já tivemos 53.821 inscritos e 14.259 aprovados aqui, concluídos, pelo país. É um curso bastante interessante aqui; ele é voltado aos profissionais principalmente.

E vem aqui o Pronas, que, embora hoje nós não tenhamos novos projetos, porque a continuidade do programa está em aprovação aí no Legislativo, nós temos projetos acontecendo. Então, esse é um projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de isenção fiscal, que veio aqui como um aporte para o Ministério da Saúde. São projetos apoiados mediante incentivo de empresas doadoras, desenvolvimento de instituições e pessoas jurídicas.

Dentro desses projetos, nós tivemos, entre 2013 e 2019, 121 projetos, que são projetos de assistência social, projetos de apoio, emprego apoiado, com um investimento de 104,673 milhões. E nós tivemos aqui, com esses projetos que muitas entidades filantrópicas fizeram, as APAEs, Pestalozzi, entre outras, aproximadamente 1.885.235 atendimentos, com o apoio desse programa, o que foi bem interessante.

Então, assim, em linhas gerais, eu queria mostrar para vocês qual é o cenário aqui que nós temos, quais são os investimentos dentro da Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência, dentro do CER. É de interesse do Ministério da Saúde que existam aqui novos serviços. A ideia é crescer. Nós não podemos ficar estacionados. Entendemos que isso é pouco, mas só lembrando que a demanda começa aí na atenção primária, que as solicitações têm que partir do município, do município para o estado, para chegar aqui ao Governo Federal.

Agradeço a todos.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você também, Dr. Angelo Roberto Gonçalves, que é Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde.

Eu quero dizer a todos e todas que nos acompanham que nós temos tido, assim, uma abertura muito importante, boa, tanto do Ministério da Educação como do Ministério da Saúde, na pessoa do Dr. Angelo, que coordena essa área, para debates, discussões, encaminhamento de dúvidas e, inclusive, está no ar tudo que foi dito na reunião de hoje também para que possa orientar, em função da audiência pública, as pessoas, os expositores, expositoras e as entidades, em geral, pelo Brasil, em função do que foi levantado.

O Dr. Angelo mencionou, de maneira muito correta e adequada, a necessidade de se convidarem outros ministérios também, que também são importantes e, no fundo, o Ministério da Economia também é essencial para isso também, só que, para começarmos, foram convidados os dois ministérios. A assistência seria também muito próximo mais a saúde, educação, mas vamos expandir isso para assistência, trabalho, direitos humanos, economia, não há dúvida disso. A gente agradece também. Quero destacar também que são pessoas comprometidas em melhorar a situação pelo Brasil. Falo isso com convicção também.

Vamos voltar para a primeira pessoa, agora não ultrapassando cinco minutos, pode ser menos. Quando faltarem 15 segundos para o final, também haverá o sinal e, então, cada um terá essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possibilidade de, tendo escutado, pensado, às vezes, alguém esqueceu de dizer alguma coisa que considera importante.

Então, vamos começar pela primeira, mas eu acho que a Dra. Renata teria que sair em função dos compromissos na Defensoria Pública de São Paulo. Acho que ela não está nos acompanhando, não é? A Renata Tibyriçá.

A SRA. RENATA FLORES TIBYRIÇÁ (*Por videoconferência*.) – Eu consegui retornar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Que bom, que bom!

Então, eu passo a palavra a você, Dra. Renata Tibyriçá, representante da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

A SRA. RENATA FLORES TIBYRIÇÁ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Eu entendo que a gente, de fato, precisa ainda avançar em algumas questões referentes tanto à saúde, quanto à educação, quanto à assistência social. Como eu comentei na minha fala, a gente tem a garantia desses direitos prevista em lei, na própria convenção, na Lei Brasileira de Inclusão e na Lei de Autismo, que é a 12.764.

Só que na prática as pessoas ainda sentem a dificuldade de efetivação desses direitos. E uma das coisas que gera muita angústia para nós, que estamos na Defensoria Pública e atendemos as pessoas mais vulneráveis, é a necessidade muitas vezes de judicializar praticamente tudo para poder garantir a efetivação desses direitos. Isso causa angústia, causa sofrimento, causa prejuízos principalmente para as pessoas com deficiência, para as pessoas com autismo, porque demora muito tempo para elas conseguirem, de fato, aquilo que já é um direito, que é garantido em lei e que, na prática, não é disponibilizado de imediato.

O ideal é que a pessoa pudesse ir ao órgão público quando ela necessita daquele direito e o pudesse obter já de imediato. A partir do momento em que ela precisa procurar a Defensoria Pública, precisa procurar o Ministério Público, precisa procurar um advogado particular, o direito dela já está sendo violado e ela vai ter dificuldade no sentido de poder, de fato, garantir que todas aquelas questões que estão postas, possam retornar para ela no sentido de garantir um futuro diferente.

A gente tem várias situações na Defensoria que nos chocam muito de pessoas que não receberam nenhum atendimento de saúde, nenhum apoio na escola durante a vida inteira e acabaram chegando à idade adulta altamente dependentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso tem um impacto para o Estado, no sentido de que, quando você não investe na infância e na adolescência, e você não garante que o adulto tenha independência e autonomia, acaba que você tem um custo para garantir serviços de assistência social já na idade adulta, fora o quanto isso prejudica, principalmente as mulheres, as mães, que são chamadas muitas vezes de mães atípicas, que são mães solo, que acabam ficando sozinhas, sem nenhum apoio, muitas vezes, da sua família, e com seu filho, tendo que lidar com essa situação ao longo de toda a vida. Abre mão dos seus sonhos, abre mão de tudo pela falta justamente de um atendimento adequado na rede pública. E eu falo justamente em relação às pessoas mais vulneráveis, porque, embora o dinheiro possa garantir muitas vezes um atendimento, não necessariamente, de fato, esse atendimento acontece, mas para as pessoas que não têm nem dinheiro, às vezes, para se alimentar, não podem conseguir pagar atendimento de saúde e têm que usar do serviço que está disponível. E, se esse serviço não é de qualidade, acabam sendo prejudicadas.

Então, espero que esta audiência possa ter colocado luz em várias dessas questões e que a gente possa começar a refletir e inclusive trabalhar em conjunto com o Congresso Nacional no sentido de resolver essas questões pontuais que existem, até para que esses direitos, de fato, venham a ser efetivados. É o que a gente espera, principalmente neste momento em que a gente está comemorando dez anos da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço de novo a você, Dra. Renata Tibyriçá, as colocações muito pertinentes, muito boas, como transformar a legislação, os direitos, em realidade, quer dizer, concretamente, como política pública, não precisando ir para a Justiça, nem para a Defensoria, nem para o Ministério Público, para qualquer coisa. E sempre lembrando que educação e saúde, vamos dizer, são tripartites. Aí, eu acho que a gente tem que pactuar sempre, bastante, o que o Estado, o município e o Governo Federal têm que fazer, olhar, deixar claro, no caso específico discutido hoje, da pessoa com autismo. Mas é verdade.

Vamos continuar em contato. Não queremos ir para o inferno, com todas essas audiências, que o inferno está cheio de gente de boas intenções. Queremos todos ir para o céu. Quer dizer, boa intenção e prática coerente. Muito bom.

Passo a palavra à Sra. Lilian dos Anjos Lordelo, que é representante do Centro de Orientação Médico-Psicopedagógico de Brasília.

A SRA. LILIAN DOS ANJOS LORDELO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, eu vou falar como é importante ouvir realmente falas de várias pessoas e de vários locais, no discurso da questão do autismo. Como o representante do Ministério da Saúde pode trazer uma perspectiva que traga tecnologias sofisticadas, como um atendimento mais especializado, que é oferecido pelo CER e até dessa questão que foi muito discutida na época que se lançou a atuação sobre casos de comportamentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agressivos graves, no TEA, que não respondem a medicamentos... Ao mesmo tempo, eu acho muito interessante... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – O problema na comunicação foi para todos ou só para mim?

A SRA. LILIAN DOS ANJOS LORDELO (*Por videoconferência*.) – Falhou?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Para vocês está bem? Está bem, está bem, melhorou agora.

A SRA. LILIAN DOS ANJOS LORDELO (*Por videoconferência*.) – Bom, mas é nesse sentido de que tem uma questão num ponto da tecnologia que é vista talvez por instâncias mais administrativas nacionais e que na ponta a gente tem essa questão de às vezes não ter acesso a medicações simples, que até estão padronizadas na relação de medicamentos, mas que ficam em faltam nesses serviços, e a gente não chega nem a caracterizar a não resposta às medicações para ter acesso a uma tecnologia mais avançada para se ter essas coisas.

Eu falo às vezes de dois lugares e me mobilizam às vezes algumas falas, porque eu sou psiquiatra e também sou mãe de uma criança que tem autismo e eu me incomodo muito, como mãe, menos como profissional, mais como mãe do ponto de vista de reabilitação. Porque dá a impressão de uma criança que não está pronta, perfeita para estar na vida. Eu me incomodo com esse termo. Eu acho que a criança já nasce com autismo, sem autismo ou com qualquer questão, diagnóstico ou de saúde mental ou de qualquer coisa de neurodesenvolvimento, ela não precisa ser reabilitada, ela já está habilitada para estar na vida. O que a gente vai fazer para ela é dar condições de ter uma vida boa, seja lá o que ela precise. Eu tenho muita vontade, como mãe, de tentar adequar essa questão das palavras; também gosto das palavras, porque acho que elas têm efeito – não é? – terapêutico e às vezes dificultador.

Eu queria na verdade também talvez fazer um pedido porque gostei muito de ouvir a fala das outras duas mães, representantes de pessoas que convivem com o autismo, pessoas autistas. E quando eu trago essa questão da necessidade de intervir na rede de atenção, de assistência, de vida, de cuidado, independente ou anteriormente a um diagnóstico, isso ressoa para elas ou como ressoa, mesmo que seja uma resposta breve, simples. Porque eu vejo que uma das principais questões para nós, que estamos envolvidos com o tema mais diretamente, é que mesmo com o acesso ao diagnóstico as pessoas não estão tendo acesso aos direitos que são garantidos já por legislação específica. Então, como poder talvez pensar uma outra estratégia que seja complementar no sentido de dar acesso a uma boa qualidade de vida, estimulação e tratamento de maneira geral e ampla, no nível da atenção primária, de escolarização e tudo mais, antes de ter um diagnóstico, só de perceber que tem uma questão naquela criança, naquela família.

Eu queria que elas pudessem só comentar brevemente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso.

Agradeço de novo a participação, a oportunidade de falar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bom.

Vamos continuar em contato, inclusive pelo fato da facilidade de você estar em Brasília. Vamos também visitar o serviço e conversar mais. Está bem, Dra. Lilian dos Anjos Lordelo, representante do Centro de Orientação Médico-Psicopedagógico.

Parabéns!

Inclusive, Dra. Lilian, só quero lembrar que há um tempo, nós fizemos uma audiência pública, acho até que era uma sessão, nacional, pelo dia da pessoa com autismo e tivemos a participação de mães e diretoras daí de Brasília trazendo o desafio de pessoas com autismo, adolescentes e adultos, com necessidades muito acentuadas de desenvolvimento e com as mães até fazendo um apelo e dizendo "olha, muitas vezes, as pessoas associam a pessoa com autismo com altas habilidades, e nem sempre é o caso, como é o caso" – elas disseram – "dos nossos filhos", e são mais de uma centena em Brasília que estão em casa e com muita necessidade, dificuldade, adolescentes e adultos", fazendo um apelo para que, dentro do espectro autista... Espectro é uma coisa muito ampla também... Também elas, mais de cem em Brasília... Poderíamos nos dedicar a esse grupo também, pensarmos juntos no que pode ser feito... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – ... o pessoal da Comissão só se tiver algum problema, por favor. (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Ok.

Desculpem-me pelo problema.

Passo, em seguida, a palavra à Sra. Jéssica Borges, Diretora do Instituto Lagarta Vira Pupa.

Com a palavra, Jéssica.

A SRA. JÉSSICA BORGES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

Eu acho que falar de todas essas questões demanda um debate de todas as ordens – legal, ético, moral – e falar de um ponto principal que é a conscientização. O autismo ainda é visto a partir desse molde, desse ideal, desse imaginário médico de doença, de algo que precisa de conserto, de algo que precisa de cura, e, na verdade, o que precisa ser consertado é a barreira que a gente vive na sociedade. Eu não sofro de autismo, eu não sou portadora de autismo, eu sou uma pessoa autista, mãe de uma criança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autista, e eu preciso de ferramentas para viver com dignidade na sociedade, e isso implica ter acesso a uma educação de qualidade, uma educação digna, respeitosa.

E acho que falar disso também é importante, porque, na semana passada, houve um debate sobre a questão do homeschooling, que é um tema que me preocupa por eu ser educadora, porque eu acho que esse tema vai implicar, essa proposta, numa carga ainda mais para as mulheres. Por que eu estou falando isso? Porque essa proposta sendo aprovada, implementada, vai fazer com que as escolas ganhem munição para seguir negligenciando o acesso ao direito ao ensino da pessoa com deficiência na escola regular: "Ah não, você pode criar o seu filho em casa que é melhor, você conhece o seu filho, você vai criar em casa." Porque hoje a gente teve um aumento, nessa atual gestão, exponencial de negativas de matrículas. Então, isso, se implementado de fato, vai implicar numa carga ainda mais para as mães, para as mulheres, porque a família, no Brasil, é composta, em sua maioria, por muitas mães, essencialmente mães solos se virando, o que pode implicar também em mais mulheres saindo do mercado de trabalho para cuidar dos seus filhos porque não terão onde deixá-los.

A gente precisou dizer também que aqui a escola, muitas vezes, é a única rede de apoio que a mãe atípica tem, que a mãe de criança com deficiência tem. Então, eu acho que, diante disso, a escola precisa se aprimorar e se fazer lugar de aprendizagem, de dignidade para todas as pessoas, mas, reforçando a fala da Nídia – desculpe-me se eu estiver falando errado –, reforçando a fala dela, eu acredito que escola, o assunto educação fica na escola e saúde na saúde, são coisas que não se misturam. São situações ali que precisam se encontrar em algum momento para dialogar e traçar planejamento e desenvolvimento para os alunos com deficiência, mas são coisas que devem, cada um, ficar em seu lugar.

Eu acho que é importante falar disso porque pegar esse termo em inglês, *homeschooling*, que fora do contexto americano perde o sentido, porque lá nos Estados Unidos ele é mais uma opção para as famílias educarem, mas não é solto, sem regra e nem fácil de executar. Então, não dá para incluir isso no cenário brasileiro, que é um país que não prioriza a educação básica ainda. Eu acho que isso talvez seja uma proposta bem indecente de não continuar investindo na educação básica.

Então, é importante a gente falar desses temas. Eu acho que para a escola, para a melhoria, que é um setor em que a gente está vivendo uma defasagem em larga escala, é investir em treinamento para monitores, discutir a médio e a longo prazos o chamamento de profissionais destinados para cada área, monitor para auxiliar dentro da sala regular, para alunos que precisam desse acompanhamento em tempo integral, profissional de apoio para higiene e alimentação daqueles que não têm autonomia, conforme assegura a LBI.

A gente também precisa de um levantamento real da quantidade de alunos autistas e com demais deficiências. Não só para quem tem um laudo, porque, quando a gente fala de laudo, a gente precisa lembrar que ter laudo é um privilégio em nosso país, visto que é difícil o acesso, chegar ao hospital. Eu dependo do SUS, mas você chegar ao hospital para você ter um atendimento com um neurologista é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito difícil. Há mães que estão aí com filhos de quatro a oito anos e sequer conseguiram o acesso a um profissional de qualidade para conseguir um laudo. Então, a gente precisa desse levantamento para um melhor planejamento de profissionais adequados e capacitados, a gente precisa de investimento em formação continuada e fiscalização dessas formações, porque não pode ser qualquer formação também.

Eu acho importante a gente frisar que a gente não separa gente por bloco, pessoas não são separadas por tipos. A gente não separa módulo I: pessoa com paralisia cerebral; módulo II: pessoa autista; módulo III: síndrome de Down...

A gente precisa de profissionais adequados para serem professores, inclusive, para a instituição e para todos os alunos. Então a gente precisa dessas formações continuadas para gestores e professores que atuam na rede de ensino, através da rede pública ou privada, para acessibilidade, não só arquitetônica mas também atitudes na área comunicacional, e a formação desses profissionais com foco nas tecnologias assistivas para alunos que são não oralizados.

Eu acho que é isso, a gente precisa pensar e dialogar coletivamente, escutando as pessoas autistas, as famílias também, os profissionais, que são importantes, que estão inseridos na vida dessas pessoas, e entender que quem precisa de conserto é a nossa sociedade, que está adoecida, que é capacitista, que é racista e que segue oprimindo, excluindo pessoas por serem quem são. O autismo é uma condição natural da pessoa. A gente nasce autista e morre autista, a gente não precisa de conserto, mas a gente precisa de ferramentas para viver com qualidade de vida na nossa sociedade, como cidadãos plenos de direitos, o que nós somos.

É isso, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – O.k. Jéssica Borges, Diretora do Instituto Lagarta Vira Pupa.

Estão me escutando também? (*Pausa.*)

Sim.

Passo em seguida a palavra à Sra. Laryssa Smith, que é Coordenadora do Projeto Pró-Autismo Floripa da Associação de Pais e Amigos de Autistas (Ama Florianópolis).

Com a palavra, Laryssa.

Obrigado, Jéssica.

A SRA. LARYSSA SMITH (Para expor. *Por videoconferência*.) – Para finalizar minha participação, gostaria de pedir às famílias aqui, por causa das pessoas com autismo, que participem dessa construção das políticas públicas nas suas cidades. Eu, como mãe do Pedro, só não posso dizer que não peguei meu filho pelos braços, porque peguei mesmo quando, em 2018, resolvi disputar uma eleição. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabia que não chegaria a lugar nenhum porque eu estava havia sete anos cuidando do meu filho dentro de casa, não tinha nem amigos, mas eu queria que realmente o autismo fosse visto na minha cidade, porque eu estava cansada de só colocarem luz azul lá na prefeitura no mês de abril, porque o autismo só é visto em abril. E aí eu estava cansada disso e falei: não, alguém tem que fazer alguma coisa, então vamos lá, Pedro, vamos para a rua mostrar que a gente existe, porque o autismo era invisível na minha cidade. Existiam ações pontuais, eventos bem esporádicos, mas não existiam essas ações efetivas de tratamento, o que ainda está longe de ser o ideal, mas já é um caminho. Então fui para a rua panfletar, entregar o meu santinho com o meu filho. Muita gente me julgou por estar fazendo política, porque muita gente ainda olha com maus olhos a política justamente porque está muito feio fazer política no Brasil, mas eu fui para a rua mesmo com o meu filho e não me arrependo, porque hoje nós conquistamos o Pró Autismo, eu, meu filho e muitas outras pessoas que abraçaram. Não muitas, porque foram só 500 pessoas que votaram em mim, mas essas 500 pessoas abriram portas para que o Pró Autismo existisse.

Então hoje, sim, eu me alegro muito em contar isso e encorajo outras famílias a fazerem o mesmo. Mães, pais, cuidadores: saiam das suas casas, mostrem os seus filhos e os tirem de casa, porque os nossos filhos existem. E, se nós não fizermos isso, eles crianças, os adultos autistas que não se mostrarem... Hoje a rede social está aí para isso, se mostrem nas redes sociais, mostrem a força que a comunidade autista tem. Hoje já temos muita força, ainda bem, né? O próprio Instituto da Lagarta Vira Pupa foi um dos caminhos que me nortearam na rede social. Tenho muito admiração pela Andreia. Isso me mostrou muito do que eu era capaz. E o Pró Autismo nasceu disso, dessa minha coragem.

Então, encorajo essas famílias para que não desistam de construir essa política pública, porque não cabe só ao Estado essa política, cabe também aos cidadãos. Nós construirmos isso juntos. Aqui em Florianópolis, como o Senador Flávio me pediu para mencionar e eu já estava esquecendo, há a cartilha do Ministério Público muito atuante. Quando eu falo que Florianópolis, Santa Catarina é um Estado que é bastante inclusivo, o Ministério Público está construindo, já construiu, fiz parte dessa construção. Não só eu, mas famílias atípicas, pessoas autistas fizeram parte de uma construção de um material sobre autismo para ser amplamente divulgado e entregue fisicamente para familiares e pessoas autistas e comunidade em geral uma cartilha informativa sobre autismo, sobre as entidades que oferecem tratamento gratuito, entidades que oferecem algum tipo de acolhimento, amparo, enfim, sobre autismo.

Agora, teve uma segunda etapa desse projeto do Ministério Público que é para educação inclusiva, do qual eu também participei levando um relato meu sobre a educação do meu filho, que estuda na rede pública. Gosto também de falar isso. Eu sou uma pessoa que, nos impasses que eu tenho com a escola, eu não tiro meu filho da escola. Tive recentemente um impasse com a escola em que eu pensei: agora eu vou tirar o meu filho dessa escola. Não. Eu mudo a escola. Eu não tiro meu filho. Eu revoluciono, mas eu não tiro meu filho da escola. Eu não mudo meu filho de escola, eu mudo a escola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito que esse é o caminho para construir uma sociedade inclusiva. E não é fazer briga. Eu acho que a diretora me compreendeu muito bem porque não é brigar, mas é que a gente construa junto. Vão errar e elas vão errar outras vezes. A professora do Pedro vai errar outras vezes e eu vou compreender isso, mas eu não vou aceitar isso.

E eles também vão ter que compreender o meu lado como mãe do Pedro, que fiz Direito para proteger o meu filho. Não era uma carreira que eu queria seguir. Não me imaginava seguindo essa carreira, mas me formei em Direito para defender o meu filho. Algo que infelizmente é... Laryssa, você briga por tudo? Infelizmente, tive que entrar nesse papel de mãe leoa porque Deus me fez a mãe do Pedro. Mas é isto: sou uma mãe muito corajosa, que encoraja outras mães a terem essa determinação.

Não gosto daquele termo mãe guerreira porque esse papel não cabe a nós, mas, sim, estamos cansadas, porém temos que seguir lutando. Porque, senão, daqui a pouco a mãe do Pedro vai ter que partir dessa para uma melhor e o Pedro vai ficar por aqui, né? Então, se não mudarmos alguma coisa hoje, ninguém vai fazer pelo meu filho.

Por isso que agradeço muito, Senador Flávio, a oportunidade de estar aqui hoje. Porque, se não nós, quem vai fazer alguma coisa pelos nossos filhos? Então, muito, muito, muitíssimo obrigada.

Obrigada a todos, principalmente aos representantes do Ministério da Educação e da Saúde. Nunca imaginei estar com a presença de vocês. Imaginem, a mãe do Pedro...

Então, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Eu que agradeço a você, Laryssa. Muito bem encaminhado também, como ação a ser desenvolvida aí pelas pessoas e nos municípios.

Passo, em seguida, a palavra para a Profa. Nídia Regina Limeira de Sá, do Ministério da Educação.

Com a palavra, Nídia.

A SRA. NÍDIA REGINA LIMEIRA DE SÁ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Laryssa, eu sou a mãe da Nívea, surda, sogra do Raul, surdo, avó do Emanuel, autista. E estamos aí na luta. Eu já estou com 30 anos nessa luta e consegui chegar até aqui.

Então, quero dizer para você: venha nos visitar aqui no MEC, porque você vai ficar muito feliz, inclusive com uma notícia que eu vou dar agora. O nosso curso para atendimento educacional especializado para pessoas com transtorno do espectro autista, em dois meses que iniciou, já tem 20.389 cursistas. Então é uma alegria para nós também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E as nossas histórias, não é? A gente estava comentando aqui: que emocionante seu depoimento. Com certeza, o das outras mães também, mas é porque você falou mais um pouquinho do Pedro. E aqui a gente fala muito que nós trabalhamos pelo Pedrinho. Calhou, não é? Foi uma grande coincidência. Agora já encontrei um Pedrinho real.

Eu queria dizer que nós realizamos uma pesquisa, vamos até publicar brevemente, ainda nestes dias, em que nós analisamos 4 mil, mais de 4,2 mil escolas no contexto da pandemia, e o dado que nós encontramos é que 91% dessas escolas não pararam com o atendimento educacional especializado durante a pandemia. Isso é um dado de pesquisa feita por consultores da Unesco aqui na nossa Diretoria de Educação Especial.

E, por último, queria dizer que concordo muito com a Dra. Renata, porque, como eu disse, as equipes multiprofissionais precisam ser criadas nas escolas, nas secretarias municipais, em último caso, porque a escola tem que se antecipar a essa questão da judicialização. A judicialização mostra um buraco, buraco negro mesmo, no atendimento. Negro aí, desculpa, porque não foi uma boa palavra escolhida. Mas é um buraco mesmo, um *gap* de atendimento, porque nós estamos precisando entender que é constitucional, é direito, é obrigatório que a escola ofereça recursos e serviços da educação especial, para que a acessibilidade não seja apenas a acessibilidade física, a acessibilidade arquitetônica, mas que seja a acessibilidade curricular mesmo, porque as pessoas com deficiência, com transtorno do espectro autista, com altas habilidades, superdotação têm direito ao desenvolvimento, ao desenvolvimento pleno, ao desenvolvimento que for possível, o mais possível para cada um.

E essa judicialização acontece muito porque muitas escolas ainda ficam esperando a judicialização para começar a fazer o que é correto. Não é? E nós trabalhamos numa federação. Os entes são federados. Tem o trabalho que o MEC tem que fazer, mas o MEC não dá conta de fazer tudo. Ao contrário, o MEC faz muito menos do que as redes de ensino estaduais e municipais, distritais também. Então, nós estamos querendo juntar forças. A área da saúde...O nosso colega Angelo faz parte do Conade, junto comigo também. Estamos na luta, mas, com certeza, falta muito, falta muito mesmo. Mas estamos avançando.

Obrigada porque vocês existem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Nídia Regina Limeira de Sá e equipe do Ministério da Educação.

Passo, em seguida, a palavra ao Angelo Roberto Gonçalves, que é do Ministério da Saúde, Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência.

O SR. ANGELO ROBERTO GONÇALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Agradeço, Senador, a oportunidade de vir trazer esses dados, de mostrar a vocês as nossas ações da secretaria especializada do Ministério. Acredito que, se tivéssemos alguém da atenção primária, ele poderia colocar também o que eles têm feito lá, porque nós temos trabalhado bastante. E não pode ser diferente disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para se ter uma ideia, nós estamos fazendo... Para evitar esse problema de os estados não saberem onde está a rede, como funciona, como é esse acesso, nós temos feito a oficina de qualificação da nossa rede de cuidados da pessoa com deficiência. Nós já fizemos em Rondônia, fizemos no Amazonas, no Ceará, no Rio Grande do Norte, em Goiás. Fizemos no Paraná e, há 15 dias, nós estávamos em Florianópolis. Viu, Laryssa? Então, nós estivemos uma reunião com o estado muito importante, convidamos várias instituições. Estivemos no Paraná, Senador, com toda a equipe, para mostrar a eles. O Ministério tem que estar perto, o Ministério tem que chegar próximo, tem que mostrar o que nós temos e que nós somos tripartites e triparceiros, na verdade. O estado, o município e o Governo Federal não podem ser diferentes disso, a construção tem que ser em conjunto. Não é cada um, somos nós. Acho que isso é muito importante.

E tivemos bastantes avanços. Cheguei a conhecer instituições espetaculares. Aí em Curitiba, a Afece faz um trabalho sensacional para as pessoas com TEA; no Rio Grande do Norte, o Instituto Santos Dumont. Tanto é que nós os convidamos para outras oficinas para mostrar a experiência que eles têm. Semana que vem, estaremos em Belém fazendo a oficina no Estado do Pará. Em breve, todo o país terá essa oportunidade, porque estamos deixando aqui um calendário para o próximo ano e que isso se siga.

Agradeço a oportunidade a todos vocês, sobretudo ao senhor, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Nós é que agradecemos também a você, Dr. Angelo Roberto Gonçalves, do Ministério da Saúde.

Nós vamos organizar todas as sugestões, perguntas e encaminhamentos para que a gente possa ter os desdobramentos necessários desta audiência pública.

Quero, de novo, agradecer a vocês expositores e expositoras, a todos que nos acompanharam pelo e-Cidadania, porque foi interativa a conferência, e também pelos meios de comunicação do Senado, que a gente já mencionou, no início, que podem ser utilizados para divulgar a área, debater sobre a área com o Brasil todo – e vocês são convidados, também, a participar desse processo –, e também à infraestrutura da Comissão de Assuntos Sociais, que também se empenhou muito a favor da audiência pública.

Antes de encerrarmos, eu só quero propor a dispensa da leitura e a aprovação das atas da reunião anterior e desta reunião.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Então, as atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, de novo, a vocês.

Contem com a gente! Estamos juntos nessa caminhada.

O Senado Federal quer ser parceiro de todas as entidades, das pessoas, das famílias, junto com o Executivo, para que a realidade possa ser muito melhor a favor da cidadania.

Abração para todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 09 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta e sete minutos do dia cinco de julho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Mara Gabrilli, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Rose de Freitas, Giordano, Rafael Tenório, Daniella Ribeiro, Tasso Jereissati, Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke, Plínio Valério, Mecias de Jesus, Paulo Paim, Jaques Wagner e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Jader Barbalho, Marcelo Castro, Eliane Nogueira, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Alexandre Silveira, Lucas Barreto, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Telmário Mota, Rogério Carvalho, Eliziane Gama e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2021, que "altera o inciso I do art. 56 da Constituição Federal, para prever que a investidura de parlamentar no cargo de chefe de missão diplomática de caráter permanente não dá ensejo à perda de seu mandato", de autoria do Senador Davi Alcolumbre e outros senhores senadores. **Participantes:** Sra. Glivânia Maria de Oliveira, Diretora do Instituto Rio Branco (representante de: Carlos Alberto Franco França, Ministro de Estado das Relações Exteriores); Sra. Maria Celina de Azevedo Rodrigues, Presidente da Associação e Sindicado dos Diplomatas Brasileiros (ADB/Sindical); Sr. Guilherme Stolle Paixão e Casarões, Cientista Político e Professor de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas; Sr. José Alfredo Graça Lima, Vice-Presidente do Conselho Curador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) (representante de: Julia Dias Leite, Diretora-Presidente do CEBRI); Sr. Mathias Alencastro, Professor Universitário e Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP); Sr. Aloysio Nunes Ferreira, Ex-Ministro de Estado das Relações Exteriores; e Sr. Marcelo Calero, Deputado Federal (PSD/RJ). **Resultado:** Realizada a Audiência pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Mara Gabrilli
Presidente em Exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/07/05

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2021, que altera o inciso I do art. 56 da Constituição Federal e para prever que a investidura de Parlamentar no cargo de Chefe de Missão Diplomática de caráter permanente não dá ensejo à perda de seu mandato.

Conforme o Requerimento nº 7, de 2022, para a CCJ, de iniciativa desta Senadora Mara Gabrilli, a presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e Srs. Senadores e convidados, por sistema de videoconferência, para exposição e debate.

Esta reunião é realizada em caráter interativo, com possibilidade de participação popular.

Eu vou pular tudo isso, porque demorou demais o início, devido a uma questão técnica do próprio Senado, da própria Comissão, e os convidados têm horário. Então, vou direto ao assunto.

Antes de apresentar as convidadas e os convidados, só gostaria de fazer minha descrição. Eu sou uma mulher de pele clara, cabelos castanhos claros, semilongos, estou com um vestido de oncinha, estou numa sala clara e tem um quadro, atrás de mim, com um arco-íris e um horizonte.

Eu quero dar boas-vindas e apresentar: a Sra. Glivânia Maria de Oliveira, que é Diretora do Instituto Rio Branco e está aqui conosco representando o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Carlos Alberto Franco França; o Sr. Marcelo Calero Faria Garcia, que é Deputado Federal; a Sra. Maria Celina de Azevedo Rodrigues, Presidente da Associação e Sindicado dos Diplomatas Brasileiros (ADB/Sindical); o Sr. Aloysio Nunes Ferreira, ex-Ministro de Estado das Relações Exteriores e ex-Senador; o Sr. José Alfredo Graça Lima, Vice-Presidente do Conselho Curador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), representando a Sra. Julia Dias Leite, Diretora-Presidente do Cebri; o Sr. Guilherme Stolle Paixão e Casarões, Cientista Político e Professor de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas; e o Sr. Mathias Alencastro, Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

Muito obrigada pela presença de todos.

Justificou a ausência o Sr. Celso Lafer, ex-Ministro de Estado das Relações Exteriores, Professor Emérito da Universidade de São Paulo, mas que nos enviou uma mensagem que lerei daqui a pouco.

Desde o dia em que a PEC nº 34, de 2021, entrou na pauta da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que eu fui procurada por diversas organizações preocupadas com os impactos da proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para dar voz aos segmentos da sociedade interessados em debater o projeto e favorecer o diálogo com os Senadores da Comissão, eu apresentei um requerimento para realização desta audiência pública e para que a gente tenha a oportunidade de aprofundar a discussão sobre o tema, já que alterar a nossa Constituição Federal não é algo trivial e merece nossos melhores esforços, ainda mais em se tratando de uma matéria como essa, que visa a alterar a previsão constitucional de perda do mandato quando houver a nomeação de um Deputado ou de um Senador para ser Chefe de Missão Diplomática permanente.

Na própria justificativa da PEC, o Senador Davi Alcolumbre ressalta que as Constituições brasileiras, desde a de 1937, preveem perda do mandato parlamentar quando da nomeação para a função de Embaixador. Atualmente, a Constituição permite que Parlamentares chefiem missão diplomática temporária sem perda de mandato, ou ainda que assumam os cargos de Ministro do Executivo ou de Secretário de Estado ou do Distrito Federal ou de Prefeito de capital.

Como essa proposta não poderia passar por esta Casa de forma açodada, reunimos algumas autoridades estudiosas para ponderação entre os nobres colegas Senadores e a sociedade.

A representação diplomática permanente do país sempre foi fundamental para a preservação de nossa soberania e para a qualidade de nossa inserção e nossa atuação no cenário internacional. Ela historicamente vem sendo exercida com maestria por profissionais que são submetidos a um dos mais rigorosos concursos públicos do país e a uma rígida hierarquia existente no serviço exterior, que estão organizados em carreiras e que são submetidos a constante processo de capacitação.

Por isso, sempre que eu tenho oportunidade – e esta é uma delas –, eu adoro enaltecer as preciosas contribuições dos servidores do Itamaraty pelo permanente diálogo, respeito e defesa dos interesses brasileiros na arena internacional. Isso demarcou uma histórica credibilidade nas relações do Brasil e nas intervenções do Brasil no exterior, ainda mais nesses tempos tão difíceis que a gente atravessa.

E, apesar de reconhecermos o papel desempenhado pelo Congresso Nacional em prol da política externa brasileira, é preciso estarmos atentos a um fato: não podemos misturar interesse político-eleitoral e políticas de governo com políticas de Estado. A tradição brasileira herdada do avô da nossa Diplomacia, que era o Alexandre de Gusmão, e sedimentada pelo nosso Patrono, Barão do Rio Branco, é de uma política de Estado que exige pragmatismo e racionalidade.

E a PEC 34, de 2021, parece ir na contramão desses princípios.

Sabemos que o art. 52, inciso IV, da Constituição, atribui privativamente ao Senado Federal a competência de aprovar previamente, por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente e que essa prerrogativa constitui a materialização de mecanismo de freios e contrapesos. Muito nos preocupa um possível desequilíbrio nesse sistema, sobretudo diante do número expressivo de embaixadas brasileiras distribuídas pelo mundo e que poderiam se tornar objeto de negociações pelo Executivo em busca de apoio político do Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, mais uma vez, eu agradeço a presença de todos e gostaria de dar início às intervenções dos nossos convidados, que com certeza vão enriquecer este debate.

Lembro que cada um terá dez minutos para as suas considerações.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senadora Mara Gabrilli, é o Esperidião Amin.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência*.) – Eu sei. Bom dia!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Mesmo a senhora sem aquela aura, sem aquela aura marcante, em recente sessão, eu gostaria de cumprimentá-la por presidir esta reunião, que estarei acompanhando, mas não posso deixar de enunciar aqui a minha posição.

Eu concordo com todas as suas palavras e gostaria de acrescentar três brevíssimas reflexões, se a senhora me permitir, querida amiga e vizinha de Plenário.

Número um: considero esta iniciativa inadequada do ponto de vista constitucional – incongruente, como a senhora mesma revelou ao comentar sobre as autonomias e sobre as peculiaridades das funções.

Segundo, não vejo interesse público nela. Portanto, constitucionalmente, em termos de interesse público, acho que ela não atende à melhoria do serviço que se presta. Pelo contrário, tende a comprometer a qualidade. Na primeira questão constitucional, trata-se da separação entre os Poderes e da não subordinação do Parlamentar a quem não é eleito; na segunda, repito, do interesse público.

Mas eu quero acrescentar um terceiro fator, pedindo perdão se considerarem chula minha observação. O terceiro comentário é de boteco. Eu milito na vida pública, sem abrir mão de frequentar boteco; boteco tem uma sabedoria muito respeitada no Brasil. E, nos botecos do Brasil, o que se comenta é que o objetivo desta proposta de emenda à Constituição é arrumar mais uma boquinha para o Parlamentar.

Portanto, pelas três razões – constitucional, interesse público e papo de boteco –, eu quero manifestar minha absoluta contrariedade ao objetivo desta PEC e vou continuar aqui acompanhando os subsídios que nos serão apresentados.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador Esperidião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de passar a palavra para os convidados. Eu ia começar com a nossa convidada que está presencialmente, mas eu quero pedir autorização e começar pelo nosso ex-Ministro de Estado das Relações Exteriores e ex-Senador, Sr. Aloysio Nunes Ferreira, para trazer as suas considerações.

Muito obrigada, Aloysio, por participar aqui com a gente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora Mara Gabrilli. É uma honra atender a esse convite da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, especialmente para participar de uma sessão que foi requerida por V. Exa. e é presidida por V. Exa.

Eu quero cumprimentar os Senadores, os convidados, a todos aqueles que assistem à nossa audiência pública.

Eu teria muito pouco a acrescentar, Senadora, ao que a senhora disse na sua introdução, com o brilhante complemento constitucional, de mérito e de boteco que foi aduzido pelo Senador Amin. Não é uma novidade essa iniciativa; essa iniciativa tem um precedente histórico.

Segundo a nota que foi elaborada pela Consultoria do Senado, a pedido, aliás, do Senador Amin, já na Assembleia Nacional Constituinte de 1988, houve uma tentativa de facultar a designação de um Parlamentar de ocupação de uma embaixada ou de uma representação permanente no exterior por um Parlamentar sem licença no mandato. Essa tentativa contrariava uma história constitucional brasileira que vem continuamente desde 1937, quando começaram, aliás, sob a égide da ditadura do Estado Novo, a se estruturar as carreiras públicas da União. O argumento foi mais ou menos semelhante àquele apresentado pelo prezado amigo e ex-colega Alcolumbre, de que esse impedimento representaria uma discriminação contra o Parlamentar, porque o Parlamentar tem toda a qualificação de discernimento e de experiência para ocupar essas funções.

A PEC, a proposta desses Constituintes, foi fulminada pela argumentação do Constituinte, o grande Deputado, jurista, que foi o que acabou por liquidar essa discussão, Egídio Ferreira Lima, na Constituinte, de tal maneira que o Constituinte originário manteve esse impedimento. E o argumento de Egídio Ferreira Lima é o mesmo, aliás, em essência, do que foi desenvolvido pela Senadora Gabrilli e pelo Senador Amin.

A política, eu acho, minha opinião, é uma carreira, e digo isso com a autoridade e experiência de quem percorreu muitos cargos na vida política. É uma carreira que permite um acúmulo de experiências – tem razão o Senador Alcolumbre –; experiências que permitem que você possa distinguir um conjunto de árvores da floresta, distinguir o que é um técnico competente de um simples medalhão, saber quando é preciso dar dois passos atrás para poder dar um passo adiante. Isso somente com a experiência da vida política, que você aufere na carreira política! Aliás, os antigos romanos, nos primeiros dois séculos da República Romana, instituíram por costume aquilo que se chamava de *cursus honorum*. Quer dizer, é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

percurso a ser percorrido para que o Senador, alguém pertencente à classe senatorial, pudesse chegar ao topo do Estado, à função de Cônsul. Ninguém chega a ser cônsul sem ter sido antes edil, questor, pretor, tribuno, para depois chegar a cônsul.

Ora, é uma carreira que obedece ao princípio democrático; uma carreira que permite, aliás, ao longo do acúmulo da experiência e de prestígio, que advêm da ocupação de cargos públicos, a aquisição de autoridade, que confere, inclusive, independência ao titular do mandato eletivo – independência que permite, por exemplo, ao Senador Serra votar contrariamente à orientação da Liderança da Bancada do PSDB nesta PEC, chamada pela imprensa de PEC camicase. Votou contra, atendendo à sua convicção, a partir da experiência que ele acumulou e do prestígio e da autoridade que acumulou.

Ora, a carreira diplomática é uma carreira burocrática, organizada no Estado, segundo regras estatutárias rígidas. Tem-se acesso a ela por concurso público; um concurso, como disse a Senadora Mara Gabrilli, duríssimo. É uma carreira na qual se ascende pouco a pouco, mediante provas, cursos, experiências funcionais, em que o mérito e o conhecimento são aferidos. De tal maneira que a pessoa pode, depois de pelo menos 20 anos de exercício, de ingresso na carreira, ocupar a relevantíssima função que é de falar em nome do Estado brasileiro. E falar em nome do Estado brasileiro significa falar em nome daquele que é o porta-voz do Estado brasileiro, que hoje é o Presidente da República. Isso significa uma submissão hierárquica, uma submissão de disciplina, como é própria de todas as carreiras.

Hoje um Parlamentar, se fosse investido dessa função sem se licenciar, poderia simplesmente desconsiderar uma determinação do Presidente. E o que aconteceria com ele? Provavelmente seria demitido dessa função e voltaria para o seu mandato. Já o diplomata, não. Ele teria seriíssimos prejuízos se, porventura, viesse a descumprir uma orientação, uma determinação da sua chefia.

Eu digo isso como alguém que já chefiou, com muita honra, o Ministério das Relações Exteriores, tive convivência com diplomatas que me enriqueceram com informações preciosíssimas. Os telegramas diplomáticos que eu recebi nos diferentes postos são verdadeiras lições de análise de conjuntura nos países em que eles eram acreditados, não só nos países como Estados Unidos, Argentina, França, Inglaterra, mas também na Coreia do Norte. O nosso encarregado de negócios que estava na Coreia do Norte, o Cleiton Schenkel, me mandava telegramas preciosos, que resultaram num livro que ele publicou sobre a vivência dele na Coreia do Norte, onde nós temos representação diplomática há muito tempo iniciada pelo grande Diplomata Arnaldo Carrilho, difusor do cinema nacional, amigo de Glauber Rocha e de Bernardo Bertolucci.

Bom, mas eu quero dizer o seguinte: o diplomata tem que seguir a hierarquia, a obediência hierárquica, pouco importa se ele é de direita ou de esquerda. Eu convivi com grandes diplomatas de direita, de esquerda e até mesmo com um velho diplomata que é um dos astros da carreira, hoje aposentado, que é monarquista e que, no entanto, seguiu escrupulosamente as determinações do Presidente. Caso contrário, nós teríamos uma confusão, uma cacofonia na política externa. Ora, à medida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que você introduz na carreira diplomática o salto de barreiras que levam a que a pessoa ocupe esse posto com pelo menos 20 anos de exercício, você cria realmente uma enorme confusão dentro da carreira, você cria o desestímulo aos diplomatas. Esse que serve hoje na Coreia do Norte deve ter a expectativa de um dia servir um posto mais atraente. Você estaria tirando esse estímulo, você estaria diluindo – o que me parece mais grave – uma competência fundamental do Presidente da República que é a de falar pela sua voz em nome do Brasil, falar pessoalmente e mediante representantes seus nomeados por ele e acreditados por ele.

É claro que o Senado tem enormes competências. E, vejam, a disciplina constitucional da indicação do embaixador mostra como é delicada essa questão. Ele deve ser submetido, depois da indicação do Presidente, a uma sabatina, no texto da Constituição, em sessão secreta da Comissão de Relações Exteriores – eu creio que esse sistema já caiu em desuso e há uma iniciativa do Senador Anastasia que eu penso que foi aprovada –, e é submetido depois ao voto secreto para evidentemente blindar essa indicação dos interesses políticos que são contingentes e que podem de alguma maneira comprometer a execução de objetivos políticos permanentes, de longa duração.

São processos de longa duração, como, por exemplo, esse do ingresso nosso na União Europeia ou na OCDE e as negociações entre o Estados Unidos e o Brasil para a utilização da Base de Alcântara para lançamento de satélites comerciais. Isso começou faz 20 anos. São processos de longa duração que não podem ser submetidos a interesses políticos que são, por sua própria natureza, contingentes.

Eu acompanho com muita tristeza um certo desmonte de estruturas do Estado brasileiro, de políticas públicas na saúde, na educação, no meio ambiente, nos direitos humanos. Direitos humanos, aliás, foi um tema que a Senadora representou temporariamente nas Nações Unidas por indicação do Presidente Temer, em uma conferência sobre direitos humanos. Agora, o fato é que essas coisas todas podem ser corrigidas. Foram resultado de uma conjuntura de um Presidente, na minha opinião, despreparado para o cargo que exerce, com uma pauta, com o repertório político restrito a obsessões ideológicas, sem um projeto para o país e que acabou se rendendo a interesses de sobrevivência imediata. Há muitos Parlamentares eleitos por partido sem nenhuma consistência programática ou ideológica; meras siglas, cujo significado nem os próprios membros conseguem decifrar qual seja. Então, vivemos hoje isso, essa conjuntura.

E nessa conjuntura houve um avanço sobre as prerrogativas do Presidente. Com Presidente fraco, o Congresso ocupa. O mais grave, no meu entender, é em matéria orçamentária. E começa com a Presidente Dilma, que, diante do esfarelamento da sua presença política, acabou por ceder à execução obrigatória de emendas individuais. E, hoje, nós estamos prestes a ver, com base no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, o esvaziamento completo ou quase completo da prerrogativa presidencial no gasto público. Mas, enfim, essas são coisas que podem ser corrigidas; serão corrigidas se houver alternância no poder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, uma mudança condicional dessa natureza cria um dano permanente na política externa brasileira e um dano permanente a uma prerrogativa essencial do Presidente da República, que é falar com plena autoridade, em nome do Brasil.

Por isso, meus amigos, eu concordo com tudo aquilo que foi dito no mérito e quanto à constitucionalidade. Acho que essa diluição de fronteiras entre Poderes não deve ser admitida pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado e eu faço votos de que esta Comissão possa detidamente se aprofundar nos aspectos constitucionais desta PEC para que depois, na Comissão de mérito, na minha opinião, ela possa ser rejeitada.

Muito obrigado, Senadora; muito obrigado, meus caros companheiros.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador Aloysio. É uma honra ouvir suas palavras.

Só para lembrar, eu ainda estou representando o Brasil por aquela indicação do Presidente Temer. O meu mandato só termina em janeiro do ano que vem. Muito obrigada, Aloysio.

Agora eu quero passar a palavra para a Diretora do Instituto Rio Branco, a Sra. Glivania Maria de Oliveira, que representa o nosso Chanceler, Carlos Alberto França.

A SRA. GLIVANIA MARIA DE OLIVEIRA (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora Mara Gabrilli; Sras. Senadoras; estimada Senadora; Ministro Aloysio Nunes, que tivemos a grata satisfação e o privilégio de ter no Itamaraty e com quem tive a oportunidade de estar duas vezes nos Estados Unidos, ao meu tempo, como Cônsul-Geral do Brasil em Boston. Tivemos uma reunião importantíssima convocada pelo Sr. Ministro Aloysio Nunes para tratar da questão das crianças na fronteira, da questão das imigrações. Também tivemos uma proveitosa e importantíssima reunião de coordenação e orientação para as chefias de postos naquela região e em Washington também, por volta de 2018.

Eu queria dizer que é uma grande honra estar aqui hoje.

Eu gostaria, inicialmente, de transmitir a V. Exas. as saudações do Ministro de Estado das Relações Exteriores, que, em razão de compromissos fora do país, não pôde hoje aqui estar. Incumbiu-me, no entanto, de representá-lo nesta audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o que faço com muita honra e com a noção, creio, correta da grande responsabilidade que aqui trago neste momento.

Estamos aqui debatendo a Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2021, que tem especial relevância não apenas para o Itamaraty, como instituição de Estado, mas também para o futuro da diplomacia brasileira e, creio eu, portanto, para a defesa dos interesses do Brasil no cenário internacional. É sempre motivo de satisfação ter esta oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de mencionar que a nossa estimada Relatora esteve no Panamá. Eu retornei do Panamá há pouco menos de três meses, onde tive também o privilégio de exercer funções como representante plenipotenciária do Brasil, do nosso Presidente da República. E, nessa condição, acompanhei as atividades do Parlatino. Tivemos uma oportunidade de uma breve interlocução no momento em que eu já estava, na verdade, me preparando para assumir as minhas responsabilidades em Brasília como Diretora-Geral da academia diplomática brasileira. É, portanto, uma grata satisfação aqui voltar e poder também relembrar esse episódio da minha carreira diplomática recente.

Talvez, se me permitem, antes de entrar na matéria, eu acho que as questões constitucionais, as questões legais que foram suscitadas pelo Senador Esperidião Amin, pela Senadora Mara Gabrilli e pelo Ministro Aloysio Nunes são aspectos que eu, em representação do Ministro de Estado, corroboro integralmente. Portanto, tenho a certeza de que não faria com igual competência, se fosse revisitar todos esses pontos. Mas, de fato, temos sérias preocupações quanto a aspectos constitucionais relacionados à iniciativa, inclusive no que diz respeito a algumas cláusulas pétreas da Constituição Federal.

Nós sabemos que esse tema foi objeto de debate no nosso esforço constituinte em 1987, em 1988. E consideramos... Com todo o respeito ao Exmo. Sr. Senador Davi Alcolumbre e à relatoria, com esse respeito, eu me permito também transmitir a posição do nosso chefe, que é a posição da nossa Casa, quanto aos aspectos sensíveis e possivelmente problemáticos, na nossa opinião, quanto a elementos de constitucionalidade.

Mas eu gostaria... Eu aqui estou e entendo que o Ministro me concedeu essa honra de representá-lo nesta ocasião, até porque ele não pôde aqui estar hoje, porque eu assumi com grande satisfação a Diretoria-Geral da academia diplomática do Instituto Rio Branco, uma instituição criada, enfim, em 1945, 1946 – estamos aí há quase 80 anos formando diplomatas. Portanto, eu falo em nome dos alunos do Instituto Rio Branco, falo também em nome dos mais de 2 mil diplomatas que foram formados por aquela instituição, num processo absolutamente criterioso, rigoroso de seleção, de formação e de aperfeiçoamento.

Eu também creio aqui representar a percepção e os sentimentos dos nossos mais de 1,5 mil diplomatas que, ao longo dessas décadas, tanto se empenharam por levar adiante o nosso trabalho diplomático, conforme determinações do Chefe do Executivo, transmitidas, coordenadas e acompanhadas por nós no Itamaraty, sob as ordens do nosso Ministro de Estado.

Temos uma carreira hierárquica, uma burocracia bastante estruturada e, sobretudo, temos um enorme compromisso, como funcionários, como uma burocracia administrativa, em constante treinamento e aperfeiçoamento, um compromisso absolutamente sério, como representantes de Estado, na defesa e na consecução das políticas que nos são determinadas pelas mais altas autoridades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse processo, cumpre ressaltar o papel fundamental do Senado Federal, que tem o papel de acompanhamento, o papel de monitoramento e, inclusive, em última instância, o papel no que diz respeito aos tratados internacionais, às convenções – o papel definitivo em termos da aprovação ou não aprovação das decisões que o Brasil, através dos seus agentes plenipotenciários, através dos seus diplomatas, dos seus embaixadores, assina, contrata, participa de negociações e traz à deliberação desta casa. Então, esta Casa tem este papel e este papel é o papel fundamental.

Eu vejo, estimados Senadores e estimadas Senadoras, por exemplo, na proposta, na justificativa, eu notei algo, uma observação muito importante, muito correta que diz: os Parlamentares conhecem como poucos as reais necessidades do Brasil e do seu povo. Não há como, é evidente e é uma grande, uma grande verdade, por toda a riqueza do trabalho que se realiza nesta Casa, por toda a dedicação que se vê, por toda essa representação variada, relevante e essencial que temos no Congresso Nacional e no Senado Federal.

Eles são os representantes diretos e eleitos do povo e a possibilidade de exercer a chefia de missões diplomáticas seria forma de concretização do princípio da soberania popular. A possibilidade de exercer chefias diplomáticas existe, ela é prerrogativa do Chefe do Executivo.

Há uma possibilidade de que os mandatos, uma vez... Abrindo-se mão do mandato, essa possibilidade existe e essa contribuição é relevante. Nós não estamos, estimada Relatora, questionando esse aspecto. O aspecto que nos preocupa é o exercício, é assumir uma missão diplomática no exercício de um mandato parlamentar. E aí entramos na questão da separação dos Poderes, entramos na questão inclusive do processo de designação de um agente, de um chefe de embaixada, de uma chefe de embaixada, que será aqui submetido à apreciação do Senado, passando pela Comissão de Relações Exteriores. Então, como eu disse, não vou me estender muito porque já tivemos brilhantes e abrangentes manifestações aqui, mas eu queria dizer que eu trago também da nossa área jurídica no Itamaraty uma preocupação bastante acentuada com essa questão.

Eu acho que eu devo, talvez, dizer, portanto, que nós concordamos quanto a esse aspecto, concordamos também quanto ao aspecto de que o mundo mudou, de que os temas chegam com cada vez maior velocidade e que todos nós... Hoje o mundo está todo conectado, e quando falamos dos mais altos representantes da República, quando falamos nos Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, nós estamos falando de pessoas que, ungidas pelo voto popular, direto, secreto, representantes altamente capacitadas, certamente acompanham esses temas da agenda internacional.

No entanto, nós acreditamos, com todo respeito, que há papéis determinados – e papéis determinados na Constituição Federal. O nosso papel como agentes, como ferramentas, como instrumento... Como mencionou recentemente o Exmo. Presidente do Senado Federal, nós somos o instrumento, nós somos a ferramenta para implementar as políticas que são decididas, as instruções que nos são *impartidas* através do Ministro das Relações Exteriores e que têm na sua origem o Chefe do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Executivo – é claro, com acompanhamento e com monitoramento e, como eu disse, no caso dos tratados internacionais, das convenções, dos compromissos que assumimos, passando pelo crivo necessário, fundamental desta Casa. Mas nós temos o papel de ir, de negociar em processos que são longuíssimos, em processos que são complexos, em processos que permitem que, interagindo com os vários atores da cena internacional, nós, como diplomatas dedicados a este ofício, possamos trazer para casa, para os nossos mais altos representantes, inclusive os Srs. e as Sras. Senadoras o resultado desse esforço que cumprimos – cumprimos com muita honra e cumprimos com muito, muito empenho.

Eu diria que, como Diretora-Geral do Instituto Rio Branco... E eu sei que a nossa estimada Relatora também é pedagoga, então aqui eu falo com o meu papel também de diretora, de professora, de quem na semana passada deu posse a 36 novos terceiros-secretários na carreira, um dos momentos mais gratificantes, em que senti com mais intensidade a responsabilidade do meu cargo.

Também concluímos recentemente, além de dar posse a esses novos jovens secretários que vieram... Eu diria que são números impressionantes. Participaram deste certame 6.464 brasileiros das mais diversas procedências. Quando nós tivemos a fase inicial do concurso, todos os estados brasileiros estavam representados. E fizemos essas provas em todos os estados de origem, como tem sido a prática já há alguns anos, nesse esforço de ter o Brasil em nível federal, como representação federal, mas com a sua origem nos diversos estados, permitindo que todos possam fazer parte e dar essa contribuição para o país. De 6.464, nós chegamos ao resultado de que passarão a estudar em bases, por um ano e meio – com estágios, com formação bastante abrangente, profissionalizante e também teórica –, 36 alunos. Eu me permito dizer que estou muito feliz, e o Itamaraty e as nossas chefias temos a satisfação de dizer que alcançamos um número recorde de mulheres: desta vez, temos 44,11% de mulheres neste grupo, o que é a nossa melhor marca nos últimos 40 anos. Então, é uma satisfação, e eu pretendo dar o melhor de mim, sob a orientação das minhas chefias, nessa tarefa.

Eu falo por essas pessoas, eu falo por esses jovens, eu falo pelos jovens que concluem agora em fevereiro o seu curso de formação. Então, nós teremos no Rio Branco... Enfim, eu terei o maior prazer em convidá-la um dia para estar conosco, para falar para esses jovens, porque nós precisamos inspirá-los para o sentido que eles já têm, porque é uma inspiração participar de um concurso que demanda tanto, que tem tantas fases, que leva meses e que exige tanto sacrifício pessoal, tantas esperanças depositadas. Eles têm muita inspiração, mas eu acho que a gente sempre pode reforçar isso.

E acho, se me permitem, nesse sentido, que esses jovens, quando eu retornar ao Rio Branco hoje, vão me olhar e vão me perguntar: qual será o nosso futuro? Qual é a previsibilidade que nós temos? Porque, quando nós entramos nessa carreira... Claro, nós temos uma carreira hierárquica, nós temos uma carreira que tem processos muito rigorosos, com muito estudo e muita avaliação do trabalho, que nos leva um dia, a depender do nosso desempenho, àquela posição almejada de representar o nosso país, conforme autorizado pelo Senado Federal e conforme indicado pela chefia do Executivo, lá fora e fazer o trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conforme as prioridades aqui determinadas, mas sempre procurando trazer de volta o melhor que nós pudermos e sempre procurando desempenhar o nosso papel da melhor forma.

Eu devo dizer, eu vou fazer... Enfim, eu não costumo falar tanto de mim e das minhas origens, mas eu sou uma diplomata com 38 anos de carreira. Então, 38 ou 39 anos atrás, eu era um daqueles jovens. Eu tenho a satisfação de ser Ministra de Primeira Classe, como nós chamamos, há cerca de nove ou dez anos. Eu fui chefe de duas missões diplomáticas: no Consulado-Geral do Brasil em Boston, onde eu tive a oportunidade de ter uma das experiências mais enriquecedoras, o melhor aprendizado da minha vida, em Boston; e, depois, eu estive no Panamá. Mas queria dizer que eu sou uma daquelas jovens que, hoje, estão esperando e que vão me perguntar: "O que será do nosso futuro, Embaixadora? A força da nossa carreira se mantém?". Há essa preocupação. E eu diria que eu sou uma daquelas jovens, vinda do interior de Minas, vinda com um sonho e muito feliz que o Brasil, as nossas leis, a solidez institucional me permitiram chegar. E eu estou lado a lado com os meus colegas e com os alunos do Instituto Rio Branco.

Por isso, peço, com muito respeito, com muita humildade, que os nossos argumentos jurídicos e também práticos da nossa realidade, do nosso papel na sociedade brasileira sejam levados em conta nesta importante reflexão que está sendo feita hoje, da qual eu tenho a honra de participar.,Muito, muito obrigada.

Desculpem ter me estendido, mas eu agradeço muitíssimo a oportunidade. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência*.) – Embaixadora Gilvania, eu fiquei emocionada. Eu quero dar os parabéns para esses 39 novos terceiros-secretários. Maravilhoso! Acho que você deu exatamente o exemplo, a evolução daquilo que a gente tanto admira e precisava ouvir nesta audiência. Muito obrigada. E parabéns pelo seu trabalho!

Agora, a gente vai ouvir as considerações do Deputado Marcelo Calero, que é também Diplomata de carreira. Eu agradeço muito a sua participação aqui conosco hoje, Deputado Marcelo Calero.

O SR. MARCELO CALERO (PSD - RJ. Para expor.) – Senadora Mara Gabrilli, muito obrigado pelo convite. Todo convite de V. Exa. é uma convocação não apenas pelo trabalho de excelência e brilhante que exerce, mas pela minha profunda admiração pessoal. Então, agradeço muito por ter se lembrado do meu nome.

Eu queria dizer que é uma alegria, uma honra, uma satisfação também estar aqui com os demais Senadores, com a eminente Relatora desta PEC, a Senadora Daniella.

Eu queria também cumprimentar a Embaixadora Gilvania, a nossa Diretora-Geral do Instituto Rio Branco, e a Embaixadora Maria Celina, que é a Presidente da Associação dos Diplomatas Brasileiros (ADB).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria também fazer um cumprimento especial a todos os meus colegas que estão aqui nos acompanhando, de acordo com as suas funções no Ministério das Relações Exteriores.

As pontuações que eu gostaria de fazer não são muito diferentes daquelas que já foram indicadas aqui, mas eu gostaria de fazer algumas pontuações que eu acho relevantes, fazendo talvez um apanhado do que já se falou e dando ênfase a algumas questões.

Para começar, o que eu acredito é que esta proposta... E aí, Senadora, eu falo como Deputado e, claro, como Diplomata de carreira, mas também como alguém que já, inclusive, se valeu – e eu preciso falar aqui com toda a transparência – do que está disposto na atual redação deste artigo constitucional, porque eu estive recentemente, embora no exercício do meu mandato de Deputado Federal, como Secretário de Governo da Prefeitura do Rio, da prefeitura de uma capital. Então, eu tenho a exata noção de que, quando nós avançamos para permitir que um Deputado ou um Senador também assumam a chefia de uma missão diplomática sem que percam o seu mandato, nós estamos nos baseando no pressuposto equivocado de que o cargo de Secretário, seja municipal, seja estadual, e o cargo de chefe de missão diplomática permanente se equivalem em termos políticos, quando, na realidade, não há essa equivalência. Esse é o primeiro pressuposto que nós precisamos enfrentar, que está na origem dessa PEC e que, no meu entender, no meu sentir, está equivocado.

A chefia de uma missão diplomática é inerente a esse cargo, a esse posto, com uma série de funções e de atribuições que são intrinsecamente incompatíveis com uma atividade política. A gente pode falar de alguns aspectos um pouco mais práticos. Por exemplo, cabe ao chefe da missão diplomática organizar as eleições no país onde ele está servindo. Então, imaginemos aqui um Deputado Federal que esteja licenciado do seu mandato e que enfrente uma eleição. Nós podemos dizer que a condução daquele processo será isenta, será imparcial? Porque aquele Deputado que está lá investido do cargo de embaixador, de chefe de uma missão diplomática, afinal de contas, é filiado a um partido e representa um recorte da sociedade em termos ideológicos.

Senadora Daniella, mal comparando, é como se nós estivéssemos aqui... Eu acho que, às vezes, essas comparações um pouco no extremo ou um pouco, talvez, absurdas são importantes para nós visualizarmos a encrenca que nós estamos arrumando aqui, para usar uma linguagem bastante acessível. É uma encrenca, porque basicamente o que nós estamos fazendo aqui é dizer que um Deputado ou um Senador podem, da noite para o dia, se tornar almirantes ou generais ou chefes de uma organização militar sem perder a sua função de Deputado ou de Senador. É basicamente o que nós estamos falando aqui. A mesma incompatibilidade que eu acho que a gente consegue visualizar de uma maneira mais simples na função militar, que, talvez, esteja mais presente no nosso cotidiano e na nossa sociedade do que a função diplomática, a mesma imagem absurda de nós termos um Deputado ou um Senador investido na condição de almirante ou de general nós podemos comparar com o texto que propõe essa PEC, porque, da noite para o dia, um Deputado e um Senador se tornam, portanto, chefes de uma missão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diplomática, que, como os que me antecederam já bem pontuaram, tem todo um arcabouço profissional, como eu falava, de atribuições e competências que são incongruentes, incompatíveis com uma função política como é a de Deputado e a de Senador.

Imaginemos aqui uma questão funcional. O chefe da missão diplomática se reporta ao Ministro das Relações Exteriores. Imaginem a bagunça hierárquica institucional que nós criaríamos quando um chefe de missão diplomática, digamos, um embaixador do Brasil em Roma, ao mesmo tempo em que tem que responder ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, ele tem autonomia pelo fato de ser Deputado ou Senador. Afinal de contas, essa linha hierárquica institucional, sejamos francos, funcionaria nesse caso? Esse Senador respeitaria o seu chefe, o Ministro das Relações Exteriores, ou ele estaria mais preocupado em atender ao seu grupo político, em atender aos interesses daqueles que colaboraram, patrocinaram a sua nomeação? Porque, gente, é a vida como ela é.

Nós precisamos ser claros aqui. Qualquer nomeação de natureza política... Como eu falei, eu já tive cargos de natureza política bastante importantes, já fui Ministro de Estado da Cultura, já fui Secretário de Cultura do Rio de Janeiro, Secretário de Governo. Em qualquer cargo de natureza política – e isso é absolutamente normal, não vai aqui qualquer, enfim, crítica, isso faz parte da dinâmica política, graças a Deus, e da democracia – tem relação aquele que é nomeado para o cargo com o grupo político que patrocinou a sua nomeação. Isso é normal. Isso faz parte, inclusive, da nossa maturidade democrática. Agora, imaginar, portanto, que nós tenhamos cargos na diplomacia loteados segundo essa dinâmica política é algo também que acaba sendo incompatível – e o Senador Esperidião Amin falava muito bem disso – com aquilo que nós genericamente conhecemos como interesse público e aqui, mais no particular, no sentido de que nós precisamos prestigiar os serviços públicos brasileiros que têm a sua base de profissionalismo – e não são muitos infelizmente.

Nós estamos aqui diante de uma carreira de Estado. Carreiras de Estado são aquelas que, a despeito dos governos de plantão, permanecem como sinais vivos do interesse público e da necessidade de que certas políticas sejam perenes, independentemente do governo de plantão. Nós estamos aqui com essa PEC dando uma mensagem bastante equivocada, seja para a opinião pública, seja para o serviço público, de uma fragilização de uma das carreiras mais importantes que nós temos no Estado brasileiro. De novo, são poucas as carreiras no Brasil, infelizmente, que têm esse histórico de perenidade, que têm esse histórico de contundência nos seus resultados, que têm esse histórico de dar ao Brasil uma imagem e, mais do que isso, uma reputação que vai além de muitas gerações.

E aqui, Senadora, eu me preocupo também com a mensagem que nós passamos para o mundo, conhecedor que é desse profissionalismo da diplomacia nacional. Nós passamos, com essa PEC, a sua própria tramitação já manda uma mensagem bastante equivocada de que o Brasil estaria disposto a fragilizar um dos seus maiores ativos em termos de função pública, que é a diplomacia, quando, nesse momento de tanta polarização inclusive, nós precisaríamos passar mensagem diametralmente oposta a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa: de que a sociedade brasileira fez uma escolha, por meio da sua Constituição, de que há cercas carreiras que, independentemente dos movimentos políticos, precisam ser preservadas, em nome do interesse público. E sem dúvida alguma, a carreira diplomática se inscreve nesse rol.

Então, apenas para fazer, Senadora Mara Gabrilli, uma perspectiva do que eu já falei.

Em primeiro lugar, o pressuposto em que se baseia essa PEC é um pressuposto equivocado de que a chefia de missão diplomática permanente se equipara a outros cargos de natureza eminentemente política, como por exemplo o de secretário municipal de capital ou de secretário de governo. Não se compara.

Depois, não podemos deixar de levar em conta a fragilização institucional que essa PEC representa. Vai contrariamente àquilo que nós buscamos, que é uma diplomacia profissional, que é inclusive essa perspectiva que os jovens diplomatas têm de um dia alcançarem o posto de embaixadores. Isso é absolutamente legítimo e importante, para inclusive atuar como um dos atrativos dessa carreira. O jovem tenente tem a perspectiva de virar general, de se tornar general um dia. Da mesma forma, o jovem diplomata tem a perspectiva de se tornar embaixador.

Nós precisamos levar em conta também uma perspectiva histórica e de longo prazo. Essa questão... Já houve uma análise dessa questão pelo Constituinte originário. Em 1987, houve um debate exatamente sobre esse tema. E o Constituinte, em boa hora, entendeu exatamente aquilo que eu falava, que a chefia de uma missão diplomática permanente não poderia ser equiparada aos outros cargos que estão no rol elencado por esse artigo da Constituição. Mas aí, eu pego essa perspectiva histórica, Senadora Mara Gabrilli, e vou para o longo prazo. Os efeitos deletérios dessa proposta no longo prazo. É para isso que eu gostaria de chamar atenção e concluir.

Nós estamos dando um passo, com a discussão dessa PEC ... Sinceramente, com todo respeito ao Senador Davi Alcolumbre e aos demais membros desse Colegiado, da CCJ do Senado, a própria discussão dessa PEC, como eu falava, já envia uma mensagem bastante ruim, bastante negativa.

Eu gostaria de chamar atenção para a responsabilidade que nós temos nesta discussão. Com os efeitos desta PEC a longo prazo – de novo, colocar cargos de embaixador na bacia das almas, permitindo que esses cargos sejam objeto das discussões da política pequena, da divisão de cargos, do loteamento, do toma lá dá cá –, eu acho que esse movimento não será tolerado, em primeiro lugar, pela opinião pública e, em segundo lugar, pelas gerações futuras, que nos cobrarão a respeito de uma medida dessa natureza, porque, de novo, o que nós estamos fazendo é atuar, discutindo esta PEC e eventualmente a aprovando – coisa que eu espero que realmente não aconteça –, na contramão da história e das necessidades que nós temos, como Brasil, como país, de fortalecer as nossas instituições.

Senadora Mara Gabrilli, Presidente, eram as contribuições que eu teria a dar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Deputado Marcelo Calero. Muito importante sua contribuição.

Eu quero passar a palavra agora para a Presidente da Associação e Sindicato dos Diplomatas Brasileiros, a Sra. Maria Celina de Azevedo Rodrigues.

Também quero chamar a atenção dos convidados para a gente tentar se ater aos dez minutos, para a gente conseguir fazer com que todos os convidados possam se pronunciar.

Por favor, Presidente Maria Celina.

A SRA. MARIA CELINA DE AZEVEDO RODRIGUES (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora Mara Gabrilli, Presidente desta audiência pública.

Eu queria cumprimentar também, evidentemente, o Senador Esperidião Amin, a Senadora Daniella Ribeiro, Relatora da PEC, e dizer o quanto eu me sinto honrada por estar aqui presente e poder me dirigir a vocês e explicar um pouco as nossas posições como associação.

Talvez valesse a pena dizer, antes de mais nada, que eu sou Embaixadora aposentada e talvez eu seja a *senior* aqui não só pelo cargo, mas pela idade: tenho 80 anos. Há quatro anos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARIA CELINA DE AZEVEDO RODRIGUES – Muito obrigada, Senadora! Eu ouvi esse comentário, então... (*Risos.*)

Há quatro anos, vieram me procurar na minha aposentadoria e me perguntaram se eu não queria ser Presidente da Associação dos Diplomatas Brasileiros. E, por uma questão quase que de amor e de tentar retribuir um pouco daquilo que eu recebi, que foi muito, desta carreira, que me realizou muitíssimo, que me deu uma visão de mundo extraordinária, que me deu uma experiência de vida excepcional e que me deu amigos e colegas absolutamente extraordinários, eu decidi aceitar o *reto*, o desafio. Era por dois anos; me reconduziram; e agora já me declararam que eu sou a Angela Merkel da ADB... (*Risos.*)

... e que querem que eu continue por outros tantos. Eu vou ter que mudar esse estatuto para evitar a reeleição *ad infinitum*, porque, realmente, senão, eu vou ser enterrada com uma bandeira, que não existe, da ADB sobre o meu caixão, se eu continuar nesse ritmo.

Eu queria, sobretudo, recordar aqui as palavras do Ministro e ex-Senador Aloysio, que falou de experiência de carreira. E acho que foi uma tônica muito importante, porque a experiência que eu tive, como Embaixadora na Colômbia, evidentemente, me permitiu coisas que não estão nos livros e não estão na minha experiência de vida: eu visitei guerrilheiro em cadeia; eu viajei em avião que podia ter sido abatido pelos guerrilheiros e que, por isso, teve escolta de jatinhos. Tudo isso faz parte de uma vida de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diplomata. Acho que o Ministro Aloysio falou de 20 anos. Não, não leva 20 anos! Essa média é absolutamente otimista, Ministro! A média é de 30 a 35 anos de formação.

E essa experiência que a gente vai adquirindo me permitiu... Por exemplo, quando foi celebrada a conclusão do acordo Mercosul-União Europeia, me perguntaram: "Então, vai sair esse acordo? Finalmente foi celebrado". Isso foi há alguns anos. Eu parei e disse assim: "A minha experiência como ex-Embaixadora na Comunidade Econômica Europeia é de simplesmente dizer que não é amanhã. Isso não vai dar, porque a opinião pública pesa muito, e, nesse momento, a nossa imagem não vai permitir que eles assumam essa responsabilidade, os Deputados e a Comissão, perante a sua opinião pública". Isso é experiência, isso é uma coisa que a gente adquire, não é por falta, digamos, de instrução, não é no livro, não é só no Instituto Rio Branco, que foi apontado; é o acúmulo de contatos, de experiências de vida, de conversas de bastidores que se sedimentam.

E aí eu faço mea-culpa, a culpa do desconhecimento realmente talvez do que esteja por trás desta PEC. Eu reconheço a enorme cultura, a sabedoria, a experiência de vida dos Senadores e Deputados – não há a menor dúvida, não sou eu que vou questionar –, mas é em outro diapasão, é em um outro nível. A nossa experiência, a ótica, a visão, o *modus faciendi* do diplomata é totalmente diferente. Ele conjuga várias coisas que obviamente eu, como Senadora ou Deputada, não saberia fazer, mas que, se você é diplomata, você administra muito bem. Então, não são necessariamente experiências intercambiáveis, esse é que é o "x" da questão. A culpa é nossa? É, a culpa é da pouca divulgação, do pouco conhecimento que se tem do que é realmente a função do chefe de missão, que, como eu disse, vai desde visitar guerrilheiro na cadeia, porque o Presidente da República e outros Presidentes, numa reunião, encarregaram três ou quatro embaixadores para irem lá conversar com eles, para mandar mensagem... São coisas que eu, inclusive, quando decolei naquele avião, indo ao encontro desse guerrilheiro, parei e disse assim: "Eu devo ter perdido essa aula, porque eu não me lembro de ter assistido, no Rio Branco". Uma falha total, Embaixadora Glivania, de não terem me ensinado o que você diz a um guerrilheiro que está na cadeia, como que você se dirige a ele, sequer como é que você cumprimenta, se dá um beijo, se dá um abraço, se você sorri, se você é sério. Não, nada disso, mas é a tal história: a vivência me ensinou a poder enfrentar isso a tal ponto que os meus colegas, quando saímos de lá e fomos abordados pela imprensa, me puseram de porta-voz do encontro. O que já é outra experiência também: o que você diz, o que você não diz, quais são as sensibilidades que podem ser feridas e qual é a sensibilidade do Governo colombiano para aquilo que você vai dizer. Isso tudo é uma questão de *feeling*. Então, eu acho que a gente tem que pensar muito bem se é intercambiável.

Discriminação não existe. Isonomia eu questionaria até o princípio, porque eu aplicaria talvez esse conceito teoricamente, então, isonômico aos Ministros do Supremo, que têm um mandato. Por uma questão de isonomia, por que eles não poderiam ser chefes de missão também? Seria na base de "eu deixo o meu mandato durante algum tempo, vou ali e volto já", quer dizer, não tem problema. É um conceito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isonômico. Eles não poderiam reclamar esse tratamento também? É de se perguntar se realmente nós estamos falando da mesma isonomia.

Agora, eu queria também lembrar que o que nós estamos trabalhando aqui não é um atentado, reconheço, frontal à cláusula pétrea de separação dos Poderes, mas nada pior do que a gente ir atacando as bases dessa separação e fazendo intercâmbios. Eu queria lembrar que ser secretário-executivo de ministério é vedado ao Parlamentar – secretário-executivo. Ele pode ser ministro; ele não pode ser secretário-executivo. Então, vamos projetar o seguinte: o Presidente da República dá a pauta, nomeia o embaixador, ele é sabatinado, ele vai e se subordina ao ministro de Estado, que é, evidentemente, o ministro, e o embaixador o que vira? Uma espécie de secretário-executivo, porque está subordinado a um outro Poder, para começo de conversa, e ele está em um nível inferior ao de um ministro de Estado. Nenhum embaixador é ministro de Estado. E nem ele é o Presidente da República. Ele é o representante do Presidente da República. Ele passa a estar num nível que eu diria equivalente a um secretário-executivo, o que é vedado pela Constituição sem a perda do mandato.

Resultado: acho que essas considerações foram todas levadas em conta, embora o relato não nos seja apresentado, no debate de 1988, na última Constituinte. Foram cinco Constituintes que estabeleceram que missão temporária era permitido, mas missão permanente não era. Antes, até não havia essa distinção, mas desde 1938 eles estabeleceram essa distinção entre missão temporária e missão permanente. Eu, inclusive, me questiono muito ao pensar que nós, em um nível menor – não inferior, mas mais reduzido em termos de tamanho –, estamos debatendo questões que foram resolvidas por Constituintes que estavam ali só para isso e que pesaram e se especializaram em cada um dos aspectos, em cada uma das frases, em cada uma das cláusulas que iam constituir a nossa nova Carta Magna. Será que nós somos mais sábios do que eles? Será que nós temos mais condições? E eu entendo que a gente reforme a Constituição com aspectos técnicos – evidentemente questões de saúde, de atendimento, de educação, etc., que são tangíveis –, mas conceitos como este não são tangíveis, nem o mundo mudou tanto que precise mudar essa cláusula. Eles acharam por bem manter essa separação, acharam por bem que não deveria haver esse trânsito de um lado para o outro entre dois Poderes. Será que eles não tinham razão? Eu me questiono. Eu acho importante a gente ver isso.

E é curioso, porque, alguns anos atrás, eu estava em um almoço, e tínhamos dois embaixadores de fora da carreira. O Presidente na época era o Presidente Lula. Era um almoço de trabalho, depois de uma reunião internacional, e ele decidiu dar a instrução ao Ministro de que ele não queria mais embaixadores de fora da carreira, porque a experiência o havia levado a comprovar – são palavras dele – que quem fazia esse trabalho benfeito eram os embaixadores de carreira. E ele tinha dois de total confiança dele – até, eu diria, de alinhamento de pensamento político. No entanto, ele estava disposto e deu essa instrução – e realmente saíram – de que ele não queria continuar com essa prática. Desde então, ele manteve isso. Então, é muito curiosa a experiência de uma pessoa no cargo que teve ocasião de conviver com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

embaixadores de fora da carreira, inclusive, como eu disse, da mesma linha de pensamento que ele, e que, no entanto, não estava disposta a reconduzir isso.

Eu acho que isso também é uma questão de a gente pensar, e pensar muito, sobre as experiências como a do Presidente, como a do Ministro Aloysio, que teve experiência de vida, que é, acho, essencial para gente poder julgar esta matéria.

A política externa é nacional. Eu acho que isso já foi ressaltado aqui. Ela não é estadual e não pode ser. E ela é muito menos partidária. O diplomata executa as instruções do Governo e, se ele não for capaz, ele pede demissão do cargo por uma questão de consciência, evidentemente – eu sei por experiência, porque eu sou filha de um diplomata que pediu demissão do seu cargo, porque ele não foi capaz, em 1964, de executar as instruções. Eu acho que este aspecto é muito importante: entendermos qual é a função do embaixador, qual é a função do chefe de missão, qual a função de representar a nação.

Eu, como Conselheira, tive ocasião... E eu trago de novo uma experiência pessoal, porque me ensinou muito e me ajudou muito a entender um pouco melhor as limitações de uma PEC como esta. Eu era Chefe da Divisão de Produtos de Base, que tratava de coisas banais, de produtos: cacau, café, petróleo, etc. e tal. Naquela oportunidade, fizemos, como sempre, no Itamaraty, uma reunião com os ministérios envolvidos na Esplanada, e decidiu-se não voltar mais ao Acordo Internacional do Cacau, porque os preços-gatilho que os países desenvolvidos, que eram outra contraparte, estavam dispostos a nos pagar pelo produto eram muito baixos, e nós estávamos muito mais interessados, evidentemente, em estimular o processamento da fava de cacau ou do cacau em fava, pois é ali que reside o benefício maior para o produto. É na manteiga de cacau, é no chocolate que se ganha dinheiro; não é exportando fava de cacau. Então, se íamos pagar para exportar um produto barato, e eles iam lucrar mais ainda, não interessava ao Governo. Resultado: fechamos a posição.

Evidentemente e compreensivelmente, a Bahia foi contra. A Bahia era totalmente contra! E eu tenho uma pergunta: como é que um Senador chefe de uma missão diplomática, que fosse baiano, iria defender essa posição? Com que empenho, com que objetividade ele iria defender uma posição que representava para o estado dele, evidentemente, naquela época sobretudo, a essência da produção deles, que era cacau? Ou ele estaria disposto a perder o mandato, porque ele nunca mais poderia voltar para a Bahia, evidentemente; ou ele simplesmente iria cumprir mal a instrução ou cumprir com menos empenho. E aí a coisa começa... Qual é o limite que ele se impõe? Até onde ele vai poder fazer isso?

Com qualquer Senador de estado de fronteira, voltando aos produtos de base, por exemplo, com Uruguai, Paraguai, etc., começa a complicar, porque há interesses estaduais que se misturam, que se mesclam. E é muito difícil você separar isso. Você jamais vai deixar de ser Senador, você vai voltar para o Senado. Então, como é que você vai agir? Em benefício do seu estado, em benefício da nação? Eu não estou questionando a seriedade e a lealdade, mas é, inclusive, constranger o próprio Senador a tomar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posições que não necessariamente atendem ao que ele sente. É um constrangimento difícil. Aí é complicado a gente colocá-lo numa situação como essa.

Tem um outro aspecto também que me chamou atenção. É que o número de cargos disponíveis para negociar dá ao Presidente um poder de ingerência dentro do Congresso absolutamente assustador.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARIA CELINA DE AZEVEDO RODRIGUES – Sim? Dois minutos só, acabando.

Então, resultado: essa ingerência no Congresso vai tirar um pouco da liberdade, porque ele passa a poder até influir em maiorias para aprovar ou não aprovar projetos determinados que ele queira.

Acho que esses elementos todos, trazidos assim de uma forma mais prática, mais pragmática, nos dão condições de refletirmos sobre se realmente uma PEC como esta é construtiva, se ela é positiva, se ela vai melhorar a Constituição.

Na minha opinião, como representante da associação... E lembro que eu faço um trabalho totalmente *pro bono*; então, eu tenho trabalho, não tenho emprego, o que faz uma diferença... Não falo em defesa da corporação, eu falo em defesa do país, daquilo que nós vemos, cada um dentro da sua área de influência, como coisa importante.

Muitíssimo obrigada, Senadora.

E desculpe o tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência*.) – Ah, Maria Celina, nossa Embaixadora, Presidente da Associação e Sindicato dos Diplomatas Brasileiros, muito, muito obrigada pela sua fala muito esclarecedora.

Eu quero passar a palavra... E quero lembrar aos nossos convidados que o tempo está correndo e que, se vocês pudessem se ater a dez minutos, seria muito importante.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Senadora Mara...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência*.) – Quero passar a palavra ao Vice-Presidente do Conselho Curador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais, o Sr. José Alfredo Graça Lima.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. Pela ordem.) – Senadora Mara, é só lembrando, minha querida, de deixar minha inscrição rapidamente aí, para poucas palavras, após os convidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência*.) – Ah, Senadora Daniella, eu não tinha conseguido vê-la. Com certeza, com certeza. Estou muito feliz de vê-la aqui.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Obrigada.

O SR. JOSÉ ALFREDO GRAÇA LIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senadora Mara Gabrilli.

Meu nome é José Alfredo Graça Lima, e, em nome do Centro Brasileiro de Relações Internacionais, de cujo Conselho Curador eu exerço a função de Vice-Presidente, eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer o honroso convite para participar desta audiência pública destinada à instrução da PEC nº 34, de 2021, que tem como objetivo alterar o inciso I do art. 56 da Constituição Federal.

O Cebri, criado em 1998 por um grupo de intelectuais, empresários, diplomatas, acadêmicos, é uma organização da sociedade civil de interesse público, independente, multidisciplinar, apartidária e tem como objetivo promover estudos e debates acerca de temas prioritários da política externa brasileira e das relações internacionais em geral. Inteiramente desvinculado de governo, o Cebri tem exitosamente servido como plataforma de discussões e geração de conteúdo sobre relações internacionais, tendo desenvolvido projetos que resultam em *policy papers*, relatórios, e realizado palestras, conferências, seminários, mesas-redondas em torno de temas que compõem a agenda global.

Ora, os participantes que me antecederam já ofereceram exaustivos e bem fundamentados argumentos em favor da manutenção da redação atual do referido inciso I do art. 56 da Constituição do Brasil. O que me cabe, portanto, nesta curta intervenção é reiterar o entendimento de que, ao promover a confluência entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, que é típica de regime de governo parlamentarista, a PEC 34, conforme, inclusive, pareceres das mais doutas fontes, vai de encontro ao sistema constitucional vigente e fere o princípio básico da separação de Poderes que caracteriza o regime de governo presidencialista.

José Cretella Júnior, por exemplo, sublinha que, abro aspas, "a representação diplomática constitui tarefa ou atribuição de cunho tipicamente executivo, [...], só podendo ser exercida por parlamentar em caráter excepcional, o que ocorre precisamente na investidura em Chefia de missão diplomática temporária".

Assinala Pontes de Miranda que, sendo permanente a missão diplomática, exige-se a autorização prévia do Senado Federal, e, onde se exige essa, "não pode ser escolhido Deputado ou Senador" – fecho aspas.

Não se trata, Senadora, por conseguinte, como de resto prevê o texto constitucional, de negar a figuras públicas de relevo a chefia de representação diplomática em caráter permanente, mas de forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

excepcional, atendendo às circunstâncias internas e externas da inserção internacional do país. No exercício da chefia permanente de missão diplomática, um não diplomata de carreira vai contar sempre com o apoio, com a assessoria de um corpo de funcionários diplomáticos qualificados, e sua embaixada se comunica com a Secretaria de Estado das Relações Exteriores pelos chamados canais competentes.

Não é razoável que o chefe de missão diplomática permanente tenha compromissos com o Poder Legislativo, sob pena de desvirtuamento, ao mesmo tempo, da representação parlamentar e da diplomática.

Para finalizar, eu gostaria apenas de recordar o preceito bíblico de que não se deve servir a dois senhores. No caso em tela, há dois Poderes, quanto mais não seja para evitar conflitos de interesses e outras distorções indesejáveis no sistema constitucional vigente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, José Alfredo Graça Lima, que é o Vice-Presidente do Conselho Curador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais. Muito obrigada por ter aceitado o convite e pela sua intervenção!

Agora vamos ouvir o Professor de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas Sr. Guilherme Stolle Paixão e Casarões.

O SR. GUILHERME STOLLE PAIXÃO E CASARÕES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora Mara, bom dia.

Na pessoa de V. Exa., eu saúdo todos os Parlamentares e embaixadores presentes nesta sessão. É um prazer e uma deferência estar aqui contribuindo para o debate público em um tema que é muito sensível a mim e a nossa sociedade.

Eu venho na condição de cientista político, de Professor de Relações Internacionais, com uma formação muito específica de Ciência Política – eu passei quase duas décadas da minha vida estudando política externa brasileira. Então, eu quero trazer alguns aportes que não são propriamente corporativos, ou seja, eu não quero aqui repisar e repetir os argumentos que os embaixadores e Parlamentares já colocaram, mas eu quero trabalhar com algumas nuances aqui – dentro do meu tempo, claro, de dez minutos –, pensando sobre as consequências do que esta proposta de emenda à Constituição pode trazer e também as implicações sobre o processo político por trás desta PEC.

Na ciência política, a gente se ocupa basicamente de dois fenômenos políticos, olhando, sobretudo, para as instituições: a gente se ocupa dos processos e a gente se ocupa das consequências. Eu não quero aqui nem discutir as causas, porque uma das perguntas... Depois que souberam que eu participaria desta audiência, muita gente veio me perguntar: "Guilherme, por que os Senadores, os Parlamentares hoje estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

querendo passar esta PEC?". Isso não me interessa. A gente discutir as causas hoje é contraproducente. O Senador Esperidião Amin comentou no começo, referindo-se ali ao papo de boteco, que talvez fosse uma coisa pouco republicana, digamos assim, mas isso, pelo menos para mim, não vem ao caso. Eu quero focar nos processos e nas consequências, a partir, sobretudo, de uma perspectiva comparada. Este também é um cacoete da ciência política: a gente acaba comparando com exemplos que a gente observa ao redor do mundo, e o mundo tem muito a nos ensinar neste caso. Eu quero comentar também a respeito disso.

Do ponto de vista dos processos, a PEC, pelo menos na minha forma de ver, traz três grandes problemas, três grandes ruídos ou três grandes desequilíbrios.

O primeiro deles diz respeito – isto já foi dito, e eu não vou me alongar – ao desequilíbrio ou à desarmonia fundamental na separação de Poderes. Não se trata, como a Embaixadora Maria Celina já frisou, de uma ideia inconstitucional, mas, certamente, se trata de uma espécie de enfraquecimento do princípio básico da separação de Poderes.

Agora, o ponto dentro do processo que mais me preocupa é o do duplo papel do embaixador legislador. O Embaixador Graça Lima acabou de voltar a esse ponto, fazendo, inclusive, uma referência bíblica. É muito complicado, dentro do processo político, principalmente em se tratando de política externa, que o chefe de uma missão diplomática do Brasil no exterior seja subordinado ao Ministério das Relações Exteriores, ao Ministro das Relações Exteriores e, ao mesmo tempo, tenha o seu mandato parlamentar e seja, portanto, subordinado ao povo que o elegeu. Então, essa dupla finalidade gera um problema de natureza de lealdade, se a gente quiser colocar dessa forma, ou seja, o Parlamentar vai ter uma dificuldade muito grande de pensar a política externa a partir das noções do interesse nacional, das noções de longo prazo, porque ele vai estar sempre circunscrito ali a interesses paroquiais, a interesses particulares, específicos de quem o elegeu, e, ao mesmo tempo, ele vai ter o problema da representação atendendo aos interesses de Estado, como previsto pelas linhas de governo ou pelo ministro de Estado, naquele momento. Então, esse duplo papel me parece, talvez, o maior problema do ponto de vista procedimental que esta PEC traz.

E aí existe um terceiro problema. E eu queria também frisar o que a nossa história, a nossa própria história nos ensina. Colocar Parlamentares na chefia de missões diplomáticas brasileiras gera ou tem o potencial de gerar – não estou falando de determinismo – uma grande imprevisibilidade na representação diplomática. E eu me explico, dando dois exemplos.

A gente já viu, na nossa história recente, vários casos de Parlamentares que, no exercício de mandatos de ministro, por exemplo, se ausentaram do cargo de ministro, foram para o Parlamento dar o seu voto em alguma PEC, em algum projeto de lei crítico e voltaram. Isso, que já foi muito criticado na nossa história recente, que é uma espécie de dupla lealdade também, tem um potencial ainda mais disruptivo quando a gente pensa em representações diplomáticas. Imaginem, por exemplo, Parlamentares

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voltando para o Brasil para darem um voto em um projeto de lei, para, depois, voltarem a servir na sua missão no exterior. Isso, para mim, pelo menos, como estudioso deste assunto, não faz muito sentido.

E a história tem um exemplo, que me parece muito ilustrativo, muito elucidativo, que é o do ex-Senador, ex-Presidente, já falecido, Itamar Franco, meu conterrâneo, inclusive, que foi, por duas vezes, Embaixador brasileiro no exterior. Ele foi Embaixador do Brasil em Portugal, em Lisboa, e foi representante do Brasil junto à OEA (Organização dos Estados Americanos). Em Lisboa, ele ficou rigorosos 137 dias à frente da Chefia da Embaixada. Na OEA, ele ficou um pouco mais de um ano. Isso gera problemas, isso gera descontinuidades, isso gera um certo caráter errático na representação, que eu, pelo menos, vejo como altamente problemático. Além da dimensão procedimental, existem, claro, problemas ligados às consequências relativas à PEC. A primeira delas tem a ver com o tema que a gente, na ciência política, estuda todo dia, que é o famigerado presidencialismo de coalizão. A gente sabe – esse é um dado da Nova República, esse é um dado inaugurado ali em 1988 – que a governabilidade de qualquer governo está subordinada à distribuição de cargos a partidos ou a Parlamentares aliados. A gente vê isso acontecendo em todos os governos. Isso é uma parte, é um dado natural do nosso sistema político multipartidário, presidencialista, mas me preocupa muito pensar em embaixadas sendo utilizadas como moeda de troca no sistema do presidencialismo de coalizão. Isso, a meu ver, geraria uma banalização da representação brasileira no exterior, geraria problemas, como eu falei, de inconstância e traz um certo componente – acho que foi o Deputado Marcelo Calero que falou – do toma-lá-dá-cá, que eu vejo muito prejudicial em se tratando da política externa.

E percebam que eu não estou aqui lidando com a política externa como algo completamente fora da realidade da política pública, do debate público; muito antes, o contrário. Mas a política externa tem uma natureza muito peculiar, a sua maneira de ser pensada, a sua maneira de ser produzida tem traços singulares que tornariam, por exemplo, essa banalização da representação no exterior muito prejudicial aos resultados, às consequências da política externa.

Uma segunda consequência que eu acho deletéria seria o emprego do posto – o emprego dessa posição de chefe de missão ou chefe de embaixada – para interesses paroquiais, particulares. A gente pode tornar, infelizmente, a nossa política externa, a nossa representação, junto a certos países ou organizações, um espaço de negociação de interesses privados, de *lobby*, de práticas pouco republicanas, práticas eleitoreiras. Isso também acarretaria um problema na própria configuração da política externa brasileira. A capacidade de fazermos política externa depende, em larga medida, de se pensar o interesse nacional, e não interesses paroquiais, como fatalmente poderia ocorrer caso essa PEC seja aprovada e caso o governo de turno resolva nomear Parlamentares como chefes de embaixada.

Por fim, e aqui eu trato de uma consequência que, a meu ver, é a mais problemática no longo prazo, há as incertezas para a política externa brasileira. A gente viu neste Governo, nesses últimos quatro anos, duas tentativas malfadadas de indicações eminentemente políticas para a chefia de cargos diplomáticos. A primeira delas, o Deputado Eduardo Bolsonaro, que foi aventado como um possível

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

embaixador do Brasil nos Estados Unidos, e o ex-Senador Marcelo Crivella, que tinha acabado de perder a eleição no Governo do Rio, para a Embaixada brasileira em Pretória, na África do Sul. Em ambos os casos, ficava muito claro o interesse paroquial, a natureza do interesse paroquial que estava sendo ali colocada. E isso, do ponto de vista da representação do Brasil no exterior, também gera um ruído indelével, eu diria, à imagem exterior do Brasil.

Então, eu acredito, como cientista político – eu não tenho nenhuma relação com a diplomacia apesar de admirar e ser amigo de muitos diplomatas, mas, como cientista político –, eu vejo que tanto os processos quanto as consequências dessa PEC poderiam ser muito prejudiciais à natureza e à condução da política externa brasileira, razão pela qual eu acredito que ela traga mais problemas, neste momento, do que soluções.

Obrigado, Senadora Mara. Agradeço novamente a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Sr. Guilherme. Obrigada mesmo pelas considerações.

Eu quero passar a palavra para o pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, o Sr. Mathias Alencastro.

O SR. MATHIAS ALENCASTRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senadora Mara! Bom dia a todos!

Eu queria agradecer muito esse convite que me deixa imensamente honrado, especialmente à equipe da Senadora Mara, que também viabilizou o convite. Quero saudar todos os outros participantes, meu colega Guilherme e também, em especial, o Ministro Aloysio Nunes Ferreira, com quem eu tive muitas trocas republicanas e extremamente interessantes quando ele servia como Ministro, e eu estava como colunista na *Folha de S.Paulo*.

Eu acredito que esta audiência é extremamente importante pelos argumentos que foram apresentados e vou tentar ser o mais sucinto possível, mais sintético, trazendo alguns complementos aos pontos que foram feitos.

Eu gostaria, rapidamente, de enfatizar que eu sou totalmente a favor do maior envolvimento de todos os atores da República e da União na política externa. Eu acho que a política externa tem um papel cada vez mais importante no destino nacional, ela precisa ser debatida por todos os atores e executada pelas unidades subnacionais. A gente viu, nos últimos quatro anos, um esforço notável do Consórcio de Governadores do Nordeste, do Consórcio de Governadores da Amazônia, e nada disso seria possível sem o esforço e a dedicação dos Parlamentares. Então, todos poderão sempre contar comigo na defesa de formas para ampliar a atuação da política externa, além da diplomacia tradicional, tanto na sociedade civil, no setor privado como os Parlamentares, mas certamente não pelo caminho ensejado nessa proposta de lei que me parece profundamente equivocada por uma série de razões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro argumento – eu acho que já foi colocado várias vezes, mas eu vou tentar reformular um pouco – é interno à lógica do Itamaraty e ao corpo de diplomatas. Eu acho que esse debate tem sido injustamente taxado de corporativista, primeiro porque nós estamos falando de uma das carreiras mais exemplares, mais aprimoradas e mais antigas do Estado brasileiro, mas também, sobretudo, porque é uma das carreiras mais conhecidas e – eu não sei se é a palavra certa – mais desejadas pelos mais jovens.

Eu dou aulas na Universidade Federal do ABC. Eu perguntei, uns dias atrás, o que os meus alunos gostariam de fazer, e muitas das minhas alunas disseram que queriam ser diplomatas. E elas querem ser diplomatas porque um dia elas querem exercer a função de embaixadora; elas querem representar o país; elas querem fazer política. A medida que está sendo debatida aqui tem como primeiro e único objetivo decapitar a carreira do diplomata. E o fato de você cortar a possibilidade desses jovens um dia se tornarem embaixadores, se entrarem na carreira de diplomacia, desestrutura toda a vocação da carreira. Eu acho que a gente tem que levar isso em consideração quando debate essa lei também. A embaixada é o destino das pessoas que entram na carreira da diplomacia. E essa lei sinaliza a todos que querem prestar concurso e a todos que querem ser diplomatas que a carreira não tem mais esse objetivo, que é uma carreira muito mais burocrática do que política.

Eu acho que, neste momento de dificuldade das nossas instituições e de abalo, nós temos que preservar o elemento de magia também, e ele depende muito do Itamaraty, da carreira do Ministério das Relações Exteriores e da imagem que o embaixador tem para a sociedade. Eu pude captar isso porque eu solicitei aos meus alunos uma opinião sobre essa lei, e foram eles que me trouxeram essa ideia, que eu achei forte.

O segundo ponto que me parece absolutamente central, no qual eu toquei em um texto meu recente e no qual foi tocado aqui de forma muito melhor e muito mais convincente durante a audiência, é esse conflito de interesse, é esse risco, essa ameaça à integridade nacional quando o embaixador também exerce o cargo de Deputado ou exercer o cargo de Senador.

O Brasil é um país de fronteiras, é um país totalmente integrado na América do Sul. Todas essas fronteiras são estratégicas e têm desafios específicos e cruciais de migração, de trânsito comercial, de infraestrutura. Parlamentares, Senadores e Deputados eleitos por esses estados fronteiriços e indicados para capitais de países vizinhos teriam, necessariamente, de escolher entre as prioridades locais e nacionais na hora de atuar como embaixadores.

Eu não vou dar exemplos específicos, mas me parece evidente que uma crise de refugiados... Existem estudos acadêmicos sobre isto. A percepção de uma crise de refugiados e a reação política em relação a uma crise de refugiados variam muito do local para o nacional. A visão de acolhimento do Estado brasileiro, às vezes, é difícil de ser abraçada em nível local. E eu tenho dificuldade de ver como um embaixador que também representa os interesses de um estado na fronteira, que está no coração desse problema, conseguiria tomar a decisão certa. Eu acho que esse conflito... Rapidamente, teríamos alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

casos em que haveria uma contradição que inviabilizaria a própria função de embaixador e a função de Parlamentar.

Eu queria sublinhar, no final, que todos os exemplos que nós temos de liberalização do cargo de embaixador no mundo são, em geral, negativos. Eu uso o termo "liberalização" abertamente. Talvez, isso não seja o ideal, mas eu acho que as senhoras e os senhores conseguem entender o meu ponto, porque tem de haver uma forma pensada e regulada, e tem de se tomar muito cuidado com a forma como nós manejamos esse cargo.

Na capa de hoje do *The New York Times*, há uma história de como um embaixador político do Governo Biden chamado Ken Salazar, que foi também Senador e foi Secretário de Estado, perdão, responsável pelo Departamento de Infraestrutura... Ele, agora, é o Embaixador dos Estados Unidos no México e está politizando demasiadamente a relação, aproximando-se demasiadamente do Governo mexicano e causando um problema para o Governo Biden, mais um. O Governo Biden tem sido caracterizado pela sua incapacidade de nomear embaixadores, inclusive aqui, no Brasil. E isso – todas as análises concordam com esse caminho, pelo que eu pude consultar – está ligado à extrema politização do cargo de embaixador.

Os Estados Unidos se acostumaram a indicar não apenas, primeiro, Parlamentares; depois, membros da sociedade civil; e, depois, muitas vezes doadores das campanhas presidenciais. E a banalização do cargo de embaixador levou à sua politização no Senado. Agora é praticamente impossível, nos Estados Unidos, no Senado americano você aprovar indicação de embaixadores, que era alguma coisa muito mais rápida décadas atrás. E a gente vê o problema que isso tem sido para a diplomacia americana, sobretudo na nossa região.

A França, que fez também uma tentativa de reforma profunda das relações exteriores no Governo Macron, também está num impasse político. Há muitas tensões entre diplomatas e servidores públicos e a classe política, que tem impedido também uma reação coerente do Estado francês durante a crise no Leste Europeu. E não me parece nada oportuno que, em tempos de pandemia e de guerra, a gente tente mais uma vez mexer, fazer um pouco de experimentalismo dentro do ministério que nos representa no mundo.

Eu queria concluir apenas com um ponto muito rápido sobre... Na apresentação da PEC fala-se de discriminação contra os Parlamentares. Eu acho que usar esse termo no momento em que a sociedade brasileira está debatendo o racismo estrutural denota ou pode ser interpretado como a manifestação dessa distância das prioridades dos Parlamentares e da sociedade civil. E eu acho que isso é símbolo, porque está na primeira frase dessa PEC. A discriminação dos Deputados eu acho que é muito simbólico e mostra que talvez não seja o momento certo.

É absolutamente consenso nacional que a diplomacia brasileira passou por um ataque brutal sob o comando do Chanceler Ernesto Araújo. Eu acho que todos nós deveríamos estar focados na reconstrução do nosso prestígio institucional e na preservação, na reconstrução desse pacto entre a política e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade. Eu acho que essa PEC, na primeira linha, mostra que ela vai no sentido contrário desse objetivo. E, como representante da sociedade, eu gostaria muito de enfatizar esse ponto no final.

Muito obrigado a todos. Perdoem-me por falar rapidamente. Eu não queria tomar o tempo das senhoras e dos senhores.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Mathias Alencastro. Você foi perfeito no horário. Obrigada, Mathias Alencastro, que é pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.

E eu quero agradecer a presença de todos os nossos convidados, que trouxeram reflexões para melhor elucidar essa matéria, não é? Muito obrigada pela presença de vocês.

Antes de passar, que eu quero muito passar a palavra para a Relatora da PEC 34, a Senadora Daniella Ribeiro, que está aí atenta, eu gostaria só de ler um fragmento da carta escrita pelo nosso ex-Chanceler, o Prof. Celso Lafer, endereçada ao Senador Davi Alcolumbre, autor da PEC. Infelizmente, o Prof. Lafer não pôde estar hoje conosco nesta audiência, mas me permitiu que eu lesse o seu ofício, do qual selecionei apenas alguns trechos.

> A matéria da PEC nº 34 merece muita atenção, especialmente de minha parte, à luz da minha experiência na condução do Itamaraty, na condição de um estudioso das relações internacionais que não é um diplomata de carreira. Da experiência de Ministro das Relações Exteriores, guardo a lembrança viva da alta qualidade dos quadros profissionais do Itamaraty, com os quais trabalhei e que integram uma carreira de Estado lastreada no sistema de mérito. Daí a minha convicção de que a chefia permanente de uma missão diplomática por um não diplomata de carreira deve ser uma exceção justificada pelas circunstâncias internas e externas da inserção internacional do nosso país, como, aliás, prevê a Constituição.
>
> [E, ainda, do ex-Chanceler Celso Lafer] também penso, como estudioso do Direito, que a Constituição estabelece a divisão dos Poderes em um regime presidencialista, elencando as atribuições próprias do Executivo e do Legislativo, inclusive no tocante à política externa e à atuação diplomática do nosso país. Não se trata, portanto, de um regime parlamentarista, no âmbito do qual existe a confluência entre o Legislativo e o Executivo. Se o nosso país fosse um regime parlamentarista, a alteração proposta pela PEC 34 seria até válida, pois permitiria a associação e a representação diplomática a continuidade da representação parlamentar. O Brasil, no entanto, não é parlamentarista, mas presidencialista.
>
> Assim, no meu entender [do ex-Chanceler Celso Lafer], cabe manter a redação atual do inciso I do art. 56 da Constituição do Brasil.

Muito obrigada ao ex-Chanceler Celso Lafer por nos trazer essa contribuição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu quero passar a palavra para a nossa Senadora Relatora da PEC 34, Senadora Daniella Ribeiro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. Como Relatora.) – Bom dia, Senadora Mara Gabrilli, autora do requerimento para esta audiência pública sobre a PEC 34. Quero cumprimentar a todos que aqui, tanto presencial como remotamente, participaram desta audiência pública. Aqui eu não vou nominá-los para não me alongar no meu tempo, apesar de que serei muito concisa, até porque estou aqui muito mais para ouvir do que para falar.

Eu queria só fazer algumas considerações, aproveitando para parabenizar a Senadora Mara pelo requerimento, pela audiência pública, bem como a todos que trouxeram a sua contribuição, mas algumas considerações aqui faço pela importância dela, e, até, não só pela importância, mas também a título de esclarecimento e de contribuição nesta manhã.

Primeiro, ressalto que sempre me mantive muito aberta, completamente aberta ao diálogo não só como Parlamentar, mas dentro desse processo inclusive, da PEC 34, pela importância dela e principalmente pelo meu comprometimento e valorização dos diplomatas, dos nossos diplomatas brasileiros – e faço isso com muita tranquilidade. E é por isso mesmo que aproveito para ressaltar o meu estranhamento por parte, inclusive, do nosso Ministério das Relações Exteriores, nosso representante maior, pela falta de interesse em busca da discussão aqui, com esta Relatora, desde o dia 25 de maio, quando fui designada Relatora dessa PEC, quando, por parte do ministro – e aqui parabenizo e cumprimento mais uma vez a querida Glivania, que aqui representa o Ministro das Relações Exteriores, o Sr. Carlos Alberto Franco França –, não posso deixar de dizer que, mais uma vez, sentimos, sim, a falta dele, mesmo estando em missão, porque, em nenhum instante, desde que fui designada Relatora, fui procurada presencialmente – a não ser um telefonema muito rápido por parte do Ministro – em defesa da diplomacia brasileira, inclusive numa discussão mais acunhada acerca do tema. E isso muito me estranha.

E aqui eu falo por quê? Eu estou aberta para os argumentos. E tanto é assim que fiz questão de estar aqui presencialmente; não só virtualmente, mas presencialmente justamente para ouvir esses argumentos. E eu faço questão de dizer isso por essa falta de empenho do Itamaraty, porque necessariamente há a necessidade de fortalecer os argumentos no sentido de defender a diplomacia brasileira. E eu faço questão de deixar isso aqui registrado para que fique nos *Anais* da Casa e que fique registrado também na mente de cada um dos diplomatas como tem se comportado o Itamaraty sobre esse tema aqui, na Casa. Mas a Relatora se comporta de forma diferente. Eu fiz questão de estar aqui para ouvir os argumentos, para que a gente possa cumprir com o nosso mister de uma relatoria de um projeto como esse e para que a gente possa ouvir os argumentos também que são em defesa e os que são contrários. Com todo respeito, anotei todas... Fiz questão de fazer anotações, apesar de a gente ter a gravação, de eu ter acesso para ouvir de novo – e assim faço questão. Fiz anotação de cada participante acerca do que foi colocado como argumento contrário à PEC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero dizer para vocês que esta é minha fala, Senadora Mara Gabrilli e todos aqui que participaram, que estão nos assistindo e nos acompanhando: com toda certeza tenho todo o interesse em coletar, sim, o maior número de argumentos em defesa da diplomacia. E, mais uma vez, quero dizer que estou completamente aberta para que a gente possa construir o melhor relatório possível em defesa – mais uma vez, ressalto – e, mais uma vez, dizer de público aqui, para todo o nosso país, a todos que nos escutam fora do país que se preocupam, inclusive esses alunos, sobre os quais foi ressaltado aquilo que esperam do futuro, para que fique bem claro o posicionamento do Itamaraty acerca desse tema.

Desde o princípio, quando fui designada Relatora, não houve interesse algum de defender a diplomacia do nosso país. Então, isso nos causa estranhamento também. Estou dizendo que aqui o posicionamento é que eu não vou entrar como pensa o Relator, então, como o juiz, a gente vai ouvir as partes. Então, sobre a questão do posicionamento, isso posteriormente vai ser feito. Agora, como estou para escutar, estranha-me muito que o lado que deveria estar aqui realmente defendendo... Não só estar aqui, porque a querida Embaixadora Glivania está aqui, fazendo o seu papel, cumprindo um papel para o qual foi designada, de estar representando, mas me estranha muito que, até este momento, realmente não houve, por parte do Ministério das Relações Exteriores, nenhum tipo de manifestação ou de procura para que pudéssemos sequer ter uma conversa presencial. Então, quero deixar isso aqui muito claro, para que os diplomatas possam compreender o meu comportamento, o meu posicionamento acerca do diálogo.

Quero dizer também que outras pessoas muito mais comprometidas com vocês, com a diplomacia tiveram o entendimento de fazer a defesa. Dentre eles eu faço questão de dizer do Prof. Hussein Kalout, que é um amigo e que realmente tem defendido a diplomacia e tem chegado perto de mim para que possa ouvir argumentos bastante plausíveis com relação à defesa da diplomacia. Se ele achar ruim eu ter mencionado o nome dele, não me faço de rogada, porque eu acho que é dever de justiça a gente dizer o que realmente acontece, inclusive, nos bastidores. Então, eu faço questão de dizer a realidade dos fatos.

Deixo aqui, mais uma vez, o meu comprometimento, Senadora Mara Gabrilli, como Relatora. V. Exa. sabe muito bem o nosso trabalho dentro desta Casa. No que diz respeito a qualquer relatório, a qualquer projeto ou PEC que venham a chegar às nossas mãos, a nossa responsabilidade é com o Brasil e com o nosso povo, principalmente com o nosso país, no que diz respeito ao nosso trabalho dentro desta Casa.

Então, quero agradecer-lhes e parabenizá-los e, mais uma vez, manifestar o meu comprometimento com o nosso país e com a nossa diplomacia brasileira.

Muito obrigada a todos e a todas.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora Daniella. Obrigada mesmo pela sua presença, pela sua dedicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero pedir desculpas para a Glivania, porque eu acabei chamando a Glivania de Gilvânia, porque o nome estava mal escrito aqui.

Então, Glivania, desculpe-me por ter trocado o seu nome.

Eu quero agradecer, mais uma vez, todas as contribuições tão relevantes que esta audiência pública trouxe não só à Comissão de Constituição e Justiça, mas também ao Senado, ao Brasil.

Quero desejar uma ótima semana a todos e a todas.

Muito, muito obrigada.

A SRA. GLIVANIA MARIA DE OLIVEIRA – Senadora Mara...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência*.) – Oi, oi, oi!

A SRA. GLIVANIA MARIA DE OLIVEIRA – Perdão! Se eu pudesse, talvez, fazer um comentariozinho muito rápido... Não sei se, pelo tempo, ainda me permite.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência*.) – É claro! É claro!

A SRA. GLIVANIA MARIA DE OLIVEIRA (Para expor.) – Muito obrigada.

Com relação ao meu nome, não se preocupe, porque, quando me chamam de Glivania, eu estranho. (*Risos.*)

Isso é normal. É a questão da sonoridade do interior, como eu comentava.

Eu gostaria, enfim, em nome do Ministro Carlos França, em nome do Ministério das Relações Exteriores e de todos de que tenho, de certa forma, a honra e o privilégio de ser porta-voz, de agradecer muito à Senadora Daniella Ribeiro, à Senadora Mara Gabrilli e a todos os demais que aqui estiveram hoje e contribuíram.

Eu fiquei extremamente feliz, de verdade, Senadora, com o seu comentário sobre o seu interesse genuíno de ouvir os nossos argumentos, de compartilhar conosco informação. Eu queria dizer que levo essas considerações ao ministério com o maior critério.

E, no que diz respeito, à minha experiência e ao meu papel como Diretora-Geral da instituição, a gente tem muito o histórico da formação. Inclusive, se a senhora me permitir, eu gostaria, depois, de compartilhar com a senhora e com os demais integrantes da Comissão o nosso *Anuário do Instituto Rio Branco*. Felizmente... Ele é de 2020. Então, só tem dois aninhos. Houve a pandemia. A gente vai atualizar, para incluir o novo grupo, mas aqui há um pouco também do que é a história, inclusive os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decretos-leis, o que criou o Instituto Rio Branco, qual é a visão do papel do diplomata no contexto de uma ideia de fortalecimento institucional. Então, se for útil... Este aqui está com as minhas anotações. Eu posso compartilhá-las, mas posso também mandar uma cópia limpa depois. Talvez, seja melhor? Não sei. Posso?

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. *Fora do microfone*.) – Talvez, com as anotações, seja melhor.

A SRA. GLIVANIA MARIA DE OLIVEIRA – O.k.! Está certo.

Então, muito obrigada.

De novo, estamos à disposição.

Agradeço a sua atenção e me coloco às suas ordens sempre.

Temos uma paraibana na nova turma. Eu enviei uma foto para a senhora: Adriana Gabinio, que acaba de entrar, uma jovem diplomata de um dos estados...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência*.) – Da Paraíba...

A SRA. GLIVANIA MARIA DE OLIVEIRA – Da Paraíba. Está bom?

Muito obrigada. Muito obrigada, Senadora. Desculpe tomar um pouquinho mais de tempo. Está bom?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada a você, Glivania! Obrigada mesmo.

Eu queria aproveitar e agradecer a todos que nos enviaram perguntas, comentários, pelo e-Cidadania. Eu já ia falar e-Democracia, que é da Câmara... Pelo e-Cidadania. Muito obrigada a todos vocês. Obrigada, mais uma vez, Glivania; obrigada a todas; obrigada, Senadora Daniella.

Obrigada à equipe aí da Comissão de Constituição e Justiça. Eu sei que a gente teve problemas no começo, mas, graças a Deus, resolvemos. Então, parabéns à Comissão por ter conseguido resolver os problemas técnicos.

Muito obrigada e boa semana para todo mundo.

(*Iniciada às 09 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos do dia onze de outubro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Eliane Nogueira, Renan Calheiros, Mara Gabrilli, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Wellington Fagundes e Telmário Mota. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Marcos do Val, Irajá, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 38, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar sugestões do setor da construção civil e de especialistas em licitações e contratos administrativos, visando ao aperfeiçoamento da atuação institucional do Tribunal de Contas da União em seu papel de fiscalização das obras públicas (com ênfase na supervisão de preços contratuais, cf. Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário); e avaliar possíveis soluções para o problema das obras paralisadas por determinação da Corte de Contas." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN) e outros.. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 49, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a metodologias e sistemas de realização de pesquisas eleitorais de intenção de voto, com a presença dos representantes dos principais institutos de pesquisa do país, de cientistas políticos e de outros especialistas na área." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 134, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 135, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 134/2016, nos termos do substitutivo, e pelo arquivamento do PLS 135/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (MDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3183, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor sobre a divulgação do valor das mensalidades dos cursos financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3614, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 5544, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para prever a penalidade de reembolso do valor do frete a empresas que descumpram o prazo de entrega de produtos acordado em contrato." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e zero minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/10/11

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como nós estamos sem quórum para deliberação, eu irei aguardar aqui para que possamos votar a ata da última reunião e também dar sequência à pauta.

Vou aguardar aqui cinco minutos, até às 15h02, para ver se atingimos o quórum. Como a reunião já estava agendada para as 14h30, vamos ver se conseguimos aqui o quórum, vamos esperar cinco minutos. (*Pausa.*)

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião.

Já atingimos o quórum. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Vejo aqui o Senador Styvenson, em quem gostaria de dar um abraço muito forte, esse amigo fraterno. Parabéns pela campanha digna, Senador Styvenson! (*Pausa.*)

Bom, como não temos quórum para projetos terminativos e todos os autores dos requerimentos não se encontram presentes na audiência até o presente momento, eu encerro a presente sessão, antes convocando sessão desta Comissão para a próxima terça-feira, às 14h30, aqui mesmo neste plenário.

Neste momento, peço um esforço aos Senadores para que, mesmo *on-line*, se façam presentes aqui na Comissão para que possamos votar os projetos terminativos, cumprindo a obrigação de todos, porque essa é apenas a obrigação de todos os Parlamentares.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quinze horas e quatro minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Dário Berger, Renan Calheiros, Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Zenaide Maia, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz e Fabiano Contarato, e ainda dos Senadores não membros Plínio Valério e Maria do Carmo Alves. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Eliane Nogueira, Mara Gabrilli, Rodrigo Cunha, Marcos do Val, Irajá, Carlos Portinho, Wellington Fagundes, Paulo Rocha e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 38, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar sugestões do setor da construção civil e de especialistas em licitações e contratos administrativos, visando ao aperfeiçoamento da atuação institucional do Tribunal de Contas da União em seu papel de fiscalização das obras públicas (com ênfase na supervisão de preços contratuais, cf. Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário); e avaliar possíveis soluções para o problema das obras paralisadas por determinação da Corte de Contas." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN) e outros.. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 49, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a metodologias e sistemas de realização de pesquisas eleitorais de intenção de voto, com a presença dos representantes dos principais institutos de pesquisa do país, de cientistas políticos e de outros especialistas na área." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 50, de 2022** que: "Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que após ter ciência dos termos dos Requerimentos nº 45/2022 e 47/2022, de autoria do Senador Eduardo Girão, apresentados e aprovados nessa Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, que tratam de audiências públicas, sejam realizadas em data posterior ao decurso das eleições nacionais." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PROS/RR) e outros.. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 52, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 45/2022 - CTFC e do REQ 47/2022 - CTFC sejam incluídos os seguintes convidados: o Exmo. Sr. Anderson Gustavo Torres, Ministro da Justiça e Segurança Pública; o Exmo. Dr. João Pedro Gebran Neto, Desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região; o Exmo. Dr. João Vicente Beraldo Romão, Procurador da República; a Ex juíza Denise Frossard; o Sr. Gil Castelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Branco, da Associação Contas Abertas; o Sr. Silvio Navarro, Jornalista." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 134, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 135, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 134/2016, nos termos do substitutivo, e pelo arquivamento do PLS 135/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (MDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3183, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor sobre a divulgação do valor das mensalidades dos cursos financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3614, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 5544, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para prever a penalidade de reembolso do valor do frete a empresas que descumpram o prazo de entrega de produtos acordado em contrato." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/10/18

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião. (*Pausa.*)

Como nós não temos quórum para aprovar a ata, eu vou fazer a leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos pela Comissão e vou aguardar 20 minutos para que tenhamos quórum para que possamos votar a pauta e também os requerimentos que constam nela.

Peço a todos os Senadores que são membros da Comissão que deem presença nesta Comissão. Isso não é pedir favor, isso é uma obrigação de todos os Parlamentares. Claro que o mandato parlamentar não se resume a estar presente no Plenário e nas Comissões, mas também é uma das obrigações de um mandato parlamentar estar presente no Plenário e também nas Comissões das quais o Parlamentar faz parte.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico que foi publicada na pauta da presente reunião uma listagem de documentos recebidos na CTFC, que considerarei como lidos. Esses documentos estarão na página da Comissão, na seção de documentos recebidos, com *link* para acesso ao seu conteúdo por um prazo de 15 dias, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar caso assim desejem. Não havendo manifestação após esse prazo, os referidos documentos serão arquivados, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Vou aguardar os 20 minutos e peço mais uma vez aos Senadores membros desta Comissão que deem presença, por favor, nesta Comissão.

Aguardo os 20 minutos.

(*Suspensa às 15 horas e 06 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 41 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Bom, voltamos com a sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloquei 20 minutos para aguardarmos o quórum. Esperamos aqui o dobro, 40 minutos. Como não conseguimos quórum, vou encerrar a presente sessão, mas peço aos Srs. Senadores membros desta Comissão que deem presença nesta Comissão. Isso não é favor, isso é uma obrigação de cada Parlamentar. Eu reconheço que o mandato parlamentar não se resume apenas a estar presente no Plenário e nas Comissões, mas também é uma obrigação dos mandatos parlamentares estar presente no Plenário e nas Comissões.

Lamento que não tenhamos quórum nesta Comissão. Temos apenas sete membros. Estão faltando dois membros para podermos ter presença aqui. Inclusive, pode-se dar presença virtualmente. É, sinceramente, um absurdo que nós não tenhamos aqui quórum, nesta Comissão, que é tão importante para a sociedade brasileira, que é a Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle.

O Senador Jean Paul está pedindo a palavra.

Passo a palavra ao Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, apenas tendo vista que nós não temos o quórum para deliberar, lembro que havia aqui, na pauta de hoje, um requerimento de autoria do Senador Telmário Mota, o Requerimento 50, de 2022, que tem urgência absoluta. Mas, apesar de não haver quórum, V. Exa., na capacidade de Presidente, pode resolver.

Há um requerimento já aprovado para uma audiência pública, o requerimento do Senador Girão para uma específica audiência pública, que nós todos entendemos como de caráter não só desnecessário como eleitoreiro, às vésperas das eleições. O mesmo argumento que se utilizou para adiar a CPI do MEC para depois das eleições – nesse caso, é um assunto vivo, um assunto escandaloso, um assunto que pode ser, inclusive, agravado neste momento pela ausência da ação do Senado Federal –, agora parece que esmorece e vai sendo usado ao contrário, para tratar de um fato passado, um fato que já foi julgado pela Justiça.

Eu reconheço a legitimidade do Senador Girão, inclusive, de trazer qualquer assunto à baila nesta Comissão, de resgatar qualquer coisa, inclusive coisa julgada, se quiser. Apenas consideramos que criar factoides eleitoreiros – não estou dizendo que seja o Senador Girão a criá-los, mas as pessoas que eventualmente vêm às audiências numa semana à véspera da eleição, pessoas que têm ressentimentos, que têm coisas eventualmente guardadas ou que foram preteridas nas suas pretensões pela Justiça –, trazendo exatamente à ribalta um assunto já julgado pela Justiça na véspera da eleição, é extremamente temerário. E, mais do que isso, considero que esta Comissão e este Senado Federal não precisam prestar-se a este tipo de papel, servir de canal para factoide, para teses absurdas, sem tempo para o devido esclarecimento, sem o devido contraditório, porque a audiência pública vai toda num determinado viés. Não há o contraditório, e não haverá tempo para marcar uma audiência pública de contraditório a essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, faço um apelo, já que agora me ouve aí, para que use a prerrogativa de Presidente para marcar essa audiência para depois das eleições, conforme nós pedimos. Aliás, esse pedido nem precisava ser feito por requerimento para ser aprovado pela Comissão. Bastaria que nós nos dirigíssemos ao Presidente da Comissão, que tem prerrogativa regimental, aliás, única e exclusiva, para marcar essas datas – a Secretaria e o Presidente. Não é preciso – e não vi isto nesses quatro anos de mandato que tive aqui – requerimento de Senador para marcar data. A marcação de data é prerrogativa da Mesa da Comissão.

Então, peço-lhe, juntamente com vários outros que estão aqui na Comissão, inclusive o Senador Renan, o Senador Randolfe, o Senador Contarato, eu mesmo, a Senadora Zenaide, o Senador Telmário, que são membros desta Comissão, que a gente simplesmente neutralize o campo da Comissão. A Comissão não precisa se prestar a um fla-flu político, ideológico ou o que seja, principalmente polarizado, às vésperas da eleição, sem – digo de novo – absolutamente condição de haver o contraditório.

Esse assunto é um assunto julgado, é um assunto que já está superado. E nós – lembrando, Presidente Senador Reguffe – todos chegamos a um acordo, de uma forma ou de outra, para adiar a CPI do MEC, que era algo muito mais urgente, muito mais grave.

Então, sob esse argumento, gostaria de deixar à sua consideração que marque essa audiência, sim – estaremos presentes sem problema nenhum –, para depois da eleição, uma semana depois, duas semanas depois, pelo argumento que acabei de declinar: não há tempo para o contraditório, o assunto é irrelevante, mas pode se tornar um factoide eleitoreiro.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – A Senadora Zenaide também está pedindo a palavra. Vou ouvir a Senadora Zenaide para depois falar.

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Presidente. É um prazer revê-lo aí, Reguffe.

Eu penso, e queria dizer – sobre esse requerimento do Telmário, eu fiquei aqui na defesa –, o seguinte: acho que, como a gente adiou, como foi falado aqui, para até depois das eleições a... (*Falha no áudio.*) ... Superior Tribunal de Justiça. Eu acho esse debate, como o Jean falou aí e eu conversei com o Telmário... A gente aqui deve debater qualquer assunto, eu também acho. Agora, acho que deveria ser adiado para depois das eleições, porque, como eu vi aqui, foi julgado em todas as instâncias, mas não quer dizer que a gente não possa debater. Agora, seria o caso...

A gente já está em um momento, neste País, de tanta intolerância que não eu acho que não cabe ao Senado, à gente, criar uma audiência pública para criar outro clima. Eu não sei como está aí em Brasília,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meu amigo, mas aqui no Nordeste, aqui no Rio Grande do Norte... A gente fazer uma audiência pública, até pela envergadura dos convidados – não é, gente? Porque ele está querendo mais convidados aí, ao todo, dá uns vinte... Por que a gente não adiar para depois das eleições? A gente está há 12 dias das eleições, e uma eleição muito polarizada. E é um debate que não tem essa importância para antes das eleições, não tem essa importância, e cria mais polarização. A intolerância que a gente está vivendo neste país é uma coisa louca. Até pela região em que você nasceu ou mora está tendo... Não está simples.

Então, isso aqui... O Telmário, o requerimento dele eu subscrevi. E disse que vinha para cá pedir o adiamento. Após a eleição, a gente pode debater tudo. A gente vai ter tempo, e bastante tempo. Se é na primeira semana após a eleição... Como as Comissões vão continuar – de acordo com a última reunião que a gente teve com o Presidente, o previsto é continuar esse sistema, pode ser a distância...

Concordo com você: eu já fui de Comissão em que a gente levava um mês ou dois para poder dar quórum. Também não sou... Acho que temos que estar presentes. Eu estava na CDH e vim para cá.

Queria fazer esse apelo para a gente transferir essa audiência pública para após a eleição.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Antes de passar a palavra ao Senador Fabiano, eu queria fazer alguns esclarecimentos, até porque, como nem todos os Parlamentares acompanham a gestão da minha Presidência nesta Comissão. Ao chegar aqui, eu decidi que não vou engavetar absolutamente nada; todos os requerimentos, todos os projetos que forem colocados para esta Comissão serão colocados em votação. Assim eu agi desde o momento em que me sentei nesta cadeira, como Presidente desta Comissão: nada fica engavetado.

Já vieram a esta Comissão, já foram convocados vários ministros, como o Ministro da Saúde, o então Ministro da Integração Nacional; diversos ministros vieram a esta Comissão. Esta Comissão, inclusive, debateu também a questão do próprio Supremo Tribunal Federal, a questão do ativismo judicial. Então, para todos os lados, vários membros do Governo que tiveram acusações sobre si vieram a esta Comissão. Requerimentos de membros da base do Governo também foram votados. Então, aqui eu não engaveto absolutamente nada.

Foi colocado em votação o requerimento do Senador Girão. O requerimento foi aprovado no dia, inclusive sem nenhuma contestação de nenhum Senador que estava presente naquele dia, e foi colocada uma data para que fosse feita essa audiência pública. A Secretaria da Comissão fez os convites seguindo o rito legal – eu sou um legalista. Seguindo o rito absolutamente legal, foram emitidos os convites.

O Senador Telmário apresentou um requerimento – um requerimento legítimo, legal, justo, na minha opinião – solicitando que fosse feita essa audiência após as eleições. Para mim, não há nenhum problema. Coloquei-o na pauta para ser votado na tarde de hoje, cumprindo a minha obrigação também como Presidente desta Comissão e seguindo os critérios que me nortearam na Presidência desta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão desde o início. Coloquei-o na pauta desta Comissão. Agora eu não consigo obrigar os Senadores a darem quórum para que a gente possa fazer um debate sobre o requerimento e possa votar o requerimento.

Então, eu gostaria de que votássemos o requerimento do Senador Telmário, que acho um requerimento legítimo. Agora está faltando apenas um Senador; já temos oito. Então, o quórum está melhorando. Está faltando um Senador. Se um Senador aparecer, votaremos aqui o requerimento do Senador Telmário. Agora, se não aparecer, não há o que fazer. Eu não posso passar sobre o rito legal, que exige um quórum para deliberação.

Os convites foram emitidos, mas acho que a solicitação de que isso possa ser feito em um momento menos efervescente, para que possa ser aprofundado o contraditório, aprofundadas as investigações, é justa, até porque também até agora nada foi feito. Algo poderia também ter sido feito antes. Então, não vejo problema em adiarmos uma semana, adiarmos duas semanas. Não vejo problema algum. Apenas sou aqui um legalista. Eu sigo o rito legal.

E não engaveto nada. Todos os requerimentos são colocados em votação, sejam da oposição, sejam da base do Governo, sejam dos Senadores independentes. A minha preocupação aqui é a defesa do cidadão, do contribuinte. E é assim que esta Comissão age desde que eu cheguei à sua Presidência, aliás, com o testemunho de vários aqui presentes.

Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Obrigado, querido Senador Reguffe, Presidente desta tão importante Comissão.

Eu estava presidindo a Comissão de Direitos Humanos, por isso me atrasei aqui, mas quero fazer um apelo a V. Exa.

V. Exa. tem a serenidade, a sobriedade, o equilíbrio. E eu vou falar... Esta minha fala, Senador Reguffe, não é porque eu sou um Senador do PT ou porque eu sou de um lado ou de outro; não é isso. Eu vou falar aqui como professor de Direito Penal e Processo Penal. E eu fui professor por mais de 24 anos. Olha, um fato ocorrido há quantos anos, que já foi julgado, ocorreu trânsito em julgado... Nós temos que ter sobriedade para não colocar neste momento, a duas semanas de um processo eleitoral, um assunto sobre o qual o Estado-juiz já se manifestou.

O requerimento do Senador Girão foi aprovado? Perfeito. Isso vai ser debatido, mas com ânimo extremamente calmo, reflexivo. O que se está buscando aqui é apenas isso. Qual o interesse de se aprovar um requerimento para se fazer uma audiência pública para amanhã ou para semana que vem, na porta de uma eleição de segundo turno, com uma situação polarizada no Brasil, justamente para atingir o quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o apelo que eu faço a V. Exa., e com todo respeito: não se trata de engavetar, o pedido é tão somente isso. E eu faço esse pedido, eu faço esse requerimento, se for possível, verbalmente aqui, um requerimento de adiamento. Que isso se faça – vai ser feito, já foi aprovado, já foi deferido –, que isso seja feito logo após as eleições para que a gente não possa contaminar. Eu acho que nós temos que ter essa sobriedade. Nós estamos passando por um momento muito delicado. Aliás, passamos por dois momentos delicados: uma pandemia, em que ficou violado o principal bem jurídico, que é a vida humana, o respeito à integridade física e à saúde, em que quase 700 mil brasileiros perderam a vida; e nós temos um problema de ataque às instituições que ataca a democracia, que ataca a Ordem dos Advogados do Brasil, que ataca a imprensa, que participa de movimentos antidemocráticos para fechar o Congresso, o Supremo Tribunal Federal, que reduz a participação de sociedade civil, que criminaliza ONGs. Então, este não é o momento de fazer isso.

Então, o apelo que eu faço a V. Exa., que sempre teve esse equilíbrio, é: foi aprovado o requerimento, ponto, isso já é incontestável. Agora, em um fato que foi julgado, transitado em julgado, em que pessoas já cumpriram pena e que já foi lá, por que jogar luz nisso neste momento? Por que jogar luz neste momento? Aquilo em que nós temos de jogar luz efetivamente é quando um Presidente vai e aborda adolescentes de 14, 15 anos, com um comportamento preconceituoso, sexista, xenofóbico, porque eram venezuelanas. Fala que pintou um "clima" – entre aspas –, sai, vai até a casa dela e nada faz. Esse é um fato agora, urgente. Em latim, a gente fala *flagrans*. Flagrante vem do latim *flagrans*, corpo em chama, certeza visual do crime. É essa luz que tem que ser jogada. Agora, pegar um fato dessa data e jogar luz agora? Por favor, o senhor tem uma biografia maravilhosa e que eu admiro: não se deixe. Eu já fui Presidente de Comissão e sei que a prerrogativa em determinar a data dessa audiência pública é de V. Exa. Eu só faço esse apelo.

Independentemente do requerimento do Senador Telmário, que não faça isso agora, porque nós temos que fortalecer a democracia e não ficar instigando e demonstrando uma polarização ainda maior.

Esse fato já foi julgado, condenado, transitado em julgado, o Estado-juiz já se manifestou, isso foi lá atrás. Por que jogar luz nisso agora? É sobre isso que a gente tem que refletir.

Eu queria que o meu querido Senador Girão estivesse aqui. Qual a pressa disso aqui, neste momento, à porta do segundo turno? Olha, com todo o respeito, não vamos fazer isso. Nós temos que ter a sobriedade, a serenidade, o equilíbrio. Nós temos que fortalecer a espinha dorsal do Estado democrático de direito, que se chama Constituição da República Federativa do Brasil. Está lá. Já foi julgado. Não vamos jogar luz nisso, neste momento, às portas do segundo turno.

Eu só faço esse apelo a V. Exa. porque é um momento delicado para que a gente possa estar aí dando uma resposta à população brasileira. Acho que, dia 30, a população tem um serviço civilizatório a fazer, porque ser cidadão, Senador Reguffe, não é apenas viver em sociedade, mas é transformar essa sociedade. Então, nós temos aí um momento para verificar efetivamente quem está do lado da democracia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou contra ela, porque defender ditadura em plena democracia é fácil. Eu quero ver defender democracia estando numa ditadura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Senador Fabiano, querido Senador Fabiano, por quem eu tenho grande admiração, V. Exa. foi muito injusto comigo. E vou dizer por que foi injusto. Porque infelizmente V. Exa. faz parte desta Comissão também, e no dia em que foi debatido esse requerimento V. Exa. também não estava aqui presente, ninguém falou absolutamente nada, ninguém! Não teve uma voz contrária a que se pautasse, a que se colocasse e se agendasse essa audiência pública, entendeu? E ninguém falou nada! O requerimento foi aprovado.

Além disso, teve o requerimento do Senador Telmário atendendo o seu pleito. Eu coloquei na pauta. Eu cumpri minha função como Presidente da Comissão e coloquei na pauta! Entendeu? Eu tenho muito respeito e admiração por V. Exa., mas eu como Presidente desta Comissão tenho sido um democrata. Primeiro, não fica nada engavetado, seja da base do Governo, seja da Oposição. Vários Ministros de Estado vieram a esta Comissão prestar depoimento. Eu nunca aceitei pressão de ninguém! Nem da base do Governo, nem da Oposição. Nunca engavetei nada! Todas aquelas autoridades que qualquer Parlamentar quis chamar a esta Comissão foram chamadas aqui para prestar esclarecimentos para a sociedade brasileira. Então, eu cumpri bem a minha função como Presidente desta Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle.

Na ocasião desse requerimento... E não me cabe julgar se é oportuno ou não, mas eu empoderei cada Senador, para que cada Senador pudesse cumprir a sua prerrogativa de Senador eleito e apresentar seus requerimentos, e eu colocar em votação, porque eu não engaveto! Entendeu? Tem Presidente de Comissão que engaveta as coisas. Eu não engaveto! Pode ser da Oposição, pode ser da Situação, pode ser independente, eu coloco tudo em votação, como eu gostaria de ver os meus projetos e os meus requerimentos serem todos analisados e votados.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente, só para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Não sei se... Não sei se... Não foi isso que...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Não. Eu entendi perfeitamente. Talvez V. Exa. tenha interpretado mal.

Com relação ao requerimento, é praxe desta Casa, é óbvio, todos nós aquiescemos e aprovamos os requerimentos. Então, eu não estou entrando no mérito. O requerimento foi aprovado. O que eu estou só questionando, o que eu só estou pedindo, apelando para esse espírito de compreensão de V. Exa., na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualidade de Presidente, é: para que cumprir essa audiência na porta da eleição? Vamos deixar passar o processo eleitoral!

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Senador Fabiano!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Nós estamos diante de um fato que ocorreu há anos!

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Senador Fabiano, Senador Fabiano, deixa eu lhe dizer: foi colocado também qual seria a data, que seria colocada a data para ser feita a audiência, que é uma prerrogativa do Parlamentar que propôs, que inclusive será quem vai conduzir, porque eu vou deixá-lo conduzir no dia, como eu faço com todos os Parlamentares que me solicitam audiência pública para debater determinado tema.

E me foi trazida legitimamente essa sugestão de que fosse feito posteriormente. Eu não vi problema em adiar, apenas falei: "Vamos aprovar um requerimento também para fazer". Coloquei na pauta o requerimento. Pautei o requerimento democraticamente. Estou aqui, esperei 40 minutos para dar quórum. Nós temos 17 Parlamentares titulares desta Comissão, sem contar os suplentes. O quórum é de nove. Não é possível que a gente não consiga um quórum de nove. Tem, inclusive, Parlamentares de oposição que não deram presença ainda aqui, entendeu? Então, assim, é um quórum de nove. Está faltando... Tem oito, está faltando um. Eu estou aqui democraticamente aguardando o quórum. Eu pautei o requerimento de adiamento. Eu estou aqui esperando pacientemente o quórum, e não chega o quórum. Então, o que eu posso fazer eu efetivamente fiz. Agora, eu não tenho como pegar um Parlamentar pela mão e dizer: "Você tem que cumprir sua função de Parlamentar; sente lá, vote". Isso eu não posso fazer.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Eu entendo a angústia de V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – E não vou passar por cima, sobre a prerrogativa de um Parlamentar que apresentou um requerimento e que, no dia do requerimento, ninguém contestou o requerimento. No dia do requerimento, ninguém contestou data, ninguém contestou nada. Então, no dia em que foi isso debatido, não houve uma contestação. Aí depois me trazem...

Agora, às vezes, as pessoas descobrem depois, o.k. Descobriu depois. Eu, como Presidente, o que fiz? Democraticamente, pautei o requerimento de adiamento e estou aqui pacientemente aguardando que se dê quórum. Nós temos 17 Parlamentares que são membros efetivos desta Comissão. E, aliás, não precisa ser presença física, ainda pode ser presença virtual. Então, estou aqui aguardando.

Então, assim, o que nós vamos fazer? Eu aqui, democraticamente, vou aguardar mais dez minutos. Vou suspender a sessão, aguardar dez minutos, para que se consiga mais um Parlamentar – basta um –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que nós consigamos atingir o quórum. Se isso não for atingido em dez minutos, o que eu farei, como Presidente desta Comissão...

Eu sempre acredito no diálogo. Eu acho que o diálogo é sempre o melhor caminho no processo democrático – o convencimento, o diálogo –, respeitando o direito e a prerrogativa de cada um. Todos os Parlamentares que estão aqui foram eleitos democraticamente. E todos eu trato como iguais. Então, do mesmo jeito que agi em requerimentos de convocação de ministro, que muitas vezes depois queriam: "Ah, mas tem como...". Eu falei: "Não, tem que cumprir o que está". Do mesmo jeito, eu estou tentando agir nesse caso. Então, eu vou tentar o diálogo.

Não dando quórum em dez minutos, vamos tentar um diálogo com o autor do requerimento, com o Senador Eduardo Girão, para que cheguemos a uma convergência todos, a um entendimento. Eu acho que todos podem chegar a um entendimento. Todos aqui estamos numa Casa democrática, numa Casa plural. Não é possível que não consigamos chegar todos a um entendimento.

Então, eu vou tentar após, se não conseguirmos o quórum... Peço que se façam todos presentes aqui. Faço um apelo para que consigamos o quórum e votemos o requerimento, e aí a situação está resolvida. Caso isso não seja feito, entremos em entendimento com o autor do requerimento, de quem eu não posso passar por cima, por todos os critérios e coerência que eu tenho tido desde o início da minha gestão como Presidente desta Comissão.

Então, eu vou suspender a sessão por dez minutos.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Só um minuto, Sr. Presidente. Eu quero só complementar uma coisa.

Mais uma vez, eu só quero informar a V. Exa. que eu não estou... Longe de mim... É porque a praxe da Casa é efetivamente aprovar os requerimentos de audiência pública. Não se define data. Então, o que eu estou falando é que eu entendo a angústia de V. Exa. porque eu também passei por isso. Eu passei por isso presidindo a Comissão de Meio Ambiente com mesmo problema de quórum.

Eu cheguei atrasado à esta Comissão porque eu estava presidindo a Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Mas não vamos sofrer de véspera, não. Vamos suspender por dez minutos e ver se conseguimos o quórum em dez minutos. Não conseguindo, vamos tentar um entendimento com o autor do requerimento para que cheguemos a um denominador comum e busquemos um consenso, que eu acho que é o objetivo de todos.

Eu suspendo a sessão por dez minutos.

(*Suspensa às 16 horas e 06 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Voltamos com a sessão. Dei um tempo inclusive maior do que eu falei aqui.

Como esta é a Casa do entendimento, vamos tentar o entendimento até o fim. Eu vou encerrar a presente sessão, tentando, junto ao autor do requerimento, um diálogo para que cheguemos a um denominador comum.

Encerro a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 15 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Dário Berger, Eliane Nogueira, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Styvenson Valentim e Carlos Portinho, e ainda dos Senadores não membros Lasier Martins, Guaracy Silveira, Luiz Pastore e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Mara Gabrilli, Rodrigo Cunha, Marcos do Val, Reguffe, Irajá, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 45/2022 - CTFC, de autoria Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), e REQ 47/2022 - CTFC, de autoria Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Finalidade:** Esclarecer declarações dadas pelo Senhor Marcos Valério em depoimento à Polícia Federal, além de discutir o tema do combate à corrupção numa visão mais ampla no sentido de enfrentar o sistema político-administrativo-empresarial corrompido. **Participantes:** Wagner de Campos Rosário, Ministro da Controladoria-geral da União - CGU; Edson Fábio Garutti Moreira, Coordenador-Geral de Articulação Institucional do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SENAJUS/MJ; Fabiano Emídio de Lucena Martins, Coordenador de Repressão à Corrupção da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal - DICOR/PF; Eliana Calmon, Jurista e Ministra Aposentada do Superior Tribunal de Justiça; e João Pedro Gebran Neto, Desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Girão
Presidente Eventual da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/10/24

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Fala da Presidência.) – Paz e bem! Um ótimo dia, uma ótima semana para todos vocês!

Eu declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade esclarecer declarações dadas pelo Sr. Marcos Valério em depoimento à Polícia Federal, além de discutir o tema do combate à corrupção, numa visão mais ampla, a corrupção estruturada no Brasil, no sentido de enfrentar o sistema político-administrativo-empresarial corrompido, com a derivação para o crime organizado, em atendimento aos Requerimentos 45 e 47, de 2022, de minha autoria.

A audiência pública será realizada em caráter interativo, transmitida ao vivo para todo o país e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria do Senado Federal, 0800 0612211.

Inclusive, já há várias perguntas, que chegaram antes mesmo da sessão. O brasileiro está interessado com relação a esse assunto. Eu agradeço esse interesse, que é muito importante para a nossa cidadania.

Hoje, recebemos os seguintes palestrantes, aos quais agradeço muito por terem aceitado o nosso convite: o Sr. Wagner de Campos Rosário, Ministro da Controladoria-Geral da União (CGU); o Sr. Edson Fábio Garutti Moreira, Coordenador-Geral de Articulação Institucional do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública; o Sr. Fabiano Emídio de Lucena Martins, Coordenador de Repressão à Corrupção da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal; a nossa Ministra Eliana Calmon, Jurista e Ministra Aposentada do Superior Tribunal de Justiça, além também do Sr. João Pedro Gebran Neto, Desembargador do Tribunal Regional Federal, da 4ª Região, que é um dos servidores públicos exemplares que fizeram um trabalho na Lava Jato, que é um símbolo internacional positivo do Brasil no enfrentamento à corrupção e à impunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já queria chamar os primeiros convidados aqui, para ficarem ao lado comigo à mesa, se possível. Eu queria chamar, primeiro, o nosso querido Ministro da AGU, o Sr. Wagner de Campos Rosário, Ministro da CGU – perdão! –; o Sr. Edson Fábio Garutti Moreira, Coordenador-Geral de Articulação Institucional do Departamento de Recuperação de Ativos, que está chegando daqui a pouco – é verdade, ele falou que estava a caminho –; o Sr. Fabiano Emídio de Lucena Martins, Coordenador de Repressão à Corrupção da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal – muito obrigado pela presença, Dr. Fabiano –; e a Ministra Sra. Eliana Calmon, Jurista e Ministra Aposentada do Superior Tribunal de Justiça. Muitíssimo obrigado pela presença aqui.

Vou fazer aqui uma breve abertura. Daqui a pouco, já passo a palavra para os nossos convidados.

O Sr. Marcos Valério não confirmou a presença, já informou à Mesa que não virá participar da audiência, mas, como esta Casa não está absolutamente submetida à censura ainda no Brasil – é algo que nos causa muita preocupação o que a gente tem visto nos últimos dias, esse segredismo –, nós vamos exibir aqui – eu peço à Mesa para se preparar – alguns vídeos já públicos da delação do Marcos Valério em relação... Ele foi o operador do mensalão. A gente gostaria de exibir alguns vídeos, já que esta audiência é para a gente buscar a verdade sobre esse assunto, não é?

Então, quero aqui, em primeiro lugar, agradecer ao meu amigo, meu irmão Senador Lasier Martins, que é outro que sempre está aqui no Senado combatendo o bom combate, ele que é do Rio Grande do Sul e que está presente aqui na nossa sessão; ao meu irmão, também, Senador Guaracy Silveira, que estava até previsto vir a Brasília amanhã e disse: "Não, eu vou antecipar", deu um jeito aí nessa confusão de voo, mas está conosco hoje cedo. Muito obrigado. Quero saudar também aqui a Deputada Bia Kicis, aqui de Brasília. Muitos Deputados entraram em contato comigo, Senadores também, que vão participar da sessão. A Bia... A gente vai também conceder a palavra aos Parlamentares aqui para poderem falar mais à frente, depois das exposições. Eu agradeço. Deputado eleito, hoje Vereador de Fortaleza, Deputado eleito e meu primeiro suplente, meu querido irmão Sargento Reginauro Sousa, muito obrigado pela presença.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, prezados convidados, cidadãos brasileiros que nos prestigiam agora pelos canais de comunicação da TV Senado, do YouTube do Senado, das redes sociais aqui da Casa revisora da República, muito bom dia.

Antes de mais nada, eu quero agradecer a presença de todos os convidados que vieram participar deste evento, que está gerando uma grande expectativa na população brasileira sedenta por justiça.

Em 2014, teve início a Operação Lava Jato, uma das principais razões que me levaram a disputar pela primeira vez uma eleição, por ser o maior legado histórico no combate à corrupção e à impunidade no Brasil.

Quando estava no seu auge, no ano de 2019, ocorre um dos mais controvertidos julgamentos do STF, onde, por seis votos a cinco, os ministros sepultaram a jurisprudência da Corte e mudaram a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interpretação dada três anos antes, em 2016, sobre a prisão em segunda instância, que é fundamental para coibir o avanço da criminalidade. Tinha início aí uma articulação política que culminaria, em 2021, com o contorcionismo jurídico do Exmo. Ministro Edson Fachin, anulando todas as condenações do ex-Presidente Lula. Depois de cinco anos, com julgamento em três instâncias e por nove juízes, alguns ministros descobriram que a Vara de Curitiba não tinha competência para instruir e julgar os processos que tratavam sobre o maior escândalo de corrupção até hoje já visto no Brasil, em que mais de R$100 bilhões foram desviados do meu dinheiro, do dinheiro de quem está aqui, de quem está nos assistindo, do cidadão que paga impostos no Brasil.

A Lava Jato conseguiu recuperar 22 bilhões de um simples esquema... Simples não, de um complexo esquema, mas onde um simples gerente de terceiro escalão da Petrobras devolveu sozinho R$500 milhões, R$0,5 bilhão – um simples gerente. Inclusive, eu estou com as cartas da Petrobras aqui, dos acordos de leniência: 4,8 bilhões, enfim...

Esse grave acontecimento me levou, desde o início do mandato, a dar prioridade a matérias que focam o enfrentamento ao mau uso do dinheiro público, principalmente se tomarmos como exemplo a relação promíscua entre alguns nichos do empresariado e políticos criminosos. Passei a buscar também combater os abusos cometidos por alguns Ministros da Suprema Corte, os quais, além de terem a missão de ser os guardiões da Constituição, têm a prerrogativa de julgar os crimes de corrupção das autoridades que gozam do foro privilegiado.

Aliás, este Senado Federal, que hoje é muitíssimo questionado pela população – e eu não tiro a legitimidade da população com relação a isso –, já fez, já aprovou o fim do foro privilegiado há cinco anos. Para mim a grande blindagem à corrupção no Brasil, à impunidade é o foro privilegiado. Está na Câmara dos Deputados. Falta o Presidente da Câmara tirar da gaveta e votar, e eu acho que o Brasil dará um passo fantástico rumo ao fortalecimento de princípios e valores éticos no nosso país.

Apoiei todos os 58 pedidos de *impeachment* de alguns Ministros do Supremo, sendo dois deles de minha autoria, um desses de Alexandre de Moraes, que é o campeão em pedidos de impedimento aqui nesta Casa. Para o bom funcionamento de uma República, é essencial a independência e a harmonia entre os Três Poderes. Visando a esse equilíbrio, a Constituição deu apenas ao Senado o poder de coibir as arbitrariedades cometidas por Ministros do STF. O povo brasileiro pode mudar de Presidente, de Governador, de Senador, de Deputado, mas nada pode fazer em relação ao Poder Judiciário. Só o Senado pode fazer, mas não o faz. É nossa prerrogativa constitucional. Estamos devendo isso para a sociedade.

Mas eu quero dar os parabéns a esta Comissão, a todos que fazem parte desta Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle, a todos os Senadores, porque não é a primeira vez que a gente faz uma audiência como esta. Este ano nós já tivemos três audiências tentando o diálogo, buscando conversar sobre democracia de forma respeitosa, porque a regra da boa convivência é o respeito. E nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procuramos aqui, efetivamente, dialogar com Ministros do Supremo Tribunal Federal. Uma foi sobre a questão do ativismo judicial – foi uma das audiências.

Nós chamamos para essa, se não me engano, o Ministro Alexandre de Moraes. Outra foi sobre a transparência e segurança nas eleições, em que chamamos o Ministro Edson Fachin, se não me engano. E outra foi sobre o inquérito de *fake news*, esse famigerado inquérito de *fake news*, e nós convidamos também o Ministro Alexandre de Moraes para essa sessão. O Ministro Barroso também foi convidado para a reunião sobre ativismo judicial. Em nenhuma dessas sessões, que estavam lotadas como hoje aqui, com audiência grande do povo brasileiro, em nenhuma dessas sessões, os Ministros compareceram, não deram satisfação. Para vir a esta Casa para ser sabatinado, o.k.; para vir receber comenda, como na semana passada, o.k.; mas, para dialogar com os Senadores que foram eleitos pela população brasileira, infelizmente, não atravessam a rua para a gente procurar uma harmonia, procurar esclarecer certos pontos de uma sociedade, que está incomodada cada vez mais.

Em sociedades desenvolvidas, a transparência e a eficiência na gestão pública constituem regra geral, e os desvios são sempre reprimidos pelo Poder Judiciário, no cumprimento de leis naturalmente justas – isso é fundamental.

Tal controle não é difícil, porque os mecanismos dos processos de corrupção já são bastante conhecidos: licitações direcionadas, contratos superfaturados, empréstimos injustificáveis.

Ao longo de toda a história da República, o câncer da corrupção sempre esteve presente, mas, nos últimos tempos, atingiu o estágio de metástase, como um novo elemento que agrava muito mais as consequências funestas dos desvios dos recursos públicos.

A revista *Veja* do mês de julho publicou uma densa reportagem apresentando trechos inéditos dos depoimentos oferecidos por Marcos Valério Fernandes de Souza, o notório operador do escândalo conhecido como mensalão, no qual Parlamentares eram cooptados a votar matérias de interesse do governo que administrava o Brasil naquela época. Valério afirma ter ouvido do Secretário-Geral do PT Sílvio Pereira detalhes de relações existentes entre membros dirigentes do PT e o PCC, tida como uma das mais poderosas organizações criminosas do país. Segundo o depoente, que está condenado a 37 anos de prisão pelo envolvimento direto na operação do mensalão, o esquema funcionava através do recebimento clandestino de dinheiro oriundo de empresas de ônibus, operadoras de transporte alternativo na Prefeitura de Santo André, em São Paulo, além de bingos que eram empregados para lavagem do dinheiro proveniente do crime organizado. Em meio a toda essa sujeira, ocorre em 2002 o assassinato do Prefeito Celso Daniel.

Sobre essa questão, uma Senadora da República, sim, uma Senadora da República, Mara Gabrilli, teve a coragem de revelar que seu pai, que atuava na época no ramo de transportes, sofreu muitas extorsões pelo esquema que era do conhecimento, segundo ela, do Partido dos Trabalhadores. Não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segredo para ninguém que os tribunais superiores do nosso país andam de forma arbitrária, impondo decisões que violam os direitos constitucionais da livre manifestação de pensamento e da livre expressão. Nesse sentido, essa Corte proibiu a veiculação dessa possível vinculação criminosa durante a campanha. Inclusive, eu conversei com a Senadora Mara Gabrilli, esse final de semana, falei para ela... Aliás, ela aprovou essa audiência, ela é da Comissão, e eu chamei para que ela viesse participar, convidei, e ela disse que teria o maior interesse; só que ela está em trânsito agora, exatamente nesse período. É algo marcado com muito tempo de antecedência e que não tinha como desmarcar. Talvez, daqui para o final da sessão, quem sabe ela possa participar, quando chegar ao seu destino. A Senadora Mara, também em uma entrevista recente, fez gravíssimas declarações sobre o ex-Presidente, de que ele teria pago R$12 milhões para não ter o seu nome envolvido nesse assassinato. Então, é muito importante que a gente busque a verdade sobre isso.

Como Senador, para encerrar e passar a palavra para os nossos palestrantes, eu quero dizer que o mesmo TSE também calou de forma arbitrária parte da imprensa conservadora deste país, dentre eles, canais como a Jovem Pan e o Brasil Paralelo, coagindo-os a não se manifestar sobre determinadas situações, certos termos, numa clara demonstração da censura prévia, só vista na época da ditadura militar. O Senado está paralisado. Está sim. Nenhuma nota de repúdio, como fez a Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão), e diversas outras entidades, OABs estaduais, enfim. Nenhuma nota de desagravo. Por que o Senado não se manifesta sobre isso?

Eis aí a principal razão de termos aprovado esse requerimento, para que a CTFC realizasse essa audiência pública, para jogar luz em algo que está na sombra. Estamos diante de uma situação gravíssima, emergencial, devido à quantidade de denúncias de corrupção em todos os níveis da administração, que ocorre sistematicamente. Corremos o risco de que parte da população acabe aceitando isso como algo natural e inevitável. Seria a consolidação da deplorável tese do "rouba mas faz".

Mas agora temos uma situação muito mais degradante e perigosa para os destinos da nação: é a vinculação da política ao crime organizado, ou seja, não é só o desvio dos recursos públicos para o enriquecimento ilícito de poucos, o que já é, por si só, muito danoso a toda a população. Agora é muito pior, é também para o financiamento dos grandes inimigos da sociedade: criminosos astutos, perigos e cruéis, que vivem do tráfico de armas para matar, de drogas para entorpecer e destruir famílias inteiras. Estamos vivendo um dos momentos mais críticos da nossa história.

Temos assistido a sucessivos golpes contra a democracia do Brasil, instituindo a censura – a volta dela, sim –, vinda justamente de alguns dos nossos ministros da Suprema Corte, que têm como primordial resguardar a Constituição.

Como Senador, para finalizar, membro da única instituição capaz de coibir tais abusos, não posso me calar e muito menos me omitir. Seria covarde de minha parte. Mesmo sendo ainda parte de uma pequena minoria desta Casa, vou continuar fazendo esse trabalho, cumprindo com o meu dever da melhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma possível, sabendo de minhas inúmeras limitações e imperfeições, mas procurando trabalhar no limite das minhas forças, porque eu confio que, agindo assim – e tem muita gente fazendo isso na sociedade –, Deus fará o resto. Afinal, tudo aquilo que está apodrecido pela corrupção não se sustenta definitivamente e deve cair a qualquer momento.

Faço isso pelos meus filhos, faço isso pela nação brasileira, mas, acima de tudo, faço isso para poder retornar ao meu lar ao final do dia, poder colocar a cabeça no travesseiro e descansar com a consciência em paz.

Que tenhamos uma produtiva audiência pública.

Muito obrigado.

Já passo imediatamente a palavra – o Ministro me avisou que vai ter que sair, tem outro compromisso – e lhe pergunto: 25 minutos está bom? E, vamos combinar, para todos os palestrantes o limite de 25 minutos. A Casa obviamente pode dar uma tolerância, mas a gente tem muita gente para ouvir.

Ministro, muito obrigado pela sua presença. O senhor tem 25 minutos para a sua explanação.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para expor.) – Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Senador Girão e agradecer pelo convite. É uma honra para mim estar aqui para debater um assunto tão importante, que é a corrupção.

Cumprimentando já o Senador Girão, cumprimento todos os Senadores aqui presentes.

Quero cumprimentar todos os Deputados também na pessoa da Deputada Bia Kicis.

Quero cumprimentar todos os membros do Judiciário na pessoa da minha colega aqui de painel, a Ministra Eliana Calmon, e, cumprimentando aqui meus colegas Fabiano e Garutti, da Polícia Federal, estendo aqui os cumprimentos a todos do Poder Executivo e a todos os presentes aqui hoje nesta importante reunião.

Senador, falar de corrupção é sempre falar de algo que corre às escondidas, ocorre sempre de uma maneira camuflada. Normalmente nós não enxergamos a corrupção; nós enxergamos as consequências da corrupção. Normalmente quando vemos países com alto nível de desigualdade social, com recursos saindo de locais importantes e indo parar ou em obras sem nenhuma relevância ou no bolso de alguns, isso trazendo uma série de consequências negativas para um país que não consegue se desenvolver, que não consegue quebrar essa lógica, esse círculo vicioso, que é a corrupção, para iniciar um período de desenvolvimento, você começa a imaginar que dentro daquele país você tem a corrupção.

Eu acho que os últimos anos, em que pese nós sempre sabermos e não enxergarmos a corrupção, sempre sabermos da ocorrência, mas nunca enxergarmos, os últimos anos escancararam isso aí. Como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bem disse o Senador Girão, a Operação Lava Jato veio junto com leis que haviam sido criadas há pouco tempo. Nós tínhamos, em 2013, que foi um ano importante em termos de evolução legal na luta contra a corrupção... Temos a Lei 12.850, a Lei 12.846 e outras leis que vieram trazendo a colaboração premiada, os acordos de leniência e outros meios, outras técnicas de investigação que realmente trouxeram uma abertura ou uma visão mais clara de como que a corrupção acontecia.

As consequências para o país, eu acho que todos verificaram. Nos anos de 2015 e 2016, nós fizemos uma crise enorme, não culpa de qualquer acontecimento mundial, como uma guerra ou mesmo uma pandemia, mas, sim, única e inclusivamente por causa de um caso de corrupção, o maior caso de corrupção da humanidade, que foi colocado não só descoberto, mas também exposto de maneira clara para que todos pudessem enxergar quais são as reais consequências da corrupção e como que esses fatos afetam a nossa vida no dia a dia.

Bem, quando a gente começa a falar de corrupção, a gente sabe que muito dessa corrupção está envolvido como um dos próprios assuntos que o próprio Senador Girão citou aqui nessa relação público-privada, nessa relação de empresas, empresários e o poder público. E isso não poderia ser diferente. Para a gente ter uma noção, praticamente de 14% a 15% dos gastos públicos no Brasil ocorrem por meio de licitações, ou seja, de contratações públicas nas quais nós vamos ter um público e um privado. Fora isso, nós temos bilhões e aqui eu pego um exemplo: entre 2008 e 2015, o Governo se endividou e passou ao BNDES mais de R$400 bilhões, que permitiram a existência dos campeões nacionais de recursos indo para o exterior e outros tipos de atividades que alimentaram esse processo nefasto que nós enfrentamos no Brasil. Claro que a CGU, por exemplo, não teve capacidade de ir a Mariel verificar e auditar o Porto de Mariel. Mas, comparando – e temos um relatório publicado sobre isso – a construção de um porto daquele porte em qualquer lugar do mundo e o feito em Cuba, nós identificamos um prejuízo aos cofres públicos, ou seja, fora o empréstimo a empresas a juros subsidiados, um prejuízo de US$400 milhões, e isso ocorre em uma série de atividades, Senador, que estão aí abertas ao público e que foram alvo da Operação Lava Jato. Quando a gente fala em 400 bilhões aqui, todo ano 14,5% dos gastos públicos indo por meio de licitações. Lembrando que hoje os gastos públicos somam R$4,8 trilhões, que é o orçamento nosso. Então, num período de pandemia gastamos mais ainda e nós temos que fazer controles. Então, tudo isso mostra como que nós devemos nos preocupar com esse assunto que impacta diretamente as nossas vidas.

E qual é a forma? Como que a gente consegue combater isso? O que a gente tem que fazer e o que a gente vem fazendo?

Bem, se todos aí acompanharam a evolução do combate à corrupção, o que antigamente era uma luta pontual passou a ser visto de uma forma mais ampla, de uma forma mais sistêmica, de uma forma mais direta, tentando enxergar todos os problemas, tentando agir em todas as frentes de uma única vez. Eu acho que é isso, que os estudos nos levaram a agir e é por isso que nós estamos já verificando como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reverter um quadro de um país que estava envolvido na corrupção e retirar esse papel ou essa situação do dia a dia dos jornais e da vida pública.

Bem, hoje o combate à corrupção é centrado em três eixos principais. O primeiro é a detecção. Um país que quer lutar contra a corrupção tem que ser capaz de detectar a corrupção. Se eu não tenho capacidade de detectar a corrupção, eu não tenho capacidade de lutar contra ela. O segundo ponto é a prevenção, ou seja, conhecendo a corrupção, conhecendo a maneira como ela ocorreu, detectando e investigando, eu tenho que ser capaz de criar mecanismos preventivos que evitem que essa corrupção ocorra novamente. E o terceiro ponto é a sanção, ou seja, tendo a capacidade de detectar, criando as medidas preventivas, quando eu detecto, eu tenho que sancionar. Por isto é tão importante que a sanção ocorra: porque ela tem esse aspecto importante de ser até um elemento preventivo, porque, quando as pessoas veem outros sendo sancionados, a gente passa a se preocupar com as reais consequências e passa a tomar cuidado. Muitas vezes, alguns vão deixar de executar, outros vão criar mecanismos mais apurados para continuar corrompendo, mas, quando muitos verificarem que, caso descobertos, ocorre real punição, a gente vai ter aí uma diminuição desse processo.

Bem, e o que nós temos feito para evitar essa corrupção ou evitar que essa corrupção se espalhe pelo país com as consequências que eu já citei aqui?

Bem, eu vou dividir aqui a minha fala em dois pontos. O primeiro, eu vou direto a esse financiamento de empresas por parte do Estado. Qual era a parte comum que nós tínhamos em relação a estatais, sejam bancos, como o BNDES, seja a Petrobras? Era a total falta de transparência. Todos sabem aqui – eu acho que isso já foi falado várias vezes – que os órgãos de controle não tinham acesso a essas estatais no passado. Temos reportagens claras em que os empréstimos feitos a Cuba foram, inclusive, colocados em sigilo à época. Aqueles empréstimos para Cuba, para a Venezuela para que empresas fossem lá construir foram colocados todos em sigilo. Então, não sabíamos quanto tinha ido, não sabíamos as condições contratuais, não sabíamos nada. Sabíamos apenas que havia recursos saindo com essa finalidade, ou seja, conseguíamos saber depois da abertura dos dados que 400 bilhões foram colocados no BNDES entre 2008 e 2015. Então, acho que o primeiro grande modelo é esse.

Hoje nós evoluímos muito nisso e temos uma lei importante que surgiu nesse período, que foi a Lei nº 13.303, a Lei das Estatais, que trouxe aí um outro nível de obrigatoriedade de implementação de integridade de governança e de transparência nas contratações públicas das estatais em geral, tanto que, após a Lava Jato, ano passado, a OCDE reconheceu as estatais brasileiras, e todas as estatais brasileiras estão aderentes ao modelo de integridade da OCDE. Isso é uma evolução enorme que causa um aspecto preventivo muito grande, que vem aí, com certeza, evitar que essas estatais se envolvam em grandes casos de corrupção novamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Ah, Wagner, é impossível acontecer a corrupção?". Não! Nunca vai ser impossível acontecer a corrupção, mas, quando você consegue fazer implementar controles específicos para que essa corrupção caia, você passa já a estar em outro patamar de controle no âmbito dessas instituições.

E a outra que eu falo são as medidas adotadas em relação às contratações públicas, que, como eu disse aqui, representam quase 15% dos gastos públicos no país. Bem, se nós fizermos uma análise do que nós evoluímos da Lava Jato para cá, esses dados são muito impressionantes.

Eu começo aqui pelo Alice. O Alice é um analisador de licitações e contratos em editais, que foi implementado na administração pública e que hoje, diariamente, através de TI, ou seja, sem nenhuma interferência humana nessa fase inicial, busca em média 150 contratações públicas compradas ou realizadas no Comprasnet, diariamente, antes de a licitação ocorrer, e ele já faz uma análise com inteligência artificial em todas essas licitações, identificando licitações que fogem ao normal. Além de você ter essa identificação, você ainda faz cruzamentos dessas empresas, através dos CNPJs, para verificar a característica dessas empresas, e isso ocorre diariamente. Para que tenhamos uma noção, nós já tivemos, de suspensão de contratos, desde a implementação ou adiamento ou refazimento dessas contratações, R$9 bilhões, ou seja, hoje nós conseguimos agir. Muitos casos que atentam acusar o Governo de corrupção foram detecções do próprio Alice, cuja licitação paramos antes, e, depois, as pessoas indignadas acusam o Governo de corrupção, sendo que foi uma licitação que paramos quando nós mesmos detectamos problemas.

Eu acho que todos presenciaram recentemente várias denúncias de escândalos envolvendo a Codevasf e outro. E o que nós já fizemos? Implementamos na Codevasf, agora, o piloto, que nós vamos colocar em todos os órgãos da administração pública, o Sara – que deve mudar de nome para outro nome, sempre fazendo alusões à Alice, Sara –, que é um sistema que verifica agora a habilitação de licitações, ou seja, o pregoeiro da Codevasf agora tem um sistema para o qual mais de 30 características das empresas são trazidas antes de ele fechar a licitação. Então, preenchendo no sistema o CNPJ de todas as empresas licitantes, o sistema já cruza os dados e informa: qual é a característica dessas empresas; se elas tinham funcionários previamente à licitação; se essa empresa foi criada recentemente. E, em todos esses dados, nós estamos fazendo o piloto, porque, às vezes, você detecta problemas, mas por esse problema não é capaz de você não habilitar a licitação para aquela empresa. Por exemplo: tivemos um caso recente, agora, de uma menina de 21 anos que era dona de uma empresa que ganhou uma licitação de 3 milhões de fornecimento de bens na Codevasf. A empresa cumpre todas as características, e o que nós temos é uma menina de 21 anos que parece não ter condições financeiras para ser dona daquela empresa. Tocamos a licitação, ligamos os alertas do Governo sobre aquela contratação e acompanhamos de perto, porque não temos base legal para desabilitar aquela empresa. Mas, a partir de agora, os controles estão em cima, verificando se aquela empresa irá cumprir o contrato, e não vai sair R$1 dos cofres públicos caso ela não venha a cumprir a contratação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – Tinha que ser Alice mesmo, para combater o País das Maravilhas. (*Risos.*)

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Obrigado, obrigado, Dr. Girão.

Então, essas medidas, pessoal, já estão implementadas, já estão em funcionamento, e elas vão trazendo, na nossa capacidade de detecção, um aumento significativo da redução da corrupção no país.

Em termos de prevenção, hoje, todas as unidades, todos os órgãos do Governo possuem um plano de integridade e uma unidade de gestão de integridade. Essas unidades estudam os riscos de corrupção aos quais aquele órgão está exposto e, a partir desses riscos, implementam controles dentro da administração pública. Um exemplo claro: nós verificamos que a maioria das fraudes ocorridas no INSS eram iniciadas a partir de denúncias, e o próprio INSS não tinha um canal de denúncia específico. O canal ficava no Ministério da Economia, visto que o INSS era vinculado ao Ministério da Economia. Imediatamente, verificando que as detecções de casos de corrupção no INSS ocorrem muito mais por denúncias, assim como ocorrem nos órgãos de fiscalização – quando você tem um órgão de fiscalização, como a CGU, como a Receita, a probabilidade de fraude é muito maior, porque o fiscal está lá na ponta –, e as denúncias vêm, então, você tem que fortalecer o canal de denúncia. A gente vai estudando qual é a principal fraude a que aquele órgão está exposto, a principal tipologia de corrupção, e implementamos controles voltados para esse problema.

Então, isso vem fazendo com que essas unidades venham conseguindo estudar, e nós estamos – a CGU, como órgão de coordenação disso aí – implementando controles em toda a administração pública.

Vou dar um exemplo aqui que nós já adotamos desde março de 2019. Um problema de corrupção que era grande no Governo era sempre a ocupação de cargos por pessoas que não tinham preparação, muitas vezes, nem técnica, nem moral. O que é que foi criado? Em março de 2019 – o que era uma fraude que não era voltada para um órgão, ela era de todo o Governo –, a gente começou a criar critérios mínimos para a ocupação de cargos. Ou seja: todo e qualquer ocupante de cargo hoje tem que passar por um crivo em que critérios mínimos são levantados, e isso, por óbvio, diminui a corrupção, porque pessoas que não tinham o mínimo critério para ocupar aquele cargo já são vetadas durante o processo.

Essas medidas vão trazendo... E são preventivas para evitar já... Estudando os casos de corrupção e identificando quais eram os problemas – "olha, tem pessoas que estão ocupando que não têm a mínima noção, o que facilita a fraude", "olha, tem riscos que não estão sendo tratados devidamente, nós já sabemos que são normais nesses órgãos" –, a partir desse estudo, nós passamos a implementar controles, e isso vem trazendo também resultados positivos.

Outro, principalmente na nossa área de atuação – e outros colegas vão trazer medidas das suas áreas –, foi uma importante evolução na capacidade de nós responsabilizarmos pessoas jurídicas. Nós tínhamos um... As corrupções... A gente sabe, quem trabalha com corrupção há mais tempo sabe muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bem que, às vezes, até a gente conseguia detectar, conseguia investigar, mas tínhamos um grande problema em condenar e outro grande problema em recuperar ativos. Acho que recuperação de ativos foi o grande problema do Estado sempre, e nós passamos aí, com a Lei 2.846, a ter uma capacidade melhor de recuperação de ativos, visto a ocorrência dos acordos de leniência.

O Senador Girão trouxe aqui alguns dados gerais da Lava Jato, mas, só de acordo de leniência, nós já temos 16,2 bilhões de contratos firmados, sendo que 6,1 bilhões são recurso que já está na conta do Governo, ou do Governo ou das empresas que foram lesadas. Isso recupera tudo, Wagner? Não, não recupera tudo, mas já se começa a trazer uma visão de que as empresas que fugirem a essa regra serão sancionadas.

Hoje, nós temos um discurso... Claro, nós temos que chegar ao meio-termo. Não podemos matar as empresas, mas também não podemos manter as empresas impunes a esse processo porque elas foram utilizadas como forma de corrupção. Acho que estamos conseguindo chegar ao meio-termo, e foi um esforço de vários órgãos, seja CGU, seja Ministério Público, seja Polícia Federal, que permitiu que esses acordos chegassem a 16 bilhões, e essas empresas estão aí atuando não só na recuperação de ativos, mas também num ponto importantíssimo que a lei trouxe que é a obrigatoriedade de essas empresas implementarem a integridade e passarem a ter dentro dos seus quadros regras de integridade claras, com identificação de risco, que vão evitar corrupções futuras.

Todas essas medidas vêm trazendo aí uma melhoria significativa dentro da administração pública como um todo. Hoje o Brasil tem um plano de corrupção com 153 ações. Mais de 40% das ações já estão cumpridas. São ações dos mais variados níveis. Por exemplo, estamos agora implementando o e-Patri, em que todos os dados... Antigamente, sempre tivemos o acompanhamento da evolução patrimonial dos servidores, mas ficavam os dados lá na área de RH, trancados; se o cara fosse sorteado, ia lá. Hoje, nós temos o sistema que é o Sispatri, com todos os dados de todos os servidores públicos indo para dentro desse sistema, nós conseguimos fazer cruzamento geral da administração pública. Quando ele ficar pronto – nós estamos implementando os dados agora, que vão ficar prontos até o início do ano que vem –, nós vamos poder cruzar dados e verificar qual servidor evoluiu o patrimônio fora da realidade, de forma automática, sem a gente precisar ficar fazendo trabalhos pontuais em um ou em outro, onde os principais servidores que estão expostos à corrupção, como aqueles que fiscalizam ou que têm um grande poder de definição na concessão de benefícios, por exemplo, como empréstimo ou esse tipo de coisa, esses servidores vão passar a ter um acompanhamento especial e *online* dos seus gastos.

Então, todas essas medidas, que não são: "ah, estamos pensando", já estão implementadas, já estão em andamento, e isso vem trazendo resultados que muitas pessoas não veem, mas, para a gente, já são muito claros. Muita gente fala: "Ah, a corrupção"... A corrupção, é claro que, no Brasil, vem diminuindo. E nós temos provas disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fizemos agora um trabalho com o Banco Mundial. O Banco Mundial ouviu 13 mil servidores públicos federais, e esses 13 mil servidores públicos federais com uma média de 17 anos na administração pública. Para a nossa surpresa, 58,7% desses servidores alegaram que, na sua vida profissional, presenciaram atos antiéticos ou de corrupção na sua vida profissional; ou seja, quase 60% deles, disseram: "Na minha vida profissional, eu presenciei um ato antiético ou de corrupção". Tudo bem que o conceito de ato antiético ultrapassa muito a corrupção, mas esse é o número. Mas, quando questionados: "E nos últimos três anos?", em que já estamos com um plano de corrupção e com as unidades de gestão de integridade funcionando, esse número cai para 33%. É bom? Não, não é bom. Nós queremos chegar a zero. Sabemos que não vamos chegar, mas temos o objetivo de chegar. Mas cair pela metade a partir da implementação disso é a maior comprovação de que o caminho que nós estamos perseguindo é o caminho correto, é o caminho de fechar as portas.

Está aqui o Senador Girão, que participou da CPI. Fomos, como Governo, atacados o tempo todo, e, ao final, não se provou um caso de corrupção do Governo Federal, em que pese não terem tido coragem de investigar o que aconteceu no Consórcio Nordeste. Eu queria ter falado mais naquela data, mas falei claramente para o senhor que os dados estavam em segredo de Justiça – inclusive, entrei em contato com um Ministro do STJ para conversar – e eu acho que o dado está agora na revista *Veja* de forma clara e o que aconteceu.

Então, eu acho que discutir a corrupção é um ponto essencial. Não pensem que a corrupção não causa mal. Eu fico vendo gente falando que defende a democracia e passa a mão na corrupção. Não existe democracia com corrupção. Ou a gente vai ter uma democracia completa, respeitando os recursos públicos e fazendo com que o cidadão tenha acesso ao dinheiro público e não através do enriquecimento ilícito de alguns... Porque, se a gente não conseguir tocar as políticas públicas, se a gente não conseguir fazer com que o dinheiro chegue na ponta para melhorar a vida daquele que está lá na ponta, a gente não vai conseguir dar prosseguimento a essa discussão.

Eu agradeço muito a oportunidade, Senador Girão. Falei para o senhor que viria aqui, mas tenho um compromisso já agora em seguida, vista a correria que nós estamos nesta semana... Agradeço muito a oportunidade de vir falar um pouco aqui e queria muito ficar para acompanhar sempre a fala da nossa eterna Ministra do STJ e Corregedora também, Eliana Calmon, que tem sempre falas muito impactantes e muito realistas sobre os pontos que nós temos que melhorar no nosso país, assim como os colegas da Polícia Federal.

Mas eu agradeço muito ao senhor pela oportunidade, e estaremos juntos aí sempre lutando contra a corrupção e pelo crescimento do nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Ministro Wagner Rosário, pela sua presença aqui conosco. Eu sei que a sua agenda está complicada, mas o senhor fez questão de estar aqui, atendendo ao convite da Casa revisora da República.

E os números que o senhor trouxe aqui, por exemplo... Para mim, é um grande aprendizado, porque eu não sabia que só o caso dos empréstimos lá do Porto de Muriel, pelo BNDES, comparando com outras construções similares do mundo, deu um prejuízo para o Brasil de R$400 milhões, estou certo?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Quatrocentos milhões de dólares.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Quatrocentos milhões, ou seja, R$2 bilhões – é mais escandaloso ainda!

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Quando nós comparamos o preço que custou Mariel e o preço de uma construção similar em outro lugar do mundo, a diferença que nós contamos é de US$400 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – É de US$400 milhões.

Então, números esclarecedores que o senhor trouxe aqui, além dessa informação do Banco Mundial também, da percepção dos próprios servidores públicos sobre ética, sobre como está o acompanhamento disso no dia a dia, caindo quase pela metade... Eu acho isso muito promissor. É um caminho a se seguir. Então, eu parabenizo o senhor pelo trabalho.

Quero aqui registrar a presença do Senador Styvenson Valentim, que também fez questão de antecipar a vinda dele a Brasília para participar e está pedindo a palavra.

O Senador Esperidião Amin também está pedindo. O senhor...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Não, eu queria só entender...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Tá.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – ... como vai ser o método de perguntas, porque, já que o Ministro vai se ausentar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Tá.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – ... a gente pergunta ou não agora? Porque, se ele se ausentar, não tem como perguntar a ele.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Tá, você gostaria de fazer um questionamento ao Ministro?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Simples: as modificações...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Pronto. Microfone.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – É bem simples, Ministro. As modificações...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Presidente, também pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – O.k., Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. Pela ordem.) – Exatamente.

Na mesma linha do que pede o Senador Styvenson, considerando que o Ministro Wagner vai ter que se retirar, quem sabe V. Exa. estabelece um determinado espaço, para não o prejudicar...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Dependa da agenda dele.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Para ele responder pelo menos umas quatro ou cinco perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Qual é o limite do senhor? Porque o Styvenson já pediu, o Senador Lasier já pediu e o Senador Esperidião Amin.

É especificamente para o Ministro Wagner Rosário, Senador Esperidião? (*Pausa.*)

Também.

Então os três...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – E Senador Guaracy.

Então nós temos dez minutos para essas perguntas.

Vamos começar com o Senador Esperidião Amin, que foi o primeiro a solicitar aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Eu serei o mais breve então, Presidente.

Em primeiro lugar, além de saudar todas as autoridades, eu quero cumprimentá-lo pela determinação e pela pertinácia. Como seu seguidor em quase todos os requerimentos que V. Exa. subscreveu e em todas ações que V. Exa. encetou, seria quase que um acólito se o senhor concordar com essa designação – eu quero cumprimentá-lo.

Ao Corregedor eu quero apenas formular o início da pergunta, especificamente sobre as questões que são guardadas sob sigilo: o que o Congresso pode fazer para regulamentar mais claramente, porque é interesse público, e o que é a decretação de segredo sobre matérias como estas que o senhor mencionou, que não envolvem nem particularidades, nem sigilos pessoais, são negócios de Estado? A Constituição confere ao Congresso e, em alguns casos, ao Senado convalidar tratados e acordos internacionais.

Ora, um contrato cujo valor e condições eu não posso perscrutar ficou muito vago. Eu não quero me estender, mas eu perguntaria: em nome da Controladoria, em nome da transparência, qual é a sua sugestão para regulamentar, de maneira decente – porque, pelo que o senhor descreveu, é indecente – o conteúdo não só de valores, mas de obrigações, critérios de fiscalização?

Nós já tivemos caso em que pessoas investidas no Ministério Público trataram de criar fundação que só poderia ser fiscalizada nos Estados Unidos, com recursos oriundos de penas aplicadas à gestão da Petrobras.

Então, nesse imbróglio todo, a minha pergunta é singela: como tornar republicana a cláusula de decretação de segredo para acordos e seus conteúdos internacionais?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin, também fazendo questão de participar desta audiência pública; sempre presente. Em todas as três anteriores de que eu falei aqui, em que foram convidados respeitosamente ministros do Supremo Tribunal Federal, que, infelizmente, não atenderam o nosso convite, o Senador Esperidião Amin estava, assim como também os outros convidados, praticamente todos – ministros de Estado, juristas, enfim – estavam aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já vou passar a palavra para o Senador Styvenson Valentim, porque a gente junta os quatro Senadores que pediram a inscrição para fazer a pergunta, porque a agenda do Ministro está muito corrida.

Então, Senador Styvenson Valentim, muito obrigado por sua presença.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Eu que agradeço a oportunidade, Senador Girão, e a brilhante ideia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Melhorou? Está ligado.

A sua brilhante ideia de fazer esta audiência, na primeira etapa, tratando de corrupção. Logo em seguida, a gente vai falar de crime organizado e política, que seria o que a gente também está esperando.

Sr. Ministro, modificação da Lei 8.429, de 92, para a 14.230, de 2021, um caso bem emblemático, no meu estado, existiu, na Prefeitura de Baraúna, o perdão de um desvio de R$2,4 milhões em 2014, pelo TRF-5, o qual não enxergou o dolo. O senhor reconhece, bem na contramão do que o Senador Esperidião Amin questionou sobre o que poderíamos fazer? Esse é um exemplo do que não poderíamos fazer: uma modificação na lei, que torna cada vez mais difícil o combate à corrupção, principalmente por aqueles cujo dolo, o mau uso do dinheiro público e de Erário tem que ser comprovado.

Então, a primeira pergunta é: o quanto isso dificulta para a nosso estado e para a população brasileira justamente recuperar esse Erário? Porque foi desviado, não se comprovou dolo, e o dinheiro agora ficou no bolso de quem? De quem o desviou. Fica mais difícil para a Justiça.

E uma segunda pergunta é em relação à Emenda Constitucional nº 105, que atribui aos Parlamentares o repasse especial de emendas, na qual os controles de fiscalização ficam bem distantes de fiscalizar. Fica o tratamento agora entre Parlamentares. E quem recebe essa emenda: filantropia, Prefeitos, Governadores. É um outro meio também de dificultar a fiscalização e o combate à corrupção.

Por último, Ministro, parabéns pelo que o Tribunal de Contas da União, ao comando do senhor, está fazendo em relação aos recursos RP 9.

Eu perguntaria, pela última vez, se essa forma de não ter critério, essa forma oculta de destinar recursos públicos, num montante bilionário, para lugares como a gente viu – Maranhão, Alagoas e quaisquer outros lugares como esses, em que a gente sabe que está havendo esses desvios –, eu perguntaria como fariam, Alice, Sarah, para identificar a movimentação e o desvio desse dinheiro.

São essas três perguntas. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Senador Styvenson Valentim.

Imediatamente, passo a palavra para o nosso querido irmão, Senador Lasier, poder fazer as perguntas para o Ministro.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. Para interpelar.) – Começo agradecendo o carinho de V. Exa. Realmente temos uma amizade e uma afinidade de propósitos muito grande.

Quero louvar, Presidente Girão, a sua nobre iniciativa de propor esta audiência pública, preocupado para que não fiquem sepultados para sempre os roubos que aconteceram contra a União durante longo tempo. Percebi que V. Exa. teve, inclusive, cuidado de buscar documentos oficiais para justificar a proposta desta reunião. V. Exa. é um cidadão que cumpre o seu juramento de defesa da Constituição brasileira.

Louvo também a fala do Ministro Wagner Rosário, que, com muito discernimento e muita coragem, fez uma ampla exposição, nos colocando a par de muitas coisas aqui.

Eu quero, inclusive, acrescentar que, em 2016, com apenas um ano aqui no Senado, apresentei projeto para acabar com o sigilo do BNDES, porque, tratando-se de recursos públicos, não se justifica o que acontecia e o que, aliás, em parte, continua acontecendo. Na ocasião, eu tive um debate muito sério, no Plenário do Senado, com o Senador Romero Jucá, que entendia que não precisava quebrar esse sigilo, e tive também uma discordância muito séria com o então Presidente do Senado, Eunício Oliveira, que não acolheu o requerimento de urgência, de tal modo que, até hoje, pende de decisão esse projeto para acabar com o sigilo do BNDES.

Mas eu fiquei muito preocupado com o amplo relato do Ministro Wagner e queria perguntar sobre o que fazia a Controladoria nessa época, a partir de 2002, quando, a rigor, começaram as corrupções com a verba pública. Eu fiquei preocupado porque eu queria saber quem é que compunha essa Controladoria, que não percebeu ou não investigou, não aprofundou, não fez a chamada detecção, que hoje é muito importante. Será que os integrantes dessa Controladoria eram omissos, apenas omissos, ou eram também corruptos? Esses integrantes da Controladoria da época da corrupção permanecem até hoje? Isso não é apenas prevaricação, ao deixar de exercer o ofício, mas também cumplicidade com os bilionários desvios que aconteceram.

Então, em resumo, a minha pergunta é uma única, Ministro Wagner: que Controladoria era essa que trabalhava na época?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado pela sua participação. É sua primeira participação. Vai ficar conosco até o final, não é, Senador Lasier? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O Senador Guaracy da Silveira está agora com a... É Guaracy Silveira.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Guaracy Silveira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Desculpa! Perdão!

O Senador Guaracy Silveira está com a palavra para fazer a pergunta para o Ministro.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar.) – Sr. Ministro, primeiro, parabéns pelas ações na CGU, pelo pronunciamento!

Meu Presidente, Senador Girão, pela iniciativa desta Comissão... Tudo é muito bom.

Sr. Ministro, o senhor mencionou aqui três meios técnicos que a CGU está usando para combater a corrupção. Creio que as técnicas são as melhores possíveis. Mas, Sr. Ministro, tem uma coisa muito preocupante – é muito preocupante – quando a gente vê o seguinte, que nenhuma corrupção começa com bilhões de dólares, não; ela começa com valores muito pequenos.

Presidente Girão, vejamos bem: em 1992, esta Casa, o Senado Federal, cassou o Presidente Collor, mas praticamente não encontraram nada; depois, o próprio Supremo não encontrou nada que merecesse a tal cassação. De lá para cá, parece que a coisa desandou. Lá nós tínhamos princípios que cobrávamos.

A coisa que mais preocupa, Sr. Ministro, é um negócio chamado de amortecimento de consciência. Vamos achando que tudo é normal: o roubo é normal, corromper é normal, ser corrupto é normal, tudo, tudo é normal.

E me preocupa muito mais, Sr. Presidente, Deputada, tudo ser normal, achar que roubar é normal. Mas, quando um próprio candidato a Presidente da República se pronuncia dizendo: "Não... O que tem um moleque roubar um celular? E depois vai tomar uma cervejinha...", meus amigos, isso é amortecimento de consciência, ensinando que roubar, que corrupção não é crime, e que está tudo certo. Então, enquanto nós tivermos essa ideia ou vendermos essa ideia, a corrupção só aumenta. Por mais técnicas que os senhores da CGU tenham, mas, se nós não conseguirmos mudar a mentalidade da nossa criançada, da nossa juventude, mostrando que corrupção é errado, é imoral, é injusta, é danosa, liquida o próprio futuro da nossa juventude, nós não vamos vencer a corrupção, porque a corrupção é um germe que se multiplica muito.

Então, quando se cassou o Presidente Collor, parece que o Collor virou, naquele momento, o grande mal do Brasil. Não se encontrou nada contra ele. E, depois de provas tão concretas que nós vimos de lá para cá, com a Operação Lava Jato, que foi amplamente mencionada, as coisas que o senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esclareceu, e parece que é tudo normal... A sociedade perdeu, nós perdemos a indignação pela coisa errada. Nós caminhamos muito mal – caminhamos muito mal. Erro é erro, corrupção é corrupção, roubo é roubo. Essas coisas têm nome. E essas coisas precisam ser combatidas.

Eu vejo com orgulho alguns Senadores e Deputados e os senhores que aqui estão, que trabalham nessa área. Parabéns a CGU pelo que tem feito! Mas nós temos que fazer muito mais: criar a consciência de que é necessário sermos honestos, sermos corretos; não roubarmos e combatermos quem rouba; não sermos corruptos e combatermos os corruptos, senão não há conserto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Senador Guaracy.

Já feita a coleta aqui das perguntas, eu já vou passar para o Ministro Wagner Rosário respondê-las.

E só para dar uma informação: o que o Ministro Wagner Rosário falou há pouco do escândalo que é conhecido no Nordeste, Deputado General Girão, como o calote da maconha, que é o Consórcio Nordeste que comprou 300 respiradores de forma antecipada, a princípio até sem nota fiscal, de uma empresa a que eu fui em São Paulo, e eu vi que empresa que funcionava num prédio residencial... Ela só tinha tido duas notas fiscais na vida, uma foi de R$48,7 milhões. Esses respiradores superfaturados até hoje não chegaram ao Nordeste. Fica aquela pergunta: quantos nordestinos morreram por causa desse escândalo? E a CGU junto com Polícia Federal já fizeram lá operação sobre esse assunto. Está efetivamente já no nível dos tribunais aí, com delação, enfim... E a gente precisa...

Está aqui, a revista *Veja* colocou: "A anatomia do escândalo...". Está na *Veja* desta semana. E hoje o jornal *Correio da Manhã* coloca também a matéria de capa sobre esse escândalo.

Nós que somos nordestinos estamos ainda indignados e querendo justiça porque, inclusive, é estranho que uma parte desses respiradores ia parar em São Paulo. Os respiradores dos nordestinos iam parar em São Paulo, porque o irmão de alma, segundo a própria delação, já que a CPI aqui do Senado não quis fazer nada, não quis investigar... Mas a CPI do Rio Grande do Norte o fez, e eu estive lá no dia do Carlos Gabas, que é o Diretor do Consórcio Nordeste, ex-Ministro da Dilma. Ele foi e não falou nada, conseguiu uma liminar para não falar nada, nem o nome foi falado. E, efetivamente, uma parte desses respiradores iam para com Edinho Silva, Prefeito de Araraquara, São Paulo, coincidentemente ex-Ministro também do PT, Ministro do Lula de Comunicação. Então, que a verdade possa vir à tona. Tudo o que está oculto precisa ser revelado.

Eu já passo, porque o Ministro está com muito tempo aí para...

O SR. GENERAL GIRÃO (PL - RN) – Senador, só um comentário aí sobre o que o senhor falou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Tá.

O SR. GENERAL GIRÃO (PL - RN) – Infelizmente, depois da CPI, o Ministério Público Federal fez a investigação e tal, disse que não restou dolo e inocentou a Governadora do Estado do Rio Grande do Norte em relação a esse desvio do Consórcio Nordeste, lamentavelmente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Deputado Federal General Girão.

Passo a palavra para o Ministro fazer as respostas e suas considerações finais.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para expor.) – Só um ponto importante, Senador, antes de fazer a resposta, é que o Governo Federal também recebeu propostas como essa para a venda de respiradores. Lembro até um dia em que fui pessoalmente ao Ministério da Saúde, no início da pandemia, onde uma empresa oferecia respiradores de Macau com pagamento adiantado. O que nós fizemos? "Olha, você tem respirador lá para vender? Então, beleza. Nós vamos deslocar num avião da FAB servidores para lá. Vão parar na frente do navio. Na hora em que os respiradores entrarem no navio, a gente paga 30%; quando ele vier no caminho, parou em Santos, a gente paga os outros 70%." Nunca embarcou, nunca fez nada, e nada foi pago. Essa é uma medida simples de contenção de despesas em que não cabe um mínimo de critério com o dinheiro... Eu tenho certeza de que ninguém aí botaria 48,7 milhões do dinheiro próprio na conta de uma empresa de maconha, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – Que comercializa produtos à base de maconha.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Que comercializa produtos à base de maconha.

Então, vamos lá.

Senador Esperidião Amin, só uma coisa: a gente não precisa de nenhuma norma nova. A Lei de Acesso à Informação dá acesso a esses... Não é preciso nada... O que tinha na época era uma tentativa descarada de não dar transparência a uma coisa que deveria ter transparência. Inclusive, o próprio Supremo Tribunal Federal depois decidiu, em 2016, se não me engano, na mesma época em que o senhor entrou aqui com o projeto, determinando a abertura. Nem o TCU (Tribunal de Contas da União) nem a Controladoria-Geral da União tinham acesso a esses dados, e a partir desse momento os dados começaram, houve um trabalho, a partir de 2016, e hoje todos esses contratos estão com transparência ativa. É só entrar no BNDES. Tanto os anteriores quanto qualquer contrato novo, todos, obrigatoriamente, estão em transparência no *site* do BNDES.

Senador Styvenson, a Lei 8.429 teve essa mudança, que foi uma mudança...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Contratos e acordos.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Contratos e acordos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – E acordos.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Contratos e acordos também. Muito bom.

A Lei 8.429 teve uma mudança, uma mudança que realmente dificulta a responsabilização de pessoas, mas por outro lado tinha uma demanda também do seguinte: você tinha ali aqueles arts. 9º, 10 e 11 da Lei de Improbidade, que tratam ali basicamente de enriquecimento ilícito, desvio de recursos e também daqueles princípios da administração pública, principalmente os princípios, que vinham sendo usados de uma maneira bastante preocupante. Vários gestores passavam a responder por improbidade: "Aqui, pelo que parece" – como não é dolo, é culpa – "o gestor não adotou o princípio da moralidade". E aí ele respondia a processos de improbidade por muito tempo. Então, eu acho que o surgimento disso foi para trazer esse crivo para que qualquer um não ficasse respondendo processos de improbidade por todo o tempo. Então, existe essa justificativa. Claro, vamos ter que provar dolo, aumenta a nossa necessidade de investigação, mas eu acho que temos que esperar os resultados de níveis de condenação para ver qual vai ser a queda que nós vamos ter. Teve aspectos negativos e aspectos positivos, e nós vamos ter que esperar o tempo para verificar qual vai ser o resultado final disso aí.

Em relação à recuperação de ativos, vamos lembrar que a única forma de recuperação não é somente a Lei de Improbidade. A própria Lei 12.846, quando tiver empresa, e outras ações também podem pedir. Comprovado o dano, nós temos outras medidas que não seja a Lei de Improbidade para recuperar os ativos que foram desviados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não! Não, não, não...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, podemos recuperar caso... Porque uma coisa é a responsabilidade da pessoa, a outra coisa é o dano. O dano a gente pode recuperar por outras ações...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Ministro, quando foi discutida a Lei nº 14.230 aqui, no Senado Federal, houve muito bem essa discussão nesse ponto de vista que o senhor está citando, em respeito aos princípios constitucionais...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sim, sim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Eu acho que eles existem para serem seguidos...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sim...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – ... e não para ser excluídos.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Claro, claro, claro. Têm que ser seguidos...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Eu acho que eles têm que ser aplicados em qualquer lugar da administração pública. Senão, eles não estariam nos princípios constitucionais.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Eu vou dar um exemplo claro para o senhor para ficarem claras as dúvidas que restavam sobre isso.

Vamos supor que o senhor é gestor em Brasília, o senhor descentraliza um recurso para utilização na ponta; aí, lá na ponta, o fiscal do contrato atesta a execução de uma coisa; vem, e o senhor libera o pagamento. Na verdade, aquilo não tinha ocorrido. Isso era um caso típico em que o gestor aqui da ponta, que seguiu o que estava lá... Você colocava uma culpa *in vigilando* dele e metia uma ação de improbidade nele por ele não ter cumprido os princípios da administração pública.

Acho que são pontos que abrem discussões. O que eu falo é o seguinte: nós temos como recuperar ativos sem ser única e exclusivamente pela Lei de Improbidade, e é o que nós estamos tentando buscar, mas a resposta dos aspectos positivos e negativos nós vamos ter agora com o tempo, com a lei andando com essa nova atualização, para a gente verificar qual vai ser o resultado final disso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Ministro, me permita, só para eu não perder o raciocínio.

Eu dei um exemplo agora dentro do art. 10, incisos I, II e III, da extinção da cobrança ou da culpabilidade do recurso em Baraúna, no interior do Rio Grande do Norte.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Recurso federal.

E eu complementei essa pergunta para o senhor já com a Emenda Constitucional nº 105, de 2019, a qual repassa de forma especial...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Está falando das emendas especiais? É, esse é um assunto que o senhor trouxe, Senador, que é um assunto importante. Muita gente fica falando da falta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transparência das emendas de Relator e não verifica as mudanças na emenda especial, que tem muito menos transparência, e ninguém fala nada. Essa é a grande realidade. Ela não tem nenhuma; na verdade, o dinheiro vai direto... Não tem nenhuma, mas eu não vejo ninguém se indignar com isso. Isso é extremamente normal. Nas emendas de Relator que estão lá, em Transparência, realmente, não se sabe o nome do Parlamentar, que não se tem hoje, mas pelo menos se tem completo para onde ela foi, para onde foram os recursos.

É até bom se esclarecer um problema deste do Maranhão, onde nós verificamos naquele grupo de municípios. Ainda, quando nós verificamos, fizemos esse trabalho de investigação e pegamos aqueles casos de não sei quantos mil exames que apareceram na mídia, lembro que aquilo ali não é uso de emendas de Relator no gasto; aquilo ali é outra coisa. O que nós investigamos lá era justamente uma tentativa de muitos municípios...

Para os municípios receberem recursos de alta e média complexidade, você se baseia no teto de recebimento do ano anterior. Então, nós temos dois sistemas dentro do SUS, o SIA e o SIH, o Sistema de Informação Ambulatorial e o Sistema de Informação Hospitalar, que têm esses gastos. Quando eu inflo artificialmente esses gastos, por exemplo, em 2017, eu abro espaço para correr atrás de mais dinheiro em 2018. Por quê? Porque a base do recurso é o teto do ano anterior. Então, nós fizemos um cruzamento e verificamos que dos municípios que mais cresceram a base do teto de média e alta complexidade do SUS, dos 20 que mais cresceram no Brasil, 17 estavam no Maranhão. E a partir daí começamos a investigar e chegamos a um grupo. Esse grupo agora está correndo atrás de emendas, que podem ser emendas individuais, de Comissão, de bancada e de Relator. E nós verificamos que agora, dessa fraude que iniciou lá em 2017, houve um envio maior de recursos que foram conseguidos através de emendas. E nós estamos verificando se esses recursos foram mal aplicados ou não. Então, as pessoas estão confundindo, achando que aqueles gastos que nós apresentamos de não sei quantos mil exames eram gastos relativos a emenda de Relator. Não. Eles foram inflados no sistema para poder aumentar o teto. Essa é uma diferença importante. Mas como o senhor bem disse, a criação dessa nova emenda, que nós estamos tentando rastrear...

Fizemos um trabalho agora na CGU e já verificamos utilização indevida desses recursos, inclusive com uso para pagamento de despesa de pessoal, dessas emendas especiais que envolvem emenda individual, envolvem tudo. Então, com esse relatório e mais o trabalho, eu imagino que a gente, em breve espaço de tempo, consiga tomar medidas legislativas que tragam mais transparência a esses recursos.

Sobre o sigilo do BNDES, Senador Lasier, hoje já não tem mais. E nós temos a própria Lei de Acesso à Informação, que já permite ou já deixa claro que esse tipo de sigilo não pode ocorrer. E nós temos que estar atentos e os órgãos de controle vão atuar de forma muito dura, caso isso venha a ocorrer.

Senador Guaracy, eu aqui fazendo uma...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Perdoe. Perdoe, Ministro.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Ah, eu peço... O senhor perguntou da CGU. Perdão! É o senhor...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Que Controladoria era essa da época? Entende? Era omissa ou era conivente? Ou estava aparelhada a Controladoria?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não. Não. Eu vou defender a Controladoria aqui. É o seguinte, a controladoria foi criada numa MP de 2002; e ela foi criada em lei, pela primeira vez, em 2003, quando nós pegamos os órgãos de controle, as auditorias de cada ministério e trouxemos, e implementamos mais três secretarias na CGU. Hoje somos cinco, mas à época nos tornamos quatro: a área de controle, de fiscalização de controle; a área de ouvidoria, a área de transparência e prevenção da corrupção, que estava sendo recém-criada.

Para o senhor ter uma ideia, a Lei de Transparência é de 2011, e a CGU tinha acabado de ser criada. Então, era um trabalho ainda de uma estrutura sendo montada, depois que começaram a vir os concursos. Então, eu digo que, nessa época, a CGU não tinha uma estrutura nem técnica nem de órgão ainda, porque ela foi criada em 2003.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. Para interpelar.) – Sim. Mas perdoe. Mas não via nada, não enxergava nada! Então, o que fazia essa Controladoria?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Ela não fazia ainda, porque ela foi criada nesse ano, não é?

Eu vou dar o perdão para os colegas...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Mas vai de 2003 a 2015, por aí, durante todo esse período, e não viu nada?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Se o senhor verificar, a partir de 2003, já iniciaram os nossos trabalhos conjuntos com a Polícia Federal em termos de investigações conjuntas de desvio de recursos públicos. O primeiro trabalho foi em 2003 com um único trabalho. Hoje nós temos mais de 600 trabalhos de investigação conjunta.

Nós não tínhamos uma Lei de Acesso à Informação. Então, a transparência estava começando a ser discutida. Quando você não tem transparência, você não tem dados, você não consegue identificar. Tudo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso que a gente faz de cruzar dados, botar sistemas, é porque hoje nós integramos esses dados numa grande base. Naquela época, nós não tínhamos nada; nós tínhamos um órgão recém-criado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Órgão puramente burocrático.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – É, podemos dizer que nessa época estava iniciando com as suas dificuldades, tentando começar. Não vou falar que era meramente burocrático, porque já tínhamos trabalhos importantes que nós fizemos, como Vassoura de Bruxa e outros daquelas épocas anteriores. Assim, eu não vou culpar os colegas, porque os colegas na época estavam com um órgão recém-criado e seria uma maldade minha dizer que eles estavam aparelhados ou coisa do tipo, mesmo porque tivemos ministros excelentes na CGU, como o Ministro Jorge Hage, como outros que foram figuras que ajudaram a construir a instituição.

E, Senador Guaracy, o ponto que eu trago aqui em relação: nós estamos tentando entrar nesse aspecto ético. No final todo esse trabalho de prevenção, detecção, sanção tem por objetivo mudar a cultura. Mudar a cultura de uma empresa é difícil.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O crime não compensa.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Exatamente.

De órgão público, de um país inteiro, é um desafio muito grande.

Se o senhor parar para pensar, hoje nós temos um trabalho que a gente vai pegar firme a partir do ano que vem, porque a pandemia nos atrapalhou, que é Um por Todos e Todos por Um. A gente vinha evoluindo nesse processo, que é uma parceria que a gente tem com o Instituto Mauricio de Sousa, da Turma da Mônica, para levar a educação cidadã para as crianças em todas as escolas públicas do Brasil.

Quando a gente ia entrar pesado para ampliar esse processo para o Brasil inteiro, veio a pandemia, e agora nós já estamos com *app* pronto de voluntários que nós vamos lançar agora em dezembro. Um *app* pelo qual nós vamos buscar voluntários para eles fiscalizarem na escola a ocorrência desse programa e a gente acompanhar esse ensino de como tratar o Erário, de como tratar o dinheiro público, de como respeitar a aplicação de recursos públicos no Brasil como um todo.

É um trabalho em que a gente acredita muito como um trabalho de base, de modificação. Queremos atingir mais de 40 milhões de crianças. A gente fazia já esse trabalho, nós atingimos aí 800 mil crianças. É muito pouco, e agora vamos atingir esse grupo todo. Já estamos com o material todo pronto do 1º ao 5º ano para rodar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que esse vai ser um grande modificador aí de cultura e da capacidade nossa de lutar contra a corrupção e não aceitar a corrupção nem a cultura de quem rouba, mas faz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado pela sua presença nesta Casa, Ministro Wagner Rosário. Tudo de bom aí, muita paz, parabéns pelo trabalho. Ele é flamenguista, foi campeão da Copa do Brasil. E vale uma coisa interessante, viu, Ministro? Eu fui Presidente do Fortaleza, e este momento que a gente vive na política do Brasil tem um ensinamento muito forte do futebol: nós podemos ser adversários no campo das ideias – sim, por que não? –, com divergências políticas, mas jamais nós seremos inimigos, porque nós somos irmãos, filhos do mesmo Deus. Eu acho que a gente tem que ter muita serenidade.

Parabéns pela sua exposição equilibrada. Tudo de bom, muita paz. Obrigado.

Nós vamos dar sequência.

Eu vou pedir a permissão para passar uns vídeos aqui para vocês do nosso convidado que não veio. Os vídeos dele têm causado uma repercussão muito grande no país e a gente está aqui para discutir, para debater, para tentar entender tudo isso que está acontecendo, até porque muitas pessoas hoje estão tendo a sua liberdade de expressão cerceada aqui no Brasil. E esse assunto é um assunto que está em segredo, vamos dizer assim, já foi pedido para perfil tirar, para não poder falar, mas aqui nós vamos falar, sim. O Senado é para isso, é a Casa revisora da República e estamos aqui para cumprir o nosso trabalho.

Antes de passar o vídeo, eu quero só agradecer aqui aos alunos do curso de Direito da Faculdade Mauá, que estão aqui mais uma vez prestigiando a audiência pública no Senado Federal. Sejam muito bem-vindos a esta Casa. Muitos são alunos do Prof. Wildemar Felix Assunção e Silva, que também é funcionário daqui desta Casa e que muito nos honra com a sua presença. Muito obrigado.

Eu vou pedir para passar os vídeos. São três vídeos curtos, no total dão cinco minutos, tá? E eu vou pedir para passar já chamando aqui para compor a mesa o Dr. João Pedro Gebran Neto, Desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, um dos servidores ícones do trabalho da Lava Jato no Brasil. Eu, como cidadão, agradeço muito pelo trabalho que foi desenvolvido por pessoas como ele. Seja bem-vindo. Veio especialmente de Curitiba, não é isso?

O SR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO (*Fora do microfone.*) – De Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Veio de Curitiba participar desta sessão.

Então, peço que coloquemos o vídeo do operador do mensalão Marcos Valério.

(Procede-se à exibição de vídeos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – O.k. Daqui a pouco a gente vai colocar outros vídeos, que, inclusive, descem mais a questão aí do envolvimento com organizações criminosas. Já que ele não pôde vir aqui hoje, não quis vir, recusou o convite, o operador do mensalão do PT, o Marcos Valério, que a gente possa ouvir pelo menos o que ele disse – e as autoridades, se quiserem se manifestar, se puderem – sobre esse assunto.

Nós vamos ouvir agora o Sr. Fabiano Emídio de Lucena Martins, que é o Coordenador de Repressão à Corrupção da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal.

Antes de passar a palavra para o senhor, Fabiano, agradecendo muito a sua vinda aqui, outro convidado nosso – e essa carta é comovente, que foi enviada para esta Comissão – foi justamente o autor do livro chamado *Celso Daniel: política, corrupção e morte no coração do PT*, o jornalista Silvio Navarro. Ele foi convidado por esta Comissão e nos deu, aqui, de forma muito respeitosa, uma justificativa, que eu compreendo e que faz todo o sentido no momento em que a gente vive no Brasil. Ele agradece à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle do Senado Federal o convite que foi feito a ele para esta audiência pública, mas diz que "é justamente por causa desses predicados que não posso comparecer. Fui orientado por advogados a não participar de nenhum debate sobre temas censurados pela Justiça Eleitoral; um deles tratado detalhadamente no meu livro intitulado *Celso Daniel: política, corrupção e morte no coração do PT*, lançado pela Editora Record, em 2016". Olhe o que ele fala aqui: "Neste momento, o PT move processos contra mim e contra os veículos em que trabalho, no Tribunal Superior Eleitoral. Estamos sob censura do TSE. Reafirmo que me sinto honrado pelo convite e me coloco à disposição para uma futura oportunidade. Desejo aos participantes desse bom debate e que alguns tristes episódios da nossa história que certamente serão abordados nessa sessão nunca mais aconteçam. Atenciosamente, Silvio Navarro, jornalista e escritor".

Muito obrigado pela paciência, Sr. Fabiano Emídio de Lucena Martins, Coordenador de Repressão à Corrupção da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal. O senhor tem 25 minutos para fazer sua exposição. Muito obrigado.

O SR. FABIANO EMÍDIO DE LUCENA MARTINS (Para expor.) – Muito bom dia a todos.

Senador Eduardo Girão, muito obrigado pelo convite, que muito nos honra, em nome da Polícia Federal.

Dr. Gebran, Ministra Eliana Calmon, é um prazer dividir esta mesa com V. Exas.

Meu amigo, meu colega, Dr. Garutti também, muito prazer em estar aqui ao seu lado.

Srs. Parlamentares, senhores convidados, todos os presentes, reitero aqui a honra de estar falando em nome da Polícia Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Iniciando minha fala, Senador, eu acho até que não usarei os 25 minutos que gentilmente me foram franqueados por V. Exa., e até pegando o gancho da mensagem que o senhor leu aqui sobre um livro, eu gostaria de iniciar citando aqui uma breve passagem do livro mais lido, já que o tema desta Comissão hoje é corrupção, do livro mais lido no mundo sobre corrupção. O livro se chama – é inglês, mas traduzindo para o português – *Corrupção: Uma Breve Introdução*. E é muito breve mesmo. É um livro de 174 páginas de um professor australiano chamado Leslie Holmes, da Universidade de Melbourne, em que ele diz o seguinte: "Olha, é muito difícil conceituar a corrupção. O que é corrupção no Brasil provavelmente não é corrupção na África, onde os padrões morais de administração pública talvez não sejam tão rigorosos quanto os nossos, quanto os europeus ou mesmo quanto os norte-americanos". Mas ele diz: "Mas é um fenômeno que todos nós facilmente percebemos e sentimos".

Eu tenho uma história profissional na Polícia Federal de aproximadamente 14, 15 anos. Eu trabalhei durante 11 anos com investigações de combate à corrupção, na linha de frente. Estou há aproximadamente dois anos e meio na Coordenação de Repressão à Corrupção aqui em Brasília, no órgão central, no órgão de gestão. Então, eu pude perceber a corrupção sob estes dois prismas: o prisma do enfrentamento direto, na linha de frente, e o prisma gerencial, que hoje incumbe a mim aqui na coordenação, no órgão central da Polícia Federal.

O que essa experiência revela, Senador, é que a corrupção, no Brasil, se nós pudéssemos decompor esse fenômeno criminológico didaticamente, seria um fenômeno trifásico. Ele tem início com as fraudes licitatórias, muito bem expostas aqui pelo Ministro Wagner, ou a fuga ao dever de licitar. Essa fraude licitatória, essa fuga ao dever de licitar não é um fim em si mesmo. Ninguém frauda uma licitação simplesmente por fraudar. Eu fraudo uma licitação porque quero superfaturar um contrato que vai me gerar um ganho financeiro no futuro.

Então, essas fraudes licitatórias, como primeira etapa do processo de corrupção, geram como consequência contratos superfaturados. Um contrato superfaturado, a partir do momento em que é assinado por um Prefeito e por um empresário, autoriza, viabiliza juridicamente uma coisa chamada dano ao Erário. Por quê? Porque aquela prefeitura, no nosso exemplo, vai despender, por exemplo, R$2 milhões para uma obra que, na verdade, custaria R$500 mil aos cofres públicos. Então, nós temos aí R$1,5 milhão de dano. O dano ao Erário, então, é a segunda fase do processo de corrupção no Brasil.

Aquele valor que foi superfaturado então precisa, de alguma forma, retornar para o bolso das pessoas que engendraram aquele esquema. Nós temos então, finalmente, o terceiro ato do processo de corrupção no Brasil, que é o desvio ou a apropriação indevida dos recursos públicos. Aí nós temos o peculato, nós temos a corrupção passiva, nós temos a corrupção ativa.

Então, diante dessa mecânica, aquilo que a gente chama de "mecânica trifásica" do processo de corrupção no Brasil, fica muito claro que nós temos duas pontas que precisam ser dominadas pelo crime organizado. De um lado, uma ponta, que é a fraude licitatória, a fuga ao dever de licitar, que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamamos aí de ponta empresarial, vertente empresarial do fenômeno da corrupção; do outro lado, uma infiltração no âmbito da administração pública, para que aquele dinheiro possa retornar ao bolso daquele Prefeito corrupto, daquele funcionário público corrupto – no nosso exemplo, daquele empresário também ele corrupto. Isso é aquilo que nós chamamos, na investigação de combate à corrupção, de o momento mágico da investigação de combate à corrupção, que é o momento em que o dinheiro é transferido de mãos do corruptor para o agente público corrupto.

Então, veja que o crime organizado precisa dominar essas duas fases. Aquela simbiose perversa entre o público e o privado se dá exatamente nesses dois momentos.

Na Coordenação de Repressão à Corrupção da Polícia Federal, enquanto órgão central, nós, para coibirmos esse fenômeno, entendemos desde o início que nós precisamos pautar nossa atuação em dois pilares: proatividade e assertividade. Nós precisamos ser proativos para andarmos *pari passu* com a astúcia desses criminosos e nós precisamos ser assertivos, já que os nossos recursos humanos e materiais precisam também estar adequados a uma prática criminosa tão volumosa, não é? Nós estamos falando aí de 5.784 inquéritos policiais hoje em todo o Brasil somente em investigações de desvio de recursos públicos e de combate à corrupção. Então, vejam que é um fenômeno extremamente espalhado em todos os rincões da pátria, inquéritos que representam, Senador, 11% de todas as investigações da Polícia Federal.

Então, nós pautamos, nós passamos a pautar, eu dizia, a nossa atuação nesses dois pilares na Coordenação de Repressão à Corrupção. E tivemos, no último triênio, já que eu estou falando de dois anos e meio, aproximadamente, na Coordenação de Repressão à Corrupção, um aumento de 24% das operações especiais e comuns de combate à corrupção na Polícia Federal em relação ao triênio anterior. Se nós compararmos 2016 a 2019 e 2020 a 2022, nós estamos falando aí de um aumento de 24% nas operações de combate à corrupção.

É muito interessante se nós pegarmos, por exemplo, a pandemia, aquele mar de recursos públicos destinados a prefeituras e municípios para aquisição de insumos e contratação de serviços destinados ao enfrentamento da pandemia de covid-19. Nós tivemos em 2020 o ano recorde de operações especiais da Polícia Federal. Somente nessa temática, nós tivemos 141 operações de polícia judiciária. Nós tivemos 1.998 mandados de busca e apreensão cumpridos pela Polícia Federal em todo o país. Isso é muita coisa. Nós tivemos 248 prisões cautelares determinadas pelo Poder Judiciário, em face, obviamente, da gravidade dos fatos que estavam sendo investigados pela Polícia Federal nesse contexto. Então, tudo isso, esses números eu trago para ressaltar a abnegação, a dedicação, a proatividade e a assertividade da Polícia Federal no último triênio, principalmente nessas ações de combate à corrupção.

Nós temos, então, na Polícia Federal, muito claros esses pilares de atuação no combate à corrupção, fincados na proatividade, fincados na assertividade. Acredito que são eles, em grande parte,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ressalto, ao lado da abnegação desses colegas, que vêm nos conduzindo a esses números extraordinários dos últimos anos.

Essa maior clarividência que nós estamos buscando na resolução ou, melhor dizendo, no enfrentamento desse problema tão grave também nos revela que indubitavelmente nós temos hoje uma maior aproximação de um fenômeno que até então nos era estranho, enquanto atores das investigações de combate à corrupção, que é a aproximação das facções criminosas das investigações de fraudes licitatórias, de peculato, de corrupção passiva, de corrupção ativa. Como eu disse, essas são realidades até certo ponto distantes da nossa realidade e que hoje se aproximam. E elas se aproximam obviamente porque não há vácuo de poder.

Então, a oportunidade ou, melhor dizendo, as oportunidades que vão surgindo para o florescimento e consolidação dessas organizações criminosas, elas vão aproveitando e vão se infiltrando... Embora talvez eu frustre aqui um pouco os nobres Parlamentares presentes nesta sessão, no caso específico dos vídeos que foram mostrados, já me adiantando, Senador Girão, é um caso que atualmente está sob sigilo no Supremo Tribunal Federal, sigilo esse cuja extensão não me é conhecida – eu não fui responsável por tomar esses depoimentos. Mas, em respeito às minhas atribuições legais, em respeito ao princípio da legalidade estrita ao qual nós, enquanto Polícia Federal, estamos jungidos, eu já adianto que fico absolutamente impedido de trazer maiores detalhes.

Enfim, essas são as minhas considerações, Senador Girão. Coloco-me à disposição dos Srs. Senadores e, mais uma vez, muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Olha, quem tem que agradecer somos nós ao senhor por essa instituição de que o senhor faz parte, que é uma das mais acreditadas pelo povo brasileiro, a Polícia Federal, Dr. Fabiano Emídio de Lucena Martins, por ter vindo aqui à esta sessão do Senado Federal.

O Dr. Fabiano é Coordenador de Repressão à Corrupção da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado, da Polícia Federal.

Então, já imediatamente aqui... A gente tem recebido muitas perguntas que vou tentar ler ao final. Aos participantes que estiverem aqui e puderem responder a gente vai passar, tá? Mas é muito boa a audiência que o Senado Federal tem nas suas redes, na TV Senado a partir dessa iniciativa. Eu agradeço ao brasileiro que está cada vez gostando mais de política, acompanhando o seu país. Isso é motivo de muita esperança para o futuro do Brasil.

Eu já passo a palavra agora... Peço licença ao Dr. Edson Fábio Garutti Moreira para a gente ouvir a Ministra Eliana Calmon, jurista, Ministra aposentada do Superior Tribunal de Justiça. Agradeço demais a sua presença aqui neste Plenário da Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal. Agradeço também a presença – daqui a pouco vai falar – tanto do General Girão, Deputado Federal, como da Deputada Federal Carla Zambelli, aqui prestigiando esta sessão.

Eu passo imediatamente a palavra para a senhora, por 25 minutos, com a tolerância da Casa, para fazer suas colocações.

Muito obrigado pela sua honrosa presença conosco.

A SRA. ELIANA CALMON (Para expor.) – Senador Eduardo Girão, na pessoa de quem eu cumprimento todos os Parlamentares aqui presentes e também os meus companheiros de bancada, a honra é toda minha de ter sido convidada para falar neste momento. Acho que é um momento importante e histórico porque neste momento nós precisamos, com urgência, retomar a conversa de combate à corrupção, que parece que foi esquecida e colocada em segundo plano. De forma que, quando eu recebi esse convite, eu fiquei até muito admirada de esta Casa estar retomando este trabalho, que é de importância fundamental, num momento em que o país está voltado para a política, porque o país está se politizando, o povo brasileiro está se interessando em saber o que está acontecendo na política e está também interessado em saber o que cada um dos Poderes está fazendo, principalmente o Senado Federal, que é o único órgão que pode controlar a cúpula do Poder Judiciário, que é o Supremo Tribunal Federal. De forma que este acontecimento aqui é de uma importância fundamental, principalmente porque aqui nós temos a liberdade não apenas como cidadãos, porque esta liberdade de cidadania nos foi tirada em parte, mas temos a liberdade de estarmos escondidos atrás dos Srs. Parlamentares para aqui nós falarmos o que precisa ser falado.

Hoje o brasileiro está com medo de falar até no telefone, porque tudo passou a ser *fake news*, inclusive os fatos históricos.

Dessa maneira, eu só posso agradecer, como cidadã brasileira. E não quero nem que me chamem mais de jurista, porque eu não sei mais Direito. O Direito que eu aprendi não existe mais. (*Palmas.*)

E o meu maior título agora é ser cidadã brasileira. Cidadã brasileira que é a favor da transparência, que é a favor da verdade, que precisa falar as coisas.

Mas sobre corrupção, o que eu posso dizer aqui? Eu vou dizer daquilo que eu trabalhei, daquilo que eu vivenciei.

Eu cheguei ao Poder Judiciário em 1979. Antes de chegar ao Poder Judiciário, em 1972, eu era Procuradora da República. Como Procuradora da República, Ministério Público Federal, eu fiquei durante seis anos. Mas o que aconteceu? Eu descobri que o Ministério Público Federal era uma repartição pública onde nós, Procuradores, fazíamos pareceres que eram aprovados pelos subprocuradores, esses, na época, não concursados, mas, sim, com cargo em comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse momento, eu vivenciei, dentro da Subprocuradoria-Geral da República, para onde eu fui promovida, que realmente eu tinha apenas uma função burocrática: fazer os pareceres e continuar, quando, então, eu recebi uma ordem do Procurador-Geral da República para não optar, não dar parecer em favor do impetrante sem comunicar ao Chefe da Procuradoria, porque não era livre para fazer aquilo que eu precisava fazer como fiscal da lei.

Nesse momento, eu resolvi sair do Ministério Público, fiz um concurso e fui ser juíza federal. Como juíza federal, eu sempre tive muita liberdade, eu sempre fiz aquilo que eu tinha de fazer, como julgadora de primeiro grau, porque ali não estava o problema. Fui depois promovida para o segundo grau, mas os meus problemas começaram quando eu cheguei ao Superior Tribunal de Justiça. Chegando ao Superior Tribunal de Justiça, eu tinha a tarefa de julgar, em foro especial, os Governadores e os Desembargadores. Aí eu começo a grande dificuldade de enfrentar os processos que me chegavam.

Era uma coisa que parecia muito ilógica, porque eu comecei a receber muitos processos de operações muito grandes, inquéritos muito fortes e que abrangiam diversos políticos e diversos estados. Eu comecei a receber esses processos e eu comecei a tocar esses processos. Começou a haver uma desconfiança até dos meus colegas, dizendo o seguinte: "Por que você está recebendo tantas coisas, e os outros não recebem?". Naquela época – e eu cheguei ao STJ em 1999 –, nunca tinha havido uma expedição de mandado de prisão. O primeiro mandado de prisão foi expedido em 2004. Estranhava-se por que eu estava com tantas operações policiais, e isso não poderia estar certo. O Presidente do STJ à época, o Ministro Raphael de Barros Monteiro, mandou fazer uma inspeção, uma auditoria na distribuição para saber o que estava havendo. A auditoria disse o seguinte: "Olha, a distribuição é igual para todos; o problema é o que dorme na prateleira e o que é colocado para a frente", de forma que essa foi a conclusão.

Eu comecei a fazer esse trabalho e tive a oportunidade de verificar o seguinte: corrupção, no Brasil, nunca foi prioridade para o Poder Judiciário. Corrupção era um crime menor, era um crime que não mostrava as garras. Dessa forma, ele ficava em segundo plano. E, todas as vezes que a gente começava a ter uma atuação mais forte em razão desses processos, começava a haver uma certa desconfiança, dizendo: "Por que ela é tão contra as autoridades?".

Eu tive, por exemplo... Um dos primeiros processos grandes e graves que eu tive foi em relação ao que estava se passando no Estado de Rondônia, onde a Polícia Federal descobre que havia uma quadrilha. E estavam todos mancomunados, então: o Presidente do Tribunal de Justiça, o Presidente da Assembleia Legislativa, o Procurador-Geral, o Procurador-Geral do Estado. E, dessa forma, chega a mim essa investigação, uma investigação bem-feita, em que estava tudo muito claro. E eu não tive dúvida, não é? Foi a primeira vez que eu passei a mão na caneta e mandei prender todo mundo e trazer para Brasília, para, imediatamente, fazer a fiscalização, fazer o interrogatório. Eu mesma queria fazer o interrogatório. Eu nem usava juiz para me auxiliar nessa tarefa. Eu, pessoalmente, a fazia. E foi uma grande dificuldade!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para vencer a resistência dentro do tribunal, eu pedi ao Procurador-Geral da República que, por favor, fosse conversar comigo e com o Presidente do Tribunal de Justiça, o Presidente do STJ. Por que eu estava mandando prender aquelas pessoas? Então, na véspera de expedir os mandados de prisão, eu pedi ao Procurador-Geral da República que fosse conversar comigo. Eu disse assim: "Se amanhã ele abrir o jornal e vir o que está acontecendo, ele vai dizer que eu sou uma louca, porque isso nunca aconteceu". E ele foi e conversou como Procurador-Geral. O Dr. Antonio Fernando é que era, à época, o Procurador-Geral. Ele, então, ficou convencido. Eu disse: "Amanhã, o senhor vai ver esses mandados de prisão serem expedidos". Os mandados de prisão foram confeccionados dentro do meu gabinete, porque a Secretaria Judiciária não sabia como se fazia um mandado de prisão.

Essa foi a maior operação, foi a primeira operação grande que eu peguei. E sofri com diversas dificuldades, etc. E, embora tudo estivesse mapeado, havendo uma conexão muito séria entre esses órgãos, todos foram liberados por ordem do Supremo Tribunal Federal através de *habeas corpus*: "Não existe razão para prisão, nem para prisão preventiva, nem para prisão temporária". E aí todos foram para a rua, e esses processos foram demorando, demorando, demorando, demorando. Alguns pedem aposentadoria; pedem aposentadoria e saem do foro. Vai para o primeiro grau, e, no primeiro grau, isso acaba.

Eu não vi o fim disto, mas outras operações foram ficando até que chegou para mim a Operação Navalha, que foi a maior de todas, uma operação imensa, que teve uma dificuldade muito grande de condução pela Polícia Federal. Eles fizeram inquéritos com grande dificuldade. A inteligência da Polícia Federal teve de interferir em muitas das etapas dessa Operação Navalha, porque havia infiltração inclusive de delegados da Polícia Federal, agentes da Polícia Federal que estavam também envolvidos com grandes autoridades.

E, nesta Operação Navalha, eu tive a oportunidade de saber como é que o crime organizado entra no Estado, porque a polícia já estava bastante mais evoluída... Porque a Polícia Federal, antes da Constituição de 1988, era muito frágil, tinha muita dificuldade, não tinha meios adequados, mas, a partir de 2002, ela começa a se estruturar. O Ministro Márcio Thomaz Bastos foi uma das autoridades que melhor equipou a Polícia Federal. E eu acho interessantíssima essa posição do Ministro Márcio Thomaz Bastos porque, depois, ele se tornou o grande advogado dos grandes corruptores deste Brasil. Mas ele é equipou a Polícia Federal como ninguém, de forma que a polícia já estava bastante autorizada pelas suas conquistas para fazer essa investigação.

E, nesta Operação Navalha, a polícia chegou a mapear tudo que acontece com o crime organizado. E isto começava... E eu dizia sempre: o ovo da serpente está – e aí os senhores vão me desculpar – nesta Casa, está no Poder Legislativo, através das emendas parlamentares, porque o mapeamento vinha a partir das emendas parlamentares, com já tudo arregimentado com as concorrências públicas cujos editais eram feitos dentro das empresas que iam fazer a obra – porque isso a Polícia Federal encontrou dentro das empresas –, sendo gerados os editais de concorrência. E aí foram mapeando o dinheiro que sai a partir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessas emendas e que vai sendo distribuído para as empresas, para os Parlamentares até chegar à ponta, que é o quê? O engenheiro que faz a medição da obra. Tudo! Inclusive, eu achei interessante que a linha de tempo foi tão perfeita que chegaram até ao engenheiro que mede a obra. No Estado do Maranhão, foi encontrado dentro do guarda-roupa da casa do engenheiro que media a obra, numa cidade desse tamanho, à época, que deve ter sido 2006, 2007, por aí, R$700 mil em dinheiro. E isso foi encontrado nesse guarda-roupa.

Bem, a partir daí nós começamos a ter a ideia de como nós íamos trabalhar.

Nessa operação eu também mandei prender muita gente. Eu não tinha as leis que hoje os meus colegas têm. O Dr. João Pedro, por exemplo, hoje tem a facilidade de ter tantas leis. Eu não tinha nenhuma, não é? Eu não tinha, por exemplo, a lei que determinava a delação premiada e tantas outras leis mais modernas. Então, o que é que eu fazia? Eu decretava a prisão para ouvir as pessoas que estavam presas e começar a entender o que é que estava acontecendo. Ah, foi um verdadeiro escândalo, por quê? Neste meio, eu também mandei prender diversos desembargadores. Aí, a magistratura caiu em cima etc.

Mas esses processos todos terminaram em nada. Por que terminavam em nada? Porque, nesses processos em que eu conduzi a prova, toda prova produzida estava ali, e eu, para administrar esse processo, com a jurisprudência que passou a vigorar no Supremo Tribunal Federal... Eles fizeram o quê? Eles diziam que tinha de ser fatiado: todos os acontecimentos que ocorreram no Maranhão foram para a Justiça do Maranhão; os que aconteceram no Piauí foram para a Justiça do Piauí; os que aconteceram na Bahia foram para a Justiça baiana. E o juiz que recebia aquela maçaroca de coisa não tinha condição, ficava meio perdido – é como um vestido mal costurado –, não sabia como resolver isso. E os processos foram acabando. E todos terminaram sem ter nenhum sucesso nessa atividade, de forma que eu comecei a aprender que realmente era quase um desafio ter tanto trabalho, fazer tantas prisões para dar em nada.

Isso fora os *habeas corpus* durante a condução do processo, que ficaram algum tempo na minha mão, porque muitos advogados e advogados muito competentes, eu digo sempre, todos com os seus superadvogados da Avenida Paulista – hoje não estão mais na Avenida Paulista, já estão em outros lugares, mas à época os grandes escritórios estavam na Avenida Paulista –, eles todos vinham com os *habeas corpus*. Eu não podia pegar no processo. Qualquer despacho que eu desse no processo, nulidade.

Aí, um dia, eu terminei atravessando a rua, botei o processo debaixo do braço e fui conversar com o Ministro que era o Relator do habeas corpus, que era o Ministro... Agora esqueci... Eros Grau. Ministro Eros Grau. Ele me tratou muito bem, um *gentleman* e tal, e me disse assim: "Doutora, não era nem para a senhora estar aqui. Eu que tinha de ir lá". E eu disse: "Absolutamente. O senhor é um Ministro do Supremo. Eu disse: "Absolutamente. O senhor é um Ministro do Supremo. Por isso, eu vim aqui conversar com o senhor e vim esclarecer por que fiz isso no processo". E ele disse: "Dra. Eliana, eu estou aqui e só vou ficar mais dois anos, porque vou cair na compulsória, de forma que a senhora vai me permitir que eu chame o meu assessor para a senhora conversar com o meu assessor". Eu disse: "Está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certo, está bom". Eu conversei com o assessor, expliquei a ele e ao assessor o que estava acontecendo. Saí dali achando que eu tinha convencido, porque apresentei as minhas razões jurídicas. No outro dia, *habeas corpus* deferido!

Essas dificuldades terminam desanimando. E eu entendi por que os meus colegas me achavam quase um D. Quixote, que estava fugindo à regra – fugindo à regra. E assim fui. Eu peguei diversas outras operações. Sempre tive o melhor conceito do órgão de investigação, que era a Polícia Federal – nunca me faltou, nunca me faltou!

Uma vez, o processo estava tão complicado, tão complicado que eu não conseguia entender, e eu... Hoje, eu confesso que eu fiz uma coisa que, à época, todos os Ministros do Supremo condenavam. A condenação é a seguinte: o juiz não pode conversar nem com o Ministério Público nem com a Polícia Federal, porque isso é cerceamento de defesa. Se ele vai julgar, ele não pode conversar com órgão que investiga nem com o órgão que é o denunciante, mas eu coloquei um delegado da Polícia Federal dentro do meu gabinete para me explicar o processo. Eu disse: "Eu não quero errar, eu quero fazer certo. Como é este fato aqui que vocês estão investigando assim, assim, assim?". Só dessa forma, eu consegui fazer um relatório, fazer um grande relatório.

Quero dizer aos senhores que as coisas foram muito difíceis, mas um fato que eu tenho que falar é o que aconteceu com o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, já em outro processo. O que eu faço? Tudo provado o que ele fez: ele era Presidente da Assembleia Legislativa, ele furtou a Assembleia Legislativa, ele foi para o Tribunal de Contas mesmo assim, porque ele tinha bastante cacife político. E esse homem terminou... Quando começou a investigação do Ministério Público de Rondônia dentro da Assembleia Legislativa, ele foi lá e provocou um incêndio nos livros da Assembleia Legislativa. Foi uma coisa terrível! E tudo isso veio para mim, de forma que eu estava certa... Eu conduzi o processo todo, esse processo eu consegui conduzir, os *habeas corpus* todos batendo, e eu conseguindo me livrar, porque era quase uma legítima defesa da minha pessoa não sair vencida naqueles *habeas corpus* para não passar o atestado de incompetência. E foi até que chegamos ao julgamento final. Eu

Eu sou uma pessoa que não escreve muito, mas o meu voto contra este moço tinha mais de 70 páginas, porque, para começar a ser muito criteriosa, eu transcrevia tudo no voto, para não deixar passar. Moral da história: no momento em que eu estava revisando o voto, que era de tarde o julgamento na Corte especial, o meu funcionário telefonou e diz assim: "A senhora não sabe o que aconteceu. Fulano de tal pediu aposentadoria ontem; e dessa forma, Ministra, a senhora perdeu a competência". Eu cheguei a ter quase uma vertigem. "Mas não é possível e tal..." Aí eu disse: "E eles já deferiram?". "Deferiram. Deferiram na hora, doutora". Aí eu disse: "Então não tem jeito." Mas aí depois eu me lembrei e disse assim: "Foi publicado?". "Não. Ainda não foi publicado". Eu disse: "Então está bom". Aí eu comecei a ligar para meus colegas. "Eu estou com um processo assim, assim e assim, mas não houve publicação. O que é que você acha?" Porque já era cooptando um pouco do voto, não é? E, na hora, um grande advogado subiu à tribuna, fez a defesa e humildemente dizia assim: "Eu quero esclarecer questão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ordem a esta Corte, que não é mais competente, porque o meu cliente já está aposentado e tal...". O Presidente então pediu a palavra, passou a palavra para mim, e eu disse o seguinte: "Olha, ato administrativo só depois da publicação; não foi publicado. Acabou-se. É aqui a competência". Mesmo assim, alguns colegas ainda votaram contra mim. Mas este foi condenado. (*Palmas.*)

Foi a única oportunidade que eu tive de realmente chegar ao final.

E desta forma eu chego à Corregedoria Nacional de Justiça, com muita dificuldade, porque não queriam. Alguns diziam: "Se ela for para a Corregedoria, amanhã amanhecem os juízes todos presos, porque ela manda prender todo mundo...", e essa coisa toda. Mas foi ali naquela casa que eu conheci as estranhas do Poder Judiciário. Isso aí... Eu levaria dois dias aqui para os senhores contando casos e mais casos do que acontecia. E eu era inocente, porque eu tinha vindo da Justiça Federal, eu fui Juíza Federal. Na Justiça Federal, a estrutura é bem menos corrompida e muito mais juridicamente amarrada. Mas quando eu cheguei para ser Corregedora do Brasil e eu vi o que se passava nos tribunais de Justiça, eu fiquei horrorizada!

Só conto um caso aqui que, para mim, foi emblemático. Eu estava na Corregedoria, e um Presidente de um tribunal pede para conversar comigo, veio conversar e disse assim: "Dra. Eliana, eu estou aqui porque eu vim lhe entregar a chave do tribunal. Eu não vou continuar como Presidente porque eu vou ser preso se eu fizer o que meus colegas querem. Eu não posso fazer". E aí eu disse: "Calma. Vamos ver". E ele então me disse: "Imagine que eu encontrei juiz, desembargadores que estão aposentados há mais de cinco anos recebendo adicional de férias, diárias e mais diárias que não comprovam. Eu não posso fazer isso. E, Dra. Eliana, se eu não fizer a vontade deles, eu me torno absolutamente ingovernável. Eles não aprovam nada que eu apresentar. Então, eu não posso ser Presidente do tribunal". E eu, então, disse para ele o seguinte: "O senhor vai voltar e dizer que veio aqui conversar comigo e que eu disse que vou aproveitar que o senhor veio aqui e eu vou lá fazer uma inspeção. Eu vou fazer uma inspeção. E tudo que o senhor me disse que está errado eu vou pedir para a equipe comprovar". E aí eu faço como se fosse eu, e o senhor diz: 'Eu não tive culpa desta Corregedora louca que chegou aqui para fazer esse desmanche todo' ". E dessa forma eu consegui nesse estado fazer um concurso público, concurso público sério, para não ter mais tantos apaniguados lá dentro, eu consegui aumentar o quadro do tribunal e eu consegui que não fechassem uma série de varas. Eu posso até dizer hoje que estado foi: foi o Estado do Amazonas, onde iam fechar não sei quantas varas de fronteira, porque essas varas não tinham processo. "Então, vamos fechar. Tem poucos processos, vamos fechar as varas de fronteira".

Eu, depois disso tudo, liguei para o Governador, e o Governador era o hoje Senador Aziz, e eu disse a ele: "Governador, eu preciso do dinheiro para que as varas de fronteiras não sejam fechadas". E ele me disse: "Mas, Dra. Eliana, eu não tenho dinheiro". Eu disse: "Então, o senhor vai pagar o preço, porque isso vai sair em todos os jornais do mundo inteiro, porque é na área de fronteira onde existe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contrabando de ouro e contrabando de tóxico". E ele me deu todo o dinheiro possível para que as varas não fossem fechadas.

E essa foi a minha saga dentro do Conselho Nacional de Justiça, e eu fui muito questionada.

Quero dizer aos senhores que eu recebi de um ministro do Supremo que me disse o seguinte: "Se você fizer todas as inspeções em todos os estados e você não for a São Paulo, você não fez nada. São Paulo representa 60% dos processos brasileiros". E eu fui a São Paulo. Eu fui a São Paulo com muito jeito, botei vários juízes paulistas na minha equipe e tal e resolvi fazer uma inspeção. E chego lá porque os precatórios, em São Paulo, estavam há três anos sem pagar um tostão. Eu quero descobrir por que está havendo isso. E chego lá, e começo, e começo, e começo... Em primeiro lugar: "Cadê a declaração de bens – eu já estou terminando, já sei – dos desembargadores. Cadê?". "Não, aqui nós não entregamos". "Ah, mas têm que entregar. Isso é lei. Cadê? Quarenta e oito horas para entregar". E aí começaram a chegar.

A equipe do Tribunal de Contas, a equipe da Controladoria que me seguia, me dava o apoio – porque a Corregedoria não tinha nada, então nós pegávamos o apoio desses órgãos irmãos –, o Coaf, todos esses órgãos espetaculares, com gente da melhor qualidade, e todo mundo vibrando. Eu não estava sozinha, eu não fiz nada disso sozinha, porque eu estava com todos estes órgãos: a Polícia Federal, a Controladoria, a CGU, o Tribunal de Contas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIANA CALMON – E, desta forma, eu consegui fazer muitas coisas. Mas, em São Paulo, no terceiro dia de inspeção, dois mandados de segurança foram impetrados: "Saia de São Paulo", Supremo Tribunal Federal – "saia de São Paulo". E eu tive de sair de São Paulo. Entrou por uma porta e saiu pela outra, meus senhores, e hoje eu sou cidadã brasileira que fala, que escreve algumas coisas, mas eu acredito, mesmo com o que aconteceu com a Lava Jato, que ela não ficará sepultada porque nós vamos botá-la de pé.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado pela sua fala, pela sua participação. O seu espírito público é de uma brasileira de valor, que é reconhecida no país inteiro, Dra. Ministra Eliana Calmon. É uma referência para o cidadão de bem o trabalho que a senhora faz. Eu sei que tem muita gente boa, a maioria é de pessoas de bem que estão na nossa Justiça, mas é aquela velha frase, o pensamento do Martin Luther King, grande humanista, que diz o seguinte: "O que me [...] [incomoda] não é o grito dos [...] [violentos], [...] [mas] o silêncio dos bons". E essa minoria é muito barulhenta, é ousada. Quando tem pessoas de valor, como a senhora, que vai e se coloca, não tem como comparar a força da verdade. Então, eu agradeço demais a sua colaboração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acabei de ser informado aqui que nós estamos com 8,4 mil brasileiros *online*, assistindo só no YouTube a TV Senado, numa segunda-feira, 12h50. Mesmo com o Marcos Valério, que era esperado aqui, não tendo vindo, o brasileiro continua participando e assistindo, porque esse assunto interessa, são as entranhas do país. Daqui a pouco eu vou colocar outros vídeos do Marcos Valério para a gente relembrar algumas denúncias que foram feitas, tentar discutir aqui.

Mas, antes de passar a palavra imediatamente aqui...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Claro, Sr. Senador Lasier, fique à vontade.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. Pela ordem.) – Presidente Girão, esta nossa audiência pública está sendo de uma extraordinária relevância e, além do YouTube, está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado. Eu quero requerer, desde já, verbalmente, depois vou encaminhar o requerimento escrito, à direção da TV Senado para que garanta, no mínimo, mais duas reprises desta audiência pública de hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito bem lembrado, meu querido amigo Senador Lasier Martins.

Antes de passar a palavra para o penúltimo palestrante nosso aqui hoje, que nós vamos agora ouvir, o Dr. Edson Fábio Garutti Moreira, que é o Coordenador-Geral de Articulação Institucional do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública, antes de passar a palavra para ele, eu queria passar um vídeo de uma Senadora da República, Mara Gabrilli, que fez uma denúncia gravíssima e que foi censurada num veículo de comunicação que está marcado hoje no Brasil que é a Jovem Pan. Então, eu queria pedir para a gente passar um vídeo muito curto e, depois, eu já passo a palavra para o Dr. Edson Fábio.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – Pela ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Claro.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP. Pela ordem.) – Eu estou *online* nas minhas redes sociais também, retransmitindo o conteúdo desta audiência, e eu estou proibida pelo Ministro Alexandre de Moraes de postar qualquer coisa a respeito do Marcos Valério e da fala da Mara Gabrilli. Estão sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

movidos vários processos contra mim, mesmo tendo imunidade parlamentar. E, levando em consideração que as minhas redes sociais são uma extensão do meu mandato e da minha imunidade, eu só quero deixar registrado que eu vou continuar transmitindo e o Sr. Alexandre de Moraes, se tiver alguma coisa contra isso, que mova outro processo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – O.k., Deputada Carla Zambelli.

Só antes de passar o vídeo, uma das falas que me marcou muito aqui da Ministra Eliana Calmon é quando ela fala que o ovo da serpente está aqui – e eu concordo com ela –, essa questão de emenda parlamentar. Se você parar para pensar – olha só o que eu vou falar aqui –, não era para ser atribuição de Senador de República nem de Deputado Federal emenda parlamentar. O nosso papel qual é? Fiscalizar o Executivo e, principalmente, fazer leis. Então, a coisa está invertida. Um dia nós vamos chegar lá, eu não tenho a menor dúvida. O Executivo é que tem que fazer esse papel de gerenciar o recurso público para as políticas públicas, não é?

Eu peço, por favor, à mesa, sempre gentil, atenciosa e competente, que passe esse vídeo da nossa Senadora, um vídeo gravíssimo aí.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Olha, a Senadora Mara Gabrilli, de São Paulo, Senadora da República do Brasil, fez essa fala, e ela está em trânsito agora. Conversei com ela nesse final de semana, ela parabenizou pela iniciativa – inclusive ela aprovou esta sessão e faz parte desta Comissão –, mas talvez não consiga participar por causa do horário do voo dela, que é um voo longo. Mas é importante isso aqui estar registrado. Tudo o que está oculto precisa ser revelado. É uma decisão muito importante que a gente vive da nossa nação para os nossos filhos e para os nossos netos. Então, precisamos buscar. Vamos debater, aqui, no Plenário do Senado, nesta Comissão. Amanhã nós teremos Plenário do Senado.

Por falar em amanhã, também tem um grande evento que está sendo convocado pela sociedade civil organizada, que é um ato contra a censura na Praça dos Três Poderes em Brasília, dia 25/10, amanhã, às 18h. Quem está convocando esse movimento, esse ato cívico, é o movimento Vem Pra Rua Brasil, um ato contra a censura, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, dia 25/10, às 18h.

Já passo imediatamente a palavra, pedindo desculpas pela demora, ao Sr. Edson Fábio Garutti Moreira, Coordenador-Geral de Articulação Institucional do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já que o senhor é do nosso ministério, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Brasil, o Ministro, por uma questão pessoal também, viria participar desta sessão, e não pôde vir, o Ministro Anderson Torres, mas uma das perguntas que eu faria a ele, e quero fazer ao senhor aqui, se for possível – talvez a área não seja a do senhor – é a seguinte: em relação a esses nossos presídios, os presídios de segurança máxima, com os quais o Governo gastou milhões e milhões, dezenas de milhões de reais, por que em governos anteriores não existiu aí a transferência de certos líderes de grupos de facções importantes do Brasil para esses presídios? Por que demorou tanto para isso?

Então, muito obrigado, Dr. Edson Fábio Garutti. O senhor tem 25 minutos, com a tolerância da Casa, para fazer a sua exposição. Muito obrigado.

O SR. EDSON FÁBIO GARUTTI MOREIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Girão. Agradeço o convite.

O nome que o senhor leu do cargo é bastante extenso. Isso significa que, quanto mais extenso o nome de um cargo público, menos político é esse cargo. Então, eu vou tentar me ater aqui a aspectos técnicos e não externar... Vou tentar não externar muito as minhas opiniões aqui sobre este ou aquele assunto, até porque alguns que estão aqui presentes já sabem de algumas falas minhas que eu falo com muita frequência. Eu não estou para defender nem um partido, nem outro partido, nem um político, nem outro político nas minhas investigações.

Meu cargo de origem é delegado da Polícia Federal, 12 anos no combate à lavagem de dinheiro mais três anos agora no Ministério da Justiça. Nas minhas investigações, eu já investiguei políticos de quase todos os partidos. Já fiz prisões, já fiz busca e apreensão... Eu tenho muita opinião para dar, só que aqui não. Aqui não. Aqui eu vou falar sobre aspectos técnicos e, portanto, na mesma medida que o Dr. Fabiano colocou, eu não tenho contato, não tive contato com este caso específico, essa delação premiada do Sr. Marcos Valério. Não tenho o que trazer sobre isso, complementar isso. E, aí, eu fiquei pensando como que eu poderia ser útil a esta audiência pública e pensei no seguinte: o setor em que eu estou, lá no Ministério da Justiça, há três anos, é o setor que responde por três assuntos no Ministério da Justiça, que é um mundo – o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Três assuntos são afeitos àquele setor ali: combate à corrupção, lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. Então, eu queria aproveitar esta oportunidade aqui para trazer diversas coisas que estão sendo feitas, estão em andamento lá e que podem contribuir com a atuação dos Srs. Senadores e Deputados aqui presentes, coisas que não foram criadas simplesmente neste Governo, coisas que vieram do governo anterior, coisas que vieram de governos anteriores ao anterior. A corrupção não começou agora, ela começou há muito tempo, e a luta pela corrupção também não começou agora, começou há muito tempo.

Vamos falar de algumas coisas então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou na Coordenação-Geral de Articulação Institucional e eu vou dizer que essa é a única forma de a gente combater a corrupção no Brasil, é se as instituições públicas se articularem. Então, eu vim falar aqui disso, da articulação. Eu vim falar do fortalecimento das instituições públicas, obviamente, cada uma dentro do seu papel. Eu não precisaria fazer esse parêntese se as coisas fossem claras, mas é importante falar: fortalecimento das instituições públicas, mas cada uma no seu papel, e exercendo o sistema salutar de freios e contrapesos, que deve sempre existir.

Então, nesse setor em que atuo, a principal atribuição ali é a coordenação da Estratégia Nacional do Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro, a Enccla. A Enccla foi criada em 2003, junto com a CJU. A CGU foi criada em 2003, o DRCI, que é o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, foi criado em 2003 e a Enccla foi criada em 2003, com forte atuação do Ministro Márcio Thomaz Bastos, como a Dra. Eliana colocou.

Desde a sua criação, a Enccla não tem um dono; a Enccla tem uma previsão só no Regimento Interno do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Ela não tem um estatuto formal, ela tem a previsão de existência porque ela é uma articulação institucional e ela é coordenada pelo Ministério da Justiça em conjunto com os demais órgãos – olha isso. Então, é um colegiado de todos os órgãos públicos e algumas outras, poucas, instituições que não são órgãos públicos.

Essa é a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro brasileira. Ela tem sido chamada em diversos foros internacionais para que a gente apresente essa estrutura de trabalho de coordenação de diversos órgãos públicos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, também do Ministério Público, das esferas federal, estadual e, às vezes, até alguns órgãos municipais. Essa é a nossa estratégia nacional, que funciona há 20 anos.

O Senado Federal é membro da Enccla; a Câmara dos Deputados é membro da Enccla. Aliás, várias proposições que saem da Enccla são de interesse direto das Casas Legislativas, porque dessa estratégia nacional saem proposições, minutas de projetos normativos que poderiam muito bem ser encampados por algum Senador, algum Deputado ou alguma Comissão, como foi o caso da Comissão do Meio Ambiente, que acabou acatando algumas sugestões que a Enccla trouxe.

Então, tudo o que sai da Enccla sai com um consenso dessas instituições públicas – isso é importante de ser dito. Então, se você enxergar alguma coisa e isso for produto da Enccla, você pode ter certeza de que é o consenso de todos esses órgãos públicos participantes. Então, quando você tem uma minuta de um anteprojeto de lei, de resolução ou de portaria, instrução normativa, quando você tem uma minuta normativa que saiu da Enccla, você já tem certeza de que aquilo é consenso de todos aqueles órgãos públicos – são cerca de 80 órgãos públicos participantes.

Eu citei a Câmara e o Senado, mas temos o CNJ, o TCU, a CGU, o Coaf, Polícia Federal, Banco Central, Receita Federal, Susep, Previc – 80 órgãos públicos chegam a um consenso. Então, se os Srs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentares desejarem se debruçar sobre algo em que estas instituições já chegaram ao consenso, tem um material importantíssimo já pronto, preparado sobre diversos assuntos – às vezes, uma minuta normativa; às vezes, uma nota técnica, um assunto relevante que está na pauta do dia, Lei Geral de Proteção de Dados Penal, LGPD Penal.

Saiu uma nota técnica muito incisiva da Enccla no ano passado sobre riscos do atual anteprojeto, riscos que podem dificultar e, às vezes, até impedir a interoperabilidade de dados, o compartilhamento de dados entre órgãos públicos, que é justamente o que o Ministro Wagner falou aqui. As ferramentas atuais de combate à corrupção dependem da interoperabilidade de dados. E nós temos projetos de lei tramitando que podem dificultar demais essa interoperabilidade de dados. Então, vamos ficar atentos. Se quiserem saber em que esses 80 órgãos públicos chegaram de consenso, nós já temos um documento pronto sobre isso. Não precisam fazer consultas públicas, nesse momento inicial, se já tem uma nota técnica extensa tratando disso. É só um exemplo.

Bom, a Encla surgiu em 2003, e, logo em 2004, verificou-se a necessidade de capacitação dos órgãos públicos para o combate à corrupção e lavagem de dinheiro. Foi criado, então, o PNLD, que é um programa de treinamento e capacitação que também está sob o nosso guarda-chuva institucional. A gente faz capacitação de combate à corrupção e lavagem pelo Brasil inteiro. São dez edições presenciais em todos os estados brasileiros – isso vai sendo rodiziado – e algumas edições virtuais, agora, principalmente, depois da pandemia. Mas, ao longo desses 19 anos, o PNLD também já capacitou mais de 27 mil servidores públicos.

Em 2006, à Encla, que era só "Combate à Lavagem de Dinheiro", por iniciativa do TCU, acoplou-se um segundo "c" – a Enccla é com dois "cês" –: "Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro". Esse segundo "c", de corrupção, entrou em 2006 por iniciativa do TCU na época. Então, passou a ser estratégia nacional de combate à corrupção também; antes era só à lavagem de dinheiro.

Em 2006, foi identificada também uma deficiência dos órgãos públicos – em 2006, hein?, perto da Operação Navalha, que era de 2007, mas as investigações que culminaram na Operação Navalha são de 2006. Em 2006, na Enccla, identificou-se que os órgãos públicos não tinham capacidade técnica operacional para fazer casos de corrupção e de lavagem de dinheiro que lidassem com grandes massas de dados. Grandes massas de dados são, por exemplo, aquelas massas de dados que não cabem em uma planilha Excel. Você imagine extrapolar os limites de uma planilha Excel! Os órgãos públicos não tinham ferramental suficiente para lidar com isso. Então, foi criada a ideia do laboratório de tecnologia para o combate à lavagem de dinheiro. Criada essa ideia na Enccla, foi instituído o primeiro Lab (Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro) no próprio Ministério da Justiça. A ideia era de que esse Lab atendesse o Brasil inteiro nas investigações que precisassem de análises de grandes massas de dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prontamente já se percebeu que era uma ideia equivocada por dois motivos: primeiro, um Lab de investigação operacional instalado no Ministério da Justiça, que é um órgão político? Não! Ele tem que estar instalado nos órgãos de investigação: polícias, Ministérios Públicos e alguns outros órgãos de controle interno e externo, eventualmente. Então, já se mudou a ideia. Depois, que um Lab apenas fosse suficiente para atender às investigações do Brasil inteiro, o que não era – obviamente, não era. Então, posteriormente a isso, foi criada a ideia de que, em cada polícia do Brasil, em cada Ministério Público do Brasil deveria haver pelo menos uma unidade especializada em tecnologia para análises de grandes massas de dados. Hoje nós temos essa realidade. Cada polícia e cada Ministério Público do Brasil tem pelo menos uma unidade desse laboratório de tecnologia.

Em alguns desses órgãos, essas unidades de laboratórios estão mais avançadas e em outros, não; em outros, ainda estão num estado incipiente. É um projeto prioritário do Ministério da Justiça e Segurança Pública, desde 2019, o fomento, a melhoria da Rede-Lab, que é a rede de articulação entre esses laboratórios, e o fomento e a melhoria de cada um dos Labs individualmente. Aí – fazendo *merchandising* aqui, não é? –, se desejarem destinar emendas parlamentares... Concordo que seria melhor o Poder Executivo lidar com o Orçamento, não é? Aí eu estou dando minha opinião pessoal, e falei que não ia dar. (*Risos.*)

Mas se quiserem destinar emendas parlamentares para os laboratórios de tecnologia, certamente nos estados dos senhores cada polícia e cada ministério público têm um Lab. É um projeto prioritário do Ministério da Justiça, está lá na Cartilha de Emendas Parlamentares, se for o caso.

Recentemente, em 2019 – agora é uma coisa recente; eu estava falando de coisas mais antigas, coisas recentes agora –, houve um projeto iniciado pelo Ministro Moro. Ele identificou o seguinte: não havia unidades especializadas no combate à corrupção em todas as polícias civis do Brasil; só umas quatro ou cinco tinham unidades especializadas em combate à corrupção. A Polícia Federal já tinha unidades especializadas no combate à corrupção em todos os estados desde 2016, se não me engano – se eu estiver errado, depois você me corrige –, até porque era uma recomendação da Organização dos Estados Americanos, e nós cumprimos essa recomendação internacional.

Aliás, isto é outra coisa para a gente tratar aqui: o Brasil não está sozinho; nós temos foros internacionais tratando desses assuntos, com recomendações que a gente se obrigou a cumprir. Depois a gente trata desse assunto.

Mas, vamos lá, delegacias especializadas no combate à corrupção, delegacias das polícias civis: havia quatro ou cinco no Brasil. Projeto do Ministro Moro: fomentar que todas as polícias civis criassem essas unidades.

O principal meio utilizado nessa época, 2019, foi a destinação de verbas da segurança pública. Passou a ser uma exigência, como contrapartida para essa destinação de verbas, a criação das unidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especializadas no combate à corrupção. E todos os estados do Brasil, todas as polícias civis criaram unidades especializadas no combate à corrupção. Então, formalmente, todos agora têm.

O Ministro Moro deixou o ministério; os ministros que o sucederam – Ministro André Mendonça e, agora, o Ministro Torres – deram continuidade a esse projeto, mantendo-o como prioritário para o Ministério da Justiça também, então, Rede-Lab e essa aqui, que é a Renaccor. A Renaccor é a rede de articulação institucional – eu falei que ia falar sobre isso do começo ao fim – que une estas unidades de polícia judiciária especializadas no combate à corrupção. Então, o Ministro André Mendonça e o Ministro Torres deram continuidade a esse projeto, mantendo-o como projeto prioritário e fazendo a segunda etapa, fazendo o projeto avançar, criando uma rede articulação entre as unidades. Aquela ideia inicial de criar as unidades foi cumprida. Todas as polícias agora têm uma unidade especializada no combate à corrupção – pelo menos uma unidade nas capitais.

Criadas essas unidades, agora a gente tem que fazer a interação entre elas, a gente tem que fornecer capacitação, tem que fornecer estrutura de pessoal, estrutura de material, tem que trabalhar boas práticas de investigação, fazer a articulação para trabalhos conjuntos, porque o crime organizado atua num estado, avança para cima de outro estado; as polícias civis têm que conversar, têm que aprender, a gente tem que estudar os casos passados para aprender também com eles e poder enfrentar melhor a criminalidade dali para a frente. Então, Renaccor também no nosso guarda-chuva de atribuições institucionais.

Queria falar de alguns foros nacionais de que participamos, esse setor lá do Ministério da Justiça participa. O Ministro Wagner já adiantou um, que é o Plano Anticorrupção do Governo Federal. Veja...

É de oito minutos o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – É, tem a tolerância da Casa.

O SR. EDSON FÁBIO GARUTTI MOREIRA – Está bom! Está bem! Eu não tenho pressa. Se houver almoço, porque a gente vai ficar com fome daqui a pouco.

O SR. GENERAL GIRÃO (PL - RN. *Fora do microfone*.) – Tem bolachas.

O SR. EDSON FÁBIO GARUTTI MOREIRA – Bolachas? (*Risos.*)

Vamos lá. Alguns foros nacionais, e depois a gente fala um pouquinho de foros internacionais.

Foros nacionais importantes. Comitê Interministerial de Combate à Corrupção, criado em 2019, por iniciativa da CGU. A Presidência da República foi convencida da importância; foi criado o Comitê Interministerial de Combate à Corrupção. O Ministério da Justiça faz parte, a CGU coordena. Esse comitê, como primeira ação, criou o Plano Anticorrupção do Governo Federal, trazendo ações concretas anticorrupção dentro dos ministérios participantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que isso difere da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro? Veja, nós temos na Enccla, que é uma estratégia nacional de que eu falei, inúmeros órgãos públicos de inúmeras esferas, de inúmeros poderes, de todos os Poderes. Enfim, em que ela difere do Plano Anticorrupção? O Plano Anticorrupção é algo mais focado. Quando você trata de um plano, você está falando de atividades específicas com responsáveis, com indicadores, com metas, com prazos envolvidos, com plano de trabalho. Isso é um plano. Esse é o Plano Anticorrupção, ele é do Governo Federal, do Poder Executivo Federal, e envolve os ministérios do Comitê Interministerial contra a Corrupção.

Então, nós temos a Estratégia Nacional, que é uma articulação de instituições públicas e temos um Plano Anticorrupção, que é do Governo Federal, trazendo, no detalhamento, as ações anticorrupção que têm que ser cumpridas. Então, são coisas diferentes, coisas que se complementam – isso é importante.

No âmbito de foros nacionais, nós tivemos, recentemente também, em 2020, a primeira vez em que o Brasil elaborou uma avaliação nacional de risco de lavagem de dinheiro. O Brasil é membro do Gafi – e aí eu vou misturar um pouco já a questão dos foros internacionais – desde o ano 2000. A recomendação nº 1 do Gafi é que o país tenha uma avaliação nacional de risco de lavagem de dinheiro, e somente agora, em 2020, o Brasil elaborou um documento formal de avaliação nacional de risco de lavagem de dinheiro.

Aliás, falta ainda ao Brasil um documento formal sobre avaliação de risco nacional, uma Avaliação Nacional de Risco de Corrupção; isso nós não temos. O Plano Anticorrupção trouxe uma metodologia de trabalho, trouxe um mapeamento das estruturas normativas existentes, das estruturas administrativas existentes, mas o Plano Anticorrupção não trouxe um documento formal que a gente pudesse considerar como Avaliação Nacional de Risco de Corrupção. Nós não temos isso ainda no Brasil; temos que ter. A Avaliação Nacional de Risco de Lavagem de Dinheiro foi concluída em 2020, é recente. E o principal crime antecedente da lavagem de dinheiro – é aquilo que nós já sabíamos, mas aí foi comprovado pela metodologia de trabalho executada – é a corrupção. A corrupção é o principal crime antecedente para lavagem de dinheiro no Brasil.

Esses documentos que eu fui citando aqui, como o Plano Anticorrupção e a Avaliação Nacional de Risco, estão todos disponíveis para todos os cidadãos, nesta esteira também de que a transparência é o ponto fundamental do combate à corrupção. Articulação institucional, transparência, interoperabilidade de dados são coisas que são fundamentais, são basilares, não é?

Todas as ações da Enccla estão no nosso *site*. Todos os nossos produtos e resultados e todas as instituições que trabalharam também estão lá no nosso *site*, com transparência total, até para que a sociedade possa exercer o seu salutar controle sobre o poder público, porque tudo precisa de freios e contrapesos, tudo, tudo – quem disse isso não fui eu, foi Montesquieu.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP. *Fora do microfone*.) – Ele deve estar se revirando no caixão agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDSON FÁBIO GARUTTI MOREIRA – É, pode ser. (*Risos.*)

O SR. GENERAL GIRÃO (PL - RN. *Fora do microfone.*) – Ou desvira, de costas.

O SR. EDSON FÁBIO GARUTTI MOREIRA – Vou aproveitar esta pausa para tomar água.

Bom, falei de alguns foros nacionais. Deixem eu falar um pouco dos foros internacionais.

O Brasil não está sozinho nesse combate. Nós somos membros da Organização dos Estados Americanos, que possui a Convenção Interamericana contra a Corrupção, mas essa não é a mais importante. A mais importante é a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, a Uncac. Alguns dos senhores a conhecem como Convenção de Mérida, mas vamos tratá-la como é tratada nos foros internacionais: Uncac. E o Brasil é membro das Nações Unidas, é aderente à Uncac. A Uncac está internalizada no nosso direito. E aqui as convenções internacionais têm, no mínimo, força de lei, não é? Então, nós nos obrigamos a cumprir essa convenção internacional. Então, é salutar que todos nós a conheçamos.

É importante ressaltar: todos esses organismos internacionais também avaliam o país. Os senhores sabem bem disso. E, neste ano, nós estamos tendo a avaliação dos dois principais organismos internacionais nessa temática de que a gente está tratando. Estamos passando, finalizando uma avaliação da Uncac. Então, o Brasil foi avaliado no final do ano passado e ao longo deste ano. Estamos finalizando esta avaliação de como é que o Brasil está implementando a Uncac. E estamos iniciando a avaliação no que se refere ao Gafi, ao combate à lavagem de dinheiro. São duas avaliações que estão acontecendo ao mesmo tempo, uma finalizando, outra iniciando.

E, com tudo isso, também há o pleito de ingresso do Brasil na OCDE. No começo do ano, na Casa Civil, me convocaram para que eu explicasse o que tinha a ver, qual era a relação que havia entre o Gafi e a OCDE. E aí eu expliquei na Casa Civil que é o seguinte: se o Brasil estiver mal avaliado no Gafi, não adianta nem bater na porta da OCDE. Você não chega, você não tem nem o direito de apertar a campainha. Então, condição *sine qua non* para apertar a campainha da OCDE, para pedir para ser membro, é estar bem avaliado numa avaliação do Gafi. Essa avaliação começou agora: dia 5 de setembro nós entregamos a resposta oficial brasileira ao Gafi para que os avaliadores possam se debruçar e, enfim, aí tem todo o processo avaliativo.

Então, queria trazer esses dois foros internacionais, um é a Uncac, que é a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, e o Gafi, que é uma organização intergovernamental, a principal que trata do assunto lavagem de dinheiro. Então, ele traz 40 recomendações que os países têm que cumprir, e depois tanto as recomendações da Uncac quanto as do Gafi vão ser cobradas do país porque ele é um país que aderiu a esses instrumentos. Não precisava aderir, mas, já que aderiu, ele vai ser cobrado por isso. E é assim que funciona, no direito internacional, essa questão do *soft law*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, falei um pouco dos foros internacionais e do que está acontecendo e queria trazer, nesses minutinhos finais, duas coisas bem interessantes que estão acontecendo aqui e estão mudando o panorama do combate à corrupção no Brasil.

As Ações nº 9 da Enccla – a nº 9 de 2020 e a nº 9 de 2021 – criaram um Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC) – Programa Nacional de Prevenção à Corrupção. Então, na Enccla foi criado esse programa, e isso foi difundido para o Brasil inteiro para que a gente possa... É um programa de estímulo aos gestores públicos de cabo a rabo, de todas as esferas, para que eles adotem as boas práticas anticorrupção mais basilares, porque, se você pensar no Poder Executivo federal, nós temos a CGU, com todos os modelos, todas as rotinas, todo o controle, toda a criação de estruturas para o Poder Executivo federal. Quando você vai para o nível estadual, temos a CGEs fazendo mais ou menos o papel da CGU, as controladorias-gerais dos estados. Aí alguns estados estão mais bem estruturados, outros não. Mas, quando você desce para o nível municipal, falta muito disso. O gestor público do município não tem as ferramentas que o gestor público estadual e que o gestor público federal detêm para poder fazer uma boa gestão. Então...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDSON FÁBIO GARUTTI MOREIRA – Nossa, é terrível isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – É automático. Desculpa, viu?

O SR. EDSON FÁBIO GARUTTI MOREIRA – Eu proponho a mudança dessa sineta. (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDSON FÁBIO GARUTTI MOREIRA – Vi que já é piada interna aqui já, não é?

Pois bem, com esse Programa Nacional de Prevenção à Corrupção, a gente quer dar elementos para os gestores públicos do Brasil inteiro – nós mapeamos aí cerca de 19 mil gestores públicos, considerando o nível municipal, as secretarias dos municípios –, auxiliar esse gestor: "Olha, as boas práticas são essas, e os modelos e as rotinas são esses. Tente adotar o máximo de boas práticas que você conseguir". É o Programa Nacional de Prevenção à Corrupção.

E também queria salientar aqui o Portal Nacional de Contratações Públicas. O Programa Nacional de Prevenção à Corrupção é o PNPC, e o Portal Nacional de Contratações Públicas é o PNCP – eu não estou vendo ninguém anotando: PNCP.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDSON FÁBIO GARUTTI MOREIRA – Depois ouve o áudio. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PNCP está mudando o panorama do combate à corrupção no Brasil, por quê? Simplesmente a nova Lei de Licitações instituiu o Portal Nacional de Contratações Públicas, que vai substituir a imprensa oficial. Então, todos aqueles dados que o programa Alice, da CGU, e tantos outros programas de outros órgãos utilizam, hoje eles têm que fazer uma varredura na imprensa oficial com dados totalmente despadronizados. E o portal nacional, criado agora com a nova lei, de 2019, vai permitir a estruturação dos dados das contratações públicas, o que vai permitir uma melhor interoperabilidade desses dados entre os órgãos públicos que necessitam desses dados para fazer o controle e a fiscalização. Isso vai mudar o panorama do combate à corrupção no Brasil.

Eu quase não falei nada de facções. Também não é muito a minha área. Tem algumas coisas de facções que eu poderia dizer, pelo que a gente viu na Enccla, de facções criminosas de caráter violento, tais como PCC, Comando Vermelho e tantas outras. Elas estão adentrando cada vez mais em crimes comuns, que não eram os crimes que elas praticavam. Elas praticavam tráfico de drogas, tráfico de armas, tráfico de órgãos, e a gente está vendo cada vez mais essas facções criminosas de caráter violento adentrando em crimes como o estelionato. Então, aqueles estelionatos pelo WhatsApp, pelo Pix, estão forrados de organizações criminosas por trás, por quê? Perceberam que é muito mais fácil, muito menos arriscado. Então, no âmbito da Rede-Lab e da Renaccor, a gente está tendo algumas iniciativas para tentar mapear essa questão do Pix – emendas parlamentares são muito bem-vindas para esses dois projetos do Ministério da Justiça. (*Risos.*)

Vamos lá.

Garimpo ilegal de ouro: têm sido vistas organizações criminosas de cunho violento fazendo a segurança de garimpos ilegais. Pirâmides financeiras. Então, vejam: o que é que tem de violento num estelionato por meio de WhatsApp? O que é que tem de violento numa pirâmide financeira? Mas a facção criminosa está indo para esses crimes. É mais simples, mas fácil, menos arriscado. Comprar a estrutura tecnológica, eles compram. Eles têm dinheiro para isso. E adentrando nas esferas políticas dos governos.

Mas só que aí eu vou me permitir dizer que isso não é de hoje, tá?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDSON FÁBIO GARUTTI MOREIRA – Nem é do governo anterior. Isso faz tempo. Eu venho de Mogi das Cruzes, São Paulo. Mogi das Cruzes fica ao lado de Itaquaquecetuba, que é considerado o berço do PCC. E em Itaquaquecetuba a gente conhece essa história muito antes de qualquer outra coisa.

Sobre presídios – já passou o tempo, eu sei, mas é que foi a pergunta, e foi você que me fez. Foi V. Exa. que me fez a pergunta. Vamos lá. Eu não tenho essas informações sobre os motivos ou não das transferências dos líderes das facções, mas um assunto de que eu trabalhei em cima no âmbito da Enccla, logo que eu cheguei aqui em 2019, é um assunto correlato a esse, porque as facções criminosas estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sendo – estavam, continuam, estão sendo e vão ser – coordenadas de dentro dos presídios. Isso está acontecendo. E uma das coisas de que eu trabalhei em cima, sobre o que aí eu posso falar um pouco mais, é o controle das visitas nos presídios. Nos presídios federais, esse controle é feito em sistemas informatizados, como é normal ser no ano 2022 – é para ser assim: controles informatizados. Quem entrou? Os funcionários. Quem entrou? Os presos. Quem entrou? Os familiares, as visitas, os advogados. Controle informatizado disso. Tem presídios no Brasil em que esse controle ainda é feito no livro de tombo, com caneta e livro. Aí, quando você precisa examinar o livro, ele sumiu, pegou fogo, embolorou, está não sei onde... Tem presídios importantes no Brasil em que o controle de acesso ainda é feito dessa forma em 2022!

Tem muita coisa para ser melhorada. A gente vai aos poucos.

Eu tentei dar esse panorama geral das coisas que estão acontecendo. Por sorte, no Ministério da Justiça, esses assuntos acabam caindo no meu setor. Então, com qualquer dúvida sobre alguma dessas coisas de que eu falei, se eu puder colaborar e ajudar, estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado. Explanação muito didática. Eu lhe agradeço demais, Dr. Edson Fábio Garutti Moreira, que é Coordenador-Geral de Articulação Institucional do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Muito obrigado pela sua participação.

O Dr. Fabiano Emídio de Lucena Martins, Coordenador de Repressão à Corrupção da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal, tinha um compromisso pessoal que não podia ser adiado. Eu agradeci a presença dele, com uma fala muito importante aqui, nos trazendo dados sobre os quais a gente vai se debruçar.

Eu queria tomar a liberdade para convidar o nosso querido Senador Lasier Martins para vir ocupar um assento à mesa, se o senhor puder ficar comigo aqui à mesa, para a gente dar sequência a esta parte final. Está faltando um palestrante. Depois, eu vou abrir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Estão vendo? Estão vendo como é automático? Não deram tempo nem para mim! (*Risos.*)

Eu queria depois ouvir os Parlamentares aqui, já registrando a presença do Deputado Sóstenes Cavalcante, que está aqui conosco e que veio do Rio de Janeiro especialmente para participar desta audiência. Muito obrigado, Deputado.

A gente vai passar para o Dr. Gebran para ele fazer a última palestra, a última participação aqui dos convidados. Depois, a gente abre aqui para as palavras das pessoas que queiram se manifestar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. João Pedro Gebran Neto, Desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ele que é um daqueles brasileiros servidores exemplares do Brasil, que fizeram esse trabalho que lavou a alma do cidadão de bem, que foi a Lava Jato. Então, ele é uma das referências da Lava Jato. É muita gente boa que fez esse trabalho. Eu lhe agradeço muito pelo senhor ter feito questão de vir aqui pessoalmente participar dessa sessão aqui em Brasília, veio de Curitiba.

Quero dizer que até há pouco tempo eu estava olhando e já estamos com quase 10 mil pessoas só no YouTube aqui do Senado; ou seja, está tendo uma repercussão muito boa. E eu quero agradecer ao Reguffe, Senador Reguffe, Presidente desta Comissão, que teve a coragem de pautar esses requerimentos, e a gente pôde abrir uma frestinha aqui para o Senado Federal; é um microcosmos esta Comissão, mas que está fazendo com que a verdade venha; pelo menos que a gente possa ouvir das pessoas o que a gente está querendo ouvir, para colocar luz sobre temas os quais não tem que ter segredismo.

Até ex-Ministro, Ministra Eliana Calmon, até ex-Ministro, Presidente do Supremo Tribunal Federal, hoje, está sendo censurado no Brasil. Olha a que ponto nós chegamos! Mas isso vai passar, porque o bom-senso vai prevalecer.

Dr. Gebran, o senhor tem 25 minutos, com a tolerância da Casa. Muito obrigado pela sua presença.

O SR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu me sinto extremamente honrado pelo convite que V. Exa. me fez para poder vir aqui nesta manhã-tarde do dia 24 conversar com os senhores. Saúdo-os, agradeço essa oportunidade. Assim que recebi o convite, fiquei em alguma medida surpreso e ao mesmo tempo honrado. Meditei se seria o caso ou não de participar de uma sessão num momento tão difícil, delicado; mas eu achei que como juiz, desembargador, como brasileiro, eu talvez pudesse trazer alguma palavra, alguma referência e principalmente alguma proposição que servisse de reflexão ao Poder Legislativo brasileiro. Agradeço, cumprimento.

E cumprimento também os integrantes da mesa: o Senador Lasier; o Dr. Edson Garutti; a estimada Ministra Eliana Calmon. Saúdo os Srs. Senadores, as Sras. Senadoras, os Srs. Deputados, as Sras. Deputadas que se fazem aqui presentes. É uma honra poder falar-lhes sobre tema tão difícil e ao mesmo tempo tão próximo da minha vivência, nos últimos quase dez anos, que diz respeito ao combate à corrupção, à lavagem de dinheiro, a processos intrincados.

Eu vou dividir a minha fala, Sr. Presidente, em dois momentos. O primeiro deles me traz à lembrança uma viagem de férias que eu fazia com a minha esposa e ela disse para mim: "Conte-me um desses processos da Lava Jato que vocês acabaram de julgar". Eu tinha acabado de julgar uma série de processos, foi um final de mês bastante tumultuado, foram várias sessões seguidas no tribunal julgando processos intrincados, e eu nunca, nunca dividi com a família ou com quem quer que seja, a não ser os meus assessores do gabinete aquilo que nós estávamos julgando. Eu só conversava com meus assessores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aos quais eu procuro agora render a minha mais sincera homenagem; eu não fiz nada sozinho, eu fiz com essas pessoas que dividiram ideias, que dividiram trabalhos, que dividiram angústias e também me ajudaram a solucionar os casos de um modo mais tranquilo possível, de um modo mais transparente possível, ouvindo cada um deles e procurando verificar: há ou não há prova, nesse ou naquele processo em relação a qualquer um dos investigados?

Pois bem, a partir da sugestão da minha esposa naquela viagem, ela disse: "Você, quando der uma palestra sobre combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, devia contar essa história. Assim fica uma coisa muito mais agradável, e as pessoas percebem do que nós estamos falando". Eu disse: "Você tem razão". E eu passei a contar a história que eu vou contar rapidamente para os senhores, que na verdade é a vivência de um processo. Nós julgamos mais de 60 processos de mérito relacionados à Operação Lava Jato e julgamos mais de 5 mil incidentes relacionados a esses processos. Esses incidentes são desde pedidos de restituição de coisas até *habeas corpus*, enfim, diversas questões processuais, exceção de suspensão, exceção de incompetência. Foram praticamente dez anos de muitíssimo trabalho, de muita dificuldade.

Pois bem, um desses processos, que tem filhotes, que tem conexões, diz respeito a um empréstimo, e eu vou evitar falar nomes, à exceção de alguns nomes de pessoas que prestaram colaboração, são confessos, e aí eu acho que não cometo nenhum deslize se citar esses nomes. É um empréstimo de R$12 milhões contraído pelo Banco Schahin para determinado fazendeiro; esse fazendeiro recebeu empréstimo pessoal sem nenhuma garantia real, sem nenhum cuidado, apenas com a garantia do nome dele e com o nome do filho dele. Pois bem, esses R$12 milhões – isso apurou-se no processo – tinham dois destinos, basicamente: um deles era para pagar dívida de campanha remanescente de umas eleições municipais de um determinado partido político, então R$6 milhões – um pouco menos que isso – foram destinados para pagamento de dívidas de campanha que já estavam pendentes há mais de dois anos; os outros R$6 milhões foram destinados a um dono de um jornal no ABC Paulista que estava exigindo esse valor. Nunca ficou muito bem clara no processo que eu julguei qual era a finalidade, embora essa finalidade fosse mais ou menos suposta, por que o dono do jornal pedia R$6 milhões. Mas o fato é que o dinheiro foi pago: R$6 milhões foram para pagar a dívida basicamente e R$6 milhões foram destinados por meio, em ambos os casos, de sucessivas operações de lavagem de dinheiro.

Essa dívida de R$12 milhões contraída pelo fazendeiro não foi paga ao tempo que o fazendeiro imaginava, e o banco começou a ficar pressionado, porque estava em aberto na contabilidade bancária em via de uma fiscalização do Banco Central aquele valor. O banco disse: "Nós precisamos renegociar a dívida". E essa dívida foi aumentando ao longo do tempo, de seis foi para quinze, de quinze foi para mais de vinte, e o banco disse: "Olha, nós precisamos de uma garantia". O fazendeiro deu a fazenda que ele tinha como garantia, porque havia promessa daquele partido político, das pessoas de que aquela dívida seria quitada e tudo estaria resolvido. Mas isso também não aconteceu, e o banco disse: "Olha, eu vou ter que executar a garantia. Nós temos aqui em aberto mais de R$20 milhões, eu preciso executar a garantia".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa garantia não foi executada, mas eles fizeram uma renegociação da dívida primeiro pela forma de securitização e depois pela forma de uma empresa agropastoril que comprou aquela dívida com desconto. Essa dívida foi comprada, e a simulação para quitação, porque de fato ela não foi quitada, foi doação de embriões bovinos para aquela empresa agropastoril a qual não se dedicava à atividade relacionada a embriões bovinos. Não tinha nada provado, não tinha nada realizado. O que ela fazia, era uma empresa agropastoril que trabalhava com engorda de gado, mas não trabalhava com embriões bovinos. Enfim, está tudo provado nos autos, é resultado da condenação.

Há um intermediário aqui, que é o Sr. Bertin, que também é colaborador, ele fez uma colaboração espontânea, uma colaboração com o Ministério Público, foi beneficiado pela sua colaboração. O Sr. Bertin foi intermediário desses negócios com as dívidas e repassando para uma empresa reflorestadora, depois para uma agropastoril, e foi ele que, através das empresas dele, lavou o dinheiro para que chegasse aos destinatários ocultando a origem, que era o empréstimo com o Banco Schahin. Ele era a pessoa que lavava o dinheiro, juntamente com outros intermediários.

Pois bem, como é que essa dívida foi formalmente paga para o Banco Schahin? – porque o Banco Schahin não perdoa a dívida, obviamente. Essa dívida foi paga depois de muito tempo, através de diversos interlocutores, operadores da lavagem de dinheiro e agentes políticos que convencionaram que a empresa Schahin, que tinha negócios com a Petrobras, que já explorava poços de petróleo e alguma atividade, ia ser a vencedora em um certame de licitação – em um certame que não é bem licitação, porque a Petrobras não se sujeitava à Lei 8.666; tem um decreto que a autorizava a não se sujeitar. Essa empresa, o grupo Schahin, foi a vencedora da exploração do navio-sonda chamado Vitória 10.000. A Petrobras tinha contratado, num período anterior, seu primeiro navio-sonda para exploração de águas profundas, o Petrobras 10.000, e acabou contratando esse segundo navio-sonda através também de uma operação muito complicada, que gerou mais outro processo dentro da Operação Lava Jato: como se deu essa contratação, quais foram as escolhas, pareceres técnicos internos da Petrobras dizendo que não havia necessidade, que o momento não era possível de contratação de um novo navio-sonda, porque o mercado tinha mudado, o preço do petróleo tinha mudado, havia uma série de consequências e relatórios internos de apuração da Petrobras, nos quais verificaram a desnecessidade de contratação. Mas, ainda assim, foi contratado o navio-sonda. Esse navio ficou mais de um ano parado; depois de pronto, ficou mais de um ano parado na costa da África, de Angola, se eu não estiver enganado, aguardando a possibilidade de conclusão daquele trâmite burocrático para vinda através da Petrobras. Existem várias empresas internacionais, inclusive uma subsidiária da Petrobras que participou dessas negociações.

Mas, ao final e ao cabo, aonde eu quero chegar com essa história? É o valor da contratação. Esse navio-sonda foi contratado por um prazo de dez anos, renovável por mais dez, ou seja, no prazo máximo 20 anos, num valor global de um US$1,562 bilhão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Repita, por favor.

O SR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO – US$1,562 bilhão.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. *Fora do microfone*.) – Dólares?

O SR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO – De dólares, de dólares. Com pagamentos mensais de US$6.333.365,91. Isso que a Petrobras despendeu mensalmente por um navio-sonda, não pelos 20 anos, porque depois acabaram rescindindo esse contrato, mas o valor do contrato. Pelo que me consta, não extraiu uma gota de petróleo esse navio-sonda.

Mas, não bastasse isso, depois disso nós temos a criação da empresa chamada Sete Brasil. E a empresa Sete Brasil ia construir e explorar navios-sonda, houve a encomenda de mais 28 navios-sonda. Então, nós tivemos um primeiro que foi utilizado, o Petrobras 10.000, um segundo que não foi utilizado, que é o Vitória 10.000, e 28 navios contratados pela Sete Brasil, onde havia uma previsão de aporte de US$26 bilhões, não é?

Bom, os senhores conhecem a história: a Sete Brasil entrou em recuperação judicial e levou para o buraco não apenas ela, a Sete Brasil, mas bancos, como a Caixa Econômica, o Banco do Brasil, o Banco Itaú, e também fundos de pensão que fizeram aportes do seu capital, comprando participação na Sete Brasil, coisa que é objeto hoje de acordo de cooperação.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – O senhor pode só dizer o ano desses US$26 bilhões, de que ano a que ano, por favor?

O SR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO – Eu não vou saber precisar data para a senhora.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – Mas foi durante o Governo do PT?

O SR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO – Foi durante o período que é apurado pela Operação Lava Jato. A Operação Lava Jato apura fatos que antecedem a 2014. Então, foi durante... A Lava Jato apurou fatos ocorridos durante os Governos do PT.

Enfim, esses são fatos que eu gostaria, porque há cooperadores, há colaboradores... Eles confessaram, várias pessoas, diretores da Petrobras e gerentes da Petrobras que receberam valores e, depois, fizeram acordos de colaboração. Enfim, são nomes que estão na boca de todos nós ou na cabeça de todos nós, porque sabemos que várias pessoas colaboraram. E, diga-se de passagem, algumas colaborações foram feitas com o primeiro grau, em Curitiba, mas a grande maioria das colaborações, dos acordos de colaboração premiada foi feita junto ao Supremo Tribunal Federal, o que torna, a meu juízo, mais insuspeita a colaboração firmada, porque... Acredito que a grande maioria delas foi feita pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro Teori Zavascki e, depois, outras, pelo Ministro Edson Fachin, o que denota, a meu juízo, absoluta tranquilidade, higidez e imparcialidade para a realização de todos esses acordos de colaboração premiada com esses agentes que firmaram: agentes políticos, agentes da Petrobras e, principalmente, várias empreiteiras com os seus diretores e empregados. É praticamente uma centena de acordos de colaboração premiada.

E eu trago esse contexto de fatos para passar à segunda parte da minha fala, talvez bem mais desinteressante, mas também, acredito eu, muito mais importante para aquilo que pretendo fazer. Assim como falou o Dr. Edson, a quem cumprimento também, que me antecedeu na fala, eu não vim aqui para tratar de política, eu não vim aqui para tratar das minhas impressões sobre aquilo que julguei, mas imaginei que a vinda aqui hoje poderia ser pautada por algumas proposições, por algumas reflexões. E essa é a segunda parte da minha fala.

A primeira delas que trago à reflexão – eu não trouxe obviamente nenhuma proposta de redação, mas depois vou deixar com o Senador Girão, vou encaminhar para ele um texto oportunamente – é a indispensabilidade da execução em segundo grau de jurisdição. Esse é um tema que pode parecer uma pauta política, que pode parecer uma pauta de alguém que está interessado e voltado para que prevaleçam as decisões imediatas de segundo grau, mas é um tema de fundamental importância.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – O senhor pode só traduzir para o povo que está ouvindo?

O SR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO – Pois não.

É imprescindível para que nós tenhamos combate à criminalidade em geral – não só à corrupção, à lavagem de dinheiro, mas a todos os crimes – que, depois de julgado no primeiro grau e no órgão colegiado, que é um tribunal, as penas passem a ser executadas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO – Isso. Que a pessoa vá para a prisão.

E por que isso é necessário? Porque a prisão, historicamente, tem duas finalidades: uma finalidade especial, que é destinada para aquela pessoa que cometeu o crime responder por ele – essa finalidade é a prevenção especial –; mas tem uma outra finalidade da pena – e não sou eu que falo; são os historiadores, são os juristas já de décadas, de séculos –, que é a prevenção geral, ou seja, para que a sociedade tenha a percepção de que há efetividade na jurisdição criminal, ou seja, de que quem comete crime vai preso. E a sociedade no Brasil, infelizmente, não tem essa percepção, ou seja, a pena, quando aplicada, quando executada, depois de 10 ou 20 anos, perde as duas finalidades: perde a finalidade especial, porque aquela pessoa que eventualmente cometeu um único deslize na vida, depois de 20 anos, vai ter sua execução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciada e ela pode até ter se regenerado, ela pode até ser uma excelente pessoa dentro do seio da sociedade, e 20 anos depois a pena só vai ter função retributiva. Agora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO – Porque tinham a certeza da impunidade. E é essa a questão da impunidade. E a execução em segundo grau combate exatamente essa certeza individual, de quem é propenso a cometer crime, ou a geral, de que a prática de delitos não vai ser punida. E nós precisamos reverter isso no Brasil; por sinal, em vários países do mundo isso já foi revertido.

Bom, e aí vem a minha sugestão para atuar simultaneamente em duas iniciativas.

A primeira delas, modificações no Código de Processo Penal, porque há uma dificuldade técnica do Código de Processo Penal para a execução da pena em segundo grau, utilizada como fundamento pelo Supremo Tribunal Federal para acabar com a execução em segundo grau.

A segunda possibilidade é também, se for o caso, modificar a legislação constitucional para que transitem em julgado os processos criminais – uma proposta de um ex-ministro do Supremo –, assim que concluído o julgamento nos tribunais de segundo grau, e os recursos aos tribunais superiores tenham efeito de uma ação rescisória, ou seja, as penas vão ser cumpridas imediatamente. Principalmente, e é isto que é importante que os senhores e a sociedade tenham presente, crimes, por exemplo, como homicídio.

Eu fui aos Estados Unidos discutir junto com uma comissão de desembargadores sobre combate à corrupção, e tivemos uma palestra com um juiz americano no tribunal de uma cidade ao lado de Washington. E um colega perguntou para esse juiz: "Quando começa o cumprimento da pena aqui? É logo que acaba o julgamento?". E o juiz disse: "Não, não é bem assim. Se for um criminoso perigoso que seja reincidente, quando acaba o julgamento, ele já sai daqui, da cadeira da sessão de julgamento, já sai preso, conduzido pela polícia; se não, nós damos uma semana para ele resolver os problemas dele, e ele tem que se apresentar dali a uma semana no sistema penitenciário". Isso no julgamento de primeiro grau de um país que não há qualquer suspeita de que não seja democrático ou que seja um país violador de direitos humanos. E assim se repete na maioria dos países. É certo que alguns têm execução da pena apenas após o trânsito em julgado, mas nenhum deles, nenhum deles, talvez à exceção da Itália, tem um sistema recursal tão amplo, tão generoso quanto o nosso, onde muitas questões da Operação Lava Jato passaram direto do primeiro grau de jurisdição para o Supremo Tribunal Federal, sem passar pelo Tribunal da 4ª Região, sem passar pelo STJ, onde houve uma supressão de instâncias de jurisdição absoluta.

Bom, a segunda sugestão que eu trago – e vejo que o meu tempo voa, Senador – é no que diz respeito aos contratos objetos principalmente de obras públicas. O Brasil tem o malvezo de nós termos licitações com projetos básicos e sem um projeto executivo bastante detalhado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vários países do mundo, a maioria dos países desenvolvidos, gastam 50%, 60% do seu tempo discutindo projetos executivos e depois executam a obra pelo preço orçado, sem nenhum aumento, sem nenhum aditivo, sem nenhuma condição que altere aquele valor. Se tem um grande mal que existe nos processos de licitação são os aditivos.

E vejam bem: na Operação Lava Jato, nós nunca condenamos a mais as pessoas pelas práticas de aditivos; só pelos projetos iniciais. Não foi considerado, para a dosimetria da pena, como aumento de pena, como concurso material ou como crime continuado os contratos objetos, os aditivos em cada um dos contratos, porque senão as penas não chegariam a 30 ou 40 anos, como houve caso em que condenamos, mas chegariam a cem anos, se considerássemos como aditivos. E até por uma medida de equidade, de equilíbrio, que não foram considerados, mas o fato é que aditivos e mais aditivos geram prejuízos bilionários, que o digam a obra da Refinaria Abreu e Lima.

Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO – Essa eu não conheço.

Então, eu sugiro que o Senado, que o Congresso, de um modo geral, discuta com os órgãos técnicos – CGU, TCU, enfim, com o Ministério da Justiça – propostas para que o projeto executivo seja obrigatório nos contratos da licitação e não projetos básicos e que os aditivos, se não forem proibidos, que fosse permitido um único aditivo com determinado percentual, a dar de barato que seria possível algo imprevisível na obra que elevasse custos. Hoje em dia, até com a estabilidade econômica que nós temos, a elevação de custos é muito pequena, comparada ao fato de multiplicarmos por cinco ou por seis o preço de uma obra com aditivos e mais aditivos.

Lembro ainda... Eu vou lhe pedir uns cinco minutos a mais, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. *Fora do microfone.*) – Claro, claro.

O SR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO – Lembro ainda um fato que me chamou muito a atenção, é uma pessoa que fez colaboração premiada e por isso eu vou citar o nome – e que já faleceu: chama-se Chico Nacandacare.

O Chico Nacandacare era um engenheiro, um técnico, e foi apresentado para pessoas, enfim, para uma empresa, e ele disse: "Não, eu sou especialista em aditivos. A minha qualificação...". Com as habilidades que ele tinha e com os contatos internos na Petrobras, ele disse: "Então, você me contrata que eu vou fazer os aditivos e eu vou resolver o teu problema". "Está com problema para receber da Petrobras e o valor está baixo? Eu sou especialista em aditivos." Isso ele confessou, na colaboração premiada dele,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e aquilo é, como se diz lá no sul, lá no Rio Grande do Sul, Senador, no seu Rio Grande do Sul, "me caíram os butia do bolso". Não é? (*Risos.*)

Porque o cara é especialista em fazer aditivo, algo que, a meu juízo, não devia existir, ou, se existisse, minimamente.

E essa história está gravada nos processos, o que elevou os contratos de modo bastante absoluto.

A minha segunda sugestão é nós tornarmos o *compliance* obrigatório nas empresas, a partir já da licitação. Nós temos hoje o *compliance* previsto, inclusive, na legislação brasileira. É uma ferramenta mundialmente conhecida. Ele não é suficiente, não é uma medida, uma chave de ouro para resolver os problemas, mas é uma medida muito positiva e eficaz, adotada na grande maioria dos países desenvolvidos, e precisa ser um *compliance* efetivo, não pode ser um *compliance* de papel. Durante a Operação Lava Jato... Minto: durante os fatos apurados pela Operação Lava Jato, a Petrobras tinha um *compliance,* tinha um setor de *compliance*, tinha código de ética, mas não adiantava para nada, ou seja, nós precisamos tornar esse *compliance* obrigatório. E hoje já temos leis estaduais e leis municipais que só licitam com empresas que tenham programas de *compliance* estipulados, previstos dentro do seu funcionamento.

Tem uma regra que existe nos Estados Unidos, existe em diversos países, Reino Unido, enfim, na Espanha, que eu me lembro, chamada *whistleblower*. *Whistleblower* é uma figura que foi referida não diretamente, mas indiretamente pelo Ministro Wagner Rosário, com a possibilidade de as pessoas informarem aos órgãos de persecução do Estado a existência de crimes. Mas ela tem um refinamento nesta figura, e o Brasil acabou adotando-a agora, em 2019, com a figura do denunciante do bem ou informante do bem, que é não apenas possibilitar que as pessoas ofereçam, reportem, denunciem um fato criminoso de que elas têm conhecimento, mas também que essas pessoas sejam blindadas, na medida em que elas fazem essa...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) **–** A gente tentou passar isso no pacote anticrimes e a esquerda foi contra.

O SR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO – Eu sei disso.

Mas que essas pessoas fiquem blindadas nas posições que ocupam. Nós tivemos dentro da Petrobras uma pessoa que fez as denúncias. Era uma senhora, e ela não apenas não foi blindada como ela foi mandada para fora do Brasil para fazer suas missões em outro país, porque aqui ela não era uma pessoa conveniente.

A figura do informante do bem ou do *whistleblower* ainda permite que, naquilo que for recuperado pelo Estado em relação a corrupção, a lavagem de dinheiro, enfim, a crimes em geral, um pequeno naco disso, que pode ser 5%, 10%, varia de país para país, aquele informante ou aquelas pessoas que atuaram para que aquilo fosse recuperado recebam esse percentual daquilo que foi restituído ao Estado. E isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funciona muitíssimo bem. Diga-se de passagem, nos Estados Unidos criaram-se escritórios de advocacia que se dedicam a recuperar patrimônio público, porque 5% ou 10% do valor recuperado, e nós estamos falando de valores bilionários, podem ser carreados para aquele denunciante do bem ou para aquelas pessoas que vierem a auxiliar na persecução e reparação do dano para o Estado.

Outro ponto que eu gostaria de sugerir são os tais *performance* bônus ou seguros de contratos públicos. Esse também é um tema que já esteve na pauta aqui no Congresso Nacional, foi aprovado o seguro garantia, mas, ao meu juízo, me desculpem aqui a ousadia, ele foi aprovado num modo meio equivocado. Por quê? Porque ele foi aprovado juntamente com a carta de fiança, juntamente com outro modo de garantia que o licitante pode dar, e essas coisas não se confundem. O seguro fiança não é algo para garantir a execução imediata da primeira parcela ou da segunda parcela da obra, é para garantir a obra inteira e que aquela seguradora vai fiscalizar, gerenciar e cuidar para que aquela obra seja 100% executada pelo preço que foi licitada. E o nosso seguro fiança que foi instituído é de 5%, podendo chegar a 30%, o que, para uma obra, não é nada! Diga-se de passagem que, nos jogos de planilhas que são feitos, os 30% vão na primeira fase da obra, se não forem 50% ou 60%. Outro tema sobre o qual vale a pena pensar e discutir são os jogos de planilha e sua legalidade, sobre a qual eu tenho fundadas dúvidas de sua licitude, e, se eu tenho dúvida sobre sua licitude, tenho certeza de que ela não é boa.

Enfim, nós temos que tornar obrigatório o seguro fiança em 100%. Nós vamos criar um novo mercado inclusive de securitização dessas obras, mas esse novo mercado fará com que não tenhamos aditivos, que não tenhamos aumentos abusivos de valores, porque, se o contratante... Nós não vamos contratar empresas fantasmas ou empresas desconhecidas porque, se aquela empresa não executar a obra, a seguradora vai ter que executar ou pagar o valor correspondente a 100% da obra.

O SR. GENERAL GIRÃO (PL - RN) – Desembargador, e o pior de tudo: obras inacabadas! Olha, não tem lugar no Brasil que não tenha uma obra inacabada, quer seja municipal, estadual ou federal.

O SR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO – Mas, se tivéssemos seguro fiança...

O SR. GENERAL GIRÃO (PL - RN) – É um crime isso daí! Isso é um crime!

O SR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO – Se nós tivéssemos seguro fiança, essa obra até poderia ficar inacabada, mas a seguradora ia pagar 100% do valor dela. Nós não teríamos prejuízo.

Outro tema que eu acho que merece a atenção de V. Exas. é a questão da competência eleitoral para julgar crimes de corrupção, de lavagem de dinheiro, essa conexão. Esse foi...

O Supremo Tribunal Federal, em recente decisão, entendeu que os crimes conexos aos crimes eleitorais – no caso, especificamente corrupção e lavagem de dinheiro – deveriam ser julgados pela Justiça Eleitoral. Conexão é quando você pega fatos separados e diz: "Vamos jogar todos juntos perante aquele mesmo juízo". Muitas vezes – na maioria das vezes –, essa reunião de processos é justificada. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Operação Lava Jato ocorreu toda num lugar só porque havia conexão probatória, conexão entre pessoas, ligação entre pessoas, ligação entre processos, ligação entre fatos. Não era possível fazer um único processo chamado Operação Lava Jato. Foram centenas de processos, centenas de inquéritos envolvendo a obra 1, a obra 2, a obra 3, a obra 4, relacionados à Petrobras. Lavagem de dinheiro aqui, lavagem de dinheiro ali, relacionados à Petrobras. Essa era a linha de corte.

Pois bem, o Supremo Tribunal Federal entendeu remeter para a Justiça Eleitoral a competência para julgar um eventual crime eleitoral... Bastava ter a palavra eleitoral para dizer: "Olha, a Justiça Eleitoral vai dizer se há ou não há crime eleitoral aqui". E, com isso, levava a questão eleitoral com a corrupção e a lavagem de dinheiro. Isso é um equívoco e um equívoco de diversas ordens. O primeiro deles é de ordem política. A Justiça Eleitoral tem uma finalidade muito específica que é a higidez do processo eleitoral, que é uma Justiça preparada para apurar votos, para cadastrar eleitores, para ter uma eleição transparente, uma eleição justa, para fiscalizar a contabilidade dos partidos políticos, mas não é uma Justiça preparada para apurar a corrupção, não é uma Justiça preparada para lavagem de dinheiro.

A Justiça Eleitoral também tem outra característica: ela não é uma Justiça instituída de modo permanente, ela é uma Justiça em que cada um dos seus integrantes tem uma função temporária. E, nos tribunais, em todos eles – Tribunal Regional Eleitoral, Tribunal Superior Eleitoral – há uma composição política. Eu não tenho nada contra isso, pelo contrário. Essa composição política é da natureza do próprio processo político eleitoral.

Agora, jurisdição não é isso. Jurisdição é estado permanente. Jurisdição é um estado composto por pessoas que têm um vínculo com o Estado, com aquilo que a gente chama de juiz natural. Um juiz que não é temporário, um juiz que tem garantias constitucionais, um juiz que pode agir de modo independente.

Então, a meu juízo, nós mexermos, do ponto de vista legislativo – e me parece que aqui não precisa de mudança constitucional –, seria muito salutar para que a Justiça Comum, seja ela federal, seja ela estadual, apurasse os crimes de corrupção e os crimes de lavagem de dinheiro e que fossem necessariamente desmembrados, divorciados dos crimes eleitorais.

Diga-se de passagem, naquela historinha que eu contei no início, boa parte daqueles processos, depois de julgados em primeiro e segundo graus, foram remetidos para a Justiça Eleitoral. Foram remetidos por quê? Porque disseram que parte daqueles 6 milhões serviam para pagar despesas de campanha, às vezes, há dois, três, quatro anos. Isso aconteceu. E me parece que não foi uma solução boa, até porque nós já tínhamos julgado em primeiro e segundo grau, pelo menos.

Bom, eu só vou falar quatro palavras: fim do foro privilegiado. Vou me abster de outras considerações sobre esse tema. Isso já foi falado aqui e o meu tempo está esvaindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Criminalização do enriquecimento ilícito de servidores públicos: sim. Sim, servidor público recebe dos cofres públicos. Servidor público pode ser rico, não tem problema nenhum, mas tem que ser rico às custas de ganhos na loteria, herança familiar, esposa rica, enfim, qualquer outra, mas não o servidor público ser rico às custas do Erário, não às custas do seu vencimento. E é sagrada a transparência, a entrega de declaração de Imposto de Renda, o acesso da Receita Federal à declaração. A variação patrimonial dessas pessoas tem que ser justificada, não pode ser não justificada.

Esse é um ponto fundamental, assim como a instituição da corrupção privada. Nós não temos, mas deve ser instituída no Brasil. As empresas também precisam ser protegidas – talvez o nome "corrupção privada" não seja o melhor – em relação a atos de desvio praticados por seus empregados. Por que apenas a corrupção pública? Existe, sim, a figura da corrupção privada e ela também pode ser objeto de previsão legal específica.

Talvez essas condutas de empregados pudessem ser reconhecidas em outras figuras penais, mas, se tivermos uma forma de corrupção privada, com certeza alguém do departamento de compras numa grande empresa não vai negociar com o fornecedor pelas costas do seu empregador.

Por fim, eu gostaria de fazer um pacote sobre a Lei de Improbidade Administrativa, sugerindo algumas mudanças.

A Lei de Improbidade Administrativa tinha, sim, alguns defeitos, foi objeto de mudança, mas nem todas essas mudanças foram bem-vindas. Isso não quer dizer que todas sejam mal-vindas, mas nem todas foram bem-vindas.

Eu vou trazer aqui algumas sugestões à reflexão dos senhores. A primeira delas: a mudança dos prazos prescricionais. O que se criou é algo que torna praticamente inviável a persecução por meio da Lei de Improbidade Administrativa. Por quê? Porque há uma previsão legal de um prazo prescricional de oito anos entre o fato e o início da ação – o que é natural, não é? É bastante razoável e bastante justo –, entre a descoberta do fato e o início da apuração. Isso existe para todos os tipos de infrações. Mas a prescrição que a gente chama de intercorrente, a prescrição pela demora do processo, não existe no Processo Civil, de regra. Existe no Processo Penal, mas ela vigora por inteiro.

Aqui não; aqui criou-se uma regra: depois de ofertada a ação, ela vigora pela metade, ou seja, se trouxe para o processo administrativo disciplinar, no caso da Lei de Improbidade Administrativa, uma regra do direito processual penal, e pela metade, o que não é bom. Por que não é bom? Porque facilmente qualquer escritório de advocacia qualificado vai conseguir fazer com que esse processo termine, entre o início da ação e o trânsito em julgado, se levar mais de quatro anos. A Ministra Eliana Calmon sabe disso. Ou seja, esse marco prescricional é intercorrente e, pela metade, é nefasto; não deveria nem existir o marco prescricional, mas, se existisse, pelo menos, que fosse como no Código Penal: entre inicial, entre a denúncia e a sentença, entre a sentença e outros marcos, correndo por inteiro, e não pela metade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma regra também sobre nulidade da sentença por ausência ou por falha na instrução quando a parte perde um requerimento, ou seja, um juiz, numa prova, ficou praticamente obrigado a produzir 100% das provas, por mais esdrúxulas que elas sejam. Por quê? Porque, se ele indeferir uma prova, corre o seriíssimo risco de, com aquilo que ele achou desnecessário, alguém dizer que aquela prova poderia ser necessária e anular todo o processo. Aí, sim, voltamos à história da prescrição, porque a sentença foi anulada e o processo volta para o seu início.

A outra regra bastante complicada é a vedação de pedidos sucessivos. O que acontecia com as ações de improbidade? O Ministério Público propunha uma ação e dizia: "Olha, nesse caso, do fato tal, houve enriquecimento ilícito do agente, houve dano ao Erário e houve violação de princípios e deveres que estão obrigados na administração pública", ou seja, infração ao art. 9ª, infração ao art. 10 e infração ao art. 11. Por que se fazia isso? Por um motivo muito simples: às vezes, fica bastante difícil de se comprovar a vantagem indevida, a percepção pelo agente público do dinheiro indevido desviado da administração pública. Então, o Ministério Público dizia: "Olha, neste caso, eu tenho prova, que eu acredito razoável, de que ele recebeu valores", mas essa percepção de valores, vejam bem, não é direta, essa percepção de valores não é automática. Como nós vimos na Lava Jato, essa percepção de valores é por interposta pessoa numa conta num paraíso fiscal, é mediante a contratação de uma empresa de assessoria que não assessorou nada, mas foi contratada pela administração e repassou dinheiro para o agente público. Ou seja, quando o Ministério público propõe aquela ação e fala em enriquecimento ilício, ele precisa provar. Se ele não prova, não pode ser condenado pelo art. 9º, mas, agora, não pode ser condenado pelo art.10, que fala sobre o prejuízo, porque o pedido tem que ser específico. Isso vai fragilizando a prevenção e o combate à corrupção.

A outra regra, no §4º do art. 21 da Lei de Improbidade Administrativa, diz que, se o réu foi absolvido no processo penal por qualquer fundamento, ele não pode responder pela Lei de Improbidade Administrativa, mas se ele, por exemplo, foi absolvido porque houve a prescrição, foi absolvido porque foi decretada uma nulidade qualquer no processo, o processo dele voltou para trás, voltou lá para o começo, e tinha mais de 70 anos, a prescrição correu pela metade, e ele foi absolvido. Ou seja, nós estamos aplicando para improbidade administrativa algo que é ilógico para ela. Por quê?

Porque é fácil compreender a seguinte situação... Estou me encaminhando para o final, Senador. É fácil compreender a seguinte situação: as infrações, as condutas mais importantes, são objeto da legislação penal, são crimes, mas nós temos outros tipos de infração que não são crimes. Mas nós não teremos uma infração administrativa... Nós não teremos uma infração penal que não seja infração administrativa. Todo crime, necessariamente, é uma infração administrativa, mas nem toda infração administrativa é criminal. E nós estamos criando aqui, dentro dessa percepção de círculos concêntricos, uma percepção equivocada: a de que, se foi absolvido no crime, não pode ser infração penal, infração administrativa. Mas é evidente que pode! São coisas diferentes! Não são coisas extremamente ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

absolutamente coincidentes! E aqui houve esta criação de uma regra que, mais uma vez, vulnera o combate à corrupção.

Por fim, o último tema de que eu gostaria de falar é sobre o dolo específico. Foi falado em dolo. Acho que o Deputado que fez a pergunta já se ausentou, quando falou em dolo. Obviamente, as condutas humanas são puníveis quando existe a vontade de agir da pessoa, quando a pessoa, deliberadamente, resolve cometer a infração. Isso é dolo. Só que o dolo é a coisa mais difícil que tem para provar segundo as teorias penais, porque o dolo está na cabeça do agente, o dolo não é uma prova material como uma caneta ou como um pagamento na conta. O dolo é inferido, é estimado a partir dos outros sinais aparentes. Agora as pessoas só podem ser responsabilizadas se nós tivermos a prova, esses sinais aparentes de que ela quis agir ilicitamente e assim se conduziu.

Mas isso não tem nada a ver com o dolo específico. Esse é o dolo genérico. O dolo específico é muito mais complicado. O dolo específico é algo que torna a ação... É algo que, no direito, se fala: especial fim de agir. Então, não bastasse o camarada querer lesar a administração pública, você tem que provar que ele agiu e não recebeu valores, no caso do art. 10 da Lei de Improbidade. Você tem que provar que ele tinha o dolo de causar mal para a administração. Vai ser muito difícil provar isso. Vai ser fácil provar que a administração fez um contrato danoso que causou danos ao Erário. Vai ser fácil provar que as empresas se mancomunaram para serem contratadas conforme um bingo fluminense ou uma loteria fluminense, como nós apuramos na Operação Lavo Jato. Mas vai ser muito difícil, na hora de aplicar o art. 10, ter que provar que aquele dano foi causado intencionalmente por todos aqueles agentes, se nós não tivermos, por exemplo, o recebimento de vantagem ilícita.

Então, o dolo específico é um tema extremamente difícil, complicado, mas que é mais um percalço que se instala em relação à persecução penal e à persecução da improbidade administrativa, e, ao final e ao cabo, é ela que traz a recuperação de valores para os cofres públicos.

Senador, falei rápido. Perdoe-me! Eu prometo que vou lhe mandar o meu texto escrito assim que eu fizer uma revisão no mesmo.

Parabéns pela atuação de todos os senhores!

Agradeço a oportunidade de estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Olha, quem tem que agradecer somos nós pela sua palestra, que foi uma aula. É uma aula que fica registrada aqui, nos *Anais* da Casa.

Muito obrigado, Dr. João Pedro Gebran Neto, Desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, um dos servidores públicos exemplares. Foram muitos que fizeram este trabalho que, repito, lavou a alma dos brasileiros: o enfrentamento à corrupção. É um patrimônio do povo brasileiro a Lava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jato. Ela perdeu um pouco de força, é fato, por muita coisa que o senhor explanou aqui, mas nós vamos, sim... Está entrando um time bom aí para a gente reformar isso com os que já estão focados nesse assunto.

Então, eu passo imediatamente a palavra para a Deputada Bia Kicis...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – Até tu me confundes com ela?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Não, mas é porque...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Não, sou eu mesma. É porque eu estou saindo. Eu já estava saindo...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – Ah, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Ela chegou primeiro.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – É que eu cheguei mais cedo. Eu voltei...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Eu passo a palavra para a Deputada Bia Kicis, que foi Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, acho que a primeira mulher Presidente da Comissão de Constituição. Parabéns desta Casa para a senhora.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Para expor.) – Obrigada, Presidente, Senador Eduardo Girão, querido amigo. Parabéns por esta iniciativa tão importante.

Quero cumprimentar todos da mesa: a Ministra Eliana Calmon, uma pessoa que eu sempre admirei muito; o Desembargador João Pedro Gebran, que eu tenho a alegria de conhecer hoje pessoalmente – revejo aqui o Senador Lasier e aqui encontro também o Delegado Garutti –, e todos os colegas aqui presentes.

O Brasil eu tenho certeza de que está acompanhando esta audiência. Muitos ficaram frustrados porque achavam que talvez o Marcos Valério viesse aqui para falar, trazer novos elementos ou ratificar, confirmar dados que já foram passados. Infelizmente ele não está, mas isso não diminui a importância desta audiência.

Infelizmente eu vou ter que me ausentar, porque eu tenho um compromisso agora, mas só queria registrar que, como sou uma pessoa de formação jurídica – fui Procuradora do Distrito Federal por 24 anos, fui a primeira mulher a presidir a CCJ –, este é o ambiente em que eu me sinto confortável, porque eu tenho uma bagagem de conhecimento, e é por isso mesmo que eu estou tão estarrecida com tudo que está acontecendo no país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Ministra Eliana, quando era integrante do STJ, trabalhou não só na corregedoria, mas, como Ministra, trabalhou o tempo todo buscando desmanchar focos de corrupção. Havia uma prática no STJ, a que V. Exa. deu fim, que era aquela história de se criar uma suspeição posterior, *a posteriori*, de um ministro. Quando havia interesse de que um ministro não participasse de um julgamento, algo assim, então se passava uma procuração para um parente, para um filho daquele ministro. E V. Exa., muito sagaz, como sempre foi, conseguiu descobrir esse tipo de manobra e denunciar. Isso foi muito importante.

Nós estamos hoje vivendo um momento de muita tensão no país. E eu digo que toda violência física é precedida por uma violência jurídica. Nós estamos vivendo momentos de violência jurídica. O cidadão comum já é capaz de perceber que a nossa Constituição está sendo rasgada, violentada, e por aquelas pessoas que deveriam guardar a Constituição.

Eu fui assessora no Supremo Tribunal Federal, fui assessora no STJ e sou acusada, respondo a inquéritos por ser alguém que quer fechar o Supremo, que pratica atos antidemocráticos. Isso não tem nada a ver com a minha conduta, com a minha índole. E a gente sabe que isso não passa de narrativas e construções mesmo para se poder afastar pessoas que querem resgatar as instituições deste país que estão sendo utilizadas contra o objetivo mesmo, o escopo para o qual foram criadas. Aqui o Delegado Garutti falou a respeito das instituições, mas elas não podem ultrapassar a sua atribuição constitucional.

Então, esta audiência é muito importante, porque, quando nós falamos de corrupção, nós falamos de vários tipos de corrupção. E você impedir o sistema de freios e contrapesos de funcionar corretamente... Aí a gente tem que entender que realmente este Senado é quem tem o dever de agir para resguardar o sistema republicano, e ele não tem feito isso. Isso é uma omissão gravíssima. E a história não vai deixar isso passar em branco.

E V. Exa., Senador Eduardo Girão, com o Senador Lasier e alguns outros Senadores são aqueles que mais têm lutado para que o Senado faça o seu papel. Está difícil, mas eu acredito que, com esse novo Congresso que foi eleito, essa história vai mudar. Eu tenho essa confiança.

Então, eu quero agradecer esta oportunidade e parabenizar cada um dos expositores, todos aqui presentes, os meus colegas Deputados que estão aqui também e os Senadores que estão aqui para fazer valer o papel que o povo nos conferiu, esse mandato de fiscalizar. Então, muito obrigada.

E vamos lutar pelo fim do foro privilegiado, que de privilegiado não tem nada – só para alguns –, é uma prerrogativa de foro, que para nós seria muito melhor que já não existisse. E nós vamos lutar para acabar com isso porque realmente é uma coisa que não está dando certo no Brasil. Você não pode ter a pessoa que tem a obrigação de fiscalizar os magistrados sujeita exatamente à jurisdição daqueles magistrados. Isso não está dando certo, é preciso ser alterado, assim como a prisão em segunda instância precisa ser claramente autorizada. Ela precisa passar a ser a regra neste país.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Deputada Federal Bia Kicis, a primeira mulher Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Muito obrigado pela sua participação.

Imediatamente, passo a palavra para a Deputada Carla Zambelli – a Bia é daqui do Distrito Federal, e Carla Zambelli, de São Paulo, ambas com atuação nacional pelos seus posicionamentos corajosos.

Daqui a pouco nós vamos mostrar mais alguns vídeos aqui do Marcos Valério, do delator, do operador do mensalão, e já passo a passo a palavra para Carla Zambelli.

Muito obrigado.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP. Para expor.) – Obrigada, Eduardo Girão, Senador querido, bravo, guerreiro, que tem feito uma diferença, no Brasil, enorme, um dos poucos Senadores que tem tido a coragem de enfrentar o autoritarismo e a ditadura do Supremo Tribunal Federal.

Eu queria parabenizar e agradecer a todos os que estão na mesa.

Queria destacar uma fala do Fabiano Emídio em que ele disse que, atualmente, há 5.784 inquéritos policiais por corrupção e desvio de recursos públicos, o que corresponde a 8% do total de investigações da Polícia Federal. Esse é um número realmente muito exorbitante. Mas, acompanhada desse número triste, vem uma notícia boa, a de que, no último triênio, houve um aumento de 24% das investigações se comparado ao triênio anterior, ou seja, o Governo Bolsonaro tem deixado a PF trabalhar. E há a tristeza de 2020, principalmente no Nordeste, de ter tido tantas operações da Polícia Federal, 141 operações só no ano de 2020, muitas delas ligadas ao recurso que o Governo Bolsonaro enviou para os estados e municípios, que acabou, infelizmente, sendo desviado num momento tão difícil que a população estava passando. E aí chamam o nosso Presidente de genocida. Genocidas são essas pessoas que estiveram nessas operações policiais e que usaram do recurso público enviado pelo Presidente Bolsonaro para desviar. Foram 141 operações policiais da Polícia Federal, 1.998 mandatos de busca e apreensão e 248 prisões cautelares.

Em relação ao que Eliana Calmon falou... Aliás, Eliana, eu me lembro de – não sei se você vai se recordar – que, em 2011, quando a gente montou um movimento nas ruas, no final do ano, a senhora estava enfrentando todo esse histórico que a senhora tinha tido desde o ano em que a senhora foi para a área do Judiciário e começou a ter problemas, como a senhora mesma disse. O que me causou bastante espanto foi que a senhora disse que, quando foi feita uma auditoria solicitada pelo Raphael de Barros Monteiro, a distribuição era igual para todos, a diferença estava no que estava na prateleira e o que estava sendo trabalhado. Realmente, a senhora tem uma atuação brilhante em toda a sua vida. Quisera que todas as mulheres e todos os homens pudessem se inspirar na senhora. Eu a conheci em 2011 quando quiseram retirar os poderes do CNJ... Tiraram os poderes do CNJ durante algum tempo, porque a senhora abriu o sigilo daqueles juízes que recebiam salários milionários, penduricalhos milionários. A senhora teve muita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coragem, enfrentou o sistema. Quando eu soube que a senhora foi impedida de trabalhar no Estado de São Paulo, eu usei daquele material que a senhora liberou e entrei com mais de 500 – acho que foram 530 – processos contra juízes, desembargadores, promotores e procuradores que recebiam penduricalhos acima do teto, que recebiam férias além da conta, que recebiam férias quando estavam aposentados, que recebiam diversas viagens enquanto a gente percebia que eles estavam nos seus locais de trabalho... Isso foi no ano de 2013, 2014 quando eu entrei nesses processos. Até hoje, não tive resposta de nenhum processo, Dra. Eliana, e fui bastante perseguida também por ter entrado com esses processos. Até hoje, alguns juízes dão decisões cabulosas contra mim nos diversos processos que a esquerda acaba colocando contra a gente para poderem se vingar um pouco daqueles processos que a gente abriu, mas não tem problema.

Escutei sobre o controle das visitas que o Garutti falou. Preocupa-me bastante a questão do controle das visitas, porque eu visitei alguns presídios federais e até passei naquela máquina em que eles tiram raio-X do corpo completo. E a gente sabe que, em primeiro lugar, o Governo Federal proibiu as tomadas nos presídios federais em 2019. Eu queria perguntar se a Enccla não poderia solicitar a retirada dessas tomadas para carregar celulares nas prisões estaduais, nas outras prisões que não são federais e que tipo de legislação a gente poderia fazer para... Porque, na verdade, não existe falta de recurso para poder fazer um controle de visitas mais apurado. O que existe é falta de vontade, porque a gente sabe que existe uma ligação entre o crime organizado, a política e parte corrompida da polícia.

Eu queria perguntar ao Desembargador Gebran. O senhor falou sobre os processos que têm algum tipo de cunho eleitoral, às vezes uma pequena parte, ou às vezes é só citado que é eleitoral e já é enviado para a Justiça Eleitoral, que é o problema disso. Inclusive, quando envolve corrupção e lavagem de dinheiro. Aí o senhor deu o exemplo de que a Lava Jato foi julgada toda de forma unida porque existia uma lógica de que ela fosse julgada ali. A minha pergunta para o senhor é: se o STF, pela lógica da junção de temas, enviou o processo para a Justiça Eleitoral, que tivesse uma pequena parte da Justiça Eleitoral, quando na verdade deveria ser considerada talvez a parte principal, que é corrupção e lavagem de dinheiro, pela Justiça normal, pela lógica, se a lógica é unir processos, seria errado perguntar para o senhor por que a Lava Jato foi retirada de Curitiba – e ali de Curitiba e do TRF-4 – e mandada para o início, em São Paulo? Provavelmente será em São Paulo. Ou seja, o processo vai correr do início.

Porque tem muito leigo ouvindo a gente. Eu sou uma leiga também, não é? Eu não sou jurista. Então, eu queria que o senhor explicasse isso. E aí pergunto para o senhor: os condenados na Lava Jato foram condenados em primeira e em segunda instâncias, no STJ, e quando chegou ao STF, eles foram remetidos à primeira instância novamente. Eu queria entender se isso foi por causa da junção que foi feita, se foi uma suspensão? E queria perguntar: quanto às pessoas que foram condenadas, principalmente pelo TRF-4, que inclusive aumentou muito as penas em relação à primeira instância, do próprio Juiz Sergio Moro, essas pessoas são inocentes? Porque hoje a gente é proibido de falar a respeito não só do Lula, mas de todos aqueles que foram condenados pela Operação Lava Jato. Mas a gente está numa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semana de eleição e por mais que o senhor não esteja aqui para falar de política, eu entendo isso, mas há um processo judicial que passou pela mão do senhor e de tantos outros heróis que a gente teve na Lava Jato, e hoje a gente está proibido de falar nesse processo! O próprio Ministro Marco Aurélio foi proibido de falar que o Lula não é inocentado.

Eu gostaria de saber, segundo o seu ponto de vista, se todos esses condenados na Lava Jato são inocentes ou se o processo começou do zero?

Tem mais algumas perguntas. Se o senhor quiser anotar essa para responder daqui a pouquinho...

O SR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO – Eu posso responder uma a uma, se preferir.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – Ah, sim! Por favor.

O SR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO (Para expor.) – Bom, em relação a essa, que só queria fazer um pequeno parágrafo. Eu não sou um herói e acho que nenhum de nós. Eu sou um brasileiro que procurou fazer a coisa certa. E como eu falei do começo, não fiz sozinho, eu fiz com várias pessoas, inclusive com outros desembargadores que também votaram. Nós julgávamos no colegiado. Eram três colegas, a maioria das vezes convergíamos, mas também divergíamos, porque adotávamos os mesmos critérios técnico-jurídicos. A única preocupação que eu sempre tive foi chegar em casa à noite e dormir; dormir com a minha consciência tranquila, porque procurei fazer o melhor. Aumentamos penas, diminuímos penas e absolvemos pessoas que foram condenadas em primeiro grau e condenamos pessoas que estavam absolvidas. Por quê? Porque assim é o direito. E haver recursos no direito é algo absolutamente natural e nós estamos acostumados a lidar com isso. E temos que respeitar as decisões das instâncias superiores e cumpri-las principalmente. Essa é a lógica com a qual nós trabalhamos.

No que diz respeito aos desmembramentos, enfim, respeito as decisões do Supremo Tribunal Federal, e como magistrado tenho que respeitá-lo, mas não preciso necessariamente concordar com ele. Com a nossa independência funcional, nós podemos ter pensamentos diferentes, podemos compreender as coisas de forma diferente, como de fato compreendi muitas vezes, em relação ao que chegou ao seu final.

Não me parece que depois de cinco, seis, sete anos, um processo tramitando no Supremo Tribunal Federal, inclusive, com milhares de recursos – se não chegaram milhares ao STF, pelo menos centenas eu tenho certeza de que chegaram. De repente, descobriu-se que não havia mais a conexão que estava sendo falada durante todo esse período, depois do julgamento em primeiro, segundo e terceiro graus de jurisdição.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – Não foi dito isso no começo, já que foram impetrados vários *habeas corpus*?

O SR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO – Eu respeito, mas não consigo concordar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – Certo.

O SR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO – Essa é minha modesta participação. Eu sou um personagem dentro desse leque de competências, de instâncias dentro do Poder Judiciário. Respeito, foi o que foi feito, tanto que, a partir dali, o que cabia de minha parte era pegar os processos que estavam comigo e mandar para onde o Supremo Tribunal Federal encaminhou.

Eu julguei processos em relação à suspeição do Juiz Sergio Moro. Tive compreensão diferente da do Supremo Tribunal Federal. Prevaleceu a dele. Hoje, em relação aos processos, tem processos tramitando ainda na 4ª Região, tem processos, não foram todos mandados para outros lugares. Foram alguns processos: alguns para a Justiça Eleitoral, alguns para São Paulo, outros para Brasília. Salvo engano, não sei se tem algum que foi remetido para o Rio de Janeiro, mas de São Paulo e Brasília tenho certeza. E, com a nulidade, com as duas que foram apontadas, a suspeição ou a ausência de imparcialidade e a ausência de competência, eles começam do zero, porque, se o juiz era incompetente desde o começo – e é isso que diz a aplicação das normas –, se havia incompetência, essa incompetência faz com que vá para um juiz competente desde o começo, começa do zero, mas aí faço conexão com o que falei há pouco sobre a prescrição da Lei de Improbidade. Daí a prescrição corre entre o fato e o início da ação, entre a denúncia. Se aquele juiz do recebimento da denúncia – diga-se de passagem –, se aquele juiz que recebeu a denúncia era suspeito ou impedido ou se não era competente, vai para outro juiz, o fato ficou lá em 2004, 2005. Não estamos falando de fato de 2014. O fato é quando houve a corrupção, o fato é quando houve a lavagem do dinheiro, e o recebimento da denúncia teria que ser agora, ou seja, nós estamos falando dela depois que já se passaram 20 anos. E aí a prescrição vai ocorrer principalmente para aqueles casos em que a prescrição corre pela metade, que a lei estabelece, o Código Penal estabelece.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – Então, juridicamente falando, é correto dizer que o Lula foi inocentado ou descondenado?

O SR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO – Aí eu não vou entrar numa questão, porque nós estamos num momento bastante político...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – Até porque o senhor pode sofrer as consequências disso.

O SR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO – ... nós estamos num momento bastante político sobre isso.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – Perfeito.

Outras perguntas.

O petrolão, a Lava Jato têm Deputados e Senadores envolvidos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO – Sim. Sim.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) **–** Algum deles...

O SR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO – É porque eu julguei ex-Deputados e ex-Senadores, diga-se de passagem...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) **–** Aqueles que têm foro privilegiado...

O SR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO – Foro privilegiado ou não, eu não teria competência...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) **–** Aí o senhor encaminhou para o STF.

O SR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO – ... a competência seria do STF.

Todos os processos ficaram no STF.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) **–** O.k. Então...

O SR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO – Agora, de ex-Deputados e ex-Senadores, nós chegamos a julgar recursos no Tribunal Regional Federal.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) **–** Algum foi preso?

O SR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO – Sim, mais de um.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) **–** Dos Deputados e Senadores na ativa, dos que estão hoje no cargo de Deputado e Senador que foram enviados ao STF algum foi preso ou condenado?

O SR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO – Desconheço.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) **–** A gente também desconhece. E é interessante como a Justiça Federal funcionou muito melhor do que o STF tem feito, ou seja, a gente vê no STF, senhoras e senhores, pessoas que não têm foro privilegiado, que, de privilégio, sinceramente, eu não acho que tenha nenhum, a gente tem pessoas que foram presas pelo STF e, das que deveriam ser presas pelo STF, que são vários colegas Deputados e Senadores que participaram do petrolão e têm enriquecimento em relação a isso, nenhuma foi julgada nem condenada. Tirem suas conclusões.

Em relação ao processo do Marcos Valério, em depoimento à Lava Jato – aí eu não sei se os senhores vão poder responder, mas, em depoimento à Lava Jato –, no mês de setembro de 2016, o Marcos Valério disse que o PT tinha mania de desmoralizar pessoas e autoridades, foi com estas palavras: Eles, o PT, têm uma máquina muito grande de desmoralização via redes sociais, blogueiros, algumas pessoas da imprensa e também no Ministério Público. Pergunta que eu faço: essa rede de desmoralização e desinformação já foi investigada alguma vez? O senhor foi na oitiva do Marcos Valério? O senhor tem acesso a esse depoimento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO – Não, eu não tenho acesso a esse depoimento. Eu posso estar... Tenho certeza de que eu não julguei processo com o Marcos Valério. Agora, eu não sei se ele participou como testemunha de algum processo que eu julguei. Agora precisaria verificar isso. Nós estamos falando de fatos que começam em 2014 e vêm até 2023.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – Isso. Não, eu imagino, o senhor não vai se recordar de tudo. Não tem problema.

Diante da existência desses inquéritos, processos e até censura que a gente está vendo, como temos observado recentemente, essas graves revelações do Sr. Marcos Valério foram consideradas e deveriam fazer parte desses processos. Na verdade, essas perguntas seriam feitas ao Marcos Valério, Eduardo, mas eu acho que seria importante que a gente pelo menos pontuasse aqui na sua na sua audiência.

E a pergunta que fica é... Porque, se o Partido dos Trabalhadores não figura como investigado diante de graves revelações, nós estamos diante de uma grande e flagrante parcialidade da Justiça, principalmente pelo Supremo Tribunal Federal, já que a gente ouviu aqui do Sr. Fabiano... Esperem aí, estou cheia de papeizinhos aqui. Fabiano Grimaldo, ele disse que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – Emídio, isso mesmo, desculpa. Ele disse que – entre aspas: "O sigilo está no STF, cuja extensão não é sabida" e que ele estava absolutamente impedido de falar. Interessante o caso Marcos Valério não estar sendo... Tanta coisa julgada com tanta celeridade no Supremo Tribunal Federal e um caso tão grave de assassinato envolvendo tantas pessoas não ser tocado pelo Supremo Tribunal Federal. Então, que fique claro para a população brasileira que a falta de justiça no caso Marcos Valério está nas mãos do Supremo Tribunal Federal. Então, esse sangue está nas mãos dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Nesse mesmo depoimento, o Marcos Valério fala sobre uma conversa ocorrida fora de uma lanchonete, em um hotel, em que José Dirceu, Lula e Gilberto Carvalho estariam sendo chantageados por Ronan Maria Pinto. O MP perguntou, no minuto 4:46 dessa entrevista com o Marcos Valério, sobre o passado de Ronan Maria Pinto e se o publicitário conhecia os motivos da chantagem contra o ex-presidente e ex-ministros e a resposta foi – entre aspas – ao Ministério Público: "Senhor, eu gostaria de não responder essa pergunta porque ela é muito, o que eu fiquei sabendo é muito grave e o senhor não vai poder garantir a minha vida, senhor". E aí, num determinado momento, o Ministério Público volta ao tema, no minuto 13:18, e o Marcos Valério pede para não responder e diz: "Eu não quero correr risco, eu estou preso e numa penitenciária". A pergunta que fica é: o que seria tão grave a ponto de alguém acreditar que o Estado brasileiro é incapaz de oferecer segurança? Qual o tamanho da periculosidade dessa organização, quando sabemos que o serviço de proteção à testemunha pode inclusive manter alguém fora do país? Ao dizer que correria riscos ao denunciar crimes que envolvam o Partido dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trabalhadores, o PT do Sr. Lula, pelo fato de estar preso numa penitenciária, o Sr. Marcos Valério aponta que o partido tem conexões dentro dos presídios? A gente sabe que tem, inclusive com diálogos cabulosos.

A Mara Gabrilli, em recente entrevista à Jovem Pan, que foi inclusive passada aqui, disse – entre aspas: "O Ronan Maria Pinto, se não fosse pago, ele ia entregar o Lula como mentor do assassinato de Celso Daniel. Esse é o teor da chantagem. E o Lula pagou. Como é que alguém que não tem nenhum envolvimento pagaria? [Por que pagaria?] O Lula pagou os R$12 milhões da chantagem, sim, para o Ronan Maria Pinto calar a boca e ficar quieto".

Enfim, eu queria confirmar aqui que, para fins de esclarecimento, é erro tratar apenas da morte do próprio Prefeito Celso Daniel. O número de mortos envolvendo apenas este caso chega a 11 pessoas, sendo que em ao menos oito já foi confirmada a relação. A gente está tratando dos nomes das seguintes execuções por essa facção criminosa: Celso Daniel, o Prefeito; Antônio Palácio de Oliveira, o garçom; Paulo Henrique Brito, testemunha da morte do garçom; Iran Moraes Rédua, reconheceu o corpo do Celso Daniel; Dionízio Severo, suposto elo entre quadrilha e Sombra; Sérgio Orelha, amigo de Severo; Otávio Mercier, investigador que ligou para o Severo; Carlos Delmonte Printes, o legista – legista, inclusive, que eu conheci, tive a oportunidade de conversar com ele, e ele me disse que nunca tinha vomitado nenhuma vez em verificar um corpo, foi a primeira vez que ele passou mal durante um procedimento, e que havia indícios, inclusive, de que Celso Daniel foi empalado. Ele não pôde colocar isso por medo. É a primeira vez que eu falo isso publicamente. Eu acho que precisa constar. Infelizmente, a gente não vai conseguir confirmar, porque ele foi assassinado. Então, é só a ponta do *iceberg*. Essa série de execuções pode ter sido apenas a ponta do *iceberg* de um esquema gigante construído pelo Partido dos Trabalhadores.

Em delação premiada, o Sr. Marcos Valério aponta diálogos que teve como próceres o PT, que revelavam que facções criminosas – leia-se PCC – lavavam dinheiros em empresas de transporte urbano e jogos – o Sr. Alexandre de Moraes teve relação de advocacia com essa empresa de transporte urbano. Uma vez eu falei sobre isso em uma entrevista, da relação do Sr. Alexandre de Moraes com esse transporte urbano que tem relação com o PCC. Em seguida, ao sair dessa entrevista, Sóstenes, eu fui abordada por pessoas, senhores que me entregaram uma carta, dizendo que eu teria que pedir desculpas publicamente. Eu fui tentar procurar esse vídeo, mas esse vídeo hoje não existe na internet. Era uma entrevista que estava sendo divulgada *online*. Não vou falar aqui sobre onde foi, porque essa empresa também está tendo problemas, essa empresa de comunicação está tendo problemas com o Supremo Tribunal Federal. Fui abordada, e disseram o seguinte: "Você vai publicar esse pedido de desculpas hoje ao Alexandre de Moraes e não volte mais a falar do assunto". Eu fiquei calada durante três anos – isso foi há três anos –, mas eu acho que é importante voltar a falar porque, sinceramente, a gente chegou a um ponto em que não dá mais para ficar quieta e aguentar essas pressões. Hoje eu já tenho proteção da Polícia Federal. Então, me sinto à vontade para falar sobre a ligação do Alexandre de Moraes com o PCC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O último tema que eu gostaria de tratar é sobre o último dia 16 de outubro. A gente teve o primeiro debate presidencial do segundo turno nas eleições. Em um dado momento, o candidato Lula disse: "Eu sou o único candidato a Presidente da República que tenho coragem de entrar em uma favela sem colete de segurança. E já não é de agora. Quando era Presidente, eu entrava". A gente sabe qual é a razão da restrição de entradas em favelas, não é? O Dr. Garutti falou aqui sobre o crime organizado, que cada vez mais – sempre teve, mas cada vez mais – tem relação com a política.

Eu queria saber, Dr. Garutti – eu não sei se o senhor tem essa informação –, qual é a razão dessa restrição de entrada em favela. O senhor, como policial federal, tem contato com o crime organizado, da Polícia Federal. A gente, então, tem uma série de zonas de exclusão que são controladas por um Estado paralelo, que é a facção criminosa? Essa seria a minha pergunta.

Uma outra questão é: no momento em que temos a Damares Alves sendo intimada a dar explicações acerca do que teria dito numa igreja, eu pergunto: o Ministério Público Eleitoral não gostaria de entender a razão de um único candidato ter o direito de adentrar as tais zonas de exclusão?

Lembro também do atentado do dia 17 de outubro, última segunda-feira, há uma semana, em que o Governador Tarcísio esteve em Paraisópolis e foi abordado por diversos membros de facções criminosas de São Paulo, um dos quais, inclusive, foi morto pela Polícia Militar, a quem eu gostaria de parabenizar pelo trabalho de proteção ao Tarcísio. Aí não interessa se foi uma tentativa de assassinato, se foi uma tentativa de deixá-lo com medo, enfim. O que importa é: nossos candidatos não podem entrar em comunidades em que existem facções criminosas.

Por que o Lula – aí eu peço para você que está em casa pensar – não só consegue entrar como tem a proteção do Comando Vermelho? Por que será que o Lula, desde que era Presidente, inclusive, consegue adentrar esses locais? É uma pergunta que os senhores têm que fazer.

A próxima pergunta era para a Eliana Calmon, mas eu vou deixar para quando ela voltar. Ela vai voltar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – Tá.

Essa eu já fiz... Essa também.

A Eliana Calmon falou – eu queria fazer uma observação... Ela está voltando...

Dra. Eliana, eu queria fazer três perguntas para a senhora.

A senhora disse – eu já repeti aqui –, sobre os seus processos, que a diferença era que alguns ficavam na prateleira, os de outros juízes, e que os da senhora eram trabalhados. Não era uma questão de quantidade, mas sim de efetivo trabalho. A minha pergunta é no sentido de que a gente deve votar no ano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que vem a reforma administrativa – a gente, inclusive, já fez uma emenda na reforma administrativa para que nela seja incluído o Judiciário, e eu assinei essa emenda, que, se não me engano, é da Carol de Toni. Por conta do meu trabalho de ter, inclusive, processado mais de 500 juízes, procuradores, desembargadores e promotores, a minha pergunta é: existe alguma forma de a gente ter uma espécie de desempenho, indicadores de desempenho para juízes, promotores, procuradores, desembargadores, para que a gente possa cobrar um pouco de efetividade dessas pessoas? Porque é injusto que a senhora, por exemplo, tenha trabalhado tanto e que outros tenham trabalhado tão pouco.

A SRA. ELIANA CALMON (Para expor.) – É muito difícil! É muito difícil! Eu quis isso, eu quis implantar esse sistema, quando eu era do Tribunal Regional Federal, para os desembargadores e eu não consegui. Eu não consegui. Então, é muito difícil. Por quê? Existem processos fáceis e processos difíceis. E quem está conduzindo o processo sabe que aqueles mais difíceis demoram mais, são diligências, etc., e isso não pode ser medido – não é? –, não pode ser, assim, contabilizado. De forma que é muito difícil.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – Certo. Bom, então a gente vai continuar contando com o bom senso, não é?

A SRA. ELIANA CALMON – É.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – A senhora disse também que a senhora foi orientada a que juiz não deveria conversar – a senhora disse isto –, não deveria conversar com a Polícia Federal ou com advogados dos processos...

A SRA. ELIANA CALMON – Isso.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – ... e que a senhora colocou uma pessoa da Polícia Federal. É interessante a senhora ter dito isto, que para poder julgar esse caso a senhora colocou uma pessoa da Polícia Federal para traduzir esse processo para a senhora, e ao mesmo tempo a gente tem imagens de advogados do PT entrando de bermuda e chinelo dentro do Supremo Tribunal Federal para poder despachar com os ministros.

A SRA. ELIANA CALMON – Pelo seguinte: como o colega falou, a corrupção se identifica por uma peia. Ela vai sendo engendrada. Então, nesses processos que envolvem muitos estados e muitos fatos que estão interligados, para você entender é, às vezes, muito difícil...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – Imagino.

A SRA. ELIANA CALMON – Por isso é que nós precisamos...

E outra coisa é essa história de o juiz não conversar com o delegado, não conversar com o Ministério Público. Ora, eu é que expeço o mandado de prisão. Mando, e a Polícia Federal vai cumprir esse mandado. Como é que eu não converso com aquele que vai cumprir a minha ordem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – Exato.

A SRA. ELIANA CALMON – Não é?

No dia em que saíam para fazer a operação, eu não dormia, porque eu não sabia o que iria acontecer. Poderia, inclusive, ter algum...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – Algum despacho...

A SRA. ELIANA CALMON – Então, eu ficava acordada, esperando até que eles ligassem, dizendo: "Tudo bem. Ocorreu tudo bem. A senhora pode ficar descansada".

Como é que eu não converso com essa pessoa que vai cumprir a minha ordem? Como é que eu não converso com o Ministério Público, que tem a mesma natureza, a minha, é concursado, é uma pessoa que está com o processo na mão? Isso aí é uma... Eu acho isso uma insanidade.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – É insanidade mesmo. Tanto é, que várias dessas conversas foram utilizadas para poder anular o processo da Lava Jato.

O último ponto, para fechar, é: Senador, o senhor fez vários convites ao Alexandre de Moraes para vir explicar algumas ações e o senhor tem total razão de fazer isso, porque o Senado Federal e os Senadores são o Poder moderador do STF.

O STF criou alguns mecanismos atualmente – o sistema Tors, de Tecnologia de Otimização de Redes Sociais – para fiscalizar as notícias e os comentários feitos em redes sociais; tem tratado as pessoas, por seus comentários, como verdadeiros criminosos. Eu queria... Se um dia o Alexandre de Moraes viesse, esta é a pergunta que eu faria a ele: se ele tem tido igual preocupação acerca da influência do narcotráfico também nas eleições. Obviamente, a gente vai ficar sem essa resposta.

Mas queria agradecer ao senhor e parabenizá-lo, Eduardo, por sua coragem. Quero agradecer a todos os brasileiros e dizer o seguinte: não tenham tanto medo da censura. Continuem brigando. Mas a gente vai estar aqui.

A Eliana disse: "Não sou mais jurista. Prefiro ser tratada como uma brasileira, porque não sei mais Direito". Imaginem como estão as cabeças dos estudantes, hoje em dia, com essas decisões absurdas que o STF tem cometido! Mas tenho certeza de que, com os novos Senadores que foram eleitos, inclusive pela base do Governo, a gente vai ter novas atuações a partir do ano que vem.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Deputada Carla Zambelli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já passo imediatamente aqui a palavra para o Senador Lasier Martins. Depois, Senador Guaracy Silveira.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. Para interpelar.) – Muito bem, meu prezado colega e Presidente desta Comissão de Transparência. Mais uma vez, louvores à iniciativa de promover esta audiência pública, que, de certo modo, resgata a discussão de matérias tão polêmicas, tão graves, sobre a degradação que o Brasil vem sofrendo, nos últimos tempos, pela corrupção. É sinal de que esses temas ainda não estão sepultados. E espero que outras sessões sejam realizadas, até que, em determinado momento, tenhamos a cobrança desses acontecimentos.

E uma das provas da importância desta nossa sessão, Presidente Girão, é esta permanência do Plenário lotado até este momento, afora a audiência que nós estamos tendo pelo Face, pela TV Senado...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – Sem comer!

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Exatamente.

Há mais de cinco horas patrioticamente, pacientemente, historicamente, estoicamente estão todos aqui acompanhando, pela relevância daquilo que está sendo rememorado ou que está sendo revelado, quem sabe, pela primeira vez por alguns dos palestrantes que estão aqui, todos com muita competência.

E aí saliento o nosso Delegado Edson Fábio, que trouxe aqui algo tranquilizador sobre esses novos setores criados no Ministério da Justiça para combater a corrupção e que nos deixou, inclusive, uma tênue esperança de que a entrada do Brasil na OCDE possa ocorrer dentro de algum tempo, porque atualmente nós não preenchemos os requisitos por causa principalmente da corrupção. Gostei muito das notícias que o senhor nos trouxe, não apenas como o recuperador de ativos, que é a sua função, mas pelas revelações que o senhor nos trouxe.

Igualmente, Senador Girão, a presença aqui do meu prezado conterrâneo, o Desembargador João Pedro Gebran Neto, que tem honrado de maneira extraordinária o nosso Tribunal Regional Federal do Sul do país, com sede em Porto Alegre, e que teve um destaque inesquecível durante o processo da Lava Jato. Temos muito orgulho de termos um magistrado desse calibre, dessa qualidade.

E igualmente a coragem da nossa jurista Eliana Calmon, que não quer ser chamada de jurista pelo desencanto que viveu em determinados momentos da sua carreira, mas eu quero tratá-la como jurista, como excelência, pelo exemplo que tem dado.

Bom, eu tenho algumas poucas perguntas, e bem objetivamente. Uma delas, que eu tenho a maior curiosidade de ver adiante, o problema, Desembargador João Pedro, com relação à prisão após condenação em segunda instância. V. Exa. tocou de passagem me dando a impressão de que o seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendimento é de que essa matéria pode ser resolvida por projeto de lei, e não necessariamente por uma PEC, porque está lá na Câmara dos Deputados já há bastante tempo, com inúmeras protelações e embaraços, inclusive estendendo lá na Câmara o desejo de condenação após segunda instância não apenas ao terreno penal, mas a todos os demais ramos do direito, o que criaria dificuldades imensas, para não acontecer nunca, que é o que parece que é o objetivo de muitos neste Congresso Nacional.

A minha pergunta é se realmente V. Exa. entende que um projeto de lei permite que tenhamos o fim da impunidade, que vem ocorrendo largamente, porque, hoje em dia, quem é condenado em segunda instância e que tem o direito de ir até a última é beneficiado pela extinção da punibilidade, pela prescrição, e acaba não acontecendo nada, nunca é punido. Se nós tivermos a aprovação da prisão após condenação em segunda instância, como é comum na maioria dos países, nós evitaremos a impunidade, que tem beneficiado tanta gente?

Porque a prisão após condenação em segunda instância vigorou de maneira intercalada desde a Constituição de 1988 por 21 anos. Agora, quando chegou a hora do Lula: "Opa! Agora, não. Agora, vamos reexaminar". E, por seis a cinco, naquela triste noite de 19 de novembro de 2019, que eu nunca vou esquecer, com voto de Minerva do Ministro Toffoli, revogou-se a prisão em segunda instância para dizer que só depois do trânsito em julgado.

Então, a minha primeira pergunta é para V. Exa. me esclarecer: dá para fazer... Até porque eu tenho esse caso no Projeto de Lei 166/2019: acrescentar ao art. 283 do Código de Processo Penal, para quem for condenado não apenas na prisão provisória, mas nos vários tipos de prisão, também esta hipótese: condená-lo após segunda instância.

Outra pergunta. Já que nós estamos aqui numa sessão formal, mas também informal, eu tenho a curiosidade de saber do meu conterrâneo qual foi o seu estado de espírito quando ele viu o Ministro Fachin descondenando o Lula. Ficou surpreso ou não? Eu gostaria de lhe perguntar se V. Exa. discorda. V. Exa. tangenciou há pouco dizendo que não é hora etc. e tal, mas a minha pergunta é no sentido de se o senhor ficou surpreso e se o senhor encontra procedência nos fundamentos apresentados pelo Ministro para descondenar o Lula, algo que vai ficar na página triste do Judiciário brasileiro.

São essas duas perguntas.

E eu queria fazer à nossa jurista Eliana Calmon quatro perguntinhas bem simples.

V. Exa. disse a certa altura – anotei – que a corrupção no Brasil nunca foi prioridade do Judiciário. V. Exa. disse. Eu queria perguntar se ela continua não sendo prioridade no Judiciário atualmente.

Segunda pergunta: V. Exa. falou que o ovo da serpente são as emendas parlamentares aqui no Congresso Nacional. No meu partido, ao lado do meu brilhante colega e irmão, como nós nos tratamos, Eduardo Girão, nós sempre fomos contra as emendas, principalmente a emenda de Relator. Então, se o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ovo da serpente são as emendas, porque se prestam para corrupções, o que dizer do orçamento secreto? Isso é mais do que um ovo de serpente, é um ovo de jararaca, é mais do que um ovo de avestruz, e nós sempre fomos contra isso. Gostaria de ouvir a sua opinião sobre isto: se enquanto nós tivermos essas emendas parlamentares nós não chegaremos à OCDE, como luta para alcançar o nosso Dr. Edson Fábio Garutti.

Uma perguntinha também, já que a senhora é uma jurista, é uma intérprete do Direito, é uma jurisconsulta. Eu lhe pergunto por que, na sua opinião, o Supremo Tribunal Federal não julga os Parlamentares que têm crimes contra o Erário de bilhões de reais?

Há Deputados e vários Senadores. Sabemos bem que estão lá há anos. Vários deles atingindo a prescrição e que jamais serão punidos. Qual é o fenômeno? Por que não julgam? Será uma espécie de conluio, isto é, Senado não julga os ministros do Supremo e os ministros do Supremo não julgam os Senadores que podem ameaçá-los de *impeachment*? Será por isso? Eu gostaria de ouvir a sua opinião.

E a última pergunta também, como jurisconsulta que é agora, não é mais magistrada: qual é a sua opinião sobre a descondenação do Fachin? Tem procedência ou não tem?

Por isso que vai ficar na história. Isso se discute de ponta a ponta do Brasil e há de brasileiros inconformados. Então nós precisamos ouvir os jurisconsultos. São essas as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Senador Lasier Martins.

Vamos começar com a Ministra Eliana Calmon.

Muito obrigado.

A SRA. ELIANA CALMON (Para expor.) – Muito bem.

Como eu sou advogada, estou muito à vontade; não tenho nenhuma vinculação com coisa alguma. A vinculação é comigo mesma, como cidadã. Então, eu estou muito à vontade para falar e dizer o seguinte: a corrupção nunca foi prioridade e agora eu acho que é obrigatório não ser prioridade. Piorou. Agora é obrigatório, porque sempre se inventa uma tese jurídica para que isso seja postergado. E por que isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIANA CALMON – É.

A corrupção nunca foi prioridade, e hoje é uma necessidade, ou seja, é obrigatório não haver prioridade na corrupção. Por que isso acontece? Porque ninguém vai questionar a corrupção no Supremo ou na terceira instância de João, José e desse pessoal miúdo, porque esta corrupção é uma corrupção que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fica num juízo de primeiro grau, num juízo de segundo grau. Quem sobe e vai para os tribunais superiores é quem tem bons advogados. Geralmente são pessoas bem-nascidas, são pessoas que têm grande importância na sociedade. E essas pessoas, no Brasil, ainda são protegidas pelo Poder Judiciário, porque os seus advogados são pessoas que têm trânsito dentro do Poder do Judiciário, são pessoas...

O que eu estou dizendo aqui, que pode parecer um escândalo, que pode ser um absurdo, todo mundo aqui sabe. Todo mundo sabe que ninguém é inocente. Para não ver... Até o cego sabe, porque vê as coisas. Então, é essa a minha posição.

O ovo da serpente. Olha, essa questão das emendas parlamentares inclusive é constitucional, está na Constituição.

Outro dia eu fiz uma entrevista. Era um programa do pessoal de esquerda, que disse assim: "A senhora está condenando, mas a senhora sabe que isso é constitucional". Eu disse: é constitucional. Eu não estou dizendo que não há orçamento secreto; agora, os órgãos controle do Estado têm de ter a fiscalização, porque o Brasil tem uma rede de órgãos de controle do dinheiro estatal muito boa – muito boa.

Se nós formos verificar quais são esses órgãos, e todos estão ligados à Enccla, que foi uma coisa fantástica, porque todos eles agora trabalham em conjunto, foi uma coisa maravilhosa que veio com a lei de lavagem de dinheiro. Então, esses órgãos poderiam fiscalizar muito bem, mas não é fiscalizado, não há fiscalização. É aí que está o problema – aí é que está o problema.

O que dizer do orçamento secreto? Eu não faço distinção entre emenda orçamentária e orçamento secreto porque para mim é a mesma coisa – para mim é a mesma coisa. Então, agora mudou de nome, mas, na realidade, é emenda parlamentar do mesmo jeito.

O Supremo Tribunal Federal não julga os Parlamentares. Nós todos sabemos por que não julga. "Eu tenho vocês aqui, na mão. Pronto. Não são vocês que poderiam nos condenar? Não são vocês que poderiam nos impichar? Pois, então, eu tenho vocês aqui, na mão". Então, a briga do gato é com o rato.

Outra coisa que não é absolutamente segredo de polichinelo, porque todo mundo sabe disso, inclusive os senhores sabem. Quem está nas mãos do Supremo também sabe. Não vai lá, porque não pode ir.

Finalmente, a descondenação. Olha, se eu fosse jurista, que um dia eu pensei até que eu era, eu iria dizer aos senhores o seguinte... Eu iria ensinar aqui aos meninos, que ainda estão aí, que eu sei que há alunos, dizendo o seguinte: a competência pode ser em razão do lugar, competência do foro, e em razão da matéria, a matéria que está sendo julgada. Então, por exemplo, a Justiça comum não pode julgar uma ação de Justiça Eleitoral. Essa é uma competência material que é absoluta, ou seja, se julgar, o processo está todo nulo, mas a competência em razão do lugar, todo estudante de Direito sabe disso, aprende isso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja no processo penal, seja no processo cível, essa competência se chama relativa. Por que ela é relativa? Porque, se não arguida em tempo – e que tempo é esse? Até o réu dar a sua resposta, o que acontece com a defesa prévia no processo criminal –, ela se prorroga, e ela não pôde mais ser arguida, porque ela se prorrogou, porque ela é relativa. Essa é a regra jurídica, mas quem faz a lei não são mais vocês aqui. A lei é feita hoje também pelo Supremo Tribunal Federal, e a regra da competência relativa, que se tornou absoluta, foi ditada pelo Supremo Tribunal Federal. Pronto. Simples assim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIANA CALMON – Nada mais a dizer.

Por isso, eu não sou jurista, porque eu tenho essa ideia que já está retrógrada, não é? Eu sou velha não somente na minha idade, mas também nos meus conceitos jurídicos, que hoje não estão prevalecendo mais.

O SR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO (Para expor.) – Primeiro, quero parabenizar a Ministra. Foi uma aula que nos deu sobre competência absoluta e competência relativa. Competência territorial é competência relativa. Eu acho que estudei nos mesmos livros que V. Exa.

Então, começando pelo final, de fato, até porque apreciei essa matéria, eu penso como a Ministra. Aqui nós estamos falando de competência relativa. Ainda que se aventasse não ter conexão com os demais processos, etc., etc., era algo a ser arguido em modo e forma próprios.

Então, eu, de fato, não imaginei não ter tergiversado tanto quando eu respondi, mas, de fato, não concordei com a decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, enfim. Agora, obviamente, como eu lhe disse, eu obedeço e cumpro porque prevalece, no Estado democrático de direito, a decisão das cortes superiores. Mas concordar? Não, não concordei.

Pois bem, vamos para a segunda questão de que o senhor falou, sobre a possibilidade de haver uma reforma da lei de execução em segundo grau a partir da mudança da lei, e não da Constituição. Eu fiz essa afirmação porque os ministros, quando votaram por seis a cinco... Aqueles que formaram a maioria não usaram o mesmo argumento para declarar a obrigatoriedade da execução em segundo grau. Uma parte deles viu que a presunção da inocência era absoluta e que, como tal, seria inconstitucional qualquer regra que obrigasse a execução antes do trânsito em julgado. Mas, entre aqueles seis ministros, outra parte sustentou que o art. 283, a que o senhor fez referência há pouco, é que não autorizava a prisão senão após o trânsito em julgado. Então, para essa parte que compôs a maioria e que usou um fundamento diverso do que é a regra constitucional da presunção da inocência, seria suficiente a modificação da legislação do Código de Processo Penal. Por isso é que eu fiz essa afirmativa, porque os argumentos do Supremo Tribunal Federal não foram uniformes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro, inclusive, que o Ministro Dias Toffoli disse que isso não se aplicava para o Tribunal do Júri porque existe regra própria na Constituição da soberania do Tribunal do Júri, e, talvez, pudesse aplicar a execução imediata para os casos do Tribunal do Júri, o que seria já um bom caminho para não ficarmos com processos de homicídio – e sabemos que não são poucos – durante anos, anos e anos, apesar da condenação pelo Tribunal do Júri popular.

Por fim, eu gostaria de fazer o registro de um fato de que eu não falei: a importância da existência de forças-tarefas, forças-tarefas do Ministério Público e forças-tarefas da Polícia. Nós vimos agora depoimentos de policiais aqui, de pessoas da carreira da Polícia, demonstrando e falando da importância da especialização para o enfrentamento e o combate à corrupção. A Ministra Eliana Calmon e eu, em alguma medida, também falamos da teia de informações, da dificuldade de conseguir reunir e compreender esses fatos. Se nós não tivermos a especialização, grupos de forças-tarefas, nós não teremos condição de dar conta, porque são fatos graves, complexos, cheios de meandros, cheios de detalhes. Precisa praticamente de um organograma do tamanho dessa parede para que a pessoa possa desenhar o fluxo do dinheiro, o fluxo de pessoas, quem recebeu, por que, quanto recebeu, para onde foi, quem são os intermediários, quem são os lavadores, quanto cada um dos lavadores de dinheiro cobrou para fazer esse serviço, qual o país que foi o destinatário, colaboração e cooperação internacional, etc., ou seja, só com especialização muito grande das forças-tarefas isso é possível. E isso foi possível porque a polícia tinha uma força-tarefa, o Ministério Público tinha uma força-tarefa e a Justiça Federal tinha uma vara especializada para isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. Gebran, Dra. Eliana Calmon.

Eu já vou passar a palavra agora para o Senador Guaracy, mas antes eu me comprometi a passar os vídeos do Marcos Valério, que não aceitou o convite. E, como o assunto aqui tangencia o tempo todo uma ausência dele, que poderia esclarecer muito sobre isso, eu peço que coloquem os vídeos aí. São apenas dois que estão faltando, curtíssimos, no total quatro minutos.

Muito obrigado.

(*Procede-se à exibição de vídeos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Olha, eu tenho a impressão de que esse último vídeo aí – eu peço desculpa – foi repetido. Teve um vídeo que foi repetido, e está faltando um outro vídeo. Daqui para o final da sessão, a gente coloca.

E esse caso do jornal *Diário do ABC* eu não sei se tem a ver com o que o Dr. Gebran falou há pouco. Eu acho que tem uma conexão aí com relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, eu recebi aqui, as pessoas estão mandando mensagens dizendo que tem um vídeo no YouTube também de uma colega nossa, a Senadora Mara Gabrilli – eu já exibi um deles, mas tem outro que é mais impactante ainda –, ouvindo exatamente o Sr. José Carlos Bumlai na CPI da Petrobras. Eu recebi uma chuva aqui de pedidos para falar sobre essa... Tem esse vídeo no YouTube também aí da CPI da Petrobras, da Senadora Mara Gabrilli, Senadora da República, ouvindo o Sr. José Carlos Bumlai na CPI da Petrobras.

Já passo a palavra, imediatamente, pedindo desculpa, ao Senador Guaracy Silveira.

Muito obrigado pela sua presença, Senador.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar.) – Senador Girão, eu é que agradeço, primeiramente a Deus, a oportunidade de estar aqui neste momento. Agradeço a V. Exa., que foi até insistente comigo, porque eu tinha um outro compromisso hoje no Tocantins, mas, devido à importância do momento, eu não poderia faltar com o meu dever pátrio de estar aqui neste momento.

Mas estar aqui neste momento merecia a gente pagar um ingresso, e muito caro, porque eu vou poder falar... Falar aos meus filhos, aos meus netos, que eu estive e convivi com homens, com mulheres, com Deputados, Senadores, com jovens, com assessores que tentaram salvar o Brasil; todos os senhores.

Talvez eu seja a pessoa de mais idade aqui presente. (*Pausa.*)

Dr. João Pedro, fui assistir muitas vezes quando em julgamento esteve lá em Porto Alegre. A minha admiração pelo patriotismo e pela coragem. Heróis da resistência! Dra. Eliana, conversando com a senhora agora há pouco, a senhora falou: "Talvez, a gente não veja isto: um Brasil salvo, 'descorrompido'. Talvez a idade não permita". Isso nos traz – até falei para a senhora – uma desesperança, mas eu me lembro, meu caro Lasier, de uma frase de Winston Churchill, quando ele se referiu aos aviadores da RAF (Real Força Aérea): "Nunca tantos deveram tanto a tão poucos". Não sei quantos de nós estamos lutando por isso, não sei! Talvez sejamos poucos, talvez muitos.

Lembro-me, meu caro Lasier, de uma música de Anísio Silva, que dizia:

> Ninguém me escuta quando eu [...] [clamo].
> E por isso é que eu me calo.
> [...]
> Clamo e grito num deserto,
> minha voz perdida a esmo

Talvez isso tudo nos leve a um desespero.

Dra. Eliana, na República romana, que existiu antes do Império romano, existia um Senador que subia constantemente à tribuna: Marco Pórcio Catão. Ao subir à tribuna, Senador Lasier, ele dizia:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"*Delenda est Carthago*"; ao descer, ele repetia a frase. Durante o discurso, ele dizia: "Ou destruímos Cartago, ou Cartago nos destruirá". Meus colegas Senadores, cada vez que subamos à tribuna, meus colegas Deputados, cada vez que subamos à tribuna, meus caros senhores e senhoras, estudantes, quando tivermos o poder da palavra, vamos dizer: "*Delenda est* corrupção". Para salvar o Brasil! Ou destruímos a corrupção, ou a corrupção vai destruir o Brasil. Nada restará desta pátria se a corrupção continuar sondando todos os lados.

Sabem que eu me lembro, para descontrair um pouco, de um seriado americano de Lee Majors que era O Homem de Seis Milhões de Dólares? Nós temos aqui a mulher de 1 milhão de votos que tanto luta por este Brasil, com coragem!

Eu tenho medo por você e peço a Deus por você.

Lembro-me, não pela existência, de uma frase que todos os senhores conhecem, as senhoras conhecem, uma frase de um dos maiores Senadores deste país. Ele dizia o seguinte: "De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto". Profecia de Rui Barbosa. Eu acho que foi no ano de 1927.

Ah, senhores! Dr. Gebran, ao senhor, ao Sergio Moro, aos outros colegas de todas as instâncias nós muito devemos. Mas espero que a nossa voz não seja, Lasier, a de Anísio Silva, que dizia: "Clamo e grito num deserto, minha voz perdida a esmo". Que encontre eco justamente na nossa juventude.

Nós temos o dever de transferir para nossos filhos, para nossos netos um Brasil melhor do que o de hoje, do contrário, fracassamos redondamente. Do contrário, vamos passar como fracassados para a história.

Meus senhores, minhas senhoras, tem uma frase de um jornalista que eu gosto muito, do Caio Coppolla, que diz: "Não perca a esperança no Brasil". Não percamos a esperança no Brasil.

Lasier, talvez nós sejamos os mais velhos aqui, mas cremos que a homens e mulheres sérias, honestas, com o exemplo e essa aula que os senhores nos deram, a todos – não vou citar todos os nomes para não me tornar cansativo – o Brasil deve muito.

Meu caro Sóstenes, nome de sábio e de filósofo, você ainda é jovem. Minha cara mulher de um milhão de votos, você ainda é jovem. Não percam a esperança no Brasil. Vamos legar para a geração do futuro um Brasil de esperança.

Eu tive o privilégio de conhecer Armando Valladares, que esteve preso durante muito tempo, em cárcere, em Cuba. Ele escreveu um livro: *Contra Toda a Esperança*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu sei que Deus ama a nação brasileira, que Jesus Cristo morreu por todos nós. E peço a Deus todo dia: salve o Brasil! Mas o instrumento para salvar o Brasil não são os anjos que vão descer do céu; somos nós, homens e mulheres de bem.

Deus abençoe o Brasil!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Senador Guaracy Silveira, um grande homem de bem que chegou aqui a este Senado trazendo muita luz, sempre participando de todas as sessões, seja no Plenário, seja nas Comissões. É um homem que tem uma luta contra as drogas. Ele tem um trabalho fantástico para resgatar famílias que estão sofrendo com relação a esse tema. Muito obrigado pela sua emocionante fala aqui. Acho que todos nós sentimos a sua emoção. E vai dar tudo certo. Eu não tenho a menor dúvida: Deus está no controle de tudo, e vai dar tudo certo.

Eu quero já passar a palavra imediatamente ao Deputado General Girão.

Muito obrigado pela sua paciência, pela sua presença aqui nesta sessão. O senhor tem a palavra.

O SR. GENERAL GIRÃO (PL - RN. Para expor.) – Senador Eduardo Girão, meus cumprimentos a V. Exa. por mais uma iniciativa a que eu tenho o prazer de estar presente.

Quero dizer para todos que estão aqui presentes assistindo virtual ou presencialmente que eu acredito que as coisas não acontecem por acaso. Isso daí está no ditado popular.

Há umas três semanas, eu estava no meu gabinete lá em Natal, no meio da campanha política ainda, e chegou um pastor para poder fazer um contato comigo, dizendo assim: "Eu quero que o senhor converse com uma pastora – uma missionária, na verdade – que mora em Minas Gerais, a Pastora Ângela Valadão". Não sei se algum dos senhores ou alguma das senhoras conhecem. E, conversando com ela, ao final da conversa – a gente teve quase meia hora de conversa –, ela fez uma oração e, na oração, citou João, quando Jesus fala: "Quem crê em mim não andará nas trevas. Eu sou a luz do mundo". Por uma coincidência, se nós colocarmos a palavra "partido" na frente das palavras "trevas" ou "luz", a gente vai encontrar exatamente, coincidentemente ou não, a luta que está sendo travada hoje no Brasil, bipolar. É claro isso daí.

O que se está decidindo neste momento envolve não somente as palavras da nossa bandeira: "ordem e progresso", mas, se fosse permitido inserir mais uma, seria "liberdade". Nunca foi tão caro nós lutarmos pela liberdade.

Eu aproveito aqui o momento – eu não sei quanto tempo eu tenho –, mas eu não vou passar de uma hora. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não ultrapassarei aqui a menina de 1 milhão.

Mas o que eu quero dizer é o seguinte: por mais que a gente pare para pensar, realmente o momento é muito sensível da história do Brasil. A história vai contar isso daí. Minha cidadã Eliana Calmon, eu sou Eliéser, viu? Meu primeiro nome é Eliéser. A história vai contar, mas a história demora para contar. A história vai contar a atitude de cada um de nós quando enfrentamos a guerra biológica – e ainda enfrentamos. Eu não sei o que cada um faz, mas passou a ser proibido nas nossas redes sociais falar em medicação imediata, preventiva, seja lá o nome que for dado. Nós chegamos a proibir os médicos de medicarem, de clinicarem. Porque o médico, quando identifica um paciente, procura o remédio que melhor vai ser recebido pelo corpo do paciente. Sempre foi assim, mas não; na guerra biológica, foi impedido.

Nós enfrentamos uma guerra bélica longe demais daqui, quatro mil e pancada de quilômetros, eu não sei quantos, mas que está com reflexos, repercussões para cá, consequências negativas para a inflação no mundo. E, o Brasil, com números da economia que só nos orgulham, "despiorando" a cada dia, o desemprego diminuindo, a inflação ultrapassando recordes para baixo, deflação no terceiro mês. Os Estados Unidos e a Europa, de uma maneira geral, com inflação. Então, isso é motivo de orgulho para nós, mas, ainda assim, não é suficiente. Por quê? Porque nós enfrentamos a pior de todas as guerras, que é a guerra ideológica. É um componente espiritual, religioso muito difícil. É tão difícil que eu fico perguntando às vezes: por que a corrupção entrou no meio disso aí tudo? Quem começou primeiro? A senhora falou do ovo da serpente.

Eu coloquei quase 200 milhões em emendas para o meu estado. Independentemente de tudo, as emendas vieram para mim com transferência voluntária da União, eu não fiquei com nenhum centavo. E, sobre isso, algumas pessoas dizem assim: "Parabéns, o senhor foi honesto". Não! É obrigação. Não tem... Deputado e Senador não têm que ter nenhum percentual, como pede ainda hoje o pessoal religioso: "Eu quero um terço". Não pode.

O sistema de destinação de emendas, desculpem-me aqueles que são contra, mas eu entendi e interpretei o que, quando o Bolsonaro assumiu, disse: "Eu vou governar para mais Brasil e menos Brasília". Os Prefeitos, se perguntarem para todos eles, vão dizer assim, e os Governadores também, mesmo os do nosso Nordeste, que estão negando: "Nós nunca estivemos tão bem" – Prefeitos de quatro, cinco, seis, oito mandatos –, "nunca estivemos tão bem porque o recurso, ao invés de ficar preso no ministério, preso à abertura de um cadastro que a gente não sabia como é que funcionava, está indo direto para a ponta da linha, direto para beneficiar os munícipes, os cidadãos como nós".

Então, a gente precisa realmente discutir muita coisa numa reforma política, numa reforma administrativa, numa reforma fiscal, tributária, precisamos discutir isso tudo. O Brasil ainda tem muito o que percorrer. Precisamos valorizar a Justiça, como eu vi aqui o Dr. João Pedro, que eu não sabia que era um desembargador – desculpe a minha ignorância, eu não o reconheci aqui como sendo o nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desembargador de lá do TRF4. Eu vibrei quando julgaram em segunda instância e condenaram. Eu não aceitava – e não aceito ainda – que os juízes de primeira instância fossem desmerecidos. O juiz de primeira instância também tem que ser merecido. Por que no julgamento, quando ele decreta ali a pena, a condenação de um cara, o cara não pode cumprir na cadeia de imediato? Por que isso? Eu fui secretário de segurança, eu lidava com marginais, bandidos. O cara é réu confesso do crime Maria da Penha, ou de um homicídio, ou feminicídio, o cara é réu confesso, mas, se fugir do flagrante, ele responde em liberdade. Como pode isso? Que absurdo é esse? Um réu confesso não pode ser preso de imediato. Se tiver advogado, não vai. Se bobear, não vai nunca, prescreve o crime.

Então, nós, legisladores – e a gente está com essa demanda, o nosso mandato foi prorrogado –, nós somos legisladores. Não tem que legislar o Supremo Tribunal Federal. Quem tem que legislar somos nós. Nós precisamos fazer o dever de casa. Eu não estou com discurso político, eu estou com discurso aqui de cidadão brasileiro. É claro: na hora em que eu digo que Lula é um ladrão, eu estou usando a minha prerrogativa do art. 53. Por quê? Porque ele roubou, deixou roubar e participou de todo o conluio que a gente sabe que aconteceu. Eu não vejo a hora de aquela porta ali abrir e entrarem policiais federais, cumprindo uma ordem de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, que está agindo fora das quatro linhas da Constituição Federal.

Meus amigos, minhas amigas, cumpra-se a lei! Dra. Eliana, a senhora lutou na sua vida de jurista, de magistrada, para que a lei fosse cumprida. Nós aqui estamos lutando para isso. A lei tem que ser cumprida e tem que ser para todos. Ninguém pode estar acima da lei.

Eu vi agora aqui um Senador se emocionar ao falar, tentando dizer que a gente tem que salvar o Brasil para os nossos filhos e netos. É isso! O que a gente está fazendo aqui é isso. A gente está aqui hoje... Eu podia estar no meu estado, brigando para ir atrás de voto para reverter uma votação. Eu não sei como, com todas as demandas e informações que nós passamos, a votação lá ainda não é favorável a quem não roubou, a quem combate a corrupção, a quem combate esses desmandos que a gente tem hoje aqui de desobediências à lei maior que é a Constituição Federal. Eu fico impressionado com isso daí!

Eu não sei como o Brasil vai conseguir ter acesso a fóruns internacionais se nós estamos hoje mostrando para o mundo que nós somos um país de uma democracia tupiniquim. Eu tenho vergonha na cara. Eu tenho parentes de fora do Brasil, morei na Polônia. As pessoas de lá nos perguntam: "General, como é que pode, no Brasil, um cara condenado, um cara que tem folha corrida, que não tem *curriculum vitae* – ele não tem *curriculum vitae*, ele tem folha corrida – estar concorrendo ao cargo máximo de Presidente do Brasil, se ele, como Presidente, roubou e deixou roubar?". Isso é um fato! Aí o cara lá fora pergunta: "Será que a gente vai ter acesso à OCDE ou a qualquer outro fórum internacional?". Vários investidores que a gente está tendo no Nordeste hoje, Rio Grande do Norte, Ceará, de energia eólica, energia solar, gente querendo investir no Brasil, estão dizendo: "Não, vamos esperar o resultado da eleição, porque, se for a reversão do caminho político, a gente não vai querer investir no Brasil, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existe insegurança jurídica". Uma coisa que a gente deveria ter tratado aqui também: insegurança jurídica. O Brasil hoje vive uma insegurança jurídica e mostra isso para o mundo, sem vergonha na cara. Será que nós somos um país sem-vergonha? Nós não somos um país sem-vergonha. Eu não me considero um sem-vergonha. Então, é muito triste a gente ver o momento do Brasil.

Eu quero terminar as minhas palavras dizendo para os senhores e para as senhoras que nós vamos, sim, na próxima legislatura, acabar com o foro privilegiado, porque é imoral o cara concorrer a um cargo público de Deputado Federal ou Senador para poder ter foro privilegiado, porque ele responde processo como ex-Governador, como ex-Prefeito ou coisa parecida. Vamos, sim, terminar com essa impunidade. E o julgamento deve ser cumprido, para mim, a partir da primeira instância e não somente na segunda instância – para mim, com certeza absoluta –, privilegiando, respeitando juízes de primeira instância, porque, para mim, um cara para ser juiz... Não é um cara para ser Ministro do Supremo, não, porque há Ministro do Supremo que nem juiz foi, porque não passou em concurso – nem juiz foi. Então, deveria haver critérios, sim: condição mínima de ter sido magistrado, condição mínima de ter um – vamos ter um *ranking* de julgamentos – desempenho profissional, porque todas as profissões avaliam o desempenho. Por que o cara para ser ministro não tem que ter avaliação de desempenho?

E, por último, eu quero dizer para vocês o seguinte: eu não vou nem falar do Consórcio Nordeste, não, porque eu fiquei feliz quando ouvi aqui o nosso amigo falar que o Consórcio Nordeste ainda está em investigação, então a Controladoria-Geral da União, o Wagner Rosário, disse que ainda tem investigação em cima do Consórcio Nordeste. Graças a Deus! Ganhei o meu dia, quando ele falou isso daí, porque ali foi uma quadrilha que se organizou para se contrapor às decisões do Presidente da República, e, quando aconteceu a pandemia, eles se aproveitaram disso e mataram muitas pessoas, sim, porque teve gente que morreu com falta de ar. E só sabe o que é a falta de ar quem já viu alguém desse jeito. Eu vi o meu filho mais novo, no hospital, com falta de ar. Como a gente pode pagar um plano de saúde, ele tinha um plano de saúde, ele tinha lá um respirador que foi colocado na cara dele, pois estava com dificuldade de respirar. Agora, quantas pessoas morreram porque não tinham isso?

Então, Senador Eduardo Girão, meu primo, eu quero dizer para todos aqui o seguinte: nós estamos hoje, com esta sua audiência pública aqui, sendo talvez o que o Rio Grande do Norte protagonizou na Segunda Guerra Mundial. Nós estamos sendo aqui, Senador Lasier, o trampolim da vitória do Brasil. O Brasil tem que vencer a corrupção para que nós não tenhamos que dizer que a corrupção nos venceu. Nós vamos, sim, cada vez mais, fazer novas chamadas para que nós sejamos, sim, um trampolim da vitória contra a corrupção. Não é possível que um Brasil formado por gente forte, guerreiros, vá se entregar à corrupção, simplesmente porque tem algumas pessoas ocupando cargos privilegiados e que possam estar querendo, com as suas canetadas ou com suas interpretações do "juridiquês", anular julgamentos e calar a boca de muitos de nós. Não vão nos calar. Cumpra-se a lei.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Deputado General Girão, do Rio Grande do Norte, vizinho da gente.

Quero mandar um abraço para a D. Graça, que está aqui conosco também, acompanhando a sessão. Deus a abençoe!

Eu já passo a palavra a ele, que está feliz agora, aqui, está leve, porque o time dele ontem conseguiu subir para a primeira divisão. Não é isso, Sóstenes?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Falta nada ainda, não é? Que é o Vasco. Outro dia a gente falou do Flamengo, então tem que falar do Vasco.

Sóstenes, muito obrigado pela sua presença aqui, tá? E o Lasier já me cutucou: tem que falar do Grêmio também!

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. *Fora do microfone*.) – Embora eu seja Colorado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Embora seja Colorado. (*Risos.*)

Confusão, viu?

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Está todo mundo subindo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Vamos lá, Sóstenes. Muito obrigado pela sua presença.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. Para expor.) – Ilustre Presidente, Senador Eduardo Girão, Senadores presentes, colegas Deputados, convidados para esta importante audiência pública, eu recebi acho que há dois dias o comunicado da audiência, através do meu colega Senador Eduardo Girão, com uma convocação para estar aqui. E o Senador tem essa moral. Lógico que, quando o Senador me convidou e o Senador Guaracy, nós todos estamos envolvidos na semana decisiva eleitoral em nível nacional. Nós já passamos pelas nossas eleições; no meu caso, estou no meu segundo mandato, indo para o terceiro, fui reeleito, e vim a esta audiência pública, Senador Eduardo Girão, com uma motivação. Lógico que eu queria aproveitar aqui para relembrar os brasileiros do tanto de mal que a quadrilha que se instaurou no país por tantos anos, cujo mesmo personagem agora pleiteia voltar... Eu queria aqui... Eu me preparei para vir fazer um discurso muito menos técnico, com todo respeito ao eminente Desembargador, à nossa eterna Ministra, ao Senador Lasier Martins, com essa sempre sapiência e experiência que nos norteia a nós que somos da meia-idade, e ao querido Edson, que se ausentou da mesa. Mas eu tenho que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

confessar que o discurso do meu colega Senador Guaracy me quebrou ao meio, e eu não vou conseguir fazer discurso político mais, Carla. Por quê? Senador, eu vou para o meu terceiro mandato. Meu primeiro discurso, em 2015, quando cheguei a esta Casa, foi dizer, naquela tribuna do outro lado, na Câmara dos Deputados, que, enquanto nós não fizéssemos uma reforma do Poder Judiciário com a seriedade que a República precisa e merece, nós iremos ficar brincando de democracia. Foi meu primeiro discurso nessa Casa.

Eu estou indo para o meu terceiro mandato, e quando V. Exa., Senador Guaracy, se refere a mim como alguém de um pouco menos idade que V. Exa., o peso que recai sobre mim, sobre Carla, os demais Deputados – com todo o respeito ao Senador Girão, que também é mais ou menos da mesma faixa de idade –, que recai sobre nós, é um peso muito grande. Sua emoção, as convicções de sua palavra, num Brasil que está aqui, ao seu lado, uma Constituição que todos os dias juramos cumprir nesta Casa, que os Ministros e membros do Judiciário fizeram o mesmo juramento, que os membros do Poder Executivo *idem*... Aí nos deparamos com uma realidade da vida que, para mim, que vou para o terceiro mandato, Senador Lasier, fico me perguntando de vez em quando: valerá a pena?

Eu disputei uma eleição com gente no meu estado que sei que tudo que foi dito aqui é a mais pura realidade. Parece que é o encontro do Tom e Jerry, o gato e o rato. A gente começa no processo eleitoral, disputando com gente que a gente sabe, com o dinheiro do jogo do bicho – no meu estado é normal –, com o dinheiro do tráfico de drogas... O TRE do estado, que tem que fiscalizar... Gente, hoje eu recebi aqui um vídeo de carro do TRE no Município de Duque de Caxias, com placa do PT. Como é que pode uma coisa desta? Onde está a fiscalização?

Começa no processo eleitoral, aí nós viemos para cá, aí é o freio e contrapeso, que o Edson diz que precisamos ajustar, é um monte de demandas de... E concordo, Dr. João Pedro Gebran: seu serviço na Lava Jato e todos os demais componentes são eternamente, dependerá de todos os brasileiros de bem deste país e eternamente... É uma gratidão eterna a V. Exas. Nós seremos eternamente gratos por patriotas como V. Exas., que cumpriram um papel, mas que, lamentavelmente, hoje devem falar: "Em tantos anos de República, isso não aconteceu". Teve que se levantar uma equipe diferenciada. Teve que levantar gente como a Ministra Eliana Calmon, que aqui está, falando verdades que alguns que temos este bóton, munido de uma tal imunidade parlamentar, temos que ficar tomando cuidado hoje para saber o que vamos falar!

Não se pode chamar mais descondenado de descondenado, Carla. Não pode chamar mais ex-presidiário... Eu fui interpelado por um jornalista da UOL outro dia: "O senhor não acha que é antidemocrático chamar o ex-presidiário Lula de ex-presidiário?" Ora bolas, a gente agora tem que fazer política falando mentira, Lasier? Um ex-presidiário não é mais ex-presidiário neste país? Lógico que será. E não tem ninguém que vai tirar da minha boca as verdades que têm que ser ditas. E não é por causa da imunidade parlamentar, não; é porque eu sou brasileiro. Guaracy, enquanto eu tiver sangue, vida,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

energia... Só tenho 47 anos, não sei quantos anos mais terei. Quase morri com 45 de covid. E perdi minha mãe aos 63 anos com covid, o que foi um marco na minha vida.

Nesta campanha, acabou o resultado eleitoral e, diferentemente de todas outras campanhas, Senador Eduardo Girão, nessa, meus filhos – eu tenho um filho de 23 e uma de 18 –, quando viram o desafio da campanha, eu que sempre falei "não se envolvam nesse negócio de campanha, porque não quero vocês em política"... Porque um político decente neste país... Acho que alguns membros do Poder Judiciário, não vou botar palavras na boca de quem deve falar... Eu não gostaria de ver um filho meu na política brasileira do jeito que ela é – não gostaria. E meus filhos, ao verem o desenrolar de uma campanha, foram para o comitê, começaram a ajudar. E eu falando "pelo amor de Deus, não me ajudem, deixem eu cuidar disso", mas estavam lá. Sabem por quê? Porque meus filhos, Guaracy, de 23 anos, um garoto, Junior e Jennifer, de 18, acreditam no Brasil, acreditam nesta terra. Eu hoje posso falar "vamos mudar, vamos pra outro lugar", mas eles querem acreditar nesta terra.

E o seu apelo à juventude... Eu não vou fazer política porque V. Exa. me convenceu de que aqui hoje é um discurso pelo país. Estão certos os convidados que aqui vieram. Nós só precisamos falar uma coisa. Não vai prevalecer a mentira. Não vai prevalecer a corrupção neste país.

Eu, que acredito na criação do Éden: Adão, Eva; depois, Caim e Abel. Um irmão matou o outro. Na vida originária 25% já nasceu para coisa ruim. Está lá. Para quem acredita como eu, já nasceu para coisa ruim. Mas 25% é a minoria no nascedouro. Se esse 25% foi acrescentando ao longo do tempo, Carla, e talvez hoje seja 40%, 45%, porque quando eu andei fazendo campanha esses dias aí na rua... Sábado eu estava numa carreata na Zona Norte do Rio e eu vi a reação, eu vi a reação das pessoas. E é triste a gente fazer pré-julgamento pelo que se vê, mas de vez em quando alguns provocavam. A gente observava pelas reações das pessoas.

Ainda a maioria de brasileiros são pessoas como a Sra. Eliane Calmon. Ainda a maioria dos brasileiros são pessoas como o eminente Desembargador João Pedro Gebran Neto. Ainda, Senador Eduardo Girão, a maioria das pessoas deste país são como V. Exa. E lhe conheci com cartazes: não ao aborto, não à legalização de jogos de azar – lhe conheci no meu primeiro mandato –, não à jogatina, não a tantas causas, não à legalização de drogas. E lhe conheci como empresário: V. Exa. não precisava ser candidato e nem estar aqui, porque tinha muito bem sua vida resolvida, morando nos Estados Unidos, já tinha colocado seu clube Fortaleza na série B, que depois foi para A, agora virou um clube melhor do que o meu Vasco da Gama. V. Exa. não precisava de nada disso. Mas, por um tiroteio que houve na escola na sua filha nos Estados Unidos, V. Exa. atendeu a um chamado, o chamado do seu coração para estar aqui nessa cadeira. Eu conheço a índole de V. Exa.

O que me traz aqui numa segunda-feira a Brasília e estar até esta hora, quase 16h, sem almoço é poder olhar nos seus olhos e dizer: nós ainda somos a maioria neste país!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Lasier, este Brasil vai mudar, este Brasil, a cada legislatura... Por aí dizem – eu estou no terceiro – que está piorando. Eu sou daqueles otimistas que ainda acredita, Senador Guaracy.

Talvez a vida e a história... A nossa vida é muito curta, nós somos peregrinos. Eu quase fui há dois anos. Deus vai lhe dar muita saúde, vai lhe dar muitos anos de vida. Talvez pequenas melhoras... Não vamos chegar nunca à perfeição aqui na Terra, mas a melhora que o seu coração hoje desejou e as lágrimas que vieram aos seus olhos regarão esta nação para que nós possamos ver gente como as que estão aqui numa segunda-feira, numa semana de eleição nacional, acreditando que é possível mudar este país.

O Brasil precisa de gente com esse pensamento. O Brasil precisa acreditar que é possível e incrivelmente, Carla Zambelli, não somos a minoria. Graças a Deus, nós somos a maioria. Às vezes, não tão mobilizados, mas essa minha fala...

Eu não vou fazer perguntas porque tudo o que já ouvi aqui hoje... Teve momentos ao longo das falas que me davam vontade até de ir embora por querer desacreditar. Mas a pior covardia que pode existir de um homem é ele não ter vontade de lutar para mudar. E nós que estamos aqui, aconteça o que acontecer domingo, não vamos desistir do nosso Brasil. Nós lutaremos por ele porque acreditamos em dias melhores para esta nação.

Parabéns, Senador Eduardo Girão, pela proposição! Parabéns aos Senadores e Deputados que aqui estão e aos nossos convidados que abrilhantaram este dia e que me fazem sair daqui renovado.

Eu tinha pensado, Guaracy, que esta seria a última eleição que eu disputaria. Eu não queria mais saber de vida pública porque chega uma hora em que você chega ao seu limite, mas seu discurso hoje serviu para inspirar o mediano, 47 – que quase bateu a biela aos 45 –, a continuar acreditando no Brasil.

Se o povo do meu estado e Deus me derem condições de ainda continuar servindo, aqui estarei. Eu não posso ser covarde. O senhor hoje me inspirou.

Muito obrigado por ter vindo e obrigado pelo convite, Senador Eduardo Girão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Somos nós do Senado Federal que agradecemos ao senhor, Deputado Sóstenes Cavalcante, por ter vindo do Rio de Janeiro participar aqui desta sessão.

Eu já passo a palavra imediatamente para o nosso querido Vereador de Fortaleza – aqui para nós, me perdoem, a cidade mais especial do Brasil –, que foi eleito agora Deputado Estadual e que é o meu primeiro suplente, meu amigo, meu irmão, Sargento Reginauro. Muito obrigado pela sua participação aqui, irmão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SARGENTO REGINAURO (Para expor.) – Obrigado, meu querido amigo, Senador Eduardo Girão.

Saúdo todos os demais Senadores que aqui se encontram e demais Parlamentares desta Casa.

Eu queria, primeiramente, lhe agradecer pela oportunidade de vivenciar esta manhã/tarde de hoje de tanta riqueza para a nossa democracia.

Durante todas as falas, eu fui, a cada momento, pensando no que eu iria dizer na hora em que V. Exa. me facultasse a palavra. A cada nova fala, minha cabeça me direcionava para outra direção, até a gente chegar a esses dois depoimentos que tocaram nosso coração de uma forma tão especial, num desfecho para esta audiência pública que poderia ter se encerrado e dispensado até essa fala.

Eu vou falar aqui do meu lugar de um modesto Vereador, no meio de tantos Senadores, Deputados e magistrados, mas eu queria dizer para a nossa Ministra, Dra. Eliana: a senhora jamais vai ser apenas uma cidadã, com toda a sua contribuição para a nação brasileira. O que a senhora fez está ecoando até hoje, assim como o trabalho do nosso Desembargador Dr. João Pedro Gebran com a Lava Jato.

É impossível a Lava Jato morrer depois do legado que ela deixou, doutor, para nossa nação. É graças à Lava Jato que o senhor está do lado desse Senador. Se não fosse a Lava Jato, esse homem não teria se tornado Senador da República – eu o conheço há quase 20 anos – e nem de política queria saber.

Então, quando a gente vê o somatório de esforços que os senhores e as senhoras estão fazendo, esses garotos que estão aqui, estudantes de Direito, não serão os mesmos, não sairão dessa audiência os mesmos, assim como eu não sairei.

Aqui foi falado de corrupção, de crime organizado. Eu poderia me deter nisso. O meu estado é um dos estados onde mais se desviaram recursos da pandemia, doutora. O meu estado está atolado nessa operação do Consórcio Nordeste. Da mesma forma, nós tivemos, só na nossa prefeitura, 21 milhões pagos antecipadamente na compra de respiradores que nunca chegaram. Superfaturamento de tudo o que a senhora puder imaginar.

Infelizmente, de fato, nós passamos aí mais de duas décadas alimentando uma cultura sistêmica de corrupção. E aí a gente querer desistir, depois de seis, oito anos em que nós – os senhores e nós, do lado de cá – estamos começando a fazer com que isso dê frutos? Nós estamos ao lado de uma Deputada de um milhão de votos, que, mesmo antes da imunidade parlamentar, já estava na rua, combatendo corrupção. Nós estamos diante de depoimentos como o de V. Exa., pensando no seu filho, nos seus filhos, nos seus netos, nos nossos netos. É isso que tem que estar em jogo aqui, nesta manhã, nesta tarde, neste dia de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O povo brasileiro quer, sim, a mudança. Ele deu a resposta nessa eleição, na grande renovação do Senado – e esta Casa vai ter uma grande renovação –, na renovação da nossa Câmara de Deputados e de diversas câmaras espalhadas pelo Brasil afora.

Então, o que a gente espera é que esse trabalho, Senador Eduardo Girão... Como eu digo no meu estado, velhos políticos não conseguem entender a forma de fazer política com que o Senador Eduardo Girão tem trabalhado. Não conseguem entender, porque quem se habituou a uma política clientelista, fisiologista, de troca de favores, de conchavos, jamais vai entender o legado que V. Exa. está deixando para o país, para todos nós – para todos nós.

Então, para mim, esta manhã/tarde está sendo para alimentar o meu coração e a minha alma, Senadores. O senhor falou que quase morreu aos 46; eu descobri um câncer numa campanha política, fui impedido de fazer campanha por um câncer, curei-me do câncer e fui eleito vereador dentro do hospital. Para mim, estava bem claro que, a partir daquele momento, a política ganharia um outro propósito. Era Deus me dizendo: "Vou te colocar de pé, e não esquece disso", porque nós temos uma das tarefas mais importantes, mais árduas que qualquer outra. Não é uma profissão; nós somos eleitos para servir ao povo. Nós podemos mudar o destino deste país ou entregá-lo à corrupção; nós podemos matá-la ou apenas lavar as mãos.

Então, o que eu peço aqui a cada um – porque eu sei que cansa – é apenas que não desistam. Não desistam da luta pela liberdade, não desistam da luta pelo nosso Nordeste ainda tão sacrificado. É no Nordeste onde há mais desigualdade, etc. Sim, porque, infelizmente, o Nordeste ainda vem sendo escravizado por essa forma de fazer política que se alimenta da miséria. Então, mantém o povo na miséria para continuar no poder. É isso que a gente precisa entender, a gente precisa querer o nosso povo crescendo, despertando, produzindo, criticando, inclusive não querendo apenas um Parlamentar que seja 60%, 70%; não, eu o quero 100%. Eu não quero um que rouba mas faz; eu quero aquele que só faz.

Muito obrigado, Senador Eduardo Girão. Eu não vou me estender mais do que isso. Eu vou lhe agradecer pela oportunidade de estar aqui e dizer a todos esses Parlamentares desta Casa que, mesmo não sendo tantos diante da quantidade de Parlamentares que têm o Senado e a Câmara dos Deputados, representam, sim, o sentimento da maioria do povo brasileiro, como o Deputado falou aqui, agora há pouco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Para discursar.) – Muito obrigado, Vereador de Fortaleza, Deputado Estadual eleito pelo Ceará, Sargento Reginauro. Obrigado pela sua presença aqui, em Brasília, hoje – veio de Fortaleza exclusivamente para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de a gente fazer o encerramento desta sessão – o adiantado da hora já passou, e eu agradeço a paciência dos senhores, que ficaram aqui até agora –, vou facultar uns minutos, se quiserem fazer alguma consideração final, mas antes eu gostaria de ouvir o professor, que é uma referência também para os alunos que aqui estão, que é o Professor Wildemar Félix, que é o Professor Wil, como eu o chamo, e todos aqui do curso de Direito da Faculdade Mauá. Muito obrigado pela presença de vocês. Eu vou passar a palavra para o senhor e depois vou encerrar a sessão ouvindo aqui as considerações finais.

Muito obrigado.

O SR. WILDEMAR FÉLIX (Para expor.) – Primeiramente, cumprimento o Senador Eduardo Girão. Muito obrigado novamente pelo convite para poder estar aqui, novamente encerrando os trabalhos. Na sua pessoa, cumprimento os demais Senadores, os demais Parlamentares, Deputados Federais, o Deputado Estadual, Vereadores e todos os que aqui estão presentes.

Hoje estamos aqui tratando de um tema que é o mais delicado para o nosso país, porque a corrupção é uma questão tão grave que de maior ou menor grau não atinge apenas o nosso Brasil, mas atinge o mundo inteiro. E uma das coisas que me chama a atenção... Permita-me a Profa. Eliana Calmon, que foi minha professora na graduação em Direito e que hoje tenho a honra de estar aqui compondo com V. Exa. esse momento. E nas suas aulas de Direito Processual, uma das coisas que a senhora sempre frisava para todos nós é que a obediência às regras, a princípios, é que leva à longevidade da democracia de uma forma eficaz. Isso eu não esqueço. Isso eu não esqueço.

Dentro dessa premissa, eu chamo atenção de que, no aspecto moral, a corrupção é uma prática reprovável, uma prática abominável e eu considero como um câncer no nosso país. E por que eu considero como um câncer? Porque ela traz efeitos colaterais perigosíssimos para o nosso país. E qual o primeiro efeito colateral que ela traz? A descrença da população no sistema político. Quando falamos em sistema político, estamos falando aqui de todos os eleitos pelo povo, porque a soberania popular... O poder emana de quem? Do povo. E o povo está totalmente descrente do nosso sistema político. Está absurdamente descrente do Poder Judiciário, diante das aberrações, dos absurdos que todos os dias nós acompanhamos no Poder Judiciário, e que vêm simplesmente dilacerar a nossa democracia.

A democracia sangra! A democracia sofre de uma forma de que... Numa palestra me perguntaram... Pela ocasião da morte da rainha, algumas colônias britânicas queriam a independência. E me perguntaram a minha posição. "Qual é a sua posição acerca de essas colônias britânicas que estão no Caribe buscarem a independência?". A primeira colocação que fiz foi a seguinte: a partir do momento em que eles buscam a sua independência, eles vão abrir espaço, um espaço monstruoso para a corrupção. A democracia de longe é o melhor regime, é o melhor sistema. Porém, o câncer generalizado é que nos deixa, como o próprio Senador Guaracy citou, guerreiros nesse momento, para que no futuro os nossos herdeiros, a próxima geração possa ter um resultado eficaz de que aqui hoje estamos fazendo história, lutando, aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trancos e barrancos, num país totalmente dividido por uma polarização política e um povo descrente, porque hoje, pasmem, a que ponto nós chegamos!

Nós estamos aqui a poucos dias da eleição. E eu falava hoje para o grupo, quando entrava aqui no Congresso Nacional, que no próximo domingo, todos nós teremos a missão de decidir o que é melhor para o nosso país, mas que é lamentável que ideias e propostas não foram discutidas.

É triste isso, é triste isso. O que foi fatalmente e brutalmente ventilado com as questões ligadas ao quê? A corrupção. Foram questões ligadas exatamente à violação do princípio da estrita legalidade e do principal: de servir aqueles que são os herdeiros necessários de todos que estão inseridos no sistema político, no sistema judiciário.

E, aí, dentro dessa premissa, a corrupção, nesse impacto negativo, traz uma disposição a que eu chamo a atenção, porque, ouvindo aqui todos que participaram, eu aprendi muito mais e aqui, para concluir os trabalhos, eu digo a todos exatamente o seguinte: a dimensão da transparência e a conduta de cada agente público é que é o cerne essencial para que possamos eliminar esse câncer. E cada um de nós aqui, seja eu como servidor, sejam os Parlamentares como legitimados do povo, está aqui lutando, mas nós temos que começar com exemplo nas nossas vidas, nos nossos atos.

Ontem, no Fantástico, um flagrante, denúncia de nova corrupção. Notícias, todas, a todo momento, você vê nos jornais, corrupção. No *ranking* internacional, o nosso país ocupa hoje a 96ª posição num *ranking* de 180. Nós estamos completamente estagnados. E, nessa luta da corrupção, como disse o próprio Thomas Hobbes: "O homem é mau por natureza". E Jesus Cristo dizia: "Maldito o homem que crê no próprio homem". Então, eu digo, nesta tarde, para todos que estão aqui: parte de cada um de nós essa luta, como o Senador Guaracy citou, mas – mas – é essencial que obedeçamos à nossa Constituição, que obedeçamos ao nosso caráter, que obedeçamos ao interesse legítimo, que é o bem de todos, resguardar a vida, resguardar a liberdade, as garantias constitucionais pátrias, que são essenciais para que possamos viver numa República que de fato tenha orgulho daqueles que ocupam as posições tanto na política, quanto no Judiciário, como nas estruturas.

E o que nos falta hoje? Primeiro, a legitimidade, a legalidade de uma norma efetiva que puna a corrupção de uma forma objetiva e clara, porque infelizmente, se aqui eu for relatar todos os projetos que estão parados aqui no Congresso Nacional, e por motivação política, nem todos têm coragem de colocar numa pauta de votação assuntos que vão confrontar – confrontar – diretamente aqueles que têm alguma coisa de pendência. Tanto é que o Senador Girão chegou aqui – me lembro muito bem, tive a oportunidade de recebê-lo na Casa –, e uma das bandeiras era justamente o quê? A CPI da Lava Toga... A CPI da Lava Toga, investigar as podridões do Poder Judiciário.

Antes, no meu período de graduação, nós olhávamos para os magistrados e para os juristas com admiração, com respeito. Hoje, a gente olha com desconfiança: "Meu Deus, será? Será?". É tanta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

barbaridade que acompanhamos no dia a dia, que, simplesmente, nós nos deparamos com o descrédito. Há descrédito. Anteriormente, saiam pesquisas: "Em que o povo brasileiro mais confia?". Em primeiro lugar, era no Exército brasileiro e, em segundo lugar, no Supremo Tribunal Federal. Se hoje fizerem essa mesma pergunta, em quem o povo acredita, eu tenho certeza de que o Judiciário não estará mais nessa lista. O Judiciário não está mais nessa lista. É triste, é lamentável! É lamentável!

Há uma coisa de que nós precisamos, além de regulamentar de forma objetiva: os órgãos de fiscalização terem autonomia; as penalidades, de fato, serem cumpridas; ousadia; a separação do processo criminal e a responsabilidade objetiva daqueles que se valerem da coisa pública para benefício particular.

É doloroso para mim estar no semáforo e me deparar com uma pessoa com a plaquinha "fome". Antigamente, as pessoas chegavam para você e pediam dinheiro: "Me dá um trocado, me dá isso, me dá aquilo". Hoje as pessoas chegam para você e falam: "Me dá um prato de comida". Um dia desses, eu estava fazendo um lanche, e chegou um cidadão e falou bem assim: "Você pode me dar um pedaço disso aí que você está comendo?". Olhe só a situação!

E uma coisa que eu digo para você: hoje, muitas vezes, o reflexo de tudo isso que nós vemos é pelo enriquecimento ilícito de pessoas que usam da coisa pública para benefício particular. Que isso baste em nosso país! Acabou! Chegou a hora de que possamos simplesmente dar um basta, mas, para isso, precisa ter coragem. Precisa ter coragem! E essa coragem tem que partir não só dos legitimados aqui, no âmbito político, como daqueles que têm função pública em todas as circunstâncias. E é claro que cabe ao povo brasileiro exigir isso. Tem que exigir isso, para que, de fato, tenhamos um futuro melhor para as nossas gerações futuras. E o nosso legado, o nosso livro da vida estamos escrevendo, buscando sempre o melhor para o nosso país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Obrigado.

O SR. WILDEMAR FÉLIX – E faço um agradecimento, Profa. Eliana Calmon, pela gentileza e pela contribuição que, na minha formação, V. Exa. me trouxe. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado pela sua participação aqui, pela sua fala forte, coerente e equilibrada, Prof. Wildemar Félix, Prof. Will.

Eu queria já conceder o tempo que for necessário para as considerações finais, mas, antes, eu queria só passar um áudio que é bem curtinho. Eu prometi, e as pessoas estão cobrando aí. É apenas um áudio, não é vídeo. É o último, que fala, inclusive... O Marcos Valério fala que nomeava ministros. Então, vai um pouco ao encontro aqui do que foi falado nessas últimas participações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Agradeço novamente à *Veja*, que fez esse furo de reportagem. Esses vídeos estão todos disponíveis e esse áudio também.

Imediatamente, eu já passo a palavra. Dra. Eliana, a senhora pode começar.

Muito obrigado. Muita honra em recebê-la aqui. A senhora está conosco desde o início até o final, e a sua participação aqui é memorável.

A SRA. ELIANA CALMON (Para expor.) – Eu quero agradecer, Senador, este convite e dizer que eu tive muito prazer em estar aqui, dizendo algumas coisas.

Eu ouvi uma frase que calou muito em mim, porque eu estava achando que eu devia ficar calada, que já tinha passado o meu tempo de falar. Eu ouvi uma frase que é até de um psicólogo americano, que diz o seguinte: "A verdade silenciada é uma mentira". Eu não quero ser mentirosa!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Dr. João Pedro Gebran Neto, também muita gratidão ao senhor pela sua participação aqui conosco.

O senhor estava falando aí da questão dos recursos, que poucos países têm tantos recursos como o Brasil, protelatórios, que acabam favorecendo a impunidade. E o senhor citou a Itália como um dos que ainda é como o Brasil. E o interessante é que a Operação Mãos Limpas teve um desfecho lá em que depois o crime reagiu, não é? E a gente está vendo isso acontecer aqui também no Brasil. Eu sei que tanto o senhor como o Ministro Sergio Moro, na época Juiz da Lava Jato, e o Procurador Deltan Dallagnol – olha como são as coisas: os dois vão vir, vão estar aqui fazendo leis, vão estar aqui colaborando para essa retomada do enfrentamento à corrupção... É interessante essa correlação da Mãos Limpas com a Lava Jato, não é? Mas aqui no Brasil o desfecho vai ser diferente, se Deus quiser.

O SR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu queria dizer que o Senador Guaracy emocionou a todos nós aqui com uma fala. Eu logo me lembrei de um amigo meu que diz: "o Gebran não pode falar da família que ele chora". E vi o senhor chorando, falando da família. Realmente é a nossa fortaleza, é o nosso esteio, é onde nós encontramos conforto, abrigo, felicidade. Então, eu me emocionei muito com o senhor falando da família.

Quero dizer que foi uma honra estar aqui. Eu procurei, sobretudo, me divorciar um pouco – e compreendo a posição dos senhores – do palanque político, trazer aqui fatos que são resultado da minha vivência, da minha experiência e, talvez, muito modestamente, apresentar umas sugestões, umas sugestões para que o Brasil possa avançar, para que o Brasil possa melhorar, porque eu sou um otimista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quase incurável, Senador Guaracy. Talvez no momento a fotografia seja ruim, mas eu acho que o filme vai ser bom.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Todas as sugestões são muito bem-vindas e estão devidamente anotadas – as suas, a do Dr. Edson Fábio Garutti também –, e isso aqui é só o início.

O Senador...

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – Só uma frasezinha...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Fique à vontade.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – ... que eu acho que cabe bem neste momento. Em 11 de junho de 1865 – eu ainda não estava vivo nessa época, faz tempo –, frase do Almirante Barroso, que cabe bem nesse momento: "O Brasil espera que cada um cumpra com a sua missão". Isso ele disse no início da Batalha de Riachuelo, que era elementar para vencer a Guerra da Tríplice Aliança. Então, ele disse: "O Brasil espera que cada um cumpra a sua missão. Sustentai o fogo, que a vitória será nossa". (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Cumprida a finalidade desta reunião, eu a declaro encerrada.

Gratidão a todos.

(Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 25 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e cinquenta e oito minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Telmário Mota, Zenaide Maia e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Eliane Nogueira, Mara Gabrilli, Rodrigo Cunha, Marcos do Val, Irajá, Carlos Portinho, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 38, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar sugestões do setor da construção civil e de especialistas em licitações e contratos administrativos, visando ao aperfeiçoamento da atuação institucional do Tribunal de Contas da União em seu papel de fiscalização das obras públicas (com ênfase na supervisão de preços contratuais, cf. Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário); e avaliar possíveis soluções para o problema das obras paralisadas por determinação da Corte de Contas." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN) e outros.. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 49, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a metodologias e sistemas de realização de pesquisas eleitorais de intenção de voto, com a presença dos representantes dos principais institutos de pesquisa do país, de cientistas políticos e de outros especialistas na área." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 134, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 135, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 134/2016, nos termos do substitutivo, e pelo arquivamento do PLS 135/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (MDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3183, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para dispor sobre a divulgação do valor das mensalidades dos cursos financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3614, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 5544, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para prever a penalidade de reembolso do valor do frete a empresas que descumpram o prazo de entrega de produtos acordado em contrato." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e zero minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/10/25

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Bom, estamos sem quórum para votar inclusive as atas. Temos apenas quatro Senadores presentes, e precisamos de nove.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou encerrar a presente sessão, mas deixando aqui um apelo para que os Senadores compareçam a esta Comissão. Nós temos que votar inclusive as emendas à Lei Orçamentária Anual (LOA). É importante que os Senadores compareçam a esta Comissão, que é importante não só para o Senado Federal, mas para toda a sociedade brasileira, que espera muito deste Senado. Nós temos uma pauta a ser votada.

Queria também fazer um apelo à Secretaria. Na próxima terça-feira será véspera de feriado, será difícil conseguir quórum. Para o dia 8 de novembro queria fazer um apelo à Secretaria que ligasse para todos os gabinetes de todos os Senadores membros desta Comissão para que nós pudéssemos votar no dia 8 não só as emendas à LOA (Lei Orçamentária Anual), mas também que consigamos votar os projetos terminativos que estão na pauta já tem algum tempo sem votação. Então, peço à Secretaria que faça um apelo aos gabinetes dos Parlamentares para que estejam presentes aqui no dia 8, às 14h30.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e sete minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Esperidião Amin e Marcos do Val, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Bolsonaro, Mara Gabrilli, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Carlos Portinho, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Jaques Wagner, Telmário Mota, Julio Ventura e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Jarbas Vasconcelos, Roberto Rocha, Flávio Arns, Mecias de Jesus, Humberto Costa e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 65, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora PAULA ALVES DE SOUZA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 64, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora CARLA BARROSO CARNEIRO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO e aos Organismos Internacionais Conexos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 76, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Tunísia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Nilda Gondim. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 77, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MÁRCIO FAGUNDES DO NASCIMENTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Haxemita da Jordânia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 5 - Mensagem (SF) n° 3, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor EVALDO FREIRE, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica da Mauritânia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Marcos do Val (*Ad hoc*), substituiu Senadora Eliane Nogueira. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 6 - Mensagem (SF) nº 7, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor LEONARDO CARVALHO MONTEIRO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Marcos do Val (*Ad hoc*), substituiu Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 7 - Mensagem (SF) nº 8, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Nilda Gondim. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo nº 924, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais, concluída em Viena, em 21 de março de 1986, sob a condição de formulação de reserva aos seus artigos 25 e 66." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcos do Val (*Ad hoc*), substituiu Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo nº 974, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã, assinado em Brasília, em 2 de julho de 2018." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo nº 987, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade da Dominica, assinado em Roseau, em 7 de julho de 2014." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho (*Ad hoc*), substituiu Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo nº 1102, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e os Estados de Guernsey para o Intercâmbio de Informações Relativas a Matérias Tributárias, celebrado em Londres, em 6 de fevereiro de 2013." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho (*Ad hoc*), substituiu Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo nº 1104, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Iêmen, celebrado em Brasília, em 6 de agosto de 2014." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a República da Áustria, assinado em Brasília, em 3 de setembro de 2014." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Seychelles, assinado em Seychelles,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em 19 de maio de 2015." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcos do Val (*Ad hoc*), substituiu Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 263, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados, assinado em Lima, em 1º de outubro de 2012." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcos do Val (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 254, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia na Área de Educação, assinado em Nairóbi, em 6 de julho de 2010." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcos do Val (*Ad hoc*), substituiu Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 256, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto das Emendas à Convenção Internacional sobre Medida de Tonelagem de Navios, de 1969, assinado em Londres, em 4 de dezembro de 2013." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcos do Val (*Ad hoc*), substituiu Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 17, de 2022** que: "Requer, nos termos do parágrafo 2º, do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de solidariedade ao povo iraniano, em particular às mulheres do Irã, pela luta em favor da liberdade e dos direitos humanos no país." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Esperidião Amin
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO
22/11/2022 - 14ª - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Fala da Presidência.) - Declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Conforme pauta publicada, a presente reunião está dividida em duas partes.

Quero saudar de maneira muito especial e com muito carinho a Senadora Nilda Gondim, que já se faz presente. Os demais Senadores estão vindo da sessão da Comissão de Constituição e Justiça, assim como eu vim. Estão se desincumbindo lá da sua tarefa.

A primeira parte será dedicada à apreciação de indicação de sete embaixadores para postos no exterior. A segunda parte destina-se à apreciação de projetos de decreto legislativo referentes a acordos internacionais.

Convido para sentarem-se aqui à mesa os seguintes Embaixadores indicados: Carla Barroso, indicada à FAO; Paula Alves, indicada à Unesco; Fernando Abreu, indicado à Tunísia; e Márcio Fagundes, destinado à Jordânia.

Esclareço ainda que estamos convidando também a participarem remotamente os Srs. Embaixadores Evaldo Freire, indicado à Mauritânia; Leonardo Monteiro, indicado à Guiné Equatorial; e Rubem Amaral, indicado ao Sudão.

A segunda parte se destina a apreciar os acordos.

Esclareço que a votação para os embaixadores indicados será obrigatoriamente presencial, por meio de duas urnas de votação secreta, estando uma em frente a este Plenário e outra aqui em seu interior. Portanto, nós estamos admitindo a participação remota dos Srs. Embaixadores, até porque, somente no dia de ontem nós tivemos liberada a relação de indicações já em condição de receberem parecer, e muitos não tiveram como se deslocar até aqui.

Registro ainda com satisfação a presença aqui entre nós do Senador Marcos do Val, nosso Vice-Presidente, que, daqui a pouco, virá me substituir em eventual saída, mas, se ele quiser participar aqui da mesa, será um prazer. E o Senador Nelsinho Trad também.

Para otimizar os trabalhos, as sabatinas começarão com as considerações iniciais do Relator do primeiro indicado; em seguida, será concedida a palavra ao respectivo embaixador, por até 15 minutos, para a sua posição inicial, incluindo o planejamento estratégico que já foi apresentado para o posto ao qual foi indicado. Por fim, será aberta a fase de inquirição pelas Sras. Senadoras e pelos Srs. Senadores inscritos, com duração de cinco minutos por Senador, organizados em blocos de três Senadores.

A resposta do sabatinado será a todos os questionamentos do bloco e terá duração de cinco minutos, podendo haver réplica e tréplica por dois minutos.

O procedimento será repetido para cada sabatina.

Ao final das sete arguições, será realizada a votação e, por fim, a apuração dos votos.

Nesta condição...

A lista dos presentes. *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Concedo, portanto, a palavra, na forma das diretrizes que eu expus há pouco - se houver alguma dúvida, eu repetirei -, à Sra. Carla Barroso, indicada à FAO, registrando aqui a presença do nosso querido Senador Nelsinho Trad, que foi um exemplar Presidente desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no nosso primeiro biênio desta legislatura.

Com a palavra, Sra. Carla, por até... *(Pausa.)*

As considerações iniciais do Relator do primeiro indicado, que é o Senador Nelsinho Trad, e, depois, com a palavra a indicada, por até 15 minutos.

(É o seguinte o item:

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 64, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora CARLA BARROSO CARNEIRO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO e aos Organismos Internacionais Conexos.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação)

Portanto, eu concedo a palavra ao Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Pela ordem.) - Sr. Presidente, antes, porém, pela ordem, eu solicito a V. Exa. que possa abrir o painel, para que aqueles que se sentirem confortáveis já possam fazer a sua votação, até para a gente aproveitar o quórum, porque a gente sabe que tem várias Comissões com debates, com sabatinas.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Eu espero que nós tenhamos alcançado o quórum.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) - Sim. Precisa-se de 11, não é?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Nós temos dois, quatro...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) - Tem nove.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - ... cinco. Já temos nove.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) - Já podemos.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Assim que V. Exa. terminar as suas palavras, antes de conceder a palavra à Embaixadora Carla, eu abrirei.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Como Relator.) - Sim.

Sr. Presidente Esperidião Amin, demais colegas aqui presentes, Embaixadora Carla e Embaixadora Paula, chega ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz da Sra. Carla Barroso Carneiro, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e aos organismos internacionais conexos.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente e deliberar por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo da diplomata.

Ela é filha de José Pereira Carneiro e Dila Barroso Carneiro. Nasceu em Pirassununga, São Paulo, em 21 de janeiro de 1970.

No Instituto Rio Branco, de 1993 a 1995, frequentou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em 2002, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e, em 2008, o Curso de Altos Estudos, no qual defender a tese, aprovada com louvor, sob o título "A Diplomacia Energética do Japão".

Em 2003, tornou-se Mestre na Sorbonne Nouvelle pelo Instituto de Altos Estudos da América Latina, com defesa da tese "A Economia Política do Acordo Brasil-FMI de 1998". Em 2006, tornou-se especialista em Economia pela Universidade dos Andes, na Colômbia.

A diplomata foi nomeada Terceira-Secretária em 1995; Segunda-Secretária em 2000. Por merecimento, chegou a Primeira-Secretária em 2005; a Conselheira em 2008; a Ministra de Segunda Classe em 2012; e a Ministra de Primeira Classe em 2021.

Foi agraciada com as seguintes condecorações nacionais: Medalha do Mérito Tamandaré (1999); Ordem do Rio Branco, Grau Comendador (2011); Ordem do Rio Branco, Grau Grande Oficial (2015).

Desempenhou diversas funções no Brasil e no exterior, com destaque para: de 2000 a 2003, Encarregada dos Temas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) na Embaixada do Brasil em Paris e, posteriormente, Chefe do Setor de Promoção Comercial (Secom); de 2003 a 2006, Chefe do Setor de Cooperação Técnica e Educacional e Chefe da Secom, encarregada de temas de energia na Embaixada do Brasil em Bogotá; de 2006 a 2008, Chefe do Setor de Energia e Chefe da Secom da Embaixada do Brasil em Tóquio; de 2013 a 2015, Assessora Especial para Assuntos Internacionais da Casa Civil da Presidência da República; e, desde 2020, Chefe da Assessoria Especial Internacional do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e sobre os Organismos Internacionais Conexos (Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola e Programa Mundial de Alimentos).

Nos termos do documento informativo do Ministério das Relações Exteriores, a organização é integrada por 195 membros e 2 Estados associados, sendo o Brasil um de seus fundadores. Cuida-se de agência especializada das Nações Unidas, de caráter intergovernamental. O mandato da FAO consiste em ajudar países a eliminar a fome, melhorar a nutrição, aumentar a produtividade agrícola, elevar o nível de vida da população rural e contribuir para o crescimento da economia mundial.

Sendo importante produtor e exportador mundial de alimentos e dada sua rica biodiversidade, vasta extensão florestal e detentor de uma das maiores reservas de água doce do planeta, o Brasil não poderia estar alheio às atividades da FAO, que constitui um dos principais foros internacionais sobre questões agrícolas.

Há projetos de cooperação técnica ou emergencial da FAO em andamento para os quais o Brasil se comprometeu a apoiar financeiramente. Em outros 12, o Brasil é beneficiário de cooperação.

Com relação à parceria entre Brasil e Fida, ela foi iniciada em 1980, com envolvimento do Governo Federal e de instâncias estaduais, com o fim de apoiar o país em seus esforços para melhorar as condições econômicas e sociais de comunidades rurais de mais baixo índice de desenvolvimento humano.

Por fim, o PMA, que é o maior organismo de assistência humanitária das Nações Unidas, tem ações alinhadas com as diretrizes e posições brasileiras em matéria de cooperação humanitária. Da parceria com o Brasil foi estabelecido, em 2011, o Centro de Excelência contra a Fome, sediado em Brasília, com o objetivo de apoiar países em desenvolvimento, em especial africanos e latino-americanos, na formulação e implementação de seus próprios programas nacionais de segurança alimentar, unindo a alimentação escolar saudável e sustentável à produção agrícola de pequena escala.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente relatório.

E assim, Sr. Presidente, peço a V. Exa. e aos demais pares que votem favoravelmente à Embaixadora Carla Barroso Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Querido Sr. ex-Presidente e meu sempre Presidente Nelsinho Trad, eu quero cumprimentá-lo pelo seu relatório, especialmente pela relevância que o Brasil tem hoje no mundo, protagonismo, em matéria de suprimento de alimento para a humanidade, a importância que nós temos.

Mas eu tenho que aqui dar prosseguimento à reunião e, antes de passar a palavra para a Embaixadora, consulto os Srs. e as Sras. Senadores se a arguição que se seguirá e a própria apresentação que se seguirá podem continuar em reunião aberta. *(Pausa.)*

Creio que todos concordam, e, por isso, atendendo à deliberação do Plenário, passamos à arguição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Antes, porém, transformando... Antes, porém, me cabe fazer a seguinte menção: o Senador Nelsinho Trad se houve no tempo determinado, e eu concedo a palavra à Embaixadora Carla Barroso Carneiro, indicada para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à FAO e aos Organismos Internacionais Conexos, por 15 minutos.

Esclareço que, a partir de agora, a urna, para fins de votação, fica aberta. Determino, portanto, que se abra a votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Com a palavra a Sra. Carla.

A SRA. CARLA BARROSO CARNEIRO (Para expor.) - Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; Exmo. Sr. Senador Relator, a quem agradeço pelas generosas palavras, às quais procurarei fazer jus; Exma. Sra. Senadora; Exmos. Srs. Senadores; caros colegas e queridos amigos, representar e defender os interesses do Brasil nas três agências do sistema ONU ligadas à agricultura, à segurança alimentar e à nutrição é defender os interesses advindos da complexidade do cenário brasileiro da produção agrícola e da segurança alimentar.

Por um lado, o Brasil é uma potência do agronegócio... *(Falha no áudio.)*

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. CARLA BARROSO CARNEIRO - Posso continuar?

Perdão pela interrupção.

Por um lado, o Brasil é uma potência do agronegócio que é responsável, considerada toda a cadeia dos insumos aos serviços, por mais de 20% do PIB do país, onde emprega 18 milhões de pessoas. Com menos de 30% do seu território dedicado à agricultura, mundialmente, segundo dados recentes da CNA, as exportações brasileiras de produtos agrícolas corresponderam a cerca de 7% do comércio mundial do setor em 2021.

(Interrupção do som.) (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Sanado o problema, devolvo-lhe a palavra. Continue, por favor.

A SRA. CARLA BARROSO CARNEIRO - Bom, continuando, o que eu estava dizendo é que representar os interesses do Brasil nessas três agências da ONU que são ligadas à agricultura e à segurança alimentar é representar os interesses de um cenário complexo tanto na produção agrícola quanto na segurança alimentar.

Por um lado, o Brasil é, sim, uma potência do agronegócio e é um protagonismo que não é acidental. Ao contrário, esse é um protagonismo que é o resultado de um esforço da sociedade, do Estado e do setor privado brasileiros, que, ao longo de décadas, vêm investindo no que hoje é um robusto sistema de pesquisas agropecuárias que tornaram o Brasil uma referência mundial em agricultura tropical sustentável. Por outro lado, Exmos. Srs. Senadores, também é verdade que, embora o Brasil seja também uma referência mundial em políticas públicas de transferência de renda e de segurança alimentar, nós enfrentamos, neste momento, o desafio da insegurança alimentar, que atinge cerca de 30 milhões de brasileiros. Paradoxalmente, parte importante desse contingente de pessoas enfrenta a pobreza rural.

Importa aqui dizer que a situação do Brasil não está isolada; muito ao contrário, ela está num contexto de crise mundial de sistemas alimentares. Segundo essas agências especializadas da ONU, cerca de 12% - 12%! - da população mundial - são 980 milhões de pessoas ao redor do mundo - enfrentam, neste momento, em nível leve, moderado ou grave, a insegurança alimentar. Dessas, cerca de 750 mil pessoas, Exmo. Sr. Senador, estão em estado de inanição, porque são 980 milhões em estado de insegurança, mas 750 mil em estado de inanição, portanto, enfrentando o perigo de morte imediata neste momento em que aqui estamos. É uma situação mundial que é multifatorial, que tem a ver com o conflito na Rússia, que tem a ver com o pós-covid, que tem a ver com as crises climáticas que diminuíram os índices pluviométricos e afetaram as plantações. É uma situação realmente complexa e multifatorial.

E é essa diversidade de interesses que tem que ser refletida nas posições brasileiras que serão defendidas, caso eu venha a ser aprovada por V. Exas., na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, no Fida (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola) e no Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Essas três organizações, resumidamente, têm como mandato ajudar os países a eliminar a fome, melhorar a nutrição, aumentar a produtividade agrícola, elevar o nível de vida da população rural e contribuir para o crescimento da economia mundial. Se é verdade que no Brasil a situação e o cenário de produção agrícola e segurança alimentar são complexos, também é um cenário complexo aquele que existe nessas três agências. Ali estão refletidos os interesses dos países que são os principais atores no mercado mundial agrícola. Portanto, é natural que ali convivam interesses diferentes, interesses esses que terão que ser objeto da atuação da missão, caso eu venha a ser aprovada por V. Exas. Esses interesses,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

muitas vezes, chegam a antepor os interesses de países: grandes países agroexportadores - muitos deles países em desenvolvimento, como o Brasil - e países que são grandes importadores agrícolas, que, às vezes, buscam impor critérios ao comércio internacional que podem restringir a livre circulação desses bens, o que pode, inclusive, piorar a situação atual de insegurança alimentar que enfrenta o mundo.

Com o objetivo de me restringir estritamente ao tempo que me foi concedido, eu pretendo listar apenas algumas características de cada uma dessas três agências à medida que eu for, resumidamente, tratando de três das 19 principais metas que compõem o planejamento estratégico que foi transmitido a esta Comissão.

A primeira dessas metas é a de procurar aumentar o volume de captação de recursos, inclusive de fundos climáticos, via Fida, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, inclusive utilizando o processo de aprendizado, de que tive oportunidade de fazer parte, de negociação de um acordo que o BNDES fez com o Fida recentemente.

A segunda dessas metas tem a ver com promover o que eu venho chamando de "tropicalização" dos indicadores, dos quatro principais relatórios e dos estudos dos sete comitês e três comissões da FAO.

A terceira dessas metas é analisar a possibilidade de nos movermos em direção a uma segunda fase da Cooperação Sul-Sul fechada pelo Brasil via Centro de Excelência contra a Fome, que é um escritório do PMA no Brasil.

Então, entrando na primeira dessas metas, ela está relacionada ao Fida. O Fida é o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. Ele é a mais jovem dessas três agências; foi criado em 1977 e iniciou suas operações em 1978. Cada ciclo de capitalização e desembolso tem levado cerca de três anos e meio, de forma que atualmente estejamos no 12º ciclo. Desde sua criação, o fundo operou financiamentos diretos da ordem de US$23 bilhões, o que o torna um ator importante nos financiamentos para o desenvolvimento agrícola mundial.

O Brasil opera nesse fundo tanto como doador quanto como captador de recursos. O Brasil está na lista C3 de doadores e, no 12º ciclo, que está em operação atualmente, aportou ao fundo US$6 milhões. Mas o Brasil é um captador líquido de recursos nesse fundo. Desde 1978, o Brasil captou US$1,18 bilhão do fundo, recursos esses que foram empregados em cerca de 900 municípios no Brasil. Esses são empréstimos de baixo custo, comparados com outras fontes, além de que eles vêm com assistência técnica e uma equipe capacitada inclusive para monitoramento e prestação de contas após utilização desses recursos.

É por esse diferencial dos recursos provenientes do Fida que a primeira das três metas indicadas corresponde à incorporação do processo de aprendizado desse contrato que está sendo finalizado pelo BNDES.

Sr. Senador, eu tive a oportunidade de apoiar o BNDES na negociação desse contrato. São US$200 milhões que serão empregados para até 250 mil famílias espalhadas por 85 mil hectares do Semiárido brasileiro. Além de ser uma área prioritária, inclusive para a insegurança alimentar que hoje o Brasil enfrenta, esse foi um projeto muito inovador, porque ele captou recursos de um fundo climático do qual o Brasil, infelizmente, ainda desembolsa menos do que seria o seu potencial via Fida. Então, essa seria, Sra. Senadora, a primeira das metas: aumentar o volume de captações via Fida, utilizando o Fida como um canal para recursos de fundos climáticos.

Passando para a segunda das metas, a segunda meta tem a ver com o que eu tenho chamado de "tropicalização" dos indicadores produzidos nos estudos dos sete comitês e três comissões da FAO. A FAO é a mais antiga dessas organizações. Ela foi fundada em 1945, tem hoje 194 membros, sendo o Brasil o oitavo maior contribuinte.

A FAO abriga duas importantes convenções internacionais, a Convenção Internacional para a Proteção de Plantas e o Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura. Além desses instrumentos juridicamente vinculantes, na FAO são formulados guias de conduta que, embora sejam voluntários, têm sido frequentemente incorporados às legislações dos principais países importadores de produtos agrícolas. E é por isso que é fundamental acompanhar a elaboração desses estudos.

Eu vou dar um exemplo muito concreto que tem a ver com o Subcomitê de Pecuária, do Comitê de Agricultura. Como eu mencionei, há sete comitês temáticos. Desses sete comitês temáticos, quatro são substantivos: um tem a ver com pesca e aquicultura, inclusive é o único comitê em todo o sistema ONU que se dedica exclusivamente à pesca e à aquicultura; o outro tem a ver com florestas; o outro, com produtos de base; e finalmente há um comitê de agricultura. Sob esse comitê, há um Subcomitê de Pecuária. Esse Comitê de Pecuária mandatou, ao longo deste ano de 2022, quatro estudos que deverão ser entregues pela organização aos países-membros que mandatarão esses estudos em 2024. O que acontece é que, ao longo do ciclo de projeto de elaboração desses estudos, tipicamente, o secretariado absorve o mandato e faz uma consulta pública da qual participam universidades, institutos de pesquisa e consultorias do mundo inteiro. Infelizmente, apesar da robustez do sistema de pesquisas agropecuárias brasileiras, é rara a participação de institutos de pesquisa brasileiros. E é por isso que esta é a segunda meta do planejamento estratégico: a de disseminar junto ao MCTI, à Capes, ao CNPq, ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MEC e ao Mapa, que inclusive está criando um observatório da agricultura, esses estudos para que a gente possa estimular a participação de institutos de pesquisa brasileiros.

E vejam como isso é importante. Um desses quatro estudos mandatados justamente tem a ver com pecuária e clima. E eu suponho que V. Exas. talvez tenham acompanhado o fato de que a União Europeia está se movendo em direção a critérios mais estritos, inclusive com possível rastreabilidade das exportações do mundo inteiro que para lá sejam encaminhadas. Nesse contexto, é fundamental que seja incorporado nesse estudo o trabalho que começou em 2001 da Embrapa Gado de Corte, que permite a rastreabilidade completa da produção agropecuária, mediante a implantação de *chips* no gado de corte, mesmo que ele seja criado em pastagens livres. Então, essa seria a segunda meta que eu viria a perseguir, caso venha ser aprovada por V. Exas.

A terceira meta consiste na análise da possibilidade de expansão da Cooperação Sul-Sul prestada pelo Brasil por meio do Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos. E aí eu aproveito para falar um pouquinho mais do Programa Mundial de Alimentos. O Programa Mundial de Alimentos foi criado em 1961 e tornado permanente em 1965. Ele tem um duplo mandato: por um lado, prestar assistência direta àquelas populações que enfrentam situações de insegurança alimentar; e por outro procurar estimular os países a que eles construam internamente uma robustez dos seus sistemas alimentares de forma que eles não se vejam enfrentando continuamente a situação da insegurança alimentar. Foi em função desse primeiro mandato que, em 2017, o PMA entregou, na forma de assistência direta, 86 milhões de refeições a pessoas espalhadas em todo o mundo.

Em 2021, como resultado e como retrato da crise alimentar que todo o mundo enfrenta nesse momento, esse número subiu para 128 milhões de pessoas espalhadas em 83 países. É em função desse trabalho que, em 2020, o PMA recebeu o Prêmio Nobel da Paz.

(Soa a campainha.)

A SRA. CARLA BARROSO CARNEIRO - Eu tenho três minutos só; faltam só dois minutinhos.

Esta, então, seria a terceira meta: a de procurar expandir a Cooperação Sul-Sul, que é oferecida pelo Brasil, dentro do Centro de Excelência contra a Fome do PMA, auxiliando assim o segundo mandato do PMA, que é o de não só prestar assistência direta às pessoas que estão enfrentando uma situação de insegurança alimentar, mas também o de fazer com que os países sejam resistentes a essas crises e possam futuramente, se possível, não enfrentar novas crises. O Brasil já vem prestando essa cooperação desde 2011, quando esse centro de excelência foi fundado no Brasil, e hoje há 54 países que já integraram essas tecnologias.

Com isso eu termino, Srs. Senadores, a minha fala.

Eu gostaria apenas de terminar dizendo que foi com um profundo senso de responsabilidade que eu recebi essa indicação. Caso eu venha a ser aprovada por V. Exas., eu asseguro aos senhores que me empenharei para fazer jus à confiança que me foi concedida.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Eu quero cumprimentá-la muito efusivamente e pedir desculpas pela interrupção. A senhora se houve muito bem, apesar da cacofonia ocorrida, se é que eu posso dizer, que é de nossa responsabilidade em função da reunião.

A propósito disso, pedindo atenção especial ao Senador Nelsinho Trad, a reunião é interativa, é transmitida ao vivo, conforme foi deliberado, e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.legislativo.br/e-cidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Quero registrar com profunda satisfação, Senador Nelsinho, registrando aqui a presença do Senador Flávio Bolsonaro... Eu quero...

Senador Flávio, espero que a urna seja confiável.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) - Oi?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Espero que a urna seja confiável. *(Risos.)*

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) - Eu também espero.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Eu quero registrar que nós já recebemos cinco perguntas no e-Cidadania: uma, de São Paulo; outra, do Distrito Federal; outra, do Pará; outra, de Pernambuco; e, finalmente, mais uma, do Distrito Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu vou passar as perguntas para a senhora, porque são perguntas conexas, mas muito apropriadas.

Vou passar para o tópico seguinte.

Em primeiro lugar, quero pedir desculpas à Embaixadora Paula. A sua Relatora, nossa Senadora Mara Gabrilli, está, neste momento, concluindo um procedimento de assistência médica, pelo que estou informado, por isso a senhora foi substituída aqui pelo Embaixador Fernando Abreu, que tem o privilégio de ter como Relatora a mais pontual de todos nós hoje aqui, minha querida amiga Senadora Nilda Gondim, a quem cabe relatar a sua indicação.

(É o seguinte o item:

1ª PARTE

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 76, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Tunísia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Nilda Gondim

Relatório: Pronto para deliberação)

Então, eu passo a palavra à Senadora Nilda Gondim, pelo prazo de cinco minutos, para as suas considerações iniciais.

O Senador Carlos Portinho já foi muito comentado aqui hoje.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Obrigado, eu espero que bem.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - A sua palavra apareceu aqui.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Ah, é?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - O senhor entrou...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Jura?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - O senhor estava falando no celular aberto, e nós... Eu fiz o possível para reduzir o volume, para não participar da sua conspiração, mas, em parte, ela vazou.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) - A nossa vida é pública, então...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Mas não tão pública assim, não é? *(Risos.)*

Com a palavra, a nossa querida Relatora, a Senador Nilda Gondim.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) - Obrigada, Sr. Presidente, pelas palavras e pelos elogios, é claro.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Merecidos.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relatora.) - Mas o senhor é suspeito para falar.

Eu quero cumprimentar a Carla pela exposição de motivos que ela apresentou aqui e pela necessidade desse trabalho gigante que a senhora vai enfrentar agora, como representante do Brasil lá, com certeza, parabéns. As mulheres estão, cada vez mais, aumentando e ampliando espaços, graças a Deus.

Vamos ao relatório.

Vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Fernando José Marroni de Abreu, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Tunísia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente e deliberar por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do indicado.

O Sr. Fernando José Marroni de Abreu nasceu em 17 de março de 1957, em São Borja, Rio Grande do Sul. É filho de Fernando da Encarnação Abreu e de Lygia Marroni de Abreu. Graduou-se em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1979. Na Universidade de Brasília, cursou Ciências Econômicas e Relações Internacionais. Possui o título de mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Paris 1, Pantheon-Sorbonne (1988).

Foi nomeado Terceiro-Secretário em 1982; promovido a Segundo-Secretário em 1986, a Primeiro-Secretário em 1994, a Conselheiro em 2000, a Ministro de Segunda Classe em 2005 e a Ministro de Primeira Classe em 2010.

Exerceu diversas funções no Brasil. Foi Secretário substituto da Secretaria de Informações no Exterior, de 1994 a 1995; assessor internacional e chefe de gabinete do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, em 1998; Conselheiro do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, em 1999; chefe de gabinete do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de 2000 a 2002; assessor especial e chefe de gabinete do Ministério da Defesa, de 2002 a 2003 e de 2003 a 2005, respectivamente; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) em 2003; Diretor na Agência Brasileira de Cooperação (2012 a 2015); Subsecretário-Geral da Subsecretaria-Geral Política III (2015 a 2016); e Subsecretário-Geral na Subsecretaria-Geral da África e do Oriente Médio (2016 a 2018).

No exterior, serviu como Primeiro-Secretário na Embaixada em Roma (1995 a 1998); Ministro-Conselheiro na Embaixada em Madri (2005 a 2008); Embaixador na Embaixada em Amã (2008 a 2012); e, desde 2018, é representante permanente no Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola e Programa Mundial de Alimentos.

O diplomata foi agraciado ao longo da carreira com distintas condecorações.

Em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) sobre a República da Tunísia.

Segundo o documento, a República da Tunísia conta com população de aproximadamente de 11,8 milhões de habitantes e área de 163,6 mil km². Seu Produto Interno Bruto em poder de compra (PIB-PPP) alcançou em 2020 o montante de US$123,57 bilhões, o que lhe propicia PIB *per capita* em poder de compra de US$10.380. O país ocupava em 2019 a posição de número 95 no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Situada na costa do Mar Mediterrâneo, a Tunísia é uma das nações islâmicas mais ocidentalizadas e liberais do mundo árabe. Favorecido por belas praias, bem como ruínas de civilizações antigas, o país prospera como destino turístico. Palco da chamada Revolução de Jasmim de 2011, que derrubou a ditadura de Ben Ali, a Tunísia inspirou outros levantes na região, dando origem à denominada Primavera Árabe.

No plano bilateral, o Brasil foi dos primeiros países a reconhecer a independência da Tunísia, em 1956. No mesmo ano, foi instalado consulado brasileiro em Túnis, e, em 1961, foi aberta embaixada residente no país. Desativada temporariamente em 1999, por motivos orçamentários, a missão diplomática brasileira foi reaberta em 2001. Desde então, foram realizadas importantes visitas dos respectivos chanceleres.

Após a referida revolução tunisiana de janeiro de 2011, verificou-se intensificação nas relações bilaterais no âmbito da maior inserção internacional da Tunísia. Também nesse sentido, foi assinado Acordo-Quadro entre o Mercosul e a Tunísia em 2016.

No campo econômico-comercial, as relações Brasil-Tunísia ainda estão aquém de seu potencial. Outrora o fluxo comercial era centrado na importação de fosfatos e na exportação de açúcar. Esse cenário mudou. Dessa maneira, o Brasil passou a exportar mais soja que açúcar e a importar fertilizantes, azeite de oliva e frutas, como tâmaras e figos.

Quanto à cooperação técnica bilateral, ela está amparada pelo Acordo de Cooperação Técnica, vigente desde 2002. Dois projetos se destacam: o cultivo de eucalipto, iniciado em 2016, para reflorestação e exploração comercial, sob os auspícios da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); e, desde 2018, a reestruturação da Agência de Cooperação Técnica Tunisiana (ACTT) que objetiva o fortalecimento das capacidades institucionais da ACTT, em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação e financiamento do Banco Islâmico de Desenvolvimento.

Observo, por fim, que as informações prestadas pelo Itamaraty são silentes no tocante à comunidade de brasileiros em território tunisiano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Eis aí, nosso Presidente, o relatório do Embaixador Fernando José de Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Primeiro, quero louvar a Senadora Nilda, que, além de zelosa e dedicada no cumprimento do seu dever, respeitou absolutamente o prazo. Então, meus cumprimentos - vou até pedir para o Senador Veneziano colocar no boletim de avaliação filial uma moção de louvor. *(Risos.)*

Antes de passar a palavra ao nosso indicado, o Embaixador na Tunísia, eu não posso deixar de fazer um registro sobre algo que a senhora mencionou.

Todos nós sabemos o que representou a Primavera Árabe ou temos notícia dela. Eu não sei se o senhor leu o livro *A Grande Degeneração*, do Niall Ferguson...

O SR. FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU (*Fora do microfone*.) - Não.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - ... em que ele fala sobre um dos pilares da democracia representativa e cita o exemplo do "micromicroempresário" que vendia frutas, laranjas e foi reprimido pela polícia em Túnis: tomaram a balança que ele tinha comprado, além de terem tomado as frutas, e ele se incendiou. E foi aí que se derramou não apenas na Tunísia, mas especialmente no norte da África, o que se chama hoje de Primavera Árabe. Eu não vou fazer balanço, porque é muito complicado, mas é algo comparado aos que passam fome e hoje são objeto de preocupação de todos nós, até pelas agravantes criadas pelo ser humano, não pela natureza, como é o caso da guerra da Ucrânia - isso foi criado por nós, seres humanos.

E eu quero só preveni-lo de que nós já temos cinco perguntas - antes de o senhor falar - oriundas de Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná. Ninguém de São Borja. Deve ter havido algum problema com o Heinze. *(Risos.)*

O Heinze, que foi Prefeito de São Borja - eu o conheci quando Prefeito de São Borja -, produziu a seguinte frase entre o Brizola e o Alceu Collares: "Como é que vocês deixaram esse alemão ser Prefeito da nossa terra? E do PDS ainda por cima!".

Eu quero passar-lhe a palavra, mas as perguntas eu lhe passarei depois por uma questão de tratamento isonômico ao dado à nossa Embaixadora Carla.

O SR. FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU (Para expor.) - Exmo. Sr. Senador Esperidião Amin, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Sra. Senadora Nilda Gondim e minha Relatora também, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, senhoras e senhores, caros colegas - eu queria também em uma nota pessoal registrar a presença da minha mulher e da minha filha -, senhores telespectadores e assistentes por vídeo, eu inicio minha apresentação agradecendo a indicação do Senhor Presidente da República e do Ministro de Relações Exteriores para esse posto caso venha, evidentemente, a receber a aprovação desta Comissão e, posteriormente, do Plenário.

Ademais de agradecer o trabalho da Senadora Nilda Gondim, eu queria fazer um agradecimento muito especial, porque entendo que não é um relatório normal, é um relatório que já facilita a minha apresentação, Sr. Presidente. A Senadora foi muito além de um relatório formal, pró-forma; já antecipou uma série de informações, já analisou o contexto político e econômico em que se encontra a Tunísia e também a relevância do relacionamento bilateral. Então, isso, de uma certa maneira, já facilita a minha apresentação.

E eu vou procurar me ater ao planejamento estratégico e também fazer algumas breves observações sobre a riquíssima história da Tunísia. Eu não vou retroceder ao século XII antes de Cristo, Senador, porque precisaria de dias, mas é uma história riquíssima, e eu queria fazer algumas breves notas.

A Tunísia foi criada pelos fenícios, Cartago, que foi o grande rival de Roma. Roma só conseguiu dominar o Mediterrâneo depois de vencer as Guerras Púnicas contra Cartago. E o Mare Nostrum só se tornou o Mare Nostrum depois da vitória final sobre Cartago, que foi totalmente aniquilada e dizimada pelos romanos.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) - Calcinada.

O SR. FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU - É... Essa versão, Senador, eu acho que não tem um componente econômico comprovável, porque... Tem uma versão de que teria sido salgada a terra. Evidentemente que o sal era extremamente valorizado e era o salário - daí o termo. Então, acho que dificilmente os romanos salgariam o terreno, mas tomaram Cartago, aniquilaram a cidade, que se tornou uma próspera colônia romana e um dos celeiros do Império Romano. Então, acho que dificilmente os romanos salgariam o terreno, mas tomaram Cartago, aniquilaram a cidade, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

se tornou uma próspera colônia romana e um dos celeiros do Império Romano. Depois, houve uma série de dominações dos fatímidas, dos almóadas, os almorávidas, do Império Otomano. Os franceses, no auge do imperialismo, em 1881, obtiveram o Protetorado da Tunísia, numa disputa com a Itália, e, finalmente, conforme a Senadora já mencionou, em 1956, a Tunísia obteve a sua independência.

Prócer da independência tunisiana, Habib Bourguiba foi Primeiro-Ministro por um ano. Ele foi o grande negociador com a França da independência e depois se tornou Presidente até 1987 quando houve o chamado "golpe de Estado médico", em que o seu Primeiro-Ministro Ben-Alí assumiu a Presidência da República. Ben-Alí era o Presidente da Tunísia no momento que o senhor mencionou, Senador, da autoimolação do vendedor de frutas, que deu origem à Primavera Árabe, com consequências em todo o norte da África e no Oriente Médio.

A Tunísia, logo depois da chamada Revolução de Jasmim, conforme a Senadora mencionou, teve um período de plena democracia com os partidos islamistas eleitos e governando, mas não houve um sucesso total nas políticas sociais e econômicas, e isso fez com que o atual Presidente que foi eleito passasse a um regime de maior concentração de poder.

O atual Presidente Kais Saied foi eleito em 2019, mas, como medida de concentração de poder, extinguiu o Parlamento, reduziu os poderes da corte suprema, fez um plebiscito para apoiar um projeto de Constituição por ele apresentado, e posteriormente convocou eleições para dezembro deste ano.

Então, a história da Tunísia é muito mais rica de que o meu breve sumário aqui, e eu passarei agora a tomar algum tempo na minha apresentação para fazer referências ao planejamento estratégico.

O planejamento estratégico, como não poderia deixar de ser, é parte do planejamento estratégico do Ministério das Relações Exteriores. Ele se acopla na dimensão do relacionamento bilateral do Brasil com a Tunísia ao planejamento maior. Então, tem a visão, a missão e os valores que não podem ser diferentes, evidentemente, do planejamento do Ministério das Relações Exteriores.

O planejamento também opera com as quatro funções básicas da diplomacia, que são: a representação, a informação, a negociação e a proteção de nacionais.

Aproveitando o comentário da Senadora, eu queria dizer que a comunidade brasileira é muito reduzida na Tunísia. São 34 eleitores, e eu não tenho, não há números exatos, porque os nacionais não são obrigados a se registrar no setor do consulado da embaixada e, portanto, é um número estimativo, mas é muito reduzida. E uma das missões no setor consular é justamente dar a proteção, e proteção no sentido lato, evidentemente, de que, quando for necessário, já houve um ou dois casos de agressão a nacionais, a mulheres brasileiras casadas com nacionais tunisianos que receberam a proteção da embaixada. Na parte consular, também ainda são fornecidos documentos, feitos atos notariais, mas não é uma atividade que demande muito esforço da embaixada.

As duas prioridades serão, e a senhora já tocou...

Sr. Senador, grande prazer revê-lo. Conforme o Senador Esperidião Amin disse, já comentou, há sua ação como Prefeito de São Borja.

Eu mencionava, conforme a Senadora já havia adiantado, as duas missões, as duas prioridades deverão ser a negociação do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Tunísia; já foi assinado o Acordo Quadro. E isso é fundamental para desbloquear o esquema atual de comércio da balança bilateral. Nós temos exportação de produtos básicos, *commodities* e também as importações são reduzidas. O Brasil é altamente superavitário. Os últimos dados são de US$173 milhões na balança comercial, sendo 227 a favor do Brasil.

Se nós não tivermos esse acordo, dificilmente nós vamos conseguir mudar o perfil, porque a Tunísia, por tradição, por história, está voltada para a Europa. Então, toda não só a relação política, cultural e econômica, mas também a balança comercial se orienta para a Europa pela tradição, e pela proximidade geográfica, e pela capacidade de promoção que a Europa tem. Então, nós, Brasil, teremos que fazer um esforço adicional para mudar esse perfil.

E o outro ponto seria a assinatura do acordo de promoção e facilitação de investimentos. Isso abriria novos horizontes para que o Brasil pudesse fazer investimentos em áreas prioritárias de interesse nosso, principalmente agropecuário, e também eventualmente alguns investimentos da Tunísia no Brasil.

Na parte de cooperação, também a senhora já mencionou o projeto de reflorestamento e o projeto de reestruturação da agência tunisiana. Eu tive a oportunidade de ser Diretor da Agência de Cooperação no Brasil e acho que nós temos um modelo exemplar, a cooperação Sul-Sul. E a Tunísia, inspirada no nosso modelo, na nossa capacidade de atuação, solicitou que nós reestruturássemos a agência juntamente com eles, evidentemente, com o financiamento do banco islâmico. Isso também é uma prioridade, e eu acho que isso abriria novas portas para a cooperação com outros países da região, cooperação trilateral e, eventualmente, até uma cooperação quadrilateral, que é um modelo novo, e, com isso, abrindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

também oportunidade para conhecimento de políticas brasileiras na área agrícola, na atuação da Embrapa e, eventualmente, aquisição de máquinas, sementes e equipamentos nessa área.

São basicamente esses os comentários.

Eu, mais uma vez, não me canso de reiterar que a Senadora Nilda Gondim facilitou enormemente o meu trabalho...

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) - Graças à eficiência da nossa equipe, que nos ajuda muito. Nós não seríamos nada se não fosse uma equipe boa e competente. Eu tenho que registrar isso.

O SR. FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU - ... com o seu relatório.

Sr. Senador, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) - Agradeço ao Sr. Embaixador. Realmente é um currículo fantástico.

Aproveito para dizer que a Tunísia está jogando a Copa do Mundo neste exato momento. Está 0 a 0, não é? *(Pausa.)*

Está 0 a 0. Estão monitorando aqui.

Eu vou passar às perguntas que os brasileiros enviaram e depois, se nós tivermos tempo, ao final, o senhor responde àquelas que achar pertinentes.

Eu vou chamar agora a indicação do nome da Sra. Paula Alves de Souza, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

(É o seguinte o item:

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 65, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora PAULA ALVES DE SOUZA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pronto para deliberação)

A relatoria é da nossa querida Senadora Mara Gabrilli, que já está online, e o relatório já está pronto para deliberação.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. Como Relatora. *Por videoconferência*.) - Bom dia a todos. Bom dia, Presidente. É uma honra. Bom dia, Sra. Paula, na pessoa de quem cumprimento todos da mesa.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz da Sra. Paula Alves de Souza, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo da diplomata.

A Sra. Paula Alves de Souza é filha de Carlos Eduardo de Affonseca Alves de Souza e de Beatriz do Amaral Alves de Souza. Nasceu em 22 de julho de 1963, em Buenos Aires, Argentina (brasileira, de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946).

No ano de 1989, concluiu o curso de Ciência Política pelo Richmond College, em Londres, Reino Unido. E, em 1991, o mestrado em Relações Internacionais pela London School of Economics and Political Science, também em Londres.

Em 1993, frequentou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática. Em 2002, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e, em 2012, o Curso de Altos Estudos, no qual defendeu a tese "A Internacionalização... *(Falha no áudio.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) - Pelo jeito, o vídeo congelou. A gente vai... Ah, voltou! Eu iria falar para a gente ficar admirando a beleza dela, mas aí já voltou. *(Pausa.)*

Não, não conseguiram?

Bom, então eu passo a palavra para a Embaixadora ou... *(Pausa.)*

Então, eu concedo a palavra à Sra. Paula Alves de Souza, indicada para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Informo à Sra. Delegada que o tempo destinado à exposição é de até 15 minutos e que também já recebemos algumas perguntas aqui pelo e-Cidadania, e ao final eu as entrego à senhora. *(Pausa.)*

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência*.) - Eu posso continuar? Vocês estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) - Estamos. Pode continuar, Senadora.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência*.) - ... Diretora do Departamento do Serviço Exterior (2015-2016); Diretora do Departamento Cultural (2016-2022); e, desde este ano, Diretora do Instituto Guimarães Rosa. Em 2000, foi condecorada com a Medalha Mérito Tamandaré, Brasil.

Em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio, ainda, acompanhada de documento informativo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Unesco, organização que hoje conta com 193 Estados-membros e 10 membros associados.

Com a missão de combater a intolerância, a discriminação e o preconceito, e de promover um novo humanismo para forjar uma cultura de paz lastreada na cooperação internacional nas áreas de educação, cultura e ciências, a Unesco surgiu em 1945 no pós-Segunda Guerra Mundial. A esse mandato original e com o fim de se adequar aos desafios contemporâneos, foram agregados temas relativos à comunicação e à informação.

O Brasil é membro fundador da Unesco. Sua participação ativa tem garantido eleições contínuas de brasileiros para o Conselho Executivo da Organização e se reflete em visitas de alto nível à Unesco. Cumpre ainda ressaltar que a 41ª Conferência Geral é presidida pelo Brasil.

Junto à organização, o Brasil busca defender os interesses da sociedade brasileira nos setores da educação, como a erradicação do analfabetismo, a promoção do ensino técnico profissionalizante, a maior inclusão e melhoria da qualidade do ensino, o treinamento de professores e o aprendizado ao longo da vida. Também interesses nos setores das ciências naturais, das ciências sociais e a preservação de nosso patrimônio cultural e natural são objeto da atuação brasileira.

O trabalho do Patrimônio Mundial no Brasil tem ensejado contribuições com os governos das esferas federal, estaduais e municipais, assim como da sociedade civil. Hoje, o Brasil possui 22 bens inscritos na lista do Patrimônio Mundial, pelo seu valor excepcional e universal para a cultura da humanidade. Desses 22 sítios, 14 são culturais, um é misto (Paraty) e sete são naturais. O primeiro a ser declarado foi a cidade histórica de Ouro Preto, em Minas Gerais, em 1980. Há, porém, outros marcos, como o Plano Piloto de Brasília, o Parque Nacional Serra da Capivara, no Piauí, e, mais recentemente, locais como o Sítio Arqueológico Cais do Valongo e o Sítio Roberto Burle Marx, ambos no Rio de Janeiro.

Entre os elementos do Brasil inscritos nas Listas do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco, o primeiro a ser declarado foi o referente às expressões orais e gráficas dos wajapis, população indígena do norte da Amazônia. Ressalto, também, o Frevo do Carnaval de Recife e o Círio de Nazaré, em Belém do Pará, em 2013.

O mais recente patrimônio cultural imaterial da organização é o Complexo Cultural do Bumba Meu Boi do Maranhão, declarado em 2019.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) - Eu que agradeço. Agradeço o excelente relatório e, como sempre, por essa simpatia sua que contamina a todos.

Agora eu passo a palavra, então, para a Embaixadora, pelo tempo de 15 minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRA. PAULA ALVES DE SOUZA (Para expor.) - Sr. Vice-presidente, Senador Marcos do Val, a quem agradeço pela cordial acolhida; Senadora Mara Gabrilli, Relatora desta sabatina, na pessoa de quem cumprimento as Senadoras e Senadores aqui presentes; Sra. Marlova Noleto, Diretora da Unesco no Brasil; colegas do Itamaraty; senhoras e senhores.

Eu gostaria de começar agradecendo a V. Exa., Sr. Vice-presidente, pela convocação desta sabatina constitucional, que nos permite identificar as prioridades e desafios de cada uma das representações do Brasil no exterior, avaliar os trabalhos que sugerimos desenvolver e, acima de tudo, colher subsídios do Congresso Nacional para que nossa ação no exterior possa corresponder às expectativas da população brasileira.

A respeito da Unesco e sua importância para o Brasil, vale lembrar que a organização nasce na sequência do fim da Segunda Guerra Mundial e no contexto da criação da ONU, para contribuir com a estabilidade entre as nações.

Reconhecendo que as guerras decorrem da ausência de diálogo e compreensão mútua de nossas diversidades, a Unesco foi criada para a promoção de uma cultura da paz, garantindo oportunidades plenas e iguais de desenvolvimento educacional, cultural e científico.

O objetivo da Unesco é a construção da paz, e seus instrumentos são a educação, as ciências e a cultura.

É evidente que o mundo de hoje não é aquele de passados quase 80 anos. Para além do desafio da construção da paz como constante horizonte da diplomacia, a globalização e o progresso trazem novas realidades e desafios para o mandato da Unesco. Por esse motivo, eu gostaria de chamar a atenção das senhoras e dos senhores para as principais áreas de atuação da Unesco no mundo contemporâneo e, particularmente, para o impacto dos seus programas no Brasil.

Permito-me a esse respeito um breve comentário sobre a importância do escritório da Unesco no Brasil. Segundo maior escritório nacional da organização e o primeiro na execução de projetos com recursos nacionais próprios, tem atuado em conjunto com órgãos do Governo brasileiro e com parceiros privados em diversas áreas, que o transformam tanto no maior escritório fora da sede em matéria de execução de recursos extraorçamentários como um dos poucos capazes de desenhar programas estruturantes e inovadores, como o exitoso Criança Esperança.

Chamo atenção também para o papel da Comissão Nacional da Unesco no Brasil, instância prevista pelo tratado constitutivo da organização e gerida pelo Itamaraty há quase duas décadas. A comissão é responsável pela interlocução entre a Unesco e o Brasil no âmbito executivo, sendo responsável pela intermediação das candidaturas brasileiras para os mais de 20 prêmios da Unesco e pela gestão da rede de cátedras, da rede de clubes e da rede de escolas Unesco.

A comissão brasileira foi responsável por grandes avanços nacionais, criando, por exemplo, a segunda maior rede de escolas da Unesco no mundo, contando com escolas privadas, públicas, indígenas e quilombolas.

Como a diplomata responsável pelas áreas cultural e educacional do Itamaraty nos últimos seis anos, tive oportunidade de testemunhar o trabalho desenvolvido pela Unesco por meio dos seus programas variados nas áreas de educação, ciências e cultura, no desenvolvimento, progresso e geração de emprego e de renda para os seus Estados membros.

É nesse contexto que planejo dar continuidade e ampliar o trabalho desenvolvido pelos meus antecessores para projetar a imagem do Brasil e defender os interesses nacionais em cada uma das grandes áreas sob mandato da Unesco, divulgando nossas melhores práticas e identificando oportunidades de cooperação. Buscarei mapear e divulgar possibilidades de participação de entidades e projetos brasileiros, inclusive do setor privado, em programas e atividades da organização que tenham um possível impacto sobre a nossa economia criativa, a educação, o turismo e o desenvolvimento sustentável.

Ao aprofundar minha exposição a respeito das áreas temáticas da Unesco, começo pelo campo da educação. Entre os temas prioritários no âmbito da Unesco, merecem destaque a formação e a requalificação docente, o ensino técnico e profissionalizante, a alfabetização e o aprendizado ao longo da vida, a reforma curricular, a educação para o desenvolvimento sustentável, a educação para direitos humanos e educação na era digital.

Ainda nesse tema, eu gostaria de chamar atenção das senhoras e dos senhores para a importância da Unesco com relação ao ensino profissionalizante e à aprendizagem ao longo da vida, especialmente no contexto pós-pandêmico, em que ainda se vislumbram a urgência da retomada do ensino escolar interrompido e a reconfiguração do mercado de trabalho.

A Unesco dispõe de uma nova estratégia sobre educação e treinamento técnico e vocacional, que tem entre seus temas chaves a recuperação econômica pós-pandemia, as transformações tecnológicas, a informalidade e a promoção do emprego entre os jovens.

No Brasil, o programa trabalha com parceiros como Senai e o Conselho Nacional de Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif).

O Brasil está entre os 15 maiores do mundo em número de matrículas e em pesquisas científicas, sendo tanto um país de origem como de destino de estudantes. Cada vez mais alunos estrangeiros são um mercado potencial para as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nossas universidades e um instrumento em prol da melhoria da qualidade e da evolução de posições nos *rankings* internacionais. Cabe, nesse sentido, um trabalho contínuo, tanto na promoção do Brasil como destino acadêmico quanto na internacionalização de nossos estudantes e pesquisadores, divulgando iniciativas de cooperação e compartilhando boas práticas na área educacional, o que me leva a abordar a atuação da Unesco no campo das ciências. Seus esforços são pelo fortalecimento das políticas de ciência, tecnologia e inovação nos planos nacional, regional e global, inclusive mediante a promoção da ciência aberta, a promoção da cooperação científica internacional em torno de desafios relacionados ao desenvolvimento sustentável.

Para o Brasil, são particularmente relevantes os esforços da Unesco para fortalecer políticas de ciência aberta, com o objetivo de assegurar não apenas maior circulação e acessibilidade ao conhecimento dos dados científicos como também ampliação do diálogo da ciência com a sociedade. Trata-se de um tema de fundamental importância para o mundo acadêmico brasileiro, que busca construir novos equilíbrios na cadeia de conhecimento global. Por esse motivo, o país contribuiu ativamente para a elaboração da recomendação da Unesco sobre ciência aberta.

Ainda no setor de ciências, vale também mencionar o Programa Homem e Biosfera, que abriga a rede mundial de reservas da biosfera, conjunto de sítios naturais que promovem a conservação da biosfera e o uso sustentável dos recursos naturais. O Brasil tradicionalmente tem participação de destaque no programa, uma vez que reúne as maiores reservas no contexto da rede da Unesco. São elas a Mata Atlântica, o Cerrado, a Caatinga, a Amazônia Central, o Pantanal, a Serra do Espinhaço e o Cinturão Verde da cidade de São Paulo.

Pretendo, nesse sentido, continuar a prestar o apoio devido para o reconhecimento internacional da atividade científica realizada no Brasil em língua e sobretudo em língua portuguesa, com particular ênfase sobre temas que ressaltem e promovam a utilização sustentável de nossos recursos nacionais e de nossa monumental biodiversidade. Tenciono igualmente atuar no âmbito da Unesco pela progressiva acessibilidade de dados e pesquisas científicas pelos estudiosos brasileiros.

Tendo já discorrido a respeito da educação e de ciências, gostaria de me referir à atuação da Unesco, que julgo de particular importância para o Brasil, na área de promoção do conhecimento. Um dos programas mais interessantes é a Década Internacional das Línguas Indígenas. A iniciativa que será lançada no próximo mês de dezembro permitirá ao país explorar diversas modalidades de cooperação para o benefício de políticas públicas de valorização e promoção das línguas e culturas indígenas. Cooperação especialmente importante para o Brasil, país que conta, segundo o último censo de 2010, com 274 línguas indígenas faladas por 305 etnias.

De igual relevância para o Brasil é o projeto do Atlas das Línguas da Unesco. A defesa do multilinguismo e a promoção da língua portuguesa encontram, na Unesco, um vetor privilegiado de reverberação. Registro, nesse sentido, a importante aprovação pelo Conselho Executivo da Unesco do dia 5 de maio como Dia Mundial da Língua Portuguesa. A decisão que resultou de proposta conjunta de todos os países-membros da comunidade de países de língua portuguesa representou um momento histórico para 265 milhões de pessoas em nove países unidos pela língua portuguesa.

Sr. Vice-Presidente, faço aqui um compromisso público com as senhoras e com os senhores de que a promoção da variante brasileira do português, por meio da Unesco, será uma das minhas maiores prioridades, caso tenha confirmada a responsabilidade de chefiar a delegação do Brasil junto a Unesco. É tema de fundamental importância para a afirmação do Brasil no contexto internacional. Temos uma densidade demográfica, cultural e econômica que nos permite ousar fazer de nosso idioma uma ferramenta essencial da nossa política externa.

Tenciono realizar gestões contínuas em prol da cooperação e da concertação entre os países de língua portuguesa nesse âmbito multilateral, além de promover, de forma mais ampla, junto à comunidade internacional, iniciativas alusivas à difusão da cultura, da indústria criativa, do patrimônio e da ciência dos países falantes do idioma, inclusive com a utilização da efeméride do Dia Mundial da Língua Portuguesa.

Por fim, chego ao setor mais visível na agenda da organização, que é o setor de cultura, com intensa atividade normativa, com destaque para seis convenções internacionais que estruturam uma organização dos trabalhos na área. As convenções permitem uma governança de temas sensíveis, como a proteção de bens culturais em caso de conflito armado, as medidas a serem adotadas para impedir o tráfico de bens culturais, o registro e a conservação de bens considerados patrimônio mundial, entre outros.

O Brasil, como bem disse a Relatora, Senadora Mara Gabrilli, conta com 23 bens inscritos na lista do Patrimônio Mundial. A inscrição de um sítio brasileiro como patrimônio mundial reverte em dois grandes benefícios para o país: primeiro, visibilidade internacional, o que dá importante estímulo às economias locais por meio do turismo, movimentando toda uma cadeia produtiva econômica relacionada a seu entorno; e, segundo, fortalecimento de capacidades técnicas e institucionais que contribuem para melhorar a gestão e preservação de tais sítios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No campo do patrimônio imaterial, o Brasil dispõe de nove elementos nas três listas da convenção. Trata-se de manifestações, como também disse a Senadora, como a capoeira e o frevo, que estão umbilicalmente associadas à identidade brasileira. A salvaguarda e a promoção da cultura imaterial representam não apenas uma importante ferramenta de difusão das nossas economias criativas mundo afora; significa a valorização da nossa brasilidade, do nosso jeito de ser e de se expressar, aquilo que nos distingue, mas também aquilo que nos aproxima de todas as nações. Há, nesse campo, muitos elementos que podemos explorar para o benefício de variados setores da sociedade brasileira, que podem agregar valor ao turismo responsável, destacar a cultura do nosso povo e contribuir para promover a autoestima e a coesão social dos brasileiros.

Deve-se também mencionar a importante atuação da Unesco em amparo à tragédia que vitimou o Museu Nacional do Rio de Janeiro em setembro de 2018, com o envio de missão técnica ao Brasil para colaborar com o trabalho de avaliação de perdas e resgate de peças atingidas pelo incêndio. Está em curso atualmente, em parceria com a Unesco, a recuperação do Museu Nacional. Paralelamente, a organização ofereceu doações dos 140 geoparques de sua rede para a reconstituição do acervo do museu.

Sr. Vice-Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, o Brasil é membro fundador da Unesco. Foi um dos seus 37 signatários da carta constitutiva, em 16 de novembro de 1945, e um dos 20 primeiros países a ratificar sua constituição, em novembro de 1946. A 40ª Conferência Geral é presidida pelo Brasil, candidatura proposta pelo grupo latino-americano e do Caribe, o que confere grande visibilidade positiva ao país e à região.

O forte envolvimento do Brasil na agenda da organização se reflete, entre outros aspectos, nas visitas de alto nível à Unesco. Nos últimos anos, foram realizadas dezenas de missões de trabalho de ministros, congressistas e magistrados brasileiros à organização, reciprocados com visitas de diretores-gerais adjuntos da organização, assim como da própria Diretora-Geral, seu primeiro compromisso internacional após assumir suas funções.

A construtiva presença do Brasil na Unesco, ao longo dos seus 70 anos, 66 anos de existência, traduz a vocação pacífica e conciliadora da política externa brasileira. Projetamos na organização a solidez de nossas instituições, a riqueza de nossa cultura e o pluralismo de nossa sociedade.

Acredito ser a Unesco uma verdadeira caixa de ressonância em que reverberam as melhores práticas de políticas públicas. Em um país como o nosso, caracterizado pela diversidade cultural, pela riqueza ambiental, por sua complexidade social e sua sofisticação acadêmica, seria ela o órgão multilateral por excelência para atuação da política externa brasileira.

É por esse motivo que eu não poderia estar mais honrada e estimulada com a oportunidade de assumir a chefia de nossa delegação junto à Unesco. Em diálogo com o Congresso, Sr. Vice-Presidente, com os demais ministérios e com a sociedade civil, podemos desenvolver uma ampla e importante agenda de trabalho para o nosso país.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) - Já profetizando, agradeço à nossa futura delegada no Brasil junto à Organização das Nações Unidas. Também vou passar para a senhora as perguntas que vieram da sociedade. Tendo tempo, a gente pede para que a senhora possa responder - só se tivermos o tempo hábil.

Mas agora a Senadora Mara Gabrilli está pedindo a palavra. Pode liberar para a Mara Gabrilli?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. Pela ordem. *Por videoconferência*.) - Obrigada, Presidente, Senador Marcos do Val. Eu quero parabenizar a Paula, também profetizar, Presidente, e desejar a ela uma jornada mais próspera ainda na defesa da nossa cultura e da nossa educação.

Mas eu queria aproveitar, Presidente, este momento de Copa, em que os países se unem, para parabenizar a coragem ontem dos atletas iranianos e para informar que eu apresentei um requerimento de inserção em ata de um voto de solidariedade ao povo iraniano, em particular às mulheres do Irã, pela luta em favor da liberdade e dos direitos humanos. Como vocês sabem, nobres colegas, em meados de setembro deste ano, a jovem iraniana Mahsa Amini foi morta pela polícia moral do Irã por ter saído em local público sem que um véu cobrisse totalmente os seus cabelos. Após esse assassinato, as iranianas, sobretudo as jovens ativistas de direitos humanos e muitos homens também têm ido para as ruas defender os direitos das mulheres e das minorias do Irã. Desde então, a ONU calcula que mais de 300 pessoas foram mortas, incluindo mais de 40 crianças e adolescentes.

Querido Presidente Do Val, será que a gente poderia colocar o meu voto de solidariedade às iranianas e à senhorita Amini como item extrapauta para esta reunião deliberativa de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) - Extremamente meritório. É claro, faremos isso. Vamos deixar, então, para a segunda etapa. Nós vamos, então, colocar em votação, e as palavras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que foram colocadas têm que ser realmente espalhadas por todo o país e por todo o mundo. Então, eu subscrevo até esse seu pedido; na segunda etapa, nós vamos colocar em pauta.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência*.) - Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) - Como vocês estão vendo, ele está me passando a cola aqui, graças a Deus!

Eu queria pedir à Embaixadora Carla Barroso para responder as perguntas que foram designadas à senhora pelo sistema remoto, por cinco minutos.

A SRA. CARLA BARROSO CARNEIRO (Para expor.) - Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Eu tive a satisfação de receber cinco perguntas: a da Sophia Lapadula, de São Paulo; a do Dioggo Henrique, do Distrito Federal; a do Pedro Medeiros, do Pará; a da Tati Mota, de Pernambuco; e a do Fábio Coura, do Distrito Federal. Eu me comprometo com todos eles a respondê-los diretamente via e-Cidadania.

Como o tempo aqui é curto, Sr. Vice-Presidente, eu vou, então, selecionar apenas uma das perguntas, que é, eu suponho, aquela que é mais geral e que permite dar uma visão mais ampla do que seria a minha atuação à frente dessa representação, caso eu venha a ser aprovada.

Pedro Medeiros, do Pará, pergunta: "Como dimensionar o impacto da guerra entre Rússia e Ucrânia na segurança alimentar do mundo? Como o Brasil pode ajudar a mitigá-lo?".

Pedro, eu acho essa sua pergunta da maior importância para todos nós.

Ao longo deste ano, o índice de preços de alimentos da FAO tem indicado um aumento de 10% dos preços de *commodities* em relação a 2021, embora o ritmo desse aumento venha diminuindo, já tendo estado a mais de 20%. Um documento elaborado pela FAO com a OCDE que se chama "Perspectivas do Mercado Agrícola" indica uma tendência de aumento anual do consumo de alimentos de 1,4% até 2030. O último relatório do organismo indica que há uma conjunção de tendências que tem levado à crise alimentar que o mundo enfrenta no momento, que eles têm chamado de quatro Cs: o clima, a covid, o conflito na Ucrânia e os custos de logística. O clima tem afetado o sistema de chuvas e, portanto, tem afetado a oferta de alimentos. A covid, o pós-covid levou a uma ruptura de cadeias de produção e distribuição. O conflito na Ucrânia, obviamente, teve o efeito duplo de diminuir a oferta de grãos e de aumentar os preços do petróleo. E esses custos de logística e de insumos, inclusive dos fertilizantes, já vinham anteriormente ao conflito.

Então, Pedro, sim, o impacto da guerra entre Rússia e Ucrânia na segurança alimentar no mundo é grande, mas esse impacto é apenas um dos quatro que levam a que o mercado mundial de *commodities* agrícolas esteja numa tendência de alta, o que deve se manter no futuro.

Eu agradeço por sua pergunta e estou à disposição para manter contato com o senhor e com todos os demais que mandaram perguntas, pelas quais eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) - Muito obrigado. Agradeço a resposta muito clara e objetiva, também já profetizando a posição que a senhora já vai ocupar, porque o clima está tão... Todo mundo está muito favorável. Todos os senhores e as senhoras têm um currículo realmente invejável.

Passo a palavra agora para o nosso Embaixador que vai para a Tunísia, para responder as perguntas, então.

O SR. FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU (Para expor.) - Muito obrigado, Senador.

Eu recebi cinco perguntas e iniciaria pela pergunta de Fábio Coura, do Distrito Federal: "A Tunísia é um país muito visitado [...] [por] turistas, mas não há rota entre o Brasil e aquele país. [...] [O que poderia ser feito na sua gestão]?".

A existência de um voo direto evidentemente facilita o incremento do turismo, mas não é, no meu entender, uma variável chave. Existem voos por Portugal, pela Espanha, pela Itália. O voo mais curto seria pelo Marrocos.

Eu, evidentemente, tenho como missão promover o turismo no Brasil, mas eu já, coincidentemente, conheço bem a Tunísia. Já tivemos oportunidade, minha mulher e eu, de visitar a Tunísia a turismo, o que eu recomendo. Realmente há uma diversidade histórica e cultural muito grande. Além das ruínas de Cartago, em Tunes - hoje Cartago é um bairro de Tunes -, há o antigo porto de Catargo, que foi assoreado, mas ainda se pode visitar. Também tem umas ruínas romanas em Duga muito bem preservadas, tem um anfiteatro comparável ao Coliseu em El Jem, tem belas praias também, como Djerba, e tem um oásis muito interessante em Matmata, no Sul da Tunísia. Então, eu acho que não é uma dificuldade promover o turismo nos dois sentidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quanto à pergunta de Gabriel Christian, de Minas Gerais: "[...] será possível facilitar oportunidades para intercâmbio de trabalho e estudo entre as nações?".

Evidentemente é uma das minhas missões, caso seja aprovado, informar, disseminar informações a respeito dos programas de convênios de estudantes de graduação e pós-graduação que o Brasil oferece. Tem havido uma demanda crescente. Imagino que as possibilidades de intercâmbio de trabalho sejam reduzidas. A Tunísia passa por um momento de dificuldades econômicas. Há um nível de desemprego muito elevado, principalmente entre os jovens, então acho que não há grandes potenciais nessa área.

Marcelo Albuquerque, do Rio de Janeiro: "Como fortalecer a democracia adotada após a Primavera Árabe, com a atual situação política?".

Uma das missões do chefe do posto, do Embaixador, é informar o Governo brasileiro da situação política e da situação econômica, mas com o cuidado de não interferir nos assuntos locais.

Nós, caso venhamos a receber demandas específicas do Governo tunisiano em áreas como o Judiciário, grupos parlamentares, cooperação técnica, investimentos, reagindo a essas demandas, evidentemente poderíamos caracterizar essa cooperação política.

De Natália Velasco, do Mato Grosso do Sul: "Quais seriam os principais benefícios da relação entre o Brasil e a [...] Tunísia?". E também Nicolas Barros, do Paraná: Quais serão as contribuições da relação comercial com a Tunísia?

Eu me permito juntar essas duas perguntas.

Conforme já mencionei na minha intervenção, no meu comentário, e também a Senadora Nilda Gondim já havia antecipado no seu relatório, nós...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU - ... temos que acelerar a negociação do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Tunísia e do acordo de cooperação e promoção de investimentos. Com isso, nós teríamos condições de mudar o patamar do atual nível de comércio entre os dois países, lembrando que a Tunísia é um produtor importante de fosfato, como também o Marrocos, ao lado. Mas a produção de fosfato da Tunísia vem caindo, porque há necessidade de investimentos e o Governo não tem tido capacidade de investir.

Então, muito resumidamente, são essas as respostas que eu queria dar, só lembrando também a importância do relacionamento. Nós temos tido apoio diplomático constante da Tunísia. Houve visitas ministeriais à Tunísia de três chanceleres, e na última eu tive a oportunidade de acompanhar o Ministro Aloysio Nunes.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU - E também nós temos um mecanismo de consultas políticas bilateral.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) - Eu agradeço.

Primeiro, quero esclarecer que a campainha não sou eu que aperto aqui, não; é automática - para não acharem que estou querendo encerrar a explanação.

Antes de passar para o nosso amigo Senador Portinho, que vai ler o próximo relatório, do item 4, eu queria devolver a Presidência ao nosso Exmo. Sr. Senador Esperidião Amin, que é o nosso norte aqui dentro do Senado e uma biblioteca, não diria ambulante, mas em plena movimentação o tempo inteiro.

Então, já assuma aqui, Senador. *(Pausa.)*

Depois da fala, da leitura do relatório do nosso Líder do Governo, é passada a palavra para a nossa futura delegada - profetizando, todos já estão no cargo; é só questão de horas, minutos. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - As horas serão cumpridas. *(Risos.)*

1ª PARTE

ITEM 4

MENSAGEM (SF) N° 77, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MÁRCIO FAGUNDES DO NASCIMENTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Haxemita da Jordânia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pronto para deliberação.

Portanto, trata-se da indicação do Sr. Márcio Fagundes do Nascimento, Ministro de Primeira Classe, a quem eu convido para aqui comparecer.

Passo a palavra ao Senador Carlos Portinho, pelo prazo de cinco minutos, para as suas considerações iniciais e o resumo do seu relatório.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Muito obrigado...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Não aproveitaremos nenhuma das palavras por V. Exa. proferidas...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Públicas.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - ... enquanto a Embaixadora Carla falava.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Muito obrigado, Sr. Presidente Esperidião. Antes de começar, eu quero desejar vida longa para essa Presidência e Vice-Presidência, meu colega Marcos do Val e Senador Esperidião Amin. Acho que não poderia estar em melhores mãos a CRE. Inclusive, já cheguei aqui com salgadinhos... Já é um outro patamar, como dizem lá na minha terra.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Isso aí, esse patamar foi *(Fora do microfone.)* ...criado pela Senadora Kátia Abreu. Apenas tem uma certa variação...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Deu uma sofisticada.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - ... do Tocantins para o Oriente Médio.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - O quibe, eu percebi.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Que era concessão ao Oriente Médio, inclusive à Jordânia.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) - Exatamente.

Por isso, eu desejo a vocês vida longa. E, no que depender de mim, que continue nessa composição na próxima Legislatura.

É o relatório da Mensagem nº 77.

Por intermédio dessa mensagem, chega a indicação que o Excelentíssimo Presidente da República faz do Sr. Márcio Fagundes do Nascimento, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Hachemita da Jordânia.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência nossa aqui do Senado Federal apreciar previamente e deliberar por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática.

A votação, inclusive, já está aberta. Se algum Senador não votou, por favor, exerça o seu voto. Eu já o fiz.

Nesse sentido e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do indicado, ao qual me dediquei.

Nascido em 18 de setembro de 1961, no Rio de Janeiro, o diplomata é filho de Armando Fagundes do Nascimento e de Hilda Caputo do Nascimento. Concluiu a graduação de Letras Neolatinas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1985. No Instituto Rio Branco, em 1985, frequentou o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata; em 1997, o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas; e, em 2007, o Curso de Altos Estudos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Foi nomeado Terceiro-Secretário em 1989. Em 1995, foi promovido a Segundo-Secretário. Por merecimento, foi promovido a Primeiro-Secretário em 2001; a Conselheiro em 2006; a Ministro de Segunda Classe em 2011; e a Ministro de Primeira Classe em 2020.

No Brasil, entre outras funções, foi assistente da Secretaria de Relações com o Congresso (de 1991 a 1994); Subchefe da Divisão das Nações Unidas (de 2000 a 2003); assessor técnico do Departamento de Organismos Internacionais (de 2003 a 2006); Diretor do Departamento do México, Canadá, América Central e Caribe (de 2017 a 2020); e Diretor do Departamento de Europa (desde 2020).

No exterior, serviu como Terceiro e Segundo-Secretário na Missão junto à Organização das Nações Unidas, em Nova York (de 1994 a 1997); Conselheiro na Missão junto à Agência Internacional de Energia Atômica, em Viena (de 2007 a 2011); e Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Montevidéu (de 2011 a 2012).

O diplomata foi agraciado ao longo da carreira com distintas condecorações. Dentre elas, menciono a Ordem do Mérito Aeronáutico, a Medalha Mérito Tamandaré e a Ordem de Rio Branco.

Em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Reino Hachemita da Jordânia.

Cuida-se de país de pequena área territorial e população. Sua posição geográfica faz dele relevante posto de observação política no que se refere ao encaminhamento da paz no Oriente Médio. Vale dizer que o país teve de acolher milhões de refugiados, sendo hoje o segundo país do mundo com maior número de refugiados por habitante.

Brasil e Jordânia formalizaram sua relação bilateral no ano de 1959, com a abertura da legação brasileira em Amã. No ano de 1984, Brasil e Jordânia abriram embaixadas em suas respectivas capitais.

As relações entre os dois países são marcadas por fluidez de diálogo político. Em 2015, Brasil e Jordânia acordaram mecanismo de consultas políticas. Ademais, o Acordo de Cooperação Técnica assinado em 2018, que aguarda a ratificação da Jordânia, permitirá a alocação de recursos financeiros para a implementação de projetos de cooperação bilateral em áreas consideradas prioritárias, como agropecuária, saúde, educação, formação profissional, entre outras.

Segundo o informativo do Itamaraty, o ano de 2021 foi excepcional para o comércio bilateral, com fluxo de US$424 milhões, o maior patamar da história, sendo US$294 milhões em exportações brasileiras, crescimento de mais de 20% em relação ao ano anterior, e US$130 milhões em exportações jordanianas, crescimento acima de 140%.

Tradicionalmente, o Brasil mantém expressivos superávits comerciais. O resultado das exportações brasileiras em 2021 foi o segundo melhor na série histórica. Porém, a pauta é pouco diversificada: seis produtos compõem 95% da pauta brasileira ao passo que 98% das exportações jordanianas são compostas por fertilizantes, algo muito caro, valioso e importante neste momento. Em 2021, os principais produtos brasileiros exportados para a Jordânia foram: carne de frango, 38%; carne bovina, 26%; milho, 13%; café, 8%; pastas de madeira e celulose, 3,5%; e tabaco, 2,3%. A projeção é a de que o ano de 2022 experimente novos recordes, pois, entre janeiro e setembro de 2022, as exportações brasileiras cresceram 51,6%, em comparação com o mesmo período do ano passado, e as jordanianas acima de 105%.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório, mas faço aqui referendo o nome de V. Exa. pela missão importante, principalmente com o aprofundamento das relações comerciais entre os dois países.

E quero também desejar sucesso aqui a quem vai à missão na Unesco, a nossa Embaixadora na Unesco, a nossa Embaixadora Paula Alves de Souza, e à nossa Embaixadora Carla, na FAO, pela importância da missão que recebem, referendadas certamente aqui por todos nós Senadores. Eu não podia deixar de fazer o registro de que fico feliz em ver duas grandes mulheres à frente de duas importantes missões. Tenham muito sucesso!

E, ao meu relatado, Embaixador Márcio, todo o sucesso e uma boa convivência na Jordânia! Estaremos aqui para o que o senhor precisar.

O SR. MÁRCIO FAGUNDES DO NASCIMENTO (Para expor.) - Muito obrigado, Sr. Senador.

Exmo. Sr. Presidente, Senador Esperidião Amin; Exmo. Sr. Vice-Presidente, Senador Marcos do Val; Exmo. Sr. Senador Carlos Portinho, Relator desta mensagem; Sras. Senadoras e Srs. Senadores; o senhor acabou de fazer um *spoiler* da parte comercial do que eu ia tratar. Portanto, eu vou pular e poupar aqui a Presidência dessa parte, mas que é realmente relevante - farei um breve comentário a esse respeito.

Para contextualizar essa parte inicial da exposição, vou lançar mão de uma breve digressão de natureza histórica.

A Jordânia de hoje reúne todas as influências da posição que historicamente ocupou como um ponto de inflexão entre o Império Islâmico, na expansão dos califados islâmicos, e, mais tarde, mais recentemente, com o Império Otomano. Essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

experiência de formação histórica foi fundamental para a conformação dos interesses e objetivos do país ainda na época em que se constituía como emirado, o chamado Emirado da Transjordânia. Esse processo todo se completa com a sua independência, obviamente, ao final do mandato britânico realizado ao abrigo do conhecido artigo 22 do Pacto da Liga das Nações.

O que eu gostaria de enfatizar, nessa parte introdutória, é que esse itinerário formativo, combinado com a sua posição geopolítica privilegiada, é que haveria de dotar a Jordânia de seus atributos hoje mais valiosos: tornou-se uma voz de moderação e uma força de estabilidade política numa região caracterizada, como todos conhecem, por uma alta volatilidade política. O Reino Hachemita da Jordânia desempenha, portanto, um papel destacável na busca de soluções negociadas para os conflitos regionais, na luta contra o terrorismo, bem como no acolhimento de refugiados palestinos, sírios, sudaneses, iemenitas e líbios.

Seu tradicional protagonismo na solução do conflito entre Israel e Palestina, ponto cardeal para a política externa da Jordânia, suas relações consolidadas com o Egito, com a Arábia Saudita e com todos os países do Golfo, na condição de país aliado da Otan, assim como sua política de extensão cautelosa com a Síria constituem elementos definidores das credenciais da Jordânia como interlocutor crucial - eu repito: crucial - para a diplomacia brasileira no Oriente Médio.

Ofereço esse rápido pano de fundo, Sr. Presidente, para contextualizar as relações do Brasil com um dos seus maiores parceiros do mundo árabe. A Jordânia é, como eu disse, ator-chave para a política externa brasileira em todo o Oriente Médio. Nossas relações, como o Sr. Relator frisou, são marcadas por uma franqueza e uma fluidez consideráveis. No âmbito de contatos e visitas de altíssimo nível, os líderes dos dois países já se visitaram. Há um convite da Jordânia ainda não atendido para visita presidencial, visita do Presidente Jair Bolsonaro. Portanto, o papel da representação diplomática em Amã é manter, promover e ampliar esses contatos.

O relacionamento com a Jordânia dispõe de uma carpintaria jurídica apreciável. São 12 acordos bilaterais, cobrindo todas as áreas imagináveis, como agricultura, comércio...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) - Isso poderia ser uma marchetaria.

O SR. MÁRCIO FAGUNDES DO NASCIMENTO - Uma marchetaria. *(Risos.)*

Uma marchetaria em madrepérola, não é? É uma marchetaria apreciável, porque cobre várias áreas de relacionamento bilateral, como comércio, agricultura, serviços aéreos, cooperação técnica, cooperação cultural, sobretudo agora com a conclusão do acordo de cooperação em matéria de defesa, que vai ser importante para dar um quadro jurídico, um balizamento jurídico ao relacionamento entre os dois países.

Eu proponho, na verdade, dois eixos de atuação para a missão: um eixo político-parlamentar... Na verdade, são três em um eixo estruturante de trabalho para a missão em Amã: um eixo político-parlamentar, um eixo de cooperação em defesa e inteligência, e o eixo comercial, como já foi frisado pelo Senador Portinho.

O eixo político-parlamentar vai auferir todos os benefícios e extrair todos os benefícios de um relacionamento, como eu disse, estratégico - e não me cansarei de frisar. O papel da Jordânia é central na solução, no encaminhamento de crises de alta complexidade na região, a começar pelo papel que historicamente ocupa no conflito Israel-Palestina - e direi depois o porquê dessa centralidade.

No eixo político-parlamentar, duas ações eu acho que se destacam. A primeira, que eu acho de alta prioridade, é o exercício de consultas políticas. Esse é um exercício rotineiro na vida diplomática dos países, mas nem sempre realizável com a periodicidade que se deseja. É um exercício de revisão de toda a agenda, uma espécie de balanço em que se identificam áreas com potencial de expansão, é onde se contornam as dificuldades políticas, as dificuldades técnicas, que vai oferecendo uma orientação a todos os agentes políticos nos dois governos, nas diversas áreas de atuação do Brasil e da Jordânia. A segunda ação, parte desse eixo parlamentar, é exatamente a participação do Congresso, dos seus Parlamentares, na atuação diplomática, e aí trataria da diplomacia parlamentar. Tem se tornado uma prática de efeitos muito positivos para a diplomacia brasileira o concurso da atuação parlamentar em termos de política externa. O sólido conhecimento da realidade brasileira e o contato permanente que o Congresso, os seus Parlamentares mantêm por dever de ofício com os problemas, as questões nacionais são sempre um grande patrimônio para a atuação de quem está no exterior defendendo os interesses nacionais. Nesse quadro, eu não diria nem a reativação, mas o dinamismo talvez que pudesse ser imprimido ao Grupo Parlamentar Brasil-Países Árabes...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) - Presidido pelo nosso Vice-Presidente, o Senador Marcos do Val.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. MÁRCIO FAGUNDES DO NASCIMENTO - E essa pode ser uma vertente muito interessante num país onde o contato ampliado - não apenas o contato entre os diplomatas, entre os dois governos, mas o contato parlamentar - pode servir como um fator catalizador das relações bilaterais.

O segundo eixo de ação estruturante da missão em Amã seria o eixo da cooperação de inteligência e defesa. Nos últimos cinco anos, instaurou-se um processo de cooperação com a Jordânia no campo da inteligência, que, a meu ver, merece atenção e muito cuidado por parte da missão brasileira. Essa cooperação está no quadro de um processo chamado Processo de Aqaba, que foi lançado pelo próprio Monarca, o Rei Abdullah, cujo envolvimento direto se mantém até hoje. Trata-se de um foro, uma instância informal de articulação de países, que conta também com a iniciativa privada, sobretudo desses gigantes de alta tecnologia e plataformas digitais - o YouTube, o Twitter, o WhatsApp, o Facebook **-,** com o objetivo de dar aos Governos alguma antecipação à ação de grupos extremistas. Esse é o objetivo. Não é um grupo de estratégia armada, não; é um grupo de inteligência de forma a poder se antecipar com recursos tecnológicos à ação de grupos extremistas no Oriente Médio. Essa é uma preocupação diuturna, mas é também uma preocupação diuturna para outras regiões, inclusive da América Latina.

Há por parte do Governo jordaniano o interesse no envolvimento maior do Brasil, que merece ser estudado, que já existe, sobretudo na área de contraterrorismo. Acho que o Brasil pode se beneficiar, por meio de seus técnicos, por meio de seus diplomatas, por meio de seus Parlamentares, com um conhecimento maior da ação desses grupos que hoje atuam no mundo inteiro.

A cooperação em defesa seria outra vertente desse eixo. A Jordânia tem uma parceria por conta dos acordos**,** acordos militares e acordos de cooperação com grandes potências militares, e se transformou num núcleo de produção de artigos de defesa no Oriente Médio e tem interesse também na aproximação com a indústria de defesa do Brasil. Portanto, há aí uma avenida a ser explorada, ainda incipiente, de cooperação com o Brasil. E o acordo de cooperação em matérias de defesa dará esse quadro mais jurídico, mais sólido nesse quesito.

Eu queria passar ao eixo do comércio, muito rapidamente, depois dos pontos que o Senador Portinho elucidou, e dizer simplesmente que as relações comerciais hoje com a Jordânia atravessam um momento muito favorável e de franca expansão. Como o Senador apontou, há uma expansão considerável a partir de 2021. As nossas importações de fertilizantes... E a Jordânia surge num momento crucial para o Brasil, em que nós estávamos buscando alternativas ao fornecimento de fertilizantes no mundo inteiro. Alguém chamou até de "a diplomacia do fertilizante". Mas o Itamaraty, o Governo brasileiro fez o que deve fazer, o que lhe cabe fazer constitucionalmente: foi defender os interesses e buscar alternativas ao fornecimento de fertilizantes para a agricultura brasileira. O volume disso tem triplicado. Passamos de 150 mil toneladas para 300 mil, já atingiremos 500 mil toneladas de fertilizantes importados no ano que vem, e a expectativa é de que isso logo passe de um milhão de tonelada por ano em pouco tempo.

Portanto, é possível dizer sem nenhum exagero que a Jordânia se transformou numa parceria indispensável à agricultura brasileira, e o Brasil também tem um papel a desempenhar na segurança alimentar do país, fornecendo 80% do frango consumido na Jordânia e 50% do seu consumo de carne. Portanto, há uma interação, um equilíbrio muito digno de nota.

Eu queria fazer uma última menção a uma operação realizada no mês passado. A Embraer conseguiu concluir um acordo de venda de oito aeronaves, com a promessa de duas aeronaves. São aeronaves comerciais, serão usadas pela companhia aérea jordaniana e também em voos regionais. Essa operação montou a US$800 milhões e deve se expandir também, imagino, para o avião... Há um interesse no KC-390 brasileiro, esse com aplicação não apenas militar, mas civil e humanitária.

Eu queria dar uma última palavra e concluir, Srs. Senadores, Sr. Presidente, dando um salto no tempo para 2024, obviamente se estiver lá depois da aprovação de que dependo, com o escrutínio dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRCIO FAGUNDES DO NASCIMENTO - Em 2014, vamos celebrar exatamente 65 anos de relações diplomáticas e 40 anos de abertura da nossa missão em Amã. A minha convicção é que essas efemérides serão uma ocasião mais propícia e não a única para reforçar a presença brasileira no país, sobretudo com a difusão da nossa riqueza cultural, presente nas expressões da nossa música, da nossa dança, das nossas artes plásticas e da nossa literatura.

Era basicamente o que eu tinha a dizer.

Agradeço imensamente o tempo e a atenção de V. Exas.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) - Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apenas para o nosso Senador Marcos do Val, Presidente da Frente Árabe, poder já manter essa relação para que a gente possa, a partir do ano que vem, poder contribuir com a celebração dessas longas décadas de relação entre os dois países.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES. Para interpelar.) - Realmente, a gente tem que agregar.

Eu queria saber, não sei se o senhor citou e acabei não prestando atenção, se já tem um nome do grupo terrorista que está... Porque estão se subdividindo esses grupos.

O SR. MÁRCIO FAGUNDES DO NASCIMENTO (Para expor.) - Exatamente, Senador.

É uma questão com várias capilaridades e interações, mas a preocupação, não apenas da Jordânia, mas de todos os países, é com o financiamento desses grupos...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) - De onde surgem os recursos...

O SR. MÁRCIO FAGUNDES DO NASCIMENTO - Os recursos são sempre silenciosos das criptomoedas. A Jordânia tem uma questão de segurança muito sensível no norte da sua fronteira com a Síria, onde atuam grupos terroristas financiados basicamente por criptomoedas e majoritamente pelo tráfico de anfetaminas. A região se transformou numa região produtora de anfetaminas.

A anfetamina local recebe um nome de fantasia, chamada captagon. Segundo a Agência das Nações Unidas, no ano passado os grupos se alimentaram de recursos da casa de US$30 bilhões, apenas no ano passado, com a produção e a comercialização. Uma preocupação da Jordânia é que o país possa se transformar numa rota, ainda não é, mas que possa se transformar numa rota dessas anfetaminas para os países do Golfo. A preocupação é com esses grupos. Eu acho que o mais visível é o Estado Islâmico, é o que mais se beneficia desses recursos que historicamente, já considerando o conflito na Síria que já completou dez anos, é uma fonte inesgotável de recursos e inclusive de aliciamento de novos integrantes numa área em que os índices socioeconômicos andam muito deprimidos.

O Embaixador Fernando Abreu mencionou o desemprego na Tunísia, o desemprego na Jordânia é o mais alto da região, na casa de 15%, chega a 50% no caso dos mais jovens. O da Tunísia é na casa de 15% também, um pouco mais abaixo. Essa é uma preocupação, portanto, com o enrendamento social, considerando um exército pronto para ser aliciado.

Mas respondendo à sua pergunta, a Jihad islâmica é hoje... O Estado Islâmico, menos a Jihad islâmica, o Estado Islâmico, o chamado Isis, é a grande preocupação de segurança no Oriente Médio hoje.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Eu vou retomar aqui a ordem. *(Fora do microfone.)*

Queria agradecer a exposição do Sr. Embaixador Márcio. Eu também tenho perguntas para lhe fazer e vou lhe antecipar as duas que vieram do e-Cidadania. E vou lhe passar uma que eu acho particularmente oportuna, que foi formulada pelo nosso sempre colaborador Tarcísio, que diz respeito a acordos de exportação de frangos do Brasil para a Jordânia. Então, esses dois eu estou lhe passando. Nós vamos respeitar a ordem.

Ladies first, a Embaixadora Paula tem algumas perguntas.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Pela ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Eu vejo pelo seu rascunho que ela será breve.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Haveria algum problema de eu continuar assistindo do meu gabinete, porque eu precisava despachar um outro assunto? Não? Estou dispensado?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Posso lhe dar uma sugestão? Desliga o microfone. *(Risos.)*

A SRA. PAULA ALVES DE SOUZA (Para expor.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Na realidade, eu recebi perguntas de dois jovens, eu suponho, enfim, de São Paulo, são todos paulistas e trabalham todos na área de ciências e educação. Acho que, antes de mais nada, seria importante mencionar que a maior parte do orçamento da Unesco, tanto no próprio orçamento geral da Unesco como no escritório aqui, é dedicada à educação. Nós podemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

falar da ordem de cerca de 85%. Portanto, embora o tema da cultura seja um tema que dê grande visibilidade à Unesco, é o tema da educação, de fato, que leva a maior parte do orçamento da Unesco.

As perguntas, então, giraram... A da Anna Baptista vai especificamente na parte de pesquisas científicas. Eu mencionei na minha intervenção justamente o grande apoio que o Brasil já deu e continuará dando à necessidade de que nós tenhamos maior acesso a dados científicos e a pesquisas científicas justamente no programa Ciência Aberta. E eu gostaria de ousar um pouco mais. Eu mencionei que seria importante que nós propuséssemos e enfatizássemos a necessidade de que pesquisas sejam publicadas em língua portuguesa. As pesquisas são todas publicadas em inglês ou em francês, e é muito importante que os países da CPLP se juntem em torno de publicações de pesquisas científicas em língua portuguesa.

A pergunta seguinte é de Rafael Silva. Ele pergunta quais seriam justamente as minhas prioridades no âmbito da educação. Eu me sinto hoje numa posição privilegiada depois de chefiar, por seis anos, a unidade responsável pela promoção da cultura e cooperação educacional do Itamaraty. Então, sou responsável pelos programas de estudantes de convênio e pelo contato com a Capes e com CNPq. O que me parece a minha posição como delegada brasileira será sempre mapear e divulgar todas as possibilidades de participação nossa, do Brasil, em programas da Unesco que justamente deem maior visibilidade aos programas que nós temos ou o estímulo justamente para a mobilidade acadêmica.

Naturalmente, o programa... Aí me remeto já à pergunta de Lara. Na parte de educação, no sistema muito bem estruturado da Unesco no seu setor de educação, há a educação básica, a educação superior e a grande ênfase dada pela Unesco no período de pós-pandemia, e eu acho que isso é um tema que, para nós, é de particular relevância, ao ensino técnico vocacional. Há a necessidade de inclusão social de jovens brasileiros que hoje não estudam e não trabalham, há a necessidade de se pensar que se viabilize justamente um mercado de trabalho para esses cidadãos.

Por fim, os meus objetivos como delegada são exatamente na posição, como mencionei, numa posição privilegiada, de estar à frente do Itamaraty, representando o Brasil, onde eu vou poder justamente levar todas as nossas políticas, boas práticas no campo da educação, no campo da cultura e no campo das ciências, porque a Unesco, como eu disse, é um enorme campo para a reverberação das nossas boas práticas. É um campo multilateral onde nós temos um pé importante com o grupo latino-americano, com o grupo africano e mesmo com o grupo europeu por intermédio de Portugal e da Espanha. De um lado, então, como eu disse, mapear, informar a própria Unesco, mas também informar a Secretaria de Estado e o Itamaraty, em Brasília, porque esse, sim, fará a coordenação com o Ministério da Educação, com as áreas pertinentes da cultura, ciência e tecnologia. Esses, sim, são os responsáveis pelas políticas internas nas suas áreas específicas.

Enfim, muito obrigada. Muito obrigada pela oportunidade.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Eu indago se, além das perguntas que já estão satisfatoriamente respondidas, há alguma pergunta a mais a fazer à nossa futura Embaixadora junto à Unesco.

Eu, inclusive, gostaria de levar, gostaria de que a nossa Secretaria da Comissão enviasse o seu plano estratégico, o seu planejamento estratégico para a Comissão de Educação. Nós vamos enviar, porque compreende a educação, a cultura e o esporte. Afinal, de lá poderão surgir também sugestões para o seu trabalho, se tudo correr bem aqui.

A SRA. PAULA ALVES DE SOUZA (*Fora do microfone*.) - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Eu passo aí, nessa condição, a palavra, para responder às perguntas do e-Cidadania, e quero fazer um esclarecimento a respeito dessa questão. Não tem a precedência, mas é um pouco mais complexa.

Nós temos notícia de que alguns países têm resistência à aquisição de carne de frango que fora alimentado por farelo de ossos de ruminantes. No meu estado, que é o maior exportador, junto com o Paraná, de carne de frango, eu próprio fiz um empenho muito grande para ampliar o rol da nossa exportação para o Oriente Médio - isso há 20 anos. Vi, com satisfação, num supermercado do Kuwait, a compradora chegar ao supermercado, ver várias marcas - francesa, inglesa, americana - e dizer, com um dialeto próprio: "Shadia". Ou seja, ela queria produto da Sadia. Isso me encheu de alegria, porque, como Governador de Santa Catarina que eu era, mostrava que nós tínhamos marca e reconhecimento de marca.

Então, eu incluo, como terceira pergunta, o que foi sugerido, eu repito, pelo nosso amigo Tarcisio, que, durante um belo período, animou esta Comissão com um trabalho muito diligente, e quero dizer que, neste momento, já consultei o nosso ex-Secretário da Agricultura, que foi comigo para o Oriente Médio, naquela época o Odacir Zonta, que hoje presta serviço à CNI e disse que Santa Catarina já aboliu o farelo de osso de ruminante e também tem a mesma restrição para que aquele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

frango seja alimentado com farelo de carne. Mas, repito, é a terceira pergunta e não merece mais do que essa condição, apesar da peculiaridade dizer respeito ao meu estado.

O SR. MÁRCIO FAGUNDES DO NASCIMENTO (Para expor.) - Obrigado, Senador. Se o senhor me permitir, começaria por ela, respondendo a última pergunta.

Sim, de fato, o Governo da Jordânia apontou recentemente a dificuldade em continuar a importar o frango brasileiro, exatamente porque detectou, na composição da ração da alimentação, os chamados farelos de ossos de ruminantes. Muito bem. Essa questão está sendo ainda examinada, porque, obviamente, se trata de uma questão técnica. A exemplo do que aconteceu com as exportações da carne brasileira, isso acontece inclusive com alguns países europeus. Eu tenho conhecimento disso direto, sendo diretor de Europa no Itamaraty.

Essas questões são resolvidas pelo esclarecimento, por visitas técnicas, por apresentação de relatórios, de tal forma que o fluxo comercial não seja interrompido.

Obviamente, a Jordânia não tem nenhum interesse em suspender a importação da carne de ave do Brasil, como eu citei. Há uma preferência, como o senhor mencionou, no mundo árabe - e, na Jordânia, não é diferente -, pela carne de ave do Brasil e, inclusive, pela carne bovina, que atendem a todos os critérios e, nesse caso, a critérios religiosos estipulados pelo próprio consumidor, nem mesmo pelo Governo da Jordânia, mas pelo próprio consumidor.

Qual é o estado da arte hoje disso? Isso é um problema? Não, não é. Há uma dificuldade técnica que, até onde eu sei, tem recebido o empenho dos técnicos do Mapa brasileiro. O Governo da Jordânia solicitou que os esclarecimentos fossem apresentados até 31 de dezembro deste ano, para, então, voltar ao assunto com o Governo brasileiro.

Digo que isso surpreendeu de alguma forma o empresariado brasileiro e o empresariado jordaniano, mas é uma questão que tem merecido a atenção e o cuidado de todos os atores envolvidos.

De nossa parte, nós temos a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, que é muito atuante, muito atenta, e não acredito que isso se transforme num problema ou numa questão comercial que venha a afetar o relacionamento com a Jordânia.

Hoje, não está resolvida. Não está resolvida, mas tem recebido dos técnicos brasileiros toda a atenção para que os esclarecimentos na composição da alimentação do frango sejam... Eu imagino que isso possa resultar... Não li nada a respeito, mas isso pode resultar numa visita técnica do Governo jordaniano ao Brasil, como aconteceu recentemente, quando houve o embargo generalizado, linear, à carne brasileira, como tem havido - o senhor é um Senador do Sul - com relação a focos de febre aftosa, para saber se a febre aftosa foi erradicada por vacinação ou simplesmente por cuidados técnicos. Essa é uma questão que oscila muito nas relações comerciais entre os países, não apenas com a Jordânia.

Então, a questão está sob exame hoje do Governo brasileiro. E, como eu disse, há um interesse das duas partes em que o assunto se resolva o mais prontamente possível.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRCIO FAGUNDES DO NASCIMENTO - Eu tenho aqui, Presidente, duas perguntas. A primeira é da Fernanda Carvalho, do Rio de Janeiro, que me pergunta o seguinte: "Qual a solução para o problema do excesso de refugiados no país? Como a Jordânia pode ajudar seus países vizinhos a alcançar a paz?".

São duas perguntas em uma. A primeira é... Bom, a Jordânia, como mencionei, é um país que tradicionalmente acolhe refugiados, a começar pela primeira leva, em 1948, com 700 mil refugiados palestinos que atravessam o Jordão e recebem a cidadania jordaniana. Hoje nós temos, entre os refugiados palestinos... São 4,5 milhões de refugiados palestinos, gente sem teto, gente sem pátria, gente sem um Estado, dos quais 2,2 milhões apenas na Jordânia.

Portanto, a carga de estrutura que a Jordânia recebe e que procura manter é brutal.

A solução para o problema dos refugiados passa pela - no caso dos refugiados palestinos - solução dos dois Estados, passa pela solução do conflito Israel-Palestina.

Aqui, rapidamente: hoje não há nenhuma proposta sobre a mesa, e a Jordânia ocupa historicamente um lugar central na questão dos refugiados, na solução de dois Estados. É um dos pontos cardeais da política externa jordaniana a solução da questão do retorno da questão dos palestinos, e o segundo é exatamente a criação de um Estado palestino.

Portanto, não há solução a curto prazo. Essa é uma questão que já vai completar 80 anos nesta década. Houve avanços, houve recuos, e o Brasil tem sido um ator, desde o início, muito atuante nessa questão, mas passa, no caso dos refugiados palestinos, pela solução de um conflito que se aproxima de completar cem anos - 80 anos - e é possível que vá além.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quanto aos refugiados sírios, isso, sim, tem uma solução mais à vista, porque a Jordânia hoje abriga 676 mil refugiados sírios, obviamente fugidos de um conflito que já completou dez anos. Essa é uma solução que poderá, quando a Síria sair da crise em que se encontra, ter um refluxo e um alívio na situação dos refugiados sírios.

A segunda pergunta, dentro da pergunta da Fernanda, é: "Como a Jordânia pode ajudar seus países vizinhos a alcançar a paz?".

Não há solução simples, mas acredito que uma solução à vista é respeitar as credenciais da Jordânia como um interlocutor incontornável para o conflito Israel-Palestina. Sempre que - a história mostra - houve uma desconsideração ou, de alguma forma, não houve uma geometria diplomática, uma dinâmica de negociação que considerasse a Jordânia como uma parceira indispensável nesse processo, os processos não avançaram. Essa questão avança quando a Jordânia tem as suas credenciais como uma dinastia árabe, e, nesse caso, há um entrelaçamento - isso é importante - entre a autoridade política e a liderança religiosa. Esses dois poderes, essas duas potestades são indispensáveis para tratar da questão Israel-Palestina, para tratar da questão de Jerusalém, para tratar da desocupação de Gaza, para tratar da desocupação da Cisjordânia.

Quando esse aspecto, que parece muito simples, mas é fundamental para os jordanianos, é ignorado, o processo não avança.

Como alcançar a paz? Promovendo a diplomacia.

Já estivemos mais próximos de uma solução. Hoje não há nada, a não ser uma solução lançada em 2003 pelas Nações Unidas, que compôs um condomínio para tratar disso. Mas o que é que se tem? O condomínio é um consórcio de Estados Unidos, Rússia, União Europeia e Nações Unidas. Os quatro, esse quarteto hoje está engolfado em seus próprios problemas. Nós temos uma crise geopolítica com a maior invasão territorial desde a Segunda Guerra, que é a Guerra da Ucrânia; a maior movimentação de tropas na Europa desde a Segunda Guerra; Estados Unidos e Rússia envolvidos diretamente; as Nações Unidas, bom, como foro multilateral privilegiado, com o Conselho de Segurança, para tratar do tema; e a própria União Europeia hoje sob o efeito da crise energética, apesar das cinco rodadas de sanções que decidiram implementar contra a Rússia. Portanto, é um problema no Oriente Médio que acaba tendo um transbordamento para questões de geopolítica mundial. Quer dizer, nenhuma solução será tão simples, mas ela será absolutamente impossível, inviável, se não se considerar o papel da Jordânia como um negociador no conflito Israel-Palestina.

Segunda pergunta, que me faz a Aleine Ferreira, de Goiás: "Quais as suas principais metas para aperfeiçoar [...] a relação entre os países?".

A questão do frango eu acho que é emblemática e serve como um exemplo que eu utilizaria como resposta: entendimento, esclarecimento, de tal forma que... Não existe sombra no relacionamento entre o Brasil e a Jordânia, mas exatamente para que nenhuma sombra, nenhuma dificuldade permaneça entre os dois países, é ter entendimento, esclarecimento, boa-fé.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Quero agradecer *(Fora do microfone.)* ... a clareza das suas palavras em resposta às três questões e dizer que é muito difícil ser claro e esclarecedor em um assunto tão longevo, aliás, num problema tão longevo.

E quero lembrar que eu lhe faço dois votos. Primeiro, que o senhor reze por nós quando visitar a Petra, aquela igreja incrustada naquela rocha - acho que é arenito aquilo, não é isso? Quem assistiu ao Indiana Jones, *Indiana Jones e a Última Cruzada*, também vai conhecer alguns aspectos mais folclóricos do ambiente, que é extraordinário.

Segundo, eu faço votos de que em breve, complementando os Caminhos de Santiago de Compostela, nós tenhamos o Caminho de Peabiru, na América Latina, que é um imenso horizonte turístico e cultural, e o Caminho de Abraão, que passa por Petra - sai de Ur e vai até o Egito, que é o caminho do Abraão - e que, com um pouquinho mais de paz, pode ser gradualmente estendido. E que o senhor possa testemunhar isso - eu vi a satisfação aqui do nosso Fernando Abreu. São os meus votos.

O SR. MÁRCIO FAGUNDES DO NASCIMENTO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Infelizmente, eu sou obrigado a dar sequência.

Informo que as próximas sabatinas serão remotas.

Eu não posso abusar da generosidade do Senador Marcos do Val, que assumiu a relatoria do nome do Sr. Evaldo Freire, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata, que é indicado para a República Islâmica da Mauritânia.

Pergunto se ele está sintonizado.

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 3, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor EVALDO FREIRE, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica da Mauritânia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Eliane Nogueira

Relatório: Pronto para deliberação *(Pausa.)*

Então, eu passo a palavra ao Relator *ad hoc*, o nosso Vice-Presidente Marcos do Val, para a leitura do relatório. Não sei se é o relatório ainda da Senadora Eliane Nogueira, que, infelizmente, não pôde comparecer... Por isso, eu lhe passo a palavra e, logo depois, daremos a palavra ao Embaixador Evaldo Freire, remotamente.

Quero esclarecer que essas sabatinas foram marcadas, a rigor, ontem. Então, quem está no exterior não vai poder estar aqui presencialmente. Saúdo os que aqui estiveram e concedo a palavra ao Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES. Como Relator.) - Bom, então, agora eu vou seguir diretamente ao relatório.

A relatoria foi feita pela Senadora Eliane Nogueira.

Vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Evaldo Freire, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica da Mauritânia.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente e deliberar, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Dessa forma e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O Sr. Evaldo Freire, filho de Francisco Antônio Freire e Teresinha de Jesus Matta Freire, nasceu em 19 de agosto de 1954, na cidade de Teresina, Piauí.

Em 1976, concluiu o curso de Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/RJ. É mestre em Política Internacional pela Universidade Livre de Bruxelas, Bélgica (1995). No Instituto Rio Branco, o indicado frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática (1985), o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1994) e o Curso de Altos Estudos (2011), tendo defendido a tese com o seguinte título: "O Secom de São Francisco e a Economia Verde do Vale do Silício: Perspectivas de uma Nova Promoção Comercial do Brasil".

O indicado foi nomeado Terceiro-Secretário em 1986 e Segundo-Secretário em 1992. Chegou a Primeiro-Secretário em 2002; a Conselheiro em 2007; a Ministro de Segunda Classe em 2011; e a Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial em 2014.

Ao longo de sua carreira, desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos: Cônsul Adjunto nos Consulados-Gerais em Nova York, de 2004 a 2007, e em São Francisco, de 2007 a 2011; Diretor do Comitê Nacional da Rio+20, de 2011 a 2013; missão transitória na Embaixada de Bissau, de 2013 a 2014; e, desde 2015, Embaixador do Brasil em Malabo, Guiné Equatorial.

Em atendimento às normas do Risf, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Islâmica da Mauritânia. Constam informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, dados básicos desse país e de suas políticas interna e externa, bem como de sua situação econômica.

Segundo documento informativo anexado pelo Itamaraty, a Mauritânia conta com população de 4,15 milhões de habitantes, dados de 2019, e Produto Interno Bruto (PIB) nominal da ordem de US$8,11 bilhões, dados de 2020, sendo uma república semipresidencialista. Praticamente 100% de sua população pratica a religião muçulmana.

O Brasil reconheceu sua independência em 1960 e estabeleceu relações diplomáticas com o país em 1961. Em 2008, o Governo mauritano inaugurou representação diplomática permanente em Brasília. Em 2010, foi aberta a embaixada do Brasil em...

Vou precisar da ajuda dos... Leia isso aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) - Nouakchott.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) - Nouakchott!

Vivendo e aprendendo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) - É. *(Risos.)*

Obrigado.

A abertura das respectivas missões contribuiu para maior aproximação bilateral.

Em 2012, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica, que restou promulgado em 2017. No momento presente, a cooperação em matéria de defesa é a área mais dinâmica do relacionamento entre os dois países. Nesse sentido, o Governo mauritano celebrou contratos de compra e manutenção de aeronaves Super Tucanos A-29 (Embraer, 2012 e 2015); de compra de sistema de vigilância de fronteiras, equipamento de tráfego e sistema de controle aéreo (2015); e de uso de sistemas de aquisição e manutenção de radares fixos e móveis. Some-se a esse quadro a venda pela empresa Avibras de mísseis para utilização pelas aeronaves referidas.

No tocante às relações econômicas, o fluxo de comércio bilateral experimentou trajetória ascendente entre 2001 e 2012. O superávit comercial brasileiro está lastreado sobretudo em produtos do agronegócio (açúcar refinado e carne de frango congelada).

Desde 2014, a média anual do volume das exportações brasileiras é de pouco mais de 100 milhões. Registre-se, ainda, a venda pela Embraer, em 2019, de duas aeronaves modelo E-175 para uso da Mauritania Airlines. Já nossas importações são inexpressivas.

Por fim, observo que a comunidade brasileira que residente na Mauritânia é estimada em dez pessoas.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito deste relatório.

Encerro assim o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Agradeço muitíssimo, prezado amigo Senador Marcos do Val.

Passo a palavra ao Sr. Evaldo Freire, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica da Mauritânia, pelo prazo máximo de 15 minutos.

O SR. EVALDO FREIRE (Para expor. *Por videoconferência*.) - Muito obrigado, Exmo. Sr. Senador Esperidião Amin, na pessoa de quem agradeço a presença de todos os Exmos. Senadores presentes a este momento especial. Eu gostaria também de igualmente agradecer ao Excelentíssimo Senhor Presidente e ao Sr. Ministro de Estado pela designação do meu nome como Embaixador na Mauritânia e igualmente agradecer aos colegas diplomatas presentes e que aqui me escutam.

Antes de tudo, Sr. Senador, Srs. Senadores, esse país para o qual eu fui designado é um país muito especial. É um país que está localizado na região oeste da África, basicamente no noroeste africano, é o décimo maior território da África, tem uma dimensão territorial de um 1,030 milhão de quilômetros quadrados, mas com uma característica muito especial: somente uma pequena parcela do território é efetivamente mais densamente povoada, já que grande parte dele é basicamente deserto. É o famoso Deserto do Saara, de que tanto escutamos falar.

Efetivamente 7% da população vive em um terço do território, para dar uma ideia clara de como ainda há muito que se fazer em densidade populacional no território mauritano. É um país que tem muitos desafios, tendo em vista que é relativamente recente como país independente. Sua independência data de 28 de novembro de 1960. Efetivamente, a partir de 1961, o Brasil pôde estabelecer relações diplomáticas e, desde então, pouco a pouco, à medida que as relações de outro contexto, principalmente de caráter comercial, puderam adensar-se, foram então criadas condições mais adequadas para o estabelecimento de embaixadas, coisa que efetivamente veio a ocorrer em 2008, com o estabelecimento físico da Embaixada da Mauritânia em Brasília, e, em 2010, pelo estabelecimento da Embaixada Brasileira em Nouakchott.

É um país com muitas características, Srs. Senadores e Sr. Senador Esperidião Amin. Ele tem uma população ainda bastante carente de aprimoramentos e condições de qualidade de vida; tem um Índice de Desenvolvimento Humano ainda muito reduzido (0,546), que o coloca na 157ª posição mundial no Índice de Desenvolvimento Humano, entre 188 países avaliados; tem uma expectativa de vida dos habitantes de 64,9 anos, um índice de alfabetização ainda muito reduzido, de 53,5% da população, sendo que 40% da população têm acesso a saneamento básico, 28% têm acesso a energia elétrica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

apenas - sendo que, na população residente na região rural e, portanto, distante dos núcleos urbanos mais significativos, apenas 2% dessa população têm acesso a energia elétrica -; e 18% têm acesso à internet. E assim nós estamos falando de uma população de 4,2 milhões de habitantes, que está, portanto, mais concentrada ao redor da capital Nouakchott.

A idade média da população, contudo, é bastante jovem, de 20,5 anos, e a população com idade superior a 55 anos é apenas representada por 8% do contexto geral.

É um país, portanto, como nós podemos observar, de ainda grandes desafios. Tem um PIB de US$8,2 bilhões anuais e para uma população de 4,2 milhões de habitantes, o que faz com que o PIB médio *per capit*a venha a ser de US$1.678 apenas, e isso dentro de contextos mais generalizados em que efetivamente há uma cadeia especial da heterogeneidade étnica da população, composta por povos nômades, árabes, berberes e população negra também, o que também o distingue com situações bastante típicas, pelo fato de que, com essas características heterogêneas, há costumes que põem, em determinadas situações, em choque essas populações - lembrando que a Mauritânia tenha tido infelizmente o perfil de país que foi o último país a abolir a escravidão no mundo, e isso, nós estamos falando, em 1981, quando a escravidão foi abolida.

Ainda há desafios, há questões ainda importantes a serem levantadas com relação a isso, a esse tema que põe em choque as populações árabes e as populações negras, embora tenha havido recentemente evoluções importantes com vistas à superação desses grandes problemas.

Eu falo principalmente de que é um país, portanto - diante de um quadro como esse -, em que a institucionalidade apenas veio a ser desenvolvida relativamente de modo recente. Estamos falando de um país cuja independência é de 1960 e passando, desde o seu primeiro Presidente, Ould Daddah, por diversos Chefes de Governo, em sucessivas instabilidades políticas que levaram efetivamente o país a atravessar desafios muito, muito significativos.

Um pouco recentemente, contudo, diante desse contexto atribulado étnico e, ao mesmo tempo, com um perfil da população ainda bastante pobre, reduzidamente ainda carente de melhorias significativas, pôde-se observar que as últimas administrações do país puderam desenvolver uma atividade mais efetiva no combate ao terrorismo, que passou a ser um problema muito importante também no país, sobretudo durante o período de 2000 para cá, efetivamente. Estamos falando aí de situações em que grupos terroristas jihadistas passaram a desenvolver atividades cada vez mais próximas à população, com sequestros, com posições que vieram a conturbar bastante o desenvolvimento institucional, mas que fizeram, por outro lado, com que, diante de um desafio, surgisse uma oportunidade de poder combater, com o apoio de países significativos, o jihadismo e, ao mesmo tempo, de vir a receber a cooperação internacional com o desenvolvimento de situações de inteligência e de defesa, de recebimento de material de defesa, o que fez, efetivamente, o combate ao terrorismo o eixo central da inserção internacional da Mauritânia.

Esse combate ao terrorismo levou ao desenvolvimento de instituições e, basicamente, à criação de uma delas, que é relevante, que é o G5 Sahel, que data de fevereiro de 2014, que teve por objetivo reforçar a luta contra o terrorismo, o crime organizado e, basicamente, a imigração ilegal, mas, de outra forma, sabendo que há uma relação direta entre todas essas questões com o desenvolvimento e a infraestrutura básica para dar condições de melhoria à população. Em Nouakchott, foi estabelecida a sede conjunta deste grupo G5 Sahel, que, basicamente, é composto por Mali, Chade, Burkina Faso e Níger - são quatro países que se alinham à Mauritânia no combate ao terrorismo e, basicamente, no fortalecimento institucional da defesa e segurança nesses países. É uma luta que fez com que a Mauritânia, particularmente em relação a esses outros quatro países, fosse contemplada com vitórias importantes, que fizeram com que ela viesse a receber recursos e pudesse estabelecer um desenvolvimento importante mesmo na sua economia.

Quando eu digo desenvolvimento na sua economia, eu quero também, claro, ressaltar que, a despeito de todo esse contexto social a que me referi, que é, efetivamente, um contexto que causa muita preocupação em termos de desafios, por outro lado, ela é um país muito rico em minério de ferro, em ouro, em minérios em geral e tem uma situação também privilegiada pelo fato de sua região costeira ser particularmente beneficiada com correntes marítimas que fazem com que os recursos pesqueiros do país sejam um dos mais importantes do mundo inteiro.

Nós estamos falando de uma atividade econômica principal calcada na mineração, que responde por 60% das exportações e igualmente por boa parte das receitas governamentais.

Isso fez com que, desde um período relativamente já bastante significativo, desde 2015, a Mauritânia tenha tido oportunidades de alcançar índices de crescimento relativamente significativos. Estou falando, em 2015, de crescimento de 5,4% do seu PIB; em 2016, já houve uma redução, com 1,3%, compensada por um forte crescimento em 2017 de 6,3%; em 2018, igualmente alcançando um índice relativamente importante de 4,5%; em 2019, o país cresceu 5,9%. Contudo, com a crise provocada pela pandemia de covid, houve um decréscimo em 2020 de 1,8%, que relativamente até foi um resultado melhor do que se esperava diante da situação que efetivamente ocorreu, com boa parte das economias mundiais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com fortes decréscimos em seu crescimento. Posteriormente, em 2021, o país volta a crescer, alcançando o índice de 2,7%. Agora, fala-se no crescimento, em 2022, de cerca de 5,3%. Portanto, crescimento esse ainda calcado nos seus principais ativos econômicos, que são as atividades extrativas, calcadas principalmente na mineração, na pesca e na agricultura.

A inflação do país ainda está em níveis elevados, provocada pela insegurança mundial principalmente em decorrência do conflito ocorrido entre a Rússia e a Ucrânia, que fez com que houvesse uma forte redução da oferta internacional de alimentos, ao mesmo tempo também provocada pela situação posterior decorrente da pandemia na questão do abastecimento mundial e de suprimento das redes de comércio mundial e das grandes redes econômicas, a ponto de ainda ter sido significativa a necessidade de contar com apoio do FMI para uma facilidade ampliada de crédito e mecanismo ampliado, que foi recentemente aprovada, de maneira a facilitar o gerenciamento das contas públicas.

Estamos, portanto, falando de uma situação em que o país basicamente esteve durante bom tempo calcado nesses recursos, mas em que, em 2001, veio a ser beneficiado com uma grande descoberta de gás, que passou a ser mais bem explorada a partir de 2006. E, a partir do próximo ano, ele vai ser particularmente beneficiado com a entrada efetiva em exploração de um grande campo gasífero chamado Grand Tortue, que é um campo binacional entre o Senegal e a Mauritânia, compartilhado entre os dois países, com produção de 426 bilhões de metros cúbicos, uma das maiores jazidas de gás do mundo. E se espera que brevemente também, com a descoberta de novos recursos petrolíferos e de gás, o país se beneficie.

Eu teria muito ainda a expor, mas basicamente centrado na questão da cooperação entre os nossos países.

Eu diria que há muito ainda a ser desenvolvido, mas particularmente eu citaria a cooperação técnica, as relações com o comércio, que são muito benéficas, e principalmente a possibilidade de um desenvolvimento de cooperação na área de defesa, diante de todas essas características que fazem um país ainda muito centrado na questão da sua defesa e segurança.

Há propostas importantes significativas na área de fortalecimento dos laços militares entre os nossos países, na área de fortalecer o papel da Agência Brasileira de Cooperação.

Há a possibilidade de fortalecimento na área de cooperação em matéria educacional, o que é muito significativo. E aí eu centraria particularmente as atividades do meu trabalho, uma vez sendo aprovado por V. Exas. o meu nome, particularmente em um programa de estudante convênio, com vistas ao fortalecimento da língua portuguesa, assim, facilitando a cooperação entre os nossos países com os estudantes locais, à semelhança do que ocorre com outros países africanos de perfil mais ou menos assemelhado.

Diria também que o setor de energia aponta para oportunidades excelentes de cooperação.

E basicamente é relevante a questão de prospecção de fosfato, que aponta também para uma possibilidade que vai diretamente aos nossos interesses no sentido de ampliar as fontes de fornecimento de fertilizantes para a agricultura brasileira.

São dados que eu vejo como muito promissores e que fazem com que o nosso relacionamento entre Brasil e Mauritânia tenha realmente um horizonte bastante significativo a ser desenvolvido.

E aposto que, na área cultural, a partir do maior conhecimento mútuo entre os nossos países, os nossos laços possam também vir a ser fortalecidos, com a perspectiva de aprimorar o comércio igualmente e as relações políticas entre o Brasil e a Mauritânia.

De uma forma muito sucinta, eu diria que há muito ainda a ser desenvolvido, mas só lembro que o nosso comércio já chegou a US$198 milhões de exportações, principalmente concentradas em frango e basicamente em açúcar, que é o principal produto de exportação. A exportação de açúcar do Brasil dessa parte representa 69% do total exportado; e as exportações de carne de frango congeladas atingem 16%. Efetivamente, abre-se a partir daí um leque de alternativas que pode ser aprimorado, na medida em que sejam também fortalecidos esses laços a que eu acabo de referir-me.

Há um potencial de aumento na questão de apoio à educação, com um quadro social tão, digamos, efetivamente carente, como é o da Mauritânia, o que igualmente aponta para oportunidades num estreitamento dos nossos laços bilaterais.

Estamos falando de um país que tem suas dificuldades, mas que igualmente aponta para um fortalecimento, na medida em que temos, de um lado, uma oferta de produtos que vão ao encontro do que definitivamente a Mauritânia deseja e, igualmente, temos não só essa perspectiva de atender a questão de exportação de produtos básicos, mas igualmente de cooperação em novas oportunidades.

Enfim, faço aos senhores um agradecimento, basicamente apontando para a perspectiva de que, uma vez possa ser aprovado por V. Exas., o meu nome seja também um fator de condução a que possam ser fortalecidos os laços entre o Brasil e a Mauritânia.

Muito obrigado pela atenção de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) - Agradeço ao Embaixador Evaldo Freire, já profetizando a sua posição na República Islâmica da Mauritânia.

Agora eu vou passar para o item 7.

1ª PARTE

ITEM 7

MENSAGEM (SF) Nº 8, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Nilda Gondim

Relatório: Pronto para deliberação

A relatoria é da Senadora Nilda Gondim, que está com a palavra.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relatora.) - Obrigada, Presidente, Senador Marcos do Val.

Vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Rubem Guimarães Coan Fabro Amaral, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente e deliberar por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Dessa forma e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O Sr. Rubem Guimarães Coan Fabro Amaral, filho de Rubem Amaral Junior e Ivani Santana Guimarães Amaral, nasceu em 8 de janeiro de 1967, na cidade de Montevidéu, Uruguai (brasileiro nato de acordo com o art. 129, II, da Constituição de 1946).

Em 1989, concluiu a licenciatura em História pela Universidade Clássica de Lisboa, Portugal. No Instituto Rio Branco, o indicado frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática (1994), o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (2003) e o Curso de Altos Estudos (2011), tendo defendido a tese com o seguinte título: "O fim da era Mubarak: sociedade, renovação política e esperanças de democracia. Perspectivas para as relações Brasil-Egito e a política externa brasileira para o Oriente Médio". Ainda no plano acadêmico, concluiu mestrado em Arqueologia Histórica pela Universidade de Leicester, Reino Unido.

O indicado foi nomeado Terceiro-Secretário em 1994 e Segundo-Secretário em 1999. Chegou, por merecimento, a Primeiro-Secretário em 2005; a Conselheiro em 2008; e a Ministro de Segunda Classe em 2014.

Ao longo de sua carreira, desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos: Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral Tóquio, de 2002 a 2005; Chefe da Divisão de Assistência Consular, de 2005 a 2008; Chefe Substituto da Divisão das Comunidades Brasileiras no Exterior, em 2006; Encarregado de negócios nas embaixadas no Cairo, de 2008 a 2013, Acra, de 2013 a 2016, Jacarta, de 2017 a 2018; assessor da Subsecretária-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos, em 2018; Diretor da Diretoria de Estudos Econômicos e Pesquisas do Ministério do Turismo, em 2018; Coordenador-Geral na Coordenação-Geral de Turismo e Esporte, de 2019 a 2020; e encarregado de negócios na embaixada em Riade, desde 2020.

Em atendimento às normas do Risf, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República do Sudão. Constam dados básicos desse país, informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, suas políticas interna e externa, sua situação econômica, bem como relação de acordos bilaterais em vigor.

A República do Sudão ocupa território com dimensão equivalente à área dos estados do Amazonas e do Tocantins somados. Trata-se do terceiro maior país da África, mesmo após ter perdido 25% de sua área territorial com a secessão do Sudão do Sul em 2011. Nessa superfície vivem aproximadamente 37 milhões de habitantes. Em 2021, seu Produto Interno Bruto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nominal foi, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), de US$34,37 bilhões de dólares, o que propicia um PIB *per capita* de US$775,04.

Trata-se de uma república presidencialista, com 97% da população, de aproximadamente 44 milhões de pessoas, professando a religião islâmica.

Apesar de Brasil e Sudão terem estabelecido relações diplomáticas em 1968, elas adquiriram maior dinamismo neste século. Os conflitos civis entre o norte e o sul do país (1955-1972 e 1983-2005) constituíram entrave ao adensamento das relações bilaterais. O fim do conflito, em 2005, foi fator importante para o movimento de aproximação.

Em 2004, o Sudão abriu embaixada residente em Brasília, a primeira daquele país na América do Sul. Em reciprocidade ao gesto sudanês, o Brasil estabeleceu embaixada em Cartum no ano de 2006.

Na percepção do Itamaraty, o Sudão identifica o Brasil como parceiro privilegiado, capaz de contribuir para o desenvolvimento de setores importantes da economia do país e para a necessária diversificação de sua matriz produtiva. Também no plano bilateral, verificam-se relevantes iniciativas de cooperação nos domínios da agricultura e da energia.

O intercâmbio comercial segue sendo bastante incipiente. Ele tem oscilado bastante. Partindo de US$100 milhões em 2010, caiu para US$27,6 milhões em 2020. As exportações brasileiras respondem por mais de 98% desse montante. Elas estão majoritariamente centradas em açúcares (bruto e refinado). Importamos fundamentalmente plantas utilizadas em perfumaria e medicina.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito deste relatório.

Sala das Comissões.

Eis aí, Sr. Presidente Marcos do Val...

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) - Obrigado, querida. Obrigada por mais esse relatório lido.

Concedo a palavra ao Sr. Rubem Guimarães Coan Fabro Amaral, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão.

Informo ao Sr. Embaixador que o tempo destinado à exposição é de até 15 minutos.

O SR. RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL (Para expor. *Por videoconferência*.) - Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Esperidião Amin - não sei se ele está aí presente; não o vejo no vídeo -; Sr. Vice-Presidente Marcos do Val; Exma. Sra. Relatora, Senadora Nilda Gondim, a quem eu agradeço a leitura do relatório; Sras. e Srs. Senadores e Senadoras e demais membros desta Comissão; prezados colegas aqui hoje também sabatinados e demais pessoas que assistem a esta sessão de modo remoto, eu começo agradecendo pela consideração do Sr. Ministro de Estado por ter me designado como candidato a assumir a Embaixada em Cartum, no Sudão.

Quero registrar também o apoio da minha família nessa empreitada: o dos meus pais, que estão em Brasília e que me acompanham neste vídeo e, especialmente, o da minha esposa, Andreza, catarinense da cidade de Tubarão.

É um grande prazer e honra estar aqui hoje com V. Exas. E é com grande prazer também que passo a falar sobre o nosso programa de trabalho para o Sudão, que espero seja considerado satisfatório por V. Exas. Eu sumarizo brevemente o programa e depois o contextualizo.

O programa está assentado em três linhas mestras de atuação. A primeira será a avaliação das variáveis políticas, econômicas e sociais sudanesas com o fim de proporcionar elementos de planejamento da nossa cooperação bilateral com esse país. A segunda linha de atuação será a promoção do comércio bilateral e dos investimentos brasileiros no Sudão, com ênfase na promoção do agronegócio. E a terceira será a exploração de possibilidades de cooperação técnica e educacional bilateral no sentido de contribuir para a amenização de carências de todo tipo da população sudanesa e para a reconstrução econômica do país, de modo a preparar um ambiente mais adequado para o desenvolvimento das relações com o Brasil.

É sublinhar que o Sudão passa por um momento muito delicado no que diz respeito à sua situação política e social.

Desde a ocorrência da grave crise política de outubro de 2021, as forças sudanesas, forças políticas sudanesas, tentam encontrar uma solução viável para recolocar o país no caminho do desenvolvimento econômico e social. Ocorre que a persistência das divergências tem dificultado e mesmo isolado o Sudão do convívio normal com seus vizinhos regionais e com a comunidade internacional geral, o que, por sua vez, se reflete negativamente nos índices econômicos e sociais da nação sudanesa e, sobretudo, na capacidade do Governo de procurar, na cooperação com parceiros internacionais, soluções para esses problemas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Isso posto, a atuação da Embaixada do Brasil no Sudão, nos eixos descritos acima, dependerá da evolução da situação interna sudanesa e da reinserção do país no concerto internacional, de modo a permitir a previsibilidade e a confiabilidade necessárias a um relacionamento bilateral que beneficie as duas partes.

É nesse contexto de incertezas, então, que devemos projetar os interesses do Brasil nesse país africano. Vale lembrar que as relações diplomáticas, como disse a Senadora Nilda Gondim, são estabelecidas em 1968, mas que esse estabelecimento de embaixadas residentes é muito recente. Em 2004, o Sudão instala sua embaixada em Brasília, e o Brasil, a sua embaixada em Cartum, em 2006.

É uma parte da África muito pouco explorada por nós, de modo que as possibilidades para o desenvolvimento da cooperação política bilateral são enormes; elas são, na verdade, quase infinitas.

O Sudão é importante porque é o terceiro maior país africano e do mundo árabe, com um mercado de 43 milhões de pessoas e um terreno propício ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária. Sua posição geográfica, no Norte da África, sua diversidade cultural, sua capacidade de influenciar países vizinhos o torna um elo entre aquela parte do continente, a África Subsaariana, e, mais amplamente, o próprio Oriente Médio.

Na condição de ator global e superpotência agrícola, o Brasil deverá estar atento aos desdobramentos políticos no Sudão e no seu entorno.

Lembro que o Sudão detém mais de 850km de área costeira ao longo do Mar Vermelho, sendo um dos principais gargalos marítimos do globo, por onde transitam mais de 10% de todo o comércio internacional.

Para além das potências tradicionais, como os Estados Unidos e países europeus, outros atores têm alçado a região ao nível de alta prioridade estratégica. É o caso da China, da Turquia, da Rússia e dos países do Golfo, cada qual com suas agendas, não necessariamente convergentes.

A embaixada cumprirá o seu papel de observar e analisar essas variáveis, de maneira a municiar o Governo brasileiro de uma estratégia adequada ao desenvolvimento dos interesses do Brasil no Sudão.

Por que o Sudão é importante especificamente para o Brasil?

Bem, em primeiro lugar, porque o Brasil é importante para o Sudão. Do ponto de vista político, o Brasil é visto no Sudão como um ator confiável e imparcial, sem histórico de ações vistas como hostis aos interesses sudaneses. Pode, assim, desempenhar papel importante como facilitador do processo de estabilização política do Sudão e sua plena reintegração à comunidade internacional.

No momento, o Sudão se encontra num processo de transição incompleto para a democracia, que sofre tropeços, mas eu acredito que, inclusive, o próprio Parlamento brasileiro poderá contribuir para que essa transição seja levada a termo, uma vez que eles carecem da *expertise* necessária para isso.

No que diz respeito ao significado econômico e comercial, o Sudão é um país carente de praticamente tudo, desde produtos básicos a bens de alto valor agregado. O Brasil produz praticamente tudo que o Sudão precisa, sendo que também o Sudão produz itens de interesse para a economia brasileira.

Ainda assim, conforme inferiu a Senadora Nilda Gondim, os números do nosso comércio são modestos. Em 2022, no que vai de ano, exportamos US$80 milhões, aproximadamente, e importamos menos de US$1 milhão. Esse comércio já foi de quase US$100 milhões há dez anos. Desde 2012 o fluxo comercial vem diminuindo, a ponto de ter atingido, em 2021, tão somente US$20 milhões no seu conjunto, com valores sempre superavitários para o Brasil. Certamente a instabilidade política no Sudão terá contribuído para tamanha redução. E é preciso pugnar por superar os valores atuais, que são meramente simbólicos, mesmo que amplamente favoráveis ao Brasil.

A Embaixada do Brasil em Cartum prestará firme apoio a empresários e agricultores brasileiros desejosos de estabelecer negócios no Sudão e estará empenhada em criar condições para a retomada e ampliação das atividades empresariais conduzidas por brasileiros no país. O mesmo será aplicado a empresários sudaneses que queiram investir no Brasil. Para tal, estaremos empenhados na facilitação de missões empresariais e oficiais nos dois países. A embaixada espera poder contar, nesse sentido, com o apoio da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira e da Afrochamber.

Nesse contexto, a agricultura e o agronegócio surgem como pontos de importância fulcral para os interesses do Brasil no Sudão. A agricultura é o primeiro e principal foco do interesse brasileiro nesse país na verdade. O Sudão tem um enorme potencial agrícola, a ponto de já ter sido considerado, na década de 1970, um possível grande celeiro para o Oriente Médio. Infelizmente, isso não vingou. A produtividade local permaneceu tradicionalmente baixa, pouco mecanizada, tecnologicamente atrasada e com culturas pouco variadas e concentradas em cinco produtos básicos: algodão, amendoim, gergelim, goma arábica, sorgo, cana-de-açúcar. Dificuldades na obtenção de insumos e financiamentos, a progressiva desertificação de terras agricultáveis - porque o Sudão tem um grande passivo ambiental -, problemas logísticos e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

finalmente, restrições de acesso a mercados externos completam o panorama pouco propício ao desenvolvimento agrícola sudanês, que, mesmo fragilizado, responde por um terço do PIB do país.

A segurança alimentar apresenta-se, assim, como fator de extrema importância e elemento de atração para o agronegócio brasileiro, cujo padrão de excelência é bem conhecido no Sudão. Ao contrário do que ocorre em outros países, a mídia sudanesa não associa a agricultura brasileira à degradação ambiental, como, por exemplo, ao incremento do desmatamento na Amazônia. Tudo conflui positivamente para uma ação de longo prazo, que inclui cooperação técnica e promoção comercial por parte do Brasil, de modo a que o nosso agronegócio apareça como fonte de soluções para os desafios da agricultura sudanesa.

O Brasil terá muito a ganhar como um parceiro pronto a ouvir as necessidades sudanesas, em tecnologia, em técnicas agrícolas, sobretudo com a participação da Embrapa e seus programas de desenvolvimento de sementes já aplicados em outros países africanos. Isso proporcionará ao Sudão maior produtividade e, consequentemente, segurança alimentar.

Aqui cabe destacar que a segurança alimentar no Sudão é um assunto de extrema importância, sendo que o Sudão tem um quinto das crianças que sofrem de raquitismo no mundo, para que os senhores entendam como o problema é grande.

É preciso registrar que os produtos agropecuários brasileiros já perfazem 86% das nossas exportações para o Sudão, mas são extremamente concentrados em trigo, centeio e açúcar.

Há espaço para grande crescimento. Mais concretamente, há interesse expresso do Sudão em desenvolver a produção local de carne, de aves e de aumentar a produção de etanol, onde já temos um projeto importante em curso, uma cooperação entre o conglomerado local Kenana e a empresa brasileira Interunion, que produzem etanol a partir de batata-doce no sul do Sudão.

Além da falta de investimentos no setor agrícola e de acesso a novas tecnologias, o Sudão carece de pessoal com conhecimento técnico capaz de agregar valor aos itens produzidos localmente.

A presença brasileira do Sudão poderá, sim, concretizar-se também em atividades de processamento de bens primários, sem necessariamente limitar-se à sua extração ou cultivo, facilitando a desejada agregação de valor de bens produzidos localmente, com destino tanto ao mercado interno quanto ao externo.

A embaixada deverá, sim, difundir a imagem do agronegócio brasileiro como indutor do comércio da capacitação de captação de investimentos e tecnologia. Espero obter, como resultado, a abertura ou incremento de outros nichos de interesse do Brasil no Sudão.

Nesse quesito, espera-se, por exemplo, aumentar substancialmente a exportação de máquinas agrícolas e tratores, itens que, embora ainda em quantidade modesta, constam tradicionalmente da nossa pauta de exportação para aquele país.

Sublinhe-se já haver histórico importante de negócios firmados por empresários brasileiros com parceiros locais e de terceiros países com vistas à produção de laticínios, açúcar e etanol no sul do Sudão, conforme eu já tinha dito.

O mercado financeiro sudanês também oferece oportunidades para o Brasil. O sistema bancário sudanês é extremamente frágil e, em razão do isolamento a que o país foi submetido durante quase 30 anos, perdeu capacidade operacional. As instituições financeiras brasileiras poderão contribuir para a readequação do sistema bancário sudanês às práticas internacionais, de modo a permitir operações com moeda estrangeira, especificamente os intercâmbios com o Brasil.

O campo da cooperação educacional e técnica também é importante, uma vez que o Governo do Sudão indicou recentemente sua intenção de relançar a agenda de cooperação técnica com o Brasil, sugerindo não apenas tópicos nas áreas da agricultura e pecuária, mas também em saúde e educação.

O Itamaraty, por meio da Agência Brasileira de Cooperação, assim como instituições governamentais como a Embrapa e a sociedade civil brasileira, têm substantivo histórico de cooperação nas áreas da agricultura, pecuária, erradicação da pobreza no campo, combate à violência e empoderamento das mulheres, entre outros.

A embaixada desenvolverá programas de cooperação com essas instituições, mas também com outras do Sistema S, como Sebrae, Senai e Senac, para qualificação da mão de obra sudanesa, aproveitando-se de instrumentos bilaterais já em vigor que proveem marcos normativos para essas atividades.

Além dos projetos já mencionados, também serão exploradas possibilidades de intercâmbio estudantil e universitário com instituições de educação sudanesas.

Há, obviamente, também possibilidades na área de cooperação trilateral, principalmente com países do Golfo, como Kuwait, Catar e Arábia Saudita, que são países que têm grandes recursos destinados a serem investidos no Sudão.

Resumindo, trata-se de um horizonte muito promissor de cooperação, lembrando também que, na parte político-institucional, o Brasil poderá cumprir um papel importante, contribuindo para a estabilização da situação interna no Sudão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

por meio do talvez maior engajamento com missões da ONU naquele país e em outras oportunidades que venham a surgir no futuro, à medida que a transição sudanesa for avançando. No momento, ela se encontra praticamente estagnada e o país sofre com restrições de todo tipo, isso tendo em conta que houve um crescimento promissor do Produto Interno Bruto nos últimos dez anos, basicamente com a extração de petróleo, cuja capacidade foi prejudicada com a independência do Sudão do Sul, mas o país tenciona também desenvolver outros nichos de exploração econômica, dos quais o Brasil poderá participar, conforme eu citei aqui no meu texto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Eu lhe agradeço.

Nós vamos passar imediatamente para o último item das sabatinas. Trata-se da Mensagem nº 7 neste plenário.

1ª PARTE

ITEM 6

MENSAGEM (SF) N° 7, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor LEONARDO CARVALHO MONTEIRO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação

A relatoria originalmente é do Senador Nelsinho Trad.

Designo como Relator o nosso querido Senador Marcos do Val, a quem eu concedo cinco minutos. *(Pausa.)*

Tem alguém que está ligado.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES. Como Relator.) - Eu só estou com cinco minutos; vou atropelando, então.

Bom, obrigado, Presidente.

Vem para o exame desta Comissão a indicação feita pelo Presidente da República do nome do Sr. Leonardo Carvalho Monteiro, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Em observância ao Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata, que é filho de Ivan Carvalho Monteiro e Zenaide Carvalho Monteiro. Nasceu em 22 de junho de 1958, em São Paulo, capital.

No ano de 1979, concluiu o curso de Letras pela Universidade Mackenzie, em São Paulo.

Em 1982, frequentou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática.

Em 1991, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e, em 2013, o Curso de Altos Estudos.

Iniciou sua carreira no ano de 1983, como Terceiro-Secretário, tornando-se, em 1987, Segundo-Secretário; e, em 1997, Primeiro-Secretário. Por merecimento, em 2006, chegou a Conselheiro; e, em 2015, a Ministro de Segunda Classe, passando para o quadro especial em 2018.

Entre as funções desempenhadas pelo diplomata indicado, no Brasil e no exterior, podemos mencionar: Cônsul-Adjunto em Ciudad del Este (1988-1991); Cônsul-Adjunto em Genebra (1991-1994); Assessor e Subchefe da Direção-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros (1994-1997); Cônsul-Adjunto em Barcelona (1997-2000); Primeiro-Secretário na Embaixada em Wellington (2000-2003) e na Embaixada em Varsóvia (2003- 2005); Subchefe da Divisão de Pessoal (2005-2006); Assessor do Departamento do Serviço Exterior e Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada em Islamabade (2006-2007); Assessor da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (2007-2010); Cônsul-Geral Adjunto em Paris (2010-2014); Conselheiro, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Jacarta (2014-2016); Embaixador comissionado da Embaixada em Nouakchott desde 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Vou ter que fazer como quando era criança: escrever dez vezes no quadro - dez vezes e olhe lá.

Em 2015, foi condecorado com a Ordem de Rio Branco no grau de Comendador e a Medalha de Mérito Santos Dumont.

Em atendimento às normas do Risf, a mensagem presidencial veio, ainda, acompanhada de documento informativo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Guiné Equatorial.

Brasil e Guiné Equatorial mantêm relações diplomáticas desde 1974. A Embaixada da Guiné Equatorial em Brasília foi instalada em 2005, e a Embaixada do Brasil em Malabo, em 2006.

As relações bilaterais recentemente foram impulsionadas por visitas de autoridades de alto nível e também pelo ingresso da Guiné Equatorial na Comunidade de Países de Língua Portuguesa no ano de 2014.

Desde 2005, foram assinados diversos acordos sobre cooperação técnica; cooperação educacional; criação da Comissão Mista de Cooperação; exercício de atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal diplomático; isenção de visto para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço; formação e intercâmbio de experiências no âmbito diplomático e consular; e cooperação em matéria de defesa.

De 2004 a 2014, o comércio entre o Brasil e a Guiné Equatorial experimentou importante crescimento: de 17 milhões, em volume total, para 1,1 bilhão, que foi recorde histórico. No entanto, na sequência, houve forte retração, caindo para 43,5 milhões em 2019, sendo que as exportações foram 9,5 milhões e as importações, 34 milhões.

Em 2020, as exportações brasileiras para a Guiné Equatorial chegaram a US$44,8 milhões e as importações caíram para US$4 milhões. Assim, a corrente de comércio foi de US$48,8 milhões.

Em 2021, houve nova redução das exportações para US$15,4 milhões, sem registro de importações.

Até o ano de 2017, na pauta de importações brasileiras predominavam produtos da indústria petrolífera (óleos brutos de petróleo e gás de petróleo, em geral). Essa situação se repetiu em 2019.

Já em 2018 e 2020, as importações foram exclusivamente de metanol.

Em 2020, o Brasil exportou tubos de ferro e aço.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório, e assim eu encerro.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Muito obrigado, prezado amigo e nosso Vice-Presidente Marcos do Val pela sua inestimável colaboração.

Concedo a palavra ao Sr. Leonardo Carvalho Monteiro, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial - e, concedendo o prazo de até 15 minutos, consulto se o senhor pode, nesse espaço, abordar também os assuntos que lhe chegaram pelo e-Cidadania; se puder, daremos por satisfeitas as nossas condições. Muito obrigado.

Com a palavra o Sr. Leonardo Carvalho Monteiro.

O SR. LEONARDO CARVALHO MONTEIRO (*Por videoconferência*.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não sei se estão me ouvindo bem.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Muito bem.

O SR. LEONARDO CARVALHO MONTEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) - Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão, Exmo. Senador.

Sr. Vice-Presidente da Comissão, muito obrigado.

E aos nossos colegas presentes e aos Senadores presentes também agradeço a atenção.

E gostaria também de agradecer ao Sr. Ministro de Estado a minha indicação ao cargo de Embaixador junto à República da Guiné Equatorial.

Bom, a Guiné Equatorial se situa na África Central. Ela tem uma condição territorial *(Falha no áudio.)...* e ela mantém fronteiras com Gabão, São Tomé e Príncipe, Camarões e Nigéria.

A capital situa-se na Ilha de Bioco, chamada de Malaco, e a principal cidade do país, a mais extensa, é a cidade de Bata, no continente. O país tem uma população de 1,4 milhão habitantes. A condição territorial é de 28 mil quilômetros quadrados, e 58% são cobertos por florestas tropicais.

A densidade demográfica do país é baixa, por volta de 45 pessoas por quilômetro quadrado, e a população do país é majoritariamente jovem: 40% têm menos de 20 anos.

Curiosamente, a Guiné exibe a maior taxa de alfabetização, e cerca de 90% da população é majoritariamente católica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O país está dividido em sete províncias, e podemos dizer que o PIB está por volta de US$12 bilhões.

Infelizmente o país ocupa, no Índice de Desenvolvimento Humano, o 145º lugar, com uma expectativa de vida por volta de 60 anos e a média de mortes de bebês recém-nascidos é o dobro da média mundial.

Bem, o país é rico em petróleo, gás, madeira, ouro, bauxita e diamante, além de minerais raros e tem... A agricultura é pouco explorada, mas ela tem um grande potencial em razão do rico solo vulcânico.

A independência do país foi declarada em 1968 e foi..., sendo que é o único país africano que tem o espanhol como língua oficial.

Desde 1979, o país é governado pelo Presidente Teodoro Obiang Mbasogo, que foi reeleito agora, domingo, dia 20, pelo Partido Democrático da Guiné Equatorial, para mais sete anos de mandato, sendo que votaram aproximadamente 420 mil eleitores. Trata-se do Presidente mais longevo do continente. Ele tem 43 anos no poder. O seu principal candidato à sucessão seria o seu filho Teodorín Obiang Mangue.

Bem, com a descoberta de ricas jazidas marítimas de óleo e gás, em 1996, o país rapidamente teve um desenvolvimento acelerado. Ele se tornou o 37º maior exportador de petróleo e, nos anos 2000, teve um forte crescimento econômico, resultando numa renda *per capita* para o continente africano muito alta de cerca de US$20 mil anuais. Infelizmente, com a queda do preço do petróleo nos anos recentes, que baixou de US$93 o barril, em 2012, para US$47, em 2017, aliada também à ocorrência da pandemia, o país entrou numa severa recessão econômica. A população economicamente ativa é, em sua maioria, muito dependente do intervencionismo estatal, e o orçamento público é pressionado pelo escalada do desemprego e também pela necessidade de criação de novos empregos para uma numerosa...

A maioria da população é pobre, porém não miserável. Dentre os vários grupos étnicos que compõem o tecido social do país, os Fangs abarcam 80% da população.

O maior desafio que o país enfrenta é a necessidade urgente de aprimorar a ordem de governança. Dentre os aspectos positivos que ele apresenta, poderíamos citar: o potencial econômico, que é muito grande devido às riquezas que ele abriga, e também a estabilidade, se for comparada com a situação de muita instabilidade dos países vizinhos. Dentre os aspectos negativos, pode-se citar: dificuldade em diminuir os níveis de corrupção, melhorar a distribuição de renda e modificar a situação dos direitos humanos no país, que é uma das mais criticadas no continente.

O país, antes do *boom* petrolífero, exportava café, cacau e madeira. Hoje ele é grandemente dependente das exportações de petróleo e gás, responsáveis por 90% da pauta exportadora.

As relações entre o Brasil e a Guiné foram estabelecidas em 1974. E, como já foi mencionado, a instalação da Embaixada do Brasil em Malabo ocorreu em 2006.

O *boom* econômico do país atraiu empresas brasileiras de construção civil, como a ARG... a Andrade Gutierrez, a Queiroz Galvão e a OAS. Porém, a recessão a partir de 2014 tem prejudicado o retorno financeiro dessas empresas. O Governo equatorial-guineense deve aproximadamente US$500 milhões a algumas dessas empresas.

Outro fator que prejudicou o bom relacionamento existente entre os dois países foi a apreensão dos bens pessoais do Vice-Presidente Teodoro Mangue, em setembro de 2018, no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo. O Vice-Presidente vinha regularmente ao Brasil e deixou de fazê-lo a partir de então.

A Guiné Equatorial se tornou membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa desde 2014, com grande apoio do Brasil, e se comprometeu com a difusão da língua portuguesa no país, além de ter abolido a pena de morte como condição para o ingresso nessa comunidade.

Há em curso várias iniciativas de integração e cooperação decorrentes da Guiné Equatorial à adesão do país à CPLP. Aconteceram já diversas reuniões de coordenação em Malabo dos estados integrantes da comunidade e houve até mesmo a Cimeira de Negócios da CPLP em maio de 2021.

O ingresso do país na comunidade fortaleceu muito os laços bilaterais. A Guiné Equatorial tem apoiado quase todas as demandas internacionais do Brasil em fóruns internacionais e, em geral, os pedidos de apoio a candidaturas brasileiras são bem atendidos pelo Governo equato-guineense.

Com o arcabouço legal do acordo de cooperação educacional entre os dois países, também mencionado, a Guiné foi inserida no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação desde 2018 e já mais de 120 estudantes equato-guineense têm estudado em universidades brasileiras, e eles têm optado principalmente pelos cursos de medicina e engenharia.

Foi aberto recentemente o Leitorado Brasileiro na Universidade de Bata, a maior cidade do país e de fato no continente, e a embaixada dispõe de um centro de estudos brasileiros, com o objetivo de reforçar a língua portuguesa e promover a difusão da cultura brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Dentre as metas que procurarei alcançar caso tenha o beneplácito de ter meu nome aprovado por V. Exas., estão: buscar uma melhor interlocução com o Governo equato-guineense, com vistas a contemplar condições mais favoráveis para solucionar a questão da dívida governamental com as empresas brasileiras; gestionar em favor da assinatura de acordo de cooperação bilateral em matéria de defesa, não só para reforçar os laços entre os dois países integrantes, como são da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas), assim para contribuir minorar os problemas de segurança no Golfo da Guiné envolvendo ações de pirataria; também apoiar e reforçar as atividades do Centro de Estudos Brasileiros e do Leitorado Brasileiro na Universidade de Bata como forma de ampliar o ensino de língua portuguesa no país e difundir mais intensamente a cultura brasileira; estimular o intercâmbio comercial com a Guiné Equatorial, valendo-se dos efeitos benéficos da realização do Fórum de Negócios Brasil-Guiné Equatorial, já mencionado, e que ocorreu no final do ano passado.

Há certamente potencial de desenvolvimento de negócios para os setores de serviços, engenharia, construção civil, medicamentos, análises clínicas, capacitação profissional, pesca e setor de segurança; por último, é claro, buscar estreitar ainda mais os laços políticos já existentes entre os dois países.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Eu que agradeço ao Sr. Leonardo Carvalho Monteiro.

Faço uma nova consulta às Sras. e aos Srs. Senadores para que continuemos em reunião aberta, com vistas a fazer a apuração da votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Alguma dúvida, Senador Marcos do Val? Não.

Então, está aprovado.

Determino por isso à Secretaria que proceda à apuração, afinal temos que ter alguma emoção, não é?

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Aplaudo o resultado. *(Palmas.)*

Vou dar o nome de todos, afinal todos foram votados individual e pessoalmente.

Vou ler o nome de todos: Paula Alves Souza, para a Unesco; Carla Barroso Carneiro, para a FAO; Fernando José Marroni de Abreu, para a Tunísia; Márcio Fagundes do Nascimento, para a Jordânia; Evaldo Freire, Mauritânia; Leonardo Carvalho Monteiro, Guiné Equatorial; e Rubem Guimarães Coan Fabro Amaral, para o Sudão. Todos fazendo os 16 dos 16 dezesseis votos possíveis.

Então, uma salva de palmas para todos, para os que votaram também. Bate palma aí! *(Palmas.)*

Parabéns! Nós vamos, ato contínuo...

Naturalmente que todos estão liberados, junto com os nossos agradecimentos. Acho que poderíamos fazer uma foto aqui dos embaixadores e embaixadoras.

Vamos passar para os acordos. E eu já estabeleço aqui a seguinte ordem de apresentação: nosso Senador Marcos do Val, logo depois, fará o relatório dos itens 5 e 7 a 10 da pauta; e o Senador Carlos Portinho, de 1 a 4 e o 6 da pauta.

Mas antes vamos fazer uma foto aqui. Uma breve suspensão da nossa sessão.

(Suspensa às 13 horas e 46 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 49 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Retomando a nossa reunião, uma informação importante para todos os que foram sabatinados: as mensagens respectivas às sabatinas do dia de hoje serão enviadas imediatamente à Secretaria-Geral da Mesa para o prosseguimento da tramitação.

Lembro que eu tenho grandes dúvidas sobre a sessão plenária de quinta-feira, principalmente com os resultados do dia de hoje, com a vitória da Arábia Saudita, que todos esperavam, e eu, por exemplo, tinha certeza - *Allahu Akbar* -, e o empate da Tunísia com a Dinamarca. Diante de tudo isso, vocês imaginem como é que será quinta-feira. Então, nós temos que não comprometer especialmente as mensagens. Por isso, eu solicito que seja imediatamente encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa tudo o que nós tivermos de sabatinas feitas.

E peço ao Senador Marcos do Val e também ao Senador Carlos Portinho que, como nós temos todos os relatórios apresentados e esses acordos, eu quero deixar bem claro, são considerados, alguns deles, muito antigos, mas não contêm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nenhuma circunstância que pode levar a um entendimento ambíguo... Por exemplo, nós tínhamos acordos que mencionam a palavra "defesa" com a Ucrânia. Eu deliberei que isso não é oportuno, porque poderia sugerir um entendimento diverso até do escopo, uma vez que esse acordo, se a memória não me falha, foi assinado em 2010, num outro momento do mundo, até porque o Presidente da República à época era o Presidente Lula. Então, achamos que nós temos aqui apenas de evitar obstruções e deliberar. Por isso eu conto com a colaboração do Senador Marcos do Val, que não veio para brincar, mas para...

Eu só vou ler.

2ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1104, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Iêmen, celebrado em Brasília, em 6 de agosto de 2014.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Pela aprovação

2ª PARTE

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 255, DE 2022

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Seychelles, assinado em Seychelles, em 19 de maio de 2015.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela aprovação

2ª PARTE

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 263, DE 2022

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados, assinado em Lima, em 1º de outubro de 2012.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela aprovação

2ª PARTE

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 254, DE 2022

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia na Área de Educação, assinado em Nairóbi, em 6 de julho de 2010.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação.

2ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 256, DE 2022

- Não terminativo -

Aprova o texto das Emendas à Convenção Internacional sobre Medida de Tonelagem de Navios, de 1969, assinado em Londres, em 4 de dezembro de 2013.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao Senador Marcos do Val, para sua manifestação.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES. Como Relator.) - É para a leitura aqui do relatório, não é? Vamos lá.

Vou direto à análise, Presidente.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado.

No tocante ao acordo, inexistem defeitos em relação à sua juridicidade. Não há, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que ela observa o dispositivo no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

Sobre o mérito, esse não é nenhum acordo hermético, pois se abre para cooperação trilateral com outros países, organismos internacionais ou agências regionais (artigo II), além de ser, conforme acentua o trecho citado da exposição de motivos, um tratado guarda-chuva, implementado por programas executivos que podem envolver os setores público e privado (artigo III).

A fim de melhor alcançar os objetivos do acordo, serão convocadas reuniões periódicas entre as partes (artigo IV).

Como é típico desses atos internacionais, há uma cláusula que protege a troca de documentos, informações e outros conhecimentos, conforme a legislação de cada parte (artigo V). Há tratados que regulam, por acordo adicional, o sigilo desses dados, o que não é o caso.

Caberá à parte fornecer ao pessoal designado pela outra parte o apoio logístico, como acomodação, transporte, informações referenciais, para execução de programas e projetos objeto desse acordo (artigo VI), bem como regular a situação migratória e conceder isenção de taxas aduaneiras para sua instalação e retorno, isenção de impostos de renda, imunidade jurisdicional e facilidades de repatriação, com base na reciprocidade de tratamento (artigo VII).

Tal qual nas relações diplomáticas e consulares, o pessoal enviado pela outra parte não pode se distanciar das funções designadas pela proteção do acordo (artigo VIII).

Também prevê o tratado em análise que todos os bens, veículos e equipamentos que tenham sido temporariamente importados para a implementação dos projetos serão reexportados (artigo XIX).

Os artigos X a XII são dispositivos comuns nos tratados, dispondo sobre emendas ao acordo, solução de controvérsias (no caso, por consultas diretas por via diplomática), vigência e denúncia.

Em síntese, o acordo, celebrado em agosto de 2014, é louvável, mas não se pode olvidar que naquele ano se iniciou intensa guerra naquele país, ainda em curso. Cerca de 400 mil pessoas foram mortas nesse conflito de oito anos, dentre as quais mais ou menos 10 mil crianças. O enfrentamento entre os Houthis ou Ansar Allah (partidários de Deus), movimento político-religioso, e o Governo do Iêmen, que reflete em grande medida apoios de Irã e Arábia Saudita, respectivamente, levou o Iêmen a uma tragédia, em que 80% da população dependem da proteção alimentar. Esse acordo, se aprovado, só tem sentido se direcionado à ajuda humanitária.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.104, de 2021.

Assim, encerro o relatório. *(Pausa.)*

Agora, é o item 7 - é este, não é? *(Pausa.)*

Vou direto ao voto, Presidente.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Assim, encerro esta relatoria. *(Pausa.)*

É o item 8 - mande!

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Já estou avisando ao Senador Carlos Portinho que ele será convocado imediatamente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) - Vou direto ao voto, Presidente.

Ante o exposto, considerando a conveniência técnica e adequação jurídica, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 263, de 2022.

Assim, encerro esta relatoria.

Item 9.

Vou direto ao voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 254, de 2022.

Assim, encerro a relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Agora é o item 10.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) - Agora é o item 10, não é?

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 256, de 2022.

Assim, encerro a relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Muito bem. Quero agradecê-lo.

E passo a palavra agora, se estiver no ar, ao Senador Carlos Portinho. *(Pausa.)*

Designo o Senador Marcos do Val para concluir os itens 1, 2, 3, 4 e 6.

Agora eu vou ler aqui um exemplo de um projeto de decreto legislativo que eu queria ver o Senador Marcos do Val relatar - leia a ementa. *(Pausa.)*

Eu vou ler as ementas.

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 924, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o texto da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais, concluída em Viena, em 21 de março de 1986, sob a condição de formulação de reserva aos seus artigos 25 e 66.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação

2ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 974, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã, assinado em Brasília, em 2 de julho de 2018.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 987, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade da Dominica, assinado em Roseau, em 7 de julho de 2014.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação.

Quero dizer que eu achei no mapa onde fica a Comunidade de Dominica - eu me dei ao trabalho de procurar - e que não é na República Dominicana.

2ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 1102, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e os Estados de Guernsey para o Intercâmbio de Informações Relativas a Matérias Tributárias, celebrado em Londres, em 6 de fevereiro de 2013.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação.

Também quero dizer que tive o cuidado de descobrir onde ficam os Estados de Guernsey: no Canal da Mancha.

2ª PARTE

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 98, DE 2022

- Não terminativo -

Aprova o texto do Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a República da Áustria, assinado em Brasília, em 3 de setembro de 2014.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação

Esses cinco acordos ainda estão atribuídos ao Senador Carlos Portinho. *(Pausa.)*

Ele está chegando? *(Pausa.)*

Eu passo a responsabilidade da leitura dos relatórios ao Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) - Farei com o maior prazer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Item 1.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES. Como Relator.) - O.k. Vou direto ao voto, Presidente.

Ante essas considerações, a opinião é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 924, de 2021, que veicula o texto da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais, concluída em Viena, em 21 de março de 1986, sob a condição de formulação de reserva aos seus Artigos 25 e 66.

Dou como encerrado este relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Item 2... *(Pausa.)*

Ah, está com o Portinho? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Item 3.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Perdão, item 2.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) - Presidente Esperidião Amin e Vice-Presidente, Senador Marcos do Val, um dia de muito trabalho, não só com a aprovação das autoridades, mas também caminhando aqui com os nossos projetos na CRE. A Presidência está de parabéns por fazer a máquina girar.

Item 2.

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo 974, de 2021 (PDC 1.166, de 2018), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã, assinado em Brasília, em 2 de julho - dia do meu aniversário até - de 2018.

Eu posso suprimir o relatório - é isso? - e passar para o voto.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Como o relatório já foi votado, V. Exa. lê o voto final.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Então, a análise.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - O voto, o voto.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - O voto mesmo? Então, tá.

A ementa já explica bem o que é o acordo.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 974, de 2021.

E agora, vou ao item 3, se me permite, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Não, agora eu lhe passo o item 3.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Ah! Perdão, perdão...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Já tomamos conhecimento do seu voto no item 2.

Agora o item 3 já enunciado também. Por favor.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 987, de 2021 (PDC nº 173/2015), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade da Dominica, assinado em Roseau, em 7 de julho de 2014.

Dispensado o relatório e a análise, passo ao voto.

Pelo exposto nos termos acima, a opinião é pelo voto favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 987, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Muito obrigado, Senador.

Passamos ao item 4.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) - O item 4 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.102, de 2021, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e os Estados de Guernsey para o Intercâmbio de Informações Relativas a Matérias Tributárias, celebrado em Londres, em 6 de fevereiro de 2013.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Vou suprimir o relatório e a análise, indo diretamente ao voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.102, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - E agora vamos para o item 6, que é a sua última intervenção obrigatória, porque facultativa sempre pode.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) - O item 6 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é o parecer sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2022 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a República da Áustria, celebrado em Brasília, em 3 de setembro de 2014.

Superado o relatório e a análise pela ementa, vamos ao voto.

Com base no exposto, considerando ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2022.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Muito obrigado!

Conforme acordado inicialmente, nós passamos à discussão em globo dos itens 1 a 10 da pauta. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Votação em globo dos itens 1 a 10 da pauta.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

As matérias também seguirão à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Eu recebi e acolho requerimento formulado pela Senadora Mara Gabrilli.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 17, DE 2022

Requer, nos termos do parágrafo 2º, do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de solidariedade ao povo iraniano, em particular às mulheres do Irã, pela luta em favor da liberdade e dos direitos humanos no país.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Apesar de alguns poderem considerar controversa a matéria, eu, como admirador que sou da Senadora Mara Gabrilli e representante do único estado efetivamente feminino do Brasil, Santa Catarina - Catarina de Alexandria, cujo mosteiro fica no Monte Sinai, aos pés do Monte Sinai, no Município de Santa Catarina do Sinai, a 200km de Sharm el-Sheikh, onde foi realizada a COP 27 -, coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Serão tomadas as devidas providências e a matéria poderá ser rediscutida no Plenário do Senado.

Nada mais havendo a tratar, eu vou deixar aqui consignadas duas demandas para a Secretaria da Comissão. Primeiro, eu vou pedir o apoio da nossa Comissão - e queria solicitar também ao Tarcísio que ajudasse -, eu quero atualizar esse documento do Ministério das Relações Exteriores publicado em 1988. Ele remonta a todos os ocupantes de embaixadas do Brasil desde a chegada da rainha D. Maria de Portugal ao Brasil, no dia 22 de janeiro de 1808. Foi publicado em 1988. Eu estou pedindo que façam um projeto de atualização, e nós vamos submeter ao Plenário o pedido para que seja reeditado em parceria com o Ministério das Relações Exteriores.

Segundo, eu quero deixar consignado aqui o meu agradecimento. Recentemente eu fiz menção ao acordo obtido como se fosse num conflito judicial, na OMC, sobre o *dumping* do algodão. O Brasil demandou o juro subsidiado e o financiamento especial para os produtores de algodão dos Estados Unidos e, na época, eu tratei disso até academicamente, como professor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

na universidade, o Brasil não tinha um escritório de advocacia especializado nisso - nós tivemos que contratar um escritório americano - e, depois de 12 ou 13 anos, ganhamos.

Foi a maior ação decidida pela OMC e implicou uma indenização ao Brasil e aos litisconsortes, desde o Benim até outros produtores de algodão no mundo, de US$300 milhões. E isso está resumido em quatro capítulos deste livro: *O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC*, produzido pela Fundação Alexandre de Gusmão, que me foi encaminhado pelo Ministro Celso de Tarso Pereira, Ministro Coordenador-Geral da OCDE no nosso Ministério das Relações Exteriores.

Eu quero deixar consignado em ata o meu agradecimento pela absoluta utilidade disso para honrar a nossa história e queria que fossem transcritos, com o tempo, esses quatro textos que estão marcados no livro. E depois me devolvam o livro. *(Risos.)*

É meu. Certo? Está bem claro, não é? Devolvam.

Nada mais havendo a tratar...

Quero registrar que é parceira neste trabalho a ilustre catarinense Tatiana Lacerda Prazeres, neta do ex-Governador de Santa Catarina Jorge Lacerda e filha de queridas amigas de Santa Catarina também.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença das autoridades, desejando-lhes êxito, e faço um agradecimento muito especial ao Senador Carlos Portinho, até pelas suas intervenções não previstas regimentalmente, e ao amigo Marcos do Val, que deu suporte aqui à nossa operacionalização.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 18 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

DOCUMENTOS INCLUÍDOS EM ATA POR DETERMINAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Documento encaminhado pela Embaixada da Rússia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Embaixador da Rússia

N 1932

Brasília, em "21" de novembro de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Apresentando os meus melhores cumprimentos, venho por este meio encaminhar-lhe em anexo a Declaração das Câmaras da Assembleia Federal da Federação da Rússia sobre a necessidade de fortalecimento da Convenção para a Proibição de Armas Biológicas e Toxínicas e sua Destruição e as Sugestões da Parte Russa para fortalecer o regime da dita Convenção (com tradução para português e inglês).

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Alexey LABETSKIY

A SUA EXCELÊNCIA
O SENHOR ESPIRIDÃO AMIN HELOU FILHO,
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
E DEFESA NACIONAL
DO SENADO FEDERAL
DO CONGRESSO NACIONAL
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

BRASÍLIA – DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tradução não-oficial

DECLARAÇÃO DAS CÂMARAS DA ASSEMBLEIA FEDERAL DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA

aos Parlamentos dos países do mundo sobre a necessidade de fortalecer a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, da Produção e do Armazenamento das Armas Bacteriológicas (Biológicas) ou Tóxicas e sobre a Sua Destruição

As Câmaras da Assembleia Federal da Federação da Rússia expressam a sua maior preocupação face ao agravamento dos riscos para a segurança biológica da população de todos os países do mundo, sem excepção. No passado recente, a civilização já enfrentou as consequências de manipulações irresponsáveis de bioagentes perigosos. A natureza crítica de tais riscos e ameaças para a humanidade está confirmada por estudos científicos que indicam a possível origem artificial de coronavírus (COVID-19), que causou uma pandemia mortal.

Tais casos incluem a criação de biolaboratórios por vários Estados fora das suas fronteiras nacionais para a investigação de agentes potenciais de armas biológicos e a realização de atividades de dupla utilização. Muitas vezes, isto significativamente agrava a situação epidemiológica nos locais onde as instalações deste tipo são implantadas.

Para garantir a segurança igual e indivisível, incluindo a biossegurança, são necessários esforços conjuntos por parte de todos os países responsáveis. Em primeiro lugar e acima de tudo, é necessário implementar rigorosamente na legislação e jurisprudência nacional as disposições relevantes do instrumento internacional que impõe a proibição total de todas as categorias de armas de destruição em massa – a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, da Produção e do Armazenamento das Armas Bacteriológicas (Biológicas) ou Tóxicas e sobre a Sua Destruição (CPAB, doravante denominada "Convenção").

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ao mesmo tempo, precisa-se promover o fortalecimento constante da Convenção. O número de "zonas cinzentas" em termos da sua implementação está crescendo. Este assunto tornou-se particularmente grave por causa das actividades militares e biológicas dos EUA no território da Ucrânia, que violvavam a Convenção. Há razões para supor que tais actividades ilegais estão realizadas pela Parte Americana noutros biolaboratórios em todo o mundo.

Apelamos aos parlamentares para que juntem esforços com a Rússia e se empenhem na nossa investigação das atividades militares e biológicas ilegais dos EUA no território da Ucrânia, a fim de não só examinar minuciosamente a situação, mas também de tomar medidas em todas as direcções e a todos os níveis relevantes para prevenir ameaças e riscos de minar a Convenção, associadas a tais atividades.

Instamos ainda os parlamentares do mundo a chamarem a atenção dos órgãos legislativos nacionais, organizações e agências parlamentares internacionais para a necessidade de esforços conjuntos e medidas urgentes da comunidade internacional que visam o fortalecimento da Convenção. A fim de alcançar esta meta, os parlamentares tem que formar conjuntamente um ambiente apropriado para o trabalho dos seus governos.

As Câmaras da Assembleia Federal da Federação da Rússia estão totalmente abertas para discussões construtivas e cooperação profunda neste âmbito e para implementação das propostas sobre o fortalecimento da Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Estocagem das Armas Bacteriológicas (Biológicas) e à Base de Toxinas e sua Destruição, listadas em anexo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tradução não-oficial

Sugestões para fortalecer o regime da Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, da Produção e do Armazenamento das Armas Bacteriológicas (Biológicas) ou Tóxicas e sobre a Sua Destruição

A natureza transfronteiriça das ameaças biológicas impõe a necessidade de adoção de medidas legislativas a nível nacional para melhorar os sistemas de prevenção, resposta e elminação das consequências de possíveis acidentes biológicos. No entanto, como é demonstrado pela atividade anormal dos EUA na Ucrânia, tais passos são claramente insuficientes, especialmente quando se trata dos desafios ligados à atividade militar-biológica não-transparente e ardilosa de alguns países.

Sem a devida observação das disposições da Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, da Produção e do Armazenamento das Armas Bacteriológicas (Biológicas) ou Tóxicas e sobre a Sua Destruição (CPAB) é impossível falar sobre a construção de um regime internacional confiável que garanta que o mundo seja libertado das ameaças reais para a biosegurança, o surgimento das quais é o resultado da atividade irresponsável e, às vezes, maligna de alguns países.

As ações coletivas concordadas para fortalecer o regime da CPAB devem ser uma parte integral do esforço global para manutenção da segurança internacional, da estabilidade e para a prevenção das ameaças biológicas. Isto afeta os interesses de todos os países, pois ajudará a prevenir surgumento de ambiguidades, suspeitas e dúvidas dos Estados-membros da CPAB e fortalecer a cooperação internacional no âmbito da atividade biológica pacífica.

Consideramos absolutamente fundamental a retomada das negociações sobre a elaboração e adoção de um Protocolo juridicamente vinculativo a esta Convenção que inclua um mecanismo eficaz de controle da sua implementação. Tal trabalho tem sido bloqueado por Washington desde 2001.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Acreditamos que é importante melhorar o relatório anual no âmbito de fortaleciemento de confiança para a CPAB incluindo no mencionado relatório a informação sobre as atividades militares e biológicas dos países realizadas fora das fronteiras nacionais.

Impõe-se uma necessidade de constuir no âmbito da CPAB uma capacidade eficaz para analisar a completude e suficiência das medidas de fortalecimento de confiança, considerando os avanços em ciência e tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Unofficial translation

Address by the Chambers of the Federal Assembly of the Russian Federation

to Parliaments of countries of the world on the necessity to strengthen the Convention on the Prohibition of the Development, Production and Stockpiling of Bacteriological (Biological) and Toxin Weapons and on their Destruction

The Chambers of the Federal Assembly of the Russian Federation express their utmost concern in regard with aggravating risks for biological security for population of all countries of the world without exception. In the recent past, the civilization has already faced the consequences of irresponsible handling of dangerous bioagents. Published scientific studies indicating the possible artificial origin of a new coronavirus infection (COVID-19), which caused a deadly pandemic, clearly demonstrate critical nature of such risks and threats to humanity.

Such cases include the establishment of biolaboratories by a number of states outside their national borders for research on potential biological weapons agents and dual-use activities. Often this has led to significant worsening of the epidemiological situation in the locations where such facilities are deployed.

To ensure equal and indivisible security, including biosecurity, joint efforts by all responsible countries are required. First and foremost, there is a need for strict implementation into national legislation and law-enforcement practice of the relevant international instrument's provisions imposing a complete ban on entire category of weapons of mass destruction – the Convention on the Prohibition of the Development, Production and Stockpiling of Bacteriological (Biological) and Toxin Weapons and on their Destruction (BWC).

At the same time, the above-mentioned Convention needs to be consistently strengthened. A number of "grey zones" in the course of its implementation is growing. This problem has become particularly acute in connection with the discovered facts of US military and biological activities in Ukraine in violation of

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

the BWC. There are reasons to suppose that such illegal activities are being carried out by the American side in other biolaboratories around the world.

We call upon parliamentarians to join efforts with Russia and engage in our investigation of illegal US military and biological activities in Ukraine in order not only to examine the situation thoroughly, but also to take steps in all relevant directions and on all relevant levels to prevent threats and risks of undermining the BWC regime associated with such activities.

We also urge members of parliaments of countries of the world to draw the closest attention of national legislative bodies, international parliamentary agencies and organizations to the need for joint efforts of the international community to take urgent measures on strengthening the BWC regime. Parliamentarians are called upon to shape jointly an appropriate environment for the work of their governments aimed at strengthening the Convention's regime.

The Chambers of the Federal Assembly of the Russian Federation are fully prepared for constructive discussions and substantive interaction on this agenda and for implementation of the attached proposals on strengthening the regime of the Convention on the Prohibition of the Development, Production and Stockpiling of Bacteriological (Biological) and Toxin Weapons and on Their Destruction.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Annex

Proposals on strengthening the regime of the Convention on the Prohibition of the Development, Production and Stockpiling of Bacteriological (Biological) and Toxin Weapons and on Their Destruction

The transboundary nature of biological threats necessitates the adoption of legislative measures at national levels to improve systems of prevention, reaction and elimination of the consequences of possible bio-incidents. However, as the defective activity of the US in Ukraine demostrates, such steps are clearly insufficient, especially when it comes to challenges related to non-transparent and unscrupulous military and biological activities of certain states.

Without proper implementation of the provisions of the Convention on the Prohibition of the Development, Production and Stockpiling of Bacteriological (Biological) and Toxin Weapons and on their Destruction (BWC), it is impossible to speak of shaping a robust international regime which would guarantee a world free of real threats to biosecurity arising from irresponsible and sometimes even malicious activities of some countries.

Concerted collective action to strengthen the BWC regime is supposed to become an integral part of global efforts to ensure international security, stability and prevent biological threats. It affects interests of all countries, as would allow to secure from the occurrence of ambiguities, suspicions and doubts among BWC States Parties and improve international cooperation in the field of peaceful biological activities.

We consider it critical to resume negotiations on drafting and adoption of a legally binding Protocol to the above-mentioned Convention which would provide for an effective verification mechanism of its implementation. Such work has been blocked by Washington since 2001.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

We believe it important to improve annual reporting under the BWC confidence-building measures by including information on the military biomedical activities of countries, carried out outside their national borders, in that reporting.

There is an urgent need to develop an effective capacity within the BWC to analyse the completeness and sufficiency of the confidence-building measures, taking into account achievements in science and technology.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

ОБРАЩЕНИЕ ПАЛАТ ФЕДЕРАЛЬНОГО СОБРАНИЯ РОССИЙСКОЙ ФЕДЕРАЦИИ

К парламентам стран мира о необходимости укрепления режима Конвенции о запрещении разработки, производства и накопления запасов бактериологического (биологического) и токсинного оружия и об их уничтожении

Палаты Федерального Собрания Российской Федерации выражают крайнюю озабоченность в связи с обострением рисков для биологической безопасности населения всех без исключения стран мира. В недалеком прошлом цивилизация уже сталкивалась с последствиями безответственного обращения с опасными биоагентами. Опубликованные научные исследования, свидетельствующие о возможном искусственном происхождении новой коронавирусной инфекции (COVID-19), ставшей причиной смертоносной пандемии, со всей очевидностью подтверждают критический характер подобного рода рисков и угроз для человечества.

К подобным случаям относится и создание рядом государств за пределами национальных границ биолабораторий для исследований потенциальных агентов биологического оружия и проведения работ двойного назначения. Зачастую это приводит к существенному ухудшению эпидемиологической обстановки в местах размещения таких объектов.

Для обеспечения равной и неделимой безопасности, в том числе биобезопасности, необходимы совместные усилия всех ответственных

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

стран. Прежде всего требуется неукоснительная имплементация в национальное законодательство и правоприменительную практику положений профильного международного инструмента, наложившего полный запрет на целую категорию оружия массового уничтожения, – Конвенции о запрещении разработки, производства и накопления запасов бактериологического (биологического) и токсинного оружия и об их уничтожении (КБТО).

Одновременно указанная Конвенция нуждается в последовательном укреплении. Количество «серых зон» при ее реализации растет. Особая острота этой проблемы стала очевидна в связи с выявленными фактами нарушающей КБТО военно-биологической деятельности США на Украине. Есть основания полагать, что подобная неправомерная деятельность осуществляется американской стороной и в других биолабораториях по всему миру.

Призываем парламентариев объединить усилия с Россией и подключиться к проводимому нами расследованию незаконной военно-биологической деятельности США на Украине, с тем чтобы не только досконально изучить ситуацию, но и предпринять шаги на всех соответствующих направлениях и уровнях в целях предотвращения связанных с такой активностью угроз и рисков подрыва режима КБТО.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Обращаемся также к парламентариям стран мира с призывом привлечь самое пристальное внимание национальных законодательных органов, международных парламентских органов и организаций к необходимости совместных усилий мирового сообщества для безотлагательного принятия мер по укреплению режима КБТО. Парламентариям требуется сообща формировать соответствующую атмосферу для работы правительств их государств в целях упрочения режима КБТО.

Палаты Федерального Собрания Российской Федерации полностью готовы к конструктивным обсуждениям и содержательному взаимодействию по этой повестке дня и к реализации прилагаемых предложений по укреплению режима Конвенции о запрещении разработки, производства и накопления запасов бактериологического (биологического) и токсинного оружия и об их уничтожении.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

EXERTOS DO LIVRO
O Sistema de Solução De Controvérsias Da OMC: Uma Perspectiva Brasileira

O contencioso do algodão: o desafio da implementação.....**85**
Luciano Mazza de Andrade
O contencioso do algodão na OMC e a criação do IBA.....**313**
Haroldo Rodrigues da Cunha e Vladimir Spindola
Retaliação na OMC: procedimento, prática e objetivos.....**595**
Celso de Tarso Pereira
A construção da retaliação brasileira no caso algodão: os desafios do pioneirismo.....**629**
Luiz Fellipe Flores Schmidt

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



O Contencioso do algodão: o desafio da implementação

Luciano Mazza de Andrade

Conselheiro da carreira diplomática. Foi Coordenador-Geral de Contenciosos do Itamaraty, em Brasília, e serviu na Representação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao Mercosul, em Montevidéu, e na Embaixada brasileira em Londres. Tem Mestrado em Direito Europeu (LLM) pela *London School of Economics* (LSE) e defendeu tese sobre a institucionalidade do Mercosul no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco do Itamaraty. Atualmente é Chefe do Setor Econômico da Missão do Brasil junto à União Europeia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1. Introdução

Em 2004, a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA) lançou um livro denominado *A Saga do Algodão*[1], no qual relata a história de conquistas dos cotonicultores brasileiros, incluindo a vitória no painel original contra os subsídios norte-americanos. A expressão "saga", com suas conotações grandiosas, parece apta a descrever não somente a trajetória dos produtores brasileiros, mas também o próprio contencioso na OMC, o qual, ao longo de oito anos e três procedimentos distintos, levou à condenação reiterada, por cinco vezes, dos subsídios concedidos pelos Estados Unidos a seus produtores de algodão e de outros produtos agrícolas.

Tratar do contencioso do algodão significa, antes de mais nada, tratar de um processo vitorioso para o Brasil. Significa tratar de uma vitória alicerçada sobre vontade política, engajamento do setor privado, investimentos expressivos e profissionalismo – diplomático, técnico e jurídico. Significa também discutir, entre outras questões, o que implica uma vitória no Mecanismo de Solução de Controvérsias (MSC) da OMC. Vencer pode significar "ganhar e não levar". Pode ter um significado do ponto de vista político-diplomático, outro do ponto de vista jurídico e ainda um terceiro da perspectiva

1 COSTA, Sérgio Rodrigues & BUENO, Miguel Garcia. *A saga do algodão: das primeiras lavouras à ação na OMC*. Rio de Janeiro: Insight Engenharia, 2004.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dos interesses econômicos envolvidos. Se, de um lado, o contencioso do algodão ilustra, como poucos casos, as virtudes do MSC da OMC e sua singularidade na constelação de sistemas internacionais de solução de controvérsias, não deixa de apontar para suas limitações – estruturais e talvez inevitáveis –, como os custos elevados de acesso e a incerteza quanto ao cumprimento das decisões dele emanadas.

Desde o início do caso, o Brasil sabia que a tradução de uma vitória jurídica em ganhos concretos para os produtores brasileiros de algodão, com o efetivo cumprimento das decisões originadas da OMC, não seria simples. Sabia-se que eventual desmantelamento dos subsídios ao algodão seria fruto de um processo custoso e gradual, e que a força política dos "lobbies" agrícolas dos EUA estaria sempre mobilizada para preservar as estruturas de apoio previstas há décadas na legislação norte-americana. Sabia-se, contudo, que tal empreitada somente poderia ter sucesso se levada a cabo de maneira decidida e consistente, valendo-se do melhor uso possível dos instrumentos jurídicos disponíveis no âmbito da OMC. O presente artigo procura apresentar as etapas cumpridas na "saga do algodão", a partir dos resultados do painel original, e apontar os desafios enfrentados para se buscar a implementação das decisões adotadas ao longo do contencioso.

2. Do painel original ao painel de implementação

Em março de 2005, depois de dois anos e meio desde o início do caso no MSC da OMC, com o pedido de consultas brasileiro, o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da Organização adotou os relatórios do painel e do Órgão de Apelação (OA), que condenaram conjunto de subsídios norte-americanos à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

produção e à exportação de algodão[2]. Fechava-se o primeiro ciclo de um processo que continuaria nos anos seguintes e, na verdade, se estenderia até a atualidade.

O painel e o OA tiveram de lidar com um caso de complexidade sem precedentes em matéria agrícola, no qual, pela primeira vez na história do MSC e dos acordos da OMC, buscava-se comprovar não apenas a ilegalidade de subsídios norte-americanos específicos à exportação de produtos agrícolas, mas também a ilegalidade de subsídios agrícolas voltados à produção e entendidos como causadores da diminuição dos preços internacionais do algodão.

Em primeiro lugar, o Brasil obteve a condenação de três programas de subsídios dos EUA ("Marketing Loan" – ML, "Counter-Cyclical Payments" – CCPs e "Step 2") que, no seu conjunto, foram condenados por violar as disciplinas do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias (ASMC) da OMC com relação aos chamados "subsídios acionáveis". Tais subsídios foram declarados ilegais não por suas características intrínsecas, mas por seus efeitos. De acordo com a terminologia do ASMC para subsídios acionáveis, foram considerados responsáveis por causar "efeitos adversos". Mais especificamente, por causarem "prejuízo grave" aos interesses do Brasil, ao suprimirem de maneira significativa os preços internacionais do algodão[3]. No período coberto pelo painel (1999-2002), tais subsídios, pagos aos produtores em função da variação dos preços do produto ("price contingent") somaram cerca de US$ 14 bilhões, com uma taxa média de subsidiação de quase 90% do valor da produção.

Em segundo lugar, o painel e o OA condenaram, separadamente, o programa "Step 2" como subsídio proibido à exporta-

2 "Minutes of Meeting - Dispute Settlement Body", de 21 de março de 2005 (WT/DSB/M/186).
3 "Panel Report, US – Upland Cotton", § 7.1416 e 8.1(g)(i).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

ção – ou seja, nos termos do ASMC, ilegal independentemente de seus efeitos –, por ser concedido em contrapartida à realização de exportações ou ao consumo do algodão produzido localmente em detrimento do produto importado[4].

Em terceiro lugar, o Brasil alcançou a condenação de três programas de garantias de crédito à exportação de produtos agrícolas (GSM-102, GSM-103 e SCGP), voltados a facilitar a obtenção de crédito por importadores de outros países para compra de algodão e outros produtos agrícolas dos EUA. Os três foram declarados subsídios proibidos, por não se sustentarem com as próprias taxas que cobravam de seus usuários e, assim, embutirem um custo líquido para o tesouro norte-americano[5].

Dados os enormes desafios envolvidos, tanto de natureza prática, especialmente no tocante à comprovação de muitos dos aspectos factuais relacionados à operação dos subsídios, quanto jurídica, dada a novidade dos argumentos e pleitos brasileiros, a vitória do Brasil foi incontestável. O resultado teve, de imediato, vários benefícios. Esclareceu aspectos dos acordos de agricultura e sobre subsídios até então inexplorados, abrindo novas avenidas para o questionamento de subsídios agrícolas em outros casos; aumentou a visibilidade e contribuiu para minar ainda mais a legitimidade das políticas de subsidiação agrícola dos países desenvolvidos; e ajudou a fortalecer a posição negociadora do Brasil e outros países em desenvolvimento nas discussões da Rodada Doha da OMC.

Embora tais benefícios pudessem por si só serem considerados suficientes para justificar a abertura do caso e dos recursos humanos e financeiros nele investidos, o objetivo primeiro do contencioso, qual seja, o de obter a eliminação

4 Idem, § 7.749, 7.760-7.761 e 8.1(e); e § 7.1097-7.1098 e 8.1(f).

5 Idem § 7.875, 7.881 e 8.1(d)(i).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dos subsídios condenados ainda não tinha sido alcançado. Tais benefícios não traziam ganho direto aos produtores de algodão brasileiros, que continuariam sujeitos aos efeitos distorcivos dos subsídios agrícolas norte-americanos. Sem o fim dos subsídios, ficaria um sabor amargo de "ganhou, mas não levou". A vitória brasileira encerrava um capítulo e abria outro, não menos complexo e não menos incerto. Naquele momento se iniciava um processo, que prossegue até os dias de hoje, de busca do cumprimento, por parte dos EUA, das decisões emanadas da OMC.

Com relação aos subsídios julgados proibidos ("Step 2" e as garantias de crédito à exportação), os EUA tinham até 1º de julho de 2005 para eliminá-los[6]. Já no tocante aos subsídios à produção, condenados em razão dos efeitos adversos por eles provocados, os EUA tinham prazo maior – até 21 de setembro de 2005 – para "retirar os subsídios ou remover seus efeitos adversos"[7]. Em um primeiro momento, o Governo norte-americano deu passos positivos em direção ao cumprimento das decisões. Encaminhou uma proposta legislativa para revogação do programa "Step 2" e anunciou mudanças nos programas de garantias de crédito à exportação que poderiam implicar aumento nos prêmios por eles cobrados.

No entanto, expirados os prazos de implementação definidos pelo painel e pelo OA, ficou claro para o Brasil que não havia nenhuma medida adicional de cumprimento em gestação. Ao mesmo tempo, melhor compreendidos a natureza e o alcance das ações adotadas pelos EUA, não havia dúvidas de que se mostravam francamente insuficientes para assegurar

6 "Panel Report, US – Upland Cotton", § 8.3 (b) e (c).

7 Seis meses a contar da data da adoção do Relatório por parte do Órgão de Solução de Controvérsias, conforme os artigos 7.8 e 7.9 do ASMC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o cumprimento das decisões do MSC. De um lado, no tocante aos subsídios acionáveis, a única medida de implementação adotada foi a eliminação do programa "Step 2", efetivada a partir de 1º de agosto de 2006. No entanto, o "Step 2", também condenado como subsídio proibido, correspondia tão somente a cerca de 20% do total dos subsídios pagos aos produtores de algodão. Os dois maiores programas de apoio interno, o ML e o CCPs, permaneciam intocados. De outro lado, com relação aos programas de garantias de crédito à exportação, o Governo norte-americano suspendeu os dois programas menos relevantes (GSM-103 e SCGP) e reajustou de modo pouco significativo a escala de prêmios cobrados dos usuários do programa GSM-102, que respondia por mais de 90% das garantias de crédito concedidas às exportações de algodão e de outros produtos agrícolas. Na visão brasileira, sem prejuízo de avaliação mais aprofundada que já estava em curso, era quase intuitivo concluir que as providências tomadas pelos EUA estavam distantes do que se esperaria para o pleno cumprimento das decisões adotadas no caso.

O descumprimento das determinações do MSC por parte dos EUA obrigou o Brasil a refletir sobre os passos a seguir. Depois de todo o investimento feito para obter os resultados alcançados, não restava alternativa senão manter a pressão, o que incluía continuar a recorrer aos instrumentos colocados à disposição pelo MSC a fim de buscar reverter a inércia norte-americana. Instrumento previsto para tal fim no Entendimento Relativo às Normas e Procedimentos sobre Soluções de Controvérsias da OMC (ESC)[8] é o da adoção de contramedidas ou retaliação, por meio da suspensão de direitos e obrigações

8 Anexo II do Acordo que estabeleceu a OMC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

com relação ao Membro inadimplente[9]. No entanto, de acordo com o regime da OMC, a autorização para adotar contramedidas não somente está sujeita a um procedimento próprio de arbitragem como deve ser precedida pela certeza jurídica de que o descumprimento existe. Assim, em casos como o do algodão, em que os EUA tomaram medidas de implementação e alegaram ter dado cumprimento às decisões do painel e do OA, fazia-se necessário, por mais que a fragilidade dessa alegação parecesse óbvia ao Brasil, iniciar um "painel de implementação", previsto no artigo 21.5 do ESC, para obtenção de nova decisão que confirmasse a persistência da situação de ilegalidade norte-americana.

Isso significava, do ponto de vista processual, cumprir todas as etapas do MSC. Mais do que isso, do ponto de vista substantivo, implicava empreitada de complexidade, duração e custos semelhantes ao do caso original. Diante da inércia dos EUA, o Brasil se via obrigado a "dobrar sua aposta" e buscar nova condenação das políticas norte-americanas. Em grande medida, a complexidade inerente ao exercício dizia respeito à peculiaridade dos pleitos brasileiros, vitoriosos no painel original. No caso dos subsídios acionáveis, sua condenação se deu por ter o Brasil demonstrado seus "efeitos adversos". Para tais subsídios, na ausência desses efeitos, não há, em princípio, ilegalidade. Do ponto de vista estritamente jurídico, os EUA não estavam obrigados e eliminar os subsídios; podiam "remover os efeitos adversos"[10].

O Brasil se via defrontado, assim, com a necessidade de demonstrar que, a despeito da eliminação do programa

9 Artigo 22.

10 "[...] o Membro outorgante ou mantenedor do subsídio deverá tomar as medidas adequadas para remover os efeitos adversos ou eliminar o subsídio" – artigo 7.8 do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

"Step 2", os subsídios norte-americanos remanescentes – ML e CCPs – continuavam a causar prejuízo grave por meio da contenção significativa do aumento dos preços (*significant price supression*) internacionais do algodão. Com relação aos subsídios proibidos, o Brasil tinha de comprovar que os prêmios cobrados para concessão das garantias de crédito à exportação do programa GSM-102 continuavam a ser muito baixos, embutindo custo líquido para o tesouro dos EUA. Esse processo durou quase dois anos, desde o estabelecimento do painel de implementação, em setembro de 2006, até a adoção dos relatórios do painel e do OA, em junho de 2008.

Em vista da evidente falta de cumprimento dos EUA, havia, especialmente com relação aos subsídios acionáveis, certa frustração diante da necessidade de refazer os passos trilhados durante o painel original. No entanto, sem isso, seria impossível convencer o painel de implementação da persistência dos efeitos distorcivos dos subsídios e da situação de ilegalidade. A maneira mais segura de alcançar tal convencimento era demonstrar que fundamentalmente a mesma realidade factual que embasou as conclusões do painel original continuavam a prevalecer nos anos seguintes – 2003 a 2005 – àqueles cobertos pela decisão inicial. Para tanto, durante o processo de implementação, seguindo a linha argumentativa construída no painel original, o Brasil apoiou-se, entre outros, nos seguintes elementos: os EUA continuavam a ter influência substancial na formação dos preços internacionais do algodão, ao deterem cerca de 20% da produção mundial e 40% das exportações mundiais de algodão; os pagamentos sob os programas ML e CCPs feitos aos produtores norte-americanos continuavam muito elevados (taxa de subsidiação média de cerca de 50% do valor da produção nos anos-safra 2004 e 2005); havia uma diferença significativa entre os custos de produção e a renda obtida pelos produtores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

norte-americanos no mercado, a qual era coberta pelos subsídios; nesse contexto, o ML e o CCPs serviam para estabilizar a renda dos produtores, isolando-os dos sinais do mercado. Como consequência, os produtores norte-americanos produziam mais algodão do que o fariam sem os subsídios e exportavam grandes quantidades de algodão subsidiado, acarretando significativa contenção do aumento dos preços internacionais do produto[11].

No painel original, o instrumento que se revelou de fundamental importância para ilustrar os efeitos dos subsídios, traduzindo em números a lógica descrita acima, foi o modelo econométrico de autoria do Professor Daniel Sumner, da Universidade da Califórnia, economista especializado em agricultura e com grande experiência na política agrícola dos EUA. Os resultados das análises de Sumner, apresentados pelo Brasil, ajudaram a sensibilizar os painelistas quanto ao real impacto dos subsídios. Durante o painel de implementação, o Brasil apresentou os resultados de análise atualizada por Sumner, com base em modelo econométrico revisado. Embora no ano-safra 2003, em função dos preços mais elevados do algodão no mercado internacional, os subsídios pagos tenham sido menores, ainda assim o modelo de Sumner indicou que, no período 2002-2005, na ausência dos dois programas remanescentes – ML e CCPs – os preços do algodão no mercado internacional seriam cerca de 9% mais elevados do que aqueles que efetivamente prevaleceram[12].

A validade das análises de Sumner e sua comparação com estudos de outros autores também voltados a examinar os efeitos dos subsídios norte-americanos foram objeto de intensos debates entre as partes ao longo do painel de implementação.

11 "Panel Report, US – Upland Cotton – Article 21.5", § 10.5, 10.6, 10.246 e seguintes.
12 Idem, § 10.201.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Os resultados variavam, a depender do enfoque e das premissas metodológicas adotadas. Todos tinham em comum, contudo, indicar que os subsídios afetavam negativamente os preços internacionais do algodão. Embora não bastasse ao painel determinar a existência de "contenção do aumento de preços" – sobre a qual não restavam dúvidas –, mas sim a de "contenção significativa do aumento de preços", a convergência dos estudos apresentados ajudou a corroborar a credibilidade da análise do Professor Daniel Sumner[13]. Para chegar à determinação de que continuava a existir supressão significativa de preços, o painel de implementação também se apoiou na conclusão do painel original de que, para um produto homogêneo como o algodão, pequenas variações de preço podiam ser significativas, já que podiam ser suficientes para decidir a conclusão de uma transação[14]. Não se fazia necessário que o painel determinasse de quanto era a supressão identificada.

No caso dos subsídios proibidos, os EUA alegavam que a nova escala de prêmios do programa GSM-102 o tornava autofinanciável e, portanto, compatível com as regras do ASMC. Para demonstrar a falácia do argumento norte-americano, o Brasil teve que redobrar seus esforços em matéria de análise jurídica e econômica. Após o período coberto pelo painel original, a contabilidade do GSM-102 teve relativa melhora, tornando, dessa perspectiva estritamente atuarial, mais complexa a tarefa brasileira. No entanto, no entendimento do Brasil, não bastava olhar para as contas passadas do programa; as regras do ASMC exigiam que o programa fosse estruturalmente capaz de se financiar. A análise dependia, para o Brasil, da consideração

13 "Panel Report, US – Upland Cotton –Article 21.5", § 10.251.
14 Idem, § 10.50.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

de elementos quantitativos e qualitativos[15]. Para demonstrar a validade de seus argumentos, o Brasil, entre outros elementos de prova, procurou comparar os prêmios do GSM-102 com aqueles cobrados por outros programas de garantias de crédito à exportação dos EUA, como aqueles mantidos pelo EXIM-BANK, assim como com os parâmetros de preços para tais programas estabelecidos pela OCDE, justamente com a finalidade de se evitar custos para os Governos[16]. Além disso, o Brasil contou com o apoio técnico do Professor Rangarajan Sundaram, da Universidade de Nova York, especialista, entre outros, em riscos de crédito e precificação de instrumentos financeiros. A participação do Professor Sundaram foi de grande importância para fortalecer ainda mais a credibilidade dos argumentos brasileiros de que não bastava ao GSM-102 eventualmente cobrir seus custos em anos passados por mero acaso. O valor dos prêmios deveria ser definido tecnicamente, de forma a assegurar a cobertura dos custos do programa em longo prazo.

Cerca de um ano e meio depois de iniciado o procedimento, e centenas de páginas depois, em petições e arrazoados técnicos e legais, o Brasil saiu novamente vencedor. O painel e o OA concluíram que as medidas adotadas pelos EUA eram insuficientes. Julgou-se, como pleiteado pelo Brasil, que os subsídios ML e CCPs continuavam a suprimir significativamente os preços internacionais do algodão e que o GSM-102 continuava a não ser autofinanciável (sua operação continuava a envolver custo líquido para o tesouro norte-americano)[17]. A conclusão era a de que os EUA prosseguiam, portanto, violando

15 Idem § 14.64 e seguintes.

16 "Panel Report, US – Upland Cotton – Article 21.5", § 10.90 e seguintes; "Appellate Body Report, US – Upland Cotton –Article 21.5", § 274 e seguintes.

17 "Panel Report, US – Upland Cotton – Article 21.5", § 15.1; "Appellate Body Report, US – Upland Cotton –Article 21.5", § 448.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

as regras da OMC, tanto no que se referia aos subsídios acionáveis quanto aos proibidos. Para alcançar esse resultado, cujo mérito parecia evidente para o Brasil desde o início, dado o pouco que havia sido feito pelos EUA em matéria de implementação, foi necessário engajar-se, com solidez técnica e jurídica, em um debate complexo e cheio de nuances. A opção adotada pelo Brasil foi sempre a de minimizar ao máximo os riscos e de procurar rebater, da maneira mais ampla possível, todo e qualquer argumento apresentado pelos EUA, por mais impertinente que pudesse parecer, de modo a dar aos julgadores – painel e OA – o maior número de elementos possível para que tivessem condições de chegar a suas decisões com segurança. Conquanto em casos menos "difíceis", sobre temas em que a jurisprudência já estivesse assentada, tal enfoque pudesse ser menos necessário, era essencial no caso do algodão, diante da novidade e da complexidade que envolvia.

O desfecho da etapa de implementação elevava a quatro o número de vezes em que os subsídios dos EUA haviam sido julgados incompatíveis com as normas da OMC: duas vezes por painéis e duas pelo OA. Ao não deixar margem a dúvidas sobre a ilegalidade das medidas questionadas, seria de se esperar que os EUA, naquele momento, dessem novos passos para o cumprimento das decisões do caso. No entanto, mesmo antes da conclusão do procedimento, já se sabia que essa hipótese era remota, já que nova lei agrícola ("Farm Bill") em discussão pelo Congresso norte-americano, e que viria a ser aprovada em maio de 2008, não modificava os subsídios condenados pelo MSC[18]. Além disso, observava-se a continuidade de altos níveis

18 "Food, Conservation, and Energy Act", de 22 de maio de 2008.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

de utilização do GSM-102 para apoiar as exportações norte-americanas de algodão e outros produtos agrícolas[19]. Nesse contexto, a condenação pelo painel e pelo OA no procedimento de implementação cumpria, antes de mais nada, um papel procedimental de crucial importância: abria caminho para que o Brasil buscasse autorização para adotar medidas de retaliação contra os EUA. O Brasil teria de "dobrar a aposta", mais uma vez.

3. Autorização para adoção de contramedidas

Ciente das perspectivas pouco favoráveis à pronta implementação por parte dos EUA, a equipe brasileira, mesmo antes da decisão final do OA sobre o mérito das medidas norte-americanas até então adotadas, já estava realizando estudos em preparação ao provável início de procedimento de arbitragem, ao amparo do artigo 22.6 do ESC, para obter autorização para adotar contramedidas com relação aos EUA. A eventual adoção de medidas de retaliação não seria, naturalmente, um objetivo em si mesmo. Serviria ao propósito de aumentar a pressão para levar os EUA a saírem de sua inércia e dar passos concretos para tornar suas políticas compatíveis com as regras da OMC.

Na avaliação brasileira, a eficácia de eventual retaliação como meio de pressão dependia, em grande medida, de ser o Brasil autorizado a adotar contramedidas não apenas na área de bens, com a imposição de tarifas aos produtos importados dos EUA, mas também na área de propriedade intelectual. A chamada "retaliação cruzada" – retaliação em área diversa daquela em que se deu a condenação – era vista como crucial

19 No ano fiscal 2008, as garantias oferecidas pelo GSM-102 somaram US$ 3,1 bilhões (<http://www.fas.usda.gov/excredits/Monthly/2008/08_09_30.pdf>).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aos objetivos brasileiros, tendo em vista os desafios e a provável pouca efetividade da adoção de contramedidas somente na forma de elevação de tarifas. Com a exceção, possivelmente, de bens supérfluos e de luxo, era grande o risco de que o aumento de tarifas de importação causasse mais prejuízo ao Brasil que aos EUA, haja vista a pouca importância relativa do mercado brasileiro para os exportadores norte-americanos. Além disso, por essa mesma razão, percebia-se tal modalidade de retaliação como potencialmente ineficaz, uma vez que não afetaria interesses internos nos EUA suficientemente relevantes para servir de contraponto ao "lobby" agrícola. Por outro lado, dada a importância dos direitos de propriedade intelectual para setores-chave da economia norte-americana, como os de audiovisual e farmacêutico, medidas de retaliação que afetassem esses direitos poderiam criar mobilização interna nos EUA com poder suficiente junto ao Executivo e, principalmente, ao Congresso norte-americano, para enfrentar os interesses arraigados dos produtores agrícolas.

Entretanto, as dificuldades para que o Brasil conseguisse convencer os árbitros, dos pontos de vista técnico e jurídico, quanto à adequação da autorização de retaliação cruzada no caso do algodão, não eram pequenas. Os únicos precedentes existentes diziam respeito a contenciosos entre Equador e UE[20] e entre Antígua e Barbuda e EUA[21], demandantes, portanto, com economias infinitamente menores e menos diversificadas

20 "European Communities - Regime for the Importation, Sale and Distribution of Bananas – Recourse to Arbitration by the European Communities under Article 22.6 of the DSU - Decision of the Arbitrators" (WT/DS27/ARB/ECU).

21 "United States – Measures Affecting The Cross-Border Supply Of Gambling And Betting Services – Recourse to Arbitration by the United States under Article 22.6 of the DSU – Decision by the Arbitrator" (WT/DS285/ARB).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

que a brasileira. Seria muito mais desafiador para o Brasil, com base nos parâmetros do artigo 22.3 do ESC, demonstrar aos árbitros que seria "impraticável" ou "ineficaz" adotar contramedidas somente na área de bens[22].

Sabia-se, em particular, que quanto mais elevado fosse o montante arbitrado, maiores as chances de que a retaliação cruzada fosse permitida. Caso o valor autorizado fosse relativamente menos significativo, seria mais difícil fazer prevalecer a tese de que o Brasil, dados o tamanho e a diversidade de sua economia, não estava em condições de retaliar na área de bens. Por sua vez, tal percepção gerava o receio de que os árbitros se sentissem tentados a arbitrar montantes de retaliação menos elevados, de modo a contornar a necessidade de autorizar a retaliação – sensível politicamente – em matéria de propriedade intelectual.

Para evitar tal desfecho, o Brasil, ademais de argumentar que o montante da retaliação não deveria, em nenhuma hipótese, ser determinante para a definição do tipo de retaliação a ser autorizada, procurou ir além dos precedentes existentes e buscou explorar ao máximo a margem de flexibilidade oferecida pelas regras especiais sobre contramedidas previstas no ASMC, as quais, no entendimento brasileiro, deveriam prevalecer sobre as regras do ESC[23]. Adicionalmente, como não poderia deixar de ser, o Brasil trabalhou sempre para obter o montante mais elevado possível de retaliação.

22 "Se a parte considera que é impraticável ou ineficaz suspender concessões ou outras obrigações relativas a outros setores abarcados pelo mesmo acordo abrangido, e que as circunstâncias são suficientemente graves, poderá procurar suspender concessões ou outras obrigações abarcadas por outro acordo abrangido" [artigo 22.3(c)].

23 Segundo o artigo 1.2 do ESC, "as regras e procedimentos especiais ou adicionais" em matéria de solução de controvérsias contidos em outros acordos da OMC deveriam prevalecer sobre as regras gerais do próprio Entendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Assim, o montante das contramedidas era duplamente importante. Primeiramente, para refletir a real magnitude dos subsídios e dos efeitos adversos por eles provocados. Em segundo lugar, para apoiar o objetivo de ver autorizada a retaliação cruzada na área de propriedade intelectual. Também no caso do montante das contramedidas, o Brasil procurou demonstrar que as regras específicas do ASMC ofereciam maior latitude para os árbitros que aquelas constantes do ESC. Além do contar com o apoio técnico dos Professores Sumner e Sundaram, estimou-se necessário envolver outro profissional que não tivesse trabalhado diretamente nas etapas anteriores do caso e pudesse, assim, ser percebido pelos árbitros como particularmente isento. Com esse objetivo, o Professor Kym Anderson, da Universidade de Adelaide, que desenvolveu, no Banco Mundial, amplo programa de pesquisa sobre os impactos dos subsídios agrícolas, foi integrado à equipe que atuou no procedimento arbitral.

No que se refere ao montante da retaliação, o Brasil, no caso dos subsídios proibidos, apresentou fórmula inovadora que capturava dois tipos de benefícios conferidos pelas garantias de crédito à exportação do programa GSM-102: o diferencial entre os prêmios cobrados pelas agências governamentais dos EUA e aqueles que seriam cobrados pelo mercado (ou seja, o tamanho do subsídio embutido no instrumento); e o valor das exportações de algodão e de outros produtos agrícolas viabilizadas pelas garantias do GSM-102 e que não teriam sido realizadas na sua ausência. Com base nessa fórmula, amparada por detalhada análise econômica, o Brasil solicitou aos árbitros autorização para adotar contramedidas anuais, tendo como referência o montante de garantias concedidas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

em cada período. Com base no ano-safra 2006, solicitou valor anual inicial de US$ 1,16 bilhão[24e25].

No caso dos subsídios acionáveis, o Brasil utilizou o modelo econométrico do Professor Sumner, já aplicado durante o procedimento de implementação, para determinar o valor correspondente aos efeitos adversos causados pelos subsídios ML e CCPs. Diferentemente do que acontecera durante o painel original e o painel de implementação, procedimentos nos quais a quantificação precisa dos efeitos adversos não era essencial para se chegar à conclusão de que tais efeitos existiam, a determinação desse montante constituía objetivo precípuo da arbitragem.

Com relação aos subsídios acionáveis, o Brasil solicitou autorização para adotar contramedidas no valor de US$ 1,037 bilhão, montante que levava em conta dois tipos de prejuízos para os produtores de algodão decorrentes dos subsídios norte-americanos: aqueles relativos à perda de renda nas exportações de algodão concretizadas com preços internacionais mais baixos do que seriam se não fossem os subsídios; e aqueles relativos às exportações não efetivadas em função da concorrência desleal com o algodão norte-americano subsidiado. Como a natureza dos efeitos adversos provocados pelos subsídios dizia respeito ao mercado internacional de algodão de maneira geral, e não ao Brasil em particular, os valores apresentados pelo Brasil diziam respeito aos prejuízos globais causados pelos subsídios ML e

24 "Decision by the Arbitrator, US - Upland Cotton Arbitration under Article 22.6 of the DSU and Article 4.11 of the SCM Agreement", § 4.123.

25 Ainda no tocante aos subsídios proibidos, o Brasil também solicitou autorização de retaliação no montante de US$ 350 milhões, a ser aplicada apenas uma única vez, em decorrência do atraso com que os EUA eliminaram o programa "Step 2". Tal pleito não foi acatado pelos árbitros (*idem*, § 3.2).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CCPs. Note-se que embora os cálculos brasileiros apontassem para prejuízos da ordem de US$ 3,34 bilhões, o Brasil limitou seu pedido a US$ 1,037 bilhão, por ser esse o valor estimado no documento apresentado pelo País na OMC, ainda em 2005, quando reservou seus direitos em matéria de retaliação, antes do início do procedimento de implementação[26].

A fim de obter autorização para retaliação cruzada, o Brasil, além de explorar os conceitos específicos do ASMC que, a juízo da equipe brasileira, permitiriam aos árbitros desprender-se das amarras do artigo 22.3 do ESC, apresentou, de maneira criteriosa, argumentos para demonstrar que o caso também se enquadrava nos critérios legais desse último dispositivo. Na visão brasileira, seria "impraticável" ou "ineficaz" retaliar somente por meio do aumento de tarifas e as "circunstâncias" eram "suficientemente graves" para justificar a adoção de contramedidas com relação a compromissos contidos em um acordo diferente daquele em que ocorreu a violação.

O lado brasileiro apresentou argumentos e provas para demonstrar que, embora as importações do Brasil de produtos norte-americanos alcançassem bilhões de dólares, somente uma fração desse valor referia-se a bens supérfluos, sobre os quais seria possível, em tese, adotar contramedidas sem prejuízos maiores à economia nacional. Sobre outros produtos, o aumento de tarifas provocaria, entre outros impactos negativos, aumento dos custos de produção, incremento da inflação, custos elevados de transação para mudança de fornecedores e desestruturação na cadeia produtiva e de distribuição[27]. Nesse contexto, o Brasil

26 "Decision by the Arbitrator, US – Upland Cotton Arbitration under Article 22.6 of the DSU and Article 7.10 of the SCM Agreement", § 4.120.

27 Idem, § 5.111 e 5.116 e seguintes. Também "Decision by the Arbitrator, US – Upland Cotton

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

esforçou-se para sensibilizar os árbitros de que autorização limitada a bens implicaria nova penalização ao País, que se somaria aos prejuízos sofridos em decorrência dos subsídios norte-americanos.

Por ocasião da audiência perante os árbitros, procurou-se, por meio de intervenção de nosso Representante Permanente junto à OMC, Embaixador Roberto Azevêdo, além dos argumentos técnicos e jurídicos, transmitir mensagem política quanto aos riscos para o MSC e para o sistema multilateral de comércio se, em caso tão emblemático para todo o mundo em desenvolvimento, não fosse oferecido ao Brasil remédio eficaz contra a inércia norte-americana. Tal mensagem revelava-se especialmente oportuna diante dos argumentos dos EUA de que o Brasil teria direito a retaliação somente na área de bens e em um montante muito baixo ou correspondente a zero. Essa posição equivalia a dizer, ao contrário do que já haviam decidido dois painéis e o OA por duas vezes, que não existia subsídio proibido algum e que os efeitos causados pelos subsídios adversos eram negligenciáveis. Não cabia ao painel de arbitragem decidir de novo aquilo que já havia sido decidido em dois procedimentos seguidos. O Embaixador Azevêdo, que, como primeiro Chefe da Coordenação-Geral de Contenciosos (CGC) do Itamaraty, tinha estado à frente da vitória brasileira no caso original, expressou, em tom irônico, alívio pelo fato de seu crescimento profissional não ter dependido do cumprimento das decisões da OMC no contencioso do algodão[28].

Arbitration under Article 22.6 of the DSU and Article 4.11 of the SCM Agreement", mesmos parágrafos.

28 Durante o período de redação do presente artigo, o Embaixador Roberto Azevêdo foi eleito Diretor-Geral da OMC, para cumprir mandato com início em 1º de setembro de 2013.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

No tocante aos subsídios acionáveis, os árbitros[29], depois de revisarem toda a literatura especializada com relação a cada um de seus componentes, adotaram o modelo de simulação e os parâmetros oferecidos pelo Brasil praticamente na íntegra[30]. Concluíram que os subsídios ML e CCPs, no ano-safra 2005, resultaram em redução do preço internacional do algodão de 9,38% e em prejuízos globais de US$ 2,9 bilhões[31]. No entanto, decidiram que o Brasil teria direito a um montante de retaliação correspondente somente à sua participação no mercado internacional de algodão, que era, naquele ano, de cerca de 5%. Com isso, o valor de retaliação a que o Brasil teria direito anualmente foi arbitrado em US$ 147,3 bilhões[32].

Com relação aos subsídios proibidos, os árbitros consideraram que o montante das contramedidas deveria corresponder não ao tamanho dos subsídios, como defendido pelo Brasil, mas sim aos efeitos comerciais por eles provocados em termos de redução de preços e deslocamento de vendas. Apesar dessa correção conceitual, os árbitros acataram, com ajustes, a metodologia apresentada pelo Brasil, entendendo-a como adequada também para determinar o impacto comercial dos subsídios[33]. Ao tomarem essa decisão, serviram-se da flexibilidade oferecida pela noção de "contramedidas apropriadas" e recusaram como incorreto o argumento dos EUA

29 Note-se que, embora conduzidas pelos mesmos árbitros, foram realizadas, do ponto de vista formal, duas arbitragens, uma relativa aos subsídios proibidos e outra relativa aos subsídios acionáveis. As arbitragens tiveram seus procedimentos unificados, mas resultaram em duas decisões. Para fins práticos, este artigo refere-se às duas arbitragens como se fossem uma.

30 "Decision by the Arbitrator, US – Upland Cotton Arbitration under Article 22.6 of the DSU and Article 7.10 of the SCM Agreement", § 4.120 e seguintes.

31 Idem, § 4.193.

32 Idem, § 4.195.

33 "Decision by the Arbitrator, US – Upland Cotton Arbitration under Article 22.6 of the DSU and Article 4.11 of the SCM Agreement", § 4.136, 4.192, 4.198 e 4.199.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

de que o montante da retaliação deveria equivaler tão somente ao valor do custo líquido para o Governo norte-americano na operação do programa GSM-102[34].

No entanto, diferentemente do que pleiteou o Brasil, os árbitros concluíram, em sintonia com o que haviam decidido para os subsídios acionáveis, que somente os efeitos comerciais para o Brasil deveriam ser considerados na determinação do montante a ser autorizado. Com isso, concluíram que, com base nos dados relativos ao ano-fiscal 2006, a retaliação a que o Brasil teria direito seria de US$ 147,4 milhões. Entretanto, decidiram, conforme solicitado pelo lado brasileiro, que tal montante deveria ser atualizado anualmente, em função, entre outros elementos, do nível de utilização do programa GSM-102 no ano anterior[35]. Cálculos preliminares realizados pelo Governo brasileiro indicavam que, com base na fórmula aprovada pelos árbitros, as contramedidas para o ano de 2009 em relação aos subsídios proibidos seriam da ordem de US$ 670 milhões, números que refletiam o significativo incremento na utilização do GSM-102. Assim, em termos práticos, atualizado com os dados mais recentes então disponíveis (2008), o montante total de retaliação autorizado somava US$ 829 milhões, o segundo mais alto já obtido na história da OMC[36].

No tocante ao pedido brasileiro para retaliação cruzada, os árbitros avaliaram que as regras específicas do ASMC não se aplicavam à questão e que, portanto, deveriam ser seguidos "os princípios e procedimentos" do artigo 22.3 do ESC[37]. Ao

34 Idem, § 4.154 e seguintes, 4.192 e 4.198.

35 Idem, § 4.199 e seguintes, 4.278 e 4.279.

36 "Communication from Brazil, US – Upland Cotton", de 12 de março de 2010 (WT/DS267/43).

37 "Decision by the Arbitrator, US – Upland Cotton Arbitration under Article 22.6 of the DSU and Article 4.11 of the SCM Agreement" e "Decision by the Arbitrator, US – Upland Cotton Arbitration under Article 22.6 of the DSU and Article 7.10 of the SCM Agreement", § 5.12 e seguintes e 5.33.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

examinarem se era "impraticável ou ineficaz" para o Brasil adotar contramedidas somente em bens, debruçaram-se sobre os números e a composição das importações brasileiras dos EUA. Concluíram que o Brasil teria condições práticas de aumentar tarifas ao menos sobre parte dos bens de consumo importados dos EUA, os quais totalizaram, em 2007, US$ 1,27 bilhão, de um total de importações de US$ 18,7 bilhões[38]. Concluíram, ainda, especialmente em função das características fortemente distorcivas e da longa duração dos subsídios norte-americanos, que "as circunstâncias eram sérias o suficiente" para justificar a retaliação cruzada[39].

Com base nos dados comerciais de 2007, determinaram que até o montante de US$ 409,7 milhões o País deveria impor contramedidas somente na área de bens. Acima dessa espécie de "gatilho", o Brasil poderia retaliar os EUA na área de propriedade intelectual[40]. Como o valor da retaliação brasileira variaria de ano a ano, em função da necessidade de atualização anual do montante correspondente aos subsídios proibidos, os árbitros consideraram importante também prever uma fórmula para atualização do "gatilho" relativo à retaliação cruzada. Foi dado ao Brasil o direito de aplicar a retaliação cruzada sempre que o total de contramedidas em determinado ano excedesse "gatilho" calculado anualmente com base na variação das importações brasileiras provenientes dos Estados Unidos[41]. Como resultado dessas decisões, para a uma eventual retaliação com base nos dados mais recentes disponíveis naquele momento (valor total

38 "Decision by the Arbitrator, US – Upland Cotton Arbitration under Article 22.6 of the DSU and Article 4.11 of the SCM Agreement" e "Decision by the Arbitrator, US – Upland Cotton Arbitration under Article 22.6 of the DSU and Article 7.10 of the SCM Agreement", § 5.140 e seguintes.

39 Idem, § 5.212 e seguintes.

40 Idem, § 5.183 e 5.201.

41 Idem, § 5.230 e seguintes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

de US$ 829 milhões), o "gatilho" atualizado seria de US$ 561 milhões, o que permitiria ao Brasil adotar contramedidas em propriedade intelectual no montante de US$ 268 milhões[42].

Os objetivos que haviam sido estabelecidos pelo lado brasileiro para a arbitragem haviam sido alcançados: ainda que sujeita a variações anuais, os árbitros outorgaram ao Brasil o segundo maior valor de retaliação da história da OMC; além disso, observado o "gatilho" anual, parte dessa retaliação poderia ser feita com relação à propriedade intelectual. Assim, embora, na visão brasileira, a decisão não refletisse totalmente a magnitude dos subsídios e a gravidade de seus efeitos, o fazia de maneira suficiente para, dentro das limitações inerentes ao sistema, oferecer ao Brasil instrumento potencialmente efetivo para insistir em avanços no processo de implementação pelos EUA. O Brasil teria preferido, naturalmente, autorização incondicional para a retaliação cruzada. No entanto, sabia-se que as regras do ESC e os precedentes existentes tornavam remota tal possibilidade. Conhecidos os laudos, ouviram-se alguns questionamentos quanto ao significado da vitória brasileira. Apontava-se, em particular, para a diferença entre os valores solicitados e aqueles efetivamente autorizados. Tal leitura revela pouca familiaridade com o funcionamento do MSC e com as regras do ESC. Os valores solicitados não apenas constituem o teto máximo passível de autorização em uma determinada arbitragem de retaliação como refletem as interpretações mais favoráveis das regras e as premissas mais otimistas em relação a cada uma das inúmeras variáveis contidas nos modelos de simulação utilizados. Obviamente, seria irrealista supor que a visão brasileira pudesse prevalecer com relação a todos os pontos, técnicos e jurídicos. Os resultados alcançados mostram

42 "US – Upland Cotton – Communication from Brazil" (WT/DS267/43).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

que as teses brasileiras prevaleceram na grande maioria deles. Assim como nas etapas anteriores, o procedimento arbitral explicitou, uma vez mais, a singularidade do caso, no qual os resultados favoráveis estiveram associados às suas características específicas e foram viabilizados pela qualidade e pelo rigor da participação brasileira, que envolveu, nessa etapa, mais de dez profissionais, entre diplomatas, advogados, economistas e técnicos.

4. Conclusão

As conclusões do procedimento arbitral coroaram as vitórias alcançadas anteriormente. As decisões representaram, na prática, uma quinta condenação aos subsídios norte-americanos. Desta feita, contudo, o desfecho do processo não se resumia a "declarar o direito"; oferecia ferramentas mais apropriadas ao Brasil para pressionar os EUA a tornarem seus programas compatíveis com as normas multilaterais. Desse modo, abria perspectivas reais de que o Governo norte-americano viesse a sair de sua inércia.

Do ponto de vista oficial, não parecia haver dúvida de que as vitórias anteriores tinham resultado em ganhos políticos, diplomáticos e mesmo jurídicos que justificavam amplamente os esforços realizados. O contencioso havia contribuído para escancarar as práticas de subsidiação agrícola dos países desenvolvidos e para minar possíveis argumentos quanto a sua legitimidade. Além disso, havia sido instrumental na mobilização dos países em desenvolvimento no contexto das negociações multilaterais na área agrícola – o algodão, por exemplo, passou a constituir tópico específico de discussão no contexto da Rodada Doha, impulsionado pelas demandas dos países produtores africanos do "Cotton 4". Igualmente importante, o contencioso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

havia gerado jurisprudência que apontava os caminhos a seguir para futuros casos com características semelhantes. O setor privado brasileiro, que havia contribuído para financiar o contencioso, especialmente em sua primeira etapa, reconhecia esses benefícios.

Contudo, na ausência de ganhos mais tangíveis para o setor, que adviriam com a implementação efetiva pelos EUA, permaneceria a sensação de frustração e de dúvida quanto à eficácia do MSC da OMC. Nesse sentido, a autorização para retaliar, incluindo na área de propriedade intelectual, em parte dos valores autorizados, era fundamental para o objetivo de se buscar resultados concretos para os produtores brasileiros de algodão. Tais resultados foram por fim alcançados, quando, sob ameaça real e iminente de sofrer retaliação nas áreas de bens e propriedade intelectual, o Governo norte-americano, entre abril e junho de 2010, chegou a entendimentos com o Governo brasileiro para, entre outros compromissos, contribuir com US$ 147 milhões anuais para fundo em favor da cotonicultura brasileira e de ações de cooperação com países em desenvolvimento e promover modificações nos termos de funcionamento do programa GSM-102[43].

O acordo alcançado com os EUA foi uma conquista muito significativa, que tem trazido benefícios diretos para o setor cotonicultor nacional. No entanto, há que se ter presente que os entendimentos alcançados, particularmente no que se refere aos subsídios acionáveis, constituíram compensação

43 Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre um fundo de Assistência Técnica e Fortalecimento da Capacitação relativo ao Contencioso do Algodão (WT/DS267) na Organização Mundial do Comércio, de 20 de junho de 2010, e "Framework for a Mutually Agreed Solution to the Cotton Dispute in the World Trade Organization", de 25 de junho de 2010 ("US – Upland Cotton – Joint Communication from Brazil and the United States" – WT/DS267/43).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

temporária, como permitido pelo ESC[44], e não implicaram cumprimento das decisões da OMC ou solução definitiva para o caso. No momento da redação do presente artigo, o Congresso norte-americano continuava deliberando sobre a nova lei agrícola, cujas implicações para o contencioso do algodão terão de ser examinadas. A rigor, a despeito dos ganhos auferidos pelos produtores brasileiros, a questão do pleno cumprimento das decisões emanadas do contencioso, depois de mais de 10 anos do início do caso, em 2002, permanece em aberto. A "saga do algodão", vitoriosa para o Brasil e para os cotonicultores brasileiros, ainda aguarda novos capítulos.

44 Artigo 22.1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O CONTENCIOSO DO ALGODÃO NA OMC E A CRIAÇÃO DO IBA





Haroldo Rodrigues da Cunha
Vladimir Spindola

Haroldo Rodrigues da Cunha é Engenheiro Agrônomo, formado pela Escola de Agronomia da UFG, com especialização em Administração Rural na FAEPE-UFLA. Produtor de algodão e soja em Turvelândia-GO, presidiu a Associação Goiana dos Produtores de Algodão - AGOPA de 2004 a 2008. Foi presidente da ABRAPA - Associação Brasileira dos Produtores de Algodão, de maio de 2008 a dezembro de 2010, período em que também esteve à frente do Conselho de Ética do Algodão. É Conselheiro da ABRAPA e faz parte do Conselho Superior do Agronegócio e do Departamento de Agronegócio-DEAGRO da FIESP. Atualmente é o Presidente Executivo do Instituto Brasileiro do Algodão, cargo que exerce desde setembro de 2010.

Vladimir Spíndola é Advogado e sócio do escritório Spíndola Palmeira Advogados. Mestre em Direito, Estado e Constituição pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB. Conselheiro e representante em Brasília do Movimento de Defesa da Advocacia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A disputa do algodão na OMC é um *case* de sucesso, não só pelos resultados concretos advindos da vitória na OMC, como a criação do Instituto Brasileiro do Algodão – IBA, mas também pelas outras implicações que o caso trouxe. O contencioso foi um dos maiores e mais importantes processos a questionar os abusivos subsídios agrícolas praticados pelos países ricos e foi um marco importante para a criação e fortalecimento do G20. Além disso, deu visibilidade para a diplomacia brasileira, que conduziu o contencioso de maneira exemplar e abriu um importante debate na sociedade sobre a legitimidade e os impactos de programas de subsídios bilionários, destinados a uma parcela ínfima da população, nos países desenvolvidos. Sem a menor sombra de dúvidas, esse caso será um marco não só na cotonicultura, mas em toda agricultura, no que diz respeito ao comércio multilateral de produtos agrícolas, podendo impactar na ordem econômica mundial num futuro não muito distante.

O início do contencioso se deu no ano de 2001, ainda no Governo FHC, quando o Ministro Pratini de Moraes e sua equipe, liderada pelo Pedro Camargo Neto e com forte atuação do Lino Colsera, decidiram estudar o cenário internacional, com o objetivo de adotar medidas de defesa do acesso do Brasil a esses mercados e contestar os subsídios internacionais, que tanto impactavam commodities brasileiras importantes, como o algodão, soja, carne, açúcar, dentre outros. Por uma série de circunstâncias, o foco foi dado ao açúcar e ao algodão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No caso do algodão, o Ministro convocou a Associação Brasileira de Produtores de Algodão (ABRAPA), então recentemente criada, para saber dos produtores o que eles pensavam da estratégia do Governo. Após uma séria de reuniões, a ABRAPA decidiu apoiar a decisão do Governo Federal de questionar os subsídios dados ao algodão americano. A ABRAPA aceitou o desafio de custear o processo, assim como contratar os advogados que fariam a defesa da posição brasileira.

O setor vivia tempos difíceis, com preços internacionais extremamente baixos. No período contestado, o algodão chegou a valer US$ 0,29 por libra peso, ante uma média histórica de US$ 0,70. Em 2001, o valor dos subsídios americanos equivaleu a 130% do valor de toda produção de algodão daquele país. Estudos mostraram que sem os subsídios ao algodão, a produção americana cairia 29%, suas exportações reduziriam em 41% e os preços internacionais subiriam 12,5 %.

Em outubro de 2002 começaram as consultas informais e em fevereiro de 2003 a ação foi formalizada na OMC. A ABRAPA passou a atuar de forma bastante ativa, sendo que um dos primeiros desafios era exatamente contratar um escritório de advocacia com experiência e competência para cuidar da ação. Vários escritórios foram contatados e apesar da pressão de alguns setores para contratar essa ou aquela banca, a ABRAPA se decidiu pela contratação da Sidley Austin Brown &Wood LLP de Genebra, que havia atuado no caso da Embraer contra a canadense Bombardier. Juntou-se ao time um grande econometrista, da Universidade da Califórnia, o Dr. Daniel Sumner.

Um papel importantíssimo que coube à ABRAPA foi articulação do apoio de vários ministérios à causa sugerida pelo Ministério da Agricultura. Essa era uma missão difícil pois ali

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

se propunha questionar a maior potência econômica mundial. Além disso, cabia à associação a busca por informações e dados da produção de algodão brasileira e sua evolução, demandados pelos advogados e econometristas, visando provar os graves prejuízos sofridos pela cotonicultura brasileira em função do programa de subsídios norte-americano.

Os produtores foram convidados a enviar à ABRAPA seus testemunhos, atestando a dificuldade sofrida em função dos preços internacionais extremamente pressionados e contribuíram de forma surpreendente. A associação registrou dezenas de depoimentos, de produtores que haviam até mesmo deixado a atividade em função da baixa remuneração da produção de algodão. Num segundo momento, um produtor e um representante da cadeia foram à Genebra para explicar o arranjo da cadeia do algodão e os impactos sofridos não só pelo setor produtivo, mas também por toda a cadeia têxtil brasileira.

Portanto, a atuação do setor produtivo de algodão do Brasil, por intermédio da ABRAPA não se deu apenas sob o ponto de vista financeiro, mas também pela atuação direta no caso, buscando as informações necessárias para o trabalho dos profissionais encarregados de municiar a diplomacia brasileira com informações consistentes do real prejuízo que a cotonicultura do país vinha sofrendo.

Em 2004 a OMC deu a primeira decisão favorável ao Brasil. Em procedimento de solução de controvérsias processado no âmbito da OMC, o painel e o Órgão de Apelação consideraram algumas medidas norte-americanas incompatíveis com o Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC (ASMC) e com o Acordo sobre Agricultura da OMC. A conclusão da OMC foi que os EUA concederam créditos e apoio anticíclico à cultura do algodão, que fizeram o país se tornar o maior exportador,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

com aproximadamente 30% do comércio mundial, e o terceiro maior produtor mundial, atrás apenas de China e Índia. Em 21 de março de 2005, o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) adotou o relatório do Órgão de Apelação e o relatório do painel, tal como modificado pelo relatório do Órgão de Apelação. As recomendações e decisões do OSC estabeleceram que os EUA: (i) deveriam remover os efeitos nocivos de certos subsídios ou deveriam retirar tais subsídios no prazo de seis meses contados da adoção dos relatórios; (ii) deveriam tornar suas medidas compatíveis com o Acordo sobre Agricultura; e (iii) deveriam retirar os subsídios proibidos sem demora. Sem qualquer movimento por parte do governo norte-americano, os prazos para cumprimento das recomendações do OSC venceram em 1º de julho e em 21 de setembro de 2005.

Em 4 de julho e em 6 de outubro de 2005, o governo brasileiro solicitou ao OSC autorização para adotar contramedidas. Tendo em vista que os norte-americanos rechaçaram as solicitações brasileiras, a questão foi remetida à arbitragem. Em 18 de agosto e em 7 de dezembro de 2005, os procedimentos de arbitragem foram suspensos. Em 18 de agosto de 2006, o Brasil solicitou o estabelecimento de um painel de implementação. Em 18 de dezembro de 2007, o relatório do painel de implementação foi circulado aos Membros da OMC, o qual considerou que os EUA não deram cumprimento às recomendações do OSC e que continuaram a agir de maneira incompatível com as regras do ASMC e do Acordo sobre Agricultura da OMC. Em decorrência da inércia dos norte-americanos, em junho de 2008, o relatório do Órgão de Apelação da OMC confirmou as conclusões do painel de implementação e o OSC adotou o relatório do Órgão de Apelação e o relatório do painel de implementação, tal como modificado pelo relatório do Órgão de Apelação. Por fim, em 25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de agosto de 2008, o Brasil solicitou a retomada dos procedimentos de arbitragem.

Ao órgão de arbitragem da OMC, o Brasil justificou e requereu o direito de retaliar os EUA em US$ 2,5 bilhões, não somente em produtos americanos que fossem exportados ao País, mas também na quebra de patentes e na suspensão de serviços. Afinal, essa forma inovadora de retaliação seria a única que conseguiria forçar os norte-americanos a mudar seu comportamento. E, por sua vez, os norte-americanos se defenderam dizendo que a sanção deveria ser de, no máximo, US$ 30 milhões, pouco mais de 1% do que os brasileiros solicitaram. Argumentavam que os seus programas já teriam sido modificados, como no caso das garantias de crédito.

A essa altura, no início de 2009, o altíssimo nível de complexidade da disputa do algodão na OMC envolvia aspectos como: (i) a eleição de Barack Obama como presidente dos EUA e aproximação política e estratégica do Presidente Lula; (ii) o auge da grave crise econômica pela qual os EUA atravessavam; (iii) o iminente fracasso das negociações na tentativa de concluir a Rodada Doha, cuja negociação final necessária e principal envolvia o delicado tema dos subsídios à agricultura; (iv) a sensibilidade e o desgaste natural do processo de retaliação contra um importante e poderoso parceiro comercial os EUA; (v) as suscetibilidades que seriam afetadas internamente no Brasil pela imposição de medidas, em um processo de retaliação comercial, que certamente contrariariam diversos interesses públicos e privados; (vi) e, não menos importante que todos os outros aspectos, a fase final da disputa do algodão na OMC envolvia a própria credibilidade e legitimidade da OMC, já que se os EUA podem descumprir as regras internacionais da OMC e podem seguir sem punição, a própria OMC é que passaria a ser contestada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Haroldo Rodrigues da Cunha
Vladimir Spindola

O Brasil, contudo, sempre esteve aberto à busca de uma solução negociada para o contencioso. Em março de 2009, a ABRAPA, esteve com o Embaixador do Brasil na OMC em Genebra, Roberto Azevêdo com o objetivo de aprofundar os entendimentos que vinham sendo mantidos com o governo brasileiro e desta forma estar sempre alinhada com a condução do caso. A ABRAPA sempre esteve ao lado do Governo, no sentido de oferecer a legítima e imprescindível colaboração do setor cotonicultor brasileiro. Para a ABRAPA, sempre foi importante deixar claro ao governo brasileiro qual era o seu posicionamento oficial e a sua visão de longo prazo e revelar seu interesse e sua disposição para se engajar em um eventual e sensível processo de retaliação. Mais do que isso, a ABRAPA sempre reforçou a posição de que o setor continuava buscando e defendendo a eliminação ou a substancial redução dos subsídios; e em benefício direto para o setor. Isso significava, primeiramente, a adequação os programas de subsídios americanos às determinações da OMC, mas significava também que, caso houvesse uma negociação entre os Governos, os benefícios deveriam ser do setor produtor de algodão.

Ali nascia a semente do que veio a se tornar, hoje, o Instituto Brasileiro do Algodão (IBA). Após a realização de diversas audiências com representantes do governo brasileiro no Itamaraty, e em outros ministérios, além de diversos contatos com a representação diplomática de Genebra, pouco mais de um mês depois, a ABRAPA voltou à cidade suíça para discutir a questão com o Embaixador do Brasil na OMC e sua equipe. Naquele momento a ABRAPA foi questionada sobre o que seria importante para o setor, caso o governo dos Estados Unidos tivesse a intenção de negociar uma alternativa para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

encerrar o caso. Foi quando a ideia da criação de um Fundo para o desenvolvimento da cotonicultura brasileira começou a ser delineada.

Quanto ao processo do algodão perante a OMC, a expectativa, nesse momento, era aguardar a divulgação dos laudos arbitrais sobre a retaliação, prevista para ocorrer no dia 30 de junho de 2009. Às vésperas, a Diretoria da ABRAPA foi informada que tal prazo seria postergado para o dia 14 de agosto de 2009. Em meados de agosto, houve nova prorrogação da data prevista, ficando a divulgação dos laudos arbitrais sobre a retaliação adiada para 31 de agosto de 2009.

Na data marcada, em 31 de agosto de 2009, a OMC autorizou o governo brasileiro a retaliar os EUA. O valor mínimo, resultado dos subsídios ilegais concedidos (calculados de acordo com os números relativos ao ano-base 2006), foi de pouco menos de US$ 300 milhões. Porém, considerando que nos últimos anos os subsídios norte-americanos cresceram muito, estimou-se que o valor calculado sobre o ano-base 2009 alcançaria US$ 830 milhões.

A decisão da OMC autorizou sanções que representam o segundo maior valor absoluto da história da entidade até então, além de permitir ao Brasil aplicar parte da retaliação de forma cruzada, sobre serviços e propriedade intelectual. Desde 1995, quando foi criada, a OMC só autorizou quatro retaliações cruzadas. Normalmente, no meio do caminho os países acabam negociando, cedendo.

A decisão que autorizou o Brasil a aplicar contramedidas também nas áreas de serviços e propriedade intelectual estava fundamentada no fato de que, neste caso, não seria "praticável" ou "efetivo" adotar contramedidas apenas na área de bens, e de que "as circunstâncias são suficientemente sérias" para justificar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

contramedidas em outras áreas. Pelas regras estabelecidas na histórica decisão da OMC, após atingir o valor previsto para retaliação de bens (o "gatilho"), o Brasil poderia implementar sanções sobre direitos de propriedade intelectual e sobre a importação de serviços.

A decisão da OMC, bastante comemorada tanto pelo governo brasileiro como pela Diretoria da ABRAPA, nunca teve a finalidade de indenizar os cotonicultores brasileiros pelos prejuízos causados ao longo dos anos que se passaram, em razão dos elevados subsídios ilegais concedidos aos produtores de algodão norte-americanos. A decisão da OMC, ao contrário, deve ser compreendida como medida legal e legítima de "pressão" para que os EUA eliminem os subsídios considerados ilegais. E a retaliação, embora não desejável, nesse contexto, seria o único instrumento legal disponível para "forçar" o governo norte-americano a cumprir a decisão.

Retaliar no comércio de bens significa "afetar" as exportações de produtos norte-americanos para o Brasil. Ou seja, caberia ao governo brasileiro o exame criterioso na eleição dos produtos que teriam aumento do Imposto de Importação, acima do limite acordado na OMC, somente para a origem norte-americana, de forma a prejudicar o menos possível o consumidor brasileiro. Retaliar em propriedade intelectual, que causa mais impacto e era precisamente o maior temor dos norte-americanos, significa deixar de pagar direitos nessa área, como por exemplo, em direitos de patentes de produtos farmacêuticos, de softwares de informática ou em direitos sobre músicas e filmes.

Colocar em prática a retaliação era sabidamente, desde o início, tarefa difícil, mas factível. Arquitetar e executar um programa de retaliação é uma aventura complexa e que poucos países experimentaram. Daí porque o total apoio e dedicação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ABRAPA, numa bem-sucedida parceria com o governo brasileiro, se mostrava essencial. Era importante que os setores da sociedade potencialmente impactados pelas contramedidas, não rechaçassem o Governo Brasileiro. Neste momento, a unidade de discurso e de total apoio ao Governo Brasileiro por parte da ABRAPA, foi fundamental. Se essa era a única alternativa dada ao país vitorioso num contencioso na OMC, onde o perdedor se recusava a adotar as determinações do órgão máximo de regulação do comércio internacional, o Brasil não poderia deixar de fazer valer seus direitos, sobretudo em um caso de tão grande relevância e repercussão mundial. A ABRAPA articulou com diversas instituições públicas e privadas, o apoio à decisão do Governo brasileiro de seguir às últimas consequências, que seria a retaliação, caso o governo norte-americano não tomasse nenhuma medida.

De imediato, a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) criou, em setembro de 2009, um grupo técnico de trabalho para estudar a retaliação que o governo brasileiro poderia impor aos EUA. Com a decisão da OMC, o governo brasileiro anunciou que iria elaborar uma lista de bens, serviços e patentes norte-americanas que estariam sujeitos a sanções.

E logo a Diretoria da ABRAPA estreitou o seu relacionamento com os integrantes do Conselho de Ministros da CAMEX. Em diversas ocasiões, a Diretoria da ABRAPA reiterou o compromisso do governo brasileiro de buscar compensar o setor cotonicultor, maior prejudicado pelos ilegais subsídios norte-americanos, caso houvesse espaço para uma negociação com os Estados Unidos.

À época da decisão da OMC, como o Brasil não dispunha de uma lei que lhe permitia impor sanções comerciais na área de direitos de propriedade intelectual, era necessário superar essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

barreira interna. Diante disso, o governo brasileiro concluiu uma minuta de medida provisória, havia meses sob estudo por um grupo técnico interministerial, sobre a aplicação de retaliações a países estrangeiros na área de propriedade intelectual.

Finalmente, nos termos das decisões arbitrais de 31 de agosto de 2009, contidas nos documentos WT/DS267/ARB/1 e WT/DS267/ARB/2 da OMC, o Brasil foi autorizado pelo OSC, em 19 de novembro de 2009, a adotar contramedidas não apenas na área de bens, mas também nas áreas de serviços e propriedade intelectual.

Como não houve qualquer espécie de oferta ou procura por negociação por parte de autoridades do governo norte-americano, o Brasil iniciou o processo de retaliação, mesmo preferindo evitá-lo, ciente de que o processo poderia atingir, ainda que indiretamente, a cadeia produtiva nacional.

Vale destacar que essa foi a primeira vez que o Brasil se valeu de seu direito de impor sanções a um parceiro comercial. Digno de destaque, também, o fato de que a retaliação na área de propriedade intelectual, além de inédita, seria emblemática por atingir uma área sensível dos EUA e de outros países desenvolvidos.

Ainda no início de novembro de 2009, a CAMEX publicou a resolução nº 74, instaurando procedimento de consultas públicas relativa à Lista Preliminar de 222 bens de consumo e insumos que poderiam estar sujeitos à aplicação de contramedidas em decorrência do não cumprimento, por parte dos EUA, das decisões e recomendações adotadas pelo OSC da OMC no contexto do contencioso do algodão. A Lista Preliminar de retaliação era no valor de US$ 2,7 bilhões. Mas essa Lista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tinha o propósito de, ao final do processo de depuração, ouvidos os interessados que se quisessem se manifestar, alcançar uma retaliação de US$ 560 milhões ao ano.

A previsão era de que até março de 2010, a CAMEX selecionaria os produtos norte-americanos que teriam uma nova alíquota do Imposto de Importação. A depuração da Lista, pelo governo, levou em consideração a preocupação de, ao selecionar um produto, não causar prejuízos à produção e ao consumo interno. A intenção era incluir na lista final somente os bens que tivessem outros fornecedores, além dos EUA, e oferecessem condições similares de preço e qualidade.

Nesse contexto, um dos efeitos naturais e esperados de um processo de retaliação era a atração de potenciais interesses e setores que seriam lesados com a eventual imposição da medida pelo governo brasileiro.

E esse papel fundamental coube à Diretoria da ABRAPA, que conquistou importantes aliados no Brasil e nos EUA para que eles legitimamente pressionassem o governo e o Congresso norte-americano a entender a necessidade de colocar a política agrícola do algodão dentro dos limites dos subsídios acordados na OMC, ou, alternativamente, pressionassem o governo a buscar um acordo com o governo brasileiro.

Foram diversas as reuniões realizadas entre a Diretoria da ABRAPA e representantes da coalizão formada pelas seguintes entidades: Brazil-US Business Council, US Chamber of Commerce, National Association of Manufacturers, Council of the Americas, Business Round Table, National Foreign Trade Council e AmCham Brasil.

A Diretoria da ABRAPA também participou de importantes reuniões com a Diretoria e com o Presidente da FIESP, e de entidades de classe representantes de outros setores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tanto para alinhar o discurso do setor privado brasileiro e o interesse na retaliação como elemento de pressão, como para reiterar o legítimo interesse de que, qualquer solução que fosse eventualmente negociada, deveria compensar o setor cotonicultor, já que sempre foi o maior prejudicado pelos ilegais subsídios norte-americanos.

À época, não faltavam setores interessados em se beneficiar dos eventuais ganhos que um eventual acordo poderia proporcionar, caso assim se ajustassem ambos os governos. E o papel desenvolvido pela Diretoria da ABRAPA sempre foi firme no sentido de que a ABRAPA, e por consequência, os produtores de algodão, era a legítima interessada no caso de um eventual acordo e de que o setor cotonicultor brasileiro deveria ser o principal favorecido. Lembrando que nunca o governo brasileiro prometeu à Diretoria da ABRAPA qualquer tipo de compensação sem um respaldo legal, lógico, coerente e transparente.

Nesse ponto, deve ser ressaltada pela Diretoria da ABRAPA sua satisfação com a enorme transparência conferida pelo governo brasileiro durante o processo de retaliação. Transparência esta, inclusive, que foi reconhecida internacionalmente como um exemplo a ser seguido por todos os países em processos semelhantes.

Dando seguimento ao processo de retaliação, o governo brasileiro fez publicar a Medida Provisória (MP) nº 482, de 10 de fevereiro de 2010, a qual dispunha sobre medidas de suspensão de concessões ou outras obrigações do País relativas aos direitos de propriedade intelectual e outros, em casos de descumprimento de obrigações do Acordo Constitutivo da OMC.

Logo após a publicação da MP 482/2010, o ministro das Relações Exteriores, chanceler Celso Amorim, afirmou que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Brasil ainda acreditava na possibilidade de novas negociações com o governo norte-americano e justificou que o Brasil estava recorrendo a um instrumento criado justamente pelos países ricos, como os próprios EUA, acrescentando o fato de que o Brasil não poderia se curvar. A MP significava, em outras palavras, o ultimato para que as autoridades norte-americanas acatassem a decisão da OMC e colocassem fim aos subsídios ilegais ao algodão.

A essa altura do processo de retaliação, diversos representantes do setor privado norte-americano faziam pressão junto ao seu governo para que fossem tomadas atitudes concretas, seja no sentido de cumprirem as determinações da OMC, seja no sentido de fazerem algum tipo de proposta ao governo brasileiro para evitar a retaliação.

Considerando, portanto, os desdobramentos possíveis do cenário então existente, a Diretoria da ABRAPA intensificou as audiências com diversas autoridades brasileiras responsáveis pela condução do processo de retaliação e responsáveis por uma eventual negociação com o governo dos EUA. E nessas ocasiões, a criação de um fundo foi profunda e reservadamente discutida.

A proposta era a criação de um instituto privado, com a finalidade de gerir e aplicar os recursos recebidos pelo governo dos EUA como parte de um eventual acordo para suspensão temporária da retaliação autorizada pelo OSC da OMC no contencioso do algodão. Os recursos seriam destinados a programas relacionados ao desenvolvimento e fortalecimento da cotonicultura brasileira, tendo a gestão do instituto compartilhada entre o setor privado e o governo brasileiro, visando dar transparência, publicidade e credibilidade com relação aos programas desenvolvidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Haroldo Rodrigues da Cunha
Vladimir Spindola

Em março de 2010, a CAMEX editou duas resoluções visando dar seguimento ao processo de retaliação. A primeira, a resolução nº 15, de 5 de março, tinha o objetivo de tornar pública a lista de mercadorias que teriam a alíquota do Imposto de Importação majorada pelo período de 365 dias, quando originárias dos EUA. E a segunda, a resolução nº 16, de 12 de março, tinha o objetivo adicional de instaurar, nos termos da MP 482/2010, procedimento de consulta pública sobre as medidas de suspensão de concessões ou obrigações do País relativas aos direitos de propriedade intelectual e outros, em relação aos EUA, em decorrência do não cumprimento das decisões e recomendações adotadas pelo OSC da OMC.

A resolução CAMEX nº 16/2010, que tratava da execução da retaliação em propriedade intelectual, fixou prazo de 20 dias para os interessados se manifestarem e previu que seus efeitos entrariam em vigor na data de sua publicação, que ocorreu no dia 15 de março.

Em seguida, a CAMEX editou a resolução nº 19, de 5 de abril de 2010, estabelecendo que os efeitos da resolução CAMEX nº 15/2010 entrariam em vigor no dia 22 de abril de 2010.

Diante da iminência da colocação em prática pelo governo brasileiro da retaliação autorizada pela OMC, o governo norte-americano enviou representantes ao Brasil para discutirem uma solução alternativa que suspendesse a retaliação. Poucos dias antes da data prevista para a elevação das tarifas sobre produtos norte-americanos, que seria o início efetivo da retaliação, os representantes do governo dos EUA apresentaram propostas compensatórias sérias e consideradas satisfatórias pelo governo brasileiro.

Como a mudança na Lei agrícola americana só pode ser realizada pelo Congresso e a Lei vigente à época deveria vigorar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

até 2012, os Estados Unidos propuseram uma suspensão temporária do processo de retaliação por parte do Brasil, até que a lei agrícola subsequente fosse promulgada. Dentre várias medidas negociadas, destaca-se a criação de um Fundo para o setor do algodão, com repasses anuais de US$ 147,3 milhões, durante a vigência do Memorando. Os recursos do Fundo deveriam ser aplicados em atividades de Assistência Técnica e capacitação, excluindo a pesquisa, no Brasil e em países acordados entre os dois governos, dentro de um programa de cooperação internacional.

Uma das exigências das autoridades negociadoras dos EUA era que os recursos não fossem utilizados em pesquisa, pois há uma lei norte-americana que veda a utilização dos recursos dessa fonte para tal finalidade. Assim, foi acordado que os recursos fossem destinados: ao controle, mitigação e erradicação de pragas e doenças; à aplicação de tecnologia pós-colheita; à compra e uso de bens de capital; à promoção do uso do algodão; à adoção de cultivares; à observância das leis trabalhistas; ao treinamento e instrução de trabalhadores e empregadores; a serviços de informação de mercado; à gestão e conservação de recursos naturais; à aplicação de tecnologias para melhoria da qualidade do algodão; à aplicação de métodos para melhoria dos serviços de gradação e classificação; a serviços de extensão relacionados aos itens anteriores; à cooperação internacional nas atividades indicadas nos itens anteriores relativas ao setor cotonicultor de países da África Subsaariana, de países-membros ou associados ao Mercosul, no Haiti, ou em quaisquer outros países em desenvolvimento desde que haja prévio acordado; a outras atividades que venham a ser autorizadas nos termos do acordo celebrado entre os governos; e ao custeio de despesas administrativas razoáveis correlatas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Haroldo Rodrigues da Cunha
Vladimir Spindola

O Memorando de Entendimentos entre Brasil e Estados Unidos, assinado em início de abril, estabelecia que o Brasil deveria publicar no Diário Oficial da União, até o dia 22 daquele mês (resolução Camex 20), que o Brasil suspenderia a retaliação por 60 dias, prazo aquele, para que os dois governos negociassem as bases de um acordo para encerrar o contencioso.

Embora os governos tivessem chegado a um entendimento importante, que representava uma solução para o caso, o fato era que nos 60 dias seguintes Brasil e EUA ainda deveriam trabalhar conjuntamente em um entendimento mutuamente satisfatório que fornecesse um arcabouço para alcançar uma solução mutuamente acordada para o contencioso do Algodão. Afinal, em não havendo entendimento, o Brasil ainda poderia retaliar os norte-americanos, uma vez que tinha apenas suspendido o início do seu processo de retaliação. As negociações entre representantes dos governos prosseguiram.

Enquanto isso, o processo de constituição do IBA, conduzido pela Diretoria da ABRAPA e articulado juntamente com representantes do governo brasileiro, prosseguia, de modo rápido, pois independentemente da efetivação do Acordo-Quadro, a entidade que receberia os recursos do Fundo teria direito a U$34 milhões.

Com a publicação da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, o governo brasileiro providenciou a necessária autorização legal, que lhe permitia indicar os seus membros para integrarem o Conselho Gestor do IBA.

Finalmente, tendo em vista a conclusão entre o Brasil e os EUA do Acordo-Quadro para uma Solução Mutuamente Acordada para o Contencioso do Algodão na Organização Mundial do Comércio (WT/DS267), a CAMEX editou a resolução nº 43, de 17 de junho de 2010, para suspender a Resolução nº 15/2010

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(retaliação em bens) e suspender o procedimento iniciado pela Resolução nº 16/2010 (retaliação em direitos de propriedade intelectual).

Em face da previsão do art. 136 da Lei nº 12.249/10, a CAMEX indicou os seus representantes, titulares e suplentes, para o Conselho Gestor e para o Conselho Fiscal do IBA.

A ABRAPA e suas afiliadas sempre tiveram a firme convicção de que a vitória obtida em favor dos produtores brasileiros de algodão foi significativa. Mas também sabiam que o trabalho não terminava ali. Com a criação do Instituto Brasileiro do Algodão, caberia agora aos produtores de algodão do Brasil e suas Associações, fazer bom uso dos recursos disponibilizados, de modo a construir um cenário melhor para a cotonicultura brasileira.

Embora a criação do IBA tenha sido em meados de 2010, seu funcionamento efetivo se deu a partir de 2011. Apesar de ser uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, o IBA tem uma característica ímpar por ter no seu Conselho Gestor representantes do Governo e dos produtores de algodão. Essa gestão compartilhada entre público e privado, aliada a todas as exigências de publicidade da atuação do instituto, das estruturas de controle rigorosas e de todos os demais requisitos definidos no Memorando de Entendimentos entre Brasil e Estados Unidos, fez com que o ano de 2011 fosse todo dedicado ao estabelecimento do Modelo de Governança e das regras de funcionamento do instituto, fundamentais para a transparência na gestão dos Projetos desenvolvidos com o suporte financeiro do IBA.

Apesar de terem sido aprovados dois projetos ainda em 2011, a partir de 2012 o instituto recebe já um grande número de projetos. Em meados de 2013 já haviam sido aprovados 54.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Alguns desses projetos já estão concluídos, mas a grande maioria encontra-se em plena execução. São projetos relacionados a quase todas as atividades autorizadas no Memorando.

Dentre os projetos, vale destacar o grande número de projetos em Capacitação, treinamento e instrução de produtores e trabalhadores e Controle e Mitigação de Pragas e Doenças, além de outros ligados à observância de leis trabalhistas, gestão e conservação de recursos naturais, compra e uso de bens de capital, melhoria do sistema de classificação do algodão, adoção de cultivares, serviço de informação de mercado e melhoria da qualidade do algodão.

Em relação à cooperação internacional, há dois grandes projetos em execução, coordenados pelo Ministério das Relações Exteriores juntamente com a Agência Brasileira de Cooperação. Um desses projetos está sendo desenvolvido na África, tendo o PNUD como entidade executora e o outro na América do Sul, sob tutela da FAO.

Até junho de 2013 haviam sido desembolsados mais de R$ 135 milhões, de um total de quase R$ 200 milhões, valor total dos projetos até então aprovados, com desembolsos previstos até 2017.

Considerando que o grande fluxo de projetos começou a ser aprovado a partir do segundo trimestre de 2012, após pouco mais de um ano, é possível notar o grande impacto da presença do Instituto para o setor cotonicultor.

O setor do algodão, assim como todos os envolvidos neste grande projeto, está comprometido a fazer com que os recursos existentes no IBA possam gerar desenvolvimento e contribuir de forma significativa para o crescimento sustentável da cotonicultura brasileira e da cotonicultura dos países onde a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cooperação brasileira se fizer presente. O importante é fazer com que essa história de sucesso tenha continuidade, com a mesma determinação, seriedade e competência que sempre permearam todas as ações iniciadas há mais de dez anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



Retaliação na OMC: procedimento, prática e objetivos

Celso de Tarso Pereira

Conselheiro, ingressou na carreira diplomática em 1995 e está atualmente na Delegação do Brasil junto à OMC, em Genebra. Foi Coordenador-Geral de Contenciosos do Itamaraty (2010--2013) e professor titular no Instituto Rio Branco. Trabalhou na Divisão de Mercosul do Itamaraty (1996-2001). Mestre em Direito Internacional pela Universidade de Kiel. Bacharel em Direito pela UFPR.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

1. O procedimento de retaliação no âmbito do Sistema de Solução de Controvérsias da OMC

Também com disputas, ameaças e retaliações comerciais se faz a política externa. Apesar de a frase soar forte e contundente em âmbito diplomático, essa tem sido a experiência do Brasil e de vários outros países no Sistema de Solução de Controvérsias (SSC) da OMC. Os resultados obtidos pelo Brasil em longa série de casos demonstra claramente que o SSC tem sido vetor relevante na defesa do interesse de importantes setores da economia nacional, como demonstram os ganhos concretos nos casos Açúcar (UE), Algodão (EUA), Frangos (em disputas diferentes contra UE, África do Sul e Argentina), Suco de Laranja (EUA), Salvaguardas sobre Aço (EUA), entre outros.

O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC passou a funcionar em 1995 e, desde então, foram iniciadas mais de 460 controvérsias, tendo o Brasil participado em 115 (como demandante, demandado e terceira parte). O órgão central responsável por administrar esse sistema, estabelecido ao final da Rodada Uruguai do GATT (1986-1994), com a aprovação do Entendimento relativo às Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias (ESC), é o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC), composto por representantes de todos os Membros da OMC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SSC permite, a qualquer momento, a solução do conflito por meio de acordo entre as partes. Caso esse acordo não seja atingido, elas utilizarão os procedimentos estabelecidos no mecanismo de solução de controvérsias para solucionar a disputa, que podem ser classificados em quatro fases principais: (i) consultas; (ii) painel; (iii) apelação; e (iv) implementação.

Após o transcurso de todas as fases, incluindo o fim do "período razoável de tempo" para a implementação das recomendações contidas no relatório adotado, sem que elas sejam implementadas, as partes podem chegar a um acordo quanto a uma possível compensação da parte vencida à vencedora até o integral cumprimento do relatório. Caso não haja acordo quanto à compensação, a parte vencedora poderá solicitar ao OSC autorização para suspender concessões ou obrigações em relação à parte vencida na controvérsia. Esse mecanismo visa conferir maior efetividade ao sistema de solução de controvérsias da OMC e, consequentemente, ao sistema multilateral de comércio.

A suspensão de concessões ou de outras obrigações – comumente chamada de retaliação – é vista como uma medida temporária e não deveria, em tese, permanecer aplicada por muito tempo. Importante ressaltar que o direito à retaliação não é automático, mas requer autorização prévia do OSC.

A autorização para retaliar submete-se, assim, ao mesmo rito de consenso invertido que caracteriza o sistema de solução de controvérsias pós-GATT. A prática mostra que o Membro afetado *sempre* contesta o nível de suspensão de concessões e um painel de arbitragem[1] é instalado, se possível composto

1 O termo "arbitragem" é reservado, no ESC, a três procedimentos: o do artigo 22.6, para determinar o nível de suspensão de concessões; o do artigo 21.3, para determinar o período razoável de tempo para implementar decisão e o do artigo 25, todos mais expeditos que o Painel regular e todos sem recurso de apelação. No caso da arbitragem do artigo 25, é necessário acordo das partes, ao contrário dos demais. Nas demais situações, fala-se de painel ou grupo especial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

pelos membros do painel original. O prazo previsto para a divulgação do laudo arbitral é de apenas 60 dias, claramente insuficiente para a complexa tarefa atribuída aos árbitros: nos casos submetidos até hoje à arbitragem do artigo 22.6 do ESC, nenhum deles ateve-se a esse prazo. Do laudo arbitral não cabe recurso de apelação, nem as partes podem buscar uma segunda arbitragem. A função principal dos árbitros é determinar se o nível de suspensão é *equivalente* ao nível da anulação ou prejuízo, conforme o artigo 22.7.

Registre-se que alguns outros Acordos possuem igualmente regras específicas para solução de controvérsias, as quais, por serem mais específicas, têm prevalência sobre as regras mais genéricas do ESC. As mais importantes são claramente aquelas contidas no Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias (ASMC), aplicáveis aos subsídios proibidos (artigo 4) e aos acionáveis (artigo 7). Se o parâmetro para definição do montante da retaliação é geralmente a *equivalência* entre o nível da suspensão e o de anulação e prejuízo, em caso de subsídios proibidos os árbitros deverão determinar se as *contramedidas são adequadas* e, no caso dos subsídios acionáveis, se são *proporcionais* ("commensurate") *ao grau e natureza dos efeitos adversos existentes*. Os significados de *equivalente*, *adequado* e *proporcional* são distintos e têm sido interpretados pela jurisprudência (mas não pelo OA, já que não há previsão de apelação dos painéis de arbitragem).

Embora não previsto nas regras do ESC, o procedimento de arbitragem, uma vez estabelecido o painel, tem seu início substantivo com a apresentação, pela parte que solicita a autorização, de um "methodology paper", o qual explica, detalha e justifica o montante de retaliação requerido. Esse é, de fato, o primeiro documento, já no curso da arbitragem do artigo 22.6, que procurará dar substância e legitimidade ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

valor da suspensão, o qual teve que ser anunciado em momento anterior, quando da solicitação da autorização para retaliar (artigo 22.2). Como os prazos combinados nos artigos 22.2 e 22.6 alocam um tempo mínimo para a obtenção da autorização (30 dias depois do fim do chamado período razoável de tempo), o "request for authorization for suspension of concessions or other obligations" costuma ser conciso e o valor requerido tende a ser meramente referencial, um valor teto, que não poderá mais ser alterado. É apenas em fase posterior, quando o painel foi composto e os prazos definidos pelos árbitros, que se apresenta o "methodology paper", que deverá então, em bases científicas, justificar o montante pedido.

A outra parte, em sua primeira petição, contestará o valor solicitado; normalmente, então, será apresentada mais uma réplica da parte que quer retaliar e ambas serão ouvidas pelos árbitros em uma audiência, antes da decisão final. Muitas vezes estendendo-se por meses, a discussão pode tornar-se difícil e exigir estudos e modelos econométricos, culminando em complexas "batalhas de modelos", as quais, por sua vez, exigem que cada lado tenha em sua equipe técnicos capazes de conduzir o debate e explicar e defender as variáveis que compõem cada modelo. Desnecessário dizer que países em desenvolvimento, sem recursos humanos ou financeiros disponíveis para coordenar e produzir tais estudos, encontram-se em desvantagem crítica no procedimento em relação aos países desenvolvidos (especialmente EUA, UE e Canadá).

Naqueles casos em que se solicita autorização para suspender concessões em outro setor que o da violação original (retaliação cruzada), os árbitros terão também a função de analisar se os requisitos do artigo 22.3 foram cumpridos. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

regra do ESC é que a retaliação se dê no mesmo setor da violação questionada: não existe um "direito" à retaliação cruzada. O artigo 22.3 fornece verdadeira hierarquia de "remédios" que podem ser tomados, estabelecendo que (a) o princípio geral é o de que a parte reclamante deverá procurar primeiramente suspender concessões ou outras obrigações relativas ao(s) mesmo(s) setor(es) em que o painel ou o Órgão de Apelação haja constatado uma violação ou outra anulação ou prejuízo. Caso não seja possível retaliar no mesmo setor, nem em outros setores do mesmo Acordo (conforme artigo 22.3 (b) – situação aplicável especialmente para o Acordo de Serviços), a letra (c) do mesmo artigo impõe as condições para a retaliação cruzada: "se a parte considera que é *impraticável ou ineficaz* suspender concessões ou outras obrigações relativas a outros setores abarcados pelo mesmo acordo abrangido, e que as *circunstâncias são suficientemente graves*, poderá procurar suspender concessões ou outras obrigações abarcadas por outro acordo abrangido".

O principal obstáculo jurídico para a parte que tenciona retaliar em outro setor é, portanto, comprovar perante o painel de arbitragem que não é "practicable" ou "effective" retaliar no mesmo setor da violação. Tal teste não é fácil, como o Brasil viria a descobrir em sua disputa com os EUA sobre subsídios ao algodão. Com pauta de comércio bilateral diversificada e na casa dos bilhões de dólares – ao contrário do Equador e Antígua e Barbuda em seus respectivos casos – o ônus da prova de convencer os árbitros de que não havia produtos em montantes suficientes para serem retaliados tornava-se mais árduo. Como as condições para "cruzar" a retaliação se tornaram, na prática, tão severas – especialmente para países com maior participação no comércio internacional e que tendem, portanto, a se envolver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

mais frequentemente em disputas na OMC – não é de se admirar que alguns países em desenvolvimento tenham apresentado, no âmbito das negociações do ESC, proposta para que os critérios do artigo 22.3 sejam exigidos apenas dos países desenvolvidos[2].

No caso Algodão, por exemplo, à luz da natureza e da gravidade das violações, assim como da percepção que os EUA continuariam a resistir a cumprir com as decisões, o Brasil solicitou aos árbitros autorização para retaliar os EUA em outro setor que não apenas o de bens. Depois de Equador e Antígua, o Brasil seria o terceiro país a solicitar tal autorização. Para tanto, teve que, primeiramente, demonstrar que estavam presentes os critérios do artigo 22.3 ESC (com fundamento em que a retaliação no mesmo setor de bens não seria "practicable or effective" e as circunstâncias seriam sérias o suficiente). Pautando-se na interpretação dos requisitos do artigo 22.3 do ESC desenvolvida pelos árbitros em casos anteriores (CE - Bananas III, EUA - Jogos de Azar), o Brasil qualificou "practicable", no que foi endossado pelos árbitros, como sendo aquela suspensão no mesmo setor que "está disponível para aplicação na prática" ("available for application in practice") ou "adequado para ser usado em um caso particular" ("suited for being used in a particular case"[3]). Se não for uma opção real ou adequada para ser usada nas circunstâncias, ela será impraticável. Na interpretação de "effective", contudo, os árbitros, no caso Algodão, discordaram do entendimento de CE - Bananas III, que era endossado pelo Brasil. Em Bananas III, os árbitros tinham afirmado que "the thrust of this criterion empowers the party seeking suspension

2 Cf. TN/DS/W/47, por Índia, Malásia, Egito, Honduras e outros.
3 WT/DS267/ARB/1, par. 5.71.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

to ensure that *the impact* of that suspension is strong and has the desired result, namely to *induce compliance* with DSB rulings within a reasonable period of time"[4]. Já para os árbitros em Algodão, o critério de eficácia da retaliação se avalia dentro do mesmo setor ou acordo e não em comparação com a suspensão em outro setor. Alinhando-se com os argumentos dos EUA, que desejavam minimizar a referência de CE - Bananas III ao *impacto* da retaliação e seu resultado de induzir o cumprimento, os árbitros acabaram realçando eficácia apenas como "the ability of the complaining party to make effective use of the awarded countermeasures in order to induce such compliance"[5]; tal entendimento parece relacionar-se muito mais ao termo "practicable" ("available for application in practice") do que a "effective": os termos acabaram por adquirir conceituação semelhante.

A consequência dessa nova interpretação – não sujeita à apelação, embora podendo ser alterada na próxima disputa que chegue à mesma fase – é a maior dificuldade em se justificar a retaliação fora do setor original da disputa. Não se levando especialmente em conta o impacto que a retaliação cruzada pode ter em se obter o cumprimento, torna-se mais difícil comprovar a necessidade de se ir além do setor original.

2. A prática da retaliação na OMC

Embora não seja a regra, o histórico de disputas na OMC mostra que, em algumas circunstâncias, quando fortes interesses nacionais são contrariados, aumenta a recalcitrância de alguns países em acatar as decisões do Órgão de Solução de

4 Idem, par. 5.77, citando a Decisão dos Árbitros em CE - Bananas III (Equador), par. 72.
5 Idem, par. 5.81.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Controvérsias (OSC). Os EUA, no caso Algodão ou "zeroing", a UE no caso Hormônios e mesmo o Brasil no caso Aeronaves (Bombardier-Embraer), são exemplos conhecidos. Para essas situações, a previsão do "último recurso" da retaliação no Entendimento de Solução de Controvérsias confere ao país "vencedor" a expectativa de que todo o esforço ligado à condução de um caso na OMC poderá ainda ser justificado e que o país que decide não acatar as recomendações não evitará as consequências previstas.

A avaliação jurídica e econômica da retaliação pela literatura não é unânime, que a vê tanto como uma estratégia economicamente perversa, contrária à essência mesma do livre-comércio cujas regras o SSC quer preservar, como também como o pilar central do sistema de solução de controvérsias da OMC. Diante da possibilidade de retaliar, a diretriz básica do processo de tomada de decisão governamental deve ser a de reduzir os custos domésticos e incrementar no possível o impacto no país a ser retaliado.

Desde 1995, o OSC, com fundamento no artigo 22.6 do ESC, autorizou o uso de medidas retaliatórias 19 vezes, em disputas envolvendo os seguintes 11 Membros: EUA, Comunidade Europeia (depois UE), Canadá, Japão, México, Coreia, Equador, Índia, Chile e Antígua e Barbuda, além do Brasil. Desse grupo, apenas cinco países realmente implementaram a retaliação, em quatro disputas diferentes: Bananas III (EUA), Hormônios (EUA e Canadá), Foreign Sales Corporation (CE) e Emenda Byrd (CE, Japão, México, Canadá).

Nos demais casos autorizados, ou os países resolveram, por diferentes motivos, não retaliar (Índia, Chile, Coreia e Brasil em Emenda Byrd), não tiveram capacidade ou meios suficientes para tanto (Equador em Bananas III e Antígua em Jogos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

Azar), chegaram a um acordo satisfatório (Brasil e Canadá nos dois casos Aeronaves) ou o processo foi suspenso (Algodão) mediante o pagamento de compensação (EUA ao Brasil).

Note-se que o caso EUA - Direito Autoral não foi incluído no rol acima porque o montante da retaliação nesse caso resultou da arbitragem de procedimento especial sob o artigo 25 do ESC e não do artigo 22.6, como todos os demais (o artigo 25 permite às partes acordar procedimento alternativo para buscar uma "arbitragem expedita"). Cabe relembrar também que a CE (e outros Membros) chegou a ameaçar retaliação aos EUA em 2003, no caso EUA-Salvaguardas sobre Aço (DS248), com base não em autorização do artigo 22.6 do ESC, mas do artigo 8 do Acordo de Salvaguardas, o qual também permite, cumpridas algumas condições, a suspensão de concessões equivalentes. A retaliação não foi aplicada porque os EUA revogaram as salvaguardas poucos dias antes da adoção do relatório do Órgão de Apelação, em 10 de dezembro de 2003: a legitimidade conferida aos demandantes por essa decisão do órgão máximo da OMC, combinada com a ameaça de retaliação autorizada pelo Acordo de Salvaguardas, contribuíram certamente para que os EUA revogassem a medida ilegal. Ainda ao amparo do mesmo Acordo, no caso CE - Salvaguardas sobre Glúten de Trigo (DS166), a CE aplicou contramedidas por alguns meses, entre a adoção do relatório de apelação pelo OSC e a expiração da validade da medida de salvaguardas.

Mais recentemente, em 13 de dezembro de 2012, Antígua e Barbuda notificaram o OSC sobre sua intenção de retaliar os EUA, após vários anos de negociações infrutíferas (desde 2007) em busca de solução mutuamente satisfatória. A partir de vitória em disputa relativa ao Acordo de Serviços, Antígua pretende "retaliar cruzado" em várias seções do Acordo TRIPS,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

até o valor autorizado de US$ 21 milhões/ano[6]. Também entre 2011 e 2012, o Japão e a UE acionaram o artigo 22 do ESC e solicitaram autorização para retaliar por falta de cumprimento dos EUA nos seus respectivos casos "zeroing". Por conta dessa pressão adicional, e também graças aos 10 outros casos sobre o mesmo assunto (inclusive do Brasil), os EUA acabaram por acatar a decisão e as arbitragens foram suspensas.

O número relativamente pequeno de retaliações que foram aplicadas pode ser interpretado de diversas maneiras. Por um lado, poderia indicar que muitos contenciosos comerciais foram resolvidos antes da solicitação de consultas ou durante sua realização. De fato, com base em dados completos do ano de 2012, contavam-se 454 pedidos de consultas, dos quais 182 seguiram para a fase seguinte e resultaram em relatórios de painéis. Também se poderia inferir um alto grau de acatamento dos relatórios do Órgão de apelação, pois dos 121 adotados (que reflete uma taxa média de 66% de apelação dos relatórios dos painéis), apenas 19 acabaram sendo levados ao painel de arbitragem do art. 22.6. A ameaça latente de um país buscar a autorização para retaliar pode igualmente funcionar como dissuasão mesmo antes disso acontecer.

O fato de que apenas 11 países tenham percorrido todo o longo percurso até a obtenção da autorização para retaliar poderia ser interpretado igualmente, porém, como um sinal de que apenas uma minoria dos 159 países participa ativamente do sistema e que somente um pequeno grupo possui capacidade de exaurir as possibilidades do mecanismo. Que somente cinco países tenham implementado a retaliação pode sinalizar que a retaliação é remédio excepcional, realmente um "último recurso".

6 Cf. WT/DS285/25. United States – Measures Affecting the Cross-Border Supply of Gambling and Betting Services – Recourse by Antigua and Barbuda to article 22.7 of the DSU. 13 December 2012.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

O quadro abaixo resume as autorizações de retaliação na OMC sob o artigo 22.6 do ESC e informa sobre sua aplicação na prática:

(continua)

Decisão	Membro requerente da retaliação	Número da disputa (DS)	Autorização para suspensão artigo 22.6 ESC	Laudo	Situação
U.S. – Cotton Subsidies (22.6) (SCM 4.11) Subsídios Proibidos	Brasil	267	19/11/2009	US$ 147,4 milhões para 2006; anos futuros calculados com base em fórmula dos árbitros	EUA estão fazendo mudanças graduais no programa GSM (além do pagamento de compensação)
U.S. – Cotton Subsidies (22.6) (SCM 7.10) Subsídios Acionáveis	Brasil	267	19/11/2009	US$ 147,3 milhões por ano	EUA estão pagando compensação anual
U.S. – Gambling Services (22.6)	Antígua	285		US$ 21 milhões por ano	Antígua notificou intenção de retaliar em dez/2012
U.S. – Offset Act ("Byrd Amendment") (22.6) (Chile)	Chile	217	17/12/2004	Pagamento variável de acordo com desembolso anual de direitos antidumping (AD) ou subsídios por país	Não retaliou
U.S. – Offset Act ("Byrd Amendment") (22.6) (Canada)	Canadá	234	26/11/2004	Pagamento variável de acordo com desembolso anual de direitos AD ou subsídios por país	Retaliou por curto período

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(continua)

Decisão	Membro requerente da retaliação	Número da disputa (DS)	Autorização para suspensão artigo 22.6 ESC	Laudo	Situação
U.S. – Offset Act ("Byrd Amendment") (22.6) (EC)	Comunidades Europeias	217	26/11/2004	Pagamento variável de acordo com desembolso anual de direitos AD ou subsídios por país	Continua retaliando
U.S. – Offset Act ("Byrd Amendment") (22.6) (India)	Índia	217	26/11/2004	Pagamento variável de acordo com desembolso anual de direitos AD ou subsídios por país	Não retaliou
U.S. – Offset Act ("Byrd Amendment") (22.6) (Japan)	Japão	217	26/11/2004	Pagamento variável de acordo com desembolso anual de direitos AD ou subsídios por país	Continua retaliando
U.S. – Offset Act ("Byrd Amendment") (22.6) (Korea)	Coreia	217	26/11/2004	Pagamento variável de acordo com desembolso anual de direitos AD ou subsídios por país	Não retaliou
U.S. – Offset Act ("Byrd Amendment") (22.6) (Mexico)	México	234	26/11/2004	Pagamento variável de acordo com desembolso anual de direitos AD ou subsídios por país	Retaliou por curto período

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(fim)

Decisão	Membro requerente da retaliação	Número da disputa (DS)	Autorização para suspensão artigo 22.6 ESC	Laudo	Situação
U.S. – Offset Act ("Byrd Amendment") (22.6) (Brazil)	Brasil	217	26/11/2004	Pagamento variável de acordo com desembolso anual de direitos AD ou subsídios por país	Não retaliou
U.S. – 1916 Act (22.6)	Comunidades Europeias	136		Montante dos julgamentos finais das cortes domésticas e "settlement awards" sob a Lei AD 1916	Não retaliou
U.S. – FSC (22.6)	Comunidades Europeias	108	07/05/2003	US$ 4,043 milhões por ano	Retaliou por curto período
Canada – Aircraft II (22.6)	Brasil	222	18/03/2003	US$ 247,797,000	Não retaliou. Acordo com Canadá no âmbito da OCDE
Brazil – Aircraft (22.6)	Canadá	46	12/12/2000	C$ 344.2 milhões por ano	Não retaliou. Acordo com Canadá no âmbito da OCDE
EC – Bananas (22.6) (Ecuador)	Equador	27	18/05/2000	US$ 201.6 milhões por ano	Não retaliou
EC – Hormones (22.6) (Canada)	Canadá	48	26/07/1999	C$ 11.3 milhões por ano	Retaliação implementada até acordo com UE
EC – Hormones (22.6) (U.S.)	Estados Unidos	26	26/07/1999	US$ 116.8 milhões por ano	Retaliação implementada até acordo com UE
EC – Bananas (22.6) (U.S.)	Estados Unidos	27	19/04/1999	US$ 191.4 milhões por ano	Retaliação implementada até acordo com UE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3. O objetivo da retaliação: a visão dos painéis e das partes

Embora o recurso à retaliação esteja previsto no artigo 22 do ESC, em nenhum lugar desse Acordo se explicita qual é o objetivo que se busca com a suspensão de concessões. Esse entendimento é, contudo, importante para delimitar o que se pode ou não alcançar com esse recurso e, para o Brasil, relevante para ajudar a definir a estratégia governamental que seja efetiva e em linha com o escopo possível da retaliação.

À luz do texto dos dispositivos do ESC e do histórico das arbitragens conforme o artigo 22.6, em geral se identificam três possíveis objetivos para a retaliação: a) reequilíbrio de concessões ("rebalancing of concessions"), com a reparação de prejuízos mediante a suspensão de concessões, pela parte vencedora, em valor equivalente; b) indução ao cumprimento e c) punição. Alguns autores identificam um objetivo adicional: d) induzir a uma solução mutuamente acordada. A primeira alternativa enfatiza o lado do país que sofre com o não cumprimento e busca assegurar a ele algum tipo de *reparação* ou *compensação*; as duas seguintes enfatizam o lado da necessidade de observância das regras multilaterais e a consequente *sanção* que se busca impor sobre a parte em descumprimento. A última introduz grau de flexibilidade naquelas circunstâncias em que a retirada da medida incompatível é impraticável, pelo menos momentaneamente.

À primeira vista, o ESC parece privilegiar o cumprimento, tendo em vista o artigo 22.1 que recorda que "neither compensation nor the suspension of concessions or other obligations is preferred to full implementation". A suspensão de concessões, pelo mesmo artigo, é medida *temporária*, até que haja cumprimento das decisões; diferentemente das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

renegociações tarifárias ao amparo do artigo XXVIII do GATT, a retaliação não tem o condão de levar a um reequilíbrio de concessões que seja permanente. Por outro lado, o parâmetro da "equivalência", estabelecido no artigo 22.4 do ESC, não parece ser, em todos os casos, suficiente para induzir ao cumprimento, pois, dependendo do tamanho da economia dos países em disputa, os efeitos de uma retaliação apenas equivalente podem não se fazer sentir: às vezes pode ser necessário um incentivo adicional para induzir um país a abrir mão de sua medida ilegal e cumprir as decisões.

Por sua vez, a jurisprudência das arbitragens ocorridas até agora não parece indicar um entendimento unívoco sobre o objetivo da retaliação e a avaliação dos árbitros parece evoluir com cada nova disputa e com a análise dos efeitos que cada decisão gerou na prática. Segundo Pauwelyn, três tendências podem ser observadas na evolução da jurisprudência[7]:

1. nos casos Bananas III, Hormônios e Jogos de Azar, os árbitros claramente endossaram o objetivo de induzir ao cumprimento. Em uma passagem enfática da primeira arbitragem da OMC sob o artigo 22.6 do ESC, em Bananas III, os árbitros declaram claramente esse objetivo e aproveitam, mediante menção do critério da equivalência, para afastar qualquer intenção punitiva da retaliação:

> *the authorization to suspend concessions or other obligation is a temporary measure pending full implementation by the Member concerned. We agree*

7 PAUWELYN, Joost. "The Calculation and Design of Trade Retaliation in Context: What is the Goal of Suspending WTO Obligations?". In: Chad B. Bown; Joost Pauwelyn (ed.). *The Law, Economics and Politics of Retaliation in WTO Dispute Settlement*. London: Cambridge University Press, 2010, pp. 49-56.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

> *with the United States that the temporary nature indicates that* it is the purpose of countermeasures to induce compliance. *But this purpose does not mean that the DSB should grant authorization to suspend concessions beyond what is equivalent to the level of nullification or impairment. In our view,* there is nothing in the DSU that could be read as a justification for counter-measures of a punitive nature[8].

2. Já nos casos posteriores Brasil-Aeronaves (DS46), EUA--FSC (DS108) e Canadá-Aeronaves II (DS222), todos relativos a concessões governamentais de subsídios proibidos, os árbitros foram um passo além e parecem ter endossado um parâmetro para a retaliação que, na prática, permite que se dê a ela um caráter punitivo. Em parte, a interpretação de viés mais punitivo decorre da regra mais específica e diferenciada encontrada no artigo 4.10 do ASMC, relativo a subsídios proibidos, que estabelece o padrão mais flexível de *contramedidas apropriadas*[9] e não o de *equivalência* do artigo 22.4.

Os árbitros no caso Brasil-Aeronaves (DS46), o primeiro painel a analisar pedido de autorização para retaliar por conta da concessão governamental de subsídio proibido, souberam matizar o objetivo geral de "induzir ao cumprimento", interpretando que "uma contramedida é apropriada se, entre outras coisas, ela efetivamente induz o cumprimento"[10] e criticando a utilização do padrão de equivalência para se atingir esse objetivo:

8 CE-Bananas III, WT/DS27/ARB, par. 6.3. Ênfases do autor.

9 Cf. artigo 4.10 do ASMC: "In the event the recommendations of the DSB is not followed within the time-period specified by the panel [...] the DSB shall grant authorization to the complaining Member to take appropriate countermeasures, unless the DSB decides by consensus to reject the request".

10 Brasil-Aeronaves, WT/DS46/ARB, par. 3.44.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

> *Requiring that counter measures in the form of suspension of concessions or other obligations be equivalent to the level of nullification or impairment would be contrary to the principle of effectiveness by significantly limiting the efficacy of countermeasures in the case of prohibited subsidies*[11].

Aprofundando a análise, os árbitros em EUA-FSC afirmaram que pode ser conveniente, ao se definir o valor das contramedidas apropriadas, levar em conta a *gravidade da violação* e a *natureza da ruptura do equilíbrio de direitos e obrigações* e, para tanto, ir-se além do que seriam efeitos comerciais apenas equivalentes[12]. O passo seguinte, contudo, de autorização de medidas punitivas, só seria dado no caso Canadá-Aeronaves II (DS222), no qual os árbitros, depois de definirem um nível apropriado de retaliação baseado no montante do subsídio que era concedido pelo Governo canadense em benefício à Bombardier, resolveu aumentá-lo em 20% (majorando o valor de US$ 200 milhões para US$ 240 milhões), em parte por conta da declaração formal do Canadá, em reunião do OSC, de que não pretendia dar cumprimento à decisão.

Ao incrementar o montante da retaliação em 20%, os árbitros dessa disputa manifestavam sua insatisfação com o padrão da "equivalência", percebido como insuficiente, e incorporavam a flexibilidade concedida pelo parâmetro de "contramedidas apropriadas". Assim, pelo menos em situações de concessão de subsídios proibidos, parece que uma suspensão punitiva seria possível. Kym Anderson chega a ponderar que

11 Idem, par. 3.58.
12 EUA-FSC, WT/DS108/ARB, par. 5.55.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

> *if the purpose of the retaliation is to induce swift WTO compliance from the respondent, then perhaps some multiple of the damage is the optimal level of retaliation to impose. Even the possibility that some multiple of the damage might be authorized would reduce the tendency for members to persist with WTO-inconsistent policies*[13].

3. Depois das arbitragens iniciais e das primeiras reações às decisões, diluiu-se parcialmente a convicção de que o objetivo da retaliação seja simplesmente induzir ao cumprimento. De fato, como conciliar tal objetivo com o padrão de mera equivalência estabelecida pelo ESC? No caso EUA-Lei de Antidumping de 1916 (DS136), os árbitros pela primeira vez, em fevereiro de 2004, expressam a possibilidade de existirem outros objetivos:

> *[...] in our view, a key objective of the suspension of concessions or obligations* – whatever other purposes may exist – *is to seek to induce compliance by other WTO Member with its WTO obligations"*[14].

Foi somente no caso Emenda Byrd que os árbitros, em agosto de 2004, explicitaram a dúvida sobre qual seria o objetivo da suspensão de concessões:

> *On the one hand, the general obligation to comply with DSB recommendations and rulings seems to imply that suspension of concessions or other obligations is intended to induce compliance [...] On the other hand, the requirement that the level of such suspensions remain*

13 ANDERSON, Kym. "Peculiarities of Retaliation in WTO Dispute Settlement". *World Trade Review*, v. 1, n. 2, July 2002, p. 129 (ênfase adicionada).

14 EUA-Lei Antidumping de 1916, WT/DS136/ARB, par. 5.5. Ênfase do autor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

> *equivalent to the level of nullification or impairment suffered by the complaining party seems to imply that the suspension [...] is only a means of obtaining some form of temporary compensation, even when negotiations of compensations has failed*[15].

Os árbitros expressam assim claramente a tensão entre o suposto objetivo de induzir ao cumprimento e o instrumento frágil colocado à disposição do ESC para alcançar essa meta: o parâmetro da equivalência (artigo 22.4 do ESC).

Na decisão do caso Jogos de Azar, de dezembro de 2007, os árbitros, que enfrentaram inúmeras dificuldades para estabelecer o nível equivalente da retaliação devido à falta de cooperação ou incapacidade das partes[16], não hesitaram em retornar à visão tradicional: "the thrust of the *effectiveness* criterion empowers the party seeking suspension to ensure that the impact of that suspension is strong and has the desired result, *namely to induce compliance*"[17].

O tema é retomado, porém, não somente pelos árbitros do painel do artigo 22.6 do ESC, mas também pelo Órgão de Apelação no caso EUA-Suspensão Continuada (DS320), de outubro de 2008, dessa vez enfatizando que o que se espera não é a mera *compliance*, mas sim *full* ou *substantive compliance*:

15 Idem, par. 6.2-6.3

16 EUA-Jogos de Azar, WT/DS285/ARB, par. 3.173. A citação vale pela força retórica e de admoestação às partes: "We, therefore, have no choice but to adopt our own approach. In so doing, *we feel we are on shaky grounds solidly laid by the parties.* The data is surrounded by a degree of uncertainty. For most variables, the data consists of proxies for what needs to be measured, and observations are too few to allow for a proper econometric analysis. Certain data that we have requested and that, to some extent, could have remedied this situation has not been provided. On methodological questions, parties, in a number of respects, have retained their extreme positions and have failed to propose alternative solutions that would have taken into account the exchange of arguments". Ênfase do autor.

17 Idem, par. 4.84. Ênfase do autor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

> *It is difficult to envisage how a dispute could be finally resolved merely because the inconsistent measure is formally removed, regardless of whether* substantive compliance *has been achieved. [...] the authorization to suspend concessions does not lapse under Article 22.8 until substantive compliance is achieved. Moreover, the European Communities' position, which requires the termination of the suspension of concessions whenever an implementing measure is notified, undermines the* effectiveness of the suspension of concessions in inducing full compliance. *Such a position is difficult to reconcile with the DSU's objective of providing security and predictability to the multilateral trading system*[18].

Essa referência do Órgão de Apelação ao critério de *efetividade* da retaliação poderia servir como argumento poderoso em arbitragens futuras, em favor dos países autorizados a retaliar. De fato, se o objetivo da retaliação deve ser induzir o cumprimento de modo *eficaz*, fica aberta a possibilidade, em algumas circunstâncias, de se ultrapassar o parâmetro da equivalência (ou das contramedidas apropriadas), de modo a se dotar a suspensão de um "fator de indução" ao cumprimento maior.

Os árbitros do caso Algodão, ao citar a referida passagem do Órgão de Apelação, não dão destaque à questão da eficácia, mas voltam a endossar a tese geral da indução ao cumprimento. Fazem, contudo, distinção importante entre o objetivo da suspensão (quer seja sob o artigo 22.4 do ESC ou sob o artigo 4.10 do ASMC) e o parâmetro (*benchmark*) para definição do nível da retaliação:

18 EUA-Suspensão Continuada, WT/DS320/AB/R, par. 308. O ponto em discussão refere-se aos elementos do artigo 22.8 do ESC. Ênfase do autor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

> *the* objective *of inducing compliance defined the purpose of suspension of concessions or other obligations, while the benchmark (in that case, Article 22.4 of the DSU) required that the level of suspension of concessions or other obligations should be in line with the trade effects of the illegal measure on the complainant*[19].

E ainda:

> *"Inducing compliance" appears rather to be the* common purpose of retaliation *measures in the WTO dispute settlement system, including in the context of Article 22.4 of the DSU. The fact that countermeasures under Article 4.10 of the SCM Agreement serve to induce compliance does not in and of itself provide specific indications as to the level of countermeasures that may be permissible under this provision*[20].

Os árbitros parecem com isso distanciar-se do painel em Canadá-Aeronaves II (DS222), que havia se posicionado em favor de que, pelo menos em casos de subsídios proibidos, o objetivo de indução ao cumprimento poderia, em certas circunstâncias, exigir *tougher sanctions* (que poderia ser lido como "maior eficácia", nos termos usados pelo OA).

Para concluir essa evolução jurisprudencial, vale registrar, no mesmo caso Algodão, a posição manifestada pelas partes:

> *Brazil emphasizes that* a purpose *of countermeasures under Article 4.10 of the SCM Agreement is to induce compliance. In Brazil's view, "countermeasures are 'appropriate' and not 'disproportionate' to the extent they provide [an] incentive [to reconsider its refusal to*

19 EUA-Algodão, WT/DS267/ARB/1, par. 4.110. Ênfase do autor.
20 Idem, par. 4.112.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

> *withdraw the subsidy]". The United States, for its part, considers that the objective of countermeasures is to "rebalance rights and obligations" and concludes that the proportionality of countermeasures must be assessed having regard to the adverse effects of the measure on the complainant*[21].

O Brasil – afirmando que induzir ao cumprimento é *um* objetivo das contramedidas (e não o objetivo) – ressalta que estas deveriam servir como incentivo à revogação das medidas incompatíveis com os Acordos: com isso almeja a autorização de um montante significativo o suficiente para fazer os EUA cumprirem a decisão. Os EUA, temendo valor de retaliação excessivamente alto (como aconteceu, por exemplo, no caso FSC, no qual chegou aos US$ 4 bilhões) e desejando assegurar proporcionalidade, advogam o objetivo mais moderado de reequilíbrio de direitos e obrigações. Na prática, claramente, os dois países, mais que defender posições teóricas, estavam, cada um, buscando resguardar seus melhores interesses.

Embora as opiniões se dividam majoritariamente entre as duas visões alinhavadas acima, não se pode esquecer a possibilidade de um objetivo alternativo, e importante, para a retaliação: induzir uma *solução mutuamente acordada* para a disputa ("mutually agreed solution"). Tal objetivo alternativo pode ser inferido a partir do texto do artigo 22.8 do ESC, o qual prevê três situações em que a retaliação deve ser terminada: a) a remoção da medida incompatível com os Acordos; b) uma solução para o prejuízo causado, oferecida pelo Membro que o causou, ou c) quando uma solução mutuamente satisfatória for acordada.

21 Ibidem, par. 4.108. Ênfase do autor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

As duas primeiras situações parecem reforçar os dois objetivos tradicionais: a remoção da medida corresponde claramente ao objetivo de induzir ao cumprimento; uma solução para o prejuízo, muitas vezes, pode ser uma concessão ou vantagem estendida pelo Membro objeto da retaliação em favor do outro país, o que corresponderia ao objetivo de reequilíbrio de concessões. A terceira situação seria uma forma adicional de se terminar a disputa e, em paralelo, a retaliação que estiver em vigor ou a ponto de ser aplicada: qualquer solução acordada pelas partes, contanto que compatível com os Acordos da OMC.

Ao contrário da compensação, prevista no artigo 22.2 do ESC, que por natureza se entende como temporária, as três situações presentes no artigo 22.8 constituem "final remedies", que põem um fim ao litígio e à retaliação. O artigo 3.7 do ESC, como visto, parece endossar essa visão, pois estabelece que "the aim of the dispute settlement mechanism is to secure a positive solution to the dispute. A solution mutually acceptable to the parties to a dispute and consistent with the covered agreements is clearly to be preferred". Assim, o objetivo de induzir um encaminhamento satisfatório insere-se no objetivo maior de todo o sistema de solução de controvérsias, que é o de assegurar uma solução positiva para a disputa. A retaliação teria, assim, não apenas um, ou dois, mas múltiplos objetivos. De cunho talvez mais pragmático, uma solução mutuamente acordada, segundo Michelle Limenta,

> *provides another outcome when withdrawal of the inconsistent measure is not attainable. Inducing a mutually agreeable solution makes the system more fruitful and provides Members with some flexibility in settling their disputes within the framework of the WTO*[22].

22 LIMENTA, Michelle. "Non-compliance in WTO Dispute Settlement: the multiple purposes of WTO Retaliation". Society International Economic Law Working Paper, n. 2012/19, June 2012, p. 20.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Dois exemplos podem ser contrapostos: a compensação atualmente sendo paga ao Brasil pelos EUA no caso Algodão e a solução acordada pela UE e pelos EUA no caso Hormônios. Ao passo que a primeira situação tem caráter provisório enquanto se aguarda a implementação pelos EUA das decisões da OMC sobre seus subsídios (ou se alcance algum outro tipo de acordo entre as partes), a segunda, aceita pelas partes e endossada pelos demais Membros da OMC nas reuniões do OSC, parece consolidar-se como resolução definitiva da disputa e interrompe a retaliação que estava em vigor, *sem acarretar, ao fim e ao cabo, o cumprimento pela UE da decisão da OMC*. Essa conclusão pode ou não estar em consonância com os objetivos mais amplos do sistema multilateral, mas, se não há objeção dos demais Membros, ela se imporia como a mais pragmática e realista para aquele caso específico. Ela forneceria "a more politically sound rather than legally sound settlement"[23].

Pauwelyn, em artigo mais antigo, endossava claramente essa posição:

> *(...) full compliance should not always be an absolute must (as it is, for example, in human rights cases); if trade concessions can be realigned in such a way that all interested parties can agree to them, the WTO system should be flexible enough to accept such realignment as a settlement to the dispute. This is explicitly set out, for example, in the tariff renegotiations clause of the GATT*[24].

23 Idem, p. 18.

24 PAUWELYN, Joost. "The Limits of Litigation: Americanization and Negotiation in the Settlement of WTO Disputes". *Ohio State Journal on Dispute Resolution*, v. 19, n. 1, 2003, p. 17.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Pode-se indagar, contudo, se tal posição serve aos interesses sistêmicos do SSC da OMC, pois vários países – prejudicados por uma medida ilegal mas sem condições de iniciar uma controvérsia – deixariam de se beneficiar da observância das regras acordadas por todos e para todos.

3.1 Cumprir ou pagar pelo descumprimento?

As diferentes nuances reveladas nas decisões dos árbitros quanto ao objetivo do último recurso contra o descumprimento das decisões adotadas pelo OSC – e também na prática dos Membros em exercitar ou não a autorização para retaliar – indicam provavelmente um desacordo ainda maior relativo à natureza jurídica das violações das obrigações dos Acordos da OMC.

Na discussão sobre a natureza jurídica das violações às regras da OMC, alguns autores, John Jackson à frente, advogam que as decisões dos painéis e do Órgão de Apelação, uma vez adotadas pelo OSC, são vinculantes e seu descumprimento caracteriza uma violação clara do direito internacional: as decisões devem ser cumpridas. Em consequência, o objetivo último do SSC da OMC e do recurso à retaliação só pode ser o de induzir ao cumprimento àqueles Membros recalcitrantes. Jackson, entre outros argumentos, recorre a vários dispositivos do ESC para reforçar a postura de que um "adopted dispute settlement report establishes an *international law obligation* upon the member in question to change its practice to make it consistent with the rules of the WTO Agreement and its annexes"[25]. Em especial, ele recorda os artigos 3.7, que estabelece que o primeiro

25 JACKSON, John H.. *The Jurisprudence of GATT & The WTO*: Insights on Treaty Law and Economic Relations. London: Cambridge University Press, 2000, p. 163 (ênfase adicionada). Jackson, nesse artigo e em outros, desenvolve argumentos para refutar posição inicialmente apresentada por Judith Bello em editorial ao *American Journal of International Law* em 1996.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

objetivo do SSC é assegurar "the withdrawal of the measures concerned" e que se deve recorrer à compensação apenas se "the immediate withdrawal is impracticable"; o 21.1, que recorda que o "prompt compliance is essential in order to ensure effective resolution of the disputes" e o artigo 22.1, que reafirma por um lado que a compensação e a suspensão de concessões e outras obrigações são "temporary measures" mas, por outro, que nem uma nem outra "is *preferred* to full implementation". Tais dispositivos demonstrariam que os negociadores do ESC almejavam que o cumprimento das regras fosse o objetivo último do sistema: qualquer outra solução seria meramente temporária, até que o cumprimento cabal se fizesse possível.

Outros autores, como Alan Sykes e Warren Schwartz, defendem visão oposta: as decisões (*rulings*) não são obrigatórias ou vinculantes de maneira absoluta e pagar uma compensação ou sofrer uma retaliação seriam alternativas plenamente válidas e juridicamente aceitáveis dentro do sistema de regras criado pela OMC. O objetivo do sistema, assim, não seria o cumprimento, mas apenas o reequilíbrio dos direitos e obrigações entre as partes. Sykes e Schwartz afirmam que "a party found to be in violation of its obligations can, if it so chooses, continue to violate them. The ultimate price to be paid, if the case is not settled, is the withdrawal of substantially equivalent concessions"[26]. De modo ainda mais explícito, enfatizam que:

> *we simply note that the provisions of the DSU, taken as a whole, allow a violator to continue a violation in perpetuity, as long as it compensates or is willing to bear the costs of the retaliatory suspension of concessions. If WTO members really wanted to make compliance with*

26 SCHWARTZ, Warren F. & SYKES, Alan O. "The Economics Structure of Renegotiation and Dispute Resolution in the WTO/GATT System". *Journal* of *Legal Studies*, v. 31, n. 1, 2000, p. 11.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

> *dispute resolution findings mandatory, they would have imposed some greater penalty for noncompliance to induce it*[27].

A posição de Sykes e Schwartz repousa em entendimento de que o SSC permite o que eles designam de *efficient breaches*, ou seja, "departures from specified obligations when the costs of compliance exceed the associated benefits" ou, ainda, "efficient adjustments to unanticipated circumstances". Sykes e Schwartz defendem a proposição de que os Acordos da OMC não seriam mais do que "contratos entre os atores políticos que os negociaram e assinaram" em busca de uma "joint political welfare maximization"[28]. Mais ainda, os Acordos do GATT/OMC representariam *contratos incompletos* que oferecem parâmetros amplos para a adoção de políticas em muitas áreas, mas que, com linguagem vaga, geram com frequência diferenças de interpretação[29].

Cada contrato ou Acordo está sujeito, pela própria natureza, a condições de complexidade e incerteza, e as partes não podem prever, antecipadamente, como se comportarão em todas as circunstâncias. As condições econômicas podem mudar, os padrões de produção se alteram rapidamente, a força de grupos de interesses domésticos diminui ou aumenta etc. Nessas situações, pode convir ao interesse de ambas as partes – e em última análise do sistema multilateral de comércio como um todo – que uma delas se desvie das obrigações assumidas – possa quebrar o acordado, desde que pague, de alguma forma, à outra parte. Isso poderia acontecer na OMC, por exemplo, naquelas circunstâncias em que os custos políticos

27 Idem, p. 14.
28 SCHWARTZ, Warren F. & SYKES, Alan O. Op. cit., p. 2.
29 DAVIS, Christina. Op.cit., p. 32.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

do cumprimento excederiam os benefícios do cumprimento: o resultado do caso CE-Hormônios (DS26 e DS48), exemplifica bem uma dessas circunstâncias, pois a preocupação com a saúde pública – endossada majoritariamente pela população comunitária – prevaleceu claramente, no processo de decisão da CE, sobre os danos que seriam gerados por retaliação de EUA e Canadá.

Na esfera dos Acordos da OMC, alguns dispositivos, segundo Sykes e Schwartz, refletiriam o desejo dos signatários de facilitar a *efficient breach*. O artigo XIX do GATT ("Emergency Action on Imports of Particular Products") permite proteção temporária para indústrias que estejam sendo deslocadas em seu mercado doméstico pela crescente concorrência de produtos importados (sempre que as circunstâncias sejam imprevistas); para evitar abusos na invocação dessa válvula de escape, o Acordo de Salvaguardas da Rodada Uruguai passa a requerer o pagamento de compensação comercial (artigo 8.1) se a salvaguarda é aplicada por mais de três anos (artigo 8.3), além de ser possível submeter a análise dos requisitos da medida ao SSC. Já o artigo XXVIII do GATT permite, sem especificar pré-requisitos, que qualquer concessão tarifária possa ser retirada, por qualquer razão e por um período indeterminado; como contrapartida, o Membro deve oferecer concessões compensatórias que, se não forem aceitas pelos membros afetados pela medida, pode justificar que estes retirem de modo unilateral concessões equivalentes. Em suma, os artigos XIX e XXVIII reconheceriam que às vezes convém permitir a violação das regras acordadas, exigindo-se apenas que o Membro que assim deseje atuar "pague" por isso uma compensação ou aceite que outros países afetados retirem por sua vez concessões equivalentes.

Apesar de reconhecer que os argumentos de Jackson fornecem justificativa razoável para sua posição de que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

um Membro da OMC está obrigado a cumprir com suas obrigações em todas as circunstâncias, Sykes e Schwartz ponderam, em primeiro lugar, que o artigo 22.1 do ESC estabelece que o cumprimento é apenas *preferível*, não que ele é *obrigatório*, sugerindo que possa haver situações nas quais o descumprimento seja aceitável; o texto dos demais artigos do ESC, 3.7 e 22, também contém linguagem que, apesar de indicar que o cumprimento é *desejável*, deixa espaço para o ocasional *desvio* das obrigações acordadas[30].

Dessa leitura decorreria que, temporário ou não, esse descumprimento refletiria entendimento realista dos limites do sistema e seria consequência do fato de que os negociadores não podiam antecipar todas as situações em que os custos do cumprimento seriam maiores do que os benefícios.

A maneira encontrada para permitir a *efficient breach* foi a estruturação de um sistema de solução de controvérsias sofisticado, capaz de determinar com razoável aproximação o valor da suspensão de concessões, o qual corresponderia ao preço a ser pago pelo descumprimento. Além disso, o nível moderado das contramedidas contra violações "enhances stability in the system by accomodating temporary noncompliance driven by political necessity"[31].

No fundo, a originalidade – e ousadia – de Sykes e Schwartz está em apontar a *rationale* do SSC como sendo a de deter violações aos Acordos nos casos em que os benefícios do cumprimento excedem os custos do cumprimento (que seriam a maioria), assim como preencher a função de esclarecer as regras e interpretar as lacunas, mais do que identificar e punir os que desrespeitam as regras. "What the new system really adds", dizem os autores,

30 SCHWARTZ, Warren F. & SYKES, Alan O. Op. cit., pp.13-14.
31 DAVIS, Christina, Op.cit., p. 32.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

> *is the opportunity for the losing disputant to 'buy out' of the violation at a price set by an arbitrator who has examined carefully the question of what sanctions are 'substantially equivalent' to the harm done by the violation*[32].

3.2. Avaliação das posições

Nenhuma das visões expostas acima, que resumem em boa medida as divergências de entendimento sobre o objetivo último do sistema (induzir ao cumprimento ou reequilibrar as concessões) e sobre a natureza do descumprimento de suas regras (violação do direito internacional ou alternativa válida ao cumprimento, mediante algum pagamento), consegue refletir toda a complexidade da prática do comércio internacional e o contexto de expectativas gerado em torno da decisão de retaliar.

A recente evolução no impasse gerado pelo caso Hormônios – no qual a retaliação por EUA e Canadá durou uma década – aparentemente superado recentemente com a oferta de acesso melhorado de carne de qualidade (*quality beef*) aos EUA e Canadá (e aos demais países também, por conta do princípio de Nação Mais Favorecida) não consolida e pereniza o descumprimento de uma parte mediante o pagamento de uma compensação, com um reequilíbrio das concessões? Com a aceitação do reequilíbrio da situação pelo restante dos Membros da OMC, não se exime a UE de dar cumprimento à decisão do OSC? Após 10 anos de supervisão (função de supervisão do OSC, conforme artigo 22.5 do ESC) pareceria que a OMC reconhece que em algumas circunstâncias o cumprimento não é factível e que uma dose de pragmatismo por parte dos envolvidos é bem-vinda.

32 SCHWARTZ, Warren F. & SYKES, Alan O. Op. cit., p. 26.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Embora bastante pragmática, essa configuração de fato pode acabar favorecendo apenas alguns países mais poderosos economicamente, em condições de pagar, compensar ou reequilibrar as concessões, permitindo-lhes assim "comprar" seu descumprimento ("compliance buy-out") e perpetuar uma situação irregular. Bem poucos países da OMC estariam em condições de entrar nessa barganha. Criar-se-iam, desse modo, duas categorias de países na OMC: aqueles que não teriam outra opção a não ser cumprir com uma *obrigação de direito internacional* sob pena de serem retaliados (seriam os países que "defenderiam" tese de que o sistema tem que ser inflexível e o cumprimento sempre almejado) e aqueles outros países, capazes de resistir a pressões e com recursos suficientes para oferecer compensação ou concessões em outras áreas, mantendo intacta a medida declarada incompatível pelo SSC (esses seriam os defensores da tese do *efficient breach*).

Por outro lado, o discurso de boa parte dos membros da OMC (talvez da maior parte) continua a ser o de que o objetivo da retaliação deve ser a indução ao cumprimento e de que qualquer desvio poderia ser, no máximo, temporário. Como aspiração geral do conjunto de membros da OMC em relação ao sistema, essa posição cumpre a função de moderar e modular a flexibilidade introduzida nas regras do comércio internacional pela ideia concorrente de *reequilíbrio*. Em contraponto a essa flexibilidade, a percepção generalizada de que as regras devem ser respeitadas e de que o cumprimento é a única forma real de reestabelecer o equilíbrio de concessões quebrado pela violação é fundamental para a sustentabilidade do sistema no longo prazo.

Ausente uma definição cabal e clara no ESC sobre o objetivo da suspensão de concessões no SSC, é a inter-relação entre cada nova decisão arbitral, cada insucesso ou implementação que dela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

se obtém e a reação de cada Membro em resposta a situações concretas que acabará consolidando, na prática, os limites do sistema e de seus instrumentos de "sanção" ou "reequilíbrio".

4. Conclusão

A decisão de um país de participar ativamente do mecanismo de solução de controvérsias da OMC reflete ao mesmo tempo um assentimento aos princípios e regras do sistema multilateral de comércio e confiança de que há um procedimento imparcial e eficaz para dirimir as inevitáveis diferenças comerciais entre os participantes.

Importantes objetivos de política externa e a delimitação mesmo do espaço para políticas públicas domésticas podem ser alcançados e definidos no decorrer de procedimento de painel ou de apelação. Em vista do número expressivo de disputas que têm sido levadas à OMC e da complexidade crescente dos temas em discussão, cabe ao Governo brasileiro, e ao MRE em particular, em sintonia com o setor privado nacional, dotar-se dos meios necessários para atuar bem em todas as fases do sistema, de modo a obter a melhor implementação possível em cada controvérsia. A utilização hábil do último recurso da retaliação, nesse contexto, pode, em algumas circunstâncias, servir também ao alcance dos interesses nacionais no sistema multilateral de comércio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



A CONSTRUÇÃO DA RETALIAÇÃO BRASILEIRA NO CASO DO ALGODÃO: OS DESAFIOS DO PIONEIRISMO

Luiz Fellipe Flores Schmidt

É diplomata, formado em Engenharia Elétrica com ênfase em Telecomunicações pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). De 1999 a 2006, trabalhou no setor privado, na área de telecomunicações, exercendo diversas posições ligadas a Engenharia, Planejamento e Finanças. Ingressou no Instituto Rio Branco em 2007, sendo promovido a Segundo-Secretário em 2009. Trabalhou na Coordenação-Geral de Contenciosos (CGC) de 2008 a 2012. Está atualmente a serviço do Setor Econômico da Embaixada do Brasil em Washington.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O laudo arbitral do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, de 22 de agosto de 2009, que concedeu ao Brasil autorização para retaliar os EUA no âmbito do contencioso do Algodão, foi motivo de comemoração no Itamaraty e nos demais órgãos do Governo Federal envolvidos no tema. O Brasil recebera o direito de aplicar mais de US$ 800 milhões[1] em retaliação, dos quais mais de US$ 200 milhões poderiam tomar a forma de "retaliação cruzada" – contramedidas com base em outras disciplinas da OMC além do comércio de bens, como serviços e propriedade intelectual. Em especial, os direitos advindos da decisão forneciam ao Brasil meios para alavancar sua posição negociadora junto aos EUA com vistas ao fim dos subsídios declarados ilegais.

Contudo, o espírito inicial de festa deu lugar, nos dias e semanas que se seguiram, a uma crescente apreensão. Com efeito, cada passo que fora dado no contencioso até aquele momento havia-se provado mais difícil e de resultados imprevisíveis, pois, a cada etapa, havia menos precedentes que pudessem balizar a atuação brasileira. Até aquele momento, por exemplo, poucas autorizações de retaliação ao comércio de bens haviam sido concedidas no âmbito de acordos de comércio e, destas, menos ainda haviam sido, de fato, implementadas.

1 O laudo arbitral prevê um valor de retaliação variável, baseado em uma fórmula que leva em conta o uso dos programas condenados. Para mais informações, vide "Nota à imprensa MRE 421/2009", de 31/8/2009, disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2009/08/31/contencioso-do-algodao-arbitragem>, acessado em 10/7/2013.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quanto à retaliação cruzada, o cenário era ainda mais árido. A OMC havia concedido apenas duas autorizações: no caso movido por Antígua e Barbuda contra os EUA, por barreiras contra serviços de jogos de azar pela Internet[2], e no contencioso iniciado pelo Equador contra a União Europeia sobre o regime comunitário de importação de bananas[3]. Contudo, nenhum dos dois países havia tomado passos concretos para implementar a retaliação, presumivelmente em razão, entre outros aspectos, da assimetria entre as respectivas economias.

A partir daquele momento, portanto, o desafio tomava outra dimensão. Quanto à retaliação cruzada, particularmente, estava-se adentrando território completamente inexplorado.

O Governo brasileiro, contudo, estava determinado a levar o processo até o fim, ciente de que estava em jogo não apenas sua credibilidade mas, em certa medida, a do próprio sistema. Pela primeira vez, a OMC havia concedido direitos de retaliação cruzada a uma grande economia, capaz de causar prejuízos significativos a um parceiro nas sensíveis áreas de serviços e, particularmente, de propriedade intelectual. Todo o mundo especializado acompanhava de perto os desdobramentos do caso. E os esforços de negociação com os EUA se revelavam, até aquele momento, virtualmente infrutíferos.

Durante a condução do contencioso, o Itamaraty mantivera estreita coordenação com outros órgãos federais envolvidos no tema. Não obstante, a implementação de uma retaliação eficaz requeria a elevação da intensidade e da abrangência

2 *United States — Measures Affecting the Cross-Border Supply of Gambling and Betting Services* ("*US-Gambling*", DS 285).

3 *European Communities — Regime for the Importation, Sale and Distribution of Bananas* (*EC-Bananas III*, DS 27).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

desta cooperação a outro patamar. Para tanto, entre outras providências, optou-se por dar maior institucionalidade ao processo. Em outubro de 2009, a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) baixou a Resolução nº 63, que instituiu o Grupo Técnico (GT) "para identificar, avaliar e formular propostas de implementação das contramedidas autorizadas pela OMC, a serem submetidas à apreciação do Conselho de Ministros da CAMEX".

A coordenação do "GT Retaliação" coube ao Itamaraty, por meio da Coordenação-Geral de Contenciosos (CGC). Compunham o grupo representantes da Secretaria Executiva da CAMEX e dos Ministérios do Desenvolvimento, Fazenda, Agricultura, Desenvolvimento Agrário, Planejamento e Saúde, além da Casa Civil. Outros órgãos também foram envolvidos, conforme a necessidade, como os ministérios da Educação e da Cultura, além de diversas autarquias – Receita Federal, Banco Central, agências reguladoras e universidades, entre outras.

Para se ter uma dimensão do esforço, participaram diretamente de alguma etapa do processo, pelos controles do MRE, mais de 130 servidores federais, incluindo mais de 20 do Itamaraty. Foram estabelecidos "pontos focais" em cada órgão, de modo a organizar a disseminação da informação. Em média, pelo menos 30 servidores estavam envolvidos de maneira mais direta e regular em cada etapa do processo. O calendário de reuniões era extenso – tem-se registro de mais de 30 reuniões "plenárias", as quais ocorriam, em média, uma vez por semana, sem contar os encontros e teleconferências em grupos menores. Isso porque, desde o início, o trabalho se desenvolveu simultaneamente nas duas vertentes – retaliação em bens e retaliação cruzada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

A retaliação em bens

Do ponto de vista jurídico, no plano doméstico, o Executivo detém ampla liberdade para implementar a retaliação em bens. Contudo, óbice legal no plano regional necessitava ser superado: recorde-se que, no âmbito do Mercosul, o Brasil está vinculado à Tarifa Externa Comum (TEC). Foi necessária negociação com os demais Estados-Partes, o que culminou na aprovação de Decisão CMC[4] que permite a Estados-Partes majorar tarifas extra-zona, não apenas para implementar eventual retaliação autorizada pelo OSC da OMC como também para retirar unilateralmente concessões em resposta a membro da OMC que tenha modificado compromissos ao amparo do artigo XXVIII do GATT.

Dada a existência de precedentes no campo da retaliação em bens, o grupo debruçou-se inicialmente sobre eles, cujo número era reduzido, porém significativo. Destes, de particular interesse foi o processo adotado pela União Europeia no âmbito do caso FSC[5], no qual fora autorizada pela OMC a retaliar os EUA em bens, no montante de até US$ 4 bilhões. O processo envolveu a elaboração, pela Comissão Europeia, de lista preliminar de bens[6], em seguida submetida a consulta pública[7].

4 Decisão MERCOSUL/CMC/DEC No. 18/2009, de 7/12/2009. Disponível em: <http://gd.mercosur.int/SAM/GestDoc/pubweb.nsf/Normativa?ReadForm&lang=POR&id=177969B879656A9A0325768800506559>, acessado em 10/7/2013.

5 *United States — Tax Treatment for "Foreign Sales Corporations"* ("*US — FSC*", DS 108).

6 Para os propósitos deste artigo, considera-se "bem" ou "produto" o conjunto de mercadorias cobertas por uma linha tarifária na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

7 "Aviso respeitante a um processo de resolução de litígios da Organização Mundial do Comércio (OMC) relativo ao tratamento fiscal aplicado pelos EUA às sociedades de venda no estrangeiro (Foreign Sales Corporations — FSC) — Convite à apresentação de comentários sobre a lista dos produtos que poderão ser sujeitos a contramedidas", JO C 217/2 de 13/9/2002. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2002:217:0002:0015:PT:PDF>, acessado em 10/7/2013.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

Para a seleção da lista preliminar, buscou-se, entre outros critérios, produtos em que a dependência dos EUA, medida em relação à pauta de importação total, fosse inferior a 20%[8]. A partir dos resultados da consulta, a Comissão ajustou a lista e publicou versão final[9], ainda com mais de 400 linhas tarifárias. As sobretarifas iniciariam em 5%, sendo elevadas em 1% a cada mês subsequente. O objetivo era orquestrar um "crescendo" que aumentasse progressivamente a pressão sobre os legisladores dos EUA.

Outros precedentes foram analisados, como o contencioso sobre a Emenda Byrd[10], em que Canadá, Japão e União Europeia aplicaram retaliação em bens contra os EUA, além do caso trazido pelo México contra os EUA no âmbito do NAFTA, em função de barreiras à operação de transporte rodoviário de carga.

Diretriz fundamental dos trabalhos do GT Retaliação era que o processo deveria ser amplamente discutido – não apenas dentro do Governo, mas contar com a maior participação possível da sociedade e dos agentes econômicos afetados. Por essa razão, em termos procedimentais, decidiu-se adotar caminho análogo ao da UE no caso FSC: elaboração de lista preliminar pelo Governo, seguida de consulta pública, revisão dos comentários e decisão sobre uma lista final.

Definido o processo, cabia estabelecer os critérios que norteariam a elaboração pelo grupo da lista inicial. Algumas

8 O processo é descrito, de forma sintética, no documento "*Foreign Sales Corporation (FSC): Questions and Answers*", produzido pela Comissão Europeia em 27/2/2004. Disponível em: <http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2004/april/tradoc_116000.pdf>, acessado em 10/7/2013.

9 *Regulamento (CE) 2193/2003 do Conselho*, de 8/12/2003. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2003:328:0003:0012:PT:PDF>, acessado em 10/7/2013.

10 *US — Continued Dumping and Subsidy Offset Act of 2000 (US – Offset Act (Byrd Amendment)*, DS 217), aberto por Austrália, Brasil, Chile, Índia, Indonésia, Japão, Coreia do Sul e Tailândia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

decisões de ordem geral – comuns a qualquer processo de retaliação em bens, por sinal – tinham que ser tomadas.

Uma das escolhas a serem feitas referia-se à *forma*: se a restrição à importação se daria pelo estabelecimento de cotas de importação ou pelo aumento de tarifas. Se a criação de cotas permitiria ao Governo controlar exatamente a quantidade (e/ou o valor) dos bens internalizados, viabilizando controle mais preciso do montante retaliado, os custos inerentes à administração das cotas – além da severa intervenção comercial que representaria um bloqueio completo das importações ou uma tarifa extra-quota muito alta, uma vez preenchida a quota – pareceram ao grupo obstáculos excessivos, sem um benefício correspondente. Ademais, nem a normativa nem a jurisprudência da OMC haviam estabelecido critérios para a contabilização do montante retaliado, o que confere expressiva liberdade ao retaliante para estabelecer seu modelo. Por essas razões, entre outras, decidiu-se implementar a retaliação exclusivamente por meio de majoração tarifária.

Outro ponto importante discutido diz respeito ao *grau de concentração* da retaliação. Poder-se-ia concentrar a retaliação sobre pequeno número de bens, aplicando-se-lhes elevadas sobretarifas, de forma a reduzir drasticamente a importação daqueles produtos. Nesse caso, gerar-se-ia maior pressão sobre os grupos afetados que, por sua vez, teriam incentivo maior para influenciar o Congresso dos EUA no sentido de revogar os subsídios condenados; por outro lado, altas excessivas possivelmente inviabilizariam os negócios de muitos importadores domiciliados no Brasil. No outro extremo, havia a opção de adotar sobretarifas leves sobre uma vasta quantidade de itens. Se esta opção tinha o condão de "democratizar" o impacto da retaliação, o impacto individual limitado provavelmente não seria suficiente para galvanizar apoio que levasse a mudanças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

em Washington. A solução adotada, de certa forma, representou posição intermediária entre esses dois polos.

Analisados esses elementos de ordem geral, cabia definir os critérios para selecionar efetivamente quais linhas tarifárias seriam reunidas na lista preliminar. Parte desse trabalho, contudo, já fora adiantado, de certa forma, no próprio painel de retaliação[11]. Naquela etapa do contencioso, o Brasil oferecera diversos argumentos para justificar que recorrer à retaliação somente em bens não seria "prático ou eficaz", conforme a linguagem dos acordos, para atingir o fim esperado – induzir os EUA ao cumprimento da decisão –, pelo que se fazia necessário o recurso à retaliação cruzada.

Para provar isso, o Brasil indicou que a maior parte de sua pauta de importação dos EUA consistia de bens que, caso fossem submetidos à aplicação de sobretarifas[12], provocar-se-iam graves prejuízos à capacidade produtiva nacional. Incluiu-se nessa categoria, com sucesso, os insumos industriais e os bens de capital, de maneira geral. Sobre os bens de consumo, o painel também aceitou excluir do "potencial retaliável" produtos em que os EUA dominassem 20% ou mais da pauta de importação do Brasil, dada a presumida deficiência de fornecedores substitutos adequados.

De maneira geral, a mesma abordagem usada no contencioso foi adotada na confecção da lista preliminar. Contudo, se no contencioso o enfoque fora necessariamente mais impressionista, identificando critérios gerais e grandes categorias de bens, para o propósito da elaboração da lista

11 Para uma discussão das etapas anteriores do contencioso, vide artigo "O contencioso do algodão: o desafio da implementação", de Luciano Mazza de Andrade, nesta coletânea.

12 No âmbito do grupo, denominou-se *sobretarifa* o adicional tarifário, em pontos percentuais, a ser aplicado sobre os bens passíveis de retaliação, de modo a induzir queda na exportação daquele bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fazia-se necessário processo mais minucioso, que avaliasse os impactos na economia real de cada item, individualmente. Como resultado, observa-se que tanto foram incluídos diversos itens considerados insumos, mas que, pelas particularidades dos respectivos mercados, o grupo entendeu que o impacto de sua inclusão na retaliação seria suportável, como foram deixados de fora bens de consumo em que se concluiu o oposto.

Outros elementos de natureza qualitativa também foram ponderados na seleção. Com efeito, a análise ateve-se não apenas a considerações de natureza econômica, mas também a aspectos políticos. Na realidade, queria-se que o impacto econômico gerado pela retaliação se convertesse em energia política capaz de alterar a legislação norte-americana. Dessa forma, a análise necessariamente também levou em conta, na medida do possível, a configuração política em Washington dos setores afetados pelas medidas.

Por fim, há que se ter presente que todo o trabalho foi permeado pela premissa de que se pretendia a implementação concomitante, ainda que com alguma defasagem, da retaliação em bens e da retaliação cruzada, e que esta última era vista como o principal vetor para uma solução do caso. Em função disso, no equilíbrio entre os objetivos de causar dano bastante à contraparte para induzir mudanças e causar o menor dano possível à economia doméstica, foi possível, no que tange a bens, priorizar o segundo em relação ao primeiro sem se perder muito em eficácia. Ausente a possibilidade de retaliação cruzada, uma retaliação efetiva talvez demandasse uma lista de bens de caráter bastante diverso daquele da lista original.

O grupo submeteu ao Conselho de Ministros da CAMEX as conclusões desta primeira etapa e, em 9 de novembro de 2009, a CAMEX publicou a Resolução nº 74/2009, pondo em consulta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pública lista preliminar com 222 linhas tarifárias que somavam valor de importação total de US$ 2,7 bilhões. A lista fora propositalmente maximalista, pois o grupo tinha a expectativa de que, a partir dos elementos trazidos pela consulta pública e por análises adicionais, a relação final seria substancialmente "enxugada".

O processo de consulta pública, se, por um lado, foi extremamente trabalhoso, por outro revelou-se bastante rico. Mais de 700 manifestações foram recebidas da sociedade, principalmente oriundas de empresas e associações de produtores, importadores e consumidores dos bens envolvidos. No entanto, outros agentes também deram sua contribuição, incluindo até mesmo pessoas físicas.

Entre os resultados das avaliações quantitativas preliminares, o grupo observou forte correlação positiva entre o número de manifestações recebidas (favoráveis ou contrárias) sobre um determinado bem e a intensidade do fluxo de comércio com os EUA daquele bem. Isso trouxe conforto ao grupo, consistindo em sinal importante de que os "stakeholders" estavam atentos e conscientes da importância daquele processo.

Como já era esperado, a maioria esmagadora das manifestações recebidas expressava contrariedade à aplicação de sobretarifas sobre o bem de interesse do manifestante. Com efeito, o senso comum indicava que o conjunto dos agentes econômicos estaria muito mais atento aos riscos que a medida poderia trazer aos respectivos negócios do que às oportunidades que eventualmente poderia gerar.

Muitas manifestações, contudo, faziam-no apenas repisando afirmações de natureza genérica - isto é, alertavam para o fato de que a medida implicaria aumento de custos, ou "geraria dificuldades" à empresa ou ao setor, mas sem elencar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

com fatos e números, argumentos que apoiassem o pleito, ou seja, que comprovassem a eventual ausência de fornecedores alternativos viáveis em outros países e o impacto disso sobre os negócios. Não obstante, muitas manifestações lograram fazê-lo, e outras tantas expuseram aspectos menos evidentes porém relevantes do comércio de determinado produto, o que, por vezes, levou o grupo a reavaliar sua decisão.

Em resumo, o recurso à consulta pública, além de mecanismo de ampliação da transparência e da participação da sociedade, confirmou-se como ferramenta valiosa para o processo.

Em 10 de março de 2010, a CAMEX publicava a Resolução nº 15/2010, com a lista final contendo 102 bens sobre os quais incidiria a retaliação. O valor total de importações representado pela lista era de US$ 983 milhões, e o impacto das sobretarifas, suficiente para transpor o "gatilho" de US$ 561 milhões, a partir do qual se faria recurso à retaliação cruzada. A retaliação em bens entraria em vigor 30 dias após a publicação da Resolução – em 7 de abril, portanto. A bomba-relógio fora acionada.

A retaliação cruzada

Em paralelo aos trabalhos na retaliação em bens, foram sendo delineadas as possíveis medidas a serem adotadas no campo da retaliação cruzada. Antes disso, contudo, importante trabalho já vinha sendo realizado. Antes de tudo, era necessário conferir o devido amparo legal à retaliação cruzada, particularmente no que tange à suspensão de direitos de propriedade intelectual. Para tanto, a CAMEX determinara, em agosto de 2007 – muito antes da instauração do procedimento de arbitragem da retaliação no contencioso do algodão, portanto – o estabelecimento de subgrupo dentro do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI) com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

vistas à revisão do arcabouço normativo existente e elaboração de uma proposta de legislação. O trabalho culminou na edição da Medida Provisória 482[13], que atribui à CAMEX competência para suspender diversos direitos de propriedade intelectual conforme necessário para implementar uma retaliação cruzada.

Diferentemente do processo em bens, em que bastava determinar quais seriam as sobretarifas aplicadas e sobre quais linhas tarifárias, a elaboração de medidas de retaliação cruzada consistia necessariamente em trabalho mais "artesanal". O setor de serviços, por um lado, não conta com sistema e ponto de controle unificados, como o comércio de bens; os direitos de propriedade intelectual, por sua vez, existem sobre as formas mais diversas, como diversos são os instrumentos jurídicos em que estão codificados.

No entendimento do grupo, havia ainda dois outros desafios que tocavam, em maior medida, à retaliação cruzada. Um deles é que, como o valor autorizado para retaliação é limitado, tais medidas, por natureza, devem ser dotadas de *mensurabilidade* quanto a seu impacto. Outro aspecto é que, dado que a retaliação deve cessar quando a parte retaliada cumprir com as determinações da OMC, as medidas também devem ser dotadas de *reversibilidade*. Por exemplo, meramente colocar um item protegido por direito autoral em domínio público, sem qualquer controle, permitiria que cópias do item fossem feitas indiscriminadamente e sem supervisão do Governo, inviabilizando a mensuração e a limitação de seus impactos. Ademais, reverter essa mesma medida, se legalmente factível, teria resultados discutíveis na prática, pois o material já se

13 Medida Provisória 482, de 10/2/2010, convertida na Lei nº 12270/10, de 24/7/2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12270.htm>, acessado em 10/7/2013.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

teria disseminado de tal forma que impedir novas reproduções subsequentes se revelaria inviável.

Não se entenda, com isso, que o laudo arbitral tenha colocado quaisquer limitantes específicos sobre como o Brasil deveria conduzir a retaliação cruzada, pois não foi o caso; tratou-se, meramente, da aplicação dos princípios da precaução e da boa-fé, caros à boa política governamental e às relações internacionais – em especial quando se trata de medida inédita como a retaliação cruzada.

Dadas essas características particulares, a etapa inicial dos trabalhos do GT Retaliação em retaliação cruzada pode ser descrita, resumidamente, como um grande exercício de "brainstorming", em que se estimulou os participantes dos diversos órgãos envolvidos a buscarem ideias, as quais não necessariamente envolvessem sua respectiva área de atuação. Muitas das boas ideias trazidas esbarraram em obstáculos jurídicos intransponíveis, ou seriam de execução muito difícil, especialmente no curto prazo. Nenhuma das iniciativas concernentes ao setor de serviços, por exemplo, logrou maturar a tempo de ser incluída no pacote levado a consulta pública.

Contudo, um volume razoável de iniciativas resistiu à maioria dos questionamentos. O grupo centrou-se progressivamente nas medidas mais viáveis e, após serem elas levadas à apreciação dos Ministros de Estado, foi publicada no dia 15 de março de 2010 a Resolução CAMEX nº 16, instaurando a consulta pública sobre 21 possíveis medidas de retaliação cruzada.

Em linhas gerais, as medidas consideradas podem ser reunidas nas seguintes classes: i) subtração de prazo de proteção de patentes e de direitos autorais; ii) licenciamento compulsório, sem remuneração, de patentes e de direitos autorais; iii) suspensão do direito exclusivo do titular de impedir a importação (permitindo a chamada "importação paralela") ; iv) majoração dos custos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

registro e manutenção de propriedade intelectual no território nacional; e v) aplicação de direitos de natureza comercial sobre a remuneração oriunda de propriedade intelectual. Algumas das medidas delineavam as respectivas áreas de incidência, como produtos químicos e biotecnológicos agrícolas e cultivares, medicamentos e o setor de audiovisual.

Recebeu-se da sociedade 119 manifestações no âmbito da consulta pública. O número foi bem inferior ao da consulta em bens, crê-se, pelo fato de as medidas atingirem número potencialmente menor de setores, estes também organizados em um menor número de entidades.

Assim como ocorrera na consulta em bens, a maior parte das manifestações foi negativa, e número significativo se limitou a argumentos genéricos. Com frequência, observou-se a alegação de que a retaliação cruzada possivelmente enviaria "mensagem" ruim aos investidores ou traria danos à imagem do Brasil. Algumas faziam referência a preocupações que o Governo já tratara ao longo do processo, como eventuais dificuldades na mensuração dos impactos e na manutenção do controle sobre as consequências da medida. Outras trouxeram considerações importantes, que o grupo levou em conta ao tecer recomendações ao Conselho de Ministros. Houve também expressivo número, ainda que minoritário, de manifestações favoráveis, basicamente destacando o efeito das medidas de retaliação como estímulo à indústria nacional, sem custos para o governo, e o estímulo à concorrência.

Após o fim da consulta pública, já com negociações bilaterais em andamento, o grupo prosseguiu com os trabalhos, suspendendo-os no início de agosto de 2010, quando já estavam em vigor os dois acordos provisórios[14].

14 Posteriormente, os trabalhos foram retomados, o que foge ao escopo temporal deste artigo (agosto de 2009 a agosto de 2010).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em paralelo, as negociações bilaterais

Ao longo de fevereiro e março de 2010, período em que foram publicadas a Medida Provisória 482, a lista final de bens e a consulta pública sobre retaliação cruzada, o país já se preparava para o impacto da retaliação. O assunto, àquela altura, já havia transbordado da mídia especializada e frequentava as páginas dos principais jornais e noticiários televisivos. Afinal, parte do impacto seria sentido pelo cidadão comum, consumidor de lâminas de barbear, ketchup e xampus importados.

As gestões bilaterais sobre o tema também elevavam-se de perfil. Em questão de dias, diferentes autoridades norte-americanas foram a Brasília com o tema na agenda, incluindo a Secretária de Estado Hillary Clinton, em 3 de março, e o Secretário de Comércio Gary Locke, em 9 de março. A Representação de Comércio (USTR) também emitiu nota[15] expressando "desapontamento" com o Brasil por insistir na medida, mas ainda sem oferecer qualquer contraproposta. Como argumento principal, o Governo dos EUA alegava que a questão só poderia ser resolvida pela via legislativa, e que o Congresso somente consideraria mudanças na Lei Agrícola (*Farm Bill*) na renovação seguinte, prevista, à época, para 2012. Contudo, cabia aos EUA, na visão do Brasil, buscar uma saída, ainda que temporária.

Seguiu-se uma série de reuniões bilaterais, em que os EUA buscaram demover o Brasil da posição, ora em troca de promessas abstratas, ora sob ameaças também abstratas. Finalmente, em

15 "*USTR Statement on Awards in Brazil Cotton Dispute*", 8 de março de 2010. Disponível em <http://www.ustr.gov/about-us/press-office/press-releases/2010/march/ustr-statement-awards-brazil-cotton-dispute>, acessado em 10/7/2013.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

1º de abril de 2010 – a apenas sete dias da entrada em vigor da retaliação em bens –, os EUA flexibilizaram sua posição e entabularam proposta preliminar de acordo.

Em 5 e 6 de abril, houve troca de cartas entre autoridades do MRE e do USTR, em que se estabelecia o prazo de 20 dias, contados da reunião do dia 1º, para que se negociasse entendimento bilateral que envolvesse os seguintes itens: i) compensação financeira equivalente à totalidade dos prejuízos sofridos pelo Brasil em razão dos subsídios domésticos, conforme declarado pelo laudo arbitral da OMC (US$ 147,3 milhões por ano), a serem pagos em parcelas mensais, em benefício de um fundo de capacitação técnica que beneficiasse os produtores de algodão atingidos, até que os EUA aprovassem nova legislação agrícola; ii) alterações imediatas, ainda que parciais, no programa de subsídios à exportação GSM-102, de modo a aumentar a diferenciação por risco-país, seguidas de negociações sobre novos aumentos; iii) aceleração dos trâmites administrativos referentes a dois pleitos antigos do setor agrícola brasileiro – o reconhecimento do estado de Santa Catarina como livre de febre aftosa e outras doenças para fins de exportação de carne suína, e de 14 estados brasileiros, para fins de exportação de carne bovina. Em troca, o Brasil adiaria a entrada em vigor da retaliação para após o referido prazo de 20 dias.

O acordo foi comemorado de ambos os lados[16]. Os EUA cumpriram os compromissos iniciais assumidos e, em 20 de

16 Vide Nota à Imprensa MRE no. 167, de 5/4/2010, disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2010/04/05/contencioso-brasil-eua-na-omc-sobre-algodao>, acessado em 10/7/2013, e Nota à Imprensa USDA "*U.S., Brazil Agree Upon Path Toward Negotiated Solution of Cotton Dispute*", de 6/4/2010, disponível em: <http://www.ustr.gov/about-us/press-office/press-releases/2010/april/us-brazil-agree-upon-path-toward-negotiated-solution>, acessado em 10/7/2013.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00

abril, assinou-se Memorando de Entendimento bilateral[17]. O documento formalizou o compromisso dos EUA com o pagamento mensal da compensação financeira referente aos subsídios domésticos até que se promulgasse nova Farm Bill. Contudo, restava pendente o tratamento dos subsídios à exportação; a alteração no GSM-102 fora simbólica, meramente um gesto inicial. Dessa forma, o Memorando de Entendimento adiou a retaliação por apenas mais 60 dias, para viabilizar a continuidade das negociações. Em 20 de junho, logrou-se assinar um Acordo-Quadro[18] que estabeleceu regras para um ajuste gradual dos parâmetros do Programa GSM-102, cujo ritmo varia conforme o grau de utilização do programa.

Conclusão

No momento da feitura deste artigo, a promulgação de uma nova Lei Agrícola continua pendente no Congresso dos EUA. Pelos efeitos da Resolução CAMEX 43/2010, a retaliação está suspensa enquanto permanecer em vigor o Memorando de Entendimento e o Acordo-Quadro – os quais, por seu turno, seguem vigorando até a aprovação da nova lei, exceto se houver quebra do acordo ou desistência de uma das partes.

17 Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre um fundo de Assistência Técnica e Fortalecimento da Capacitação relativo ao Contencioso do Algodão (WT/DS267) na Organização Mundial do Comércio, assinado em 20/4/2010, disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/memorando-de-entendimento-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-dos-estados-unidos-da-america-sobre-um-fundo-de-assistencia-tecnica-e-fortalecimento-da-capacitacao-relativo-ao-contencioso-do-algodao-wt-ds267-na-organizacao-mundial-do-comercio/>, acessado em 10/7/2013.

18 Acordo-Quadro para uma Solução Mutuamente Acordada para o Contencioso do Algodão na Organização Mundial do Comércio (WT/DS267), assinado em 25/4/2010, disponível em: <http://sijut.fazenda.gov.br/netacgi/nph-brs?s1=AC000000SN20100625O1$.CHAT.+E+MRE.ORGA.+E+20100805.DDOU.&l=0&p=1&u=/netahtml/sijut/Pesquisa.htm&r=0&f=S&d=SIAT&SECT1=SIATW3>, acessado em 10/7/2013.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Independentemente do desfecho final do caso, é digno de maior estudo o fato de que a oferta, por parte dos EUA, de proposta de acordo temporário, com compensação financeira substantiva, deu-se às vésperas da entrada em vigor da retaliação em bens, e com a consulta pública sobre retaliação cruzada já em curso. A coincidência de datas torna razoável supor que a percepção de que o Brasil não apenas iria, de fato, colocar em vigor a retaliação em bens, mas também estava adotando os últimos passos para implementar a retaliação cruzada, foram fundamentais, se não determinantes, para aquele desfecho.

Na mesma linha, para os EUA, ao que tudo indica, não estava em jogo apenas o impacto que a retaliação cruzada potencialmente viria causar, mas a criação de importante precedente, em que uma grande economia retirava unilateralmente concessões na área de propriedade intelectual de um país desenvolvido. Recorde-se que não foram poucas as críticas ao Brasil, em especial por entidades ligadas à indústria de propriedade intelectual, alegando que o país estaria "roubando" direitos e fazendo apologia à pirataria. Algumas entidades chegaram a defender contra-retaliações ao país, como a inclusão na "Special 301 Priority Watch List"[19] e a suspensão de benefícios do Sistema Geral de Preferências (SGP).

Na interpretação do Governo brasileiro, contudo, a verdade era justamente o oposto: a suspensão de compromissos na área de propriedade intelectual consistia em recurso extremo, porém totalmente amparado no sistema multilateral e no direito internacional. A retaliação era a exceção que confirmava a regra – qual seja, a alta prioridade conferida pelo Brasil à proteção da propriedade intelectual.

19 Lista em que o Governo dos EUA classifica países de acordo com o grau de proteção que conferem à propriedade intelectual. Note-se que o Brasil não reconhece listas unilaterais dessa natureza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e quatro minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Esperidião Amin e Marcos do Val, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Bolsonaro, Eliane Nogueira, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Mecias de Jesus, Nelsinho Trad, Carlos Portinho, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Jaques Wagner, Telmário Mota, Julio Ventura, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Eduardo Braga, Jean Paul Prates e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Senadores Jarbas Vasconcelos, Mara Gabrilli, Roberto Rocha, Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Humberto Costa e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 62, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCO FARANI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 68, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guatemala." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Julio Ventura. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 70, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BENEDICTO FONSECA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 76, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO ALVES JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa Rica." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 5 - Mensagem (SF) n° 78, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor TARCISIO DE LIMA FERREIRA FERNANDES COSTA, Ministro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 6 - Mensagem (SF) n° 83, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União das Comores e na República de Seicheles." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Esperidião Amin
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO
23/11/2022 - 15ª - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Fala da Presidência.) - Bom dia a todos!

Declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Registro, com grande satisfação, a presença entre nós do Senador Julio Ventura, que ontem nos deu grandes lições sobre as relações fraternas que nós temos com o Ceará, não sem lembrar nossa dedicada amizade, recíproca amizade, evidentemente, com o nosso querido Padre Zé Linhares, que é um querido amigo de todos nós que participamos dos trabalhos legislativos, especialmente na Câmara.

Nós temos, hoje, a missão de apreciarmos seis nomes, dos quais dois e apenas dois - é um número pequeno pelo grau de baixa previsibilidade que sofremos...

Nós vamos fazer uma pequena inversão.

Eu vou convidar o Senador Julio Ventura para estar aqui conosco. Ele é o Relator do segundo designado.

Então, eu vou cumprir aqui o rito, estabelecendo os nossos procedimentos.

Antes de iniciar, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 14ª Reunião, ocorrida ontem, dia 22 de novembro.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata aprovada será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Conforme pauta publicada, a presente reunião destina-se à apreciação de indicações de seis embaixadores para postos no exterior, segundo as seguintes diretrizes: a votação é presencial, por meio de duas urnas de votação, ambas secretas, sendo uma em frente a este plenário e outra no seu interior; como ontem, cada sabatina começa com as considerações iniciais do Relator do primeiro indicado, por um prazo conveniente de cinco minutos, que, claro, pode ser expandido; ainda como ontem, é concedida a palavra ao embaixador designado, por até 15 minutos, para a sua exposição inicial; por fim, passa-se à inquirição pelas Senadoras e Senadores inscritos.

E ontem - eu quero registrar - tivemos uma extraordinária, muito boa participação pelo e-Cidadania, cada intervenção com até cinco minutos por Senador. Do e-Cidadania, eu disponibilizarei para o sabatinado responder, se chegar a tempo, até durante a sua própria exposição.

O sabatinado responderá aos questionamentos de um bloco, em cinco minutos, podendo haver réplica e tréplica, por dois minutos cada.

Ao final das seis arguições, realizada a votação, será feita a apuração dos votos.

Dando prosseguimento, consulto as Sras. e os Srs. Senadores se a arguição dos sabatinados será feita em reunião aberta, por analogia ao ocorreu ontem. *(Pausa.)*

Todos concordaram. Eu retomo, portanto, o trabalho à semelhança de ontem e passamos ao tópico da arguição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A reunião é interativa, como já falei, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Damos as boas-vindas aos indicados, boas-vindas especiais ao nosso ex-Presidente, Senador Nelsinho Trad, e ao nosso Vice-Presidente, Marcos do Val.

Como são todos de alta estirpe, eu já chamei aqui o primeiro Relator. Depois se sucedem.

Senador Marcos do Val, por favor.

Os primeiros indicados são o Embaixador Marco Farani e Henrique da Silveira Sardinha Pinto, e a exposição, em modo remoto.

Como temos... Eu tinha chamado aqui o Senador, mas volto ao original, uma vez que o Senador Nelsinho Trad aqui se encontra, se o senhor concordar. *(Pausa.)*

Indicação do nome do Sr. Marco Farani, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata.

Senador Nelsinho, como é remota a participação, V. Exa. nos alegra aqui com a sua presença. Há muito tempo que eu não estava tão ilustremente rodeado.

O Sr. Marco Farani, Ministro de Primeira Classe, está designado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 62, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCO FARANI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação

Concedo a palavra ao prezado amigo Senador Nelsinho Trad, pelo prazo médio, razoável, de cinco minutos para suas considerações iniciais e uma breve apresentação do seu relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Como Relator.) - Perfeito.

Presidente, Senador Esperidião Amin, é um prazer muito grande estar aqui numa sessão da Comissão de Relações Exteriores presidida por V. Exa., ao lado dos nossos colegas que fazem parte da mesa diretiva.

Quero saudar os diplomatas que vão passar pelo rito da sabatina.

Chega ao exame da nossa Comissão a indicação feita pelo Presidente da República do nome do Sr. Marco Farani, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

Peço a V. Exa., Sr. Presidente, licença para ir direto à apresentação do currículo do indicado.

O indicado é filho de José Farani e Maria Luiz Jorge Farani, e nasceu em 9 de abril de 1955, em Alegre, no Espírito Santo. Em 1977, concluiu o curso de Comunicação Social na UnB. No Instituto Rio Branco, concluiu os Cursos de Preparação à Carreira Diplomática (1980) e o Curso de Altos Estudos (1998), ocasião em que defendeu a tese *Cinema e Política: a política externa e a promoção do cinema brasileiro no mercado internacional*.

Iniciou sua carreira em 1980, como Terceiro-Secretário. Em 1986, tornou-se Segundo-Secretário; em 1992, chegou a Primeiro-Secretário; em 1998, a Conselheiro; em 2008, a Ministro de Segunda Classe. E, em 2017, a Ministro de Primeira Classe. Todas as promoções por merecimento.

No Brasil, o diplomata serviu no Gabinete Civil da Presidência da República (de 1985 a 1987); como Assessor Especial do Vice-Presidente da República (de 1996 e 2003); Diretor-Geral da Agência Brasileira de Cooperação (de 2008 a 2012); e Diretor da Secretaria de Relações Internacionais da Presidência do Senado (entre 2018 e 2019).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No exterior, serviu na Missão do Brasil junto à ONU; na Embaixada do Brasil em Tóquio; na Embaixada do Brasil em Pequim; como Conselheiro na Embaixada em Roma; Cônsul-Geral em Tóquio; e Representante do Brasil na Representação do Brasil junto aos organismos internacionais sediados em Londres.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Socialista do Vietnã.

As relações diplomáticas com o Vietnã foram estabelecidas em 1989. A Embaixada do Brasil em Hanói foi aberta em 1994 (a primeira de um país latino-americano), e a do Vietnã em Brasília foi inaugurada em 2000.

O Brasil e o Vietnã contam com dois mecanismos regulares de diálogo: as reuniões de Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum (consultas políticas) e a Comissão Mista Bilateral. A sétima e mais recente reunião de consultas políticas ocorreu, por meio virtual, em novembro de 2020.

Estão em vigor instrumentos sobre isenção de vistos para passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço; combate à fome e à pobreza; comércio; cooperação em esportes; em ciência e tecnologia; em saúde e ciências médicas; cooperação cultural; e entre as academias diplomáticas.

Na esteira do processo de abertura econômica, iniciado em 1986, o Vietnã tem adotado estratégia de diversificação de parcerias em prol do desenvolvimento e de sua segurança nacional.

O país vem buscando intensificar sua integração às cadeias globais de valor, além de comprometer-se com a cooperação internacional e com os preceitos de economia de mercado.

O Vietnã mantém relações diplomáticas com 188 países-membros das Nações Unidas e integra mais de 70 organismos regionais e internacionais, com destaque para o sistema ONU e para a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean). Na ONU, o Vietnã ocupou assento não permanente no Conselho de Segurança nos biênios 2008-2009 e 2020-2021. O país aderiu ao Fundo Monetário Internacional em 1993 e à Organização Mundial do Comércio em 2007.

O Governo vietnamita tem interesse no aprofundamento dos vínculos econômico-comerciais com o Brasil. Entre 2018 e 2020, o Vietnã foi o principal parceiro comercial do Brasil na Asean. Em 2021, os fluxos comerciais do Brasil com o Vietnã superaram aqueles com parceiros tradicionais como Colômbia, Arábia Saudita, Peru, Uruguai ou Portugal. O Brasil é o maior parceiro do Vietnã na América Latina, seguido por México, Argentina e Chile.

Em relação aos investimentos, há amplo espaço para expansão. Atualmente, ao menos três empresas brasileiras estão em operação no Vietnã. O escritório brasileiro de arquitetura Gema atua há mais de quatro anos na cidade de Ho Chi Minh. A empresa Medevice 3S, *joint venture* coreano-brasileira também sediada em Ho Chi Minh, fabrica preservativos. Já a empresa JBS instalou, em 2014, nos arredores de Ho Chi Minh, unidade de distribuição, produção e acabamento de couros, base para exportações para a Ásia e os EUA. Não há, contudo, registro de investimento vietnamita no Brasil.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório, além de desejar muito boa sorte ao Embaixador Marco Farani.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Obrigado, Nelsinho Trad. Nem poderia ser diferente, com a cancha da sua vida pública e com a extraordinária experiência de ter-nos conduzido nesta Comissão de maneira exemplar. Só quero lhe congratular

Consulto se o Embaixador Marco Farani está a postos. *(Pausa.)*

Sim. Então, por favor.

O prezado amigo tem até 15 minutos para fazer a sua exposição.

O SR. MARCO FARANI (Para expor. *Por videoconferência*.) - Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Obrigado, Senador Nelsinho Trad, pela apresentação.

Eu vim falar, tentar falar rapidamente.

Vou começar com um pequeno histórico do Vietnã. Lembro que o país foi criado em 1845, o país que nós conhecemos. Foi declarada a independência da República Democrática do Vietnã. Em seguida, os franceses tentaram restabelecer o regime colonial e iniciou-se uma guerra com a França. Essa guerra durou nove anos. Assinados os acordos em Genebra, o Vietnã tornou-se novamente independente; a França, expulsa do país, mas com o país dividido em Vietnã do Norte e Vietnã do Sul - o Vietnã do Norte era a República Democrática do Vietnã e a República do Vietnã, no sul.

Durante mais ou menos dez anos também similares de transição no país, dentro de dez anos, iniciou-se um período de estado de guerra civil entre norte e sul, com o norte apoiado por Rússia e China e o sul apoiado pelos Estados Unidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em 1964, mais ou menos dez anos depois desse período de guerra civil, guerrilhas, etc., os Estados Unidos resolvem intervir e inicia-se a Guerra do Vietnã, como nós conhecemos, que dura mais ou menos dez anos também. Em 1973, assina-se o acordo de cessar-fogo em Paris e os Estados Unidos, os americanos retiram as tropas do Vietnã. A República Democrática do Norte, então, passa a ocupar o sul e, em 1976, é proclamada a República Socialista do Vietnã e o país, unificado.

Em 1976, é quando a maioria dos países, então, reconhecem o novo Vietnã como um país independente. O Brasil demorou um pouco a reconhecer, reconhece só um pouco mais tarde. E o Vietnã passa, então, a ser regido pelo Partido Comunista do Vietnã, o PCV - o país é dirigido por um partido único, um partido político único que está no poder até hoje.

Desde a fundação, em 1986, o país abrigou uma economia socialista nos moldes da União Soviética. Foi a partir de 1986 que o Partido Comunista do Vietnã iniciou uma política de abertura econômica conhecida como Doi Moi, em vietnamita, que significa renovação. Esse período de abertura econômica tinha o objetivo de criar uma economia de mercado, mas com orientação socialista.

Quatro anos depois da abertura econômica, o país começa a crescer já significativamente, a partir de 1990. Em 1994, os Estados Unidos suspendem o embargo de produtos ao Vietnã, e, a partir de então, o país cresce ainda de forma mais rápida. De lá para cá, o país quintuplicou o seu tamanho, e o PIB atual do Vietnã é de cerca de US$400 bilhões, que ainda é um PIB pequeno para um país de 100 milhões de habitantes, com uma renda *per capita,* então, ainda baixa, de cerca de US$4,1 mil, mas o país vem experimentando um crescimento bastante rápido, com uma média de 7% ao ano. A meta do Governo do Vietnã é transformar o país em uma economia de renda média até 2030 e, se possível, um país de renda alta em 2045.

O comércio exterior nesse período deu um salto muito grande e hoje corresponde a quase o dobro do PIB do país em cerca de US$700 bilhões de comércio exterior. Para tanto, o país construiu um acervo muito importante de acordos de livre mercado. O Vietnã hoje tem acordos com cerca de 52 países: os 9 países da ASEAN, China, Japão, República da Coreia, Austrália, Nova Zelândia, União Europeia, Reino Unido, Canadá, México, Chile, Cuba, Rússia, etc. Como falei, 52 países.

Ainda é importante ressaltar que, por meio da ASEAN, o Vietnã faz parte de dois grandes mecanismos de livre mercado: o Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica, que chama CPTPP, que foi criado pelos Estados Unidos - depois os americanos saíram - e que envolve países do Pacífico em grande número; e a Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP), que reúne países da Ásia e das Américas, sendo eles Canadá, México, Peru e Chile. Em vigor desde 1º de janeiro de 2022, esse RCEP resultou na maior área de livre comércio do mundo, que abrange uma população de 2,3 bilhões de pessoas e um PIB de US$26 trilhões.

Paralelamente aos acordos de livre comércio, é importante ressaltar que o Vietnã recebeu, a partir da sua abertura econômica, um grande fluxo de investimento estrangeiro. Muitas exportações do Vietnã resultam da produção de multinacionais estrangeiras sediadas no país.

A fim de atrair essas multinacionais, o Governo do Vietnã criou as Zonas Econômicas Especiais, localizadas em áreas próximas das grandes cidades, em Hanói e em Saigon, onde as multinacionais se instalaram à procura, evidentemente, de vantagens oferecidas e de mão de obra barata que o Vietnã ofereceu.

A política externa vietnamita se pauta por princípios de independência, de multilateralismo, de diversificação de parcerias e de não alinhamento. Eles cunharam a expressão "*no enemies, no allies"*, que significa "nem inimigos, nem aliados", e assim vêm se comportando. Exemplo desse não alinhamento é que, no Mar do Sul da China, por exemplo, onde Estados Unidos e China travam disputas geopolíticas estratégicas, o Vietnã tem evitado tomar partido, mesmo possuindo litígio e soberania territorial e direitos marítimos com a China e mesmo adotando postura crítica às pretensões chinesas.

O Vietnã tem apostado muito na sua diplomacia, tem a diplomacia como uma linha de frente para a promoção dos interesses nacionais, como desenvolvimento nacional, objetivos de defesa nacional, etc. Através de uma diplomacia atuante, o país procura projetar uma imagem internacional positiva, para adquirir prestígio na comunidade internacional e, com isso, alcançar dividendos concretos para o país.

Nas relações bilaterais entre Vietnã e Brasil, eu estava dizendo que, embora muitos países tenham reconhecido a independência do Vietnã em 1976, o Brasil somente reconheceu a independência do Vietnã em 1989 e, como o Senador Nelsinho Trad já indicou, cinco anos depois, abriu embaixada em Hanói, em 1994. Desde que foi aberta a nossa embaixada em Hanói, diversas visitas de autoridades vietnamitas sucederam ao Brasil - diversas: dois Presidentes da República visitaram o Brasil, um Vice-Presidente da República, o Secretário-Geral do PCV e vários ministros de pastas técnicas. Tudo isso demonstra o grande interesse do Vietnã pelo Brasil.

Do lado brasileiro, tivemos a visita do Presidente Lula em 2008, que se fez acompanhar por vários ministros de Estado e por uma comitiva de 40 empresários. Infelizmente, basta olhar a pauta comercial entre Brasil e Vietnã para deduzir que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

poucos negócios foram fechados desde então. Além da exportação de produtos primários, praticamente não há empresas brasileiras instaladas no Vietnã; são três empresas, como o Senador Nelsinho Trad já indicou. Nem mesmo nenhum investimento brasileiro há naquele país.

Entre 2008, depois da Presidência do Presidente Lula, e 2018, todos os nossos Ministros das Relações Exteriores visitaram o Vietnã pelo menos uma vez em suas gestões: Celso Amorim, em 2008; Antonio Patriota, em 2012; Mauro Vieira, em 2015; Aloysio Nunes Ferreira, em 2017 e em 2018. Em 2019, a Ministra Tereza Cristina visitou o país, o que coincidiu com a comemoração dos 30 anos do estabelecimento das relações diplomáticas. Foi muito bem recebida, com toda pompa e circunstância, o que atesta a importância que o país dá às relações com o Brasil.

É importante ressaltar que, entre 2015 e 2020, cinco visitas programadas de autoridades vietnamitas ao Brasil foram canceladas pelo Governo brasileiro, por diferentes motivos. É hora de retomarmos as visitas bilaterais, que serão importantes para o restabelecimento do diálogo político para as relações econômico-comerciais.

Vale lembrar que o Vietnã é um país de 100 milhões de habitantes, que ocupa um território pequeno e que cresce num ritmo de 7% ao ano, como eu já disse, localizado numa área de grande dinamismo econômico - sudeste asiático - e faz fronteira com a China, que é a segunda maior economia do mundo, um grande parceiro com o qual tem acordo de livre comércio.

Uma das minhas principais missões será organizar a retomada das visitas bilaterais. Espero poder receber visitas de delegações do Parlamento brasileiro, inclusive.

Se ainda não existe, recomendo a criação do grupo parlamentar de amizade Brasil-Vietnã.

Ainda tenho tempo ou não?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Não.

O SR. MARCO FARANI (*Por videoconferência*.) - Então, interrompo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Um minuto, para concluir, senão o senhor será sacado da quadra de tênis. *(Risos.)*

O SR. MARCO FARANI (*Por videoconferência*.) - Está bem. Um minuto, para concluir

Eu queria dizer que o nosso comércio bilateral com o Vietnã cresceu nos últimos dez anos - mais que duplicou: de 3 bilhões para quase 7 bilhões -, mas o Brasil exporta basicamente produtos primários e o Vietnã exporta produtos industrializados: computadores, telefones, componentes eletrônicos, etc.

Rapidamente... Nosso comércio com o Vietnã está crescendo numa média de 20% ao ano, o que é uma boa... Para se ter uma ideia do volume do comércio exterior do Vietnã, eles têm um comércio bilateral com os Estados Unidos de US$111 bilhões; com a China, de US$165 bilhões; com a Coreia do Sul, US$78 bilhões; com o Japão, US$42 bilhões.

Quero, possivelmente fazer parceria com a Amex para promover eventos, rodadas de negócios, etc.

A Embraer esteve lá e é importante que volte, para tentarmos vender aviões.

Quero dizer que o Vietnã é o sexto destino de produtos do agronegócio brasileiro, e o Brasil, como já disse o Senador, com o Vietnã tem um comércio maior do que com Colômbia, Peru, Uruguai, Portugal, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Concluindo, Embaixador Farani.

O SR. MARCO FARANI (*Por videoconferência*.) - Concluindo, eu diria o seguinte: o Vietnã é um país confucionista, que, portanto, preza muito as relações hierárquicas e o respeito aos mais velhos. Portanto, a importância de visitas de autoridades é muito grande para que a gente possa abrir campo de negócios e implementar um comércio mais dinâmico.

Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Prezado Embaixador Marco Farani, eu me entusiasmo com a sua ida para o Vietnã. Eu sou fascinado pela história do Vietnã. Torço pelo Vietnã desde Ho Chi Minh e desde a grande batalha de 1954 contra os franceses, ou seja, eu tenho lado nisso aí.

Acho que o senhor vai ter uma missão muito importante e, de nossa parte, a sua exposição já preencheu os objetivos.

Eu queria lhe pedir atenção para as perguntas do e-Cidadania que lhe foram enviadas. Nós temos aqui três: uma do Distrito Federal, uma do Rio de Janeiro e outra também do Distrito Federal, que é a sua terra.

Então, o senhor fica de sobreaviso, e nós vamos passar agora para o segundo sabatinado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Por deferência do nosso Senador Julio Ventura, eu convido para aqui comparecer o Embaixador Benedicto Fonseca, designado para a África do Sul, e peço ao Senador Jaques que assome aqui à Mesa, por favor.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 70, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BENEDICTO FONSECA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pronto para deliberação

Nós vamos chamar primeiro o Embaixador Benedicto e a seguir teremos, logo depois, o Embaixador Tarcisio Costa, designado para o Líbano, também por deferência, por delicadeza do nosso Senador Julio Ventura.

Então, nós já temos aqui entre nós o Embaixador Benedicto Fonseca e o Senador Jaques Wagner, a quem eu vou passar a palavra.

A palavra fica com o Senador Jaques Wagner, para as suas considerações e para um breve resumo do seu relatório, mediando cinco minutos, ao tempo em que saúdo o Embaixador Benedicto Fonseca Filho.

Por favor.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) - Obrigado, Senador Esperidião Amin. Cumprimento-o, cumprimento o Senador do Val, o Senador Nelsinho Trad, o Embaixador Benedicto Fonseca Filho e agradeço ao Senador Julio Ventura a deferência de me ceder a vez, por conta de outro compromisso.

Passo à leitura do relatório da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 70, de 2022, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Sr. Benedicto Fonseca Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

A Constituição Federal atribui competência privativa a este Senado para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido, esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Benedicto Fonseca Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O Sr. Benedicto Fonseca Filho, nascido no Rio de Janeiro em 31 de março de 1963, é filho de Benedicto Fonseca e Célia Pedrosa Fonseca.

Bacharelou-se, em 1985, em Relações Internacionais na Universidade de Brasília. Concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1986. Também no Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1995 e o Curso de Altos Estudos em 2010.

O diplomata indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1987 e Segundo-Secretário em 1993. Sempre por merecimento, foi promovido a Primeiro-Secretário em 2001, a Conselheiro em 2005, a Ministro de Segunda Classe em 2007 e a Ministro de Primeira Classe em 2010.

Em sua carreira, desempenhou diversas funções no exterior. Merecem destaque as de Terceiro e Segundo-Secretário na Embaixada em Buenos Aires; Segundo-Secretário na Embaixada em Tel Aviv; as missões transitórias em Washington (1988), Acra (1993) e Praia (2001); Primeiro-Secretário e Conselheiro na Missão junto às Nações Unidas; Cônsul-Geral em Boston (2019). Além disso, no Itamaraty, foi Assistente da Divisão de Comércio Internacional (1988) e da Divisão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de Política Comercial (1989-1991); Assistente e Subchefe da Divisão do Meio Ambiente (1999); Assessor e Subchefe do Gabinete do Ministro de Estado (2007-2010); e Diretor do Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos (2011-2018).

Recebeu várias condecorações nacionais e estrangeiras, tais como as da Ordem de Orange-Nassau, dos Países Baixos, no grau Comendador; Ordem do Rio Branco, no grau Grande Oficial; Legião de Honra, da França, no grau Oficial.

Ainda em cumprimento às normas do Regimento Interno, a mensagem veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da África do Sul, o Reino do Lesoto e a República de Maurício, o qual informa acerca das relações bilaterais desses países com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos do país, suas políticas interna e externa, e economia.

A República da África do Sul tem mantido, sobretudo desde 2010, sólida parceria com o Brasil, no plano bilateral ou multilateral, a lembrar que o País integra o bloco do Brics, além de Rússia, Índia e China.

Inúmeros interesses comuns são debatidos, com destaque para: energia e assuntos ambientais; defesa; arte, cultura, educação superior e cooperação entre academias diplomáticas; relações econômicas e comerciais; agricultura; ciência, tecnologia e comunicações; esporte e turismo; justiça e serviços correcionais; saúde; e cooperação técnica para o desenvolvimento.

Vale ressaltar o trecho do documento do Itamaraty a respeito da agenda agrícola que, da parte do Brasil, inclui - aspas:

> *i) a retirada das salvaguardas (relacionadas à febre aftosa) atualmente em vigor contra as importações de carne com osso e miudezas de bovinos do Brasil para a África do Sul; ii) o estabelecimento de certificado sanitário para subprodutos de origem animal; iii) a atualização do certificado sanitário para "pet food"; iv) a atualização do certificado sanitário existente para carne de aves; e v) a elaboração de certificado sanitário para exportação (do Brasil) de sêmen e embriões bovinos.*

E, do lado da África do Sul, são prioridade - aspas -:

> *i) exportações de material genético bovino e ovino; ii) exportações de gordura e carne de avestruz; iii) e acordo de cooperação bilateral em agricultura.*

No tocante ao comércio bilateral, em 2021, o Brasil exportou US$1,18 bilhão para o mercado sul-africano e importou US $1 bilhão desse país, com saldo comercial superavitário para o Brasil em torno de US$183,7 milhões.

Os principais produtos exportados foram carnes de aves (18%), veículos rodoviários (11%), ferro (5,3%), indústria de transformação (4,8%), papel e cartão (4,6%), celulose (4%) e zinco (3,4%). Os principais produtos importados da África do Sul foram prata e platina (36%); alumínio (29%) e inseticidas, herbicidas e congêneres (5,9%). Já em relação ao Reino do Lesoto, cuida-se de país de 30,3 mil quilômetros quadrados, totalmente encravado no território da África do Sul. Tem população de 2,15 milhões de habitantes, que partilham uma economia muito pobre, com expectativa de vida de apenas 54 anos.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Lesoto em 1970, mas nunca abriu embaixada residente no país. Em razão do regime de *apartheid*, assuntos relativos ao Lesoto eram acumulados pela Embaixada em Maputo até 1997, quando foram assumidos pela Embaixada em Pretória.

A Embaixada do Lesoto em Washington trata dos temas relacionados com o Brasil.

O Governo do Lesoto tem interesse em cooperar nas áreas de agricultura, segurança alimentar, saúde, gestão de programas sociais; merenda escolar e esportes.

O comércio bilateral ainda é modesto, tendo registrado somente US$55 mil em 2021.

A República de Maurício, localizada em uma ilha de 2.040km² a leste de Madagascar, conta com população de 1,37 milhão de habitantes, de maioria hinduísta. Tem índices relativamente elevados de desenvolvimento socioeconômico, com expectativa de vida de 74 anos. Igualmente, destaca-se por possuir democracia parlamentarista estável, economia aberta, harmonia étnica e bom nível de vida.

Dois dos principais temas de diálogo são o setor açucareiro e a produção de etanol, sem desprezar outras agendas, como eventual aquisição de aviões da Embraer pela Air Mauritius.

O Brasil exportou, em 2021, cerca de US$52 milhões, em sua grande maioria de açúcares de cana ou de beterraba, calçados e demais produtos da indústria de transformação.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

É esse o relatório. Eu parabenizo o Ministro Benedicto pela indicação, como já foi dito no relatório. Nossa relação é muito estreita e eu comentava, há pouco, com o Ministro Benedicto, que apesar de ter nascido no Rio mas viver no estado mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

africano e na capital mais africana do Brasil, para nós é uma referência Salvador. E fui Governador. Já visitei várias vezes a África, inclusive a África do Sul, e digo sempre que é uma inspiração aquele país, pela luta do povo negro contra o *apartheid* e pela instituição da democracia e da liberdade.

Então, parabenizo o Embaixador Benedicto e espero que V. Exa. possa nos representar à altura e estreitar nossos laços de relacionamento com a África do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Faço minhas as palavras do nobre Senador Jaques Wagner, pela solidariedade que todos nós dedicamos especialmente à luta da África do Sul e ao seu grande líder Nelson Mandela, que é uma... Eu o considero o mais próximo do grande ídolo que eu respeito e que viveu na África do Sul: Mahatma Gandhi. Creio que o Nelson Mandela é o discípulo mais contemporâneo que nós temos do Mahatma Gandhi, que, como advogado, morou na África do Sul, apesar de indiano.

Concedo a palavra ao Sr. Embaixador Benedicto. E consulto se ele pode incluir no seu relatório, ao mesmo tempo, algumas considerações sobre as perguntas do e-Cidadania que já lhe foram repassadas.

Muito obrigado.

O SR. BENEDICTO FONSECA FILHO (Para expor.) - Bom dia, Presidente, Exmo. Sr. Senador Esperidião Amin.

Eu quero agradecer também o relatório que foi apresentado pelo Senador Jaques Wagner. É uma honra para mim comparecer perante a Comissão. Quero também agradecer muito a presença do Senador Marcos do Val, do Senador Julio Ventura, e dos Senadores que também estão aqui.

E quero iniciar dizendo o seguinte: a África do Sul, eu entendo que é um país estratégico para o Brasil, é um país estratégico para a África, é um país estratégico na relação global do Brasil. A África do Sul tem uma posição que não se compara com nenhum dos outros países na África, por várias características.

Foi mencionada aqui a questão do *apartheid*. O apartheid realmente foi um divisor de águas, um momento em que o mundo, a grande maioria do mundo se uniu em apoio à luta que foi conduzida contra o *apartheid*. No caso do Brasil, eu mencionaria que o nosso relacionamento foi afetado. Nós temos relações com a África do Sul desde 1948, mas, com a chegada do *apartheid*, com o acirramento, nós deixamos de enviar embaixador. A Embaixada foi aberta lá em 1974, mas não foi enviado embaixador, foi enviado encarregado de negócios, que é uma maneira de sinalizar um nível inferior de relações. Isso só foi retomado com o final do *apartheid*, já no Governo Nelson Mandela.

Então, pela história, pela posição econômica da África do Sul, pela capacidade também que o país tem na área de ciência e tecnologia... Eu vou procurar me referir também brevemente a esse aspecto. A África do Sul tem uma posição e uma importância estratégica muito grande. Eu começaria dizendo que, como todos os países, a África do Sul foi muito impactada pela covid, não é? Em 2020, o PIB do país caiu 7%, houve pelo menos 50 mil mortes, aumentou muito o desemprego. E isso já num contexto de dificuldades - não é? -, já num contexto de desemprego que já era alto, e de HIV/aids, que é muito disseminada no país. É um problema. Há estatística que mostra 30% da população afetada pelo HIV/aids. Então, já era uma pandemia, e isso se compôs também com o covid.

Então, houve isso. Claro que impactou muito o nosso relacionamento bilateral, impactou muito a África do Sul. E, além desses problemas que afetaram o mundo todo, eu diria que a África do Sul enfrenta desafios. Após o *apartheid*, claro, houve esse esforço de reconciliação. A Comissão de Verdade e Reconciliação é um exemplo, como disse o Senador Jaques Wagner, para o mundo de como superar um conflito de maneira pacífica pelo diálogo, não é? E isso é algo, assim, que é admirável, depois de o Nelson Mandela ter ficado 27 anos preso; voltou, assumiu, participou do processo político e foi eleito Presidente - e isso num ambiente, claro, marcado muitas vezes por aqui e ali, escaramuça, mas num ambiente de processado politicamente sem ter aquele nível de confronto que se imaginou a que poderia chegar.

Depois disso, claro, a partir do momento em que houve a possibilidade de que toda a população se engajasse no processo eleitoral, a população negra, que é muito prevalente... A África do Sul tem em torno de 60 milhões de pessoas, das quais 49 milhões de negros; 5 milhões que eles chamam de *coloureds*, pessoas mulatas, enfim, pessoas de raça mista; e menos de 5 milhões de brancos. Então, há uma prevalência muito grande. Então, claro, todos os governos que foram eleitos democraticamente são governos liderados pela maioria negra. E tem havido um esforço de reconstrução do país e de valorização de todas as etnias, de toda a população, mas em contexto difícil, em contexto em que há muitas dificuldades, em que há barreiras. Por exemplo, uma questão muito grave na África do Sul é a questão energética - 80% da matriz da África do Sul é de carvão. Quando se compara com a matriz brasileira, é uma diferença, assim, abissal. Hoje, inclusive, há um esforço muito grande da parte da África do Sul em diversificar a sua matriz energética. Isso abre oportunidades para o Brasil, por exemplo, em relação a biocombustíveis e outras fontes renováveis. Nós temos buscado cooperar nisso. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma população muito jovem, afetada, como disse, pelo desemprego, e tem havido, eventualmente, episódios de violência política.

Então, há vários desafios associados à África do Sul, mas há potencial muito grande a ser explorado.

A África do Sul tem, no contexto africano, uma infraestrutura rodoviária e portuária inigualável e tem um sistema bancário bem desenvolvido. Nós temos com a África do Sul o acordo Mercosul-Sacu, que abrange não só a África do Sul, mas países vizinhos também, que aponta para um potencial de crescimento do relacionamento comercial.

Algo que é muito importante na nossa relação com a África do Sul é que nós não temos com a África do Sul uma relação de cooperação técnica caracterizada por "um país dá e outro recebe". Nós temos com a África do Sul a possibilidade de fazer desenvolvimento conjunto.

E, Senador, inclusive eu menciono uma pergunta que foi enviada pelo Delson Ferreira, do Amapá, que pergunta: "Há tratados entre o Brasil e essas Repúblicas visando o intercâmbio de tecnologia/conhecimento? Quais as propostas de melhoria e expansão?". Sim, existem esses acordos.

Quando fui Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia do Itamaraty, durante oito anos, estive na África do Sul em comissões mista de ciência e tecnologia, e há uma ampla gama de assuntos em que nós cooperamos com a África do Sul. Há um potencial muito grande, porque na África do Sul há nichos, há setores muito avançados na área científica e tecnológica. Não devemos esquecer, por exemplo, que na África do Sul foi feito o primeiro transplante de coração do mundo. Nós desenvolvemos, o Brasil desenvolveu com a África do Sul um míssil ar-ar, mostrando, na área de defesa, essa capacidade de desenvolvimento conjunto tecnológico de um míssil, que aponta para várias potencialidades na área de defesa.

Foi mencionado que o nosso comércio bilateral com a África do Sul está no patamar de pouco mais de 1 bilhão de exportações. É relevante, mas é pouco. Há muito potencial para crescimento. Isso não representa nem 0,5% do nosso comércio bilateral. Para a África do Sul, as exportações brasileiras têm uma importância maior; nós somos o 12º exportador maior para lá, mas no contexto geral ainda é pouco. Então, uma das prioridades para o trabalho da embaixada tem sido buscar desenvolver o comércio. Nós temos exportado, como o Senador mencionou, vários produtos em matéria de carnes. Temos carne de frango; é muito importante a nossa importação de carne de frango para a África do Sul, mas tem sido afetada pela imposição de medidas de antidumping, que neste momento estão suspensas, mas há sempre um risco. Essa é uma área observada com muito cuidado, com toda a relação comercial apontando para um crescimento que pode chegar a ser expressivo.

Hoje a África do Sul está muito focada na prioridade pan-africana. A África do Sul tem uma política de valorização do seu espaço africano. A África do Sul foi Presidente da União Africana em 2020, e ali uma das prioridades foi promover a zona de livre comércio no continente africano. Mas o que nós entendemos, sem prejuízo disso, na medida em que nós temos uma relação privilegiada com a África do Sul, o fato de sermos países que buscaram criar mecanismos de diálogo e convergência - eu citaria o Ibas (Índia, Brasil e África do Sul) e o Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)... Esses são mecanismos que têm permitido o Brasil ter um acesso aos centros decisórios e aos órgãos de governo muito forte. E há um interesse muito grande parte a parte em cooperar. Então, não há uma incompatibilidade entre uma prioridade que a África do Sul hoje atribui à sua zona de livre comércio continental e a possibilidade de nós ampliarmos o nosso comércio, inclusive por meio do Acordo Mercosul-Sacu, que hoje é muito pouco aproveitado, muito pouco citado. Então, há muito potencial.

E eu mencionaria uma área que sempre me atrai muito, por ter trabalhado durante oito anos com esse sistema de ciência e tecnologia, refazendo toda essa interlocução do Brasil com outros países. É essa capacidade da África do Sul... Está para ser assinado um acordo com eles na área de TICs, quando se imagina que nós vamos cooperar, e temos imenso interesse, uma imensa gama em TICs, em tecnologia de informação e comunicações, acordos que estão na linha de frente de tecnologia, e nós temos essa condição de cooperar com a África do Sul.

Também na área de meio ambiente temos com eles projetos de cooperação. Os sul-africanos são muito fortes na área de gestão de parques nacionais associada ao turismo. Então, há interesse nosso também em buscar isso. E em várias outras áreas: gestão de resíduos, a própria política ambiental, legislação.

Enfim, nós temos com a África do Sul uma parceria estratégica de 2010 e, no contexto africano, além da África do Sul, só com a Angola nós temos essa parceria - temos com outros países. Mas isso mostra como houve esse despertar a partir da percepção mútua do interesse em ampliar as nossas relações.

A nossa parceria estratégica abre um campo enorme de cooperação em inúmeras áreas. Eu diria que o terreno está preparado lá para que possamos expandir em diversas áreas. Não haveria, digamos, de parte a parte, barreiras a isso. As barreiras que existem são aquelas que são conhecidas, quer dizer, a distância, às vezes os recursos, prioridades; enfim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

são coisas em que a embaixada justamente tem procurado atuar, tem procurado abrir frentes, e o nosso trabalho lá vai visar a isso.

Eu queria até me referir, Senador, a uma pergunta que foi também encaminhada pelo Rafael Silva, de São Paulo, que pergunta assim: "Qual será o primeiro aspecto abordado nesses territórios pela embaixada brasileira? Financeiro ou social?".

Eu digo: a agenda é ampla e é uma agenda em construção, é uma agenda que aponta para um potencial muito grande de desenvolvimento na área comercial, de desenvolvimento financeiro. Nós cooperamos com a África do Sul no combate ao crime internacional organizado, por exemplo. Nós temos interesse na área social, em experimentos sociais, os centros comunitários dos dois países têm interesse em cooperar. Então, eu não diria que existe essa ambivalência entre financeiro ou social; são várias áreas em que nós vamos procurar atuar em benefício dos dois países, das duas sociedades.

Uma outra pergunta diz: "Com relação aos tratados comerciais entre o Brasil e a África do Sul, qual está mais evidente na era atual?".

Eu diria que esse acordo, o acordo Mercosul-Sacu, é realmente onde nós temos, o Brasil tem procurado valorizar e ampliar, vendo a África do Sul como uma porta de entrada, não só ali para toda a parte meridional da África, mas, potencialmente, através da zona de livre comércio do continente africano para toda a África. A qualidade do relacionamento político, do relacionamento de país a país permite nutrir essa ambição. Então, eu queria, dentro do tempo, aqui um pouco enfatizar isso, fazer uma coisa um pouco impressionista, mas dizer que há um interesse muito grande. Temos hoje empresas brasileiras instaladas na África do Sul, a Embraer, a Marcopolo, a Weg, do seu estado, Senado, a Camargo Corrêa; temos investimentos da África do Sul no Brasil, na área de mineração, no setor bancário, a concessão do Aeroporto de Guarulhos foi para um consórcio do qual participa uma empresa sul-africana; quer dizer, então, mostra como essas coisas estão imbricadas, muitas vezes de uma maneira que a gente não consegue talvez perceber de forma tão evidente.

Então, Senador, só para concluir, quero dizer que para mim é uma honra...

Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Antes da sua conclusão e antes de passar a palavra para o Senador Jaques Wagner, se ele tiver algum complemento, eu gostaria de lhe passar uma curiosidade e uma pergunta.

A curiosidade é a seguinte: inclua nessa relação de parcerias as seguintes circunstâncias. Os vinhos de altitude que são produzidos em Santa Catarina, por exemplo, são regidos pela seguinte cláusula natural: acima de 950m, em Santa Catarina, a cada 100m se ganha um grau de latitude. Por isso, quando fica em 1.300m, 1.250m, nós estamos numa latitude da África do Sul. Portanto, é mais uma parceria, no caso, criada pela natureza.

Agora eu tenho uma pergunta que eu acho que é momentosa. A Suprema Corte da África do Sul nesta semana, exatamente anteontem, decidiu que o ex-Presidente do país, Jacob Zuma - não sei se é assim que se pronuncia - voltasse a ser preso por desacato judicial, já que se negou a depor em inquérito sobre acusações de corrupção. A pena é de 15 meses de prisão, e ele estava em condicional por questões médicas. Quando ele se entregou, em julho deste ano, houve muitas manifestações violentas, com *shoppings* e estabelecimentos incendiados, vários mortos, centenas de detenções. Eu lhe pergunto: essa nova detenção desse veterano da luta contra o regime do Apartheid, na época, preso tal como Mandela, a quem eu já me referi, e que governou o país por mais de dez anos, porém, de perfil bastante polêmico, produzirá novas revoltas na sua opinião? E qual o peso dessa atual circunstância no arranjo político sul-africano com essa decisão da Suprema Corte da África do Sul?

O SR. BENEDICTO FONSECA FILHO (Para expor.) - Perfeito, Senador.

A questão do combate à corrupção tem sido um assunto de muita gravidade na África do Sul em função de alegadas violações e até, como no caso que o senhor mencionou, porque o próprio ex-Presidente foi condenado não só por alegação, mas realmente por constatação de que houve episódio de corrupção. O que existe hoje na África do Sul: o partido majoritário, que é o Congresso Nacional Africano, domina, tem dominado o cenário eleitoral, tem feito todos os presidentes - são pessoas ligadas ao Congresso Nacional Africano -, mas muitas dessas figuras envolvidas nesses episódios. A oposição tem se fortalecido nas últimas eleições. Pela primeira vez, a oposição, em conjunto, teve mais de 50% do que o partido do Congresso Nacional Africano, mas as maiores disputas, pelo que eu entendo, acontecem dentro desse partido, digamos, majoritário. Então, o ano passado, quando houve a decisão de prender o Presidente, houve esses distúrbios muito graves, uma comissão foi feita para analisar, a Comissão Zondo, e, agora, com essa decisão da Suprema Corte, há esse temor, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Acho que é algo que a Embaixada, com certeza, vai analisar, vai estar acompanhando. Não nos cabe, claro, intervir, mas acompanhar e prever em que medida isso pode afetar o nosso relacionamento bilateral. Já o que se tem especulado é que, em função desse desgaste que tem havido no partido majoritário no Congresso Nacional Africano e pelo desempenho que tem tido nas eleições, estamos caminhando, talvez, futuramente, para um governo de coalizão. Talvez eles precisem, no futuro, chegar a algum tipo de coalizão para poder governar. Mas isso, enfim, é algo que faz parte do processo político interno, que, claro, nos interessa acompanhar e avaliar em que medida pode ter impacto.

Só podemos desejar que não aconteça o tipo de distúrbio que aconteceu ano passado, porque foi algo que causou uma queda no PIB, junto com todo o rescaldo da covid, da pandemia, não podemos esquecer que, no final do ano passado, além disso, na África do Sul, foi descoberta uma nova variante da covid, a Ômicron, que também já vinha de sucessivas ondas de covid. Foi mais um impacto grande no turismo, na economia.

Então, é isso. Nós vamos acompanhar. Esperamos que não aconteça o mesmo que aconteceu da outra vez.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Agradeço especialmente pela competência na resposta a uma pergunta sobre um assunto muito complexo. Não sei se nós políticos teríamos tanta habilidade.

Não sei se o Senador Jaques Wagner tem alguma solicitação a fazer.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Não, Presidente. Estou satisfeito.

Eu queria, mais uma vez, parabenizar o Embaixador Benedicto e desejar-lhe sucesso na missão e solicitar a V. Exa., se for conveniente, que abra a votação secreta.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. *Fora do microfone*.) - Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Solicitação endossada pelo Senador Nelsinho Trad, ou seja, se ele fosse o Presidente, já teria aberto. Então, eu defiro antes que eu perca o prazo de validade. *(Risos.)*

Agradeço a V. Exa. Sr. Embaixador. Desejo muita sorte! O Brics é muito importante e a África do Sul também, pelos próprios méritos.

Antes de devolver a palavra ao Marco Farani para três minutos de observações sobre as perguntas, eu convido o próximo sabatinado, que é o Tarcísio Costa, indicado para o Líbano. O Relator Nelsinho Trad tem absoluto conhecimento de causa, posto que sempre representou a todos nós descendentes nas reuniões sobre o Líbano.

Reitero que está aberta a votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Concedo a palavra ao ilustre Senador Nelsinho Trad, só aqui resumindo que a indicação do nome do Sr. Tarcísio de Lima Ferreira Fernandes Costa, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, é para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa.

Eu fiz uma referência a ele que, na minha visita ao Líbano, em 1993, conheci o Embaixador do Brasil Maurício Magnavita, que era um arabista que escrevia e falava árabe de sorte a ensinar. Rogo que V. Exa. se aproxime dessa expertise do seu antecessor.

Concedo a palavra ao nosso Senador Nelsinho Trad.

ITEM 5

MENSAGEM (SF) N° 78, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor TARCÍSIO DE LIMA FERREIRA FERNANDES COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Como Relator.) - Sr. Presidente Senador Esperidião Amin, antes de iniciar o relatório, eu gostaria de registrar que realmente V. Exa. sabe, através do seu bom senso e da forma como sempre tratou os colegas aqui, colocar as pessoas certas nos lugares certos. E reafirmo aqui a todos que não poderia estar em melhores mãos à Presidência da Comissão de Relações Exteriores na pessoa de V. Exa. pela sua cultura, pela sua forma diplomática, que é muito forte na sua personalidade, de se relacionar com todos nós. Como V. Exa. já mencionou, chega ao exame desta Comissão o nome do Sr. Tarcísio de Lima Ferreira Fernandes Costa.

Peço licença para ir direto à apresentação do currículo.

O indicado é filho de Cícero Ferreira Fernandes Costa e Aurenívea Lima Ferreira e nasceu em 14 de abril de 1960, em Recife, Pernambuco.

No Instituto Rio Branco, concluiu os Cursos de Preparação à Carreira Diplomática (1985); de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1993); e de Altos Estudos (2007). Na área acadêmica, é mestre em Teoria Política pela Universidade de Cambridge, Inglaterra (1992). Na mesma universidade, concluiu doutorado em Teoria Política em 1998. Possui ainda pós-doutoramento em História das Ideias pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), em 2004.

Iniciou sua carreira em 1985, como Terceiro-Secretário. Em 1989, tornou-se Segundo-Secretário; em 1998, chegou a Primeiro-Secretário; em 2002, a Conselheiro; em 2008, a Ministro de Segunda Classe e, em 2016, a Ministro de Primeira Classe. Todas as promoções do diplomata foram por merecimento.

No Brasil, o diplomata serviu como Secretário-Executivo da Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, entre 1997 e 1999; Assessor Especial da Presidência da República, de 1999 a 2002, e como Assessor Especial de ex-Presidentes, de 2003 a 2005. Foi Assessor-Chefe da Assessoria Internacional do Tribunal Superior Eleitoral, de 2013 a 2016; Diretor do Departamento da América do Sul Setentrional e Ocidental, de 2016 a 2018; e Chefe da Assessoria de Imprensa do Gabinete do Ministro de Estado, entre 2018 e 2019.

No exterior, serviu na Embaixada em Madri, como Ministro-Conselheiro, entre 2008 e 2009; Ministro-Conselheiro em Roma, de 2009 a 2013; e Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Londres, de 2019 até o presente.

Em sua profícua carreira, o diplomata fez jus a numerosas condecorações oriundas do Brasil e de Portugal e exerceu variadas e importantes posições acadêmicas no Instituto Rio Branco e na Universidade de Brasília.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Libanesa.

O Brasil possui relação política de alta densidade com o Líbano, não apenas em razão dos laços afetivos que nos unem àquele país, resultado da expressiva comunidade de descendentes de libaneses no Brasil, como também em razão da importância geopolítica do Líbano no contexto regional. O Brasil é dos poucos países que tem abertura para diálogo e ampla receptividade junto a todos os 18 grupos confessionais libaneses e aos partidos que os representam na política.

Após a dupla explosão no Porto de Beirute, em agosto de 2020, que deixou mais de 200 mortos, 6 mil feridos e 300 mil desabrigados, houve significativa intensificação na cooperação entre Brasil e Líbano. Na vertente humanitária, o Brasil enviou a Beirute, imediatamente após a tragédia, Missão Multidisciplinar de Assistência Humanitária, que buscou identificar, em coordenação com autoridades libanesas, as necessidades mais urgentes pós-desastre. Duas aeronaves da Força Aérea Brasileira transportaram mais de seis toneladas de ajuda humanitária, e a entrega das doações foi realizada por comitiva chefiada pelo ex-Presidente Michel Temer, ele próprio de ascendência libanesa. Incentivado que fui pelo nosso também descendente libanês Senador Esperidião Amin, fiz parte dessa comissão. E gostaria aqui de registrar a todos vocês o quanto foi marcante essa nossa visita ao território libanês. O Brasil foi o segundo país a se manifestar. O Presidente Macron, da França, foi o primeiro; o segundo, fomos nós. E, quando eles viam o carro com a bandeira brasileira - estava tudo com segurança -, na mesma hora eles abriam a passagem no trânsito, tamanho o respeito que eles têm pelo nosso país.

Um dado interessante: o Brasil tem quatro vezes mais descendentes libaneses do que a população do próprio Líbano - quatro vezes mais! Lá são 3 milhões; aqui são 12. E digo a vocês que é uma situação que nunca mais vai sair da minha cabeça: a cena que eu vi no lugar da explosão. Uma coisa assustadora. Para vocês terem uma ideia, em volta de uns três quilômetros do lugar da explosão não tinha uma janela de vidro intacta.

Nós saímos de lá para poder ir para um outro compromisso. Estávamos uns 20 minutos já andando de carro - 20 minutos. Eu lembro que eu olhei no celular porque eu tinha uma ligação. Dali a pouco - não chegava -, eu olhei para a calçada e tinha um carro com os vidros quebrados. Atingiu muito longe o impacto dessa história: 20 minutos depois do lugar em que a gente estava.

Outra coisa muito marcante, Senador Esperidião Amin, Senador Marcos do Val: a tragédia era tão desoladora, um silêncio ali, todo mundo assustado, e tinha uma fila de libaneses formada no local onde estavam as autoridades de segurança. E eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

perguntei para o tradutor o que era aquilo. Ali eram os voluntários, a própria população, para poder ajudar a reconstruir o desastre que estava acontecendo. Esse é o espírito do povo libanês. É conhecido como a fênix do Oriente, porque ele sempre renasce das tragédias.

Na vertente da cooperação técnica, está em negociação entre a ABC e o Ministério da Agricultura do Líbano projeto em agroecologia intitulado "Fortalecimento das práticas agroecológicas e estabelecimento de um sistema participativo de garantia para o setor orgânico do Líbano".

Após a guerra de 2006 entre Israel e o braço armado do partido xiita libanês Hezbollah, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adicionou ao mandato original da Unifil as tarefas de monitorar a cessação das hostilidades, apoiar o desdobramento das forças armadas libanesas em todo o Sul do país e estender sua assistência de modo a garantir acesso humanitário à população civil, permitindo o retorno seguro e voluntário dos deslocados. Após dez anos, em janeiro de 2021, o Brasil deixou o comando da Força Tarefa Marítima e reduziu sua presença na Unifil. Diante de cenário de recursos limitados e da necessidade de priorizar iniciativas, o Estado brasileiro optou por maior atuação na região do Golfo da Guiné. Ao fim do comando brasileiro, autoridades da ONU no Líbano e em Nova York afirmaram que a contribuição do Brasil - o mais longo comando da FTM - contribuiu solidamente para a construção de um legado de operações de manutenção de paz marítimas. E esse é um sentimento do povo libanês. Eles enxergam o brasileiro com o DNA da paz. E seria algo a ser buscado, porque houve uma reação negativa quando houve a retirada da Força Tarefa Marítima. Seria algo a ser buscado porque a gente tem uma ligação muito forte com os libaneses. Os dados de comércio bilateral no ano de 2021 indicam uma reversão da tendência de queda, observada desde 2019. Como as exportações do Brasil para o Líbano ficaram praticamente estáveis, a principal responsável pelo aumento da corrente foi a importação brasileira de produtos libaneses - quase 600% -, fortemente beneficiada pela reativação do comércio de adubos ou fertilizantes químicos.

Os países do Mercosul e o Líbano firmaram o Memorando de Entendimento sobre Comércio e Cooperação Econômica em dezembro de 2014, no intuito de lançar as negociações do Acordo de Livre Comércio entre o bloco e aquele país. Inclusive, eu fiz gestões junto ao Chanceler Ernesto Araújo, que ocupou a Chancelaria nos primeiros dois anos de governo do Presidente Bolsonaro, para que esse acordo pudesse ser concluído, sem saber que ia ter explosão, sem saber dos problemas sociopolíticos que atravessam aquele país. É muito importante para o Líbano ser concluído esse Acordo de Livre Comércio com o Mercosul.

A Câmara dos Deputados conta com Grupo Parlamentar Brasil-Líbano, criado em 1979. Na atual legislatura, seu presidente é o Deputado Ricardo Izar Filho, do PP/SP. Ademais, também é intensa a atividade do Grupo Parlamentar Brasil-Países Árabes, criado em 2008 e presidido, na presente legislatura, na Câmara pelo Deputado David Soares e, no Senado, pelo Senador Jean Paul Prates.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório a não ser desejar-lhe muita sorte e que Deus acompanhe o Sr. Embaixador Tarcísio de Lima Ferreira Fernandes Costa, porque S. Exa. vai servir em um dos países que tem uma relação afetiva muito forte com o Brasil. Que Deus o acompanhe e boa sorte!

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) - Agradeço ao Senador Nelsinho, até pela experiência vivida, que realmente deve ter sido marcante.

Então, concedo a palavra ao Sr. Tarcísio de Lima Ferreira Fernandes Costa, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa. Informo ao Sr. Embaixador que o tempo destinado à exposição é de até 15 minutos.

Obrigado.

O SR. TARCÍSIO DE LIMA FERREIRA FERNANDES COSTA (Para expor.) - Muito obrigado, Senador Marcos do Val, que está no exercício da Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Senado.

Agradeço ao Senador Nelsinho Trad a apresentação do relatório, não apenas a apresentação, mas o testemunho e o depoimento eloquente de sua visita ao Líbano logo após a dupla explosão no porto de Beirute, uma missão que ajudou muito a pautar o esforço de cooperação humanitária desenvolvida pelo Brasil desde então, voltada especificamente para a reconstrução de Beirute e também como colaboração, como importante esforço de colaboração para o soerguimento da economia libanesa.

Agradeço a presença do Senador Ventura, do Senador de Roraima, que tive o prazer, quando lidava com os temas da América do Sul, de ser recebido, Senador Chico Rodrigues, nesta Comissão de Relações Exteriores do Senado para tratar naquela época da migração venezuelana a seu estado. Agradeço.

Quero registrar também e saudar os meus colegas diplomatas que hoje estão sendo igualmente avaliados e sabatinados.

Bom, o meu registro inicial, inspirado pelas palavras do Senador Nelsinho Trad, é lembrar que o Congresso Nacional e seus órgãos, inclusive esta Comissão, na Presidência, na Presidência anterior e agora ocupando a relatoria de minha indicação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que muito me honra, bem como por outros integrantes da Comissão, e lembro-me aqui do Senador Tasso Jereissati, do Ceará, reflete bem a contribuição muito expressiva prestada pela migração libanesa para a formação nacional, para a vida brasileira. Como bem sabem os senhores, de 8% a 10% dos Parlamentares brasileiros... Isso varia de certa forma de região para região, mas eu diria que em todas as regiões do país nós temos Parlamentares com ascendência libanesa.

E, por todo o espectro partidário, é um fenômeno essa presença dos descendentes de libaneses na atuação pública e também privada é algo presente em outros campos da vida nacional, no empresariado, na academia, no jornalismo, na diplomacia, nas profissões liberais... Lembro aqui a Medicina - há médicos expressivos e de renome nacional, para não mencionar o Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, uma instituição de referência. Na arte, na cultura, do cinema à literatura, passando pelas artes plásticas, é, de fato, significativa a contribuição do Líbano para a formação nacional.

Se isso reforça a legitimidade da nossa política para o Líbano, da nossa ação para o Líbano, ela também é um traço que impõe responsabilidades. Essa responsabilidade, lembrada de uma forma, volto a dizer, eloquente, pelo Senador Nelsinho Trad, é a de ter um olhar atento e solidário com o povo libanês, que passa por um momento, de fato, grave. O Líbano passa por uma situação econômica grave, talvez sem precedentes em tempos de paz, desde a sua independência em 1943.

Não é o caso de buscar me estender sobre as razões dessa situação. Acho que os indicadores ou os números falam por si mesmos. Segundo o Banco Mundial, de 2019 a 2021, portanto, em três anos, o PIB libanês teve uma queda de 60%, acompanhada de uma mega desvalorização da moeda nacional, da libra libanesa, e essa mega desvalorização... Pelo peso das importações - há uma dependência absoluta de insumos, inclusive de combustíveis - para o Líbano, o efeito imediato sobre a inflação é intenso.

A inflação neste ano é estimada em 180%, uma das maiores do mundo. O impacto social disso não é pequeno. A agência de estatísticas do Governo libanês estima, isso em 2021, que 30% da população economicamente ativa do Líbano está desempregada. Segundo o Banco Mundial, 80% do povo libanês está em uma condição - usando os termos do Banco Mundial - de pobreza multidimensional, isto é, em carência de educação, carência de saúde, carência de energia. A companhia de eletricidade do Líbano assegura apenas a provisão de energia por duas horas ao dia. Há uma disseminação de geradores privados por quem tem algum poder aquisitivo. Portanto, é um quadro que, de fato, inspira não apenas muita preocupação, mas que reclama solidariedade e cooperação internacional.

O Brasil tem feito sua parte, sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação, vinculada ao Itamaraty, mas com uma atuação decisiva por parte do Congresso Nacional brasileiro. E registro o papel, como lembrado em sua intervenção, de fato, de liderança do Senador Nelsinho Trad e do Senador Esperidião Amin. Essa atuação, esse olhar atento por parte do Congresso, sem dúvida, contribuiu para uma resposta substantiva. Não é o caso aqui de enumerar tudo o que foi feito desde então, mas ressaltaria, e já consta do relatório, o apoio expressivo e doação de toneladas de arroz, umas quatro toneladas... O Senador Nelsinho Trad poderá, caso esteja falhando nos números, ajudar-me a precisar. Além disso, uma importante colaboração financeira, doação de insumos também, equipamentos na área de saúde... E foram aprovadas três emendas parlamentares - não é isso, Senador? - em torno de projetos específicos na área de prevenção, gestão de riscos, prevenção de incêndios, também na área médica, traumatologia, ortopedia... Enfim, houve uma pronta reação com a intervenção decisiva desta Casa e a coordenação técnica da Agência Brasileira de Cooperação.

Bem, outros países colaboram com o Líbano nesse esforço de recuperação, mas a nossa colaboração e cooperação tem uma particularidade, não é? Outros, inclusive, com valores superiores, mas a nossa é marcada por não ter condicionalidades, não está ancorada na projeção de interesse geopolíticos que possam se revelar hostis a algumas das correntes, digamos, que participam do arranjo institucional que leva, que conduz a gestão libanesa. O Brasil fala com todos - é parte da nossa tradição - e, por isso, é respeitado por todos. Isso está em consonância com o nosso universalismo, isso está em consonância com os princípios constitucionais, entre os quais a não interferência nos assuntos internos. E é nesse espírito que a nossa cooperação tem sido muito bem-vinda, mais uma vez me reportando ao discurso e ao testemunho do Senador Nelsinho Trad.

Buscarei, caso venha a ser aprovado pelo Senado Federal, sempre em sintonia com a Agência Brasileira de Cooperação e naturalmente atendendo aquilo que o governo libanês e a sociedade libanesa identifiquem como relevantes, aprofundar essa cooperação.

Uma breve palavra... Dificilmente terei tempo de discorrer sobre os pontos que gostaria de aprofundar. O arranjo institucional libanês, baseado no Pacto Nacional de 1943, depois, no acordo que finalizou a Guerra Civil em 1989, é um arranjo de distribuição de poder entre os principais grupos confessionais.

Os Presidentes da República, com os cristãos maronitas; chefia de governo, com os sunitas; Presidência do Congresso, com os xiitas. A eleição do Presidente da República, que está no cargo de vacância, está vago com a finalização do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mandato do Michel Aoun em outubro, exige dois terços para aprovação pelo Congresso. Em termos práticos, isso significa que qualquer dos três grupos tem poder de veto. Então, uma acomodação é necessária para a eleição do Presidente de Governo, que, por sua vez, tem um papel-chave na nomeação do chefe de Governo. Portanto, ou se atua com alguma base de acomodação entre as principais forças ou o país não tem direção política operativa. Ele hoje está nesse momento.

Então, há, de fato, uma expectativa de que logo tenhamos uma acomodação que permita a eleição do Presidente e, assim, destrave alguns passos que são fundamentais para que, no Líbano, a economia nacional, todo o esforço de reconstrução possa ser feito. Talvez o principal deles seja a aprovação, que também consta do relatório e das palavras do Senador Nelsinho Trad, desse pré-acordo que houve com o FMI, que, inclusive, envolve algumas medidas no campo fiscal, bancário, energético, de combate à corrupção, de unificação de câmbio, mas é muito importante que tenhamos Governo para avançar na formalização desse acordo, que destrava o acesso do Líbano aos mercados financeiros e permite a contratação de novos investimentos e que o país respire - que o país respire!

Tivemos um desdobramento importante há pouco que foi o acordo Líbano-Israel, mediado pelos Estados Unidos, fronteira marítima demarcada. Isso é fundamental para a exploração das jazidas no mar territorial do Líbano - naturalmente, também por Israel, na sua área -, de gás e petróleo. O Líbano passaria da condição de dependência absoluta de combustível para exportador líquido. Já há um consórcio que ganhou dois blocos e pode, eventualmente, começar a operar em quatro, cinco anos. Isso também depende, para que vingue, dessa acomodação política e de uma direção política operativa.

Isso tudo para dizer - e concluiria com isto - que, ocorrendo em todos, e esperamos que sim, e o Brasil, respeitando a soberania brasileira, colabore no seu diálogo com todas as forças para que se avance nesse sentido, nós estaremos bem posicionados - talvez em alguma das respostas às perguntas eu possa aprofundar isso - tanto no campo do investimento como no campo do comércio, como no campo da promoção cultural para ajudar o Líbano a voltar a ser um espaço de desenvolvimento, de bem-estar, como o foi em parte de sua história. Eu lembraria, talvez, o período pós-Guerra Civil, de 1990 a 2004, quando floresceu e se consolidou como um importante espaço, sobretudo no campo do comércio e no campo das finanças, para o Oriente Médio, ajudando a região e o seu entorno.

Talvez nas perguntas eu possa desenvolver mais alguns pontos, mas acredito que talvez o âmago daquilo que eu gostaria de ressaltar já foi coberto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) - Ele vai assumir a Presidência.

E a camisa? Mostre a camisa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) - Quero agradecer ao Embaixador pelo esclarecimento do trabalho a ser feito.

Agora vou passar para o item 2.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 68, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guatemala.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Julio Ventura

Relatório: Pronto para deliberação

Pronto para deliberação? O senhor vai ler?

Relator, aqui estão colocados cinco minutos.

O Embaixador está *online*? Está o.k.

O Senador Esperidião Amin ia assumir a Presidência...

O SR. JULIO VENTURA (PDT/PDT - CE. Como Relator.) - Sr. Presidente, Exmos. Sras. e Srs. Senadores, meu bom-dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quero, antes de tudo, agradecer ao Presidente Esperidião Amin pela deferência pela designação desta relatoria a mim atribuída, ao tempo em que o cumprimento pela reeleição para a Presidência desta relevante Comissão.

Dito isso, peço permissão a V. Exa. para ler a síntese do relatório, que já se encontra publicado.

Chega ao exame desta Comissão a indicação feita pelo Presidente da República do nome do Sr. Henrique da Silveira Sardinha Pinto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guatemala.

Foram cumpridas as exigências constitucionais e regimentais.

O indicado é filho de Geraldo Sardinha Pinto e Déa Lúcia da Silveira Pinto e nasceu em 19 de abril de 1956, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Em 1980, concluiu o curso de Direito.

No Instituto Rio Branco, concluiu os Cursos de Preparação à Carreira Diplomática, de Aperfeiçoamento de Diplomatas e de Altos Estudos.

Iniciou sua carreira em 1979, como Terceiro-Secretário; em 1981, tornou-se Segundo-Secretário; em 1987, chegou a Primeiro-Secretário; em 1994, a Conselheiro; em 2000, a Ministro de Segunda Classe; em 2009, a Ministro de Primeira Classe. Todas as promoções foram por merecimento.

No exterior, serviu na embaixada em La Paz, como Segundo e Primeiro-Secretário; na embaixada em Manágua, como Conselheiro; no Escritório Financeiro em Nova York e na Embaixada em Ottawa, como Conselheiro; como Embaixador, em Argel; como Embaixador, em Tel Aviv; de 2019 até o presente, como Embaixador junto à Santa Sé, cumulativamente junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

O ilustre diplomata também integrou e chefiou diversas delegações brasileiras em missões junto à FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), em Roma.

Brasil e Guatemala estabeleceram relações diplomáticas formais em 1906. A Guatemala foi o primeiro país da América Central a receber uma representação diplomática brasileira permanente, em 1937.

No plano político, a ativação do Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais, em 2018, sinalizou a disposição dos dois países em retomar e aprofundar o diálogo regular.

No ano de 2021, o fluxo de comércio registrou crescimento de 36,9% e alcançou a cifra de US$420 milhões. As exportações para a Guatemala totalizaram US$352 milhões enquanto as importações somaram US$64 milhões. O superávit em favor do Brasil foi de US$288 milhões. O Brasil absorveu 1,6% das exportações da Guatemala e ocupou a nona posição entre os principais fornecedores do país. Há significativo espaço para o crescimento das exportações brasileiras, que também se beneficiariam de eventual avanço nas negociações de um acordo Mercosul-Guatemala.

A cooperação técnica figura entre os principais componentes da relação bilateral. O Programa de Cooperação Técnica Brasil-Guatemala está amparado no Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, assinado em 16 de junho de 1976. Esse documento foi atualizado, e nova versão, assinada em 25 de julho de 2019, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional.

A influência exercida pelos Estados Unidos desempenha papel dominante na definição das prioridades da política exterior guatemalteca. O país é o principal parceiro comercial e a maior fonte de investimentos estrangeiros na Guatemala. Em 2018, os Estados Unidos da América abrigavam aproximadamente 1,3 milhão de residentes de origem guatemalteca, responsáveis pela maior parte das remessas internacionais recebidas pela Guatemala.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Pronto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Quero agradecer, em primeiro lugar, ao Senador Ventura, a lhaneza, a fidalguia com que V. Exa. aceitou as nossas... Aliás, eu transmiti apenas as solicitações para que o senhor desse oportunidade para outros Senadores, que têm outros compromissos. O dia está muito pesado. Eu mesmo tenho que relatar, daqui a pouco, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, duas designações; aí vou ter que me valer do senhor ou do Senador Chico Rodrigues, que está me devendo pelo menos uma gentileza.

Mas eu quero agradecer a sua postura de cooperação, de respeito a esses servidores de carreira de Estado, que integram carreira de Estado. E nós temos que, num esforço concentrado.... Porque não é só na nossa Comissão; a mesma requisição é feita em outras. Mas eu quero lhe agradecer pela maneira fidalga com que V. Exa. houve e sempre haverá de proceder.

Concedo a palavra ao Sr. Henrique da Silveira Sardinha Pinto, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guatemala. Informo que o seu tempo será de até 15 minutos. Como a sessão é remota, eu queria pedir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que o senhor considerasse, até para estimular essa participação do e-Cidadania, as perguntas dos senhores: Marcelo Albuquerque, do Rio de Janeiro; Henrico Moraes, de São Paulo; Renato Penha, do Rio de Janeiro; e Guilherme Gimenes, de São Paulo.

Com a palavra o Sr. Henrique da Silveira Sardinha Pinto, designado para a Embaixada do Brasil na República da Guatemala.

O SR. HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO (Para expor. *Por videoconferência*.) - Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Senador Esperidião Amin; Exmo. Senador Julio Ventura, Relator da mensagem que ora se examina; Srs. Senadores presentes à Comissão; caros colegas, senhoras e senhores, eu gostaria de iniciar esta apresentação com uma pequena digressão histórica, lembrando que os espanhóis chegaram ao território que hoje conhecemos como Guatemala em 1523, enfrentaram uma grande resistência num primeiro momento, e só concluíram a conquista mais de 20 anos depois, lá permaneceram por quase três séculos, até o princípio do século XIX, quando ocorre a primeira experiência independentista, digamos assim, da região, com a formação de uma federação que unia o que hoje são os cinco países centro-americanos: Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e, além disso, o que hoje também integra o Estado do Chaco, no México. Essa federação teve vida muito curta. Enfrentou, desde logo, revoltas regionais contra o poder central que estava concentrado na Guatemala e acaba por se dissolver em torno de 1841, quando, então, a América Central passa a ter a conformação geopolítica que nós conhecemos hoje.

No século XX, o evento mais relevante que acho que valeria ressaltar foi a guerra civil que assolou o país de 1960 a 1996. O acordo de paz assinado nesse último ano previu, evidentemente, o fim das hostilidades e a desmobilização da guerrilha. No entanto, não atacou as raízes históricas do conflito, que têm fundo basicamente na desigualdade social que apresenta o país. Desde então, desde esse acordo de paz de 1996, o país vive uma normalidade democrática, com a realização de eleições regulares tanto para o Executivo quanto para o Legislativo.

A Guatemala é hoje uma república unitária com um regime presidencialista. O Chefe de Estado é eleito para mandatos de quatro anos sem direito à reeleição. O Parlamento é unicameral e conta com 160 Deputados. O Presidente no momento é Alejandro Giammattei, que foi eleito em 2019. Em junho do ano que vem, haverá eleições para sua substituição, e o eleito tomará posse em janeiro de 2024.

Eu passo agora a me referir à economia da Guatemala, Sr. Presidente.

A Guatemala tem a maior economia da América Central, mas é um país também muito marcado, como eu disse anteriormente, pela desigualdade social e pela pobreza. Desde o ano 2000, no entanto, o país vem apresentando um crescimento econômico bastante significativo, com uma média anual de 3,5% de crescimento do PIB, e mantendo um nível de inflação inferior a 6% ao ano. Nesse último ano de 2021, a Guatemala teve um crescimento excepcional de 7,5%, que foi o maior crescimento nos últimos 40 anos no país. Neste ano, se prevê um crescimento também significativo, ainda que menor do que aquele verificado no ano passado, da ordem de 3,5%, segundo estimativas do Banco de Guatemala.

Do ponto de vista de comércio exterior, a Guatemala teve um crescimento bastante acentuado no fluxo comercial, nos dois sentidos, em 2021, em relação ao ano anterior, e atingiu, nos dois sentidos, como eu disse, US$40 bilhões, ainda que com um déficit comercial da ordem de US$13 bilhões. Os principais itens de exportação do país são vestuário, café, óleos comestíveis e banana; e os principais destinos dessas exportações são América Central, os Estados Unidos e a União Europeia. Os principais produtos importados pela Guatemala, em 2021, foram combustíveis, máquinas, equipamentos, veículos, ferro, aço e produtos farmacêuticos. As importações tiveram origem, sobretudo, nos Estados Unidos, na China e na América Central.

Uma palavra agora sobre a política externa guatemalteca, Sr. Presidente.

Não obstante as dificuldades recentes do relacionamento bilateral com os Estados Unidos, Washington continua sendo parceiro fundamental para o desenvolvimento da Guatemala, uma vez que é o principal investidor externo naquele país. O Senador Julio Ventura fez menção à enorme comunidade guatemalteca residente nos Estados Unidos. Não se tem números muito precisos sobre ela, mas ela seria de, no mínimo, como ele indicou, 1,3 milhão de cidadãos - porém, pode chegar a ter 3 milhões de guatemaltecos nos Estados Unidos. Essa comunidade tem uma relevância capital para a economia guatemalteca em função das remessas de divisas que faz para o país. Essas remessas correspondem hoje a mais de 17% do PIB guatemalteco. E a relação com os Estados Unidos ainda se assenta numa cooperação bastante relevante, que é aquela em matéria de segurança, sobretudo no combate ao narcotráfico.

Outra questão de política externa que vale a pena mencionar, Sr. Presidente, é o diferendo territorial com Belize. A Guatemala reivindica cerca de 12 mil quilômetros quadrados do território de Belize, o que corresponde hoje a mais de 50% da área daquele país vizinho. A questão tem origem, ainda no século XIX, em tratado assinado pela Guatemala com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o Reino Unido para o reconhecimento da soberania britânica sobre o que hoje conhecemos como Belize e o que, na época, era conhecido como Honduras Britânicas. Em 2008, Guatemala e Belize decidiram submeter à Corte Internacional de Justiça da Haia esse diferendo. Em 2019, o tema foi formalmente apresentado. Antes disso, nos dois países, foram feitos referendos para a aprovação das populações dessa submissão à Corte da Haia, e foram ambos aprovados. Os dois países já apresentaram sua memória e contramemória. Em seguida, virão a réplica e a tréplica e, mais adiante, as audiências orais. O importante é que esse diferendo na Haia não afetou as relações entre os dois países, que se mantêm em nível bastante cordial. Do ponto de vista das relações com o Brasil, também já mencionado parcialmente pelo Senador Julio Ventura, Brasil e Guatemala mantêm relações desde o século XIX. A Guatemala foi um dos primeiros países a reconhecer a República brasileira ainda em 1890. O mecanismo de consultas políticas em funcionamento, também mencionado pelo Senador Ventura, é uma demonstração da importância que os dois países atribuem a este exercício de coordenação e de aproximação de posições não só nos temas de natureza bilateral, mas também em temas regionais e multilaterais.

Em 2020, realizou-se a primeira visita de um chanceler brasileiro à Guatemala desde 2008. Há muitos anos, isso não ocorria. O Presidente Giammattei convidou o Senhor Presidente da República a visitar a Guatemala em 2020 e renovou esse convite em 2021. O convite foi aceito, e se aguarda a definição do momento para ser realizada a visita.

Passando agora ao comércio bilateral Brasil-Guatemala, também já referido pelo Senador Julio Ventura, a pauta... Os valores, os montantes de importação e exportação já foram mencionados, e não vou repeti-los. A pauta exportadora brasileira é bastante diversificada. Nós exportamos, entre outros, sementes oleaginosas, instalações e partes de equipamentos de engenharia, madeira parcialmente trabalhada, veículos e automóveis para transporte de mercadorias, máquinas agrícolas. Enfim, é bastante extenso o conjunto de bens e produtos exportados pelo Brasil à Guatemala. A pauta de importação nossa é, no entanto, bastante concentrada em apenas dois produtos; são eles a borracha natural e os resíduos de metais e sucata.

É necessário fazer uma referência, que eu acho importante, Sr. Presidente, à cooperação técnica, que é um dos instrumentos de política externa mais valiosos de que nós dispomos no exterior, a meu juízo, e que é também uma área na qual as atividades nossas com a Guatemala são as mais bem-sucedidas. Estão em andamento, no momento, três projetos nas áreas de saúde e trabalho. Há outras iniciativas em fase de assinatura, sobretudo na área de proteção ambiental, como manejo de incêndios de florestas, repartição de benefícios no uso da biodiversidade e avaliação da conservação de ecossistemas florestais.

Também estão a ponto de serem assinados projetos de cooperação na área de produção de açúcar e de processamento de alimentos.

Além dessas iniciativas, o Brasil trabalha de forma trilateral com o Japão num projeto sobre polícia comunitária na Guatemala. Esse projeto conta com a participação da Polícia Militar de São Paulo e do Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil.

É preciso lembrar também que, em matéria de cooperação humanitária, o Brasil tem estado presente na Guatemala sempre que solicitado e sempre que, evidentemente, dentro das nossas capacidades, mas, no passado, fizemos doações importantes de alimentos, doações de vacinas e oferecemos também, por dois anos seguidos, locação de aeronave para combate a incêndios florestais.

Vale mencionar também a cooperação na área de defesa. Desde 1996, o Brasil envia militares ao Comando Superior de Educação do Exército da Guatemala. A cooperação nesse campo nos permite dizer que hoje praticamente todo oficial guatemalteco terá tido, pelo menos em algum momento da sua formação, um instrutor brasileiro nos diferentes cursos de preparação que se faz para os oficiais do Exército daquele país.

Nós mantemos também, desde 2009, um acordo de cooperação no domínio da defesa com a Guatemala.

Finalmente, uma palavra sobre a comunidade brasileira: ela é estimada em aproximadamente 400 cidadãos. Nas últimas eleições que tivemos agora, havia 290 eleitores registrados, dos quais compareceram cerca de 50% para votar, tanto no primeiro quanto no segundo turnos.

Agora, se me permite, Sr. Presidente, eu passarei a responder as perguntas que me foram feitas pelo e-Cidadania.

A primeira pergunta, do Marcelo Albuquerque, do Rio de Janeiro, diz o seguinte: "Como Brasil pode influenciar para a estabilidade política, visto que seu povo sofre décadas com conflitos?".

Bem, eu queria lembrar ao Marcelo que, como mencionei na minha exposição, houve um acordo de paz na Guatemala em 1996, então, na verdade, não temos mais um conflito formal no país.

Há conflitos de natureza social, como há em todos os países latino-americanos, por razões das mais variadas. De qualquer maneira, a nossa presença lá não pressupõe uma ação direta em eventuais conflitos que surjam porque isso significaria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma ingerência em assuntos internos do país e, evidentemente, isso é algo em que, até por preceito constitucional, nós não podemos atuar.

Há duas perguntas que são praticamente iguais: a do Henrico Moraes, de São Paulo, e a do Renato Penha, do Rio de Janeiro, que perguntam sobre o acordo Mercosul-Guatemala.

De fato, foi tentado, da parte do Mercosul, uma iniciativa no sentido de assinar, ainda em 2018, esse acordo. Ele ficou em exame por parte da Guatemala e, em 2021, a Guatemala informou que não estava pronta para assinar esse acordo.

Pelas informações que temos, as resistências são maiores do setor privado guatemalteco do que propriamente do Governo da Guatemala. Da nossa parte, o que podemos fazer durante a nossa gestão, se formos aprovados pela Comissão e pelo Plenário do Senado, é procurar demonstrar às autoridades e à iniciativa privada guatemalteca o interesse mútuo, dos dois lados, para a assinatura de um acordo dessa natureza, fazendo, como disse, essas demonstrações não só ao Governo guatemalteco mas também à iniciativa privada do país.

E, finalmente, há uma pergunta do Guilherme Gimenes: "Quais tratados o indicado irá tratar primeiramente?".

Eu entendo, Guilherme, que você se refira às prioridades da embaixada numa eventual gestão minha.

Eu acho que, basicamente, nós deveríamos nos concentrar em duas áreas que têm sido bem-sucedidas, que são a promoção comercial e a cooperação técnica. Quanto à cooperação técnica, já me referi aos inúmeros projetos em andamento, vários que estão por serem assinados, e também à possibilidade de diversificarmos, por meio de projetos de cooperação trilateral com países parceiros, como o Japão, com o qual nós trabalhamos naquele projeto de polícia comunitária a que me referi. E, no plano da promoção comercial, há vários desafios que teremos pela frente. O principal deles, eu diria, seria a abertura do mercado guatemalteco para a carne brasileira, que está já há décadas impedida de entrar na Guatemala, e acho que é tarefa nossa trabalhar com os produtores brasileiros para demonstrar não só a altíssima qualidade da carne brasileira, mas também a competitividade do produto do ponto de vista de preço.

Eu acho que com isso, Sr. Presidente, eu concluo a minha apresentação e as respostas às perguntas que me foram feitas pelo Portal e-Cidadania.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Julio Ventura. PDT/PDT - CE) - Item 4.

É do senhor, Senador Chico Rodrigues.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) N° 76, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO ALVES JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa Rica.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação *(Pausa.)*

Embaixador da Costa Rica, Antonio Alves Júnior.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR. Como Relator.) - Relatório, Sr. Presidente.

Fui designado pelo Presidente Esperidião Amin para apresentar o relatório da indicação do Sr. Antonio Alves Júnior, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa Rica.

Chega ao exame desta Comissão a indicação feita pelo Presidente da República do nome do Sr. Antonio Alves Júnior, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa Rica.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Cumprindo exigência regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata. Também foram juntados o Relatório de Gestão do Chefe de Posto ao final da missão (em atendimento ao item IV do art. 383, do Regimento Interno, e à Decisão do Plenário da CRE, Comissão de Relações Exteriores, de 14/05/2015) e o Planejamento Estratégico para o posto de destino (Ato nº 1/2021, da referida Comissão, aprovado em 06/07/2021).

O indicado é filho de Antonio Alves e de Aurora da Costa Aguiar Alves e nasceu em São Paulo.

Em 1982, concluiu o curso de Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo e, no ano seguinte, pela mesma universidade, o curso de Ciências Sociais.

No Instituto Rio Branco, concluiu os Cursos de Preparação à Carreira Diplomática (1985); de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1994); e de Altos Estudos (2007), ocasião em que defendeu a tese "A Secretaria do Mercosul: uma proposta de fortalecimento institucional".

Iniciou sua carreira em 1985, como Terceiro-Secretário. Em 1990, tornou-se Segundo-Secretário; em 1997, chegou a Primeiro-Secretário; em 2003, a Conselheiro; em 2008, a Ministro de Segunda Classe. E, em 2017, a Ministro de Primeira Classe.

No Brasil, o diplomata serviu na Divisão Especial de Estudos e Pesquisas Econômicas, como chefe substituto, entre 1986 e 1989. Foi Conselheiro na Delegação Permanente junto à Aladi e ao Mercosul, entre 2004 e 2008; Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Assunção, de 2008 a 2012; exerceu o cargo de Diretor de Relações Internacionais do Ministério da Cultura, entre 2012 e 2015; ainda em 2015, foi Encarregado de Negócios na Embaixada em Daca; Diretor do Departamento da América Central, do México e Caribe, entre 2015 e 2017; Encarregado de Negócios na Embaixada em Havana, de 2017 a 2020; e Cônsul-Geral em Córdoba de 2020 até o presente.

Em sua carreira, o diplomata fez jus a distinguidas condecorações por parte do Governo brasileiro.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Costa Rica.

Brasil e Costa Rica estabeleceram relações diplomáticas formais em 1906, portanto há mais de cem anos. O país possui longa tradição democrática e ativa atuação internacional, particularmente em temas relacionados à agenda de direitos humanos e meio ambiente. A Costa Rica figura como interlocutor relevante em fóruns internacionais e na conjuntura centro-americana.

O meio ambiente figura como um dos temas centrais da política externa da Costa Rica. O país lançou, em 2007, a iniciativa Paz com a Natureza, que incentiva os países em desenvolvimento a assumirem compromissos adicionais de redução de gases de efeito estufa. Entre os eixos que compõem a iniciativa, destaca-se a conservação florestal como fator de mitigação da mudança do clima. Em outubro de 2016, a Costa Rica ratificou o Acordo de Paris sobre Mudança do Clima.

Em São José encontram-se sediadas a Corte Interamericana de Direitos Humanos, a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e a Junta Interamericana de Agricultura, do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

O Programa de Cooperação Técnica Brasil-Costa Rica está amparado pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, firmado em 22 de setembro de 1997 e promulgado em 30 de dezembro de 1999. A cooperação técnica bilateral é implementada na modalidade de custos compartilhados em 50%, por se tratar a Costa Rica de país com nível de desenvolvimento semelhante ao do Brasil.

Na atualidade, a ABC (Agência Brasileira de Cooperação) e o Governo da Costa Rica, por meio da Embaixada do Brasil em São José e da Chancelaria costa-riquenha, estão negociando iniciativas que integrarão a agenda do programa de cooperação técnica bilateral para o próximo biênio.

A Costa Rica solicitou cooperação nas áreas de aprendizagem industrial, medicamentos genéricos, medição de grupo e blindagem de rede, segurança cibernética e defesa civil. O Brasil, por sua vez, solicitará cooperação para o intercâmbio de técnicas de produção de café. A Costa Rica é um grande produtor de café também, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR) - De qualidade, inclusive.

A agenda será definida na III Reunião do GT de Cooperação Técnica Brasil-Costa Rica, que marcará a retomada oficial da cooperação técnica bilateral no pós-pandemia. A reunião está prevista para ocorrer entre 21 e 25 de novembro de 2022; portanto, agora próximo.

Em 2021, o fluxo de comércio Brasil-Costa Rica totalizou US$397 milhões, com exportações brasileiras de US$325 milhões e importações de US$71 milhões. O saldo brasileiro foi de US$254 milhões, com destaque para automóveis; produtos semiacabados, lingotes e outras formas de ferro e aço; papel e cartão; e fios e tecidos especiais. As principais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

importações foram compostas por produtos para usos medicinais, cirúrgicos, dentários ou veterinários; vidraria; e válvulas e tubos termiônicos.

No período de janeiro a agosto de 2022, as exportações do Brasil para a Costa Rica somaram US$328 milhões, cifra superior à registrada em todo o ano de 2021, com superávit brasileiro de US$255 milhões.

Em 2022, as vendas brasileiras concentraram-se em aviões (US$68 milhões); milho em grão (US$37 milhões); produtos semimanufaturados de ferro ou aço (US$34 milhões); automóveis (US$24 milhões); caixas de papel (US$6,5 milhões); e arroz com casca (US$6,2 milhões). Entre os produtos mais importados pelo Brasil destacam-se: garrafões de vidro (US $21,1 milhões); circuitos integrados (US$9,7 milhões); sondas, cateteres e cânulas (US$9,3 milhões); aparelhos de prótese (US$5 milhões); e juntas de borracha vulcanizada (US$3,7 milhões).

Portanto, Sr. Presidente, tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

De forma conclusiva, este é o relatório.

Acredito que o Presidente Julio Ventura deverá passar a palavra para o Embaixador Antonio Alves Júnior para fazer a sua....

O SR. PRESIDENTE (Julio Ventura. PDT/PDT - CE) - Senador Chico Rodrigues, muitos...

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR) - ... mas eu gostaria de dizer que, realmente, pela localização geoestratégica da Costa Rica... Eu sou engenheiro agrônomo e entendo, na verdade, que essas produções de café, de dendê e outras especiarias que são importantes nessas trocas comerciais, mas, acima de tudo, também com a experiência tecnológica que tem, eu tive a oportunidade de há uns dez, doze anos estar na Costa Rica. Fui ver, inclusive, os campos de pesquisa científica na área de dendê, porque estaríamos começando a implantar na Região Norte, especificamente no nosso estado. E fiquei extremamente surpreso com o nível de tecnologia que eles empregam lá nessa cultura, nessa palmácea, que é importantíssima para a humanidade e com o mercado praticamente - praticamente, não -, totalmente garantido de consumo, porque o dendê se desdobra em mais de 40 subprodutos, não é?

Então, assim foi. Tivemos a oportunidade de trazer sementes, todas certificadas, com a fiscalização, acompanhamento, controle da Embrapa, do Ministério da Agricultura etc. E hoje nosso estado já está atingindo quase 10 mil hectares plantados e já em exploração econômica, com duas unidades fabris implantadas, numa velocidade de expansão muito grande, porque, por estar na Linha do Equador, as ações reflexas das pesquisas científicas lá na Costa Rica, especificamente nesse item, se adequaram de uma forma magnífica lá no nosso estado.

E agora também, com relação ao café... O café é um café de alta qualidade também, não é? Mas tenho certeza de que essas trocas de conhecimento científico devem ser ampliadas também durante o exercício de V. Exa. lá na Costa Rica como Embaixador do nosso país. Podem realmente afinar muito essas relações, porque vão ser importantes, eu diria, até como uma marca muito forte para a Amazônia, especificamente, onde praticamente essas duas culturas de forma específica estão se expandindo. O café de Rondônia indo para o Acre, subindo para o nosso estado, entrando no Amapá, no Pará, etc. E a palmácea a que eu acabei de me referir, o dendê, essa também tem um valor econômico e alimentar magnífico, entendeu?

Então, Presidente, muito obrigado aí.

Esse era o relatório, além de alguns pequenos comentários que fizemos para enriquecer esse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Julio Ventura. PDT/PDT - CE) - Obrigado, Senador Chico Rodrigues.

Agora eu concedo a palavra ao Sr. Antonio Alves Júnior, indicado para exercer cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa Rica. O senhor tem 15 minutos.

O SR. ANTONIO ALVES JÚNIOR (Para expor.) - Muito obrigado.

Eu cumprimento o Senador Julio Ventura, que preside esta Comissão e, na pessoa do Senador, cumprimento todos os Senadores e Senadoras que integram esta Comissão. Agradeço muito ao Senador Chico Rodrigues por seu relatório, muito obrigado. Sei que não teve muito tempo. Cumprimento os meus colegas aqui. Quero aproveitar para cumprimentar e agradecer ao Embaixador Antônio Francisco da Costa e Silva, que hoje está em São José e que eu sucederei, se aprovado, pelas várias informações de grande valia que tem me prestado.

Nesta minha apresentação, eu pretendo balizar pelo plano de trabalho que foi encaminhado a V. Exa.

Houve, nos anos recentes, uma importante recomposição do diálogo político e diplomático entre Brasil e Costa Rica, que foi prejudicado na esteira da reação costa-riquenha ao processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Nos últimos três anos, melhorou bastante o nosso diálogo e há várias evidências nesse sentido. Os nossos candidatos brasileiros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a cargos de direção na Opas e, agora muito recentemente, no BID tiveram um apoio muito decidido da parte da Costa Rica. A Costa Rica também já se comprometeu a nos apoiar no ingresso na OCDE. A Costa Rica é membro da OCDE desde setembro de 2021 e já se dispôs, já tem feito, compartilhado sua experiência de acesso com a nossa equipe governamental.

Essa melhora no diálogo será fundamental para que eu possa perseguir o objetivo de manter e mesmo ampliar os canais regulares de interação com as diversas instâncias do Governo costa-riquenho, começando por sua chancelaria. Essa maior fluidez deverá ensejar a retomada de visitas de alto nível. Eu espero poder estimular a realização e a organização logística e substantiva dessas visitas.

Uma outra interlocução de enorme importância é com o Parlamento. Além de acompanhar os temas mais importantes da política interna, um objetivo meu é buscar a criação de um grupo de amizade Brasil-Costa Rica, que hoje não temos.

Eu recebi no e-Cidadania uma pergunta do Sr. Gabriel de Souza, de Santa Catarina, que me pergunta: "Como o senhor vê a atual relação comercial entre Brasil e República da Costa Rica e quais seus objetivos para melhorá-la?".

Bem - eu cumprimento agora o Senador Esperidião Amin -, respondendo a pergunta do Gabriel de Souza, de Santa Catarina, o Brasil, como já dito no relatório, conta com superávit importante no comércio com a Costa Rica. Agora, mais importante é um comércio de qualidade. Dos dois lados do fluxo comercial, há produtos de alto valor agregado. Como enunciado já pelo Senador Chico Rodrigues, nós exportamos aviões, automóveis e nós importamos circuitos integrados, aparelhos médicos, enfim. Não é um comércio desequilibrado em termos de qualidade. Então, é um comércio que gera emprego e gera tecnologia. No ano passado, as nossas exportações foram de US$325 milhões e, nos primeiros oito meses deste ano, esse valor já foi ultrapassado.

A Costa Rica hoje conta com um governo menos protecionista, mais aberto ao comércio exterior, ao contrário do governo até o ano passado. A Costa Rica hoje está buscando ampliar sua rede de acordos comerciais de livre comércio e também tem derrubado entraves artificiais ao intercâmbio de bens e serviços.

Essa postura de maior abertura mais o fim da pandemia e seus reflexos perversos sobre o emprego e comércio fazem crer que o intercâmbio comercial Brasil-Costa Rica vá crescer nos próximos anos. Uma evidência dessa maior abertura costa-riquenha ao comércio livre foi o fim dado a um diferendo Brasil-Costa Rica de açúcar. Era um irritante onde eles impuseram salvaguardas ao açúcar brasileiro. O valor era pequeno, US$2,9 milhões, mas criava um irritante, porque nós retaliamos a Costa Rica. E tudo isso é um processo insidioso que em nada ajuda. Finalmente, esse diferendo foi encerrado e terminado.

Outra ação digna de registro é que os quatro Embaixadores do Mercosul na Costa Rica conseguiram, junto ao novo Ministro da Agricultura, uma abertura para importação de carne bovina brasileira dos quatro países. Havia várias restrições, e hoje é um compromisso de levantar as restrições ao menos para cortes especiais que não competem com o pequeno produtor costa-riquenho. Essa é uma tarefa ainda inacabada e que caberá a mim dar seguimento, se aprovado por V. Exas.

Na esfera comercial, há um leque amplo de interlocutores com quem eu procurarei interagir. Há empresários brasileiros e costa-riquenhos, câmaras e associações comerciais e entidades governamentais, como a Apex - do lado costa-riquenho, Procomer.

Muitas são as atividades a serem conduzidas, como estímulo e apoio à realização de missões comerciais nos dois países, participação em feiras e exposições comerciais, preparação de estudos de mercado, além da rotina de respostas aos exportadores brasileiros que buscam a embaixada.

As perspectivas atuais de um ato de assinatura de um acordo Mercosul-Costa Rica não são das melhores. Não por desinteresse, como acontece com a Guatemala, como já exposto pelo colega Sardinha. A Costa Rica hoje tem como prioridade rever e atualizar vários acordos importantes que tem com a União Europeia, Canadá e dar seguimento a acordos ainda não concluídos, por exemplo, com o Equador e com a Aliança do Pacífico. Enfim, ele não tem braços para dar continuidade a um acordo com o Mercosul no momento. Embora hoje as perspectivas não sejam as melhores, é um assunto muito importante e que deve ficar no nosso radar para, no momento adequado, ser retomado.

Da cooperação técnica, o Senador Chico Rodrigues já tratou bastante, deu vários exemplos. Enfim, é uma cooperação variada, já tradicional, com o compartilhamento de custos de 50%. A Costa Rica agora apresentou novos campos de interesse - o Senador já resumiu. São campos bastante variados de formação de pessoal técnico e, da parte deles, com o café. Enfim, a terceira reunião de cooperação era para ter acontecido agora, mas foi adiada e ficará para o segundo semestre de 2023, ou seja, haverá tempo para fazer uma reunião bem preparada e bastante produtiva.

No caso da cooperação educacional, nós temos aqueles programas que os senhores conhecem: Programas de Estudante-Convênio de Graduação e de Pós-Graduação, em que são oferecidas vagas nas universidades brasileiras a estudantes estrangeiros. Eu sou um entusiasta desses programas e pretendo divulgá-los principalmente fora da grande São José, no resto do país onde eles ainda não são tão conhecido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Outro objetivo com as universidades é dar seguimentos aos esforços de aproximação entre as universidades costa-riquenhas que são boas e têm prestígio com as congêneres brasileiras. Podemos trocar informações, pessoal docente, pessoal discente, boas práticas. Enfim, isso também pode ser feito diretamente e também um apoio importante é o Gcub, que é Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras, que é um parceiro muito importante do Itamaraty nessa área.

Português. Há um interesse muito grande na Costa Rica pelo ensino do português. Tanto no ensino primário como no secundário e no superior, há espaço grande para o crescimento do ensino da nossa língua. Hoje, se aprovado, lá chegando, vou tentar me empenhar para sensibilizar o MEC no sentido de nomear um leitor que seja subordinado a uma universidade costa-riquenha e que possa, entre outras tarefas, trabalhar na formação de professores de português que possam ser depois alocados em diferentes níveis de ensino costa-riquenho.

No caso da difusão cultural, os senhores sabem, a cultura brasileira é muito valorizada em todo o mundo: música, teatro, enfim. É sempre uma janela que nós temos, uma janela do Brasil no mundo. O que acontece, muitas vezes, é que a realização de eventos culturais sai caro. Para levar um grupo de música com cinco músicos, são cinco passagens aéreas, cinco hospedagens, cinco cachês - pode ser inviável. A minha experiência no exterior e a minha experiência no MinC indicam que várias atividades podem ser feitas com um custo baixo. Por exemplo, a leitura de uma peça teatral brasileira, de um autor brasileiro por uma trupe local, ou um cantor, um conjunto local que toque ou cante composições de um autor brasileiro. As novas tecnologias são uma parceria, podem ser um instrumento muito importante para a divulgação da nossa cultura. Por exemplo, exposição de fotografia ou de desenho; podemos enviar por internet de alta definição para ou outro lado do mundo, para Tóquio, ou o que seja. Lá essas imagens são impressas com excelente qualidade e expostas. Assim, então, economizamos os gastos de transporte, de seguro, como era feito, e é uma coisa rápida, fácil e de impacto. São possíveis vários outros exemplos de atividades que não implicam grandes custos, e também não quer dizer que essas atividades - buscarei que sejam baratas - impliquem abrir mão de parcerias. Temos parcerias que podem ser de grande interesse, com o Senac, por exemplo, na gastronomia; com a Embratur, com o Ministério da Cultura, que deve ser recriado, com secretarias estaduais de cultura, algumas secretarias municipais de cultura, que são parceiras interessantes.

No turismo, eu pretendo também difundir os destinos brasileiros de lazer e o turismo de negócios. O turismo de negócios no Brasil tem um potencial muito grande, que me parece ainda pouco explorado na sua divulgação. Pretendo atuar nesse sentido, porque no turismo de lazer Brasil e Costa Rica competem um pouco - praias, enfim, clima tropical.

Também no turismo, um aspecto que eu pretendo explorar é o de intercâmbio de boas práticas. Costa Rica é uma potência turística, um país que tem pouco mais de 5 milhões de habitantes e que recebia, antes da pandemia, 3 milhões de turistas por ano - neste ano, já vai receber 2,5 milhões -, ou seja, são números muito expressivos, é um país que tem uma experiência muito grande no turismo, e, com certeza, podemos nos sentar com eles e intercambiar as melhores práticas nesse campo. Acho que podemos aprender muito com eles também.

Já chegando ao fim da minha exposição, eu quero falar da comunidade brasileira no exterior. Não é porque está no final que é menos importante; ao contrário, é um tema importantíssimo. Hoje temos milhões de brasileiros espalhados pelos quatro cantos do mundo, que são sempre conhecidos como uma comunidade ordeira. Na Costa Rica, não fogem a essa regra; são mais ou menos 2 mil brasileiros radicados lá, que buscam a embaixada para uma série de serviços, como documentos, passaportes, procurações, e que, em casos extremos de acidentes ou desvalimento, pedem uma atenção mais humanizada, mais personalizada.

Os métodos de disseminação de informações e de atendimento consular exigem aperfeiçoamento constante à luz de novas tecnologias de emprego cada vez mais disseminado. Um efeito positivo da pandemia foi, no caso do Itamaraty, na área consular, o uso mais frequente da internet, de atendimento remoto. Criamos com isso o sistema e-consular, que agilizou muito o atendimento a nossos compatriotas no exterior. Eu deverei ficar atento às inovações e às necessidades de difusão dessas novidades entre os usuários no setor consular e ficarei atento também à necessidade de retomar reuniões bilaterais de coordenação consular, ciente de que um bom entendimento com as autoridades locais é fundamental para a qualidade do apoio que a comunidade brasileira exige e merece.

A Costa Rica, para nós, é um posto bastante peculiar, porque, além dos temas bilaterais que eu procurei resumir, também tem temas multilaterais. Há três organizações importantes que têm sede lá: a Corte Interamericana de Direitos Humanos, a Flacso (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais) e o Iica (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura). Os três têm sede em São José e são interlocutores valiosos da embaixada.

Com a Corte, eu pretendo manter interlocução frequente, com o secretariado e com seus sete juízes - são três juízas, quatro juízes, e um dos juízes é um brasileiro, o Dr. Rodrigo Mudrovitsch -, e esse diálogo, claro, será ainda mais necessário na eventualidade de termos casos que envolvam o Estado brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quanto ao Iica, a plataforma tem interessante cooperação que permite mobilizar fundos entre os países das regiões, facilita a difusão de informações técnicas e intercâmbio de melhores práticas. Eu pretendo tratar desses temas sempre em coordenação com o nosso Mapa, nosso Ministério da Agricultura.

Finalmente, a Flacso, que é uma instituição de grande prestígio, que já formou mais de 10 mil pesquisadores, acadêmicos, e é uma instituição peculiar, porque é intergovernamental. Então, às vezes, há um certo conflito entre a autonomia universitária e a necessidade de submeter suas decisões aos 16 países que a integram.

Concluo aqui a minha exposição e agradeço, senhoras e senhores, a sua atenção. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - É meu dever agradecer não apenas ao Senador Chico Rodrigues, mas, especialmente, ao Senador Julio Ventura, que cobriram aqui a minha falta, uma vez que eu tive que relatar uma indicada à Agência Nacional de Proteção de Dados na Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Cumprimento o Embaixador Antonio Alves, frisando que Santa Catarina tem uma cultura desportiva muito ligada ao *surf*, e a Costa Rica é uma das referências em matéria de proteção de florestas...

O SR. ANTONIO ALVES JÚNIOR - É verdade, é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - ... é um exemplo de proteção de florestas e motivo de orgulho. E a facilidade que tem de conjugar Pacífico com Atlântico também contribui como atração aos surfistas - não aos jangadeiros exatamente, mas aos surfistas. Não deixa de ser uma especialização da jangada, não é?

Muito obrigado a V. Exa.

O SR. ANTONIO ALVES JÚNIOR - Obrigado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Consulto o Senador Chico Rodrigues se ele está satisfeito e se eu posso já anunciar o próximo...

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR) - Sr. Presidente, eu inclusive... Nobre Presidente Esperidião Amin, nós fizemos aqui até alguns comentários em relação à Costa Rica, que tem uma ligação direta com o nosso Estado na área agrícola, onde nós implantamos a cultura da palma com as sementes provenientes da empresa de pesquisa da Costa Rica e já somos hoje, graças a esse intercâmbio que foi feito com a Costa Rica, o segundo maior produtor de palma, especificamente de dendê, com as sementes importadas do centro de pesquisa da Costa Rica.

Então, foi muito positiva a apresentação do Embaixador Antonio Alves Júnior. Esperamos que ele, na verdade, faça essa ponte com a Costa Rica em todas essas áreas que são sensíveis, inclusive com relação à conservação de floresta - eles são *experts* em conservação de floresta, cuidam como poucos do meio ambiente neste momento em que nós vivemos a questão ambiental global -, para que os países amazônicos também participem de viagens e de visitas para facilitar, inclusive, essas informações de como eles fazem isso com extrema maestria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Eu queria convidar V. Exa. para que chegasse aqui.

Vamos dar início ao sexto tópico da nossa pauta de hoje, convidando o Embaixador Gustavo Nogueira para que, por favor, compareça, juntamente com o Senador Chico Rodrigues, para cumprirmos este tópico da nossa pauta.

É o item 6. Portanto, o último item da nossa pauta.

ITEM 6

MENSAGEM (SF) N° 83, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União das Comores e na República de Seicheles.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A relatoria é do Senador Chico Rodrigues, a quem eu passo a palavra, estimando a apresentação de um resumo do seu relatório, que foi previamente encaminhado, em cerca de cinco minutos, para depois ouvirmos o indicado.

Mais uma vez, agradeço à assiduidade e a dedicação do Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR. Como Relator.) - Muito obrigado, Senador Esperidião Amin, pela deferência ao nos conceder a relatoria desse importante posto na República Unida da Tanzânia.

Quero dizer, assim como já falaram outros colegas Senadores, que V. Exa., pela sua cultura, pela sua experiência, pela sua credibilidade, realmente é a pessoa certa nesta Comissão, porque ela se fortalece com a sua presidência à frente desta Comissão.

Esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional recebe a Mensagem nº 83, de 2022, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da nossa Constituição, nossa Carta Magna, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Sr. Gustavo Martins Nogueira, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União das Comores e na República de Seicheles.

Trata-se de indicação de alto nível. O embaixador deverá exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e deverá utilizar os seus conhecimentos para fazer essa grande aproximação, com a presença brasileira na Tanzânia.

De acordo com o art. 52, IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

O diplomata, filho de Ataliba da Fonseca Nogueira Filho e de Joana Lúcia Martins Nogueira, nasceu em 21 de março de 1973, em Picos, no Estado do Piauí.

Concluiu o Bacharelado em Direito na Universidade Federal do Piauí, em 1995; a Especialização em Relações Econômicas Internacionais, em Tokai University, Kanagawa-ken, Japão, em 1996; o Mestrado em Direito em Estudos Jurídicos Internacionais, pela Universidade de Georgetown, Washington-DC/EUA, em 2006; e concluiu o Curso de Altos Estudos (CAE - Instituto Rio Branco) em 2011, quando defendeu a tese intitulada "A Diplomacia Energética da Índia: Desafios, Condicionantes e Perspectivas".

Foi nomeado Segundo-Secretário em 2004; Primeiro-Secretário em 2007; Conselheiro em 2011; e Ministro de Segunda Classe em 2017.

No Brasil, entre outras funções, foi assistente da Divisão da América Meridional I (2003-2004); assessor do Gabinete do Ministro de Estado (2011); Coordenador-Geral de Planejamento Político e Econômico da Secretaria de Planejamento Diplomático (2011-2013).

No exterior, serviu em Harare, em 2002-2003, como Terceiro-Secretário; na missão junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, em 2004-2007, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário; em Nova Delhi, em 2007-2011, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário; em Lilongue, como embaixador comissionado; e, na Missão junto à Agência Internacional de Energia Atômica, na Áustria, em Viena, como Ministro-Conselheiro (desde 2018).

Viena é um lugar até desagradável de morar, não é, Embaixador? É desagradável. Eu gostaria de passar pelo menos uma semana em Viena.

Também em atendimento ao art. 383 do Regimento Interno, o Ministério das Relações Exteriores elaborou relatório sobre a Tanzânia, Comores e Seicheles, do qual destacamos as informações seguintes.

A Tanzânia é um país da África Oriental resultante da união de Tanganica e das duas ilhas do Arquipélago de Zanzibar, em 1964. Possui cerca de 885 mil quilômetros quadrados e 59,7 milhões de habitantes. Portanto, uma população extremamente expressiva. Seu Produto Interno Bruto *per capita* é de aproximadamente US$1,180. Tem gozado de estabilidade política, apesar de conflitos ocorridos em seu entorno, e, desde o início dos anos 2000, de altos índices de crescimento econômico, que a levou da classificação de país de baixa renda para país de renda média-baixa em 2020.

Brasil e Tanzânia estabeleceram relações diplomáticas em 1970. Em 1979, foi criada a embaixada residente brasileira em Dar es Salam, desativada em 1991. Em 2005, a representação brasileira foi reaberta. O Governo tanzaniano estabeleceu sua embaixada em Brasília em 2007. Nas últimas décadas, vários projetos de cooperação técnica foram realizados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com destaque para setores como biocombustíveis (2010-2011); cultura da castanha-de-caju (2010-2012); eliminação do trabalho infantil (2011-2014); e promoção do trabalho decente na cultura do algodão (2015-2021).

Em 2021, nossas exportações para a Tanzânia foram de US$30,54 milhões e nossas importações foram de apenas US $65 mil. Os principais produtos exportados pelo Brasil para a Tanzânia são açúcares; carnes; papel e cartão; painéis de fibras de madeira; e pneus. Em 2021, além desses produtos, o Brasil exportou também tratores, o segundo item da pauta de exportações para a Tanzânia no ano passado. Em 2021, o principal produto exportado pela Tanzânia para o Brasil foi "polímeros de acetado", ou seja, plásticos. O principal produto importado pelo Brasil da Tanzânia são sementes, frutos e esporos para pesquisa.

Seicheles é um país formado por 115 ilhas a norte e nordeste de Madagascar, com 455km2 e cerca de 100 mil habitantes. Em 2021, nossas exportações para Seicheles foram de US$8,37 milhões e nossas importações foram de apenas US$91 mil. Basicamente, o Brasil exportou carnes de aves, representando 46% desse total, seguidos de despojos de carnes (11%), couro (11%), carne bovina (11%) e carne suína (10%). No mesmo ano, o Brasil importou US$910 mil desse país, especialmente polímeros de estireno (49%).

Portanto, Sr. Presidente, esse é o relatório que estamos apresentando a V. Exa. e a todos os presentes, mostrando, inclusive, que a experiência do nosso futuro embaixador é rica. Ele teve a oportunidade de servir em postos considerados de altíssima competitividade, como, por exemplo, em Washington e em Viena, e agora obviamente vai para um novo desafio, na Tanzânia, mas não menos importante nessa geopolítica global, pela importância e relevância que o Brasil tem nessas relações, apresentando-se ao mundo como um país que procura ter relações de uma forma harmônica, de uma forma pacífica, propositiva, e acima de tudo relações que possam enriquecer o Brasil no cenário das nações. O Brasil, é claro, tem que ser considerado um grande *player* para negócios, na área da economia, na área da sociologia, da política etc.

Portanto, quero desejar boa sorte a V. Exa. nessa nova missão e dizer que o Brasil estará, com certeza, bem servido na República Unida da Tanzânia e, também, na União das Comores e na República de Seicheles representado por V. Exa.

Muito obrigado.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Agradeço ao Senador Chico Rodrigues pela exação, pela abrangência desse resumo do seu relatório, e concedo a palavra ao Sr. Gustavo Martins Nogueira, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União das Comores e na República de Seicheles.

Eu lhe passei algumas indagações, algumas perguntas que já nos chegaram pelo e-Cidadania. Se V. Exa. puder incluí-las na sua fala, eu fico grato.

O limite formalmente estabelecido é de 15 minutos, e eu sei que o senhor, como bom piauiense... Eu conheço Picos. Eu organizei a Telepisa, em oito meses da minha atividade profissional, no ano de 1974. Conheço Picos, Floriano, Oeiras, que é a capital histórica, e conheço o Delta do Parnaíba. Não vou lhe perguntar quantas ilhas tem o Delta do Parnaíba, porque ontem eu já deixei em situação difícil a Ministra, agora, Liana Chaib e me vali da controvérsia com o futuro Senador Wellington para dizer que está entre 64 e 73 ilhas, de forma que eu vou lhe poupar dessa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Em torno de 70 pode passar.

Desejo sucesso aí na sua exposição.

O SR. GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA (Para expor.) - Bom, eu agradeço inicialmente ao Senador Esperidião Amin pela generosidade das palavras e, por intermédio dele, agradeço a presença de todos os Senadores. Em particular, faço um agradecimento ao Senador Chico Rodrigues pelo relatório abrangente e pela amabilidade das palavras também.

O Senador Esperidião Amin me deixa até emocionado, porque eu estou no exterior há alguns anos, então chegar aqui ao Senado e ouvir falar de Picos, de Floriano e de Oeiras...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) - E de Parnaíba.

O SR. GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA - ... e de Parnaíba, do Delta do Parnaíba...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Parnaíba, marco zero da Amazônia, norte do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA - O senhor faz calar fundo a alma deste piauiense. Agradeço.

Então, eu gostaria de aproveitar a oportunidade para fazer uma apresentação a respeito da Tanzânia, inicialmente dando uma noção a respeito dos contornos geográficos do país, porque é um aspecto relevante para compreender a sua importância regional e continental.

A Tanzânia é um país com 947 mil quilômetros quadrados, um território um pouco maior do que o do Mato Grosso e um pouco menor do que o do Estado do Pará, e tem mais de 4 mil quilômetros de fronteiras com oito países: Quênia, Uganda, Ruanda, Burundi, República Democrática do Congo, Zâmbia, Malawi, onde eu também servi como Embaixador no passado, e Moçambique. Desses países, cinco não têm saída para o mar. Portanto, a Tanzânia acaba atuando como um corredor econômico importante para o escoamento da produção desses países.

O país da Tanzânia é formado pela parte continental, que era o território de Tanganica, e pelo arquipélago de Zanzibar. Quando se tornaram independentes, Tanzânia em 1961 e Zanzibar em 1963, no ano seguinte, em 1964, eles se reuniram e formaram o país. O nome "Tanzânia" é a conjugação do nome do território de Tanganica com o território de Zanzibar - "Tanzânia".

Tanzânia tem um sistema político presidencial, e Zanzibar é uma região semiautônoma, que tem o seu próprio Presidente e uma capacidade administrativa mais ampla. O país funciona com regime de multipartidarismo desde o início dos anos 90, entretanto se mantém no poder o Partido da Revolução Chama Cha Mapinduzi, que foi o partido que conduziu o processo de emancipação do país no início dos anos 60, liderado por Julius Nyerere, que é uma figura marcante também no processo de emancipação de países africanos. Inclusive, depois que se tornou independente a Tanzânia passou a ter um papel relevante na emancipação de outros países da região; por exemplo, a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) foi criada em Dar es Salaam, na Tanzânia, em 1962; e também lideranças malauianas se congregavam na Tanzânia no processo de conduzir seus respectivos países no processo de descolonização e emancipação política.

A Tanzânia tem hoje uma Presidente mulher, Samia Suluhu Hassan. Ela é uma mulher muçulmana e proveniente da ilha de Zanzibar, da ilha de Unguja, a principal ilha de Zanzibar. Ela sucede o Presidente John Magufuli, que faleceu no cargo em março do ano passado. Ela era a Vice-Presidente, e o país acaba de passar, portanto, por uma transição política dentro das normas constitucionais de maneira tranquila, pacífica. Mantém eleições regulares, e vem se ampliando o espaço para uma participação democrática com partidos de oposição, que gradualmente estão se fortalecendo.

A Presidente Samia Hassan tem conduzido um processo de abertura política, com diálogo com a oposição e ampliando o engajamento com a comunidade internacional.

A economia do país. A Tanzânia é uma das dez mais importantes economias da África subsaariana. Tem uma população, como o Senador Chico Rodrigues mencionou em seu relatório, de 61 milhões de habitantes, superior a da África do Sul e realmente muito expressiva no contexto africano. Na África subsaariana é uma população menor apenas do que a da Nigéria, da Etiópia e da República Democrática do Congo. E com um PIB de 68 bilhões, em 2021, é a oitava economia da África subsaariana.

É um país caracterizado por uma estabilidade política e por um crescimento econômico a taxas elevadas, no período anterior à pandemia, a 7% e 8% ao ano. A pandemia efetivamente impactou de maneira muito negativa todos os países da região, a Tanzânia não é exceção, mas eles gradualmente estão retomando o caminho do crescimento econômico e devem registrar, neste ano de 2022, algo em torno de 4% a 5% de crescimento do PIB.

O motor da atividade econômica ali são os setores do turismo, da mineração, tecnologias de informação e comunicações, transporte e energia. É um país que tem um desafio importante no que diz respeito ao crescimento populacional acelerado, uma taxa de fertilidade de 4,4 crianças por mulher; portanto, há uma perspectiva de expansão muito ampla da população nos próximos anos e décadas. Hoje a média da idade na Tanzânia já é de 18 anos e vai se tornando mais jovem. Então, será preciso esforço concentrado para dar oportunidades econômicas de emprego e inserção social a essa população.

O atual Governo tem trabalhado muito justamente com uma melhoria do capital humano do país, com foco em empoderamento de mulheres e crianças.

É um país que tem o seu foco de comércio exterior muito ligado à região do Índico, quer dizer, os seus maiores parceiros econômicos são a Índia, a China, os Emirados Árabes. E na política externa tem um longo passado de contatos com outras culturas, com a amplitude de parceiros internacionais. No momento, vários parceiros da Tanzânia têm contribuído para o desenvolvimento, no país, de grandes projetos de infraestrutura.

A China, que participa com grandes investimentos naquele país, tem contribuído para, por exemplo, a construção de um porto na cidade de Bagamoyo, que faz parte da iniciativa chinesa Belt and Road Initiative, que é uma iniciativa de criação de pontos estratégicos de infraestrutura em torno do globo, para movimentação de produtos. Também tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

investido na construção de oleoduto para escoamento da produção de Uganda até um porto na Tanzânia. E também são muito importantes para o país investimentos na hidroeletricidade, para ampliar a capacidade de energia disponível, e em ferrovia, justamente para o escoamento da produção desses países que não têm acesso ao mar e que contam com o apoio da Tanzânia.

A Tanzânia é um país engajado em questões regionais importantes, como o diálogo com Moçambique, por exemplo, sobre o problema da expansão de terrorismo no norte de Moçambique, na região de Cabo Delgado, que tem impactado a região sul da Tanzânia. Então, é um país que tem procurado dialogar para contornar essa situação. E é um país muito engajado em comunidades regionais, como a Comunidade da África Oriental e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.

O relatório do Senador Chico Rodrigues já discorreu sobre as correntes de comércio bilateral. A respeito disso, e levando em conta as perguntas que foram recebidas pelo Portal e-Cidadania, como, por exemplo, a pergunta do Guilherme Gilson Constant, de São Paulo, que perguntou "quais os benefícios econômicos na relação entre o Brasil e a República Unida da Tanzânia?", eu diria justamente que há um espaço de expansão, muita perspectiva de ampliação da corrente de comércio já descrita pelo Senador, com a presença já existente de investimentos brasileiros, por exemplo, na área de engenharia. Há uma empresa de um grupo de engenharia que está construindo estradas na ilha de Zanzibar e há interesse por parte da Tanzânia na maior participação brasileira em projetos dessa natureza. Por exemplo, a Petrobras já teve um escritório na Tanzânia, e é do interesse do país que seja retomada a presença da Petrobras, inclusive, porque eles têm depósitos de gás e interesse em explorá-los.

Um aspecto importante que eu gostaria de ressaltar diz respeito à nossa agenda de cooperação técnica. O Senador Chico Rodrigues, até pela sua formação como engenheiro agrônomo, percebe e conhece muito profundamente a importância da expansão do conhecimento, do compartilhamento de novas tecnologias e técnicas agrícolas mais avançadas para a ampliação da produtividade em diferentes colheitas. E o Brasil tem, no momento, dois projetos importantes com a Tanzânia na área do algodão. São implementados pela ABC, com apoio da Embrapa e do Pnud. Um deles, que se chama Cotton Victoria, é um projeto para melhoria da qualidade do algodão produzido no entorno do Lago Vitória. É um projeto que envolve não apenas a Tanzânia mas outros países no entorno. E há um outro projeto, chamado Beyond Cotton, que busca justamente expandir a capacidade econômica em outras áreas do país.

De modo que há também outros. Recebemos a pergunta do Matheus Cocco dos Santos, do Rio de Janeiro: "Quais as suas metas para auxiliar os dois países no seu desenvolvimento?". E na minha resposta a essa pergunta eu diria que a Tanzânia tem ativos que a diferenciam no contexto regional e até mesmo continental africano, que são uma presença do Estado em todo o território, uma ausência de problemas étnicos, um sentido de pertencimento nacional vigoroso, uma predominância do idioma suaíli, que contribui para unificar o país, uma convivência religiosa pacífica entre diferentes denominações, e características climáticas amenas.

Nesse contexto de ativos muito positivos do país, o papel da Embaixada e o meu papel, se contar com a aprovação de V. Exas., serão o de buscar aprofundar o diálogo político entre o Brasil e a Tanzânia, também identificar e ampliar as oportunidades para o comércio e investimento e expandir também o programa de cooperação técnica que desenvolvemos com aquele país.

Gostaria de aproveitar o tempo remanescente para breves comentários a respeito dos dois outros países em que representarei o Brasil, caso seja aprovado por V. Exas., em caráter cumulativo, que é a União das Comores, um arquipélago ao sul da Tanzânia, e a República de Seicheles.

A República de Seicheles tem a menor população de todo o continente africano, com 100 mil pessoas, e o maior PIB *per capita* de toda a África Subsaariana, mais de US$15 mil. O turismo é a base da economia. O Governo local tem interesse em expansão da cooperação agrícola com o Brasil, mas não apenas isso. A empresa aérea local, Air Seychelles, está em diálogo com a Embraer para a aquisição de aeronaves regionais.

A União das Comores é um país com o qual o Brasil tem relações diplomáticas recentes, que foram estabelecidas em 2005. É um país com uma população de cerca de 1 milhão de habitantes, que enfrenta graves limitações socioeconômicas, mas que tem um peso específico no contexto africano. É um país que é membro da Liga dos Estados Árabes e também da SADC. Recentemente, o Brasil e a União das Comores assinaram um acordo de cooperação técnica, que esperamos que permita construir uma agenda de cooperação com aquele país.

Esses são os comentários que eu gostaria de fazer, agradecendo mais uma vez ao Senador Esperidião Amin, pela amabilidade da recepção e das palavras, e ao Senador Chico Rodrigues, pelo relatório.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - O Senador Chico Rodrigues se ausentou, já deu a sua contribuição à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O nosso Embaixador Gustavo Martins Nogueira respondeu, inclusive, as indagações que eu lhe passei do e-Cidadania.

Eu quero aqui enaltecer os brasileiros que utilizam o e-Cidadania para participar da nossa reunião.

Eu consulto se o Senador Chico Rodrigues tem alguma observação adicional a fazer.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR. Como Relator.) - Sr. Presidente, Senador Esperidião Amin, meu dileto amigo, Gustavo Martins Nogueira, piauiense da gema, que manifestou a sua alegria em ouvir novamente soar os nomes que lhe trazem a história no seu estado, enfim, de um dileto amigo também ali, o velhinho trabalhador, o Senador Elmano Férrer...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Elmano Férrer, agrônomo também.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR) - Agrônomo também.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Pesquisador da Embrapa.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR) - Fundador da Embrapa, da época da Guerra do Paraguai - eu digo a ele.

V. Exa. vai se haver muito bem nessa nova missão.

Tenho certeza de que o Itamaraty e o Brasil estarão muito bem representados.

E informações novas ouvi ali do grande dicionário cultural desta Casa, que é o nosso querido Esperidião Amin, da população, enfim do gigantismo que a Tanzânia representa. Obviamente, é um grande desafio que o senhor vai realmente enfrentar lá, mas tenho certeza de que vai fazer um belo trabalho, aproximando mais ainda o nosso país da Tanzânia, principalmente.

Era essa observação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Obrigado, Senador Chico Rodrigues.

Quero agradecer enfaticamente ao Senador Julio Ventura pela sua delicadeza em declinar no momento em que nós precisávamos do seu momento de relatar. E permaneceu aqui o tempo todo e atendeu-nos nas nossas necessidades de afastamento até para cumprir outras missões.

Quero cumprimentar o Embaixador Gustavo.

Vamos agora para os procedimentos finais, mas, antes disso, eu já vou antecipar que quero que se consigne nos registros desta reunião que o Conselho Diretor da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (Abimde), Dr. Roberto Gallo, convida a todos nós, especialmente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para a cerimônia de abertura da 7ª Mostra BID Brasil (Base Industrial de Defesa Brasil), a ser realizada às 10h do dia 6 de dezembro de 2022, ou seja, no começo do mês de dezembro, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, localizado aqui em Brasília.

A mostra ocorrerá de 6 a 8 de dezembro e é um dos importantes eventos dos segmentos de defesa e segurança do país. A sua realização é uma iniciativa da Adimbe em parceria com o Ministério da Defesa e com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil).

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores se continuaremos com a reunião em aberto, como temos feito sempre. *(Pausa.)*

Como não há objeção, assim ocorrerá, para que eu possa determinar, como determino agora, à Secretaria que proceda à apuração dos votos.

Determino que se proceda à apuração dos votos. Eles já estão registrados.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Tivemos 13 votos possíveis.

Marco Farani, para o Vietnã; Henrique da Silveira Sardinha Pinto, para a Guatemala; Benedicto Fonseca Filho, para a África Sul; Antonio Alves Júnior, para a Costa Rica; Tarcísio de Lima Ferreira Fernandes Costa, para o Líbano; e Gustavo Martins Nogueira, para a Tanzânia, todos com 13 dos 13 votos possíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Saliento que as mensagens respectivas às sabatinas do dia de hoje serão enviadas à Secretaria-Geral para o prosseguimento da tramitação, até porque provavelmente não venhamos a ter sessão deliberativa amanhã, de forma que eu peço à Secretaria que mande o mais rapidamente possível - mais rapidamente do que ontem, porque ontem só chegou lá na Mesa às 15h45. Hoje pode chegar um pouco antes - com o nosso apelo.

Nada mais havendo a tratar - mas não custa nada fazer o registro -, para consolo da Argentina, o Japão ganhou da Alemanha. Então, nós estamos vivendo tempos estranhos, não apenas domesticamente, mas globalmente. O eixo Roma-Berlim já não vinha muito bem; agora, o Roma-Berlim-Tóquio sofre mais uma afronta.

Eu quero cumprimentar... Chico, vamos fazer uma foto aqui, em frente à mesa. Senador Chico Rodrigues, com os Senadores e com os Embaixadores. Vou convidar o Bruno para participar deste momento, Bruno, fazendo parte da fotografia que nós vamos fazer, homenageando o Itamaraty e dizendo que nós logramos êxito. Recebemos o alvará das indicações e dos acordos apenas na segunda-feira e hoje, quarta-feira, pouco depois do meio-dia, cumprimos a missão graças à ajuda de todos os Senadores e Senadoras que participaram da reunião. Quero agradecer aos colaboradores na pessoa do Marcos Aurélio, à nossa equipe, na pessoa do Jibran, até do Eduardo e da Leridiana, que permitiram, junto com o pessoal do meu gabinete, que essas deliberações ocorressem da maneira mais construtiva possível.

Declaro, portanto, encerrada esta reunião.

(Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 09 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia nove de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Veneziano Vital do Rêgo, Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Rodrigo Cunha, Plínio Valério, Alexandre Silveira, Mecias de Jesus, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Chico Rodrigues e Zequinha Marinho. Deixam de comparecer os Senadores Guaracy Silveira, Giordano, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Jean Paul Prates, Fernando Collor, Acir Gurgacz e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CI ao PLOA 2023**. **Finalidade:** Discussão e deliberação acerca das emendas da Comissão de Serviços de Infraestrutura ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023 (PLN nº 32/2022-CN), a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). Relator das emendas na CI: Senador Eduardo Braga. **Resultado:** Aprovada a apresentação à CMO das seguintes emendas: **de apropriação de despesa: emenda 60010001** - UO 39252 - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-104/408/PB-095 (Campina Grande) - Entroncamento BR-110/361 (Patos) - na BR-230/PB - No Estado da Paraíba - 50.000.000; **emenda 60010002** - UO 39252 - Ação Atípica - Nacional - 3.500.000.000; **emenda 60010003** - UO 39252 - Ação Atípica - Adequação de Trecho Rodoviário - Guaíra / PR - Itapiranga / SC - na BR- BR-163/PR/SC - Na Região Sul - 100.000.000; **emenda 60010004** - UO 39252 - Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Norte - 100.000.000; **de remanejamento de despesa: emenda 60010005** - UO 39252 - Adequação de Trecho Rodoviário - Bataguassu - Porto Murtinho - na BR-267/MS - No Estado de Mato Grosso do Sul - 97.643.440; **emenda 60010006** - UO 39252 - Ação Atípica - Apoio a implantação de melhoramentos no canal de navegação do Rio Taquari – Na Região Centro-Oeste - 50.000.000; **emenda 60010007** - UO 39252 - Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - No Estado de Mato Grosso do Sul - 90.000.000; **emenda 60010008** - UO 39252 - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - Divisa PI/MA - na BR-235/PI - No Estado do Piauí - 95.000.000; **ao texto da lei: emenda 60010009** - Corpo da Lei, Cap V, Art 9 - aditiva. Fazem uso da palavra os Senadores Eduardo Braga, Esperidião Amin, Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo e Luis Carlos Heinze. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e um minutos. Aprovada, a presente Ata é assinada pelo Senhor Presidente e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Dário Berger
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/09

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Documentos recebidos pela Comissão.

Esta Presidência comunica que foram encaminhados para a Comissão os seguintes documentos:

- da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) – Ofício nº 285, de 2022, que encaminha a quarta atualização do Plano de Gestão Tático da agência para o biênio 2021-2022;

- da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Ofício nº 1.468, de 2022, que encaminha requerimento à Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras com o pedido de providências para que o Governo Federal agilize a autorização da ligação por ferrovia entre Minas Gerais e Bahia, no âmbito do Projeto Multimodal de Caravelas;

- também recebemos o Ofício da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) nº 204, de 2022, que comunica a abertura de consulta pública para avaliar o carregamento por fio com padrão USB tipo C em telefones móveis celulares;

- do Sindicato dos Advogados do Estado do Espírito Santo recebemos o Ofício nº 155, de 2022, que requer esclarecimentos em relação à extinção do contrato de concessão formalizado entre o poder público e a empresa Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.;

- do Tribunal de Contas da União recebemos o Aviso nº 814, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.241, de 2022, referente à auditoria nas obras de implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, objeto do Fiscobras 2010;

- do Tribunal de Contas da União, também recebemos o Aviso nº 824, que encaminha cópia do Acórdão 1.240, de 2022, referente à multa em razão de elaboração de termo de referência na Licitação RDC Eletrônico nº 005, de 2015, com sobrepreço de R$205 milhões;

- recebemos também o Ofício nº 391, de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Segurança de Barragens de 2021;

- recebemos também ofício da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, que encaminha cópia do requerimento do Deputado Sinésio Campos, Presidente da Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentar de Inquérito da Energia, que requer a implementação da recomendação da respectiva CPI;

- recebemos também o Aviso nº 1.271, do Tribunal de Contas da União, referente à auditoria feita nas obras da nova subida da Serra de Petrópolis, na rodovia BR-040, no trecho Juiz de Fora-Rio de Janeiro;

- recebemos também ofício da Câmara Municipal de Carapicuíba, São Paulo, Ofício nº 443, de 2022, com indicação de instauração de CPI da Petrobras para apurar a responsabilidade do Governo Federal nos preços abusivos dos combustíveis;

- igualmente, recebemos o Ofício nº 66, de 2022, da Federação Nacional das Operações Portuárias – é o de nº 66, de 2022 –, manifestando apoio à indicação de Jacqueline Andrea Wendpap para o cargo de Diretora na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq);

- também recebemos ofício da Confederação Nacional do Transporte, Ofício Circular nº 03, de 2022, referente ao documento "O Transporte Move o Brasil: proposta da CNT ao Brasil".

E recebemos, ainda, também, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, os documentos todos... Melhor dizendo, diante da manifestação que fiz da leitura dos expedientes recebidos, informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, os documentos encontram-se disponíveis para consulta na página da Comissão e aguardarão, eventualmente, manifestações dos Srs. e Sras. Senadores pelo prazo de 15 dias, depois dos quais, se não houver manifestação, serão arquivados.

Informamos ainda o arquivamento dos expedientes que tiveram o seu recebimento comunicado nas reuniões anteriores.

Reunião interativa.

Informo que a presente reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação de todos os representados e interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou também pelo telefone da Ouvidoria, que é o 0800 0612211.

A nossa reunião destina-se à deliberação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, portanto, ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32, de 2022, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício [...] de 2023".

O Relator que foi designado está aqui ao meu lado, o eminente Relator Eduardo Braga, ao qual concedo a palavra para que possa proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – Presidente Dário Berger, primeiramente, quero agradecer a V. Exa. pela designação para a relatoria das emendas da Comissão de Infraestrutura, exatamente em um período em que o país carece de muitos investimentos na área de infraestrutura, mas não deixando de registrar que, lamentavelmente, nos últimos dois anos, as emendas de Comissões aprovadas pelas Comissões do Senado, aprovadas pelas Comissões da Câmara dos Deputados, portanto emendas que são temáticas, que tratam de temas extremamente importantes como a infraestrutura, têm sido vetadas sistematicamente, de forma geral, por Sua Excelência o Presidente da República, o que tem trazido grandes e graves problemas para todas as regiões brasileiras, em especial aquelas que têm mais carência na área de infraestrutura.

Só para que V. Exa. tenha uma ideia, na BR-319, que tem sido um grande desafio no Estado do Amazonas, nós tivemos, entre o primeiro e o segundo turno destas eleições, duas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tragédias: duas pontes de concreto ruíram na BR-319 por falta de manutenção e, lamentavelmente, vidas foram perdidas, pessoas morreram, famílias ficaram enlutadas, outras dezenas de pessoas ficaram feridas, além obviamente das perdas materiais, dos prejuízos que foram causados pelo aumento do custo da logística, pelo desabastecimento, pelo enorme transtorno causado a pelo menos nove municípios da Região Metropolitana da cidade de Manaus, acidentes esses que poderiam ter sido evitados com investimentos, com ações preventivas ao longo dos últimos anos.

Estou apenas fazendo essa citação para dizer da importância da realização desta reunião no dia de hoje, porque são investimentos que serão destinados a diversas regiões dos estados brasileiros, a diversas regiões do país, tendo em vista a abrangência nacional desta Comissão. Tanto é assim que uma das emendas que nós estamos acatando é de autoria, inclusive, do Relator-Geral do Orçamento da União, a qual visa abrir uma janela de nada mais, nada menos que 3,5 bilhões para a recuperação das rodovias no nosso país.

Portanto, é com esse espírito que peço autorização a V. Exa. para ler, de forma resumida, o relatório que apresentamos.

Relatório ao PLN 32, Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023, nos termos da Resolução 01, de 2006, do Congresso Nacional.

Vamos ao relatório.

Com base nos arts. 43 a 45 da Resolução nº 1, de 2006, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura reúne-se para deliberar sobre as emendas a apresentar ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLN 32, de 2021, do Congresso Nacional). No prazo estabelecido, foram apresentadas 96 propostas de emendas, das quais três de aperfeiçoamento no texto e as demais para contemplar programações orçamentárias para financiar políticas públicas majoritariamente aderentes às competências desta Comissão.

Das propostas para emendas à despesa, cinco foram para remanejamento e 88 voltadas à apropriação de despesas, conforme disposto no art. 37 da Resolução nº 1, de 2006. Entre as sugestões de emendas de apropriação, 44 são para acréscimo de dotações a programações já constantes do projeto de lei e outras 44 para inclusão de novas programações, com os recursos e metas correspondentes, conforme o art. 39 da mesma resolução. Das propostas para remanejamento, duas são para novas programações e três para acréscimo em programações constantes do projeto de lei.

As emendas estão listadas em quadro anexo, sendo referenciadas neste voto pelo seu número de ordem no mencionado quadro.

Voto do Relator.

Aspectos Normativos.

O art. 43 da Resolução nº 1, de 2006, prevê que as Comissões Permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e as Comissões Mistas Permanentes do Congresso Nacional, no âmbito de suas competências regimentais, possam apresentar emendas ao projeto. Nos termos do art. 44, §1º, do mesmo diploma normativo, faculta-se a cada Comissão a apresentação de até oito emendas à despesa, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento.

Critérios específicos de distribuição entre áreas de governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para a seleção entre as muitas emendas – todas meritórias –, utilizamo-nos dos critérios da preferência manifestada pelo conjunto da Comissão por área temática, buscando prestigiar aquelas com maior número de repetições. Além disso, em observância ao princípio que determina às Comissões...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Meu querido amigo Eduardo Braga...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... tudo bem, Jayme? – formularem propostas de interesse nacional, propomos, dentro das áreas de governo apresentadas, a seleção de emendas que tenham caráter amplo em sua aplicação, de forma a favorecer ações que impactem o conjunto da infraestrutura nacional.

Por fim, lançamos o critério de privilegiar, pela intervenção da Comissão, aquelas áreas de governo que são sua competência exclusiva, uma vez que as aplicações em outras áreas, embora admissíveis pela redação dada à Resolução nº 1, de 2006, pela Resolução nº 3, de 2015, terão oportunidade de ser acolhidas naqueles Colegiados que apresentam competências substantivamente mais próxima das respectivas atividades.

Para aplicação dos critérios, dispomos a distribuição das emendas sugeridas à despesa segundo sua maior concentração temática: transporte, 56; saúde, 5; desenvolvimento regional, 23; agricultura, 1; turismo, 1; defesa nacional, 3; ciência e tecnologia, 2; demais Poderes, 2; 93 ao total.

Emendas de remanejamento. Aqui nas emendas de remanejamento, Sr. Presidente, vamos fazer um adendo ao relatório. Na apresentação do relatório foram desconsideradas as emendas de remanejamento, porém, após ajustes que julgamos necessários ao atendimento das Emendas nºs 13, 25, 28 e 91, mas retirando o sequencial 20-27, de cancelamentos de emendas propostas; portanto, acatamos parcialmente as Emendas de remanejamento nºs 13, 25, 26 e 91, aditando, portanto, o relatório ora apresentado com relação às emendas de remanejamento.

Emendas de apropriação à programação orçamentária: aplicando os critérios de valorização dispostos no tópico anterior deste artigo, selecionamos sugestões que apresentaram objetos coincidentes ou similares, de sorte a contemplar as intervenções apoiadas por um número maior de Parlamentares ou que estivessem espacialmente dispersos, de modo que os benefícios das intervenções sejam usufruídos por uma maior quantidade de unidades da Federação.

Nesses termos, indicamos as seguintes prioridades a serem convertidas em emendas de apropriação de autoria da Comissão:

1. Sugestão de Emenda nº 30, do Senador Marcelo Castro, para Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Nacional, no valor de R$3,5 bilhões, que também contempla o objeto das propostas nºs 31 e 65, respectivamente dos Senadores Roberto Rocha e Wellington Fagundes;

2. Sugestão de Emenda nº 71, para Adequação de Trecho Rodoviário – Guaíra/PR-Itapiranga/SC – na BR-163/PR/SC – na Região Sul, do Senador Dário Berger, no valor de R$100 milhões;

3. Sugestão de Emenda nº 5, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, para Adequação de Trecho Rodoviário – Entroncamento BR-104/408/PB-095 (Campina Grande) – Entroncamento BR-110/361 (Patos) – na BR-230/PB – no Estado da Paraíba, no valor de R$50 milhões; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4. Sugestão de Emenda nº 79, para Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União – na Região Norte, de autoria do Senador Eduardo Braga, no valor de R$100 milhões, programação que também contempla a proposta nº 18, do Senador Chico Rodrigues.

Quanto às demais sugestões para esta Comissão, não obstante o seu inegável mérito, devemos propor o não acolhimento, tendo em vista o limite quantitativo de quatro emendas de apropriação por Comissão Permanente, regulado no art. 44, §1º, da Resolução nº 1/2006-CN.

Emendas de texto.

Relativamente às emendas de texto de aperfeiçoamento do texto do Ploa, cumpre salientar que a Sugestão de nº 94 padece de insanável vício de inconstitucionalidade, porquanto atente contra o princípio da pureza insculpido no art. 165, §8º, da Lei Fundamental, que reveste as leis do sistema orçamentário, em especial a Lei Orçamentária Anual. Segundo o invocado dispositivo, a Lei Orçamentária Anual não admite caudas, cingindo-se à previsão da receita e à fixação da despesa, com as exceções exaustivamente expressas no próprio texto constitucional, que não abrigam o louvável intento com a propositura.

As duas demais sugestões são coincidentes no objeto, não destoam das balizas normativas aplicáveis e expressam legítima preocupação encampada por mais de um Parlamentar. Ressalte-se que, muito embora o art. 43 da Resolução nº 1 exija compatibilidade com as competências regimentais da Comissão, a imposição consta do certificado normativo, topograficamente vinculada à Seção VI – da Avaliação da Despesa. Nada obstante, advogamos que se trata de matéria estranha àquelas de trato corriqueiro por esta Comissão, e que poderá ser mais bem conduzida pela Comissão Diretora do Senado Federal, colegiado mais afeito à matéria. Por essa razão, manifestamo-nos pela rejeição no mérito.

Da conclusão.

Consideramos, assim, que a distribuição das emendas aprovadas leva a intervenção da Comissão ao máximo possível de regiões nas funções de governo da sua área regimental de atuação, segundo o interesse dos Parlamentares do Colegiado, evidenciado pelo número de emendas apresentadas a cada finalidade. Por essa razão, votamos pela aprovação do parecer, nos termos aqui apresentados e nos termos do adendo feito, Sr. Presidente, ainda há pouco, em razão das emendas de remanejamento.

Portanto, as emendas de remanejamento foram acatadas, com a retirada do sequencial 2027, as Emendas 13, 25, 68 e 95.

Pela inadmissibilidade, também, das sugestões de Emendas de Apropriação de nºs 04, 06, 10, 14, 16, 19, 24, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 65, 69, 82, 84, 85, 87, 88 e 93.

Em razão de todo o exposto, instruímos:

I) pela inadmissibilidade, ante à legislação aplicável, da sugestão de Emenda de Remanejamento nº 52;

II) pela inadmissibilidade, também, das sugestões de Emendas de Apropriação nºs 04, 06, 10, 14, 16, 19, 24, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 65, 69, 82, 84, 85, 87, 88 e 93;

III) pela inadmissibilidade da proposição nº 94, relativa a emenda de texto;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

IV) pela rejeição, no mérito... Não. Essas sofreram um adendo. Não houve rejeição, no mérito, das emendas, e, sim, o acatamento parcial das Emendas nºs 13, 25, 68 e 91;

V) pelo acolhimento, no mérito, das sugestões de Emendas de Apropriação de nºs 05, 30, 71, e 79; e

VI) pelo não acolhimento, no mérito, pelas razões expostas, das demais sugestões de emendas apresentadas.

É esse o relatório, Sr. Presidente, agradecendo, mais uma vez, a V. Exa. e aos membros desta Comissão pela oportunidade que V. Exa. nos dá de relatar importante matéria para o país.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Eu que agradeço a V. Exa. pela feitura do relatório.

Quero apenas ressaltar que, nos últimos anos, todo esse esforço que foi feito pela Comissão de Infraestrutura com relação às emendas de Comissões, como relatado inicialmente por V. Exa., não foi considerado, foram vetadas as emendas e, portanto, todo o nosso esforço se transformou em vão nessas circunstâncias. Esperamos que possa haver por parte do Executivo um respeito singelo, pelo menos, que possa premiar o esforço que nós fizemos aqui em discutirmos. Brigamos, inclusive, no bom sentido, porque há muitas demandas e poucas oportunidades de atendê-las.

Eu quero aproveitar esta oportunidade, Senador Eduardo Braga, para cumprimentá-lo. Parece-me que não me deixa nenhuma dúvida do esforço que V. Exa. fez para atender os mais relevantes pedidos que chegaram principalmente a mim nesse... O Amin está aqui e eu vou conceder a palavra... (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – ... a mim e a todos nós, mas, efetivamente, sempre, a apreciação, Senador Veneziano, das emendas das Comissões é essa polêmica, porque é uma luta de dezenas de Senadores que querem ver contemplado seus pleitos, e as necessidades são imensas, porque a dívida que nós temos com relação à infraestrutura e à logística neste país é muito grande. Estamos atrasados, certamente, 20 ou 30 anos. E estamos contribuindo ainda para piorar, uma vez que estamos investindo muito menos do que o necessário para recuperar a malha rodoviária brasileira.

Portanto, faço esse registro e ofereço a palavra, então, ao Senador Esperidião Amin, já colocando em discussão o relatório apresentado pelo Senador Eduardo Braga.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu vou discutir o relatório, mas, antes, pediria a V. Exa. que desse como recebido, para deliberação hoje ou em outra ocasião, um requerimento que eu apresento para convidar representante da ANTT e do Tribunal de Contas da União para uma discussão tópica.

É o caso da concessão em Santa Catarina, mas com repercussão nacional nos casos de prazo de fiscalização, prazo de notificação de andamento de planos de exploração rodoviária de concessões federais, em rodovias federais. Então, já protocolei o requerimento e peço que V. Exa. dê como recebido. Se for possível pautar, nós não vamos marcar a data hoje, mas pelo menos fica agendada essa reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Evidentemente, Senador Esperidião, que eu vou pautar. No entanto, hoje não é possível porque...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pelo menos protocolar.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – ... a reunião de hoje é exclusiva para a apresentação das emendas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, nós sabemos disso, mas pelo menos protocolar.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Agora, se o Plenário concordar, nós podemos acrescentar...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Sem dúvida.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Pelo menos protocolar, e aí... Não sei quando é que vamos ter a próxima reunião. Por isso que talvez pudesse ser aprovado hoje, porque nós não sabemos da próxima reunião, desde que o Plenário, unanimemente, concorde.

Mas eu gostaria de me referir ao relatório do Senador Eduardo Braga, cumprimentando-o – ele conhece o assunto –, e, aproveitando a presença do Senador Veneziano, trazer para cá um dos tópicos que foram abordados ali na Comissão de Educação.

Esse sentimento de frustração, quer dizer, como diz o meu amigo Jayme Campos, que é mais prático do que nós... Olha, nós estamos aqui discutindo: ele vai ganhar, eu vou perder... Mas ninguém não vai levar nada e, no melhor sentido ecológico, não vai sobrar nem resíduo. Quer dizer, ontem nós discutimos uma confusão que foi feita sobre se o nome do município era Morro da Fumaça ou Morro da Farinha. Na fumaça, é cinza; na farinha, pelo menos a gente pode aproveitar alguma coisa. Mas aqui, sistematicamente, tem sido zero. De forma que a gente discute, um ganha, outro perde, só que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... todos perdem.

Então, nós discutimos ali na Comissão de Educação, aproveitando a presença do nosso mais novo cardiologista, Marcelo Castro, que já esgotou o aspecto psicológico da terapia e já partiu para o coração, que nós vamos ter que dar uma solução para essa questão de RP 9, que, maldosamente, é chamado de orçamento secreto – maldosamente! Hoje de manhã, quando eu assistia... "Escândalo do orçamento secreto, emenda lá no Maranhão..." A emenda tem que ser fiscalizada em qualquer lugar do mundo. Eu ajudei muito a brigar pela emenda impositiva, fui o Relator da emenda de bancada estadual, a Emenda Constitucional 100, e acho que a RP 9 vai ter que entrar nos canais da República. E um dos canais, aliás, os principais canais são as Comissões. Quer dizer, o dinheiro para dar sustento, sustança para as emendas da Comissão de Educação – nós discutimos isso, porque o Relator é o Senador Veneziano, e ele apreendeu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perfeitamente o que se dizia – zero é o que está sendo... Então, isso é um jogo de faz de conta. Todos os anos nós repetimos. Em compensação, temos 19 bilhões no RP 9, cuja distribuição aqui não é...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Isonômica.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não é criteriosa. Vamos cuidar com as palavras. "Isonômica" é melhor ainda, não é?

Então, se as Comissões... Aí sim, você vai ganhar, eu vou perder, nós vamos disputar, vamos chegar a um acordo, vamos fazer política. E teremos, então, "x" para a Comissão. Podem ser mais do que quatro emendas; não tem problema nenhum. Assim, nós vamos evoluir. Isso é republicano! E isso é ação do Parlamento. Nos Estados Unidos, quem faz o Orçamento é o Parlamento, todo o Orçamento, com erros e acertos, mas já aprenderam alguma coisa, não é? No parlamentarismo, é mais ainda!

Então, eu vejo isso com tristeza e espero que este seja o último ano... Ouviu, Eduardo? Que, no ano que vem, você possa fazer um relatório e que você mesmo, o Relator, acredite que fez escolhas, defendendo as escolhas.

Enquanto isso, hoje nós estamos aqui quase cumprindo uma obrigação e praticando um ritual. E, em nome desse ritual, no desejo de contribuir, como falei para o Marcelo, para que cheguemos a um critério republicano de distribuição efetiva de capacidade de destinação de recursos, justificando; se ele vai ser bem aplicado ou não, esse é outro capítulo. Mas que a destinação seja meritória e defensável!

Então, eu não posso deixar de falar aqui... Agradecendo pela boa vontade em relação ao meu requerimento, vou falar topicamente sobre três coisas. Número 1: eu apresentei uma emenda para a Antaq, porque eu acho que a Antaq prestou um grande serviço ao nosso estado. A Antaq impediu um edital que seria danoso para o Porto de Itajaí, que praticamente desqualificaria o Porto de Itajaí como vocacionado para a exportação de produtos com valor agregado, o que, no Brasil, é uma raridade, é uma raridade muito rica! É um sonho nosso. Mas reconheço que será mais fácil discutir isso na Comissão de Orçamento.

Segundo, eu não posso deixar de fazer um apelo em favor da 470 pelas circunstâncias de nós a termos aprovado nos anos anteriores. E essa obra só andou, Eduardo Braga, porque o Governo do estado – e sabe disso o Dário Berger –, vencendo dificuldades incríveis, conseguiu entregar dinheiro da sua receita – não foi de empréstimo, não! – para que o Governo Federal executasse a obra mais importante, até porque ela desemboca no Porto de Itajaí e no Porto de Navegantes, para a exportação de valor agregado. Então, a obra vai num ritmo absolutamente insuficiente, mas custeada com recursos do Tesouro do estado.

Aí vem a minha segunda colocação. Por isso é que eu lhe peço para rever a sua manifestação a respeito da Emenda 94, que é específica para ressarcir, nessa condição, o estado que botar dinheiro. Essa emenda já foi aprovada, tanto é que o Governo a vetou! O mérito da matéria já foi aceito pelo Congresso. Se o Governo Federal está executando uma obra rodoviária, seja no Amazonas, seja na Paraíba, seja no Rio Grande do Norte, seja em Santa Catarina... Falo do Governo Federal, o que quer dizer que é prioridade para o Governo Federal, mas ele não tem dinheiro. E essa é a situação real do país! Ou não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma das boas notícias que o Vice-Presidente eleito, Geraldo Alckmin, deu foi de que vai haver eventual extrapolação no teto de gestos para dar dinheiro para o Dnit. Foi isso que o senhor falou há pouco; nós estamos agravando a situação.

O Dnit tinha 20 bilhões no Governo da Presidente Dilma; hoje tem 6 bilhões. Prestem atenção: a dotação anual do Dnit era de 20 bilhões; agora é de 6 bilhões. Então, nós estamos agravando, como disse o Senador Dário Berger. Nós estamos agravando; não só não estamos resolvendo como estamos agravando. Você tinha 20 bilhões de mesada, vamos chamar assim, e não ia bem; agora baixou para 6 bilhões. Só pode piorar.

Então, se um estado, considerando a absoluta necessidade da sua economia, bota dinheiro para o Governo Federal executar obra federal, ele não pode abater isso da sua dívida? Como?

Então, se nós não podemos, nós somos ladrões.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – Senador, o senhor me permite um aparte para ajudar?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Principalmente se for para ajudar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Para ajudar, o espírito aqui é sempre de ajudar.

Nós não admitimos a emenda com relação ao ressarcimento por entendimento da Consultoria de que nós estaríamos, vamos dizer assim, alargando, de uma maneira bastante flexível a nossa competência aqui, na Comissão, correndo o risco de admitir essa emenda e a Comissão de Admissibilidade, lá na CMO, a rejeitar.

Então, se for na concordância do Plenário, eu não tenho nenhum problema de admiti-la aqui, porque ela é uma emenda de redação, é uma emenda de texto, e juntarmos a liderança de V. Exa., do Senador Dário Berger, da própria Senadora Ivete, do próprio Governador Jorginho Mello junto à CMO, para que, na Comissão de Admissibilidade da CMO, a emenda seja admitida, porque a única preocupação da minha parte é de que o nosso relatório não sofra críticas por um generoso e alargado entendimento da nossa competência com relação à emenda apresentada. Se o Plenário estiver de acordo e o Presidente também, quero dizer que admito imediatamente a Emenda ...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Noventa e quatro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... 94, com o anúncio prévio das cautelas que precisaremos ter em relação à Comissão de Admissibilidade da CMO.

Portanto, nada a opor à admissibilidade da emenda.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já dizia o Galvão Bueno: "Vai que é tua, Taffarel!".

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – "Vai que é tua!".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já passou, já foi aprovado por todos os Líderes – todos. Foi vetada – foi vetada por uma formalidade. Portanto, eu acho que nós podemos na sensatez...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sem problema da minha parte.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E vou repetir o seguinte: se você recebe... Aliás, vamos inverter, que seria mais cabível: se eu recebo dinheiro seu para executar uma obra do seu interesse, mas de minha responsabilidade, eu vou continuar achando que você me deve. É um negócio meio complicado. Então, pelo menos para abater na dívida, na forma que for regulada no futuro.

Então, como já passou...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Admitida a Emenda 94.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Como já passou, eu renovo aqui o meu pedido e digo o seguinte: nós não temos um precedente; nós temos um precedente decidido politicamente a nosso favor e que vai esbarrar num veto. E isso faz parte de um...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Claro!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... rosário que tem que ser preenchido ainda.

Dessa forma, eu agradeço a sua decisão, renovo a minha ponderação sobre a 470, mas não quero competir, quero apenas deixar registrado...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Claro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... até porque o Senador Dário Berger também fez isso sobre a 163, que é uma rodovia nacional.

E reconheço que a questão da Antaq pode ser resolvida na Comissão Mista de Orçamentos, de maneira adequada a dar força para essa agência reguladora.

Muito obrigado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Presidente, eu apenas quero fazer uma pequena manifestação em relação aos comentários aqui feitos pelo ilustre e eminente Senador Esperidião Amin e Eduardo Braga, na medida em que as ponderações deles são bastante relevantes.

O que ocorre? Hoje há uma escassez de recursos, tanto é que o próprio Estado de Santa Catarina está se propondo a fazer investimentos em rodovias federais, como é o caso, particularmente, de Mato Grosso. Vou citar, exemplificativamente, duas obras.

A BR-163, o senhor sabe que ela corta o Brasil, não é? E é demanda do Estado do Mato Grosso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – São 4,8 mil quilômetros.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Por aí.

O Governo do estado se propôs agora a assumir a BR-163 para que possamos... Ela era privatizada. A Rota do Oeste, que era a concessionária, que é uma extensão da Norberto Odebrecht, faliu. E isso trouxe um sério transtorno para o povo mato-grossense, sobretudo para aqueles que dependem do escoamento da sua produção.

O Governo, através da MT PAR, que é uma autarquia do Governo do estado, está assumindo, através de uma grande negociação – primeiro com a ANTT aqui, que é a agência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacional, com o Ministério da Infraestrutura e, sobretudo, com o apoiamento do próprio Tribunal de Contas da União –, essa rodovia para duplicarmos, através do Governo do Estado de Mato Grosso, porque hoje, graças a Deus, estão muito bem as finanças do estado, assim como é o caso da BR-174, que também é do Governo Federal, e o estado assumiu.

Por sinal, os outros projetos do Governo Federal adequaram-se, naturalmente, a uma nova modalidade que pudesse baratear os custos. Até a própria plataforma que o Dnit faz hoje, de 18m – 99,9 são através de CBUQ, e eles vão fazer através de tratamento superficial com capa selante –, o estado está assumindo, que é onde eu quero chegar. Então, o Governo Federal está sem as finanças, está praticamente falido. O Dnit já teve 18 bilhões de orçamento, o que V. Exa. lembra; hoje, são R$6 milhões ou R$6,5 milhões.

Feito isso, lá atrás, quero esclarecer ao Senador Esperidião Amin, depende da boa vontade do Governo. No Governo de Lula Lá, no segundo mandato dele, o Mato Grosso, na gestão do ex-Governador Júlio Campos, tinha asfaltado 1,5 mil quilômetros de rodovias federais, que é o caso da própria BR-163, é o caso da 158 e de outras rodovias. Passado o tempo, no Governo Blairo Maggi, ele entrou, ou seja, propôs ao Governo Federal de ser ressarcido. Não foi só para abater a conta, ou seja, o Governo do estado devia, e essa dívida findada, o Governo Federal ressarciu aos cofres públicos do Mato Grosso esse valor investido naquela oportunidade, que foi algo em torno de US$400 milhões a US$500 milhões. Então, depende de política governamental.

Esta proposta que diz: "Olha, vou investir x milhões de reais, entretanto abate da minha dívida aqui" é uma proposta extremamente decente, coerente, mas que lamentavelmente não está acontecendo. Hoje os estados, na maioria absoluta, estão fazendo obras do Governo Federal. Neste Governo que está aqui, com todo respeito que eu tenho, que está deixando o Governo, Mato Grosso não recebeu sequer R$0,01 de investimento lá. Foram asfaltados agora, na gestão do Governo do Mauro Mendes, 2,5 mil quilômetros de asfalto com dinheiro próprio do estado, que fez o ajuste fiscal e cuja arrecadação melhorou. E o estado está fazendo obras do Governo Federal, porque o Governo Federal não está investindo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Em Santa Catarina também.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Em Santa Catarina e acho que na maioria dos estados da Federação.

Eu vi, lá atrás, a comemoração, dizendo: "Olha, o Governo atual aí fez a BR-163". Isso não é verdade. Da BR-163, que chegou lá em Santarém e lá em Miritituba, foram feitos 95% no Governo passado; 51km foram executados por este Governo que aí está. Eu não sei para onde foi o dinheiro. Sumiu o dinheiro do Governo Federal. Pouco ou quase nada...

E aproveito só para fazer um adendo aqui: essa questão da RP 9 é um assunto muito importante, que nós temos que rever. Dá impressão, Senador Veneziano, Senador Eduardo Braga, que é um negócio secreto, que é malandragem...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Bota no bolso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – ... que botam no bolso. Nós temos que dar um basta a isso aí. Como? Não sei. Vamos aumentar os valores das emendas individuais, das emendas de bancada...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – De bancada, de Comissão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Dá impressão que, com esse negócio do RP 9, as emendas o Senador pega, o Deputado Federal pega. Não é verdade; é transparente, vai para os municípios, vai para os estados. E cabe aos órgãos competentes fiscalizar, seja o Tribunal de Contas da União, seja o Tribunal de Contas do Estado. Não pode passar, ou seja, chegar o carimbo na testa de todos nós, Deputados Federais e Senadores, causando aquela impressão diante da sociedade de que esse dinheiro não é transparente, de que esse dinheiro está indo para o bolso de qualquer um dos Parlamentares.

Então, é um assunto que eu acho que nós temos que debater para o próximo ano aqui, Senadora Eliziane, caso contrário vai se passar uma imagem extremamente negativa à sociedade brasileira.

Nós temos procurado aqui ser o mais transparente, o mais republicano nas nossas ações nesta Casa aqui e nós não podemos admitir que nós sejamos taxados muitas vezes de cidadão que faz malversação do Erário, do dinheiro público. Não me põe nessa conta, eu não aceito em hipótese alguma. Tanto é verdade que eu tenho, todas as vezes em que eu faço a indicação, colocado na imprensa. Agora, os órgãos competentes é que vão fiscalizar. Se o Prefeito desviou ou se o Governador desviou, isso não é problema nosso aqui. O que eu quero é levar os investimentos para o estado, para as nossas cidades, seja na educação, na saúde, etc.

Portanto, faço esse adendo aqui porque eu acho que é muito oportuno esse debate, Senador Eduardo Braga – V. Exa. que já foi Governador, Ministro, Senador competente. A proposta do Senador Amin é razoável.

Agora, como V. Exa. falou, eu não quero passar muitas vezes – vou dizer como o Pedro Taques, que foi Governador – como "bobó cheira-cheira": receber aqui, colocar no meu relatório e, ao chegar lá, lamentavelmente, muitas vezes a própria assessoria, a consultoria não aceitar.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – Eu agradeço, Presidente, as palavras do Senador Jayme Campos.

Concordando com V. Exa. e com o Senador Esperidião Amin, eu creio que, nesta legislatura ainda, nós teremos que nos manifestar sobre a norma de aplicação da RP 9, sob pena de que, em função da nossa omissão, o outro lado da praça, até o final do ano, inviabilize...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Enfiar o dedo, e o que é pior: ser aplaudido.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Enfiar o dedo, ser aplaudido, e os nossos municípios e os nossos estados que hoje dependem quase que exclusivamente dos recursos da RP 9... Porque, se não fossem os recursos da RP 9, não haveria muitas das obras. Eu digo: no meu estado mesmo, no Estado do Amazonas, todas as obras de infraestrutura que estão acontecendo nos municípios do Estado do Amazonas são feitas com recursos de RP 9.

Agora, essa fiscalização é do Tribunal de Contas da União, essa fiscalização é da CGU, essa fiscalização é dos órgãos de fiscalização, comando e controle. Há problemas na norma, na regulamentação da RP 9? Há, mas nós não podemos deixar de fazer essa regulação, dar a transparência necessária de que ela precisa, sob pena de nós, ainda neste ano, vermos o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Supremo, outra instância qualquer, o Tribunal de Contas ou a própria CGU tomar uma decisão com relação à RP 9.

Portanto, estou concordando com V. Exas. e dizendo que eu também não estou entre aqueles... Eu posso falar exatamente com absoluta clareza: todos os recursos levados para o Amazonas através do Senador Eduardo Braga são públicos, notórios, publicados, evidenciados e têm contas prestadas para a população. Agora, que os órgãos de fiscalização, comando e controle o façam na forma da lei, que é o que deve ser feito, mas dizer que isso é um orçamento secreto? Não! Mas é verdade que nós precisamos melhorar os critérios, precisamos melhorar a regulamentação, precisamos melhorar a transparência. Tudo isso é correto. O incorreto é você ver as emendas das Comissões serem sistematicamente zeradas através de veto. E o próprio Congresso não é capaz de derrubar esses vetos – o próprio Congresso não é capaz de derrubar esses vetos.

Obras importantes... Nós estamos aprovando hoje aqui, entre essas emendas, uma emenda que o próprio Relator-Geral... Vejam só: o próprio Relator-Geral do orçamento apresentou uma emenda no valor de R$3,5 bilhões para a recuperação de rodovias federais através da nossa Comissão. Por quê? Porque ele lá prefere uma RP 2, uma RP 8, no caso das Comissões, a fazer uma emenda RP 9 de R$3,5 bilhões para incrementar o investimento em manutenção no Dnit! Se o Dnit tem R$6 bilhões, com a decisão que nós estamos tomando agora, vai ter R$10 bilhões – com o que nós estamos decidindo hoje. Nós estamos praticamente dobrando o orçamento do Dnit com a decisão do relatório, se este for aprovado pelos Srs. Senadores e pelas Sras. Senadoras no dia de hoje.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Vamos votar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Senador Veneziano...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Senador Veneziano, V. Exa. tem a palavra.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para discutir.) – Sem problema. A sugestão feita pelo Senador Jayme tem a nossa...

Se me permitir, Presidente Dário, são agradecimentos necessários, justificados a V. Exa., pela sua sensibilidade, e ao Senador Eduardo Braga, pelos esforços que todos nós aqui fazemos, e não há dúvidas quaisquer sobre as intenções efetivas de nós colaborarmos através das sugestões que são feitas com as apresentações das emendas, para que, pelo crivo do Relator indicado de cada uma dessas Comissões, possamos fazer as escolhas das emendas de apropriação e de remanejamento.

Eu, rapidamente, Senador Heinze, Senador Jayme Campos, Senador Esperidião Amin, não colaborarei mais do que as colaborações que já foram feitas nas exposições apresentadas por V. Exa. inicialmente, corroboradas pelo Senador Amin, pelo Senador Jayme, pelo Senador Eduardo Braga, porque, há poucos minutos, quando nós relatávamos na Comissão da Educação, também dizíamos exatamente isto: nós não pudemos aqui estar simplesmente com a sensação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não, mas com a quase certeza – pelo menos, porque essa certeza vem se verificando nesses últimos anos, Senador Eduardo Braga – de cumpridores, o que é o nosso dever, das obrigações desta Comissão, regimentalmente falando. Então, ao final de cada ano, quando nós nos debruçamos para que as Comissões apresentem as suas emendas, assim nós o fazemos, mas fazemos com aquele gosto amargo de saber que nada do que foi fruto deste trabalho de cada um de nós e notadamente daquele que tem que assumir o ônus da escolha, que é o Relator, gerará resultados, porque os vetos presidenciais têm sido reiterados.

Eu guardo as melhores expectativas, Senador Eduardo Braga, quando V. Exa. faz um adendo à fala do Senador Jayme Campos de que nós podemos fazer, já com vistas ao exercício de 2023, as correções, a fim de que as emendas de Comissões, sem que nós aqui nos detenhamos a estabelecer valores, sejam respeitadas em alguma medida.

Eu tenho absoluta certeza de que, com a vasta experiência que V. Exa. tem – vasta experiência –, a capacidade articuladora que indiscutivelmente têm V. Exa., o Senador Dário e os demais outros que já estão na Casa, que desfrutam dessa condição inclusive de fazer a interlocução com o Executivo, nós podemos, porque há a sensibilidade do Relator-Geral, Marcelo Castro. Penso porque ouvimos, durante o processo de discussão eleitoral, do próprio candidato então eleito nas últimas eleições a Presidente da República essa preocupação, a preocupação no tocante à RP 9. E é importante que nós desmistifiquemos – desmistifiquemos –, porque esse processo foi discutido muitas das vezes de uma maneira injusta, de uma maneira agressiva, provocativa, apontando aos Parlamentares, como se nós tivéssemos nos utilizado de outros meios, como se, nas indicações feitas por cada um dos Srs. Senadores e Srs. Parlamentares da Câmara Federal, você não tivesse o beneficiário identificado, o seu valor. O que há de secreto no momento em que você conhece o processo, que é simples? O ofício pedindo a indicação do Parlamentar e a ação. Se a ação não foi feita ou se ela foi malfeita, não cabe ao Parlamentar arcar com a acusação de ter participado de orçamentos secretos. Eu fui vítima desse processo – decerto o Senador Eduardo, decerto V. Exa.

Então é preciso que nós, acompanhando tudo isso que está acontecendo, não percamos a oportunidade de fazer as devidas correções e de poder... Porque penso que o próximo Governo, que se instalará a partir de janeiro, tem também... Aqui, quando nós vemos as sugestões feitas pelo Senador Eduardo Braga, nós vemos que são ações nacionais. O Governo Federal fala sobre aquilo com que de fato nós nos deparamos, a limitação para investimentos, e queixa-se porque os recursos que possui para fazê-los ou a liberdade de fazer essas indicações têm limites identificados, mas aqui nós estamos a colaborar. Nós estamos a colaborar.

Então, eu guardo expectativas ainda de que essas correções possam ser feitas, Senador Eduardo Braga, ainda sob a relatoria do Senador Marcelo Castro, sob os auspícios de quem governará o país. E quero agradecer a V. Exa. Já o fiz ao Senador Dário Berger por ter incluído. Aqui não se trata de uma ação reservada ao Estado da Paraíba, nós estamos falando sobre investimentos da ordem de R$50 milhões, da duplicação de uma BR que nasce em solo paraibano, km 1, na cidade de Cabedelo, e vai até o norte, até o Amazonas. A duplicação dessa BR foi iniciada por Campina Grande, já que o trecho concluído de João Pessoa até a nossa cidade já se deu há mais de uma década, e nós conseguimos isso com recursos de emendas parlamentares – com recursos de emendas parlamentares –, mas só que o seu valor é muito maior para que ela possa ser sequenciada de Campina Grande até o final do estado, até o Sertão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Paraíba. Então, eu quero lhe agradecer por esta compreensão, por este alcance – a BR é a Transamazônica, é a duplicação da BR-230 –, ao Senador Dário Berger e pelo entendimento dos demais pares para a aprovação do relatório, incluindo a Emenda nº 5.

Muito grato, desculpe por ter me alongado, Presidente Dário e Senador Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para discutir.) – Senador Dário, obrigado.

Senador Eduardo Braga, tenho uma colocação de uma emenda e eu queria saber se ela foi contemplada ou não, é a Emenda 45, de um aeroporto da Serra Gaúcha. O Senador Dário conhece, fica entre Caxias e Gramado.

Esse assunto, Senador Dário, Senador Eduardo, Senador Vital, eu tenho trabalhado já há uns três anos, e era para a obra já estar em andamento, mas houve a cassação de um Prefeito lá, e aí o processo truncou o projeto. Tem uma empresa de Santa Catarina que está concluindo o projeto nesse instante, para que possa ser licitado. E o que eu precisaria... Eu coloquei 40 milhões, mas não é a questão do valor. Se eu conseguir abrir a rubrica com cinco ou dez, para mim é suficiente, porque isso aí ficará para o ano que vem. Então, esse é o pedido que eu lhe faço. É importante porque é um aeroporto que beneficia toda a Serra Gaúcha e também o Vale das Hortênsias. É uma região extremamente importante, e precisa do recurso para poder abrir a rubrica para 2023. É nesse sentido que a gente precisaria que fosse contemplado. Eu pedi 40 milhões, mas não é o caso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – Pois é, eu queria fazer uma sugestão a V. Exa., de a gente fazer... Como é uma questão específica, local, e um valor absolutamente compatível com uma ação de emenda junto à Comissão de Orçamento, nós, inclusive – e eu acho que o próprio Presidente também –, nos colocamos à sua disposição para trabalhar junto ao Senador Marcelo Castro para que a gente possa acatar uma emenda de Relator ou uma emenda individual lá na Comissão de Orçamento para atender um aeroporto especificamente, porque, veja, se V. Exa. olhar as quatro emendas de recursos que foram atendidas, são todas sobre questões regionais ou questões nacionais. Nós aprovamos uma emenda de 3,5 bilhões, de autoria do próprio Marcelo Castro...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Para o Dnit.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... para o Dnit que dobra, praticamente, os recursos para manutenção e investimento em infraestrutura; aprovamos uma que liga Santa Catarina ao Paraná, de autoria do Senador Dário Berger e outros; uma que liga Paraíba a outros estados do Nordeste e interliga até com a Região Amazônica, porque diz respeito à Transamazônica; e um recurso de R$100 milhões para a Região Norte, que está com situações desesperadoras: duas pontes caíram agora, no mês de agosto, na BR-319 – nós estamos isolados completamente –, duas pontes simplesmente ruíram lá.

Então, o que eu posso dizer a V. Exa.: como ela não é de redação, não é de remanejamento, é de recurso, e é uma emenda de R$40 milhões, acho que nós conseguimos juntos – e aí eu assumo o compromisso com V. Exa. – trabalhar junto ao Relator geral para ser atendido o pleito absolutamente justo de colocar recursos na ordem de 40 milhões ou na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria de Aviação ou já carimbados diretamente para o aeroporto... Eu esqueci o nome do município...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Caxias, Serra gaúcha.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – ... de Caxias, na Serra Gaúcha.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Na Serra Gaúcha.

Está bem.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Só para contribuir, eu fui Presidente da Comissão Mista de Orçamento. E essa sua solicitação, essa sua reivindicação não tem objetividade nas emendas de Comissões, mas, como é só para criar uma rubrica, parece-me que nós vamos contar com a benevolência e a compreensão do Senador Marcelo Castro, que certamente atenderá o pedido de V. Exa. Depois vêm as tratativas para incorporar a emenda e, evidentemente, iniciar as obras. E eu serei seu parceiro nisso...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Atendemos aqui o Senador Marcelo Castro, que foi o... A primeira reivindicação que veio à Comissão foi do Senador Marcelo Castro, para incrementar os recursos para o Dnit. Evidentemente, é unanimidade isso, é uma necessidade. Eu tenho convicção de que nós vamos conseguir atender essa reivindicação...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É que é o segundo aeroporto do estado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Claro, claro.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Hoje tem em Porto Alegre. E pega a Serra Gaúcha, pega mais de 50 municípios, que serão beneficiados; não será apenas um município ou dois, mas toda a Serra.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Claro, claro.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k. Aceitamos e vamos trabalhar lá com o Marcelo.

Obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – Presidente, eu queria fazer um comunicado lamentável aqui à Comissão.

Eu acabei de ver aqui na internet que a música popular brasileira perde, talvez, uma das suas maiores cantoras de todos os tempos, a cantora Gal Costa, que faleceu aos 77 anos de idade. Portanto, eu quero aqui, em nome eu acho que de muitas gerações brasileiras que viram o sucesso, a inspiração, o talento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É, Meu Nome é Gal.

... de uma forma tão marcante... Eu sou de uma geração que ouviu, assistiu e viu o talento da Gal Costa acender a esperança, alimentar a alma e o espírito através da musicalidade e através do seu talento. Lamentavelmente, o Brasil perde hoje uma das grandes artistas populares, e a música popular brasileira, sem dúvida, perde uma das maiores intérpretes de todos os tempos.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Bem, quero também me solidarizar com essa perda irreparável e quero, antes de colocar em votação o relatório apresentado pelo Senador Eduardo Braga, fazer um breve, rapidinho, em poucos minutos, comentário.

O primeiro é com relação à compensação sugerida e solicitada pelo Senador Esperidião Amin dos recursos investidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina nas rodovias federais. Foi quase R$0,5 bilhão, foram R$465 milhões para fazer frente às obras que estão em andamento. E, acredite se quiser, Dr. Eduardo Braga, o Governo Federal não inaugurou um metro quadrado de asfalto em Santa Catarina durante esses quatro anos, nem com os recursos aportados pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

Na verdade, esse convênio, esse acordo que foi feito entre Governo Federal e Governo estadual foi um acordo malfeito – quando o acordo é malfeito, ele termina mal – e terminou mal. E cabe agora a nós lutar para a compensação desses recursos, que ainda não foram implementados na sua plenitude e que não trouxeram, basicamente, nenhum resultado de melhorias na rede rodoviária de Santa Catarina.

Na época, o Governador Moisés esteve aqui – e não foi reeleito agora –, e eu propus a ele que, para cada R$1 que Santa Catarina desse para aportar recursos para dinamizar as obras que são importantes para distribuir e locomover as riquezas produzidas em Santa Catarina, o Governo Federal aportasse R$1 também de recurso. Bem, passou, foi indo, etc. e tal... Esse acordo foi feito aqui na Comissão de Infraestrutura, com o Governo Federal – o Esperidião estava junto –, na sala 2, Assembleia Legislativa, porque requeria convênio Governo Federal, Governo estadual, aprovação da Assembleia Legislativa, etc. e tal. Pois o Governo Federal, naquela oportunidade, se demonstrou completamente insensível, porque o Governador, com muita legitimidade, queria aportar os recursos para inaugurar alguns trechos ou o trecho mais importante. Não, o Governo Federal só aceitava os recursos se fosse para aplicar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Sete horas e meia de reunião.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – ... os recursos da forma como o Governo Federal achava que deveria aplicar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Desapropriação.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Desapropriação, etc. Então, um negócio lamentável, um país burocrático, as coisas não avançam. O problema não é só a falta de dinheiro, Senador Heinze. O problema é a falta de consciência política, para que a gente possa efetivamente avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, lamentavelmente, essa questão é uma questão que ficou entalada na minha garganta. Até hoje, não me conformo. Fez parte da discussão nas eleições e não teve repercussão nenhuma, porque, parece-me, a população não está mais nem aí para isso. A questão virou muito ideológica: ou "sou do bem", ou "sou do mal"; ou "você é político", ou "não é político". Foi realmente uma coisa impressionante.

E outra coisa que eu queria comentar é RP 9. Eu sou um dos poucos Senadores que não peguei recursos do orçamento secreto. Eu não sei se fiz o certo ou se fiz o errado; sinceramente, não sei, não sei avaliar. Sob o ponto de vista da transparência, da legitimidade, etc., acho que fiz o correto, mas deixei de levar recursos para Santa Catarina.

Essa discussão é uma discussão que foi feita, mas que não teve identidade nenhuma do ponto de vista eleitoral. Entendeu? As pessoas não estão mais refletindo sobre esse tipo de comportamento. Agora, evidentemente, é uma aberração, é uma vergonha para nós, em pleno século XXI, num período em que passamos por dificuldade, nós implementarmos a institucionalização do mensalão no Congresso Nacional e no Governo Federal, porque nada mais é RP 9 do que a institucionalização de um mensalão, para os Parlamentares votarem a favor do Governo! Essa é a minha opinião, e não tem outra! Não tem outra razão, porque está exacerbando a sua condição, para impor um orçamento para levar recursos de forma secreta. Não sei como é isso! É secreto? Até hoje, não entendi esse negócio de ser secreto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senador, se me permite, o que é considerado secreto é o critério de por que um Parlamentar manda R$600 milhões e outro manda R$30 milhões. Isso é que é secreto!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Pois é!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso é secreto!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Pois é!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E isso está comprovado. Isso está comprovado!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Mas essa é a volta do período do amigo do rei.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, há falta de critério de distribuição. Isso já está no espelho. Discutir para onde é que nós vamos... Discutir os erros é uma coisa. O que eu falei... Não quero entrar na questão se o dinheiro é bem aplicado ou se é mal aplicado, como falou o Senador Eduardo Braga. Isso a lei já contempla.

Emenda individual... A emenda individual nasceu, a imprensa nos desancou com um pau. A verdade é que a melhor comparação que eu conheço é a do aspersor do padre: como é que eu vou jogar uma gota de água lá no fundo da igreja? Com emenda parlamentar! Se for depender de Brasília, o dinheiro nunca vai lá!

Segundo, há a Emenda Constitucional nº 100. Cada estado do Brasil tem uma bancada aqui. A bancada discute e distribui R$250 milhões, R$280 milhões. Isso é ruim? É bom! Ajuda a espalhar, a aspergir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, quanto a RP 9, é bom ou é ruim que o Congresso delibere? Há o bom, há o ruim. Agora, se for uma deliberação clara, se houver um debate... O Eduardo Braga o convence, arruma uns votos, consegue, ou o Veneziano, quer dizer, cada um de nós está exercendo o seu mandato. É melhor passar esse crédito, seja de R$19 bilhões, seja de R$1 bilhão, para que os recursos sejam canalizados através de um critério. Por exemplo: comissão temática. Ele é secreto num critério; não é na destinação, porque, depois que o dinheiro pinga no caixa do estado ou do município, ele tem que executar de acordo com a lei.

Desculpe o aparte.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – Na realidade, eu só queria dizer que ele é secreto no critério da indicação, porque o resto é tudo transparente. A partir do momento em que ele é publicado, os órgãos de comando e controle têm como ver a aplicação. Então, nós precisamos resolver a regulamentação do critério da indicação. O resto eu acho que é absolutamente correto.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Quanto ao caso que V. Exa. falou, sobre a questão do recurso que o Estado de Santa Catarina investiu em obras da União, há um projeto, Senador Esperidião, de que eu sou Relator – está na CAE, Senador –, de que a gente faça compensação.

No nosso caso, do Rio Grande do Sul, por exemplo, deram quase 80 bilhões para a União, e havia um projeto do Governador de 470 milhões para a União. É claro que tem que abater na dívida que o estado tem com a União.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E é para transferir para a União o dinheiro; não é executar a obra pela União.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Transfere para a União.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Transfiro, e o Dnit executa a obra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Então, o que nós queremos?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se isso não puder se abatido da dívida...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Que esse valor que Santa Catarina investiu na União seja abatido na dívida de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Nenhuma dúvida a esse respeito.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Que o que Rio Grande do Sul pagou seja abatido na dívida do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Pelo contrário, mas isso já deveria ter sido acordado no momento em que selaram o entendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu mencionei aqui, Esperidião – e você não estava aqui – é o seguinte: esse rescaldo fica para nós lutarmos, invariavelmente, para convencer o Governo Federal a fazer a compensação. Quer dizer, isso é o que tem que acabar no Brasil – entendeu? –: as coisas malfeitas, feitas pela metade. Você faz, tem um objetivo, depois volta e insiste, implora. Não é o nosso papel esse, entendeu? Vamos fazer as coisas bem feitas e vamos seguindo em frente.

Bem, antes de colocar o relatório em votação, eu queria pedir a opinião dos senhores com relação a requerimento apresentado por V. Exa., Senador Esperidião. Nós temos duas alternativas.

Primeira alternativa. Bem, primeiro que nós não podemos, na ata, deliberar nesta reunião que nós estamos fazendo, porque ela é específica. A própria Comissão de Orçamento não vai aceitar, não tem aceitado pelo menos. Então, eu não acho prudente fazer isso. Então, o que nós poderemos fazer? Nós poderemos encerrar a sessão, a nossa reunião, convocar outra, mas precisaríamos do número de Parlamentares, precisaríamos do quórum, o que eu acho agora que é relativamente difícil.

A outra alternativa é nós combinarmos a marcação da audiência pública e, minutos antes da reunião, aprovar o requerimento, que é unânime. Não vejo por que não aprovar um requerimento dessa natureza.

Então, quero me socorrer dos amigos sobre a sugestão que nós podemos adotar para resolver o problema do requerimento do Senador Esperidião Amin. Enquanto isso, coloco em votação, então.

Não havendo mais quem queira discutir o relatório apresentado pelo Senador Eduardo Braga, coloco em votação o relatório.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado com o adendo das emendas de remanejamento que o Senador Eduardo Braga já mencionou e também com a emenda de compensação do Senador Esperidião Amin entre os órgãos federados.

Dito isso, então, aprovado com as respectivas emendas, esse relatório será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para as devidas providências.

Antes de encerrar, consulto os Srs. Senadores se desejam fazer mais alguma manifestação. (*Pausa.*)

Percebo que não. Então, antes de encerrarmos a nossa...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Fora do microfone*.) – ... está aprovado?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sim. (*Fora do microfone.*)

E, quanto ao requerimento, optamos pela alternativa dois?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – Você não declarou que está aprovado. E, como nós precisamos dessa formalidade...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Que está aprovado o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Então, foi um ato falho... Não, mas eu falei aqui: "aprovado", "aprovadas as emendas"...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, ele falou. Ele falou. Disse até com os acréscimos...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Eu falei, não falei?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É, mas... As emendas. Mas tem que declarar aprovado o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – As emendas e o relatório, então?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É, o relatório com as emendas, aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Um pequeno ato falho, porque aprovar as emendas sem o relatório não tem o menor interesse.

Então, aprovado o relatório.

E, antes de encerrarmos a nossa reunião de hoje, proponho a dispensa da leitura e a aprovação...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E adotaremos a modalidade dois para o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – ... da presente reunião.

Como é que é, Senador?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E adotar a alternativa dois para o requerimento, então?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Alternativa dois para o requerimento. Aprovaremos e marcamos. V. Exa. tem a liberdade para entrar em contato com a Comissão para marcar o mais brevemente possível. (*Pausa.*)

Aprovada também a ata da presente reunião.

Muito obrigado a todos aqueles que participaram e têm interesse nesta reunião.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Está encerrada a nossa reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e cinco minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Dário Berger, Jayme Campos e Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Guaracy Silveira, Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Soraya Thronicke, Alexandre Silveira, Mecias de Jesus, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Marcos Rogério, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Jean Paul Prates, Fernando Collor, Telmário Mota, Acir Gurgacz, Weverton e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Giordano, Roberto Rocha, Jorge Kajuru e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 75, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o §1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ANTAQ, na vaga decorrente do término do mandato de Adalberto Tokarski." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 79, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor ALBER FURTADO DE VASCONCELOS NETO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 80, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor CAIO CÉSAR FARIAS LEÔNCIO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 81, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor LUCAS ASFOR ROCHA LIMA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, na vaga decorrente do término do mandato de Davi Ferreira Gomes Barreto em 18 de fevereiro de 2023." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 5 - Mensagem (SF) n° 82, de 2022 - Não**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor FELIPE FERNANDES QUEIROZ, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, na vaga decorrente do término do mandato de Fábio Rogério Teixeira Dias de Almeida Carvalho." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Alexandre Silveira. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 6 - Mensagem (SF) n° 84, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 55-D da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, o nome da Senhora MIRIAM WIMMER, para ser reconduzida ao cargo de Diretora do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, com mandato de quatro anos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 7 - Mensagem (SF) n° 85, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor ALEXANDRE REIS SIQUEIRA FREIRE, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, na vaga decorrente do término do mandato de Emmanoel Campelo de Souza Pereira." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 33, de 2022** que: "Requer realização de audiência pública a fim de analisar a efetividade das ações de fiscalização da ANTT, no contrato de concessão da BR 116/376/PR e BR 101/SC Trecho Curitiba - Palhoça." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Weverton, Soraya Thronicke, Eduardo Braga, Jayme Campos, Alexandre Silveira, Veneziano Vital do Rêgo, Espiridião Amin, Dário Berger, Izalci Lucas, Carlos Portinho, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Guaracy Silveira e Omar Aziz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quinze minutos. A presente Ata, já aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/23

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC. Fala da Presidência.) – Muito bom dia! Vamos iniciar a nossa reunião.

Gostaria aqui de pedir silêncio aos interessados nesta importante reunião e já comunicar, preliminarmente, que, no Plenário 15, foi instalado um telão. Se as acomodações aqui, no nosso Plenário, não estiverem condizentes e confortavelmente adequadas para ouvir ou para participar da reunião, as senhoras e os senhores interessados poderão se dirigir, então, até o Plenário 15, onde assistirão à nossa reunião através do painel, através de um telão.

Portanto, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 16ª Legislatura.

Documentos recebidos pela Comissão.

Só um minutinho, Senador Weverton.

Comunicamos o recebimento, pela Comissão, dos seguintes documentos:

Aviso nº 1.417, de 2022, do Tribunal de Contas da União, que trata do acompanhamento para avaliar as ações fiscalizatórias realizadas entre 2017 e 2021, pela Agência Nacional de Energia Elétrica, nos contratos de concessão das distribuidoras da Eletrobras privatizadas, então denominadas Amazonas Energia, Boa Vista Energia, Ceal, Cepisa, Ceron, Eletroacre e Celg-D.

Recebemos também a Carta de nºs 5 e 6, do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Rio de Janeiro, contendo manifestações e apoio a indicações para as vagas nas diretorias da Antaq, incluindo a indicação do Vice-Almirante Wilson Pereira Lima Filho.

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, os documentos já estão disponíveis para consulta na página da Comissão e aguardarão eventuais manifestações dos Srs. e das Sras. Senadoras, no prazo de 15 dias, após os quais serão arquivadas.

Informamos ainda o arquivamento dos expedientes que tiveram seu recebimento comunicado nas reuniões anteriores.

Reunião Interativa.

Informo que a presente reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação de todos os interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, também no senado.leg.br/ecidadania ou também pelo telefone da Ouvidoria, que é o 0800 0612211.

Indicações das autoridades.

Em razão das peculiaridades das reuniões semipresenciais e do grande número de sabatinas previstas, organizaremos a nossa reunião de hoje da seguinte forma... Submeto, evidentemente, a sugestão à análise dos Srs. Senadores e Senadoras para ver de que forma nós podemos agilizar os trabalhos e fazer a nossa reunião da melhor maneira possível.

Inicialmente, o tempo será destinado à leitura dos relatórios; em seguida, os indicados farão suas exposições, limitadas eu não sei se a cinco ou dez minutos – normalmente, a gente dá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cinco minutos ou dez minutos. Vamos fazer por cinco minutos, com a tolerância razoável para concluírem, então, a exposição os nossos indicados. Se os senhores concordarem, eu considero cinco, com a devida tolerância. Depois das exposições, será concedida a palavra às Sras. e aos Srs. Senadores que desejarem sabatinar os nossos convidados, por ordem de inscrição.

Os Senadores e as Senadoras já podem fazer a sua inscrição – Senador Jayme Campos, bem-vindo, nosso Vice-Presidente da Comissão! –, e terão também um prazo definido. Evidentemente, peço a compreensão para que seja o mais rápido possível.

Queria solicitar aos nossos convidados que pudessem tomar assento à mesa.

O item 1 é relatado pelo Senador Jayme Campos.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) N° 75, DE 2022
- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o §1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ANTAQ, na vaga decorrente do término do mandato de Adalberto Tokarski.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Jayme Campos
Relatório: Pronto para deliberação
Observações: *Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado*

Almirante, por favor.

Quero também convidar para fazer assento à mesa o Sr. Alexandre Reis Siqueira Freire, que também será sabatinado para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Quero convidar para fazer parte da mesa também o Sr. Alber Furtado de Vasconcelos Neto, Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); o Sr. Caio César Farias Leôncio, para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); o Sr. Lucas Rocha Lima, para a ANTT; o Sr. Felipe Fernandes Queiroz, também para a ANTT; e a Sra. Miriam Wimmer, para o cargo de Diretora do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Bem, feita essa manifestação, passamos, então, à leitura dos respectivos relatórios.

O Senador Weverton pede a palavra.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu lhe agradeço, ao tempo em que eu peço também a gentileza de V. Exa.

Como nós estamos na semana de esforço concentrado e temos outras sabatinas em outras Comissões, já quero pedir que, depois da sessão de hoje, agora pela manhã, no que caminha aqui, em sendo aprovados os nomes dos ora indicados, V. Exa. possa já remeter para o Plenário, para, nesse esforço de hoje, aproveitar a presença dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras para a gente já conversar com o Presidente e tentar levar logo para a pauta no dia de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A tempo também, a maioria ou quase todos já leram os relatórios dos indicados. Então, isso facilitaria V. Exa. autorizar já a abertura do painel de votação para que a gente pudesse já exercer aqui a nossa opinião. Também o senhor autorizar os Relatores a também darem como lidos os seus relatórios já facilitaria porque daí os sabatinados poderiam já passar para as suas palavras e já dar também os seus posicionamentos.

Então, era isso, Presidente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Se não há...

Pois não, Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS. Pela ordem.) – Até mesmo antes, eu só gostaria de dizer para o Senador Weverton – primeiro, bom dia – que eu não me oponho a essa questão de abertura das urnas eletrônicas aqui no Senado Federal, mas eu tenho a intenção de pedir vista de dois indicados. Então, isso prejudicaria... Nós faríamos isso antes ou depois? Porque, se for abrir todos os nomes para que nós possamos votar, vai ficar prejudicado o meu pleito.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, primeiro cumprimento V. Exa., cumprimento todos os colegas Senadores e Senadoras, cumprimento a indicada e os indicados.

Sr. Presidente, a propósito da questão de pedidos de vista, eu queria suscitar aqui uma questão de ordem, porque o Senado da República está, neste momento, sob a égide de uma decisão do SDR, com relação ao funcionamento remoto, que estabelece que a tramitação das matérias nesse período é em regime de urgência. Portanto, qualquer pedido de vista é de meia hora. É óbvio que cada Senador tem o direito de fazer o seu pedido de vista, mas esse pedido de vista está, pelo Regimento, restrito a meia hora.

Acho que a proposta do eminente Senador Weverton é bastante razoável, a de que, em função do esforço concentrado e de várias sabatinas que estão acontecendo, até pelo fato de que, por razões de agenda, a reunião da CI acabou sendo transferida para as 11h da manhã, nós pudéssemos abrir o painel e, se os Senadores estivessem de acordo, dar como lidos os relatórios, para irmos direto à sabatina – essa seria uma economia processual muito grande diante do número de indicados muito elevado –, sob pena de nós termos aqui uma audiência que entraria pela tarde. E, provavelmente, perderíamos a oportunidade de encaminhar os sabatinados para a sessão de hoje do Senado, que é uma das últimas oportunidades de termos quórum em esforço concentrado para votação nominal com número mínimo de votos, Sr. Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Senador Jayme Campos...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro, quero fazer um questionamento aqui. Na medida em que a Senadora Soraya já manifestou a sua pretensão de fazer pedido de vista em relação a alguns indicados, eu acho de bom alvitre que todos os Senadores designados para serem Relatores das matérias referentes aos indicados tenham que ler, até porque, para se pedir vista, tem que se fazer a leitura do relatório referente aos indicados. Com todo o respeito ao Senador Eduardo Braga e, sobretudo, ao Weverton, temos por obrigação lermos.

É claro que V. Exas. estão pedindo isso para o bom andamento e celeridade dos trabalhos. Todavia, não há no Regimento Interno nada de impeditivo em relação aos 30 minutos, de que o senhor fala. Via de regra, pelo Regimento Interno, são cinco dias para o pedido de vista, para o relatório ser devolvido à Comissão. Não são 30 minutos, são cinco dias!

Desde que haja acordo com os senhores membros desta Comissão de Relações Exteriores, aí o pedido de vista da Senadora Soraya poderá vir para os 30 minutos. Caso contrário, eu desconheço isso, até porque fui Presidente da Comissão, como V. Exa. também foi Presidente da Comissão. Eu desconheço isso. Neste caso particular, não tinha por que ela pedir vista. Aqui não estou fazendo nenhuma defesa. Não sou contratado pela Senadora Soraya. Agora nós temos que fazer com que prevaleça, com certeza, aqui, o Regimento Interno desta Comissão. Salvo melhor juízo, esta Comissão, aqui presidida pelo ilustre Senador Dário Berger, não é como as demais Comissões, como as Comissões que eu já presidi aqui, como a Comissão de Assuntos Sociais e outras. Aqui, não se fala em 30 minutos. Eu desconheço.

Com certeza...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Meu eminente...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – ... V. Exa. está invocando o...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Meu eminente e sempre...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – V. Exa. é mestre, mas aqui vamos botar os pingos nos is, até para...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Meu eminente e sempre inspirador Senador Jayme Campos, V. Exa. me permite apenas esclarecer aqui um ponto levantado por V. Exa.?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Pois não!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, que é o que rege as sessões semipresenciais, regulamenta o funcionamento das sessões e das reuniões remotas e semipresenciais do Senado e a utilização do Sistema de Deliberação Remota, que, inclusive, nós estamos usando.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Perfeito!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O art. 8º dessa resolução, que substitui, no caso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – O nosso Regimento Interno.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... o nosso Regimento Interno, diz o seguinte... O referido ato estabelece que serão aplicadas as normas previstas para matéria em rito de urgência de que trata o art. 336, I, do Regimento Interno do Senado da República, para as proposições deliberadas durante sua vigência. O Regimento Interno do Senado, a seu turno, estabelece que o prazo para proferir relatório para essas matérias, de acordo com art. 331, inciso I, é de no máximo duas horas. Já em relação à vista em regime de urgência, o prazo estipulado segundo o art. 132, §2º, inciso I, é de 30 minutos.

Portanto, meu eminente sempre...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Vou dar a mão à palmatória: confesso a V. Exa. que eu não conhecia essa resolução que imagino que foi lá na pandemia que nós tivemos, não é?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Eu imagino que ela não esteja mais prevalecendo, mas, lamentavelmente, ela não foi levantada ainda.

De qualquer forma, eu só quero externar aqui, dizendo ao ilustre Presidente Berger que eu acho, na medida em que tem essa questão da possibilidade de a Senadora Soraya pedir vista, que nós temos que reler o relatório, nem que ela tenha o pedido de vista assegurado por uns trinta minutos e ela devolva, faça algum adendo, acrescente alguma coisa aí, mas nós temos que dar o direito à Senadora de fazer esse pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Agradeço a V. Exa. Eu acho que não nem elegante de nossa parte nós não procedemos à leitura do relatório dos indicados. Isso nunca aconteceu nas Comissões as quais eu já presidi. Certamente vou passar a palavra aos Relatores para que os Relatores possam apresentar o relatório e depois faremos a sabatina.

Eu sei que todos nós estamos em esforço concentrado, temos muitas reuniões – eu mesmo e o Senador Eduardo Braga viemos correndo aqui para a Comissão, em função de outra reunião a que nós estávamos submetidos –, mas não podemos, diante dessas circunstâncias, não fazer uma sabatina à altura dos cargos que serão exercidos, principalmente nas agências reguladoras do Brasil.

Então, eu pretendo proceder à abertura do painel imediatamente, se for possível – já pode abrir.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Ao mesmo tempo, com relação ao pedido de vista e com relação aos relatórios, eu vou sabatinar... A princípio, a minha sugestão, a minha a minha condução dos trabalhos vai se direcionar neste sentido: eu vou ouvir o relatório de todos os Relatores que foram designados. Se o Relator não estiver presente e se não tiver entregado o relatório até o momento, esse sabatinado vai ficar para uma próxima reunião. O pedido de vista eu vou conceder e vou conceder o pedido de vista observando um rito natural das coisas. Vou conceder... Se tiver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedido de vista, vou conceder o pedido de vista até a próxima reunião, que pode ser na próxima terça-feira ou na próxima quarta-feira.

Certamente aqui, em função da transição que vai ocorrer, nós vamos estar presentes aqui, no Senado Federal, neste final de ano e, certamente, não vejo nenhum problema de nós concedermos a vista e apreciarmos, então, essas autoridades de que foram solicitadas vista na próxima reunião. É o que eu pretendo fazer. Salvo melhor juízo, é assim que nós procederemos.

Vamos, então, ao item 1 da pauta, que é relatado pelo Senador...

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – O senhor me permite, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – ... pelo Senador...

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Pela ordem.) – Se o senhor me permite, Presidente, nos termos da colocação do Senador Eduardo Braga, eu gostaria de fazer um recurso ao Plenário da concessão de...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Não, mas não cabe recurso numa hora dessas. Eu peço a compreensão de V. Exa. porque...

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – É uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Não... Por questão de ordem, mas questão de ordem eu aceito ou não aceito. Vou consultar aqui os nossos assessores para ver se...

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Cabe recurso ao Plenário, Presidente. (*Pausa.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Não, não... Ele deu para a próxima...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Ele deu o regimental normal, sem considerar o momento...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Bem, se for dessa forma, o senhor apresenta o requerimento, e eu vou analisar de que forma vamos proceder.

Eu vou para o item 1 da pauta.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Então, nós vamos apresentar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Senador Jayme Campos é o Relator.

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Sr. Wilson Pereira de Lima Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Transportes Aquaviários ANTAQ, na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Adalberto Tokarski.

Senador Jayme Campos, V. Exa. tem a palavra para apresentar o relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente Dário Berger, colegas Senadores e Senadoras, serei rápido e objetivo, mas, antes de mais nada, eu gostaria, com a devida vênia e permissão de V. Exa., Sr. Presidente, que o nosso almirante aqui se levantasse, porque ele não teve o direito de sentar. Eu solicitaria à Mesa que colocasse também uma cadeira para ele – se for possível, assessoria.

Presidente Dário, eu gostaria que V. Exa. convidasse também o indicado para fazer parte da mesa. Vamos arrumar uma cadeira para ele aí, se possível, até para que as Sras. e os Srs. Senadores possam conhecê-lo. Vamos votar, mas não conhecemos o indicado. Aqui se criou uma mania muito ruim de indicar muita gente, e não temos o direito nem de conhecê-las pessoalmente, não é? Eu já disse e repito: não voto em quem eu não conheço. Só no currículo não vai, não é, Eduardo Braga?

Relatório, Sr. Presidente.

Com base no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, e em conformidade com os termos do art. 53 da Lei 10.233, de 5 de junho de 2001, que criou a Agência Nacional de Transportes Aquaviários, a Presidência da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Wilson Pereira de Lima Filho para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), autarquia especial vinculada ao Ministério da Infraestrutura. Para tanto, encaminha a esta Casa a Mensagem nº 75, de 2022 (Mensagem nº 155, de 2022, na origem), à qual se encontram anexados o *curriculum vitae* do indicado e demais documentos pertinentes.

O Sr. Wilson Pereira de Lima Filho nasceu em 1958, e entrou para a carreira militar na Marinha do Brasil em 1977. Graduou-se na Escola Naval no ano de 1980. Obteve os diplomas de Mestre em Ciências Navais e Doutor em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval, no Rio de Janeiro, em 1997 e 2007, respectivamente.

Em seus mais de 40 anos de carreira, realizou diversos cursos em instituições nacionais e internacionais de renome, destacando-se o Programa Avançado de Administração na Universidade San Ignacio de Loyola, no Peru; o de Administração de Recursos para a Defesa na Escola Superior de Guerra Naval do mesmo país; o de Planejamento e Gestão Estratégicos, na Universidade Federal do Rio de Janeiro; e o de Altos Estudos de Política e Estratégia na Escola Superior de Guerra, atualmente Escola Superior de Defesa, em Brasília.

De sua exitosa carreira militar, destacamos os postos mais importantes para sua atuação na Antaq.

O Sr. Wilson Pereira de Lima Filho por duas vezes ocupou o cargo de Capitão dos Portos, primeiro em Alagoas (de 2002 a 2004), e depois no Rio de Janeiro (de 2007 a 2009), função diretamente ligada ao tráfego aquaviário e à segurança da navegação.

Sr. Presidente, solicito que peça silêncio aqui.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Como Comandante do 8º Distrito Naval, entre 2014 e 2015, destacou-se por sua participação no Comitê Técnico da Hidrovia Tietê-Paraná. E, como Diretor de Portos e Costas, cargo que exerceu de 2015 a 2018, foi Presidente da Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem, além de ter promovido a atualização de diversas Normas da Autoridade Marítima (Normam) para aprimorar a segurança e regulamentar o uso de novas tecnologias.

Em 2018, passou à reserva, mas continuou servindo ao país como Juiz-Presidente do Tribunal Marítimo, cargo para o qual foi nomeado em 4 de junho de 2018 e que exerceu até 31 de julho de 2022. Sua atuação pautou-se, segundo relata o indicado, pela cooperação com diversos outros órgãos, entre eles a própria Antaq, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, e o Ministério Público do Trabalho.

Em atendimento ao que determina o art. 383, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o indicado enviou *curriculum vitae*, em que constam suas atividades profissionais e seis publicações de sua autoria. Declara, ainda, a inexistência de parentes seus que exercem ou exerceram...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – ... atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional; que não participou, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais; que se encontra em situação de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal; e que inexistem ações judiciais nas quais figure como autor ou réu.

Em relação ao item 5 da alínea "b" do inciso I do artigo supracitado, informa que, nos últimos cinco anos, atuou como Juiz-Presidente do Tribunal Marítimo. Quanto à argumentação escrita sobre a experiência profissional, formação técnica e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade, o indicado, em suma, relembra sua carreira de mais de 45 anos no serviço público, e sua experiência no campo da navegação marítima de longo curso e de cabotagem, e nas navegações fluvial e lacustre. Aponta, ainda, sua longa atuação em Direito Marítimo, na direção de órgãos com competência na área de normatização, fiscalização e regulação do tráfego aquaviário.

Quanto à formação em nível superior, exigida pelo §1º do art. 53 da Lei 10.233, de 5 de junho de 2001, para o exercício do cargo de Diretor da Antaq, esclarecemos que o §2º do art. 18 da Lei 11.279, de 9 de fevereiro de 2006, que “dispõe sobre o ensino na Marinha”, reconhece a Escola Naval como “o estabelecimento responsável pelos cursos de educação superior de graduação em Ciências Navais”, e que, já à época da graduação do indicado, a Lei 6.540, de 28 de junho de 1978, classificava como curso de graduação em nível superior aquele “visando ao preparo de oficiais para o desempenho dos cargos e o exercício das funções peculiares aos graus hierárquicos iniciais”.

Diante do exposto, Sr. Presidente, entendemos que os Senadores e as Senadoras integrantes desta Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. Wilson Pereira de Lima Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, em cumprimento às exigências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea f, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001.

Esse é o voto, que está disposto para ser votado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Eu que agradeço a V. Exa.

Quero aproveitar a oportunidade para, mais uma vez, reiterar a necessidade de nós fazermos silêncio aqui para continuarmos a sabatina.

Eu quero agradecer inclusive ao Senador Jayme Campos, porque esse primeiro relatório só pôde ser lido pelo tom de voz que V. Exa. aplicou, que foi mais alto do que o da plateia. Caso contrário, eu vou pedir para os senhores se retirarem, irem para o Plenário 15 e acompanharão, então, a reunião do Plenário 15.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Presidente Dário Berger?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Pois não, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. Pela ordem.) – Eu lhe peço desculpas porque tenho vindo pouco na Comissão e quando venho, já estou lhe...

Mas, conversando aqui com a Senadora Soraya sobre esse pedido de vista, enquanto se entra no entendimento, são dois, pelo que entendi. Nós temos sete sabatinados. Então, é perfeitamente possível que ela diga quem são os dois, porque até o final da sessão vai continuar a discussão e tentar entrar nesse entendimento, e os outros cinco V. Exa. pode liberar, porque há o acordo, para que a gente possa votar. Essa é a sugestão.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Mas, Senador Weverton, permita-me... Acho que leram todos os relatórios e já está pacificado pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Consulto a Senadora Soraya se concorda com a proposição feita pelo Senador Weverton.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Eu concordo, mas eu entendo que um dos que eu iria pedir vista está prejudicado, porque o relatório dele nem sequer chegou aqui, que é o Lucas. São os dois da ANTT. O Lucas já está... O relatório não foi depositado no sistema, então, é inviável, é impossível. Então, por si só, nós estamos todos impossibilitados de analisar e de...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Então, seria só um pedido de vista.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Então, é um pedido de vista, porque eu entendo que a indicação do Lucas e a sabatina dele está prejudicada hoje, caiu por terra. Há simplesmente a do Felipe, e só. Pedido de vista em relação apenas ao Felipe.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Eu inclusive mencionei aqui que eu só iria submeter à sabatina diante dos relatórios apresentados e dos seus respectivos Relatores. Também não faria uma relatoria *ad hoc*, porque é um momento polêmico que nós estamos vivendo, esses indicados chegaram à Comissão na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segunda-feira à noite, tanto é que eu tive que transferir a nossa reunião para quarta-feira... Sistematicamente ela acontece às terças-feiras, mas não daria tempo de fazer a sabatina.

E, às vezes, eu fico me perguntado... Certamente eu sou um dos grandes culpados, porque isso é recorrente, Senador Weverton –, isso é recorrente. Eles mandam em cima da hora. Tem que fazer a sabatina no dia seguinte. É um negócio que chega a ser um desrespeito aos membros desta Comissão. E eu me sinto de certa forma culpado, porque, se eu, em determinados momentos, não tivesse feito a sabatina de acordo com a posição e a solicitação das autoridades que enviaram esses nomes e os relatórios, certamente, numa próxima oportunidade, eles mandariam os nomes mais cedo para que a gente pudesse organizar a nossa sabatina.

Então, eu peço, inclusive, desculpas aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras por esse atropelo a que sistematicamente a gente é submetido, que não é justo e não é legítimo. Chega a ser um desrespeito não só com esta Comissão, mas com todas as Comissões do Senado Federal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Eu insisto no seguinte: se não houver silêncio no Plenário, vou pedir para evacuar o Plenário.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Eu sou da paz, mas o meu limite também tem um certo ponto, entendeu?

Então, V. Exa. quer pedir vista, mas, primeiro, eu preciso ler o relatório. Então, só se...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Então, só se mudar a ordem do relatório... E coloca a leitura do relatório dele...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é apenas uma sugestão pelo encaminhamento para tentar facilitar... Pelo que eu entendi, regimentalmente, com todo o respeito ao Dr. Lucas, ele acaba ficando prejudicado em função de não ter havido a apresentação do seu relatório e, com isso, está impedido de participar, portanto, da deliberação do dia de hoje. E, pelo que disse a nossa eminente Senadora Soraya, o pedido de vistas dela seria ao Dr. Felipe.

Portanto, V. Exa. poderia abrir o painel para a votação dos outros cinco, deixando o Dr. Felipe para quando da leitura do seu relatório. E aí, quando do pedido de ordem, haverá recurso, e o Plenário, que é sempre soberano, manterá ou não a decisão do pedido de vista por 24 horas, ou por uma semana, ou por meia hora, conforme estabelece o Regimento, Sr. Presidente. Só para contribuir, para ver se a gente pode avançar.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Eu indago aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras se não seria interessante e prudente nós anteciparmos a leitura para que a Senadora Soraya possa pedir vista e depois buscarmos um entendimento para ver como é que procederemos o pedido de vista.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Pela ordem.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Se me permite, é o seguinte: primeiro que o Lucas nem chegou aqui ainda. O relatório dele... Eu imagino que o Relator seja o Senador Wellington Fagundes. É isso? Eu vou fazer até um apelo ao Senador, conversando com nossos líderes, Senador Alexandre aqui, para que ele mande pelo menos um relatório – ele teve o prazo suficiente – do indicado. Ele está passando um vexame aqui. Convidado para participar da mesa com o sabatinado, e nem chegou o relatório aqui. Eu confesso que eu nunca vi. Já sou por duas vezes Senador, como V. Exa., e eu nunca vi. Chamar o cidadão aqui e nem o relatório dele chegou à Comissão. Aí não, não é? Eu acho que a gente merece o mínimo de respeito. Deselegante com o indicado Lucas.

Eu queria fazer um apelo à Soraya. Soraya, da mesma forma que eu estava defendendo V. Exa. em relação ao Regimento Interno, o Felipe já está à mesa aqui. Eu imagino que V. Exa. já teve acesso ao seu currículo aqui, foi indicado e deve ter algum mérito. Faço um apelo: vamos sabatinar o menino, o rapaz aqui. Vamos votar, até porque – eu tenho certeza –, se ele não for sabatinado hoje, só para o ano que vem. Não aposte que vai ter nova votação de esforço concentrado aqui no Senado.

Então, eu faço um apelo a V. Exa. aqui: retire esse pedido de vista. Vamos sabatinar o Felipe e vamos votar. Eu tenho certeza de que é quase consensual aqui.

E vou fazer um apelo para o meu amigo e conterrâneo Wellington Fagundes: por favor, encaminhe o relatório aqui. Se tiver um pedido de vista, que o faça aqui no Plenário. Agora, não mandar o relatório aqui, aí não...

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Senador Weverton, para abrir o painel, eu preciso ler o relatório para que os nossos assessores da mesa dos trabalhos possam abrir o painel com a nominata que será submetida à votação.

Se eu submeter à votação algum membro que não vai ser votado, automaticamente cai a votação depois. Então, por isso que eu vou antecipar o item 5 da pauta, para fazer a leitura, através do Senador Alexandre Silveira, para que nós possamos nos antecipar e abrir o painel, a pedido de V. Exa.

ITEM 5
MENSAGEM (SF) N° 82, DE 2022
- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor FELIPE FERNANDES QUEIROZ, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, na vaga decorrente do término do mandato de Fábio Rogério Teixeira Dias de Almeida Carvalho.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Alexandre Silveira
Relatório: Pronto para deliberação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado*

A relatoria é do Sr. Alexandre Silveira, a quem ofereço a palavra para apresentar o seu relatório.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Antes de mais nada, parabenizo-o pela condução dos trabalhos, sempre com essa parcimônia, esse equilíbrio, essa busca do consenso e da convergência, prestigiando todos os Senadores desta Casa.

Por meio da Mensagem nº 82, de 2022, o Senhor Presidente da República submete ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. Felipe Fernandes Queiroz – diga-se de passagem, servidor público de carreira, reconhecido pelo seu trabalho competente e dedicado aqui na Esplanada dos Ministérios, hoje como Secretário Nacional de Transportes Terrestres do nosso Ministério da Infraestrutura – para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Cabe à Comissão de Serviços de Infraestrutura, em razão das competências previstas no Regimento Interno do Senado Federal, emitir parecer sobre indicações dessa natureza.

A Comissão deve arguir o indicado e apreciar o relatório com base nas informações prestadas sobre o candidato.

Consta da presente mensagem o currículo do indicado.

O indicado é cidadão brasileiro e graduou-se no ano de 2011 em Geografia pela Universidade de Brasília. Além do curso de graduação já mencionado, sua formação registra o MBA Executivo em Gestão Pública com Ênfase em Projetos, pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, concluído em 2015. Atualmente o indicado é mestrando em Economia pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

O currículo anexo à mensagem presidencial relata também a experiência profissional do Sr. Felipe Fernandes Queiroz. Conforme relata, a atuação no Dnit e no Ministério dos Transportes e da Infraestrutura permitiu que assumisse diversas funções, tendo acumulado responsabilidades e evoluído como profissional ao assumir uma série de cargos de direção no nosso Minfra.

Destaca que, no presente momento, responde pelo cargo de Secretário Nacional de Transportes Terrestres, função que tem como marca a sua competência na formulação também e na avaliação das políticas públicas dos setores rodoviário e ferroviário federal.

Salienta que a SNTT, entre outras coisas, é responsável pela definição das políticas de outorga (investimentos, formação de lotes de ativos, patamar tarifário etc.) para os projetos de concessões federais de rodovias e ferrovias, tarefa que demanda constante interação com a Agência Nacional de Transportes Terrestres, instituição que, segundo sua avaliação, tem e terá, cada vez mais, um papel fundamental no desenvolvimento da infraestrutura de transportes nacional, por meio da tão necessária regulação do setor.

Diante do exposto, entendo que os Senadores e Senadoras integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações suficientes para deliberar, uns concordando e outros não, sobre a indicação do Sr. Felipe Fernandes Queiroz, constante da Mensagem 82, de 2022, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea "f", combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2005.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Agradeço a V. Exa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Deixo sobrestado para que a gente faça a sabatina posteriormente.

Com a palavra a Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – É só para reiterar o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Eu vou conceder o pedido de vista, como de praxe, regimentalmente, até a próxima reunião. Se aparecer um requerimento, é bom que a gente entenda o requerimento. Se o requerimento for indeferido, pode-se recorrer ao Plenário. Se recorrer ao Plenário, suspende-se a nossa reunião, porque vai à deliberação do Plenário...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Vai ao Plenário da Comissão. Depois, pode ter recurso inclusive o Plenário da CCJ... Não...

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Presidente, o primeiro recurso é para o Plenário daqui.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Eu estou querendo evitar um imbróglio, que a gente suspenda essa reunião e prejudique todos os indicados. Vamos encontrar um meio-termo para a gente salvar pelo menos parte das indicações, não é, Presidente Collor? Estou vendo que o senhor está atento, vigilante a essa questão. Quando em cima da hora, acaba acontecendo isso.

Então, concedo vista pelo prazo regimental à Senadora Soraya Thronicke, certo?

E vamos continuar a nossa reunião.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Item 2?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Item 2 da pauta, Senador Eduardo Braga.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) N° 79, DE 2022
- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor ALBER FURTADO DE VASCONCELOS NETO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

Autoria: Presidência da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Eduardo Braga
Relatório: Pronto para deliberação
Observações: *Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado*

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Para facilitar as coisas aqui, Presidente, vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Vista coletiva.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Senão daqui a pouco outro Senador pede aqui. É vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Agora, sim, atendendo à solicitação do Senador Weverton, nós podemos abrir o painel.

Determino...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Não, pode abrir o painel com os cinco.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Infelizmente, o relatório que não foi protocolado ainda na Comissão está prejudicado também, entendeu? Infelizmente está retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4
MENSAGEM (SF) N° 81, DE 2022
- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor LUCAS ASFOR ROCHA LIMA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, na vaga decorrente do término do mandato de Davi Ferreira Gomes Barreto em 18 de fevereiro de 2023.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Wellington Fagundes
Relatório: Não apresentado
Observações: *Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – Presidente, eu vou ler o item 2 e já informo a V. Exa. que o requerimento com recurso ao Plenário desta Comissão está sendo encaminhado a V. Exa.

Indo ao item 2, Sr. Presidente.

Cumprindo a indicação de V. Exa., relato a indicação para a Comissão de Serviços de Infraestrutura, dos transportes aquaviários, o Sr. Alber Furtado de Vasconcelos Neto, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 79, submete ao exame do Senado a indicação do Sr. Alber Furtado de Vasconcelos Neto para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, conforme o disposto no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal e no art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado, compete a esta Comissão opinar sobre a escolha de diretores da Antaq. De acordo com o art. 383 do Regimento Interno do Senado, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) deve arguir o indicado e apreciar o relatório com base nas informações prestadas sobre o candidato.

De acordo com o §1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, os diretores da Antaq deverão ser brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados pela Presidência da República, observado o disposto na Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, após serem aprovados pelo Senado Federal. O §2º do mesmo art. 53 estabelece que os diretores da Antaq terão mandato de cinco anos.

O *curriculum vitae* anexo à Mensagem Presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do Sr. Alber Furtado de Vasconcelos Neto, que passo a resumir.

O indicado é cidadão brasileiro, 44 anos, possui graduação em Engenharia Civil, em 2000, pela Universidade Federal do Ceará, com mestrado em Engenharia Civil – Hidráulica e Ambiental pela Universidade Federal do Paraná em 2003.

Em relação à sua experiência profissional, trabalhou por mais de 12 anos no setor de portos, exercendo diversos cargos na Secretaria de Portos, de 2010 a 2017. De 2017 a 2022 exerceu na Antaq os cargos de Gerente de Portos Organizados, de 2017 a 2018 e de Superintendente de Outorgas, de 2018 a maio de 2022. Atualmente é analista de crédito externo da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Economia.

Cumpre, por fim, relatar que o candidato apresentou os documentos exigidos pelo art. 383, inciso I, alíneas "a", "b" e "c" do Regimento Interno, juntamente com as declarações de que trata o §3º do *caput* do mesmo artigo, comprovando que: não possui parentes, até o terceiro grau, nomeados para cargo comissionado ou função de confiança no âmbito da administração federal; não participa como sócio, proprietário ou gerente em empresas ou entidades não-governamentais; regularidade fiscal, nos âmbitos federal e do Distrito Federal, onde reside; nada consta referente a processos, ações e execuções cíveis e criminais em que seja parte; e, finalmente, não participa em quaisquer juízos e tribunais, conselhos de administração de empresas estatais ou em outros cargos de direção de agências reguladoras.

Diante do exposto, são os elementos disponíveis para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura delibere sobre a indicação do Sr. Alber Furtado de Vasconcelos Neto para ser conduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

Esse é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Senador Eduardo Braga, obrigado pela gentileza de V. Exa. de relatar o item 2 da pauta.

Vamos ao item 3, do Senador Veneziano Vital do Rego.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) N° 80, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor CAIO CÉSAR FARIAS LEÔNCIO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pronto para deliberação

Observações: *Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado*

V. Exa. tem a palavra para apresentar o relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente, os meus cumprimentos a V. Exa. e as nossas saudações aos companheiros, Sras. e Srs. Senadores, aos sabatinados, à senhora sabatinada, aos indicados.

Eu queria fazer dois rápidos registros, um deles corroborando integralmente com as suas palavras, que são sempre proferidas com afabilidade incomum, por seu perfil sempre educado, sempre parcimonioso, mas sem perder a energia de quem decide.

Concordo plenamente que, por mais que nós saibamos o dever que temos para evitar ou mitigar, nas ausências e vacâncias das agências ou de outras obrigações relativas a ocupações sob o crivo deste Parlamento, nada sugere que os processos, ou nada sugere que os procedimentos se deem com tamanha exiguidade temporal tanto para nós próprios, que somos designados Relatores – e aí eu quero, desde já, agradecer a sua atenção e confiança ao nos designar para relatar o indicado Caio César –, mas também aos demais outros Relatores.

Penso que há tempo, sempre há tempo para que nós nos corrijamos – nós já estamos finalizando o processo legislativo deste ano –, mas que nós não nos repitamos. Nada justifica que, como V. Exa. disse, até porque foi exatamente na segunda à noite que nós nos falávamos... V. Exa. dizia: "Senador Veneziano, nós ainda não temos às nossas mãos todos os indicados". Isso não é absolutamente aceitável! Isso termina gerando situações que, de fato, chegam a nos constranger.

E ainda mais – e aí o segundo ponto dessa minha fala –: quero também assinar ou assinalar a palavra do Senador Jayme Campos. É extremamente desagradável – desagradável – o que se impõe a um indicado que vem chamado para aqui estar: não ter tido a oportunidade de ver ou ouvir o seu relatório proferido. Merece, de fato, deste Colegiado o registro de desculpas – de desculpas! De minha parte, aí entendendo a palavra do Senador Jayme Campos, eu me dirijo ao indicado, Sr. Lucas Asfor Rocha Lima, pedindo desculpas.

Pois bem, Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. por ter me distinguido para relatar o nome do Sr. Caio César Farias Leôncio.

Com base no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, e em conformidade com os termos dos arts. 53 e 58 da Lei 10.233, de 5 de junho de 2001, que criou a Agência Nacional de Transportes Aquaviários, a Presidência da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Caio César Farias Leôncio para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), autarquia especial vinculada ao Ministério da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infraestrutura. Para tanto, encaminha a esta Casa a Mensagem nº 80, de 2022, à qual se encontram anexados o *curriculum vitae* do indicado e demais documentos pertinentes.

O Sr. Caio César, nascido em 1987, obteve o diploma de Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB.), no ano de 2011. Em 2014, concluiu o curso de especialização em Direito Tributário, pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário. Tem especialização em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas e está cursando Gestão Empresarial, também na citada Fundação Getúlio Vargas.

No seu currículo encaminhado e de conhecimento de todas e todos os integrantes deste Colegiado consta que é membro da Comissão de Juristas desta Casa, instalada pelo Ato do Presidente nº 1, do corrente ano, responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que modernizem o processo administrativo tributário.

O histórico profissional do indicado registra que sempre exerceu suas atividades profissionais em escritórios de advocacia, como advogado ou como sócio, oportunidades em que atuou nas áreas de direito público, em especial direito tributário e administrativo, e empresarial. Informa que, ao longo de sua vida profissional, atuou no acompanhamento e na formatação de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro de contratos de arrendamento de instalações portuárias.

Considera que sua atuação revela importante interseção entre sua atividade profissional e o setor portuário claramente, já que advogou em casos de importação e exportação de mercadorias por meio dos portos brasileiros, em defesas administrativas e judiciais em nome de usuários e operadores portuários, e no acompanhamento, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, de desembaraços aduaneiros.

Entre os anos de 2013 e 2015, foi membro da Comissão de Assuntos Tributários da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Distrito Federal.

Em atendimento ao que determina o art. 383, inciso, I, alínea "b" item 5, do Regimento Interno do Senado Federal, o indicado declara que atuou como advogado perante juízos de primeiro e segundo graus cíveis, fiscais e da Justiça do Trabalho e pelos tribunais de todo o país, além dos tribunais superiores.

Também foram apresentadas pelo indicado todas as demais declarações relacionadas no referido art. 383, inciso, I, alínea "b", do Regimento Interno.

Consta, ainda, da documentação encaminhada, argumentação escrita destinada a demonstrar experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo para o qual foi indicado.

Voto, Presidente Dário Berger, senhoras e senhores.

Diante do exposto, entendemos que os Senadores e as Senadoras integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações plenamente suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. Caio César Farias Leôncio para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, em cumprimento às exigências constitucionais contidas no aludido art. 52, inciso III, alínea "f", combinado com os arts. 53 e 58 da Lei 10.233, de 2001.

Eis o nosso relatório com o voto, Presidente Senador Dário Berger.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Agradeço a V. Exa. pela apresentação do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos, então, agora, ao item 6 da pauta.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Presidente, conforme o senhor pediu, eu gostaria de apresentar a questão de ordem, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Questão de ordem... Pode ser após a leitura do...

O Senador Esperidião Amin encontra-se aqui ou não? (*Pausa.*)

Não se encontra. (*Pausa.*)

Eu tinha mencionado que, se o Relator não estivesse presente, o indicado não seria sabatinado.

Então, vamos dar mais um tempinho.

Vamos à questão de ordem apresentada por V. Exa.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, nos termos do art. 402 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, apresento a questão de ordem seguinte.

Como todos os Senadores e Senadoras estão cientes, o Senado da República, neste período pandêmico, está funcionado sob a égide do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, que disciplina o funcionamento semipresencial do Senado Federal. O art. 8º do referido ato dispõe que "serão aplicadas as normas previstas para matéria em rito de urgência [urgentíssima] de que trata o art. 336, I, do Regimento Interno do Senado Federal, para as proposições constantes da pauta da sessão deliberativa remota ou semipresencial".

Ora, desde a semana passada, é de conhecimento de todos que o Senado realizaria uma semana de esforço concentrado, a última deste ano, para a sabatina e a deliberação de autoridades, sendo as Comissões e as sessões do Plenário convocadas para esse fim. Ao consultarmos a ordem do dia de hoje, verificamos que consta em sua pauta a deliberação dessas autoridades que também se encontram pautadas nas Comissões. Logo é de clareza regimental o fato de que as matérias que estamos deliberando neste momento na Comissão de Serviços de Infraestrutura estão tramitando em regime de urgência. Com essa premissa, deve-se respeitar o prazo de vista regimental concedido às matérias que tramitam nesse regime. Com efeito, o inciso I do §2º do art. 132 é expresso ao dizer que, estando a matéria em regime de urgência, a vista somente poderá ser concedida por meia hora.

Vale ressaltar, Sr. Presidente, que, por meio desta questão de ordem, não se busca tolher o direito ao pedido de vista que todos os Senadores possuem, mas tão somente que sejam respeitados os prazos e ritos regimentais incidentes no caso em tela.

Em conclusão, Sr. Presidente, requeiro que, caso seja dada vista às matérias referentes às autoridades hoje sabatinadas por esta Comissão, o prazo concedido seja de até 30 minutos. Findo esse prazo, requeiro que a votação das autoridades no âmbito desta Comissão seja feita logo em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Com a palavra a Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS. Para contraditar.) – Sr. Presidente, caros colegas, Senador Alexandre, Senador Jayme Campos, eu compreendo a angústia de V. Exas. em querer, na pressa, na urgência, deliberar, mas eu gostaria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de destacar aqui que o que está em regime de urgência é o nosso país, é o setor e é o mercado. Não é uma nomeação que está em regime de urgência.

Por isso, eu gostaria de pedir a V. Exas. que tenhamos todo o cuidado para deliberar sobre qualquer nome e sobre qualquer intervenção que possamos fazer em qualquer agência reguladora, principalmente porque – eu não gostaria de expor isto aqui, mas os senhores estão me obrigando – a diretoria da agência está passando por duas investigações da Polícia Federal.

Então, a questão não tem nada a ver com essas indicações, mas o que me causa espécie é o desespero para deliberar sobre nomes que vão exercer mandato de quatro anos. O Brasil não é uma brincadeira, o setor não é uma brincadeira. Nós estamos analisando, vivenciando um ataque ao consumidor brasileiro e assistindo a ele sentados, por conta de práticas protecionistas de oligopólios.

Então, isso aqui não é uma brincadeira. Por isso que não basta...

Eu gostaria que os colegas prestassem atenção e fizessem silêncio, porque em regime de urgência está o nosso país.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Em regime de urgência está a vida dos consumidores brasileiros, em detrimento de oligopólios, em detrimento de poucos.

Então, eu não gostaria de expor nada disso, mas eu estou sendo obrigada.

Portanto, nomes que chegaram para nós em menos de 24 horas, cujos relatórios não foram submetidos no prazo regimental... Nós estamos falando em regimento aqui, sendo que já pecamos desde o início com o prazo regimental de liberação desses relatórios, de dar publicidade – um dos princípios da administração pública.

Portanto, se vamos aprofundar aqui em público, vamos começar a aprofundar então – eu estou disposta.

Então, eu gostaria de poder discutir isso de uma forma mais reservada e analisar com cautela, se os senhores permitirem, porque, senão, o Brasil inteiro vai saber o que nós estamos fazendo aqui – e cautela na ANTT é tudo de que nós precisamos neste momento.

Em favor de mais de 210 milhões de consumidores neste país e pessoas que querem empreender neste país e, acima de tudo, em nome da liberdade econômica, uma das bandeiras pela qual eu fui eleita e este Governo também foi eleito, porém traiu a bandeira da liberdade econômica em atitudes dentro da ANTT...

Bom, então está na mão dos senhores. Eu fiz a minha parte, por todos os brasileiros.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC. Para responder questão de ordem.) – Muito bem.

Senador Alexandre Silveira, como mencionei no início da nossa reunião, indefiro o requerimento apresentado por V. Exa.

E vou ao item 7 da pauta, não terminativo, cujo Relator é o Senador Esperidião Amin.

Item 6, melhor dizendo.

ITEM 6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) N° 84, DE 2022
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 55-D da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, o nome da Senhora MIRIAM WIMMER, para ser reconduzida ao cargo de Diretora do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, com mandato de quatro anos.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Esperidião Amin
Relatório: Pronto para deliberação
Observações: *Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública da indicada*

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – O recurso está com o senhor, já foi entregue ao senhor, Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Presidente, com muita humildade, quero solicitar a V. Exa. – o senhor, *ex officio*, já não aceitou o requerimento do Senador Alexandre –, para ser o mais democrático como o senhor é, o que por vezes eu tenho visto aqui, que o senhor colocasse à apreciação do Plenário desta Comissão, na medida em que eu acho que seria muito mais democrático, até porque eu particularmente acho que isso seria o ideal, o correto e até regimental.

V. Exa. consulta a nossa secretária aqui da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Senador Jayme Campos, ele pode recorrer da minha decisão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Eu imagino que ele vá recorrer.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Se ele recorrer, depois nós...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Se ele recorrer, V. Exa. colocaria em votação.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Aí vamos analisar como nós faremos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Está explicado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Senador Esperidião Amin, V. Exa. tem o item 6 da pauta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não quero entrar em nenhum outro assunto correlato, mas eu, antecipadamente, vou lhe pedir que o meu requerimento seja apreciado na sessão de hoje. Ele versa sobre assunto conexo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – O meu papel aqui é me ater ao relatório que V. Exa. me cobra. Eu o apresentei. Como a hora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já vai adiantada e eu estou presidindo a Comissão de Relações Exteriores, que já foi enobrecida pela Presidência do Senador Fernando Collor – estou procurando seguir os seus passos e mantê-la no alto nível, como o Senador Nelsinho Trad, como a Senadora Kátia Abreu –, eu quero dizer que relato com muita convicção a indicação para recondução ao cargo de Diretora do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados da designada, Sra. Miriam Wimmer. E, da sua biografia, eu seleciono um tópico.

É competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar, nos termos do dispositivo constitucional.

Miriam Wimmer é brasileira nata, nascida em Londres, na Inglaterra, em 17 de outubro de 1980, posto que filha de pais brasileiros que estavam à época a serviço do Brasil no exterior. Portanto, é brasileira nata, conforme reza a nossa Constituição, mesmo tendo deixado – se me permite usar a expressão – o umbigo fora do país. Eu aprendi isso quando Hugo Napoleão foi eleito Governador do Piauí, e eu soube que ele tinha nascido nos Estados Unidos. Aí, fui estudar. Faz tempo isso: 40 anos.

Graduou-se em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 2004. Obteve os títulos de Mestre em Direito Público, também pela Uerj, e o de Doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília, em 2012. Entre os vários cursos de especialização concluídos pela indicada, destaca-se o Data Protection Academy realizado em 2021 na Universidade de Maastricht – está certa a pronúncia? –, na Holanda.

Desde 2018, a indicada é certificada como especialista em proteção de dados pessoais pela Associação Internacional de Profissionais da Privacidade. Também participa da Comissão de Juristas que o Senado Federal criou para analisar a regulamentação da inteligência artificial no Brasil.

Ainda no tocante à experiência profissional, Miriam Wimmer construiu sua carreira voltada para as áreas do direito, regulação e tecnologia, iniciando sua trajetória em fevereiro de 2003 como advogada no Escritório Xavier, Bernardes, Bragança, onde permaneceu até outubro de 2005.

Portanto, trata-se de um currículo denso; trata-se de uma recondução, portanto, por serviços prestados e atestados; e preenche absolutamente as condições de pré-requisitos exigidos em lei, tanto relacionados ao art. 383, do Regimento Interno, quanto ao art. 52 da Constituição Federal.

Diante do exposto... Resumido aqui por mim, mas o relatório foi apresentado e retificado tempestivamente. Eu fiz a retificação para explicar a questão de ser brasileira nata tendo nascido em Londres. Por isso, entendemos que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras integrantes desta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação da Sra. Miriam Wimmer para a recondução ao cargo de Diretora do Conselho Diretor da ANPD.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Agradeço a V. Exa.

Como eu sou Relator do item 7, vou solicitar ao Senador Jayme Campos que assuma a Presidência dos trabalhos para eu fazer a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Solicito ao ilustre Senador Dário Berger que leia o relatório.

ITEM 7
MENSAGEM (SF) N° 85, DE 2022
- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor ALEXANDRE REIS SIQUEIRA FREIRE, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, na vaga decorrente do término do mandato de Emmanoel Campelo de Souza Pereira.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório: Pronto para deliberação
Observações: *Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado*

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, tendo em vista que o relatório foi disponibilizado previamente no sistema do Senado Federal, peço a gentileza a V. Exa. para fazer a leitura de forma objetiva.

Relatório, Sr. Presidente.

Por meio da Mensagem nº 85, o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Alexandre Reis Siqueira Freire...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – ... para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Emmanoel Campelo de Souza Pereira.

Alexandre Freire é cidadão brasileiro com sólida formação acadêmica e vasta experiência profissional. Graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Maranhão. Possui mestrado em Direito pela Universidade Federal do Paraná e doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É Professor no Instituto de Direito Público, na Escola da Advocacia-Geral da União (AGU), na Universidade Federal do Maranhão, bem como também na PUC-Rio e PUC-SP.

Em sua trajetória profissional, exerceu cargos de alto assessoramento nos três Poderes da República. No Executivo federal, foi assessor e coordenador na Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República. No Legislativo federal, foi assessor da Presidência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), além de ter atuado nas áreas de Direito Constitucional, Administrativo e Regulatório. No âmbito do Poder Judiciário, assessorou ministros do Supremo Tribunal Federal, sendo responsável pelo exame de processos judiciais de alta complexidade nas áreas efetivamente mencionadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em atendimento ao Regimento Interno do Senado Federal, que disciplina o processo de aprovação de autoridades indicadas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, o indicado declarou que:

a) atende aos requisitos de vedação ao nepotismo;

b) não possui parentes que tenham exercido ou que exerçam atividades, públicas ou privadas, vinculadas à área de telecomunicações;

c) não possui parentes que exerçam ou tenham exercido atividades, públicas ou privadas, vinculadas à atividade parlamentar;

d) não atuou, nos últimos cinco anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras;

e) não participou, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais;

f) não ser autor ou réu em ações de falências e recuperações judiciais;

g) está em situação fiscal regular, nos âmbitos federal e distrital, conforme os respectivos documentos comprobatórios apresentados.

No que tange à argumentação escrita, também exigida pelas mencionadas normas, o indicado expõe informações e declarações de que possui experiência profissional e formação técnica adequadas.

Portanto, o indicado atende aos requisitos previstos na legislação brasileira e possui nacionalidade brasileira, reputação ilibada e formação universitária e ocupou cargo em comissão ou função de confiança equivalente ou superior a DAS-4 no setor público por mais de oito anos.

Sr. Presidente, diante do exposto, entendo que os Senadores dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação de Alexandre Reis Siqueira Freire ao cargo de membro do Conselho Diretor da Anatel.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Após lido o relatório, convido o ilustre Senador Dário Berger para reassumir a Presidência desta Comissão e comunico também que está aberto o processo de votação.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, por favor, dirijam-se à nossa cabine indevassável para votar nos nossos indicados. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Dando sequência à nossa reunião, vou passar a palavra aos indicados.

Obedecendo a ordem da leitura do relatório, ofereço a palavra ao Sr. Wilson Pereira de Lima Filho. V. Exa. tem a palavra por cinco minutos, com a pequena tolerância para concluir o relatório.

O SR. WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito bom dia a todos!

Inicialmente, eu cumprimento o Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Senador Dário Berger, e, ao cumprimentá-lo, saúdo a todos os Parlamentares e demais autoridades presentes.

Neste momento, não poderia deixar de externar o meu grande orgulho e honra em estar diante de Senadores e Senadoras da República de meu país para ser sabatinado, por ter sido indicado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de tornar público e agradecer a forma cavalheiresca, urbana e profissional como fui recebido no Senado Federal, desde o início desta caminhada, que foi em abril do corrente ano.

Neste primeiro momento de minha fala, Senador, gostaria de expor um pouco sobre a minha vida pessoal. Sou carioca, nascido em 1958, casado com uma grande mulher. Seu nome é Valéria, e ela é minha companheira de navegação há 44 anos. Tenho um casal de filhos e dois netos, estando um terceiro neto a caminho. Estudei toda a minha vida em escolas públicas, inclusive no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Sou apaixonado pela maritimidade do Brasil e orgulhoso de ser um oficial da reserva da Marinha e, sobretudo, orgulhoso de ser um brasileiro.

Não falarei sobre a minha vida profissional, porque o meu Relator, Senador Jayme Campos, já o fez muito bem.

Eu tive a grata oportunidade de interagir em toda a minha vida profissional com autoridades que possuem competências ligadas à seara marítima, como a própria Antaq, autoridades portuárias, entre outras, além de importantes atores da indústria marítima, como armadores, agentes marítimos, aquaviários, do pescador ao comandante, seguradoras, sociedades classificadoras, donos da carga, fornecedores de trabalho nacional, que laboram no mar ou na beira do cais, impulsionando o desenvolvimento do Brasil.

Como Diretor de Portos e Costas, estabeleci como meta a busca constante...

Queria pedir aos senhores um pouco de silêncio para que eu pudesse ler o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC. *Fazendo soar a campainha*.) – Isso é inédito, que o próprio sabatinado peça silêncio.

O SR. WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO – Agradeço gentilmente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – E olha que vocês estão diante de um almirante, hein? Então, acho bom a gente fazer silêncio.

O SR. WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO – Eu agradeço muito, porque eu fiz esse relatório com muito carinho.

Como Diretor de Portos e Costas, estabeleci como metas a busca constante da redução da burocracia, tendo implementado mecanismos para facilitar a vida do navegante; atualizar normas e conduzir campanhas de comunicação social, de forma a contribuir para o crescimento da indústria marítima nacional e para a consolidação de uma mentalidade de segurança da navegação.

No período de julho de 2018 até julho deste ano, atuei como Juiz Presidente do Tribunal Marítimo, órgão vinculado ao Comando da Marinha que julga os acidentes e fatos da navegação e mantém o registro da propriedade marítima em nosso país. Muitas das atividades de registro de propriedade são desenvolvidas em processos que exigem autorizações e outorgas expedidas pela Antaq, tendo o Tribunal Marítimo interações cotidianas com aquela agência reguladora.

No que diz respeito à minha trajetória profissional, são mais de 45 anos de dedicação exclusiva ao mar. Numa apertada síntese, atuei como fiscalizador das capitanias, fui o normatizador na Diretoria de Portos e Costas, um julgador no Tribunal Marítimo e, agora, se aprovado pelos senhores, serei um regulador na Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

No que tange às tarefas voltadas à regulação, entendo que tal atividade deve ser realizada na medida estritamente necessária e com vistas a propiciar serviços adequados e seguros. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulação deve ser responsiva e sempre ser precedida de profundos estudos técnicos e ampla participação social de todos os atores envolvidos. Ministrada de forma correta, a regulação se constitui em valioso instrumento para o bom funcionamento de todo o setor. As normas regulatórias não podem, em hipótese alguma, se constituir em entrave injustificado à livre iniciativa, não podem ser entrave à competitividade, à geração de emprego ou mesmo ao estímulo ao investimento nos portos e na navegação.

Sou um defensor ferrenho do diálogo entre o regulador e o regulado. Ouvir o regulado ou o administrado é fundamental. Para além do caráter repreensivo e punitivo, sou entusiasta da atuação preventiva e pedagógica. Devem ser aplicadas sanções quando for necessário, a fim de se reprimirem e reprovarem práticas ilegais que possam colocar em risco a salvaguarda da vida humana, o meio ambiente e, principalmente, a prestação do próprio serviço. Creio na importância de se reforçarem as boas práticas de se instruir e de se conscientizar.

Outro ponto importante é que a transição energética em busca da sustentabilidade, inclusive na atividade marítima, é uma realidade. O Brasil dispõe de todos os recursos para se tornar um protagonista relevante no desenvolvimento de novas fontes limpas e renováveis de energia. Os parques eólicos *offshore* já estão em foco. O nosso Parlamento, inclusive, já trabalha para uma legislação adequada. E toda a infraestrutura portuária nacional deve estar em processo de preparação. É primordial que o nosso país priorize a multimodalidade. Todos os modais são importantes, e a integração entre eles é fundamental.

Nesse contexto, ao nos debruçarmos sobre a atual matriz de transporte, é notória a reduzida participação do modal aquaviário, sendo importante fomentar cada vez mais o transporte marítimo e fluvial no Brasil, tendo a Antaq protagonismo nessa questão. Relembro: o futuro do Brasil está no mar, mas está também nas águas interiores.

Ao concluir minhas palavras, acredito firmemente que a bagagem e as experiências adquiridas em cargos de direção me credenciam para o exercício do cargo para o qual fui indicado, podendo legar importante contribuição à agência reguladora. Sinto-me entusiasmado e motivado com tal possibilidade. Estejam certos, Exmos. Senadores e Senadoras, de que trabalharei com paixão, fogo sagrado, tecnicismo e, sobretudo, imparcialidade, tendo como baliza os dois motes que têm norteado todas as minhas decisões como agente público. Primeira pergunta: o que é o melhor para o Brasil e o que é o melhor para os brasileiros? Segundo, faremos sempre parte da solução, jamais parte do problema, respeitando-se, claro, sempre, a legislação em vigor.

Ademais, penso que minha carreira na Marinha do Brasil também poderá contribuir para a construção de sinergias nas atividades, muitas vezes correlatas e complementares, enfeixadas no rol de competências da Marinha do Brasil e da

Mais uma vez agradeço pela atenção aos Exmos. Srs. Senadores e Senadoras e todos os que nos assistem neste Plenário, pela TV Senado, colocando a minha disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Nós é que agradecemos ao Sr. Wilson Pereira de Lima Filho pela exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Evidentemente as listas de inscrições estão abertas para a sabatina, mas eu queria, vou dar a questão de ordem de V. Exa., para sabatinar depois que a gente concluir a manifestação dos nossos sabatinados.

V. Exa. tem a palavra, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, já foi aberto o painel de votação, e eu estou aqui com dúvida ainda.

A Senadora Soraya fez uma colocação com que eu fiquei, de certa forma, preocupado, inclusive dizendo que poderia falar coisas que o Brasil... Sei lá. Eu não quero dar a impressão de que os dois que ainda não foram sabatinados, até porque o relatório parece que não está pronto, mas eu sei que os dois não têm nada com isso, pelo menos... Então, para tirar essa dúvida, para não ficar essa questão da ANTT... Primeiro, a questão de ordem; não sei se vai acontecer, se vai ter recurso ou não, e se essa questão que a Senadora Soraya colocou... Para não ficar dúvida, porque daqui a pouco nós estamos votando aqui com a impressão de que está tendo coisas que a gente desconhece.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não está em votação a ANTT.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – A ANTT não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Eu sei que não está em votação. O que estou dizendo é que painel está aberto. A gente vai votar daqui a pouco, quando sair, mas ficou essa questão da ANTT. Eu acho que há um constrangimento pelo menos... Eu estou aqui... Os dois, em princípio, seriam sabatinados, estão aí para serem sabatinados, mas tem os relatórios. E a Senadora Soraya colocou uma questão que não tem nada a ver com eles, mas que deixou dúvida e que, para mim, dá a entender a quem está assistindo a esta sessão que estão acontecendo coisas na ANTT e que os Senadores não estão falando nada. Eu pelo menos desconheço. Gostaria até que fosse colocado isso, para tirar dos dois essa dúvida, porque daqui a pouco as pessoas ficam achando que os dois têm algum envolvimento em alguma coisa que está acontecendo e que eu não sei o que é.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Presidente, pela ordem.

Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Só para esclarecer...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Então, concluindo a minha fala, eu gostaria só que a Senadora Soraya esclarecesse um pouco melhor para não ficar essa dúvida. Eu, por exemplo, não sei o que está acontecendo na ANTT, e ela colocou de uma forma que é coisa grave, mas eu não sei o que é.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Senador Alexandre Silveira.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Pela ordem.) – Eu evitei polemizar com a Senadora Soraya naquele momento, mas, com toda vênia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu gostaria realmente de registrar que ela colocou dois pontos. O primeiro é a decepção dela com o Governo que ela ajudou a eleger, e, com relação a essa decepção dela, eu acho que, apesar de um ambiente democrático em que ela pode se manifestar nesse sentido naturalmente, é até propício, nada tem a ver realmente com a sabatina dos dois que estão presentes aqui.

Eu não os conheço pessoalmente, não tenho nenhuma relação, Senadora Soraya, com os sabatinados, mas com aquela incumbência que me foi dada inclusive ontem, substituindo o Senador Paulo Rocha – só para ficar claro, ele é que estava indicado pelo Presidente desta Comissão para apresentar o relatório do Felipe –, eu procurei ter as informações necessárias, técnicas, morais e éticas desse servidor público, e foram as melhores possíveis sobre o seu trabalho prestado à frente do ministério.

Eu quero parabenizar o Senador Izalci. Eu acho que nós temos de manter aqui um nível de respeito àqueles que se dispõem a servir o Brasil, e de todos os sabatinados aqui nós pressupomos ser esse o objetivo de todos eles.

Eu, exatamente há 17 anos, estive sentado nesta cadeira, sendo sabatinado na Comissão de Infraestrutura, na época, para ser Diretor-Geral do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes). Saí dali, depois de três anos servindo o Brasil, depois vim à Câmara Federal, servi o Brasil durante dois mandatos como Deputado Federal e hoje estou aqui, como Senador da República. Portanto, eu sei o que é estar sentado aí, à frente dos Senadores da República, sendo submetido à sabatina natural e necessária para as agências reguladoras.

Eu peço desculpa aos sabatinados por qualquer constrangimento que estejam passando, que eu julgo desnecessário e inconveniente, porque eu sei o que é esse constrangimento. E o que foi citado com relação à agência nada tem a ver com aqueles que estão se dispondo agora a começar a servir a agência. Eu não conheço dos fatos da ANTT. A Senadora Soraya deve ter os seus motivos para ter citado as tais dúvidas morais com relação ao dia a dia lá da agência, mas eu acho que nós temos órgãos competentes, para podermos, inclusive, denunciar tais desvios.

Portanto, eu volto a dizer que é extremamente necessário que o senhor avalie a possibilidade de a gente submeter ao Plenário desta Comissão a possibilidade de dar continuidade à sabatina dos dois que estão aqui hoje, se dispondo a servir o Brasil.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Vamos fazer isso.

Só um minutinho. A Senadora Soraya já tinha me solicitado a palavra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – É só para eu esclarecer.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Pela ordem.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Para evitar constrangimento inclusive.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Só um minutinho, Líder.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS. Pela ordem.) – Para evitar constrangimento. Eu acredito que eu tenha sido clara, mas muitos Senadores não estavam prestando atenção naquele momento em que eu pedi silêncio para poder falar. Eu disse o seguinte: é público e notório que a ANTT passa por investigações. São duas investigações da Polícia Federal, uma delas aqui, notícia de 18/10, investigações em curso: "PF investiga crimes contra a ANTT praticados por servidores". É óbvio que, se ambos estão sendo sabatinados, eles não estão lá dentro. Isso para mim é muito claro – nós não precisamos desenhar o óbvio. Então, não tem nada a ver, e eu disse que uma coisa não tem nada a ver com a outra, só que é muito importante que tenhamos cautela para entender qual é a relação de quem está vindo do Ministério da Infraestrutura com essas questões que estão ocorrendo dentro da ANTT.

Eu só pedi um tempo. E constrangedor? Nós estamos aqui para isso. Eu acho que estamos cumprindo o nosso dever. Constrangedor é a gente chegar a este momento. Eu disse a V. Exas. que eu não gostaria – eu estava sendo obrigada – de expor e só queria um prazo maior para poder analisar com cautela e não expor os indicados.

Então, não fui eu que expus V. Exas.; foi o próprio Relator, *data maxima venia*, Relator. O senhor que acabou expondo e obrigando... Eu estou aqui avisando e avisando que é bom que a gente tenha mais cautela na hora de decidir. Então, já que é assim, a lebre está levantada, vamos todos analisar com mais tempo, para entender o que se passa ali dentro.

Enfim, é isso. Então, não quis constranger, peço desculpas, mas eu fui obrigada.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Eu concordo com o tempo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Senador Carlos.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu quero só aqui, acompanhando, fazer um testemunho, porque eu estou escutando, Senadora Soraya, V. Exa. falar no plural. Que eu saiba, o Dr. Lucas não é servidor nem da ANTT e muito menos do Ministério. Eu tenho que dizer que conheço o Dr. Lucas. Eu não tenho uma indicação, um cargo no Governo Federal – registro antes.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Não está em discussão a dele.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, desculpa, eu estou na minha palavra.

Conheço o Dr. Lucas de outros tribunais, literalmente, como advogado, um advogado cheio de bagagem, supercompetente. E eu venho aqui porque, se tem alguém desconfortável com a situação, é preciso fazer um desagravo, porque o Dr. Lucas eu conheço. Ele não trabalha na ANTT, não vem do Ministério dos Transportes – só para a gente colocar as coisas no devido lugar.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Senador Marcos Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, veja, eu acho que está esclarecido aqui o ponto de eventual constrangimento. Só o fato de você – eu já tive a oportunidade de estar à frente desta Comissão com muita honra, como outros que aqui estão também já tiveram –, obviamente, num momento como este, pedir vista do processo sem apresentar as argumentações devidas já é um constrangimento em si, e isso aconteceu na época em que eu fui Presidente também numa situação. Então, eu conheço esse quadro.

Acho que o ponto que foi trazido aqui – inclusive, suscitado pelo Senador Izalci e posteriormente secundado pela Senadora Soraya – foi importante para poder separar as coisas. Não se trata de acusações com relação aos indicados que estão a serem sabatinados, mas há uma situação que ela apontou dentro da agência. Já na época em que eu era Presidente da Comissão de Infraestrutura, nós tivemos que enfrentar aqui na CI, junto com outros Senadores, situações dentro da agência. Convocamos aqui, inclusive, a diretoria da agência na época. Isso é algo que já vem sendo apurado pela Polícia Federal. Lá atrás, aconteceu. Essa eu não sei se é nova ou não, mas isso está sendo apurado no campo próprio.

Aqui nós estamos dentro de um processo de sabatina e votação. A ponderação que faço é porque, pelo andar da carruagem, talvez este seja o último esforço concentrado para as sabatinas do Senado Federal neste atual Governo. Então, a ponderação que faço a V. Exa. também com relação à Senadora Soraya é que se fizesse aqui, de repente, a concessão de prazo determinado – e o Regimento assim prevê – para que pudessem as informações serem levantadas e, posteriormente, a gente fazer a sabatina dos dois que estão aqui como candidatos a preenchimento de vagas na Agência Nacional de Transporte Terrestre. Isso é possível.

Se a acusação – e aí eu vou fazer um parêntese aqui – fosse diretamente contra o sabatinado, eu não estaria aqui a fazer essa ponderação. Não sendo contra o sabatinado, penso que, do ponto de vista de coerência com o que nós fizemos antes e o que está acontecendo neste momento com relação à transição de períodos de governo, o mais correto seria a concessão de um prazo determinado para que se apurasse a informação e assim dar sequência à sabatina, posteriormente, ainda no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu cheguei a pensar em pedir vista de todos os indicados da Antaq e da ANTT, e quero aqui pedir a compreensão de todos os companheiros.

Nessa área da infraestrutura, eu tenho trabalhado, dedicado muito a minha vida a ela, inclusive, nesta Comissão, porque sou do Centro-Oeste, do Estado do Mato Grosso, onde nós necessitamos muito da infraestrutura. Trabalhei muito com a indicação das diretorias da Antaq, tivemos um trabalho muito grande.

E eu quero aqui o testemunho do Ministro Eduardo sobre a questão do decreto dos portos, em que o Presidente Michel Temer foi denunciado de forma tão, eu diria, equivocada por parte da imprensa, questionando inclusive a legalidade daquele decreto, que eu acho que foi um dos decretos mais importantes que este país já teve para que hoje a gente pudesse ter as concessões que foram feitas no setor aquaviário. Melhorou muito, mas temos muito a melhorar ainda, com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o Mato Grosso não tem nenhum porto, as pessoas lá até questionavam: "Como é que você fica lutando se os portos estão lá à beira-mar?". É exatamente porque, para o Mato Grosso e para todo o Centro-Oeste, a questão da logística é fundamental. Então, se tiver portos eficientes também, isso é importante para que a gente possa ter exatamente a nossa viabilidade da produção agropecuária, que tem sustentado este país.

Na questão da infraestrutura, das estradas principalmente, em Mato Grosso, hoje nós temos duas concessões vigentes, com problemas – uma delas é a 163. Aí eu diria que é em toda ela, no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul também. Estão cobrando o pedágio e as obras não acontecem.

A fiscalização da ANTT deixa muito a desejar. Nós temos lá a concessão de uma ferrovia, que é a Ferronorte, que chegou ao Mato Grosso, ao Alto Taquari, avançou para o Alto Araguaia, Itiquira e agora ao maior terminal na minha cidade de Rondonópolis. Nós estamos lutando aqui, com o Senador Jayme Campos, para que ela possa avançar para Cuiabá e para o nortão de Mato Grosso. É claro que estão deixando lá alguns rastros de que a ANTT deveria ter cuidado e não o fez. Por isso, eu quero colocar aqui a nossa luta e a importância para o Mato Grosso e o Centro-Oeste da presença da ANTT, de uma das diretorias da ANTT.

Nesse trabalho político, em que eu queria a compreensão de todos vocês, faz dois anos que houve um entendimento com o Governo de que o Mato Grosso teria uma diretoria da ANTT. E, para não azedar a relação com o Governo, eu fui o mediador entre o Senador Rodrigo Pacheco e o ex-Ministro Tarcísio, à época, porque o Tarcísio insistia em não aceitar a indicação do Rodrigo Pacheco para a Diretoria-Geral da ANTT. Eu tentei mediar, e o próprio Rodrigo Pacheco me autorizou a fazer essa mediação, porque aí ele se transformou em candidato à Presidência do Senado. Ele foi à minha casa no dia em que ele definiu a sua candidatura: "Wellington, cuide disso então, porque não quero um atrito por causa disso". À época, como eu tinha direito à indicação, eu abri mão da indicação para que o Ministro Tarcísio, então, aceitasse esse entendimento com o Senador Rodrigo Pacheco, que culminou na indicação de um nome, com um grande entendimento, inclusive com o setor, principalmente a CNT. O Senador Alexandre acompanhou esse entendimento, participou desse entendimento em que eu abri mão da indicação. Houve, com isso, o compromisso, à época, de que o Mato Grosso teria a indicação de uma diretoria da Antaq e uma diretoria da CNT.

Eis que, hoje, nós chegamos, depois de tudo isso, a uma surpresa para mim, porque essas indicações foram feitas sem o cumprimento do entendimento que foi feito.

Eu quero aqui, então, Sr. Presidente, pedir também vista das duas indicações da ANTT, mas eu quero entregar essa vista aos dois Líderes, que são, coincidentemente, do meu partido, o Líder Portinho e também o nosso Líder Eduardo Gomes, que é o Líder do Governo no Congresso. Nós nos reunimos ontem e hoje incansavelmente. Houve um entendimento com o Governo hoje, pela manhã, e esse entendimento foi atropelado agora, porque nós combinamos que não seriam lidas hoje as duas indicações.

Como eu não quero ser isolado, nem intransigente nesta Comissão, eu não quero que o meu pedido de vista seja votado, vencido ou vencedor. Eu não quero isso, não gostaria disso. Por quê? Principalmente por ter sido reeleito. Temos aqui o compromisso de termos harmonia nesta Casa por mais um mandato. Então, eu quero só a compreensão e quero delegar essa vista aos dois Líderes, porque eles participaram de todos esses entendimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E deixo muito bem claro que a minha posição como Relator, inclusive, do indicado Lucas Asfor – espero que tenha falado Asfor corretamente – e também do Felipe não é pessoal, é apenas a do entendimento político que foi feito. Eu quero aqui colocar isso como base do Governo.

Eu entrego, portanto, esse pedido de vista para a decisão dos dois Líderes do meu partido, que, coincidentemente, são o Líder do Governo no Senado e o Líder do Governo no Congresso Nacional.

Por isso, eu peço aqui esse entendimento de todos, diferentemente de outro pedido de vista, para que a gente evite essa votação, porque eu não quero ser vencido, nem ser vencedor. Eu quero o entendimento desta Comissão.

Por isso, Senador Eduardo Braga, que é um grande Líder, e Senador Jayme Campos, que é meu companheiro no estado... Eles sabem a importância que isso representa para o meu estado, o sofrimento que nós estamos tendo lá com essa BR-163, onde as pessoas estão pagando pedágio, e a empresa não consegue fazer investimento nenhum. E, principalmente no trecho de Cuiabá a Sinop, pessoas estão morrendo todo dia. Estão morrendo, Senador Eduardo Braga! E estão revoltadas com todos nós.

Como houve um entendimento – eu quero deixar bem claro – sobre a participação do Estado de Mato Grosso na ANTT, que é extremamente importante. É importante a Antaq, é claro que é importante! Mas eu quero aqui dizer do papel principal, mais ainda, da ANTT, porque está lá cuidando principalmente do transporte terrestre. E, hoje, o transporte de cargas no Brasil por transporte terrestre é de mais de 60%.

Eu falo aqui na condição de Presidente também da Frenlogi, a Frente Parlamentar de Logística. Estivemos agora, com a Confederação Nacional do Transporte, apresentando uma pesquisa que, há 31 anos, é feita pela CNT, mostrando a situação caótica das nossas estradas.

Nosso companheiro Alexandre, V. Exa. também foi Diretor-Geral do Dnit e conhece essa responsabilidade. Eu gostaria de ter essa solução, sim, hoje, se possível.

Ontem conversei com o Senador Rodrigo Pacheco e cobrei dele também, inclusive, a participação nessa decisão, na mediação do que aqui estamos discutindo, porque não é pessoal, de forma alguma, dos dois indicados, é uma situação política que foi instalada. E o Senador Rodrigo Pacheco é a maior testemunha e é o Presidente desta Casa.

Se aqui houver algum vencido, pode recorrer ao Plenário, o que eu entendo que não é o melhor. Esta Comissão é a Comissão que tem o papel principal de discutir a questão da infraestrutura do país.

Por isso eu quero aqui pedir a V. Exa. e ao Plenário que realmente nos dê tempo. Se não é vista, nos dê tempo para discutir isso, inclusive com o Governo. Esse é o pedido que faço aqui não só a V. Exa., na condição de Presidente, mas faço aqui também ao Plenário da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Senador Wellington, só para esclarecer a V. Exa. que o pedido de vista para os dois...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Esclareço que eu, inclusive, não tive condições de entregar o relatório, exatamente porque estávamos discutindo agora pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só quero esclarecer que o pedido de vista dos dois sabatinados não cabe mais porque um foi retirado de pauta e o outro nós estamos discutindo com o Senador Alexandre Silveira, cujo requerimento eu indeferi. Ele entrou com recurso. O recurso está aqui e eu acho que nós temos que deliberar sobre o recurso, entendeu? A não ser que haja um entendimento entre o Líder do Governo, o Líder do Senado e V. Exa. para... O ideal, para mim, seria que esse imbróglio não existisse, entendeu? Agora, vou submeter...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Meu Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – ... o recurso à deliberação do Plenário, lembrando que, em caso de deferimento do recurso, vai cair o painel porque nós vamos ter que incluir... Vai cair o painel. É só para lembrar os senhores de que a situação não é tão simples assim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Eu posso suspender também a reunião. É melhor um acordo, um entendimento do que levar a ferro e fogo essa situação, porque, talvez...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – ... todos possam ser prejudicados com isso.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Permita-me, porque fui citado nominalmente várias vezes pelo eminente colega Senador Wellington Fagundes.

Quero cumprimentá-lo pela reeleição, mas, Sr. Presidente, não é desprivilégio ou privilégio do Mato Grosso a falta de infraestrutura neste país. No Estado do Amazonas, na BR-319, duas pontes desabaram entre o primeiro e o segundo turnos, eminente Senador, e até hoje nem o ministério, nem o Dnit, nem a ANTT, nem nenhum dos órgãos resolveu. A BR-230 está em situação caótica. A BR-317, igualmente. A BR-163 é a pior do Brasil.

Portanto, não é uma questão política apenas do Mato Grosso, é uma questão nacional. E esta Comissão tem caráter nacional. Cada um de nós representa uma unidade da Federação, mas esta Comissão tem caráter nacional. Aqui estão representados todos os estados.

Agora, o que V. Exa. relata é um desentendimento sobre algo que até me assusta, pelo seguinte: os indicados estão publicados no *Diário Oficial da União* há quanto tempo? E publicados por quem? Pelo Governo. Governo esse de que, como V. Exa. bem disse, dois Líderes estão presentes e para o qual V. Exa. faz base. E nós ficamos aqui surpreendidos porque V. Exa., como membro da base do Governo, vem relatar um desentendimento com...

E eu pergunto ao Presidente da Comissão, eminente Senador Dário: V. Exa. recebeu algum comunicado do Governo de que está retirando o nome dos indicados? Porque, diante do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que disse o eminente Senador Wellington, o Governo teria que mandar um ofício retirando o nome dos indicados. Ou compete a nós aqui fazermos uma negociação em torno de um nome que foi indicado pelo Executivo e que o Executivo não retirou?

Não discuto aqui a legitimidade do pedido de vista; é outra questão. Há uma questão regimental sobre a qual se está recorrendo, mas não vamos inverter a ordem das questões aqui. Esta é uma Comissão de caráter nacional. Nós estamos aqui discutindo a infraestrutura nacional, seja de Santa Catarina, seja do Amazonas, seja do Mato Grosso, seja do Mato Grosso do Sul, seja da Paraíba, seja do Distrito Federal. É nacional, com todo o respeito ao Estado do Mato Grosso, que merece todo o respeito da nossa parte.

Mas nós estamos aqui diante de um seguinte fato: o Governo indicou as pessoas para os cargos aqui citados. Lamentavelmente, o Dr. Lucas não recebeu a tempo regimental o relatório. Está excluído, portanto, da sessão deliberativa de hoje. Como V. Exa. vê, nós já temos quórum regimental na votação que está em andamento. V. Exa. pode encerrar essa votação e pode abrir a discussão com relação à questão pendente. Porque, senhores, nós estamos falando aqui de uma questão de interesse nacional público. Nós estamos falando aqui da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, que não tem três de seus membros nomeados até agora. E aí nós vamos dizer: "não, porque houve o desentendimento num acordo sobre a indicação de A ou B ou C na ANTT", nós vamos prejudicar todo o transporte aquaviário do Brasil? Nós vamos prejudicar a Anatel? Nós vamos prejudicar... Não, o interesse público aqui tem que prevalecer.

Então é o apelo que faço a V. Exa.: nós estamos com o quórum atendido regimentalmente, com um processo de votação, portanto, concluído; que V. Exa., portanto, possa declarar encerrada a votação dos cinco membros, e que possamos discutir a pendência regimental.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Olha, eu quero...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Permita-me um segundo só.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Pois não, Excelência.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu quero me associar ao Senador Eduardo Braga.

V. Exa. foi muito feliz. É pertinente a sua fala aqui. Nós não podemos trazer para esta Comissão uma questão política de indicação de Manuel ou de Pedro.

Eu acho, Senador Wellington, com todo o respeito, amizade e consideração que tenho por V. Exa., que esse é um assunto que tem que ser tratado lá fora, não dentro desta Comissão aqui, até porque os sabatinados já estão aqui presentes, alguns relatórios já foram lidos. Por incrível que pareça, pedido de vista... Se não tem aqui o relatório, até agora não consta – não sei se a Secretaria pode me informar –, não chegou aqui, ele não tem nem pedido de vista. Se não está nem nesta Comissão, não foi lido o relatório, nada, não tem pedido de vista.

Então, V. Exa., com todo o respeito e admiração, talvez a sua fala não foi pertinente, tanto é que levantou aqui uma questão de ordem ou pela ordem do Senador Eduardo Braga dizendo que nós estamos fazendo aqui um acordo político. Lamentavelmente, o maior bolsonarista neste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país aqui do que o Senador Wellington Fagundes não tem. Este aqui é Bolsonaro, como se diria do Mato Grosso, até com cê-cedilha... (*Risos.*)

Bolsonarista. Lamentavelmente, o Governo não cumpriu o acordo com V. Exa. – eu imagino que sim – e com as demais Lideranças, como Eduardo Gomes e com o Portinho aqui.

Agora nós temos que separar o joio do trigo. Se vai continuar a votação ou se nós vamos levantar aqui por um prazo de duas horas, três horas, quatro horas, V. Exa. que é o Presidente que vai definir, nós voltamos a tratar desse assunto aqui. Nós temos que votar. Nós temos que votar ou peça vista de forma coletiva. Não é isso? Até pelo bom andamento e pela celeridade desta comissão, mas nós temos que dar com certeza aqui uma destinação final desta Comissão em relação à votação para que possa ser encaminhada para o Plenário. De forma que eu acho mais saudável, mais louvável, se o Governo pedir para retirar os nomes que estão aqui – o que eu imagino que não vai fazer –, aí sim; caso contrário...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Correto? Essa é a minha modesta opinião e a contribuição que eu posso dar.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Eu quero agradecer a V. Exa. pela contribuição.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Só isso é que eu quero deixar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Eu só quero lembrar o seguinte: nós temos uma pendência sobre a mesa, que é o recurso. Eu preciso apreciar o recurso dentro desta reunião. Eu não posso terminar esta reunião da forma como ela está, porque nós temos que ouvir ainda os sabatinados.

Então, concluir a reunião e aprovar ou rejeitar os outros cinco me parece que não tem possibilidade neste momento. O momento é apreciar o recurso e aí, se o Plenário derrubar a minha decisão de indeferimento, ele passa a ser incluído, e aí nós vamos ver o que nós vamos fazer. Cai o painel, eu posso suspender a reunião. Eu não sei ainda quais são as consequências que efetivamente nós vamos tomar. Eu sei que todo mundo tem uma sugestão, V. Exa. tem uma sugestão.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – É caráter regimental, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Não, mas eu também estou no caráter regimental.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – O meu é caráter regimental.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – O meu também. O meu também. Eu estou no regimental também.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – V. Exa. está no regimental por uma questão de urgência em função da covid...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não, Presidente. Eu estou falando de outra coisa, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – A minha posição é vista regimental, coletiva, como sempre foi dada.

Bem, eu quero dizer... Aí o painel cai, e depois nós vamos ver como é que nós vamos resolver...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas, Presidente...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – V. Exa. não pode derrubar o painel dessa forma. V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Posso derrubar como?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – V. Exa. fez um ato jurídico regimental nesta Casa. No início da sessão, V. Exa. ouviu o Plenário e deliberou a abertura do painel, ressalvados os dois indicados da Antaq, aliás, desculpe, da ANTT, e abriu um processo de votação. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Tudo bem, mas agora coube recurso de um.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não. Não dos que estão sendo votados, Presidente. Não dos que estão sendo votados, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Sim. Sim, mas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – ... se o recurso for aprovado, ele vai ser votado também.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pode votar separadamente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas não nesse painel.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Separadamente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Ou você quer que eu abra uma nova reunião para deliberar só...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – V. Exa. não vai encerrar a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Eu não vou fazer isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – V. Exa. dividiu a reunião em dois itens.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Não vou fazer isso. Eu vou deliberar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – São agências diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Vou deliberar todo dentro da mesma votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas então por que V. Exa. abriu o painel?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, como eu fui citado por ter citado o Senador Braga, eu quero deixar mais uma vez bem clara a minha posição.

Eu disse que gostaria de pedir vista, gostaria de pedir vista de todos, mas que o meu pedido de vista eu entregaria aos dois Líderes. Portanto, eu não queria vencer nem ser vencido.

Então, quero deixar muito claro que, Senador Braga, não é uma questão de Mato Grosso, foi um entendimento político de quem sempre lutou. Eu apenas esclareci o porquê de estar lutando por essa área. Não disse que era uma questão específica do Mato Grosso, eu apenas justifiquei, por ser do Mato Grosso, por que eu lutei inclusive pela questão dos portos.

Portanto, Senador, vamos deixar bem claro! Não vamos aqui, agora, colocar como uma questão local. A minha posição não foi essa. Eu apenas esclareci por que eu poderia pedir vista e que tudo o que estava falando é uma questão política que foi combinada...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Que iria pedir vista.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não, V. Exa., por favor...

... que foi combinada, e eu transferi aos dois Líderes. Portanto, eu não estou pedindo vista, eu estava transferindo a decisão aos dois Líderes que coincidentemente são do meu partido e que são Líderes do Governo, porque eu aqui inclusive registrei a minha posição. E por isso eu pedi o entendimento. E queria inclusive que a gente pudesse prorrogar para ter uma discussão.

Então, portanto...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Perfeito.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... não foi pedindo para ser votado qualquer pedido...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Essa questão, Senador Wellington, eu já tinha esclarecido.

Vamos ouvir o Líder do Governo, Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras...

Sr. Presidente, eu tenho muito respeito pelo Senador Wellington Fagundes, por V. Exa., por todos os Senadores, principalmente nesse instante pelos indicados, porque há aí toda uma carreira sendo discutida de forma regimental, com as informações todas do Governo, e eu queria tentar, com muita pretensão aqui, propor os acordos que a gente faz no Plenário, no desenvolvimento do trabalho desta Casa, já que vários indicados, os que estão em processo de votação e portanto precisam ter preservado esse direito, que eles possam falar e que a gente tenha um espaço aí, até às 14h, para definir, tirar as dúvidas e tudo. Eu não vou... Não tenho essa força de assumir um pedido de vista pelo Governo, tenho certeza, porque aqui é uma questão da Comissão, uma questão de entendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria neste momento, inclusive, por uma questão de justiça, preservar a atuação do Governo, nesses quatro anos, nas indicações de agência. Nos dois mandatos, do Presidente Davi e do Presidente Rodrigo Pacheco, nós votamos aqui dezenas de indicações para o Judiciário, para os conselhos, para todas as agências reguladoras de maneira até diria inédita, com instruções técnicas, com trabalho plural de várias correntes, independentemente da questão política. Então, seria injusto, neste momento em que praticamente é a última sessão de indicação, colocar no Governo desses quatro anos alguma coisa que não fosse a necessidade das agências reguladoras.

Então, preciso fazer esse registro aqui, em nome do Presidente Bolsonaro.

Então, eu queria só pedir, Sr. Presidente, se for possível, no momento em que os indicados usarem da palavra para lerem os seus relatórios, que a gente pudesse tentar chegar ao entendimento. Nós vamos manter um contato com o Governo também e ver se a gente consegue preservar esse momento importante que é a sabatina dos indicados, já que são... Também é uma coisa que mudou, a pandemia mudou isso...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Senador Eduardo...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – ... o regramento das Comissões...

Só para concluir, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Se eu entendi... Só um aparte, por favor. Se eu entendi, é o seguinte: V. Exa. pretende que eu faça o sobrestamento do recurso e avalie o recurso só no final, porque, se eu apreciar o recurso e derrubar, eu sou obrigado a incluir, entendeu?

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – O recurso está aí, sobre a mesa. Eu tenho que saber...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – O que eu entendo é que...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – ... é o que eu vou fazer com o recurso.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Eu acho que o entendimento, Sr. Presidente, coloca também, tem efeito sobre o resultado do recurso. Então, eu acho que pode ser isso também.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Aí eu vou perguntar para o autor do recurso e para o autor do pedido de vistas se concordam com essa possibilidade para tentar resolver.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

A única possibilidade que eu vejo agora é o senhor apreciar o recurso. E, se for o caso, submeter ao Plenário desta Comissão, conforme consta do recurso, e fazer... Para que nós possamos dar andamento normal à sessão.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Só que nós temos que estar conscientes das consequências da aprovação do recurso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – O Regimento é claro. Entendeu? É claro que derruba...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Inclui: se cai a votação, eu vou ter que proceder à nova votação, inclusive, aqui da nossa equipe técnica.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Todo mundo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Então, todos de acordo em apreciar o recurso?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Presidente, para não ser constrangedor... Presidente, para não haver...

Senador Dário, eu vou dar uma pequena sugestão. Eu estou vendo aqui, por exemplo, que o Senador Wellington passou a responsabilidade para o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu pergunto se tem alguma discriminação contra o Senador Jayme Campos, porque é só ele pedir a palavra que parece que...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – É uma pena, não é?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Ou o senhor está provocando um...

É ao contrário, é ao contrário...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Presidente, o Senador Wellington Fagundes transferiu para o Senador Eduardo Gomes, Líder do Governo, e ao Líder Carlos Portinho essa possibilidade de se pedir vistas, nem por...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Não, pediu vistas, sim. Não, o senhor pediu para eles... Uai, pelo que o senhor falou...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Nada disso. Eu não pedi vistas, eu falei que poderia...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – O senhor não pediu. O senhor disse que poderia pedir vistas, evidentemente, através do Líder do Governo. O entendimento depois de tudo concorda. Eu ouvi muito bem V. Exa. Os dois até agora não se manifestaram. Pelo que consta aqui, que eu ouvi as palavras do Eduardo Gomes, não vai se manifestar. Aqui só tem um caminho; caso contrário, V. Exa. regimentalmente vai ter que colocar aqui o requerimento do Senador Alexandre. Não tem outra saída. Você tem razão, quem vai definir é o Plenário aqui. Por outro lado, para nós não ficarmos...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – É o que eu sempre imaginei...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Vencido ou vencedor aqui, porque o Senador Dário Berger *ex officio* não aceitou o primeiro requerimento de V. Exa. Vamos levantar a sessão, ou seja, dar um prazo aí para fazermos talvez um apelo à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conversação entre as Lideranças, que eu acho que é melhor caminhar por aí, caso contrário nós ficamos chovendo no molhado aqui até às cinco da tarde.

Dá um prazo de duas horas, três horas – sei lá qual seria o ideal – e nós voltamos aqui ao processo de votação. Caso contrário, eu vejo que não vamos chegar aqui a uma votação democrática, não é? O próprio Senador Eduardo Braga já manifestou aqui, dizendo em relação ao Regimento Interno. Essa é a minha modesta opinião, até porque já é 1h10, e esse processo de votação vai demorar muito, há muita questão de ordem.

Então, eu acho que seria meritória e louvável a atitude de V. Exa. se levantasse aqui a sessão por um período de duas horas, uma hora e meia, até porque as Lideranças chegariam aqui a um denominador comum.

Pedi vista do nome dos indicados, e nem chegou aqui o relatório. Eu confesso que eu nunca vi. É velar, fazer o velório sem ter o defunto, não é?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Presidente, a mim me parece...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Até agora não tem nada. Não tem nem o relatório. Pedir vista do quê?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Eu quero ouvir o Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem.) – ... dez segundos.

Ao olharmos para o painel, nós identificamos que, à exceção do Senador Esperidião Amin, que está aqui ao lado a presidir a CRE, V. Exa. poderia já colocar a apreciação do recurso e, rapidamente, nós votaríamos. Já estamos todos aqui. Vamos fazer isso. Não há nenhum fora do recinto, apenas o Senador Esperidião Amin. Nós acabamos com a celeuma, até porque a Senadora Soraya Thronicke não vai rever o pedido de vista em relação ao Sr. Felipe Fernandes, votamos rapidamente aqui o pedido feito, o recurso apresentado. Estamos todos aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Daí cai...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Não cai e nós votamos novamente. Estamos todos aqui, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente, apenas para tentar o entendimento, porque a ponderação...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Pela primeira vez... Só um minutinho, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Pela primeira vez me permito não concordar inteiramente com a proposta de V. Exa., porque ela fere encaminhamentos de outros Senadores que pensam diferentemente.

Senador Marcos Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas a ponderação...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Não estou falando do Senador Eduardo Braga...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – A ponderação que faço, Sr. Presidente, é no sentido da praticidade. A proposta apresentada pelo Senador Jayme Campos é salomônica, é verdade: você posterga. Só que aí nós vamos ter um outro problema, porque, se o recurso for provido em relação à questão da vista em prazo menor, se nós adiamos por duas horas e, lá na frente, apreciamos, ou seja, você tem mais tempo pela frente... Então, se nós apreciamos agora o recurso, o ato que V. Exa. está a propor para o Plenário já ocorre a partir de agora, e, se a gente deixar para duas horas depois, nós postergamos ainda mais.

Então, o momento de se apreciar o recurso de fato, se é que nós vamos ter que apreciá-lo, seria neste momento. É apenas a ponderação que faço, respeitando em absoluto a ponderação do Senador Jayme Campos, que é salomônica, mas ela teria um outro desdobramento, que é colocar para mais tarde ainda a decisão.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Eu vou suspender a reunião por uma hora e meia.

Está suspensa a sessão.

(*Suspensa às 13 horas e 11 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 17 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Declaro reaberta a 16ª Reunião da Comissão de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Dando seguimento aos trabalhos da nossa reunião, a minha ideia não é outra senão colocar em deliberação o recurso apresentado pelo Senador Alexandre Silveira com mais alguns apoiamentos de outros Senadores.

Então, submeto à votação, à discussão, se eu quiser usar o Regimento.

O Thales, que é o Secretário da Comissão aqui, me alerta que o art. 242 do Regimento Interno do Senado Federal explicita o seguinte: "O projeto ou requerimento de autoria individual [ou coletiva] de Senador, salvo requerimento de licença e de autorização para o desempenho de missão, só será lido [com a presença do] [...] autor".

Como o autor não se encontra presente, está rejeitado o recurso, prejudicado.

Prejudicado o recurso, mantém-se a vista da Senadora Soraya Thronicke.

Feito isso, vamos dar continuidade à oitiva dos nossos indicados.

O item 1 já foi.

Item 2.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Acredito que, com relação à razão da suspensão da reunião, só para a gente poder retomar com o esclarecimento de que o relatório do indicado Lucas Asfor Rocha já foi protocolado, e o Senador Wellington...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só para entender depois, na sequência (*Fora do microfone.*) ...se V. Exa. puder, só esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Vocês me submetem a cada decisão... A próxima certamente vai ser mais difícil do que essa.

Certamente, pela lógica, é intempestivo o relatório. O relatório não foi apresentado, nós já passamos essa etapa da leitura do relatório e já estamos ouvindo agora os nossos indicados. Portanto, me parece que é lógico que também está prejudicado, porque, senão, é o seguinte: nós vamos ficar aqui até 3h da tarde, 10h da noite, o Relator tem um tempo para protocolar o seu relatório, não protocola, aí tem que ir prorrogando a reunião, esperando. Aí não tem lógica.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, apenas faço um apelo. Essa paralisação foi com o intuito de promovermos o entendimento, as posições ficaram claras aqui.

Eu só peço a V. Exa... Há precedente, a gente teve um momento aqui, nesta Casa, de votação não só nesta Comissão, que foi muito diligente, mas em outras Comissões, para a adequação das indicações das agências por conta da pandemia. Então, há muito tempo, a gente não faz uma análise só por indicado; sempre é em grupo. Então, nós tivemos momentos aqui de uma certa adaptação com a aprovação dos membros da Casa, mas isso não adianta nada se não tiver decisão de V. Exa.

Então, faço um apelo, em nome da Liderança do Governo, que foi citada aqui, do Senador Wellington Fagundes, com quem conversamos. Como está em curso ainda... Há uma concessão da Presidência da votação, mas está em curso ainda a oitiva de todos os indicados, eu faço esse apelo aqui, em meu nome, acho que reforçado por alguns Senadores, de que V. Exa. nos ajude nesse sentido, de incluir, já que não encontramos grandes dificuldades de esclarecer aqui a questão não só do relatório, que cumpre os requisitos, mas também da situação política que fez com que esta reunião fosse suspensa e retomada.

Então, faço um apelo a V. Exa., que sempre ajudou, nesses oito anos, esta Casa. Com todo o respeito, faço essa solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Como é que eu não vou atender um apelo do nosso grande e querido Líder? Entretanto, há um inconveniente, pelo que eu estou imaginando aí. A solicitação é de inclusão do Lucas, para a leitura do relatório, mas daí nós vamos voltar ao início, porque o pedido de vista da Senadora Soraya é...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Se o senhor me permitir, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – ... pelas duas... Não são os dois?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – Prejudicávamos, desde então, a ATNN, porque...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Pois é, os dois da ANTT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – ... haveria constrangimento. Então, a gente vota os demais (*Fora do microfone.*)

...e aí nós votaríamos... Já votamos os demais.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Há esse inconveniente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Eu penso isso, porque aí ficou complicado, e aí a gente sai do regimental, sendo que nós estamos respeitando o regimental. Então, eu já até oportunidade de conversar um pouco com o Felipe, de dirimir algumas dúvidas, mas aí, se nós estamos neste impasse, liberar os demais e terminar, cumprir uma etapa do nosso trabalho eu acho que seria importante, Eduardo, e aí a ANTT...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Senadora Soraya, nós não podemos terminar pela metade; nós temos que dar um desfecho regimental...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Regimental. Por isso, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – ... no mínimo, para nós termos...

Então, a senhora mantém o pedido de vista?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Mantenho a vista...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Mantém a vista.

Então, vista...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – ... para a ANTT, para ambos.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Se eu incluir na pauta, então, vamos deixar para a próxima semana, porque, a essas alturas, temos que incluir intempestivamente...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Temos que superar esse...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – ... já para a leitura do relatório. Desse relatório, já vai ser pedida vista novamente. Nós vamos incorrer no mesmo problema, no mesmo assunto. Vamos voltar ao início da nossa discussão, em que nós não avançamos durante esse período inteiro.

Então, a minha sugestão é que a gente conclua os cinco que já estão no painel. Resolvemos os cinco e, quanto à questão dois pedidos de vista, concede-se vista, porque não tem como não conceder. De qualquer forma, se houver outra alternativa que a gente possa discutir, sou eu, Senador Veneziano, que tenho os ouvidos abertos para acolher as sugestões necessárias para nós resolvermos esse imbróglio.

Enquanto nós continuamos discutindo, eu vou passar a palavra, então, ao Alber para que ele possa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, nós vamos...

V. Exa. quer a palavra, Senador Eduardo Gomes?

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Presidente, eu volto a solicitar a V. Exa., à Senadora Soraya a compreensão. Evidentemente que, como Governo, a gente quer resolver a questão mesmo que seja em etapa. Eu só entendo que essa etapa não precisa ser submetida a uma data futura, ao conhecimento do relatório do Dr. Felipe para a ANTT – e o do Dr. Lucas já está no sistema há um tempo para os Parlamentares, o relatório do Senador Wellington Fagundes. Então, como a votação está em fase de conclusão, e a gente já fez assim outras vezes na Comissão, eu sugiro que nós façamos os dois, a votação dos dois da ANTT no dia de hoje, Sr. Presidente. A gente sabe que a qualquer...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Não tem condição, Presidente. Não tem, meu Líder querido, não tem condições de fazer isso...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Fazer votações separadas...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – ... porque a vista foi dada, vista coletiva. Já foi concedida vista coletiva.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Mas não foi concedida vista ainda do relatório do Dr. Lucas, porque o relatório sequer foi lido em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Pois é. Pior ainda.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Então, assim, ainda estamos com vista...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Pior ainda.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – ... apenas do Felipe.

Portanto, não sei se o Relator Wellington Fagundes vai fazer a leitura, vai proceder à leitura, porque acho... À leitura, tem que proceder. Se vamos respeitar religiosamente o Regimento Interno, ele tem que fazer a leitura – o pedido de vista é posterior – e, aí, deliberamos. Mas eu também não sei se ele... Porque o motivo pelo qual ele disse que iria pedir vista também... De repente, ele vai pedir vista do próprio relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Bom, eu queria, Presidente, primeiro, tentar trabalhar com os fatos. O relatório do Dr. Lucas está já no sistema, o Relator está presente, então, gostaria de, em último caso, Senador Wellington Fagundes, fazer um apelo para que seja lido o relatório hoje e os dois sejam votados. É uma solicitação que nós vamos fazer porque...

E, na questão regimental, esse apelo que eu fiz à Senadora Soraya é porque há pedido de vista, houve debate, esclarecimento e é regimental também, diante de pedido de vista, diante da solicitação de esclarecimentos aos Parlamentares, esse pedido ser retirado a qualquer momento. Então, nós estamos falando da questão do bom senso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Mas foi retirado, Excelência.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sim, mas eu estou fazendo um apelo...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Então, vamos fazer o seguinte...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – ... à Senadora Soraya que retire o pedido objetivamente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Eu só gostaria de saber se vai...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Pela ordem. Só um esclarecimento, Senadora: o pedido de vista é com relação só...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Só faltava também, depois de toda essa confusão, voltar à estaca zero; tiramos tudo. Aí realmente é...

Mas vamos ouvir... Enquanto vocês conversam aí, vamos ouvir...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Vamos ouvir a leitura do relatório. Senão ninguém...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Até porque é o seguinte: são 3h30min. Na hora em que começa a sessão do Plenário, cancela-se a nossa reunião. Então, se nós demorarmos aqui...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – As vistas – o Senador Carlos Portinho acabou de perguntar – ainda são apenas e tão somente em relação ao Felipe porque o do Lucas não foi possível regimentalmente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Pois é.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Portanto, acredito, Senador, Líder, que o Relator poderia proceder à leitura e aí deliberamos posteriormente. Eu já tive um tempo suficiente para dirimir dúvidas em relação ao Felipe.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Mas eu não sei por que vocês insistem em fazer dessa forma, porque, no final, vai dar noves fora, zero. (*Risos.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Mas depende do Wellington agora, porque ele disse que iria pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Entendeu? Não sei por que vamos passar por essa etapa se a vista que foi concedida para a senhora foi concedida para o Senador Jayme Campos, se não me engano. A vista está concedida. Se está concedida para um, está concedida para o outro, porque a senhora pediu para os dois.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Não, a senhora pediu para os dois.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O outro não tinha relatório.

Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – O outro só não foi porque não tinha relatório. Só não foi pedido de vista porque não tinha relatório.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Pedi, sim, dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Pois então.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Dele foi inócuo o meu pedido porque, regimentalmente, não cabia justamente pelo motivo de que nem sequer o relatório havia sido protocolado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Pois é.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Mas mesmo assim, regimentalmente, é depois da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Automaticamente ficaria... Automaticamente ficaria para uma próxima reunião, ou uma suspensão, ou, enfim, para uma segunda etapa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Eu respeito a decisão de V. Exa. Só estou dizendo que...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Vamos ouvir o Alber.

O SR. ALBER FURTADO DE VASCONCELOS NETO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Vou ser bem breve, Presidente.

Eu gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Dário Berger, as Sras. e os Srs. Senadores membros desta Comissão, as autoridades indicadas aqui presentes e as pessoas que acompanham remotamente esta sessão.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer a honra dada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República por ter me indicado para apreciação do Senado Federal para a Diretoria da Agência Nacional de Transporte Aquaviários.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC. *Fazendo soar a campainha*.) – Ou o silêncio faz parte ou vou pedir para a segurança da Comissão – boa tarde, Senador Eduardo Braga – retirar vocês do plenário. São vocês que escolhem porque a minha paciência já chegou ao limite, entendeu? Realmente está difícil de tocar esta reunião aqui.

O SR. ALBER FURTADO DE VASCONCELOS NETO – Dando continuidade, Presidente, agradeço também ao Relator da minha indicação, Sr. Senador Eduardo Braga, que é um Parlamentar formador de opinião, por sua respeitabilidade, credibilidade e prudência. Eu gostaria assim de registrar a minha mais sincera admiração por V. Exa. Agradeço ao Ministro da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infraestrutura, Sr. Marcelo Sampaio, pelo apoio e atenção, e, em especial, ao Exmo. Sr. Presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco, pela confiança e liderança neste processo.

Se aprovado, eu me comprometo com o interesse público, dedicação e ética inerentes às responsabilidades do cargo.

Sou natural de Fortaleza, Estado do Ceará, tenho 44 anos, dos quais 20 dedicados ao serviço público. Sou engenheiro civil, formado pela Universidade Federal do Ceará, com mestrado em Engenharia Civil com ênfase em recursos hídricos pela Universidade Federal do Paraná.

Em 2004, migrei para Brasília, por ter passado em concurso público. Sou servidor público federal concursado do cargo de Analista de Infraestrutura, com muito orgulho, porque é o mesmo cargo do Sr. Ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, desde outubro de 2008.

Atuo diretamente no setor portuário desde 2009, quando fui convidado para integrar a equipe técnica da Secretária Especial de Portos da Presidência da República, tendo assumido diversos cargos de confiança, entre os quais diretorias e secretarias de infraestrutura portuária, durante o período compreendido entre 2009 e 2017, quando fui cedido para a Agência Nacional de Transportes Aquaviários para assumir o cargo de Gerente e, posteriormente, de Superintendente de Outorgas.

A Antaq é umas das 11 agências reguladoras do Brasil, integrante da administração pública federal. É uma autarquia em regime especial, caracterizada pela independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, além de autonomia decisória, funcional e financeira.

Por meio da aprovação da Lei 14.465, foram criadas duas novas vagas para a Diretoria Colegiada da Antaq, reconhecendo, assim, a importância dessa agência reguladora na implementação das políticas formuladas pelo Ministério de Infraestrutura, como a de exercer uma regulação eficaz, com o objetivo de gerar segurança jurídica para os regulados.

Aproveito, assim, a oportunidade para reiterar os protestos de admiração e respeito, colocando-me, desde já, à inteira disposição de V. Exas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Muito bem!

Vamos ao próximo, Sr. Caio César Farias Leôncio, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Tem a palavra.

O SR. CAIO CÉSAR FARIAS LEÔNCIO (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, Senador Dário Berger; Exmos. Senadores e Senadoras que compõem e acompanham esta sessão de forma presencial ou remota; demais autoridades; senhoras e senhores que nos assistem, boa tarde!

Inicio agradecendo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República por minha indicação ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), bem como ao Sr. Ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, por todo o apoio e confiança e pela honra de estar perante esta Comissão para ser sabatinado na data de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço, em especial, ao Exmo. Sr. Presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco, pela oportunidade de estar hoje perante V. Exas., a quem igualmente agradeço, para apresentar os aspectos relevantes sobre a Diretoria da Antaq nesta sabatina.

Registro também meu agradecimento ao Sr. Senador Veneziano Vital do Rêgo pela gentileza da minha relatoria, da minha indicação, o que muito me honra.

Obrigado, Senador.

Sou graduado em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), pós-graduado em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, com LL.M. em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas.

Profissionalmente, sou advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal, com mais de dez anos de experiência. Tenho me dedicado à atuação na área de Direito Público, em especial Direito Tributário e Administrativo, e tenho acompanhado o setor de infraestrutura, o que revela importante intersecção entre a minha atividade profissional e esse tão importante setor.

Fui membro efetivo da Comissão de Assuntos Tributários e Reforma Tributária da OAB/DF. Integrei a Comissão deste Senado responsável por apresentar proposições com o objetivo de dinamizar, unificar e modernizar o processo administrativo e tributário nacional.

A Antaq é uma entidade que integra a administração federal indireta, de regime autárquico especial, com personalidade jurídica de direito público, independência administrativa, autonomia financeira e funcional, vinculada atualmente ao Ministério da Infraestrutura. Foi criada pela Lei 10.233, de 2001.

A Antaq tem por finalidade implementar as políticas formuladas pelo Ministério da Infraestrutura, segundo os princípios e diretrizes estabelecidos na legislação. É responsável por regular, supervisionar e fiscalizar as atividades e prestação de serviços de transporte aquaviário e da exploração da infraestrutura aquaviária.

O setor, Excelências, corresponde a 95% das trocas de cargas do comércio exterior do país. É um importantíssimo setor da infraestrutura, o que reflete na arrecadação de tributos e causa impacto no PIB do Brasil.

Tenho convicção de que, caso aprovado o meu nome, exercerei meu mandato na Antaq com total compromisso e comprometimento, buscando contribuir para o desenvolvimento do setor e do país.

Também me comprometo a manter diálogo constante e aberto com o Congresso Nacional, especialmente com o Senado Federal, pois compreendo o papel do Parlamentar como um importante mediador entre a sociedade e todos os Poderes do país.

Portanto, Excelências, muito me honra ter o meu nome avaliado por cada um dos Exmos. Srs. Senadores aqui presentes para ocupar a diretoria dessa tão importante agência reguladora, que é a Antaq.

Espero contar com o meu nome aprovado por esta Casa para me dedicar à diretoria da Antaq e ao meu país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Miriam Wimmer, para ser reconduzida ao cargo de Diretora do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora tem a palavra.

A SRA. MIRIAM WIMMER (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Muito obrigada, Exmo. Sr. Presidente da Comissão. Gostaria de, na sua pessoa, agradecer a todos os Senadores e Senadoras aqui presentes e dizer que recebi com muita alegria a indicação para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

De fato, há pouco mais de dois anos, eu tive a honra de me submeter ao escrutínio do Senado, por meio desta Comissão, e, nesta ocasião, eu agradeço a oportunidade novamente de me submeter aos senhores e às senhoras para qualquer esclarecimento necessário.

Para permitir a deliberação dos senhores e das senhoras, eu gostaria de, rapidamente, tocar em dois aspectos.

Em primeiro lugar, quero me apresentar novamente à Comissão e falar sobre a minha trajetória profissional e acadêmica. Em segundo lugar, quero falar brevemente sobre o papel da ANPD e sobre os principais desafios a serem enfrentados por essa autoridade, passados os dois primeiros anos de sua criação.

Bom, meu nome é Miriam Wimmer, sou brasileira, servidora pública, professora universitária. Conforme já mencionado pelo Exmo. Relator, Senador Esperidião Amin, eu tenho graduação em Direito, mestrado em Direito Público, doutorado em Comunicação, além de diversos cursos e certificações complementares. Eu sou também professora de pós-graduação, mestrado e doutorado no IDP, além de em outras universidades em outros locais do país, e também sou autora de livro e de dezenas de publicações técnicas e acadêmicas no Brasil e no exterior.

(*Soa a campainha.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. MIRIAM WIMMER – Prosseguindo, Excelências, eu sou servidora pública com 16 anos de experiência no Poder Executivo Federal, tendo trabalhado na Anatel, no Ministério das Comunicações, no Ministério da Ciência e Tecnologia e, mais recentemente, na ANPD. Sou também membro da Comissão de Juristas do Senado, responsável por propor o substitutivo ao projeto de lei sobre inteligência artificial.

A minha experiência no Governo Federal me ensinou...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MIRIAM WIMMER – ... não apenas a compreender a dinâmica de regulação de setores em ciência e tecnologia, mas também a importância de estabelecer relações construtivas e diálogo entre os mais diferentes setores da sociedade.

Com relação à ANPD, tendo falado já um pouco da minha trajetória pessoal, gostaria de falar um pouquinho sobre os desafios que eu identifico para o período vindouro. E aqui, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, é importante observar que, há dois anos, quando eu fui sabatinada pela primeira vez, a ANPD não existia. Nós éramos apenas cinco diretores e uma sala de reuniões. E hoje, passados dois anos, eu tenho orgulho de ter ajudado a colocar de pé uma estrutura organizacional que conta com 80 servidores, que hoje já é uma autarquia em regime

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especial, dotada de independência e autonomia, e que possui uma agenda regulatória e um planejamento estratégico voltados para o futuro.

Durante o meu primeiro mandato, atuei como relatora de importantes normas expedidas pela autoridade, tais como o regulamento que traz regras diferenciadas para micro e pequenas empresas, agentes de pequeno porte, e também o regulamento de fiscalização e sanções administrativas. Nesse período também, com o intuito de fomentar a cultura de proteção de dados, eu atuei como instrutora, como palestrante, como professora em inúmeros debates públicos e no âmbito de órgãos públicos também, especialmente ministérios, agências e tribunais.

Parece-me, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, que a ANPD tem pela frente um conjunto de desafios, e eu queria aqui destacar quatro.

O primeiro diz respeito ao desafio de interpretação e regulamentação da legislação, que deixa muitos pontos ainda em aberto e que é crucial para a segurança jurídica do país.

O segundo ponto tem a ver com a articulação institucional. A ANPD se aplica e tem incidência sobre todos os setores da economia, sobre praticamente todos os campos do poder público, e daí a necessidade de que a autoridade se articule com Procons, com agências reguladoras, com o Ministério Público, com entidades estaduais e municipais também, com vistas à construção de boas interpretações, interpretações consistentes, que tragam segurança jurídica e proteção de direitos.

Um terceiro desafio diz respeito à efetividade da legislação. E eu comento com os senhores que estamos em vias de aprovação do regulamento de dosimetria da sanção, que permitirá que a ANPD – agora com dentes, não é? – atue mais efetivamente, inclusive, na aplicação de sanções administrativas.

E o quarto tema que eu destacaria diz respeito às transferências internacionais de dados pessoais, que estão ainda pendentes de regulamentação e que são um aspecto-chave para a inserção de empresas brasileiras nesses fluxos transnacionais de dados que são característicos da nossa economia digital crescentemente globalizada.

Gostaria, então, Sr. Presidente, de concluir esta breve intervenção recordando que o Congresso Nacional tem sido um ator muito importante nessa pauta. Nós tivemos neste ano a promulgação da...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MIRIAM WIMMER – ... Emenda Constitucional 115, de 2022, subscrita por muitos dos Senadores aqui presentes, que reconheciam o direito fundamental à proteção de dados pessoais. E tivemos também a conversão em lei da Medida Provisória 1.124, de 2022, que transformou a ANPD de um órgão da Presidência em uma autarquia independente, um passo da maior importância aderente às melhores práticas internacionais.

Nesse sentido, entendo que o fortalecimento da ANPD é um projeto crucial para o futuro do país e queria neste momento me colocar à disposição das senhoras e dos senhores para continuar nesse trabalho pelos próximos quatro anos.

Agradeço, já de antemão, o interesse e o apoio dos senhores e das senhoras. Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Vamos ouvir agora o Sr. Alexandre Reis Siqueira Freire, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O SR. ALEXANDRE REIS SIQUEIRA FREIRE (Para expor.) – Boa tarde a todas e todos.

Queria cumprimentar primeiramente o Exmo. Sr. Presidente desta Comissão, Senador Dário Berger, que muito me honra em ser também o Relator da minha indicação para exercer o cargo de Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Cumprimento também os Exmos. Senadores e Senadoras aqui presentes. Cumprimento os servidores desta Casa, que tive a honra de servir, os servidores da Anatel e todos aqueles que acompanham remotamente pela internet.

Eu agradeço ao Presidente da República e ao Ministro das Comunicações Fábio Faria pela confiança de submeter meu nome à apreciação desta ilustre Casa legislativa e agradeço também a esta Casa pela realização deste esforço concentrado para analisar os nomes indicados para as agências reguladoras. E agradeço, mais uma vez, ao Presidente Senador Dário Berger por elaborar um relatório tão gentil sobre a minha pessoa, que subsidia a deliberação de V. Exas.

Eu me sinto extremamente honrado diante da possibilidade de me tornar um membro do Conselho Diretor da Anatel, que é uma agência que regula um dos setores mais importantes da economia brasileira e que o faz com competência e profissionalismo reconhecidos internacionalmente.

Excelências, permitam-me fazer uma breve apresentação ao meu respeito para demonstrar que cumpro os requisitos legais para o exercício do cargo para o qual fui indicado, conforme previsto no art. 5º da Lei 9.986, de 2000.

Eu sou graduado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão, tenho mestrado em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Paraná e tenho doutorado em Direito Processual Público pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Sou professor há quase 20 anos de Direito Público e de Direito Profissional em instituições como a PUC do Rio de Janeiro, PUC São Paulo, Universidade Federal do Maranhão, Professor da Escola da Advocacia-Geral da União, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo no *campus* de Ribeirão Preto. E, ao longo dos últimos anos, tenho desenvolvido estudos na área de Direito Processual Público envolvendo, em especial, análise de litígios complexos, processos repetitivos, processos estruturais, com contribuições práticas para a solução eficiente de problemas que decorrem do sistema de Justiça.

Tenho contribuído e servido ao país como membro de comissões, comitês e grupos de trabalho do Conselho Nacional de Justiça e também do Congresso Nacional, em comissões instituídas para elaboração de leis e demais projetos normativos. Já participei, a convite desta Casa, de audiências públicas e da Câmara dos Deputados para apresentar subsídios para aprimorar projetos legislativos de grande importância para a economia do país.

Ao longo da minha trajetória, Excelências, publiquei diversos trabalhos na área jurídica. Já escrevi 31 obras, sendo sete delas sobre direitos fundamentais. Fiquei muito feliz quando este Senado aprovou a PEC 47, inserindo o direito à inclusão digital no rol do art. 5º da Constituição da República. Isso demonstra o compromisso de V. Exas. em assegurar a efetiva participação do cidadão em nossa sociedade, já que o acesso à conectividade, de fato, é essencial para garantir a dignidade da pessoa humana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, para além da minha experiência acadêmica, há algo na minha história que considero muito importante na minha formação enquanto profissional e sobretudo na minha formação enquanto cidadão que deseja contribuir para o desenvolvimento do país. Eu tive a honra de trabalhar e servir nos três Poderes da República. Nos últimos oito anos, eu exerci cargos de alto assessoramento no honroso Congresso Nacional, no Poder Executivo e no Poder Judiciário. Aqui no Poder Legislativo, tive a honra de assessorar a Presidência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), sob a liderança do Exmo. Sr. Dário Berger, em um período de grande sensibilidade institucional, de grande desafio para o país, em que o Senador Dário Berger conduziu aquela Comissão com muita serenidade e sempre buscando a conciliação. Então, para mim, aquele período, Senador, foi um período de grande aprendizado profissional na minha vida.

Também já tive a oportunidade de assessorar o Senador Dário Berger não apenas em questões orçamentárias e financeiras, mas também na sua atuação como Parlamentar, em assuntos específicos da competência do Plenário do Senado da República, das Comissões Permanentes e Especiais, notadamente em áreas de direito público, direito processual público, direito administrativo sancionador e direito regulatório.

No Poder Executivo, Excelências, fui assessor e coordenador na Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, em que atuei assessorando o Presidente da República em um momento também de grande desafio para o Estado brasileiro, e ali também tive a oportunidade de tratar de temas regulatórios, como, por exemplo, a construção de importantes marcos regulatórios na apreciação de proposições...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE REIS SIQUEIRA FREIRE – ... legislativas que contribuíram para o aprimoramento de ambientes de negócios do país.

Por fim, minha atuação no Poder Judiciário igualmente me preparou para o presente momento. Assessorei três ministros do Supremo Tribunal Federal, sendo dois deles no exercício da Presidência da Suprema Corte brasileira, na qualidade de assessor especial. Naquela oportunidade, fui responsável pelo exame de processos judiciais de alta complexidade nas áreas de direito constitucional, direito regulatório, direito administrativo, direito sancionador e direito processual.

Para além dessas atividades, prestei assessoramento no processo de implementação de relevantes inovações tecnológicas para o sistema de justiça, que se deu em especial por meio do desenvolvimento de ferramentas de deliberação virtual, hoje replicadas em outros países, em razão de sua reconhecida eficiência. Atuei como assessor especial na construção do modelo de deliberação digital do Supremo Tribunal Federal e tive oportunidade de falar a respeito desse tema nos tribunais regionais federais e no Conselho Nacional de Justiça.

Atualmente, no Conselho Nacional de Justiça, sou membro do Comitê Executivo da Rede Nacional de Cooperação Judiciária do CNJ, membro do Comitê Gestor da Conciliação do CNJ, membro do grupo de trabalho destinado à elaboração de estudos e propostas voltadas ao fortalecimento de precedentes judiciais e de acesso à justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caminhando para o final, Excelências, também fui integrante do Conselho Nacional de Inovação do Poder Judiciário, onde as minhas contribuições sempre foram voltadas para o desenvolvimento do ambiente regulatório e econômico do país.

Por fim, durante minha atuação no setor público, ocupei cargos de comissão superiores DAS-4 por mais de oito anos, de modo que atendo à exigência temporal mínima de quatro anos descrita na Lei 9.986, de 2000.

Acredito que, com minha história acadêmica e profissional, poderei contribuir de forma significativa para que a Anatel cumpra sua nova missão institucional, que, antes se restringia a regular o setor, mas agora passou a ser a de promover o desenvolvimento da conectividade e da digitalização do Brasil em benefício de toda a sociedade.

Se aprovado por V. Exas., não pouparei esforços para que a Anatel alcance seus objetivos estratégicos, a saber: a promoção da conectividade e da prestação de serviços de comunicação com qualidade, de estímulo ao mercado dinâmico, sustentável, de fomento à transformação digital e de atuação com foco nos resultados para todos os brasileiros.

Sei que os desafios são grandes, o setor de telecomunicação conta com aproximadamente 348 milhões de acessos de telefonia móvel, telefonia fixa, banda larga, televisão por assinatura, mas a inclusão digital ainda não foi garantida para todos os cidadãos. De fato, são mais de 30 milhões de brasileiros que ainda não têm conexão com a internet e, portanto, encontram-se alijados do mundo moderno, Senador Presidente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE REIS SIQUEIRA FREIRE – Mas temos que reconhecer que a agência tem atuado fortemente para reduzir esse abismo digital. Os compromissos do edital 5G são uma prova disso. Ao longo dos próximos anos, as vencedoras do certame investirão cerca de 43 bilhões em infraestrutura de telecomunicações no país, levando conectividade às regiões mais desfavorecidas do nosso imenso Brasil. Escolas públicas de ensino básico também serão contempladas, assim como rodovias federais, que são de suma importância para o agronegócio. Resta agora à Anatel acompanhar o cumprimento efetivo dessas obrigações, de maneira firme, responsável, sempre com vistas ao interesse público.

Para além de ampliar a oferta e a qualidade de serviços de telecomunicações em todo o país, o edital 5G permitiu a chegada de uma tecnologia disruptiva, catalizadora de uma revolução digital, em termos de suas aplicações nos mais diversos setores, como a educação, a indústria...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE REIS SIQUEIRA FREIRE – ... energia, segurança pública, medicina e entretenimento. A agência deve acompanhar, Excelências, essa evolução estabelecendo marcos regulatórios que promovam o surgimento de modelos de negócios inovadores, sustentáveis e que, ao mesmo tempo, garantam a competição do setor com fortalecimento de pequenas prestadoras e o respeito ao direito dos usuários.

Caso eu tenha a honra de ser aprovado por V. Exas., estarei atento a esse novo contexto que exige da Anatel adoção de regulação ágil e responsiva e o tratamento adequado de temas que ganham mais relevância a cada dia, como, por exemplo, cibersegurança e privacidade de dados pessoais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, eu vou me empenhar para as que as competências da Anatel sejam compatíveis com os novos desafios que se apresentam, especialmente em razão da essencialidade das telecomunicações para todos os setores da economia. Isso ficou muito claro na pandemia causada pela covid-19, Senador Dário...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE REIS SIQUEIRA FREIRE – ... quando a internet se revelou um instrumento fundamental para a prestação de serviços públicos e privados.

Encerro aqui a minha fala e coloco-me à disposição da Comissão e dos nobres Senadores e Senadoras.

Muito obrigado, Excelência, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Muito bem.

Chegamos à etapa da sabatina propriamente dita.

Consulto os Srs. Senadores se alguém gostaria de usar a palavra para sabatinar os indicados. (*Pausa.*)

Não havendo manifestação, passamos ao ato seguinte. (*Pausa.*)

Passamos, então, à apuração dos votos propriamente dita.

É assim que combinamos: vamos fazer a primeira etapa e, depois, vamos discutir a segunda etapa.

Então, declaro encerrado o processo de votação.

Já tem voto suficiente, não é?

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Solicito aos nossos técnicos que transmitam... Já aconteceu.

Resultado: Wilson Pereira de Lima Filho – Antaq: SIM, 15 votos; NÃO, 2 votos.

Abstenção: 1 voto.

Total: 18 votos.

Alber Furtado de Vasconcelos Neto – Antaq: 14 votos SIM; 3 NÃO.

Uma abstenção.

Total: 18 votos.

Caio César Farias Leôncio – Antaq: 16 votos SIM; 1 NÃO.

Uma abstenção.

Total: 18 votos.

Miriam Wimmer: 17 votos SIM; 1 voto NÃO.

Total: 18 votos.

Alexandre Reis Siqueira Freire – Anatel: 17 votos SIM; 1 voto NÃO.

Total: 18 votos.

Então, estão aprovados os cinco indicados nesta reunião.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Pela ordem, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Estando concluída essa etapa, Sr. Presidente, quero dizer que há hora de avançar e há hora de recuar.

Conversei com os dois Líderes do meu partido e chegamos a um entendimento. Eu gostaria – já coloquei o meu relatório no Sedol – de pedir a V. Exa. autorização para ler o relatório.

Da mesma forma, eu gostaria de pedir aqui à Senadora Soraya Thronicke a possibilidade também de retirar o pedido de vista para que a gente, então, conclua a votação.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Antes de dar continuidade, eu quero dizer que as matérias serão encaminhadas, então, ao Plenário do Senado Federal para o seguimento da tramitação devido à aprovação.

Isso posto, posso liberar, agora, os senhores que foram sabatinados.

Vamos tratar agora do assunto dos outros dois sabatinados.

A Senadora Soraya Thronicke retira o pedido de vista?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Sr. Presidente, conversei... Nada foi por mero capricho. Simplesmente, tenho, obviamente, fundamentações. Nem sabatinamos os demais, porque estamos completamente satisfeitos em relação às oitivas.

Eu retiro desde que: ou os dois são sabatinados hoje, ou nenhum dos dois. Eu acho que seria até injusto entre um e outro, porque o pedido de vista está calcado e seria ou será calcado nos mesmos fundamentos.

Enfim, se o Senador não for pedir vista em relação ao Lucas, eu retiro o pedido de vista em relação ao Felipe, mas gostaria, sim, de sabatinar ambos. Essa é a minha decisão.

Agradeço justamente porque eu tive o tempo necessário, pelo menos com o Felipe, para dirimir as dúvidas que estavam pairando sobre a questão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Só para esclarecer... Eu não pude acompanhar toda a sessão, porque eu tive de dar cabo da missão lá na CRE, mas, se eu entendi bem, o Senador Wellington apresentou o relatório e leu.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Não, estou pedindo para ler.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se é para ter curso esse entendimento, tem que ler o relatório. Ou seja, antes de retirar o pedido de vista, o Senador Wellington tem que cumprir a sua parte. Aí nivela, e o senhor pode pedir vista ou não de coisas iguais; hoje são coisas desiguais.

Eu acho que retirar o pedido de vista não pode ser prévio à leitura do relatório.

(*Intervenções fora do microfone*.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Consulto o Senador Wellington Fagundes se deseja proceder à leitura do seu relatório.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É exatamente o pedido que fiz a V. Exa. há poucos segundos. Se V. Exa. autorizar, estou pronto para ler.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Se o Plenário concordar, eu faço essa cortesia ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O senhor podia, dentro do mesmo procedimento que fizeram de manhã, se autorizarem os demais pares, abrir o painel enquanto o Senador Wellington...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Está mantendo o painel, não é?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É outro...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Eu só vou pedir para V. Exas. terem um pouco de paciência, porque isso já estava sendo providenciado, mas a nossa equipe técnica precisa de um pequeno tempo para fazer a inscrição dos novos indicados. Tão logo esteja concluído eu informo a V. Exas.

Senador Wellington, pode fazer a apresentação do relatório.

1ª PARTE
ITEM 4
MENSAGEM (SF) N° 81, DE 2022
- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor LUCAS ASFOR ROCHA LIMA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, na vaga decorrente do término do mandato de Davi Ferreira Gomes Barreto em 18 de fevereiro de 2023.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Wellington Fagundes
Relatório: Não apresentado
Observações: *Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado*

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, o Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 81, de 2022, submete ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. Lucas Asfor Rocha Lima para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), conforme o disposto no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal e no art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a escolha de dirigentes da ANTT. De acordo com o art. 383 do Risf, a Comissão de Serviços de Infraestrutura deve arguir o indicado e apreciar o relatório com base nas informações prestadas sobre o candidato.

De acordo com o §1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, os diretores da ANTT deverão ser brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados pelo Presidente da República, observado o disposto na Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, após serem aprovados pelo Senado Federal. O §2º do mesmo art. 53 estabelece que os diretores da ANTT terão mandato de cinco anos.

O *curriculum vitae* anexo à mensagem presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do Sr. Lucas Asfor Rocha Lima, que passo a resumir.

O indicado é cidadão brasileiro, 36 anos, possui graduação em Direito em 2008, pela Universidade Federal do Ceará, e concluiu as seguintes especializações: especialização em Direito Administrativo, Universidade de Lisboa, Portugal; mestrado em Ciências Jurídico-Políticas, Universidade de Lisboa, Portugal. Atualmente é doutorando em Direito Processual pela Universidade de São Paulo.

Em relação à sua experiência profissional, atua há 13 anos na advocacia, com experiência em diversas áreas do direito, com patrocínio de causas nos mais diversos tribunais e jurisdições do país, em centenas de processos contenciosos, além de ter trabalhado na área consultiva. Autor de artigos em revistas e capítulos de livros na área jurídica, é sócio-fundador do escritório Asfor, Gomes de Matos Advogados Associados, e Presidente da Caixa de Assistência dos Advogados do Ceará (2022-2024).

Participou da delegação de observadores internacionais da transparência eleitoral, credenciada para acompanhar as eleições Presidenciais da Colômbia de 2022; já foi auditor do Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol, por dois quadriênios (2012-2020), compondo os colegiados da 19ª e 4ª Comissões Disciplinares, e exerceu cargos de assessoramento jurídico e técnico na Secretaria de Turismo do Município de Fortaleza, Ceará, e no extinto Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, período em que declara ter adquirido vasta experiência na administração pública.

Cumpre, por fim, relatar que o candidato apresentou os documentos exigidos pelo art. 383, inciso I, alíneas "a", "b" e "c", do Regimento Interno, juntamente com as declarações de que trata o §3º do *caput* do mesmo artigo, comprovando:

• que não possui parentes, até o terceiro grau, nomeado para cargo comissionado ou função de confiança no âmbito da Administração Federal;

• participa como sócio, sem poderes de administração, em duas sociedades simples de advocacia;

• regularidade fiscal, nos âmbitos federal e do Distrito Federal, onde reside;

• nada consta referente a processos, ações e execuções cíveis e criminais em que seja parte;

• não participação em quaisquer juízos e tribunais, conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, são esses os elementos disponíveis para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura delibere sobre a indicação do Sr. Lucas Asfor Rocha Lima, para ser conduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – A leitura do Dr. Felipe Fernandes Queiroz, que é indicado...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS. *Fora do microfone*.) – Já foi feita.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Já foi feita.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Não, não. É para a gente fazer...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Foi o Alexandre que leu.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Não, então me equivoquei aqui. É para ele... Eu vou passar a palavra para ele. Não é para o requerimento, porque é evidente que ele não vai fazer o requerimento dele mesmo.

Felipe, você tem a palavra.

O SR. FELIPE FERNANDES QUEIROZ (Para expor.) – Bom dia a todos...Aliás, boa tarde! Tinha me preparado para a manhã, perdão. Então, boa tarde a todos!

Agradeço ao Exmo. Senador Dário Berger, Presidente desta Comissão, pela realização desta sessão. Agradeço ao Exmo. Senador Alexandre Silveira pela relatoria da minha designação e toda presteza e atenção a mim dedicados. Agradeço a todos os Senadores membros desta Comissão. Sou testemunha de que V. Exas. contribuem muito para o desenvolvimento da infraestrutura nacional, brasileira.

Há 16 anos dedico minha trajetória profissional ao serviço público federal brasileiro...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Dr. Felipe, só um minutinho. É só para informar aos Srs. Senadores que já podem votar. O painel está aberto.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Só os dois indicados?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC. *Fora do microfone*.) – Só os dois indicados.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – E está encerrado...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC. *Fora do microfone*.) – E V. Exa. tinha pedido vista também com a Soraya Thronicke, não é?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Não!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC. *Fora do microfone*.) – Estou brincando. Está tudo certo.

Felipe, vá lá.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Tinha pedido vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC. *Fora do microfone*.) – Coletiva...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Tinha pedido após...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS. *Fora do microfone*.) – Coletiva, tem esse pedido...

O SR. FELIPE FERNANDES QUEIROZ – Há 16 anos, dedico minha trajetória profissional ao serviço público federal brasileiro. Inicialmente, de 2006 a 2007, trabalhei no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, onde tive oportunidade de participar de diversas pesquisas no escritório e em campo, conhecendo a realidade urbana e rural brasileira.

Posteriormente, em 2007, ingressei no quadro de servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), instituição que contribuiu de maneira primordial para a minha formação no setor de infraestrutura de transportes. Durante minha passagem no Dnit, atuei principalmente na Diretoria de Planejamento e Pesquisa, unidade transversal a todos os demais setores do órgão, o que me permitiu conhecer a dinâmica dos projetos e empreendimentos rodoviários e ferroviários federais.

Atualmente sou servidor da carreira de analista de infraestrutura do Ministério da Economia, cargo que assumi em 2013. Nessa carreira, depois de breve passagem pelo extinto Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ingressei, em 2014, no extinto Ministério dos Transportes, atual Ministério da Infraestrutura. Nessa casa, assumi diversas funções, tendo galgado, degrau a degrau, os cargos que compõem a estrutura da instituição.

Mais recentemente, tenho atuado, entre outras coisas, na formulação das políticas de outorgas dos projetos de concessões federais de rodovias, tarefa que demanda constante interação com a ANTT. Acredito que a agência, instituição de Estado, tem papel fundamental no desenvolvimento da infraestrutura de transportes nacional por meio da regulação do setor.

Os desafios da dinâmica socioeconômica brasileira, somados à percepção do cidadão da necessidade de permanente aperfeiçoamento da qualidade da infraestrutura nacional, trarão o debate sobre a regulação cada vez mais para a ordem do dia. Acredito na regulação como instrumento da melhoria da prestação de serviços públicos, devendo estar sempre calcada na transparência e permanente diálogo com toda a sociedade.

No que tange à minha formação acadêmica, ressalto alguns pontos que já foram lidos e constam no meu currículo. Sou geógrafo, com ênfase em planejamento territorial de transportes, formado pela Universidade de Brasília (UnB); tenho MBA executivo em Gestão Pública pela Fundação Getulio Vargas, instituição na qual curso Mestrado em Economia, em fase final de conclusão.

Para além dos aspectos profissionais e acadêmicos, ressalto que sou entusiasta do serviço público. Servir no setor de infraestrutura de transportes é participar do desenvolvimento econômico nacional, por meio da geração de emprego e renda, da diminuição de custos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

logísticos, do aumento da competitividade de nossa economia e da integração regional e nacional. Acredito que dessa forma podemos contribuir, todos nós, com o desenvolvimento nacional, promovendo a cidadania e a redução das desigualdades socioeconômicas.

Por fim, eu gostaria de registrar meu compromisso que, se aprovada por esta ilustre Casa a minha designação como Diretor da ANTT, primarei pela preservação do mais alto espírito público nas minhas decisões e condutas, tendo como pilares principais a transparência e o constante diálogo com os atores sociais, dentre os quais destaco os agentes do setor regulado, o Poder Executivo e, sobretudo, o Parlamento brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Ofereço a palavra agora ao Dr. Lucas Asfor Rocha Lima.

O SR. LUCAS ASFOR ROCHA LIMA (Para expor.) – Obrigado.

Muito boa tarde a todos.

Recebam, por obséquio, os meus melhores cumprimentos, Exmo. Sr. Presidente desta egrégia Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, Senador Dário Berger; Exmo. Sr. Relator do processo referente à minha indicação à ANTT, Senador Wellington Fagundes, a quem gostaria de fazer um registro da satisfação e honra por essa relatoria, uma vez que se trata de um Parlamentar com atuação expressiva no segmento; Sras. Senadoras; Srs. Senadores; servidores; demais presentes; e os que nos assistem pelos canais virtuais.

Feito esse registro dos cumprimentos, tentarei ser breve pelo andar do tempo e também pelo que já foi registrado pelo Exmo. Relator.

Sou cearense, natural de Fortaleza, e tenho 36 anos de idade.

Sou bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará, com inscrição na OAB desde maio de 2009. Possuo pós-graduações em Direito Administrativo, em Contencioso Administrativo e em Direito Ambiental, todas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Tenho ainda, pela mesma instituição de ensino portuguesa, mestrado em Ciências Jurídico-Políticas com a dissertação intitulada de "Autonomia normativa das agências reguladoras frente aos princípios da separação de Poderes e da inafastabilidade do Poder Judiciário". Atualmente estou cursando doutorado em Direito Processual Civil pela Universidade de São Paulo (USP). Ademais, sou revisor do renovado periódico *Revista dos Tribunais* na qualidade de parecerista.

A propósito, na minha dissertação de mestrado, defendida e aprovada no ano de 2016, após investigação detalhada sobre as agências reguladoras, entre diversas conclusões destaquei que: i) no contexto do Estado regulador e da necessidade de uma administração especializada é que surgiram as agências reguladoras; ii) a lei instituidora das agências deve contemplar *standards* suficientes para que sejam concretizados pelos agentes reguladores através de sua competência normativa, sob pena de inconstitucionalidade por se tratar de delegação pura e simples de função legislativa; iii) essa autonomia normativa não é absoluta, eis que certos limites devem ser respeitados pelas agências reguladoras, nomeadamente os princípios da legalidade, proporcionalidade, subsidiariedade e da justiça; iv) o controle judicial da atividade regulatória deve ser democrático, de modo que as decisões respectivas devem ser fruto de uma apreciação ampla e completa de todas as variáveis técnicas e fáticas envolvidas em cada caso, bem como de todas as teses jurídicas e, finalmente, da exposição verdadeira das razões inclusive políticas e sociais envolvidas na decisão; v) a ampliação da capacidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

normativa do Executivo moderno é compatível com a separação dos Poderes, pois, normalmente, é conferida para dar maior eficiência à normatização de determinados segmentos, especialmente os técnicos e cambiantes, e segue acompanhada de instrumentos de controle legislativo para reequilibrar as funções públicas que são legitimadas na origem e no exercício das atribuições; e, por último, vi) a arbitragem no seio das agências reguladoras para a resolução de conflitos não significa uma limitação do controle jurisdicional das agências.

Para além disso, sou autor de diversos artigos em revistas e de capítulos de livros na área jurídica, dentre os quais eu destaco apenas quatro deles que são pertinentes ao presente momento: 1) "Autonomia normativa das agências reguladoras", publicado pela *Revista dos Tribunais*; 2) "Instrumentos processuais de controle dos regulamentos à luz dos ordenamentos jurídicos brasileiro e português", publicado pela *Revista de Direito Administrativo*; 3) "Controle judicial da atividade normativa das agências reguladoras no Brasil visto sob uma perspectiva não tão usual", publicado pelo Informativo Migalhas; e 4) "A arbitragem como solução final de conflitos no âmbito das agências reguladoras", publicado pelo Portal Jota.

Isso posto, com esse breve resumo de minha experiência profissional, aliada à minha qualificação acadêmica, coloco-me à inteira disposição de V. Exas. para prestar esclarecimentos e, caso esteja ao meu alcance, responder aos seus questionamentos, a fim de que, após o crivo dos Srs. Senadores, seja merecida a aprovação da indicação de meu nome ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS ASFOR ROCHA LIMA – São essas as considerações, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Ofereço a palavra aos Senadores e Senadoras para sabatinar os indicados.

Com a palavra, inscrita, a Senadora Soraya Thronicke e, em seguida, o Senador Esperidião Amin.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Sr. Presidente, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Em seguida, será o Senador...

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Guaracy.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – ... Wesley.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Guaracy. Guaracy!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – É o Senador Guaracy.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Guaracy...

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Guaracy Silveira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Guaracy Silveira!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizá-lo pela paciência, pela forma como conduziu os trabalhos no dia de hoje e, principalmente, por se manter fiel ao Regimento Interno. Parabéns a V. Exa.!

Obrigada pela oportunidade, pela chance de dirimir as dúvidas acerca dos indicados.

Eu gostaria de perguntar, primeiramente, para o Lucas.

Lucas, qual é a lógica por trás da barreira de mercado entre os regimes de fretamento e transporte regular de passageiros diante dos seguintes fatos: fato número um – mudança do regime jurídico de outorga, de permissão para autorização, e decurso do prazo de transição entre esses regimes; fato número dois – política de estímulo ao Trip (Decreto 10.157/2019), prevendo, entre outras coisas, a livre concorrência entre agentes; fato número três – inexistência de contratos administrativos com incumbentes para que a agência continue arguindo a eventual tutela do equilíbrio econômico-financeiro na exploração das linhas?

O senhor, advogado, jurista, doutorando, pode inferir para todos nós a antijuridicidade da regra do circuito fechado? Qual o entendimento da ANTT sobre isso? Eventualmente, há dados empíricos que justifiquem a manutenção dessa regra, a despeito de medidas regulatórias para tratar de eventuais assimetrias, bem como a recente criminalização, por parte da agência, dos agentes que a descumprem?

Gostaria de ouvi-lo sobre esses apontamentos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Creio que sim.

O SR. LUCAS ASFOR ROCHA LIMA (Para expor.) – Obrigado, Senadora. É uma satisfação responder a senhora.

De fato, se trata de tema bastante relevante, especialmente no momento atual em que vivemos. Essa questão relativa à abertura do mercado é constantemente debatida na agência. Em relação ao incentivo ao Trip, também está em discussão.

Eu entendo que, se confirmada a indicação lá, nós teremos conhecimento do apanhado geral sobre isso, mas, de modo geral, sem querer antecipar eventual convencimento, o papel da agência enquanto órgão de Estado é cumprir, é implementar a política pública realizada pelo Governo, pelo ministério respectivo. Então, não nos cabe, não cabe à agência formular uma política pública, mas tão somente implementar aquela já formulada pelo Governo.

Então, a questão da abertura de mercado é uma questão que está em bastante discussão no seio da ANTT.

O papel da agência, como eu falei, é apenas cumprir a política pública.

Em relação à livre concorrência: todos nós somos favoráveis à livre concorrência, desde que as regras, as diretrizes sejam respeitadas por todos os *players* do mercado, do segmento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – O.k., Dr. Lucas. Estou satisfeita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria que o senhor lembrasse desse compromisso de cumprir as regras. Que a gente evite... evite, não; coíba toda e qualquer interferência política dentro das agências reguladoras. Que possamos colocar, em primeiro lugar, o nosso país, o crescimento econômico do setor e, acima de tudo, os consumidores.

Eu me dou por satisfeita e gostaria de dirigir agora o questionamento...

Eu gostaria de pedir um pouquinho de silêncio.

Uma campainha, Presidente. Só toque a campainha.

Felipe...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Obrigada.

Felipe, o Brasil espera, há quase uma década, pela efetivação de um novo marco...

Também gostaria, Lucas, que você depois pudesse tecer algum comentário sobre esse questionamento, tá?

O Brasil espera há quase uma década pela efetivação de um novo marco regulatório para o setor de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, tanto para quem atua em regime regular como para aqueles que prestam sob fretamento, considerando que em 2014 houve a mudança do regime jurídico da outorga para a exploração dos serviços, consoante a Lei 12.996, que alterou a Lei 10.233, de 2001. Porém, de lá para cá, pouco se avançou com relação ao desmantelamento da situação de oligopólio desse setor, segundo os dados da própria agência, que aqui eu vou destacar.

Em 2019, quando da política de estímulo ao Trip e da deliberação da diretoria, Deliberação 955, o cenário de concentração indicava que 66% das ligações interestaduais eram operadas apenas por uma empresa por vez e, segundo eu apurei, com total liberdade tarifária. E, aí, todos ficam à mercê de apenas uma empresa para fazer aquele roteiro. Enfim, o planejamento – consoante a agência regulatória, conduzido por Supas da época – previa que fosse dado cumprimento à política pública vigente com a conclusão do projeto de aprimoramento das regras do Trip regular, bem como com o início dos processos de participação social para discussão do fretamento e também penalizações.

Em 2021, o monopólio das linhas aumentou para 73% – gente, 73%!

Em 2022, além de o projeto do Trip não ter sido submetido à aprovação na metade do ano, como era esperado, por uma questão de quórum do colegiado, houve a antecipação da discussão do transporte clandestino sem a participação social para combater o fretamento colaborativo.

E, ainda este ano, o senhor esteve, se não me engano, à frente da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres (SNTT), no Ministério da Infraestrutura, tendo substituído o então Secretário, Sr. Marcello da Costa Vieira. Correto?

Então, eu gostaria de saber como o senhor enxerga o cumprimento, por parte da ANTT, da política pública vigente para esse setor rodoviário de passageiros e como o senhor explica essa aparente mudança de comportamento da diretoria e dos quadros técnicos da agência, que por sua vez passaram a arrefecer o movimento de abertura de mercado e concorrência entre os agentes.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE FERNANDES QUEIROZ – Obrigado, Senadora. Obrigado pela...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se o senhor puder me dar a palavra, como as minhas indagações quase que concorrem com as da Senadora Soraya, eles poderiam responder...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Não só dou como quero ter a honra de oferecer a palavra a V. Exa. também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Porque são concorrentes, mas concorrentes no sentido de andar em paralelo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Concorrente paralelo? Concorrente paralelo, eu...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Concorrem para... Convergem e concorrem.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Sei. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nem sempre concorrer...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Você está parecendo, Esperidião, comentarista de jogo de futebol, porque agora tem linha transversal, vertical, ligação direta...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor não viu a quarta dimensão ainda. Depois que a Alemanha perdeu para o Japão, amigo, o comentarista vai ficar muito mais erudito.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Realmente, as coisas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É a famosa teoria da relatividade que está chegando ao futebol.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Não está dando mais a lógica.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Absolutamente. Muito menos o retrospecto. Nem cadastro mais vale.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS. *Fora do microfone*.) – Daqui a pouco gol não é gol.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se o Japão ganha da Alemanha, que nos ganhou de 7 a 1, como é que nós vamos ficar? Não há mais lógica nenhuma. (*Risos.*)

Presidente, eu gostaria de ser breve. Em primeiro lugar, eu gostaria de perguntar...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC. *Fora do microfone*.) – Vai ter série B.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim. Vai ter a C e a D. (*Risos.*)

Queria perguntar: o Sr. Lucas que foi da Justiça desportiva?

O SR. LUCAS ASFOR ROCHA LIMA (*Fora do microfone*.) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas o senhor representa o Fortaleza ou o Ceará?

O SR. LUCAS ASFOR ROCHA LIMA – Futebol cearense.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Esse é um juiz honesto, porque ele diz que tem lado.

Se o Girão vier aqui, você está perdido.

O SR. LUCAS ASFOR ROCHA LIMA – Se ele vier aqui, eu sou Fortaleza. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Aí também é uma coisa vantajosa.

Mas a minha... Eu pedi ao Senador Dário Berger que me desse a palavra após a Senadora Soraya pela seguinte razão: eu não participei da sessão de hoje de manhã, porque estava conduzindo lá a CRE, onde conseguimos chegar a soluções, mas a verdade é que houve conflito legislativo nessa questão mencionada pela Senadora Soraya e dentro do próprio Governo. Quando ela pergunta sobre as autorizações, eu vou dizer autorizações *versus* concessões, travou-se, em termos legislativos, um duelo através de projetos de decretos legislativos apresentados na Câmara pelo Deputado Márcio Labre, do PL, do Rio de Janeiro, e no Senado pelo Senador Weverton, respectivamente em 2019 e final de 2019. Daí resultaram fatos que inclusive mereceram averiguação por solicitação minha, da Advocacia-Geral do Senado e da Justiça federal e distrital federal daqui de Brasília, ou seja, esse conflito se exacerbou a ponto de haver um boletim de ocorrência apresentado pelo Ministro da Infraestrutura Tarcísio de Freitas.

E a solução administrativa à vida é que concorre para delimitar o campo das autorizações a busca de um marco regulatório das autorizações, para que elas não sejam feitas a esmo, como se acusou... Eu não estou entrando no mérito. A Senadora Soraya mostrou que tem um lado, ela é absolutamente liberalizante, ou tanto quanto possível. Eu acho que tem que haver a busca desse... Eu concordo com essa busca de um freio de arrumação, sem que haja prejuízo total para uma parte, mas também que não haja uma inibição total para a outra.

Há várias estatísticas apresentadas. Nós solicitamos... Quero lembrar que a Senadora Kátia Abreu participou muito disso. O Senador Fernando Bezerra Coelho liderava o Governo nessa época. Foi um momento de tensão legislativa. Não quero jamais chegar à questão além disso. O fato é que a pergunta da Senadora Soraya tem que ser modernizada, atualizada, contextualizada, eu diria.

Os senhores têm posição a respeito deste binômio concessionárias e... Não são permissionárias, mas podemos dizer que equivalem, em termos constitucionais até equivalem à autorização com permissão. Essa é a minha pergunta. E a segunda parte da minha indagação... O Senador Dário Berger não acreditaria que é o Esperidião que está falando aqui, se eu não fizer um comentário sobre a ANTT, que também está na cabeça dele. Nós temos um histórico de lombo doído pela falta de eficácia na fiscalização de uma concessão em Santa Catarina. Lombo doído porque nós temos... E é bom que seja assim, que o político apanhe primeiro, no sentido figurado da palavra, se possível.

Nós temos uma concessão federal assinada em 2008 que previa a conclusão do contorno viário da grande Florianópolis em fevereiro de 2012, e essa obra continua com um ritmo anormal, desequilibrado. E foi em função desse desequilíbrio que eu apresentei o requerimento que eu peço que o Senador Dário Berger coloque em votação, ao final da reunião, para que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamemos o Tribunal de Contas da União e a ANTT, porque, do jeito como está assinado o aditivo da fiscalização da obra, a empresa só será multada uma vez por ano, só no aniversário da concessão. Repito. O aniversário é em fevereiro. Hoje nós sabemos que o ritmo da obra é anormal, mas não se pode fazer nada! Está na cara! Se existem sete pontos críticos e dois estão paralisados, com menos de...

Pelo eventograma, não faltam parâmetros e termômetros. Pelo eventograma, em outubro, um deles, o do Alto Aririú, entre a conexão da 282 com o contorno, deveria ter 70% da obra executada, está com 28%. Como é que vai cumprir um cronograma que prevê a conclusão da obra para dezembro de 2023? A obra está paralisada! Ela não está com ritmo lento, está paralisada desde abril. A Trombeta, que é o extremo sul, deveria estar com 82% da obra executada em outubro, está com menos de 30%, paralisada! Então, é lógico que não precisa chegar fevereiro para tomar providências.

Por isso, eu diligenciei junto à ANTT. Recebemos aqui inclusive o Diretor-Geral, Dr. Rafael Vitale, que tem nos dado toda atenção. Pessoalmente, eu não tenho nada a registrar. Estou falando funcionalmente, quanto aos resultados.

E a ANTT aprovou, no dia 14 de novembro, véspera do feriado, numa reunião praticamente destinada a isso, a execução de um outro programa de monitoramento específico para este caso, que é fora da curva e fora do desvio. É fora da curva que o desvio faz, quer dizer, está fora de controle. Se está fora de controle, tem que ser domesticado com muita determinação, assiduidade e persistência, e com tecnologia. Isso foi aprovado pela ANTT, no último dia 14.

E é para que nós possamos debater este assunto que eu volto a falar do requerimento que V. Exa. colocará se me atender e atender ao seu próprio entendimento, ao final da reunião. Mas eu quero que os senhores saibam que vocês vão entrar com uma responsabilidade, e não é daqui para a frente, não. A responsabilidade de ambos é, como diria o Odorico Paraguaçu, "prafrentemente", mas respondem também pelo "pratrasmente".

E eu acho que vocês têm que contribuir, para concluir, para que o processo de concessões não se desmoralize de uma vez, porque falta pouco. Nós não temos dinheiro para investimento. Não há PEC, Wellington... Não há PEC do Papai Noel como esta que está sendo apresentada. Você gostou do nome? PEC do Papai Noel é aquela em que você vai aos Correios, pega aquelas cartas das crianças... "Quero isso, quero aquilo", empilha e faz uma PEC. É a PEC do Papai Noel. "Atenda isto". De onde é que vem? Não se sabe. Então, não há recurso para a execução.

Senador Dário Berger várias vezes invectivou aqui. Nós precisaríamos estar investindo 20 bilhões a 25 bilhões, Senador Eduardo Gomes, só em rodovias por ano. O orçamento do Dnit compreendendo manutenção, Senador Wellington, o senhor que é Presidente da Frente Parlamentar... Com manutenção, é 6,5 bilhões. O Relator do Orçamento... Não é, não. O Relator do Orçamento, Marcelo Castro, propôs uma emenda de 3,5 bilhões para manutenção. É claro que nós aprovamos. Foi aprovado aqui para aumentar para 10 bilhões, incluindo manutenção.

Então, se o processo de concessão cair, como em vários estados já aconteceu... Não está aqui o Senador Jayme Campos, mas ele já contou histórias, não é? Foi por causa da situação do Mato Grosso que nós aprovamos o regime de autorização para ferrovias dentro do estado. Não é assim? E a autorização interestadual, dependendo do Governo Federal.

Então, os senhores vão assumir isso. Não tem mais tempo nem gordura para queimar para habilitar o processo de concessões. E não tem outra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próprio Vice-Presidente eleito disse: "Olha, nós temos que dar um jeito de colocar mais recursos no Dnit". Ou ninguém leu isso? Recursos de onde? Se tiver, me avisa. Eu até sou a favor da flexibilização do teto para investimentos. Mas isso é outra conversa.

O que eu quero lhes dizer é que são dois jovens, preparados formalmente, sem dúvida, mas vocês estão assumindo uma responsabilidade e não pensem – repito e concluo – que é daqui para frente, é com tudo que está lá dentro. Portanto, vão ter que trabalhar bastante para dar condições ao mais da equipe, que é liderada pelo Rafael Vitale, que eu considero uma pessoa competente. Repito: não tenho nada de pessoal para falar aqui. O que tenho para dizer é o seguinte: não dá mais para defender a execução de uma concessão – todo mundo diz que a iniciativa privada sabe fazer as coisas – em que existem sete pontos críticos – esses cinco estão tocando bem, e esses dois estão paralisados. Ou seja, Eduardo Gomes, eu tenho uma corrente belíssima, muito forte para te vender, mas está com dois elos podres. Você quer ficar com ela? Não, porque basta que haja um elo fraco para que não valha nada a corrente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, tire fora os dois elos, mas aí você não pode usar a corrente naquele corpo ou naquela pedra ou naquele objeto, porque ela não vai ter o tamanho para entrar, para abranger, ou seja, o contorno só funcionará se os pontos críticos estiverem concluídos.

Então, essa minha palavra se alongou para lhes dizer o seguinte: uma coisa é lhes dar a responsabilidade e a honra; outra coisa é lhes dizer que a cobrança é um passivo que vocês vão ter que ajudar a consertar.

Boa sorte!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Só um dado aqui, porque o Senador Esperidião Amin falou que a Soraya tem um lado, é liberal, liberal. Eu não sou anarquista. Entendo que necessitamos de uma regulamentação mínima para que as coisas não saiam do eixo, mas fechar o mercado, não, jamais, e manutenção de oligopólios, jamais. Nós precisamos abrir este mercado para que possamos crescer. Então, é isso. Tem que ter um meio termo.

Obrigada.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, podemos falar já no atacado para terminar?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Não tem pergunta aí? Foi só comentário? Tem pergunta aí, Esperidião?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não, só comentário.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – É só comentário?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Só comentário...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Qual é a posição deles a respeito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Exatamente, é uma pergunta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, sobre a questão da concessão e... Não botei *versus*, mas poderia ser concessão – hífen – autorização.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Beleza!

Vamos ouvir o nosso Presidente da Comissão, o homem da infraestrutura no Brasil.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Eu também não tenho perguntas para fazer, eu tenho muito mais considerações também.

Eu acho que foi falado aqui pelo Senador Esperidião Amin...

Primeiro, eu quero agradecer à Senadora Soraya, porque, de qualquer forma, aqui a gente está dando celeridade àquilo que é necessário para o Brasil: as agências.

Votamos a criação de mais duas diretorias para a Antaq – sempre lutei por isso porque uma agência funcionar só com três diretores é praticamente impossível. Faltou um, já fica difícil deliberar. Então, acho que foi um avanço aqui a sabatina e aprovarmos aqui os novos diretores da Antaq também.

Em relação à ANTT, o Senador Esperidião colocou uma condição muito clara, aliás, para todas as agências. As agências ainda não conseguiram a maturidade suficiente no Brasil, o papel verdadeiro, a compreensão de qual é o papel de uma agência e, inclusive, a independência total do Governo, porque aí...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Estão defendendo o interesse dos colaboradores e não os do Brasil.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pois é.

Então, esse é um aspecto que eu acho que o Senador Esperidião, com a sua experiência de vida, quis colocar para vocês que são jovens.

E a expectativa que nós temos no Brasil e principalmente com a nossa infraestrutura de modo geral... Eu disse aqui dos avanços que houve no setor aquaviário, mas, no setor rodoviário, realmente a situação é... No rodoviário é pior, mas eu digo no transporte terrestre no Brasil, que é o papel da agência. É muito crítico, mas muito crítico mesmo.

E aí, claro, eu falo pelo meu Mato Grosso. Eu estou aqui eleito pela população mato-grossense, então estou aqui para defender a população mato-grossense e o interesse do Brasil. Claro, pelo fato de o nosso estado ser o maior produtor hoje de grãos, principalmente graças aos sulistas que para lá foram, os catarinenses, os sul-rio-grandenses e também os paranaenses, que nós chamamos todos de gaúchos... Graças à competência e ao arrojo desses homens e mulheres que para lá foram, transformaram o nosso estado, assim como o Centro-Oeste e outras regiões do Brasil. Mas nós que somos lá do interior realmente dependemos muito principalmente da ANTT. E a ANTT precisa evoluir muito na atuação dela junto às concessionárias.

Aqui a Senadora falou também do oligopólio ou monopólio... Enfim, oligopólio é pior ainda, não é, Senadora Soraya? Mas no Brasil hoje o sistema ferroviário está praticamente dependendo de duas... Claro que aprovamos as autorizações. Acho que isso será um avanço, sim, esperamos isso. O papel da agência é não só fiscalizar e principalmente aplicar multas... Só multa não resolve, multas que são impagáveis... Nós temos que fazer com que as empresas tenham

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente capacidade de execução. Aí entra o papel de a agência ser uma verdadeira reguladora, não ser dependente do Governo e muito menos das empresas que querem dominar por dominar o mercado.

Nós citamos exemplos das concessões rodoviárias que foram feitas, infelizmente todas elas mal modeladas. E aí o Governo tem culpa? Tem, mas a agência também tem, porque quem concede é a agência.

Lucas Asfor e Felipe, que eu acho que têm mais ou menos a idade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Exatamente a mesma idade, a mesma juventude, enfim... O Felipe é advogado ou é engenheiro?

O SR. FELIPE FERNANDES QUEIROZ (*Fora do microfone.*) – Geógrafo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Geógrafo?

O importante é que são jovens. Ao votarmos, nós estamos aqui na esperança de que V. Sas. possam realmente atender o Brasil.

É uma responsabilidade muito grande, são cinco anos de mandato – cinco anos de mandato, mais do que o de todos os Deputados Federais que foram eleitos nesta eleição e que vão assumir. Então, vocês vão perpassar o mandato de toda a Câmara dos Deputados. Aqui, claro, tem alguns Senadores que ainda terão mais quatro anos de mandato e, portanto, podem ter outras candidaturas, enfim, outras situações.

Mas eu quero aqui realmente cobrar da juventude e da intelectualidade de vocês, a esperança de que vocês possam realmente ajudar o Brasil. Não é só ajudar o Governo, porque o Governo é transitório, mas a agência, não, ela existe para sempre, e é esse papel das agências que nós não podemos deixar desmoralizar, porque são jovens, estão na maturidade ainda, e é importante, inclusive, que nós aqui... Aí eu quero colocar mais uma posição: nós da Comissão de Infraestrutura somos aliados de vocês, de todas as agências que têm relação com esta Comissão. E a gente percebe que muitos... Não é o caso de vocês, que não estão nem tendo tempo de falar muito, porque não está havendo perguntas, dado que estamos hoje no esforço concentrado... Não sei se é bom ou ruim para vocês, mas muitos vêm aqui, fazem o compromisso solene e depois esquecem que a relação é feita com todos os Poderes.

Então, é importante que vocês levem para a agência esse conceito de que nós precisamos continuar tendo uma excelente relação, porque aqui estamos todos nós eleitos legitimamente para representar cada um o seu estado, cada um a sua comunidade. Não vou me delongar aqui em falar os problemas do meu estado; vou lá na agência logo que vocês tomarem posse.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Pode responder o Senador Esperidião Amin e a Senadora Soraya.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Eu só queria dizer que o Senador Wellington Fagundes tem toda a razão, tanto é que eu fui o Relator da medida provisória que ampliou os cargos da Antaq.

O SR. FELIPE FERNANDES QUEIROZ (Para expor.) – Pois bem, obrigado, ilustríssimos Senadores e Senadora pelas considerações. Vou começar de trás para a frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, vou fazer esse compromisso; estava aqui, nas minhas palavras. Senador Wellington, o senhor sabe, o senhor já esteve diversas vezes comigo no Ministério da Infraestrutura, e o compromisso vai além. Se o senhor me convidar, eu venho aqui – não precisa o senhor ir até a agência – para que a gente possa construir soluções conjuntas, porque a boa técnica da regulação diz que a gente precisa ouvir o setor regulado, precisa ouvir a sociedade. Os senhores, por muitas vezes, igual o Senador Esperidião Amin, que tem um *drone* contratado lá no contorno de Florianópolis, por ter a capilaridade da sua representação política, recebe as informações até antes mesmo das instituições. Então, essa relação é bastante profícua.

Os diagnósticos são irretocáveis. De fato, a gente tem uma escassez de alocação de recursos na infraestrutura brasileira, sobretudo de rodovias, e a agência tem um desafio. Para dar um número que retrata isso, a gente tem hoje 13 mil quilômetros em contratos de concessão – são 24 contratos – e a gente tem uma *pipeline*, ou seja, um portfólio no programa que endereça mais de 24 mil quilômetros, ou seja, se a gente tem essa dificuldade com 13 mil quilômetros, se a gente mais do que dobrar isso, ou praticamente dobrar isso e não organizar a instituição, isso vai se asseverar.

Então, respondendo um pouco essa questão, em função da provocação do Senador Esperidião Amin, eu acho que a deliberação que a ANTT adotou nessa última reunião, fazendo uma fiscalização mensal, é bastante consistente e pertinente.

Eu diria – é a reflexão que eu tenho, Senador – que, se concretizada a minha designação, chegando à agência, é levar a proposta de avaliar, de se criar uma matriz de risco – há empreendimentos que têm mais riscos –, e eventualmente alocar esse tipo de procedimento para outros contratos também, a partir de uma gestão de risco. Por óbvio, a agência não vai conseguir fazer isso para todos os contratos, não é uma medida eficiente, mas, para pontos mais críticos, isso faz muito sentido.

Então, esse é meu primeiro registro. Acho que passa também pela modernização regulatória. A gente tem contratos que foram da primeira onda de concessão. O Brasil está aprendendo, e eu acho que é essa a trajetória.

Com relação à questão do marco regulatório do Trip, respondendo primeiro à pergunta do Senador Esperidião Amin, que foi bastante contundente, eu não tenho posição formada porque não conheço todos os autos do processo, mas tenho princípios que eu acho que orientam bastante a minha decisão e queria compartilhar com os senhores.

Quando a Senadora Soraya comentou que eu sucedi o meu colega Marcello da Costa Vieira, o marco legal já estava dado, a Lei 14.298, de 2022, que modificou a Lei 10.233. E hoje a agência está no esforço regulatório de regulamentar esse marco. Três pontos estão em discussão, que esse marco inovou, que são a questão da viabilidade técnica, operacional e econômica. Eu acho que é sobre isso que se dá o debate. Isso está na procuradoria da agência hoje. Por aquilo de que eu tenho notícia, nem dentro da agência há um consenso formado, isso está em construção. Questões complexas têm soluções complexas e multifacetadas.

O princípio que eu acho que tem que preponderar aqui é: esse é um serviço público, então é importante que seja preservada a sua continuidade, a segurança viária, a sua perenidade e, por óbvio, a eficiência do ponto de vista de custos, do ponto de vista de distribuição de linhas. O ponto ótimo entre essas três variáveis é que é o princípio que a gente precisa achar: abrir o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercado sem deixar de lado a prestação de serviço, a perenidade do serviço e a segurança viária. Isso não é trivial; não é trivial aqui, não é trivial em nenhum lugar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE FERNANDES QUEIROZ – Então, acho que são esses pontos que respondem um pouco às perguntas que foram colocadas.

O SR. LUCAS ASFOR ROCHA LIMA (Para expor.) – Pois bem.

Espero também aqui responder a, pelo menos, um pouco de cada pergunta ou consideração que foram colocadas, mas volto a falar em relação ao meu posicionamento, falado inicialmente, no sentido de que nós precisamos eventualmente tomar conhecimento de tudo que está em andamento no âmbito da agência caso seja confirmada a indicação, mas, como bem disse o Felipe, nós temos alguns princípios e ideias gerais sobre as situações.

Em relação ao marco regulatório rodoviário, entendo que todo o arcabouço legal, no que diz respeito à regulação, deve imprimir algo que conceda segurança jurídica a todos os envolvidos na situação, a fim de fomentar o desenvolvimento econômico e social, desde que de modo sustentável. A agência reguladora, de um modo geral e, em especial, a ANTT, deve funcionar como um ponto de equilíbrio entre os participantes – entre o poder concedente, entre a concessionária e o particular. É claro, é óbvio que há situações em que há essa indisposição entre os partícipes, mas aí é que vem o papel legal, o papel normativo, o papel de equilíbrio da agência.

E volto a falar que essa relação, essa interlocução entre agências, essa participação social entre a agência e os Parlamentares, e o Congresso é de fundamental importância para uma melhor, uma maior efetividade das ações da agência, em especial da ANTT, na medida em que o Parlamentar, em especial o Senador, representa o Estado e, portanto, conhece as demandas na ponta da região, na ponta do local. Então, sem essa interlocução, é impossível, na minha visão, qualquer tipo de atuação aceitável de qualquer agência reguladora, mais especificamente da ANTT.

Então, é mais ou menos isso, em linhas gerais, o que eu considero, de modo principiológico, no que se refere à atuação da diretoria de uma agência reguladora.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS. Para interpelar.) – Só uma questão: o senhor reconhece que há antijuridicidade dentro da regra do circuito fechado?

O SR. LUCAS ASFOR ROCHA LIMA (Para expor.) – Eu não me sinto capaz – eu tenho toda a humildade do mundo – de antecipar qualquer tipo de convencimento, de convicção a respeito de algo que está em construção, que está sendo debatido. Eu tenho completa ciência de que o circuito fechado hoje é previsto legalmente e há insatisfação em determinados setores em relação a isso. Portanto, eu não posso antecipar sem ter conhecimento de todos os dados e de todos os elementos no âmbito, no seio da ANTT para firmar, de antemão, qualquer tipo de posicionamento neste momento, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O Senador Eduardo, Líder do Governo no Congresso, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente Senador Wellington Fagundes, a quem eu cumprimento, primeiro registrando o meu agradecimento, o meu respeito, principalmente pela sua luta no Congresso Nacional, no Senado da República, mas também como ex-Deputado Federal, na coordenação da Frente Parlamentar de Infraestrutura, um Parlamentar dedicado a esse tema que perpassa todas as agências reguladoras de serviços do Brasil na área de infraestrutura, em especial a ANTT. Então, primeiro faço o registro de gratidão a V. Exa. pelos encaminhamentos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – ... por tudo que passamos no dia de hoje, debatendo essa relação entre Congresso, Governo Federal, sociedade, setores de regulação. É muito importante que a gente compreenda que o Parlamento é isto: o Parlamento é esse debate permanente.

Estendo também à Senadora Soraya Thronicke os meus agradecimentos pelo debate, pelo bom debate, pela razão de suas defesas e pela capacidade de diálogo que nós temos na Casa e que ela sempre representou com muita tranquilidade, com muita transparência. Então, fica a minha gratidão à Senadora Soraya.

E faço um agradecimento também especial ao Senador Dário Berger, Presidente desta Comissão, que teve um dia de luta muito grande, com muitas agências no mesmo dia e agências com votações e encaminhamentos muito importantes para o país.

Quero aproveitar também, Presidente Senador Dário Berger, e agradecer ao Senador Esperidião, ao Senador Bispo Guaracy, ao Senador Omar, que está aqui, reeleito para esta Casa, e agradecer, nesta Comissão, espero eu, o relacionamento nesses três anos e dois meses como Líder do Governo no Congresso Nacional, sempre sendo respeitado e tendo com os colegas o melhor relacionamento possível.

E, neste dia de Comissão de hoje, um dia propositalmente extenso, que é para a gente ter tempo de agradecer a todos, quero desejar sucesso ao Dr. Lucas Asfor Rocha e ao Dr. Felipe Fernandes Queiroz, que vão assumir a função de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e dizer da nossa confiança no sistema regulatório brasileiro, para que ele, a cada dia que passa, se entenda mais com a realidade brasileira, a realidade orçamentária. Uma boa regulação precisa ter o contrato do serviço público, o orçamento do instrumento do serviço público para a população e a ação direta da agência reguladora. Nem sempre isso é possível. Quase nunca, é possível. Mas o sistema regulatório mundial é, aparentemente, novo. Ele encontra um melhor serviço na Inglaterra e em alguns países que já o adotam há alguns anos. E a política regulatória do país também passa por essa consolidação.

Então, que seja a escolha dos nossos dois diretores hoje, Presidente, o símbolo de uma juventude que tem uma carreira consolidada e que resolve oferecer esses predicados profissionais a um setor de benefícios à população. Tenho a certeza de que a gente ainda poderá aqui vê-los, uma boa pá de vezes, sendo conduzidos e reconduzidos às agências reguladoras.

Então, fica minha gratidão a todos.

Muito obrigado pelo dia de hoje, Presidente Dário Berger, por quem tenho grande respeito e admiração.

Muito obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Eu é que agradeço a V. Exa.

Senador Omar, vou passar a palavra primeiro para o Senador Guaracy Silveira, que já tinha me pedido anteriormente. Depois...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Eu tenho um respeito enorme pelos mais velhos. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – E, se o Senhor é o meu Pastor...

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – Eu agradeço.

Meu Presidente, Senador Dário Berger; meu Líder Eduardo Gomes, companheiro e amigo desde o ano de 1998...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. *Fora do microfone*.) – Desde 1938.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É mais ou menos isso aí. É combatente da Revolução Constitucionalista.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Coluna Prestes!

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É! Coluna Prestes! Vou antecipar para 1924.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Ontem nós votamos no comunista Engels. (*Risos.*)

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Está ruim, não é?

Mas, meu Presidente, V. Exa. me deu um pouco de medo quando disse: "Eu estou para perder a paciência". (*Risos.*)

Mas, graças a Deus, a virtude da paciência continuou com V. Exa., e isso é bíblico, quando se diz: "Sede paciente, suportando uns aos outros". E o senhor, V. Exa. suportou a todos nós.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – "Suportai-vos uns aos outros", diz a Bíblia!

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É! Exatamente! Esse é meu professor! Agradeço a correção. "Suportai-vos uns aos outros" ou "suportando uns aos outros", são as duas versões, Senador, porque nós temos algumas versões que dizem a mesma coisa.

Mas V. Exa. tem um nome que justamente deve significar paciência mesmo. Sabe? Havia um conquistador sírio, da Pérsia, e um preposto dele chamado Dário ou Dario esperou o momento certo, com muita paciência, às margens do Rio Eufrates, para invadir e conquistar a Babilônia no ano 536 a.C.

Então, paciência é uma virtude. Parabéns por nos ter aguentado, por nos ter suportado todo esse tempo! Meus parabéns!

Aos nossos dois sabatinados...

Lucas, você tem uma enorme responsabilidade com a verdade, porque o maior evangelista do Novo Testamento justamente se chamava Lucas. Lucas escreveu a Paulo e, no fim, grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte da Bíblia Sagrada, do Novo Testamento, é de um xará seu. Felipe, você tem o apóstolo, tem o evangelista. Então, os três nomes que estão na mesa são muito comprometidos com a Bíblia.

Mas eu queria dar um conselho, dos meus 70 anos – viu, Senador...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não estou nem ouvindo.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – ... a dois jovens. Dois jovens que devem lutar justamente para que o Brasil de amanhã seja melhor.

Mas eu me lembro também de um velho guerreiro aqui deste Congresso Nacional, que foi o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Ele disse a seguinte frase, ao proclamar a Constituição, em 2 de fevereiro de 1987: "A moral é o cerne da [...] [República]. A corrupção é o cupim da República". E ele disse também, terminando: "Não roubar, não deixar roubar", não ser corrupto e não deixar ser corrupto. Isso deve ser o caminho e a direção de qualquer político ou qualquer pessoa, em qualquer cargo onde estiver.

Então, meus jovens, sei da determinação de vocês. Procurem sempre construir um futuro melhor para o Brasil, melhor para a geração do futuro.

Deus os abençoe com determinação, com honestidade! Agradeçam a Deus pelos acontecimentos. Saibam que todos nós, meu Presidente, estamos abaixo de Deus e simplesmente somos a consequência dos amigos que temos.

Deus abençoe o mandato de vocês! Parabéns! Tenham sempre este lema: ser muito fiéis à Constituição, às nossas leis, ao povo brasileiro. Saibam sempre que as autoridades não somos nós, a autoridade é o povo brasileiro. Ele que é o nosso patrão. Façam isso. Servir o povo é servir a pátria. Amar a pátria é amar a Deus.

Meu Presidente, meus parabéns! Deus te abençoe! Deus abençoe todos!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Muito bem.

Muito obrigado!

Senador Omar Aziz, V. Exa. tem a palavra.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Pela ordem.) – Primeiro quero cumprimentar V. Exa., Senador Dário Berger, que me deu a honra de, nesses últimos anos, estarmos juntos aqui no Senado Federal.

V. Exa. sempre com essa educação, carinho e respeito pelos colegas.

Quero cumprimentar os colegas Senadores e cumprimentar o Lucas e o Felipe, que estão sendo sabatinados, mas eu sou um crítico das agências reguladoras e eu não posso deixar de me posicionar, até porque eu vou me posicionar lá. Eu acho que nós perdemos o foco em relação às agências reguladoras aqui no Congresso, Senador Dário – e V. Exa. participou de todas essas votações, como o Senador Amin e o Senador Eduardo.

Vamos lá para a Agência Nacional de Aviação Civil.

A gente aprova as leis aqui, as empresas fazem o que querem, a Anac não se posiciona. Isso acontece em todas as agências reguladoras. E quem representa realmente a população dentro de uma agência dessas? Quem está lá representando o consumidor dentro de uma agência reguladora dessas? Não tem representante. Nós temos que rever muita coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Eduardo Gomes, sobrinho do Brigadeiro Gomes, que foi candidato a Presidente... Isso segundo o Amin. O Amin é historiador, então eu não questiono. Eu não questiono, ouviu, Bispo? Negócio de historiador... Ele disse: olha, o Eduardo é sobrinho do Brigadeiro Gomes, que foi candidato a Presidente. Então...

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Bem, o Brigadeiro Gomes eu não conheci, agora o pai dele eu conheci de foto. (*Risos.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Mas ele tem... O aeroporto de Manaus, o internacional, tem o nome dele, é Eduardo Gomes. Então, veja bem, alguma coisa ele tem a ver com isso.

Mas, voltando ao tema, eu vou ser rápido e objetivo. Vocês são dois jovens e...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC. *Fora do microfone*.) – Oi, Heinze!

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – O ambiente estava muito bom... Estava bom. Chegou um gaúcho, o ambiente já dá um... Não vem, não! Eu só gosto de Cacequi, rapaz; não quero conversa com outro...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Ele não é de Candelária?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Sim, mas eu sou de Cacequi. Aí...

Senador Dário, eu acho que...

Vocês são jovens, e o espírito público deve prevalecer em qualquer órgão do Governo Federal, principalmente em uma agência em que vocês têm um mandato, como disse há pouco o Senador Wellington, de cinco anos. Vejam bem, nós estamos votando aqui, no dia 23 de novembro, nomes para ocuparem as agências, quando, daqui a um mês, vai ter um novo governo, uma nova mentalidade, um novo pensamento. Mas eu respeito a pauta que o Presidente do Senado me impõe e respeito a pauta que o Presidente desta Comissão impõe. Então, se foi pautado, nós temos que fazer o nosso dever: votar "sim" ou "não".

Eu não vou votar contra vocês dois; vou votar a favor – aqui eu não voto, mas voto lá, se der quórum hoje. Vocês vão ter os nomes sabatinados aqui e, daqui a pouco, se der quórum, com certeza serão analisados pelos 81 Senadores, dos quais alguns estarão presentes.

Quero mais é recomendar que a prioridade tem que ser o consumidor, aquela pessoa que utiliza, aquele cidadão que é obrigado a andar no transporte coletivo, andar nas estradas malcuidadas do nosso país...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – ... onde a gente vê grandes acidentes, com perdas de vidas.

Mas não são só vocês: a Aneel, nem se fala; a Anac, é brincadeira... Nós temos aí um serviço, depois que foi criado pelo Fernando Henrique Cardoso – quando ele privatizou, criou essas agências reguladoras porque ia terceirizar –, e nós avançamos em algumas regiões, mas em grande parte das regiões, como na minha região, não se avançou. E as nossas estradas lá são rios – daqui a pouco é a Antaq –, que não têm nenhuma fiscalização. Vocês escutam e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assistem, de vez em quando, sobre barcos que transportam um número de passageiros acima, e a Marinha do Brasil não funciona lá. Lá é uma... Não existe.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – É a realidade da nossa Amazônia.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – É a realidade da Amazônia. Cada região tem uma realidade.

Eu, por exemplo, na primeira vez que fui a Santa Catarina, esse jovem cidadão que está ao meu lado esquerdo era o Governador. E naquele ano houve a maior enchente em Santa Catarina, Florianópolis ficou debaixo d'água. Eu era da União Nacional dos Estudantes, e nós tivemos o congresso lá.

Por isso que um camarada ontem foi votado, o Engels, que era o parceiro do Marx. O Engels ontem foi votado lá. O Eduardo Gomes era o cara que mais torcia pelo Engels ontem. (*Risos.*)

Para o Conselho Nacional do Ministério Público ele foi votado.

Mas quero desejar a vocês dois sorte. E que a gente possa realmente prestar um pouco mais de atenção a quem precisa do serviço. Não é quem ganha com o serviço. Quem ganha tem o direito de ganhar, é natural, é trabalho, tem que ganhar, mas a gente tem que olhar isso. As agências reguladoras foram criadas porque antes era o Estado que cuidava dessa fiscalização. E nós precisaríamos de alguém para fiscalizar. Por isto que vocês têm um mandato de cinco anos: para não ser pressionados por governo que esteja, para terem autonomia para poder fazer aquilo que é correto. E ninguém vem para cá se não tiver o mínimo do currículo para ser analisado pelos Senadores.

Então, eu espero que vocês, dois jovens, que tem aí muito tempo de vida pública ou privada, conforme a escolha de cada um de vocês, possam contribuir principalmente para o consumidor e para o cidadão que precisa desse serviço.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Declaro encerrado o processo de votação e solicito que... Tão logo esteja visível no painel o resultado, eu proclamarei o resultado.

Já está lá.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Então, Lucas Asfor Rocha Lima, 17 votos SIM e 1 voto NÃO.

Total: 18 votos.

Felipe Fernandes Queiroz: 18 votos.

Total: 18.

Pede para mim aí. Eu vou colocar em deliberação o requerimento do Senador Esperidião Amin. Como nós já discutimos essa questão anteriormente, não foi possível votar naquela oportunidade, faltou só votar.

Então, eu submeto à votação o Requerimento apresentado pelo Senador Esperidião Amin nº 33, de 9 de novembro de 2022.

2ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 33, DE 2022

Requer realização de audiência pública a fim de analisar a efetividade das ações de fiscalização da ANTT, no contrato de concessão da BR 116/376/PR e BR 101/SC Trecho Curitiba - Palhoça.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Então, os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Esperidião Amin.

Não havendo mais matéria a tratar...

As matérias serão encaminhadas ao Plenário do Senado Federal para terem consequência na sua tramitação.

Não havendo mais...

Antes de encerrar a nossa reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Aprovada. Só nós dois mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - SC) – Só nós dois mesmo. (*Risos.*)

Por fim, agradeço a presença de todos, em especial dos indicados das agências reguladoras, e também de todas as senhoras e todos os senhores. Está encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às oito horas e três minutos do dia vinte e sete de outubro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência eventual do Senador Lasier Martins, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Guaracy Silveira, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Carlos Fávaro, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Zenaide Maia e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência registra a presença da Senhora Cynthia Cury, Chefe da Assessoria e Relações Institucionais e Governamentais da Presidência da Embrapa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: PLOA 2023 (Emendas da CRA). Finalidade: Deliberação das Emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao PLOA 2023 (Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLN 32/2022), a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Relatoria das Emendas da CRA: Senador Acir Gurgacz. Foram apresentadas 131 Propostas de Emenda de iniciativa dos Senadores membros da Comissão: 128 (cento e vinte e oito) de Apropriação, acréscimo e inclusão de despesa; uma de Remanejamento-Acréscimo; e duas de Texto. Resultado: A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprova o Relatório do Senador Acir Gurgacz pela apresentação, perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de 6 (seis) Emendas ao PLOA 2023: 1-CRA) 214W – Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária Nacional – UO 22101 – R$ 350.000.000,00; 2-CRA) 20Y6 – Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária-Nacional – UO 22202 – R$ 200.000.000,00; 3-CRA) 099F – Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei 10823/2003)-Nacional – R$ 900.000.000,00; 4-CRA) 211A – Consolidação de Assentamentos Rurais – UO 22201 – R$ 570.000.000,00; 5-CRA) Texto – Aditiva – Referência: Anexo V, Cap I, Seção 4, Subseção 1, Alínea 2, Item 1; 6-CRA) Texto – Aditiva – Referência: Anexo V. Usam da Palavra a Senadora Zenaide Maia e os Senadores Acir Gurgacz, Esperidião Amin, Guaracy Silveira, Luiz Carlos Heinze e Paulo Rocha. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e treze minutos. A presente Ata é aprovada e será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ACIR GURGACZ
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. Fala da Presidência.) – Bom dia, Sras. e Srs. Senadores, servidores e telespectadores da TV Senado.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação das emendas desta Comissão ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) 2023 a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Foram recebidas 131 propostas de emendas válidas, isto é, de iniciativa de Senadores membros desta Comissão, sendo 128 de apropriação, acréscimo e inclusão de despesa, uma de remanejamento-acréscimo e duas de texto.

A votação será simbólica.

Para tanto, concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz para proferir a leitura do seu relatório.

Senador Gurgacz, com muito prazer, passo-lhe a palavra.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/PDT - RO. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador Lasier Martins. Agradeço a sua presença conosco, presidindo neste momento esta Comissão, esta reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, já cumprimentando V. Exa. pelo trabalho sempre com afinco na nossa Comissão, que começa sempre cedo, e V. Exa. sempre junto com os demais Senadores estão conosco para que a gente possa dar continuidade a vários e tantos projetos importantes para o nosso país.

A tramitação do Orçamento Geral da União de 2023 passa pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para que possamos apresentar sugestões de emendas de apropriação, o que passaremos a fazer neste momento às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores para formação do convencimento e também de sua votação.

As políticas públicas sugeridas são as seguintes: 1) Seguro Rural; 2) pesquisas Embrapa; 3) defesa agropecuária; e 4) regularização fundiária através do Incra.

Em consonância com o trabalho já realizado durante a tramitação da LDO, o que se busca aqui é contemplar importantes políticas fomentadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e suas unidades orçamentárias, para que possamos atender ao gigantismo do nosso agronegócio.

A proposta que passo a apresentar conta com as contribuições do setor produtivo, dos Deputados Federais, de técnicos de orçamento da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, da Frente Parlamentar da Agricultura, do Ministério da Agricultura e também dos membros desta Comissão de Agricultura do Senado Federal, dos nossos Senadores e Senadoras membros e membras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da nossa Comissão. Dessa forma, estamos trabalhando para qualificar o Orçamento Geral da União para 2023 na direção daquilo que chamamos de plano de sustentabilidade do agronegócio. É nesse sentido que peço apoio dos pares para a aprovação desse relatório.

O seguro rural.

Para assegurar a continuidade do crescimento do agronegócio brasileiro, é imprescindível disponibilizar aos agricultores brasileiros instrumentos de política agrícola que evitem quedas inesperadas em sua rentabilidade e reduzam os riscos dos produtores rurais, tal como o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), de que trata a Lei nº 10.823, de 2003.

O Seguro Rural tem como objetivo auxiliar financeiramente o produtor rural na aquisição de uma apólice de seguro para a sua lavoura, garantindo, assim, o pagamento das obrigações financeiras em caso de quebra de safra ocasionada por evento climático ou variação de preço – coisas que já aconteceram por muitas vezes no nosso país.

Dessa forma, é crucial que a proposta orçamentária para 2023 contemple o montante de subvenção ao Seguro Rural compatível com o aumento dos custos de produção e dos valores de contratação das apólices. O Projeto de Lei Orçamentária de 2023, apresentado pelo Governo, prevê R$1,1 bilhão para o Seguro Rural. Esse valor é metade do que foi disponibilizado na safra anterior e metade do que o próprio Ministério da Agricultura também solicitou.

Portanto, para que não haja retrocesso na cobertura do Seguro Rural, estamos apresentando esta emenda, sugerindo um aumento na subvenção do Seguro Rural de pelo menos mais R$900 milhões. Com esse orçamento adicional, será possível proporcionar a segurança necessária para a produção agrícola para a próxima safra. Isso é importante para os nossos agricultores e para a sustentabilidade e previsibilidade dos nossos agricultores.

Com relação à Embrapa, investir na Embrapa é a garantia de que o Brasil seguirá na ponta do desenvolvimento científico e tecnológico para produzir cada vez mais e cada vez melhor. É nesse sentido que apresentamos a emenda com um adicional de R$200 milhões para aplicação em pesquisas e desenvolvimento tecnológico da Embrapa.

Com relação à defesa agropecuária, a proteção à qualidade da produção é um componente importante para o nosso agronegócio. Este ano trabalhamos muito para aprovar aqui, na Comissão de Agricultura, o projeto de lei que cria o programa de autocontrole de defesa agropecuária, o PL 1.293, de 2021, que certamente será um mecanismo auxiliar muito importante na fiscalização pública, mas que não a substituirá, porque a fiscalização pública vai continuar e precisa continuar. Por esse motivo é que apresentamos essa emenda, no valor de R$350 milhões, para a modernização e o fortalecimento da defesa agropecuária pública nacional.

Precisamos aprovar no Plenário a Lei do Autocontrole, mas também precisamos fortalecer o setor público de defesa agropecuária e vigilância sanitária animal e vegetal, dando condições de trabalho aos fiscais e técnicos agropecuários brasileiros.

Com relação à regularização fundiária, a regularização fundiária e assistência técnica protegem o nosso pequeno produtor rural, a nossa agricultura familiar, e assim garantem a maior parte do alimento à mesa da população brasileira. É nesse sentido que apresentamos a emenda no valor de R$570 milhões, para que o Incra possa avançar nas ações de regularização fundiária do Programa Titula Brasil e na consolidação de assentamentos rurais com titulação e oferta de assistência técnica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante a titulação, mas com titulação sem assistência técnica nós perdemos muito. É importante termos as duas coisas, a titulação e a assistência técnica, para que os nossos agricultores possam ter conhecimento para aumentar a produção, dessa forma também aumentando a sua renda.

O relatório, Sr. Presidente: conforme o disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1/2006-CN, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 32/2022-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023 (Ploa 2023).

O projeto foi encaminhado por intermédio da Mensagem 494, de 31 de agosto de 2022.

De acordo com o art. 44, §1º, da Resolução nº 1/2006-CN, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na condição de autor de emenda coletiva à despesa, tem competência para propor ao Ploa 2023 oito emendas à despesa, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento.

Encontram-se em análise por esta Comissão 131 propostas de emendas. Das propostas apresentadas, 128 são de apropriação, 2 são de texto e 1 de remanejamento. As propostas foram diversificadas, albergando ações de grande interesse nacional no âmbito da administração direta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Embrapa e também do Incra.

Análise.

Inicialmente, consignamos que existe uma significativa limitação para o atendimento das propostas de emendas apresentadas pelos Exmos. Senadores e Senadoras, haja vista que esta Comissão está sujeita ao limite de oito emendas de despesa ao Ploa 2023, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento.

A Resolução nº 1, de 2006-CN, dispõe, em seus arts. 43 a 45, sobre as emendas das Comissões Permanentes a serem apresentadas ao Ploa. Em conformidade com o art. 43, as emendas de Comissões devem ser efetivadas no âmbito das competências regimentais de cada Comissão.

As emendas de Comissão, em número de até quatro de apropriação e até quatro de remanejamento, devem ser apresentadas juntamente com a ata da reunião que decidiu por sua apresentação. Devem possuir caráter institucional e representar interesse nacional, vedada a destinação a entidades privadas, salvo se contemplarem programação constante do projeto.

Em vista das restrições regimentais, procuramos, em nosso parecer, acolher as emendas que albergassem o maior número possível dos Parlamentares desta Comissão, ao mesmo tempo em que versam sobre tema e ações de grande interesse nacional. Desse modo, contemplamos emendas que favorecem a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias para a agropecuária, a defesa agropecuária, a consolidação de assentamentos rurais e também o seguro rural.

Quanto ao Seguro Rural, gostaria de deixar assentado que, não obstante o expressivo acréscimo de recursos na subvenção econômica ao prêmio do seguro rural a partir de 2019, passando de R$440 milhões para R$1 bilhão, há a necessidade de acréscimos de, ao menos, R$2 bilhões para atender à demanda reprimida do segmento agropecuário brasileiro.

O Seguro Rural surge como um dos mais eficientes mecanismos de proteção da atividade agrícola, atuando como elo de transferência do risco da agricultura para o mercado securitário. Além disso, minimiza a necessidade de socorro financeiro governamental, reduzindo a recorrente pressão por renegociações de dívidas rurais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar da sua importância, o Seguro Rural enfrenta dificuldades para se desenvolver, considerando a complexidade desse instrumento num setor que é passível de perdas de produção com alta sinistralidade, devido a condições climáticas adversas anualmente, alternando-se as áreas afetadas de um imenso território como o do nosso país.

A emenda de remanejamento apresentada, apesar do elevado mérito da preocupação com as perdas remuneratórias dos servidores desta Casa, não pôde ser acolhida, devido a não pertencer às atribuições regimentais desta Comissão. De outra parte, ela estará contemplada em uma das emendas de texto que serão apresentadas pela CRA.

Portanto, o voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista o exposto, nós votamos pela apresentação, por parte da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a nossa CRA, de quatro emendas de apropriação ao Ploa 2023, nas seguintes ações abaixo relacionadas e das duas emendas ao texto, detalhadas com as respectivas propostas de emendas:

Ação nº 214W, modernização e fortalecimento da defesa agropecuária nacional, no valor de R$350 milhões, atendendo as Emendas nºs 3, 29, 48, 58, 67, 80, 84, 98 e 122. Autorias: Senador Acir, Senador Guaracy Silveira, Senador Jean Paul Prates, Luiz Carlos do Carmo, Nelsinho Trad, Paulo Rocha, Roberto Rocha, Wellington Fagundes e Zenaide Maia.

Ação nº 20Y6, pesquisa em desenvolvimento e tecnologias para a agropecuária nacional, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), no valor de R$200 milhões. Acatamos as Emendas nºs 1, 6, 11, 14, 20, 21, 24, 25, 31, 36, 38, 41, 43, 50, 51, 53, 63, 74, 75, 86, 93, 94, 95, 96, 116, 117, 125. Autorias: Senador Acir Gurgacz, Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Elmano Férrer, Esperidião Amin, Guaracy Silveira, Irajá, Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Lasier Martins, Luis Carlos Heinze, Nelsinho Trad, Paulo Rocha, Rodrigo Cunha, Wellington Fagundes, Zenaide Maia e Zequinha Marinho.

Ação nº 099F, concessão de subvenção econômica no plano ao Prêmio de Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003, Nacional), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Administração Direta. É de R$900 milhões o valor de emenda. Acatamos as Emendas nºs 5, 49, 60, 72, 81, 85, 89, 101, 123. Autorias: Acir Gurgacz, Jean Paul Prates, Luiz Carlos do Carmo, Nelsinho Trad, Paulo Rocha, Roberto Rocha, Soraya Thronicke, Wellington Fagundes e Zenaide Maia.

E também a Ação 211A, consolidação de assentamentos rurais – nacional, ao Incra. É de R$570 milhões o valor desta emenda. Recebemos e acatamos as Emendas nºs 2, 10, 12, 16, 28, 34, 40, 46, 54, 57, 78, 83, 97, 120. Autorias: Senador Acir Gurgacz, Chico Rodrigues, Eduardo Braga, Eliziane Gama, Guaracy Silveira, Irajá, Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Luis Carlos Heinze, Luiz Carlos do Carmo, Paulo Rocha, Roberto Rocha, Wellington Fagundes e Zenaide Maia.

As emendas ao texto.

Vou tentar ler aqui, porque ficou pequenininha a letra.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – V. Exa. precisa ler só o tipo e referência, Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/PDT - RO. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Presidente.

Emenda nº 1. Altera o Anexo V, Capítulo 1, Seção 4, Subseção 1, Alínea 2, Item 1. Essa é uma emenda, e a segunda emenda é a do Senador Nelsinho Trad.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Letra muito pequena, não é, Senador?

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/PDT - RO. *Por videoconferência.*) – Muito pequena, essa ficou pequenininha. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – V. Exa. insiste em não usar óculos, não é?

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/PDT - RO. *Por videoconferência.*) – É... Por enquanto eu não precisava, mas é que com a letra maior, não é? De fato, com essa letra... (*Risos.*)

Bom, a aditiva e anexo V.

Fica a Secretaria da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária autorizada a promover os ajustes necessários nas propostas de emendas ora apreciadas, a fim de formalizá-las como emendas de autoria da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

E é evidente, todas as emendas estarão no *site* da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para que não só os Senadores e Senadoras possam acompanhar, como também no Portal de Transparência para que toda a população possa acompanhar as emendas que aqui foram colocadas.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham através da TV Senado, da rede da Rádio Senado e das redes sociais do Senado Federal, estas são as emendas, Senador Presidente Lasier Martins, que eu apresento e peço a aprovação pelos nossos colegas Senadores e Senadoras.

Muito obrigado. Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Muito bem. Como Presidente interino substituindo V. Exa., eu o cumprimento pelo relatório.

Lido, então, o relatório pelo Senador Acir Gurgacz, a matéria está em discussão. E está pedindo a palavra S. Exa. o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, serei muito breve, muito conciso. Quero cumprimentar V. Exa., Senador Lasier, por conduzir esta reunião tão importante, cumprimentar o Senador Acir Gurgacz, agora que o seu nome tem a leitura ou a audição autorizada pelo próprio detentor do nome Acir Gurgacz, e me congratular com o seu relatório, particularmente no caso das emendas em geral, mas no caso da emenda que eu também apresentei em favor da Embrapa.

Eu estou aqui numa região de desenvolvimento agrícola, como falei, estou em Canoinhas. Eu lembro quando um dos primeiros produtores de soja aqui da região, Sr. Álbaro Moraes, conseguiu ultrapassar a barreira de 70 sacas por hectare. Isso foi uma festa, um marco na produtividade.

Celebro, por exemplo, o fato de que Santa Catarina detém em Agronômica, cidade de Agronômica, a maior produtividade de arroz do mundo há mais de 15 anos. Um proprietário de uma pequena propriedade em Agronômica, Sr. Valmor Claudino dos Santos, ultrapassou há mais de 15 anos a marca de 14.250kg num hectare de produção de arroz.

E há o extraordinário trabalho da Epagri, antiga Empasc, a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina, de seus técnicos e da figura do Dr. Glauco Olinger, que completou cem anos de idade agora, no mês de setembro, e que foi o nosso mestre em matéria de pesquisa e extensão rural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa emenda, particularmente, eu quero celebrar. Quero dizer que vamos lutar muito para vê-la aprovada na Comissão Mista de Orçamento, porque a Embrapa é, entre todas as nossas empresas de natureza pública, aquela que representa para o Brasil o maior ganho estratégico de importância internacional.

Muito obrigado, portanto, pela oportunidade de usar da palavra.

Subscrevo a aprovação de todas as emendas, com destaque especialíssimo para essa que beneficia, via Embrapa, o Brasil e o mundo, para combater a fome no mundo.

Não quero terminar sem dizer que o Alysson Paulinelli merece, como todo homem e toda mulher que trabalham no agro brasileiro, o Prêmio Nobel da Paz por ajudar a reduzir a fome no mundo.

Um grande abraço!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Muito bem! Eu o cumprimento, Senador Esperidião Amin.

Pela inscrição, com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Bom dia!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – ... e colegas Senadores!

Eu já quero aqui dizer... Fico feliz em vê-lo aí, Lasier.

A gente está falando, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de alimentos.

Eu queria dizer a Esperidião Amin que fiquei feliz. Um bairro de Florianópolis está produzindo arroz, ganhando um prêmio mundial pela maior produção de arroz. E nunca mudaram de arroz para qualquer outra. Parabéns a Agronômica, porque realmente está alimentando a população.

Mas também sigo a linha, Acir... Eu queria dizer aqui, Acir, como Lasier Martins falou...

Acho que o nosso colega, Lasier, prefere aumentar o braço para ler a botar os óculos. (*Risos.*)

É uma opção: ou aumenta o braço ou, então, põe os óculos, Acir.

Quero dizer que concordo com essas propostas da Comissão. E, como o Esperidião, eu fico muito feliz, Acir, de ver essa preocupação com a Embrapa. É a tecnologia a favor da produção de alimentos. Eu digo isso porque, no ano anterior, quando a gente estava propondo, não nesta Comissão, aumentar os recursos para a Embrapa, a gente tinha uma trava meio grande. Eu cheguei a ouvir da própria ministra de então, na época, que a Embrapa quem deveria custear era o agronegócio. A gente, nessa audiência pública, estava tentando recompor os recursos da agricultura familiar. E, aqui, estou vendo que, no plano da sustentabilidade e dos riscos, está se tentando repor um orçamento que foi reduzido apesar da inflação. A gente sabe que o seguro não quer saber. Tem que atualizar, não é?

Mas quero parabenizá-los e dizer desse olhar diferenciado para a Embrapa, porque a gente sabe que a Embrapa é um dos maiores bancos genéticos do mundo. O mundo reconhece isso. A gente evoluiu muito. Você vê, em Agronômica, um pequeno espaço de terreno, mas com uma produção maravilhosa. E, com certeza, a Embrapa deve ter orientado isso.

Então, a favor, e agradeço por ter feito parte destas emendas – aqui há quatro. Isso mostra que a gente realmente tem esse olhar diferenciado para quem nos alivia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada e voto a favor. Acho que a escolha foi muito... Tanto que a maioria escolheu isto aqui, que está pronto hoje.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Muito bem. Obrigado.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/PDT - RO. *Por videoconferência.*) – SR. Presidente, se V. Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Pois não, Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/PDT - RO. Como Relator. *Por videoconferência.*) – É só para cumprimentar a Senadora Zenaide e fazer uma colocação importante para a Senadora.

É evidente que a Embrapa é fundamental, é de uma importância enorme para todo o Brasil. Nós temos aqui um grande exemplo, não só a soja, cuja produtividade aumentou, mas, sim, uma coisa muito especial, que é a produção de café. A Embrapa conseguiu fazer uma muda de café climatizada ao nosso clima e ao nosso solo daqui, da Amazônia, em Rondônia, e a produção aumentou de nove para quarenta sacas por hectare. Isso é trabalho da Embrapa. Então, a Embrapa é um patrimônio nacional que nós temos a obrigação de continuar trabalhando, ajudando, e agradeço a emenda de V. Exa.

Mas eu quero fazer um outro registro. Nós discutimos, muitas vezes, aqui, nesta Comissão, a questão do autocontrole. V. Exa. sempre ficou em dúvida sobre essa viabilidade ou não de ter os frigoríficos sob o seu autocontrole. E nós sempre colocamos: não há fiscais suficientes na União para atender a necessidade da produção brasileira. Por isso, nós estamos colocando aqui, Senadora Zenaide, R$350 milhões de aumento no Orçamento para o fortalecimento e a modernização da agropecuária pública e nacional, para que os nossos fiscais... para que nós possamos ampliar os nossos fiscais e os nossos técnicos, para acompanhar toda a produção e o controle da produção brasileira.

Então, era só para fazer esse esclarecimento e pontuar, porque eu sei que a Senadora Zenaide tem uma preocupação muito grande com a qualidade dos produtos que nós, brasileiros, produzimos, consumimos e também exportamos. É por isso, Senadora Zenaide e Presidente Lasier, que nós colocamos essa emenda no valor de R$350 milhões. Também é importante, tanto quanto as outras, mas eu queria fazer essa relação, porque temos esse debate, que é importante, e nós vamos abraçar, para que nós possamos ter os nossos fiscais, os nossos técnicos agrícolas no Ministério da Agricultura, acompanhando toda a qualidade do produto brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Um abraço, Senadora Zenaide também.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Muito bem, muito obrigado a ambos, Senadora Zenaide e Senador Acir.

Com a palavra o Senador Guaracy Silveira.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para discutir.) – Bom dia, Sr. Presidente Acir Gurgacz, povo brasileiro. Peço que este seja um dia de bênçãos de Deus concedidas à nação brasileira.

Senadores Lasier e Acir, Senadora Zenaide, demais Senadores, quando nós falamos de agricultura nós temos que, primeiramente, levantar as mãos aos céus e dar graças a Deus pela pujança, pela grandiosidade da agricultura brasileira. A agricultura brasileira realmente tem sido, cada vez mais...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Lasier, povo brasileiro, a cada dia se supera mais, a cada dia ela é maior, a cada dia ela é mais gigante.

O Senador Lucas falou agora há pouco, aliás, Esperidião Amin, sobre uma área de um hectare produzindo 14 mil quilos de arroz. Isso é uma produção gigantesca.

Mas eu queria primeiro também agradecer ao Mapa, o Ministério da Agricultura, a sua presença aqui no Congresso através da assessoria parlamentar, do Dr. Maurilio Ricardo e de todos que assessoram este Parlamento, parabenizando o serviço de todos eles.

E queria fazer nesta oportunidade uma homenagem à Embrapa como o nosso órgão federal que tanto tem pesquisado e ajudado a agricultura. Agora, nós não podemos deixar de lembrar os institutos de incentivo à produção de todos os estados, como nós temos: a Universidade de Campinas (Unicamp); a Universidade de Piracicaba, em São Paulo; a de Minas Gerais – falta-me lembrar o lugar certo –, de Viçosa, que realmente tem trabalhado na pesquisa agrícola; a Universidade Rural da Amazônia, lá no Pará; a Cpatu; a Emgopa, de Goiás; afinal, as pesquisadoras agrícolas do setor rural espalhadas por todo o Brasil. Isso tem feito o gigantismo do nosso agronegócio.

Esses dias passados, estive vendo uma vaca campeã de lactação no mundo. É uma vaca brasileira. Se não me engano – não quero exagerar –, 124 litros no dia. É um exagero! Quer dizer, é um negócio grandioso demais. Essa vaca talvez não pese 500kg e dá um quarto de produção de leite. Então, quer dizer... Isso até me assusta. Não fui eu que ordenhei essa vaca, mas vi essa reportagem que correu o mundo dessa campeã mundial. É uma campeã nacional, mas é uma campeã mundial.

Quando se fala das grandes produções, Senador Lasier, nós vemos algumas coisas simples que mudaram a agricultura brasileira. Eu nasci na agricultura. Na minha região, lá no sul de São Paulo, a gente era chamado até de "pé vermelho" porque vivia com as botinas todas vermelhas do barro da região. E vejo que na minha região, lá nos anos 60, 70, um alqueire paulista de batata inglesa, quando era uma excelente lavoura, produzia na base de 800 sacos de 60kg de batata naquela época. Hoje essa mesma área, Senador Lasier, produz três vezes mais: 2,4 mil sacos.

Um alqueire paulista, nos meus tempos de agricultura, lá quando ainda era um adolescente, essa mesma área produzia de milho 150 sacas de 60kg, ou seja, 9 toneladas. Hoje tem lugar produzindo quase 500 sacas, 464 sacas. Isso foi por selecionamento de sementes, aprimoramento da semente, melhoramento genético e também ferramentas agrícolas, como subsolador e práticas agrícolas. Por exemplo, hoje não tem mais o regime de queimada; você planta sobre a soqueira da lavoura anterior. E isso fez que a produção agrícola se multiplicasse muito mais.

Nós temos regiões no Brasil que estão produzindo três safras, indo para quatro talvez. Nós vemos regiões do Tocantins que plantam soja, plantam milho, depois plantam soja de novo, ao final fica um ciclo de plantação. E daí se incorpora na própria terra o material orgânico da lavoura anterior. Isso faz do Brasil um grande produtor rural – um grande produtor. E talvez caminhemos para ser o país de maior produção rural no mundo, Senador Lasier – talvez o de maior produção. Um gigantismo.

Agora, Deus proporcionou uma coisa impressionante: nós temos 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Talvez, se podemos contar alguma região em que não se possa plantar, em que não se possa produzir, talvez seja muito pequena no Brasil. Lá do Chuí, da sua terra, o extremo sul do Brasil, a Roraima, no extremo norte; ou do Rio Grande do Norte, da Ponta do Seixas, a Cruzeiro do Sul, no Acre, essa terra toda produz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejamos bem, nós temos, em alguns territórios do mundo, área semelhante à do Brasil. A China, um pouco maior... Mas, Senador Lasier, a China só tem 10% de área produtiva. Aliás, 800 mil quilômetros quadrados é a área produtiva da China e, assim mesmo, fazendo até os mesões nos lugares mais difíceis – só 800 mil quilômetros quadrados de área produtiva.

A Austrália é um país um pouco menor que o nosso, mas, Senador, no lugar em que mais chove na Austrália – no lugar em que mais chove – chove menos que no Nordeste brasileiro no lugar em que menos chove.

Então, vejamos, Deus estava com tanto carinho, com tanto capricho quando fez essa porção geográfica aqui que é um negócio impressionante. Uma terra irrigada com os nossos caudalosos rios.

E, Senador, nós temos a Rússia: 18 milhões de quilômetros quadrados, querendo pegar mais um pouco lá da Ucrânia – ou roubar mais um pouco da Ucrânia –, no entanto a área produtiva é praticamente só o oeste dela; o resto são as geleiras lá da Sibéria.

Vejamos o Canadá: é semelhante também à Rússia.

Nos Estados Unidos, a área é semelhante, mas tem deserto, tem furacões, tem terremoto, climas extremos. Nós não temos nada disso.

Obrigado, Senhor, por este país tão belo!

Agora, este país tão belo, tão pujante, precisava também de homens muito sérios em todos os nossos Poderes, homens que não prejudicassem o Brasil, homens que não o prejudicassem. Homens que dessem segurança ao nosso produtor rural; e dando segurança ao produtor rural, dariam também a toda sociedade. Se há elo importante da economia, Senador Lasier, é a produção rural. Esse é o elo mais importante da economia.

Lembro-me da Dama de Ferro, Margaret Thatcher – e o senhor se lembra muito bem dela também –, essa impressionante mulher. Um dia, visitando o Brasil, perguntaram a ela sobre assuntos de segurança estatal, como reserva de mercado. Então, ela falou que na Inglaterra, na Grã-Bretanha é nada, porque nada é mais estratégico do que alimento. Nós podemos viver quase sem nada, Senador, mas não podemos viver sem alimento. Ninguém pode.

Então, este país que Deus fez com tanto carinho exige de todos nós, homens e mulheres de bem, uma responsabilidade muito grande. Que as leis sejam respeitadas, que a Constituição seja respeitada, que os Poderes se respeitem, para que tenhamos justamente segurança para a nossa produção, para o nosso empresário rural.

Quanto a isso, nós temos que parabenizar o brilhante relatório do Senador Gurgacz. Estamos, Senador, juntos. O que couber a nós, homens de bem, neste Senado, para proteger as nossas leis, as nossas gentes, para proteger o nosso homem do campo e não dificultar, não criar embaraços, nós o faremos, para o ajudarmos e não criarmos embaraço para a nossa terra, para a nossa gente, para o nosso produtor rural.

Dou mais uma vez graças a Deus por este nosso belo país e parabenizo a relatoria do Senador Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Muito bem, Senador Guaracy. Cumprimentos por suas análises e reflexões.

Vou anunciar em seguida o Senador Paulo Rocha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes, dizemos, já que houve referência à Embrapa, que nos honra também com sua presença, nesta sessão de hoje da Comissão de Agricultura, a Sra. Cynthia Cury, do setor de Relações Institucionais da Presidência da Embrapa. Obrigado por sua presença.

Com a palavra S. Exa. Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Senador Lasier, bom dia. Bom dia a todos os colegas. Parabenizo a nossa Comissão, que, apesar de todas as nossas tarefas neste momento de véspera de eleição, está cumprindo papel muito importante, que é fazer o nosso Orçamento.

Eu queria, inicialmente, Sr. Presidente, já requerer a V. Exa. que, como vai ser um debate longo, pelo que a gente está vendo aí... Todos os companheiros são ligados à agricultura e querem fazer as suas discussões. Eu dou a sugestão para a Mesa de que a gente abra já a votação para que, enquanto o debate vai fluindo, tenhamos a oportunidade de votar, aproveitando o quórum, inclusive, porque, à medida que o tempo avança, a gente precisa ir para as nossas tarefas. Eu, por exemplo, estou numa estrada.

Sr. Presidente, eu, inclusive, vou ter dificuldade de votar e já requeiro... (*Pausa.*)

Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Pois não. V. Exa. quer ampliar a sua manifestação, além da matéria em discussão? É isso?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Não, não, Sr. Presidente. Eu estou dizendo que todos os Parlamentares estão tendo necessidade de fazer sua intervenção, debater, etc. É um debate muito importante. Eu requeiro que V. Exa. já abra a votação...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Ah, sim. Perfeito. É o que vamos... Pois não, meu prezado Senador. É o que vamos...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – ... para a gente aproveitar o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Pois não. Perfeito.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Esta é uma matéria muito importante para ser votada com quórum...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Perfeito.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – ... a maioria da nossa Comissão.

Sr. Presidente, eu já requeiro, inclusive, porque eu estou com dificuldade de sinal e de votação, que V. Exa., a Mesa... Eu autorizo a Mesa a registrar o meu voto "sim" nas quatro emendas propostas pelo Senador.

Por fim, eu queria ressaltar o relatório do nosso Acir, muito experiente e também comprometido com a nossa agricultura. Eu quero destacar não só as emendas, as duas emendas principais que eu acho, mas o conceito que está por trás dessa questão. Eu queria valorizar o relatório. Ao fortalecer a Embrapa, ao fortalecer a pesquisa e as novas tecnologias, isso significa que a Comissão está preocupada em não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só assegurar mais pesquisa, mais técnica para poder aumentar a produtividade e, com isso, aumentar a exploração da riqueza do nosso país. Isso, naturalmente, é muito importante, porque, através do agronegócio, vão se buscar divisas lá fora para, cada vez mais, processar o nosso desenvolvimento. Ao aprovar também o fortalecimento da estrutura agrária que é o assentamento, o fortalecimento dos assentamentos, nisso também, está por trás uma concepção que não só fortalece a agricultura familiar, mas que também distensiona a briga pela terra no nosso interior, que já muito mais disputada. E, agora, com esse processo de assentamento, o seu fortalecimento e a fixação do homem no campo, isso naturalmente enriquece cada vez mais cada setor da nossa produção agrícola.

Por isso, eu queria parabenizar.

E o meu voto é "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Pois não. Muito bem.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Registre, portanto, meu voto. Eu autorizo, porque estou com dificuldade realmente de entrar na votação.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Muito bem, muito obrigado. Eu tranquilizo V. Exa. porque a nossa votação será simbólica, Senador Paulo Rocha. Obrigado pela participação.

Então, nós estamos encerrando a discussão.

Está em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer, com as emendas desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao PLOA 2023.

As emendas aprovadas irão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Ratificando, então, aquilo que foi proposto pelo Relator Acir Gurgacz: 1-CRA, Ação 214W, valor R$350 milhões, Sequencial 00896; 2-CRA, Ação 20Y6, valor R$200 milhões, Sequencial 00941; 3-CRA, Ação 099F, valor R$900 milhões, Sequencial 00894; 4-CRA 4, Ação 211A, valor $570 milhões, Sequencial 00930; e 5-CRA e 6-CRA, texto.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Sim, Senador Guaracy.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – Eu queria dar os dados justamente da vaca que eu citei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Onde está essa vaca, Senador?

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Ela é da raça indubrasil.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Isso é vaca para exposição para o Brasil inteiro.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Ela produziu em 246 dias 5.048,28kg.

Realmente a raça indubrasil, que é um cruzamento nosso...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Sim.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – ... brasileiro, resultado dos nossos cruzamentos de gados de carne ou de leite...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Sim. V. Exa. fica nos devendo a localização desse fenômeno.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu estou procurando aqui para ver se acho. Eu sei que a raça é indubrasil.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Está bom.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Deu muito certo a mistura do gado indiano com o brasileiro e com o europeu, no caso também.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Obrigado, Senador Guaracy.

Para encerrar, pede a palavra S. Exa. o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/PDT - RO. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Muito bem, Sr. Presidente, é só para parabenizá-lo pela presidência desses trabalhos, um dia importante para a agricultura brasileira, para o seu estado, para o nosso estado e para todos os demais estados brasileiros, além do Distrito Federal.

Agradeço a participação também da Senadora Soraya Thronicke, da Senadora Zenaide Maia, do Senador Carlos Fávaro, do Senador Guaracy Silveira, do Senador Wellington Fagundes, do Senador Luís Carlos Heinze, do Senador Esperidião Amin, do Senador Roberto Rocha e também do Senador Paulo Rocha, que estava em deslocamento, mas fez questão de estar conosco nessa votação que eu considero importante. Eu tenho toda a convicção e certeza de que a aprovação dessas emendas é importante para o nosso país.

Agradeço a colaboração de todos os Senadores e Senadoras que fizeram as suas emendas. Eu acatei a maioria delas, quase que todas as emendas foram acatadas. Portanto, agradeço a presença sempre – sempre – dos nossos Senadores, que fazem desta Comissão uma Comissão atuante e que dá uma resposta positiva à população brasileira através de cada Senador. Todos os Senadores fazem um trabalho excepcional para que a gente possa avançar na produção de alimentos para o Brasil e também para a exportação.

Muito obrigado. Um abraço a V. Exa., um abraço a todos os nossos telespectadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Foi uma honra, como membro desta Comissão, substituir V. Exa. na Presidência da sessão de hoje, Senador Acir.

Pede a palavra o Senador, meu conterrâneo, Luis Carlos Heinze.

Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Lasier; bom dia aos colegas que estão participando da Comissão de Agricultura.

Quero agradecer ao Senador Acir. Nós conseguimos aprovar três emendas: uma para os fiscais federais agropecuários, outra para a pesquisa da nossa Embrapa e outra para o seguro agrícola. São três emendas importantes.

Eu agradeço aos colegas Senadores e Senadoras por nos ajudarem e a V. Exa., que está presidindo esta sessão.

Apenas para fazer uma referência, Senador Lasier: como não temos uma sessão presencial no Plenário, vou aproveitar este espaço para dizer que estou solidário ao seu PDL – fiz essa manifestação hoje na Jovem Pan comentando sobre esse tema – e dizer que também estou entrando hoje com um requerimento para montarmos uma CPI – já estou atrás de assinaturas – com relação à questão das inserções dos programas de rádio do programa eleitoral. Então, hoje eu já estou protocolando essa CPI, que é muito importante, para que nós possamos nos debruçar, porque é preocupante o que está ocorrendo neste instante, às vésperas de uma eleição: um fato tão grave e não ter a importância devida do caso pelo próprio Tribunal Superior Eleitoral. Então, nesse sentido, protocolo hoje esse pedido de CPI, para que, depois, a partir da próxima semana, nós possamos nos debruçar. Inclusive, também o próprio funcionário do TSE que foi exonerado agora, nessa semana, porque fez uma denúncia do que está ocorrendo neste instante, já vinha comunicando há mais tempo o jogo de cartas marcadas, Senador Lasier.

Então, por isso, é preocupante, e aproveito esta oportunidade da sessão da Comissão de Agricultura para fazer a minha manifestação.

Muito obrigado a V. Exa.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Senador, queria comentar sobre isso aí...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Muito bem, Senador Luis Carlos Heinze. Tem a minha concordância de assinatura no seu pedido de CPI sobre essa matéria tão surpreendente.

Para concluir, Sr. Senador Guaracy.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – Nessa mesma linha do Senador Heinze, esse operoso Senador de lá do Rio Grande do Sul, aliás, é uma terra que tem produzido grandes Senadores... Lembro-me, com saudade, de Paulo Brossard, grande Senador, da Ana Amélia e de V. Exa., que mui bem representa esse Estado, afinal. Nós tivemos...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Pedro Simon...

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – ... o Pedro Simon, nós tivemos gaúchos gigantes aqui, neste Senado, defendendo tão bem o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, mais uma vez, com V. Exas., do Rio Grande do Sul, o gaúcho está muito bem representado, e eu espero que continue assim, sempre muito bem representado. V. Exas., Senadores do Rio Grande do Sul, Senadores Lasier e Heinze, não envergonham aquele estado de maneira nenhuma. Com seu trabalho, com sua dedicação, vocês homenageiam sempre o gaúcho, esse valente brasileiro.

Mas, nesse assunto, nós temos que ver... Nós temos aqui algumas coisas que dizem... Há um artigo, um parágrafo da resolução do próprio TSE que diz:

> § 10. As emissoras de rádio, quanto aos cargos de presidente e vice-presidente da República, estão obrigadas a transmitir as inserções da propaganda eleitoral exclusivamente com base nos mapas de mídias disponibilizados na página do TSE na internet, observado, no que couber, o disposto nos §§ 1º, 2º, 7º e 8º deste artigo.

E também diz que a fiscalização é obrigação do TSE, não é de partido político, não. O partido político tem que mandar o arquivo para lá. A fiscalização é a cargo do TSE.

Meu Presidente, nós esperamos um país com justiça. O símbolo da Justiça o que é, Senador? É uma mulher com uma venda nos olhos e com uma balança. Tem que ter equilíbrio, e a Justiça tem que ser cega. Parece-nos que a nossa Justiça está sendo míope, vesga, só enxerga um lado. E, quando enxergamos só um lado, prejudicamos outro. Falta equanimidade. Falta justiça. Nós não queremos ser beneficiados, mas não queremos ser prejudicados.

E, no caso das inserções, segundo o Ministro das Comunicações, já haviam sido detectadas, Senador Lasier, 154 mil inserções a prejuízo da campanha do Presidente Bolsonaro, só nas duas primeiras semanas, não contado o primeiro turno e os tempos de lá para cá.

A Justiça, o prato da Justiça tem que ser equilibrado. Assim é o símbolo da Justiça. Ou será que vamos quebrar também esse símbolo, e a balança vai pender para um lado só? Ou um olho com tapa, que olha um lado só? Nós temos que clamar justiça neste país, justiça que seja igual para todos, justiça que não tenha preferência, porque a justiça que tem preferências deixa de ser justiça para ser injustiça, a justiça que tem preferidos deixa de ser justiça para ser maldade.

E, Senador Lasier, meu Presidente, nós seres humanos somos a obra-prima de Deus, mas, quando nos deixamos contaminar pela maldade, perdemos toda a nossa aparência divina e passamos a ter aparência maligna, aparência diabólica. Quando o homem deixa de fazer a coisa justa, a coisa boa, com carinho, com amor ao próximo, e passa a perseguir, passa a ser injusto, o homem ou a mulher deixa de parecer-se com Deus, nosso criador, e passa a ser parecido com o maligno, porque faz as obras malignas e fica parecido com o diabo, infelizmente.

Vamos esperar que todos tenham juízo para que façamos justiça justa a todos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Senador Guaracy.

Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Eu não ia nem entrar. Eu achei que a gente ia só votar essa parte da agricultura, que foi brilhante, nesta Comissão, mas, como entraram nessa questão política, eu queria dizer o seguinte: quem se elege é quem o povo quer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou citar aqui um exemplo. Quando a população não quer, não é uma inserção de rádio, porque a gente sabe. Eu vou citar aqui um exemplo, Lasier: Jardim de Piranhas, minha terra. Eu acho que vocês viram que ontem o Presidente Bolsonaro foi lá dizer que iria inaugurar a transposição do Rio São Francisco – é um dos eixos Piranhas-Açu. Todos os Prefeitos e ex-Prefeitos apoiaram o Presidente da República, e ele esteve lá. E a população – a população! – resolveu: 80,96% dos votos. E na semana passada a população, o povo se reuniu e foi para rua. E não é essa questão de PT, porque eu acho que não tem nenhum Vereador do PT. O povo foi para a rua e vai votar. Eu acho que agora vai aumentar.

Então a gente tem que... Como foi falado aí, não são essas inserções. E eu sei, meu esposo foi candidato a Deputado Federal, perdeu a eleição, e sei como os partidos olham se saíram as chamadas de televisão e de rádio, gente. Isso é um período em que todos que querem voto têm que correr atrás e convencer. Aqui a gente chama de querer ganhar no tapetão: não ter voto e querer ganhar na Justiça. Então, não é por aí. Tem de 5% a 7%, dependendo da região, de pessoas indecisas. Então, os candidatos têm que correr atrás de cada voto, porque a gente sabe que as inserções até que o povo ouve na televisão... Eu conheço centenas de milhares de pessoas que, quando é o horário eleitoral, desligam. Por isso que eu acho que as inserções não são importantes.

Então, gente, não é por aí. É uma democracia. Vamos aceitar o que o povo botou lá nas urnas, porque este país não precisa de mais... E aqui eu não vou falar de tragédia social, de não sei o quê, que a gente sabe que a gente está vivendo isso. Quando se diz comer picanha, a gente não está atrás de comer, o povo não está querendo comer picanha; o povo está querendo pelo menos comer alguma coisa.

Então, eu não ia nem falar, Lasier. Você sabe que, quando você... As suas causas quando... Eu não tenho essa história, eu vou, eu defendo o que é correto. Agora é hora de defender a democracia deste país. Aguardem! O povo vai colocar os votos. Então, o que eu quero dizer é que nem é pesquisa que incentiva e muito menos essa história de dizer que uma rádio cortou a comunicação na hora de fulano e sicrano, que estão mostrando aí e que não é isso! Mas eu nem vou atrás disso.

Eu vejo o exemplo aqui, no Rio Grande do Norte: a maioria dos Prefeitos apoiam o Presidente Jair Bolsonaro, apoiam o Presidente, mas a população se reúne e vai para rua e dá a maioria dos votos para o candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Então, não é propaganda, não é presença, porque é a primeira vez na história que um Presidente esteve na minha cidade. E todo mundo achava que isso iria convencer; não convenceu. Então, democracia sim! Vamos aguardar os votos, apurar as urnas. Não adianta ficar dizendo que a urna é não sei o quê. A mesma urna, por exemplo, que tinha os votos de Bolsonaro é a mesma urna que elegeu Rogério Marinho para Senador no Rio Grande do Norte. Então, são as mesmas urnas, gente. Não adianta a gente ficar querendo inventar. Vamos aguardar a democracia. Vamos para frente.

Lasier, eu pensei que você tinha mais quatro anos. Eu gosto das suas intervenções, desse olhar diferenciado, dos contraditórios quando a gente vê que a coisa não vai levar só para um lado. Vamos ouvir.

Hoje eu fiquei muito feliz com esta reunião para aprovação dessas emendas. Todo mundo se uniu para a Embrapa, na questão de aumentar os recursos para a gente ter mais técnicos para fiscalizar o que a gente já faz muito, porque é pujante a nossa produção de proteína animal, tudo, tendo esse olhar diferenciado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Lasier. E digo que o senhor é um grande Parlamentar, que esteve nessas discussões. Eu fiquei até triste porque eu achei que o senhor, como eu, tinha mais quatro anos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Para seu conhecimento, Senadora Zenaide, agradecendo a generosidade: durante três meses fiz campanha para o Senado. Subitamente, foi escolhida uma outra candidata, que não se elegeu, para concorrer na chapa em que eu estava. Nos últimos 45 dias, tive que concorrer a Deputado Federal, e ninguém ficou sabendo.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – É. Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Não tem problema. A vida segue.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Mas esse é o lado humano da gente. Isso dói. Ninguém quer perder, mas a gente tem que saber – ou então não concorra. Às vezes dizem assim: "Eu não jogo na Mega-Sena porque eu não tiro". Eu ouço muito dizerem. Eu digo: "Perca, porque a certeza que eu tenho é que quem não joga, nunca jogou, não pode tirar".

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Pois é.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Lasier, parabéns! A gente ainda vai se encontrar na próxima semana. Se Deus quiser, vamos estar juntos. Mas já sabemos quem vai ser o novo Presidente.

Vamos ajudar porque, primeiro, quando se perde, a gente não desistiu. Por exemplo, perdeu a eleição, mas não vai desistir do país, não é? Não é a nossa tarefa, não é.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Muito bem, obrigado por sua simpatia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Lasier.

Desculpe-me. Eu não ia mais nem me prolongar, mas como eu o vi, fiz questão de mostrar que, quando o povo quer, vai lá e vota.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Sempre tivemos uma...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – E eu vejo aqui no meu Estado do Rio Grande do Norte. Não são os Prefeitos. Se fosse pelos Prefeitos, eles teriam uma maioria grande.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Sempre tivemos uma relação muito fraterna.

Muito obrigado, Senadora Zenaide.

Senador Guaracy.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – É muito bom ouvir a Senadora Zenaide, essa atuante Senadora, mas eu quero falar sobre esse conceito de democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O conceito de democracia é a vontade do povo, sim, mas não podemos subverter a vontade do povo e nem tirar a sua propaganda e pôr a minha. Isso não é justo, nós temos que ter um equilíbrio de justiça.

Por exemplo, V. Exa., Senador Lasier, deixa de pertencer, a partir do ano que vem, a partir de 31 de janeiro, a este Congresso Nacional. Mas V. Exa. deixa uma marca aqui. Por quê? Um erro de justiça do processo eleitoral. Perde o Congresso Nacional, mas perde muito mais a nação brasileira por não contar com V. Exa. aqui. Então, nós não podemos fazer um conceito próprio de democracia.

Quando essa briosa Senadora Zenaide, trabalhadora, que está sempre presente em todas as sessões, falou da vontade do povo, ela falou também que os Prefeitos e os Vice-Prefeitos estão todos apoiando o Bolsonaro. Isso mostra realmente que os nossos Prefeitos e Vice-Prefeitos lá do Nordeste sabem escolher o que é melhor para o Brasil. E nós temos que parabenizar, Senadora Zenaide, nossos Prefeitos, Vice-Prefeitos, aqueles que realmente decidiram escolher a melhor parte para o Brasil, o Brasil do futuro, o Brasil dos nossos filhos, o Brasil dos nossos netos, o Brasil do porvir. Nós temos que agradecer essa informação da Senadora e parabenizar todos esses que escolheram a melhor parte.

Muito obrigado, Senador Lasier.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Eu que agradeço, muito obrigado.

Não havendo ninguém mais que queira se manifestar, nada mais também havendo a tratar, encerro a presente reunião, agradecendo a presença e atenção de todos e aos telespectadores em particular.

Está encerrada a sessão.

(*Iniciada às 8 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às oito horas do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Esperidião Amin, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Zenaide Maia e do Senador não membro Marcos do Val e do Deputado Federal Luiz Nishimori. Registra, ainda, a presença do Ex-Senador Valdir Raupp, Ex-Deputado Federal Edinho Bez e Ex-Deputado Mário Limberger. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa (PL 1459/2022), atendendo ao requerimento REQ 17/2022 - CRA, de autoria Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Dário Berger (PSB/SC), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), com a finalidade de realizar a Terceira Audiência Pública de instrução do Projeto de Lei nº 1459, de 2022, (PL 1459/2022 - Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS 526/1999, do Senador Blairo Maggi), que “Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de pesticidas, de produtos de controle ambiental e afins; altera a Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e dispositivo da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e dá outras providências”. Relator na CRA: Senador Acir Gurgacz. Participantes: Marcos Orellana, Relator Especial das Nações Unidas sobre as implicações para os direitos humanos da gestão ambientalmente correta e descarte de substâncias e resíduos perigosos; Carlos Goulart, Diretor do Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa; e Adriana Torres de Sousa Pottier, Gerente de Monitoramento e Avaliação do Risco da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. Resultado: Reunião realizada. Usam da palavra a Senadora Zenaide Maia, o Deputado Federal Luiz Nishimori e o Senador Acir Gurgacz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização da terceira audiência pública de instrução do PL 1.459, de 2022, Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS 526, de 1999, do Senador Blairo Maggi, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulação, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação e o destino final dos resíduos e das embalagens; o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de pesticidas de produtos de controle ambiental e afins, altera dispositivos normativos e dá outras providências, em atendimento ao Requerimento nº 17, de 2002, da CRA, de iniciativa desta Presidência e dos Senadores Paulo Rocha, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Eliziane Gama e do Senador Dário Berger.

Esta audiência pública é interativa por meio do portal e-Cidadania, no *site* do Senado, e pelo telefone 0800-612211.

Esta audiência tem como objetivo ampliar ainda mais o debate sobre os pesticidas para possibilitar, se necessário, os últimos ajustes no texto do Projeto de Lei 1.459, de 2022, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação e o destino final dos resíduos e das embalagens.

Esse projeto iniciou sua tramitação no Senado Federal com PLS 526, em 1999, de autoria do Senador Blairo Maggi. Portanto, está há 23 anos tramitando aqui no Congresso Nacional, sendo que já foi amplamente debatido com os congressistas e também com a sociedade. Tanto é que, de fato, o projeto hoje em discussão é bem diferente do da proposta inicial, pois o projeto inicial recebeu muitas contribuições ao longo da sua tramitação, sendo que chegou o momento de o colocarmos em votação aqui na Comissão de Agricultura aqui do Senado.

Esse é um debate técnico e científico que há muito tempo vem ocupando estudiosos, pesquisadores, especialistas das universidades, de empresas e do setor agropecuário. No Senado, o projeto tramitou de 1999 a 2002, sendo aprovado na Comissão de Assuntos Sociais e no Plenário, até ser enviado para revisão na Câmara dos Deputados no dia 12 de março de 2002.

Na Câmara dos Deputados, onde tramitou como PL 6.299, de 2002, os debates foram retomados com a realização de mais de 20 audiências públicas na Câmara Federal.

A redação final do PL 6.299 foi votada no Plenário da Câmara dos Deputados no dia 9 de fevereiro deste ano, e, como houve alterações no substitutivo do PL 1.459, de 2022, o texto foi encaminhado para revisão final aqui no Senado. Desde então, estamos rediscutindo o tema aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, onde realizamos audiências públicas para esclarecer detalhes técnicos e científicos.

Durantes essas audiências, foram ouvidas instituições como a USP, o Sinpaf (Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário.), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Unesp (Universidade Estadual Paulista), Organização Terra de Direitos, a UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), a Articulação Nacional de Agroecologia, o Ministério Público do Trabalho, a Fiocruz, a Abrapa (Associação Brasileira dos Produtores de Algodão), o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), a Abrasco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(Associação Brasileira de Saúde Coletiva), o Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxico e o Greenpeace Brasil.

Na Câmara dos Deputados, foram ouvidos os órgãos de controle do Brasil, dos Estados Unidos e também da Austrália; os Ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente e o Ministério da Saúde; entidades da indústria, especialistas e juristas. O debate foi amplo e democrático.

Mesmo que esta Casa seja uma Casa política, sempre pautamos o debate com base na ciência, privilegiando aspectos de segurança, a saúde humana e animal e também do meio ambiente.

Destaco aqui um documento importante da Embrapa, que defende tópicos da proposta. A Embrapa considerou relevante a designação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) como órgão de coordenação e registrante dos pesticidas e afins. Com a nova lei, o Ministério da Agricultura vai assumir o papel de coordenação do processo, onde será dada a entrada nos registros. A Anvisa e o Ibama continuarão avaliando tecnicamente os produtos, garantindo segurança à saúde e ao meio ambiente, junto com o Mapa, que avaliará a eficácia agronômica.

Outro aspecto importante da proposta, também destacado como positivo pela Embrapa, é a inclusão de mais etapas de análises técnicas para a aprovação ou não de novos princípios ativos, mas com mais agilidade. Nos documentos, os cientistas da Embrapa consideram que a proposta apresenta avanços quando propõe a adoção da metodologia da análise de risco em substituição à análise de perigo, atualmente utilizada nas avaliações regulatórias.

A análise de risco é utilizada pela maioria dos países desenvolvidos e caracteriza-se por considerar também a exposição ao pesticida.

Com relação à agilidade e à transparência, a Embrapa também critica os atuais prazos de registro que se estendem por anos – hoje demora-se, em média, de oito a dez anos, para a autorização de um novo princípio ativo. É um tempo muito longo para os produtos mais modernos, seguros e eficazes entrarem no mercado. A nova lei prevê um prazo máximo de dois anos para que o novo produto seja analisado, similar a diversos outros países, como os Estados Unidos, a Argentina, a Austrália e alguns países da Europa.

Para dar maior transparência ao processo será criado o Sispa (Sistema Unificado de Informação, Petição e Avaliação Eletrônica). A solicitação de aprovação de novos produtos terá uma única entrada digital através do Sispa, que facilitará a tramitação e o acesso dos órgãos responsáveis pela análise dos estudos científicos que comprovam a segurança do uso. Por meio do Sispa, todo e qualquer cidadão brasileiro poderá acompanhar os processos de registro e obter informações sobre os procedimentos. Com a aprovação mais ágil de defensivos mais modernos, as doses utilizadas no campo serão reduzidas e, por consequência, o custo da produção vai cair, assim como os possíveis impactos ambientais também serão menores. Com regras mais claras e sistemas de registro e controle mais modernos, vamos ampliar a segurança jurídica e reduzir a burocracia, trazendo inovação e tecnologia para a nossa agropecuária.

Esse é o caminho para a modernização de nossa agropecuária. Dessa forma, vamos produzir alimentos mais acessíveis, ou seja, mais barato para os brasileiros e continuaremos liderando as exportações, mantendo o superávit de nossa balança comercial e o crescimento do PIB com geração de emprego e renda.

Portanto, vamos iniciar a audiência pública ouvindo o Dr. Marcos Orellana, Relator Especial das Nações Unidas sobre as implicações para os direitos humanos da gestão ambientalmente correta e descarte de substâncias e resíduos perigosos, da ONU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, passo a palavra ao Dr. Marcos Orellana.
V. Sa. tem 20 minutos para fazer a sua explanação.
Muito obrigado pela presença.

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Nós é que agradecemos a sua presença, Dr. Marcos Orellana.

Vamos dar sequência à nossa audiência pública, passando a palavra, agora, à Dra. Adriana Torres de Sousa Pottier, Gerente de Monitoramento e Avaliação de Risco da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

V. Sa. tem a palavra por 20 minutos. Evidentemente, se precisar de um tempo a mais não há problema. V. Sa. tem a palavra.

A SRA. ADRIANA TORRES DE SOUSA POTTIER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Todos conseguem me ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Positivo.

A SRA. ADRIANA TORRES DE SOUSA POTTIER (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Cumprimento o Sr. Presidente, os demais Exmos. Senadores e todos os presentes. Em nome da Anvisa, agradeço a oportunidade de estar participando deste debate tão relevante para a nossa sociedade, para a regulação desses produtos, dos agrotóxicos.

Venho aqui, então, trazer o posicionamento da Anvisa em relação ao Projeto de Lei 1.459.

Tenho uma apresentação para projetar. Só um minuto. (*Pausa.*)

Conseguem visualizar?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Afirmativo.

A SRA. ADRIANA TORRES DE SOUSA POTTIER (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Passando à apresentação.

Como o senhor já me apresentou, sou Gerente de Monitoramento da Avaliação de Risco. Venho aqui trazer o posicionamento da Anvisa em relação ao projeto de lei em comento.

Primeiramente, gostaria de colocar as principais atribuições da Anvisa, de acordo com a legislação vigente.

A Anvisa é altamente produtiva na regulação de agrotóxicos, juntamente com os demais órgãos responsáveis, competentes, do Ministério da Agricultura e do Ministério do Meio Ambiente, por meio do Ibama. Então, nós temos trabalhado para a avaliação toxicológica, com o objetivo de registro de produtos agrotóxicos e também para o pós-registro desses produtos, ou seja, pós-encargo.

Para o registro, a Anvisa vem trabalhando na avaliação toxicológica e na classificação desses produtos.

A Anvisa é o ente responsável, também, pelo estabelecimento do limite máximo de resíduos de agrotóxicos nos alimentos e também pelo intervalo de segurança de colheita, do tempo de colheita desses produtos, e por todas as modalidades de aplicação ou de uso.

A Anvisa também estabelece as monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, que são documentos que trazem as características efetivas de cada substancia – estão disponíveis no Portal da Anvisa para consulta de toda a sociedade –, e a Anvisa também trabalha ativamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

no desenvolvimento de normas e regulamentos técnicos, todos voltados aí para a proteção da saúde, que é a grande missão desse órgão.

A Anvisa também trabalha na avaliação de alterações de pedidos de pós-registro, alterações de uso de produtos, e é bastante ativa nas reavaliações toxicológicas e também no monitoramento de resíduos de agrotóxicos nos alimentos por meio do Para. Eu vou falar um pouco mais sobre isso na frente.

Trago aí o histórico de manifestações da Anvisa.

A Anvisa já se manifestou por meio dessas últimas notas técnicas, por meio de três notas técnicas, desde 2018. A última manifestação é deste ano, de fevereiro de 2022, mas ela já trata desse texto do substitutivo, e todas essas manifestações foram contrárias, porque, na visão da Anvisa, o projeto em si elimina, anula ou condiciona outros órgãos a essa atuação, no que concerne à saúde, dentro desse processo regulatório de agrotóxicos.

Aí eu vou trazer, então, alguns pontos principais que a Anvisa destaca na sua visão, que podem prejudicar a atuação do órgão e também a proteção à saúde da população.

O primeiro ponto é a exclusão da Anvisa como coordenadora do processo de reavaliação, o processo de reanálise de agrotóxicos. O projeto traz, também, até uma mudança da semântica, de reavaliação para reanálise, quando traz que fica estabelecido como órgão da agricultura o órgão responsável por coordenar a reavaliação de agrotóxicos e que a Anvisa, o órgão da saúde, poderia ser consultado dentro desse processo.

Pela legislação vigente hoje, pela lei, pelo Decreto nº 4.074, que regulamenta a lei vigente, os órgãos têm um papel unânime entre eles. Cada um atua dentro da sua competência, saúde e meio ambiente e as questões de... Então, a Anvisa entende que cabe ao órgão da saúde a coordenação da reavaliação toxicológica. A Anvisa já detém esse processo muito bem estabelecido, já vem fazendo a reavaliação há vários anos.

O registro de agrotóxico não tem prazo de validade, não tem possibilidade de renovação. Então, a reavaliação é esse instrumento de revisão quando se verificam esses potenciais riscos à saúde, aqueles que não foram identificados no momento de registro, na concessão do registro.

Evidentemente que a ciência está em constante evolução. Então, isso é algo que realmente acontece com produtos, de serem identificados, lá na frente, riscos que não foram verificados no momento do registro. Então, a reavaliação ocorre quando existem essas alterações ou quando há alertas internacionais.

A Anvisa vem atuando já há vários anos e vale destacar aqui que, desde 2009, a Anvisa já reavaliou 17 substâncias, 17 ingredientes ativos. Destes, dez foram proibidos, seis foram mantidos com restrições e um foi mantido sem alterações, todos com uma avaliação bastante robusta, pautada em critérios científicos que permitiram aí uma maior proteção à saúde.

Então, nesse ponto, reforço que é bastante relevante que a Anvisa seja mantida como órgão coordenador dos processos de reavaliação toxicológica, com vistas a ter autonomia sobre esses processos e poder, de fato, fazer toda a sua avaliação técnico-científica e ter poder decisório sobre esses processos, até porque a própria Anvisa também tem a sua lei de criação e essa autonomia está na lei, na lei de criação da Anvisa, na qual tem o papel também de ser o órgão que fiscaliza e que traz os regramentos sobre a questão de resíduos de agrotóxicos em alimentos.

Outro ponto relevante em relação ao projeto de lei é a exclusão da Anvisa do processo de divulgação dos resultados do monitoramento de resíduos de agrotóxicos em alimentos. Então, o projeto de lei traz essa competência de monitorar conjuntamente tanto para o órgão da saúde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quanto para o órgão da agricultura, como já vem sendo feito atualmente, mas o projeto traz uma responsabilidade, atribui a responsabilidade de divulgação dos dados somente ao órgão da agricultura. E esse ponto fere a autonomia da agência, até porque a Anvisa já detém programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos desde 2001. É um programa que vem sendo realizado em conjunto com as vigilâncias dos estados, dos municípios e do país, com esse objetivo de monitorar os resíduos, com vistas a mitigar as situações de riscos à saúde, e esse programa detém toda uma base científica para a sua condução, não só para os desenhos estatísticos da amostragem, mas também até para a questão da comunicação desses riscos, algo em que a Anvisa evoluiu bastante, principalmente nesses últimos anos. E faço um destaque aqui ao trabalho que vem sendo conduzido, em aproximação com o Ministério da Agricultura, de comunicação desses dados.

Aqui só trago um exemplo de comunicação dessas informações. Então, a Anvisa diferencia bastante o que é resíduo acima do limite máximo de resíduos, em que se parte de um parâmetro agronômico, e o que é, de fato, a situação de risco ao consumidor brasileiro, que é algo bem diferente. Então, a Anvisa tem trabalhado bastante, inovado e aprimorado a comunicação dos riscos, e esse projeto acaba por interferir nessa autonomia de comunicação desses dados.

Outro ponto de relevância que eu trago também, levantado pela Anvisa, é a exclusão – nós entendemos dessa forma – do processo de análise de propostas de edição e alteração de atos normativos. Isso porque, na proposta, o art. 5° traz a competência ao órgão federal do setor da agricultura de analisar as propostas de edição, de alteração de atos normativos sobre matérias tratadas nessa lei e também de promover ajustes e adequações necessários. Então, se for aprovado dessa forma, entendemos que a Anvisa perde essa competência legal para atuar nas análises de propostas normativas, podendo ser excluída da participação das consultas legislativas, das consultas da Casa Civil e ministeriais que venham a tratar de toxicologia e dos temas de saúde em relação aos agrotóxicos.

Outro ponto, a questão dos prazos, que já foi colocada também pelo Dr. Marcos Orellana.

É muito importante que os prazos sejam adequados para assegurar uma avaliação adequada, uma avaliação robusta desses pleitos de registro.

A Anvisa, em conjunto com os demais órgãos, com a agricultura e o meio ambiente, já trabalhou no estabelecimento, na inovação dos prazos. Foi uma discussão mediada pela Casa Civil, inclusive, o que resultou na alteração do Decreto 4.074, por meio da publicação do Decreto 10.803, de 2021. Então, já houve uma proposta ainda mais inovadora do que essa e mais adequada à realidade dos órgãos.

E vale destacar que a questão da redução dos prazos deve caminhar também com o fortalecimento das instituições. Se não há um fortalecimento das instituições, fatalmente se torna difícil cumprir os prazos de análise.

E, aí, justamente o que trata a proposta do não cumprimento desses prazos é a criação de um registro temporário e a autorização temporária, o que pode resultar na liberação do uso de agrotóxicos sem a avaliação toxicológica adequada e sem a avaliação dos riscos para a saúde humana.

A construção do projeto de lei é bastante pautada na análise dos riscos, mas essa análise dos riscos acaba ficando prejudicada com esse ponto da criação dos registros temporários, isso porque possibilita uma aprovação de produtos que foram autorizados pelos países membros da OCDE sem a devida avaliação dos riscos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu trago aqui, só para ilustrar para todos os presentes, a diferença, porque muito se fala do perigo e risco, mas nem todos muitas vezes conseguem compreender.

A grande diferença é que o perigo é um potencial de se causar um dano à saúde. Aqui a figura ilustra muito bem: é um tubarão no mar. A pessoa está vendo esse tubarão, mas não entra porque sabe que existe uma situação de perigo.

E quando o risco acontece? Quando a pessoa está exposta a esse perigo. Então, quando a pessoa entra no mar e está ali, na presença desse tubarão, então ela está ali numa situação de risco. Ou seja, há probabilidade de esse período causar um dano à saúde.

O processo de análise de risco tem três grandes pilares, que são a avaliação do risco, o gerenciamento do risco e a comunicação do risco, e o próprio projeto de lei traz isso, traz todas essas definições.

E eu faço um destaque aqui para a avaliação do risco, que é justamente a base científica para o gerenciamento, ou seja, para a tomada de decisão, além da comunicação do risco, que deve envolver todos os entes, entre a avaliação, a parte científica e a base política e também para todos os agentes externos.

Mas a base científica, o que ela nos diz para avaliar os riscos?

A avaliação do risco é composta por quatro etapas e ela deve englobar essa equação entre o perigo e a exposição. Essas duas questões são pesadas para avaliação do risco.

E, quando a gente fala do perigo, a gente tem a identificação do perigo e a avaliação da dose-resposta, que é justamente vinculada às características intrínsecas dessa substância, ou seja, do ingrediente ativo do agrotóxico. E nós temos a exposição, em que já podemos verificar a questão de como esse produto é aprovado e de como ele afeta a população. Estou falando aqui de avaliação de risco à saúde, então, como essa exposição pode afetar a saúde das pessoas? E, dentro da avaliação do risco, eu confronto os perigos dessa exposição, realizo essa caracterização e posso aferir se a exposição é segura ou não.

Onde eu quero chegar? Quando eu faço essa avaliação da exposição, eu utilizo dados que são atinentes à característica da população brasileira. Então, quando eu falo de avaliação dos riscos aos consumidores brasileiros, eu preciso levar em conta os dados de consumo da população, ou seja, o quanto que a população come.

Esses dados são nacionais e vêm da pesquisa de orçamentos familiares do IBGE. A Anvisa já realiza esse cálculo há bastante tempo, de avaliação da exposição, de avaliação do risco dietético, e, a partir do momento que eu autorizo um registro temporário, essa avaliação não é realizada, ou seja, não há avaliação do que a população brasileira consome. E os padrões de consumo são diferentes de um país para o outro.

Aqui eu trago, só para ilustrar, a questão da avaliação da exposição aguda, que é aquela exposição em uma ou duas refeições: o que uma exposição de agrotóxicos nesse parâmetro pode causar? Então, eu preciso de dados de consumo daqueles consumidores mais extremos, ou seja, aqueles que resolvem comer, por exemplo, uma bandeja inteira de morango, ou uma grande parte de melancia. O que isso pode causar se um alimento desses estiver com resíduos de pesticida?

Outro tipo de avaliação é a avaliação da exposição crônica, ou seja, aquela ao longo de toda a vida da pessoa. Então, o que isso pode me causar? Para fazer esse tipo de avaliação, eu preciso dos dados de consumo da população, dos dados de consumo médio, que também vêm da pesquisa de orçamentos familiares do IBGE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a partir do momento que eu faço uma autorização temporária, somente baseada na autorização em outros países, eu não estou avaliando de fato o consumo da população brasileira. Então eu posso, sim, estar colocando a população brasileira numa situação de risco.

Passando mais ao fim. Outro ponto é a possibilidade de exclusão do poder de veto da Anvisa a um registro de agrotóxico. É algo que fica um pouco complexo de entender, quando a gente faz essa análise, porque o art. 5º traz que compete ao órgão federal da agricultura, analisar e, quando couber, homologar os pareceres técnicos apresentados nos pleitos de registro dos produtos técnicos, equipamentos, etc., conforme as análises de risco à saúde e ao meio ambiente.

Então, o órgão da agricultura pode analisar e, quando couber, homologar. E o que implica esse quando couber? Será que existe uma possibilidade de não homologar os pareceres técnicos da Anvisa? Porque atualmente os órgãos possuem igual poder de decisão no registro de agrotóxicos, mas com esse dispositivo será que ainda haverá possibilidade? Porque se condiciona a homologação dos pareceres toxicológicos às análises de risco à saúde, mas, quando a gente olha as competências do órgão da saúde, a análise de risco à saúde não está listada como uma competência de fato atribuída ao anúncio da saúde; ela é voltada para o setor produzir a sua avaliação de risco.

Então, esse dispositivo traz incerteza sobre a real possibilidade da Anvisa ao registro de agrotóxicos, caso assim seja aprovado.

Bom, era isso que eu tinha para perguntar.

Agradeço mais uma vez a oportunidade e me coloco à disposição para demais esclarecimentos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Nós é que agradecemos a V. Sa., Dra. Adriana Torres de Sousa, pela sua explanação, representando aqui a Anvisa.

Eu registro a presença do nosso sempre Senador Valdir Raupp junto conosco nesta audiência pública.

Muito obrigado pela presença.

Participando nesta audiência tão importante também o nosso Deputado Nishimori, que acompanha a nossa audiência, não só essa, mas as outras todas também, onde participou ativamente, dando a sua parcela de contribuição importante para o debate dessa matéria.

Passo a palavra agora, ao Dr. Carlos Goulart, Diretor do Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

V. Sa. tem 20 minutos. Se precisar de um tempo maior, assim como os outros, será concedido com certeza.

Muito obrigado pela sua presença.

O SR. CARLOS GOULART (Para expor.) – Bom dia a todos! Bom dia, Senador! Obrigado por estar convidado para participar aqui, uma matéria em que – eu comentava com o senhor –, não só no Brasil, mas no mundo inteiro e no Brasil também, não existe meio-termo: ou as pessoas amam ou as pessoas tendem a odiar esse assunto. E isso é ruim para o debate, porque quando você coloca amor e não coloca ciência no processo, você se priva de tomar as melhores decisões para esses assuntos.

Falo isso porque se discute muito o relacionamento do brasileiro com a agricultura, como ele enxerga a produção agrícola no Brasil – o Brasil, que lidera com os Estados Unidos e com a China a produção mundial de alimentos –, e seria absolutamente inocente acreditar que um país

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em desenvolvimento, o único da América, do Hemisfério Sul, pudesse disputar a produção global de alimentos com as duas maiores potências econômicas desse mundo se não fosse por competência. Não é porque Deus é brasileiro, não é porque chove no lugar certo. É porque nós acertamos extraordinariamente mais do que erramos. Nenhuma atividade é perfeita, mas a gente não atinge esse nível de eficiência sem adotar tecnologia, sem adotar ciência e sem acertar. Então, para quem é engenheiro agrônomo, para quem é servidor de carreira do Ministério da Agricultura e olha esse relacionamento que a sociedade brasileira, especialmente urbana, tem com o seu produtor rural, que não só é uma potência agrícola como é a base de sustentação econômica deste país, percebe que a gente ainda precisa dialogar muito mais entre campo e cidade para entender o papel do campo na produção agrícola e para a gente se tornar uma nação desenvolvida. Nenhuma nação hoje desenvolvida nasceu industrializada; todas saíram do campo. Então, isso é uma questão que nos preocupa nesse relacionamento.

E, dentro desse relacionamento, provavelmente o item sobre o qual mais tem debate de visões de mundo e de como o homem deveria se relacionar com a agricultura – numa semana depois de a ONU dizer que nós somos 8 bilhões de pessoas e que o crescimento humano não para de acontecer insustentavelmente há mais de 122 anos – é entendermos como é possível produzir alimentos de forma segura, com segurança alimentar e segurança do alimento, entender esse processo.

Agrotóxico... E aí me permitam, mas só posso falar agrotóxico, porque quem me conhece sabe que só falo agrotóxico, porque é o termo da lei e só o Brasil utiliza esse termo no mundo. É importante lembrar que o agrotóxico, no Brasil, quando a gente compara as discussões do que é agrotóxico no Brasil e no resto do mundo, tem um tipo de legislação que não tem simetria ao redor do mundo. Cada país entende de uma maneira o que é o conjunto de situações que é considerado agrotóxico e a abordagem. Notadamente, diferenciamo-nos da União Europeia, mas somos comparados a ela, que usa precaução e perigo, com decisão política – porque a decisão é do Parlamento europeu, como seria se a decisão fosse do Congresso brasileiro – sobre aprovação ou não de molécula. Já o lado brasileiro quer focar, como outras nações muito relevantes em agricultura, em avaliação de risco, ciência e decisões técnicas no âmbito técnico.

Então, é bom lembrar que a lei é de 1989 – tem 33 anos –, e as inovações tecnológicas que hoje existem já não cabem mais, já não estão cabendo mais na legislação atual. As leis foram construídas, especialmente as de fertilizantes e de agrotóxico, na década de 80, e não refletem mais o cenário de inovações, principalmente de bioinsumos, em que eu vou tocar à frente e em que o Brasil lidera na adoção mundial. Nós crescemos o dobro da média mundial na adoção de bioinsumos. As legislações já não conseguem mais atender adequadamente o controle que se pede para esses produtos.

Quanto ao projeto de lei específico, eu tenho que discordar da fala inicial do Marcos Orellana, que diz que faltou debate. São 23 anos em discussão e uma quantidade inacreditável de debate. Se tem uma coisa que não faltou nesse projeto de lei foi debate. Pode não ter consenso, pode não ter acordo, pode não ter convergência, mas debate para esse projeto de lei não faltou neste Brasil. É um projeto de lei que visa, se vocês forem olhar e comparar a legislação atual com a que se propõe, trazer mais governança para o processo de registro.

Dois pontos, notadamente, eu trago para a questão: a avaliação de risco, que, como a Adriana, a colega da Anvisa, já falou, já é executada pela Anvisa. A Anvisa já faz avaliação de risco para sanitizante domissanitário. Então, se uma empresa quer registrar um produto que é para uso agrícola e para sanitizante ou domissanitário, significa que, para o produto que você vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

usar na sua casa, que você vai comprar no supermercado, ela já faz a avaliação de risco. Então, se a Anvisa pode fazer a avaliação de risco de um produto que você compra no supermercado, por que ela não pode fazer a avaliação de risco para saúde para um produto de uso agrícola? Não tem sentido. Não tem mérito procedimental nesse processo dizer que para um pode e para outro não. Então, o que a gente gostaria de fazer é a avaliação de risco para todas as atividades.

Outro processo importante é a governança.

Hoje, como o senhor bem lembrou, um registrante que quer ofertar um produto para o Brasil tem que protocolar o dossiê de dados nas três casas: Anvisa, Mapa e Ibama. Um dossiê para cada casa respectiva para ser analisado. No projeto, quando for para uso não agrícola, é no Meio Ambiente; não agrícola, o Ibama que cuida; domissanitário e sanitizante, Anvisa; e uso agrícola, Mapa. Isso não é alterado no projeto de lei. Então, hoje, ele entra com um protocolo nas três casas com diferença máxima de cinco dias úteis entre as três casas. O que acontece? Ele entra em ordem cronológica – isso está no acórdão do TCU, e foi bom lembrar: a CGU (Controladoria-Geral da União) fez uma auditoria sobre o sistema de registro; em seguida à Controladoria-Geral da União, o Tribunal de Contas da União fez outra auditoria sobre o sistema de registro, e não encontraram não conformidades ou ilegalidades no sistema de registro. Eles encontraram ineficiência administrativa. E buscar eficiência administrativa é gastar menos dinheiro público para fazer a mesma coisa ou melhor. Isso não é dever, mas obrigação do serviço público. Nós somos pagos pelo dinheiro público, a gente tem obrigação de controlar cada vez melhor e com cada vez menos recursos públicos.

O que acontece quando entra nas três casas? Está no acórdão do TCU. Elas acabam subdivididas em filas adicionais. Uma das ordens do Tribunal de Contas é que Mapa, Anvisa e Ibama tenham o mesmo número de filas. Uma fila única se subdivide em 15, entre 15 e 17 filas, entre Mapa, Anvisa e Ibama.

Qual é o impacto disso na vida real? O Ministério da Agricultura, a Secretaria de Defesa Agropecuária, departamento do qual sou diretor desde 2019, é a responsável, entre os três, das políticas públicas para sanidade vegetal. Então, quando vocês pensarem em emergência de gafanhotos, em problema da monilíase entrando lá no Amazonas, que a gente teve esta semana, em mosca da carambola no Acre, lá em Roraima e no Amapá, que a gente tem que controlar, em cigarrinha e enfezamento do milho derrubando a produção de milho no Brasil, compete à Secretaria de Defesa e ao departamento identificar as maneiras de ofertar soluções de manejo para os produtores.

É impossível, vamos pensar, é impossível que uma política pública, que é dinâmica, de controlar problemas da agricultura de pragas consiga ser solucionada com registros em ordem cronológica, com filas diferentes entre os três órgãos. Não dá!

Pragmaticamente, chegamos em situações em que nós precisamos de uma oferta de, por exemplo, inseticidas para determinada praga e o que a gente tem que registrar é herbicida, é fungicida. E o campo está pedindo: "Mas eu não preciso de herbicida ou de fungicida agora; eu preciso de inseticida para aquela praga". Então, hoje o sistema de registro não dá autonomia para que o órgão responsável pela política pública de controles de pragas oferte as soluções a tempo e em tempo para o produtor. A Adriana sabe disso.

Eu sou servidor há 15 anos, e o Ministério da Agricultura, nem nas gestões anteriores, nem na atual, nem nunca defendeu que a Anvisa e o Ibama sejam retirados do processo de análise de risco de saúde de meio ambiente. Continua sendo um sistema que só o Brasil tem: três casas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

independentes entre si, com autonomia, cada uma faz a sua análise, tem o poder de veto, como é assim desde sempre, para registrar os produtos, e vai continuar sendo.

Então, o que o Ministério da Agricultura enxerga com bons olhos nesse projeto de lei é ter a coordenação de que a ordem faz diferença. A ordem de análise para concessão de registro faz diferença para quem é responsável por fazer políticas públicas de sanidade vegetal. Isso serve para avaliação e para reavaliação.

A Anvisa... A Adriana comentou sobre a questão da perda do empoderamento da Anvisa na questão de reavaliações. É bom citar aqui, a Anvisa, Mapa e Ibama já tentaram discutir, sem sucesso, criar uma comissão de reavaliação. Qual o objetivo disso? Dar ordem para o processo: ordem e planejamento. Por que isso? Porque a primeira emergência fitossanitária declarada pelo Ministério da Agricultura foi porque o Governo brasileiro decidiu banir, na época, o produto para a broca-do-café. A primeira emergência fitossanitária que aconteceu, que a gente teve que declarar, porque não adianta você retirar produto da prateleira, por maior que seja o risco dele, e imaginar que as pragas vão parar de atacar. Então, você tem que entender esse processo e o mundo caminha para isso.

Então, o que a gente deseja é ordem e organização. Vamos retirar o que o Marcos Orellana falou, como vocês entenderam, de agrotóxicos altamente perigosos que não têm uma sigla em português, o HHP (*Highly Hazardous Pesticides*). Eles estão em descontinuidade no mundo! Quem acompanha o protocolo de Estocolmo, como a gente acompanhou e acompanha, eles estão em descontinuidade no mundo. E no Brasil não é diferente.

E nós, do Ministério da Agricultura, não nos opomos jamais à descontinuidade de produtos. De 2002 a 2022, 79 moléculas foram retiradas do Brasil e 70 entraram no lugar. Isso é público, 79 foram retiradas e 70 entraram no lugar. O que a gente pede é que as moléculas novas, o que pela lei atual e pela lei proposta não muda, devem obrigatoriamente sempre ser iguais ou menos tóxicas que as atuais.

Então, essa possibilidade de registrar coisas que são muito mais perigosas não tem nem embasamento na lei atual nem na proposta de texto continuada. O Brasil continua com a ordem de que não se registram produtos que são mais tóxicos do que aqueles que já são registrados para o mesmo uso. Isso é uma das políticas que a gente tem e na qual não se mexe. Então, assim, essa questão de você ter um risco maior de exposição não encontra veracidade nos fatos dos registros.

É bom lembrar que, aí eu comento sobre essa questão dos HHPs, porque eu participei presencialmente da Convenção de Estocolmo este ano. Você não pode culpar os países pobres pela sua pobreza.

Na Convenção de Estocolmo, anexo A, para quem quiser olhar, até hoje, em 2022, a África Subsaariana tem que lançar mão do uso de DDT para controlar vetor de malária. E lá estava a Europa pedindo para banir o DDT! A Europa, onde não tem malária, onde estão todas as empresas de fármacos! E nenhum país rico tenta desenvolver vacina ou controle para malária, mas estava lá pedindo para os países pobres pararem de usar DDT, que já é banido do Brasil há muito tempo, para controlarem vetor da malária.

E, na África Subsaariana, não existe produção de DDT. Com essa ideia de você proibir para os outros aquilo que você não faz para você, você vai causar impactos na saúde humana inaceitáveis, que não é o objetivo, em regiões do mundo que infelizmente ainda têm que lançar mão de produtos dos quais eles não gostariam de lançar, porque ninguém produz soluções menos tóxicas para eles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro fator importante, e isso a gente deve mencionar, é a questão que a Adriana comentou da comunicação. Eu entendo a preocupação daquela questão da comunicação, que às vezes é muito debatida, das comunicações de resultados de monitoramento.

Notem que o projeto de lei não retira a atribuição da Anvisa de fazer o monitoramento. Traz de novo governança porque existe muitas vezes um sombreamento entre o programa de monitoramento de resíduos do Mapa com o programa de monitoramento de resíduos da Anvisa. O que a gente quer é governança e gestão.

É bom lembrar ainda, sobre governança, sobre comissão de reavaliação, que a iniciativa partiu nesses últimos anos, por conta da reavaliação dos neonicotinoides, pela iniciativa do Ibama de propor uma comissão de reavaliação.

Uma coisa é você avaliar registro, você avaliar o perigo ou o risco que oferta aquele produto para o sistema; outra coisa é fazer uma reavaliação. É muito mais difícil fazer reavaliação do que avaliação. Não é meramente identificar o risco e retirar, porque, como o produto está em jogo e está sendo utilizado, ele está substituindo algo, que pode ser pior ou melhor. Mas você tem que avaliar: se eu retirar esse produto, existe substituto? Se eu retirar esse produto e não tiver substituto, o que às vezes acontece, o que acontece? O mercado não espera, e, infelizmente, você vê natural tendência do contrabando aumentando. E nunca houve combate ao contrabando, como nos últimos quatro anos, inclusive com a nossa participação do Ministério da Agricultura. Dados do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, nós nunca tivemos tanta força de combate a contrabando como tivemos nos últimos quatro anos.

Então, dados que mostram que o Ministério da Agricultura sempre, e principalmente na minha administração, trabalhou muito alinhado com Anvisa e Ibama para proteger a saúde da população, proteger a autonomia deles de tomar decisão, mas o que a gente pede é governança para o processo.

Este ano, em fevereiro ou março, nós publicamos o registro de um ingrediente ativo novo. Ele foi protocolado em 2010. Isso significa que para ele ser protocolado em 2010, no Brasil, ele teve que ser desenvolvido muito tempo antes. A gente está falando de uma molécula que uma indústria pensou em lançar no Brasil como inovação no final da década de 90, início dos anos 2000, protocolou em 2010, chegou ao mercado brasileiro em 2022. Não é possível continuar aperfeiçoando a agricultura brasileira com produtos menos tóxicos e mais modernos nessa velocidade de reação.

A União Europeia leva quatro anos para produzir ingredientes ativos novos, em média. Então os países que são potências, desenvolvidos trabalham entre três a cinco anos, dependendo do processo. Nós levamos de oito a doze. Está melhorando, é fato que está melhorando, e a gente ainda tem muito o que melhorar.

É fato também, Senador, isso eu tenho que colocar em... A gente tem que fazer esse apelo. Não adianta modernizar a lei se não der estrutura para os servidores. Estrutura mesmo. Faltam servidores públicos mesmo. O Mapa, desde 2014, está sem contratação de auditores agrônomos. Faz diferença. Químicos. Nós precisamos severamente de auditores químicos para recompor o quadro. Das três casas, a que mais sofre com os tempos de análise, e todo o sistema sabe, é a Anvisa. A Anvisa notadamente tem uma carência muito forte na GGTOX, na Terceira Diretoria Colegiada. Faltam servidores mesmo. O nosso alento é que o Ibama conseguiu contratar servidores e teve um aditivo de servidores para essa área.

Então só a lei não vai resolver, mas ela é fundamental para aperfeiçoar o marco regulatório dessa atividade, que é muito dinâmica. Então, para entender o que é que está acontecendo na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade: a lei precisa ser modernizada. São 33 anos. Lei boa é aquela que dá o mesmo controle, com o mesmo nível de eficiência, para as atividades que vão se modernizando.

Precisa ter a estruturação dos quadros públicos. E precisa ter forte modernização dos sistemas informatizados. Nós estamos trabalhando na construção, com o Pnud, no Sistema Informatizado de Agrotóxicos (SIA). Hoje, para registrar um produto, Mapa, Anvisa e Ibama utilizam nove sistemas informatizados diferentes. Se o senhor perguntar para o órgão registrante como é que está a análise ou o andamento de um processo na Anvisa ou no Ibama, eu não sei dizer, e vice-versa. Entre nós, nós não sabemos o que acontece um na casa do outro. Para acompanhar o processo, para ver a fluidez, para ver como é que está funcionando, para ver a governança, a gente não tem essa informação.

Então é sistema informatizado, lei e estruturação. Os três eixos precisam ser corrigidos, e o Congresso está fazendo isso com a lei.

Então essas são as questões que a gente traz para debate. Eu não quero me estender muito, porque quero permitir que as pessoas possam se manifestar, perguntar e fazer outras questões, mas é isto. A gente precisa ter avaliação de risco e estruturação da atividade, para que a gente possa ter um controle mais rico de rigor.

Lembrando, Senador – e aí esta é minha última fala –, meu maior dissabor desse projeto de lei é que não há ninguém que conteste a qualidade e a competência técnica do rigor de análise de Mapa, Anvisa e Ibama, e a gente continua insistindo que mais registro é mais uso. Ninguém toma mais remédio para dor de cabeça porque tem mais remédio para vender na farmácia, mais marca para vender na farmácia. E ninguém deixa de ter dor de cabeça porque não tem remédio na farmácia. Vincular registro, concessão de registro com uso é um erro muito grave de nexo causal.

Eu falo isso por experiência, porque eu sou alérgico à penicilina, eu não tomo antibiótico irrestritamente, porque eu não posso me dar a esse luxo. Eu tomo somente aquilo que eu posso, quando eu posso, sempre rotacionando os produtos. É exatamente isso que um agricultor faz no seu campo. Então esse é outro ponto, porque a gente debate muito com a imprensa que mais registro é mais uso. Isso não tem vinculação, nexo causal nenhum, nem aqui, nem em nenhum lugar do mundo.

Era isso que eu queria me colocar à disposição para falar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Carlos Goulart, pela sua fala.

Pede, pela ordem, o Deputado Nishimori. V. Exa. tem a palavra. Muito obrigado pela presença.

Também saúdo o sempre Deputado Edinho Bez, que participa junto conosco desta audiência pública.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSD - PR. Para expor.) – Muito obrigado, Senador Acir.

Quero cumprimentar os Senadores e Deputados Federais mais as senhoras e os senhores que participam desta audiência pública, que é muito importante não só para a agricultura brasileira, mas para o consumidor final, pois ela realmente alimenta o mundo.

Quero aqui, Senador, rapidamente, explicar, como Relator que fui desse PL 6.299 – no caso, seria o PL 1.459 aqui no Senado.

O projeto é de 1989, ou seja, é de quase 40 anos atrás. Nós temos de atualizar e modernizar cientificamente este PL, o que nós fizemos. Eu tenho certeza de que, com a aprovação deste PL 1.459, a nossa agricultura brasileira irá ganhar muito no avanço da nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produção agrícola, e, ao mesmo tempo, isso irá beneficiar os consumidores finais, que terão um alimento mais seguro. Por isso mesmo, nós colocamos este projeto, na Câmara, onde nós o aprovamos, como a lei do alimento mais seguro. Tivemos mais de dois anos e meio de audiências públicas, formamos uma Comissão Especial. Foram muito bem debatidos todos os assuntos que envolvem este PL, que é muito importante.

O que não faltou foi a questão de se falar da avaliação de risco, que é muito importante; da governança, como o Dr. Carlos, do Mapa, explicou muito bem. Todos os órgãos, como a Anvisa – e eu tenho muito respeito pelo trabalho da Anvisa, que faz uma análise do efeito toxicológico –, mesmo o Ibama, que cuida do risco ambiental, e o Mapa, que, senhores, faz a questão de efeito agronômico e de outros... Eu acho que é perfeito, não muda nada. Continuam a mesma coisa, com a mesma função.

O que foi mudado um pouquinho? Para começar, agrotóxico, eu acho que não, pois é o único do mundo que chama de agrotóxico; nós colocamos a denominação como pesticidas, para acompanhar mais a questão internacional, eu acho que todos os países falam de pesticidas.

Como eu disse, foi muito debatido. É lógico que, aqui no Senado, também será debatido. É muito bom este debate, com esses discursos, para termos o alimento mais seguro possível.

Quando nós assumimos a Comissão, nós fizemos uma análise. Nós fomos ver a questão da Anvisa, da aprovação. Eram 2 mil produtos em fila, Senador Acir. É impossível! Eram 2 mil, com demora de 3 a 8 anos, não tem como continuar, enquanto em outros países são 6 meses, no máximo 1 ano. Então, foi debatida essa questão.

É lógico que registro temporário é importante, mas, analisando toda essa fila, 95% dos produtos que nós encontramos eram produtos genéricos, ou seja, aqueles produtos que já se usam há mais de 30 anos. É lógico que tem que se fazer a análise. Nós não queremos que a Anvisa aprove nenhum produto que tenha risco ambiental ou humano, de jeito nenhum. Queremos que ela aprove coisas concretas para nós. E, sobre a questão outra de 5%, de moléculas novas, nós estamos precisando. A agricultura brasileira precisa disso, porque surgem novas pragas, fungos, mesmo ervas aí cada vez mais diferentes. Nós temos que ter uma solução de ter um produto mais eficiente, de mais qualidade e menos tóxico. Muito importante isso. Todos os produtos que estão sendo feitos, modernos, são menos tóxicos, com menos aplicações.

Avaliamos tudo isto a mais: a questão aí de governança, avaliação de risco e outras. E nós aprovamos com quase, eu posso dizer... Não vou dizer unanimidade, mas tivemos mais de trezentos e tantos votos aí. Foi muito bem votado. Pessoas que não concordavam, já no final, estavam concordando com o nosso relato.

Eu diria que é muito importante este debate e eu tenho certeza de que, aprovando este projeto aqui no Senado, como todos sabem que o Brasil é líder de exportação de alimentos ao mundo, o nosso Brasil será líder de segurança alimentar do mundo. Isso é o que nós queremos.

Quero agradecer ao Senador Acir, que está fazendo um bom trabalho. Muito obrigado.

Eu pedi a palavra, porque não poderia deixar de registrar a nossa voz, da Câmara, em que nós aprovamos muito bem, e eu gostaria também que se aprovasse aqui no Senado.

Um grande abraço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito obrigado, Deputado Nishimori.

Eu pergunto se a Dra. Adriana Torres gostaria de fazer as suas considerações, se teria mais alguma coisa a abordar. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Marcos Orellana já não está mais presente. Ele avisou, com antecedência, que ficaria somente na abertura, que ele teria compromisso.

Dra. Adriana, V. Sa. tem a palavra se assim o desejar ou, senão, para as considerações finais.

A SRA. ADRIANA TORRES DE SOUSA POTTIER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Faço apenas algumas considerações finais.

A Anvisa entende a necessidade, realmente, de inovação da legislação, com vistas a tornar o país mais eficiente em termos de produção. O próprio sistema de registro carece, de fato, de melhorias, que foram muito bem pontuadas pelo colega do Ministério da Agricultura, o Dr. Carlos Goulart. E, de fato, pontuo a questão da necessidade de fortalecimento das instituições. Isso não pode ser perdido de vista nesta discussão tão relevante que estamos realizando em torno deste projeto de lei.

Reforço a necessidade de autonomia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Em nenhum momento, a Anvisa quer abrir mão dessa autonomia. Isso, claro, deve caminhar com a organização de todo o processo, com a governança – também somos a favor disso, sim –, mas entendemos que nem a Anvisa nem o órgão do meio ambiente podem perder a sua autonomia já conquistada por essa legislação vigente. O que, realmente, se demanda aí é a questão da melhoria em termos de governança, de diálogo entre os órgãos. Isso vem acontecendo já há um bom tempo, vem melhorando com o processo, e a Anvisa vem trabalhando nisso também para o fortalecimento desse diálogo e dessas inovações tão necessárias para a nossa produção.

Muito obrigada.

Agradeço mais uma vez, em nome da agência.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito obrigado, Dra. Adriana Torres.

Passo a palavra ao Dr. Carlos Goulart para também fazer as suas considerações finais, antes de a gente encerrar a nossa audiência pública.

Mais uma vez, agradeço a presença do Dr. Marcos Orellana, da Dra. Adriana Torres de Sousa e também do Dr. Carlos Goulart.

V. Sa. tem a palavra.

O SR. CARLOS GOULART (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Do ponto de vista do Ministério da Agricultura, o que nós esperamos é que o Congresso trabalhe para produzir leis mais adequadas para o controle desses produtos, que é o caso concreto, e que a gente possa desenvolver, embora não seja objeto da lei, um relacionamento melhor com a sociedade, para entender que o foco é, de novo, o uso. O desafio é o uso correto, não é o registro. E a sociedade pode ter tranquilidade no trabalho que a Anvisa faz, que o Ibama faz e que o Mapa faz na análise dos registros. E, de novo, a nossa meta é, cada vez mais, aperfeiçoar o controle do uso do produto, para se ter o uso correto, o uso eficiente para, daí, você evitar exposições indevidas à saúde humana e ao meio ambiente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Carlos.

Passo a palavra, agora, à Senadora Zenaide Maia, que pede a palavra pela ordem.

V. Exa. tem a palavra, Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente; bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estava ouvindo. Não ouvi tudo, porque estava em trânsito, mas queria dizer o seguinte: ouvi colegas falarem que não vai mudar nada a lei, que não vai mudar, mas, se não vai mudar, por que estamos aqui discutindo uma nova lei?

Eu queria dizer aqui o seguinte. A Anvisa é o órgão responsável para ver os danos à saúde, com a responsabilidade pela saúde pública... Nós estamos falando aqui de saúde coletiva, senhores. Isso não está restrito só à nossa produção do agronegócio, de grãos. E a gente sabe que essa produção não está condicionada à quantidade de novos agrotóxicos. Agrotóxico, amigos ou vocês que estão me ouvindo, ou veneno, sim! A Organização Mundial da Saúde...

Quer dizer que, para a gente liberar um medicamento comum, precisamos da Anvisa, mas, para liberar agrotóxicos, que têm efeitos na saúde humana a curto, médio e longo prazos, nós vamos retirar a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e o órgão do meio ambiente?!

Há algo que eu queria dizer aqui a quem está me ouvindo, que me chamou atenção, pois me perguntaram: "Senadora, então, por que os países importam os nossos produtos mesmo com esse uso de agrotóxicos?". Eu acho que não tem ninguém impedindo.

São mais de 1,8 mil novos agrotóxicos – uns dizem que são os genéricos que já existiam – que foram liberados em menos de quatro anos. E a ciência prova, sim, que os agrotóxicos são teratogênicos, eles danificam o feto na barriga da mãe, eles são abortivos.

E não impedem... Eu vi que a gente vai ter uma produção agrícola e de grãos de mais de 300 milhões de toneladas de novos grãos com essa lei que a gente tem aqui.

Por favor, não vamos retirar o SUS, a área da saúde, a Anvisa desse controle, porque isso está ligado.

E por que os outros países importam? Porque é melhor para eles que pulverizem nossas terras, que chegam... Quando chove, esse veneno, esse agrotóxico ou esse fitossanitário, como os senhores chamam, chega às águas, e os peixes são contaminados. E eles, quando vão importar, fazem um controle de qualidade, exigem aquele mínimo, o teor mínimo; eles têm critérios para isso.

E, se a causa é a falta de profissionais na Anvisa, no órgão do meio ambiente, então, o remédio não é retirar esses órgãos. Vamos cobrar do Estado brasileiro mais profissionais, técnicos para a Anvisa para acelerar esses processos conforme se pode fazer e também para o órgão de meio ambiente, gente! Isso é uma questão de você não tratar a causa. A causa é falta de técnicos, falta de profissionais tanto na Anvisa como no órgão do meio ambiente, como os senhores deram esse diagnóstico. Aí o correto é retirar esses dois órgãos?! Porque retiram! Mesmo que a gente diga...

A gente sabe que o veneno tem um efeito imediato, quando o trabalhador entra em contato direto ou quem não trabalha, mas está na hora em que se pulveriza e entra em contato com os agrotóxicos; e tem efeito a médio e a longo prazo...

Falou-se aqui em DDT. Eu achei interessante aquela pesquisa, quando usaram... Foi o DDT justamente que chamou atenção, porque, com a fórmula do DDT, quando você pulverizava o fruto, cem anos depois, ainda tinha aquela fórmula.

E eu digo o seguinte: não é não resolvendo problema-chave, que justamente todos os senhores concordaram, que é em governança... Ninguém faz um bom serviço sem ter profissionais. Então, vamos ampliar os nossos bons técnicos da Anvisa, vamos aumentar o número de técnicos; vamos ampliar os recursos humanos para o órgão do meio ambiente, sim, porque isso é uma responsabilidade do Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu não estou dizendo aqui que o Ministério do da Agricultura vai fazer tudo errado, mas ele não tem o poder disso tudo. Tem que ter esse olhar diferenciado para a ciência! E não acredito que, tendo novos agrotóxicos menos tóxicos como foi falado aqui, a Anvisa vá ser uma barreira – ou o órgão do meio ambiente – para isso. É claro que não!

Este país é tão solidário e aberto para os agrotóxicos que até renúncias fiscais, incentivos fiscais se fazem neste país para importação de agrotóxicos ou de fitossanitários, como os senhores chamam.

É dano à saúde, sim, é dano imediato! As pessoas vão ser intoxicadas. É dano a curto, médio e longo prazo.

E, se dizem que a lei não vai mudar nada, por que estamos debatendo um projeto de lei sobre o qual se diz que não muda nada?

Essa é a minha opinião, não só como médica, porque a gente sabe: existem estudos para isso. Senão, não tinha controle.

Eu não acho que deva ser o Ministério da Agricultura o único senhor da decisão de se introduzirem na produção brasileira de alimentos os fitossanitários, os agrotóxicos ou os venenos. E não comparem com um antibiótico, como foi falado aí. Se o aprovado não quer dizer que vai ser usado, por que essa pressa em aprovar? A pergunta é essa, que não quer calar.

Eu sentiria estar me omitindo se não falasse sobre isso, Presidente.

Se estamos produzindo cada... O Brasil é um dos maiores produtores de grãos, como é alardeado aí, alimenta 1 bilhão de pessoas no mundo. Se, a cada dia, sobe mais... Eu vejo aí 300 bilhões de toneladas de grãos. Então, não é tirando, mudando uma lei, que dizem que é arcaica... A lei tem sempre, acima de tudo, que defender a vida. E não é aumentando o número de agrotóxicos, não tendo controle sobre o uso desses agrotóxicos que a gente está defendendo a vida. Por favor, não digam que é a defesa da vida! Aí seria ir longe demais, senhores! Defender a vida tirando a Anvisa?! Quem é responsável pela saúde coletiva deste país é o Sistema Único de Saúde. Então, quando se fala, não é o produtor que vai botar e deixar ali aquele produto que, coletivamente, pode fazer mal a milhões de brasileiros.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito obrigado, Senadora Zenaide Maia, pelas suas colocações. Eu concordo plenamente com V. Exa. quando diz que não podemos retirar a Anvisa, para trabalhar, para fazer as análises, e muito menos o órgão do meio ambiente. Isso realmente não vai acontecer e não pode acontecer. É a Anvisa que vai fazer sempre os levantamentos técnicos para que nós possamos saber. Aliás, quando nós falamos aqui em análise, não é para aprovação, é para aprovação ou não – um produto pode ser aprovado ou não aprovado. E quem tem que fazer isso é sempre a Anvisa e o órgão do meio ambiente. Isso é evidente. E nós não podemos mudar.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Tudo bem. E por que a governança tem que ser...? Se é um produto que mexe com a saúde, por que retirar a governança dos outros órgãos? Vai ser só o produtor, o Mapa, o Ministério da Agricultura?!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – É a Anvisa que...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Com todo o respeito à agricultura, tudo isso, mas acho que do jeito que está... E, se está demorando, como todos falaram, por falta de técnicos, para avaliar mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rapidamente os efeitos nocivos ou benéficos de um produto desse, é a falta de técnicos nessas duas instituições?

Retira, sim! Reduzem o poder da Anvisa nisso aí. Isso é muito grave! E não adianta vir dizer que não é. É saúde pública, gente. É vida, é saúde coletiva!

E quem tem que estar no comando disso não é a inversão que estão querendo fazer. Esse é o Ministério da Agricultura. Eu sei que o Ministério da Agricultura alimenta, mas os alimentos têm que ser a cada dia mais saudáveis. E não é aumentando o número de agrotóxicos que a gente vai ter alimento saudável, não é dando prazo... Como se dá prazo para a Anvisa acelerar as avaliações se o Estado brasileiro não oferece as condições?

Eu costumo dizer que seria assim: como não temos segurança pública, policiais civis e militares suficientes para nos proteger, quando roubarem a minha casa, em vez de se cobrar uma investigação de policiais, precisando de mais do Estado brasileiro, que deve cuidar da segurança, "por favor, Senadora Zenaide, derrube a sua casa para ela não ser assaltada novamente".

É combater... A gente precisa... Se tudo que tem de maléfico nos agrotóxicos termina na saúde deste país, a saúde é que tem que estar no comando disso, porque saúde é a vida.

Desculpe aí, Presidente. Sim, retiram o poder... A gente diverge politicamente. Eu sei que isso tem que ser debatido, mas eu não sou a favor de aprovar, de mudar uma lei só porque ela é antiga. E ninguém está mudando isso aqui.

Este país é muito solidário com esse setor produtivo! Sempre foi, sempre foi solidário! Olhem as leis, olhem a Lei Kandir, por exemplo – o produto é todo exportado em dólar, e não são cobrados os impostos. E a gente acabou... Está crescendo, gera emprego, mas a gente tem que balancear isso. Não pode ser um peso em que a saúde e a vida fiquem lá embaixo e a produção de grãos... Na verdade, a gente já produz muitos grãos. E eu acho isso importantíssimo e fico feliz por isso. Não é uma condição *sine qua non*: só vai produzir muitos grãos o país se tiver mais agrotóxicos. A gente também faz renúncias fiscais para a importação... Correto. Se lá fora tem e se a gente ainda não teve condições de desenvolver, por que não importar? Agora, por favor, por favor, nós não podemos jogar mais fitossanitários ou agrotóxicos do que já está sendo jogado neste país, contaminando rios, peixes, independente de quem está naquela área no momento!

Obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero aqui parabenizá-lo por estes debates. Isso é importante, porque eu acho que informação é poder. Então, a população tem que ter conhecimento sobre isso, sobre como funciona, porque, às vezes, a população não chega a ter conhecimento de como o Ministério da Agricultura trabalha para produzir mais, exportar mais, ser responsável pelo nosso PIB, mas, ao mesmo tempo, a população está sendo vítima. A gente está mostrando aqui à população que os agrotóxicos não podem deixar de fazer parte e ter como majoritário... A governança tem que ser da Anvisa e do órgão do meio ambiente, porque é o lado do coletivo e da vida.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito obrigado, Senadora Zenaide.

De fato, nós todos temos que nos informar bem para que possamos fazer um verdadeiro julgamento dos projetos que aqui estão, debatendo, ouvindo a sociedade... Nós estamos há 23 anos, Senador Valdir Raupp, debatendo este tema, desde 1999. O Deputado Nishimori foi o Relator na Câmara e fez mais de 20 audiências públicas, ouvindo toda a sociedade organizada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnicos. E é hora de a gente avançar. Vamos dar sequência para que a gente possa votar esta matéria depois de 23 anos debatendo aqui, no Senado e na Câmara dos Deputados.

Eu agradeço a presença, novamente, do sempre Senador Valdir Raupp, do também sempre Deputado Edinho Bez, do também sempre Deputado Mário Limberger e do nosso Deputado Federal Luiz Nishimori, que foi o Relator desta matéria na Câmara dos Deputados. Agradeço a participação da Senadora Soraya Thronicke, a participação, sempre muito bem-vinda e importante, da Senadora Zenaide Maia, da Senadora Rose de Freitas, do Senador Esperidião Amin, do Senador Luis Carlos Heinze, do Senador Jean Paul Prates, do Senador Wellington Fagundes, do Senador Sérgio Petecão, do Senador Paulo Rocha, do Senador Roberto Rocha e também do Senador Jayme Campos, que participaram junto conosco. Também agradeço ao Dr. Marcos Orellana, do Dr. Marcos Goulart e da Dra. Adriana Torres de Sousa Pottier.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão, agradecendo também às senhoras e aos senhores que participaram desta audiência pública. Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 9 horas e 37 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia vinte e um de setembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Ogari Pacheco, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Simone Tebet, Flávio Bolsonaro, Styvenson Valentim, Plínio Valério, Roberto Rocha, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Maria das Vitórias, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Izalci Lucas, Angelo Coronel, Chico Rodrigues e Acir Gurgacz. O Senador Rodrigo Cunha está licenciado do mandato de 24/05/2022 a 21/09/2022, conforme REQ nº 219 e 220/2022-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das atas da décima terceira e décima quarta reuniões, que são aprovadas. A Presidência comunica o recebimento do seguinte expediente: Ofício SBPC-157/Dir, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, encaminhando moção em defesa do Plano Emergencial Anísio Teixeira, para a reconstrução nacional através da ciência, proposto pela Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), com o objetivo de incentivar a formação, retenção e fixação de pesquisadores em todo o território nacional. O expediente lido será publicado na página da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, pelo prazo de 15 dias, para que as Senadoras e os Senadores membros possam manifestar interesse na análise da matéria por esta Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. A Presidência comunica, ainda, o arquivamento do Ofício nº 205/2022-GPR, informando sobre a Tomada de Subsídios nº 6, referente a abusos em chamadas de *telemarketing* ativo, e do Ofício nº 204/2022-GPR, informando sobre a Consulta Pública nº 45, de 28 de junho de 2022, ambos da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), lidos na décima terceira reunião, realizada em 10/08/2022, sem que tenha havido manifestação de interesse de Senadora ou Senador membro desta Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019 Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: **1ª Parte - Avaliação de Política Pública desenvolvida no âmbito do Poder Executivo (Art. 96-B do RISF).** Discussão e Votação do Relatório do Senador Jean Paul Prates sobre a Avaliação das Políticas Públicas relativas à quinta geração de redes móveis (5G) no Brasil, aprovada pelo Requerimento nº 5/2021-CCT, em cumprimento ao disposto no art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal. Relatoria: Senador Jean Paul Prates. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Jean Paul Prates. **2ª Parte – Apreciação de proposição. ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo nº 584, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Unisc de Comunicações para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Pró Cultura e Comunicação de Coqueiro Baixo para executar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

serviço de radiodifusão comunitária no Município de Coqueiro Baixo, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo nº 86, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Carmo do Rio Verde para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carmo do Rio Verde, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo nº 256, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Rio Verde, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Integral para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Londrina, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo nº 327, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Taubaté Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Taubaté, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo nº 413, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Amigos Cafelândia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cafelândia, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo nº 588, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Aleluia de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jupi, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 42, de 2017 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE PRIMAVERA III para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Primavera do Leste, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

do projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 75, de 2018 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Angical para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Massapê do Piauí, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Castanheira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Castanheira, Estado do Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo nº 257, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural de Pontal do Araguaia (Rádio Comunitária Vale FM) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pontal do Araguaia, Estado do Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo nº 547, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural Futura da Grande Dourados para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo nº 583, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Movimento Rádio Comunitária Educativa Mirante FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chapada dos Guimarães, Estado do Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo nº 441, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa e Cultural de Afrânio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Afrânio, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 17 - Ofício "S" nº 34, de 2014 - Não Terminativo** - que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 16/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV LUZIÂNIA LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Luziânia, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pelo conhecimento e posterior arquivamento do OFS 34/2014. **Resultado:** Aprovado o relatório pelo conhecimento e arquivamento do OFS 34/2014. **ITEM 18 - Ofício "S" nº 36, de 2014 - Não Terminativo** - que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 18/2014, de que trata o PDC nº 1.055/2003, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO NAIPI LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pelo arquivamento do OFS 36/2014. **Resultado:** Aprovado o relatório pelo arquivamento do OFS 36/2014. **ITEM 19 - Ofício "S" nº 12, de 2016 - Não Terminativo** - que: "Comunica que foi autorizada, conforme Decreto de 9 maio de 2016, publicado no Diário oficial da União do dia 10 de maio de 2016, a transferência indireta da concessão de serviço de radiofusão de sons e imagens outorgada à TV Ponta Negra Ltda., no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pelo arquivamento do OFS 12/2016. **Resultado:** Aprovado o relatório pelo arquivamento do OFS 12/2016. **ITEM 20 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 31, de 2022,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o impacto da Medida Provisória no 1.136, de 29 de agosto de 2022, sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jean Paul Prates
Presidente em exercício da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/09/21

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom dia a todos e todas, também a quem nos assiste aqui, pela TV Senado, pela Rádio Senado.

Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 13ª e da 14ª Reuniões.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de expediente.

A Presidência comunica o recebimento do seguinte expediente externo: Ofício SBPC-157/Dir., da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, encaminhando moção em defesa do Plano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Emergencial Anísio Teixeira, para a reconstrução nacional através da ciência, proposto pela Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), com o objetivo de incentivar a formação, retenção e fixação de pesquisadores em todo o território nacional.

O expediente lido será publicado na página da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, pelo prazo de 15 dias, para que as Senadoras e os Senadores membros possam manifestar interesse na análise da matéria por esta Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Comunicação de arquivamento.

A Presidência comunica, ainda, o arquivamento do Ofício nº 205/2022-GPR, informando sobre a Tomada de Subsídios nº 6, referente a abusos em chamadas de *telemarketing* ativo, e do Ofício nº 204/2022-GPR, informando sobre a Consulta Pública nº 45, de 28 de junho de 2022, ambos da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), lidos na 13ª Reunião, realizada em 10/08/2022, sem que tenha havido manifestação de interesse de Senadora ou Senador membro desta Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Esta reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de as Senadoras e os Senadores votarem também em matérias terminativas por meio do aplicativo Senado Digital.

As inscrições para o uso da palavra serão solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou do *chat* da plataforma.

Na pauta temos os itens 1 a 15, terminativos, que serão votados nominalmente em bloco, com a abertura do painel eletrônico, e os itens 16 a 20, que serão votados pelo processo simbólico.

Mostre as presenças, por favor, ali – só para registrar.

Registramos a presença, portanto, da Senadora Daniella Ribeiro, Senador Vanderlan Cardoso, Senadora Maria das Vitórias, este Presidente, Senador Jean Paul Prates, Senador Styvenson Valentim, Senador Plínio Valério, Senador Roberto Rocha, Senador Flávio Arns, Senador Wellington Fagundes, Senador Fabiano Contarato.

Eu quero informar a esta Comissão que nós estamos retirando de pauta não o item 1, mas a primeira parte da sessão, que se referia justamente à leitura do relatório da avaliação da política pública do 5G no Brasil, em função, inclusive, de podermos aprimorá-lo quanto aos fatos que ocorreram pós-leilão. Então, nós temos o relatório todo pronto – já tem em torno de 150 páginas –, ele está colocado no sistema, mas nós vamos incluir uma parte nova que diz respeito à avaliação feita do leilão para cá e, inclusive, alguns desafios decorrentes disso. Portanto, devemos remarcar essa leitura e também, logo em seguida, a votação desse relatório que avalia a política pública do 5G no Brasil.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Passamos, portanto, à segunda parte, que é a parte deliberativa.

O Senador Luis Carlos Heinze já se posicionou aí e pediu para colocar o item 1.

A Senadora Daniella Ribeiro está a postos para o item 2? (*Pausa.*)

Estamos administrando aqui o acesso remoto. (*Pausa.*)

Senador Luis Carlos Heinze e Senadora Daniella Ribeiro, item 1 e item 2, respectivamente. (*Pausa.*)

Senadora Daniella Ribeiro, com a palavra para o item 2, PDL 105, de 2019, relativo à cidade de Coqueiro Baixo, Rio Grande do Sul, para a leitura do seu relatório.

2ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 105, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Pró Cultura e Comunicação de Coqueiro Baixo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Coqueiro Baixo, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Senadora Daniella, bem-vinda.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, eu gostaria de ir diretamente para a leitura do voto. Pode ser, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente.

Inclusive, eu queria aproveitar a deixa e pedir aos demais Relatores: como estes projetos todos se assemelham muito na análise e na descrição, são projetos relativos à radiodifusão, vou pedir que todos façam o mesmo que a Senadora Daniella propôs.

Obrigado, Senadora.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Obrigada.

Sr. Presidente, leitura do voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 105, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Pró-Cultura e Comunicação de Coqueiro Baixo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Coqueiro Baixo, Estado do Rio Grande do Sul, na forma de projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)
>
> Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

É isso, Sr. Presidente.

Lido o voto.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senadora Daniella.

Nós vamos colocar tudo em bloco ao final para discussão e também para votação.

Vou solicitar aqui, se o Senador Luis Carlos Heinze já estiver...

Podemos fazer a discussão da matéria, o item 1, ou não? (*Pausa.*)

Vamos fazer a discussão da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Se houver quem queira discutir o PDL 105, de 2019, relacionado à radiodifusão em Coqueiro Baixo, no Rio Grande do Sul, relatado pela Senadora Daniella Ribeiro, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada em bloco no final desta lista, com a abertura do painel eletrônico.

Obrigado, Senadora Daniella.

Em seguida, passo a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze... Ele ainda não está na linha. Vou, então, chamar aqui a presença do Senador Styvenson Valentim, se ele estiver por aí.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência.*) – Estou!

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pronto! A postos! Sempre atento o nosso querido Senador do Rio Grande do Norte o Senador Styvenson Valentim!

Os itens 6, 7 e 8 são os seus, inicialmente – depois, provavelmente, haverá os itens do Senador Flávio Arns, que nos solicitou a sua relatoria *ad hoc* para os dois projetos dele.

2ª PARTE
ITEM 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 91, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Styvenson Valentim
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Com a palavra o Senador Styvenson Valentim para o PDL 91, de 2019, relativo à cidade de Chapecó, Santa Catarina. Com a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Pronto.

O senhor está falando do Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2019, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, em Chapecó.

Vou passar para o voto.

Tendo em vista que o exame e a documentação que acompanham o PDL 91, de 2019, não evidenciou violação de legislação pertinente e não havendo reparos quando aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina para executar os serviços de radiodifusão sonora e frequência modulada, com os fins exclusivos e educativos, no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

Lido o primeiro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Styvenson Valentim.

Anuncio o item 7. Depois vamos fazer a discussão em bloco dos três projetos relatados pelo Senador Styvenson Valentim, para agilizar o processo.

2ª PARTE
ITEM 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 327, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Taubaté Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Taubaté, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Confere, Senador Styvenson? Com a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Confere, Sr. Presidente. Justamente isso: explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Taubaté.

Passando para o voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 327, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à TV Taubaté Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Taubaté, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 327, de 2019, a denominação "do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por...

Acho que houve um erro no final aqui, viu, comandante, mas muda-se, segue-se, para "Ministério das Comunicações". No final tem "Presidência da República", mas é "Ministério das Comunicações". Só essa suplantação aí.

Está aprovado também.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Vou averiguar essa situação aí.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência.*) – Não. Foi só um erro de português.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É porque, na verdade, todos eles têm sempre essa colocação da mudança do nome do ministério. Refere-se apenas à mudança do nome do ministério.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência.*) – Apareceu "Presidência" e me chamou a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Inadvertidamente, apareceu "Presidência da República". A assessoria pode corrigir depois.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência.*) – Está o.k. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ah! Estão me dizendo aqui, então, que está certo, é "Presidência da República", porque é som e imagem – som e imagem, Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência.*) – Ah, então está correto isso?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É. Está correto, então. Está correto. Pode deixar como está.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência.*) – É porque todos os outros seguem como "Ministério das Comunicações" e esse...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É, me parece... O que estão nos dizendo aqui é que esse projeto especificamente é som e imagem.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência.*) – Ah, está o.k., desculpe. Então está certo, está correto.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ministério é quando é apenas som.

Mais uma vez, item 8.

2ª PARTE
ITEM 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 413, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Amigos Cafelândia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cafelândia, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Styvenson Valentim
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.
Também relatoria do Senador Styvenson Valentim.
Com a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência.*) – Está bem. Radiodifusão, dessa vez. Agora a gente tem mais conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agora volta a ser o Ministério das Comunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Exatamente.

Então, examinando o documento, Sr. Presidente, já estou no voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 413, de 2021, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 413, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente.

Senador Styvenson, eu tinha solicitado, antes de entrarmos no ar, os itens do Senador Flávio Arns. Já chegaram aí ou o senhor prefere que passe para outros?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência.*) – Chegou o 351...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência.*) – ... que trata da Associação Comunitária Integral do Município de Londrina, Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso, isso. Exatamente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência.*) – O nº 18, CAC.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E o item 18.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência.*) – Também.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

Vou chamá-los aqui, então, porque o 18 é votação simbólica, é outro bloco, não é?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência.*) – Hã-hã.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, vamos fazer o item 5, Senador Styvenson.

2ª PARTE
ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 351, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Integral para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Londrina, Estado do Paraná.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Styvenson Valentim
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.
A sua relatoria é *ad hoc*. O Relator original é o Senador Flávio Arns.
Com a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Perfeito, Sr. Presidente.

Então, pela economia do tempo, vou ao voto.

Não foi evidenciada a violação da legislação pertinente.

Não havendo nenhum reparo no aspecto da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, o projeto é aprovado para outorga de autorização... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Senador Styvenson parece que teve a sua conexão interrompida aí. Vamos aguardar que ele retorne.

O Senador Styvenson está fazendo a leitura do relatório na condição de Relator *ad hoc* do PDL 351, de 2019, relativo a serviço de radiodifusão, cidade de Londrina, Paraná. É o item 5 da pauta de hoje da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal. (*Pausa.*)

Senador Styvenson, retornou aqui a conexão. É, caiu, não tem problema, fique tranquilo, eu já informei aqui.

Pode prosseguir.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência.*) – Perdão, Sr. Presidente. Todo o pessoal que assiste à TV Senado, desculpa, porque entrou uma ligação, e as pessoas não sabem que a gente está por sessão remota também. Então, acho que não têm esse conhecimento.

Dentro desse... Eu estava lendo o voto do PDL nº 351, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência.*) – Não é isso?

Não foi evidenciada, Sr. Presidente, nenhuma violação da legislação pertinente.

Não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato de outorga de autorização à Associação Comunitária Integral para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Londrina, Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2019, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

Mais um.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, Senador Styvenson, como Relator *ad hoc* do PDL 351.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a leitura. Se puder aguardar para fazer a leitura do outro item *ad hoc* do Senador Flávio Arns, apenas nos informe por aqui. Mais tarde faremos isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência.*) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência.*) – ... falta o 441 ainda e os demais eu...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É, exatamente. Tem um seu e um do Senador...

Tem um do Senador Flávio Arns e um seu, só que eles têm... Esse é um procedimento diferente, que é para votação simbólica.

O que eu posso fazer agora é fazer a discussão das matérias desses quatro itens que nós acabamos de ler, que têm votação nominal... Portanto, PDL 351, PDL 91, de 2019; PDL 327, de 2019; PDL 413, de 2021...

Coloco em discussão a matéria destes relatórios: itens 5, 6, 7 e 8. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação, portanto, será realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico ao final.

Solicito a leitura, Senador Styvenson, aproveitando a sua presença, do item 16.

2ª PARTE
ITEM 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 441, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa e Cultural de Afrânio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Afrânio, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Concedo a palavra ao Senador Styvenson Valentim, como Relator da matéria.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Ela renova a autorização de outorga dessa associação.

Passando para o voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações a seguir e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 441, de 2019, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.

Requerimento.

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

seguintes informações referentes à renovação da autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária de que trata o Projeto de Decreto Legislativo 441, de 2019:

- descrição dos processos de apuração de infração atribuídos à Associação Comunitária Educativa e Cultural de Afrânio, com seu *status* e sanções a que as eventuais infrações estariam sujeitas;

- confirmação da inexistência de aplicação de pena de revogação de autorização por decisão administrativa definitiva.

Esse foi o voto, Sr. Presidente. Pedido de informações.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, Senador Styvenson.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Esse foi o item 16.

Senador Styvenson, finalizando, o Senador pode fazer a relatoria *ad hoc* do Senador Flávio Arns quanto ao Ofício externo nº 36, de 2014? Refere-se a uma alteração societária.

2ª PARTE
ITEM 18
OFÍCIO "S" Nº 36, DE 2014
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 18/2014, de que trata o PDC nº 1.055/2003, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO NAIPI LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Styvenson Valentim
Relatório: Pelo arquivamento do OFS 36/2014.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Por favor, com a palavra o Senador Styvenson Valentim, na condição de Relator *ad hoc*.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência.*) – Sr. Comandante, deixe-me só passar os olhos aqui para passar direto ao voto, está o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente, Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício nº 36, de 2014, que comunica a transferência indireta para outro grupo de cotistas do controle societário da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Televisão Naipi Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Senador Styvenson, pela colaboração também aqui como Relator *ad hoc*, auxiliando aqui a Presidência desta nossa Comissão. Muito obrigado ao caro colega.

Luis Carlos Heinze, vá ficando de prontidão aí, porque já, já entrará.

Vou colocar em discussão a matéria, item 18, Ofício Externo nº 36, de 2014.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório está aprovado, pelo arquivamento do ofício externo.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

O Senador Luis Carlos Heinze está a postos? (*Pausa.*)

Podemos, então, fazer a leitura do item 1 desta sessão da Comissão de Ciência e Tecnologia.

2ª PARTE
ITEM 1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 584, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Unisc de Comunicações para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra para a leitura do seu relatório ao Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente Senador Jean Paul Prates, é um prazer estar nos reencontrando pelo menos virtualmente.

Vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 584, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Unisc de Comunicações para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 584, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

Sala da Comissão, 8 de setembro de 2022.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esse é o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Luis Carlos Heinze, que está em campanha aí. Desejo sucesso!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Por videoconferência.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Coloco em discussão a matéria lida pelo Senador Luis Carlos Heinze, PDL 584, de 2019, relativo à cidade de Santa Cruz do Sul. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação nominal será realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

A assessoria está entrando em contato com a sua assessoria para ver se é possível relatar *ad hoc* mais algum projeto, mas evidentemente entendo a sua situação e também seus afazeres aí no Estado do Rio Grande do Sul. Caso não seja possível, tentaremos outra pessoa, outro Senador ou Senadora. Obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

O Senador Wellington Fagundes está presente? (*Pausa.*)

Registro também a participação remota do Senador Ogari Pacheco. Bem-vindo, Senador Ogari Pacheco! (*Pausa.*)

Relatores Senador Vanderlan Cardoso e Senador Wellington Fagundes...

Caso a assessoria esteja ligada, por favor, chame-os para relatar os seus itens. (*Pausa.*)

Seja bem-vindo, Senador Wellington Fagundes, à nossa sessão da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Só repassando aqui para o seu registro remoto, são os itens 10, 11, 12, 13, 14 e 15. Portanto, temos aí vários projetos.

Eu pediria, como fizeram os demais, que o Senador Wellington passasse diretamente ao voto, a não ser que haja uma diferença muito grande entre os relatórios, coisa que é muito difícil de acontecer, porque, no caso da radiodifusão, a introdução é sempre igual. Então, o voto é que é o relevante. Se puder ir diretamente ao voto...

Vou chamar, então, o item 10.

Está em condições, Senador Wellington? Posso chamar? (*Pausa.*)

Perfeitamente.

Então, item 10.

2ª PARTE
ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 42, DE 2017
- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE PRIMAVERA III para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Primavera do Leste, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

O Senador Wellington Fagundes tem a palavra na condição de Relator.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Bom dia, meu caro Presidente Jean Paul Prates!

Que felicidade podermos estar aqui hoje mais uma vez sob a sua Presidência!

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente, Senador Wellington, é um prazer para nós também.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Eu estou aqui hoje na nossa capital Cuiabá, vizinho aqui do Senador Jayme Campos.

Antes de ontem, tivemos uma campanha intensa, e eu quero aqui, mais uma vez, agradecer por essa grande parceria com o Senador Jayme Campos, no apoio aqui à nossa candidatura à reeleição.

Mas eu quero aqui, Presidente, também agradecer por essa oportunidade a Deus, já que eu tive problemas de saúde – acabei sendo hospitalizado por duas vezes em função de uma diverticulite; também, depois, uma grande infecção gastrointestinal –, mas, felizmente, já estou aqui praticamente recuperado. Estamos aqui trabalhando a campanha e principalmente vivendo esse momento forte da nossa democracia.

E estamos aqui também cumprindo o nosso papel – não é, Sr. Presidente? – de votar as matérias importantes.

Eu vou ler os relatórios agora e depois gostaria já de me inscrever para que, mais ao final da nossa sessão, eu pudesse ter oportunidade também de falar um pouco aqui principalmente porque ontem chegou a Cuiabá uma grande e importante obra para o nosso desenvolvimento que é exatamente a implantação do 5G, mas eu vou me ater... Já que nós estamos na Comissão de Ciência e Tecnologia, eu gostaria de falar sobre esse assunto que é alvissareiro para o Brasil e em especial para o nosso estado, pois Mato Grosso é um estado em que temos hoje uma produção com tecnologia de ponta, com tecnologia de precisão.

Por isso, eu vou agora ler primeiro e fazer o nosso voto.

O primeiro é a Associação de Amigos de Primavera III, para executar a radiodifusão comunitária do Município de Primavera do Leste, Estado de Mato Grosso.

E eu tenho que falar também, Sr. Presidente, que Primavera do Leste é um município bem próximo de onde eu nasci. Aliás, Primavera do Leste é oriunda do desmembramento de Poxoréu.

Poxoréu é uma cidade nordestina. Meu pai foi da Bahia para Poxoréu a pé. E de lá foi criada, então, Primavera do Leste, Rondonópolis, Santo Antônio, São José do Povo e Pedra Preta. Então, Primavera, em pouco tempo, em 20 anos, passou a ser o quarto orçamento do estado. Por isso, eu a destaco aqui – e vou diretamente ao voto –, dada a importância que representa essa rádio comunitária para o desenvolvimento daquela região.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 42, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Amigos de Primavera III para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Primavera do Leste, Estado de Mato Grosso, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Então, com isso, somos favoráveis à aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente, Senador Wellington Fagundes!

Primeiro, mais uma vez, folgo em vê-lo recuperado, feliz da vida, porque a vida é importantíssima. Estamos vendo aqui o Senador Wellington em plena forma já e na luta, em campanha, aqui também na labuta, cumprindo sua agenda devidamente, aqui no Senado Federal, como Senador da República pelo Estado de Mato Grosso.

E viva Rondonópolis, seus arredores e municípios agregados!

Eu quero passar logo, Senador Wellington, porque nós vamos fazer a discussão da matéria e a votação final, mas a discussão da matéria eu acho que devo fazer em seguida aos seus quatro itens.

Portanto, se a gente puder agilizar, a gente faz a leitura dos itens 11, 12 e 13, também de sua relatoria...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... e do item 14 e do item 15, em todos apenas o voto, para acelerar e para que a gente possa chegar ao fim com o seu pronunciamento. Está bem?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Então, vamos lá!

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu vou chamando aqui.

Eu vou chamar agora o item 11.

2ª PARTE
ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 75, DE 2018
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Angical para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Massapê do Piauí, Estado do Piauí.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações: *a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes para a leitura do seu relatório.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Este relatório trata da aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Angical para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Massapê do Piauí, Estado do Piauí.

Vou ao voto diretamente, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 75, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Angical para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Massapê do Piauí, Estado do Piauí, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 2018, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

Eu saúdo aqui o povo também do Piauí, que recebeu muitos mato-grossenses. E lá também é uma cidade onde criamos mais uma universidade federal no Estado do Piauí.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente, Senador Wellington Fagundes!

Para dar continuidade à sua grande sequência de trabalho aqui como Relator, nesta manhã, vamos ao item 12.

2ª PARTE
ITEM 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 185, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Castanheira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Castanheira, Estado do Mato Grosso.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações: *a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

O item é relacionado também a uma cidade de Mato Grosso, a cidade de Castanheira.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes, mais uma vez, para a leitura do item 12, como Relator.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Castanheira também é outra região de Mato Grosso, a região oeste, uma das regiões também... Mato Grosso é isto: todas as regiões estão, hoje, em franco desenvolvimento. Então, por isso também é extremamente importante este relatório e a oportunidade daquela cidade de ter também a sua rádio comunitária para promover o desenvolvimento de toda a região. Destaco aqui, então, a importância desse município no contexto de desenvolvimento de Mato Grosso.

Vamos lá, então, ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 185, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Castanheira, Mato Grosso, para executar serviço de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

radiodifusão comunitária no Município de Castanheira, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Prosseguindo na nossa viagem pelo Mato Grosso, vamos a Pontal do Araguaia.

O Senador Wellington Fagundes é o Relator do PDL 257, de 2019.

2ª PARTE
ITEM 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 257, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural de Pontal do Araguaia (Rádio Comunitária Vale FM) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pontal do Araguaia, Estado do Mato Grosso.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações: *a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Por favor, com a palavra o Relator, Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Que bom, não é, Sr. Presidente? Mato Grosso tem todo o desenvolvimento, e nós damos oportunidade para que a nossa população mato-grossense possa ter mais comunicação, possa ter mais oportunidade de promover a nossa cultura e, é claro, o desenvolvimento.

Eu tenho que destacar aqui também Pontal do Araguaia, Sr. Presidente, que fica na divisa de Mato Grosso com Goiás. Ali no Pontal, há exatamente o encontro do Rio Garças com o Rio Araguaia, onde três cidades se juntam através desses dois rios: Aragarças, Goiás; Pontal; Barra do Garças. E nós estamos ali executando uma das obras mais importantes dos últimos 20 anos, que é a conclusão do anel viário de Barra do Garças, contemplando, é claro, as três cidades e os dois estados.

Eu agradeço muito a toda a população de Pontal do Araguaia. Sei a importância dessa rádio. E, com certeza, Sr. Presidente, Pontal do Araguaia é um município que merece muito a minha consideração e o meu agradecimento porque foi o município em que eu tive a maior votação proporcionalmente na minha história, mais de 90% dos votos válidos.

Então, vou aqui fazer esse relatório em nome do Prefeito Adelcino e também de todos os Vereadores e de toda a comunidade de Pontal do Araguaia. É um grande presente que nós estamos dando para a cidade de Pontal do Araguaia.

Eu vou, com isso, então, diretamente ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 257, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e, não havendo reparos quanto aos aspectos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2E9DF133004B4075.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 257, de 2019, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 257, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

Com isso, então, nós estamos fazendo a concessão à Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural de Pontal do Araguaia (Rádio Comunitária Vale FM) para exercer serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pontal do Araguaia, no meu Estado, o meu querido Estado do Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente, Senador Wellington Fagundes! Pelo jeito, pelos percentuais, há mais popular em Pontal do Araguaia do que até em Rondonópolis, não é, Senador Wellington Fagundes?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Competem as duas, Sr. Presidente! Competem! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Rondonópolis está no centro do mundo! Eu sei, eu sei, eu sei!

Obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Eu vou logo passando aqui justamente... Vamos dar um pulinho ali em Dourados, Mato Grosso do Sul, estado vizinho, e depois retornamos para a Chapada dos Guimarães, então, aqui, no Fagundes Day, na nossa viagem aqui pelo Centro-Oeste.

É o PDL 547, de 2019, item 14 da pauta. É o PDL 547, de 2019, relativo à cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul.

2ª PARTE
ITEM 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 547, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural Futura da Grande Dourados para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações: *a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

O Senador Wellington Fagundes está com a palavra. (*Pausa.*)

Falou em Rondonópolis, caiu.

Senador Wellington Fagundes, está no ar?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Estou no ar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Beleza! Beleza! Pode seguir, então.

Vou chamar o PDL 547, de 2019, referente a Dourados, Mato Grosso do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Este aqui trata, então, da concessão à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural Futura da Grande Dourados para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, nosso estado coirmão, já que Mato Grosso do Sul foi desmembrado de Mato Grosso. E, hoje, com certeza, Mato Grosso do Sul experimenta um grande desenvolvimento, da mesma forma que Mato Grosso.

Então, eu faço uma homenagem aqui, Sr. Presidente, também às nossas duas candidatas à Presidente da República de Mato Grosso do Sul, que são a Soraya Thronicke e também a Simone Tebet.

Eu fui muito amigo do nosso querido Senador Tebet, famoso e, é claro, muito competente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Foi Presidente da Casa, Ramez Tebet.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – É o Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Faço também aqui uma homenagem ao nosso Senador Nelsinho Trad, que também me ligou muito, pedindo para que a gente agilizasse a votação deste projeto aqui.

Então, eu faço a homenagem, na verdade, aqui, a toda a comunidade, a toda a população de Mato Grosso do Sul, o nosso estado coirmão.

Eu vou diretamente ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural Futura da Grande Dourados para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 547, de 2019, originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)
>
> Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 547, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

É esse o voto.

E concluo aqui, Sr. Presidente, com a sua permissão também para fazer uma homenagem a toda a comunidade católica, já que a minha irmã mais velha, uma freira franciscana, militou muito em Dourados e, inclusive, formou lá com a sua herança um banco popular, criando, inclusive, uma moeda local. Então, Dourados também é uma das cidades que mais se desenvolve no Brasil.

Então, eu faço aqui uma homenagem a toda a comunidade das irmãs franciscanas, catequistas franciscanas, lá de Mato Grosso do Sul e, é claro, do Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente, Senador! Nós nos somamos à sua homenagem aos franciscanos e às franciscanas.

O penúltimo item, com o Senador Wellington Fagundes na relatoria, que tem votação nominal, é o PDL 583, de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Voltamos à Chapada dos Guimarães, próxima a Cuiabá. Não é isso, Senador?

2ª PARTE
ITEM 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 583, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Movimento Rádio Comunitária Educativa Mirante FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chapada dos Guimarães, Estado do Mato Grosso.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Wellington Fagundes
Relatório: pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Observações: *a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Senador Wellington Fagundes está com a palavra.

É o PDL 583, de 2019.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, após todo esse momento da minha saúde e de estar no hospital, a gente tem a oportunidade de fazer muitas reflexões, e Deus está me dando a oportunidade hoje de aqui relatar esses projetos.

E, daqui a pouco, logo à tarde, nós vamos estar na Chapada dos Guimarães, eu e o Governador Mauro Mendes, em campanha, visitando esta cidade exuberante de riquezas naturais, que é a nossa Chapada.

A Chapada dos Guimarães tem um parque nacional, onde trabalhamos, inclusive, para construir o Lago do Manso. O Lago do Manso, Sr. Presidente, tem 40 mil hectares de lâmina d'água, com grande potencial turístico. Nós conseguimos, graças a um projeto visionário de um engenheiro da Eletronorte, fazer com que esse lago tenha geração de energia, mas muito mais preocupados com a questão ambiental, para fazer um controle das enchentes do Rio Cuiabá, a perenização. Hoje esse lago, então, garante água abundante para Cuiabá, Várzea Grande e toda a Baixada Cuiabana, além da geração de energia, do turismo, da pesca e da preservação do Pantanal.

Mais uma vez, eu faço aqui, Presidente, o convite a V. Exa. para vir à nossa Chapada, ao nosso Pantanal, para o senhor conhecer Nobres. A gente fala que Nobres, que é bem colado na Chapada dos Guimarães, é mais do que bonito, é lindo! Então, eu quero, no nosso bairrismo, ter a satisfação de poder receber aqui V. Exa. e toda a sua família.

Então, eu faço aqui...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PTB - MA) – Fagundes, não é melhor do que o Pará, Alter do Chão, etc. etc.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – É claro que o Pará também! Nós precisamos muito do Pará. Nós... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Travou.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – ... lá na divisa do Pará, em Vila Rica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já achou a divisa do Pará. (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – (*Falha no áudio.*) ... o Benedito Edmilson de Freitas, que é Presidente da Câmara, como a Rosa Cezaria, que é a 1ª Secretária e é do meu partido, o PL. E também temos lá o nosso candidato a Deputado Estadual que é o Gilberto, que é ex-Prefeito.

Vou diretamente ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 583, de 2019, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 583, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente, Senador Wellington Fagundes.

Eu vou fazer a colocação em discussão das matérias dos itens – vou repetir os itens de relatoria do Senador Wellington Fagundes – 11 (PDS 75, de 2018), 12 (PDL 185, de 2019), 13 (PDL 257, de 2019), 14 (PDL 547, de 2019) e 15 (PDL 583, de 2019), envolvendo as cidades: Massapê do Piauí; Castanheira, de Mato Grosso; Pontal do Araguaia, Mato Grosso; Dourados, Mato Grosso do Sul; e Chapada dos Guimarães, Mato Grosso.

Coloco em discussão as matérias. (*Pausa.*)

Não havendo...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Wellington, pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – É que tem um mais relatório pronto aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tem, tem. É que...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – E V. Exa. fará questão...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não. Senador Wellington, é o seguinte: este outro é um ofício externo e tem uma votação simbólica, que é um procedimento diferente desses quatro ou cinco itens. Então, eu vou fazer só a votação desses, já deixo pronto e encaminhado. E, depois, depois da leitura do Senador Paulo Rocha, o senhor faz a leitura desse outro, que é outro procedimento, que não a votação com o painel eletrônico. O.k.?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Não, Sr. Presidente. Tem mais um... Pelo menos consta para mim...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tem mais de radiodifusão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – É... E é do seu estado. Tenho certeza de que V. Exa. faz questão. É...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas não está na pauta.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Para mim, consta da pauta, Sr. Presidente. Eu não sei...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Qual é o número que o senhor tem aí, Senador Wellington? Não está na pauta esse outro.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – É exatamente, Sr. Presidente, o da concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens outorgada à TV Ponta Negra Ltda., no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É exatamente desse que eu estou lhe dizendo. O da TV Ponta Negra é exatamente esse que vai ter a votação em separado, porque é radiodifusão e TV. O.k.? É o item 19, Ofício nº 12, de 2016.

E, só para organizar aqui, mais uma vez, vou colocar em votação os itens relatados pelo Senador Wellington Fagundes: item 10, PDS 42, Primavera do Leste, Mato Grosso; item 11, PDS 75, de 2018, Massapê do Piauí; item 12, PDL 185, de 2019, Castanheira, Mato Grosso; item 13, PDL 257, de 2019, Pontal do Araguaia, Mato Grosso; item 14, PDL 547, de 2019, Dourados, Mato Grosso do Sul; e item 15, PDL 583, de 2019, Chapada dos Guimarães, Mato Grosso do Sul.

Todos esses projetos, hoje, aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, relatados pelo Senador Wellington Fagundes.

Coloco em discussão as matérias desses itens 10 a 16. Perdão, 10 a 15. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico, em breve, ainda nesta sessão.

O Senador Paulo Rocha está aqui presente e eu solicitei que ele pudesse fazer as relatorias *ad hoc* dos projetos do Senador Vanderlan Cardoso. O item 3, o item 4... Só, não é?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E 17.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Itens 3, 4 e 17. Só que o 17 é separado também. O.k.

Item 3 e item 4, Senador Paulo Rocha.

2ª PARTE
ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 86, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Carmo do Rio Verde para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carmo do Rio Verde, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Paulo Rocha
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Paulo Rocha, na condição de Relator *ad hoc.*

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente, caros colegas, quero saudar o nosso Wellington, de saúde recuperada e sempre muito forte na decisão e na dedicação, na representação do seu Estado. Parabéns, Wellington!

Presidente, acho que seria bom dar uma explicação inicial para todos aqueles que nos ouvem e nos assistem. Esse tipo de matéria parece que entra aqui num automático, mas o fundamental é o seguinte... Por isso que a gente logo lê o voto, porque isso tem um processo legislativo em que isso aqui faz parte do decreto legislativo, onde na verdade a gente aprova a outorga que é obrigação do Executivo, do Governo Federal. Então... E é através do Ministério da Ciência e Tecnologia ou do Ministério das Comunicações.

Então, tem todo um procedimento de análise da constitucionalidade e dos documentos das associações que pedem essa outorga. Por isso que já é um relatório padrão. Na análise do Relator, ele faz exatamente isso: analisa a documentação da associação e vê se está dentro das regras constitucionais e legislativas concernentes ao decreto legislativo, para poder autorizar o Governo a outorgar essa concessão às rádios comunitárias.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Daí, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Inclusive, quando... Para complementar essa importante informação para quem nos assiste, quando há uma diferença no relatório, quando há alguma coisa inusitada, diferente, evidentemente os Relatores fazem questão de mencionar e ler a parte relativa a isso.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por isso, nós estamos fazendo a leitura expedida, porque os relatórios são praticamente iguais.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Por isso, eu vou ler o relatório, porque é um prazer ser Relator *ad hoc* também do Senador Vanderlan, porque ele também é diligente nessa questão e fez o seu voto exatamente cumprindo essa regra.

Eu vou direto ao voto do item 3, dadas essas explicações. Trata-se da Associação Rádio Comunitária de Carmo do Rio Verde, no Estado de Goiás.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 86, de 2019, não evidenciou violação de legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos, portanto, pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Carmo do Rio Verde para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carmo do Rio Verde, Estado de Goiás, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente, do item 3.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Chamo, portanto, o item 4.

2ª PARTE
ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 256, DE 2019
- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Rio Verde, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Com a palavra o Senador Paulo Rocha, na condição de Relator *ad hoc*. Relator original: Senador Vanderlan Cardoso.

Com a palavra.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Na mesma toada, para outorga, autorização, portanto, do Governo Federal de permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Rio Verde, Estado de Goiás.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL de nº 256, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Rio Verde, Estado de Goiás, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, que tem a seguinte emenda, Presidente, que é aquela preocupação: como, no governo anterior, o nome do ministério chamava-se Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com o atual Governo, passou a ser Ministério das Comunicações. É uma emenda apenas de redação.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente.

Itens 3 e 4 em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação também será realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico em seguida.

2ª PARTE
ITEM 17
OFÍCIO "S" Nº 34, DE 2014
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 16/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV LUZIÂNIA LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Luziânia, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso

Relatório: Pelo conhecimento e posterior arquivamento do OFS 34/2014.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente, é o mesmo caso do item reclamado pelo Senador Wellington, que é apenas uma comunicação, um ofício de comunicação. Trata-se do que é obrigatoriedade das associações ou das entidades de comunicação. Neste caso aqui, mudou o grupo acionário cotista de maior controle societário da TV Luziânia Ltda. Então, é um ofício de comunicação, informando essa transferência de cotas do controle societário da TV Luziânia Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Luziânia, no Estado de Goiás.

Portanto, é uma comunicação obrigatória das entidades de comunicação que recebem a outorga do Governo Federal e, portanto, são obrigadas a informar a mudança de donos ou de cotistas etc.

Em vista do exposto, opinamos pelo conhecimento e pelo subsequente arquivamento do Ofício "S" de nº 34, de 2014.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente.

Item 17 em discussão.

Item 17, Ofício externo 34, de 2014, relatoria do Senador Vanderlan Cardoso. Lido o relatório pelo Relator *ad hoc*, Senador Paulo Rocha.

Neste momento em discussão o item 17. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

A votação é simbólica. Os Senadores e Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Eu quero transferir a Presidência ao Senador Paulo Rocha momentaneamente, para fazer a leitura de um relatório de minha relatoria e também dos itens 9 e 20, que é o requerimento. A assessoria também vai nos colocar aqui para fazer isso. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Portanto, assumindo a Presidência da Comissão temporariamente, chamo, para discussão e votação, o item 9, PDL 588, de 2019.

2ª PARTE
ITEM 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 588, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Aleluia de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jupi, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jean Paul Prates

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O Relator é o Senador Jean Paulo Prates, que vai passar a processar a discussão e a votação do item 9. Lido o relatório... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra para fazer o relatório, Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Perfeitamente, Presidente.

Relatório de praxe. Refere-se à outorga de permissão ao Sistema Aleluia de Comunicação Ltda., no Município de Jupi, Estado de Pernambuco.

Passo direto ao voto do PDL 588, de 2019.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 588, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão ao Sistema Aleluia de Comunicação Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jupi, Estado de Pernambuco, com a emenda de redação de praxe também, que se refere à correção do nome "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações", substituindo-o por "Ministério das Comunicações".

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Passamos, portanto, imediatamente à discussão da matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passo para a votação, que será também votação em bloco, já anunciada pela Presidência anterior, de todos os outros itens que tratam da mesma matéria.

Portanto, não havendo nenhum reparo na discussão, podemos colocar a votação em bloco, que será no final da reunião. (*Pausa.*)

Sr. Presidente, V. Exa. ainda tem mais uma relatoria. Na verdade, é um requerimento de V. Exa.

2ª PARTE
ITEM 20
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 31, DE 2022
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o impacto da Medida Provisória no 1.136, de 29 de agosto de 2022, sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Passo a palavra a V. Exa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

O requerimento se refere, de acordo com a Constituição Federal e o Regimento Interno do Senado Federal, à realização de audiência pública com o objetivo de debater o impacto da Medida Provisória 1.136, de 29 de agosto de 2022, que trata sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; representante do Ministério da Economia; o Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); representante da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP); representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); representante da Academia Brasileira de Ciência (ABC); representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); e representante do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica Tecnológica (Confies).

A justificação é que esta medida, Sr. Presidente, é frontalmente contrária à Constituição Federal, na medida em que objetiva limitar, de modo ilegal, o orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), especialmente os recursos não reembolsáveis, e pretende também abrir espaço no orçamento entre os anos de 2022 e 2027 para outras despesas, sob a vigência do teto de gastos.

A medida provisória dispõe que os valores aplicados no FNDCT corresponderão a: I - no exercício de 2022, o valor de R$ 5,555 bilhões; II - no exercício de 2023, 58% do total da receita prevista no ano; III - no exercício de 2024, 68% do total da receita prevista no ano; IV - no exercício de 2025, 78% – portanto, progressivamente – do total da receita prevista no ano; V - no exercício de 2026, 88% do total da receita prevista no ano; e VI - no exercício de 2027, 100% do total da receita prevista no ano. Ou seja, entre 2022 e 2026, parcela das receitas do FNDCT será esterilizada, convertendo-se, no exercício seguinte, em superávit financeiro do fundo.

Na prática, retoma-se a alocação dos recursos do fundo em reserva de contingência, que havia sido vedada pela Lei Complementar 177, fazendo, não obstante, a definição prévia dos percentuais que serão limitados até 2026. Isso fica claro na modificação que se faz em relação ao §3º da Lei 11.540, de 2007, que tinha a seguinte redação: "§3º É vedada a alocação orçamentária dos valores provenientes de fontes vinculadas ao FNDCT em reserva de contingência de natureza primária ou financeira"– fecho aspas. Vale lembrar que este dispositivo tinha sido vetado pelo Poder Executivo, veto este que foi derrubado pelo Congresso Nacional. Inclusive, nós fizemos a defesa juntos, lá no Plenário do Congresso Nacional, recentemente.

Em 2022, o impacto da MP 1.136 sobre o FNDCT é de um R$1,8 bilhão. No projeto de lei de Orçamento de 2023, o impacto dessa medida provisória é de R$4,2 bilhões, referentes aos recursos do fundo que serão esterilizados em reserva de contingência. Logo, apenas em 2022 e 2023, a perda de recursos para o fomento à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico é de R$6 bilhões.

Posteriormente à edição da medida provisória, o Poder Executivo publicou decreto para agilizar o descontingenciamento de recursos, independentemente do relatório de avaliação de receitas e despesas. Portanto, autorizou descontingenciamento sem o relatório de receitas e despesas, que é elemento essencial da transparência e do procedimento ali mesmo desta liberação, indicando que, embora de forma opaca, o objeto da MP é exatamente a abertura de espaço no orçamento para outras despesas, especialmente as emendas de relator, o que é vedado expressamente pelo art. 62 da Constituição Federal.

Além disso, a referida medida provisória altera a taxa de juros remuneratórios dos empréstimos de recursos reembolsáveis, que passam a ser equivalentes à taxa referencial e não mais à TJLP, de modo a torná-los mais atrativos.

Por fim, a medida provisória define que a proporção entre recursos reembolsáveis e não reembolsáveis será definida pelo Poder Executivo no encaminhamento do projeto de lei do Orçamento. Essa previsão configura mais uma restrição à atuação do Congresso Nacional, que definiu o atual teto de 50% para recursos reembolsáveis na Lei Complementar 177, de 2021, já mencionada.

O conjunto de alterações propostas traz grande insegurança para a produção da ciência, tecnologia e inovação no Brasil, elevando-se o risco, em especial, da paralisação de importantes pesquisas em áreas estratégicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Dada a centralidade do FNDCT para a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico do país, é fundamental aprofundar o debate sobre os impactos da MP 1.136. Em particular, cabe ao Congresso Nacional discutir a eventual edição de MPs com desvio de finalidade, viabilizando manobras para esvaziar decisões do Poder Legislativo e implicando especialmente cortes de despesas de elevado retorno econômico e social e, em contrapartida, abertura de espaço no Orçamento a gastos de baixa qualidade, como são essas emendas de relator RP9 do Orçamento, o chamado orçamento secreto.

É esse o relatório, Presidente.

Peço aos pares a aprovação dele para que tenhamos essa audiência pública importantíssima para o futuro da ciência e da inovação tecnológica no país.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O requerimento do Senador Jean Paul entra em discussão.

Consulto os Senadores e as Senadoras se querem usar da palavra para encaminhar o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira encaminhar ou discutir, passo, portanto, à votação, que será simbólica.

Aqueles que concordam com o requerimento do Senador Jean Paul permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Sr. Presidente, retorne à sua função de Presidente, que temporariamente ocupei com muito esmero e com muito orgulho.

Passo a Presidência ao titular.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Paulo Rocha.

Vamos finalizar aqui e peço à assessoria que já entre em contato com os Srs. Senadores e Sras. Senadoras da Comissão para que façamos a votação daqui a pouquinho. É para deixar o pessoal ligado aí para a votação.

Senador Wellington Fagundes, está atento?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – ... Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Atento e pronto! Então, vamos lá! O senhor hoje está com energia total aqui, com vários itens.

2ª PARTE
ITEM 19
OFÍCIO "S" Nº 12, DE 2016
- Não terminativo -

Comunica que foi autorizada, conforme Decreto de 9 maio de 2016, publicado no Diário oficial da União do dia 10 de maio de 2016, a transferência indireta da concessão de serviço de radiofusão de sons e imagens outorgada à TV Ponta Negra Ltda., no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Wellington Fagundes
Relatório: Pelo arquivamento do OFS 12/2016.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senador Wellington Fagundes, Relator do Ofício Externo nº 12, de 2016, relativo à nossa queridíssima TV Ponta Negra, lá no meu Estado do Rio Grande do Norte.

Mando aqui um abraço também para a D. Miriam, para a minha amiga Micarla de Sousa, para todos.

Então, com grande honra, passo aqui a palavra ao Senador Wellington Fagundes para a leitura do seu relatório.

É o item 19, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, traz-me muita satisfação e muita alegria poder estar relatando este projeto, porque fui muito amigo do nosso Deputado e ex-Senador Carlos Alberto. E, Sr. Presidente, ele atendeu o meu pedido. Ele, com a D. Miriam, veio aqui ao Pantanal, conheceu o Pantanal, ele que já estava acometido por câncer.

Eu tenho a felicidade de poder vir aqui fazer uma homenagem à memória do nosso Deputado e Senador Carlos Alberto, que foi o fundador dessa TV. Ele me orientou muito, Sr. Presidente, porque aqui também, quando a nossa família montou aqui a TV Cidade, na minha cidade de Rondonópolis, foi exatamente o Carlos Alberto... Nós e o Nordeste todo o tínhamos como o Silvio Santos do Nordeste, um grande comunicador. Então, eu quero fazer uma homenagem, por toda essa nossa história de vida, a ele, que está lá no céu, com certeza, que foi um Parlamentar, um homem atuante.

Fui algumas vezes visitar e conhecer a nossa capital do Rio Grande do Norte com ele, inclusive, e a D. Miriam, essa mulher fantástica, que parece que o venerava. Eu acho que ela mais que amava o Carlos Alberto, ela o venerava.

Então, eu quero aqui, D. Miriam, a toda a sua família fazer uma homenagem também pela história de vocês, à Micarla, que foi Prefeita, enfim, à TV Ponta Negra, pela sua história, por ser uma TV vanguardista, sempre em defesa da população.

Por isso, com muita, mas muita satisfação, eu vou aqui ler este voto. Eu poderia, claro, ler o relatório, mas vou direto ao voto, Sr. Presidente, até para a gente não abusar do tempo.

Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício "S" nº 12, de 2016, que comunica a transferência para outro grupo de cotistas do controle societário da TV Ponta Negra Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Então, é o seu estado, que V. Exa. defende tão bem aqui no Congresso Nacional – não é? –, V. Exa., que é um dos Parlamentares mais competentes que eu já conheci aqui, nos meus 32 anos de mandato, extremamente preparado. E destaco aqui o seu relatório, no marco regulatório das ferrovias do Brasil. Hoje, nós temos no meu estado, daqui mais uns dias, nós vamos lançar a obra – para que eu quero convidá-lo para vir aqui –, o avanço da ferrovia Ferronorte de Rondonópolis, Cuiabá, até o Nortão de Mato Grosso, como a primeira ferrovia por autorização estadual do Brasil. Então, é mais uma inovação que nós temos aqui no Mato Grosso.

Eu também quero registrar o papel do Senador Jayme Campos. Juntamente com ele, levamos essa proposta à Assembleia Legislativa, e a Assembleia Legislativa, por unanimidade... Relembro aqui a Deputada Janaina; o Deputado Presidente da Assembleia Legislativa, o nosso companheiro e hoje também Presidente – além da Deputada Janaina –, o Deputado Avallone. Então, em nome de todos eles, eu quero aqui homenagear a todos os Deputados. E, ainda, falo aqui também do Governador Mauro Mendes, porque fez o chamamento, e hoje é essa realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com isso, Sr. Presidente, eu quero aqui agradecer muito a todos por esse avanço que estamos tendo em nome do Deputado Eduardo Botelho.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes, pelas palavras, pelos gentis convites que atenderei certamente. Apenas faltou agenda nesses períodos, mas, agora, com o sucesso eleitoral de todos vocês aí, teremos a felicidade de estarmos juntos aí no... Eu fico brincando com Rondonópolis, porque o Senador Wellington Fagundes é o maior promotor que eu conheço de todos os seres da humanidade da cidade de Rondonópolis como centro... Eu brinco que é o centro do mundo, porque, de fato, é um centro importante, é a grande confluência das ferrovias de carga do país. Aprendi isso com ele, o mestre Wellington Fagundes e a sua liderança na frente de logística, a importância que tem Mato Grosso hoje e Rondonópolis em si como centro, como catalizador e principalmente até como exemplo nessa questão da ferrovia estadual, que foi uma conquista deste marco.

Este marco abriu várias possibilidades em várias dimensões. Além de abrir a possibilidade de termos autorizações, Senador Paulo Rocha, além do sistema de concessões, abriu possibilidades para desenvolvimento dos trens urbanos, com a permissão de várias outras receitas adicionais que viabilizam os trens urbanos; na questão dos trens de carga, aliás, de todos os demais usos de ferrovias, a possibilidade de termos outorgas federais, estaduais e municipais. Portanto, dependendo, claro, da afeição da ferrovia solicitada, isso pode ser outorgado ao nível estadual também. Foi o que aconteceu, de forma pioneira, aí no Estado do Mato Grosso, com a liderança do Wellington, Senador Jayme e outros personagens justamente da economia, da importante economia do Mato Grosso.

Quero também agradecer as suas palavras em relação ao Senador Carlos Alberto. Eu não tive oportunidade de conhecê-lo tanto pessoalmente. Talvez tenha me encontrado com ele uma vez, mas era amigo de meu pai. Poucos, talvez, lá no estado, saibam, meu pai era muito ligado ao Senador Jessé Freire, ao Senador Carlos Alberto. Todos eles, dessa época, eram amigos de meu pai, Paulo Prates, na época em que eles estiveram aqui, em Brasília.

Saúdo também as Sras. Miriam e Micarla, nossas amigas, por esse sucesso que é o retorno à TV Ponta Negra.

Esse ofício, justamente, relaciona-se com a documentação recebida da nacionalidade brasileira nata de Miriam Garcia de Araújo Sousa e de Paulo Victorino do Nascimento, novos detentores do capital social da TV Ponta Negra Ltda. Justamente, esse relatório demonstra que, na análise da documentação, foram atendidas todas as exigências legais e regulamentares de que trata a matéria, com relatório competentíssimo do nosso querido amigo, Senador Wellington Fagundes.

Portanto, podemos passar à votação, à deliberação e votação deste, porque este é em separado.

Coloco, portanto, em discussão a matéria do item 19, ofício externo relativo à TV Ponta Negra Ltda., no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o Ofício Externo 12, de 2016, relacionado com a TV Ponta Negra, no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Anuncio a votação dos itens constantes, 1 a 15, cujos relatórios já foram lidos, apresentados e discutidos – itens 1 a 15.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que estão presentes: Senador Ogari Pacheco; Senadora Daniella Ribeiro; Senador Luis Carlos Heinze; Senador Vanderlan Cardoso; Senadora Maria das Vitórias; Senador Paulo Rocha está presente aqui, fisicamente; Senador Rogério Carvalho; Senador Jean Paul Prates, presidindo a sessão; Senador Styvenson Valentim – regressem aí para a votação –; Senador Plínio Valério; Senador Roberto Rocha; Senador Flávio Arns; o Senador Wellington Fagundes está atento, porque ainda vai falar aqui na nossa Comissão; Senador Carlos Portinho; e Senador Fabiano Contarato; solicito às assessorias que peçam que entrem no aplicativo para votar.

Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está aberta a votação.

Quem concorda com os votos dos Relatores vota "sim" aos projetos.

Os Senadores já podem votar. Estamos votando os itens 1 a 15 da pauta de hoje, da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal.

Os Senadores que votam "sim" votam de acordo com os Relatores. (*Pausa.*)

Senador Wellington Fagundes, com a palavra. (*Pausa.*)

O Senador Wellington Fagundes pediu um instante. Deve estar terminando a atividade ali.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Estou votando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito! O sinal está bom? (*Pausa.*)

Você está tirando uma foto minha? (*Risos.*)

Não pode, não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – É para votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ah, está votando! (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Votei, Sr. Presidente. O.k? Está o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Wellington Fagundes com a palavra, na condição de orador, nesta Comissão de Ciência e Tecnologia.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discursar. *Por videoconferência.*) – (*Falha no áudio.*)... que eu tiro foto, e V. Exa... (*Falha no áudio.*)

Sr. Presidente, eu quero aqui falar sobre alguns assuntos.

Primeiro, eu gostaria, Sr. Presidente, de registrar, aproveitando que estamos aqui falando de radiodifusão, uma marca (*Falha no áudio.*)... comunicação... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Wellington, o seu sinal está um pouco deficiente. Poderia verificar aí a conexão?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente... Melhorou, Sr. Presidente? Está o.k.? Melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Deixe-me ver se melhorou. Deixe-me ver. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me ver se melhorou. (*Pausa.*)

Acho que sim. Não sei se você fez alguma coisa aí, mas acho que sim.

Vamos tentar. Vamos tentar. Vamos lá!

Prossiga, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Vamos lá!

Sr. Presidente, eu gostaria de registrar mais uma vez, aproveitando que estamos falando em radiodifusão, uma marca importante de um veículo de comunicação do nosso estado, que é o *Centro Oeste Popular*, que atinge hoje a sua milésima edição. É um jornal que começou como um tabloide, mas que foi crescendo e avançando e que, graças à sua credibilidade, chegou a essa marca importante de mil edições, dispondo do que há de melhor em termos de equipamentos e novas plataformas de comunicação.

Portanto, ao fazer esse registro, eu gostaria de cumprimentar o Grupo Milas de Comunicação na pessoa do jovem empresário Maykon Feitosa Milas, que lidera esse processo. E também quero aqui desejar que continue avançando a bem do nosso serviço, da imprensa livre e democrática, distribuindo jornais também – o que hoje eles já fazem – em Campo Grande, lá no Mato Grosso do Sul, em Brasília, assim como também na minha cidade, Rondonópolis, em Sinop, em Tangará da Serra e em toda a Região Metropolitana de Cuiabá. Então, parabenizo aqui o grupo de comunicação na pessoa do Maykon.

Sr. Presidente, eu quero falar agora de outro assunto.

Está muito bom aí? Está bom o som, Sr. Presidente? Está tudo certo?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agora ficou excelente, Senador Wellington. Pode prosseguir, sem problema.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Ótimo! Ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Se houver algum picote, eu lhe informo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Então, Sr. Presidente, eu quero aqui, na pessoa de V. Exa., mas também do nosso Presidente, Senador Rodrigo Cunha, e também do Vice – V. Exa. é hoje o Vice-Presidente, Senador Jean Paul Prates –, agradecer... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cortou. (*Pausa.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – (*Falha no áudio.*)... por quê? É uma...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Wellington, houve uma interrupção. Se quiser, logo em seguida...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – (*Falha no áudio.*)... para ver se...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É, comeu um pedaço aí.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Tá.

Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Depois de "agradecer", aí parou. Pode seguir.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Então, Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer imensamente a V. Exa., em nome de toda a Comissão.

Sempre fiz questão de participar da Comissão de Ciência e Tecnologia, dada a importância do avanço do mundo tecnológico para as nossas gerações. É claro que, nesses últimos 20 anos, muita coisa aconteceu.

Eu fui Presidente da Comissão Senado do Futuro e tive a oportunidade de ouvir uma palestra sobre a questão de... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cortou de novo. Senador Wellington, cortou de novo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – (*Falha no áudio.*)... dizendo. O que acontecerá nos próximos cinco anos em termos de ciência e tecnologia representará duzentos anos de avanço em relação ao que foi para trás. Então, a nossa Comissão tem um papel relevante.

E aí eu quero, então, fazer aqui a minha fala, Sr. Presidente.

Diante disso, eu quero dizer também que sou muito grato por relatar todas essas matérias aqui, com a aprovação para todas estas cidades, principalmente do meu Estado, como Primavera do Leste, Pontal do Araguaia e Castanheira, além das outras cidades.

Nós sabemos, Sr. Presidente, que, muitas vezes, a rádio comunitária é a única fonte de informação de milhares de lares, principalmente os mais humildes do país, com programações voltadas ao debate e ao desenvolvimento das comunidades em que estão, é claro, instaladas, possuindo, assim, uma função social extremamente relevante. Então, eu faço aqui uma homenagem e parabenizo todo o sistema de rádio e TV comunitário do país.

Pois bem, Sr. Presidente, agora, eu quero dizer que já fui avaliador de políticas públicas, em diversas Comissões, sobre diversos assuntos aqui, no Congresso Nacional, no Senado. E quero aqui dizer que reafirmo a importância de debatermos projetos grandiosos como este, ao lado de especialistas, consultores, empresários, autoridades e sociedade civil organizada de modo geral.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, ser relativamente sucinto, mas o assunto é muito importante. Quero dizer da minha felicidade de poder compartilhar uma notícia que certamente mudará a rotina e o futuro de todos os brasileiros, em especial os meus conterrâneos mato-grossenses ou, melhor dizendo, os meus conterrâneos companheiros do meu estado. O Governo Federal, por meio da Anatel, com o Presidente Bolsonaro, liberou em diversas capitais, depois de toda a licitação... Anteontem, aqui em Cuiabá, foi, então, instalado o tão aguardado sinal de 5G, que cobrirá 88 bairros da capital mato-grossense por meio de três empresas de telefonia.

Ressalto aqui também que a primeira fazenda 5G implantada no Brasil foi exatamente na minha cidade de Rondonópolis, juntamente com o Ministro das Comunicações e com a Ministra Tereza Cristina, que era Ministra da Agricultura. Lá, implantamos um campo experimental da Ampa (Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão). E foi, com certeza, um grande dia para todos nós.

Por isso, a implantação do 5G aqui, em Cuiabá, é algo simples no papel, mas agora se torna uma virada de chave para o nosso estado, especialmente, Sr. Presidente, pela sua vocação produtiva no âmbito rural e pela potencialidade urbana do comércio, da indústria e do serviço. Portanto, somos um estado solução para a retomada econômica. E, com o advento do 5G, o Governo Federal nos honra com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

essa grande ferramenta a ser utilizada para a criação e a melhoria dos empregos e para o aumento da renda e da qualidade de vida da nossa gente.

A novidade, Sr. Presidente, nos traz, é claro, a sensação do dever cumprido, justamente porque me sinto partícipe das tratativas que levaram o sinal do futuro ao nosso estado. Cito como exemplo a agenda que tivemos em meados de maio, no ano passado, no Ministério das Comunicações, juntamente com o Ministro Fábio Faria. Estava comigo presente a Deputada Estadual Janaina Riva e também o Presidente da Assembleia do meu estado, à época, Deputado Max Russi, que eu quero aqui homenagear, também um grande companheiro que sempre esteve comigo.

Lá, Sr. Presidente, pedimos a inclusão de Mato Grosso na primeira etapa de implantação da internet 5G no país, e o Ministro, o nosso Ministro Fábio Faria ficou entusiasmado e afirmou que as nossas escolas rurais e as comunidades mais longínquas do Mato Grosso passarão a ter internet, assim como indústrias de diversos segmentos, e a própria medicina do estado crescerá exponencialmente, com a operação dos robôs cirúrgicos e também das teleconsultas.

Sr. Presidente, eu me lembro do Dr. Fábio falando que o 4G veio para as pessoas, mas que o 5G veio para revolucionar também as indústrias, especialmente porque o sinal possui uma latência baixíssima, permitindo inclusive respostas imediatas em carros e tratores autônomos, por exemplo.

Também tive o orgulho de compartilhar com um grande grupo, um momento, nesse grande grupo, juntamente com a Tereza Cristina, em que implantamos – já disse aqui – a primeira fazenda 5G. Portanto, o 5G, senhoras e senhores, também poderá conectar objetos no cotidiano, como a internet, automatizando processos. E aí, Sr. Presidente, principalmente e especialmente na nossa agricultura, ela possibilitará também a transmissão, em tempo real, de imagens em alta definição, das nossas plantações, da agricultura, para acompanhamento à distância pela equipe técnica, fazendo com isso a prevenção de doenças, com isso usando muito menos produtos químicos, que podem levar à intoxicação e inclusive também à contaminação do meio ambiente.

E quero destacar que, além disso, informações precisas sobre o comportamento e a saúde de animais poderão ser obtidas de forma bem detalhada, bem como sobre as condições climáticas. Isso, Sr. Presidente, é fundamental para um estado como o nosso, de três biomas. Eu cito o Pantanal, a nossa Amazônia, o nosso Cerrado, e ainda falo do bioma do nosso Araguaia, com todas as suas áreas baixias, mas também de grande capacidade de produção.

Sr. Presidente, as portas do futuro já foram abertas. E fico feliz de ser o parceiro do Governo Federal, do Presidente Bolsonaro, juntamente com o Governador Mauro Mendes e com todos os produtores do Estado de Mato Grosso, que são empreendedores e, claro, também servidores públicos do nosso Estado, porque o serviço público é extremamente importante, por isso, sempre defendi o estado necessário, nem o estado mínimo nem o estado gigantesco, um estado que seja importante para atender a demanda da sociedade, porque quem paga o imposto é o cidadão.

Então, quero dizer que, na medida em que veremos mais de 20 milhões de dólares em nossos negócios... (*Falha no áudio.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Houve um corte, Senador Wellington Fagundes. V. Exa. volta imediatamente.

Estamos encerrando a votação.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Por isso, nós agradecemos a todo o Governo Federal, através do Presidente Bolsonaro, a todos, a V. Exa., que também representa o partido de oposição, mas sempre na sua coerência defendendo aqui projetos importantes para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero agradecer a oportunidade de celebrar essa grande novidade e digo a todos os colegas e à população... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Wellington, cortou o finalzinho.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – ... escolhas e, do nosso lado, impecável trabalho em prol da população.

Termino aqui, Sr. Presidente, parabenizando também a Câmara de Vereadores da nossa capital, Cuiabá, através do nosso Presidente da Câmara, o Juca do Guaraná; também o Chico 2000, que é o nosso companheiro de partido; e toda a Câmara de Vereadores, que votou ontem a regulamentação para a implantação das antenas, para que nós tivéssemos, então, a partir de hoje, a implantação do 5G na nossa capital, na nossa Baixada Cuiabana, em Várzea Grande e principalmente nas nossas cidades do Pantanal – logo, logo, em todo o Estado de Mato Grosso. E quero claro também que seja implantado em todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Termino aqui desejando a todos felicidade, iluminação divina. Que cada companheiro que é candidato à reeleição tenha todos os seus planos realizados, mas, acima de tudo, que possamos ter uma campanha limpa, uma campanha que seja bem fiscalizada, uma campanha cristalina e, acima de tudo, que o voto popular seja o absoluto de tudo. Que a democracia cada dia mais vença e que o nosso Presidente Bolsonaro, que é o nosso candidato do partido, o PL, possa também estar conosco rumo à vitória, junto com o Mauro Mendes e todos os nossos candidatos a Deputado Estadual e Federal no Mato Grosso.

Felicidade, que Deus nos abençoe a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes. Afora os outros candidatos, quanto à sua candidatura, posso dizer certamente que torço muito para que o tenhamos aqui com a recondução do seu mandato, porque é muito competente, muito sério e nos apraz a todos, nos honra estar aqui junto a você, Senador Wellington Fagundes, pelo Mato Grosso.

O pessoal tem que colocar o 5G aí para funcionar, porque o discurso ficou um pouquinho prejudicado. Teve umas partes que foram cortadas, mas a maioria – com certeza, 99% – pudemos aqui ouvir integralmente.

Fechou aqui? (*Pausa.*)

Com o voto do Senador Flávio Bolsonaro, deu 13: 13 de quórum e 12 votos. O Presidente não vota. (*Pausa.*)

Ah, porque não saiu ali no painel.

Registrando aqui, votaram o Senador Ogari, a Senadora Daniella, o Senador Luis Carlos Heinze, o Senador Styvenson Valentim, o Senador Vanderlan, o Senador Wellington Fagundes, o Senador Paulo Rocha. Votou também o Senador Fabiano Contarato, o Senador Flávio Arns, o Senador Plínio Valério, o Senador Flávio Bolsonaro, a Senadora Simone Tebet.

Temos o total de 13 no quórum.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Votação: 12 votos SIM, zero voto NÃO, zero abstenção.

Estão aprovados os itens 1 a 15.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com isso, encerramos a pauta hercúlea de hoje da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo à equipe, agradecendo aos Srs. Senadores, Senadoras e assessores pelo trabalho de hoje.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE NOVEMBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quinze horas e quarenta e nove minutos do dia oito de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Daniella Ribeiro, Rodrigo Cunha, Plínio Valério, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Ogari Pacheco, Luis Carlos Heinze, Styvenson Valentim, Vanderlan Cardoso, Jean Paul Prates e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das atas da décima quinta e décima sexta reuniões, que são aprovadas. A presente reunião se destina à apreciação das Emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32, de 2022, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023", para apresentação perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). A Presidência informa que foram apresentadas oitenta e oito propostas de emendas perante a CCT. Após a leitura do relatório do Senador Rodrigo Cunha e não havendo inscrição para discussão, a Comissão aprova as seguintes emendas: **Emenda nº 1-CCT**: UO: 24101, Ação: 20V6 – Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação, a Tecnologias Digitais e ao Processo Produtivo, Valor: R$ 200.000.000,00; **Emenda nº 2-CCT**: UO: 41101, Ação: 20V8 – Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital, Valor: R$ 300.000.000,00; **Emenda nº 3-CCT**: UO: 24101, Ação: 20US – Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Científico, Valor: R$ 100.000.000,00; **Emenda nº 4-CCT**: UO: 24101, Ação: 20UQ – Apoio a Projetos de Tecnologias Aplicadas – Prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer, Valor: R$ 200.000.000,00;. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e um minuto. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/08

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 15ª e da 16ª Reuniões.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

Esta reunião ocorre de modo semipresencial, com a utilização do sistema de videoconferência. As informações para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da plataforma.

A presente reunião se destina à apreciação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32, de 2022, que estima receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2023.

Informo que foram apresentadas 88 sugestões de emendas perante a CCT.

Com a palavra o Relator, o Senador e Presidente Rodrigo Cunha, para proferir o relatório. Antes disso, parabenizo-o pela votação expressiva no seu estado. Parabéns, viu? E seja bem-vindo, retornando à Casa. Estava preocupado de você ganhar, ficar lá e de a gente perder aqui um Senador muito atuante.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Meu amigo, colega e sempre Líder Senador Izalci, Presidente desta Comissão, agradeço as palavras. E será uma honra dividir mais quatro anos ao seu lado. Aprenderei bastante.

E aqui também passo à leitura de um relatório importante, um relatório no qual a gente faz, como Comissão, as indicações necessárias. E peço licença para ir direto à análise.

Cumprimento também a nossa Senadora Daniella, que é uma nordestina com muito orgulho, elevando sempre a nossa região para o país inteiro.

Sr. Presidente, inicialmente, consignamos que existe uma significativa limitação para o atendimento das propostas de emendas apresentadas pelos Senadores e Senadoras, haja vista que esta Comissão está sujeita ao limite de até oito emendas de despesa ao Ploa 2023, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento.

A Resolução nº 1, de 2006 – CN, dispõe, em seus arts. 43 a 45, sobre as emendas das Comissões Permanentes a serem apresentadas ao Ploa. Em conformidade com o art. 43, as emendas de Comissão devem ser efetivadas no âmbito das competências regimentais de cada Comissão. As emendas de Comissão, em número de até quatro de apropriação e até quatro de remanejamento, devem ser apresentadas juntamente com a ata da reunião que decidiu por sua apresentação. Devem possuir caráter institucional e representar interesse nacional, vedada a destinação a entidades privadas, salvo se contemplarem programação constante do projeto.

Em vista das restrições regimentais, procuramos em nosso parecer acolher as emendas que albergassem o maior número possível dos Parlamentares dessa Comissão, ao mesmo tempo que versam sobre tema e ações de grande interesse nacional.

Desse modo, contemplamos emendas que favorecem as ações de tecnologias, inovação e desenvolvimento sustentável; o apoio a iniciativas e projetos de inclusão digital; o fomento a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico; o fomento à pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação; as tecnologias digitais e o processo produtivo; e o apoio a projetos de tecnologias aplicadas, especialmente relacionadas a prevenção, diagnóstico e tratamento de câncer.

A emenda de remanejamento beneficiando o Senado, apesar do elevado mérito da preocupação com as perdas remuneratórias dos servidores desta Casa, não pode ser acolhida devido a não pertencer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

às atribuições regimentais desta Comissão. Pelo mesmo motivo, não acolhemos as duas emendas de texto ofertadas no mesmo sentido.

As outras três emendas de remanejamento também não foram acolhidas devido ao que dispõe o art. 38, combinado com o art. 45, da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Também não acolhemos as emendas de reestimativa de receita relacionadas à Condecine (Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional) devido a não pertencer às atribuições regimentais desta Comissão. De fato, as Comissões permanentes, no âmbito de sua competência temática, são aptas a apresentar emendas à receita e ao texto da lei, conforme preceitua o art. 142 da Resolução nº 1 de 2006-CN.

Voto.

Tendo em vista o exposto, votamos pela apresentação, por parte da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de quatro emendas de apropriação à despesa ao Ploa 2023, nas seguintes ações abaixo relacionadas, detalhadas com as respectivas propostas de emendas:

- Ação 20V6. Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação, a Tecnologias Digitais e ao Processo Produtivo. Unidade orçamentária: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – Administração Direta. Valor: 200 milhões. Senadores: Rodrigo Cunha, Zequinha Marinho, Plínio Valério, Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Rogério Carvalho, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Chico Rodrigues, Styvenson Valentim, Luis Carlos Heinze, Daniella Ribeiro, Confúcio Moura, Simone Tebet;

- Ação 20V8. Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital – Nacional. Do Ministério das Comunicações – Administração Direta. Valor: 300 milhões. De Wellington Fagundes, Izalci Lucas, Flávio Bolsonaro, Styvenson Valentim, Rodrigo Cunha, Confúcio Moura, Simone Tebet, Flávio Arns;

- próxima: Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Científico. Do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Valor: 100 milhões. De Zequinha Marinho, Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Styvenson Valentim, Simone Tebet, Flávio Arns, Izalci Lucas;

- próxima: Apoio a Projetos de Tecnologias Aplicadas – Prevenção, diagnóstico e tratamento de câncer – Nacional. Do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Valor: 200 milhões. De Chico Rodrigues, Simone Tebet, Rodrigo Cunha.

Fica a Secretaria da Comissão de Ciência e Tecnologia autorizada a promover os ajustes necessários nas propostas de emendas ora apreciadas, a fim de formalizá-las de forma adequada como emendas de autoria da CCT perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Coloco em discussão.

Quero apenas, Senador Rodrigo Cunha, cumprimentá-lo pelo relatório, agradecer pelo acatamento das emendas, que realmente são de apoio ao projeto de inclusão digital, que é um projeto que nós aqui da Casa, por unanimidade, defendemos, e também o fomento ao projeto de pesquisa de desenvolvimento científico.

Quero até aproveitar e fazer um pedido a V. Exa. e também à Senadora Daniella. V. Exa. participou ativamente da aprovação e da derrubada do veto do FNDCT. Nós não tivemos a execução do FNDCT nem em 2020, nem em 2021. Em 2022, veio a medida provisória que venceu agora, dez dias atrás, foi prorrogada e, consequentemente, não está no Orçamento, novamente, de 2023. Então, são muitos anos sem esse recurso do FNDCT. V. Exa. tem acompanhado e sabe que o nível de contingenciamento chega

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a 90%. Então, é uma discussão que nós vamos fazer na CMO, eu estava até aguardando lá para começar esse debate no Plenário e na Comissão de Orçamento, porque é inadmissível a gente continuar com um orçamento neste valor para a ciência e tecnologia, o mundo todo investindo bilhões de dólares e a gente aqui...

Então, eu pediria – acho que nem precisava pedir –, mas só para reforçar a importância do FNDCT nesse processo. Mas, parabéns a V. Exa.

Não havendo quem queira mais discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Rodrigo Cunha.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CCT.

As emendas aprovadas serão acatadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Daniella, quer falar?

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. Pela ordem.) – Não, é só para cumprimentar o colega Rodrigo Cunha, Senador, parabenizá-lo pelo trabalho feito com relação às emendas à LOA 2023. E, mais uma vez, na realidade, fazer esse registro pelo trabalho realizado, apesar de sua luta lá em Alagoas.

Também quero parabenizá-lo pela sua luta, por suas propostas, por aquilo que você colocou para aquele povo para honrar e trabalhar. E aqui permanecemos, porque essa decisão é a decisão democrática, a qual nós recebemos, acatamos e, assim, seguimos em frente. Tenho certeza de que você deixou, nessa sua caminhada, um legado de amigos, de palavras, de pessoas que estiveram com você e daqueles tantos e tantos milhões e milhões que votaram em você e que acreditaram no seu nome.

Era só isso, Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

Solicito a permanência das Sras. e Srs. Senadores para darmos início à 18ª Reunião.

(*Iniciada às 15 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 01 minuto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e cinquenta e cinco minutos do dia sete de julho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Omar Aziz, Mecias de Jesus, Angelo Coronel, Zequinha Marinho, Wellington Fagundes, Zenaide Maia e Paulo Rocha, e ainda dos Senadores não membros Soraya Thronicke e Tasso Jereissati. Deixa de comparecer o Senador Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro n° 9, de 2022** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater aspectos relacionados à tecnologia e à segurança da certificação digital." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente da Comissão Senado do Futuro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/07/07

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Fala da Presidência. *Por videoconferência.*) – Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Senado do Futuro, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 7 de julho de 2022.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 4ª Reunião, realizada em 29 de junho de 2022.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de requerimentos.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO N° 9, DE 2022

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater aspectos relacionados à tecnologia e à segurança da certificação digital.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater aspectos relacionados à tecnologia e à segurança da certificação digital.

Proponho, para a audiência, a presença dos seguintes convidados: o Dr. Celso Fernandes Campilongo, Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; o Dr. Jean Everson Martina, Professor da Universidade Federal de Santa Catarina; o Sr. Maurício

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coelho, Diretor de Infraestrutura de Chaves Públicas do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação; o Sr. Fernando Moreira, Diretor Presidente da empresa DigitalSign; o Sr. Fernando André Coelho Mitkiewicz, Secretário de Governo Digital no Ministério da Economia; a Sra. Francimara Viotti, Presidente Executiva da Associação Brasileira de Tecnologia e Identificação Digital; o Sr. Renato Opice Blum, Advogado e Professor universitário; representante da Secretaria Especial de Modernização do Estado.

Em discussão o Requerimento nº 9. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos colocar em votação o Requerimento nº 9.

Em votação o Requerimento nº 9.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 9, de 2022, da Comissão do Senado do Futuro.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia nove de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Plínio Valério, Eduardo Girão, Mecias de Jesus, Zequinha Marinho, Wellington Fagundes e Rogério Carvalho. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Omar Aziz, Ângelo Coronel e Zenaide Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta. **Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária (LOA/2023)**. Finalidade: Discussão e votação das emendas desta comissão ao PLN nº 32/2022 – CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023. RELATOR: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer, favorável às quatro emendas seguintes de apropriação e duas de texto: Apropriação - Ação: 00SX – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável - Local Integrado (Seq. 2632), Valor: R$: 4.390.000.000; Apropriação - Ação: 20V8 – Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital – Nacional (Seq. 2281) - Valor: R$ 726.000.000; Apropriação - Ação: 20V6 – Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação, a Tecnologias Digitais e ao Processo Produtivo – Nacional (Seq. 994) - Valor: R$ 650.000.000; Apropriação - Ação: 20VA - Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisas e Desenvolvimento Relacionados à Mudança do Clima – Nacional (Seq. 978) - Valor: R$ 100.000.000. Aprovadas as seguintes emendas de texto: 1T, 2T e 3T, sendo as duas primeiras na forma de uma única proposição, por terem objeto idêntico: Emenda 1T – Aditiva - Implementação plena da Gratificação de Desempenho dos servidores do Senado Federal, referência Anexo V e Emenda 3T – Aditiva - Inclua-se no Anexo V do PLOA 2023, referência: Anexo V, Cap I, Seção 5, Subseção 1, Alínea 2, Item 1.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão Senado do Futuro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 9 de novembro de 2022.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião, realizada no dia 7 de julho de 2022.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação das emendas a serem apresentadas pela Comissão Senado do Futuro ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32/2022, que trata da lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 2023.

Foram apresentadas 33 emendas a esta Comissão, sendo 27 emendas de apropriação, 3 emendas de remanejamento e 3 emendas ao texto do projeto de lei orçamentária anual.

A Comissão Permanente pode apresentar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização até quatro emendas de apropriação e quatro de remanejamento, e não há limites para a apresentação de emendas de texto.

Passo, então, a palavra ao Relator, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Bom dia a todos!

Meu Presidente Senador Izalci, vamos direto ao relatório.

O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em 31/08/2022, o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023, Projeto de Lei nº 32/2022-CN (Ploa 2023), em seguida encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), consoante prevê o art. 166, §1º, da Constituição Federal. A CMO fixou o prazo de 01/10/2022 a 14/11/2022 para apresentação de emendas ao Ploa.

A Resolução nº 1, de 2006-CN, dispõe, em seus arts. 43 a 45, sobre as emendas das Comissões Permanentes a serem apresentadas ao Ploa. As emendas de Comissão, em número de até quatro de apropriação e até quatro de remanejamento, podem ser apresentadas juntamente com a ata da reunião que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decidiu por sua apresentação. Devem possuir caráter institucional e representar interesse nacional, vedada a destinação a entidades privadas, salvo se contemplarem programação constante do projeto.

Nesse contexto, esta Comissão Senado do Futuro do Senado Federal delibera sobre as indicações que resultarão nas emendas a serem apresentadas ao Ploa 2023.

Sob a análise desta Comissão, encontram-se 33 indicações de emendas, sendo 30 à despesa e 3 ao texto, elaboradas pelos Senadores Confúcio Moura, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Mecias de Jesus, Zenaide Maia, Zequinha Marinho, Marcelo Castro e Rogério Carvalho. Das emendas à despesa apresentadas, 27 são de apropriação e 3 de remanejamento.

Essas indicações estão relacionadas em quadro anexo a este parecer, com número atribuído a cada proposta de emenda por esta Comissão Senado do Futuro, autor, código da ação, descrição da programação e valor solicitado.

É o relatório.

Análise.

No que tange às emendas de remanejamento apresentadas, entendemos que não atendem ao disposto no art. 45 da Resolução nº 1/2006-CN, uma vez que o acréscimo e o cancelamento não possuem o mesmo grupo de natureza de despesa. Ademais, o art. 76 da Lei 14.436/2022 – LDO 2023 proíbe que emendas individuais e coletivas aloquem recursos em despesa primária obrigatória. Nesse sentido, opinamos pela inadmissão das emendas de remanejamento à despesa de números 1, 2 e 9.

Observa-se que foram apresentadas indicações de emendas de apropriação em número que extrapola o limite de quatro emendas desse tipo reservadas à Comissão Senado do Futuro. Assim, a observância do limite máximo exigiu análise minudente, com fundamentos colhidos na legislação de direito financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006-CN.

Importa consignar que as escolhas desta Comissão devem privilegiar aquelas proposições que melhor atendam ao seu caráter institucional, ao manter estrita relação com as suas competências e com os trabalhos nela desenvolvidos.

Outro requisito é o de que as indicações apresentem interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada pelas emendas de Comissão desdobram-se, no plano nacional, não se limitando a região ou localidade específica. Nesta análise, também visou-se a excluir as proposições que possam, por interpretação do Comitê de Admissibilidade de Emendas da CMO, ser consideradas inadmitidas.

Podemos afirmar que todas as indicações exibem inegável mérito. Contudo, dada a restrição quantitativa, o critério de escolha consistiu em selecionar programações orçamentárias alinhadas às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prioridades das políticas públicas a cargo dos órgãos afins às competências desta Comissão, levando também em consideração a quantidade de proposições sugeridas em cada ação orçamentária.

Dessa forma, tendo em vista tais diretrizes, entendemos devam ser apresentadas por esta Comissão Senado do Futuro as quatro emendas de apropriação relacionadas no quadro a seguir.

Ação 00SX – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado – Nacional (Seq. 2632); R$4,390 milhões.

Ação 20V8 – Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital – Nacional (Seq. 2281); R$726 milhões.

Eu acho que eu li o primeiro de forma errada. A primeira é R$4,390 bilhões. A segunda, agora, é R$726 milhões.

Ação 20V6 – Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação, a Tecnologias Digitais e ao Processo Produtivo – Nacional (Seq. 994); R$650 milhões.

Ação 20VA – Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisas e Desenvolvimento Relacionados à Mudança do Clima – Nacional (Seq. 978); R$100 milhões.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao Ploa 2023, por esta Comissão Senado do Futuro, das quatro emendas de apropriação discriminadas no quadro precedente.

Ademais, propomos a apresentação das emendas de texto 1T, 2T e 3T, sendo as duas primeiras na forma de uma única proposição, por terem objeto idêntico.

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões tomadas. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala da comissão, em 9 novembro de 2022.

Presidente: Senador Izalci.

Senador Wellington Fagundes, Relator.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Senador Wellington.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer, favorável às emendas desta Comissão Senado do Futuro ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32, de 2022.

As emendas aprovadas nesta Comissão serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 44, inciso I, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, as emendas devem ser apresentadas à CMO juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta 6ª Reunião da Comissão do Senado Futuro.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada. A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A via original será entregue à Comissão Mista do Orçamento.

Quero aqui parabenizar o nosso Relator Wellington Fagundes pelo relatório, pela importância dessas emendas. Agora vamos trabalhar na Comissão Mista de Orçamento para que seja concretizada, não é isso?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Senador Izalci, eu quero aqui, inicialmente, agradecer a toda a Consultoria de Orçamento aqui da nossa Casa através Andre Burello, que foi um competente consultor, que nos ajudou aqui na feitura desse parecer e também na nossa relatoria; e também à equipe da Comissão Senado do Futuro, por quem eu tenho muito carinho, porque fui aqui o segundo Presidente, substituindo o nosso saudoso Senador Luiz Henrique. Então, eu quero aqui agradecer a toda a equipe, nas pessoas da Maria Hollanda, da Jéssica Oliveira, do Felipe Geraldes e da Andréia Mano. Pelo jeito, há supremacia das mulheres aqui nesta Comissão, afinal de contas, nós estamos tratando do futuro, não é?

E é importante dizer aqui, porque muitos perguntam: "Essa Comissão é para tratar do futuro do Senado?". Não. Esta Comissão tem o objetivo exatamente de tratar das futuras gerações, não é? E agora, mais do que nunca, no pós-pandemia, temos uma evolução tecnológica muito grande, e esta Comissão também tem esse compromisso exatamente de estar discutindo aqui o que toda essa evolução representa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos próximos anos, para o Brasil e para o mundo – não só pós-pandemia, mas também vivendo este momento ainda da guerra e, agora, mais do que nunca, um novo governo. Uma eleição sempre é assim: é para gerar novas expectativas. Por isso é o movimento democrático.

Então, Sr. Presidente, eu quero aqui também agradecer à minha equipe, através do meu chefe de gabinete Fernando Damasceno e da Tiok, que é a assessora de orçamento. E, claro, quero esperar que possamos ter, nos próximos quatro anos, muito trabalho. Não sei se participarei da Comissão Senado do Futuro, mas gostaria de participar – inclusive, nesses próximos anos, teremos aqui um Presidente que pode também conduzir esta Comissão na envergadura que a representa.

Eu quero dizer que tive a oportunidade de, com o Senador Cristovam, que foi o meu Vice-Presidente, estar no Chile, onde essa Comissão é a comissão mais importante do Congresso chileno. Lá, de dois em dois anos, eles fazem um congresso internacional sobre o Senado no futuro. Tivemos a oportunidade de fazer aqui no Brasil, aqui no Senado, o primeiro congresso – e esperamos que a gente possa dar sequência –, que foi de muito sucesso, com a participação aqui de toda a Casa. Inclusive, o programa e-Cidadania foi criado a partir desse trabalho conjunto de todos nós. Esse programa é um grande sucesso aqui no Senado, onde o acesso, enfim, a democratização do nosso trabalho é muito forte.

Então, Senador Izalci, V. Exa. que é uma referência na ciência e na tecnologia aqui no Congresso Nacional, bem como também na educação, eu tenho certeza de que temos muitos desafios a enfrentar nesses próximos quatro anos. Desejo a V. Exa. e a todos que possamos ter... Ainda não estamos no momento de desejar "Feliz Natal!" e "Feliz Ano Novo!", porque há muito trabalho ainda – temos que aprovar o Orçamento, enfim, muitos desafios –, mas creio que será uma das últimas reuniões da Comissão. Então, nós agradecemos aqui a todos que compõem a Comissão, a todos os membros, a todos os Senadores e Senadoras, enfim, a todos que nos ajudam aqui no dia a dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Senador Wellington.

Eu quero até registrar aqui que nós fomos convidados para a reunião internacional, que, neste ano de 2022, aconteceu na Finlândia, mas coincidiu exatamente com o processo eleitoral. Nós estávamos, a grande maioria, em campanha. O Senador Girão assumiu até o compromisso de participar, mas teve um imprevisto. Mas é como V. Exa. falou: a Comissão Senado do Futuro, acho que cinco países têm a Comissão Senado do Futuro. Na Finlândia, inclusive, o Executivo é obrigado a apresentar à Comissão Senado do Futuro toda a programação dos próximos anos, do futuro, exatamente dos 20, 30 anos, aquilo que está sendo desenvolvido, projetado pelo Executivo em termos de investimento no futuro do país.

Então, é de fato uma Comissão importante, que a gente precisa aqui no Brasil reforçar cada vez mais, porque nós estamos ficando para trás nessa situação da tecnologia, da ciência, da inovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. sabe a luta que foi a da aprovação do FNDCT, que é o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que foi aprovado e foi vetado; derrubamos o veto, e veio a medida provisória. Resumindo, nós não tivemos orçamento no fundo em 2020, em 2021 e agora, em 2022; em 2023, também estamos correndo risco, porque não está previsto na LOA. Ontem, eu tive a oportunidade de alertar sobre isso. Nós temos aí valores sendo investidos. O Brasil apresentou, no último ano, em termos de patentes, 25 mil; a China, 1,38 milhão; a Coreia, 67 mil; os Estados Unidos, 606 mil patentes. E o Brasil apresentou 25 mil.

Então, a gente diz isso sem falar da formação. Nós não estamos preparando nossos jovens para o futuro, principalmente para as novas profissões. A gente nem sabe o que vai acontecer daqui a dois anos, mas o jovem não está sendo preparado para isso. É um grande desafio a formação de professores, a formação de mão de obra. Então, esta Comissão tem o papel fundamental de discutir não só essas questões tecnológicas, mas também uma visão completa do que nós queremos para o nosso país para os próximos anos. Espero que esse Governo que está assumindo agora possa reconhecer a importância do investimento em ciência, tecnologia e inovação.

Então, parabéns a V. Exa. pelo trabalho e pela eleição também! V. Exa. foi eleito com uma votação expressiva e vai continuar contribuindo com o Brasil e, de forma especial, com Mato Grosso. Mas V. Exa. tem feito um trabalho importantíssimo para o país. Então, eu o parabenizo e lhe agradeço pelo relatório. Vamos trabalhar juntos para a aprovação na Comissão Mista e para a execução dessas emendas, que é o mais importante.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro, então, encerrada a nossa sessão.

Obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 50 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às oito horas e trinta e sete minutos do dia trinta e um de agosto de dois mil e vinte e dois, no Reunião remota, sob a Presidência do Senador Jaques Wagner, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Luiz Pastore, Esperidião Amin, Plínio Valério, Giordano, Wellington Fagundes, Fabiano Contarato, Eliziane Gama e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Margareth Buzetti, Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Jayme Campos, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência comunica os documentos recebidos pela Secretaria. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 48, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de debates com o objetivo de avaliar os impactos ambientais gerados pela ocupação ilegal de áreas públicas pela Política de Regularização Fundiária do Governo Federal, com foco especial na Amazônia Legal, no exercício de 2021, conforme Req. nº 1, de 2022, desta Comissão" **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Aprovado. Antes de encerrar, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às oito horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/08/31

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 17ª Reunião, realizada em 6 de julho de 2022.

Eu vou deixar para fazermos essa votação quando nós atingirmos o quórum de nove, porque ainda estamos com quórum de sete.

Vou iniciar lendo os comunicados recebidos até o momento.

Comunico que foram apresentados à Secretaria da Comissão de Meio Ambiente os seguintes documentos:

1º. Ofício nº 658, de 2022, do Mapa, que encaminha resposta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento à Indicação nº 43, de 2022, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, em decorrência dos resultados do Fórum da Geração Ecológica, que sugere ao Poder Executivo a reestruturação e o aprimoramento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, prevista na Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010. O ministério manifesta-se contrário à proposta da indicação com entendimento de alto impacto negativo. O ofício já se encontra juntado ao processado da matéria.

2º. Ofício nº 173, de 2022, da Câmara Municipal de Chapecó, Santa Catarina, que encaminha a Moção nº 96/22, solicitando que viabilizem a construção de políticas públicas proativas para o país, no que tange ao enfrentamento dos fenômenos climáticos e à convivência com estiagem e enchentes.

3º. Ofício 656, de 2022, do Gabinete do Procurador de Itaituba, Pará, que, em referência ao processo PA - INST 1.23.008.000086/2022-64, solicita fiscalização e controle sobre a Agência Nacional de Mineração, ante a verificação de requerimentos minerários incidentes em Unidades de Conservação de Proteção Integral e Uso Sustentável, a fim de buscar o cumprimento a contento dos mandamentos constitucionais e infraconstitucionais pertinentes, haja vista que a entidade, ao que aparenta, ignora seus deveres constitucionais e legais de proteção do meio ambiente quando da emissão e da fiscalização das permissões de lavra garimpeira por ela concedidas na Amazônia.

4º. Mensagem eletrônica que encaminha o ofício OF. CCEN/FASER/115/2022, da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica, Extensão Rural e da Pesquisa, do Setor Público Agrícola do Brasil (Faser), e representa uma rede de Desenvolvimento Rural Sustentável que congrega mais de 23 mil profissionais atuando em 5.298 municípios. O ofício encaminha Moção de Repúdio ao Projeto de Lei nº 6.299/2022, conhecido como pacote do veneno, aprovado em fevereiro de 2022 pela Câmara dos Deputados. A moção foi aprovada pela Plenária do XIV Confaser.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5º. Foram recebidos e anexados, nos termos do art. 261, §2º, III, do Regimento Interno, aos processados das matérias PLC 61/2013, PL 2.159/2020, PL 510/2021 e PL 2.633/2020 os seguintes documentos:

a. Mensagem eletrônica da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (Raps) na qual manifesta extrema preocupação com algumas matérias em tramitação no Senado Federal, em especial: i) a possibilidade de criação da Estrada-Parque do Colono no Parque Nacional do Iguaçu; ii) o projeto que trata de defensivos agrícolas; iii) o projeto relativo ao Licenciamento Ambiental; e iv) as matérias relacionadas à proposta de regularização fundiária. Aponta os impactos negativos para o meio ambiente decorrentes de eventual aprovação dessas matérias.

b. Mensagem eletrônica da World Heritage Watch, organização internacional que tem como missão atuar na proteção do Patrimônio Mundial da Unesco, na qual a instituição expressa profunda preocupação com a consideração do Senado Federal em reabrir a extinta Estrada do Colono, por meio do PLC nº 61/2013.

c. Ofício Circular 002/2022, da Abema (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente), que encaminha carta ao Senado Federal referente ao PL 2.159/2021, na qual manifesta interesse em contribuir com os debates necessários aos ajustes que tornarão o projeto mais próximo a um modelo de licenciamento mais ágil e adequado à modernização do país.

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa, os documentos não anexados a matérias estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, na internet, pelo prazo de 15 dias, podendo ser solicitada, pelos membros, a correspondente autuação até lá.

Objetivo e diretrizes desta reunião.

A presente reunião destina-se à deliberação de um requerimento do Senador Fabiano Contarato para realização de ciclo de debates que subsidiará a avaliação de política pública sob sua relatoria. A reunião ocorre de modo exclusivamente remoto e, se necessário, contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberação nominal.

Já temos quórum ou não? (*Pausa.*)

Alô!

O SR. AIRTON LUCIANO ARAGÃO JÚNIOR – Bom dia, Presidente! Estamos aguardando mais uma presença para obter o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Por videoconferência.*) – Airton... (*Falha no áudio.*)

O SR. AIRTON LUCIANO ARAGÃO JÚNIOR – Desculpa!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Por videoconferência.*) – O.k.! Eu posso ficar preparado para ler?

O SR. AIRTON LUCIANO ARAGÃO JÚNIOR – Pode sim.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Por videoconferência.*) – Contarato está lincado?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Estou, sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Por videoconferência.*) – Então, vou a item nº 1.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 48, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de debates com o objetivo de avaliar os impactos ambientais gerados pela ocupação ilegal de áreas públicas pela Política de Regularização Fundiária do Governo Federal, com foco especial na Amazônia Legal, no exercício de 2021, conforme Req. nº 1, de 2022, desta Comissão

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Com a palavra o autor para leitura.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de proceder à leitura formal do requerimento, Sr. Presidente, eu quero aqui mandar um abraço mesmo que virtual para V. Exa., dizer para V. Exa. que eu estou morrendo de saudades. Estou doido para chegar, lhe dar um abraço carinhoso. No mesmo sentido eu falo aí para a equipe da Comissão de Meio Ambiente, o Airton, enfim, essa turma aí que faz as coisas acontecerem e de quem nós temos muito orgulho e admiração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, meu querido Jaques, por ser essa pessoa companheira de sempre. Eu acho que essas coisas boas a gente tem que falar. Perdoe-me, Jaques, toda vez que eu olho para você eu faço questão de falar isso, porque eu aprendi e cada vez mais aprendo que a sabedoria está na repetição. E a gente tem que exercitar esse reforço positivo, porque às vezes a gente é tão atacado, aviltado, ofendido. Infelizmente, nós temos visto um momento delicado no país em que se estimula muito o ódio. E eu estou querendo fazer uma grande corrente do bem para estimular muito mais o amor. E pode ter certeza de que V. Exa. é parte fundamental desse processo na minha vida.

Falo isso despido e desprovido de qualquer interesse político, porque V. Exa. bem sabe que eu estou no meio mandato, com muito orgulho, e agradeço, claro, à população capixaba. Mas, quando eu olho para esses quase quatro anos e vejo a amizade, o carinho e a deferência com que V. Exa. sempre me tratou e me acolheu, eu fico muito... É muito gratificante para mim. Para mim, é uma situação... Eu me sinto, assim, contemplado por um comportamento generoso por parte de V. Exa.

Muito obrigado. Faço questão de falar isso publicamente porque é uma coisa que eu sinto do fundo do meu coração, e eu acho que é necessário falar sempre. É necessário falar sempre. É necessário olhar para os olhos das pessoas que estão próximas da gente e falar: "Olha, você é muito importante para mim". Mas importante no sentido de ser humano. Você é um ser humano muito importante na minha vida. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Requeiro, nos termos...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Por videoconferência.*) – A recíproca é verdadeira... (*Falha no áudio.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Por videoconferência.*) – (*Falha no áudio.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. *Por videoconferência.*) – Presidente, seu áudio está cortando bastante.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Por videoconferência.*) – ... para ler o requerimento.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. *Por videoconferência.*) – Perdão, Sr. Presidente. Posteriormente o senhor fale pessoalmente para mim, porque eu não consegui ouvir, mas eu tenho certeza de que foi uma manifestação de reciprocidade, de carinho, e, como sempre, V. Exa. muito generoso e um querido amigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de debates com o objetivo de avaliar os impactos ambientais gerados pela ocupação ilegal de áreas públicas pela Política de Regularização Fundiária do Governo Federal, com foco especial na Amazônia Legal, no exercício de 2021, conforme Req. nº 1, de 2022, desta Comissão.

Para compor o ciclo de debates, indicamos os seguintes convidados:

1. Sr. Gerd Sparovek;

2. Sr. Renato Morgado, Transparência Brasil;

3. Representante Ministério Público Federal – Programa Amazônia Protege;

4. Sr. Tasso Azevedo, Coordenador Geral do Programa MapBiomas;

5. Representante do Instituto Centro de Vida (ICV);

6. Sra. Brenda Brito, Pesquisadora Sênior do Imazon;

7. Sr. Richard Torsiano, Especialista internacional em Governança e Administração de Terras, Consultor do Banco Mundial;

8. Sr. Raoni Rajão, Professor na Universidade Federal de Minas Gerais;

9. Sr. Bastiaan Philip Reydon, Professor livre docente da Unicamp, responsável pelo Projeto Regularização Fundiária na Amazônia – Terra Legal;

10. Presidente do Incra;

11. Representante do Mapa.

O objetivo da realização das audiências públicas é debater e avaliar a política de regularização fundiária e sua interface com controle e regularização ambiental, prevenção e controle de desmatamentos ilegais na Amazônia com foco também na eficácia das ações do Governo Federal em relação à execução das metas orçamentária e adequação da legislação fundiária em vigor, para atender aos pequenos produtores e posseiros rurais em áreas consolidadas, em cumprimento ao Requerimento nº 1, de 2022, da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, aprovado em 27 de abril de 2022.

As audiências públicas serão organizadas de forma a possibilitar a participação da sociedade civil, academia, empresas e Governo para, ao final, prestar contribuições para o aprimoramento das políticas de regularização fundiária no Brasil.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente. Muito obrigado pela oportunidade. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Por videoconferência.*) – Airton...

O SR. AIRTON LUCIANO ARAGÃO JÚNIOR – Pois não, Presidente, já temos o quórum. Pode colocar em deliberação o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Por videoconferência.*) – Ótimo.

Então, em votação o requerimento que acaba de ser lido pelo Senador Fabiano Contarato.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Marcaremos as datas das audiências ou da audiência pública.

Eu aproveito ainda o quórum para aprovar, sem leitura, a Ata da 17ª Reunião, realizada em 6 de julho de 2022.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Antes de encerrar esta sessão, eu não posso deixar de comentar algumas coisas que vêm ocorrendo no país. Na verdade, nós precisamos, primeiro, lembrar que, dia 5 de setembro, na próxima segunda-feira, celebraremos o Dia da Amazônia. Depois, dia 11 do mesmo mês, celebramos o Dia do Cerrado. Este são dois dos nossos seis biomas, todos com extrema importância para a vida de todos os brasileiros e brasileiras. Também, estamos próximos à COP 27 (Conferência das Partes sobre o Clima), que ocorrerá em novembro, no Egito. Mesmo que acalorados pela proximidade das eleições em nosso país, é imprescindível nos atentarmos a esta agenda, que tudo tem a ver com os rumos que queremos para o Brasil.

Eu chamo a atenção de que a pretensão nossa era, na segunda-feira – já havia o requerimento com o Presidente da Casa –, fazermos uma sessão em homenagem exatamente ao dia 5, o Dia da Amazônia. Infelizmente, como é a semana do 7 de setembro, e 6 de setembro foi declarado ponto facultativo, eu entendi que era melhor nós adiarmos para podermos fazer uma sessão com a dimensão que a Amazônia merece, e aí a dimensão do que nós precisamos fazer de alerta sobre essa questão.

Hoje, um dos maiores problemas que enfrentamos é a volta da fome à realidade do povo brasileiro. São 33 milhões de pessoas que estão passando fome, neste momento, em nosso país. Se considerarmos aqueles e aquelas em situação de insegurança alimentar, temos praticamente a metade da população brasileira em uma das duas situações. Como disse o saudoso Betinho, "onde há fome, não há democracia", e a fome tem pressa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O direito à alimentação é garantido em nossa Constituição Federal. Este direito deve ser observado por políticas públicas e viabilizado através de mecanismos institucionais e legais perenes para garantir esse direito mínimo da nossa população.

E, contrário ao que muitos dizem, meio ambiente e desenvolvimento sustentável não são antagônicos ao desenvolvimento do país, muito pelo contrário, só será possível melhorar a vida de nosso povo e trazer desenvolvimento se observados os limites ambientais de nossos biomas.

Lembro, aqui, que a alimentação saudável e rica em nutrientes nos é oferecida, sobretudo, por aqueles que militam, que trabalham na agricultura familiar. O Brasil tem em nosso povo uma diversidade de saberes e sabores que pode tirar estes brasileiros da situação de desalento que se encontram.

Chegamos a este cenário devido ao desmonte sequenciado de políticas públicas essenciais ao desenvolvimento do país. A péssima gestão de nossos territórios tem causado perda de direitos, violência, contaminação de nossas águas, de nosso subsolo e de nosso ar, perda da diversidade biológica e enfraquecimento de nossa soberania nacional.

A retomada de políticas públicas do campo socioambiental é essencial para reconstruirmos o modelo de produção de alimentos que desejamos ao nosso povo. Não há como fechar os olhos diante do que ocorre em nosso país. Está em curso uma guerra por territórios e recursos, que precisa ser apurada, denunciada e estancada.

A avaliação desta importante política pública nos mostrará o rumo que este Governo escolheu para o seu povo. Parabenizo, portanto, a Senadora Eliziane Gama e o Senador Fabiano Contarato pela importante missão assumida.

Nada mais havendo a tratar eu declaro encerrada essa sessão, agradecendo a todos que participaram e à nossa equipe da CMA.

Um abraço para todos.

(*Iniciada às 8 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 8 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e sete minutos do dia treze de setembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Plínio Valério, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Giordano e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Margareth Buzetti, Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Jayme Campos, Jaques Wagner, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência comunica documentos recebidos pela Secretaria. Passa-se à apreciação da pauta: **Ciclo de Debates para Avaliação de Política Pública (1º encontro)**, atendendo aos requerimentos REQ 48/2022 - CMA, de autoria Senador Fabiano Contarato (PT/ES), e REQ 1/2022 - CMA, de autoria Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Finalidade:** Avaliar os impactos ambientais gerados pela ocupação ilegal de áreas públicas pela Política de Regularização Fundiária do Governo Federal, com foco especial na Amazônia Legal. **Participantes:** Sr. Rodrigo Bellezoni, Especialista em Políticas Climáticas e Agro-Ambientais pelo Centro de Inteligência Territorial (CIT - UFMG) (representante de: Sr. Raoni Rajão); Sra. Brenda Brito, Pesquisadora Sênior do Imazon (representante de: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia); Sr. Tasso Azevedo, Coordenador Geral do Programa MapBiomas (representante de: Observatório do Clima); e Sr. Renato Morgado, Gerente de Programas (representante de: Transparência Internacional Brasil). **Resultado:** I Encontro do Ciclo de Debates realizado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/09/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Comunico que foi apresentado à Secretaria da Comissão de Meio Ambiente o Aviso nº 1.118, do Ministro Bruno Dantas, Vice-Presidente – no exercício da Presidência – do Tribunal de Contas da União, para encaminhar cópia do Acórdão 1.973, de 2022, proferido pelo Plenário da Corte de Contas na sessão ordinária de 24/08/2022, ao apreciar os autos do TC 038.685/2021-3, da relatoria do Ministro substituto Marco Bemquerer Costa. O processo trata de auditoria de natureza operacional, realizada para avaliar o processo sancionador ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Nos termos do art. 261, §2º, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por pertinência temática, o aviso foi anexado ao processo do Requerimento nº 1, de 2022 - CMA, que é justamente o tema deste encontro de hoje e certamente/ trará subsídios importantes à relatoria desta avaliação de política pública em curso na Comissão de Meio Ambiente.

A presente reunião destina-se à realização do primeiro encontro do Ciclo de Debates, aprovado por meio do Requerimento nº 48, de 2021 - CMA, de minha autoria, para instruir a avaliação dos impactos ambientais gerados pela ocupação ilegal de áreas públicas pela política de regularização fundiária do Governo Federal, com foco especial na Amazônia Legal, conforme Requerimento nº 1, de 2022 - CMA, de autoria da Senadora Eliziane Gama.

A reunião ocorre de modo semipresencial, e as inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que participam remotamente.

O debate será interativo, transmitido ao vivo e aberto à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações já está disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada orador usará a palavra por até 15 minutos. Caso opte por usar um material de apoio, será autorizado o compartilhamento da tela para exposição, e, neste caso, é fundamental que encaminhe o arquivo à Secretaria para publicação e pesquisas futuras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Senadores inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários, em cinco minutos. (*Pausa.*)

Participam desta sessão a Sra. Brenda Brito, Pesquisadora Sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon); o Sr. Renato Morgado, Gerente de Programas do Transparência Internacional Brasil; o Sr. Rodrigo Bellezoni, Especialista em Políticas Climáticas e Agro-Ambientais pelo Centro de Inteligência Territorial da UFMG, indicado pelo Prof. Raoni Rajão; o Sr. Tasso Azevedo, Coordenador-Geral do Programa MapBiomas e representante do Observatório do Clima; o Sr. Gerd Sparovek, Coordenador do GeoLab, Laboratório de Planejamento de Uso do Solo e Conservação.

Hoje damos início ao Ciclo de Debates, que tem por objetivo a colheita de subsídios para a avaliação de política pública desta Comissão. A sugestão de avaliação foi apresentada pela Ilma. Senadora Eliziane Gama, para que esta Casa se debruce sobre a política de gestão de terras em nosso país, alvo de constantes denúncias de desmatamento e garimpos ilegais.

Com esta avaliação, teremos a oportunidade de mostrar ao Brasil e ao mundo, mais uma vez, a escolha pela política de destruição que está em curso em nosso país. O desmatamento em todos os biomas segue avançando em ritmo alarmante. A Amazônia, em 2021, alcançou a maior taxa de desmatamento dos últimos 15 anos. Nesses primeiros dias de setembro, obtivemos novos recordes de focos de fogo no bioma, cuja fumaça produto das queimadas chegou, mais uma vez, a cidades de diferentes regiões do Brasil.

O Cerrado, berço das nascentes de oito das nossas principais bacias hidrográficas, também vem sendo ameaçado. Estudo liderado por pesquisadores da Universidade de Brasília aponta que a conversão de áreas nativas do Cerrado para pastagens e agricultura já tornou o clima na região quase um 1°C mais quente e 10% mais seco, sem contar os efeitos das mudanças climáticas em nível global, o que poderá deixar o cenário ainda pior.

Desde 2019 para cá, foram quase dois mil novos agrotóxicos liberados pelo Governo Federal. Este número equivale a cerca de 40% do total de produtos liberados nos últimos 22 anos. Cerca de 30% dos produtos que utilizamos em nossa agricultura são proibidos em outros países.

Esse cenário de devastação reflete diretamente na vida de todos aqueles que vivem nessas regiões. Os povos indígenas, a população negra e os povos tradicionais de nosso país são, hoje, alvo de uma verdadeira política genocida dessas populações. Seja por bala, por fome, por contaminação da água, por ataques aéreos com agrotóxicos, por retirada de direitos, por negligência no acesso aos serviços básicos, esses povos estão sendo dizimados.

Nessa semana, tivemos a confirmação da morte de Ariane de Oliveira, de apenas 13 anos, neta do cacique da Aldeia Jaguapiru, em Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul. A garota recebia ameaças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de morte, que, infelizmente, se concretizaram. Tudo isso ocorre sob os olhos vendados de nossas instituições.

O Serviço Florestal Brasileiro, recentemente, nesta Comissão, alegou impossibilidade de atuação em relação aos cadastros ambientais rurais declarados ilegalmente sobre terras públicas ainda não destinadas, que são patrimônio da população brasileira. Este é o cenário devastador que domina o nosso meio rural.

O Brasil poderia ser referência na produção de alimentos saudáveis para a população. A diversidade de sabores que temos em nosso país poderia alimentar nossas crianças, nosso povo trabalhador. Como podemos aceitar, em um país com as dimensões territoriais do Brasil, com a aptidão agrícola que nos é cultural, nos depararmos com 33 milhões de pessoas passando fome neste exato momento?

Aqui relembro as frases de nosso saudoso Betinho: "Onde há fome não há democracia" e "Quem tem fome tem pressa". Hoje, em nosso país, está em curso uma verdadeira guerra por territórios. A política da morte chegou a todos os rincões do Brasil, e, fato, será um grande desafio reverter esse cenário de desmonte e destruição.

É com essa missão que assumi a relatoria da política de regularização fundiária. Em breve, teremos a Conferência das Partes sobre o clima, a COP 27, em que poderemos levar, infelizmente e mais uma vez, a comprovação de que o Brasil não está assumindo os compromissos para a luta que se dá em nível internacional no cenário de emergência climática.

Na esperança de identificarmos as principais ameaças que pairam sobre nossas políticas públicas de ocupação e uso do território, de garantir que essas políticas públicas sejam, de fato, implementadas por mecanismos institucionais legais, damos início a esta importante audiência.

Neste momento, eu passo a palavra ao querido Tasso Azevedo, Coordenador Geral do Programa MapBiomas e representante de Observatório do Clima, para a sua manifestação.

O SR. TASSO AZEVEDO (*Por videoconferência.*) – O.k. Posso compartilhar a minha tela?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeitamente.

O SR. TASSO AZEVEDO (*Por videoconferência.*) – Acho que ainda não permitiu. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Está permitido. Basta concordar.

O SR. TASSO AZEVEDO (*Por videoconferência.*) – Aqui está dizendo: "O anfitrião desativou o compartilhamento da tela do participante". (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Vamos refazer, querido Tasso. (*Pausa.*)

O SR. TASSO AZEVEDO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Ah, agora sim. Muito bem.

Boa tarde a todos.

Obrigado, Senador Contarato.

Bom, vou direto ao assunto que nos traz aqui hoje. Hoje, eu vou apresentar os resultados do Relatório Anual do Desmatamento no Brasil, um breve resumo dele, e um trabalho que a gente tem feito para lidar com os resultados que a gente observa nesse relatório.

Eu começo rapidamente falando do MapBiomas. O MapBiomas é um projeto que visa a que a gente entenda as mudanças que acontecem no território brasileiro, muito além do desmatamento, pensando também nos outros tipos de transição. Ele é feito por uma rede formada por universidades, ONGs e *startups* de tecnologia, que têm como objetivo a gente entender as transformações do território brasileiro e, assim, contribuir para que os tomadores de decisão possam caminhar para políticas de interesse público que protejam os nossos ecossistemas e o clima.

A gente faz isso usando séries históricas de imagens de satélites, que a gente processa *pixel* a *pixel*, aplicando técnicas de aprendizado de máquina, inteligência artificial e processando todos os dados na nuvem. Assim, a gente consegue gerar não só os dados, mas também disponibilizá-los gratuitamente, abertos para todo o mundo, como também todos os algoritmos que a gente desenvolve também são abertos e disponíveis para todos.

O principal produto que a gente gera é o Mapa Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil, numa escala de 30m. Essa última versão lançada há pouco mais de 15 dias apresenta os mapas de coberturas do solo anuais de 1985 até 2021, mapeando 27 classes de uso do solo, o que permite a gente entender como foi evoluindo a agricultura, cada tipo de cultura, a pastagem, a floresta, os diferentes tipos de campos naturais. Esse material fica disponível lá no *site* do MapBiomas, na plataforma digital, tanto para consulta quanto para baixá-lo e usá-lo nos diferentes sistemas na sociedade.

O MapBiomas, além de gerar esses mapas anuais de coberturas do solo, tem alguns outros produtos. Vou citar aqui dois importantes: o MapBiomas Água, em que a gente monitora, liderado por um grupo de trabalho coordenado ali pelo Imazon, que mapeia a superfície de água no Brasil desde 1985, mensalmente. Então, temos o mapa da superfície de água no Brasil, a cada mês, desde 1985, e já estamos trabalhando também o ano de 1922. E temos também o MapBiomas Fogo, que monitora a superfície, essas cicatrizes de fogo que temos no Brasil, as queimadas, também desde 1985, mensalmente. E até recentemente lançamos o Monitor do Fogo, que dá esses dados mensalmente, agora todos os meses, ao longo do ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O MapBiomas é uma rede que hoje está presente em 14 países, na indonésia e em todos os países da América do Sul. E a gente tem uma iniciativa que é mais recente, que começou no ano de 2019, que é o MapBiomas Alerta. No MapBiomas Alerta, a gente trabalha especificamente com os dados do desmatamento ao longo do ano. Então, nós recepcionamos todos os alertas de desmatamento que vêm dos diferentes sistemas em operação no Brasil, como o Deter, do Inpe; o SAD, do Imazon; o Glad, produzido pelo WRI; o Global Forest Watch. O SAD, inclusive na Caatinga, pela Universidade Estadual de Feira de Santana, e o GEO, CADX, produzido pelo Easy, e assim por diante. A gente reúne todos os alertas de desmatamento que aparecem no Brasil e processa um por um, cada um deles. A ideia é entender o que está acontecendo com cada indício de desmatamento.

Em cada um desses alertas a gente identifica uma imagem antes e depois do desmatamento e a gente redesenha e refina o polígono desse desmatamento, para que ele fique localizado perfeitamente no local onde a gente consiga identificar o desmatamento com a imagem de antes e depois em alta resolução. Essas aí são imagens de três megas de resolução. Então, a gente cruza isso com uma série de bancos de dados: com o banco de dados da Funai, com as terras indígenas, com o ICMBio, as unidades de conservação; do Ibama, para as autorizações; do Incra, para as áreas de assentamento, para o serviço florestal brasileiro, para todos os dados do Cadastro Ambiental Rural; do IBGE, para a parte de municípios, para as bacias hidrográficas e assim por diante.

Depois que a gente faz todo esse cruzamento de dados, a gente faz uma auditoria final e depois esse dado é levado para o *dashboard*, onde você pode baixar laudos específicos. Esse aqui é um laudo, por exemplo, que foi produzido pelo Ibama. Esses dados todos ficam disponíveis numa plataforma aberta. Toda terça-feira pela manhã são publicados novos alertas. Em geral, cerca de mil, de 1,5 mil alertas e respectivos relatórios são publicados semanalmente, cobrindo todo o país. E para cada desmatamento que aparece na plataforma, a gente tem a imagem de antes e depois e todas as informações dos cruzamentos, na forma de laudos, que são feitos para cada um dos alertas. E cada vez que um alerta cruza também com uma propriedade privada, um CAR, ela aparece também, tem um laudo específico. Os dados ficam todos disponibilizados na plataforma, têm vários formatos e eles dão base para a gente produzir o que a gente chama de Relatório Anual do Desmatamento (RAD), em que a gente consolida todas as informações do que aconteceu durante o ano em relação ao desmatamento.

A plataforma hoje tem 2,3 mil usuários cadastrados, usuários que têm contas específicas e, portanto, têm as suas áreas de interesse que estão dentro da plataforma. São 170 instituições cadastradas, das quais 74 produzem laudos customizados para as suas diversas necessidades. Essas 170 instituições incluem órgãos estaduais de meio ambiente, órgãos federais, empresas, associações, etc.

Numa consolidação dos dados do MapBiomas Alerta para este ano, no Relatório Anual do Desmatamento, foram identificados, em 2021, 16.557km² de desmatamento – lembrando que cada um deles foi individualmente verificado; foram 69,7 mil, quase 70 mil eventos de desmatamento, que se somaram a essa área de 16.557km². Desde o início do projeto, em janeiro de 2019, nesses três primeiros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos, foram 42 mil quilômetros quadrados desmatados, o que equivale, praticamente, à superfície do Estado do Rio de Janeiro, que tem 43 mil quilômetros quadrados.

O desmatamento está crescendo em todos os biomas: ele cresceu na Amazônia, nos três anos; cresceu na Caatinga; no Cerrado; na Mata Atlântica; no Pampa; e no Pantanal. Então, em todos os biomas. Não é uma coisa concentrada em um ou outro bioma, mas está em todos os biomas brasileiros.

A área desmatada varia ao longo do ano. Neste trabalho, como a gente tem a imagem de antes e depois do desmatamento, a gente consegue estimar o quanto foi desmatado por dia em cada evento de desmatamento e com isso a gente consegue estimar o quanto houve de desmatamento em cada dia do ano. Então, em 2021, a gente estima que o dia em que teve mais desmatamento foi o dia 21 de julho, quando chegou a 5.949ha desmatados em um único dia no Brasil. Isso dá mais ou menos 2,2 milhões de árvores cotadas num único dia.

Essa dinâmica varia de acordo com os biomas. Para referência aqui, por exemplo, na Amazônia, o pico acontece em julho, assim como na Caatinga. No Pampa, o pico já acontece em outubro. No Pantanal, acontece em agosto, assim como na Mata Atlântica. E no Cerrado, o que é mais antecipado, o pico do desmatamento acontece no mês de maio.

O desmatamento está concentrado em alguns estados. Temos um índice de 67% de desmatamento em cinco estados: Pará, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão e Bahia. O destaque aqui vai para o Amazonas. O Amazonas, historicamente, era um estado que tinha pouco desmatamento, não figurava entre os cinco maiores desmatadores até muito recentemente. E, agora, pela primeira vez, ele já aparece em segundo lugar nas áreas desmatadas. E a tendência, no ano de 2022, é ele estar se aproximando do desmatamento que acontece no Estado do Pará, que é ainda disparado o estado que tem as maiores áreas de desmatamento no Brasil.

De todos os estados do Brasil, apenas quatro tiveram queda no desmatamento. Foi uma leve queda em Tocantins – foi estabilidade, não é? –, Tocantins e Roraima ficaram estáveis, e houve uma queda no desmatamento em Santa Catarina, no Amapá, no Espírito Santo e no Rio de Janeiro. Em todos os demais estados houve aumento do desmatamento.

Metade dos municípios brasileiros tiveram desmatamento detectado no ano de 2021. O estado que teve a menor proporção de municípios com desmatamento foi o Estado de São Paulo, onde só 14% dos municípios tiveram desmatamento. E nós tivemos estados que tiveram desmatamento em todos os municípios, como é o caso do Estado de Rondônia.

Sobre os vetores do desmatamento, a gente avaliou cada um dos desmatamentos para identificar qual foi o vetor que provocou esse desmatamento. E o principal fator que provoca o desmatamento é a agropecuária, que foi responsável por 97,8% dos desmatamentos; seguida do garimpo, mineração e expansão urbana, que vem um pouco atrás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente também identificou um fenômeno novo que está acontecendo que é o desmatamento para a implantação de projetos de energia solar e eólica no Nordeste do Brasil, que é um ponto de bastante atenção para este ano e o próximo ano, dado que é um vetor antes desconhecido e que começou a aparecer agora nas avaliações.

No ano de 2021, nós identificamos desmatamento em 59.181 propriedades cadastradas no CAR. Isso representa 0,9% dos imóveis cadastrados no CAR. Então, é um grande número de imóveis, mas uma proporção relativamente pequena do número de imóveis que existem cadastrados no CAR. Desses, 19.953 imóveis são reincidentes, já tiveram desmatamento detectado ou em 2019 ou em 2020.

Quando a gente soma todos os imóveis que tiveram pelo menos um desmatamento detectado nos últimos três anos, a gente chega a 134 mil imóveis ou 2,1% dos imóveis rurais registrados no CAR. Então, isso equivale a dizer que, nos últimos três anos, 98% dos imóveis registrados no CAR não tiveram desmatamento detectado. O desmatamento que cruza com o CAR representou 76% da área desmatada ou detectada em 2021, então, é uma participação bem importante.

Quando a gente faz um recorte fundiário, recortando as áreas de acordo com a sua posição fundiária, a gente encontra 69,5% das áreas sob gestão privada, seja no CAR, seja no Sigef, seja em assentamento.

Aqui, nota-se que a área é menor do que a área que a gente identifica com o CAR. O CAR dá 75%; aqui, dá 69,5%. Por quê? Porque existem áreas de CAR registradas dentro de unidade de conservação, por exemplo. Então, ela aparece na conta nos dois lados; aqui, ela está separada.

Dez por cento do desmatamento aconteceu em áreas públicas não destinadas – áreas militares ou outras áreas. Cinco vírgula três por cento aconteceu em áreas protegidas, como UCs, terras indígenas.

Eu queria chamar atenção para este número – 5,3% –, porque ele é muito mais alto do que é histórico. Historicamente, a área de desmatamento em áreas protegidas é cerca de 1%. Nestes últimos três anos, houve uma aceleração, e, hoje, a gente chega a 5% do desmatamento detectado dentro de unidades de conservação e terras indígenas. Não que seja feita por quem está responsável por essas áreas, mas por agentes que estão invadindo essas áreas e causando esse desmatamento.

Catorze por cento cai no que a gente chama vazio fundiário. São áreas que não são arrecadadas como áreas públicas, mas tampouco aparecem no Cadastro Ambiental Rural. Então, essas áreas de vazio fundiário vão diminuir ao longo do tempo, mas 14% do desmatamento aconteceu nessas áreas hoje consideradas vazio fundiário.

A gente tem feito uma análise do índice de ilegalidade desse desmatamento, e a forma como a gente faz isso é cruzando o desmatamento com áreas que são legalmente protegidas e também com as autorizações. No caso das áreas legalmente protegidas, começando pelo Código Florestal, 33% do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desmatamento – é um número impressionante –, 33% do desmatamento detectado se sobrepõem parcialmente ou integralmente com áreas de reserva legal que foram autodeclaradas como áreas protegidas; 5% se sobrepõem com áreas de preservação permanente, que são áreas que, por definição do Código Florestal, têm que ser protegidas; e outros 5% se sobrepõem com imóveis que já têm alguma área embargada.

Além disso, a gente foi avaliar as autorizações de supressão e de planos de manejo florestal existentes nessas áreas. A gente toma como base o sistema nacional, o Sinaflor, que é o sistema nacional que registra as autorizações de supressão da vegetação de todos os estados, e, embora também possa ter desatualização – então, pode ser até que existam outras autorizações, mas elas não aparecem nos sistemas –, nós encontramos que apenas 1,9% dos imóveis da área tinha autorização de supressão da vegetação e 0,4% contava com plano de manejo florestal.

Quando a gente junta toda essa informação, o cruzamento com unidades de conservação, terras indígenas, reserva legal, APP, tendo ou não tendo autorização, a gente conclui que 98,6% dos alertas tiveram pelo menos um indício de ilegalidade. A gente não está afirmando que isso é ilegal, mas existe pelo menos um indício de ilegalidade.

As ações de controle feitas pelos diversos órgãos ambientais, também extensamente discutido dentro do relatório – a gente avaliou o que foi feito por cada um dos estados e feito também pela União –, a gente conclui que tiveram algum tipo de ação de fiscalização ou tiveram alguma autorização 7,7% daqueles 69 mil desmatamentos detectados e que 27% da área detectada de desmatamento teve algum tipo de ação. Aqui, vale lembrar que a gente considera que houve uma ação desde que identificado um ponto com uma ação dentro da área do desmatamento. Não dá para dizer se foi todo desmatamento que teve uma ação, mas a gente assume que, se teve uma ação que toca naquele desmatamento, a gente está considerando que aquela área inteira desmatada teve alguma ação. É bem conservador.

Por fim, eu queria salientar aqui o que a gente entende como sendo racional para se acabar com uma atividade que é basicamente embasada na ilegalidade. A gente precisa, de um lado, aumentar a probabilidade de detectar o desmatamento. Então, quanto mais for provável que você detecta o desmatamento, a percepção da detecção, menor a propensão a desmatar. Isto o Brasil faz muito bem. Temos sistemas de detecção de desmatamento, vários, no Brasil monitorando, e hoje o MapBiomas Alerta valida cada um dos alertas de desmatamento. Não há nenhum desmatamento detectado no Brasil que não passe por esse processo e que não tenha um relatório validado na plataforma desde 2019.

Segundo: a gente precisa aumentar a probabilidade de - uma vez identificado o desmatamento - é identificado o responsável e ele será penalizado. Hoje, a gente conta com os laudos que o MapBiomas Alerta produz para todos os desmatamentos no Brasil e a gente precisa ter as ações dos órgãos de controle para que eles tomem providências, seja com embargo, autuação, multas, o que for necessário, para penalizar a ilegalidade. Quanto maior for a percepção de penalidade, diminui-se o desmatamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente precisa aumentar, por fim, a probabilidade de que, mesmo que identificado e penalizado, o benefício que se obtenha do desmatamento não seja maior do que a penalização, o que mantém o incentivo a desmatar. Para fazer isso, a gente precisa impedir que o financiamento público e privado chegue a quem desmata ilegalmente, a gente precisa inviabilizar o acesso ao mercado de produtos originários do desmatamento ilegal, e a gente precisa suspender o CAR e a regularização fundiária de quem comete ilegalidade.

Nós identificamos, ao longo deste último ano, num trabalho em cooperação com o Instituto Democracia e Sustentabilidade e o Instituto Centro de Vida, em Mato Grosso, nós identificamos que o embargo remoto, o embargo é a principal ferramenta para você poder completar esse ciclo que nós temos aqui, especialmente de impedir que se beneficiem com tudo isso, porque, quando você embarga uma área, você impede que ela receba financiamento, impede que os produtos possam ser comercializados e poderia gerar a suspensão do CAR e gerar a suspensão da regularização fundiária. E o embargo é um instrumento que pode ser aplicado de forma remota e em larga escala.

Pensando nisso, a gente criou, no início deste ano, o Grupo de Trabalho do Embargo Remoto, que reúne os 27 estados mais os órgãos federais, uma série de instituições de apoio, e nós estamos produzindo o que a gente chama de Guia de Boas Práticas para o Embargo Remoto, para promover e estimular que, nos diversos órgãos estaduais do Brasil, seja promovido o embargo remoto em larga escala.

Para finalizar, o desmatamento hoje está acontecendo em todos os biomas e, na vasta maioria dos casos, é uma atividade ilegal. É possível a gente responsabilizar, porque, pelo menos em três quartos do desmatamento, a gente consegue identificar um responsável. Mais de 70% desse desmatamento está acontecendo em uma área de gestão privada e, por outro lado, 98% das propriedades rurais não tiveram desmatamento detectado nos últimos três anos e deveriam ser diretamente interessados em que a gente penalize quem produz o desmatamento e o desmatamento ilegal, para que isso não recaia sobre aqueles que não desmatam, responsabilidade e impacto.

A impunidade ainda predomina no Brasil. Três quartos da área desmatada no Brasil não obteve nenhuma ação de fiscalização, e é possível começar a reverter esse quadro com aplicação em larga escala do embargo remoto.

Era isso. Obrigado e desculpa por passar um pouquinho do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Muito obrigado. Obrigado, querido Tasso, mais uma vez, por sua contribuição.

Eu quero aqui registrar a presença dos alunos da UDF, do curso de Relações Internacionais. Fico muito feliz quando vejo alunos dentro desta Casa, em especial desta Comissão de Meio Ambiente. A Rayssa Pullen Parente Rabelo Jardim, Érika Vitória Cardoso Miranda, Lídia Helena Lima de Souza,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Felipe Guimarães Ferreira de Carvalho Ramos, alunos do curso de Relações Internacionais da UDF, aqui de Brasília. Muito obrigado pelo comparecimento de vocês.

Neste momento, eu passo a palavra à Sra. Brenda Brito, Pesquisadora Sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), para a sua manifestação.

A SRA. BRENDA BRITO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada. Boa tarde, Senador Contarato! Agradeço o convite para falar nesta reunião, nesta consulta.

Cumprimento os demais participantes, Senadores e Senadoras presentes.

Eu gostaria de compartilhar a minha tela. (*Pausa.*)

Já aparece?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Já foi disponibilizado, já apareceu.

A SRA. BRENDA BRITO (*Por videoconferência*.) – Já apareceu. O.k.

Obrigada.

Eu peço desculpa porque tem uma obra em cima do meu andar. Então, pode ser que apareçam barulhos de marretadas, mas vamos torcer para ser viável aí a minha fala.

Bem, queria mais uma vez agradecer pelo convite. Sou Pesquisadora Associada do Imazon, que é um instituto de pesquisa não governamental sediado em Belém. Atuamos há 32 anos, com a função de promover sustentabilidade e conservação na Amazônia.

Eu vou apresentar alguns resultados de estudos que a gente tem publicado desde o ano passado, nesse tema de regularização fundiária. Já é um tema a que a gente se dedica aí, são pelo menos 15 anos de estudos. E a gente tem feito várias avaliações justamente para entender impactos de regularização fundiária, limitações na legislação e pontos que saibam avançar para que a gente possa, digamos, harmonizar as leis fundiárias com a legislação ambiental e com os objetivos de redução do desmatamento.

Bem, nós estimamos que cerca de quase 29% da Amazônia Legal estaria numa situação fundiária não destinada ou incerta. Incerta porque muitas vezes essa área já pode ter sido destinada, mas a gente não consegue acessar informações públicas; isso seria em torno de 143 milhões de hectares. E aqui a gente não considera nesse cálculo a área que está inscrita no Cadastro Ambiental Rural porque, como a gente está avaliando regularização fundiária, o CAR é uma informação autodeclaratória que praticamente não tem sido verificada pelos órgãos; então, a gente nesse caso aqui opta por não usar o CAR como um sinônimo de área já privada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse caso, a gente teria quase um terço da Amazônia destinada. E, nessa área, a gente estima que em torno de 41% do desmatamento que tem ocorrido, entre 2013 e 2021, está ocorrendo justamente dentro dessa área sem destinação ou com destinação incerta, que seriam no mapa essas áreas em branco, em grande parte, como a gente falou, no Amazonas, no Pará e também distribuídas por outros estados da Amazônia Legal.

A gente entende que esse desmatamento que está ocorrendo nessas áreas não destinadas, na verdade, são um grande indício de que essas áreas estão sendo ocupadas com a expectativa de que, em algum momento, o poder público vai legalizar essas ocupações emitindo títulos de terra. E isso acontece porque nós temos, na nossa legislação de terras que opera na Amazônia, tanto na escala federal, como nas escalas estaduais, nós temos legislações que acabam incentivando o que a gente chama de grilagem, que são crimes praticados para obter a posse e propriedade da terra, e também incentivando o desmatamento.

E eu gostaria de comentar aqui sobre quatro incentivos que a gente já identificou, nesse conjunto de leis, que levam a esse resultado. Um deles é o fato de que as leis acabam permitindo essa continuidade de invasão de terras públicas porque, no caso, por exemplo, das leis estaduais de terra, muitas vezes falta uma data limite para que essa ocupação possa ocorrer para ter direito a um título de terra. Então, por exemplo, a lei do Amazonas não determina uma data limite. Então, quem ocupa uma área hoje e, se ficar nela durante cinco anos, pode eventualmente se habilitar para receber um título de terra. Então, isso acaba sendo um estímulo contínuo para ocupação.

No caso da legislação federal, o problema não é a falta da data limite. O problema é a alteração dessa data. Então, a gente teve, por exemplo, em 2017, a Lei 13.465, que alterou essa data limite, que antes era de 2004 e acabou sendo colocada para 2011. Então, houve uma extensão de sete anos nessa data. E a gente tem também tramitando, hoje em dia, no Senado, que inclusive estão na Comissão de Meio Ambiente, dois projetos de lei que, se aprovados, isso já foi alvo de outras audiências no Senado, se qualquer um deles for aprovado, de fato, também vai abrir brechas para ocupações que ocorreram após a data limite atual, que é 2011, porque eles criam uma possibilidade de venda dessas áreas com licitação. E, no caso específico do PL 510, ele também faz uma extensão novamente dessa data.

Então, toda vez em que a gente tem essas flexibilizações, isso manda uma mensagem de que essas áreas que são continuamente ocupadas e desmatadas podem ser regularizadas, que é o que a gente chama desse ciclo de grilagem e desmatamento, que é um ciclo histórico de ocupação de terras no Brasil, que começa com a ocupação da terra pública, seguida do desmatamento (*Falha no áudio.*)... aquela ocupação. E aí essas áreas são inscritas em cadastros como o CAR, há o pedido de titulação aos órgãos fundiários. E, quando a legislação não permite que essas áreas sejam regularizadas, o que a gente observa, então, é uma pressão sobre o Legislativo e o Executivo para que essas leis sejam alteradas. Muitas vezes, no início, por medida provisória, mas também, na sequência, por projeto de lei, como a gente viu em 2017 e como a gente tem, neste momento, essa ameaça desses dois PLs, não é? E, uma vez que essa legislação é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alterada, então, você impulsiona esse ciclo, ocupando. Então, a gente tem visto, com bastante preocupação, o avanço dessa fronteira de ocupação, como o Tasso colocou na apresentação dele, sobre o Estado do Amazonas, com muitas características que relembram esse histórico de ocupação de terras públicas em outras regiões que já estão desmatadas na Amazônia.

Um segundo problema que a gente observa nas leis de terras é o fato de que, na verdade, não proíbem a titulação de áreas desmatadas ilegalmente. Mesmo na Lei federal 11.952, de 2009, não existe uma vedação a que áreas que foram desmatadas após a data do Código Florestal, que é 2008, possam ser regularizadas. O que existe, no caso da lei federal, do decreto, na verdade, é uma grande exceção, uma situação em que, se houve uma autuação ambiental e se foi feita uma vistoria e se constatou que, naquela área, na verdade, não tem uma produção, mas só um desmatamento, aquele responsável precisa assinar um termo de ajustamento de conduta, mas essa é a única situação. Na verdade, não se impede a titulação, de acordo com a legislação. E, por outro lado, também não se exigem os compromissos de recuperação de desmatamento ilegal antes da titulação, na maioria dos casos. Como eu comentei, existe uma exceção, no caso da lei federal, em casos muito específicos, mas isso, de fato, deveria ser uma regra, que, em qualquer desmatamento ilegal detectado, o próprio responsável pela área deveria se comprometer, antes de receber o título, a fazer a recuperação ambiental desses imóveis.

Por outro lado, existem cláusulas, dentro do título de terra, que obrigam que a lei ambiental seja cumprida. Porém, como já ficou demonstrado pelo Tribunal de Contas da União, em duas auditorias que foram feitas na esfera federal, não há monitoramento dessas obrigações socioambientais pós-titulação. A violação dessas cláusulas enseja a perda do título de terra. É uma cláusula resolutiva, que a gente chama. É uma condição para que aquela terra seja mantida em nome daquela pessoa que recebeu o título. Mas, quando você não tem o monitoramento dessas cláusulas, na prática, também se está criando um ambiente de impunidade e de quase certeza de que esses desmatamentos, mesmo que ocorram após a titulação, não vão ser punidos do ponto de vista fundiário, ou seja, a pessoa não vai perder a terra.

E o último ponto em que eu queria concentrar um pouco mais de tempo na minha apresentação é o fato de que os procedimentos de destinação de terras públicas federais, especialmente no caso, não garantem a aplicação dessa destinação seguindo prioridades da legislação. Isso aqui é um ponto bastante grave para que eu gostaria de chamar a atenção. Quando a gente fala de prioridades legais de destinação de terra pública, basicamente a gente está falando, como prioridade número um, a partir da Constituição e da leitura da legislação, da destinação para terras indígenas, populações quilombolas e comunidades tradicionais; para a criação de unidades de conservação; para concessões florestais; para reforma agrária; e diria que, no final, para a titulação privada, se não houver nenhuma dessas outras categorias com demanda incidindo sobre aquele território. Essa seria, digamos, uma ordem de prioridade legal de destinação, mas o que a gente observa, de acordo com os procedimentos adotados hoje em decreto, é que essa não é a ordem que está sendo seguida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu vou falar aqui especificamente do caso da Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais, que foi uma Câmara criada em 2013, hoje em dia regulada pelo Decreto 952, de 2020. Basicamente essa Câmara é formada por órgãos do Governo Federal, que têm atribuição de destinação fundiária, como Funai, ICMBio, Incra, e, hoje em dia, Mapa/Serviço Florestal. Esses órgãos, então, analisam, de forma coletiva, qual seriam os interesses para a destinação de determinadas glebas públicas. Porém, o que a gente observa é que, olhando o resultado dessa Câmara Técnica até 2018, que são os dados que a gente conseguiu coletar, a maior parte, quase 70%, das terras públicas que passaram pela avaliação da Câmara Técnica foi destinada para a regularização fundiária. Houve em torno de 7,9 milhões de hectares que foram destinados para o Ministério do Meio Ambiente para a criação de unidades de conservação e algumas áreas ainda estavam em estudo, especialmente por conta de demandas de demarcação de terras indígenas que estavam aguardando estudos antropológicos. Porém, chama a atenção o fato de que quase 70% dos resultados da Câmara foram para a regularização fundiária, o que significa que seriam áreas alocadas para uma privatização, eventualmente com a emissão de título de terra. É uma área muito significativa.

Quando a gente olha qual é a sobreposição entre esses dados da Câmara Técnica e as florestas públicas federais não destinadas que estão no cadastro do Serviço Florestal, a gente começa a perceber que existe a sobreposição de áreas que foram destinadas pela Câmara Técnica para a regularização, mas que, na verdade, estão em cima de florestas públicas não destinadas. E aí a gente começa a ver um grande problema.

Então, vejam: aqui, neste mapa, a gente está mostrando em verde o que seriam as florestas federais não destinadas que não têm sobreposição com decisões da Câmara Técnica. Todas as outras cores significam que são florestas não destinadas que a Câmara Técnica ou o Incra – na época, era Terra Legal; hoje em dia, Incra – indicou que seriam destinadas para a regularização; que já possuem imóveis georreferenciados para a titulação, que seria essa cor vinho; e a gente também colocou aqui áreas, que estão inscritas no Cadastro Ambiental Rural, sobrepostas a essas florestas públicas.

Então, a gente começa a perceber que existe uma ameaça muito real às florestas públicas não destinadas e que não é apenas o Cadastro Ambiental Rural. Eu queria chamar atenção.

Para mim, o mais grave não é... É, obviamente, o Cadastro Ambiental Rural sobreposto, mas mais grave ainda é o fato de que você vê indecisões do ponto de vista de destinação fundiária meio que indicando que essas florestas públicas seriam alocadas para regularização. E aqui a gente tem os números dessa análise que a gente fez. Então, a gente percebe que, tirando a sobreposição entre essas camadas – Câmara Técnica, CAR e imóveis georreferenciados –, 69% das florestas públicas federais não destinadas já estariam sob alguma ameaça dessa privatização via regularização fundiária. Esse para mim é um dado bastante grave...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Dois minutos.

A SRA. BRENDA BRITO (*Por videoconferência.*) – ... por serem florestas públicas não destinadas não devem ser alocadas para titulação individual, para o que a gente chama de privatização. Isso eu falo porque, de fato, está na lei. A Lei 11.952, que é o principal meio de regulação fundiária federal, fala, em seu art. 4º, que não são passíveis de alienação de titulação ou concessão de direito real de uso as florestas públicas, nos termos da Lei 11.284, que é a lei sobre a gestão de florestas públicas. Então, a própria lei de regularização fundiária já veda essa possibilidade. Porém, essa lei está sendo desrespeitada quando a gente tem aqueles imóveis sendo georreferenciados para titulação nessas áreas e quando a gente tem a Câmara Técnica também indicando regularização nessa parte. Isso está acontecendo, justamente como eu falei, por conta dos procedimentos. Então, não é necessariamente a lei, nesse caso, que é o problema; o problema é o decreto, o procedimento que a Câmara segue para fazer essa destinação.

Lá no art. 12 do Decreto 10.592, existe essa previsão de que há uma consulta de determinada gleba aos órgãos que eu mencionei – Funai, Serviço Florestal e ICMBio –, mas aí vem uma regrinha no §3º dizendo que, na ausência de manifestação, ou seja, se o ICMBio não falar nada, se a Funai não falar nada, se o Serviço Florestal não falar nada, o pressuposto é de que a área vai para a regularização, e isso é uma inversão do que a lei está falando. Quando a lei fala que você não pode destinar, você não pode dizer que o pressuposto é que ela é para regularização, o pressuposto é que ela é floresta pública e que ela deve permanecer como tal, sendo destinada para as categorias previstas na lei sobre gestão de florestas públicas. Então, isso aqui é um problema grave.

Por isso, as recomendações que a gente faz, nesse caso, seriam: revogar o art. 12, arts. 11 e 12, na verdade, do Decreto 10.592; revogar as decisões da Câmara Técnica que destinaram florestas públicas para regularização fundiária; indeferir os pedidos de titulação que estão sobrepostos a florestas públicas; e definir uma nova regra de operação da Câmara Técnica, que é uma instância importante do ponto de vista de tentar promover algum tipo de coordenação, mas cujo procedimento claramente é ilegal, na minha avaliação. Esse novo procedimento deveria prever, por exemplo, consultas públicas colocando disponível quais são as glebas que estão sob avaliação para que qualquer interessado possa enviar contribuições para avaliação da Câmara; definir uma nova instância de coordenação – eu defendo que quem coordena a Câmara Técnica deveria ter um caráter, digamos, mais supervisor das diferentes instituições, talvez até na Casa Civil –; e deixar explícito nesse decreto quais são as categorias de destinação que são permitidas por lei em florestas públicas.

Finalizando, eu deixo aqui apenas essa informação de que a gente publicou vários estudos sobre esse tema. Eu posso encaminhá-los para a Comissão. Os dados que eu falei hoje são, principalmente, desses dois primeiros estudos, mas a gente também tem um estudo mais recente que foca especificamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na política de titulação, fazendo um apanhado do histórico do Programa Terra Legal, de como foi esse impasse no Incra, o que pode ser objeto de alguma próxima contribuição.

Eu fico à disposição para contribuir com a Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Muito obrigado, querida Brenda Brito. Pode ter certeza de que todas as suas sugestões eu já estou demandando à equipe da CMA e à minha equipe também para recolher, porque é inaceitável termos um parágrafo que estabelece que, diante da omissão do órgão, presume-se como não tendo nenhuma objeção. Está invertendo a lógica. A lógica não é essa. Esse é mais um dos projetos de retrocesso na pauta ambiental, mas pode contar comigo, com o meu empenho e com esta Comissão do Meio Ambiente, presidida pelo nosso querido companheiro e amigo, Senador Jaques Wagner.

Eu queria passar agora, neste momento, a palavra ao Sr. Renato Morgado, Gerente de Programas da Transparência Internacional Brasil.

O SR. RENATO MORGADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e a todas!

Eu queria iniciar cumprimentando, em nome da Transparência Internacional Brasil, o Senador Fabiano Contarato, cumprimentar também a Senadora Eliziane Gama pela iniciativa de promover esta audiência pública e esta série de debates, cumprimentar os colegas aqui participantes da audiência pública e cumprimentar especialmente pelo tema, de fundamental importância. A regularização fundiária é uma das políticas públicas mais relevantes do país. É importante que seja uma política pública fortalecida, mas, como muito bem apontado pela Brenda na apresentação anterior, quando as políticas de regularização ocorrem num contexto de fragilização da governança fundiária e de flexibilização recorrente da legislação sobre o tema, acaba sendo, na verdade, um indutor de grilagem, desmatamento, violência e outros crimes associados, como corrupção e fraude. Então, é um tema de suma importância para que a gente pense possíveis reformas com bastante cuidado, com bastante atenção. Então, essa série de debates certamente pode ser um espaço de reflexão e de proposição sobre as propostas em curso.

Eu represento a Transparência Internacional Brasil, que é uma organização dedicada à luta contra a corrupção e à promoção da integridade pública. A Transparência Internacional tem uma série de iniciativas em diversos países do mundo, que buscam avaliar o impacto da corrupção e de crimes associados na governança fundiária, na governança climática e ambiental. No Brasil, nós temos um programa específico dedicado a esses temas. Em dezembro de 2021 nós lançamos um relatório sobre as práticas de fraude e corrupção que viabilizam a grilagem de terras públicas no Brasil. Então, é a partir das reflexões e dos achados desse relatório que eu vou basear a minha apresentação.

Eu vou compartilhar aqui uma apresentação, para poder ilustrar melhor a minha fala. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só um segundo. (*Pausa.*)

Espero que esteja apresentando para vocês. Caso não, peço a gentileza do aviso.

A ideia, então, complementando até as apresentações anteriores, é trazer um ângulo novo ao debate. Como eu disse anteriormente, trazer a perspectiva dos crimes conexos, que, muitas vezes, estão por trás das ações de grilagem, e, especialmente, como isso se dá em políticas, em processos de regularização fundiária.

Como comentei, eu trago aqui um resumo, especialmente desse relatório que nós lançamos no final do ano passado, em que nós mapeamos 21 riscos e práticas de corrupção que viabilizam a grilagem no Brasil. Parte importante desses riscos está associada, como eu disse, a processos de regularização fundiária.

Fizemos uma análise também da governança da terra no Brasil; identificação das fragilidades que facilitam a ocorrência da grilagem, da fraude e da corrupção; identificação da característica das organizações criminosas, que, muitas vezes, estão por trás dos esquemas de grilagem; e um conjunto de recomendações para reduzir a incidência da grilagem e desses crimes conexos.

Uma boa parte do método dessa pesquisa foi baseada em análise de casos de operações do Ministério Público e operações policiais, que identificaram, investigaram e denunciaram esquemas de grilagem nos estados da Amazônia Legal e também em estados da região conhecida como Matopiba. Então, isso nos trouxe uma visão bastante ampla, a partir da realidade concreta, para compreender a dinâmica da grilagem no Brasil.

Esse é um quadro-resumo que traz uma lógica do funcionamento, é claro, uma simplificação dos esquemas de grilagem. Acima, uma dimensão muito importante da grilagem é a chamada dimensão jurídico-administrativa, com fraude e corrupção nos sistemas de cadastro com informações fundiárias e em registros de imóveis e também a incidência de fraude e corrupção em processos de regularização fundiária – e vou me ater, um pouco mais, a isso na minha apresentação. E, por fim, uma dimensão físico-econômica: a invasão física da terra, que gera, então, o desmatamento, a violência e o uso ilegal da terra – de forma geral, independentemente da dimensão, que é mais forte num determinado esquema, com o objetivo comum de, no final, comercializar ou fazer o uso direto desse imóvel rural.

Aqui nós mostramos como esquemas específicos de grilagem, que estão mais ao centro, têm uma conexão muito forte – e aí o debate desta audiência é muito importante – com, primeiro, fragilidades da governança das terras. Se nós não temos instituições políticas, regras claras, a incidência da grilagem vai ser algo muito frequente. Então, os esquemas de grilagem se baseiam na fragilidade e em lacunas de governança de terras. Um outro elemento muito presente é a corrupção no âmbito político também como indutor de esquemas de grilagem e de captura das instituições fundiárias. E, por fim, a lavagem de ativos dos bens provenientes dos esquemas de grilagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o nosso tempo é curto, eu quero enfocar três elementos desse esquema mais geral da grilagem: primeiro, as fragilidades na governança; depois, esquemas específicos de fraude e corrupção na regularização fundiária; e esquemas de fraude e corrupção na invasão física e o uso econômico de terras griladas, já que isso está muito associado também à grilagem relacionada à regularização fundiária.

Aqui são elementos muito importantes que a gente identificou ao termos refletido, no âmbito da Transparência Internacional, que devem ser objeto, Senador Fabiano, das ações de fiscalização e de proposição de políticas públicas. A gente não pode olhar, única e exclusivamente, as leis de forma isolada, mas um conjunto de fatores de fragilidade na governança fundiária que impedem que nós tenhamos uma governança adequada e uma regularização fundiária consistente e tenhamos, pelo contrário, a incidência da grilagem e dos crimes ambientais e contra a administração pública conexos.

Então, de forma muito breve...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Querido Renato, desculpa. Eu só queria cientificá-lo de que a apresentação se manteve no primeiro eslaide. Eu não sei se você está dando o comando aí para passar os eslaides, porque aqui...

Ah, agora está! Perfeito!

O SR. RENATO MORGADO (*Por videoconferência*.) – Perfeito, Senador. Muito obrigado pelo aviso. Vamos ver se, agora, ele avança aqui. Eu estava passando aqui, mas, por algum motivo, para vocês não vinha sendo...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeito. Desculpa te interromper.

O SR. RENATO MORGADO (*Por videoconferência*.) – Não, eu agradeço o aviso.

Então, só para mostrar o modelo que eu tinha apresentado aqui de forma muito breve: aqui acima, a dimensão jurídico-administrativa da grilagem de terras, a dimensão físico-econômica e, de forma mais ampla, a fragilidade na governança de terras, a corrupção no âmbito político e a lavagem de ativos provenientes desses esquemas de grilagem.

E, aqui – espero que esteja transmitindo –, os elementos da fragilidade da governança fundiária. Como eu estava dizendo, muitos dos sistemas de cadastro de terras ou com informações ambientais, como o Cadastro Ambiental Rural, são autodeclaratórios. Isso abre espaço para práticas de fraude, especialmente quando não validados pelas instituições públicas. Existe déficit de transparência e integração de cadastros e registros, o que dificulta o controle social e mesmo o controle por órgãos do Estado; precaridade e falta de digitalização dos registros de imóveis – aí um problema mais localizado nos cartórios; déficit de reconhecimento das ocupações legítimas, sejam individuais ou coletivas; a não destinação de terras; o déficit de recursos nos órgãos fundiários e ambientais e a influência indevida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesses órgãos – nós vivemos um contexto de paralisia de órgãos fundiários e ambientais por influência indevida no funcionamento dessas instituições; e a expectativa de anistia à grilagem, com as mudanças legais e a redução de áreas protegidas, que é um tema bastante importante, como a Brenda bem abordou.

De forma panorâmica, eu queria trazer, então, alguns riscos de fraude e corrupção que nós identificamos associados aos processos de titulação dos imóveis. Então, nós temos aqui um conjunto de fraudes nos sistemas cadastrais, como o Sigef, o SNCR e o CAR. Então, é muito comum que, associada à busca da titulação via regularização fundiária, haja a inscrição de imóveis fictícios nesses sistemas, para simular a posse de um imóvel e buscar a regularização fundiária a partir disso.

Outra categoria de fraude é o fracionamento indevido de imóveis, dado que a lei estabelece determinados limites de tamanho de imóvel para serem beneficiários da regularização fundiária. Então, há um fracionamento para tentar enquadrar esses imóveis para que sejam passíveis de regularização fundiária, assim como o uso de laranjas e testas de ferro – dado que a pessoa não pode ter outra propriedade, é comum o uso de laranjas e de testas de ferro.

Existem também práticas de suborno de agentes públicos ou privados para inserir e validar esses dados em cadastros e processos de titulação ou para priorizar indevidamente determinados processos dentro das filas dos órgãos fundiários e práticas também de advocacia administrativa.

Então, aqui são os principais riscos em processos de regularização fundiária que nós encontramos nessa pesquisa e que buscam legitimar pessoas e imóveis, que, a princípio, não deveriam ser beneficiários de processo de regularização fundiária e que acabam sendo por essas práticas de fraude e de corrupção.

Já que tem uma integração muito grande entre esse processo mais administrativo de fraude e corrupção associada à regularização fundiária, existe também a invasão das terras, acompanhada de violência, desmatamento e, muitas vezes, crimes contra a administração pública.

E, aqui, um resumo também dessa lista de práticas de fraude e corrupção associadas: nós temos, por exemplo, o uso de laranja ou testas de ferro nos cadastros, especialmente no CAR, para escapar das sanções de infrações ambientais; a extorsão e ameaças de violência contra ocupantes legítimos desse imóvel; o pagamento de propina para constituição de milícias privadas, em alguns casos envolvendo agentes de segurança pública; e também pagamento de propina para omissões em ações de fiscalização ambiental por vazamento das informações de fiscalização ambiental, e advocacia administrativa para obstruir as investigações e as fiscalizações contra esquemas de grilagem.

É óbvio que a maior parte dos servidores públicos dos órgãos fundiários ambientais agem de forma correta, dentro da lei e produzem todos os esforços possíveis para entregar boas políticas públicas os cidadãos, mas, em alguns casos, baseados nas fragilidades da governança e do controle, agentes públicos e privados entram em conluio, em atos de corrupção passiva, ativa e em outros atos contra a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administração pública, e acabam viabilizando essas práticas de grilagem – nesse caso aqui associada à invasão física dos imóveis.

E para caminhar já para o final, nós, nesse relatório, propusemos quatro eixos de solução: o primeiro é o fortalecimento da governança fundiária, porque muito baseada nas fragilidades da governança é que a grilagem se perpetua e os crimes conexos podem acontecer – eu vou detalhar um pouquinho mais esse eixo.

Em segundo lugar, aprimorar a transparência e o controle social. Nós temos que ter acesso aos dados que fazem parte dos registros e dos cadastros de imóveis. Esses dados devem estar de forma integral, em formato aberto, em tempo real, disponíveis aos cidadãos.

Infelizmente, nós temos vivido um processo de retrocesso da transparência desses dados, que já não era uma transparência total. Então, ao invés de avançarmos, nós começamos a retroceder, e esse é um elemento muito importante, incluindo instrumentos de controle social para que a sociedade possa participar ativamente e realizar o controle social da governança fundiária como um todo e, em particular, das políticas de regularização fundiária.

Reforçar os controles e as ações de fiscalização: então, tanto fortalecer a atuação dos órgãos de controle, mas também a dos órgãos ambientais e fundiários na ação de comando e controle; e mobilizar instrumentos anticorrupção e antilavagem. Partindo do princípio de que corrupção e lavagem são viabilizadoras da grilagem, todo o arcabouço legal e institucional que nós criamos nas últimas décadas tem um papel importante para endereçar à prevenção e ao combate à grilagem.

Para finalizar, eu queria só expandir um pouco mais a dimensão da governança fundiária, porque isso toca muito os debates aqui da nossa audiência pública, trazendo alguns elementos: a necessidade de saneamento e modernização dos registros de imóveis, garantindo que, nos cartórios, os registros sejam digitalizados, espacializados e estejam disponíveis publicamente; a criação de um cadastro multifinalitário que integre os diversos cadastros existentes e registros de imóveis – as informações são muito fragmentadas, e isso abre espaço para fraude e para grilagem; investir nos sistemas de controle dos cadastros e nos processos de regularização fundiária ambiental; arrecadação das terras devolutas e destinar as terras não designadas – como a Brenda muito bem apresentou, nós temos uma área muito extensa ainda não destinada; e, para finalizar, assegurar a capacidade dos órgãos públicos, do sistema de administração de terras e protegê-los de influência indevida.

Nenhuma reforma legal vai ser efetiva, nenhuma política pública vai ser efetiva num quadro de fragilização das instituições públicas, de redução de orçamento e de uma influência indevida que captura e paralisa o funcionamento dessas instituições. Então, nós temos que proteger as instituições desse tipo de influência deletéria ao seu funcionamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, o que é um tema muito relevante para este debate, vetar qualquer reforma do marco legal da regularização fundiária que sinalize anistias futuras. Isso não quer dizer que os marcos legais não devem ser aprimorados, mas todo o processo de mudança legal que sinaliza que o marco temporal de ocupação das terras, o tamanho das terras ou salvaguardas ambientais vão ser flexibilizados implica sinalizar no campo, ali na ponta, que a invasão de terras vai ser premiada junto com os crimes conexos de desmatamento, violência, fraude e corrupção.

Com isso, eu termino a minha apresentação, agradecendo mais uma vez, Senador, e à disposição para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Muito obrigado, querido Renato Morgado.

Antes de passar a palavra ao Sr. Rodrigo Bellezoni, eu quero fazer o registro aqui, com muita alegria, do comparecimento de representantes dos povos indígenas memortumré-canela, Maranhão; apãnjekra-canela, Maranhão; akroá gamella, também do Maranhão; tremembé do engenho, no Maranhão; kariú-kariri, do Maranhão; macuxi, Roraima; e também do Conselho Indigenista Missionário.

Neste momento, eu passo a palavra ao Sr. Rodrigo Bellezoni, especialista em Políticas Climáticas e Agroambientais pelo Centro de Inteligência Territorial da UFMG, indicado pelo Prof. Raoni Rajão.

O SR. RODRIGO BELLEZONI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito. Boa tarde!

Boa tarde, Senador Fabiano Contarato!

Eu gostaria de cumprimentar também o Presidente desta Comissão, Senador Jaques Wagner, e a Senadora Eliziane Gama, pela iniciativa e liderança nesta audiência pública. Também quero cumprimentar os colegas Renato, Brenda e Tasso, que falaram anteriormente com muita propriedade, e destacar que tem muita sinergia dessas falas anteriores com o que eu vou apresentar a partir de agora para vocês.

Só um instantinho enquanto eu compartilho a minha tela. (*Pausa.*)

Conseguem ver a tela já?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeitamente.

O SR. RODRIGO BELLEZONI (*Por videoconferência*.) – Vamos ver se ela passa aqui. Houve um probleminha com o Renato. Espero que esteja tudo certo. Qualquer coisa, é só interromper.

Também quero dar as boas-vindas, parabenizar, cumprimentar, na verdade, o pessoal que está assistindo em casa, principalmente o Dr. Raoni Rajão e o Dr. Britaldo Soares, da UFMG, e todo o seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

time, que possibilitaram esse trabalho e que vêm se debruçando e trabalhando nessa temática nos últimos anos e que contribuem fortemente para trabalhos desse tipo. Então, a minha função hoje é traduzir um pouquinho o que a gente vem fazendo nos últimos anos na UFMG em termos de ciência e tecnologia para o apoio à regularização socioambiental, através do desenvolvimento da plataforma Selo Verde.

A agenda hoje vai ser dividida entre duas etapas. Na primeira parte, eu vou citar alguns exemplos de casos de uso indevido do CAR para a ocupação ilegal de terras públicas, já mencionado pela Brenda, já mencionado também pelo Tasso, e colocado em um contexto também agora na última fala, pelo Renato. São casos reais, inclusive um caso simbólico na terra indígena Ituna Itatá, no Pará. Depois dessa breve apresentação dos casos, eu vou apresentar a plataforma Selo Verde e como ela pode ser útil como contribuição ao auxílio à tomada de decisão sobre o uso estratégico do território.

As sobreposições foram mencionadas pela Brenda e demais. Elas podem ocorrer de diversas formas, geralmente associadas a um Cadastro Ambiental Rural, mas também ocorrem com outras demarcações de terra, como por exemplo terras indígenas. Há sobreposições com assentamentos rurais, também situações de embargo e irregularidades; também áreas protegidas, comunidades de conservação, reservas biológicas e outras; e, propriamente ditas, as propriedades particulares, que são o grande foco da nossa plataforma Selo Verde. Então, a gente tem esse foco muito em propriedades rurais e isso faz com que a gente consiga, através de uma metodologia desenvolvida, que eu vou explicar na sequência, chegar ao nível da propriedade em uma escala bem refinada de detalhamento, fazendo análise por imóvel, e aí sim podendo contribuir para essa questão fundiária no país.

Aqui, algumas imagens sobre a terra indígena Ituna Itatá, localizada no Estado do Pará. A noroeste dessa demarcação indígena, há um assentamento do Incra. Aqui a gente vê uma imagem de 2007, compatível com o marco legal do Código Florestal, que não permite desmatamento pós-2008. Então, a gente extraiu essa imagem para apresentar de uma forma bem visual e ilustrativa o tamanho da problemática. Então, aqui no meu ponteiro vocês têm um assentamento do Incra, com um desmatamento entre 2007 e 2020, e logo abaixo, marcada em vermelho, a terra indígena com uma porção de códigos de Cadastro Ambiental Rural ali dentro, que eu vou mostrar na próxima imagem, e também indicando desmatamento nesses últimos 13 anos na região. Aqui são as propriedades, seus devidos CARs, registrados aqui dentro de uma terra indígena, então uma condição já levantada pelos colegas que já apresentaram totalmente não condizente com a demarcação daquele território, que é uma terra indígena. Temos hoje a presença dos povos tradicionais, e eles entendem muito bem dessa questão, sabem muito bem da importância e do nível a que chegou essa invasão de terras. Então, a gente, com o uso da tecnologia, vem contribuir para tornar essas situações cada vez mais transparentes, embasadas em dados científicos e metodologias científicas, uma informação de alta qualidade, para que sirva, para que possa embasar as tomadas de decisão, de forma mais estratégica, no controle do território nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses pontos em verde são os pontos de desmatamento, que são identificados aqui, posteriormente, na imagem de satélite.

Aqui, ainda, a título de ilustração, algumas amostras que nós trabalhamos, lá na UFMG, para identificar a relação desse CAR e a sobreposição, tanto com a terra indígena como, ao noroeste dessa imagem, com os assentamentos do Incra e as glebas federais. Então, temos alguns exemplos aqui. Eu não vou passar por todos, vou ilustrar só alguns, porque a gente já sabe que isso acontece e aqui é mais um argumento de prova.

Nessa imagem à esquerda, esse terreno, esse lote – vamos chamar de lote, ele não é regularizado, mas eu vou chamar de lote por enquanto –, esse perímetro em vermelho é a imagem em questão, que foi analisada aqui, no ano de 2008, sem desmatamento e, depois, em 2020, com esses perímetros de desmatamento identificados. E depois da aplicação da nossa ferramenta, vou explicar como ela funciona, a gente classifica o nível de desmatamento relacionado a esse CAR, estando ele em sobreposição com terras federais ou não.

Um novo exemplo, a noroeste da imagem, uma grande parcela dentro da terra indígena e uma fração no assentamento do Incra. Então aqui a sua situação em 2008 e a situação mais recente, 12 anos após, também com identificação séria de desmatamento em terra indígena.

Outro exemplo. A maior parte desta vez no assentamento do Incra e uma porção remanescente dentro da terra indígena. A situação se repete. Em 2008, havia apenas o registro do CAR, mas sem desmatamento. Um pouco mais recente, temos focos de desmatamento dentro daquela propriedade, dentro daquele registro, melhor dizendo.

Então, como já foi apontado anteriormente, primeiro registra-se o CAR, quaisquer que sejam os territórios, uma terra indígena, uma área federal... É registrado o CAR, primeiro, para se passar a sensação de posse. Como foi dito pela Brenda, o ciclo continua. Primeiro, em consequência, se desmata aquela propriedade, aquela região. Você associa o desmatamento ao título de posse e aguarda por uma flexibilização da regulação, da fiscalização e da legislação, em tempo futuro, para, enfim, efetivar a posse daquele registro e, aí sim, iniciam-se atividades de agropecuária.

Então já foi identificado que, a princípio, não é a agropecuária o principal vetor desse desmatamento nessas fronteiras, e sim, num primeiro momento, a grilagem de terras e, posteriormente, atividades corriqueiras numa área rural.

Bom, dados esses casos, mais a título de ilustração, todos aqui já haviam dito dessa problemática de sobreposição de ocupação, de invasão de terras públicas, de terras indígenas, de unidades de conservação, e a gente desenvolveu na UFMG, ao longo dos últimos anos, essa plataforma que se chama Selo Verde, que visa contribuir para mais transparência com relação a essas informações de desmatamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, o nome Selo Verde se originou daquele mesmo Selo Verde do processo de certificação voluntária que atesta a sustentabilidade, no setor produtivo, de um sistema produtivo na geração de um produto ou de um serviço. Então, é uma análise de ciclo de vida, onde é verificado, do início ao fim do ciclo de vida daquele produto ou serviço, todas as etapas envolvidas e, então, atesta-se ou não a sustentabilidade daquela cadeia produtiva.

Então, a gente trouxe essa lógica do Selo Verde, da ideia da avaliação do ciclo de vida para o uso e a ocupação do solo no país. Com essa lógica, a gente visa, como o principal objetivo do Selo Verde, a fortalecer o monitoramento e a avaliação de políticas públicas de desenvolvimento agropecuário sustentável no país e também subsidiar ações para o combate ao desmatamento pelas agências competentes. Com isso, a gente trabalha no uso da propriedade, relaciona algumas informações oficiais que eu vou mostrar adiante e identifica para cada registro ambiental rural o balanço ambiental daquela propriedade privada, se ela tem déficit ou excedente de reserva legal, se ela tem déficit ou excedente de área de preservação permanente, tudo com base nas diretrizes do Código Florestal.

Com isso, a gente deu um passo além e passou a identificar não somente esse balanço ambiental por propriedade, mas também o nível de contaminação da produção agrícola por fornecedores, sejam eles diretos ou indiretos, nessas áreas de interesse para o combate ao desmatamento. Então, a gente avalia a produção de grãos, por exemplo, e rastreia o movimento desses grãos, desde o campo onde ele foi produzido até um silo concentrador e um intermediário para posterior venda para um outro continente, por exemplo, e, da mesma forma, a carne bovina. E essas informações, por se tratarem de dados oficiais, também podem ser úteis para a regularização fundiária.

Bom, essencialmente, a nossa plataforma, o nosso sistema, o nosso modelo é baseado em ciência. O que é que isso significa? Usamos as melhores práticas, os melhores dados, os melhores métodos possíveis, disponíveis na ciência, e colocamos todos os resultados, premissas e métodos disponíveis para a comunidade científica e para o público geral como um todo. Então, é uma plataforma aberta e qualquer um pode acessar os códigos, o algoritmo, o método, as premissas. Tudo o que foi tomado como premissa para a construção desses modelos pode ser avaliado por qualquer um e vem sido, frequentemente, avaliado por pares especialistas que publicam e editam revistas internacionais científicas.

O último é do ano de 2020. Tem alguns já a caminho para sair. Este, da direita, é o mais recente, de maior impacto, em uma revista de maior renome, mas também temos outros em andamento.

Então, a mensagem aqui é que é uma plataforma transparente, tudo o que a gente constrói, tudo o que a gente elabora... É um grupo que trabalha com essa temática e, ao final, a gente submete para uma avaliação por especialistas e a gente se coloca aberto a correções.

Bem, os principais pilares, então, dessa plataforma são, primeiramente, que existem várias plataformas, muitas delas voltadas ao setor privado, que fazem a rastreabilidade da produção do gado, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazem a otimização de fazendas. Elas são fantásticas, têm a sua especificidade e não serão substituídas. Elas têm o seu valor e precisam ser exploradas e têm o seu público específico.

O nosso público alvo, o nosso foco é o setor público. A gente quer fomentar a tomada de decisão estratégica com base em informações confiáveis e geradas de forma transparente. Portanto, a gente não visa a geração de lucros, a gente trabalha com projetos financiados no âmbito internacional. São agências internacionais que financiam os nossos projetos. A gente desenvolve a nossa pesquisa e, como retorno, a gente acredita que a aplicação dessa ferramenta, para embasar melhor a tomada de decisão pelo setor público, seja a alternativa mais transformadora.

Uma segunda característica importante é que é um sistema universal. E por universal aqui a gente entende que tem uma aplicação a diferentes tipos de propriedade. Então, todo tipo de propriedade pode ser abarcada dentro do sistema Selo Verde, seja ela uma grande fazenda, um grande produtor ou uma monocultura, sejam eles pequenos produtores ou associações de produtores. Um grande ponto que tem sido discutido inclusive em legislações internacionais é como incluir essa parcela de produtores que, no Brasil, é tão significativa e representa uma grande quantidade da nossa produção agropecuária. Então, a gente precisa incluir esses pequenos produtores, e não só passa a ser uma questão ambiental o combate ao desmatamento, mas, sim, uma questão social ao incluir esses pequenos produtores.

Isso me leva ao terceiro pilar, dono da nossa plataforma, que é totalmente gratuito, de livre acesso, mais uma vez incluindo aqueles que, costumeiramente, passam a ser excluídos ou foram excluídos de sistemas muito onerosos de auditoria privada para atender a exigências de mercados *premium* e, inclusive, mercados para exportação.

Com isso, os nossos objetivos principais são produzir informação de qualidade para subsidiar as agências competentes no combate ao desmatamento ilegal, na promoção da regularização fundiária, promover maior rastreabilidade da produção agropecuária, neste primeiro momento focada em grãos, especificamente soja, e carne bovina, mas também temos condições de expandir para outras *commodities*, inclusive já temos alguns pilotos trabalhando com a questão do ouro ilegal produzido em terras indígenas – a gente também consegue rastrear esse minério –, e sempre sendo guiado... O grande norte da nossa plataforma é o princípio da legalidade, ou seja, existe uma lei federal, o Código Florestal, que rege toda essa temática do desmatamento em propriedades privadas no Brasil. Nós estamos alinhados ao Código Florestal, todos os requisitos...

Eu acho que o tempo está um pouquinho...

Foi algum engano, não é? (*Pausa.*)

Vou continuar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o princípio da legalidade baseado no Código Florestal como um norteador para a tomada de decisão e premissas dentro das nossas estimativas.

Aqui, um mapa para só para demonstrar a nossa atuação. Atualmente, a gente trabalha no nível estadual. Nós temos um acordo com o Governo do Estado do Pará, onde já temos o Selo Verde implantado e rodando no Estado do Pará. Há um acordo de cooperação técnica onde os dados são fornecidos por agências competentes tanto ambientais quanto fundiárias, agropecuárias, enfim, de fiscalização; então, a gente tem essa parceria no Pará rodando. Temos um acordo já assinado e em andamento com o Governo de Minas Gerais. Inclusive, na última sexta-feira, estivemos com a Secretária de Meio Ambiente de Minas Gerais e também dando todo o apoio à implementação da nossa ferramenta por lá. Já há estudos avançados nos Estados do Tocantins e do Maranhão para entender a adequação da ferramenta nesses dois estados e também a ferramenta vem sendo muito bem aceita nessas conversas. E, por fim, o grupo de Governadores da Amazônia Legal, nós já nos reunimos com eles, os representantes de todos esses estados em amarelo. E também há a implementação e o avanço do Selo Verde nesses estados, está em discussão e pode se tornar realidade muito em breve.

Só para destacar, nos estados que estão em cinza, a gente tem uma capacidade operacional muito grande, um conhecimento consolidado ao longo dos últimos anos no nosso grupo de pesquisa. E temos a condição, inclusive, de expandir para os demais estados, claro, respeitando a especificidade de cada estado, adaptando as características do modelo a cada particularidade de cada estado, respeitando todos esses fatores, temos a condição de expandir para todo o Brasil, em questão de meses, o uso dessa plataforma focada em propriedades particulares.

Bom, mas como é que funciona, então, o Selo Verde? Novamente, é um pouco parecido com o que o Tasso falou: integra dados oficiais de agências tanto ambientais quanto agropecuárias, tanto de regularização fundiária quanto de fiscalização no nível estadual. Então, é necessário, é fundamental um acordo de cooperação técnica da nossa equipe com os órgãos competentes no estado, para que esses dados passem a ser fornecidos de forma confiável e de forma constante, e essa interação é contínua para que esses dados sejam manejados, não só gerados, mas manejados de forma que eles falem a mesma linguagem do modelo desenvolvido para aquele estado e as estimativas sejam cada vez mais confiáveis.

Então, são essas informações à esquerda da tela que são abarcadas dentro das estimativas: desmatamento e uso consolidado; hidrografia; o próprio CAR; autorização de supressão da vegetação; áreas de cultivos; áreas de pastagem; Guia de Trânsito Animal (GTA), que é fundamental para a rastreabilidade da cadeia bovina; regularização fundiária, como foi mostrado num dos exemplos da primeira parte; e se há algum problema relacionado a auto de infração, embargo, apreensão, trabalho escravo, enfim, de cunho institucional, no sentido de fiscalização, e também social.

A gente integra todos esses dados oficiais com as imagens de satélite para hidrografia, uso da terra, desmatamento, localização geográfica de cada CAR especificamente, colocamos tudo dentro do modelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso modelo trabalha, faz as suas análises e gera dois produtos principais: um relatório síntese, que vou dar o exemplo agora para vocês, e um mapa mostrando uso e ocupação do solo. Então, o cruzamento desses dados oficiais e das imagens gera esse padrão de regularidade de cada fazenda. E a gente desenvolveu um selo de forma bem visual para classificar o nível de maior atendimento, menor atendimento quanto às exigências do Código Florestal, sendo esse verde escuro, um pouquinho mais escuro um atendimento maior e, conforme se caminha para a direita nessa imagem, um nível de atendimento menor em relação à regularidade, à conformidade ao Código Florestal.

Da mesma forma, na cadeia de suprimento, a gente consegue, através das guias de transporte animal, monitorar onde o bezerro foi criado, transportado, a cria, a recria, até que ele chegue lá ao comprador final, no frigorífico; e o frigorífico, aí sim, utilizando essa metodologia, utilizando os nossos relatórios, consegue entender se a sua cadeia de suprimentos fornece não somente riscos com relação ao desmatamento ilegal, mas também riscos com relação à regularização fundiária de seus fornecedores.

A plataforma já funciona no Pará. Ela pode ser acessada através desse *link* – a apresentação vai ficar disponível. Há duas opções. A primeira é navegar pelo servidor de mapas disponível na plataforma e clicar em qualquer ponto e obter a informação desejada ou, então, clicar num botão para consulta do CAR: você entra com o CAR específico, vai gerar o relatório para esse CAR com várias informações pertinentes àquele imóvel – a situação do imóvel, se há ou não déficit ou excedente de reserva legal, APP e afins. E aí, de uma forma bem visual, como eu falei anteriormente, um selo é concedido para a situação de regularidade ou não daquele imóvel.

Aqui alguns exemplos de sobreposição, tema principal da audiência de hoje. É uma sobreposição de um CAR com 80% dentro de uma terra indígena, a Terra Indígena Cachoeira Seca. Então, a gente faz a análise, cruza os dados oficiais, cruza as imagens e chega à conclusão de que lá, além de haver um déficit de reserva legal da ordem de 1ha, um déficit de APP, há também desmatamento pós-2008 na proporção de 13,5ha. Há contaminação da cadeia bovina maior do que 20%, ou seja, os fornecedores indiretos que produzem gado na região de alguma forma contaminam a cadeia, causando desmatamento indireto nessas áreas. E, então, a gente avalia a sobreposição.

Aqui um exemplo da imagem: uso consolidado em amarelo; desmatamento pós-2008 nesse tom avermelhado; aqui o perímetro do imóvel e todo ele alocado dentro dessa Terra Indígena Cachoeira Seca, com sobreposição de 81%.

Um outro exemplo, para a gente finalizar em breve: sobreposição com assentamentos e povos e comunidades tradicionais. Da mesma forma, esse CAR irregular tem sobreposição com outros códigos CAR aqui; também tem sobreposição com a gleba do Iterpa e também com a colônia do Iterpa, ou seja, com assentamentos e glebas públicas; não tem sobreposição com terra indígena, mas tem sobreposição com território quilombola de 100% – a gente consegue identificar isso também no mapa, conforme

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo anterior, de uma forma muito bem detalhada: aqui são as áreas de APP, tem a reserva legal, tem a sobreposição. Então, qualquer tipo de dado a gente é capaz de identificar no nível da propriedade.

E, por fim, a reserva biológica...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Rodrigo, por gentileza...

O SR. RODRIGO BELLEZONI (*Por videoconferência*.) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – ... eu pediria que encaminhasse para a conclusão, por favor.

O SR. RODRIGO BELLEZONI (*Por videoconferência*.) – Está ótimo.

Reserva biológica, só mais um exemplo, como vocês já viram.

Eu gostaria só de mencionar que atende as regulações internacionais e, portanto, pode ser utilizado por interessados para avaliar o risco fundiário e de ocupação ilegal.

Os desafios são a padronização dos dados, se possível em nível federal; como oportunidade, por ser uma ferramenta para o setor público, universal e transparente, pode ser um padrão global; fazemos uma análise no nível da propriedade, com baixo custo; trazemos também informações fundiárias com as partes interessadas, conforme exposto; o mais importante seria transformar esse monitoramento do desmatamento e da situação fundiária em uma agenda positiva, na intenção de atrair investimentos e oportunidades de negócio para uma agricultura mais sustentável, agropecuária mais sustentável; e, com isso, otimizar ações e contribuir para políticas públicas.

Eu agradeço e peço desculpas por exceder o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Muito obrigado, Sr. Rodrigo Bellezoni.

Quero cientificar a todos que estão participando desta sessão que esse requerimento, de minha autoria, é o início, uma sessão. Nós teremos aqui outras, com outros convidados, representantes do Ministério Público Federal, representantes do Instituto Centro de Vida, enfim, são várias pessoas que foram convidadas. Esta é a primeira sessão de debates.

Eu queria, mais uma vez, agradecer o comparecimento dos convidados, dos palestrantes. Peço perdão pelo tempo, mas, tendo em vista a agenda que foi programada, tanto na CMA, como em outros compromissos que eu venho assumindo desde de manhã aqui no Senado, eu tenho que partir para o encaminhamento da finalização, mas alertando que a minha equipe, tanto da CMA, como do meu gabinete, está coletando todas as apresentações e que nós vamos tentar transformar essas sugestões em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um ato mais concreto, porque a audiência objetiva justamente isto: dar um retorno para que nós possamos apresentar medidas no campo legislativo e em outras áreas, a depender da possibilidade, se for no aspecto jurídico ou apenas no encaminhamento legislativo.

Quero agradecer também a participação de Walter de Jesus, de São Paulo; Luís Lago, de São Paulo; César Rodrigues, do Rio Grande do Sul; Arthur Félix, do Rio de Janeiro; e Helena Almeida, de Goiás; que deram suas contribuições pelo Portal e-Cidadania, que serão encaminhadas aos convidados – se se sentirem à vontade para responder, transmitam para esta Comissão que nós faremos o encaminhamento.

Peço desculpas, mais uma vez, por encaminhar para finalização desta audiência, mas isso se dá devido a outros compromissos que nós temos aqui.

Nada mais a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e onze minutos do dia vinte e um de setembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Styvenson Valentim, Giordano e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Margareth Buzetti, Luis Carlos Heinze, Guaracy Silveira, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Jayme Campos, Jaques Wagner, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência comunica o recebimento pela Secretaria, em mãos, de documentos de populações indígenas. Passa-se à apreciação da pauta: **Ciclo de Debates para Avaliação de Política Pública (2º Encontro)**, atendendo aos requerimentos REQ 1/2022 - CMA, de autoria da Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), subscrito pelo Senador Jaques Wagner (PT/BA), e REQ 48/2022 - CMA, de autoria do Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Finalidade:** Avaliar os impactos ambientais gerados pela ocupação ilegal de áreas públicas pela Política de Regularização Fundiária do Governo Federal, com foco especial na Amazônia Legal. **Participantes:** Sr. Daniel Azeredo, Procurador da República - MPF (representante de: Projeto Amazônia Protege - MPF); Sra. Ana Paula Valdiones, Coordenadora da Iniciativa Transparência Ambiental (representante de: Instituto Centro de Vida – ICV); e Sr. Bastiaan Philip Reydon, Professor livre docente de Economia na Unicamp - Consultor GIZ - responsável pelo Projeto "Regularização Fundiária na Amazônia – Terra Legal". **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/09/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Comunico que recebemos em mão, na última terça-feira, carta dos povos indígenas pataxós da Bahia, xacriabás de Minas Gerais, apajenkrás-canelas, memortumrés-canelas, acroás-gamelas, tremembés do Engenho e cariús-cariris do Maranhão, e macuxis de Roraima, na qual apresentam análise a respeito dos Projetos de Lei 490, de 2007, e 191, de 2020, e dos impactos da aprovação destes em seus territórios.

Recebemos também carta denúncia do Conselho Indígena de Roraima, organização indígena nos termos dos arts. 231 e 232, da Constituição Federal, representante dos povos indígenas macuxis, uapixanas, taurepangues, ingaricós, patamonas, uaiuais, saparás, ianomâmis e yakuanas, da qual fazem parte 261 comunidades indígenas organizadas nas etnorregiões Amajari e Baixo Contigo, Ingarikó, Murupu, Raposa, Serras, Serra da Lua, Surumu, Tabaio, WaiWái e Yanomami, para reivindicar a retomada do julgamento do Recurso Extraordinário 1.017.365 e lutar contra tese do marco temporário.

Nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa, os documentos não anexados à matéria estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão na internet pelo prazo de 30 dias, podendo ser solicitada pelos membros a correspondente autuação até lá.

Objetivo da reunião: a presente reunião destina-se à realização do segundo e último encontro do ciclo de debates, aprovado por meio do Requerimento 48, de 2022-CMA, de minha autoria, para instruir a avaliação dos impactos ambientais gerados pela ocupação ilegal de áreas públicas pela Política de Regularização Fundiária do Governo Federal, com foco especial na Amazônia Legal, conforme Requerimento nº 1, de 2022-CMA, de autoria da Senadora Eliziane Gama.

Hoje, damos continuidade ao ciclo de debates que tem por objetivo a colheita de subsídios para a avaliação de política pública desta Comissão.

A sugestão de avaliação foi apresentada pela Ilma. Senadora Eliziane Gama, figura atuante na luta socioambiental, para que esta Casa se debruce sobre a política de gestão de terras em nosso país, alvo de constantes denúncias, desmatamento e garimpos ilegais.

Na última semana, realizamos a primeira audiência pública desse ciclo de debates. Na ocasião estiveram presentes representantes da academia, que apresentaram dados alarmantes sobre a ocupação de terras públicas em nosso país. Recebemos recomendações claras quanto ao necessário fortalecimento dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

órgãos ambientais e fundiários, especialmente para o combate às fraudes e a modernização dos sistemas cadastrais, além do monitoramento das atividades produtivas e do cumprimento de contrapartidas ambientais nas áreas devidamente regularizadas.

Neste segundo encontro, esperamos avançar ainda mais, obter esclarecimentos sobre os erros e receber indicações para iniciarmos a recuperação do que perdemos e a construção de procedimentos de regularização fundiária que contribuam para a produção de alimentos, a geração de emprego, a ampliação do comércio internacional, ao mesmo tempo que façam serem respeitadas a proteção ambiental, a biodiversidade e as populações tradicionais.

Seguimos com preocupação quanto à condução da agenda ambiental em nosso país. Ontem, 20 de setembro, o UOL publicou reportagem sobre a resposta do Ibama a uma solicitação de informação, via Lei de Acesso à Informação. Segundo a referida reportagem, o Presidente do Ibama, Eduardo Bim, publicou despacho anulando as multas ambientais aplicadas entre 2008 e 2019. O despacho anula as multas que utilizaram edital para avisar os infratores sobre a necessidade de apresentarem sua defesa no final do processo.

O valor dessas multas pode chegar a R$16,2 bilhões. Mais um ato de desrespeito aos servidores do órgão, que trabalham pelo cumprimento das autuações e que diz respeito ao povo brasileiro, que irá pagar a conta de um meio ambiente em desequilíbrio, e diz respeito à soberania nacional, pois abre a porteira para criminosos seguirem em impunidade.

A audiência pública de hoje, mais uma vez, nos trará subsídios essenciais para a avaliação de políticas de gestão de terras, possivelmente confirmando a opção pela destruição visível aos nossos olhos.

Antes de passar a palavra aos convidados, há algumas instruções.

A reunião ocorre de modo semipresencial e a inscrição para o uso da palavra pode ser solicitada por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que participam remotamente.

O debate será interativo, transmitido ao vivo e aberto à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações já está disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada orador usará a palavra por até dez minutos. Caso opte por usar um material de apoio, será autorizado o compartilhamento da tela para exposição, e, neste caso, é fundamental que encaminhe o arquivo à Secretaria para publicação e pesquisas futuras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Senadores e Senadoras inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários, em cinco minutos.

Participam remotamente:

Sra. Ana Paula Valdiones, Coordenadora da Iniciativa Transparência Ambiental representando o Instituto Centro de Vida;

Sr. Bastiaan Philip Reydon, Professor Livre-docente de Economia na Unicamp, Consultor GIZ responsável pelo Projeto "Regularização Fundiária na Amazônia – Terra Legal";

Sr. Daniel Azeredo, Procurador da República, representando o Programa Amazônia Protege, do Ministério Público Federal.

Foram ainda convidados:

Sr. Richard Torsiano, Especialista internacional em Governança e Administração de Terras e Consultor do Banco Mundial;

Sr. Geraldo Melo Filho, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, do Incra –, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). (*Pausa.*)

Neste momento, eu convido o Sr. Daniel Azeredo para compor a mesa. (*Pausa.*)

Obrigado, Sr. Daniel Azeredo, pelo comparecimento e contribuição.

Esta Comissão de Meio Ambiente fica à disposição do Ministério Público Federal também naquilo que melhor pudermos contribuir.

Antes de passar a palavra a V. Exa., eu queria apenas fazer um registro aqui.

Hoje é o Dia da Árvore, e eu acho que estes questionamentos a gente tem que fazer neste dia: quanto o Brasil vem desmatando? Em nome de que se está desmatando?

O raciocínio é muito triste. Esse comportamento imediatista é muito... Não tem como adjetivar esse comportamento, porque, se você pegar o funcionamento da Floresta Amazônica, o que ele produz em termos de rios voadores, de produção de chuvas, de controle da salinidade, que mantém todos os biomas! E o Brasil, infelizmente, está tendo uma política de enfraquecimento das instituições, de enfraquecimento do Ibama, do ICMBio, de assédio moral que ali vem ocorrendo...

Eu mesmo fui Relator, aqui nesta Comissão, de um projeto de lei que queria acabar com o porte de armas para os funcionários do Ibama e do ICMBio. Quer dizer, a mesma política armamentista do Governo Federal para armar grileiros e estimular usurpação de terra pública quer tirar de quem está lá,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lançado à própria sorte, defendendo o meio ambiente, defendendo os povos indígenas, as comunidades tradicionais. Então, eu fico muito preocupado.

Antes, quando se perguntava como as democracias morrem, sempre vinha à nossa mente que as democracias morriam pelo uso da força, pelo poder tirânico. Só que, hoje, nós temos um outro *modus operandi*. Você mata a democracia quando você enfraquece as instituições. Você mata a democracia quando você ataca a imprensa. Você mata a democracia quando você enfraquece os órgãos de fiscalização, quando você enfraquece o Ministério Público, quando você enfraquece o Poder Judiciário, quando você ataca a Ordem dos Advogados do Brasil. É dessa forma que, dentro de uma democracia, você vê instalado um germe de um Estado tirânico, déspota, em plena democracia.

Então, nós temos que estar atentos porque defender ditadura estando numa democracia é fácil; difícil mesmo é defender a democracia estando numa ditadura.

Espero que a população brasileira tenha oportunidade de, no dia 2 de outubro, entender, efetivamente, que defender o meio ambiente, defender a ciência, defender a educação, defender a saúde, isso não tem partido político. O que está em jogo no dia 2 de outubro é uma defesa civilizatória, uma defesa intransigente do Estado democrático de direito. E isso não tem partido político. Eu vou morrer defendendo a democracia, porque a democracia é o melhor terreno para você plantar e colher direitos.

Obrigado.

Espero que, no Dia da Árvore, ano que vem, nós possamos comemorar a redução significativa do desmatamento da Amazônia e do ataque a todos os biomas que vem sendo perpetrado.

Eu não canso de falar. Eu já presidi esta Comissão, eu e os meus colegas. O Airton, que está aqui, a minha amiga, que está ali, e o apoio, que está aqui, sabem disto: contra esses fatos, não há argumentos.

O Governo Federal queria acabar com o Ministério do Meio Ambiente. Ele não conseguiu fazer de direito, mas ele faz de fato, porque ele acaba com a Secretaria de Mudanças Climáticas, acaba com o Plano de Combate ao Desmatamento e com o Departamento de Educação Ambiental, criminaliza ONGs, prolifera agrotóxicos, reduz a participação da sociedade civil, reduz a participação da sociedade no Conama, quer autorizar a extração de minério em terra indígena, e não faz nenhum compromisso efetivo com esse direito humano, constitucional, que é defender o meio ambiente como direito constitucional, mas também como direito humano, universal, porque o Brasil é signatário dos pactos e tratados internacionais.

Então, espero que no ano que vem nós tenhamos motivos para celebrar o Dia da Árvore.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Sr. Daniel Azeredo e, imediatamente, quero agradecer a toda a equipe da CMA, que sempre está aqui solícita, à minha equipe, aos funcionários terceirizados, aos fotógrafos, cinegrafistas, e a todos vocês que estão nos acompanhando.

Muito obrigado.

Passo a palavra ao Sr. Daniel Azeredo.

O SR. DANIEL AZEREDO (Para expor.) – Boa tarde, Senador! Boa tarde a todas e a todos!

Primeiramente, agradeço o convite, a oportunidade de representar o Ministério Público Federal aqui nesta audiência.

Parabenizo o Senador Fabiano Contarato pela defesa intransigente da pauta, dos valores constitucionais que a gente tem, tanto da defesa do meio ambiente, como da própria população tradicional que vive nessas localidades, sempre esquecidas pelo Estado brasileiro.

Gostaria de começar lembrando, na linha do que o Senador Contarato colocou para a gente, que, nesta semana, também surgiu um novo estudo que mostra o seguinte. Se o Brasil mantiver a linha de destruição que ele tem hoje, em 2030, aproximadamente em 2030, a gente vai chegar a um total de 25% da Floresta Amazônica – deflorestada de maneira ilegal. E aí ela começa um processo de autodestruição. Ela pode se tornar uma savana, e a gente perderia a nossa floresta tropical como conhecemos hoje. Ou seja, nós não temos mais espaço para erros, para omissões, para equívocos e para discursos que não sejam aqueles de cumprimento da nossa Carta Constitucional.

Eu fui um dos onze Procuradores da República participando da força-tarefa Amazônia Legal, e investiguei o processo de desmantelamento da política ambiental, em curso no país nos últimos anos, e nós ajuizamos, como resultado desse trabalho, uma ação de improbidade administrativa contra o então Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. E foi um trabalho difícil para o Ministério Público Federal realizar porque os atos são sempre sutis. Você tem ali um desmanche, você não tem uma afronta direta à legislação, mas, quando você analisa a sequência, há toda uma lógica ali em que a devastação é o resultado. E a gente não pode falar sequer em surpresa com o número do desmatamento ilegal que a gente tem hoje, que é o maior dos últimos quinze anos. Não há surpresa. Ele é uma consequência lógica daquilo que foi conduzido nos últimos três anos de omissão e desmantelamento daquilo que funcionava de maneira razoável no nosso país.

O Ministério Público Federal tem uma agenda sólida, histórica, desde a Constituição de 1988, de defesa, de cumprimento dos valores constitucionais, notadamente no que se refere à proteção ambiental e às populações tradicionais indígenas que vivem nessa região. Então, nós temos vários trabalhos. A gente tem a questão do combate às organizações criminosas, operações em que a gente as desmantela. E é preciso aqui uma ressalva: aqueles que desmatam a Amazônia de maneira ilegal hoje são membros de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdadeiras organizações criminosas, organizações criminosas grandes, que movimentam milhões de reais todos os anos, que cometem vários outros crimes: violência, ameaça... Se nós pegarmos o número de assassinatos na Região Amazônica, ele está 40% acima da média nacional.

Então, nós temos toda uma criminalidade organizada que não está sendo combatida pelo Estado brasileiro e que envolve corrupção de servidores públicos, violência, ameaça e até tráfico de drogas, como temos nos estudos mais recentes lançados sobre a região.

Então, nós temos trabalhos em linhas e frentes diversas. Nós temos a questão da rastreabilidade da cadeia produtiva. Eu trabalho com isso desde 2009 e estou convencido de que não é possível a gente chegar a um desmatamento próximo de zero se a gente não conseguir controlar a origem do que é produzido na região e nem fomentar políticas públicas para os milhões de pessoas que vivem ali e dependem disso.

Eu vou apresentar aqui hoje para vocês mais uma atuação do Ministério Público Federal, que se chama Amazônia Protege. Nós iniciamos, em 2017-2018, esse projeto. Aqui é só um mapa da Amazônia em que a gente coloca todas as áreas de interesse federal: áreas militares, terras indígenas, unidades de conservação federal, áreas não arrecadadas ainda pela União, não destinadas pela União Federal.

Nós temos cerca de 50 milhões de hectares hoje de terras públicas que estão na Amazônia sem qualquer destinação pelo Governo Federal. É necessário que se criem urgentemente unidades de conservação sobre essas áreas, porque hoje elas estão sendo alvo de especulação e de invasão de grileiros que ocupam esse patrimônio que é patrimônio de todos.

Eu até brinco que, ainda que você não tenha o valor ambiental como relevante na defesa de suas atribuições, é uma questão também de patrimônio público, porque são áreas que valem dinheiro. Se a gente pensar em um grupo de pessoas invadindo uma refinaria da Petrobras, o que faríamos? Mandaríamos a polícia para retirá-las. Pessoas pegando dinheiro, sacos de dinheiro do Banco Central? O que faríamos? Mandaríamos a polícia para pegar o dinheiro de volta. E pessoas ocupando terras públicas da Amazônia, que é patrimônio de todo mundo que está aqui hoje, patrimônio de todo o Brasil? O que é que a gente faz? A gente regulariza e deixa aquela pessoa ficar com o produto do crime. A gente entrega. É como se a gente entregasse um saco de dinheiro, é como se a gente entregasse a refinaria da Petrobras, mas, com a área na Amazônia, está tudo bem, a gente está confortável com esse procedimento dentro do país e que já vem há alguns anos.

E aqui neste mosaico a gente vê como que há uma predominância de áreas federais na Amazônia, o que justifica uma atuação forte do Ministério Público Federal. A gente tem alguns projetos que reduziram o desmatamento em mais de 60% nos últimos anos, como o Carne Legal, mas ainda é insuficiente, considerando o nível de destruição que nós temos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quando a gente fala que o desmatamento está em torno de 15 mil km^2 por ano, uma pergunta que nasce é: quantos pontos de desmatamento nós temos na Amazônia por ano? Aí eu coloquei 23 mil novos focos, e esse número varia de 23 mil até 40 mil, no ano passado, que foi o número que a gente teve aí de incremento. Ou seja, são 23 mil, 40 mil crimes ocorrendo em pontos diversos da Amazônia. É impossível unicamente com medidas de fiscalização você atuar e punir essas pessoas de maneira total. Em cinco anos, nós estamos falando de 200 mil crimes cometidos. Não há estrutura policial, não há estrutura do Ministério Público, nem estrutura do Poder Judiciário que permitam você punir essas pessoas, e é por isso que você tem que trabalhar com prevenção, com políticas públicas de incentivo à manutenção da floresta em pé.

Então, a gente tem uma dificuldade de estrutura e muitos focos de desmatamento em campo. Qual é a solução desse projeto? Ele é complementar, ele se soma às demais atuações que o Ministério Federal tem em parceria com os demais órgãos. A gente utiliza imagem de satélite para punir o desmatador sem ir a campo. A ideia é punir igual a se a gente passar aqui no sinal vermelho ou acima do limite de velocidade. Nós vamos receber a multa pelo correio, porque um radar fotografou a nossa placa do carro. Por que a gente não pune o desmatador da Amazônia também dessa forma, se nós o estamos enxergando com um satélite e o Brasil possui tecnologia de ponta em termos mundiais? Então, essa é a proposta do Ministério Público Federal.

Essa é uma imagem real da Amazônia. Vocês estão vendo ali essa área desmatada e ali a área em verde. Passa o ano, um novo desmatamento, que tem o nome identificado pelo Inpe, é o Prodes-ID: 49905, 224 hectares, 224 campos de futebol, 15/07/2016. Cada desmatamento tem um nome, uma certidão de nascimento, que é esse número do Prodes aí. É uma imagem real de uma área. A gente consegue, pela tecnologia que tem hoje, até prever onde a área será desmatada em 2022, 2023, 2024, porque tem uma lógica produtiva, tem uma lógica de expansão nessas regiões. E essa imagem mostra muito bem isso. Você vai anexando novas áreas ao seu espectro de produção. E isso gera um laudo. Essa também é a imagem real de um laudo em que a gente mostra como estava a área antes e como está a área após o desmatamento. Isso gera um processo judicial sem ida a campo, sem gasto com recursos públicos de diárias, de helicóptero, de deslocamento físico, do risco, e a gente consegue iniciar uma ação judicial unicamente com essa informação.

E, quanto a essa informação – já entrando também mais especificamente na questão aqui do trabalho importantíssimo da Comissão, no ponto da regularização fundiária do Incra –, o Incra não utiliza o Terra Legal, não utiliza essas imagens de maneira determinante na hora de proceder ao processo de regularização fundiária, e isso é a prova mais forte que nós temos se uma área foi ou não foi ocupada há vários anos ou se é uma ocupação recente. Se a pessoa diz que está lá há dez anos e você pega a imagem de satélite e comprova que o desmatamento ocorreu apenas em 2020, 2021, 2022, isso é um desmatamento novo, é um desmatamento que não pode ser regularizado pelo Terra Legal, e essa tecnologia precisa estar incorporada nos procedimentos internos do Terra Legal e dos órgãos fundiários,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na hora de fazerem suas análises. É uma ferramenta que o Brasil já tem, com uma confiabilidade próxima de 100%, que é ainda pouco utilizada pelos órgãos fundiários e que comprova cabalmente se a pessoa estava ali numa ocupação antiga ou não, se ela está unicamente entrando, como naquele exemplo que dei no começo, entrando agora no Banco Central e pegando o saco de dinheiro, e o Estado brasileiro entregando, falando que pode ficar aí com o patrimônio que é de todos os brasileiros.

A gente tem uma questão também de laranjas. Quando o fiscal do Ibama vai a campo, quando a gente tem uma lista de embargo baseada em nome e CPF, a pessoa coloca a multa em nome do laranja ou coloca em nome do filho, de um parente, de um vizinho. Então, é muito difícil punir alguém com nome e CPF no Brasil. Essas listas fundadas em nome e CPF têm muito pouca utilidade prática para coibir esses crimes ambientais. E aí o projeto tem que inovar utilizando as coordenadas geográficas, latitude e longitude. Qual é a ideia? Se a gente identifica aquela latitude e longitude como produto de crime e isso passa a ser consultado por toda a sociedade brasileira, nós temos ali uma tarja preta daquilo que foi produto do crime organizado, e você vai desestimular a longo prazo a grilagem.

Hoje, como é que funciona? A pessoa ocupa uma terra pública, que é de todos nós aqui, começa a produzir e, no dia seguinte – ela ocupa agora, em setembro de 2022 –, amanhã ela entra no sistema do Cadastro Ambiental Rural e emite um Cadastro Ambiental Rural. Ela entra no sistema do Terra Legal e faz o protocolo do seu pedido de regularização fundiária. Ela vai ao órgão fazendário estadual e emite a nota fiscal. Ela vai ao órgão sanitário estadual e emite a GTA para comercializar o gado que ela produz ali. Ou seja, o Estado brasileiro acolhe aquele criminoso que acabou de ocupar terras públicas e o premia, fornecendo toda a documentação que lhe dá uma aparência de legalidade para aquele conjunto de crimes que ele cometeu.

Se a gente conseguir identificar essa área com coordenada geográfica – aliás, a gente já identifica essas áreas pelo Inpe; o que a gente precisa agora é utilizar – e todos os órgãos públicos, inclusive iniciativa privada, bancos, frigoríficos, empresas comerciais, podemos dizer que aquilo é produto de dinheiro, aquilo é saco de dinheiro do Banco Central, aquilo é petróleo, aquilo é terra pública de todos, e ninguém pode fornecer documentação, ninguém pode comercializar com aquela área, e a gente avançaria muito no controle da grilagem e da criminalidade que ocorre na região.

Então, essa é uma proposta do projeto que eu trago aqui para a Comissão. E aí, a gente cruza essas áreas com todos os bancos de dados públicos que a gente tem, como o CAR, como o Sigef do Incra, SNCI, Terra Legal, para saber quem é o infrator, para gerar as ações de punição que a gente tem na região.

Eu vou avançar aqui.

Esse é um *site* do projeto em que a gente coloca com publicidade todas as ações que a gente ajuíza com base nessas imagens de satélite. Todos os polígonos dessas áreas estão lá com este objetivo de que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente dê transparência e publicidade e passe uma tarja preta, e efetivamente dê efetividade ao fato de que aquilo é produto de crime.

E nós temos 3.500 ações civis públicas ajuizadas já no âmbito do projeto, sem deslocamento a campo, sem ida ao local dos fatos criminosos, unicamente com a tecnologia de imagem de satélite. São mais de 6 mil réus com ações civis públicas em trâmite na Justiça Federal em mais de 25 locais, 25 varas da Justiça Federal na Amazônia como um todo.

O Superior Tribunal de Justiça, no final do ano passado, julgou ações relativas ao projeto e julgou favoravelmente a todas as teses novas que o Ministério Público Federal trouxe ali. E aí, eu trago uma última, já encerrando a minha fala. A gente trouxe uma tese nova, que é a do réu incerto. Por quê?

Quando nós chegamos a essas áreas que são ocupadas ilegalmente na Amazônia, em grande parte delas nós não temos nenhuma informação de quem está ocupando, de quem é o responsável, de quem é o criminoso que ocupou aquele patrimônio público. E o Ibama multa ali geralmente um trabalhador. Então, multa uma pessoa que é um laranja, que não tem patrimônio, que não tem a possibilidade de pagar pela infração ambiental que está ali cometida, e a pessoa se esconde.

E nós temos no Direito brasileiro, desde 1916, do Código Civil antigo, uma norma que protege o grande produtor rural que é o seguinte: se eu tenho uma propriedade minha rural que é invadida e tem 500 pessoas lá, eu não tenho como ajuizar uma ação e identificar as 500 pessoas. Então, eu entro com uma ação por edital: "Olha, todo mundo que está aqui tem que sair".

E aí, o Ministério Público Federal: por que a gente não faz isso para proteger o meio ambiente? Então, não me importa quem está lá, até porque é difícil eu saber quem está, mas todo mundo que está nessa área tem que sair. Se eu encontrar alguma produção, eu vou apreender ou destruir se for o caso, se for impossível eu tirar aquele maquinário, aquela produção daquele local. Mas não me interessa quem está ali.

E aí, nós ajuizamos ações civis públicas contra réu incerto. Olha, eu não sei quem está lá, mas eu sei que tem gente que está lá, nessa coordenada latitude tal, longitude y. E quem estiver lá... Essa área é patrimônio público, ela não pode sofrer regularização fundiária. O patrimônio tem que voltar para o Estado brasileiro, e o que nós encontrarmos lá precisa ser apreendido e/ou destruído, de acordo com as circunstâncias.

E aí, a gente teve um pouco de dificuldade nisso com juízes de primeira instância, com o próprio Tribunal Regional Federal aqui da 1ª Região, mas o STJ pacificou essa tese, ou seja, nós temos aí um instrumental novo. Essa é a principal mensagem que eu gostaria de deixar aqui hoje. Nós temos um instrumental novo, tanto jurídico, já solidificado pela jurisprudência do STJ, como de utilização da nossa tecnologia, que a gente tem há mais de 15 anos no país e que a gente pode expandir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E esse é o caminho para a gente complementar com a atuação de campo do Ibama, com a apreensão, com a retirada de boi pirata, mas com tudo que a gente já fazia antes. Parece-me que é a única coisa capaz de fazer com que a gente consiga chegar a um desmatamento ilegal próximo de zero.

Então, agradeço mais uma vez, Senador Fabiano Contarato, pela oportunidade. Fico aqui à disposição de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Muito obrigado, Dr. Daniel Azeredo.

Confesso que eu fiquei impressionado com a forma didática e com esse projeto; verificar que o Estado brasileiro oficializa e premia quem pratica crime, isso é muito grave. Eu acho que o Parlamento poderia dar uma resposta. Eu espero que esta Comissão ou a minha equipe também fique atenta, para que nós possamos abstrair e ver o que é que nós podemos dar de resposta, o mais rápido possível.

E eu quero, mais uma vez aqui, parabenizar o Ministério Público Federal. O Ministério Público Federal, que é uma instituição que muito dignifica o Estado de direito, daí a importância, volto a falar, de se fortalecerem as instituições e fortalecer a nossa democracia.

Parabéns pela exposição, Sr. Daniel Azeredo, e transmita os meus agradecimentos, em nome do Senado Federal, a todos os membros do Ministério Público Federal.

Neste ato, eu concedo a palavra à Sra. Ana Paula Valdiones.

A SRA. ANA PAULA VALDIONES (Para expor. *Por videoconferência*.) – A todos e todas, boa tarde. Agradeço ao Senador pelo convite e parabenizo-o também por este ciclo de debates. Queria cumprimentar também o Dr. Daniel, o Prof. Bastiaan e os demais convidados aqui da mesa e a todos que estão nos acompanhando *online* ou presencialmente.

Eu trabalho no Instituto Centro de Vida. O ICV é uma organização socioambiental sediada em Mato Grosso. A gente tem 30 anos, mais de 30 anos de atuação ali. Nossa missão é construir soluções compartilhadas para o uso sustentável da terra e dos recursos naturais.

Para esta fala aqui, eu trouxe alguns dos materiais que o ICV produziu, sobre o desmatamento no Estado de Mato Grosso, e também algumas iniciativas com que a gente tem colaborado, de monitoramento da fiscalização dos órgãos públicos, e algumas ações e recomendações para conter o avanço do desmatamento ilegal na Amazônia mato-grossense, mas também em toda a Amazônia Legal.

Eu vou compartilhar minha tela. Só um minutinho. (*Pausa.*)

Vamos ver onde fica aqui, onde está o... (*Pausa.*)

Espero que esteja...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Travou aqui para mim. (*Pausa.*)

Vocês me escutam? Eu compartilhei a tela, e acabou travando. Vou tentar compartilhar novamente. Acho que agora foi. (*Pausa.*)

Estou um pouco na dúvida qual... Novamente, um pouco na dúvida de qual eslaide está...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Está perfeito.

A SRA. ANA PAULA VALDIONES (*Por videoconferência.*) – Tá bom.

Então, só apresentando um pouco desse trabalho que a gente faz no ICV, que é uma caracterização dos dados de desmatamento, dos dados do Inpe, do Prodes Amazônia, os dados oficiais do Brasil.

Não sei se passou aqui...

Olhando, então, para isso que já foi bastante comentado pelo Senador e também pelo Dr. Daniel, a gente teve um desmantelamento das políticas ambientais no Brasil que tem resultado no aumento do desmatamento da Amazônia Legal. Então, esse gráfico mostra aqui esse aumento, nos últimos anos – em verdinho –, de todos os nove estados da Amazônia Legal e aqui, em azul, a gente tem Mato Grosso, que também teve esse efeito de aumento recente nas taxas de desmatamento anual na sua porção da Amazônia.

A gente tem, em 2021, uma taxa que passa, essa faixa aqui, dos 2 mil quilômetros quadrados de desmatamento no estado, a maior taxa dos últimos 13 anos. E a gente tem uma distribuição – vou continuar apesar de o eslaide, eu acho, não estar conseguindo passar, porque ele acabou travando – e boa parte desse desmatamento se concentra na região oeste do Parque do Xingu e na região norte do estado, e também na região noroeste do estado, que hoje mantém um dos últimos remanescentes dos grandes maciços florestais que a gente tem em Mato Grosso e que o avanço desse desmatamento e também da degradação florestal tem ameaçado.

Esse desmatamento, quando a gente olha, então, como ele se distribui pelas categorias fundiárias, a gente vê que a maior parte do desmatamento em Mato Grosso incide sobre imóveis cadastrados, seja um cadastro ambiental rural ou no Sigef, ou seja, para quase 60% do desmatamento de 2021, a gente consegue identificar quem são os proprietários ou possuidores desses imóveis e se são responsáveis ambientais por eles e, uma vez que se identifica que esse desmatamento é ilegal, a gente tem, então, as informações necessárias para uma ação de punição e responsabilização sobre isso.

Vinte e sete por cento desse desmatamento cai em áreas não cadastradas. Então, áreas as quais a gente não conseguiu identificar a categoria fundiária, onde esse desmatamento incide. Esse percentual é relativamente alto, porque, em Mato Grosso, essa porção do território que não está cadastrado em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhuma base é bastante reduzida. Dez por cento desse desmatamento incide sobre assentamentos rurais e 4% dele, em territórios indígenas. As Unidades de Conservação tiveram, em 2021, mais ou menos 3 mil hectares ou 3km^2 quadrados de desmatamento e não perfazem ali, não chegam a perfazer 1% do desmatamento todo mapeado neste ano.

Bom, em Mato Grosso, a gente tem uma transparência bastante grande das informações ambientais do órgão estadual e a gente tem acesso às autorizações de desmatamento emitidas pelo Estado ao longo dos anos. Então, com base nessa informação, a gente consegue identificar quanto daquele desmatamento incidiu em áreas autorizadas pelo órgão. Essa não é uma análise que a gente consegue fazer em todos os estados da Amazônia muito pela falta de transparência dessa base de dados ou uma transparência de um dado insuficiente para esse tipo de análise. Mas, em Mato Grosso, a gente consegue identificar então o quanto do desmatamento é ilegal e, em 2021, a gente vê que grande parte do desmatamento no estado continua sendo ilegal, ou seja, não detinha nenhuma autorização para conversão daquela área. Então, em 84% do desmatamento a gente não tem nenhuma autorização do órgão estadual e apenas em 16% tem alguma autorização válida para aquele desmatamento.

Quando a gente olha o tamanho do imóvel rural, considerando então esse desmatamento ilegal que incide em áreas cadastradas no CAR ou no Sigef, a gente vê que mais de 50% dessa área desmatada estão em imóveis que são considerados grandes imóveis, ou seja, maiores de 1,5 mil hectares, e a segunda maior parte é nos imóveis médios, de 400 a 1,5 mil hectares, ou seja, mais de 80% do desmatamento ilegal que incide em imóveis rurais estão concentrados nos grandes e médios imóveis.

Bom, mas as áreas protegidas... A gente tem visto também um aumento da ameaça do desmatamento em áreas protegidas, seja em territórios indígenas ou em unidades de conservação. Eu trouxe aqui o exemplo desse território indígena, que é a TI Piripkura – é um território indígena de povos isolados –, onde a gente teve um dos maiores polígonos de desmatamento de 2021. É esse desmatamento aqui, de 1,5 mil hectares, um desmatamento em vermelho aqui que vocês conseguem ver no mapa, e, depois, a gente teve também um outro desmatamento de mais de 500 hectares. Então, no ano, a gente teve mais de 2 mil hectares de desmatamento nesse território indígena, ameaçando ali, inclusive, a manutenção e a existência desses povos isolados no noroeste do estado.

E aqui um outro caso que eu queria trazer também para ilustrar é o caso do Parque Estadual Cristalino II. Esse é um caso que está bastante em discussão, inclusive com repercussão na mídia neste ano. O Parque Cristalino II é uma unidade de conservação extremamente importante no contexto da Amazônia. Ele abriga espécies endêmicas, espécies ameaçadas de extinção e, recentemente, está envolvido num imbróglio jurídico: teve um pedido de revogação desse parque feito por uma empresa. Essa discussão está ocorrendo no Judiciário. Recentemente, a gente teve um incêndio de grandes proporções nessa unidade de conservação, e o monitoramento do Observatório Socioambiental de Mato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grosso (Observa-MT) mostra um pouco aqui o avanço do desmatamento no interior dessa unidade de conservação.

Então, a gente tem aqui um Cadastro Ambiental Rural cadastrado – aqui isso é maio – mais ou menos em maio deste ano. Quando a gente checa e vê aqui esse cadastro de agosto deste ano, esse cadastro inserido no CAR já está um pouco maior em área, e a gente tem um desmatamento recente identificado aqui no interior desse imóvel de mais de 870 hectares e, na sequência, então, uma área queimada que ultrapassa, inclusive, os limites do imóvel e acaba pegando outras áreas dessa unidade de conservação, avançando até quase 4 mil hectares no parque.

E aí, comentando muito brevemente, porque o tempo já está se encerrando, é importante de a gente reforçar a capacidade dos órgãos ambientais de fiscalizar e punir esses desmatamentos ilegais. Então, em Mato Grosso, o estado adotou, em 2019, um sistema de alerta de desmatamento e tem utilizado esse sistema para a notificação e punição dos infratores, tem utilizado também esses insumos das imagens de satélite, essa notificação a partir dessas evidências remotas. Então, a gente consegue ver, aqui no gráfico, o aumento das ações das áreas embargadas no estado.

Em um levantamento que a gente tem feito junto ao MapBiomas, que a gente chama de monitor da fiscalização, a gente vê que o Estado de Mato Grosso já tem alguma ação relacionada a 62% das áreas de alerta de desmatamentos identificados, validados pelo MapBiomas desde 2019. Então, esse número é significativo, inclusive maior do que muitos outros estados, mas ainda temos aqui quase 40% da área desmatada com indícios de ilegalidade que ainda carecem de uma ação de responsabilização e de fiscalização.

Então, caminhando para as considerações finais, para o combate ao desmatamento ilegal nesses territórios é importante que a gente reforce a estrutura do estado para punir e responsabilizar os infratores. Um embargo remoto, assim como o Dr. Daniel comentou, é uma das estratégias para isso, você consegue detectar e embargar uma área de forma muito rápida, isso tem um efeito preventivo, inclusive no avanço desse desmatamento, é importante que os CARs dessas áreas sejam suspensos, inclusive que se suspendam os processos de regularização fundiária em áreas onde foram detectados desmatamentos ilegais e é importante que a gente amplie a transparência dos dados ambientais e fundiários para que a gente garanta o controle social, mas, também, a colaboração entre os próprios órgãos públicos para conseguir combater de forma mais eficaz o desmatamento ilegal.

Com isso, eu fecho aqui a minha fala.

Obrigada e desculpem-me ter passado um pouco do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Muito obrigado, Ana Paula Valdiones, pela brilhante exposição, também de forma clara e didática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pediria aos convidados que, se pudessem, nos auxiliem, até mesmo na confecção desse relatório, contribuindo – vou ficar muito feliz –, porque quando se constrói um relatório com a opinião de várias instituições que estão ali e sabem do que estão falando, eu acho que a credibilidade e a robustez dele se impõem.

Muito obrigado mesmo.

Quero aqui passar a palavra ao Sr. Bastiaan Philip Reydon, da Unicamp.

O SR. BASTIAAN PHILIP REYDON (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde.

Boa tarde a todos, é um prazer estar aqui.

Eu sou Bastiaan Reydon, sou professor aposentado da Unicamp. Eu estou, neste momento...

Eu sou professor titular aposentado da Unicamp e quero agradecer a todos que me convidaram para estar presente neste momento aqui na pessoa do Senador Fabiano Contarato.

Quero dizer que fui professor na Ufes há bastante tempo. Então, para mim, é um prazer tê-lo aí nesse papel importante.

Eu sou economista, já trabalhei em vários órgãos, prestei consultoria para muitos órgãos, e hoje em dia eu sou *adviser*, como a gente chama, aqui no Kadaster da Holanda. O Kadaster da Holanda é o órgão de terras da Holanda. E aqui eu tenho trabalhado com vários países, no sentido de auxiliar os países a melhorar o que nós chamamos de governança de terras dos países.

Então, eu vou querer falar um pouco sobre o que é governança de terras, um conceito não muito usado no Brasil, e, dentro disso, do papel do cadastro, falar um pouco do desmatamento e da situação fundiária brasileira e falar da governança de terras no Brasil e dos principais gargalos. Provavelmente, eu vou passar por alguns eslaides com uma rapidez um pouco maior, mas os eslaides ficam aí.

O que é importante a gente entender? Que todos os países do mundo deveriam ter o que nós chamamos de governança de terras, que é a administração de terras que relaciona as pessoas à terra, ou seja, o como, o que, quem, quando e onde.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Professor, permita-me interrompê-lo.

O SR. BASTIAAN PHILIP REYDON (*Por videoconferência*.) – Sim, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Fico feliz em saber que o senhor também foi professor na Universidade Federal do Espírito Santo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha equipe está me informando que o senhor compartilhou a tela de edição, e não de apresentação do eslaide, de forma que não dá para que a gente possa ver aqui a exibição como o senhor está apresentando. É necessário que seja a apresentação dos eslaides. É isso?

O SR. BASTIAAN PHILIP REYDON (*Por videoconferência.*) – Aqui não dá para ver o eslaide então?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Não, está na apresentação... Só está a tela inicial, sem passar os eslaides.

O SR. BASTIAAN PHILIP REYDON (*Por videoconferência.*) – Continua sem passar os eslaides?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Isso, continua a mesma tela. (*Pausa.*)

O SR. BASTIAAN PHILIP REYDON (*Por videoconferência.*) – Assim dá para ver?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Dá, perfeitamente.

O SR. BASTIAAN PHILIP REYDON (*Por videoconferência.*) – Melhor assim então?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Acho que tem que ir passando um a um. É isso? Ir passando um a um. Na hora em que o senhor mudar de eslaide, o senhor muda aí, para que a gente possa acompanhar aqui. Isso. Está bem?

O SR. BASTIAAN PHILIP REYDON (*Por videoconferência.*) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado.

O SR. BASTIAAN PHILIP REYDON (*Por videoconferência.*) – Obrigado, viu?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – De nada.

O SR. BASTIAAN PHILIP REYDON (*Por videoconferência.*) – Desculpe-me aí.

Então, a primeira ideia importante é a gente passar um pouco o que é governança de terras.

Governança de terras é a capacidade do Estado de estabelecer, de saber como, o que, quem, quando e onde. Isso é uma coisa que... Por exemplo, aqui, nos Países Baixos, onde eu estou, já se tem um completo domínio do território, tanto do que está em cima da terra quanto do que está embaixo da terra,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

urbano, rural, mais de 8 milhões de registros há quase 200 anos. E através disso é que a gente consegue estabelecer os direitos, as restrições e as responsabilidades relacionadas às pessoas. Então, não é só o desmatamento que é um problema sério no Brasil. Por exemplo, a gestão da água é um problema. Por quê? Porque nós não temos um controle sobre a terra. O processo de especulação com terra do rural para o urbano é outro processo que a gente não controla no país. Ou seja, a gente não criou mecanismos para estabelecer uma regulação, um controle sobre a propriedade da terra no Brasil. Isso decorre fundamentalmente do fato de a gente não ter um cadastro. Eu poderia passar horas contando essa história, mas, de forma sintética, o Brasil foi constituído, a ocupação do seu território (*Falha no áudio.*)... através da pura ocupação. Nós fomos ocupando e regularizando isso ao longo do tempo. Na hora que a gente conseguir, se a gente construir um cadastro onde todos os imóveis estejam identificados e mapeados... Porque os cartórios registram; o Incra tem o Sigef, que tem um mapa, mapeia o território brasileiro; o CAR está no Ministério do Meio Ambiente, então é uma outra forma de mapear, mas essa é totalmente autodeclarada. O Sigef tem uma ligação com o direito. Então, na hora em que a gente completar esse cadastro, a gente vai ter muito mais condições de estabelecer regras para o uso da terra no país. É a partir desse cadastro que nós vamos poder fazer política de uso da terra, que nós vamos poder fazer políticas ligadas ao valor, ou seja, cobrar o imposto, ter como indenizar quando alguém precisa ser indenizado, e ter clareza de quem é dono, quem tem os direitos sobre a terra e quem tem os deveres sobre a terra. É isso que a gente precisa construir. Isso está na literatura internacional.

Então, a governança de terras é o conjunto de regras, processos e organizações pelas quais se determina o uso e o acesso à terra. Então, aí a gente tem que citar as políticas, as legislações, as regulamentações, os programas. Mas há a capacidade de implementação. No Brasil a gente tem essa mania: a gente cria uma lei e a gente não verifica a possibilidade de efetivamente implementá-la, fazê-la funcionar, fazer o – como a gente chama no exterior – *enforcement*.

Então, a partir de uma boa governança de terras, de um bom cadastro e depois, ligado a isso, as demais políticas de terras, nós temos condições de ter transparência na gestão do território. Nós vamos poder combater a pobreza. Os pobres no Brasil são os que mais estão em terras urbanas e rurais sem título, sem documentação. Então, a gente vai poder melhorar a condição dessas pessoas, a segurança nos direitos associados à posse da terra.

A gente fez um documentário, alguns anos atrás lá na Unicamp, onde a gente mostra: não são só os pequenos que muitas vezes têm problema porque eles não têm segurança nos seus direitos. Eles compram uma terra, mas aí a documentação já não está tão clara, e há algum outro problema; ou o Estado concedeu esse título legalmente, mas depois se descobre que existe um outro órgão no Estado que também concedeu esse direito a uma outra pessoa. Então, só com um bom cadastro, com bons mapas, com todo o espaço claramente estabelecido é que a gente vai poder realmente avançar na direção de melhorar várias coisas no país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os direitos de propriedade transparentes. Hoje, o custo para você transferir um imóvel no Brasil é muito alto. É um absurdo isso. A gente não precisaria ter essa situação. O tanto que se demora para fazer a transferência de um imóvel... Há outros países do mundo em que o custo é zero para se fazer essa transferência. E a identificação. Para quê? Para a responsabilidade, vários tipos de responsabilidade – eu não vou entrar nesses detalhes.

Então, o que normalmente acontece no Brasil? Você tem um processo de desmatamento, uma ocupação ilegal, desmatamento, aí vai para a pecuária. Por que a pecuária? Porque é uma forma de demonstrar que eu sou dono, para depois ir para uma agricultura mais detalhada.

Aqui está o documentário que a gente fez em 2017.

O que tem acontecido no Brasil? Existe uma expansão agrícola desordenada. Quando a gente vê... Vou dar um exemplo: os Países Baixos são o segundo maior exportador agrícola do mundo. Eles cabem 275 vezes no Brasil e são o segundo maior exportador do mundo – está certo? E, aqui, existe uma ocupação do solo sem conflito. Hoje tem um conflito, mas é um conflito ambiental com os proprietários de terra, por outros motivos. Mas, assim, do ponto de vista da ocupação do solo, aqui não tem problema. Em vários outros países também não tem problema.

Então, aqui existe uma expansão agrícola desordenada, pressão sobre a floresta... Bom, a maior parte do desmatamento ocorre em terras públicas não destinadas. Depois eu tenho alguns dados sobre isso.

Corrupção e grilagem de terras. Existiu uma CPI da grilagem da terra, de 2000, se eu não me engano, que conta todo esse processo, como é que se dá toda a corrupção e a grilagem de terras.

Bom, eu vou ter que, então, ir bem mais rápido do que eu imaginava.

Ou seja, está ocorrendo o desmatamento. O desmatamento ocorre, em grande medida, em terras públicas, não destinadas.

Agora, o que eu gostaria de mostrar... Esse aqui é um trabalho que a gente fez com a Esalq – Unicamp, Esalq e mais algumas. A gente chega, usando todos os cadastros existentes – Sigef, CAR, Terra Legal, Funai, etc. – a quase 200 milhões de hectares de terras ou não registradas, ou não designadas. Então, é uma área muito grande. Essa é a área que está mais sob risco de desmatamento.

Um dos vetores do desmatamento é a especulação com terras. Um hectare de terra com floresta chega a valer sete, oito vezes menos, às vezes um pouco menos, do que uma área com pastagem. Então, é intrínseco ao nosso sistema o interesse de especular com terra.

Então, o Brasil tem uma grande área que está sujeita a ser desmatada, e isso decorre da nossa administração fundiária. A administração fundiária brasileira – e tem outros países como o Brasil – é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bastante caótica. Você tem um número grande de órgãos que se responsabilizam por diferentes aspectos e que não conversam, não estão articulados. Então, esse é um dos principais problemas. Eu posso falar bastante mais aqui.

Ocorreram avanços importantes, nos últimos anos, na governança de terras no Brasil. A gente teve a Lei n° 10.267, que criou um cadastro pelo qual, de alguma forma, hoje, já temos quase 80% do território nacional no Sigef. Teve o CAR, teve outros órgãos. Então, a gente consegue, com as informações que a gente tem, ter uma visão mais clara do que existe, mas o Estado brasileiro precisa assumir o seu papel de gestor do território, está certo? E isso tem que ser com governança fundiária. A gente tem feito a regularização. A Lei n° 13.465 foi uma lei importante para regularizar. Ocorreram várias investidas recentemente para tentar ampliar a área que pode ser regularizada. Graças a Deus, isso não passou: a MP n° 910 e o PL nº 2.633. Então, a gente tem avançado, mas precisa avançar a mais.

Então, isso aqui é o que está no Sigef. O Sigef é um cadastro diferente do CAR porque é um cadastro que, de alguma forma, liga os direitos que estão nos cartórios com o que está mapeado no Incra.

Existe um gargalo muito grande que são as próprias terras públicas, ou seja, o Estado brasileiro precisa criar um cadastro das terras públicas, nós não temos isso. Temos muitos órgãos que atuam nas terras públicas: a Funai, o Ministério do Meio Ambiente, os institutos de terras estaduais, o MDA, Incra, a SPU. Então, temos tarefas importantes.

O Terra Legal eu acho que foi uma coisa bastante importante que aconteceu no país. Regularizou bastante coisa e tem muita coisa a ser feita.

Isso aqui é um gráfico que mostra que a maior parte do que foi regularizado são os pequenos. Eu pude ver que a legislação que existe garante que basicamente sejam os pequenos que obtenham o título, não os grandes.

Então, a gente precisa, para terminar, ter uma governança de terras efetiva. Então, nós temos que ter transparência no direito de propriedade; nós temos que identificar as terras públicas; nós temos que estabelecer demais políticas vinculadas à terra, sem sombra de dúvidas.

Agora, quais são os passos para a gente construir isso daí?

O Estado brasileiro precisa assumir seu papel gestor de terras, e isso tem que ser acima dos ministérios, certo? Eu acho que tem que ser a Casa Civil, e juntando os ministérios com essa visão. Ou seja, se não sabemos onde está o nosso território, nós não conseguimos fazer nada.

A partir disso, é integrar os cadastros existentes, integrar e organizá-los, e regularizar as posses privadas existentes. Então, isso é muito importante porque tem muita posse não regularizada, e nós termos um critério para isso: tem que ser os pequenos, os que não tenham problema de desmatamento, etc., etc., etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a gente precisa integrar a legislação brasileira, sem isso vai ser muito difícil. E, a partir disso, criar um quadro institucional que atenda essas necessidades. Eu não tenho a solução para isso, mas é preciso fazer isso.

Tem que se fazer a gestão de governança de terras, como eu falei, junto à Presidência da República, num órgão hierarquicamente superior aos ministérios.

Então, nós tentamos em 2010, 2011, fazer um grupo de trabalho interministerial, mas esbarrou nisso, porque cada órgão que tem, por exemplo, um cadastro não se dispõe a repartir as suas informações com os demais órgãos. Não é preciso repartir tudo, é só a camada de informações. Hoje tem tecnologia que resolve tudo isso, a questão é eminentemente política, institucional e, depois, legal.

Então, a gente propõe aqui alguns vetores atuação, e eu agradeço pela oportunidade, peço desculpas pelo alongamento, mas eu acho muito importante esta Comissão estar discutindo isso, e a gente tem tido experiências bastante boas tanto aí no Brasil como no resto do mundo, e eu tenho, vamos dizer, participado disso na Colômbia, em Moçambique, no Cazaquistão e em outros países.

Eu estou à disposição para qualquer coisa que seja necessária aí.

Muito grato e desculpem as falhas que tivemos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, Prof. Bastiaan Philip Reydon.

Espero, em breve, poder abraçá-lo pessoalmente. Quem sabe possamos nos encontrar e falar sobre a Universidade Federal do Espírito Santo, sobre a Unicamp e as universidades também por aí.

O SR. BASTIAAN PHILIP REYDON (*Por videoconferência.*) – Estamos precisando, viu?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Estamos, sim.

Muito obrigado pela contribuição do senhor.

Neste momento, eu quero agradecer a participação das pessoas que estão acompanhando e que fizeram essas contribuições pelo Portal e-Cidadania.

Eu vou passar esses questionamentos, e o Procurador Dr. Daniel Azeredo vai, de forma objetiva, tentar responder àquilo que lhe for competente.

Muito obrigado.

O SR. DANIEL AZEREDO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, vamos lá.

De Ana Paula, da Bahia: "Quais as políticas públicas que podem ser adotadas para minimizar a degradação da nossa amazônia?".

Ana Paula, o Brasil tem experiências de sucesso. A gente chegou, em 2012, com o desmatamento menor do que 5 mil quilômetros quadrados – 4,6 mil. Então, a gente precisa recuperar aquilo que o país já teve, que deu certo: rastreabilidade das cadeias produtivas, punição eficaz para quem desmata, inclusive retirada de gado e apreensão, que é uma coisa que o Ibama fazia até 2013 e 2014 – dava muito certo a punição dos infratores no combate ao desmatamento –, e pensar ferramentas novas, como as várias que foram colocadas aqui hoje na audiência.

De Pablo Feitosa, do Distrito Federal: "Quais são os planos do Governo para recuperar essas áreas ocupadas ilegalmente?".

Pablo, este é o grande problema: não há. É patrimônio público que é entregue a organizações criminosas, e não há nenhuma conduta, nenhuma postura para retomar isso para o patrimônio público. É uma coisa que a gente precisa mudar.

De Gilderlan Gabriel, do Piauí: "O Governo brasileiro possuirá no futuro ferramentas suficientes para fazer valer a Lei de Proteção às Florestas e sanar os desmatamentos?".

Eu estava até conversando aqui com o Senador Fabiano Contarato, e ele me disse: "É uma questão de vontade". E é uma questão de vontade, com o que o Ministério Público Federal concorda inteiramente. Por quê? Nós temos a tecnologia, nós temos recursos financeiros, não é caro, não são ações caras. O projeto que eu mostrei aqui é feito com quatro, cinco servidores do Ministério Público Federal. Não tem um custo extra público.Então, assim, o que falta realmente hoje é vontade política de proteger a floresta. A tecnologia existe, os recursos existem, estão aí.

De Leandro Silva, de Rondônia: "Quais foram os dispositivos utilizados para inibir essas ocupações e quais resultados tiveram no decorrer do tempo?".

Variou, Leandro. Então, em determino momento, é a gente controlar a cadeia produtiva, ou seja, o frigorífico não pode comprar uma carne de onde tem desmatamento e chegar até o consumidor final – isso teve bastante efeito. A própria moratória da soja também teve bastante efeito; o controle do desmatamento nos assentamentos. O que a gente precisa é juntar tudo que já deu resultado com as novas tecnologias e avançar para os próximos anos.

De Antonio José, de São Paulo: "Há vários estudos que mostram a enorme desvantagem econômica provocada pela degradação do Bioma Amazônico. Quais estão sendo considerados?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos. Hoje a questão da Amazônia não é só uma questão ambiental, é uma questão econômica. Não vale a pena o Brasil destruir a floresta, porque prejudica o próprio agronegócio. A gente tem a questão dos recursos hídricos, dos rios voadores, da chuva, da regulação do clima aqui na sociedade. Mas, como hoje, a gente tem possibilidade...

O crédito de carbono: o Brasil tem o maior potencial para acionar o mercado, em primeiro lugar no mundo. E as estimativas falam em 150 bilhões de arrecadação para o Brasil, apenas de concretos de carbono com mercados regulados, que já existem em mais de 60 países no mundo. É um dinheiro que o Brasil está deixando ir para fora. Para quê? Para entregar junto com a terra pública para organizações criminosas estruturadas hoje na Região Amazônica.

De Vitório Rodrigues, do Rio de Janeiro: "Qual é o papel da comunidade internacional no combate à ocupação irregular e na preservação ambiental?".

Aqui eu queria fazer uma observação.

Eu, na semana passada, Senador, participei de um evento da União Europeia, porque eles estão para aprovar no Parlamento Europeu uma legislação que restringe a compra de produtos que têm origem com o desmatamento ilegal. E isso vai impactar o Brasil. E, em determinado momento, começou aquela conversa: "Não, mas a gente tem que ter a soberania nacional, não pode ter a imposição do mercado europeu!". O que eu lembrei naquele debate – e a pergunta do Vitório é muito boa – é o seguinte: nós estamos falando aqui o tempo todo do cumprimento de leis brasileiras, leis aprovadas pelo Parlamento brasileiro, leis aprovadas com o apoio da sociedade brasileira. Então, nós não estamos falando aqui jamais de imposição de estados ou organismos internacionais em violação à soberania brasileira. Nós estamos brigando aqui é para que a legislação que o Brasil tem, aprovada, já revista e debatida – o próprio Código Florestal de 2012, tão amplamente debatido, talvez o movimento político mais debatido depois da própria Constituição de 1988 –, seja cumprida. Leis brasileiras.

De Milena Freire, de Pernambuco: "Quais serão as políticas públicas que serão implementadas para frear a ocupação ilegal dessas áreas?".

Milena, aí entram todos os projetos que a gente mostrou aqui, experiências de sucesso que o Brasil já teve e que foram apresentadas aqui hoje nos painéis.

De Guilherme Marques, de São Paulo: "Com a defasagem de dados, como resolver algo que não se pode mensurar e definir parâmetros? Qual seria o melhor órgão para isso?".

Guilherme, a gente tem muito dado. A gente tem muita informação produzida pela Amazônia. Não é falta de dado, não é falta de tecnologia. Eu até costumo brincar com os colegas, quando a gente vai trabalhar sobre a questão: gente, não vamos fazer mais diagnóstico. O diagnóstico a gente já sabe. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente já sabe de todos os problemas, a gente já sabe de todos os dados ali. O que a gente precisa agora é dar soluções, que a gente também já conhece, mas buscar mecanismos de implementá-las.

De Arthur Félix, do Rio de Janeiro – a última: "Como o Brasil prestará contas na COP 27 diante de um mundo cético e vigilante com a sua atual política ambiental, recordista de desmatamentos?".

Eu acho que eu vou deixar essa para o senhor, Senador. O senhor vai estar lá. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Arthur, a gente tem que partir pelos princípios que regem a administração pública. A administração pública é regida por princípios. Está lá no art. 37: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.

Nós temos que mostrar para o mundo a forma como o Brasil vem conduzindo, claro, e também cobrando aqui do Parlamento medidas que deem efetividade às leis já existentes e aprimorar aquelas em que nós temos possibilidade de fazer essa fiscalização mais intensa e de forma mais constante. O que é inadmissível é você entender que uma terra pública que hoje está sendo ocupada de forma criminosa tenha o aval do próprio Estado brasileiro para se manter nisso. Isso é inadmissível, e nós não podemos compactuar com isso. Eu acho que isso é um alerta muito grave, e nós, Parlamentares, a sociedade civil e o Ministério Público temos que nos unir em defesa desse direito humano essencial, que é a preservação do meio ambiente.

Eu quero aqui registrar a presença do Inesc (Instituto Nacional de Estudos Socioeconômicos), que também estão se disponibilizando para ajudar na elaboração desse relatório. Muito obrigado por estarem aqui nesta audiência pública.

Eu agradeço imensamente a participação de todos.

Mais uma vez, Dr. Daniel Azeredo, muito obrigado. Obrigado à Ana Paula Valdiones, ao Bastiaan Philip Reydon, enfim, a todos aqueles... Havia outros convidados, representantes das instituições do Estado democrático de direito do Brasil e que infelizmente não compareceram.

Mas nós vamos construir esse relatório a várias mãos, para apresentar um estudo independente de ideologia partidária, mas volto a falar: contra fatos, não há argumentos. Quando você pontua ali o que está acontecendo, quando você fala da rastreabilidade, que vai impactar na relação internacional, isso está batendo à nossa porta. E nós temos mecanismos para rastrear o ouro. Eu mesmo tenho um projeto de lei que determina essa rastreabilidade do ouro, a rastreabilidade da carne e assim sucessivamente.

Então, eu acho que o que falta é o Brasil assumir, voltar ao protagonismo em defesa do meio ambiente, de forma responsável, claro, com sustentabilidade, gerando economia, gerando emprego e renda, mas mantendo a floresta em pé, porque é esse o nosso objetivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando se fala em 150 bilhões em crédito de carbono, isso é uma realidade que nós temos que enfrentar. Ter uma economia verde, uma tributação verde são medidas necessárias e urgentes, e o mundo está vigilante.

Eu espero que o Brasil tenha a serenidade, a sobriedade, o equilíbrio para demonstrar para o mundo a sua responsabilidade para com esta pauta, que é cara a toda a população brasileira e a toda a população mundial.

Muito obrigado a todos.

Agradecendo a presença de todos, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

Obrigado, mais uma vez, ao Airton, por intermédio de quem eu estendo o meu abraço a toda a Comissão de Meio Ambiente, à equipe de cinegrafistas e de fotógrafos, aos funcionários terceirizados, enfim, a todos aqueles que estão aí e que, de alguma forma, contribuíram para o êxito desta reunião da Comissão de Meio Ambiente, que, volto a falar, é a menina dos meus olhos.

Quando se fala em defender o meio ambiente, é defender toda e qualquer forma de vida que há por vir. Esta é uma função que não compete só a mim, mas a todos nós, porque todos somos responsáveis e porque todos somos parte da mesma sociedade.

Um beijo carinhoso.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE NOVEMBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às treze horas e trinta e sete minutos do dia hum de novembro de dois mil e vinte e dois, no Reunião Remota, sob as Presidências dos Senadores Jaques Wagner e Eliziane Gama, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Luiz Pastore, Esperidião Amin, Plínio Valério, Giordano, Wellington Fagundes, Telmário Mota, Jean Paul Prates, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Luis Carlos Heinze, Guaracy Silveira, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Carlos Fávaro, Otto Alencar e Jayme Campos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Relatório da Avaliação de Política Pública (REQ 1/2022-CMA)**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 1, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Meio Ambiente avalie os impactos ambientais gerados pela ocupação ilegal de áreas públicas pela Política Pública de Regularização Fundiária, com foco especial na Amazônia Legal, no exercício de 2022." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/01

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência. *Por videoconferência.*) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente.

A pauta desta reunião é para a leitura e aprovação do Relatório da Avaliação de Política Pública, Requerimento nº 1, de 2022, de autoria da Senadora Eliziane Gama. A relatoria é do Senador Fabiano Contarato, que parece que teve um imprevisto. Então, eventualmente, eu lerei o relatório do Senador Fabiano Contarato.

Eu sou... Evidentemente, depois dessa festa da democracia que tivemos no último domingo, no dia 30, confesso que, na condição de Presidente desta CMA, me sinto esperançoso com o próximo Governo, que assume no dia 1º de janeiro, particularmente em relação à questão do meio ambiente. O compromisso do Presidente eleito foi claro durante toda a sua trajetória nessa campanha. Eu não tenho dúvida nenhuma de que nós teremos um ambiente de diálogo muito mais salutar, o que é muito positivo também para as duas Casas do Congresso, a Câmara e o Senado da República.

Portanto, quero saudar todos. Evidentemente, todos sabem de que lado eu estava, mas, de qualquer forma, apesar dos eventos que acontecem desde o dia de ontem, eu quero crer que, logo, logo, nós voltaremos à tranquilidade total.

Portanto, eu me congratulo com todos os colegas, independentemente de posição, por essa festa da democracia, onde milhões de brasileiras e brasileiros de todos os quadrantes do nosso Brasil foram escolher, depositar sua esperança num próximo Governo. Foi uma disputa apertada, o que mostra que o próximo Presidente terá que ter uma capacidade de diálogo muito grande. E, para isso, evidentemente, eu pretendo também, na condição de Senador, contribuir para que tudo isso possa acontecer, para que o Brasil volte a estar na constelação internacional, particularmente na questão do meio ambiente e na questão social. E, portanto, quero saudar todos vocês.

A finalidade, como eu disse, é avaliar os impactos ambientais gerados pela ocupação ilegal de áreas públicas, com foco especial na Amazônia Legal, no exercício de 2022.

Para este relatório, foram realizadas duas audiências públicas, uma em 13 de setembro e outra em 21 de setembro, diretamente relacionadas à avaliação que estamos fazendo, com a participação de especialistas no tema. As audiências foram requeridas pelo Relator, o Senador Fabiano Contarato, através do Requerimento 48, de 2022.

Também, em 25 de maio, esta CMA promoveu audiência pública para tratar do Cadastro Ambiental Rural, uma oportunidade de vir à tona uma série de irregularidades relacionadas a esse instrumento. A referida audiência foi requerida por este Senador, por mim, no Requerimento 28, de 2022.

Os principais apontamentos do relatório...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a Presidência à Senadora Eliziane.

V. Exa., como autora, pode assumir a Presidência, porque eu tenho que deixar a Presidência para ler o relatório, já que o Senador Fabiano Contarato teve algum tipo de impedimento e, infelizmente, apesar de estar presente, não tem condição de ler.

Então, eu queria passar a Presidência para V. Exa., para suas primeiras palavras, e, depois, eu a retomo, para a leitura do relatório, que, na verdade, é um sumário do relatório do Senador Fabiano Contarato.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Presidente Jaques Wagner, é uma satisfação muito grande fazer parte deste momento, um momento importante que é exatamente acerca desse debate ambiental. O Brasil, infelizmente, tem estado, nos últimos quatro anos, num cenário muito preocupante do ponto de vista do seu posicionamento ambiental na política internacional. Então, temos agora, chegando aí, mais uma COP, mas já passando de volta aí ao senhor, Senador Jaques, para ler esse relatório, que é um relatório, como você colocou muito bem, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que tem, na verdade, uma caminhada muito bonita e histórica em relação à questão ambiental.

Passo, então, a palavra ao senhor para leitura do relatório, Presidente Jaques.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Presidente Eliziane, e parabéns também pela autoria do requerimento.

O relatório eu vou ler em nome do Senador Fabiano Contarato. Antes, porém, eu queria só fazer uns agradecimentos que o próprio Senador gostaria de fazer e me pediu que fizesse.

É oportuno ressaltar o caráter assumido pela organização do presente relatório, ampliando o espaço de participação da sociedade civil organizada, não apenas na forma de manifestações e apresentações em audiências públicas, mas na contribuição de estudos, notas técnicas e pareceres, de forma a formarmos um conjunto de argumentos robustos e concatenados que privilegiassem não apenas a defesa de algumas pautas, mas que também resgatassem o espaço da ciência como fonte de críticas e soluções a serem democraticamente debatidas e incorporadas no debate político.

Essa solução, além de absolutamente produtiva e agregadora, revelou-se oportuna na medida em que o ano de 2022 ainda reservou desafios para a retomada dos trabalhos legislativos das Comissões Permanentes desta Casa, obedecendo recomendações de retorno gradual e seguro num cenário pandêmico em gradativo decréscimo.

Nesse sentido – falo pelo Senador Fabiano Contarato –, gostaria de agradecer e registrar o grande apoio e parceria de várias instituições representativas da sociedade civil que nos ajudaram a construir esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório: Centro de Inteligência Territorial, da Universidade Federal de Minas Gerais; Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos; Instituto Centro de Vida; Instituto de Estudos Socioambientais; Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, o Ipam; Instituto Democracia e Sustentabilidade; Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia; Instituto Sociedade, População e Natureza; Observatório do Clima; programa MapBiomas; Transparência Internacional - Brasil.

Ao André Lima, tão aguerrido e sempre atuante na defesa incansável do meio ambiente sustentável.

Da mesma forma, somos gratos ao Ministério Público Federal, Polícia Federal e Serviço Florestal Brasileiro, que permitiram a vinda de servidores, que puderam bem representá-los.

Por fim, registra o Senador Fabiano Contarato também um agradecimento a todos os que fazem parte da Consultoria Legislativa do Senado e desta Comissão de Meio Ambiente, especialmente aos servidores Danilo de Aguiar, Rafael Silveira e Silva, Airton Aragão e Mariana Miranda; a todos os servidores terceirizados que nos acompanham incansavelmente nas reuniões desta Comissão e nas demais sessões do Senado.

Encerramos esse trabalho na certeza de termos resgatado o espírito de colaboração, tão ausente nesses últimos anos, e fortalecendo os vínculos entre o Congresso Nacional e a sociedade civil, desejando assim que o nosso país possa um dia ser referência ao fazer justiça social associada ao desenvolvimento sustentável. Esses são os agradecimentos que faço em nome do Senador Fabiano Contarato.

Passo agora à leitura do sumário.

Com base na Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013, a Comissão de Meio Ambiente desta Casa Legislativa aprovou o Requerimento nº 1, de 2022, em sua 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2022, estabelecendo que seriam avaliados pelo Colegiado, no decorrer de 2022, os impactos ambientais gerados pela ocupação ilegal de áreas públicas pela política pública de regularização fundiária, com foco especial na Amazônia Legal.

Os motivos de escolha desse tema para avaliação se fundamentam principalmente no fato de que o Brasil lidera o *ranking* entre os países que mais promovem desmatamentos ilegais desde a década de 1990. Em 2004, foi lançado o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, cujos resultados foram positivos devido à articulação de três eixos: (i) ordenamento fundiário e territorial, (ii) monitoramento e controle ambiental e (iii) fomento às atividades produtivas sustentáveis. Entre 2005 e 2014, deixaram de ser desmatados mais de 11 milhões de hectares ou 22 bilhões de árvores adultas, sendo considerada a maior contribuição de um único país para toda a estratégia de mitigação de emissões de gases de efeito estufa no planeta. Houve uma redução na taxa anual de desmatamento de 82% em função da implantação efetiva do referido plano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, este cenário mudou desde 2015. O que pode ter acontecido para interromper uma trajetória de tanto progresso? Uma das causas para a reversão da trajetória da década anterior foi o aumento progressivo nas taxas de desmatamento no bioma amazônico, particularmente em terras públicas, como resultado direto da grilagem para fins de especulação fundiária. E foi esse o ponto focal da atenção deste relatório.

Ao longo dos últimos anos, ocorreram denúncias de que o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural tem recebido registros de propriedades ilegais em terras públicas destinadas e não destinadas. Trata-se de registros sobrepostos a florestas públicas não destinadas, terras indígenas e unidades de conservação que não poderiam ser aceitos no sistema como propriedade privada ou mesmo posse legítima e, portanto, com direito de registro no Cadastro Ambiental Rural. Apesar de constituir um importante instrumento de monitoramento e regularização ambiental de imóveis rurais, o fato é que o CAR tem sido utilizado como um caminho certo para legitimar a grilagem em terras públicas em todo país, sobretudo na Amazônia.

Por isso, a ligação entre a grilagem marcada pelo CAR e a retirada da floresta como meio de comprovar a posse sobre a terra, sem nenhum interesse imediato na produção ou aproveitamento adequado da área, é um dos principais impulsionadores do desmatamento: 66% dos casos ocorreram dentro do perímetro declarado ilegalmente como particular, segundo o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Até o fim de 2020, este instituto indicou que mais de 14 milhões de hectares das florestas públicas não destinadas estavam registrados ilegalmente como propriedade particular no CAR, sendo que 3,4 milhões de hectares já haviam sido desmatados.

Como o CAR é autodeclaratório, grileiros cadastram no sistema supostos imóveis rurais nas florestas públicas não destinadas, para simular um direito sobre a terra que eles não possuem, conforme a legislação atual. E o aumento da grilagem de terras é apenas uma das muitas consequências nefastas desse processo, que envolve corrupção, formação de quadrilha, trabalho escravo, violência contra povos indígenas, roubo de madeira e mineração ilegal.

De acordo com relatório do Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foram identificados, a partir de dados do próprio Serviço Florestal Brasileiro, 2.789 cadastros sobrepostos a terras indígenas, somando mais de 380,5 mil hectares. Neste sentido, é fundamental compreender como os filtros do CAR estão sendo operados, bem como quais ações devem ser tomadas para impedir cadastros em terras públicas não destinadas, comunicando à população e às demais nações como os cadastros realizados de maneira irregular serão suspensos ou regularizados.

Não é demais relembrar que o Brasil assumiu, perante mais de cem países na cúpula do clima das Nações Unidas (COP 26), realizada em 2021, no Reino Unido, o compromisso de zerar o desmatamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ilegal até 2028 e reduzir em 50% as emissões de gases de efeito estufa até 2030, por meio de ações coletivas para deter e reverter a perda florestal e a degradação do solo.

Também o Senado Federal aprovou, às vésperas desta mesma cúpula, o PL 6.539, de 2019, para rever as metas de emissões de CO^2, de forma que o Brasil se torne um país "carbono neutro" até 2050. Essa previsão legal exigirá esforços adicionais dos governos e da sociedade, sendo a regularização um dos gargalos para o efetivo controle dos desmatamentos e ampliação de investimentos em agropecuária e sistemas produtivos de baixas emissões de carbono. Entretanto, existe um movimento que pretende desconstruir a função precípua dos programas de regularização fundiária, os quais devem ser utilizados para reconhecer situações de fato consolidadas há muitos anos.

Em lugar de empreender e aplicar a legislação em vigor, o Governo Federal e sua base parlamentar na Câmara e no Senado insistem em flexibilizá-la para facilitar a regularização de médias e grandes propriedades, quando deveria implementar a legislação vigente para viabilizar a entrega de títulos de terra para as ocupações antigas de pequenos posseiros, que correspondem a mais de 90% dos beneficiários na fila da regularização fundiária.

Como em outras políticas ligadas ao meio ambiente, pudemos verificar com nitidez que o atual Governo promoveu uma ampla desorganização dos órgãos da administração pública, com destaque para a situação do Incra. O Governo desmobilizou ações que antes estavam em processo de aperfeiçoamento, sufocando – desculpe, eu estou pegando agora para ler – e abandonando a política fundiária de territórios quilombolas. Lamentavelmente, percebemos fortes indicações de preconceito institucional, pois, enquanto o Governo o investe e comemora titulação precária de lotes de assentamentos, a regularização de territórios quilombolas sobrevive à míngua de recursos orçamentários e humanos. Portanto, corrigir esse rumo não é apenas uma questão de gestão, mas, principalmente, de resgate da dignidade e dos direitos fundamentais da população quilombola.

A política de regularização fundiária precisa ser retomada e impulsionada no Brasil, mas sem que para isso estimule práticas predatórias, como a ocupação de áreas com vegetação nativa e desmatamento ilegal. Terras públicas devem ser destinadas para finalidades de interesse público, como reforma agrária, criação e implementação de unidades de conservação da natureza, reconhecimento de terras indígenas e de quilombolas, concessão florestal, estratégias de segurança nacional, ou até mesmo para pequenos produtores rurais em ocupações antigas e em fase de consolidação, em áreas apropriadas para o desenvolvimento agropecuário.

Neste sentido é papel fundamental deste Congresso Nacional, além de legislar, fiscalizar o Executivo na implementação da legislação vigente e avaliar a efetividade da legislação, antes mesmo de promover sua alteração, propondo medidas corretivas e de aprimoramento da política. Portanto, dentro da missão institucional de fiscalização do Poder Executivo pelo Poder Legislativo, e no âmbito desta avaliação, faz-se necessária e urgente a análise da regularização fundiária como política pública,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avaliando também sua interface com o controle e regularização ambiental e com a prevenção e redução do desmatamento ilegal na Amazônia.

Recomendo a discussão e a aprovação das seguintes proposições legislativas: PL 486, de 2022; PEC 7, de 2022: PL 4.450, de 2021; PL 5.518, de 2020: PL 6.230, de 2019; PL 6.539, de 2019.

Implementação de ações de aperfeiçoamento do Cadastro Ambiental Rural:

1. Integração dos dados geridos pelo Sistema de Florestas Brasileiros, estados e municípios, e pelo Poder Judiciário, integrando o CAR aos registros públicos, para tornar obrigatória a averbação do CAR na matrícula do registro imobiliário, sem ônus;

2. Efetivar bloqueio automático de registro de inscrição no CAR de posse ou propriedade rural em terras públicas federais e estaduais com notificação automática para os órgãos fundiários adotarem as medidas jurídicas e judiciais apropriadas e tempestivas contra tentativa de grilagem de terras públicas;

3. O embargo administrativo remoto, automático e obrigatório para os órgãos ambientais federal e estaduais em áreas ilegalmente desmatadas, com aplicação de multa remotamente, dentro do próprio sistema de registro do CAR, ou outro meio virtual ou não presencial, como edital público no caso de desmatamento em imóveis fora do CAR.

Para o combate à grilagem de terras, recomendamos:

1. Aumentar dotação orçamentária e fortalecer a governança fundiária, responsável pela definição e aplicação de todas as regras e normas para o uso correto das terras no país, para limitar as possibilidades de fraude e de corrupção e agilizar a realização de auditorias, controles e ações de fiscalização da ocupação do território;

2. Aprimorar a transparência nos órgãos e instituições responsáveis pela governança fundiária brasileira e adotar mecanismos para a proteção de denunciantes, defensores ambientais e cidadãos que realizam o controle social contra ameaças e retaliações dos grileiros;

3. Promover e fortalecer as ações/investigações especiais da Polícia Federal e mobilizar os instrumentos anticorrupção e antilavagem de ativos no combate à grilagem;

4. Revisar a atual legislação infralegal, revogando o art. 12 do Decreto nº 10.592/2020, que privilegia destinação de florestas à titulação, revogando também as decisões da câmara temática que destinaram florestas públicas para regularização fundiária, e indeferindo novos pedidos de titulação sobrepostos a florestas públicas;

5. Estabelecer como norma ou regra a exigência de compromisso de recuperação de desmatamento ilegal antes da titulação;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para a construção de uma boa política governança fundiária, recomendamos:

1. Integrar o cadastro fundiário, com a regularização das posses privadas existentes, propiciando negócios e trocas transparentes de terras e estabelecimento de cobrança correta, efetiva e justa de ITR e do IPTU;

2. Criação de um órgão gestor da governança de terras, vinculado à Presidência da República, órgão superior aos ministérios, para funcionar como coordenação e mediação das ações de ordenamento territorial entre os diferentes órgãos com atribuição fundiária, em interação com diferentes setores da sociedade civil e da academia;

3. Reestruturação e retomada da política pública de regularização fundiária de territórios quilombolas, com recomposição orçamentária adequada a sua efetividade, e participação das comunidades quilombolas em todas as etapas, nos termos previstos na Convenção 169 da OIT.

Relativamente ao combate ao desmatamento ilegal decorrente dos problemas do modelo atual de regularização fundiária, recomendamos:

1. Resgatar o - PPCDAm e PPCerrado, Plano de Prevenção e controle dos desmatamentos da Amazônia e do Cerrado, que foi desmontado e extinto pelo atual Governo Federal;

2. Utilizar imagem de satélite periciada para identificar com precisão a área desmatada na instauração da ação civil pública;

3. Impedir a regularização fundiária de áreas desmatadas ilegalmente, utilizando o sistema do Terra Legal e as imagens do MPF para proceder com o processo de regularização fundiária pelo Incra;

4. Instaurar por meio da Advocacia-Geral da União, em parceria com o Ministério Público (Federal e estaduais) novas ações civis públicas cada ano, para áreas desmatadas cada vez menores, com o objetivo de ampliar a proteção ambiental;

6. Criar urgentemente unidades de conservação sobre os mais de 50 milhões de hectares de terras públicas que estão na Amazônia sem qualquer destinação pelo Governo Federal e que são o principal alvo de especulação e de invasão de grileiros;

7. Ampliar a transparência dos dados ambientais e fundiários, realizando o embargo remoto automático e em escala das áreas de desmatamento ilegal detectadas e a suspensão do CAR e da regularização fundiária dos imóveis com desmatamento ilegal;

8. Realizar o embargo remoto por edital em escala do uso das áreas desmatadas ilegalmente nos casos de desmatamentos, inviabilizando assim a possibilidade de regularização fundiária federal e pelos estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o último ponto do relatório.

Em relação à ocupação e desmatamento ilegais nas Florestas Públicas Não Destinadas, recomendamos:

1. Cancelamento e suspensão dos registros de imóveis no Sicar que se sobrepõem às terras públicas e FPND pelo Serviço Florestal Brasileiro e órgãos ambientais dos estados da Amazônia;

2. Retomada dos procedimentos de destinação das FPND pelos estados e pelo Governo Federal;

3. Retomar a fiscalização em escala (no âmbito do Plano de Prevenção e Controle dos Desmatamentos da Amazônia – com a punição a grileiros que invadem e desmatam terras públicas, reativando a capacidade operacional das agências de controle e levando a cabo os processos de punição destes ilícitos ambientais;

4. Apoio às ações do Judiciário contra a grilagem na região amazônica, bem como aumento dos meios técnicos que permitam contribuir com a qualificação técnica das denúncias.

Contamos com o apoio dos nossos pares na aprovação deste relatório.

Esse, Presidente Eliziane, é o sumário que o nosso colega Fabiano Contarato preparou para leitura. Evidentemente o relatório dele é mais extenso do que isso e está à disposição, mas acho muito oportuno que a gente tenha feito esta reunião hoje exatamente pelo fato de que a COP 27 se aproxima. Eu acho importante que esta Casa legislativa dê uma demonstração aos outros países do nosso interesse em contribuir com uma legislação que realmente coíba a grilagem e o desmatamento ilegal principalmente na área da Amazônia Legal.

É esse o relatório.

Felicito V. Exa. pela proposição e o Senador Fabiano Contarato pelo relatório que acabo de ler.

Devolvo a V. Exa. a Presidência.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Senador Jaques Wagner.

Eu pergunto aos Parlamentares que estão logados se existe alguém inscrito para discussão. (*Pausa.*)

Não existindo ninguém para discutir, eu queria cumprimentar o Senador Jaques Wagner pela leitura e o Senador Fabiano Contarato pelo relatório, um relatório muito importante, que traz dados necessários, preocupantes e que, ao mesmo tempo, nos aponta, na verdade, para um rumo de uma ação que nós precisamos tomar em relação à política ambiental brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu destaco, dentre esses pontos, um específico que trata da quantidade de hectares de terras hoje no Brasil que estão cadastradas com indícios de irregularidades. O relatório dele aponta para algo em torno de 14 milhões de hectares e para um detalhe ainda mais preocupante: pelo menos 3,4 milhões de hectares já desmatados, o que é, não há nenhuma dúvida, uma situação e um relato de muita preocupação para todos nós.

Nós estamos na iminência da COP agora no mês de novembro, e é muito necessário que nós possamos ter não apenas esse relatório, mas sobretudo o debate, debruçados sobre esse relatório, até para a gente sair de lá com a demarcação, eu diria, de novos compromissos.

No último que nós tivemos, o Brasil, diante de cem países, fez compromissos que são muito importantes, como, por exemplo, o desmatamento zero até 2028; a redução de até 50% da emissão de gases de efeito estufa até 2030, também uma meta muito fundamental. Agora, essas metas precisam, sobretudo, serem cumpridas e, para serem cumpridas, precisam de uma ação muito enérgica por parte do Governo Federal, que é o responsável pela política pública.

Então, os meus cumprimentos ao Senador Fabiano Contarato pelo grande relatório.

E aí, não havendo ninguém inscrito para discutir, eu submeto à votação o relatório do Senador Fabiano Contarato.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Meio Ambiente.

A matéria vai à Mesa para conhecimento, publicação e divulgação das recomendações aprovadas.

Mais uma vez, cumprimento o Senador Jaques Wagner, o Senador Esperidião Amin, o Senador Fabiano Contarato e todos os demais Senadores que fizeram e participaram desta sessão da Comissão de Meio Ambiente.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 13 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE NOVEMBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia oito de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Marcos do Val, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Omar Aziz, Alexandre Silveira, Angelo Coronel, Wellington Fagundes, Rogério Carvalho, Zenaide Maia e Fabiano Contarato, e ainda do Senador não membro Julio Ventura. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Elmano Férrer, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Otto Alencar, Marcos Rogério, Telmário Mota e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. É comunicada a apresentação dos seguintes documentos à Secretaria da Comissão de Segurança Pública: Ofício nº 129/2022 da Deputada Federal Tereza Nelma que solicita apoio para a aprovação do PL 1529/2021, de sua autoria, que dispõe sobre a Política Nacional de Valorização das Mulheres na área da Segurança Pública; Ofício nº 1214/2022 do Conselho Nacional dos Direitos Humanos que, por meio da Recomendação nº 22, de 9/6/22, sugere ações aos órgãos públicos relacionadas à morte de Genivaldo de Jesus Santos em uma operação da Polícia Rodoviária Federal; Ofício nº 125/2022 da Câmara Municipal de Jundiaí – SP que apresenta Moção de Apoio ao PL 421/2022, que altera a Lei nº 13.756/2018, para destinar recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para subsidiar o piso salarial nacional dos policiais; Ofício nº 14/2022 do Instituto dos Advogados Brasileiros que apresenta Parecer Técnico recomendando a rejeição do PL 1595/2019, que dispões sobre ações contraterroristas; Ofício nº 14/2022 do Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente que encaminha Nota Técnica a respeito do PL 3387/2019, que altera a Lei nº 13.675/2018 para incluir no Sistema Único de Segurança Pública os agentes socioeducativos; e Ofício nº 1279/2022 da Câmara Municipal de Diadema – SP que contém manifestação de repúdio à decisão da 6ª turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que reforçou o entendimento de que a guarda municipal não pode exercer as atribuições das polícias civis e militares, por falta de previsão constitucional. Passa-se à apreciação da pauta: Emendas da CSP ao PLOA 2023. Finalidade: Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CSP à CMO, referentes ao PLOA 2023 (PLN 32/2022-CN), que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023". Relator: Senador Rogério Carvalho. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer, favorável à apresentação, pela Comissão de Segurança Pública, da emenda aditiva de texto ao anexo V e das seguintes emendas de apropriação: a) No âmbito do órgão orçamentário 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública – UO 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública – Administração Direta, a Emenda indicada pelos Senadores: Alessandro Vieira, Plínio Valério, Omar Aziz, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Simone Tebet, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Alexandre Silveira e Eliziane Gama, a ação “21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade”, no valor de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); b) No âmbito do órgão orçamentário 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública – UO 30907 - Fundo Penitenciário Nacional, a Emenda indicada pela Senadora Simone Tebet, a ação “21BP - Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária” no valor de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); c) No âmbito do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

órgão orçamentário 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública – UO 30912 - Fundo Nacional Antidrogas, a Emenda indicada pelos Senadores: Alessandro Vieira, Soraya Thronicke, Marcos do Val, Simone Tebet e Eliziane Gama, a ação "20IE - Articulação de Política Pública sobre Drogas", no valor de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); e d) No âmbito do órgão orçamentário 81000 - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – UO 81101 - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta, a Emenda indicada pelos Senadores Rogério Carvalho, Jean Paul Prates e Zenaide Maia, a ação "21AQ - Proteção do Direito à Vida", no valor de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos do Val
Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/08

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Bom dia a todos e a todas, vamos dar início então aos trabalhos.

Comissão de Segurança Pública, 8 de novembro de 2022.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Segurança Pública.

Comunico que foram apresentados à Secretaria da Comissão de Segurança Pública:

– Ofício nº 129/2022, da Deputada Federal Tereza Nelma, que solicita apoio para aprovação do PL 1.529, de 2021, de sua autoria, que dispõe sobre a Política Nacional de Valorização das Mulheres na Área de Segurança Pública;

– Ofício 1.214, de 2022, do Conselho Nacional de Direitos Humanos, que, por meio da Recomendação nº 22, de 9 de junho de 2002, sugere ações aos órgãos públicos relacionadas à morte de Genivaldo de Jesus Santos em uma operação da Polícia Rodoviária Federal;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– Ofício nº 125, de 2022, da Câmara Municipal de Jundiaí, São Paulo, que apresenta moção de apoio ao PL 421/2022, que altera a Lei nº 13.756/2018, para destinar recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para subsidiar o piso salarial nacional dos policiais;

– Ofício nº 14, de 2022, do Instituto dos Advogados Brasileiros, que apresenta parecer técnico recomendando a rejeição do PL 1.595, de 2019, que dispõe sobre ações contra terroristas;

– Ofício nº 14, de 2022, do Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que encaminha nota técnica a respeito do PL 3.387, de 2019, que altera a Lei nº 13.675, de 2018, para incluir no Sistema Único de Segurança Pública os agentes socioeducativos;

– Ofício nº 1.279, de 2022, da Câmara Municipal de Diadema, São Paulo, que contém manifestação de repúdio à decisão da 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que reforçou o entendimento de que a Guarda Municipal não pode exercer as atribuições das polícias civis e militares por falta de previsão constitucional.

Os documentos serão disponibilizados na página desta Comissão, no *site* do Senado, tendo o prazo de 15 dias para que membros desta Comissão se manifestem no sentido de autuarmos qualquer dos documentos para que sejam analisados por este Colegiado.

A presente reunião tem por objetivo a escolha das emendas desta Comissão a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2023, PLN 32/2022. A reunião correrá de forma semipresencial. As inscrições para o uso da palavra dos Senadores que participam remotamente podem ser solicitadas por meio do recuso "levantar a mão" ou pelo *chat* da ferramenta de vídeo da conferência.

Deliberação para escolha das emendas da CSP ao Ploa 2023.

Item 1: emendas a serem acolhidas pela Comissão de Segurança Pública.

Foram apresentadas 42 emendas de apropriação, 4 emendas de remanejamentos e 3 emendas ao texto do Projeto de Lei PLN 32/2022.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2006, do Conselho Nacional, cada Comissão permanente poderá apresentar até oito emendas, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento, podendo ainda apresentar emendas ao texto do Ploa 2023, PLN 32, de 2022, sem limitações quanto à quantidade.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Bom dia, Sr. Presidente. Quero cumprimentar V. Exa., Senador Marcos do Val, que, além de colega, é meu amigo pessoal. As pessoas têm dificuldade de entender como se constroem amizades nesta Casa; constroem-se por afinidade pessoal e, às vezes, por incrível que pareça, em alguns momentos, até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por posições políticas que pareciam impossíveis, mas, em muitos momentos, têm convergências importantes.

Eu quero também fazer o registro... Eu vi que o senhor mencionou o nome de Genivaldo dos Santos. Eu posso estar aqui cometendo um equívoco, e peço desculpas se estou falando de forma equivocada, mas me parece que o inquérito da comissão interna da Polícia Rodoviária Federal apontou, como delito dos policiais, a tortura provocada ao Genivaldo dos Santos e não menciona homicídio doloso, porque, ao colocar uma pessoa no porta-malas de um carro da segurança da Polícia Rodoviária Federal, portanto, um carro com pouca abertura, com pouco espaço, com um gás e trancar... Eles sabiam o risco que estavam correndo de levar aquela pessoa à morte por asfixia. Portanto, não pode ser só considerado um crime de tortura, mas um crime de tortura e um crime de tortura seguido de morte por uma ação dolosa de quem o praticou ou daqueles que o praticaram – ou que o praticou, melhor dizendo, daqueles que o praticou, o crime, que no caso foram alguns policiais rodoviários federais.

Portanto, fica aqui um questionamento e um pedido de esclarecimento público à Polícia Rodoviária Federal e à comissão processante da Superintendência de Sergipe quanto a essa manifestação deles. Inclusive, gostaria de que a Comissão de Segurança Pública solicitasse o inteiro teor do relatório da comissão processante, para que tomemos conhecimento do que foi encaminhado. O.k.? Está gravado...

Bom, eu vou direto à análise, já que V. Exa. já se referiu a que se trata, que é o parecer, com número que vai ser definido, da Comissão de Segurança Pública sobre as indicações de emendas ao projeto de lei orçamentária para 2023, Projeto de Lei 32, de 2022, da Comissão do Congresso Nacional.

Então, sob análise desta Comissão, encontram-se indicações de 42 emendas de apropriação, 4 emendas de remanejamento e 3 emendas de texto. As indicações contemplam programações orçamentárias variadas, ao abrigo das competências regimentais da Comissão.

Então, a análise.

Foram apresentadas indicações de emendas de apropriação em número que extrapola o limite de quatro emendas desse tipo reservado à Comissão de Segurança Pública. Assim, a aprovação das indicações apenas se ateve à observância dos limites legais e normativos com fundamentos colhidos na legislação de direito financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, bem assim ao mérito das propostas.

Após detida análise das emendas apresentadas, os membros desta Comissão decidiram por inadmitir: as Emendas de Apropriação 12, 19, 36 e 42, que tratam de ação do Exército Brasileiro, implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras; a Emenda 25, proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas; e a Emenda 26, regularização, demarcação, fiscalização de terras indígenas e proteção dos povos indígenas isolados, por não apresentarem compatibilidade temática com a Comissão de Segurança Pública, nos termos expostos no art. 43 da Resolução nº 1, de 2006, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Congresso Nacional. As demais indicações de emendas de apropriação apresentadas não possuem obstáculos normativos que impossibilitem a sua aceitação pela Comissão.

Foram apresentadas quatro indicações de emendas de remanejamento, em quantitativo que não extrapola o limite reservado à Comissão de Segurança Pública. Assim, a análise das indicações apenas se ateve à observância dos limites legais e normativos com fundamentos colhidos na legislação de direito financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. As indicações de emendas de remanejamento apresentadas possuem a mesma finalidade que a de possibilitar a implementação plena da gratificação de desempenho dos servidores do Senado Federal. Depois da análise das emendas de remanejamento apresentada, os membros desta Comissão decidiram por inadmiti-las, nos termos do disposto no art. 43 da Resolução nº 1/2006-CN.

As emendas de texto não possuem limitação de quantidade, consoante o disposto no art. 142 da Resolução nº 1, de 2006-CN. Foram indicadas as Emendas de texto 1, 2 e 3, que também tratam da implementação plena da Gratificação de Desempenho dos servidores do Senado Federal.

Após análise das indicações de emendas de texto apresentadas, os membros desta Comissão decidiram apresentar uma emenda que repita o texto das três indicações apresentadas, uma vez que possuem idêntico teor.

Importa consignar que todas as demais indicações que não têm definição pela sua inadmissão atendem aos requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional, ao manter estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. Outro requisito é que as indicações apresentem interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada pelas emendas de Comissão desdobram-se no plano nacional, não se limitando à região ou à localidade específica.

Assim, podemos afirmar também que todas as indicações exibem inegável mérito.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao Ploa 2023, por esta Comissão de Segurança Pública, da emenda de texto apresentada e das seguintes emendas de apropriação:

a) No âmbito do órgão orçamentário 30000 – Ministério da Justiça e Segurança Pública –, UO 30101 – Ministério da Justiça e Segurança Pública – Administração Direta, a emenda indicada pelos Senadores: Alessandro Vieira, Plínio Valério, Omar Aziz, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Simone Tebet, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Alexandre Silveira e Eliziane Gama, a ação "21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade", no valor de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

b) No âmbito do órgão orçamentário 30000 – Ministério da Justiça e Segurança Pública –, UO 30907 – Fundo Penitenciário Nacional –, a emenda indicada pela Senadora Simone Tebet, a ação "21BP – Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária" no valor de R$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);

c) No âmbito do órgão orçamentário 30000 – Ministério da Justiça e Segurança Pública –, UO 30912 – Fundo Nacional Antidrogas, a emenda indicada pelos Senadores: Alessandro Vieira, Soraya Thronicke, Marcos do Val, Simone Tebet e Eliziane Gama, a ação "20IE – Articulação de Política Pública sobre Drogas", no valor de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);

d) No âmbito do órgão orçamentário 81000 – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos –, UO 81101 – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – Administração Direta, a emenda indicada pelos Senadores Rogério Carvalho, Jean Paul Prates e Zenaide Maia, a ação "21AQ – Proteção do Direito à Vida", no valor de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata da reunião em que forem aprovadas, com especificação das decisões tomadas, e devem receber o RP 8. Sugerimos, ainda, que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala da Comissão, em 8 de novembro de 2022.

Senador Omar Aziz.

Relator Rogério Carvalho

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Eu que agradeço.

Vamos seguindo aqui agora.

Obrigado pelas palavras. Realmente, a amizade que a gente tem dentro do Congresso, mesmo tendo ideologias, muitas, que não se convergem, mas a amizade é verdadeira, é recíproca. Eu tenho aprendido muito a fazer amizade e ter bons amigos aqui que pensam de forma completamente diferente de mim. Normalmente, a gente se junta com pessoas que pensam de forma igual, mas isso tem me feito aprender e crescer muito. Para mim, foi uma grande surpresa e honra. Minha admiração pela sua carreira e pela amizade que a gente construiu!

Vamos, então, seguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.154999/2022-00-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovadas as emendas da Comissão de Segurança Pública, que serão apresentadas ao Ploa 2023 na Comissão Mista de Orçamentos (CMO).

Nos termos do art. 44, I, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, as emendas da Comissão deverão ser apresentadas juntamente com a ata da reunião em que houve a sua aprovação.

Portanto, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EBDA3A9004B4073.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.